GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

Paulo Ganem Souto
Governador

Secretaria da Cultura e Turismo – SCT

Paulo Renato Dantas Gaudenzi
Secretário

Superintendência de Investimentos Turísticos – SUINVEST

Érico Pina Mendonça Júnior
Superintendente

Empresa de Turismo da Bahia S.A. – Bahiatursa

Cláudio Taboada
Presidente

Equipe Técnica

FGV

Diogo Canteras – Diretor Técnico

Cristiano Vasques – Consultor Associado

Paulo Mélega – Consultor Associado

Gabriel Limaverde – Consultor Associado

Ivan Bose do Amaral – Consultor Associado

Tatiana Okubo – Estagiária

SUINVEST

Superintendente: Érico Pina Mendonça Júnior

Diretora de Investimentos: Maria do Socorro Mendonça Vasconcelos

Diretor de Projetos: Antônio Fernando Andrade Lima

Coordenação Técnica do Projeto: Inez Maria Dantas Amor Garrido

Equipe Técnica:

Ana Lúcia de Araújo Freire

Andréia Ferreira Brandão

Arthur Nemrod Menezes Guimarães

Dalva Garcia Sant'Ana

Délio Ferraz Pinheiro

Domira Fernandes Araújo

Jorge Antonio Santos Silva

Heloisa Helena Soares

Luciano Diniz Borges

Marcelo Gonçalves Carvalho

Maria das Graças Borja Gondim dos Santos Pereira

Maria Teresa Chenaud Sá de Oliveira

Mariana Pinho Cerqueira

Reinaldo Moreira Dantas

Roberta Andrade Carvalho

Wolfgang Reiber

Estagiários:

Lia Mota Carvalho

Liane Santos de Miranda

Sheila Ferraz Gondim

CONSULTORES INDEPENDENTES

Rui Barbosa da Rocha – Engenheiro Florestal

Gilberto Guerra – Geólogo

José Maurício Silva Costa – Engenheiro Sanitarista e Ambiental

Maria do Carmo Bicudo Barbosa – Arquiteta

Luis Augusto Biazzi – Economista

Adriana Fonseca Braga – Geógrafa

Madalena Gonçalves de Almeida – Arquiteta

Marcelo Antônio da Costa Silva - Publicitário, Especialista em sistema de informação geográfica – SIG

DWG – Mapas e Cartografia

Equipe Técnica

FGV

Diogo Canteras – Diretor Técnico

Cristiano Vasques – Consultor Associado

Paulo Mélega – Consultor Associado

Gabriel Limaverde – Consultor Associado

Ivan Bose do Amaral – Consultor Associado

Tatiana Okubo – Estagiária

SUINVEST

Superintendente: Érico Pina Mendonça Júnior

Diretora de Investimentos: Maria do Socorro Mendonça Vasconcelos

Diretor de Projetos: Antônio Fernando Andrade Lima

Coordenação Técnica do Projeto: Inez Maria Dantas Amor Garrido

Equipe Técnica:

Ana Lúcia de Araújo Freire

Andréia Ferreira Brandão

Arthur Nemrod Menezes Guimarães

Dalva Garcia Sant'Ana

Délio Ferraz Pinheiro

Domira Fernandes Araújo

Jorge Antonio Santos Silva

Heloisa Helena Soares

Luciano Diniz Borges

Marcelo Gonçalves Carvalho

Maria das Graças Borja Gondim dos Santos Pereira

Maria Teresa Chenaud Sá de Oliveira

Mariana Pinho Cerqueira

Reinaldo Moreira Dantas

Roberta Andrade Carvalho

Wolfgang Reiber

Estagiários:

Lia Mota Carvalho

Liane Santos de Miranda

Sheila Ferraz Gondim

CONSULTORES INDEPENDENTES

Rui Barbosa da Rocha – Engenheiro Florestal

Gilberto Guerra – Geólogo

José Maurício Silva Costa – Engenheiro Sanitarista e Ambiental

Maria do Carmo Bicudo Barbosa – Arquiteta

Luis Augusto Biazzi – Economista

Adriana Fonseca Braga – Geógrafa

Madalena Gonçalves de Almeida – Arquiteta

Marcelo Antônio da Costa Silva - Publicitário, Especialista em sistema de informação geográfica – SIG

DWG – Mapas e Cartografia

Equipe Técnica

FGV

Diogo Canteras – Diretor Técnico

Cristiano Vasques – Consultor Associado

Paulo Mélega – Consultor Associado

Gabriel Limaverde – Consultor Associado

Ivan Bose do Amaral – Consultor Associado

Tatiana Okubo – Estagiária

SUINVEST

Superintendente: Érico Pina Mendonça Júnior

Diretora de Investimentos: Maria do Socorro Mendonça Vasconcelos

Diretor de Projetos: Antônio Fernando Andrade Lima

Coordenação Técnica do Projeto: Inez Maria Dantas Amor Garrido

Equipe Técnica:

Ana Lúcia de Araújo Freire

Andréia Ferreira Brandão

Arthur Nemrod Menezes Guimarães

Dalva Garcia Sant'Ana

Délio Ferraz Pinheiro

Domira Fernandes Araújo

Jorge Antonio Santos Silva

Heloisa Helena Soares

Luciano Diniz Borges

Marcelo Gonçalves Carvalho

Maria das Graças Borja Gondim dos Santos Pereira

Maria Teresa Chenaud Sá de Oliveira

Mariana Pinho Cerqueira

Reinaldo Moreira Dantas

Roberta Andrade Carvalho

Wolfgang Reiber

Estagiários:

Lia Mota Carvalho

Liane Santos de Miranda

Sheila Ferraz Gondim

CONSULTORES INDEPENDENTES

Rui Barbosa da Rocha – Engenheiro Florestal

Gilberto Guerra – Geólogo

José Maurício Silva Costa – Engenheiro Sanitarista e Ambiental

Maria do Carmo Bicudo Barbosa – Arquiteta

Luis Augusto Biazzi – Economista

Adriana Fonseca Braga – Geógrafa

Madalena Gonçalves de Almeida – Arquiteta

Marcelo Antônio da Costa Silva - Publicitário, Especialista em sistema de informação geográfica – SIG

DWG – Mapas e Cartografia

Índice

1. Resumo Executivo 28
PRODETUR NE I 28
Investimentos do PRODETUR NE I 28
Investimentos do Governo no Pólo Litoral Sul 29
Resultados 29
Conclusão 30
Diagnóstico 30
Definição da Área de Planejamento 30
Dinâmica Socioeconômica 30
Análise da Dinâmica Econômica 32
Análise Social 34
Infra-estrutura 35
Patrimônio Histórico e Cultural 38
Aspectos Sócio-ambientais 39
Capacidade Institucional Municipal 39
Capacitação do Setor Privado 42
Produtos Turísticos e Atrativos 44
Qualidade da Oferta Turística 47
Educação da Comunidade para o Turismo 50
Capacitação Profissional para o Turismo 52
Perfil do Turista 54
Gastos Turísticos 56
Investimentos Futuros do Setor Privado 58
Demanda Atual e Potencial 59
Matriz SWOT 61
Estratégias de Desenvolvimento Turístico 62
Costa do Cacau 63
Costa do Dendê 64
Quadros Prospectivos 65
Planos de Ação 66
Participação da Comunidade 67

2. Avaliação do PRODETUR NE I....69
Introdução....69
PRODETUR NE I....69
Contexto....69
Objetivos....70
Intervenções Concluídas e em Andamento....70
Ações de conservação, e sua manutenção, implantadas pelo PRODETUR....72
Impactos sócio-ambientais dos investimentos do PRODETUR I....75
Outros Investimentos do Governo do Estado no Pólo Litoral Sul....78
Impactos na Atividade Turística....79
Evolução do Fluxo Turístico – Ilhéus, Valença e Morro de São Paulo....79
Evolução da Receita Turística....80
Evolução do Número de UHs....82
Evolução do Número de Empregados em Atividades Turísticas....83
Investimentos Privados....84
Conclusão....86
3. Diagnóstico da Área de Planejamento....87
3.1. Definição da Área de Planejamento....88
3.2. Dinâmica Socioeconômica....92
Uma Visão Geral por meio de Indicadores-Síntese....92
Indicadores-Síntese....92
Dimensão Econômica Municipal....94
Dimensão Social Municipal....95
Dimensão Ambiental Municipal....96
Dimensão Demográfica Municipal....97
Casos tipos....97
3.2.1. Análise da Dinâmica Econômica....111
Introdução....111
Caracterização Econômica da Bahia....111
Evolução Econômica Recente....112
Perfil Econômico Setorial....113
Caracterização Econômica dos Municípios....116
Porte Econômico – PIBs Municipais....117
Análise Setorial....121
Impacto do Turismo na Economia....137

3.2.2. Análise Social....139
Introdução....139
População....139
Condições de Vida....149
Emprego, Renda e PIB per capita....149
Desenvolvimento Social....153
Cobertura dos Serviços Básicos....155
Educação....155
Saúde....161
Condições de Atendimento....161
Mortalidade Infantil....166
Indicadores de Saúde....167
Conclusão....168
3.3. Infra-estrutura....170
Introdução....170
Saneamento Básico....172
Investimentos Recentes e Situação Operacional....173
Abastecimento de Água....174
Resíduos Sólidos....181
Transportes....186
Sistema Rodoviário....187
Sistema Aeroviário....190
Sistema Hidroviário....191
Mapa Esquemático do Sistema de Transportes do Pólo Litoral Sul....194
Urbanização....195
Especulação Imobiliária....196
Ocupação Irregular....196
Urbanização das Orlas, Centro Urbanos e Drenagem....197
Conclusões....198
3.4. Patrimônio Histórico e Cultural....200
Introdução....200
Investimentos em Patrimônio Histórico....200
Recursos Histórico-Culturais....201
Patrimônio Histórico Tombado....201
Manifestações Folclóricas....204

Monumentos com Visitação Turística 207
Programas e Projetos 209
Quarteirão Jorge Amado 210
Recuperação do Convento Santo Antônio de Cairu 212
Reurbanização em Canavieiras 214
Conclusão 214
3.5. Aspectos Sócio-ambientais 216
Apresentação 216
Quadro Ambiental 217
Ecossistemas Costeiros 217
Áreas Protegidas 223
Capacidade de suporte dos recursos naturais 232
Instrumentos, Órgãos e Instituições 238
Instrumentos reguladores 238
Órgãos e Instrumentos para uma Política Municipal de Meio Ambiente e de Turismo 242
Instituições de Meio Ambiente 248
Iniciativas de proteção e conservação ambiental do Terceiro Setor 249
O Corredor Central da Mata Atlântica 257
Bases Conceituais dos Corredores de Biodiversidade 258
O Corredor Central da Mata Atlântica 260
Ferramentas para o Planejamento do Corredor 261
O Futuro do Corredor Central da Mata Atlântica 262
Recomendações e Conclusões 263
3.6 Capacidade Institucional dos Municípios 266
Introdução 266
Capacidade de Planejamento e Implementação de Políticas 266
Instrumentos de Gestão 267
Programas Federais de Modernização da Administração Municipal 270
Treinamento de Servidores e Gestores Públicos 272
Capacidade de Administração e Gestão dos Municípios 275
Capacidade de Gestão das Atividades Turísticas 283
Conclusão 288
3.7. Capacitação do Setor Privado 291
Introdução 291
Análise do PRODETUR I 291

Associativismo Empresarial....292
Gestão Empresarial....295
Conselho de Turismo do Pólo....298
Nível de Compromisso do Setor em Relação ao PDITS....299
Conclusão....302
3.8. Produtos e Atrativos Turísticos....303
Introdução....303
Metodologia....303
Situação Atual dos Atrativos....306
Ranking de Atrativos por Categoria (por nota)....316
Análise dos Produtos Turísticos....324
Situação Futura dos Atrativos....326
Apresentação dos Atrativos....326
Análise dos Produtos Potenciais....342
Conclusões....342
Municípios de Destaque por Segmento....342
Análise do Potencial das Zonas Turísticas....346
Considerações Finais....348
3.9. Qualidade da Oferta Turística....351
Introdução....351
Postos de Informações Turísticas....351
Meios de Hospedagem....352
Restaurantes Turísticos....361
Agências de Turismo....362
Locadoras de Veículos....368
Transportadoras....369
Artesanato e Compras....373
Animação e Entretenimento....377
Conclusão....378
3.10.1. Educação da Comunidade para o Turismo....380
Introdução....380
Índices Educacionais....380
Características da Sociedade Anfitriã....381
Programas e Projetos....385
Conclusão....388

3.10.2. Capacitação Profissional para o Turismo 390
Introdução 390
Situação Atual do Emprego 391
Instituições de Capacitação e Treinamento 408
Demanda por Capacitação Profissional no Setor de Turismo 408
Oferta de Capacitação Profissional no Setor de Turismo 412
Continuidade dos Processos de Capacitação 416
Certificadoras de Mão de Obra 417
Conclusão 418
3.11. Perfil do Turista 420
Introdução 420
Características dos Turistas e da Visitação 420
Procedência dos Turistas 421
Meios de Transporte Utilizados 424
Meios de Hospedagem Utilizados 425
Freqüência (Índice de Experimentação) e Forma de Visita 425
Ocupação Principal dos Turistas 426
Renda dos Turistas e Motivo de Viagem 427
Motivação da Viagem 430
Permanência Média nos Destinos 430
Satisfação dos Visitantes 431
Intenção de Retornar 431
Equipamentos e Serviços Turísticos 431
Infra-estrutura Básica 434
Atrativos 435
Percepção Sobre Preços 436
Conclusão 437
3.12. Gastos Turísticos 439
Introdução 439
Estrutura dos Gastos Turísticos 439
Fluxo e Receita Turística 440
Permanência Média (PM) e Gasto Médio Diário Individual (GMDI) 444
Conclusão 447
3.13. Investimentos Futuros do Setor Privado 451
Introdução 451

Investimentos Privados no Pólo Litoral Sul....451
Investimentos Hoteleiros Realizados no Pólo 1991 - 2000....452
Investimentos Hoteleiros Previstos e em Execução....453
Investimentos Não-Hoteleiros....454
Qualidade dos Investimentos....455
Atração de Investimentos para o Pólo Litoral Sul....456
Política Estadual de Atração de Investimentos....456
Programas de Apoio Financeiro para o Turismo....457
Licenciamento Ambiental....459
Conclusão....461
3.14. Demanda Atual e Potencial....462
Introdução....462
Demanda Atual....462
Demanda Potencial....468
4.1. Matriz SWOT....478
Introdução....478
Matriz SWOT....478
Conclusão....500
4.2. Estratégias de Desenvolvimento Turístico....501
Introdução....501
Vertentes do Desenvolvimento Turístico na Bahia....502
Visão e Missão....503
Formulação Estratégica....504
Macro-estratégias Estaduais....504
Estrutura Pública....505
Gestão Municipal....506
Socioeducação....507
Integração....507
Produto Turístico....508
Relação com a Matriz SWOT....516
Ações e Projetos por Estratégia....517
Estrutura Pública....518
Gestão Municipal....525
Socioeducação....530
Integração....531

Produto Turístico 532
Conclusão 533
5. Quadros Prospectivos 535
Introdução 535
Impacto Quantitativo 536
Quadros-Resumo 538
Caracterização da demanda 541
Impactos Qualitativos 548
Conclusão 552
6. Plano de Ação 553
Introdução 553
Metas 553
Ações e Projetos - Conceituação 554
Marco Lógico – Regulamento Operacional do PRODETUR 556
Objetivos do Programa 556
Ações Não Financiáveis 557
Metodologia de Priorização 557
Projetos e Ações Financiáveis 557
Prioridade A 558
Prioridade B 577
Ações por Prioridade, Município e Componente 587
Projetos e Ações Não Financiáveis 612
Costa do Cacau 612
Costa do Dendê 615
Impactos Esperados do Plano de Ação 617
Conclusão 624
7. Reuniões de Elaboração do PDITS 626
Introdução 626
Reuniões de Interação 626
Representatividade 630
Utilização das Informações da Comunidade 632
Conclusão 633
Anexo A – Rede Urbana 1999 635
Rede Urbana 1999 635
Anexo B – Portaria nº 35 de 04 de 02 de 1999 637

Normas para Operacionalização do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sus-Sia/Sus 637
Posto de Saúde 637
Policlínica 637
Ambulatórios 637
Pronto Socorro 637
Unidade Móvel 637
Unidade de serviços auxiliares de diagnose e terapia 637
Serviço de vigilância sanitária 638
Unidade Básica de Saúde 638
Hospital Universitário 638
Anexo C – Atrativos e Avaliações 639
Atrativos e Avaliações 639
Cairu 639
Camamu 641
Canavieiras 642
Igrapiúna 643
Ilhéus 644
Itacaré 646
Ituberá 647
Maraú 648
Nilo Peçanha 649
Santa Luzia 650
Taperoá 651
Una 652
Uruçuca 653
Valença 654
Anexo D – Reuniões Participativas 655
Metodologia de Cada Modalidade de Reunião 655
Workshop 655
Diagnóstico 656
Estratégias 657
Material Utilizado Para Interação 659
Workshop 659
Diagnóstico 660
Estratégias 662

Anexo E – Legislação Acerca do Patrimônio Histórico.....663
Decreto-lei n° 25, de 30 de novembro de 1937.....663
CAPÍTULO I.....663
CAPÍTULO II.....664
CAPÍTULO III.....665
CAPÍTULO IV.....666
CAPÍTULO V.....667
Decreto n° 3.551, de 4 de agosto de 2000.....668

Índice de Tabelas e Gráficos

Tabela 1.1 – Investimentos do PRODETUR NE I no Pólo do Descobrimento*.....29
Tabela 1.2 – Investimentos concluídos do Governo do Estado no Pólo Litoral Sul – 1991-2001.....29
Tabela 1.3 - Situação dos municípios do Pólo Litoral Sul em relação ao Plano Diretor Municipal.....40
Gráfico 1.1 – Atrativos Efetivos por Categoria (Total) – Pólo Litoral Sul.....44
Tabela 1.4 – Principais Atrativos Efetivos – Categoria Natural (Nota).....45
Gráfico 1.2 – Atrativos Potenciais por Categoria (Total) – Pólo Litoral Sul.....46
Tabela 1.5 – Principais Atrativos Potenciais – Categoria Natural (Nota).....46
Gráfico 1.3- Atrativos Potenciais e Efetivos por Categoria – Pólo Litoral Sul.....47
Gráfico 1.4 – Estrutura de Gastos – Pólo Litoral Sul (%).....56
Gráfico 1.5 – Evolução do Fluxo, Receita por Turista e Total – Pólo Litoral Sul (%).....57
Tabela 1.6 – PM e GMDI – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul.....58
Tabela 1.7 - Porte e Valor Médio dos Investimentos Hoteleiros – Pólo litoral Sul.....59
Tabela 1.8 – Cenários e Taxas de Crescimento Previstas.....60
Tabela 1.9 – Montante de Recursos por Componente e Prioridade.....66
Tabela 1.10 – Ações Globais do Pólo Litoral Sul por Componente.....67
Tabela 2.1 – Investimentos do PRODETUR NE I no Pólo Litoral Sul, por ZT.....70
Tabela 2.2 – Impactos dos Investimentos do PRODETUR I no Pólo Litoral Sul.....72
Tabela 2.3 – Investimentos concluídos e em execução do Governo do Estado no Pólo Litoral Sul – 1991-2001 (em US$ Mil) 78
Tabela 2.4 – Evolução do Fluxo Turístico – Valença, Morro de São Paulo e Ilhéus.....80
Tabela 2.5 – Evolução da Receita Turística – Valença, Morro de São Paulo e Ilhéus 1994-2001.....81
Tabela 2.6 – Evolução no número de Meios de Hospedagem (MHs), Unidades Habitacionais (UHs) e Leitos do Pólo Litoral Sul (1993-2001).....82
Tabela 2.7 – Evolução dos Empregos Gerados pela Atividade Turística 92/99.....83
Tabela 2.8 - Evolução do Número de Empregados na Bahia.....83
Tabela 2.9 - Empregos Relacionados a Atividades Turísticas na Bahia e no Pólo Litoral Sul.....84
Tabela 2.10 – Montantes de Investimento e valores investidos por UH - Pólo Litoral Sul (US$) 85
Gráfico 2.1 – Municípios de acordo com o total investido (concluído, em execução e em projeto).....85
Figura 3.1.1 – Espacialização dos Municípios Contidos na Área de Planejamento.....90

Tabela 3.2.1 - Dimensão Econômica Municipal....94
Tabela 3.2.2 - Dimensão Social Municipal....95
Tabela 3.2.3 - Dimensão Ambiental Municipal....96
Tabela 3.2.4 - Dimensão Demográfica Municipal....97
Tabela 3.2.5 - Casos Tipos....99
Tabela 3.2.1.1 - Evolução dos PIBs dos Estados do Nordeste (em R$ mil)....112
Tabela 3.2.1.2 - Composição Percentual do PIB (Preço de Mercado Corrente) dos Estados do Nordeste e Relação NE/BR....113
Gráfico 3.2.1.1 - Evolução do PIB Baiano e Participação no PIB do Nordeste....113
Tabela 3.2.1.3 - Composição do PIB - Bahia....114
Gráfico 3.2.1.2 - Participação dos Setores na Composição do PIB - Bahia....114
Gráfico 3.2.1.3 - Evolução do PIB por Setores – Bahia (Ano 1975 = 100)....114
Tabela 3.2.1.4 - Evolução do PIB por Setores – Bahia (%)....115
Gráfico 3.2.1.4 - Evolução do PIB por Setores - Bahia....116
Tabela 3.2.1.5 - PIB 2000 (milhões de reais de 1999)....118
Gráfico 3.2.1.5 – PIB 2000 (em milhões de R$ 1999)....120
Tabela 3.2.1.6 - Propriedade e Uso da Terra....121
Gráfico 3.2.1.6 - Tamanho do Estabelecimento Rural por Proprietário....122
Gráfico 3.2.1.7 - Produção por Área por Proprietário....122
Tabela 3.2.1.7 - Principais e Empreendimentos da Costa do Dendê....123
Tabela 3.2.1.8 - Principais Atividades e Empreendimentos da Costa do Cacau....124
Tabela 3.2.1.9 - Principais Atividades Agroextrativistas – Zona Turística da Costa do Cacau....125
Tabela 3.2.1.10 - Principais Atividades Agroextrativistas – Zona Turística da Costa do Dendê....126
Tabela 3.2.1.11 - Lavoura Permanente....128
Tabela 3.2.1.12 - Lavoura Temporária....129
Tabela 3.2.1.13 - Pecuária....130
Tabela 3.2.1.14 - Indústria de Pesca....131
Tabela 3.2.1.15 - Silvicultura e Extração Vegetal....132
Tabela 3.2.1.16 – Indústria....134
Tabela 3.2.2.1 - Evolução da População por Área – Pólo Litoral Sul....140
Tabela 3.2.2.2 - Taxa de Urbanização – Pólo Litoral Sul / BA....141
Tabela 3.2.2.3 - Densidade Demográfica (Hab/Km²) – Pólo Litoral Sul / BA....142
Tabela 3.2.2.4 - Crescimento Anual da População – Pólo Litoral Sul....143
Tabela 3.2.2.5 - Evolução da População por Área – Pólo Litoral Sul / BA....144
Tabela 3.2.2.6 - Distribuição etária – Costa do Cacau....145
Tabela 3.2.2.7 - Distribuição Etária – Costa do Dendê....146
Gráfico 3.2.2.1 - Distribuição da População por Faixa Etária – Pólo Litoral Sul....147

Tabela 3.2.2.8 – Residências de Uso Ocasional e Total de Domicílios.....148
Tabela 3.2.2.9 - Empregos Formais em 1999 e 2000 – Pólo Litoral Sul / BA 150
Tabela 3.2.2.10 - População Ativa (2000) – Pólo Litoral Sul / BA 151
Tabela 3.2.2.11 - Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal – Pólo Litoral Sul / BA 152
Tabela 3.2.2.12 – PIB per capita (2000) – Pólo Litoral Sul/BA/BR.....153
Tabela 3.2.2.13 - Indicadores Sociais – Pólo Litoral Sul/BA/NE/BR 154
Tabela 3.2.2.14 – Anos de Estudo do Chefe de Família – Pólo Litoral Sul/BA/NE/BR 156
Tabela 3.2.2.15 - Taxa de Alfabetização – Pólo Litoral Sul/BA 157
Tabela 3.2.2.16 - Alunos em Estabelecimentos de Ensino – Pólo Litoral Sul/BA.....158
Tabela 3.2.2.17 - Estabelecimentos de Ensino por Município – Costa do Dendê.....159
Tabela 3.2.2.18 - Estabelecimentos de Ensino – Costa do Cacau.....160
Tabela 3.2.2.19 - Unidades de Saúde – Pólo Litoral Sul/BA 164
Tabela 3.2.2.20 - Leitos Hospitalares por 1000 habitantes – Pólo Litoral Sul/BA.....165
Tabela 3.2.2.21 - Doenças Sexualmente Transmissíveis e outras doenças de notificação obrigatória (1999) – Pólo Litoral Sul/BA.....166
Tabela 3.2.2.22 - Coeficiente de Mortalidade Infantil por Ano segundo Regiões e Unidades da Federação (1994 a 1998) – BR/NE/BA.....166
Tabela 3.2.2.23 - Coeficiente de Mortalidade Infantil por Ano – Pólo Litoral Sul/BA 167
Tabela 3.2.2.24 - Evolução da Expectativa de Vida ao Nascer - BA/NE/Brasil.....168
Gráfico 3.2.2.2 - Evolução da Expectativa de Vida ao Nascer - BA/NE/BR.....168
Tabela 3.3.1 – Investimentos em Sistemas de Água e Esgotamento Sanitário no Pólo Litoral Sul 1997-2002 – (R$).....173
Tabela 3.3.2 – Situação Operacional dos SAA e SES do Pólo Litoral Sul.....174
Tabela 3.3.3 - Evolução Índice de Cobertura do Abastecimento de Água (Domicílios) 176
Tabela 3.3.4 – Evolução no Abastecimento de Água no Pólo Litoral Sul 1998-2001...176
Tabela 3.3.5 – Tarifário de Consumo de Água.....178
Tabela 3.3.6 – Número de Ligações dos Sistemas de Abastecimento de Água do Pólo Litoral Sul 178
Tabela 3.3.7 - Evolução do Índice de Cobertura de Coleta de Esgoto (Domicílios) – Pólo Litoral Sul/BA/NE/BR 180
Tabela 3.3.8 – Domicílios por Tipo de Esgotamento Sanitário - Pólo Litoral Sul.....181
Tabela 3.3.9 - Evolução do Índice de Cobertura da Coleta de Lixo (Domicílios) – Pólo Litoral Sul/BA/NE/BR.....182
Tabela 3.3.10 – Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos no Pólo Litoral Sul...183
Tabela 3.3.11 – Aterros no Pólo Litoral Sul.....184
Tabela 3.3.12 – Metas e Resultados do Programa Corredores Rodoviários (km).....186
Tabela 3.3.13 – Rede Rodoviária no Estado da Bahia.....187

Tabela 3.3.14 – Terminais Rodoviários do Pólo Litoral Sul.....187
Tabela 3.3.15 – Principais Rodovias de Acesso e Caracterização - Pólo Litoral Sul....189
Tabela 3.3.16 – Contagem de Tráfego em Rodovias do Pólo Litoral Sul – Volume Diário (6h00-22h00).....189
Tabela 3.3.17 – Aeroportos e Aeródromos no Pólo Litoral Sul.....190
Tabela 3.3.18 – Número de Vôos e Passageiros no Aeroporto de Ilhéus – 1991-2000 191
Tabela 3.3.19 – Terminais Hidroviários do Pólo Litoral Sul.....193
Tabela 3.3.20 – Tráfego de Navios no Porto de Ilhéus 1990-2001.....194
Figura 3.3.1 – Mapa Esquemático do Sistema de Transportes do Pólo Litoral Sul.....195
Tabela 3.4.1 – Investimentos Públicos Concluídos e em Execução no Pólo Litoral Sul em Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural.....200
Tabela 3.4.2 – Patrimônio Histórico Tombado no Pólo Litoral Sul.....204
Tabela 3.4.3 – Principais Festejos do Pólo Litoral Sul.....206
Tabela 3.4.4 – Fluxo de Visitantes em Museus do Pólo Litoral Sul nos anos para os quais existe informação.....207
Tabela 3.4.5 – Percentual de Turistas do Pólo Litoral Sul com Motivação Histórico-Cultural.....208
Gráfico 3.4.1 – Evolução do Motivação Histórico Cultural em Ilhéus e Valença.....209
Tabela 3.4.6 – Investimentos Futuros do Governo do Estado em PHC.....209
Figura 3.4.1 – Quarteirão Cultural Jorge Amado – Circuito Canela.....211
Figura 3.4.2 – Quarteirão Cultural Jorge Amado – Circuito Cravo.....212
Tabela 3.5.1 – Tipos de Vegetação da Costa do Dendê.....218
Tabela 3.5.2 – Área por Ecossistema (Ha).....218
Tabela 3.5.3 – Principais UCs do Pólo Litoral Sul.....224
Tabela 3.5.4 – Principais UCs do Pólo Litoral Sul.....225
Tabela 3.5.5 - Principais Usos da Terra ao longo das Bacias Hidrográficas na Costa do Dendê.....233
Tabela 3.5.6 - Principais Usos da Terra ao longo das Bacias Hidrográficas na Costa do Cacau.....234
Foto 3.5.7 - Os impactos ambientais causados pela ocupação humana desordenada começam a aparecer nos loteamentos do litoral sul baiano.....237
Tabela 3.6.1 - Instrumentos de Gestão Implementados nos Municípios do Pólo Litoral Sul.....267
Tabela 3.6.2 - Situação dos municípios do Pólo Litoral Sul em relação ao PDM.....268
Tabela 3.6.3 - Municípios por Faixas de Número de Instrumentos de Gestão Implementados.....269
Tabela 3.6.4 - Municípios do Pólo Litoral Sul cadastrados no PNAF-M.....272
Tabela 3.6.5 - Leis, Regulamentações e Planos na Administração de Recursos Humanos do Pólo Litoral Sul.....273
Tabela 3.6.6 - Treinamento dos Servidores e Gestores Municipais nos Municípios da Pólo Litoral Sul.....274

Tabela 3.6.7 - Receitas Municipais – Municípios da Costa do Dendê 276
Tabela 3.6.8 - Receitas Municipais – Municípios da Costa do Cacau 277
Tabela 3.6.9 - Despesas Municipais – Municípios da Costa do Dendê 278
Tabela 3.6.10 - Despesas Municipais – Municípios da Costa do Cacau 279
Gráfico 3.6.1 - Evolução das Receitas e Despesas Correntes nos Municípios do Pólo Litoral Sul 96-99 280
Gráfico 3.6.2 - Participação das Despesas com Pessoal na Despesa Total (%) nos Municípios do Pólo Litoral Sul.....281
Gráfico 3.6.3 - Participação das Fontes de Receita na Receita Total (%) nos Municípios do Pólo Litoral Sul.....282
Tabela 3.6.11 - Estruturas Administrativas Específicas do Setor Turístico nos Municípios do Pólo Litoral Sul.....284
Tabela 3.6.12 - Participação da Comunidade nos Municípios do Pólo Litoral Sul.....285
Tabela 3.6.13 - Estrutura de Fiscalização nos Municípios do Pólo Litoral Sul.....286
Tabela 3.6.14 - Programas e Projetos para o Desenvolvimento do Turismo nos Municípios do Pólo Litoral Sul.....287
Tabela 3.7.1 - Investimentos Privados Concluídos no Pólo Litoral Sul – 1991-2001...291
Tabela 3.7.2 - Investimentos Privados Previstos no Pólo Litoral Sul a partir de 2002292
Tabela 2.7.3 - Principais Associações do Setor Turístico do Pólo Litoral Sul.....294
Tabela 3.7.4 - Reuniões Realizadas para elaboração do PDITS do Pólo Litoral Sul....300
Gráfico 3.7.1 - Participantes por Grupo - Pólo Litoral Sul.....301
Tabela 3.8.1 – Parâmetro de Avaliação 306
Tabela 3.8.2 – Peso dos Quesitos de Avaliação.....306
Tabela 3.8.3 – Atrativos Turísticos Efetivos por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul308
Tabela 3.8.3 – Atrativos Turísticos Efetivos por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação) 309
Tabela 3.8.3 – Atrativos Turísticos Efetivos por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação) 310
Tabela 3.8.3 – Atrativos Turísticos Efetivos por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação) 311
Tabela 3.8.3 – Atrativos Turísticos Efetivos por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação) 312
Tabela 3.8.3 – Atrativos Turísticos Efetivos por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação) 313
Tabela 3.8.3 – Atrativos Turísticos Efetivos por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação) 314
Gráfico 3.8.1 – Atrativos Efetivos por Categoria (Total) – Pólo Litoral Sul.....315
Gráfico 3.8.2 – Atrativos Efetivos por Categoria (Total) – Costa do Cacau.....316
Gráfico 3.8.3 - Atrativos Efetivos por Categoria (Total) – Costa do Dendê 316
Tabela 3.8.4 – Principais Atrativos Efetivos – Categoria Histórico-Cultural (Nota) ...317

Tabela 3.8.5 – Principais Atrativos Efetivos – Categoria Manifestações Culturais (Nota) 318
Tabela 3.8.6 – Principais Atrativos Efetivos – Categoria Natural (Nota).....319
Tabela 3.8.7 – Principais Atrativos Efetivos – Categoria Acontecimentos Programados (Nota) 320
Tabela 3.8.8 – Principais Atrativos Efetivos – Categoria Técnico-Científico (Nota) ...321
Tabela 3.8.9 – Ranking Efetivo de Municípios – Categoria Histórico-Cultural (Nota) 321
Tabela 3.8.10 - Ranking Efetivo de Municípios – Categoria Manifestações Culturais (Nota) 322
Tabela 3.8.11 - Ranking Efetivo de Municípios – Categoria Natural (Nota) 323
Tabela 3.8.12 - Ranking Efetivo de Municípios – Categoria Acontecimentos Programados (Nota).....323
Tabela 3.8.13 - Ranking Efetivo de Municípios – Categoria Técnico-Científico (Nota) 324
Tabela 3.8.14 – Produtos Turísticos do Pólo Litoral Sul Atualmente Comercializados 325
Tabela 3.8.15 – Descrição de Produtos Turísticos Concorrentes (origem São Paulo) – Pólo Litoral Sul.....326
Tabela 3.8.16 – Atrativos Turísticos Potenciais por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul 328
Tabela 3.8.16 – Atrativos Turísticos Potenciais por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação) 329
Tabela 3.8.16 – Atrativos Turísticos Potenciais por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação) 330
Tabela 3.8.16 – Atrativos Turísticos Potenciais por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação) 331
Tabela 3.8.16 – Atrativos Turísticos Potenciais por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (continuação).....332
Gráfico 3.8.4 – Atrativos Potenciais por Categoria (Total) – Pólo Litoral Sul 333
Gráfico 3.8.5 – Atrativos Potenciais por Categoria (Total) – Costa do Cacau.....333
Gráfico 3.8.6 - Atrativos Potenciais por Categoria (Total) – Costa do Dendê.....334
Tabela 3.8.17 – Principais Atrativos Potenciais – Categoria Histórico-Cultural (Nota) 335
Tabela 3.8.18 – Principais Atrativos Potenciais – Categoria Manifestações-Culturais(Nota) 336
Tabela 3.8.19 – Principais Atrativos Potenciais – Categoria Natural (Nota) 337
Tabela 3.8.20 – Principais Atrativos Potenciais – Categoria Acontecimentos Programados (Nota).....338
Tabela 3.8.21 – Principais Atrativos Potenciais – Categoria Técnico-Científico (Nota) 339

Tabela 3.8.22 - Ranking Potencial de Municípios – Categoria Histórico-Cultural (Nota) 340
Tabela 3.8.23 - Ranking Potencial de Municípios – Categoria Manifestações Culturais (Nota) 340
Tabela 3.8.24 - Ranking Potencial de Municípios – Categoria Natural (Nota).....341
Tabela 3.8.25 - Ranking Potencial de Municípios – Categoria Acontecimentos Programados (Nota).....341
Tabela 3.8.26 - Ranking Potencial de Municípios – Categoria Técnico-Científico (Nota) 342
Tabela 3.8.27 - Ranking Geral de Municípios – Categoria Histórico-Cultural (Nota) 343
Tabela 3.8.28 - Ranking Geral de Municípios – Categoria Manifestações Culturais (Nota) 344
Tabela 3.8.29 - Ranking Geral de Municípios – Categoria Natural (Nota) 344
Tabela 3.8.30 - Ranking Geral de Municípios – Categoria Acontecimentos Programados (Nota).....345
Tabela 3.8.31 - Ranking Geral de Municípios – Categoria Técnico-Científico (Nota) 345
Gráfico 3.8.7- Atrativos Potenciais e Efetivos por Categoria – Pólo Litoral Sul 346
Gráfico 3.8.8- Atrativos Potenciais e Efetivos por Categoria – Costa do Cacau.....347
Gráfico 3.8.9- Atrativos Potenciais e Efetivos por Categoria – Costa do Dendê.....348
Gráfico 3.8.10- Atrativos Potenciais e Efetivos (Total) – Pólo Litoral Sul.....349
Gráfico 3.8.11- Atrativos Potenciais e Efetivos por Categoria (Total) – Pólo Litoral Sul 349
Tabela 3.9.1 – Evolução no número de Meios de Hospedagem do Pólo Litoral Sul..353
Tabela 3.9.2 – Perfil dos Meios de Hospedagem – Municípios do Pólo Litoral Sul (2001) 354
Gráfico 3.9.1 – Precipitação Mensal e Temperaturas Registradas (Ilhéus).....355
Gráfico 3.9.2 – Taxas de Ocupação dos Meios de Hospedagem (2001).....356
Tabela 3.9.3 – Permanência Média por tipo de MH 357
Tabela 3.9.4 – Principais Meios de Hospedagem 357
Tabela 3.9.5 – Comparativo de Preços – Resorts Super-Luxo (R$) 359
Tabela 3.9.6 – Comparativo de Preços – Resorts de Padrão Internacional (R$).....359
Tabela 3.9.7 – Comparativo de Preços (R$) – Morro de São Paulo 360
Tabela 3.9.8 – Comparativo de Preços (R$) – Ilhéus.....360
Tabela 3.9.9 – Comparativo de Preços (R$) – Itacaré 361
Tabela 3.9.10 – Restaurantes Turísticos do Pólo Litoral Sul.....362
Tabela 3.9.11 – Agências de Turismo no Pólo Litoral Sul.....363
Gráfico 3.9.3 – Agências do Pólo Litoral Sul, Procedência dos Proprietários.....365
Tabela 3.9.12 – Agências no Pólo Litoral Sul, Número de Funcionários.....366
Gráfico 3.9.4 – Agências no Pólo Litoral Sul, Idiomas Estrangeiros no Atendimento366
Gráfico 3.9.5 – Agências do Pólo Litoral Sul, Forma de Distribuição 367

Tabela 3.9.13 – Agências no Pólo Litoral Sul, Principais Destinos dos Passeios 368
Tabela 3.9.14 – Locadoras de Veículos.....368
Tabela 3.9.15 – Empresas de Transporte Rodoviário Interestadual.....369
Tabela 3.9.16– Linhas de Transporte Rodoviário Intermunicipal.....370
Tabela 3.9.14 – Linhas de Transporte Rodoviário Intermunicipal (continuação).....371
Tabela 3.9.17 – Empresas de Transporte Aéreo.....373
Tabela 3.9.18 – Cooperativas Beneficiadas pelo Projeto de Revitalização do Artesanato no Pólo Litoral Sul.....377
Tabela 3.10.1.1 – Taxa de Alfabetização – Municípios do Pólo Litoral Sul.....381
Tabela 3.10.1.2 – Pesquisa de Demanda Bahiatursa – Principais Destinos Turísticos do Pólo Litoral Sul.....382
Tabela 3.10.1.3 – O Que Mais Agradou aos Turistas dos Principais Destinos do Pólo Litoral Sul 383
Tabela 3.10.1.4 – O que Menos Agradou aos Turistas dos Principais Destinos do Pólo Litoral Sul 384
Tabela 3.10.1.5 – Problemática da Conscientização para o Turismo nos Municípios do Pólo Litoral Sul (segundo a Comunidade).....385
Tabela 3.10.1.6 – Programas e Projetos de Sensibilização/Conscientização para o Turismo nos Municípios do Pólo Litoral Sul (segundo a Comunidade).....386
Tabela 3.10.1.7 – Municípios que já Iniciaram a Construção da Agenda 21 e do PNMT 387
Tabela 3.10.2.1 – Representatividade do Fluxo Turístico das ZTs 392
Tabela 3.10.2.2 – Empregos Relacionados a Atividades Turísticas na Bahia e no Pólo Litoral Sul 392
Tabela 3.10.2.3 – Hospedagem - Principais Ocupações (1999).....393
Gráfico 3.10.2.1 – Hospedagem – Percentual dos Empregados por Anos de Estudo 394
Gráfico 3.10.2.2 – Hospedagem – Percentual dos Empregados por Nível de Remuneração (em Salários Mínimos).....395
Gráfico 3.10.2.3 – Evolução do Número de Empregados no Turismo e nas Atividades de Hospedagem na Bahia – 92-99.....396
Tabela 3.10.2.4 – Bares e Restaurantes – Principais Ocupações (1999).....397
Gráfico 3.10.2.4 – Bares e Restaurantes – Percentual dos Empregados por Anos de Estudo.....398
Gráfico 3.10.2.5 – Bares e Restaurantes – Percentual dos Empregados por Nível de Remuneração (em salários mínimos).....398
Gráfico 3.10.2.6 – Evolução do Número de Empregados no Turismo e nas Atividades de Bares e Restaurantes na Bahia – 92-99.....399
Tabela 3.10.2.5 – Lazer e Entretenimento – Principais Ocupações (1999) 400
Gráfico 3.10.2.7 – Lazer e Entretenimento – Percentual dos Empregados por Anos de Estudo.....401

Gráfico 3.10.2.8 – Lazer e Entretenimento – Percentual dos Empregados por Nível de Remuneração (em salários mínimos).....401
Gráfico 3.10.2.9 – Evolução do Número de Empregados no Turismo e nas Atividades de Lazer e Entretenimento na Bahia – 92-99.....402
Tabela 3.10.2.6 – Agências e Operadoras de Viagens e Turismo – Principais Ocupações (1999).....403
Gráfico 3.10.2.10 – Agências e Operadoras de Viagens e Turismo – Percentual dos Empregados por Anos de Estudo.....404
Gráfico 3.10.2.11 – Agências e Operadoras de Viagens e Turismo – Percentual dos Empregados por Nível de Remuneração (em salários mínimos).....404
Gráfico 3.10.2.12 – Evolução do Número de Empregados no Turismo e nas Atividades de Agências e Operadoras de Viagens e Turismo na Bahia – 92-99.....405
Tabela 3.10.2.7 – Transportes – Principais Ocupações (1999).....406
Gráfico 3.10.2.13 – Transportes – Percentual dos Empregados por Anos de Estudo.407
Gráfico 3.10.2.14 – Transportes – Percentual dos Empregados por Nível de Remuneração (em salários mínimos).....407
Gráfico 3.10.2.15 – Evolução do Número de Empregados no Turismo e nas Atividades de Transportes na Bahia – 92-99.....408
Gráfico 3.10.2.16 – Dificuldades de Contratação de Profissionais (%).....409
Gráfico 3.10.2.17 – Principais Carências dos Profissionais de Gerência e Supervisão (%).....410
Gráfico 3.10.2.18 – Principais Carências dos Profissionais de Funções Operacionais (%).....410
Gráfico 3.10.2.19 – Formas de Treinamento dos Profissionais (%).....411
Gráfico 3.10.2.20 – Intenção de Aumento na Carga de Treinamento (%).....411
Gráfico 3.10.2.21 – Escolaridade Mínima Exigida para Contratação (%).....412
Tabela 3.10.2.8 – Cursos de Capacitação Oferecidos pelo Senac no Pólo Litoral Sul.413
Gráfico 3.10.2.22 – Cursos Segundo Área de Concentração – Brasil (%).....414
Gráfico 3.10.2.23 – Habilidades que os Cursos Visam Desenvolver – Brasil (%).....415
Tabela 3.10.2.9 – Instituições de Treinamento e Capacitação no Pólo Litoral Sul.....415
Gráfico 3.10.2.24 – Faixas dos Níveis de Cursos Oferecidos pelas Instituições de Treinamento e Capacitação do Pólo Litoral Sul (%).....416
Tabela 3.11.1 - Principais Mercados Emissores por Destino.....422
Tabela 3.11.1 - Principais Mercados Emissores por Destino (Continuação).....423
Tabela 3.11.2 – Meios de Transporte Utilizados - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul.....424
Tabela 3.11.3 - Meios de Hospedagem Utilizados - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul.....425
Tabela 3.11.4 – Freqüência (Índice de Experimentação) e Forma de Viagem - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul.....426
Tabela 3.11.5 – Ocupação Principal – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul.....427

Tabela 3.11.6 – Faixas de Renda dos Turistas – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (US$) 428
Tabela 3.11.7 – Motivo de Viagem - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%) 428
Tabela 3.11.8 – Renda Média dos Turistas por Mercado Emissor e Motivo de Viagem (2001) 429
Tabela 3.11.9 – Motivação da Viagem - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul 430
Tabela 3.11.10 – Permanência Média – Pólo Litoral Sul (dias) 431
Tabela 3.11.11 – Intenção de Retornar / Turistas que já Visitaram o Destino - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%) 431
Tabela 3.11.12 – Avaliação de Equipamentos e Serviços Turísticos – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%) 433
Gráfico 3.11.1 - Avaliação de Equipamentos e Serviços Turísticos – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%) 434
Tabela 3.11.13 – Avaliação da Infra-Estrutura Urbana – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%) 435
Gráfico 3.11.2 - Avaliação da Infra-Estrutura Básica – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%) 435
Tabela 3.11.14 – Avaliação dos Atrativos – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%) 436
Gráfico 3.11.3 – Avaliação dos Atrativos – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%) 436
Tabela 3.11.15 – Percepção sobre Preços - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul 437
Tabela 3.12.1 – Estrutura de Gastos – Destinos Selecionados do Pólo Litoral Sul (%) 440
Gráfico 3.12.1 – Média da Estrutura de Gastos – Destinos Selecionados do Pólo Litoral Sul (%) 440
Tabela 3.12.2 – Evolução do Fluxo Turístico – Principais Destinos/Pólo Litoral Sul (turistas) 441
Tabela 3.12.3 – Evolução da Receita Turística dos Principais Destinos – Pólo Litoral Sul 441
Tabela 3.12.4 – Evolução da Receita por Turista – Principais Destinos 442
Gráfico 3.12.2 – Evolução do Fluxo, Receita por Turista e Total – Pólo Litoral Sul 442
Tabela 3.12.6 - Receita Média por Turista – Estados com Maior Receita Turística (2001) 443
Tabela 3.12.7 – Receita Média por Turista – Países com Maior Receita Turística (1998) 444
Tabela 3.12.8 – PM e GMDI – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul 444
Tabela 3.12.9 – GMDI (US$) por Mercado Emissor e Motivação da Viagem (2001) 446
Tabela 3.12.10 – PM (dias) por Mercado Emissor e Motivação da Viagem (2001) 447
Tabela 3.12.11 – Participação da Renda Turística no PIB da Bahia (US$ bi) 448
Gráfico 3.12.3 – Evolução da Participação do Turismo no PIB Baiano 449

Tabela 3.12.12 - Estimativa de Impacto das Receitas Turísticas no PIB – US$ mil (2001) 450
Tabela 3.13.1 – Investimentos Privados Concluídos no Pólo Litoral Sul – 1991-2003 452
Tabela 3.13.2 – Investimentos em Execução e em Projeto - Pólo Litoral Sul.....453
Gráfico 3.13.1 – Montantes de Investimento e valores investidos por UH - Pólo Litoral Sul.....455
Tabela 3.13.3 – Linhas de Crédito Nacionais 458
Tabela 3.13.4 – Linhas de Crédito Internacionais.....458
Gráfico 3.14.1 – Evolução do Fluxo Turístico – Ilhéus, Morro S.Paulo e Valença.....463
Gráfico 3.14.2 – Evolução da Receita Turística – Ilhéus, Morro S.Paulo e Valença 464
Gráfico 3.14.3 – Taxas de Crescimento Recentes – Ilhéus, Morro S.Paulo e Valença.464
Tabela 3.14.1 – Gênero dos Turistas – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%) ...465
Tabela 3.14.2 – Distribuição do Fluxo por Faixa Etária – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%) 465
Tabela 3.14.3 - Forma de Viajar e Pessoas por Grupo – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul 466
Gráfico 3.14.4 – Forma de Viajar e Pessoas por Grupo – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul 466
Tabela 3.14.4 - Nível de Escolaridade – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul(%) ..467
Gráfico 3.14.5 - Evolução do Movimento - Aeroporto de Ilhéus (Vôos e Passageiros) 467
Tabela 3.14.5 – Cenários e Taxas de Crescimento Previstas 468
Tabela 3.14.6 – Condições e Processos Esperados nos Cenários.....469
Tabela 3.14.7 – Projeções de Crescimento do Fluxo e Receita Turística – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul.....471
Tabela 3.14.8 – Projeções de Crescimento da Receita por Turista - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul.....473
Tabela 3.14.9 – Projeções da Evolução da Permanência Média(PM) e Gasto Médio Diário Individual (GMDI) – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul.....475
Tabela 3.14.10 – Impacto da receita turística no PIB estadual (US$ bilhões).....475
Tabela 3.14.11 – Total de Empregos no Setor de Turismo – Pólo Litoral Sul e Bahia 477
Matriz SWOT – Dinâmica Econômica 480
Matriz SWOT – Dinâmica Social 481
Matriz SWOT – Infra-estrutura 482
Matriz SWOT – Patrimônio Histórico 484
Matriz SWOT – Análise Sócio-Ambiental 486
Matriz SWOT – Capacidade Institucional dos Municípios 487
Matriz SWOT – Capacitação do Setor Privado 490
Matriz SWOT – Produtos e Atrativos Turísticos.....491
Matriz SWOT – Oferta Turística.....493

Matriz SWOT – Educação e Capacitação da Comunidade para o Turismo.....494
Matriz SWOT – Perfil do Turista.....495
Matriz SWOT – Gastos Turísticos.....496
Matriz SWOT – Investimentos Previstos do Setor Privado.....498
Matriz SWOT – Demanda Atual e Potencial.....499
Figura 4.2.1 – Princípios da Estratégia de Desenvolvimento do Turismo no Estado da Bahia.....502
Figura 4.2.2 – Pilares do Desenvolvimento Sustentável.....503
Figura 4.2.3 – Categorias Principais de Turismo na Costa do Cacau.....512
Figura 4.2.4 – Categorias Principais de Turismo da Costa do Dendê.....515
Tabela 4.2.1 – Influência das Áreas Estratégicas nos Tópicos da Matriz SWOT.....517
Tabela 5.1 – Taxas de Crescimento Anual para Fluxo e Receita – 2003/2020.....538
Tabela 5.2 – Quadros-Resumo – Pólo Litoral Sul.....540
Tabela 5.3 – Projeção de Fluxo Turístico por Características – Cenário Moderado (Pólo Litoral Sul).....542
Tabela 5.4 – Projeção de Fluxo Turístico por Meses – Cenário Moderado (Pólo Litoral Sul).....544
Tabela 5.5 – Projeção de Turistas por Período e Necessidade de Unidades Habitacionais (Pólo Litoral Sul – cenários moderado, conservador e otimista).....545
Tabela 5.6 – Projeção de Demanda e Oferta de Unidades Habitacionais (Pólo Litoral Sul).....546
Tabela 5.8 – Projeção Populacional (2000 – 2020) – Municípios do Pólo Litoral Sul..547
Tabela 5.9 – Fluxo de Turistas em Períodos de Pico e População Fixa.....547
Tabela 6.1 – Metas do Turismo para o Pólo Litoral Sul.....554
Figura 6.1 – Sistemática de Elaboração do Plano de Ação.....555
Tabela 6.2 – Montante de Recursos por Componente e Prioridade.....587
Tabela 6.3 – Prioridade A.....588
Tabela 6.3 – Prioridade A (continuação).....589
Tabela 6.3 – Prioridade A (continuação).....590
Tabela 6.3 – Prioridade A (continuação).....591
Tabela 6.3 – Prioridade A (continuação).....592
Tabela 6.3 – Prioridade A (continuação).....593
Tabela 6.3 – Prioridade A (continuação).....594
Tabela 6.3 – Prioridade A (continuação).....595
Tabela 6.4 – Prioridade B.....596
Tabela 6.4 – Prioridade B (continuação).....597
Tabela 6.4 – Prioridade B (continuação).....598
Tabela 6.4 – Prioridade B (continuação).....599
Tabela 6.4 – Prioridade B (continuação).....600
Tabela 6.4 – Prioridade B (continuação).....601

Tabela 6.5 – Componente 1 (Prioridade A).....602
Tabela 6.6 – Componente 2 (Prioridade A).....604
Tabela 6.7 – Componente 3 (Prioridade A).....605
Tabela 6.8 – Componente 1 (Prioridade B).....606
Tabela 6.9 – Componente 2 (Prioridade B).....607
Tabela 6.10 – Componente 3 (Prioridade B).....608
Tabela 6.11 – Componente 1 (29,5% do Total de Prioridade A).....609
Tabela 6.12 – Componente 2 (68,1% do Total de Prioridade A).....611
Tabela 6.13 – Componente 3 (2,4% do Total de Prioridade A).....612
Figura 6.2 – Proposta Metodológica para Avaliação dos Impactos Esperados do Plano de Ação do PDITS.....618
Tabela 6.14 – Impactos Esperados das Intervenções do Plano de Ação e Indicadores de Verificação.....619
Tabela 6.15 – Impactos Esperados das Intervenções do Plano de Ação e Indicadores de Verificação.....620
Tabela 6.16 – Impactos Esperados das Intervenções do Plano de Ação e Indicadores de Verificação.....621
Tabela 6.17 – Impactos Esperados das Intervenções do Plano de Ação e Indicadores de Verificação.....623
Figura 7.1– Sistemática do Processo Participativo (Reuniões Organizadas pela FGV) 627
Tabela 7.1 - Reuniões com a Comunidade – PDITS do Pólo Litoral Sul.....629
Tabela 7.2 - Número de Participantes por Modalidade de reunião Focal.....630
Gráfico 7.1- Média de Participantes por Município Presente por Reunião.....631
Gráfico 7.2 – Participantes por Grupo - Pólo Litoral Sul.....632
Anexo C 1 – Atrativos e Avaliações - Cairu.....639
Anexo C 1 – Atrativos e Avaliações – Cairu (Continuação).....640
Anexo C 2 – Atrativos e Avaliações – Camamu.....641
Anexo C 3 – Atrativos e Avaliações – Canavieiras.....642
Anexo C 4 – Atrativos e Avaliações – Igrapiúna.....643
Anexo C 5 – Atrativos e Avaliações - Ilhéus.....644
Anexo C 5 – Atrativos e Avaliações – Ilhéus (continuação).....645
Anexo C 6 – Atrativos e Avaliações - Itacaré.....646
Anexo C 7 – Atrativos e Avaliações – Ituberá.....647
Anexo C 8 – Atrativos e Avaliações – Maraú.....648
Anexo C 9 – Atrativos e Avaliações – Nilo Peçanha.....649
Anexo C 10 – Atrativos e Avaliações – Santa Luzia.....650
Anexo C 11 – Atrativos e Avaliações – Taperoá.....651
Anexo C 12 – Atrativos e Avaliações – Una.....652
Anexo C 13 – Atrativos e Avaliações – Uruçuca.....653

Anexo C 14 – Atrativos e Avaliações – Valença.....654

Siglas

ABAV	Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABIH	Associação Brasileira da Indústria de Hotéis
APA	Área de Proteção Ambiental
BID	Banco Internamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BTS	Baía de Todos os Santos
CEF	Caixa Econômica Federal
CEPRAM	Cosnelho Estadual de Meio Ambiente
CHS	Centro Histórico de Salvador
CIA	Centro Industrial de Aratu
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONDER	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CRA	Centro de Recursos Ambientais
DERBA	Departamento de Infra-estrutura de Transportes da Bahia
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos
EMBASA	Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A
EMBRATUR	Instituto Brasileiro do Turismo
ETE	Estação de Tratamento de Esgoto
FEAT	Fórum de Estudos Avançados para o Turismo
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
GMDI	Gasto Médio Diário Individual
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDS	Índice de Desenvolvimento Social
IGPM	Índice Geral de Preços de Mercado
IH	Instituto de Hospitalidade
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária

IPAC	Instituto de Proteção do Acervo Cultural da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN	Instituo de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LIMPEC	Companhia de Limpeza Urbana de Camaçari
LIMPURB	Empresa de Limpeza Urbana de Salvador
MDIC	Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio
MH	Meio de Hospedagem
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONG	Organização Não-Governamental
OPAS	Organização Panamericana de Saúde
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PDLU	Plano Diretor de Limpeza Urbana
PDM	Plano Diretor Municipal
PDT	Pesquisa de Demanda Turística
PEA	População Economicamente Ativa
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PM	Permanência Média
PMS	Prefeitura Municipal de Salvador
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Plurianual
PRODETUR NE	Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste
PSE	Pólo Salvador e Entorno
PSF	Programa de Saúde da Família
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RLAM	Refinaria Landulfo Alves
RMS	Região Metropolitana de Salvador
RPPN	Reserva Particular do Patrimônio Natural
SAA	Sistema de Abastecimento de Água
SCT	Secretaria de Cultura e Turismo
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço de Apoio à Pequena e Micro Empresa
SEFAZ	Secretaria da Fazenda da Bahia
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais

SEINFRA	Secretaria de Infra-estrutura da Bahia
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SES	Sistema de Esgotamento Sanitário
SETRAS	Secretaria Estadual de Trabalho e Assistência Social
SUINVEST	Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos
SUS	Sistema Único de Saúde
UEE	Unidade Executora Estadual
UH	Unidade Habitacional Hoteleira

1. Resumo Executivo

Este Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS – foi elaborado pela equipe da Fundação Getúlio Vargas (FGV), com apoio da Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos (SUINVEST), por solicitação da Secretaria de Cultura e Turismo (SCT) do Governo do Estado da Bahia. Este trabalho propõe um plano de desenvolvimento estratégico da atividade turística para os municípios contidos no Pólo Litoral Sul, composto pelas Zonas Turísticas da Costa do Dendê e da Costa do Cacau.

Este PDITS atende às exigências e recomendações do Termo de Referência elaborado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), conforme regulamento operativo do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil, 2ª etapa (PRODETUR NE II).

O plano foi estruturado em sete tópicos:

- Avaliação do PRODETUR NE I
- Diagnóstico da área de planejamento;
- Matriz SWOT
- Estratégias de desenvolvimento turístico;
- Quadros prospectivos;
- Planos de ação;
- Participação da comunidade.

Os itens apresentados a seguir ressaltam as principais conclusões de cada tópico.

PRODETUR NE I

Neste segmento do PDITS, o objetivo foi elaborar uma avaliação dos impactos das ações do PRODETUR NE I e de outros investimentos (públicos e privados) no Pólo Litoral Sul. Houve esforços e intervenções realizadas pelo Governo do Estado, tendo como fonte de recursos também o PRODETUR NE I (além de recursos próprios e de outras fontes). Essas intervenções foram fundamentais para a implementação e caracterização do Pólo, tendo como base os acessos internos e externos do Pólo, a urbanização de algumas localidades e a preservação ambiental. Levando em conta que a acessibilidade era o principal óbice para o desenvolvimento turístico (principalmente em Ilhéus e Itacaré), pode-se dizer que os resultados foram positivos e direcionamento estratégico elaborado para o PRODETUR NE I foi eficiente.

Investimentos do PRODETUR NE I

Após o resgate dos objetivos e do contexto do Programa em sua primeira etapa, são apresentados na Tabela 1.1 os investimentos realizados pelo PRODETUR no Pólo Litoral Sul.

Tabela 1.1 – Investimentos do PRODETUR NE I no Pólo do Descobrimento*

Intervenções	Valor (US$ Mil)	% do Total Investido	Data de Conclusão
Acesso Aeroporto Valença/Atracadouro B. Jardim (Contrapartida)	3.046	12,7%	jun/00
Intervenções Ambientais	1.209	5,1%	1994-2002
Rodovia Ilhéus/Itacaré	18.058	75,5%	mai/98
Sistema de Esgotamento Sanitário de Itacaré	1.600	6,7%	dez/04 *
TOTAL Pólo Litoral Sul	**23.913**	**100,0%**	

* Previsão

Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

Destacam-se as intervenções em prol do transporte e acessibilidade do pólo, que somam 88,3% dos recursos investidos. Os investimentos na proteção e conscientização ambiental também são imprescindíveis em destinos como Itacaré, Santa Luzia, Camacho e Maraú, que têm a base de sua atratividade nos recursos naturais.

Investimentos do Governo no Pólo Litoral Sul

A maior parte dos recursos foi aplicada a transportes, principalmente rodovias. Com isto está reconhecida a importância estratégica deste meio de acesso ao Pólo e de circulação interna. Houve também esforço na área de saneamento e investimentos no setor elétrico, que hoje já não é mais atribuição do Governo do Estado. A concentração de ações e investimentos nas áreas mais deficitárias do pólo gerou boas taxas de crescimento em vários indicadores.

Tabela 1.2 – Investimentos concluídos do Governo do Estado no Pólo Litoral Sul – 1991-2001

Setor Investido	Cacau	Dendê	Pólo Litoral Sul	% Total
Transportes	33.527	47.690	81.217	47,3%
Saneamento	54.560	1.891	56.451	32,9%
Energia Elétrica	4.782	11.650	16.432	9,6%
Outros	11.923	67	11.990	7,0%
Aeroportos	1.260	4.165	5.425	3,2%
Preservação Ambiental	52	91	143	0,1%
Recuperação do Patrimônio	0	136	136	0,1%
TOTAL	**106.104**	**65.690**	**171.794**	100%

Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

Resultados

Os resultados gerados com estes investimentos podem ser verificados nas sinopses subseqüentes. Ressaltamos, para esta verificação, a importância dos seguintes dados:

- Evolução no número de UHs – Capítulo 3.9;
- Evolução do número de empregados em atividades turísticas – Capítulo 3.10.2; e
- Investimentos privados – Capítulos 3.7 e 3.13

Conclusão

As ações realizadas nos últimos 10 anos, incluindo as do PRODETUR NE I, tiveram sua origem em um planejamento estratégico que identificou como principal problema ao desenvolvimento do turismo no Pólo Litoral Sul a questão da acessibilidade interna e externa do Pólo. Sob esta perspectiva, as ações implementadas efetivamente resolveram boa parte dos problemas e geraram um desenvolvimento real da atividade turística na região.

Para que este crescimento continue de maneira efetiva e sustentável há uma urgente necessidade de (a) promover um turismo que focalize a diferenciação, auferindo maior receita por turistas em detrimento do número total de visitantes; (b) aumentar o associativismo entre os agentes econômicos ligados às atividades turísticas, para evitar que o aumento de fluxo seja maior que aumento de receita.

A continuidade das ações deve ocorrer, percebendo-se especial atenção à implementação de ações em diferentes localidades, permitindo a descentralização do fluxo para um maior número de localidades. A participação da comunidade (sociedade civil, empresariado e poder público local) na discussão dos planos e da implementação das ações deve continuar sendo estimulada, permitindo maior envolvimentos desses setores no processo de desenvolvimento turístico, garantindo a valorização e o crescimento do destino.

Nesta etapa do PRODETUR NE, deve ser feito um esforço para a complementação das ações já iniciadas, e a atenção deve ser focada ainda na questão ambiental, levando em conta para tanto os problemas que ainda se encontra na região, principalmente relacionados a saneamento básico, disposição de resíduos sólidos e falta de conscientização da população local no que diz respeito à valorização dos recursos naturais, históricos e culturais, além do melhor preparo das comunidades para o exercício da atividade turística.

Diagnóstico

Definição da Área de Planejamento

O Pólo Litoral Sul é composto por duas zonas turísticas complementares e internamente homogêneas. Apresentam, entretanto, características culturais e ambientais próprias e levemente distintas uma da outra. O Pólo reúne 14 municípios, distribuídos da seguinte maneira:

- **Costa do Dendê:** Valença, Taperoá, Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú;
- **Costa do Cacau:** Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Santa Luzia, Canavieiras.

Os principais atrativos desse pólo estão relacionados à magnífica diversidade ambiental, presente em seus diversos rios, canais, praias e matas. Complementando esse atributo natural diferenciado, estão características culturais e históricas significativas, eminentemente rurais e estreitamente relacionadas aos ciclos econômicos de lavouras típicas da região. O dendê, o cacau, a piaçava e o cravo são alguns dos produtos que contribuíram para a formação dessa identidade própria do Pólo Litoral Sul.

Dinâmica Socioeconômica

Este capítulo introduz o Pólo Litoral Sul, apresentando uma série de "indicadores síntese". Esses indicadores oferecem parâmetros de avaliação da situação dos municípios do Pólo e da Bahia, comparando com o contexto regional e nacional. Esses indicadores abordam quatro dimensões:

- **Social**: avalia as condições de qualidade de vida;
- **Econômico**: analisa os padrões de produtividade;
- **Ambiental**: identifica a intensidade do uso dos recursos naturais;
- **Demográfica**: capta as taxas de crescimento populacional.

Também são analisadas informações acerca da "rede urbana" regional, permitindo reconhecer a hierarquia dos municípios no que diz respeito à polarização e à oferta de bens e serviços. A seguir são sumarizadas as conclusões de cada uma dessas dimensões:

Dimensão Social

Os municípios apresentaram resultados heterogêneos no nível do Pólo. Dentro da Costa do Dendê, entretanto, todos os resultados indicaram um caso-tipo denominado "Condições Sociais Ruins" (a quinta posição entre nove possíveis – 5/9). Esse caso-tipo reúne os municípios que apresentaram indicadores sociais caracterizados por mortalidade infantil média e analfabetismo alto ou muito alto.

Já a Costa do Cacau apresentou, de maneira geral, resultados piores, exceto por Ilhéus, com resultados médios maiores que os demais municípios do Pólo Litoral Sul. Esse município foi classificado no caso-tipo "Boas Condições Sociais" (2/9), caracterizado por baixa mortalidade e analfabetismo baixo ou médio. Todos os demais municípios da Costa do Cacau foram classificados no caso-tipo "Oportunidade Zero" (7/9), em que geralmente há alta mortalidade e analfabetismo alto ou muito alto.

Dimensão Econômica

A análise da dimensão econômica identificou que a grande maioria dos municípios do Pólo Litoral Sul estão classificados no caso-tipo "Economias Pouco Produtivas com Arrecadação Precária" (7/9). Esse caso-tipo agrupa municípios com Índice de Desenvolvimento Econômico (IDE) baixo e receita tributária per capita baixa ou muito baixa. As exceções a esse grupo são os municípios de Taperoá, Nilo Peçanha, Igrapiúna (Costa do Dendê – CD) e Santa Luzia (Costa do Cacau – CC), inclusos no caso-tipo "Sem Oportunidade e Sem Arrecadação" (9/9). Esses municípios possuem IDE e receita tributária per capita muito baixos. Cairu (CD), também foi alocado em outro caso-tipo, um nível acima desse último, denominado "Sem Oportunidade e Sabendo Arrecadar" (8/9). Esse município apresenta IDE muito baixo e receita tributária per capita entre baixa e média.

Dimensão Ambiental

A análise dos indicadores da dimensão ambiental identificou que os municípios do Pólo Litoral Sul estão distribuídos por três casos tipos, apresentados a seguir, da melhor para a pior situação:

- "Degradação Antrópica Muito Alta, Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos" (12/15): Valença, Cairu, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Maraú (CD); Santa Luzia e Canavieiras (CC)
- "Degradação Antrópica Extremamente Alta, Reduzindo a Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos" (14/15): Ilhéus e Uruçuca (CC);
- "Degradação Antrópica Extremamente Alta, Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos" (15/15): Taperoá e Nilo Peçanha (CD); Una e Itacaré (CC).

Dimensão Demográfica

Nessa dimensão, os indicadores avaliam a contribuição do município para o crescimento populacional absoluto do país. Foram identificados quatro casos-tipo para o Pólo Litoral Sul nessa dimensão. A seguir, eles são apresentados da maior para a menor contribuição:

- "Massa Crescente" (7/10). Baixa contribuição ao crescimento populacional nacional na década de 1990 e taxa de crescimento anual média: Ituberá e Igrapiúna (CD); Una (CC);
- "Maioria Silenciosa" (8/10). Baixa contribuição ao crescimento populacional nacional na década de 1990 e taxa de crescimento anual baixa: Valença, Camamu, Maraú (CD); Canavieiras (CC);
- "Massa Declinante" (9/10). Contribuição negativa ao crescimento populacional nacional na década de 1990 e taxa de crescimento anual negativa ou muito negativa: Taperoá e Nilo Peçanha (CD); Itacaré e Santa Luzia (CC);
- "Terminais" (10/10). Contribuição muito negativa ao crescimento populacional nacional na década de 1990 e taxa de crescimento anual negativa ou muito negativa: Cairu(CD); Ilhéus e Uruçuca (CC);

Rede Urbana

A relação de fornecimento de bens e serviços entre os municípios do Pólo Litoral Sul indica Valença e Ilhéus como os principais pontos de polarização dos municípios. Valença, dentro do âmbito da Costa do Dendê, e Ilhéus, para a Costa do Cacau. Maraú e Camamu (CD) e Itacaré (CC) também procuram em Ubaitaba, município situado fora do Pólo Litoral Sul, bens e serviços complementares.

Análise da Dinâmica Econômica

Esse capítulo apresenta a caracterização das economias do Estado e dos municípios. Para tanto, descreve as evolução recente dos portes econômicos, os principais setores e produtos.

Caracterização Econômica da Bahia

Os municípios do Pólo Litoral Sul estão inseridos dentro de macro-regiões economicamente homogêneas. Essas macro-regiões foram definidas pela Bahia, dentro de um enfoque estratégico, prevendo ações coordenadas a serem implementadas pelas várias secretarias de Estado. Os municípios do Pólo foram assim distribuídos:

- **Eixo Mata Atlântica (municípios da Costa do Cacau, Maraú e outros fora do Pólo Litoral Sul)** – Caracterizado pela atividade cacaueira, pecuária bovina, culturas agrícolas, e pólo de informática de Ilhéus. Encontra no ecoturismo importante vertente de desenvolvimento. Para resguardar o patrimônio natural, estão sendo implantados uma série de mecanismos de conservação e preservação do meio ambiente.
- **Eixo Grande Recôncavo (municípios da Costa do Dendê, exceto Maraú, e outros fora do Pólo Litoral Sul)** – Ênfase na produção agropecuária, laranja e fumo. Há, ainda, importantes atividades nas indústrias de calçados e bebidas. Este eixo tem como principal destaque o município de Feira de Santana.

A partir de 1991, o turismo recebeu um incentivo adicional por parte do governo estadual. Um novo plano estratégico, com horizonte de atuação de 15 anos, é implementado. São

programados investimentos públicos da ordem de US$ 2,1 bilhões, que colaboram para a captação de outros US$ 5,4 bi, até 2012, em investimentos privados.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado da Bahia cresceu 187% em reais no período de 1994 e 1999, alcançando R$ 43 bilhões nesse ano. Representa em torno de 33% do PIB nordestino e 4,3% do PIB nacional. Atualmente, o setor terciário é o predominante no Estado, responsável por 48,7% do valor total. O setor secundário também é representativo, com 41,2%. O setor primário, que em 1975 respondia por quase um terço do PIB baiano, em 2000 representava apenas 10,1% do PIB baiano.

Individualmente, cinco setores específicos são os mais importantes, cobrindo quase 70% do PIB baiano: indústria de transformação (25,8%); administração pública (12%); aluguel de imóveis (10,6%); construção (10,1%) e agropecuária (10,0%).

Caracterização Econômica dos Municípios

No Pólo Litoral Sul, Valença e Ilhéus são responsáveis por 67% do PIB total do Pólo. Segundo dados da FIPE para o ano de 2000, outros serviços (31,1%), agropecuária (23,8%), construção (13,5%) e administração pública (9,4%) são os setores mais significativos, somando quase 78% da produção regional. Comparando com os dados estaduais, percebe-se que o PIB do Pólo Litoral Sul representa 2,4% do PIB baiano.

As economias municipais estão organizadas em torno de alguns produtos de maior relevância. A agricultura e o agro-extrativismo são fortes, baseados no cacau, dendê, cravo, guaraná, piaçava, seringa (látex para borracha), pimenta-do-reino e coco-da-baía. A pesca, principalmente artesanal, também é responsável pelo sustento de muitos habitantes. O turismo também se configura como importante atividade geradora de emprego e renda.

Fora do âmbito geral do Pólo Litoral Sul, algumas atividades foram desenvolvidas em municípios específicos, como a criação de camarões em Valença, o pólo de informática em Ilhéus, a presença da Michellin (produção de borracha) em Ituberá e a construção naval em Camamu e Valença.

Além dessas atividades, há indícios de uma grande reserva de gás combustível nas proximidades da Baía de Camamu. Os estudos de análise econômica dessa reserva ainda não estão completos, mas a confirmação de sua viabilidade comercial poderá representar uma grande alteração no perfil econômico da região.

Impacto do Turismo na Economia

O setor primário do Pólo Litoral Sul possui um peso relativo alto na economia regional. Esse setor é complementado por uns poucos empreendimentos industriais e uma razoavelmente densa estrutura de serviços. Essa estrutura de produção ainda não é capaz de gerar oportunidade e renda suficiente para os habitantes, sendo necessário o desenvolvimento de setores econômicos complementares. O papel do turismo, nesse contexto, é evidente, principalmente pelas características naturais e culturais de grande potencial.

A atividade turística poderá contribuir com a economia local de três maneira distintas: Em primeiro lugar, acrescentando renda e emprego para os habitantes; em segundo lugar, aumentando o mercado consumidor dos produtos da região através do fluxo de visitantes; por fim, poderá colaborar com a melhoria das condições de acesso e distribuição da produção local, pois se trata de um requisito prévio para o desenvolvimento do turismo.

Análise Social

A análise das condições sociais do Pólo Litoral Sul é elaborada a partir da avaliação de quatro áreas. Inicia-se com dados e avaliações sobre o porte, as características e a dinâmica da população nos últimos anos. A análise das condições de vida, segunda área de avaliação, estuda as condições de emprego e renda, os indicadores sociais e a cobertura dos serviços básicos. A terceira área, educação, avalia o nível educacional da população e a estrutura escolar disponível. A última área, saúde, apresenta informações sobre as condições de atendimento (estrutura e localização), indicadores de mortalidade infantil e de saúde geral. A seguir são resumidas as conclusões de cada uma das áreas:

População

A população do Pólo Litoral Sul soma 550 mil habitantes, sendo que 55% desse total reside em Ilhéus e Valença, os dois maiores municípios. Apesar de predominantemente urbana (62% da população), a região ainda conta com diversos municípios onde a população rural ainda é maioria, como Taperoá, Nilo Peçanha, Igrapiúna, Camamu, Maraú, Itacaré e Una.

Durante a década de 1990, a população do Pólo Litoral Sul praticamente estagnou (crescimento de 0,2%). Alguns de seus municípios apresentaram queda na população, como Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Itacaré, Uruçuca, Ilhéus e Santa Luzia. O empobrecimento do campo (que teve a praga da vassoura-de-bruxa nas lavouras de cacau como uma das maiores responsáveis), foi um dos principais fatores para essa diminuição. Outra característica populacional marcante é a predominância da população jovem, com 40% da população classificada nas faixas até 19 anos.

Condições de Vida

Em relação aos empregos formais, percebe-se que o número de trabalhadores com carteira assinada é consideravelmente baixo (32,6 mil), se comparado com a população em idade ativa (406,0 mil). Apesar de haver uma grande quantidade de empregos informais, essa realidade implica em péssimos índices de renda. Dados do IBGE para o ano de 2000 indicam que, no pólo como um todo, em torno de 50% dos chefes de domicílio apresentam renda inferior a um salário mínimo. Outros 11% não possuíam renda no momento da pesquisa.

Apesar desses dados, todos os municípios do Pólo Litoral Sul apresentaram considerável evolução nos indicadores de desenvolvimento humano (IDH), calculados a partir de metodologia desenvolvida pela ONU. Durante a década de 1990, todos os municípios do pólo subiram do nível de desenvolvimento humano baixo para o médio. Ilhéus (0,703) e Valença (0,672) são os que apresentam os melhores IDHs, sendo que apenas o primeiro apresentou valor maior que a média do Estado (0,693).

Os índices de cobertura de serviços básicos demonstram com bastante objetividade a situação do pólo. Os serviços de abastecimento de água apresentaram aumento substancial durante a década de 1990, passando de 30% para aproximadamente 50%. Os valores ainda são baixos, mas demonstram a evolução. Em relação à coleta de esgoto, o índice de domicílios atendidos por algum tipo de solução saiu de praticamente zero para algo como 33%. A coleta de resíduos sólidos também apresentou sensível melhoria, passando de 36% para 54% dos domicílios. No entanto, o esgoto e os resíduos sólidos coletados ainda não são destinados adequadamente, resolvendo parcialmente os problemas de saúde pública e degradação ambiental.

Educação

Em relação ao nível educacional do Pólo Litoral Sul, dados do IBGE de 2000 indicam que 35% dos chefes de família não são instruídos ou possuem até um ano de instrução. Apenas 11% desses chefes possuem mais de dez anos de instrução. Apesar de preocupantes, esses números vêm apresentando sensível melhoria nos últimos anos. Como exemplo, temos a taxa de alfabetização, que passou de 50% em 1990 para 72% em 2000. O processo de aprimoramento educacional está em curso, sendo que, atualmente, 82% da população estudantil do Pólo Litoral Sul está matriculada no nível fundamental.

Apoiando esse processo de melhoria do nível educacional do pólo, estão 536 escolas de nível infantil, 1.094 estabelecimentos do nível fundamental e outros 43 de nível médio. Essa rede de estabelecimentos de ensino está dispersa tanto pela área urbana como pela área rural. Quanto ao ensino profissionalizante e superior, apenas Ilhéus e Valença contam com unidades do CEFET, SENAI, SESI e universidades.

Saúde

A rede de atendimento médico cobre todo o Pólo Litoral Sul, mas está concentrada em alguns de seus municípios. Segundo dados estatísticos da SEI para o ano de 2001, apesar de uma razoável estrutura em Valença e Ilhéus, vários dos municípios ainda não possuíam hospitais. Na Costa do Dendê, Cairu, Nilo Peçanha, Igrapiúna e Maraú se encontravam nessa situação. Esses municípios contavam apenas com postos ou centros de saúde. Na Costa do Cacau, por sua vez, Itacaré, Uruçuca e Santa Luzia possuíam apenas centros de saúde.

Em 1999, Ilhéus e Valença apresentaram a maior parte dos casos de doenças sexualmente transmissíveis (DST) notificados. Vários casos de dengue também foram notificados, além de um valor considerável de casos de meningite e hepatite. Valença e Ituberá apresentaram uma grande quantidade de casos de esquistossomose.

Os níveis de mortalidade infantil apresentam valores altos em praticamente todo o pólo. Ilhéus (com índices de 30 óbitos por mil nascidos vivos) é o município que apresenta os melhores resultados. Na Costa do Dendê o índice fica em torno de 44 por mil, enquanto nos demais municípios da Costa do Cacau as estimativas são da ordem de 61 por mil. Apesar de valores de mortalidade infantil relativamente altos, a expectativa de vida ao nascer vem apresentando aumentos consistentes. Os valores para o Estado da Bahia aumentaram de 60 para 67,7 anos entre 1980 e 2000. A distância entre os valores médios nacionais e o Estado também vem sendo reduzida.

Infra-estrutura

Neste capítulo é feita uma avaliação da situação de **saneamento básico** (água, esgoto e resíduos sólidos), e de **transportes** (estruturas e operação dos modais) do Pólo Litoral Sul. A análise dos componentes de infra-estrutura no Pólo Litoral Sul tem como objetivo verificar a adequação da oferta dos componentes e serviços à demanda turística atual e futura. Devem ser considerados no processo de planejamento os picos de demanda ocasionados pelo afluxo de excursionistas e turistas, além das necessidades da comunidade local.

A infra-estrutura disponível nos municípios do Pólo Litoral Sul ainda é inadequada às necessidades da população e aos projetos de desenvolvimento turístico da região. Há uma certa homogeneidade nas condições dos municípios, com melhores estruturas sendo verificadas em Ilhéus e, em menor grau, Valença. A Costa do Cacau apresenta-se relativamente mais dotada de infra-estrutura que a Costa do Dendê.

Saneamento Básico

O órgão responsável pela execução, fiscalização, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado é a Empresa Baiana de Águas e Saneamento SA – EMBASA. A empresa demonstra boa capacidade técnica para gerenciamento e execução de obras. No entanto, constatam-se algumas deficiências no processo de implantação de novos sistemas no que tange ao gerenciamento dos impactos ambientais. A maior parte dos municípios do Pólo Litoral Sul é atendida pela EMBASA. Valença e Taperoá possuem somente sistemas operados pelas prefeituras municipais.

As maiores intervenções em saneamento básico realizadas no Pólo Litoral Sul nos últimos anos foram em Cairu (Morro de São Paulo), Una e Ilhéus. Praticamente a totalidade dos recursos disponibilizados desde 1997 foi aplicada nesses municípios, especialmente em Ilhéus, que ficou com 98% dos recursos. Maraú também recebeu uma pequena parcela de investimentos. Todos os recursos disponibilizados desde 1997 totalizaram R$ 108.713.575,00.

Os sistemas de abastecimento de água cobrem uma área onde reside cerca de 50% da população do Pólo Litoral Sul (ou 94% da população urbana). Menos abrangentes, os sistemas de tratamento de esgoto cobrem uma área onde reside apenas cerca de 13% da população (ou 24% da população urbana).

Em relação ao **abastecimento de água**, percebe-se que houve uma considerável evolução nos índices de atendimento e um grande volume de investimentos nos últimos anos, melhorando as condições de atendimento. As populações urbanas são contempladas em mais de 90,0% em quase todos os municípios, mas grande parte da população das áreas rurais não é atendida. Mais da metade da população do Pólo Litoral Sul ainda habita nessas áreas. Além dos sistemas já em operação, há projetos concluídos de SAA para Ilhéus (Olivença), Uruçuca (Serra Grande) e Valença (Maricoabo). Além disso, há um projeto em fase de elaboração para Una (Comandatuba).

Em relação ao **esgotamento sanitário**, a situação do Pólo Litoral Sul é bem menos favorável. Não houve investimento público em sistemas de esgotamento sanitário com recursos do PRODETUR I na região do Pólo Litoral Sul. Atualmente, o único município que apresenta um sistema abrangente de esgotamento sanitário é Ilhéus. Cerca de 41,0% da população urbana do município é atendida. Além de Ilhéus, o distrito de Morro de São Paulo (Cairu) acaba de inaugurar seu sistema. Una também conta com um Sistema de Esgotamento Sanitário que contempla, no entanto, apenas 8,0% da população urbana. Nos demais municípios, há uma parcela da população que tem seu esgoto coletado por rede geral ou pluvial, mas os efluentes não são tratados e são lançados diretamente em cursos d'água. Uma parcela significativa da população utiliza fossas rudimentares. A instalação de Sistemas de Esgotamento Sanitário deve permitir a expansão dos serviços de esgotamento na região, ainda deficiente e com grande impacto na qualidade da experiência turística e na conservação dos recursos hídricos. Segundo a EMBASA (2002), há projetos concluídos para Camamu, Canavieiras, Ilhéus (Olivença), Itacaré (Sede e Taboquinhas) e Uruçuca (Serra Grande).

A situação dos **resíduos sólidos** também gera preocupação. A coleta, realizada pelas prefeituras municipais, ainda não é suficiente, especialmente em áreas mais isoladas. O maior problema, no entanto, está na destinação dos resíduos. A disposição final desses resíduos sólidos geralmente se dá nos chamados lixões, áreas onde se verifica a inexistência de qualquer cuidado em termos de conservação ambiental e controle da saúde pública. A dispersão geográfica de alguns municípios, aliada às dificuldades de acesso (estradas ruins ou distritos localizados em ilhas), faz com que a disposição final dos resíduos afete a qualidade de vida dos residentes e a atividade turística. Os projetos de aterros sanitários são

de responsabilidade da CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia). É também sua atribuição gerenciar e acompanhar o funcionamento desses aterros. O aterro sanitário de Ilhéus foi concluído em dezembro de 2002 e já se encontra em operação. O aterro de Valença, por sua vez, teve suas obras iniciadas em março de 2003, com previsão de conclusão em setembro. Além desses dois projetos, já implantados ou em implantação, Itacaré deverá contar com um aterro sanitário. Em Morro de São Paulo, segundo informações do CONDER, há um aterro provisório da prefeitura, que deverá suprir as necessidades do distrito até a viabilização do aterro de Valença.

Um tipo de solução viável para o problema de escassez de recursos é a implantação de Aterros Sanitários Simplificados (ASS). Os ASS são uma alternativa mais barata para municípios com populações inferiores a 40.000 habitantes ou com produção de até 20 toneladas diárias de resíduos. Deve-se considerar como fator de grande importância o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos, prevendo, sobretudo, a redução, a reutilização e a reciclagem através de programas de coleta seletiva.

Transportes

O DERBA (Departamento de Infra-estrutura de Transportes da Bahia) é responsável pelo sistema de transportes no Estado da Bahia. O órgão é responsável pela construção, manutenção e supervisão de estradas e terminais. Constata-se que o DERBA possui capacidade técnica e administrativa para executar, fiscalizar e manter os serviços sob sua responsabilidade, pois conta com estrutura adequada. O componente de fortalecimento institucional do Programa de Corredores Rodoviários do Estado da Bahia ajudou muito a consolidar a capacidade técnica do órgão.

A fiscalização e regulação dos transportes estão sob responsabilidade da AGERBA (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia), que tem realizado, por exemplo, intervenções na tentativa de melhorar os serviços prestados nos terminais rodoviários desde sua instituição em 1998. As facilidades aos usuários, os guichês de vendas de passagens e o entorno são os pontos mais problemáticos.

O panorama da infra-estrutura de transportes do Pólo Litoral Sul apresenta-se relativamente favorável. Há uma ampla base de terminais e de meios de transporte, mas são verificados alguns problemas, como a falta de integração entre a Costa do Cacau e a Costa do Dendê, restringindo a criação de roteiros integrados.

O **sistema aeroviário** é amplo e adequado ao transporte regional e nacional. A disposição dos terminais ao longo do Pólo Litoral Sul permite ligação com os principais geradores de demanda. O Pólo Litoral Sul conta com três aeroportos que comportam vôos nacionais, além de aeródromos em algumas localidades. O Aeroporto de Valença foi recém construído, mas ainda não apresenta uma operação significativa. O Aeroporto Transamérica Comandatuba, situado na ilha, opera com vôos nacionais. Atende principalmente ao fluxo gerado pelo resort instalado na Ilha de Comandatuba. O Aeroporto de Ilhéus é o maior da região e é o único cujo terminal é administrado pela INFRAERO, fazendo de Ilhéus o portão de entrada do Pólo Litoral Sul pelo sistema aeroviário. No entanto, o aeroporto não possui condições para a operação de vôos internacionais, em função das dimensões atuais da pista de pouso. Também não há possibilidade de ampliação da pista, já que existem inibições geográficas no local onde o terminal se encontra atualmente. Cogita-se a transferência do aeroporto para a área norte do município, dotando Ilhéus de um aeroporto internacional. Esse projeto poderá incentivar o crescimento do fluxo internacional. O crescimento total do fluxo turístico, por sua vez, poderá viabilizar novas rotas aéreas, facilitando ainda mais o acesso aos municípios da região.

O **sistema rodoviário** é bem estruturado e atende à maior parte das áreas de interesse turístico, apesar de não haver integração direta por rodovia pavimentada entre a Costa do Cacau e a Costa do Dendê. O acesso rodoviário ao Pólo Litoral Sul se dá, primordialmente, através da BR-101. Dentro do Pólo, entretanto, a principal via de trânsito é a BA-001. A rodovia estadual segue paralela à costa em quase toda a sua extensão. O acesso a alguns distritos ou municípios se dá através de pequenas rodovias vicinais. No entanto, há uma grande variedade de áreas costeiras ou distritos onde não há acesso rodoviário. Nessas localidades, o principal meio de transporte é o hidroviário (marítimo ou fluvial). Apesar das condições precárias da sinalização e da pista em alguns trechos específicos, a circulação entre os principais pontos do Pólo Litoral Sul é razoavelmente segura. Dez municípios do Pólo Litoral Sul possuem atualmente terminais rodoviários (Camamu, Canavieiras, Ilhéus, Itacaré, Ituberá, Nilo Peçanha, Taperoá, Igrapiúna, Uruçuca e Valença).

Levando em consideração as características geográficas e culturais do Pólo Litoral Sul, o **sistema hidroviário** é um item estratégico a ser desenvolvido. A existência de canais, baías e rios permite uma navegação confortável e agradável para inúmeras regiões de interesse turístico, especialmente na Costa do Dendê, onde as condições geográficas inibem o desenvolvimento do transporte rodoviário. O acesso a vários distritos e localidades se dá através de hidrovias. Entretanto, só há linhas regulares para Morro de São Paulo a partir de Salvador. Para os demais destinos, ou a partir de outras origens, o acesso se dá através de embarcações particulares ou de pequenas empresas que arranjam as viagens conforme a demanda. Além desses traslados, há linhas de transporte hidroviário utilizadas pelas comunidades ribeirinhas dos canais do Serinhaém, de Taperoá e de Cairu. Os municípios que possuem a maior quantidade de atracadouros são Cairu e Igrapiúna, em função dos diversos distritos localizados às margens de rios, canais ou mar. Apesar da vasta quantidade de atracadouros nos municípios, alguns operam em condições precárias. Em Ilhéus, existem grandes possibilidades de desenvolvimento do turismo de cruzeiros marítimos, interligando o Pólo Litoral Sul definitivamente aos roteiros da costa brasileira. O próprio turismo náutico deverá ter um importante papel no desenvolvimento turístico do Pólo. Para tanto, existe a necessidade de intervenções em terminais, sinalização marítima, segurança das embarcações, incentivo à implantação de marinas e ampliação dos serviços de transporte.

Patrimônio Histórico e Cultural

No Pólo Litoral Sul existem muitos monumentos de relevância histórico-cultural. Entretanto, somente cinco são oficialmente tombados. Com isso se percebe a necessidade de fortalecimento dos órgãos federais e estaduais relacionados a patrimônio, juntamente com uma dinamização dos processos de tombamento e proteção dos monumentos, evitando ameaças à manutenção dos monumentos e ao desenvolvimento da atividade turística baseada no patrimônio.

A grande importância do patrimônio histórico-artístico-natural já foi reconhecida pela comunidade e por parte do poder público. Isso se constata através dos projetos e programas em prol do patrimônio histórico acontecendo no Pólo. Foram investidos cerca de US$ 2,8 milhões em Valença (Teatro Municipal e Recuperação do Centro Histórico). Ainda estão em andamento intervenções em Ilhéus, Cairu e Canavieiras da ordem de US$ 3,6 milhões. Projetos como o Quarteirão Cultural Jorge Amado e a recuperação do Centro Histórico de Canavieiras são grandes aliados da atividade turística, pois, por um lado, recuperam e revitalizam o patrimônio, e por outro transformam os monumentos em produtos e atrativos turísticos.

Estas intervenções podem alavancar o número de turistas que viajam ao Pólo com motivação histórico-cultural. Atualmente, segundo as Pesquisas de Demanda Turística da Bahiatursa,

somente 0,9% dos turistas vão à região motivados pelo patrimônio. Valença é o destino que tem maior fatia de turistas com esta motivação, atingindo 3,8%. Evoluções mundiais do fenômeno turístico indicam, entretanto uma diversificação das motivações dos turistas. Assim, passam a ter interesses multifacetados quando viajam. Por isso, mesmo os destinos que possuem seus atrativos naturais como diferenciais competitivos não podem deixar de valorizar seus atrativos histórico-culturais.

Recomendam-se ações emergenciais de revitalização de patrimônio, já que alguns dos monumentos no Pólo Litoral Sul estão em condições de conservação que põem em risco sua existência. A inclusão das comunidades locais no processo de preservação e conservação do patrimônio é uma das soluções recomendadas. Os órgãos mantenedores seriam responsáveis pela coordenação, pelo gerenciamento de informações e projetos de recuperação, deixando a gestão do patrimônio nas mãos da prefeitura e da comunidade.

Em adendo, recomenda-se que os estudos sobre patrimônio histórico como atrativos sejam intensificados, descobrindo novos usos e meios de revitalizá-lo. A capacidade de atuação dos órgãos responsáveis pelo patrimônio (no Estada da Bahia, o IPAC) deve, portanto, ser alavancada. Assim, os principais monumentos do Pólo precisam passar pelo processo de tombamento e mais informações precisam ser levantadas, garantindo, com isso, a conservação de uma parte maior do patrimônio.

Aspectos Sócio-ambientais

O capítulo com a análise sócio-ambiental do Pólo Litoral Sul faz uma apanhado dos principais problemas e a situação atual dos ecossistemas da região. Foi dividido em cinco partes.

A primeira avalia os impactos das intervenções realizadas no âmbito do PRODETUR I, identificando os benefícios e os impactos negativos observados.

A segunda parte é caracterização ambiental do Pólo, com a descrição dos principais ecossistemas, a avaliação das principais unidades de conservação e análise do uso que está se fazendo dos recursos naturais mais afetados pelo turismo, como recifes, bacias hidrográficas e terrenos.

A terceira parte faz uma avaliação dos instrumentos, órgãos e instituições públicas e do terceiro setor existentes no Pólo, responsáveis por resguardar os recursos naturais. Identifica os principais atores e a legislação ambiental existente, fornecendo subsídios para a elaboração de ações, parcerias e estratégias de conservação.

A quarta parte apresenta o conceito de corredores ecológicos e, especificamente, o Corredor Central da Mata Atlântica. A questão dos corredores ecológicos é central para o planejamento ambiental dessa região, dadas as necessidades de se planejar dentro de uma perspectiva mais ampla que a meramente regional. Define a importância e a precedência dos corredores de mata atlântica sobre o zoneamento ambiental regional e municipal.

A quinta e última parte sintetiza as principais questões, identificando as conclusões da questão sócio-ambiental e as recomendações principais para esse tema.

Capacidade Institucional Municipal

Este capítulo analisa a capacidade institucional atual dos municípios do Pólo Litoral Sul. Para tanto, são analisadas três grandes áreas: Capacidade de Planejamento e Implementação de Políticas; Capacidade de Administração / Gestão dos Municípios e; Capacidade de Gestão das Atividades Turísticas. A seguir são apresentadas de maneira sucinta as principais conclusões do capítulo.

Capacidade de Planejamento e Implementação de Políticas

Neste item considerou-se importante o diagnóstico dos atuais instrumentos de gestão presentes nos municípios do Pólo, como também a participação nos programas federais de modernização administrativa.

Instrumentos de Gestão

Para a análise da ***Base Normativa Legal*** dos municípios o instrumento eleito foi a Lei de Uso do Solo e Meio Ambiente. Constatou-se que dos quatorze municípios integrantes do Pólo Litoral Sul, nove contam com esse instrumento. Ressalta-se que as Bases Normativas Legais são instrumentos que auxiliam os municípios, e também a sociedade, na ação de proteger o território de ocupação desordenada, em cenário de crescimento constante de ocupação.

O Plano Diretor Municipal foi o instrumento utilizado para a análise do ***Sistema de Planejamento*** e é obrigatório para a participação dos municípios no PRODETUR II. A Tabela 1.3 mostra a situação atual dos municípios em relação ao Plano Diretor Municipal, nota-se que nenhum município conta com este importante instrumento implementado, sendo portanto, necessário a sua implementação. Cinco municípios do Pólo contam com o Plano Diretor Urbano, que rege sobre o perímetro urbano do município, nesses casos, é necessária a complementação para o Plano Diretor Municipal (aquele que rege sobre todo o perímetro do município).

Tabela 1.3 - Situação dos municípios do Pólo Litoral Sul em relação ao Plano Diretor Municipal

	Município	Situação	Recursos Previstos		
			CAR	Prodetur II	Outros
Costa do Dendê	Valença	Possui PDU - Precisa complementação para PDM		X	
	Cairu	PDM em elaboração	X		
	Taperoá	PDM em elaboração	X		
	Nilo Peçanha	PDM em elaboração	X		
	Ituberá	Possui PDU - Precisa complementação para PDM		X	
	Igrapiúna	PDM em elaboração	X		
	Camamu	Possui PDU - Precisa complementação para PDM		X	
	Maraú	Sem PDM		X	
Costa do Cacau	Itacaré	PDM em elaboração			Conder
	Uruçuca	Sem PDM		X	
	Ilhéus	Possui PDU - Precisa complementação para PDM			Prefeitura
	Una	Sem PDM			
	Santa Luzia	Sem PDM		X	
	Canavieiras	Possui PDU - Precisa complementação para PDM		X	

CAR - Companhia de Ação Regional - Programa PRODUR (BIRD)
Prodetur II - Elaboração Prevista nos PDITS
PDU -Plano Diretor Urbano
PDM - Plano Diretor Municipal

Fonte: SUINVEST 2003

A análise do ***Sistema Tributário*** demonstrou que apenas o município de Igrapiúna não conta com a Planta de Valores Imobiliários.

No quesito dos ***Instrumentos de Gestão Controle e Fiscalização***, os instrumentos analisados foram os seguintes:

- Conselho Municipal de Turismo: em geral, esses conselhos estão presentes no processo de planejamento, deliberação e viabilização de ações que concorram para o desenvolvimento do turismo local. Com exceção dos municípios de Valença, Camamu e Uruçuca, todos os outros contam com este instrumento implementado.
- Conselho Municipal de Meio Ambiente: constitui em exigência contratual do PRODETUR II. Os únicos municípios que não contam com a presença deste conselho são Camamu e Itacaré.
- Código de Obras: estabelece normas, controle e fiscalização nas edificações, sua existência também é condicionante para a participação no PRODETUR NE II. Apenas 50% dos municípios contam com este instrumento implementado.
- Código de Posturas: não contam com este instrumento os municípios de Cairu e Nilo Peçanha.

Programas Federais de Modernização da Administração Municipal

Com exceção de Taperoá, todos os municípios estão cadastrados no PNAF-M[1]. Ressalta-se que a adesão das prefeituras a programas federais de modernização da administração também é condicionante para sua participação no PRODETUR NE II.

Capacidade de Administração / Gestão dos Municípios

A análise realizada neste item demonstrou que, de um modo geral, os municípios do Pólo apresentaram aumento de receita expressivos durante o período de análise (1996/1999). Outro ponto observado foi que todos os municípios, com exceção de Itacaré e Maraú tiveram uma evolução das receitas maior do que a evolução das despesas, podendo ser reflexo de uma melhora na qualidade da administração de fluxos de recursos por parte das prefeituras.

A análise da composição das receitas mostra uma situação de forte dependência de recursos advindos de transferências constitucionais (FPM - Fundo de Participação dos Municípios e a quota parte municipal do ICMS).

Capacidade de Gestão das Atividades Turísticas

Para a analise da capacidade de gestão das atividades turísticas os seguintes itens foram aalisados:

Estruturas Administrativas Específicas do Setor Turístico

O diagnóstico das estruturas administrativas específicas do setor turístico evidenciou que apesar da maioria dos municípios contarem com secretarias de turismo e de meio ambiente a grande maioria delas funciona de maneira agregada (secretaria agregada) podendo representar pouca autonomia nas suas instâncias de planejamento e de deliberação. Aliado a este fato tem-se uma baixa incidência de Administração de Fundos Específicos e de Plano de Ação Setorial específicos do setor turístico.

Participação da Comunidade no Processo Decisório

Este item evidenciou a falta de legislação que obriga a participação da comunidade na definição dos investimentos e, apesar da maioria dos municípios ter a comunidade informada acerca dos investimentos e resultados alcançados, ainda é pequena a participação da comunidade nos processos (planejamento participativo, planejamento setorial de turismo, planejamento setorial de meio ambiente).

[1] Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros.

Fiscalização

Apesar da maioria dos municípios afirmarem possuir critérios e procedimentos padronizados com acompanhamento sistemático das ações de fiscalização, a visita de campo, realizada durante o período de janeiro e fevereiro de 2002 não confirmou tais informações. A pesquisa de campo constatou entre outros problemas a falta de estruturas para as demandas de fiscalização, resultando em um ambiente constantemente degradado por construções e atividades ilegais.

Conclusão

A capacidade institucional municipal apresenta problemas na maioria dos municípios. Ressalta-se que a ausência de instrumentos de gestão pode impedir a plena realização dos objetivos do PRODETUR NE II. Destaca-se a ausência do Plano Diretor Municipal em todos os municípios do Pólo. A baixa capacidade de arrecadação local foi outro ponto negativo verificado em praticamente todos os municípios do Pólo.

Conclui-se que afim de que a atividade turística seja gerida de forma a trazer benefícios para o destino, a capacidade institucional precisa ser aprimorada. É necessário que haja pessoal capacitado e instrumentos de gestão disponíveis para que as intervenções necessárias para desenvolver o turismo de maneira sustentável possam ser realizadas de maneira eficaz. Vale ressaltar que a participação da comunidade no processo decisório pode resultar em melhores tomadas de decisão.

Capacitação do Setor Privado

Nesse capítulo, é feita uma análise das características dos agentes privados relacionados com o turismo no Pólo Litoral Sul.

Análise do PRODETUR I

A implementação do PRODETUR NE I se deu a partir de 1995, terminando em 2002. Entretanto, o Estado da Bahia iniciou seu programa estadual de desenvolvimento do turismo em 1991, gerando resultados diretos nos investimentos do setor privado. Os investimentos privados realizados no período de 1991-2001 no setor turístico do Pólo Litoral Sul totalizaram US$ 90.356805,00. O maior montante de recursos foi aplicado no período de 1995-1998, quando se investiu mais da metade de todo o montante do período. Destacam-se os investimentos realizados na Costa do Cacau. Os investimentos em execução ou em projeto totalizam US$ 380.550.000,00, concentrados especialmente na Costa do Cacau.

Os investimentos feitos pelo setor privado no Pólo Litoral Sul demonstram que o empresariado é atuante. Um fator importante para isso foi a colocação do turismo entre as estratégias de desenvolvimento econômico do Estado da Bahia a partir de 1991. Nesse sentido, a implementação do PRODETUR NE I, a partir de 1995, também incentivou os investimentos privados na região.

Associativismo Empresarial

Um estudo desenvolvido pelo Monitor Group mostrou que, apesar do fluxo turístico no Estado da Bahia ter aumentado no período de 1991 a 2000, o aumento não foi equivalente na receita gerada por esses turistas. Uma das causas disso é a competição baseada no preço praticada pelos empresários do Estado. O fato de os agentes operarem sem qualquer tipo de associativismo faz com que eles tenham menor rentabilidade, restringindo o crescimento da atividade turística. Somente se os agentes agirem de forma cooperativa e conjunta, vantagens competitivas poderão ser geradas. A cooperação entre os empresários traz um

valor maior a todos do que somente a operação isolada dos empreendimentos. A concorrência, que hoje estimula a baixa de preços, deve ser substituída pela parceria entre os agentes para o desenvolvimento da região como um todo.

Gestão Empresarial

A oferta razoável de centros abastecedores na região faz com que os empresários ligados ao turismo não tenham grandes dificuldades de abastecimento para as suas atividades. A maioria das localidades turísticas possui uma boa infra-estrutura de comércio. Os principais centros abastecedores do Pólo Litoral Sul são Valença e Itabuna / Ilhéus. Fora do Pólo Litoral Sul, encontram-se alguns centros abastecedores de maior porte e complexidade, que suprem necessidades específicas. Entre os principais centros pode-se listar Salvador, Feira de Santana e Santo Antônio de Jesus. Existem ainda muitos produtos que não podem ser encontrados no Estado da Bahia e mesmo no Brasil. Alguns poderiam ser produzidos no âmbito do Pólo Litoral Sul, gerando maiores impactos econômicos locais.

A maioria dos empresários do Pólo Litoral Sul alega não depender de empresas de fora da cidade para a comercialização de seu produto. Eles afirmaram que a divulgação de seu produto se dá pela internet e/ou por indicação. Alguns afirmaram depender, de alguma forma, de empresas de fora da cidade para divulgar/comercializar seus produtos. Verifica-se que a comercialização dos produtos turísticos de dá de forma pulverizada, contando com poucas parcerias, o que dificulta a venda e comercialização desses produtos.

O Pólo Litoral Sul apresenta, na maioria dos casos, uma administração ainda pouco profissional e que não encontra condições de implementar sistemas de qualidade. São verificados procedimentos pouco modernos de manutenção da qualidade. O certificado de Qualidade Bahiatursa é considerado como um diferencial de qualidade do hotel. O certificado foi criado em 1999 com a finalidade de aferir os serviços da hotelaria em relação ao critério de qualidade da região baiana.

Conselho de Turismo do Pólo

Com o objetivo de apoiar o desenvolvimento dos Pólos de Turismo, adotou-se como estratégia um modelo de planejamento que vai além dos moldes tradicionais, por apresentar forte compromisso com o engajamento da sociedade na definição das ações, reconhecendo-a como instrumento legítimo de participação no processo decisório. Neste sentido, os **Conselhos de Turismo** reúnem os atores que militam na atividade turística em nível regional. Os Conselhos são espaços sistematizados para o planejamento, a deliberação e viabilização de ações que concorram para o desenvolvimento do turismo.

O Conselho de Turismo do Pólo Litoral Sul foi oficialmente formado em abril de 2003. A reunião de eleição dos Conselheiros ocorreu em Ilhéus e contou com a presença de inúmeros prefeitos dos municípios do Pólo, além de representantes do setor privado e da sociedade civil organizada. A última reunião de Conselho realizada foi a de Convalidação que ocorreu em julho de 2003 no município de Valença, onde o Conselho aprovou o PDITS por unanimidade.

Nível de Compromisso do Setor em Relação ao PDITS

As reuniões realizadas para a elaboração participativa deste PDITS são um ótimo indicador do nível de compromisso e interesse da sociedade civil com o plano. Foram realizados três modelos de reuniões para a produção deste plano. Nessas reuniões, cerca de 22% representavam o setor privado.

Durante as reuniões, os empresários do Pólo Litoral Sul demonstram as seguintes posturas em relação ao PDITS: esperança (muitos percebem no PDITS a chance do município receber recursos e melhorar a situação atual); interesse (os empresários que estiveram presentes nas reuniões mostraram-se interessados e muito dispostos a colaborar); desconfiança (muitos duvidam da conclusão e efetivação do PDITS); e ausência (os empresários de muitos municípios não estiveram representados nas reuniões, deixando de expor suas dificuldades e idéias).

As reuniões de elaboração dos PDITS demonstraram, de um modo geral, um grande interesse por parte dos participantes e disposição para colaborar para o desenvolvimento sustentável da região. As reuniões contaram com a colaboração de diversos setores da sociedade local.

Produtos Turísticos e Atrativos

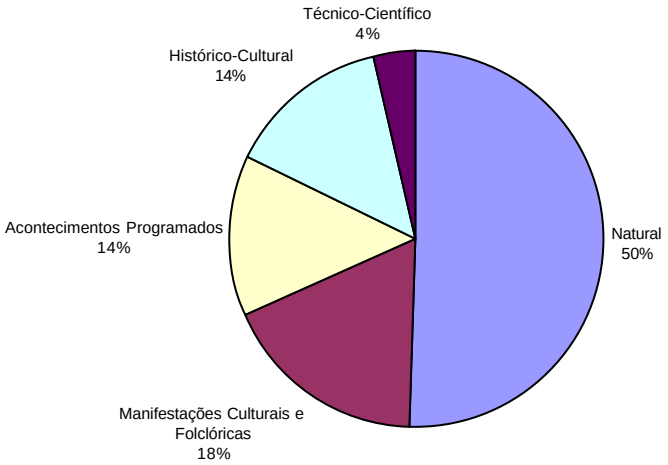
O capítulo identifica os principais atrativos e produtos turísticos existentes no Pólo Litoral Sul, através de terminologias da EMBRATUR e de um sistema próprio de classificações.

Com base nessas metodologias, estudou-se a situação atual dos atrativos e produtos turísticos, definidos pela sua efetiva utilização para fins turísticos. Estudou-se, ainda, as perspectivas futuras do Pólo, através da análise dos atrativos potenciais, aqueles que têm possibilidade de uso turístico, mas que ainda não geram visitação turística.

Situação Atual

O gráfico abaixo apresenta a distribuição dos atrativos efetivos, segundo a classificação por categorias. Essa classificação revela, parcialmente, a essência turística atual do pólo. Permite compreender qual é o perfil da oferta de atrativos.

Gráfico 1.1 – Atrativos Efetivos por Categoria (Total) – Pólo Litoral Sul



Fonte: FGV 2002

Como percebe-se pelo gráfico acima, a categoria de atrativos naturais é a mais numerosa, seguida pelas manifestações culturais e folclóricas.

A metodologia utilizada permitiu uma análise qualitativa da oferta, complementando a análise quantitativa apresentada pelo gráfico anterior. Por essa metodologia, foram

identificados os atrativos de maior destaque para cada categoria. Na categoria natural, a mais importante do Pólo, os atrativos de destaque foram:

Tabela 1.4 – Principais Atrativos Efetivos – Categoria Natural (Nota)

Costa do Cacau	
Praia de Itacarezinho	**66**
Itacaré	
Canais de Canavieiras (pesca)	**64**
Canavieiras	
Praia São José	**64**
Itacaré	
Praia de Camboinha	**62**
Itacaré	
Prainha	**62**
Itacaré	
Trilha Interpretativa Alto da Esperança / Vila Camboinha	**62**
Itacaré	
Costa do Dendê	
Praia do Pratigi	**66**
Ituberá	
Baía de Camamu (ilhas, praias, etc)	**65**
Camamu	
Ilha da Pedra Furada	**64**
Camamu	
Ilha de Tinharé	**63**
Cairu	
Parque da Comporta (Dique da Ponte)	**62**
Ituberá	
Praia das Mangueiras	**62**
Maraú	

Fonte: FGV 2002

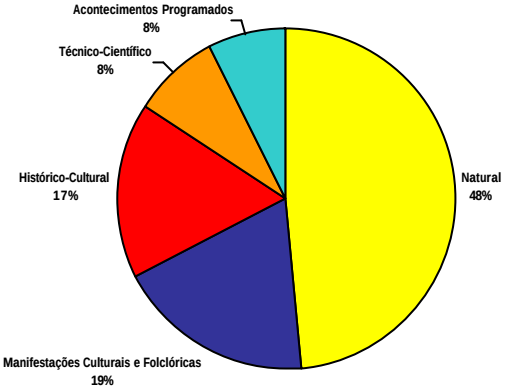
A avaliação da pontuação total dos atrativos efetivos de cada categoria produziu um ranking, com os municípios que apresentaram maior pontuação. Os destaques de cada categoria foram:

- **Histórico-cultural**: Ilhéus e Cairu;
- **Manifestações culturais**: Ituberá, Cairu, Itacaré, Camamu e Uruçuca;
- **Natural:** Ilhéus, Itacaré, Cairu e Maraú;
- **Acontecimentos programados**: Itacaré e Canavieiras;
- **Técnico-científico**: Ilhéus

Situação Futura

A classificação dos atrativos potenciais em categorias produziu um resultado não muito diferente do atual, como se vê no gráfico abaixo:

Gráfico 1.2 – Atrativos Potenciais por Categoria (Total) – Pólo Litoral Sul



Fonte: FGV 2002

A predominância dos atrativos naturais ainda existe. A grande diferença, no entanto, refere-se ao tipo desses atrativos naturais. A tabela a seguir apresenta os atrativos potenciais de destaque:

Tabela 1.5 – Principais Atrativos Potenciais – Categoria Natural (Nota)

Costa do Cacau		
Trilha do Costão		**32**
	Itacaré	
Parque do Conduru - Uruçuca		**30**
	Uruçuca	
Praia Siríaco		**30**
	Itacaré	
Rio Jeribucaçu		**30**
	Itacaré	
Rio Tijuípe		**30**
	Itacaré	
Praia do Pompilho		**30**
	Uruçuca	
Costa do Dendê		
Canal de Taperoá		**32**
	Taperoá	
Estuário de Ituberá		**31**
	Ituberá	
Barra do Serinhaém		**31**
	Ituberá	
Manguezais de Cairu		**30**
	Cairu	
Canais de Cairú		**30**
	Cairu	
Ilhas do Canal de Taperoá		**30**
	Cairu	

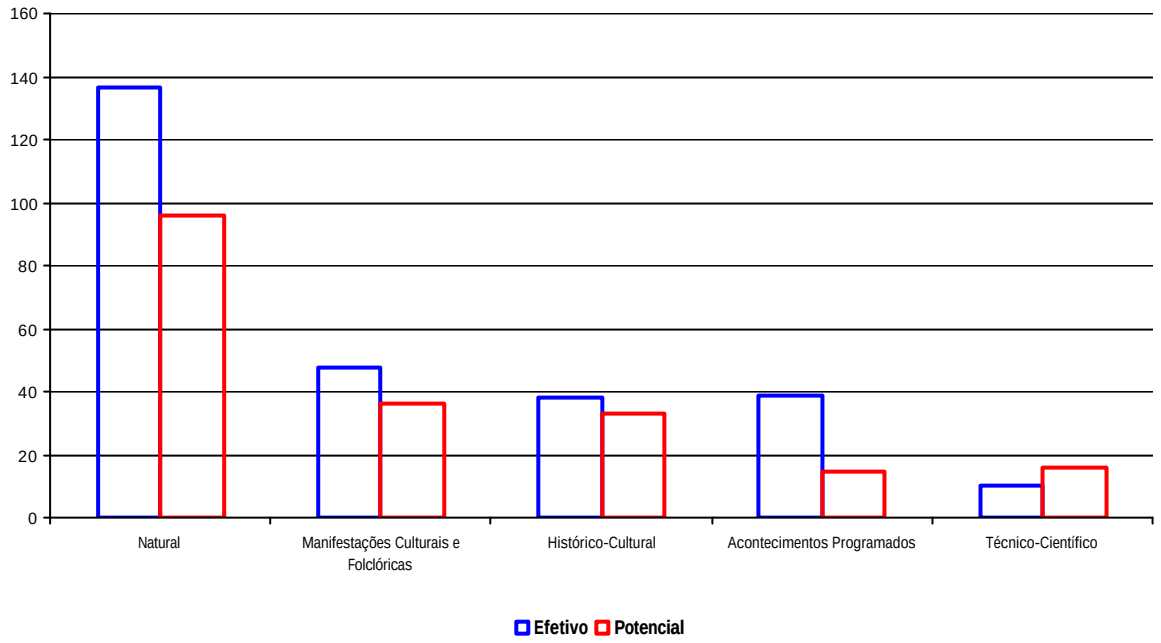
Fonte: FGV 2002

Como se percebe, a imensa maioria dos atrativos naturais efetivos são praias. A categoria natural potencial, por sua vez, apresenta uma variedade grande de atrativos, como canais, rios, trilhas, etc. Essa diferença indica que as perspectivas do turismo no pólo passem por

uma diversificação da oferta de produtos e serviços. A agregação de atrativos diferenciados, complementando a oferta atual com atrativos das categorias histórico-cultural e manifestações folclóricas também deverá ocorrer.

A avaliação quantitativa da oferta de atrativos efetivos e potenciais, por sua vez, indicou que ainda há um grande potencial a ser desenvolvido, como se observa pelo gráfico abaixo:

Gráfico 1.3- Atrativos Potenciais e Efetivos por Categoria – Pólo Litoral Sul



Fonte: FGV 2002

A análise de cada zona individualmente detectou que a Costa do Dendê possui um potencial ainda maior a ser desenvolvido, indicando que a atividade turística nessa zona é menos evoluída.

A reserva técnica de atrativos (atrativos potenciais) deverá ser utilizada de maneira a aprimorar e complementar a atividade turística já existente. Esse movimento poderá ser feito em duas direções:

- Melhorando a oferta de produtos e serviços turísticos para o **público existente**, aprimorando o uso dos atrativos efetivos e/ou incluindo os atrativos potenciais das categorias histórico-cultural, acontecimentos programados e manifestações culturais e folclóricas;
- Desenvolvendo **novos segmentos** turísticos, combinando os atrativos naturais potenciais diferenciados com essa reserva de atrativos potenciais das demais categorias, principalmente histórico-culturais e manifestações folclóricas.

Qualidade da Oferta Turística

A oferta turística pode ser dividida em duas categorias:

- Diferencial – os atrativos naturais e sócio-culturais, responsáveis pela escolha do turista por determinada destinação;

- Técnica – equipamentos e serviços existentes em uma determinada localidade, como a infra-estrutura básica e a infra-estrutura turística.

A análise da oferta atual de serviços tem como objetivo determinar a qualidade da recepção dos turistas, em grande parte dependente do serviço que é oferecido pelas empresas turísticas. Além disso, a quantidade e qualidade de empresas envolvidas com a atividade são indicadores do atual estágio de desenvolvimento dos municípios como destinações turísticas.

A oferta turística do Pólo Litoral Sul encontra-se atualmente bem dimensionada à demanda existente. Há estruturas desenvolvidas em praticamente todos os aspectos da oferta e também uma ampla variedade de serviços, capaz de atender a diversos segmentos motivacionais. Os maiores problemas da oferta turística do Pólo Litoral Sul, portanto, não se referem a seu dimensionamento e variedade, mas à qualidade dos serviços prestados.

Meios de Hospedagem

A oferta de hospedagem no Pólo Litoral Sul abrange desde resorts vinculados a cadeias nacionais a pequenas pensões com administração familiar. O total de meios de hospedagem (MHs) identificados pela Bahiatursa em 2001 foi de 521. Já o número de unidades habitacionais (UHs) era de 7.564, totalizando uma oferta global de 21.023 leitos. O maior número de UHs concentra-se na região de Ilhéus, que conta com 2.611 unidades. Em seguida estão Cairu (1.654), Valença (1.015) e Itacaré (732). O número de meios de hospedagem no Pólo Litoral Sul cresceu acentuadamente desde 1993, com uma taxa anual de 13,9%. O crescimento no número de UHs foi de 14,5%. A relação UH/MH indica que os empreendimentos da Costa do Cacau são em média de maior porte que os existentes na Costa do Dendê. Em Valença (Guaibim), Ilhéus e Maraú é marcante o número de residências secundárias e residências ofertadas aos turistas para aluguel.

O período de férias escolares (ou de verão, no caso dos países europeus) é, em geral, o momento em que uma parcela significativa dos turistas tem maior propensão a viajar. Portanto, além dos feriados, os principais picos de demanda acontecem nos meses de janeiro, fevereiro, junho, julho e agosto. Pesquisas realizadas pela Bahiatursa indicam que a sazonalidade é pronunciada nos meios de hospedagem do Pólo Litoral Sul. A demanda por hospedagem, além de apresentar sazonalidade anual, apresenta também sazonalidade semanal. O segmento de negócios, por exemplo, geralmente gera demanda de segunda-feira a quinta-feira, decaindo nos fins-de-semana. Nos municípios do Pólo Litoral Sul, entretanto, o segmento de negócios não é suficientemente representativo, com exceção da região de Ilhéus.

Os hotéis e pousadas de maior porte do Pólo Litoral Sul utilizam sistemas de reservas informatizados, mas a maioria ainda é caracterizada por formas de controle pouco automatizadas. Alguns poucos hotéis também possuem forças de vendas estruturadas.

Restaurantes Turísticos

Valença, Cairu, Ituberá, Maraú, Itacaré, Ilhéus e Canavieiras, que já apresentam fluxo turístico representativo, oferecem boas opções de restaurantes concebidos para atender especificamente aos turistas. Nas demais localidades do Pólo Litoral Sul, ainda há poucas opções para os turistas.

Em geral, os restaurantes rústicos dos municípios de menor porte oferecem atendimento simples e boa comida. Já nos restaurantes turísticos, a avaliação do atendimento é negativa, com um serviço geralmente demorado e desatento. Esse perfil de estabelecimento é encontrado mesmo nos destinos em que o turismo está mais consolidado. Os donos de restaurantes alegam dificuldade em encontrar mão de obra qualificada.

Agências de Turismo

Há uma adequada oferta de agências de viagens e operadores de receptivo, principalmente nos maiores centros (Valença, Morro de São Paulo, Itacaré e Ilhéus). Há atualmente 25 agências atuando dentro do Pólo Litoral Sul, segundo levantamento da Bahiatursa. Dentre essas agências, algumas atuam apenas no receptivo. Outras atuam também como agências de viagem emissivas, mas essas constituem a minoria. A variedade de passeios ofertados é grande, normalmente de curta duração, sem pernoite. No entanto, a oferta de passeios ainda pode ser inserida de maneira mais adequada na definição do produto turístico, sendo de maneira mais efetiva promovida como parte da estratégia de marketing dos destinos turísticos.

Verificam-se agências de diversos portes no Pólo Litoral Sul. Algumas delas são de pequeno porte, com menos de cinco funcionários na alta temporada e estrutura reduzida. Cerca de metade das agências estão na faixa de médio porte, possuindo de 6 a 15 funcionários na alta temporada. Apenas algumas agências possuem mais de quinze funcionários. Verifica-se que, em algumas agências, o atendimento aos turistas acontece somente em português, o que causa problemas aos estrangeiros que freqüentam a região.

Locadoras de Veículos

Atualmente, o Pólo Litoral Sul conta com o serviço prestado por 13 locadoras de veículos, sendo 12 localizadas em Ilhéus, o que indica forte concentração dos prestadores desse tipo serviço. No município de Itacaré também existe uma locadora de veículos do tipo "buggy". As locadoras de automóveis existentes em Ilhéus são normalmente de origem local, possuindo uma frota reduzida e opções restritas de serviços. No entanto, há grandes empresas nacionais presentes nesse mercado, que oferecem uma frota numerosa e serviços diferenciados, como central de reservas 24 horas.

Transportadoras

As principais opções de transporte estão próximas aos destinos turísticos consolidados. Ilhéus oferece as maiores possibilidades em relação a vôos e transporte rodoviário. Há inúmeras opções também em Valença e Morro de São Paulo. Existem também empresas que operam como transportadoras locais, prestando serviços de transporte turístico em veículos utilitários, microônibus e ônibus. Essas empresas concentram-se em Ilhéus e oferecem traslados para os principais destinos turísticos da Costa do Cacau, como Itacaré. Em menor número, há agências de turismo que atuam como transportadoras no município de Valença.

Há uma linha regular de transporte hidroviário no trecho entre Salvador e Morro de São Paulo. O acesso marítimo para qualquer outro destino se dá através de embarcações particulares ou pequenas empresas que trabalham conforme a demanda. Há ainda uma pequena balsa, com serviço extremamente irregular, operando a travessia do Rio de Contas, em Itacaré, para sua orla norte e Maraú. O Centro Náutico da Bahia (Salvador) oferece uma linha regular de lanchas para a travessia Salvador – Morro de São Paulo. Complementando os serviços das grandes companhias aéreas, no Pólo Litoral Sul há opções de empresas regionais de táxi aéreo.

Artesanato e Compras

O turismo e o artesanato possuem uma relação próxima, em função da possibilidade de complementação da experiência turística no momento em que o viajante toma contato com as formas de expressão artística de uma comunidade, assim como pela possibilidade de estruturação da produção artesanal voltada ao turista como um meio de geração de renda. Já

existem projetos voltados à estruturação e fortalecimento da cadeia produtiva do artesanato no Pólo Litoral Sul. O Projeto de Revitalização do Artesanato da Costa do Cacau é um exemplo. Através de "Oficinas de Criatividade e Design para o Artesanato", busca-se a consolidação da qualidade de produção e inovação das técnicas produtivas. Com relação à comercialização, algumas iniciativas de associativismo entre os artesãos também foram identificadas.

As principais vertentes de artesanato no Pólo Litoral Sul são a cerâmica em Ilhéus; fibras vegetais (trançados, cestaria e reaproveitamento do coco) em Ilhéus, Maraú, Canavieiras, Cairu e Valença; madeira em Maraú, onde existe atualmente a produção de móveis rústicos com a utilização de madeira local, e Canavieiras; artesanato em metal também em Canavieiras; tecidos em Ilhéus, onde são feitos bordados à mão, ponto de cruz, richelieu, produzindo toalhas e objetos decorativos; e Una, onde se destaca a tecelagem e bordados para a produção de tapetes e a pintura em tecidos.

Alguns dos principais pontos de venda de artesanato no Pólo Litoral Sul são o Banco da Vitória, a Central de Abastecimento do Malhado, o Mercado de Artesanato do SAC, as lojas no Aeroporto Jorge Amado, o distrito de Olivença, o distrito de Sambaituba, todos em Ilhéus, as lojas do centro de Canavieiras e a Feira de Artesanato de Morro de São Paulo (Cairu). Além dos pontos de comercialização citados, há algumas lojas de artesanato em municípios de interesse turístico, como Itacaré e Una.

Animação e Entretenimento

Há poucas opções de entretenimento, basicamente limitadas a alguns eventos pontuais e estruturas itinerantes. Não há muitos equipamentos de animação e entretenimento de grande destaque nos municípios do Pólo Litoral Sul. Ilhéus, sendo o maior município do Pólo, é o que apresenta opções mais diversificadas. Além do Teatro Municipal, situado próximo ao famoso Bar Vesúvio, há poucas opções de entretenimento e animação. Durante a alta temporada, em janeiro, a prefeitura organiza o Ilhéus Fest, um festival de música com convidados nacionais e estrangeiros. A duração do evento é de alguns dias e atrai um público diversificado, de moradores de outros municípios a turistas dos principais emissores nacionais. O Circo Folia Gabriela é outra opção. É uma estrutura montada na orla de Ilhéus que oferece inúmeras apresentações de artistas regionais, nas áreas de dança, música e teatro.

Nos demais destinos turísticos, as principais opções são bares com música e pista de dança. Itacaré e Morro de São Paulo, nesse quesito, apresentam uma grande variedade de opções, com a realização constante de festas. Nos demais destinos, o calendário de eventos e festas populares é que compõe a oferta de entretenimento.

Educação da Comunidade para o Turismo

O preparo de uma comunidade para o turismo é um tema complexo, envolvendo diversos aspectos da cultura e dos hábitos locais. O planejamento de ações que visem à conscientização da comunidade com relação à cidadania e ao turismo deve considerar que o processo de transformação de mentalidade é constante e incremental, não ocorrendo com a simples programação de "cursos de conscientização".

A hospitalidade constitui um diferencial em relação a destinos concorrentes, não só no Pólo Litoral Sul, mas na Bahia como um todo. Essa característica não é suficientemente abordada nas campanhas de divulgação, mas a imagem do Estado já está relacionada a ela em função dos relatos dos turistas a parentes e amigos. Em relação à problemática do lixo e à limpeza pública, a ação mais direta é a implantação de programas de sensibilização e conscientização da comunidade, esclarecendo o valor que é agregado ao local quando esse se encontra em

boas condições de limpeza, assim como o ganho de qualidade de vida que a própria população tem quando presta atenção à destinação correta do lixo.

Índices Educacionais

Percebe-se que a taxas médias de alfabetização nas zonas turísticas apresenta índices bem semelhantes à média baiana (78,4%). No caso da Costa do Dendê, os índices são ligeiramente inferiores. As taxas de alfabetização são muito semelhantes entre os municípios do Pólo Litoral Sul, não havendo grandes disparidades internas. Destaque ao município de Ilhéus, que conta com mais de 80% de alfabetizados na população. O município de Igrapiúna é o que apresenta a menor taxa, com 72% de alfabetizados entre a população adulta. Ressalta-se que mesmo em Ilhéus o índice é baixo se comparado à média nacional (87,2%).

Características da Sociedade Anfitriã

A disposição de uma comunidade em receber turistas é um item de avaliação subjetiva e, portanto, de análise complexa. Existem, no entanto, certos indicadores dessa disposição que podem fornecer indícios sobre a relação comunidade-turista, como o item "Hospitalidade do povo" das pesquisas da Bahiatursa. Da mesma forma, pode-se ter indicações sobre as atitudes da população com relação à "boa educação" no item "Limpeza pública".

A hospitalidade é o item com maiores índices de "ótimo" e "bom". Para todos os destinos, a média foi entre 89% e 93%, indicando que os turistas percebem a comunidade do Pólo Litoral Sul como receptiva e acolhedora. A limpeza pública é o item que menos agrada os turistas, sustentando índices de desagrado entre 27% e 42%. Na mesma pesquisa, apresentam-se os itens que os turistas mais gostaram nos destinos que visitaram. A hospitalidade figura sempre entre os três primeiros da lista, dividindo espaço com as praias e outros atrativos naturais. Entre os itens que menos agradaram aos turistas, destaca-se a limpeza pública, com índices muito superiores aos dos demais.

De acordo com a percepção da comunidade, as maiores carências em relação à conscientização para o turismo são as questões relacionadas ao lixo (limpeza pública). Como ponto positivo, destaca-se a cortesia da comunidade, também muito bem avaliada pelos turistas. Os resultados mostram que há certa sintonia entre as constatações da comunidade e a percepção dos turistas em relação aos itens analisados.

Programas e Projetos

Existe uma incidência maior no Pólo Litoral Sul de programas de conscientização para Fiscais, Barraqueiros, Agentes de Trânsito e Ambulantes. No entanto, os programas são ineficientes, não sendo referência para uma análise da conscientização da comunidade. Além dos programas de conscientização oferecidos aos setores específicos do município, pode-se citar o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que visa despertar a consciência das potencialidades turísticas de cada localidade. O PNMT já está sendo implementado em todos os municípios do Pólo Litoral Sul. A Agenda 21 é outro programa que vem contribuindo para despertar nas comunidades a consciência sobre a importância da cidadania e já foi implantado em alguns municípios. O IESB (Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul Bahia) é uma ONG com forte atuação no desenvolvimento de programas de conscientização da comunidade da região da APA Itacaré Serra Grande. Em meados de 1998, teve início o Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo, que teve como objetivos divulgar maciçamente a APA entre a maioria da população local; capacitar os principais agentes dos setores público e privado quanto aos conceitos de gestão dos recursos ambientais; e ampliar o conhecimento da população local sobre os conceitos de meio ambiente, cultura, geografia, história e planejamento do ecoturismo regional.

Capacitação Profissional para o Turismo

Um número significativo de pessoas está diretamente empregado no setor turístico do Pólo Litoral Sul (cerca de 27.300 trabalhadores). No entanto, mesmo que a hospitalidade natural do povo seja um grande diferencial, a qualidade do atendimento também depende do nível de capacitação técnica das pessoas que prestam serviços. Essa capacitação técnica pode ser alcançada através de cursos de curta duração, como os realizados nos municípios da região pelo SENAC, ou através de cursos de maior duração, em nível básico, técnico e superior. Mesmo que os cursos superiores sejam importantes para formação de mão de obra gerencial, a necessidade de cursos em nível básico e técnico é quantitativamente maior. Considerando o fluxo turístico internacional que já é representativo em lugares como Morro de São Paulo e Itacaré, há necessidade de ampliação da oferta de cursos de idiomas. Destaca-se também a importância da ampliação de programas de certificação de mão de obra.

Além da hospitalidade e da capacitação técnica, é importante que as pessoas envolvidas na prestação de serviços no setor turístico tenham uma formação cultural genérica, que valorize a experiência cultural do turista do Pólo Litoral Sul. Os trabalhadores do setor turístico estão na linha de frente do contato com o turista e precisam ser agentes promotores dos locais onde vivem. Para tanto, é necessário que conheçam a história regional e outros aspectos dos municípios que habitam. Todos esses aspectos podem ser desenvolvidos através de programas de educação sócio-profissional, nos quais a convivência e as relações pessoais contam tanto quanto o conteúdo técnico e específico. Novos espaços de aprendizagem podem ser descobertos, utilizando a empresa e a própria cidade como espaços educativos, fazendo com que o aprendizado para o turismo não esteja concentrado em cursos de tempo e conteúdo determinados.

O setor turístico é composto pelos seguintes segmentos: Hotelaria e Alojamento; Restaurantes e Similares; Lazer e Entretenimento; Agências e Operadoras de Viagem e Turismo; Transportes e Outros Serviços. O número de empregados no setor turístico de cada pólo pode ser estimado de acordo com o fluxo turístico e a permanência média dos turistas em cada Zona Turística. Desta maneira, calculou-se o número de empregos gerados no Pólo Litoral Sul de acordo com sua participação no turismo baiano (9%), baseada no número de Turistas Dias. Estimou-se um total de 27.305 empregados no setor turístico, somando os empregos gerados na Costa do Dendê aos da Costa do Cacau.

Hotéis e Outras Empresas de Hospedagem

O setor de hospedagem representa 8,8% dos empregos gerados no turismo do Estado da Bahia. Com relação ao número de pessoas ocupadas, os destaques da área de hospedagem são os cargos de recepcionista, arrumadeira e camareira. Os trabalhadores do segmento com 4 a 11 anos de estudo totalizam 65% do total, enquanto para o Brasil o índice é 75%. A remuneração dos empregados em atividades de hospedagem também é inferior na Bahia em relação à média nacional. Perto de 80% da mão de obra da hotelaria recebe mensalmente de 0 a 2 salários mínimos. O número de empregos apresentou um crescimento estável desde 1993. De 92 a 99, o setor de turismo teve um crescimento global em número de empregos gerados de 31%, enquanto a atividade de hospedagem teve 43% de incremento.

Bares e Restaurantes

O setor de alimentação é o que mais gera empregos no contexto da atividade turística da Bahia. Os empregos do setor representam 52% de todos os gerados no setor. Grande parte das pessoas ocupadas no setor de alimentação é proprietária do negócio (34,6%). Em segundo lugar, aparecem os copeiros, balconistas e atendentes. Aproximadamente 39% das pessoas que trabalham no setor de bares e restaurantes possuem de 4 a 7 anos de estudo,

estando pouco abaixo do índice brasileiro, que é de 39,6%. Somente 2,3% dos trabalhadores estão na faixa de mais de 12 anos de estudo. O setor de alimentação é bastante conhecido pelos altos índices de rotatividade da mão de obra. Parte desse fenômeno pode ser explicado pelas baixas exigências de qualificação e remuneração baixa. No Estado da Bahia, a maioria (58%) dos trabalhadores do setor de alimentação recebe entre 0 e 2 salários mínimos mensais.

Lazer e Entretenimento

O setor de Lazer e Entretenimento representa um total de 6,9% da geração de empregos do setor turístico da Bahia. Os cargos e funções mais comuns do setor de Lazer e Entretenimento são os Músicos/Artistas/Atores/Cantores, que obtêm 31,9% do total de empregos. Os trabalhadores das atividades de Lazer e Entretenimento possuem uma média 7,6 anos de estudo. Dentre as cinco categorias estudadas na pesquisa, esta apresenta a segunda melhor média. Com relação à remuneração**,** existe uma grande concentração de trabalhadores ganhando menos de 2 salários mínimos. Eles representam 65,3% do total da mão de obra do setor. Entre o ano de 93 e 95 ocorreu um acréscimo de 78% na oferta de empregos no segmento, enquanto no turismo como um todo o acréscimo foi bem menor, 37%. Nota-se, então, que as atividades de Lazer têm baixa correlação com o turismo como um todo no que tange ao número de empregos gerados.

Agências e Operadoras de Viagens e Turismo

As Agências e Operadoras de Viagens e Turismo representam apenas 21,5% do total de empregos do setor turístico da Bahia. As ocupações mais significativas neste ramo são, em primeiro lugar, os Agentes de venda de passagens / Agente de Turismo que possuem 13,4% do total de empregos. Quase a metade (46,5%) dos trabalhadores possui entre 8 e 11 anos de estudo. As remunerações são as mais altas e melhor distribuídas do setor turístico, tanto na Bahia como no Brasil. O setor de Agências obteve, durante o período 92-99, um crescimento de empregos de 88% na Bahia. Esse é o maior crescimento no número de empregos das atividades turísticas. Apesar de apresentar grande acréscimo no número de empregos durante o período como um todo, o setor de agências e operadoras de viagem apresentou grandes oscilações.

Transportes

As atividades relacionadas a transportes representam hoje cerca de 30% dos profissionais que atuam na área de turismo na Bahia. As funções que possuem maior representatividade são as de motorista e taxista. Esses empregados representam mais da metade das ocupações, 55,2%. A escolaridade dos trabalhadores que atuam no segmento no Estado da Bahia é muito semelhante à do Brasil, tendo, porém, uma média de anos de estudo ligeiramente maior em relação à média nacional. A parcela de trabalhadores que recebem entre 2 e 5 salários mínimos é de 54,7%. O movimento da geração de empregos no segmento de transportes oscilou entre 92 e 99 de maneira semelhante ao movimento da geração de empregos do turismo.

Instituições de Capacitação e Treinamento

Segundo a pesquisa do IH, dois terços das empresas encontram dificuldades para a contratação de pessoal. Dentre as dificuldades, as empresas apontam com destaque a falta de treinamento e falta de experiência. Há grande demanda por treinamento e capacitação profissional, demonstrando que os cursos disponíveis atualmente não são suficientes. Destaca-se a falta de conhecimento de línguas estrangeiras. Na intenção de amenizar essas

carências, as empresas oferecem aos seus funcionários algum tipo de treinamento. A grande maioria delas oferece o treinamento na execução diária das tarefas.

O chamado "sistema S" é composto por instituições com atuação nacional reconhecida, como SENAI, SENAC e SEBRAE. No âmbito da capacitação de mão de obra para o turismo na Bahia e no Pólo Litoral Sul, a instituição mais atuante é o SENAC, cujos cursos e oficinas vêm preparando há vários anos os trabalhadores para a atuação competente em empresas de diversos segmentos do setor turístico. Desde 1998, foram formadas 40 turmas no Pólo Litoral Sul. Segundo a instituição, as turmas são compostas por uma nédia de 15 participantes, totalizando cerca de 600 pessoas capacitadas. O Sebrae, através de seu Programa de Turismo, atua nos municípios do Pólo Litoral Sul através da formação de grupos de empresas por segmento (hotéis, bares, restaurantes), sendo realizados diagnósticos empresariais dos empreendimentos participantes. A partir do levantamento das necessidades, são elaborados planos de intervenção, voltados essencialmente à capacitação dos empreendedores.

O "Fórum de Estudos Avançados para o Turismo" (FEAT), criado em 1999, realiza reuniões sistemáticas onde se discutem questões relacionadas ao turismo na Bahia, contando com a participação de empresas públicas, ONGs e setor privado. No que concerne à capacitação, o FEAT tem como objetivos "aproximar os currículos das instituições de ensino às necessidades do *trade* turístico" e "desenvolver programas para o turismo relativos à mobilização / conscientização, educação fundamental e profissional e desenvolvimento de comunidades".[2]

A única instituição capacitada para certificar mão de obra para o setor turístico em todo Brasil é o Instituto de Hospitalidade. O instituto dispõe de uma metodologia para a certificação de profissionais em parceria com diversas empresas representativas do setor.

A Faculdade Zacarias Góes (FAZAG), localizada em Valença, é a única instituição que oferece atualmente um curso de graduação em turismo no Pólo Litoral Sul. A instituição também oferece um programa intitulado "MBA – Turismo e Hotelaria". A Universidade Estadual de Santa Cruz, situada em Ilhéus, não oferece curso de graduação em turismo, mas possui programas de pós-graduação em administração hoteleira (*latu senso*), em convênio com o SENAC, e Cultura e Turismo (*strictu senso*).

Verifica-se que os maiores centros regionais do Pólo Litoral Sul (Ilhéus e Valença) possuem cursos voltados à capacitação de mão de obra em nível técnico e superior, mas a disponibilidade total de cursos no Pólo é reduzida, especialmente quando considera-se os cursos oferecidos em nível básico e técnico. A baixa quantidade de cursos de nível técnico é um dos grandes motivos para a carência em capacitação atualmente constatada.

Perfil do Turista

Esse capítulo está dividido em duas partes. A primeira trata das característica dos visitantes e da visitação aos principais destinos do Pólo Litoral Sul. A segunda parte avalia o nível de satisfação dos atuais visitantes em relação a equipamentos e serviços, infra-estrutura, atrativos e preços. A fonte dessas informações foram as pesquisas de demanda turística elaboradas pela Bahiatursa.

Características dos Turistas e da Visitação

O principal mercado emissor de turistas para os destinos do Pólo Litoral Sul é o doméstico. Os turistas internacionais representam uma minoria, com participação variando entre 29,7% (para Morro de São Paulo) e 1,6% (em Valença). Dos emissores nacionais, Bahia, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal estão regularmente entre os mais expressivos.

[2] FEAT, 2001

No mercado externo, os maiores emissores são Argentina, Itália, Portugal, Estados Unidos e França.

Os visitantes utilizam as rodovias (ônibus ou carros) como principal meio para acessar os destinos do Pólo Litoral Sul, exceto por Morro de São Paulo, onde os barcos são o meio de transporte mais utilizado. Em Ilhéus, onde há um aeroporto com tráfego intenso, em torno de 27% dos turistas utilizam o avião como meio de transporte de acesso.

À exceção de Canavieiras, onde apenas 27% dos turistas utilizam hotéis e pousadas, a maioria (entre 50% e 86%) dos visitantes dos destinos do Pólo Litoral Sul se utilizam desses meios de hospedagem. Outro meio bastante utilizado, exceto em Morro de São Paulo, são as casas de parentes e amigos (utilizadas por 20% a 38% dos visitantes).

Em Itacaré, Morro de São Paulo e Canavieiras a maioria dos visitantes entrevistados estavam visitando o destino pela primeira vez (valores entre 67% a 72%). Nos demais destinos (Ilhéus, Valença, e Camamu/Maraú), os visitantes que já conheciam o destino eram a maioria (valores entre 55% a 67%). Em todos os locais, os visitantes que viajavam em família eram a maioria, notadamente em Ilhéus (75%) e Valença (74%). Apenas em Morro de São Paulo e Camamu/Maraú foram identificados grupos significativos de turistas que viajavam em excursão (10% e 13%, respectivamente).

Os visitantes de Itacaré e Morro de São Paulo apresentavam as maiores rendas médias (US$ 1.485,00 e US$1.889,00). Os demais destinos apresentavam visitantes com renda média na faixa dos US$1.016,00-US$1.074,00. O motivo de viagem desses turistas foi, em sua imensa maioria, relacionado a passeio. Outro motivo significativo está relacionado com visita a parente e amigos (exceto em Itacaré e Morro). Em Ilhéus, negócios também apresenta uma fatia importante (11%). Em todos os destinos, por sua vez, os atrativos naturais são a principal motivação da viagem.

Canavieiras, Camamu/Maraú e Ilhéus apresentaram os maiores valores de permanência média, entre 9,7 e 11 dias. Itacaré apresentou permanência ligeiramente menor, 7,4 dias, enquanto que em Morro e Valença os turistas permanecem 5,7 e 5,9 dias, respectivamente.

Satisfação dos Visitantes

A intenção de retornar ao destino é alta em todos os locais pesquisados. O percentual de turistas que voltariam ao destino visitado variou entre 84,3%, em Itacaré, e 94,9%, em Camamu/Maraú.

Em relação a avaliação dos equipamentos e serviços turísticos, os destaques positivos para Morro de São Paulo foram os bares e restaurantes, os meios de hospedagem e a hospitalidade do povo. Em Ilhéus e Valença, o destaque foi a hospitalidade do povo. Em Camamu/Maraú, além da hospitalidade, os meios de hospedagem e os passeios oferecidos foram destacados. Em Canavieiras e Itacaré, as melhores avaliações ficaram por conta da hospitalidade e dos bares e restaurantes.

Os destaques negativos em Morro ficaram por conta dos guias turísticos, da sinalização e das informações turísticas. Em Ilhéus, as piores avaliações foram comércio/compras, diversões noturnas e sinalização turística. Em Valença, sinalização turística recebeu as piores avaliações. Em Camamu/Maraú, o comércio, os guias de turismo, as diversões noturnas, os equipamentos de lazer, a sinalização e a informação turística obtiveram baixos índices de aprovação. Em Canavieiras, os destaques negativos ficaram para o comércio, as diversões noturnas, os equipamentos de lazer, os passeios, o receptivo, a sinalização e a informação turística, todos com índices de regular, ruim e péssimo acima de 34%. Por fim, em Itacaré, os destaques negativos foram dados ao comércio e à sinalização turística.

A avaliação dos turistas sobre a infra-estrutura urbana identificou, em Morro de São Paulo, que as comunicações foram bem avaliadas, enquanto que o terminal marítimo e a limpeza pública foram destaques negativos. Em Ilhéus, a sinalização urbana, as comunicações e a segurança pública foram consideradas boas ou ótimas pela maior parte dos visitantes, enquanto a limpeza pública deixou a desejar. Em Valença, as comunicações a segurança pública foram bem avaliadas e a sinalização urbana e a limpeza pública foram reprovadas. Em Camamu/Maraú o terminal marítimo foi bem avaliado, mas os serviços médicos, as comunicações, a limpeza e a segurança pública não agradaram. Já em Canavieiras, as comunicações, a limpeza e a segurança pública agradaram, sendo o item pior avaliado a sinalização urbana. Itacaré não apresentou nenhum grande destaque positivo, mas as comunicações, a limpeza pública e a sinalização urbana foram consistentemente criticadas.

Em todos os destinos do Pólo Litoral Sul os atrativos naturais receberam altos índices de aprovação. Também houve grande aprovação aos atrativos histórico-culturais de Ilhéus e Canavieiras. A percepção sobre preços foi elevada para a maioria dos visitantes de Morro de São Paulo e Itacaré. Nos demais municípios, a maioria dos visitantes acreditava que os preços estavam situados a níveis normais.

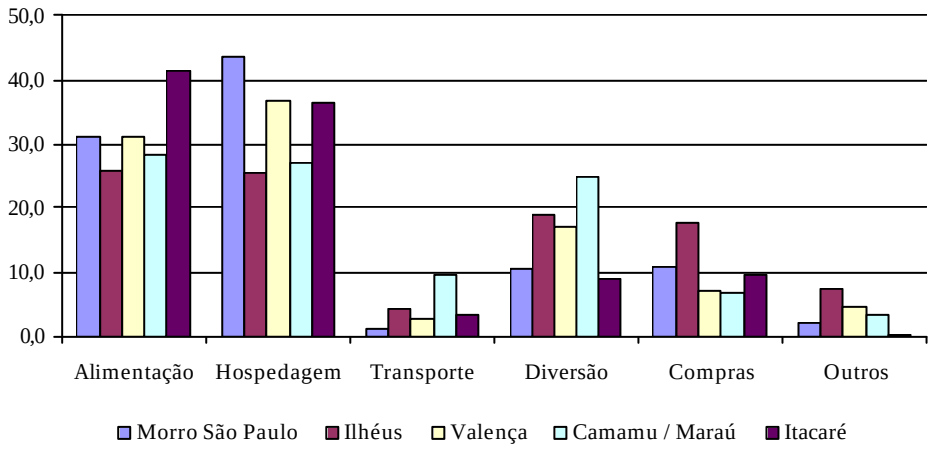
Gastos Turísticos

O objetivo deste capítulo é apresentar o padrão e o volume dos gastos realizados pelos turistas que visitam o Pólo Litoral Sul, além da comparação com gastos de outros destinos turísticos. Esses gastos causam impacto no PIB regional e geram renda para sua população, sendo elaboradas estimativas para determinar a dimensão desses efeitos.

Estrutura de Gastos

A estrutura de gastos diz respeito a como os turistas gastam seus recursos no destino turístico. Desde 2001, a Bahiatursa incluiu a estimativa de gastos por categoria em suas pesquisas de demanda turística (PDTs). Dessa forma, as PDTS anteriores a esse ano ainda não dispunham desse dado, não sendo possível analisar a evolução dessa estrutura. O gráfico abaixo ilustra os resultados das PDTs para alguns destinos do Pólo Litoral Sul:

Gráfico 1.4 – Estrutura de Gastos – Pólo Litoral Sul (%)



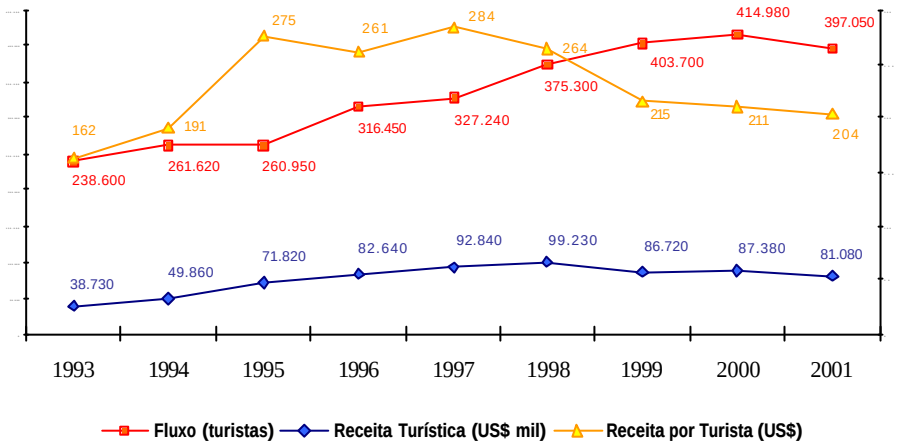
Fonte: PDTs - Bahiatursa

Fluxo e Receita Turística

Em 2001, quase 400 mil turistas visitaram o Pólo Litoral Sul. Esse fluxo foi responsável pelo ingresso de US$ 81 milhões. Tanto o fluxo quanto a receita turística apresentaram crescimento durante o período 1993-2001. Para o fluxo, o crescimento foi de 66% no período (6,6% aa). Já receita cresceu a uma taxa ainda maior, 109% (9,7% aa). Como conseqüência, a receita por turista apresentou crescimento de 26% (2,9% aa).

O crescimento observado no período total oculta, no entanto, uma queda no fluxo de 4,3 % em 2001, provavelmente por conseqüência de fatores negativos como os atentados terroristas de setembro de 2001, a recessão da Argentina e o fraco desempenho econômico nacional. A receita turística também sofreu grande queda, mas o fator determinante foi a desvalorização do real frente ao dólar norte-americano em 1998. O gráfico a seguir ilustra a evolução do fluxo, da receita total e da receita por turista:

Gráfico 1.5 – Evolução do Fluxo, Receita por Turista e Total – Pólo Litoral Sul (%)



Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991/2000 e 1991/2001 - Bahiatursa

Permanência Média e Gasto Médio Diário Individual

A determinação da permanência média e dos gastos médios diários individuais é feita através das PDTS da Bahiatursa. Eles contrastam ligeiramente dos valores identificados no Desempenho do Turismo Baiano 1991-2001, basicamente por diferenças metodológicas e por trabalhar com dados desagregados. As estimativas de receita por turista abaixo são simplificações elaboradas através do produto do GMDI pela OM. Note-se que a receita por turista é substancialmente maior em praticamente todos os destinos:

Tabela 1.6 – PM e GMDI – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul

Indicador	Segmento	Morro de São Paulo	Ilhéus	Valença	Camamu / Maraú	Camamu / Maraú
GMDI * (US$)	Nacional	29,20	18,90	17,20	17,00	23,10
	Internacional	29,00	31,50	25,50	35,80	16,30
	Total	**28,50**	**19,30**	**17,30**	**17,70**	**22,40**
PM ** (dias)	Nacional	5,00	9,70	5,90	10,20	7,40
	Internacional	7,20	9,70	2,00	12,90	7,50
	Total	**5,70**	**9,70**	**5,90**	**10,30**	**7,40**
Receita / turista (US$)	Nacional	146,00	183,33	101,48	173,40	55,50
	Internacional	208,80	305,55	51,00	461,82	122,30
	Média	**162,45**	**187,21**	**102,07**	**182,31**	**165,76**

(*) Gasto Médio Diário Individual; (**) Permanência Média

Fonte: PDTs

Impacto nos PIBs e Renda

O impacto dos gastos turísticos em uma determinada região se dá através do acúmulo de riqueza pela comercialização de bens e serviços, tanto de maneira direta como pelos efeitos indiretos e induzidos. Os gastos turísticos realizados pelos visitantes no Estado da Bahia são responsáveis por uma parcela em torno de 6% do valor total do PIB estadual. Através dos dados disponíveis de receita e PIB no Pólo Litoral Sul, chegou-se a estimativas que indicam que aproximadamente 25,3% das riquezas do pólo advém da atividade turística. Também foi calculada uma estimativa de renda gerada, com resultado de US$ 509 milhões. Esses valores corroboram a importância socioeconômica do turismo na região.

Investimentos Futuros do Setor Privado

O acompanhamento dos investimentos que o setor privado vem realizando é uma parte importante do planejamento turístico. Esses investimentos são um termômetro do potencial turístico da região, pois permitem avaliar a resposta de empreendedores aos estímulos de desenvolvimento oferecidos pelas políticas públicas. De acordo com o sistema desenvolvido pela SUINVEST para acompanhamento dos investimentos privados no Estado, os investimentos podem se encontrar em situações: em projeto; em execução e concluídos.

Investimentos Concluídos

Os totais investidos durante o período de 1991-1994 e durante 1999-2001 foram, respectivamente, US$ 34 milhões e US$ 90 milhões. Além da evolução nos totais investidos (os investimentos mais que dobraram entre os períodos), o valor investido por UH também cresceu. Enquanto em 91-94, o valor médio por UH foi de US$ 16 mil, em 99-01, este valor foi de US$ 24 mil, representando uma evolução de 45% no valor por UH entre os períodos. Tal fato é positivo, já que reflete um aumento no nível e na sofisticação dos empreendimentos mais recentes. Una e Ilhéus se destacam pelo montante investido. O valor investido por UH em Una é altíssimo, mostrando grande sofisticação nos empreendimentos deste município.

Investimentos Previstos

Itacaré conta com o maior montante de investimentos em projeto, destacando-se também nos investimentos em execução. Os prováveis fatores que influem na decisão de investir no Pólo, principalmente na região de Itacaré, provavelmente estão relacionados aos atrativos naturais de alto potencial que podemos encontrar na área, somados ao investimento em proteção ambiental realizado na região e à construção da rodovia Ilhéus-Itacaré.

O valor investido por UH está diretamente relacionado à sofisticação e qualidade dos meios de hospedagem. Os montantes e UHs dos empreendimentos em execução e em projeto na Tabela 1.7.

Tabela 1.7 - Porte e Valor Médio dos Investimentos Hoteleiros – Pólo litoral Sul

Zona Turística	Em Execução		Em Projeto		Total	
	US$	UHs	US$	UHs	US$	UHs
Costa do Cacau	2.880.000	92	341.000.000	5.440	343.880.000	5.532
Costa do Dendê	1.670.000	40	35.000.000	700	36.670.000	740
Total Pólo Litoral Sul	**4.550.000**	**132**	**376.000.000**	**6.140**	**380.550.000**	**6.272**

Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

Os investimentos em projeto apresentam maior valor por UH do que os concluídos. Pode-se considerar, portanto, que existe uma tendência de aumento de valor agregado nos empreendimentos do Pólo Litoral Sul.

É urgente um maior acesso dos pequenos e médios investidores ao crédito, já que fica evidente a escassez de financiamentos para este segmento de investidores. Com mais crédito disponível, a população local (geralmente sem recursos próprios disponíveis para financiamento) teria oportunidade de empreender e haveria um volume ainda maior de investimentos no setor turístico.

Demanda Atual e Potencial

O objetivo deste capítulo é avaliar os indicadores disponíveis da demanda turística existente no Pólo Litoral Sul, oferecendo elementos para apontar perspectivas para a demanda futura.

Demanda Atual

Neste item foi identificado a grave situação dos meios de hospedagem, no que diz respeito a sazonalidade do fluxo. Há uma boa taxa de ocupação durante os meses de alta temporada (janeiro, fevereiro e março), enquanto nos meses restantes a maior parte das unidades habitacionais permanece vazia.

Ao longo dos últimos anos houve significativa evolução no volume de turistas que visitaram os três destinos avaliados pela Bahiatursa, Ilhéus, Valença e Morro de São Paulo. De 1993 a 2001, o fluxo cresceu 66%, o que resulta em uma taxa anual de 6,6%. Em 2001, único ano desse período em que houve redução no número de turistas, o total aproximou-se de 400 mil turistas. Desse, 238 mil foram a Ilhéus, e os demais referentes a Morro e Valença. A receita em dólares também apresentou crescimento expressivo no período (109% entre 1993 e 2001, média de 9,7% ao ano), mas sofreu uma redução após a desvalorização do real frente a moeda norte-americana desde 1999. Em 2001, os gastos turísticos situaram-se na faixa US$ 81 milhões.

Outro indicador importante da evolução do fluxo turístico é o movimento de aeronaves e de passageiros em aeroportos. No Pólo Litoral Sul o único aeroporto com contagem sistemática de tráfego é o de Ilhéus. Para esse aeroporto a evolução do tráfego é significativa, passando de 112 mil passageiros em 1994 para 208 mil em 2001. Durante esse período, a unida redução ocorreu em 2000. O número de vôos também apresentou um forte incremento, aumentando de 4 mil em 1994 para mais de 7 mil em 2001.

Dos turistas que vão aos destinos do Pólo Litoral Sul, os homens são a maioria (entre 50% e 72%). A faixa etária predominante é composta por pessoas entre 26 e 50 anos de idade, sempre com taxas acima de 56% do total. Em Itacaré, entretanto, a faixa etária predominante compreende pessoas entre 18 e 25 anos (35%). A maioria das pessoas viaja em família (taxas acima de 60% do total). O segundo grupo mais significativo é o de pessoas que viajam com amigos, onde as proporções variam entre 13% e 33%. Viajantes com ensino superior são a maioria em praticamente todos os destinos, à exceção de Itacaré, onde predominam turistas com segundo grau completo.

Demanda Potencial

As informações acerca da situação atual e da evolução recente da demanda no Pólo Litoral Sul permitem identificar tendências e cenários para a demanda futura. Para essa tarefa, a Bahiatursa trabalhou com três cenários (conservador, moderado e otimista), além de quatro períodos de tempo distintos, relacionados com as intervenções previstas pelo PRODETUR NE II. Finalizando, as estratégias de desenvolvimento turístico procuram aumentar a receita média por turista, gerando maiores taxas para essa em relação ao fluxo. Com base nessa variedade de condicionantes foi elaborado o seguinte quadro de taxas de crescimento:

Tabela 1.8 – Cenários e Taxas de Crescimento Previstas

Cenário	Indicador	2003-2005	2006-2010	2011-2015	2016-2020
Otimista	Fluxo	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
	Receita	6,0%	7,5%	9,0%	10,5%
Moderado	Fluxo	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%
	Receita	4,0%	4,8%	5,5%	6,3%
Conservador	Fluxo	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
	Receita	2,0%	2,3%	2,6%	3,0%

Fonte: Bahiatursa

Com base nesses cenários e taxas, identificou-se os seguintes resultados para o cenário moderado:

Fluxo total

- 2010: 543 mil turistas;
- 2015: 661 mil turistas;
- 2020: 804 mil turistas

Receita Total

- 2010: US$ 115 milhões;
- 2015: US$ 151 milhões;
- 2020: US$ 206 milhões

Permanência Média

- 2010: 8,3 dias;
- 2015: 8,6 dias;
- 2020: 9,1 dias

Gasto Médio Diário Individual

- 2010: US$ 21,71;
- 2015: US$ 22,50;
- 2020: US$ 23,88

Estimativas de Empregos

Uma das estimativas de empregos diretos gerados utilizadas apóia-se no número de unidades habitacionais hoteleiras existentes. O multiplicador de empregos diretos por unidade habitacional é 1,5, segundo estudos anteriores da Secretaria de Cultura e Turismo. Através dos dados existentes, chegou-se às seguintes conclusões para o ano de 2001:

- UHs em meios de hospedagem do Pólo: 7.564
- Empregos diretos em turismo no Pólo: 11.346
- Empregos totais em turismo no Pólo (diretos + secundários): 62.403

Além da metodologia dos multiplicadores de emprego sobre UHs, há o levantamento realizado pelo Instituto de Hospitalidade (IH), dessa vez para 1999. Partindo desse estudo, o número total de empregos em turismo é relacionado com o produto de turistas pela permanência média, gerando uma estimativa de 27.305 empregos totais em turismo no Pólo Litoral Sul.

Cruzando essas estimativas com os dados do IBGE sobre a população em idade ativa (PIA) do Pólo Litoral Sul (429 mil pessoas), temos que a parcela da população que tem atividades profissionais relacionadas ao turismo representa entre 14,5% e 6,4% dessa população.

Matriz SWOT

A partir do diagnóstico elaborado no capítulo anterior elaborou-se uma Matriz SWOT, que significa:

- **S***: "**Strenghts**"* - **Pontos fortes** - são os elementos internos ao ambiente do sistema turístico, que propiciam vantagens a esse sistema e que são passíveis de intervenção direta pelos envolvidos;
- **W: *"Weakness"*** - **Pontos fracos** - são os elementos internos ao ambiente do sistema turístico, que acarretam desvantagens a esse sistema e que são passíveis de intervenção direta pelos envolvidos;
- **O: *"Opportunitties"*** - **Oportunidades** - são os elementos externos ao ambiente do sistema turístico, que podem ser utilizados para gerar vantagens a esse sistema desde que haja capacidade ou vontade de usufruir deles;
- **T: *"Threats"*** - **Ameaças** - são os elementos externos ao ambiente do sistema turístico, que podem diminuir ou eliminar vantagens existentes.

Esta análise identifica os pontos fortes e oportunidades do sistema turístico, permitindo que sejam elaboradas estratégias e ações ofensivas.

O capítulo segui a mesma estrutura de capítulo do diagnóstico, sendo assim, tem-se:

- **Dinâmica Econômica** – Cadeia produtiva local do turismo; Principais atividades econômicas; Problemas relativos a economia local;

- **Dinâmica Social** – Associativismo social; Crédito para a comunidade; Inserção da comunidade; Indicadores Sociais;
- **Infra-estrutura** – Saneamento básico, Resíduos sólidos; Segurança; Políticas de transporte aéreo; Meios de transporte e vias de acesso;
- **Patrimônio Histórico** – Gestão do patrimônio histórico; Condições de Conservação; Situação do patrimônio;
- **Aspectos Sócio-ambientais** – Condições de conservação; Condições de gestão do patrimônio natural; Potencial natural;
- **Capacidade Institucional dos Municípios** – Situação dos Conselhos Municipais; Instrumentos de gestão; Situação tributária e fiscal; Capacitação do pessoal do setor público;
- **Capacitação do Setor Privado do Turismo** – Associativismo empresarial; Cluster do entretenimento; Diálogo entre setor público e privado; Centros Abastecedores; Compromisso do setor privado em relação ao PDITS.
- **Atrativos e Produtos Turísticos** – Atrativos; Preços; Promoção; Roteiros e circuitos turísticos;
- **Oferta Turística** – Acompanhamento e gestão do turismo e do PRODETUR NE II; Situação do receptivo turístico;
- **Educação da Comunidade para o Turismo** – Conscientização sobre importância do turismo; Conscientização sobre importância do meio ambiente; Conscientização sobre importância do patrimônio histórico cultural; Demandas das empresas turísticas; Oferta de cursos e treinamentos; Perfil de capacitação dos profissionais;
- **Perfil do Turista** – Situação da permanência média; Situação do gasto turístico; Segmentos de Mercado;
- **Gastos Turísticos** – Situação dos gastos;
- **Investimentos Previstos do Setor Privado** – Capacidade de investimentos pelo empresariado;
- **Demanda Atual e Potencial** – Demanda atual; Mercados Emergentes.

A utilização desta ferramenta possibilita a identificação dos obstáculos a serem enfrentados, assim como as ameaças do ambiente externo que devem ser eliminadas ou minimizadas; por outro lado, também permite a identificação dos pontos fortes do sistema turístico, possibilitando que estes sejam maximizados e utilizados como vantagem competitiva, além disto, a Matriz SWOT permite a elaboração de estratégias que visam o fortalecimento de capacidades que gerem valor para o turismo, através da identificação das oportunidades.

Estratégias de Desenvolvimento Turístico

Considerando as conclusões do diagnóstico, resumidas através da Matriz SWOT, percebeu-se a importância de elaborar ações correlatas que servissem de base para o desenvolvimento turístico sustentável. Essas ações foram agrupadas em **Macro Estratégias,** a denominação utilizada para os grandes campos de atuação coordenada. Cada Macro-estratégia possui uma série de iniciativas próprias, correlacionadas e com um objetivo em comum. As Macro-estratégias e os objetivos que devem atingir são:

- **Estrutura Pública** – agrupa iniciativas para garantir o acesso, saneamento básico, recuperação de patrimônio e planejamento e informações do setor turístico;
- **Gestão Municipal** – garantir que o poder público municipal administre de maneira eficiente a atividade turística do município, de acordo com a estratégia do Estado da Bahia. Esta Macro-estratégia envolve iniciativas como: modernização administrativa; implementação de ferramentas de gestão; capacitação técnica de equipes; fiscalização; e manutenção de patrimônio histórico e natural;
- **Sócio-educação** – agrupa as iniciativas que visam o aprimoramento da participação da comunidade no desenvolvimento da atividade turística, e se relaciona com os processos de sócio-educação da comunidade e capacitação profissional;
- **Integração** – Esta Macro-estratégia objetiva que os envolvidos com o turismo possam ser adequadamente integrados à atividade, fomentando o associativismo comunitário e empresarial; a participação de residentes locais no desenvolvimento do turismo; a integração da cadeia produtiva local da atividade; e o compartilhamento da oferta através da distribuição regional do fluxo;
- **Produto Turístico** – agrupa as iniciativas necessárias para a geração de uma oferta turística competitiva, inovadora e criativa. Prioriza a qualidade e a segmentação dos produtos oferecidos ao mercado.

O objetivo das Macro-estratégias é a consolidação das estruturas e bases para o fortalecimento dos diferenciais, as características peculiares da localidade que podem agregar valor para o turismo da região, e geração de vantagens competitivas sustentáveis. Os principais atrativos definem as atividades básicas a serem realizadas no destino, determinando a essência turística da zona e do pólo. Essa essência e os principais diferenciais permitem que o pólo seja mais competitivo e, dessa maneira, deva concentrar esforços nos segmentos apresentados abaixo.

Costa do Cacau

O conjunto de atrativos e diferenciais dos municípios da Costa do Cacau sugere o desenvolvimento de cinco principais categorias de turismo: o ecoturismo, vinculado ou não a atividades de aventura, o turismo de lazer, baseado em *resorts* de médio e grande porte, o turismo de pesca, o turismo histórico-cultural, e o de negócios e congressos/eventos, especificamente para Ilhéus, em função do eixo econômico Ilhéus-Itabuna e da existência do Centro de Convenções Luís Eduardo Magalhães.

Ênfase no Ecoturismo / Aventura

As vertentes do ecoturismo e do turismo de aventura encontram duas regiões distintas com grande potencialidade na Costa do Cacau, sendo uma delas a região de Itacaré-Uruçuca, ao norte de Ilhéus, e outra a de Una-Santa Luzia, ao sul de Ilhéus.

- Âncora: Itacaré.

Ênfase no Turismo de Lazer

A faixa litorânea que se estende da cidade de Canavieiras a Ilhéus, em função de suas características naturais excepcionais, apresenta grande potencial para o desenvolvimento de meios de hospedagem do tipo *resort*. Recomenda-se que os empreendimentos tenham forte integração com as características únicas da região, como a cultura do cacau e as possibilidades de ecoturismo e pesca, de modo a explorar diferenciais e criar vantagem competitiva em relação aos demais empreendimentos que vêm sendo desenvolvidos ao

longo da costa da Bahia e mesmo de todo o Nordeste. A estrutura de Ilhéus fornece um ótimo apoio como portão de entrada para os turistas, mas existem outras possibilidades, como o Aeroporto de Una.

- Âncora: Ilhéus.

Ênfase no Turismo de Pesca

Como já ressaltado, a região do município de Canavieiras já é conhecida pelas oportunidades de desenvolvimento da atividade de pesca em alto mar e também nos inúmeros rios que formam a configuração hidrográfica da região. Verifica-se uma estrutura de receptivo já existente, mas não totalmente consolidada. Sua consolidação e integração com os principais canais de distribuição nos principais emissores nacionais e internacionais induzirá um fluxo maior de turistas com alto nível de renda.

- Âncora: Canavieiras.

Ênfase no Turismo Histórico-cultural

Os principais componentes a serem explorado na vertente cultural são os remanescentes físicos e históricos do apogeu da cultura do cacau, no século XIX. Os municípios de Ilhéus e Canavieiras, com ênfase no primeiro, concentram o patrimônio arquitetônico da época, especialmente representado por construções com fim habitacional em estilo neoclássico.

- Âncora: Ilhéus.

Ênfase no Turismo de Negócios e Convenções

O eixo econômico formado pelos municípios de Ilhéus e Itabuna constitui um pólo de grande importância regional e um grande gerador de demanda turística nos segmentos de negócios e também convenções. A inelasticidade da demanda e o alto gasto médio diário são características marcantes de ambos os segmentos, confirmando a importância dessa ênfase.

- Âncora: Ilhéus.

Costa do Dendê

O conjunto de atrativos e diferenciais dos municípios da Costa do Dendê sugere o desenvolvimento de três categorias de turismo: o ecoturismo, complementado por atividades de aventura, o turismo náutico, aproveitando as características geográficas da região e a tradição da produção de embarcações, e o turismo histórico-cultural.

Ênfase no Ecoturismo / Aventura

As características geográficas e naturais da Costa do Dendê permitem que sejam desenvolvidas diversas formas de ecoturismo, como circuitos de aventura, *rallies*, trilhas ecológicas, safáris fotográficos e *rapel*, que podem até mesmo ser conjugadas com as atividades de turismo náutico. Planeja-se a inserção intensa da comunidade no processo receptivo, através da operação de passeios e meios de hospedagem de pequeno porte e baixa densidade, mantendo as características de baixa concentração do fluxo turístico necessárias ao desenvolvimento da vertente proposta.

- Âncoras: Cairu e Maraú.

Ênfase no Turismo Náutico

Devido à dificuldade de acesso e à própria formação geográfica (litoral recortado), o transporte hidroviário é o principal meio de transporte recomendado para a região. Sugere-

se a utilização do potencial náutico como indutor de fluxo turístico, sendo inicialmente necessárias algumas intervenções. Primeiramente, a consolidação do modal hidroviário, tanto no que tange aos terminais quanto ao fortalecimento da cadeia produtiva de produção de embarcações. De grande importância também é o fomento à pesca esportiva e o incentivo ao desenvolvimento de atividades náuticas em geral.

- Âncora: Camamu.

Ênfase no Turismo Histórico-cultural

O isolamento imposto às localidades e povoados da Costa do Dendê em função dos inibidores geográficos limitou o desenvolvimento econômico da região, mas também fez com que manifestações folclóricas fossem preservadas. Assim, a região é rica em festividades, gastronomia diferenciada e métodos de produção artesanal que utilizam materiais locais. Essas características permitem que sejam criados produtos turísticos baseados nos aspectos culturais da região, como a visitação aos estaleiros que utilizam técnicas tradicionais na produção de embarcações.

- Âncora: Camamu.

Quadros Prospectivos

Este capítulo dimensiona os impactos qualitativos e quantitativos que as atividades turísticas trazem à região, com o desenvolvimento proposto. Também identifica as conseqüências negativas de uma atividade não planejada ou sem a implementação dos projetos e ações recomendadas.

A principal característica desses quadros é o estabelecimento de metas para o turismo do Pólo Litoral Sul no que diz respeito ao fluxo e impactos financeiros. As previsões para um cenário moderado refletem a viabilização de **investimentos** do PRODETUR II de aproximadamente US$ 99,5 milhões até o ano 2010, US$ 55,3 milhões até o ano de 2015, mais US$ 55,3 milhões até 2020, totalizando US$ 210 milhões para o Pólo em um horizonte de planejamento de 20 anos.

Esses investimentos buscam um crescimento na **demanda** e da **receita** turísticas da região. Em um cenário com perspectivas moderadas, espera-se para o ano de 2010 o total de aproximadamente 544 mil turistas, gerando uma receita de US$ 115,3 milhões. Para o ano 2020, espera-se que o número de turistas tenha aumentado para 804 mil turistas. A receita gerada também terá um aumento, passando para US$ 212 milhões.

O impacto social do desenvolvimento turístico pode ser medido pelo **número de empregos** gerados pela atividade. Para o ano de 2010, em um cenário moderado, espera-se um incremento total no número de empregos de 394. Esse número também sofrerá um aumento, acrescentando outros 4.091 até 2015 e mais 5.988 até 2020. No horizonte de planejamento do PRODETUR II, portanto, o número de empregos relacionados com a atividade turística terá um aumento total de 10.473 postos de trabalho.

O crescimento da atividade turística deve gerar uma necessidade de **unidades hoteleiras** da ordem de 205 até 2010 e 3.108 até 2020, para o mesmo tipo de cenário. Ao longo dos 20 anos planejados espera-se, portanto, um crescimento de 5.436 no número de UHs.

Em relação aos impactos qualitativos, as categorias priorizadas pelas estratégias sub-regionais são descritas em termos de uso e influência em relação ao meio ambiente. Essa identificação permite checar se as ações e projetos previstos atuam para evitar ou minimizar possíveis agressões.

Planos de Ação

O Pólo Litoral Sul será objeto de ações que deverão implementar as estratégias de desenvolvimento sustentável. Essas ações foram agrupadas em ações financiáveis pelo PRODETUR NE II e ações não financiáveis pelo programa, para as quais se buscarão outras fontes de recurso.

De acordo com as indicações do PRODETUR NE II para suas áreas de concentração de atuação, são três as componentes financiáveis pelo programa:

- Componente 1 – Fortalecimento da Gestão Municipal para a Gestão do Turismo
- Componente 2 – Planejamento Estratégico, Treinamento e Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo
- Componente 3 – Promoção de Investimentos do Setor Privado

Além da classificação segundo o componente às quais pertencem, as ações foram divididas segundo a urgência e importância. Assim, foram definidas prioridades A e prioridades B, considerando três âmbitos: as expectativas das comunidades; o parecer técnico da Fundação Getúlio Vargas; e a avaliação de viabilidade socioeconômica da Secretaria de Cultura e Turismo. A próxima tabela apresenta os valores por componente e prioridade:

Tabela 1.9 – Montante de Recursos por Componente e Prioridade

	Prioridade		
Componente	**A**	**B**	**Total Global**
1	29.851.283	25.928.000	55.779.283
2	68.910.233	83.981.000	152.891.233
3	2.380.000	30.000	2.410.000
Total Global	**101.141.516**	**109.939.000**	**211.080.516**

Fonte: FGV e SUINVEST

As ações foram, ainda, identificadas como ações específicas (ações pontuais, que serão implementadas em um determinado município ou localidade) e ações globais (ações que atendem à necessidades de todos os municípios e serão implementadas no Pólo como um todo). Todas as ações globais foram identificadas como prioridade A. Na tabela a seguir são listadas essas ações globais do Pólo Litoral Sul:

Tabela 1.10 – Ações Globais do Pólo Litoral Sul por Componente

Componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS R$
1. Fortalecimento Municipal	Gestão Administrativa e Fiscal - Assistência Técnica	SCT	270.000
	Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural - Assistência Técnica e Implementação	SCT	2.382.850
	Módulos de Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural	SCT	2.592.000
	Planos Diretores Municipais	CAR	675.000
	Estudo para Macrozoneamento Ambiental	SCT	300.000
2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	Elaboração do PDITS - Pólo Litoral Sul *	SCT	299.375
	Projeto de Capacitação Profissional	SCT	3.000.000
	Projeto de Sinalização Turística	SCT	2.700.000
3. Promoção de Investimento Privado	Projeto de Artesanato - Apoio a Geração de Emprego e Renda	SCT	450.000
	Projeto de Capacitação Empresarial e Apoio ao Associativismo	SCT	600.000
	Ações Promocionais	BAHIATURSA	5.700.000
	Plano de Marketing	BAHIATURSA	300.000

Fonte: FGV e SUINVEST

Uma última observação pertinente é que algumas das ações recomendadas foram levantadas junto aos órgãos executores estaduais, tendo, efetivamente, projetos elaborados com indicativos de orçamento, cronograma de implementação e estudos técnicos definitivos. A maioria, no entanto, surgiu através das necessidades levantadas, passando apenas pela análise preliminar desses órgãos. Para essas ações, os custos indicados são estimativas elaboradas com base na área de intervenção e nas diretrizes sugeridas. Deverão, até o momento da contratação, passar por todas as etapas de acordo com a lei das licitações.

Participação da Comunidade

Em todo o processo de elaboração do PDITS, a participação da comunidade foi um aspecto muito valorizado. Entende-se que esta participação é fundamental, não só para a elaboração, como também para a implementação do plano, garantindo que os objetivos do Programa sejam cumpridos.

Com o intuito de integrar a comunidade neste processo de participação foram realizadas ao longo da elaboração do PDTIS 12 reuniões. Estas reuniões podem ser divididas em cinco modalidades de reuniões: Workshop; Diagnóstico; Estratégia; Instalação do Conselho / Apresentação do PDITS e; Convalidação. A primeira etapa (reuniões de workshop) foi realizada em quatro localidades diferentes (Valença, Camamu, Ilhéus e Itacaré) e contou com a presença de 106 participantes. Esta etapa objetivou a apresentação do PRODETUR NE II, as expectativas da equipe responsável e também foi útil para o diagnóstico dos pontos fortes e fracos do turismo em cada município.

A segunda etapa (reuniões de Diagnóstico) foi realizada nas mesmas localidades que as reuniões de Workshop e contaram com uma maior adesão por parte da comunidade (192 participantes). Esta reunião foi realizada após a elaboração do diagnóstico e foi útil no sentido de apresentar para a comunidade o resultado do diagnóstico e identificar as ações recomendadas pela comunidade para reduzir os problemas de cada região e induzir o desenvolvimento sustentável do turismo.

As reuniões da terceira etapa (reuniões de estratégias) contaram com a presença de 90 participantes, este número relativamente menor, deveu-se principalmente, ao fato desta reunião ter acontecido em apenas duas localidades (Ituberá e Ilhéus). Esta etapa tinha como objetivo a apresentação das ações e estratégias diagnosticadas como importantes para o desenvolvimento do turismo, nessa reunião a comunidade foi consultada sobre a relevância das ações e estratégias (priorização das ações).

As duas últimas reuniões foram organizadas pelo Banco do Nordeste. A Reunião de Instalação do Conselho e Apresentação do PDITS para os Conselheiros do Pólo Litoral Sul ocorreu em Ilhéus e tinha a finalidade de apresentar as estratégias de desenvolvimento e uma síntese do plano de ação do PDITS, além de eleger os conselheiros do Pólo. Por fim, a Reunião de Convalidação ocorreu no município de Valença. Nessa reunião foram discutidos os temas destaques e o PDITS foi aprovado por unanimidade.

A representação das diversas categorias interessadas se deu da seguinte forma: Poder Público (54% dos participantes); Comunidade/ONG (24% dos participantes); e Poder Privado (22% dos participantes).

2. Avaliação do PRODETUR NE I

Introdução

Este capítulo é uma avaliação dos impactos das ações do PRODETUR NE I no Pólo Litoral Sul. Para esta avaliação, foram retomados os objetivos originais desse programa, compreendendo o contexto no qual estava inserido. Também foram identificadas as intervenções realizadas no Pólo com recursos do PRODETUR NE I. Ao final, são apresentados os resultados destas ações, em indicadores que representam a evolução do turismo no Pólo.

Cada ação implementada com os recursos do Programa foi descrita e seus impactos (positivos e negativos) demonstrados, ação a ação. Com isso, procurou-se esclarecer de que maneira as ações do PRODETUR influenciaram a evolução dos indicadores apresentados ao final do capítulo.

Sabe-se que não é possível isolar os efeitos e impactos exclusivos do programa, dadas as inúmeras variáveis que influenciaram o desenvolvimento da economia e do turismo nos últimos anos. Dentre estas variáveis estão, por exemplo, intervenções realizadas pelo Governo do Estado com fontes de recursos alternativas. Assim, considerou-se válido recuperar os demais investimentos públicos na região (com recursos não oriundos do PRODETUR). Acredita-se, sob esse enfoque, que os resultados obtidos foram, principalmente, oriundos de ações múltiplas e conseqüência de condições macroeconômicas favoráveis.

PRODETUR NE I

Contexto

> *"O Contrato de Empréstimo para o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste foi firmado entre o BID e o Banco do Nordeste no dia 12 de dezembro de 1994. Este contrato foi pioneiro, caracterizando-se como um Programa Global de Investimentos Múltiplos de iniciativa regional, com execução descentralizada, sem participação da União.*
>
> *(...) O Programa, até o primeiro semestre de 1996, vinha encontrando dificuldades de ordem financeira para apresentação de projetos técnicos por parte dos estados. A partir de Agosto de 1996, quando se integrou ao elenco de projetos prioritários do Governo Federal, ganha novo dinamismo, impulsionado também pela participação do BNDES, aportando recursos para a contrapartida dos estados e municípios.*
>
> *O Programa sofreu ainda alterações importantes que possibilitam maior agilidade nas operações de crédito, como a criação de categorias para o financiamento de projetos.*
>
> *Estas ações foram eficazes para a performance do PRODETUR/NE que conseguiu superar obstáculos, financiando o equivalente a 200 projetos concluídos até o momento [agosto/2001], estando atualmente na sua fase de conclusão"*[3]

[3] WHITTING, Sandra S. e FARIA, Diomira Maria Cicci P. "**Avaliação dos Aspectos Ambientais e Sócio-Econômicos do PRODETUR I**". BID, agosto de 2001.

Objetivos

"O objetivo do Programa foi reforçar a capacidade da Região Nordeste em sustentar o crescimento do setor turístico, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico da região. Para atingir tal objetivo, o programa deveria proporcionar infra-estrutura básica e serviços públicos em áreas onde já existia uma atividade turística crescente, onde o setor público não conseguisse acompanhar o incremento da demanda. Esperava-se que tais investimentos beneficiassem amplamente a população de baixa renda, além de alavancar investimentos de grupos privados no setor turismo.

O PRODETUR Nordeste teve, sem dúvida, um relevante impacto na melhoria da infra-estrutura básica dos estados, notadamente quanto às condições de saneamento básico e transportes, este último rodoviário e aéreo."[4]

Intervenções Concluídas e em Andamento

O PRODETUR NE, em sua primeira fase, investiu U$ 231,3 milhões no Estado da Bahia, com previsão de conclusão de todos os projetos em dezembro de 2004. A maioria dos investimentos, porém, já estavam concluídos em 2002. Deste montante, o Pólo Litoral Sul recebeu cerca de US$ 24 milhões, sendo que a pavimentação da Rodovia BA-001 Ilhéus-Itacaré foi a obra que consumiu mais recursos: U$ 18 milhões, ou 75,5% do total já investido neste Pólo. As intervenções com recursos do PRODETUR NE I realizadas no Pólo Litoral Sul estão listadas na Tabela 2.1:

Tabela 2.1 – Investimentos do PRODETUR NE I no Pólo Litoral Sul, por ZT

Zona Turística	Intervenção	Muicípio(s)	Investimento (US$ mil) Previsto (1997)	Realizado	Início	Conclusão	% sobre Total
Costa do Dendê US$ 3,1 milhões (13%)	Acesso Aeroporto de Valença / Atracadouro de Bom Jardim	Valença	2.500	3.046	dez/97	ago/99	12,7%
	APA's Pratigi e Maraú	Ituberá, Igrapiúna, Nilo Peçanha, Maraú	77	91	fev/99	jul/00	0,4%
Costa do Cacau US$ 20,8 milhões (87%)	Rodovia Ilhéus / Itacaré	Ilhéus, Uruçuca e Itacaré	15.718	18.058	dez/96	mai/98	75,5%
	APA's Itacaré-Serra Grande e Lagoa Encantada e Parque do Conduru	Uruçuca, Itacaré, Ilhéus	4.400	1.118	dez/98	dez/03	4,7%
	Sistema de Esgotamento Sanitário de Itacaré*	Itacaré	2.423	1.600**	nov/03	dez/04**	6,7%
Total Pólo Litoral Sul			**25.118**	**23.913**			**100,0%**

** Em andamento*
*** Previsão*
Fonte: SUINVEST - Fev/2004

O único investimento ainda em andamento no Pólo é o Sistema de Esgotamento Sanitário de Itacaré. O valor total contratado é de U$1,6 milhão. Entretanto, é de se esperar que este valor apresente variações até a conclusão do projeto. Esta intervenção soma recursos provindos do PRODETUR NE I (cerca de 50% do investimento), do PRODUR (Programa de Administração Municipal e Desenvolvimento de Infra-Estrutura Urbana) e da Prefeitura Municipal de Itacaré. O valor mostrado na tabela considera o total de investimento, e não apenas a parcela financiada pelo PRODETUR.

Os investimentos do PRODETUR NE I na Costa do Cacau foram concentrados na ligação viária entre as cidades de Ilhéus e Itacaré, com a pavimentação da BA-001 neste trecho. Junto a esse investimento de infra-estrutura, o PRODETUR NE I financiou estudos e ações para a

[4] *Idem*.

implementação das Áreas de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada e de Itacaré-Serra Grande, e do Parque Estadual da Serra do Conduru, comentados na seqüência do capítulo.

Na Costa do Dendê, os investimentos foram essencialmente direcionados à ligação viária entre o Aeroporto de Valença e o Terminal Marítimo do Bom Jardim, complementando investimentos do Governo da Bahia. Em paralelo, o PRODETUR financiou estudos e ações para a implementação das Áreas de Proteção Ambiental do Pratigi e de Maraú, também comentados no tópico seguinte.

De todos os investimentos programados para o PRODETUR NE I, as ações relacionadas a seguir foram realizadas com os recursos de outras fontes captadas pelo Estado. São elas:

- Aterro Sanitário Ilhéus/Olivença: realizados US$ 174 mil, previstos US$ 2.000 mil. No item resíduos sólidos, em Ilhéus/Olivença, só foi executado o aterro sanitário, havendo ainda a necessidade da implantação do PDLU.
- Sistema de Esgotamento Sanitário de Morro de São Paulo: realizados US$ 1.254 mil, previstos US$ 868 mil.

A implantação de ações previstas pelo Programa, mesmo com recursos fora do âmbito do mesmo, demonstra o esforço do Estado na implementação e complementação do PRODETUR na Bahia.

Além disso, existem ações da primeira etapa do Programa que não puderam ser realizadas e que estão sendo pleiteadas no PRODETUR NE II na categoria de “ações a completar”, são elas:

- SES Pontal – Ilhéus;
- SES Olivença;
- SES Serra Grande;
- SES Taboquinhas;
- SAA Serra Grande;
- SAA Olivença;
- SAA Taboquinhas;
- Urbanização de Morro de São Paulo;
- Sistema Viário Morro de São Paulo / Gamboa / Garapuá;
- Rodovia Itacaré / Camamu;
- Resíduos Sólidos Itacaré / Serra Grande;
- Resíduos Sólidos Morro de São Paulo / Cairu / Valença.

A seguir, cada ação realizada no PRODETUR NE I é detalhada, sendo abordados seus aspectos intrínsecos, sua finalidade e os impactos resultantes, conforme a Tabela 2.2.

Tabela 2.2 – Impactos dos Investimentos do PRODETUR I no Pólo Litoral Sul

Intervenções	Municipio(s)	Impacto ambiental (positivo/negativo)	Impacto sócio-cultural	1.Beneficiários / 2.Atingidos
1.Rodovia Ilhéus Itacaré	Ilhéus, Uruçuca, Itacaré (atinge Itabuna, Maraú, Camamu, Ubaitaba e Aurelino Leal).	A pavimentação de 65 Km trouxe impactos diretos e indiretos para uma extensa região de 100 mil hectares. Por outro lado, medidas de compensação ambiental, como a criação do Parque Estadual da Serra do Conduru e a implementação das APAs, diminuíram deegradação ambiental na região.	Mudanças significativas na economia e cultura de Serra Grande e Itacaré, potencializando o turismo empresarial associado ao turismo de natureza. Marginalidade de segmentos tradicionais populares de Itacaré e Serra Grande.	1. Agricultores, moradores, investidores imobiliários, empresários de turismo e servicos associados, mão de obra local. 2. Comunidades tradicionais e moradores de Itacaré (pescadores artesanais, posseiros), incluindo suas representações políticas.
2.Acesso entre Aeroporto Valença - Terminal Marítimo Bom Jardim	Valença (atinge Cairu, nos distritos de Gamboa do Morro e Morro de São Paulo).	Vizinho a Área de Proteção Ambiental do Guaibim, causou impacto negativo sobre restingas e campos naturais.	Baixo, em curto prazo. Médio a alto, a longo prazo.	1.Hotelaria, transporte marítimo, estiva, empresários do comércio local, prefeitura. 2. não identificados.
3.Sistema de Esgotamento Sanitário de Itacaré	Itacaré (atinge Ilhéus e Uruçuca).	Visa obter amplo impacto ambiental e social positivo.	Potencial para melhoria na qualidade de vida da população, leitura mais positiva da economia do turismo e de órgãos de governo, educação ambiental etc.	1. Desde que o sistema seja abrangente para toda a população, em tese o investimento terá e médio longo prazo benefícios a toda a população local. 2. No curto prazo, obras alteram rotina da população, afetando trânsito nas ruas, poluição do ar, riscos de saúde pública etc.
4.Parque do Conduru e Áreas de Proteção Ambiental de Itacaré Serra Grande e Lagoa Encantada	Ilhéus, Uruçuca, Itacaré, Itabuna, Ubaitaba e Aurelino Leal.	Estas áreas protegidas diminuíram o ritmo de desmatamentos e degradação ambiental nesta região de 100 mil hectares. Programa de reflorestamento na rodovia Ilhéus Itacaré gera renda para agricultores familiares.	Mudança na economia rural local, com punições para desmatamentos etc. Agricultores familiares diminuem renda, com queda da produção de mandioca. Surge programa sócio-ambiental que estimula conservação em imóveis rurais, o Floresta Viva.	1. Ambientalistas e investidores imobiliários e de turismo de baixa densidade são beneficiados com qualidade ambiental, e perspectivas de continuidade, na região. 2. Agricultores tradicionais, pecuaristas, posseiros no interior do Parque, investidores imobiliários e de turismo tradicionais.
5.Áreas de Proteção Ambiental de Pratigi e Maraú	Ituberá, Igrapiuna, Maraú.	Estas áreas protegidas diminuíram o ritmo de degradação ambiental na região.	Atividade extrativista de piaçava continua em Pratigi. Em Maraú comunidades de pescadores se unem a pousadeiros para frear mineração na península.	1. Ambientalistas pousadeiros, pescadores, mão de obra local. 2. Empresários de mineração, especialmente de Ilmenita.

Fonte: Pesquisa Direta

Ações de conservação, e sua manutenção, implantadas pelo PRODETUR

Os investimentos do PRODETUR NE I em Meio Ambiente foram concentrados em estudos e ações para a implementação nas APAs de Pratigi, Península de Maraú, Itacaré-Serra Grande e Lagoa Encantada, e no Parque Estadual da Serra do Conduru. Vistas como promissoras pelo potencial turístico, estas Unidades de Conservação estão vinculadas à SEMARH/CRA e às prefeituras, sendo geridas também por instituições não governamentais, em parceria com o Governo do Estado.

APA de Pratigi

Esta APA possui uma estrutura de gestão através de um Convênio entre a SEMARH/CRA, a Prefeitura de Ituberá e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Sul da Bahia - IDES.

A Secretaria de Cultura e Turismo apoiou o IDES (Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul) na constituição de um Centro de Informações Ambientais e Turísticas, na sinalização da rodovia que dá acesso à praia de mesmo nome e na recuperação de áreas degradadas de manguezais, em decorrência de sua construção. Em paralelo, a SEMARH/ Centro de Recursos Ambientais estabeleceram parceria com o IDES para a implementação desta APA, com recursos de R$ 350 mil, incluindo novos estudos que substanciassem a ampliação da sua área original, na direção oeste. Segundo o CRA, o projeto desenvolve ação fiscalizadora visando identificar os principais fatores que prejudicam, de alguma forma, o meio ambiente e o ser humano, buscando envolver as comunidades através de atividades de educação ambiental na região. Escolas e pequenas associações são mobilizadas com a questão

da preservação dos recursos naturais. O jornal APA do Pratigi – O Futuro Começa Aqui, com dois mil exemplares, é publicado periodicamente pelo IDES desde 2002.

Os trabalhos financiados pelo PRODETUR e SEMARH/CRA, aliados a outros projetos desenvolvidos pelo IDES nessa região, fizeram com que esta APA obtivesse reconhecimento estadual e nacional. O CRA reconhece esta Área Protegida como a de melhor performance entre as APAs estaduais, principalmente por conta das parcerias estabelecidas com o governo estadual e pelos projetos em execução na região.

Foram elaborados os Planos de Manejo e Zoneamento Ecológico-Econômico da APA com o objetivo de estabelecer condições para o disciplinamento do uso turístico qualificado e propiciar a atração de investidores. Os Planos de Manejo das APA's são documentos-síntese que orientam os organismos governamentais, as organizações não-governamentais e o setor empresarial no que se refere a informações indispensáveis para a formação do produto turístico em bases sustentáveis. De modo inédito, encontram-se incorporados a esses documentos mapas de atrativos ecoturísticos, contendo informações detalhadas do potencial natural para turistas e empreendedores.

APA de Maraú

Esta Área Protegida foi criada pelo Governo Municipal de Maraú através de Lei no. 15/97, em 9 de setembro de 1997. Segundo o Instituto ECOTEMA (Instituto de Ecologia e Tecnologia do Meio Ambiente) (2000), responsável pela elaboração do Plano de Manejo da unidade de conservação, a APA da Península de Maraú está contida em um trecho substancial de ecossistemas costeiros, compreendendo águas interiores, estuarinas e oceânicas, bem como ecossistemas fluviomarinhos e terrestres, abrangendo praias, restingas, recifes, manguezais, campos naturais e tipos florestais da Mata Atlântica.

Com recursos do PRODETUR, a Secretaria de Cultura e Turismo estabeleceu um convênio com o Instituto Ecotema, que realizou estudos setoriais, oficinas de trabalho e o zoneamento, desenvolvidos por uma equipe de consultores técnicos, no período de Fevereiro de 1999 a Fevereiro de 2000. Este trabalho gerou um Diagnóstico Ambiental e Sócio-Econômico, publicado na forma de documento escrito (incluindo mapas e CD ROM), apresentado em audiência pública na cidade de Maraú, ao final dos trabalhos.

A Península de Maraú dispõe, portanto, de um instrumento de ordenamento espacial e regulamentação de usos compatíveis com as suas características físicas e ambientais. A atividade mineral, por exemplo, é expressamente incompatível com a conservação desta península, fato expressamente indicado na legislação que a constituiu. As atividades de agricultura, turismo e pesca são tradicionais na península e, em certa medida, compatíveis com o zoneamento elaborado para a APA.

Influenciada pela relevância ambiental da península e por conta do apoio externo da Secretaria de Cultura e Turismo, o poder público municipal constituiu uma Secretaria de Meio Ambiente associada às pastas de Agricultura e Turismo. No ano de 2002, a Prefeitura constituiu o Conselho de Meio Ambiente no município, que vem se reunindo com periodicidade mensal.

APA Itacaré-Serra Grande e APA Lagoa Encantada

Um conjunto de ações foi desenvolvido em consonância com os Planos de Manejo destas unidades de conservação, visando estimular o turismo ecológico em todas as áreas identificadas como vetores de crescimento, aliado à exploração econômica A partir de parcerias com o SEBRAE, ILHÉUSTUR e o Instituto de Estudos Sócios Ambientais – IESB, a

Secretaria de Cultura e Turismo tem buscado identificar produtos necessários para a dinamização destas áreas, sempre à luz do conceito de desenvolvimento sustentável.

As principais ações implementadas nestas Unidades de Conservação são:

APA Itacaré-Serra Grande

- Elaboração e edição do Plano de Manejo e Zoneamento Econômico Ecológico;
- Sinalização da Rodovia Ilhéus-ltacaré, com informações sobre os atrativos turísticos, vida silvestre e unidades de conservação, povoados, vilas etc.;
- Recuperação Paisagística e Ambiental da Rodovia Ilhéus-ltacaré, com hidro semeaduras e plantio de 60 mil árvores nas margens da rodovia;
- Elaboração e aplicação do Programa de Educação Ambiental da APA Itacaré-Serra Grande e ecoturismo (IESB):
  - Desenvolvimento de Programa Educativo com professores e alunos de escolas públicas na área da APA Itacaré-Serra Grande;
  - Criação e veiculação de Jornal Educativo para divulgação do Programa na APA Itacaré-Serra Grande;
  - Exibição de filmes educativos para a comunidade da APA através de apoio ao Projeto "Cinema na Praça";
- Incentivo à criação do Conselho Gestor na APA Itacaré-Serra Grande;
- Recuperação de paisagens degradadas e formação de viveiro florestal da Rodovia Ilhéus-Itacaré;
- Incentivo aos assentados para plantio, manutenção e comercialização de mudas nativas, frutíferas e ornamentais;
- Incentivo aos pequenos agricultores para implantação de trilhas ecoturísticas;
- Implantação do Conselho Gestor da APA;
- Pavimentação do acesso à unidade de conservação.

APA Laqoa Encantada

- Construção de píeres de atracação;
- Construção de centro de informações turístico-ambientais;
- Elaboração e aplicação do projeto de Educação Ambiental e Ecoturismo (ABARÁ – Associação Pró-Bacia do Rio Almada);
  - Visitas orientadas com alunos e professores de escolas públicas na APA Lagoa Encantada;
  - Criação e veiculação de Jornal Educativo para divulgação do Programa na APA;
  - Conscientização Ambiental de comunidades que vivem na região da APA;
- Incentivo à criação do Conselho Gestor na APA Lagoa Encantada;
- Incentivo à participação da comunidade na elaboração do PRUA – Plano de Referência Urbanística Ambiental da localidade de Areias;
- Qualificação dos condutores de visitantes da APA Lagoa Encantada.

Estes investimentos reiteraram os objetivos e premissas de sustentabilidade e preservação do PRODETUR, além de fazerem da Bahia um dos estados onde mais se desenvolve o ecoturismo no Brasil.

Parque Estadual da Serra do Conduru

O Parque, previsto como medida de compensação ambiental à Rodovia Ilhéus-Itacaré, foi criado com base em decreto de 21 de fevereiro de 1997. Com nove mil hectares de área, a principal justificativa para a sua criação foi a extraordinária biodiversidade presente na região, detectada por estudos da CEPLAC e Jardim Botânico de Nova York, em 1993, na atual Fazenda Caititu. Segundo técnicos da Secretaria de Meio Ambiente da Bahia, sediados na Costa do Cacau, o Governo da Bahia desapropriou 1.359 ha de um total de 8.429 ha. Até março de 2003, 22 imóveis foram adquiridos e pagos no total. Ao mesmo tempo, foram feitos investimentos em veículos (02 Toyotas e 02 motocicletas), edificação de um centro de visitantes, auditório e reforma de uma casa-sede. Houve também a construção de uma trilha interpretativa (IESB) no interior da capoeira, próxima a sede. Os estudos temáticos foram realizados por empresa de consultoria em 2001 (EMAB – Empresa de Meio Ambiente do Brasil), e no 1º semestre de 2003 estavam previstos estudos complementares para a confecção de Plano de Manejo, estes com recursos do Programa Corredor Central da Mata Atlântica, do Ministério do Meio Ambiente.

Embora importantes, os investimentos feitos pela então DDF – Diretoria de Desenvolvimento Florestal, sediado até 2002 na Secretaria de Agricultura da Bahia, foram claramente insuficientes para garantir a integridade e as funções do Parque. Esta unidade de conservação está correndo sérios riscos de degradação ambiental irreversível, haja vista uma persistente atividade madeireira clandestina, presença de caçadores locais, desmatamentos provocados por roçados e queimadas ocasionais no seu entorno.

As medidas previstas para o futuro incluem a total regularização fundiária e a confecção do Plano de Manejo, intervenções que são urgentes para assegurar as funções originais do Parque do Conduru, ao mesmo tempo em que requerem uma imediata fiscalização e controle do espaço protegido, pois se sabe que ações de desmatamento, caça e retirada de madeiras continuam a ocorrer no seu interior, conforme denúncias sistemáticas feitas pelos moradores, ambientalistas locais, imprensa e pelo IESB. A SEMARH tem dado continuidade a essas ações de consolidação do Parque do Conduru, independentemente do PRODETUR NE II.

Impactos sócio-ambientais dos investimentos do PRODETUR I

Os investimentos de infra-estrutura realizados pelo PRODETUR no Pólo Litoral Sul se resumiram a três intervenções, a saber: o acesso entre o Aeroporto de Valença e o Terminal Marítimo de Bom Jardim, a rodovia Ilhéus-Itacaré e o Sistema de Esgotamento Sanitário de Itacaré. A seguir, cada uma dessas intervenções é analisada, levando em consideração os impactos sócio-ambientais causados nas regiões afetadas.

Acesso entre o Aeroporto de Valença e o Atracadouro de Bom Jardim

O acesso rodoviário que liga o Aeroporto de Valença ao Atracadouro Bom Jardim é um dos componentes do Sistema Intermodal que faz a ligação do Aeroporto de Valença com a Ilha de Tinharé, onde se localiza a vila de Morro de São Paulo, principal destino turístico da região, estabelecendo uma série de facilidades no deslocamento e uma substancial redução do tempo de viagem, o que, certamente, se constituirá em mais um fator de atração para os visitantes.

O plano do DERBA, ao construir o aeroporto, foi de estruturar um acesso aeroportuário para a Costa do Dendê, permitindo o acesso aos municípios de Valença e Cairu através de vôos charters internacionais. Embora esta obra tenha sido demandada por lideranças políticas locais, até o momento o aeroporto possui grande ociosidade. O Aeroporto de Salvador é ainda o portão de entrada de grupos de turistas para esta ilha, que da capital baiana dispõem de transporte marítimo de boa qualidade, através de lanchas rápidas, com viagens de até 1:30h, ou mesmo de táxi aéreo, até o pequeno aeroporto privado na terceira praia do Morro de São Paulo.

O impacto direto desta obra sobre o trecho preservado da Ponta do Curral, atualmente inserida em Área de Proteção Ambiental do Guaibim, afetou principalmente remanescentes de restinga e campos naturais, ecossistemas associados à Mata Atlântica. A pavimentação foi feita em traçado que minimizou impactos nos mais altos remanescentes de restinga, seguindo estudos prévios da Licença Ambiental e de retificações posteriores. Em que pese estes cuidados e a ampliação da APA, incorporando a porção oeste da Costa do Curral (ver comentários sobre a APA do Guaibim, no tópico de Áreas Protegidas), os riscos futuros de uma ampliação da cidade para esta localidade, estimulada por novos loteamentos e serviços portuários, são evidentes. Cerca de cinco mil hectares são afetados por estas obras, justificando cuidados para a conservação desta região através da agenda ambiental do PRODETUR NE II, principalmente para a implementação da APA do Guaibim.

Os impactos sócio-culturais devem ocorrer no médio-longo prazo, com o gradual incremento na utilização desta estrutura. Como esclarecido acima, a intervenção deve atrair uma quantidade maior de turistas, gerando maiores quantidades de resíduos sólidos e efluentes. A capacidade hoteleira da região suporta algum aumento no número de turistas, mas se faz necessário um estudo acerca da capacidade de carga, principalmente na Ilha de Tinharé, para que se conserve a integridade do meio ambiente no local. Este estudo sobre a capacidade de carga pode estar incluído nos Planos Diretores dos municípios atingidos/beneficiados pela intervenção.

As considerações sobre o pequeno efeito do Terminal Marítimo e do Aeroporto no transporte de turistas e moradores para as Vilas de Morro de São Paulo e Gamboa do Morro indicam o quanto esses investimentos públicos pouco afetaram a dinâmica local e a vida das populações tradicionais. Mesmo com a ausência de efeitos significativos até aqui, uma ativação deste sistema viário, inclusive potencializando negócios imobiliários e turísticos na Ponta do Curral, podem afetar uma pesca tradicional e secular de canoas de batelão no estuário do Una. Os pescadores têm utilizado este trecho do estuário para o pouso e espera de momentos oportunos para a entrada e saída no canal do Rio Una. A promoção do turismo na Ponta do Curral deve levar em conta, portanto, a atividade pesqueira artesanal, integrando-a ao consumo de pescado da hotelaria e restaurantes, mantendo espaços próprios para os pescadores continuarem seu descanso e convivência, na porção interior da península.

As obras mencionadas tendem a gerar impactos futuros sobre o Arquipélago de Tinharé-Boipeba, atraindo novos investimentos privados no interior e litoral das ilhas. O risco de médios e grandes investimentos sobre espaços naturais da APA requer, portanto, uma melhoria da gestão dessa área protegida, atualmente desprovida de administração e qualquer trabalho de fiscalização sistemático. Cabe esclarecer que a SEMARH tem desenvolvido esforços no sentido de melhorar o sistema de gestão das APAs no Estado como um todo.

Rodovia Ilhéus-Itacaré

A sua pavimentação entre dezembro de 1996 e maio de 1998 atingiu 65 km entre as duas cidades, tendo o distrito de Serra Grande e algumas vilas de pescadores, como a Ponta da

Tulha, Mamoan e Ponta do Ramo, como núcleos habitacionais ao longo do percurso. A população diretamente beneficiada com esta rodovia envolve cerca de 30 mil habitantes, tanto na zona rural quanto urbana, envolvendo os municípios de Itabuna, Ilhéus, Uruçuca, Itacaré e Maraú.

O trajeto foi reduzido de 3 a 4 horas para 50 minutos/1 hora. O custo da viagem reduziu-se drasticamente, e muitos investimentos e construções foram feitas a partir da inauguração da rodovia. O número de hotéis e pousadas em toda a região aumentou consideravelmente, segundo dados da Bahiatursa e de empresários e lideranças locais. O número de leitos está próximo de cinco mil, e os restaurantes, cerca de 30 ao longo da estrada e na cidade de Itacaré, estimulam a economia rural regional e local, com a compra de hortaliças, frutas, carnes diversas, pescado, marisco, bebidas e equipamentos; e impulsionam o mercado e a arrecadação de tributos, mesmo havendo evasão de divisas pela informalidade da economia local. Dados não oficiais da prefeitura de Itacaré estimam que cerca de mil pessoas trabalham com o turismo na cidade, nas mais diversas atividades, multiplicadas em número e variedade desde 1996. Guias, fotógrafos, cozinheiros, pedreiros e ajudantes, carpinteiros, pintores, garçons e garçonetes, comerciantes, *bartenders*, instrutores de esportes radicais, entre outras funções foram surgindo com esta atividade.

Ao mesmo tempo, a prostituição, drogas e o tráfico, violência e criminalidade cresceram intensamente na cidade e na vila de Serra Grande. Com o crescimento das oportunidades de trabalho, aumentaram as demandas por habitação na periferia de Itacaré. Favelas surgiram e/ou cresceram, como a de Santo Antônio, na entrada da cidade. Áreas particulares foram invadidas e degradadas em 2001.

A área degradada diretamente com a pavimentação da BA-001, segundo estimativas do IESB (no Projeto de Revegetação das margens degradadas na Rodovia Ilhéus-Itacaré, 2001) chega a 70 hectares, incluindo jazidas, áreas de empréstimo lateral às margens da estrada, aterros e "bota foras". Indiretamente, a pavimentação estimulou a construção civil ao longo da rodovia, principalmente entre Ilhéus e Serra Grande, e na cidade de Itacaré. Além do impacto direto das construções sobre o espaço natural, com impermeabilização, alteração visual da paisagem, interrupção de trânsito de fauna e desbaste de vegetação no local das construções, as demandas por madeira nativa aumentaram muito, além de material arenoso, que por conta da informalidade e padrão de extrativismo local, geram forte pressão ambiental em toda a região. Um exemplo está na Ponta da Tulha, com grande área de jazida exposta a processo erosivo. A atividade madeireira também continua ativa na região, principalmente com a demanda da construção civil, citada antes, em que pese a diminuição do comércio de madeira para outras regiões da Bahia e Brasil, muito comum até 1997.

A construção da rodovia foi o principal fator de desenvolvimento não só para o município de Itacaré como destinação turística, mas para o ecoturismo como um todo no Pólo Litoral Sul. A emergência de um destino como Itacaré em meados da década de 90 (década na qual ocorreu a Eco 92) colocou a Bahia em posição de destaque na atividade de ecoturismo no Brasil. Atualmente, a rodovia é classificada como estrada ecológica, dadas suas características de preservação ambiental (passagens aéreas de animais silvestres, definição do traçado, sinalização ecoturística etc.) e vem sendo determinante para o desenvolvimento e interligação do turismo entre Ilhéus (portão de entrada do pólo para os turistas que utilizam a via aérea) e Itacaré. A rodovia promove a integração da região, estimulando não somente o turismo de sol e praia, mas sobretudo a expansão do ecoturismo em todo o Litoral Sul, além de contribuir para o escoamento da produção da região, encurtando caminhos e facilitando as atividades de pressão pela conservação da Mata Atlântica.

Sistema de Esgotamento Sanitário de Itacaré

Este investimento está em andamento, com prazo de conclusão previsto para dezembro de 2004. A demanda pelo sistema esgotamento sanitário é muito grande junto a todos os segmentos sociais e econômicos de Itacaré, sendo motivo de recomendações da sociedade civil presente na cidade, como o Boto Negro e o IESB.

Duas preocupações se destacaram ao longo do processo de planejamento do sistema: a dimensão do mesmo, de modo que contemplasse toda a cidade atual, e também áreas de expansão urbana em zonas de ocupação popular, como também o sistema proposto para captação dos efluentes das casas. Este último, que está relacionado com o primeiro, determinará a abrangência e integração da rede coletora. Em geral um investimento desta natureza é conduzido com base em um termo de referência, que pelas suas premissas definem o perfil das obras e os limites das ações do empreiteiro.

É notório que uma obra desta natureza, feita de forma adequada, traz impactos ambientais, sociais e econômicos positivos, no médio e longo prazo, desde que envolva custos adequados para a dimensão e requerimentos técnicos pelas características de relevo, costumes e padrões arquitetônicos locais.

No curto prazo, porém, a obra gera impactos negativos para os moradores, na medida em que são alterados os traçados das vias urbanas, exala-se cheiro desagradável, além da potencial exposição da população a doenças. Em função desses impactos, fazem-se necessários programas de comunicação junto à população, dando informações sobre prazos e ações a serem desenvolvidas ao longo da obra, compartilhadas com um grupo de acompanhamento local. Essas ações são de responsabilidade da empresa executora da obra.

Outros Investimentos do Governo do Estado no Pólo Litoral Sul

Os investimentos públicos realizados e em execução pelo Governo do Estado da Bahia no Pólo entre 1991 e 2001 somaram quase US$ 180 milhões. Descontando os recursos do PRODETUR, no total de US$ 24 milhões, o montante investido pelo Estado foi de aproximadamente US$ 156 milhões, com recursos próprios e de outras fontes captadas. Dentro do montante investido na região, os recursos do PRODETUR NE I representam cerca de 13,3%.

A Tabela 2.3 resume os investimentos realizados pelo Governo do Estado por setores, nas duas Zonas Turísticas do Pólo:

Tabela 2.3 – Investimentos concluídos e em execução do Governo do Estado no Pólo Litoral Sul – 1991-2001 (em US$ Mil)

Setor	Costa do Cacau	Costa do Dendê	PLS	% Total
Energia Elétrica	4.782	11.650	16.432	9%
Outros	11.923	67	11.990	7%
Preservação Ambiental	5.345	91	5.436	3%
Patrimônio Histórico	350	469	819	0%
Saneamento	54.560	3.145	57.705	32%
Aeroportos	1.260	4.165	5.425	3%
Transportes	33.527	47.690	81.217	45%
Total	**111.747**	**67.277**	**179.024**	**100%**

Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

A maior parte dos recursos investidos no Pólo Litoral Sul foi em transportes, e inclui o investimento já citado na rodovia Ilhéus-Itacaré. Houve também investimento significativo em aeroportos, tanto na construção do de Valença como na melhoria do de Ilhéus. Os investimentos em transporte e aeroporto, ambos visando solucionar a acessibilidade dentro e fora do pólo, somam quase 50% do total investido em dez anos.

Aqui se percebem os esforços no **estabelecimento e implantação do Pólo Litoral Sul** como destinação turística, com ênfase no transporte (que, na época, era o principal fator de entrave) e no saneamento de áreas turísticas. A concentração dos esforços nessas áreas gerou boas taxas de crescimento em vários indicadores, conforme se verá a seguir.

Impactos na Atividade Turística

Como visto, os resultados positivos oriundos do desenvolvimento da atividade turística no Pólo Litoral Sul são efeito de uma série de variáveis. De tal modo que não é possível dimensionar qual é a representatividade isolada do PRODETUR NE I nos resultados observados. Os impactos diretos de cada ação no local em que foram implementadas foram apresentados acima, juntamente com suas descrições. O cruzamento dos grandes resultados obtidos no Pólo com os impactos de cada ação certamente não deixará dúvida sobre a influência do programa no incremento dos indicadores apresentados.

É notória, por exemplo, a influência da Rodovia Ilhéus-Itacaré sobre todos os resultados apresentados pela atividade turística em Itacaré. Sem a rodovia, provavelmente uma pequena fração do desempenho teria sido verificada. Outro exemplo é a implementação da APA Itacaré-Serra Grande. Sem esse investimento em conservação ambiental, provavelmente os investidores privados não teriam tamanha confiança em investir na região, não gerando resultados positivos como a sofisticação crescente dos investimentos hoteleiros no Pólo.

A repercussão das ações financiadas pelo PRODETUR NE I definiram o cenário do turismo no Pólo Litoral Sul entre 2000 e 2002, isto é, cerca de 2 anos após a implantação das mesmas, que ocorreu principalmente entre 1998 e 2000 (apesar de ainda existirem ações em andamento até os dias de hoje).

Esse período (2000-2002) foi de grandes turbulências na conjuntura interna e externa, com fenômenos como os atentados terroristas nos Estados Unidos, a crise institucional e econômica da Argentina e o baixo crescimento econômico no Brasil e em outros importantes mercados emissores. Esse contexto, extremamente desfavorável, gerou impactos negativos na atividade turística nacional e internacional. É possível, portanto, que os impactos positivos decorrentes dos investimentos do PRODETUR NE I no Pólo tenham sido diminuídos durante esse período. Ainda assim, como se poderá observar a seguir, todos os indicadores apresentaram grande incremento.

A seguir são apresentados alguns indicadores de desenvolvimento da atividade turística, sintetizando os avanços do setor turístico identificados no Pólo Litoral Sul.

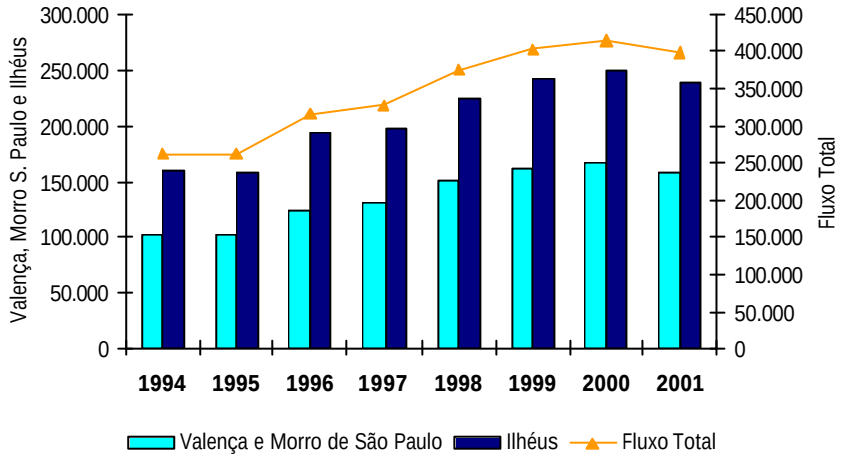
Evolução do Fluxo Turístico – Ilhéus, Valença e Morro de São Paulo

O número de turistas no Pólo Litoral Sul vem apresentando crescimento a taxas consideráveis. A única queda observada no período 1994-2001 é no último ano, caindo 4,3% em relação ao ano anterior. Apesar do momento econômico pelo qual o país passou entre 1998 e 1999, quando a taxa de crescimento real do PIB foi de 0,13%, o turismo no Pólo Litoral Sul apresentou um crescimento de mais de 7,5%, contrariando a tendência do turismo no Brasil e mesmo em outras regiões da Bahia.

Em 1999 e 2000, diversos fatores operaram para que houvesse uma franca recuperação do fluxo turístico no país, com destaque para a aceleração do ritmo de crescimento econômico do país, especialmente em 2000 (4,36% de crescimento real do PIB), e para a desvalorização do real em 1999. Como resultado, muitos brasileiros deram prioridade às viagens domésticas, que tiveram um considerável incremento no período. O Pólo Litoral Sul, não tendo sofrido grandes baixas no fluxo turístico nos difíceis anos anteriores, manteve neste período um crescimento constante, em torno de 3% ao ano.

No ano de 2001, repleto de acontecimentos nacionais e internacionais de alto impacto na propensão dos turistas em viajar (11 de setembro, crise na Argentina, baixo crescimento do PIB etc.), houve um recuo na quantidade de turistas nacionais e internacionais. Parte desse recuo se deve ao fato do ano 2000 ter apresentado fatores atípicos, como já mencionado. O gráfico a seguir ilustra a evolução do fluxo desde 1994:

Tabela 2.4 – Evolução do Fluxo Turístico – Valença, Morro de São Paulo e Ilhéus



Fonte: Bahiatursa
Elaboração: FGV 2004

O número de turistas cresceu a uma taxa de 6,6% ao ano, de 1994 a 2001, com um crescimento acumulado de 66%.

Não existem séries históricas que permitam o mesmo tipo de análise para outros destinos do Pólo Litoral Sul, mas, em linhas gerais, pode-se afirmar que o crescimento do fluxo turístico seguiu a mesma tendência.

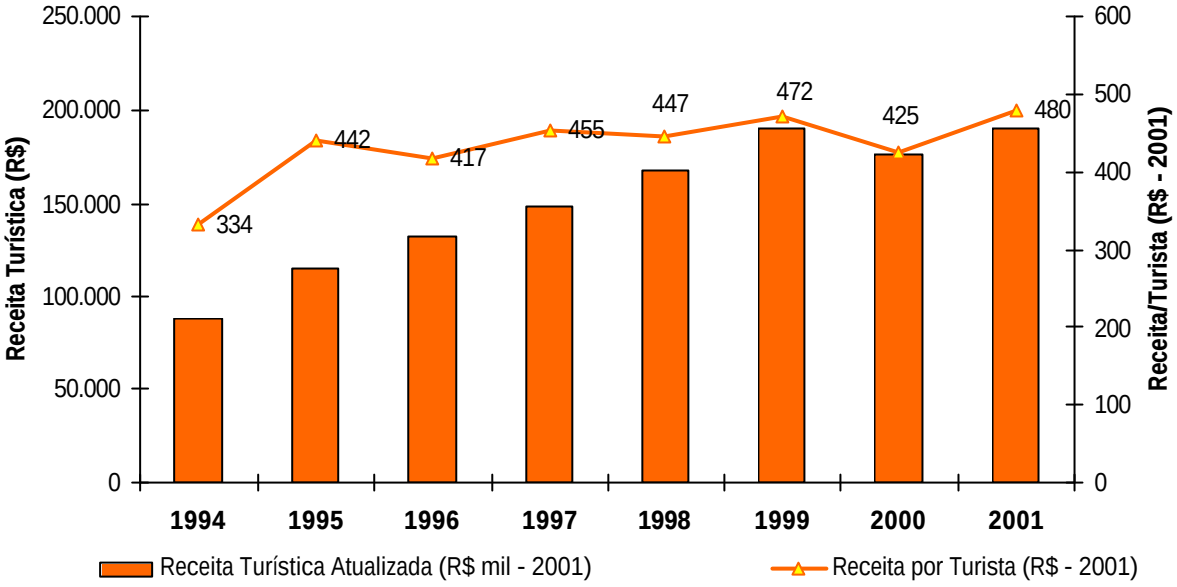
Evolução da Receita Turística

A receita turística é avaliada em dólares americanos. Seu comportamento foi irregular, mas apresenta queda desde 1998 (em dólares). Esse período representa o momento em que o Real sofreu constante desvalorização frente ao dólar, e não considera a depreciação inflacionária da moeda americana.

O gráfico a seguir ilustra a receita turística total e a receita por turista no Pólo. O valor da receita turística total foi convertido em reais (com base na taxa média do dólar de cada ano) e atualizado a valores de dezembro de 2001 pelo IGP-M. Assim, a aparente queda na receita turística pode ser melhor analisada, e induz à conclusão de que, até 1999, a receita turística cresceu a taxas de aproximadamente 12% ao ano. A partir de então, a receita sofre pequena

queda em 2000 e volta a se recuperar em 2001. No período 1994-2001, o crescimento acumulado foi de 118%.

Tabela 2.5 – Evolução da Receita Turística – Valença, Morro de São Paulo e Ilhéus 1994-2001



Fonte: Bahiatursa
Elaboração: FGV 2004

Percebe-se que, a partir de 1997, o valor da receita por turista, em reais de dezembro de 2001, vem mantendo-se em um patamar médio de R$ 450,00, com exceção de 2000, onde houve uma queda significativa. Em função disso, conclui-se que a evolução da receita total vem acompanhando aproximadamente a evolução do fluxo turístico.

A análise dos anos recentes demonstra que os investimentos públicos e privados realizados na década de 90, inclusive aqueles do PRODETUR NE I, privilegiaram o incremento do fluxo turístico, em detrimento da receita. Isso é facilmente explicável pelo grande volume de investimentos em acessibilidade às destinações turísticas (Rodovia Ilhéus-Itacaré e Acesso Terminal Marítimo Bom Jardim-Aeroporto de Valença, lembrando apenas os investimentos do PRODETUR), que consumiram 48% do total investido pelo Estado entre 1991 e 2001. Deve-se ressaltar, no entanto, que esse padrão de evolução de destinos turísticos é comum. Em um primeiro momento do ciclo de desenvolvimento, há um incremento do fluxo causado por melhorias estruturais.

A partir de um certo ponto de inflexão, a estratégia de desenvolvimento dos destinos e os fatores externos determinam se o destino terá um caráter de massa, com conseqüentes baixos valores de receita por turista, ou de diferenciação do produto, baseada em características únicas intrínsecas ou desenvolvidas através da articulação entre os agentes do sistema turístico local.

Pode-se dizer que o Pólo Litoral Sul encontra-se neste ponto de inflexão, devendo privilegiar estratégias voltadas à criação e manutenção de vantagens competitivas. Nesse sentido, podem-se citar os investimentos já realizados pelo PRODETUR NE I em prol da conservação ambiental (APA's de Itacaré/Serra Grande, Lagoa Encantada, Pratigi e Maraú, além do Parque Estadual do Conduru) e saneamento. Tais investimentos garantem a unicidade e longevidade

dos fatores de atratividade da região, e atraem segmentos de mercado com maior potencial de gasto.

A atração destes segmentos de mercado já pode ser observada no patamar de receita por turista atingido nos anos de 1995 e 2001, demonstrando ser factível a conquista do objetivo de obtenção de maiores gastos individuais, para que, em conjunto com a evolução esperada do fluxo turístico, obtenham-se maiores impactos econômicos da atividade turística.

Evolução do Número de UHs

Um importante indicador do crescimento da atividade turística é o incremento no número de meios de hospedagem em uma dada região. De acordo com pesquisa da Bahiatursa, o número de meios de hospedagem cresceu cerca de 14% ao ano desde 1993 no Pólo Litoral Sul. A tabela a seguir apresenta a evolução do número de UHs:

Tabela 2.6 – Evolução no número de Meios de Hospedagem (MHs), Unidades Habitacionais (UHs) e Leitos do Pólo Litoral Sul (1993-2001)

Costa do Dendê

	1993	1997	1999	2001	Crescimento anual (%)
MHs	87	187	229	266	15,0%
UHs	931	2.053	2.707	3.324	17,2%
Leitos	2400	5.550	7.452	9.268	18,4%
UH/MH	10,7	11,0	11,8	12,5	

Costa do Cacau

	1993	1997	1999	2001	Crescimento anual (%)
MHs	97	191	216	255	12,8%
UHs	1630	2.690	3.465	4.240	12,7%
Leitos	4041	6.959	9.921	11.755	14,3%
UH/MH	16,8	14,1	16,0	16,6	

Total Pólo Litoral Sul

	1993	1997	1999	2001	Crescimento anual (%)
MHs	184	378	445	521	13,9%
UHs	2561	4.743	6.172	7.564	14,5%
Leitos	6441	12.509	17.373	21.023	15,9%
UH/MH	13,9	12,5	13,9	14,5	

Fonte: Bahiatursa 1993-2001
Elaboração: FGV 2003

Nota-se que o número de leitos e UHs cresceram a taxas muito semelhantes ao crescimento do número de meios de hospedagem. Logo, os empreendimentos implementados nesse período mantiveram uma mesma média de 13,7 UHs por meio de hospedagem.

Além do crescimento no número de unidades habitacionais no Pólo, deve-se destacar o grande aumento na sofisticação dos empreendimentos hoteleiros, conforme explicado no item “Investimentos Privados”, mais adiante.

Evolução do Número de Empregados em Atividades Turísticas

A seguir são apresentados dados que identificam o crescimento do pessoal empregado em atividades turísticas no Estado da Bahia. Após o pico de empregos em 1997, houve sensível diminuição em 1998, repetindo-se o fato em 1999. Entretanto, acredita-se que atualmente 5,2% da mão de obra da Bahia esteja relacionada diretamente com a atividade turística, algo em torno de 300 mil empregados.

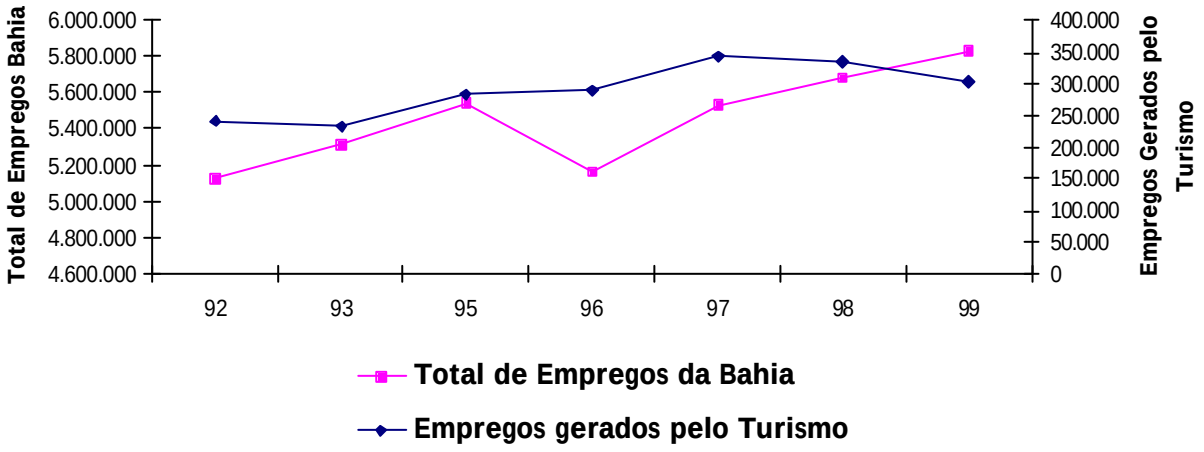
Tabela 2.7 – Evolução dos Empregos Gerados pela Atividade Turística 92/99

Ano	Empregos Gerados Pelo Turismo	Total de Empregos da Bahia	% Turismo no Total de empregos
92	241.136	5.130.553	4,7%
93	233.809	5.313.841	4,4%
95	282.831	5.545.706	5,1%
96	289.065	5.161.875	5,6%
97	343.242	5.536.161	6,2%
98	335.173	5.680.898	5,9%
99	303.393	5.834.481	5,2%
Média			**5,3%**

Fonte: IH 2001
Elaboração: FGV 2003

Avaliando-se o período de 1992 a 1999 nota-se que a evolução dos empregos gerados pelo turismo cresceu a taxas superiores que o total de empregos da Bahia. No período em estudo o número de empregos gerados pela atividade turística cresceu 25,8%, enquanto o total de empregos da Bahia cresceu somente 13,7% durante o mesmo período.

Tabela 2.8 - Evolução do Número de Empregados na Bahia



Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991-2001

As estimativas realizadas para este estudo indicam que a representatividade do Pólo Litoral Sul no que concerne ao número de empregos é de aproximadamente 9% do total de

empregos da Bahia, conforme apresentado na Tabela 2.9. Este valor é dado pela pesquisa do Instituto de Hospitalidade, por isso se mantém constante em todas as atividades. Através do número total de empregados em turismo na Bahia e da representatividade do Pólo Litoral Sul (9%), se estimou o número de empregados em turismo no Pólo, conforme as diversas atividades.

Tabela 2.9 - Empregos Relacionados a Atividades Turísticas na Bahia e no Pólo Litoral Sul

Ramos de Atividade	Bahia	Pólo Litoral Sul
Hospedagem	26.818	2.414
Alimentação	157.882	14.209
Lazer e Entretenimento	21.055	1.895
Agências/Operadoras	7.673	691
Tranportes	89.965	8.097
Total Turismo	**303.393**	**27.305**

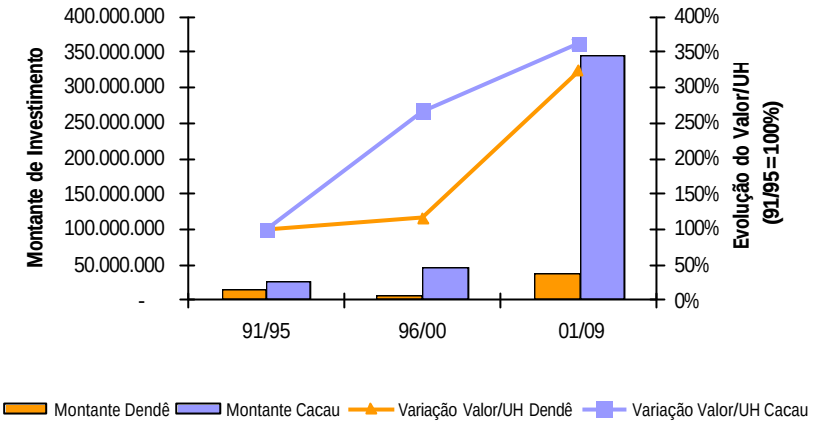
Fonte: IH 2001
Elaboração: FGV 2003

Investimentos Privados

A implementação do Programa Estadual de Desenvolvimento Turístico – PRODETUR BA teve início em 1991, atingindo o maior volume de investimentos entre 1995 e 1998 com o ingresso dos recursos do empréstimo contratado no âmbito do PRODETUR NE I. O gráfico a seguir ilustra o total de investimentos (concluídos, em execução e em projeto) nas duas Zonas Turísticas do Pólo e mostra a evolução do valor investido por UH ao longo do tempo.

O gráfico permite observar que o volume de investimentos privados cresceu substancialmente durante os três períodos analisados, partindo de pouco mais de US$ 50 milhões nas duas zonas para mais de US$ 350 milhões nos últimos investimentos realizados e nos programados. Apesar de o último período ser maior do que os demais, grande parte do montante para a Costa do Cacau neste período se refere a apenas um empreendimento, em Itacaré, no valor de US$ 335 milhões, permitindo uma análise comparativa entre os períodos.

Tabela 2.10 – Montantes de Investimento e valores investidos por UH - Pólo Litoral Sul (US$)

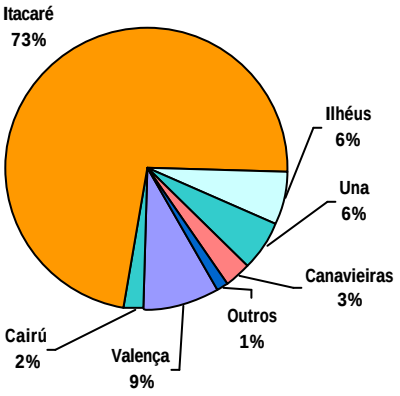


Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

Além do crescimento considerável dos totais investidos em cada Zona Turística, deve-se destacar o salto de qualidade nos investimentos hoteleiros do Pólo, já que o crescimento no investimento por unidade habitacional reflete um aumento na sofisticação e na qualidade dos empreendimentos. Percebe-se que o investimento por UH vem demonstrando um crescimento de 250% ao longo do tempo, no período 1991-2009.

O gráfico a seguir mostra os municípios que mais receberam investimentos privados. A análise considera investimentos concluídos, em execução e em projeto.

Gráfico 2.1 – Municípios de acordo com o total investido (concluído, em execução e em projeto)



O município de Itacaré é o grande receptor de investimentos privados no Pólo, com quase três quartos do total investido. O município de Valença ocupa o segundo lugar, com menos de 10% dos investimentos. É interessante notar que estes dois municípios foram também os principais beneficiados pelas intervenções do PRODETUR NE I (Rodovia Ilhéus-Itacaré, APA

Itacaré-Serra Grande, SES de Itacaré e Acesso Aeroporto de Valença-Terminal Marítimo de Bom Jardim), comprovando a eficiência do Programa na alavancagem de investimentos privados.

Conclusão

As ações de intervenção no turismo no Pólo Litoral Sul, considerando as financiadas pelo PRODETUR NE I, pelo próprio Governo do Estado e por outras fontes, geraram um desenvolvimento efetivo da atividade turística na região. Este crescimento pode ser identificado, por exemplo, com o aumento no fluxo turístico, a manutenção da receita turística, o aumento do valor investido nos empreendimentos turísticos e o crescimento sistemático de meios de hospedagem no Pólo a taxas anuais de 13,5%. Além do crescimento no número de UHs e meios de hospedagem, nota-se grande disposição em se investir no Pólo Litoral Sul, com uma sofisticação crescente nos empreendimentos, já que o valor investido por UH se mostra cada vez maior.

As intervenções de grande impacto sócio-econômico e ambiental financiadas pelo PRODETUR NE I já tiveram, em sua maioria, as ações mitigadoras destes impactos. É o caso da Rodovia Ilhéus-Itacaré, que já veio acompanhada da criação e implementação da APA Itacaré-Serra Grande e do Parque Estadual do Conduru, evitando grande degradação ambiental no entorno da estrada e em função do aumento no fluxo turístico na região. Outro exemplo é a criação das APA's de Pratigi e Maraú, que já incluía um bom programa de conscientização para as pessoas e comunidades mais afetadas pelas restrições da criação da APA. Pode-se citar, ainda, que a implantação do acesso entre o aeroporto de Valença e o Terminal Marítimo foi acompanhada de implantação de um Sistema de Esgotamento Sanitário em Morro de São Paulo, uma das localidades mais afetadas pela intervenção.

A prioridade das novas ações devem avaliar a complementaridade em relação aos investimentos já realizados. Nesse sentido, recomenda-se ações que não concentrem o fluxo nos destinos já beneficiados pela primeira etapa do programa, sob a pena de se acelerar o ciclo de vida destas destinações turísticas. O desenvolvimento de destinações alternativas, mas relacionadas aos destinos já consolidados pelo PRODETUR pode dar ao turista mais opções de produtos, aumentando sua permanência média; além de distribuir o fluxo, possibilitando o recebimento de mais turistas sem comprometer a capacidade de carga dos destinos e sem acelerar seu ciclo de vida.

Há uma urgente necessidade de promover um turismo que focalize a diferenciação, auferindo maior receita por turistas em detrimento do número total de visitantes. É preciso também alavancar o associativismo entre os agentes econômicos ligados às atividades turísticas, fazendo com que eles vislumbrem um objetivo comum e busquem um aumento da receita maior do que o aumento do número de turistas.

As comunidades devem ser preparadas para o advento do aumento do fluxo no que concerne à capacitação sócio-profissional, conservação ambiental, recuperação urbanística e saneamento. A participação da comunidade (sociedade civil, empresariado e lideranças locais) na discussão dos planos e da implementação das ações deve continuar sendo estimulada, permitindo maior envolvimento desses setores no processo de desenvolvimento turístico, garantindo a valorização e o crescimento do destino.

Ainda, espera-se que a integração das Zonas Turísticas Costa do Dendê e Costa do Cacau, no denominado Pólo Litoral Sul, que tem como instância de aproximação o Conselho do Pólo, possa promover intercâmbio de experiências e reforço mútuo do espaço turístico regional, capaz de fortalecer a região e ampliar a competitividade do ponto de vista turístico.

3. Diagnóstico da Área de Planejamento

O processo de planejamento estratégico de uma região turística procura compreender a situação atual da área em relação ao uma série de aspectos relevantes ao desenvolvimento da atividade. À luz dessas informações pode elaborar cenários e propor objetivos e situações futuras desejadas, identificando caminhos e necessidades para cumprir essas proposições.

Esta terceira parte do PDITS, subdividida em 14 capítulos, analisa a conjuntura da área de planejamento, consistindo em um diagnóstico dos aspectos recomendados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), segundo o Termo de Referência do PRODETUR NE II. Utiliza, para essa finalidade, dados da pesquisa realizada em campo, de contribuições agregadas pelas comunidades locais durante as reuniões focais e de dados secundários levantados junto à organismos oficiais e instituições de pesquisa.

Seguindo essas recomendações, foram avaliados os seguintes temas:

- Ambiente econômico recente e atual;
- Caracterização social recente e atual;
- Infra-estrutura básica e de transportes;
- Patrimônio histórico e sua gestão;
- Aspectos sócio-ambientais;
- Poder público municipal e sua capacidade institucional;
- Setor privado do turismo e investimentos privados futuros;
- Produtos e atrativos turísticos;
- Oferta turística;
- Educação e capacitação profissional da comunidade;
- Turista atual e seus gastos;
- Demanda atual e potencial.

Procurou-se atender às demandas por informações de maneira estrita, seguindo as recomendações para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS). Sintetizando as informações disponíveis nesse diagnóstico, a matriz SWOT identifica os principais pontos, oferecendo subsídios para a elaboração das estratégias e dos planos de ação.

3.1. Definição da Área de Planejamento

Em 1992, a Bahia definiu zonas turísticas prioritárias, com as quais vem trabalhando desde o PRODETUR NE I. A seleção dos municípios e seus respectivos agrupamentos levaram em consideração alguns aspectos:

- A atratividade natural e cultural presente em cada território municipal. Nesse caso, consideraram-se os atrativos efetivos, ou seja, aqueles que já integravam produtos turísticos ou contavam com visitação espontânea. Os atrativos potenciais, embora não tivessem um fluxo de visitantes constante, poderiam agregar valor aos destinos já consolidados. Outro aspecto considerado foi o risco de degradação pelo crescimento turístico espontâneo, cujo impacto negativo se tornaria bastante significativo.
- Os agrupamentos territoriais foram denominados Zonas Turísticas e assumiram como identidade a existência de uma unidade temática local, capaz de os distinguir por atributos naturais e culturais peculiares a cada um dos conjuntos (Costa dos Coqueiros, Baía de Todos os Santos, Costa do Dendê, Costa do Cacau, Costa do Descobrimento, Costa das Baleias e Chapada Diamantina), dando relevância também às características particulares de cada município separadamente.
- A existência de municípios de menor atividade turística ao lado de municípios âncoras, com fluxo regular ou sazonal, estava baseada na estratégia de distribuição eqüitativa, em médio e longo prazo, dos benefícios sócio-econômicos gerados pelo turismo, para os municípios menos estruturados.
- A continuidade territorial permitiu a criação de roteiros intra e interzonais, incorporando todos os municípios, criando-se assim um corredor turístico, sem interrupção no roteiro de visitação.
- A constatação da existência de áreas naturais ou de patrimônio cultural tangível e intangível, com carência de proteção ou recuperação, visando garantir a atratividade ou a iniciação de uso turístico; e a sua conservação ambiental.
- A verificação do papel do turismo no contexto socioeconômico local, buscando envolver também municípios desprovidos de outras alternativas econômicas, desde que detentores de atratividade para o turismo.

Para o PRODETUR NE II, buscou-se manter a mesma seleção de municípios priorizados na fase anterior do Programa, agrupando-se, na maioria dos casos, duas zonas turísticas para a formação de um pólo, considerando a sua abrangência geoturística mais ampla e representativa em relação ao papel estratégico dos pólos para o desenvolvimento do turismo no âmbito deste Programa.

Por entender que a seleção de municípios para compor cada zona turística e, conseqüentemente, cada pólo integrante do PRODETUR NE II, já prioriza aqueles municípios indispensáveis à formação de destinos turísticos integrados, o Estado da Bahia concebeu sua área de planejamento coincidindo com os pólos delimitados, não visualizando qualquer razão para a existência de dois agrupamentos distintos.

Entretanto, diante da escassez de recursos para atender de forma imediata a todo o pólo e, dado que se trata de um processo de planejamento de longo prazo, o Estado adota o

escalonamento das ações de acordo com a sua relevância para o desenvolvimento sustentável do turismo, sem, no entanto desprezar os municípios de menor estágio de desenvolvimento turístico, buscando, desde já, a sua inserção no processo através de ações preparatórias, educativas, de desenvolvimento institucional ou ainda intervenções em infra-estrutura de caráter essencial. Cabe ressaltar ainda a importância de valorizar aqueles municípios do Pólo que vêm tendo efetiva participação no processo de construção do Programa, desde a elaboração participativa dos PDITS, como também no estabelecimento e funcionamento dos Conselhos de Turismo, demonstrando real comprometimento com o desenvolvimento regional e integrado do turismo.

Ao se trabalhar com um determinado território no formato de Pólo Turístico, o enfoque da fragmentação territorial baseado em limites municipais perde a sua relevância, conforme enfatizam os princípios de desenvolvimento regional presentes no PRODETUR NE II e que atualmente também são reforçados pelo Programa Regionalização do Ministério do Turismo para essas mesmas áreas, confirmando a indiferença dos fluxos turísticos aos limites municipais.

O Pólo Litoral Sul, área objeto deste plano, é a denominação geoturística elaborada pelo Estado da Bahia para suas ações de planejamento e para o PRODETUR NE II. Inclui duas zonas turísticas distintas e complementares, a Costa do Dendê e a Costa do Cacau. Ao todo, o Pólo Litoral Sul engloba 14 municípios, divididos da seguinte maneira:

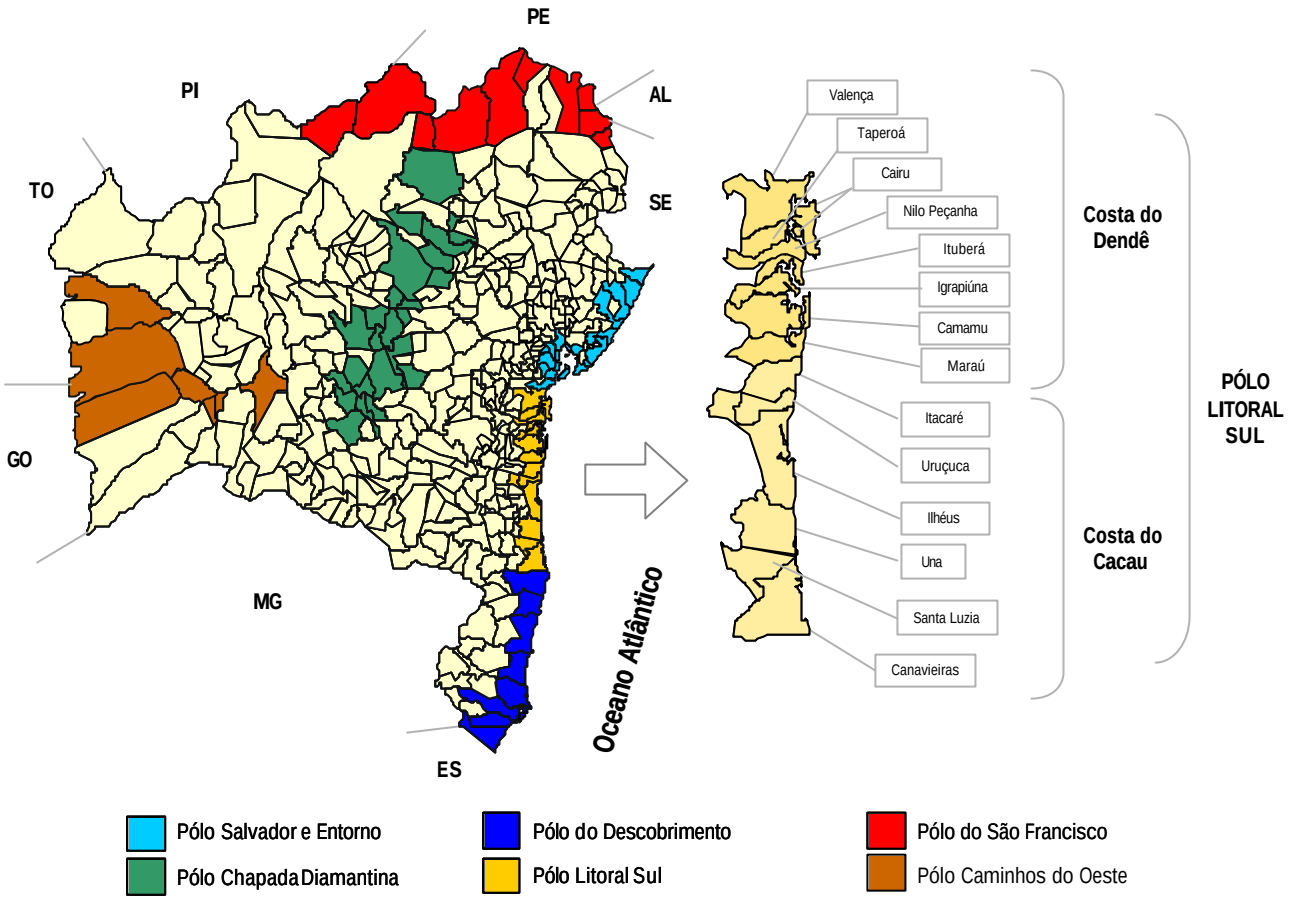
- **Costa do Dendê:** Valença, Taperoá, Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú;
- **Costa do Cacau:** Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Santa Luzia, Canavieiras.

Esses dois blocos, cujos atrativos possuem grande potencialidade de uso turístico, apresentam características ambientais e sócio-culturais que são mutuamente reforçadas, desde que sejam traçadas estratégias integradas de desenvolvimento.

A preservação e a diversidade ambiental, as inúmeras e belas praias, os braços de mar, os extensos manguezais, a grande variedade de rios, as edificações e monumentos históricos remanescentes, os fatos históricos lá ocorridos, a lavoura de produtos agrícolas peculiares e fortemente vinculada aos costumes do povo são algumas das características mais marcantes do Pólo Litoral Sul e servirão para definir os principais temas turísticos a explorar.

Essas características estão presentes, em maior ou menor grau, em todos os municípios do Pólo, formando um todo que pode e deve ser trabalhado de forma integrada. De tal modo, as informações e propostas que são apresentadas neste Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável abordam o conjunto dos municípios do Pólo Litoral Sul, sugerindo a validade de um planejamento que destaque essa complementaridade.

Figura 3.1.1 – Espacialização dos Municípios Contidos na Área de Planejamento



Para a formação do Pólo Litoral Sul, o agrupamento das Zonas Turísticas Costa do Dendê e Costa do Cacau levou em consideração os seguintes aspectos:

- Características territoriais, sócio-ambientais e turísticas semelhantes e complementares, formando um corredor turístico capaz de integrar diversos produtos que atendem a segmentações e nichos de mercados específicos, a exemplo do que já vem ocorrendo entre os municípios de Itacaré (Costa do Cacau), Camamu e Maraú (Costa do Dendê), no que se refere à formação e operacionalização de roteiros turísticos voltados principalmente ao segmento do ecoturismo e do turismo náutico.
- Ocupação histórica de base agrícola como fator de identidade comum (culturas agrícolas peculiares como cacau, dendê, piaçava, cravo e seringa); além do fato da região estar incluída no Projeto Corredor da Mata-Atlântica.
- Cidades líderes (Ilhéus e Valença) sendo reforçadas pela atratividade dos demais municípios do Pólo, ao mesmo tempo em que os municípios de menor desenvolvimento são alavancados por essas cidades líderes, seja como portão de entrada ou como fornecedores de insumos e mão-de-obra para o desenvolvimento da atividade turística.
- O Pólo Litoral Sul conta com dois portões de entrada por via aeroviária: Valença e Ilhéus. Todo o Pólo se beneficia através da intermodalidade viária terrestre e hidroviária, tanto em alternativas de roteiros para o turista como para facilitar os deslocamentos da população local e de insumos para a atividade.

- Neste Pólo, a Baía de Camamu, terceira baía em dimensão do litoral brasileiro, é também considerada um dos principais ambientes naturais com potencialidade para o desenvolvimento do turismo na região. Atualmente, conta com equipamentos receptivos em Maraú, nas localidades de Barra Grande, Campinho, Taipus, Cassange e Saquaíra, além de serviços turísticos que se implantaram de forma espontânea ao longo dos últimos dez anos e que são responsáveis pelo atendimento a um fluxo turístico estimulado tanto pela recomendação "boca a boca", quanto pelas reportagens de revistas especializadas em ecoturismo. A dinâmica de movimentação desse fluxo se dá em dois eixos principais: o primeiro, e mais representativo em volume, origina-se em Salvador e passa por Camamu, principal portão de entrada marítimo da Baía, e o segundo, ainda incipiente, chega ao Pólo através do aeroporto de Ilhéus e utiliza a BA-001 (trecho Ilhéus/Itacaré) para, em seguida, de forma precária, dirigir-se à Península de Maraú.
- Itacaré e Morro de São Paulo – Cairu são os mais importantes destinos turísticos do Pólo, fortemente impactados pelas ações do PRODETUR NE I e por fluxos de turismo espontâneos que já ocorriam naquela área, podendo-se afirmar que se tratam de destinos âncora regionais.
- O município de Canavieiras, situado no extremo sul do Pólo Litoral Sul, vem desenvolvendo um novo segmento turístico de importância nacional e internacional que é a pesca oceânica. O Estado vem investindo na infra-estrutura local com recursos de outras fontes, mas ainda são necessários alguns investimentos estruturantes que se justificam no âmbito do PRODETUR NE II.
- O município de Uruçuca foi diretamente impactado pelo PRODETUR NE I através da implantação da rodovia Ilhéus – Itacaré, sobretudo na sua área de maior atratividade turística que é Serra Grande e Pé de Serra. Da mesma forma, o município de Ituberá recebeu investimentos do PRODETUR NE I com a implantação da APA do Pratigi, onde se localizam atrativos importantes para os roteiros turísticos nacionais, como a Cachoeira da Pancada Grande – protegida em APA – e as comunidades quilombolas à margem da Rodovia do Pratigi.
- Os municípios de Santa Luzia e Una complementam a atratividade da porção sul do Pólo, agregando atrativos importantes, como as Cavernas do Lapão, a Reserva Biológica de Una – preservação do mico leão de cara dourada – e a Ilha de Comandatuba, onde se localiza o Resort Transamérica, com aeroporto privado.
- Os municípios de Taperoá, Nilo Peçanha e Igrapiúna integram a rota turística entre Valença e Camamu, com atrativos naturais e culturais, já incorporados aos roteiros turísticos regionais.
- Além disso, é notório que o desenvolvimento turístico se processa nos territórios de forma circular cumulativa, em geral, em círculos concêntricos transbordando para os municípios vizinhos. Portanto, é necessário incluir aqueles que estejam nos limites das âncoras turísticas do pólo a fim de ordenar, ainda que na fase inicial, o uso turístico, coibindo-se assim a degradação inevitável do uso espontâneo e descontrolado.

3.2. Dinâmica Socioeconômica

Uma Visão Geral por meio de Indicadores-Síntese

Antes de adentrar aos itens do diagnóstico, considerou-se importante e útil à condução da análise socioeconômica, apresentar para o Estado da Bahia e para o Pólo Litoral Sul, os resultados da construção de determinados indicadores, denominados "indicadores síntese[5]". Tais indicadores buscam revelar as condições dos municípios brasileiros na dimensão social, no sentido da qualidade de vida; na dimensão econômica, basicamente no que se refere aos padrões de produtividade; na dimensão ambiental, buscando captar a intensidade do uso dos recursos naturais e as condições de saneamento; e, na dimensão demográfica, para captar os ritmos de crescimento das populações municipais na década de 90.

A utilização desses indicadores permite a obtenção de uma visão geral das condições sócio-econômicas do Estado da Bahia e dos municípios do Pólo Litoral Sul, servindo neste sentido, como uma introdução ao diagnóstico socioeconômico e, prestando-se também para contextualizar o Pólo na região em que está inserido e no Estado da Bahia. Para tanto, adicionou-se também um mapa relativo à denominada "Rede Urbana",[6] trabalho de economia regional que resulta numa hierarquia de cidades de acordo com suas funções e graus de polarização, mostrando o perfil da rede urbana do Brasil. Um sumário de sua metodologia se encontra em anexo (Anexo A).

A primeira parte deste capítulo se dedica a uma explicação sobre os indicadores-síntese, explicando e apresentando para cada uma das dimensões os indicadores utilizados. Em seguida é feita uma breve descrição acerca da construção dos casos tipos, neste item são apresentados os casos tipos em que os município do Pólo Litoral Sul foram enquadrados dentre de cada dimensão. Esta informação também é apresentada na forma de mapas, usando-se um sistema de gradação de cores, que fornece tanto um diagnóstico acerca das condições do município, do Pólo, como também do Estado da Bahia. O capítulo se encerra com uma breve avaliação dos indicadores em cada uma das quatro dimensões.

Indicadores-Síntese

A necessidade de identificação de indicadores que possam apontar para a sustentabilidade das trajetórias sociais, econômicas e ambientais tem tido importância crescente para auxiliar a tomada de decisão em todos os níveis, regional, nacional e global.

O IBGE elaborou os "Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para o Brasil" a partir de trabalhos desenvolvidos com os mesmos propósitos pela Comissão para o Desenvolvimento Sustentável da ONU que resultou na identificação de 59 indicadores, distribuídos em quatro dimensões: social (19), ambiental (20), econômica (14) e institucional (6), que foram sintetizados no livro "*Indicators of Sustainable Development*: *Guidelines and Methodologies*[7]".

O trabalho do IBGE apresenta 46 indicadores organizados para essas quatro dimensões e representa o primeiro esforço, em âmbito nacional, para dotar o País de instrumentos

[5] Trata-se de indicadores desenvolvidos para os exercícios de Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, no âmbito dos trabalhos de revisão dos Estudos dos Eixos de Integração Nacional.
[6] Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, organizado por IPEA/Unicamp. IE.Nesur/IBGE – Campinas – SP, 1999 (Coleção Pesquisas, 3).
[7] *DDS, 2002.*

adequados para medir e avaliar as políticas públicas tendo em vista o desenvolvimento sustentável. Entretanto, no estágio atual dos trabalhos do IBGE, eles abrangem apenas os Estados da federação, não sendo disponíveis para os municípios, daí a necessidade de um esforço semelhante para gerar tais indicadores municipais, que resultaram nos indicadores acima apontados.

Cabe destacar que os indicadores permitem fornecer um diagnóstico básico para cada município individualmente e também regionalmente, ou seja, importa também verificar a formação de regularidades espaciais de comportamento que possam sinalizar a formação de espaços regionais semelhantes em uma ou mais dimensões analisadas.

Tal como consta no estudo do IBGE, o conceito de indicador traduz um expediente útil, pois: "Indicadores são constituídos por uma ou mais variáveis que, associadas, são capazes de revelar significados mais amplos sobre os fenômenos a que se refiram". É, pois, com esse entendimento que são utilizados.

Dois tipos de família de indicadores foram elaborados:

- **Indicadores de natureza estática** - buscam captar ou retratar uma dada situação, condição ou estado para o ano mais recente possível;
- **Indicadores dinâmicos** - captam variações entre dois períodos de tempo, no caso entre 1990 e 2000, calculando-se a taxa de crescimento médio anual neste período e/ou a taxa de contribuição de um dado município ao crescimento nacional.

A base territorial da família dos indicadores estáticos foi construída para a Malha Municipal Digital de 1997, num total de 5.507 municípios, segundo três dimensões básicas: Dimensão Ambiental Municipal; Dimensão Econômica Municipal; e Dimensão Social Municipal.

Para os indicadores dinâmicos, tem-se o conhecido problema da intensa criação de novos municípios ocorrida na década de noventa e as fortes distorções que provoca, quando se quer comparar os dois anos terminais da década, à medida que se tem não apenas novos municípios que não existiam, mas, principalmente porque os municípios desmembrados mantêm seus nomes, porém seus territórios são muito diferentes. Sendo assim, optou-se por trabalhar apenas com a população (indicador da dinâmica de crescimento populacional – Dimensão Demográfica), variável cujo comportamento tem o poder de sintetizar múltiplas ocorrências socioeconômicas e cujos dados fornecidos pelo IBGE já superam o problema mencionado.

Uma explicação metodológica sucinta de como foram construídos os indicadores encontra-se após a apresentação de cada uma das tabelas a seguir, mostrando os indicadores de cada dimensão para os municípios do Pólo Litoral Sul. A análise dos resultados obtidos é feita no item "casos-tipos", onde se avalia a situação que cada município se encontra para cada uma das quatro dimensões.

Dimensão Econômica Municipal

Tabela 3.2.1 - Dimensão Econômica Municipal

	Município	IDE (1 a 5)	Receita Tributária Per Capita (R$)
Costa do Dendê	Valença	2	4,66
	Cairu	1	12,77
	Taperoá	1	2,17
	Nilo Peçanha	1	1,92
	Ituberá	2	3,37
	Igrapiúna	1	2,89
	Camamu	2	5,15
	Maraú	2	4,12
Costa do Cacau	Itacaré	2	3,83
	Uruçuca	2	2,86
	Ilhéus	2	13,5
	Una	2	10,08
	Santa Luzia	1	1,36
	Canavieiras	2	5,65

Elaboração: Tetraplan Consultoria

IDE - Indicador de desempenho das economias locais: [8]

Resulta da aplicação das técnicas estatísticas da análise multivariada, *Cluster Analysis* e Análise Discriminante, a partir das seguintes variáveis brutas:

- Produção agrícola relacionada à área colhida para cada uma das culturas do município;
- Número de efetivos por unidade de área de pastagem do município;
- Imposto de renda das pessoas físicas, retido na fonte em relação à população total;
- Número de estabelecimentos industriais, de comércio e serviços e;
- Emprego ofertado por esses estabelecimentos nesses mesmos setores.

Sua escala vai de 1, as economias com menores produtividades e oportunidades econômicas até 5, a situação oposta.

Receita Tributária Per capita: [9]

Indicador de esforço fiscal dos tesouros municipais, trabalha com a arrecadação de receita tributária municipal per capita.

O indicador está em reais correntes de 1997.

[8] Fonte: Estudo dos Eixos Nacionais, MP e BNDES. Dados referentes ao ano de 1996.
[9] Fonte: Ministério da Fazenda – Secretaria do tesouro Nacional – Registros Administrativos 1997 e 2000 e IBGE – Censo Demográfico, 2000.

Dimensão Social Municipal

Tabela 3.2.2 - Dimensão Social Municipal

	Município	Coeficiente de Mortalidade Infantil (casos/mil)	Indicador de Baixa Renda (%)	Analfabetismo Funcional (%)
Costa do Dendê	Valença	44,36	24,1	26,54
	Cairu	44,36	33,51	28,59
	Taperoá	44,36	38,34	36,33
	Nilo Peçanha	44,36	36,75	33,49
	Ituberá	44,36	26,86	31,87
	Igrapiúna	44,36	26,94	38,8
	Camamu	44,36	37,89	37,7
	Maraú	44,36	30,18	45,82
Costa do Cacau	Itacaré	60,72	33,95	34,88
	Uruçuca	60,72	22,49	31,18
	Ilhéus	30,73	18,04	20,6
	Una	60,72	22,23	36,65
	Santa Luzia	60,72	16,78	35,52
	Canavieiras	60,72	23,48	27,7

Elaboração: Tetraplan Consultoria

Coeficiente de Mortalidade Infantil: [10]

Indicador no campo da saúde pública. Adotou-se o coeficiente de mortalidade infantil de crianças até um ano de idade, número de óbitos por 1.000 nascidos vivos em 1998.

Indicador de Baixa Renda: [11]

Indicador de incidência de baixa renda, trabalha com o percentual de domicílios com renda do chefe do domicílio situada entre 0 e 1 salário mínimo.

Analfabetismo Funcional: [12]

Indicador no campo da educação, trabalha com o percentual de analfabetismo funcional de pessoas com mais de 15 anos.

[10] Fonte: Datasus, 2000.
[11] Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.
[12] Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

Dimensão Ambiental Municipal

Tabela 3.2.3 - Dimensão Ambiental Municipal

	Município	Índice de Esgoto (-1 a 3)	Índice de Lixo (-1 a 3)	IPA (0 a 10)
Costa do Dendê	Valença	-0,061	-0,204	7,00
	Cairu	-0,110	0,111	6,00
	Taperoá	-0,003	-0,272	8,00
	Nilo Peçanha	-0,075	-0,250	7,25
	Ituberá	-0,158	-0,208	6,50
	Igrapiúna	-0,158	-0,397	6,75
	Camamu	-0,202	-0,341	6,25
	Maraú	-0,371	-0,491	6,00
Costa do Cacau	Itacaré	-0,152	-0,299	8,00
	Uruçuca	0,090	-0,044	8,50
	Ilhéus	1,847	-0,259	8,00
	Una	-0,312	-0,316	7,75
	Santa Luzia	-0,028	-0,184	7,00
	Canavieiras	-0,584	-0,030	7,00

Elaboração: Tetraplan Consultoria

Indicador de Esgoto - Indicador tendencial de pressão sobre a ambiência urbana e bacias hidrográficas subjacentes: [13]

Trata-se de um indicador que reflete diretamente a disponibilidade de infra-estrutura de coleta e tratamento de esgotos, mas que pode evidenciar as condições ambientais urbanas e de seu entorno no que se refere a bacias hidrográficas. É construído por meio de um índice composto pelo:

- Percentual de domicílios com coleta e/ou com fossa séptica e;
- O percentual de volume de esgoto tratado sobre o volume coletado de esgoto.

Sua escala vai de -1, as piores condições sanitárias até 3, as melhores.

Índice de Lixo - Indicador tendencial de pressão sobre a ambiência urbana e bacias hidrográficas subjacentes: [14]

Do mesmo modo que o anterior, só que abordando a coleta e destinação do lixo. Compõe-se dos seguintes índices:

- Índice de percentual de domicílios com coleta de lixo e;
- Índice que capta, em termos percentuais, a quantidade de lixo com destinação considerada adequada em relação à quantidade total coletada.

Sua escala vai de –1, as piores condições sanitárias até 3, as melhores.

[13] Fonte IBGE – Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Saneamento Básico, 2000.
[14] Fonte IBGE – Censo Demográfico 2000 e Pesquisa de Saneamento Básico, 2000.

IPA - Índice de Pressão Antrópica: [15]

Reúne variáveis que captam indiretamente a apropriação dos recursos naturais, medindo o avanço da agricultura, da pecuária e a dinâmica populacional urbana e rural, trabalhando com resultados de estoque e de fluxos 1996.

Sua escala vai de 1, a mais baixa pressão até 10, a mais elevada.

Dimensão Demográfica Municipal

Tabela 3.2.4 - Dimensão Demográfica Municipal

	Município	População Crescimento (%)	População Contribuição (%)
Costa do Dendê	Valença	1,64	0,04604
	Cairu	(3,15)	(0,01657)
	Taperoá	(0,75)	(0,00485)
	Nilo Peçanha	(1,01)	(0,00469)
	Ituberá	1,80	0,01558
	Igrapiúna	1,84	0,00986
	Camamu	0,27	0,00353
	Maraú	0,54	0,00379
Costa do Cacau	Itacaré	(0,19)	(0,00135)
	Uruçuca	(4,50)	(0,04544)
	Ilhéus	(0,08)	(0,00707)
	Una	3,10	0,03266
	Santa Luzia	(0,57)	(0,00355)
	Canavieiras	0,75	0,01003

Elaboração: Tetraplan Consultoria

População Crescimento: [16]

Taxa de crescimento anual média da população total residente entre os anos de 1991 e 2000.

População Contribuição: [17]

Taxa de contribuição ao crescimento de um dado município para o País no mesmo período.

Casos tipos

Com base nessas famílias de indicadores apresentadas para cada dimensão, construiu-se uma tipologia de municípios ou casos tipos municipais para o conjunto dos municípios brasileiros, que são mostrados nos mapas a seguir, sendo que os casos tipos resultantes aparecem nas legendas dos mapas.

Esses casos tipos são estabelecidos para cada uma das dimensões e parte do caso tipo I, a pior condição até o último caso tipo, a melhor condição. Assim tem-se:

[15] Fonte: Instituto Sociedade População e Natureza – ISPN.
[16] IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000.
[17] IBGE - Censos Demográficos, 1991 e 2000.

- Dimensão econômica: 9 casos tipos.
- Dimensão social: 9 casos tipos;
- Dimensão ambiental: 14 casos tipos e;
- Dimensão demográfica: 10 casos tipos;

Deve-se considerar que eles não indicam propriamente os municípios que estão em boas ou más condições, a rigor, trata-se da construção de uma escala a nível nacional, de uma régua fornecida pelos indicadores.

Assim, dadas as posições que os municípios ocupam em cada escala, aplicando-se os algoritmos, pôde-se selecionar e agrupar aqueles que estão em determinadas posições em cada indicador, por exemplo: estar simultaneamente no mais alto grupo da mortalidade e do analfabetismo e da incidência de chefes de domicílio com baixíssima renda, sem dúvida situa o município no extremo inferior das condições sociais. O outro extremo é a situação oposta e, variando-se, no caso a mortalidade infantil, vai se gerando os grupos intermediários.

Para uma adequada interpretação dos casos tipos em cada dimensão, devem se considerar que os indicadores da dimensão social e econômica embutem uma variação da pior condição (caso tipo I, para a melhor, caso tipo IX). Para as dimensões ambiental e demográfica tal não acontece, tem-se uma mudança de situação de antropização (14 casos tipos) e ou de ritmo de expansão urbana (10 casos tipos).

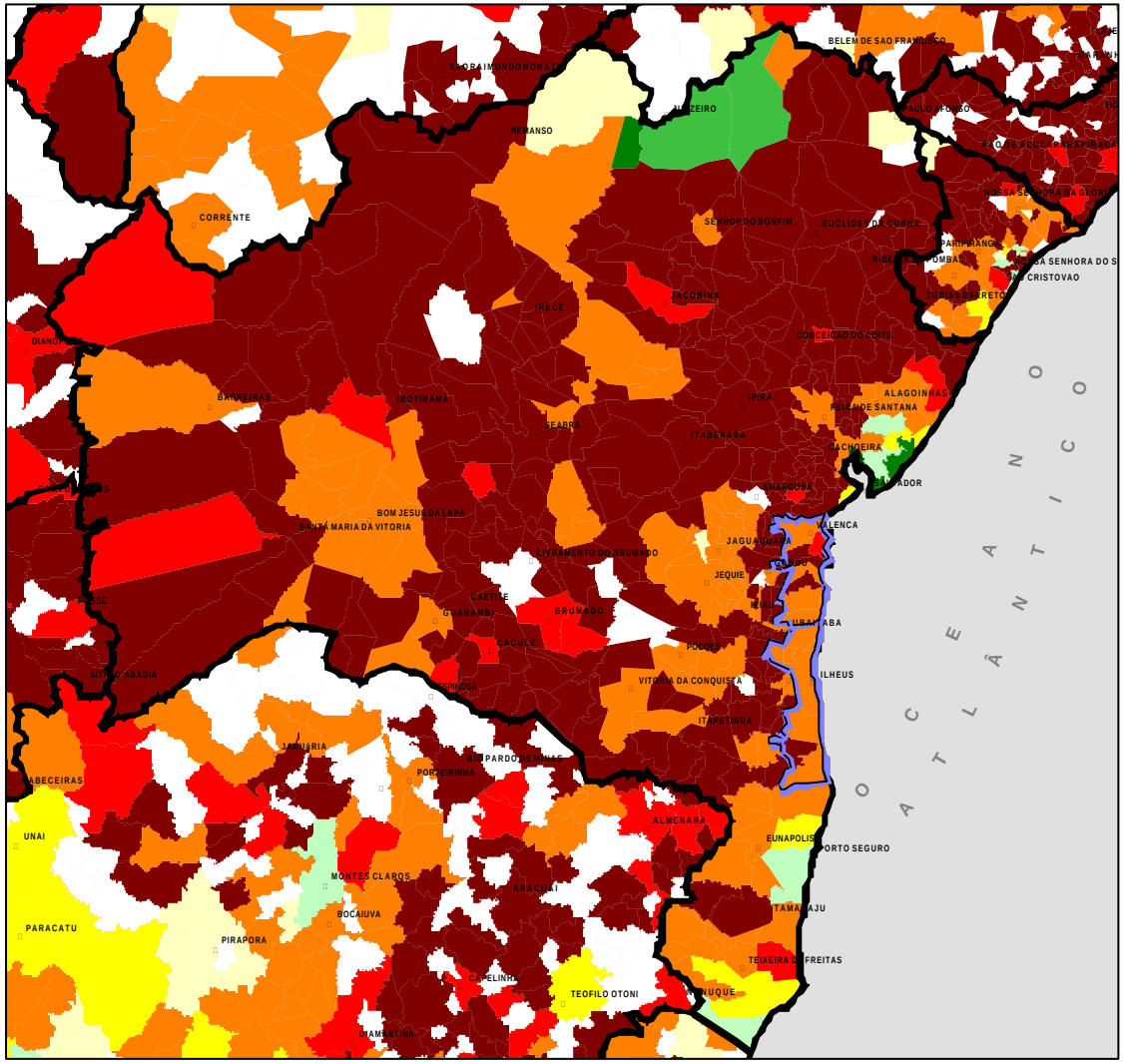
A tabela a seguir reúne os casos-tipos em que os municípios foram enquadrados em cada dimensão.

Tabela 3.2.5 - Casos Tipos

	MUNICÍPIO	CATEGORIA ECONÔMICO	CATEGORIA SOCIAL	CATEGORIA AMBIENTAL	CATEGORIA DINÂMICO
COSTA DO DENDÊ	**Valença**	**3 -** Economias pouco Produtivas com Arrecadação Precária	**5 -** Condições Sociais Ruins	**4** - Municípios com Pressão Antrópica Muito Alta com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos	**3 -** Maioria Silenciosa
	Cairu	**2 -** Sem Oportunidade e Sabendo Arrecadar	**5 -**Condições Sociais Ruins	**4** - Municípios com Pressão Antrópica Muito Alta com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos	**1** - Os Terminais
	Taperoá	**1 -** Sem Oportunidade e Sem Arrecadação	**5** - Condições Sociais Ruins	**1** - Municípios com Pressão Antrópica Extremamente Alta, com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos	**2** - A Massa Declinante
	Nilo Peçanha	**1** - Sem Oportunidade e Sem Arrecadação	**5 -**Condições Sociais Ruins	**1** - Municípios com Pressão Antrópica Extremamente Alta, com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos	**2** - A Massa Declinante
	Ituberá	**3** - Economias pouco Produtivas com Arrecadação Precária	**5** - Condições Sociais Ruins	**4** - Municípios com Pressão Antrópica Muito Alta com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos	**4** - A Massa Crescente
	Igrapiúna	**1** - Sem Oportunidade e Sem Arrecadação	**5** - Condições Sociais Ruins	**4**- Municípios com Pressão Antrópica Muito Alta com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos	**4 -** A Massa Crescente
	Camamu	**3** - Economias pouco Produtivas com Arrecadação Precária	**5** - Condições Sociais Ruins	**4** - Municípios com Pressão Antrópica Muito Alta com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos	**3 -** Maioria Silenciosa
	Maraú	**3** - Economias pouco Produtivas com Arrecadação Precária	**5 -**Condições Sociais Ruins	**4**- Municípios com Pressão Antrópica Muito Alta com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos	**3** - Maioria Silenciosa
COSTA DO CACAU	**Itacaré**	**3** - Economias pouco Produtivas com Arrecadação Precária	**3** - Oportunidade Zero	**1** - Municípios com Pressão Antrópica Extremamente Alta, com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos	**2 -** A Massa Declinante
	Uruçuca	**3** - Economias pouco Produtivas com Arrecadação Precária	**3** - Oportunidade Zero	**2** - Municípios com Pressão Antrópica Extremamente Alta Reduzindo a Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos	**1 -** Os Terminais
	Ilhéus	**3** - Economias pouco Produtivas com Arrecadação Precária	**8 -** Boas Condições Sociais	**2** - Municípios com Pressão Antrópica Extremamente Alta Reduzindo a Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos	**1** - Os Terminais
	Una	**3** - Economias pouco Produtivas com Arrecadação Precária	**3** - Oportunidade Zero	**1** - Municípios com Pressão Antrópica Extremamente Alta, com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos	**4** - A Massa Crescente
	Santa Luzia	**1** – Sem Oportunidade e Sem Arrecadação	**3** - Oportunidade Zero	**4** - Municípios com Pressão Antrópica Muito Alta com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos	**2 -** A Massa Declinante
	Canavieiras	**3** - Economias pouco Produtivas com Arrecadação Precária	**3** - Oportunidade Zero	**4**- Municípios com Pressão Antrópica Muito Alta com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos	**3 -** Maioria Silenciosa

Elaboração: Tetraplan Consultoria

A elaboração de mapas usando-se um sistema de gradação de cores permite visualizar a sua distribuição espacial no Estado da Bahia e identificar as regularidades espaciais mais notórias. São apresentados os mapas para o Estado da Bahia e também, para facilitar a visualização dos municípios do Pólo, os mesmos mapas são apresentados em uma escala menor.



I - Economias Ineficientes sem Oportunidades e Sem Arrecadação - Municípios com IDE Muito Baixo e Receita Tributária Per Capita Muito Baixa

II Economias Ineficientes Sem Oportunidades sabendo Arrecadar - Municípios com IDE Muito Baixo e Receita Tributária Per Capita Baixa ou Média ou Alta

III Economias Pouco Produtivas com Arrecadação Precária - Municípios com IDE Baixo e Receita Tributária Per Capita Baixa ou Muito Baixa

IV - Economias Pouco Produtivas mas com bom Esforço Arrecadador - Municípios com Baixo IDE e Receita Tributária Per Capita Média, Alta ou Muito Alta

V - Economias Produtivas mas com Arrecadação Precária - Municípios com IDE Médio e Receita Tributária Per Capita Baixa ou Muito Baixo

VI - Economias com produtividade razoável e Boa Arrecadação - Municípios Com Médio IDE e Receita Tributária per Capita Média ou Alta ou Muito Alta

VII Produtivos e Maus Arrecadadores - Municípios com Alto IDE e Receita Tributária Baixa Baixa ou Muito Baixa

VIII - Economias Produtivas com Boa Arrecadação Local - Municípios Com Alto IDE e Receita Tributária Per Capita Alta ou Muito Alta

IX - Economias Muito Produtivas com Boa Arrecadação Local - Municípios com IDE Muito Alto e Receita Tributária Per Capita Muito Alta ou Alta ou Média

Legenda

- Limite Estadual
- Limite da Área de Planejamento
- Sede Municipal

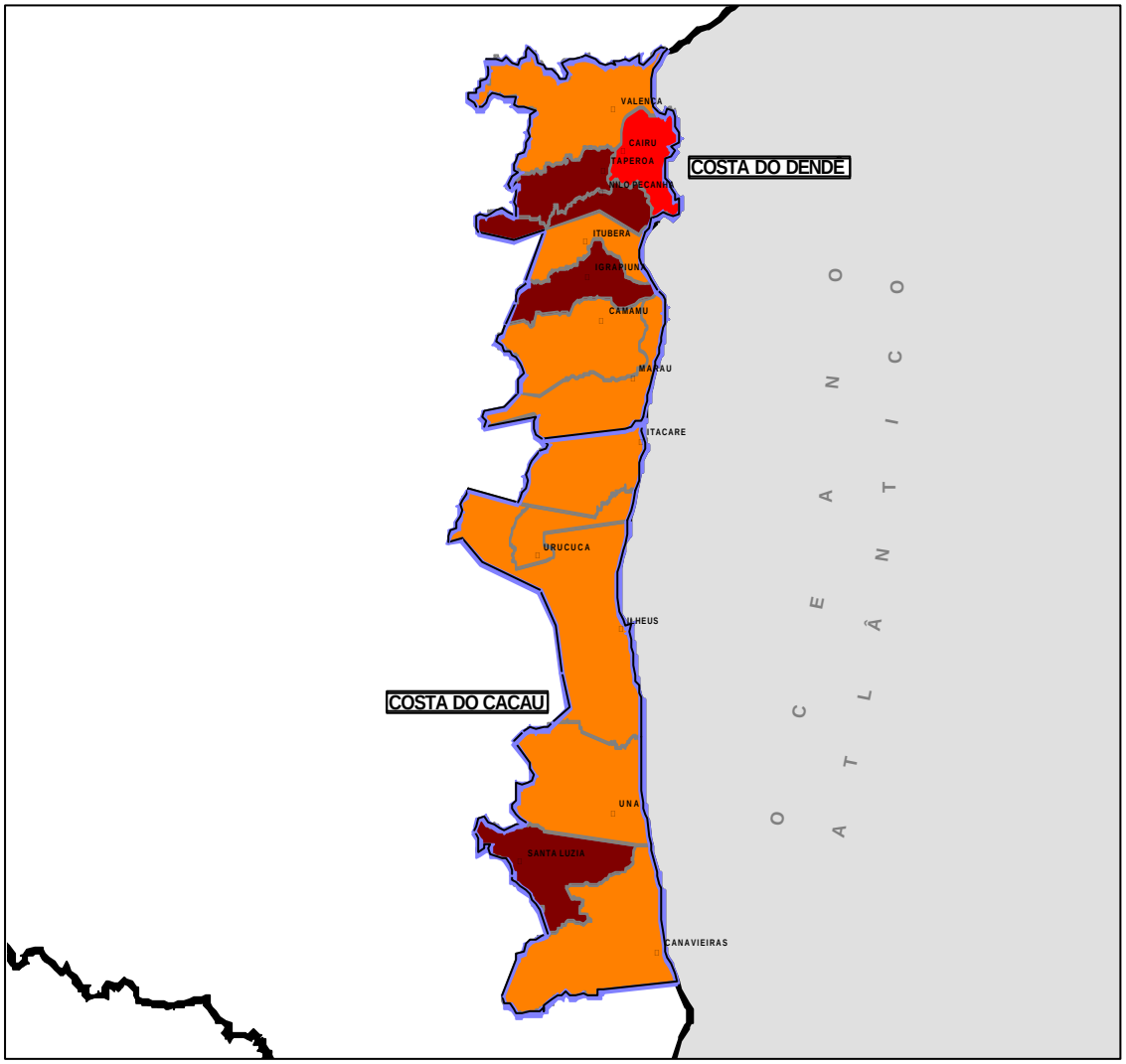
Grau de Situação Econômica

- I - Sem Oportunidade e Sem Arrecadação
- II - Sem Oportunidade e Sabendo Arrecadar
- III - Economias Pouco Produtivas c/ Arrecadação Precária
- IV - Economias Pouco Produtivas c/ bom Esforço Arrecadador
- V - Economias Produtivas c/ Arrecadação Precária
- VI - Economias c/ Produtividade Razoável e Boa Arrecadação
- VII - Produtivos e Maus Arrecadadores
- VIII - Economias Produtivas com Boa Arrecadação Local
- IX - Economias Muito Produtivas c/ Boa Arrecadação Local

0 90 180 270

Kilometers

Fonte: BDG Tetraplan, 2002
Base Cartográfica: Malha Municipal Digital do Brasil 1997 IBGE/DGC/DECAR
Mapa do Brasil Político - IBGE, 1995
BDG Tetraplan, 2002
Nota: Malha Municipal digitalizada com nível de supressão de pontos compatível com as escalas de 1:500.000 e 1:2.500.000, contemplando apenas a área de abrangência do limite municipal, sem o detalhamento de ilhas, lagos e rios



I - Economias Ineficientes sem Oportunidades e Sem Arrecadação - Municípios com IDE Muito Baixo e Receita Tributária Per Capita Muito Baixa

II Economias Ineficientes Sem Oportunidades sabendo Arrecadar - Municípios com IDE Muito Baixo e Receita Tributária Per Capita Baixa ou Média ou Alta

III Economias Pouco Produtivas com Arrecadação Precária - Municípios com IDE Baixo e Receita Tributária Per Capita Baixa ou Muito Baixa

IV - Economias Pouco Produtivas mas com bom Esforço Arrecadador - Municípios com Baixo IDE e Receita Tributária Per Capita Média, Alta ou Muito Alta

V - Economias Produtivas mas com Arrecadação Precária - Municípios com IDE Médio e Receita Tributária Per Capita Baixa ou Muito Baixo

VI - Economias com produtividade razoável e Boa Arrecadação - Municípios Com Médio IDE e Receita Tributária per Capita Média ou Alta ou Muito Alta

VII Produtivos e Maus Arrecadadores - Municípios com Alto IDE e Receita Tributária Baixa Baixa ou Muito Baixa

VIII - Economias Produtivas com Boa Arrecadação Local - Municípios Com Alto IDE e Receita Tributária Per Capita Alta ou Muito Alta

IX - Economias Muito Produtivas com Boa Arrecadação Local - Municípios com IDE Muito Alto e Receita Tributária Per Capita Muito Alta ou Alta ou Média

Legenda

- Limite Estadual
- Limite Municipal
- Limite da Área de Planejamento
- Sede Municipal

Grau de Situação Econômica

- I - Sem Oportunidade e Sem Arrecadação
- II - Sem Oportunidade e Sabendo Arrecadar
- III - Economias Pouco Produtivas c/ Arrecadação Precária
- IV - Economias Pouco Produtivas c/ bom Esforço Arrecadador
- V - Economias Produtivas c/ Arrecadação Precária
- VI - Economias c/ Produtividade Razoável e Boa Arrecadação
- VII - Produtivos e Maus Arrecadadores
- VIII - Economias Produtivas com Boa Arrecadação Local
- IX - Economias Muito Produtivas c/ Boa Arrecadação Local

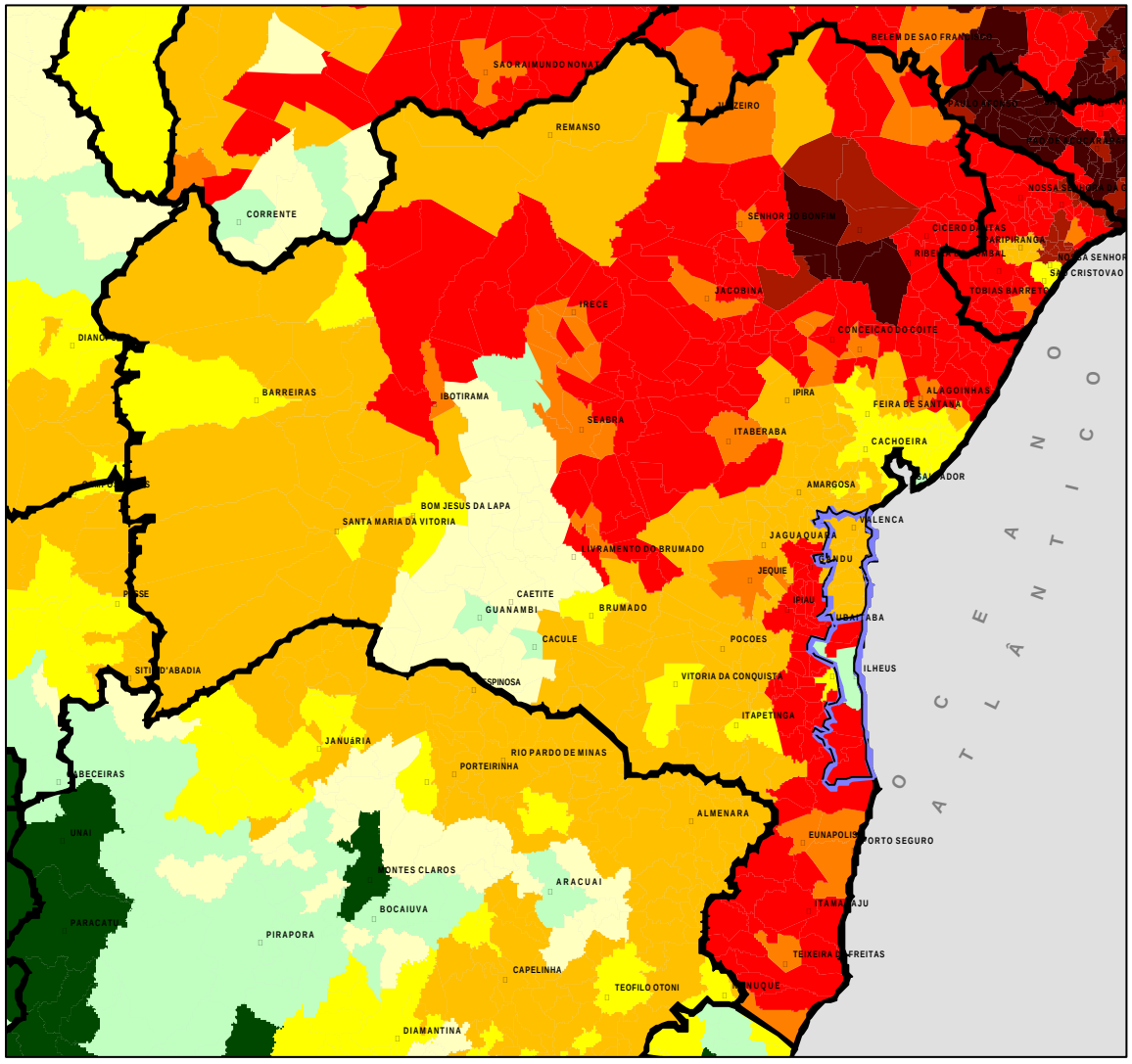
0 20 40 60

Kilometers

Fonte: BDG Tetraplan, 2002

Base Cartográfica: Malha Municipal Digital do Brasil 1997 IBGE/DGC/DECAR
Mapa do Brasil Político - IBGE, 1995
BDG Tetraplan, 2002

Nota: Malha Municipal digitalizada com nível de supressão de pontos compatível com as escalas de 1:500.000 e 1:2.500.000, contemplando apenas a área de abrangência do limite municipal, sem o detalhamento de ilhas, lagos e rios



I - As Piores Condições Sociais no Contexto Brasileiro - Municípios com Mortalidade Muito Alta e Analfabetismo Muito Alto

II - Condições Sociais Pervesas - Municípios com Mortalidade Infantil Muito Alta e Analfabetismo Alto ou Médio

III - – Oportunidade Zero - Municípios com Alta Mortalidade e Analfabetismo Muito Alto ou Alto

IV - Péssimas Condições Sociais - Municípios com Alta Mortalidade e Analfabetismo Médio ou Baixo

V - Condições Sociais Ruins - Municípios Com Média Mortalidade Infantil e Analfabetismo Muito Alto ou Alto

VI - Condições Sociais Regulares - Municípios com Média Mortalidade Infantil e Analfabetismo Médio ou Baixo

VII - Educação a Resolver - Municípios com Baixa Mortalidade Infantil e Analfabetismo Muito Alto ou Alto

VIII - **Boas Condições Sociais -** Municípios com Baixa Mortalidade e Analfabetismo Médio ou Baixo

IX - Os Melhores no Contexto Brasileiro - Municípios com Baixa Mortalidade, Baixo Analfabetismo, Baixa Incidência de Chefes de Domicílio com Renda até 1 Salário Mínimo

LEGENDA

- Limite Estadual
- Limite da Área de Planejamento
- Sede Municipal

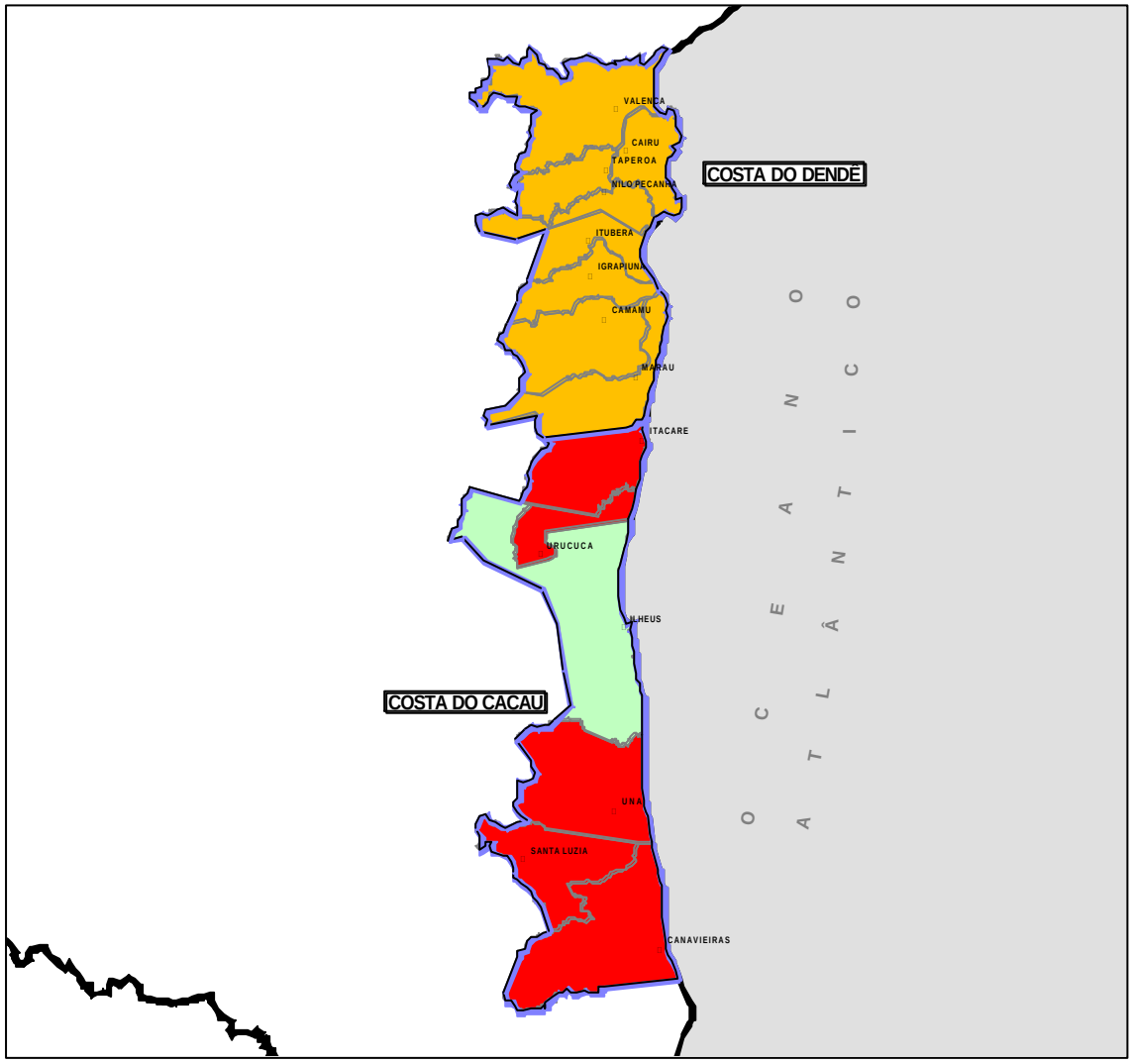
Grau de Situação Social

- I - Os Piores no Contexto Brasileiro
- II - Condições Perversas
- III - Oportunidade Zero
- IV - Péssimas Condições Sociais
- V - Condições Sociais Ruins
- VI - Condições Sociais Regulares
- VII - Educação a Resolver
- VIII - Boas Condições Sociais
- IX - Os Melhores no Contexto Brasileiro

0 90 180 270

Kilometers

Fonte: BDG Tetraplan, 2002
Base Cartográfica: Malha Municipal Digital do Brasil 1997 IBGE/DGC/DECAR
Mapa do Brasil Político - IBGE, 1995
BDG Tetraplan, 2002
Nota: Malha Municipal digitalizada com nível de supressão de pontos compatível com as escalas de 1:500.000 e 1:2.500.000, contemplando apenas a área de abrangência do limite municipal, sem o detalhamento de ilhas, lagos e rios



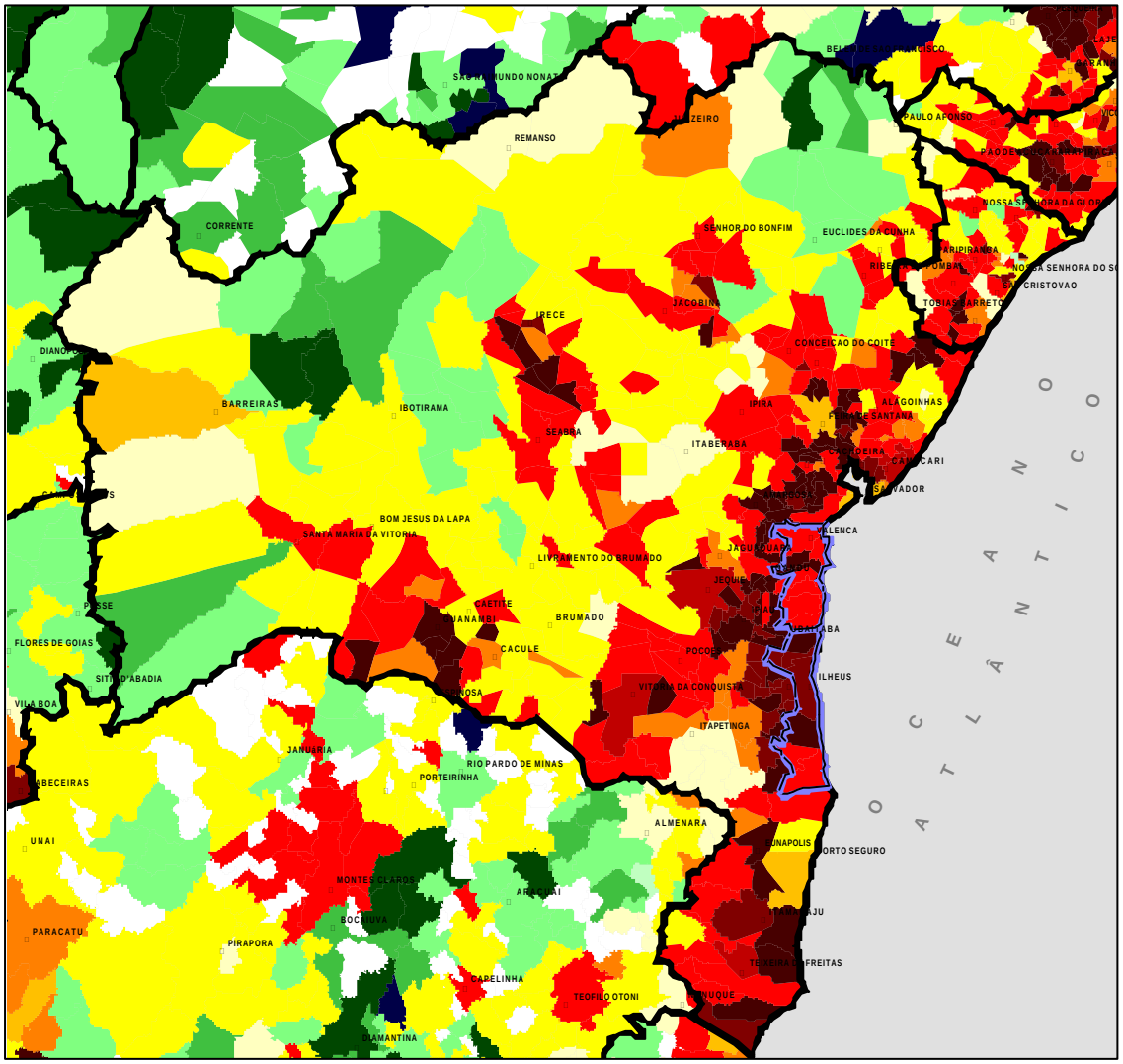
I - As Piores Condições Sociais no Contexto Brasileiro - Municípios com Mortalidade Muito Alta e Analfabetismo Muito Alto
II - Condições Sociais Pervesas - Municípios com Mortalidade Infantil Muito Alta e Analfabetismo Alto ou Médio
III - – Oportunidade Zero - Municípios com Alta Mortalidade e Analfabetismo Muito Alto ou Alto
IV - Péssimas Condições Sociais - Municípios com Alta Mortalidade e Analfabetismo Médio ou Baixo
V - Condições Sociais Ruins - Municípios Com Média Mortalidade Infantil e Analfabetismo Muito Alto ou Alto
VI - Condições Sociais Regulares - Municípios com Média Mortalidade Infantil e Analfabetismo Médio ou Baixo
VII - Educação a Resolver - Municípios com Baixa Mortalidade Infantil e Analfabetismo Muito Alto ou Alto
VIII - **Boas Condições Sociais -** Municípios com Baixa Mortalidade e Analfabetismo Médio ou Baixo
IX - Os Melhores no Contexto Brasileiro - Municípios com Baixa Mortalidade, Baixo Analfabetismo, Baixa Incidência de Chefes de Domicílio com Renda até 1 Salário Mínimo

LEGENDA
- Limite Estadual
- Limite Municipal
- Limite da Área de Planejamento
- Sede Municipal

Grau de Situação Social
- I - Os Piores no Contexto Brasileiro
- II - Condições Perversas
- III - Oportunidade Zero
- IV - Péssimas Condições Sociais
- V - Condições Sociais Ruins
- VI - Condições Sociais Regulares
- VII - Educação a Resolver
- VIII - Boas Condições Sociais
- IX - Os Melhores no Contexto Brasileiro

0 20 40 60
Kilometers

Fonte: BDG Tetraplan, 2002
Base Cartográfica: Malha Municipal Digital do Brasil 1997 IBGE/DGC/DECAR
Mapa do Brasil Político - IBGE, 1995
BDG Tetraplan, 2002
Nota: Malha Municipal digitalizada com nível de supressão de pontos compatível com as escalas de 1:500.000 e 1:2.500.000, contemplando apenas a área de abrangência do limite municipal, sem o detalhamento de ilhas, lagos e rios



LEGENDA

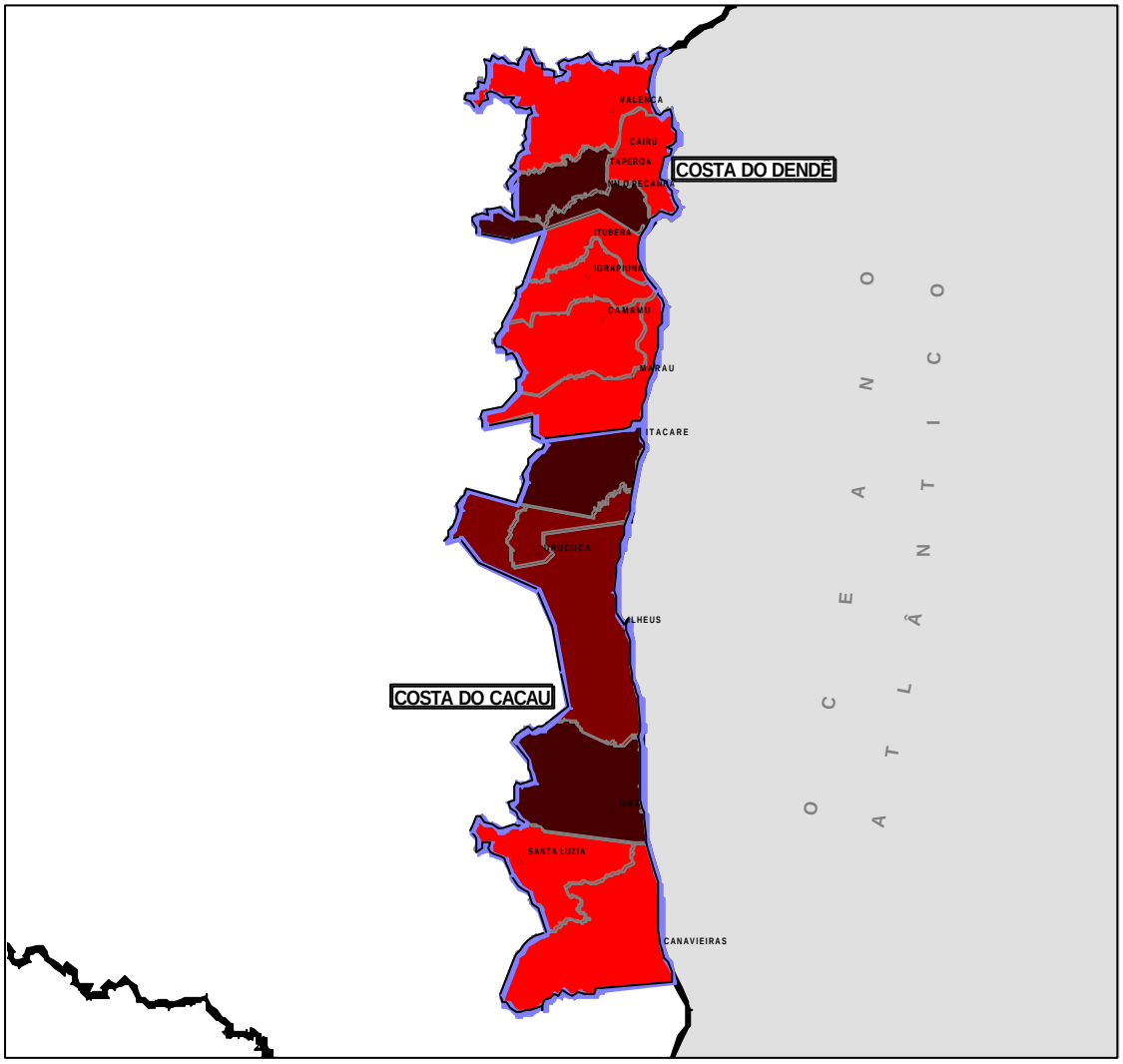
- Limite Estadual
- Limite da Área de Planejamento
- Sede Municipal

Grau de Situação Ambiental

- I - PAnt Extremamente Alta, Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- II - PAnt Extremamente Alta Reduzindo a Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- III - PAnt Extremamente Alta, Coleta/Disposição de Lixo e Esgoto Coletado/Tratado em Equacionamento
- IV - PAnt Muito Alta, Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- V - PAnt Muito Alta Reduzindo a Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- VI - PAnt Muito Alta, Coleta/Disposição de Lixo e Esgoto Coletado/Tratado em Equacionamento
- VII - PAnt Alta, Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- VIII - PAnt Alta Reduzindo a Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- IX - PAnt Alta com Coleta/Disposição de Lixo e Esgoto Coletado/Tratado em Equacionamento
- X - PAnt Média com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- XI - PAnt Média Reduzindo a Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- XII - PAnt Média com Coleta/Disposição de Lixo e Esgoto Coletado/Tratado em Equacionamento
- XIII - PAnt Baixa, Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- XIV PAnt Baixa Reduzindo a Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- XV - PAnt Baixa, Coleta/Disposição de Lixo e Esgoto Coletado/Tratado em Equacionamento

0 90 180 270
Kilometers

Fonte: BDG Tetraplan, 2002
Base Cartográfica: Malha Municipal Digital do Brasil 1997 IBGE/DGC/DECAR
Mapa do Brasil Político - IBGE, 1995
BDG Tetraplan, 2002
Nota: Malha Municipal digitalizada com nível de supressão de pontos compatível com as escalas de 1:500.000 e 1:2.500.000, contemplando apenas a área de abrangência do limite municipal, sem o detalhamento de ilhas, lagos e rios



LEGENDA

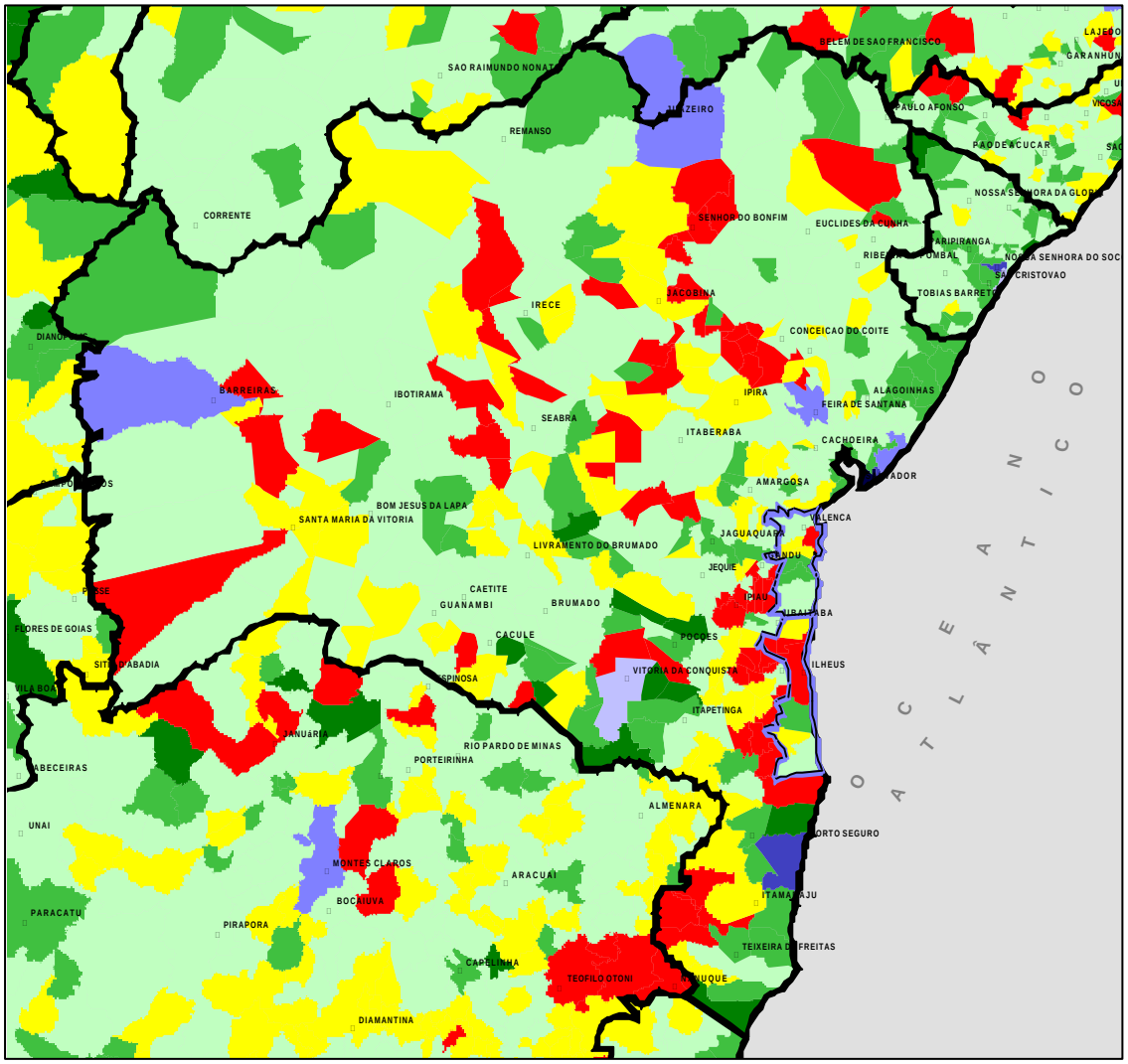
- Limite Estadual
- Limite Municipal
- Limite da Área de Planejamento
- Sede Municipal

Grau de Situação Ambiental

- I - PAnt Extremamente Alta, Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- II - PAnt Extremamente Alta Reduzindo a Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- III - PAnt Extremamente Alta, Coleta/Disposição de Lixo e Esgoto Coletado/Tratado em Equacionamento
- IV - PAnt Muito Alta, Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- V - PAnt Muito Alta Reduzindo a Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- VI - PAnt Muito Alta, Coleta/Disposição de Lixo e Esgoto Coletado/Tratado em Equacionamento
- VII - PAnt Alta, Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- VIII - PAnt Alta Reduzindo a Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- IX - PAnt Alta com Coleta/Disposição de Lixo e Esgoto Coletado/Tratado em Equacionamento
- X - PAnt Média com Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- XI - PAnt Média Reduzindo a Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- XII - PAnt Média com Coleta/Disposição de Lixo e Esgoto Coletado/Tratado em Equacionamento
- XIII - PAnt Baixa, Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- XIV PAnt Baixa Reduzindo a Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos
- XV - PAnt Baixa, Coleta/Disposição de Lixo e Esgoto Coletado/Tratado em Equacionamento

0 20 40 60
Kilometers

Fonte: BDG Tetraplan, 2002
Base Cartográfica: Malha Municipal Digital do Brasil 1997 IBGE/DGC/DECAR
Mapa do Brasil Político - IBGE, 1995
BDG Tetraplan, 2002
Nota: Malha Municipal digitalizada com nível de supressão de pontos compatível com as escalas de 1:500.000 e 1:2.500.000, contemplando apenas a área de abrangência do limite municipal, sem o detalhamento de ilhas, lagos e rios



Grupo I - Os Terminais - *Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Muito Negativa e Taxas de Crescimento Anual Muito Negativa ou Negativa*

Grupo II- **A Massa Declinante -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Negativa e Taxa de Crescimento Anual Muito Negativa ou Negativa

Grupo III **A Maioria Silenciosa -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Baixa e Taxa de Crescimento Anual Baixa

Grupo IV **- A Massa Crescente -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Baixa e Taxa de Crescimento Anual Média

Grupo V **- Pequenos Explosivos -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Baixa e Taxa de Crescimento Anual da População Alta ou Muito Alta

Grupo VI **- Médios Estagnados -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Média e Taxa de Crescimento Anual da População Baixa

Grupo VII **- Médios Dinâmicos -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Média e Taxa de Crescimento Anual da População Médio

Grupo VIII **- Médios Super Dinâmicos -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Média e Taxa de Crescimento Anual da População Alta ou Muito Alta

Grupo IX **- As Duas Cidades Mundiais Brasileira -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Alta e Taxa de Crescimento Anual da População Baixa

Grupo X **- Municípios de Grande Porte e Dinâmicos -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Alta e Taxa de Crescimento Anual da População Média

LEGENDA

- Limite Estadual
- Limite da Área de Planejamento
- Sede Municipal

Grau de Dinâmica Municipal

- I - Os Terminais
- II - A Massa Declinante
- III - A Maioria Silenciosa
- IV - A Massa Crescente
- V - Pequenos Explosivos
- VI - Médios Estagnados
- VII - Médios Dinâmicos
- VIII - Médios Super Dinâmicos
- IX - As Duas Cidades Mundiais Brasileiras
- X - Municípios de Grande Porte e Dinâmicos

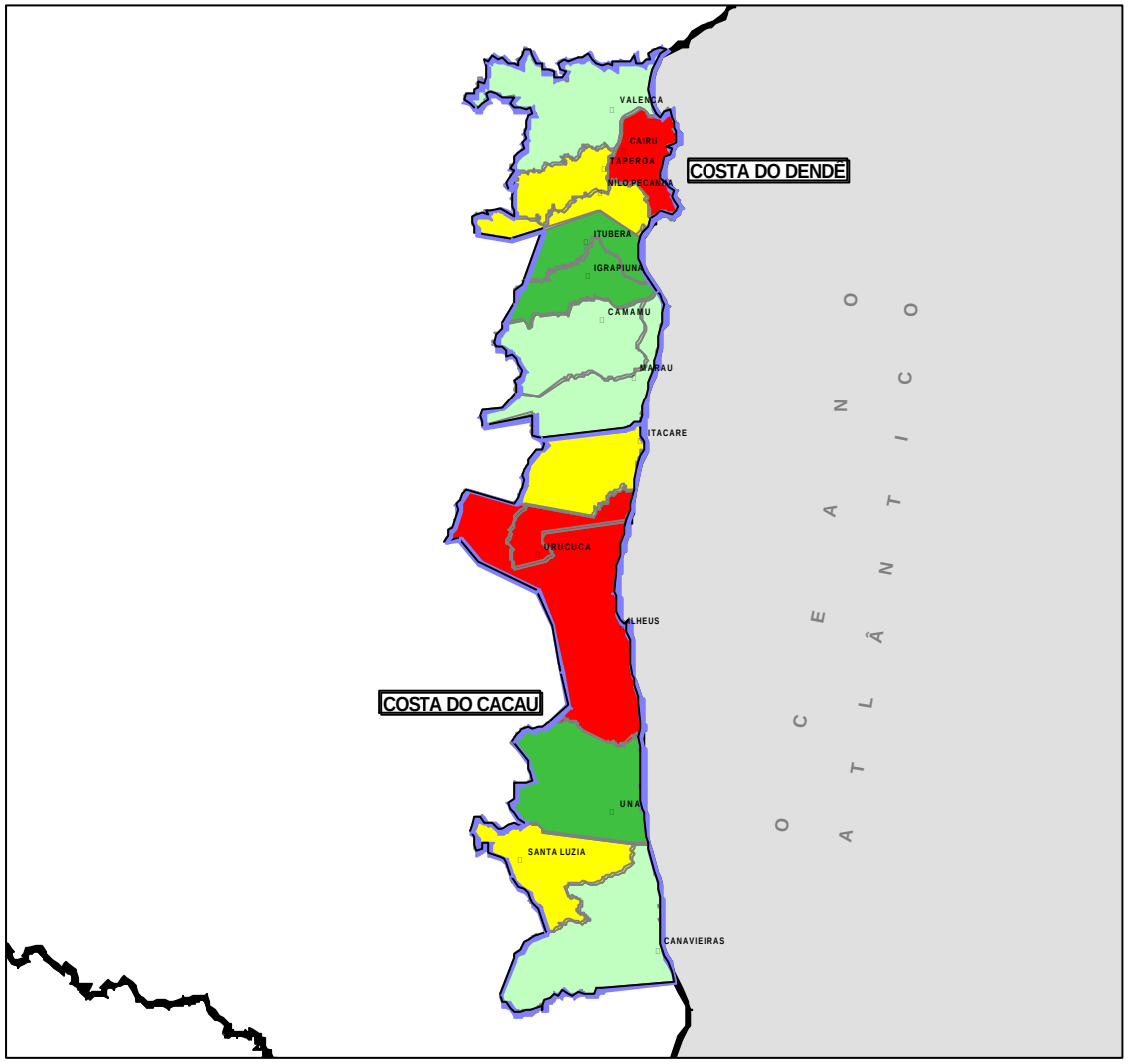
0 90 180 270

Kilometers

Fonte: BDG Tetraplan, 2002

Base Cartográfica: Malha Municipal Digital do Brasil 1997 IBGE/DGC/DECAR
Mapa do Brasil Político - IBGE, 1995
BDG Tetraplan, 2002

Nota: Malha Municipal digitalizada com nível de supressão de pontos compatível com as escalas de 1:500.000 e 1:2.500.000, contemplando apenas a área de abrangência do limite municipal, sem o detalhamento de ilhas, lagos e rios



Grupo I - Os Terminais - *Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Muito Negativa e Taxas de Crescimento Anual Muito Negativa ou Negativa*

Grupo II- **A Massa Declinante -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Negativa e Taxa de Crescimento Anual Muito Negativa ou Negativa

Grupo III **A Maioria Silenciosa -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Baixa e Taxa de Crescimento Anual Baixa

Grupo IV **- A Massa Crescente -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Baixa e Taxa de Crescimento Anual Média

Grupo V **- Pequenos Explosivos -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Baixa e Taxa de Crescimento Anual da População Alta ou Muito Alta

Grupo VI **- Médios Estagnados -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Média e Taxa de Crescimento Anual da População Baixa

Grupo VII **- Médios Dinâmicos -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Média e Taxa de Crescimento Anual da População Médio

Grupo VIII **- Médios Super Dinâmicos -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Média e Taxa de Crescimento Anual da População Alta ou Muito Alta

Grupo IX **- As Duas Cidades Mundiais Brasileira -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Alta e Taxa de Crescimento Anual da População Baixa

Grupo X **- Municípios de Grande Porte e Dinâmicos -** Municípios com Contribuição ao Crescimento Nacional da População na década de 90 Alta e Taxa de Crescimento Anual da População Média

LEGENDA

- Limite Estadual
- Limite da Área de Planejamento
- Sede Municipal

Grau de Dinâmica Municipal

- I - Os Terminais
- II - A Massa Declinante
- III - A Maioria Silenciosa
- IV - A Massa Crescente
- V - Pequenos Explosivos
- VI - Médios Estagnados
- VII - Médios Dinâmicos
- VIII - Médios Super Dinâmicos
- IX - As Duas Cidades Mundiais Brasileiras
- X - Municípios de Grande Porte e Dinâmicos

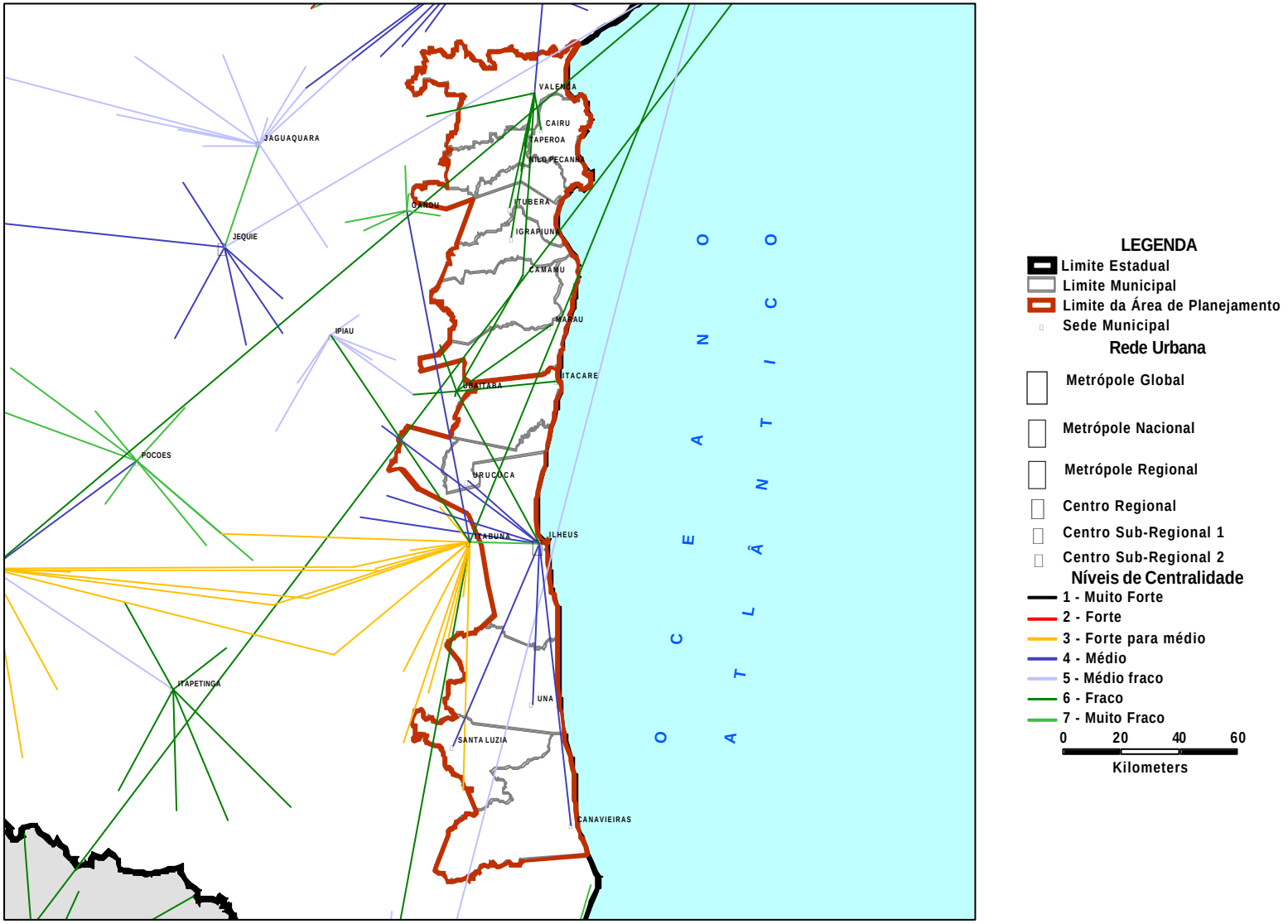
0 20 40 60

Kilometers

Fonte: BDG Tetraplan, 2002

Base Cartográfica: Malha Municipal Digital do Brasil 1997 IBGE/DGC/DECAR
Mapa do Brasil Político - IBGE, 1995
BDG Tetraplan, 2002

Nota: Malha Municipal digitalizada com nível de supressão de pontos compatível com as escalas de 1:500.000 e 1:2.500.000, contemplando apenas a área de abrangência do limite municipal, sem o detalhamento de ilhas, lagos e rios



Fonte: IPEA/UNICAMP.IE.NESUR/IBGE – Campinas, SP: Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil (Coleções Pesquisas, 3), 1999; FIBGE – Região de Influência de Cidades, 1993; BDG Tetraplan, 2002
Base Cartográfica: Malha Municipal Digital do Brasil 1997 IBGE/DGC/DECAR
Mapa do Brasil Político - IBGE, 1995
BDG Tetraplan, 2002
Nota: Malha Municipal digitalizada com nível de supressão de pontos compatível com as escalas de 1:500.000 e 1:2.500.000, contemplando apenas a área de abrangência do limite municipal, sem o detalhamento de ilhas, lagos e rios

Por fim, cabe uma avaliação sumária dos indicadores.

Econômica

Há grande homogeneidade nesta dimensão econômica, os IDEs variam apenas entre um e dois e a receita tributária per capita foge de um padrão baixíssimo, apenas nos municípios de Ilhéus, Cairu e Una. Sendo Ilhéus, de acordo com a "*Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil*", um Centro Sub-regional 1[18].

Assim, tendo em conta o IDE e o indicador de receita tributária per capita, a grande maioria dos municípios foi classificada na categoria *"Economias Pouco Produtivas com Arrecadação Precária"*. Em pior condição, ficou Cairu "*Sem Oportunidade e Sabendo Arrecadar*" e, por fim, Taperoá, Nilo Peçanha, Igrapiúna e Santa Luzia, "*Sem Oportunidade e Sem Arrecadação*".

Em relação ao entorno mais próximo ao Pólo, verifica-se uma grande incidência de municípios na categoria *"Sem Oportunidade e Sem Arrecadação"*, havendo, pois, uma nítida piora das condições econômicas. Neste sentido, é provável que as atividades turísticas venham proporcionando incrementos de arrecadação e nas condições de produtividade.

Social

Nesta dimensão, observa-se uma certa variação inter-regional, assim, entre os municípios ao norte do Pólo, componentes da Costa do Dendê, todos se classificaram na categoria "*Condições Sociais Ruins*" (municípios com média mortalidade infantil e analfabetismo muito alto ou alto).

Já nos municípios da Costa do Cacau, as condições são ainda piores, com exceção de Ilhéus, com *"Boas Condições Sociais*" (municípios com baixa mortalidade infantil e analfabetismo médio ou baixo), todos os demais ficaram na categoria "*Oportunidade Zero*" (municípios com alta mortalidade infantil e analfabetismo muito alto ou alto).

O entorno mais próximo ao Pólo, no sentido oeste, é marcado por municípios classificados na categoria "*Oportunidade Zero*", mantendo a mesma direção, ocorrem melhorias na região que abrange os municípios nas proximidades de Vitória da Conquista.

Ambiental

Quatro municípios do Pólo (Taperoá, Nilo Peçanha, Itacaré e Una) foram classificados entre aqueles municípios com um nível de pressão antrópica extremamente alta (IPA acima de 7) associados ainda com índices de esgoto e de lixo em magnitudes tais, que foram classificados no caso tipo "*Municípios com Pressão Antrópica Extremamente Alta, com degradação urbana e dos recursos hídricos*".

Especificamente em relação às condições do esgotamento/tratamento de esgoto e coleta/disposição do lixo, cabe retomar que a construção dos casos tipos ambientais trabalhou com três possibilidades:

- "Municípios com degradação urbana e dos recursos hídricos" – reúne o grupo de municípios em piores condições;
- "Municípios reduzindo a degradação urbana e dos recursos hídricos" – grupo em condições intermediárias e;
- "Municípios com coleta/disposição de lixo em equacionamento" – onde estão os municípios em melhores condições sanitárias.

[18] Anexo A

Assim, de acordo ainda com essa tipologia, com condições sanitárias semelhantes, mas com menor pressão antrópica se situam grande parte dos municípios do Pólo, com exceção de Ilhéus e Uruçuca (que melhoraram suas condições de esgotamento sanitário, porém possuem IPA maior do que 7) e, assim, se situaram no Grupo "*Pressão Antrópica Extremamente Alta, reduzindo a Degradação Urbana e dos Recursos Hídricos*"

Em relação aos municípios do entorno mais próximo do Pólo, não há uma mudança relevante nesta dimensão, principalmente no Estado da Bahia, mas, na região nordeste de Minas Gerais, observa-se uma forte queda dos níveis de antropização.

Há sudoeste do Pólo, há uma distância maior, observa-se alguns municípios com menor pressão antrópica e melhores condições de saneamento (Itapetininga, por exemplo).

Populacional

O comportamento demográfico dos municípios do Pólo é bem distribuído dentre as categorias próprias aos municípios de pequeno porte populacional e que, portanto, apresentaram baixíssimas taxas de contribuição ao crescimento populacional na década.

Tem-se assim, dois municípios de pequeno porte que perderam população de modo intenso, Uruçuca e Cairu, e Ilhéus, município de maior porte populacional que também decresceu, tendo um taxa de contribuição mais elevada, considerando justamente o seu porte, assim os três foram classificados entre os "*Terminais*" (municípios com contribuição ao crescimento nacional da população na década de 90 muito negativa e taxas de crescimento anual muito negativa ou negativa)[19]. Outros 4 municípios, de pequeno porte populacional, foram classificados entre a "*Massa Declinante*", ou seja, se situaram entre o grande número de municípios brasileiros que apresentaram taxas negativas de variação populacional de baixa intensidade na década de 90.

E, entre os positivos, tem-se 4 municípios que tiveram algum crescimento (*maioria silenciosa*) e outros 3, taxas de crescimento e de contribuição mais significativas (*massa crescente*).

Chama a atenção que a porção do Estado da Bahia em que se situa o Pólo é caracterizada por municípios que perderam população na década, com poucas exceções, principalmente para oeste, no sentido do interior, no entanto, prosseguindo ainda nesta direção há uma região com forte incremento populacional ("*massa crescente*" ou "*pequenos explosivos*"), no entorno do município de Vitória da Conquista. Ao sul, deve-se ressaltar Porto Seguro, que teve forte expansão populacional, "*médio super dinâmico*".

Certamente, tais fenômenos populacionais estão associados, considerando que os municípios que ganharam população o fizeram num processo de atração populacional, em que possivelmente o turismo teve um importante papel, enquanto atividade geradora de oportunidades de emprego e de geração de renda. Esta avaliação permanece no escopo deste trabalho, no entanto, apenas como uma hipótese.

[19] A legenda presente no mapa explicita tais questões envolvendo as classificações dos municípios nos grupos.

3.2.1. Análise da Dinâmica Econômica

Introdução

Este capítulo tem como objetivo a analise da dinâmica da econômica da Bahia, enfatizando os municípios do Pólo Litoral Sul. Uma avaliação dos elementos que compõem o cenário econômico atual é essencial para a compreensão do papel que as atividades turísticas podem ter nesse Pólo.

Primeiramente, a economia do Estado será contextualizada, com a análise da evolução econômica e do perfil econômico setorial. Além disso, o cenário econômico baiano será comparado com cenários de outros Estados do Nordeste, sendo possível ter maior clareza sobre o cenário regional.

O segundo item apresenta uma caracterização econômica dos municípios do Pólo Litoral Sul. Primeiramente são analisados os portes econômicos através da análise de seus PIBs municipais, em seguida é feita uma análise mais profunda da composição setorial, sendo analisados, entre outros, o setor da agricultura, da pecuária, do setor industrial, do turismo, dentre outros.

Ao fim do capítulo serão analisadas as interfaces do turismo com a economia local, identificando oportunidades e avaliando o possível impacto econômico da atividade turística na região.

Caracterização Econômica da Bahia

O Estado da Bahia sempre teve sua economia baseada em atividades agrícolas tradicionais. Uma primeira grande mudança veio na década de 50, quando o Estado teve implantado em seu território unidades de extração e refino de petróleo. O segundo salto econômico se dá na década de 70 com a implantação do Pólo Petroquímico de Camaçari. Apesar desses dois acontecimentos terem aumentado significativamente o PIB do Estado, por serem atividades intensivas em capital, tinham pouca capacidade de geração de empregos. Além disso, os preços de seus produtos são muito vulneráveis às oscilações internacionais.

Na década de 90, a Bahia revê sua estratégia de desenvolvimento econômico. A principal preocupação do Estado passa a ser relacionada à descentralização geográfica dos investimentos, principalmente agropecuários e industriais, trazendo a possibilidade para os municípios do interior de gerarem emprego e aumentarem a renda, principalmente com a transferência de tecnologia. A Região Metropolitana de Salvador representava uma grande parte do PIB estadual, gerando grandes problemas sociais decorrentes da centralização econômica. Estimativas indicam uma diversificação dos investimentos em torno de 40% ao longo da década de 1990.

Um dos principais apoios a essa mudança foi a definição de Eixos de Desenvolvimento, com estratégias de desenvolvimento comuns para cada um deles. Foram divididos de acordo com os corredores de circulação da produção no Estado. São eles: São Francisco, Chapada, Extremo Sul, Mata Atlântica, Metropolitano, Grande Recôncavo, Planalto e Nordeste. Neste estudo são analisados apenas alguns municípios dos eixos Mata Atlântica e Grande Recôncavo, onde se localizam os municípios do Pólo Litoral Sul.

Os eixos em que os municípios do Pólo Litoral Sul estão alinhados são os seguintes:

- **Eixo Mata Atlântica (municípios da Costa do Cacau, Maraú e outros fora do Pólo Litoral Sul)** – Caracterizado pela atividade cacaueira, pecuária bovina, culturas agrícolas, e pólo de informática de Ilhéus. Encontra no ecoturismo importante vertente de desenvolvimento. Para resguardar o patrimônio natural, estão sendo implantados uma série de mecanismos de conservação e preservação do meio ambiente.
- **Eixo Grande Recôncavo (municípios da Costa do Dendê, exceto Maraú, e outros fora do Pólo Litoral Sul)** – Ênfase na produção agropecuária, laranja e fumo. Há, ainda, importantes atividades nas indústrias de calçados e bebidas. Este eixo tem como principal expressão o município de Feira de Santana.

Papel do Turismo

A partir de 1991, o Turismo começou a adquirir maior importância para o desenvolvimento do Estado. Em um novo plano estratégico, com horizonte de planejamento de 15 anos (1991 – 2005), criou-se uma nova geografia turística e os investimentos estaduais em infra-estrutura, da ordem de US$ 2,2 bilhões. Esses investimentos estatais buscam atrair investimentos privados de US$ 4,9 bilhões para o período de 1991 a 2012. Nesse planejamento houve uma grande preocupação com o desenvolvimento das áreas de marketing, treinamento, meio ambiente, buscando destacar os diferenciais do Estado, principalmente com a valorização da cultura regional.[20]

A seguir, serão avaliadas as evoluções da economia baiana e nordestina ao longo dos últimos anos. Na seqüência, serão analisados os setores e indústrias mais importantes para o Estado, identificando a evolução dos valores produzidos.

Evolução Econômica Recente

A Tabela 3.2.1.1 com estimativas da SEI, mostra os valores absolutos para os estados nordestinos, seguidos da participação do PIB nordestino em relação ao brasileiro. Em seguida, a Tabela 3.2.1.2, apresenta os mesmos dados, na forma de porcentagem, possibilitando assim uma melhor análise.

Tabela 3.2.1.1 - Evolução dos PIBs dos Estados do Nordeste (em R$ mil)

Ano	Bahia	Sergipe	Alagoas	Pernambuco	Paraíba	Rio G. do Norte	Ceará	Piaui	Maranhão	Total NE	NE/BR
1994	14.972.465,00	2.040.678,21	2.386.784,42	9.039.215,59	2.836.273,02	2.611.528,72	6.589.502,76	1.613.664,05	2.858.747,45	44.948.859,20	12,9
1995	26.769.072,00	3.535.070,29	4.038.900,40	17.460.604,20	5.327.383,97	4.724.439,74	12.496.638,67	3.179.911,36	5.063.079,65	82.595.100,28	12,8
1996	32.989.503,00	4.309.670,69	5.068.993,62	21.394.436,63	6.546.595,00	5.879.622,15	15.648.209,04	3.899.225,86	6.874.950,86	102.611.206,84	13,2
1997	37.020.911,00	4.842.686,11	5.754.250,56	23.438.600,78	6.984.862,56	6.665.815,00	17.593.193,78	4.238.774,67	7.406.461,11	113.945.555,56	13,1
1998	38.738.618,00	5.033.157,88	6.142.360,92	24.796.055,06	7.263.490,88	6.846.048,87	18.820.670,94	4.412.958,33	7.215.783,22	119.269.144,09	13,1
1999	42.959.728,00	5.557.498,98	6.575.069,21	26.587.283,83	8.114.470,34	7.814.417,57	19.933.939,99	4.826.935,73	8.088.378,79	130.457.722,44	13,1

Fonte: IBGE
Elaboração SEI

[20] Fonte: A Estratégia Turística da Bahia 1991-2005

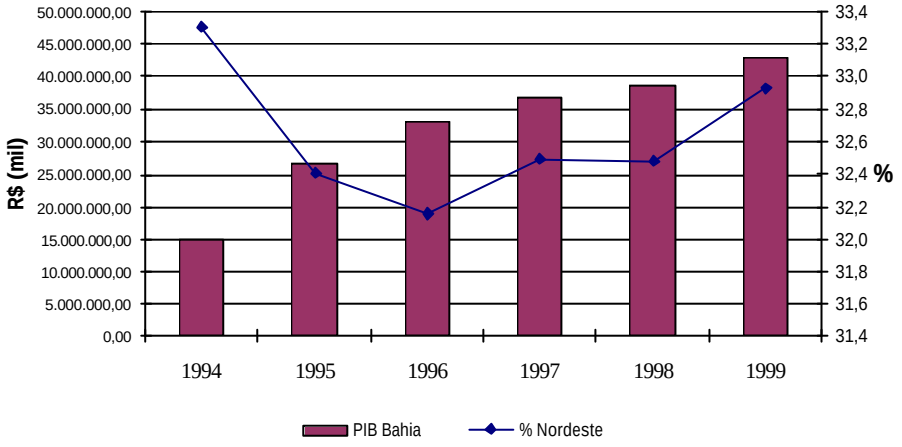
Tabela 3.2.1.2 - Composição Percentual do PIB (Preço de Mercado Corrente) dos Estados do Nordeste e Relação NE/BR

	PARTICIPAÇÃO %										
Ano	**Bahia**	**Sergipe**	**Alagoas**	**Pernambuco**	**Paraíba**	**Rio G. do Norte**	**Ceará**	**Piaui**	**Maranhão**	**Total NE**	**NE/BR**
1994	33,3%	4,5%	5,3%	20,1%	6,3%	5,8%	14,7%	3,6%	6,4%	100,0%	12,9
1995	32,4%	4,3%	4,9%	21,1%	6,5%	5,7%	15,1%	3,9%	6,1%	100,0%	12,8
1996	32,2%	4,2%	4,9%	20,9%	6,4%	5,7%	15,3%	3,8%	6,7%	100,0%	13,2
1997	32,5%	4,3%	5,1%	20,6%	6,1%	5,9%	15,4%	3,7%	6,5%	100,0%	13,1
1998	32,5%	4,2%	5,2%	20,8%	6,1%	5,7%	15,8%	3,7%	6,1%	100,0%	13,1
1999	32,9%	4,3%	5,0%	20,4%	6,2%	6,0%	15,3%	3,7%	6,2%	100,0%	13,1

Fonte: IBGE
Elaboração: SEI

Como se pode perceber, o Estado da Bahia sempre foi o mais significativo para o PIB nordestino. Mesmo que essa participação apresente um viés de baixa, no período de 1994 a 1999, o Estado continua sendo a maior economia da região durante os anos analisados. O Gráfico 3.2.1.1, por sua vez, mostra que, mesmo com a queda da participação em relação ao PIB nordestino, o PIB do Estado continua a crescer.

Gráfico 3.2.1.1 - Evolução do PIB Baiano e Participação no PIB do Nordeste



Fonte: IBGE
Elaboração: SEI

Segundo estimativas da SEI para o ano 2000, o PIB baiano chegou a quase R$ 50 bilhões, um terço da economia do Nordeste. No contexto nacional representa 4,5% do PIB, ocupando a sexta posição entre os Estados brasileiros.

Perfil Econômico Setorial

O setor terciário sempre teve uma importância relevante na economia baiana, como se vê na Tabela 3.2.1.3, somente em 1985 esse setor não foi o maior responsável pelo PIB do Estado. O setor primário, o mais tradicional, apresenta um claro declínio, perdendo importância principalmente para o setor secundário, que desde a década de 70 só vem aumentando a sua participação.

Tabela 3.2.1.3 - Composição do PIB - Bahia

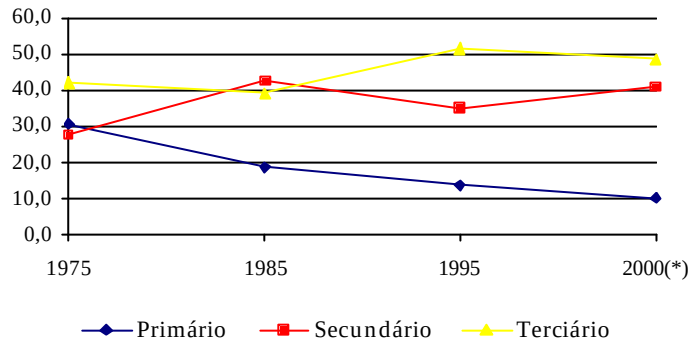
ANOS	1975	1985	1995	2000(*)
PRIMÁRIO	30,7	18,7	13,6	10,1
SECUNDÁRIO	27,5	42,3	35,1	41,2
TERCIÁRIO	41,8	39,0	51,3	48,7

(*) Dados sujeitos a retificação depois de consolidados os resultados de todas as Ufs (Projeto de Contas Regionais - SEI/IBGE).

Fonte: SEI

O Gráfico 3.2.1.2 mostra a evolução da participação de cada setor no PIB baiano.

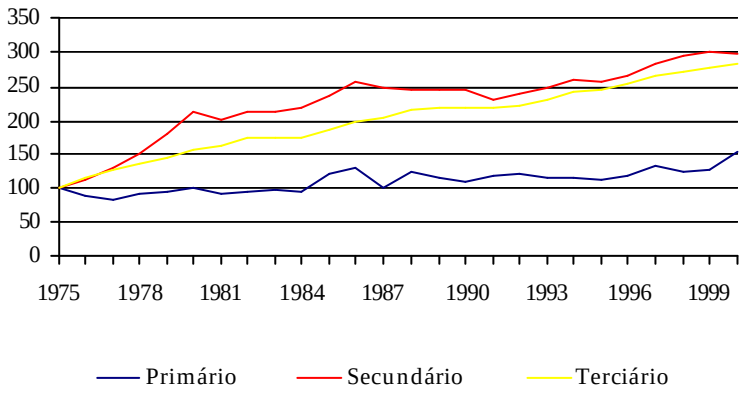
Gráfico 3.2.1.2 - Participação dos Setores na Composição do PIB - Bahia



Fonte: SEI

Ressalta-se que o declínio na participação não significa que atividade primária não apresenta crescimento, como se pode perceber no Gráfico 3.2.1.3, que apresenta a evolução do PIB em termos absolutos para cada um dos setores da economia.

Gráfico 3.2.1.3 - Evolução do PIB por Setores – Bahia (Ano 1975=100)



Fonte: SEI

O setor primário perdeu participação nesses anos principalmente por causa do crescimento de atividades que compõem os outros setores da economia (indústria de transformação, construção e comunicações) que aumentaram a participação no PIB de maneira considerável. As atividades de comunicações, por exemplo, dobraram a sua participação nos anos estudados. A Tabela 3.2.1.4 e o Gráfico 3.2.1.4 ilustram o desenvolvimento dos grandes setores da economia baiana.

Tabela 3.2.1.4 - Evolução do PIB por Setores – Bahia (%)

Ano	Agropecuária	Ind.Extrativa Mineral	Ind.Trans-formação	Serv.Indus-triais/Util. Pública	Construção	Alojamento Alimentação	Comércio	Transportes Armazenagem	Comunicações	Financeiro	Aluguel Imóveis	Adm. Pública	Saúde / Educação	Serviços Domésticos	Outros Serviços
1994	13,4	2,4	21,6	4,4	8,5	2,9	9,6	2,2	1,8	9,1	7,0	12,2	2,7	0,4	1,8
1995	13,6	1,9	19,5	3,4	10,4	2,7	10,3	1,8	2,1	5,0	9,7	14,0	2,9	0,5	2,3
1996	12,4	1,5	20,1	3,5	9,8	2,5	8,8	2,0	2,8	4,2	12,2	14,0	3,3	0,4	2,5
1997	11,5	1,4	19,5	3,9	11,9	2,2	8,8	2,0	2,5	4,3	12,7	12,9	3,2	0,4	2,7
1998	9,7	1,3	20,6	3,9	12,1	2,4	8,5	2,3	2,8	4,7	11,9	13,4	3,1	0,4	2,8
1999	9,4	1,4	23,7	3,7	10,8	2,1	8,5	2,2	3,3	4,0	11,7	13,1	3,0	0,5	2,7
2000(*)	10.0	1.4	25.8	3.8	10.1	1.8	8.8	1.7	3.7	4.1	10.6	12.0	2.9	0.4	2.5

(*) Dados sujeitos a retificação, depois de consolidados os resultados de todas as UF's (Projeto de Contas Regionais – SEI/IBGE).

Fonte: SEI

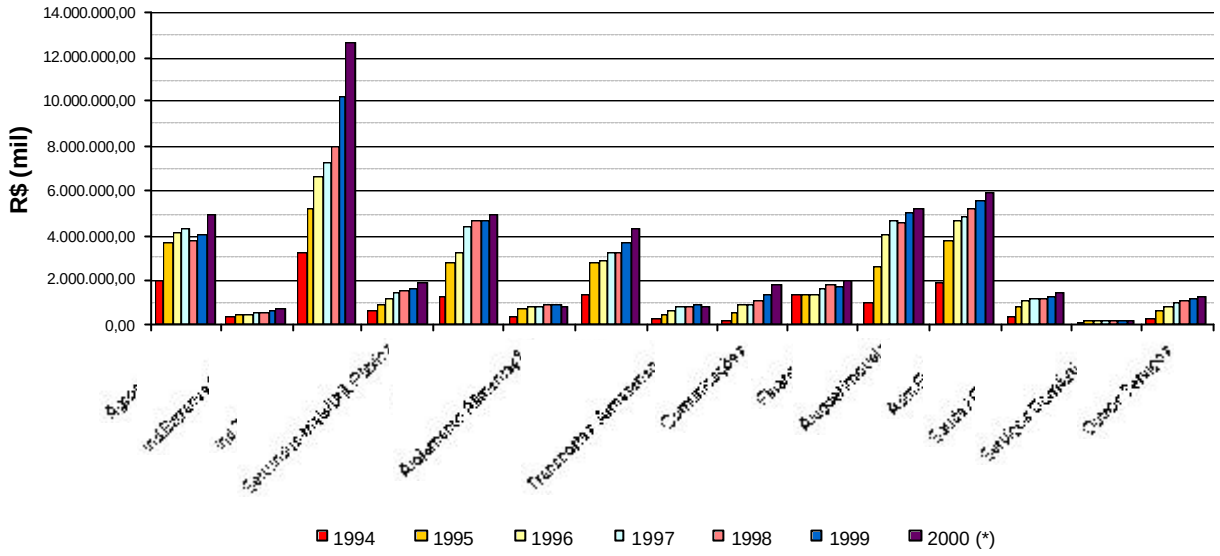
A agropecuária baiana tem apresentado desempenho oscilante, causado principalmente por adversidade climática, problemas fitossanitários e depressão dos preços de importantes produtos agrícolas. Dessa maneira, a sua participação caiu durante o período de análise. É importante lembrar que fatores como o crescimento de outras atividades também proporcionou esse declínio.

A estrutura do setor agropecuário baiano mostra que a agricultura é responsável por 67%[21] da produção, com importantes avanços de produtividade em grãos e na fruticultura. Em seguida aparece a pecuária com 24%[22], sendo metade referente ao abate de gado bovino.

Há evidências de modernização do setor, como o uso mais intensivo de cultura irrigada e melhor adequação de produtos ao clima e solo de cada região. Reforçando o argumento anterior, ainda se percebe a maior ênfase no planejamento e modernização dos empreendimentos agropecuários.

[21] SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) – 1999.
[22] SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia) – 1999.

Gráfico 3.2.1.4 - Evolução do PIB por Setores - Bahia



(*) Dados Preliminares

Fonte: SEI

O setor secundário é formando basicamente pelas atividades dos produtores químicos, metalúrgicos, de produtos alimentares, e de papel e papelão, concentrando cerca de 80% do Produto Industrial da Bahia. Dentre os setores, o maior destaque é do setor químico, representa 56% da produção industrial. Grande crescimento também foi observado em papel e celulose, através da atuação de grandes empresas na plantação de árvores e fabricação de celulose e papel.

No setor terciário, houve uma forte queda no comércio no ano de 1998, reflexo da crise cambial brasileira. Nesse ano, as vendas foram 5,8% menores que no ano anterior. Comunicações, administração e serviços públicos, afetados pelas privatizações, foram os setores que garantiram um bom ritmo de crescimento para o setor de serviços.

Caracterização Econômica dos Municípios

A primeira parte deste item procura descrever o porte econômico recente dos municípios do Pólo Litoral Sul por meio da avaliação de seus Produtos Internos Brutos - PIBs, que aferem a capacidade de criação de bens e serviços finais, que suas estruturas produtivas são capazes de gerar a cada ano.

Conhecidos os tamanhos econômicos dos municípios do Pólo Litoral Sul, aprofunda-se o conhecimento de suas economias, a partir da análise dos dados de PIB abertos setorialmente - atividades primárias, secundárias e terciárias e, para cada um desses grandes setores da economia, buscou-se verificar suas produções mais significativas.

No entanto, não existe uma estatística de PIB municipal aberto por setores de atividade com informação para vários anos, compondo uma série temporal. Por outro lado, existem dados de três fontes distintas: SEI (entidade do Governo da Bahia), IPEA (entidade do Governo Federal) e FIPE (entidade acadêmica pertencente à Universidade de São Paulo) que suprem parcialmente as necessidades da análise.

Optou-se por utilizar os dados da FIPE para a análise dos portes econômicos municipais, considerando que eles possuem aberturas setoriais, o que não ocorre com os dados da SEI. Pretendeu-se fazer análises temporais usando-se os dados de PIB do IPEA, contudo, por se tratar de municípios de pequeno porte, verificaram-se variações anormais em certos anos e uma grande instabilidade na série, de modo que se optou pela não realização dessa análise, além do fato de que a série temporal se encerra em 1996, não captando o período mais recente, em que houve uma forte expansão do turismo enquanto atividade econômica.

Porte Econômico – PIBs Municipais

Para se avaliar o porte econômico dos municípios (capacidade de criação anual de nova riqueza econômica, ou bens e serviços finais), um bom indicador é o PIB para o ano mais recente disponível. Apresentam-se assim as estimativas de PIB municipal da FIPE para o ano 2000, que são úteis para que se tenha uma idéia do porte das economias municipais, tendo-se inclusive as aberturas setoriais.

Os municípios do Pólo Litoral Sul obtiveram um PIB da ordem de R$1.053,53 milhões no ano 2000, o que correspondeu a 2,43% do PIB estadual baiano.O município de Ilhéus é o que concentra o maior PIB do Pólo: alcançou R$ 550,31 milhões no ano 2000, ou seja, responde por 52,23% do PIB do Pólo. O segundo maior tamanho econômico é o de Valença, com R$157,62 milhões (representando 14,96% do PIB do Pólo). Os menores portes econômicos são Cairu e Itacaré, com R$15,7 e R$17,6 milhões respectivamente.

Tabela 3.2.1.5 - PIB 2000 (milhões de reais de 1999)

	Município	Agropecuária	% Total	Ind. de transformação	% Total	S.I.U.P.*	% Total	Construção	% Total	Comércio	% Total	Inst. financeiras	% Total	Adm. pública	% Total	Outros serviços	% Total	Total
Costa do Dendê	Valença	17,69	11,22%	13,65	8,66%	15,06	9,55%	16,38	10,39%	12,77	8,10%	12,79	8,11%	21,62	13,71%	47,67	30,25%	157,62
	Cairu	5,97	37,99%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,93	5,90%	2,55	16,24%	0,25	1,60%	0,00	0,00%	6,01	38,28%	15,71
	Taperoá	12,51	48,35%	0,00	0,00%	1,19	4,58%	6,53	25,22%	3,81	14,74%	0,40	1,55%	1,09	4,22%	0,35	1,34%	25,88
	Nilo Peçanha	17,90	88,21%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,34	1,66%	0,79	3,90%	0,11	0,54%	1,09	5,38%	0,06	0,31%	20,29
	Ituberá	11,26	27,91%	10,62	26,31%	1,78	4,41%	5,26	13,04%	3,47	8,59%	2,13	5,28%	1,75	4,33%	4,09	10,14%	40,36
	Igrapiúna	19,31	85,32%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,80	3,53%	1,93	8,51%	0,06	0,27%	0,00	0,00%	0,54	2,36%	22,64
	Camamu	13,90	41,89%	0,25	0,76%	0,00	0,00%	2,74	8,25%	8,49	25,60%	1,61	4,86%	1,97	5,92%	4,22	12,72%	33,18
	Maraú	16,64	76,61%	0,51	2,33%	0,47	2,18%	0,13	0,58%	3,56	16,39%	0,07	0,31%	0,00	0,00%	0,35	1,60%	21,71
Costa do Cacau	Itacaré	12,18	69,06%	0,00	0,00%	0,36	2,02%	0,13	0,72%	3,04	17,22%	0,39	2,24%	0,00	0,00%	1,54	8,75%	17,63
	Uruçuca	9,64	45,03%	0,00	0,00%	0,36	1,66%	2,06	9,64%	5,36	25,03%	0,98	4,58%	1,75	8,16%	1,26	5,89%	21,40
	Ilhéus	62,56	11,37%	54,86	9,97%	5,57	1,01%	94,19	17,12%	0,27	0,05%	31,19	5,67%	64,41	11,70%	237,26	43,11%	550,31
	Una	30,50	45,30%	1,01	1,50%	0,36	0,53%	7,83	11,63%	6,36	9,45%	1,44	2,14%	1,31	1,95%	18,52	27,50%	67,33
	Santa Luzia	11,58	40,86%	9,86	34,78%	0,12	0,42%	2,69	9,51%	3,32	11,70%	0,43	1,51%	0,00	0,00%	0,35	1,22%	28,35
	Canavieiras	9,25	29,61%	0,51	1,62%	0,47	1,52%	2,78	8,90%	5,74	18,38%	2,54	8,13%	4,15	13,29%	5,79	18,55%	31,23
	Total Pólo	***250,87***	***23,81%***	***91,26***	***8,66%***	***25,73***	***2,44%***	***142,77***	***13,55%***	***61,45***	***5,83%***	***54,41***	***5,16%***	***99,13***	***9,41%***	***328,01***	***31,13%***	***1.053,63***
	Bahia	***4.004,46***	***9,25%***	***10.981,99***	***25,36%***	***1.634,21***	***3,77%***	***4.668,39***	***10,78%***	***3.723,44***	***8,60%***	***1.717,70***	***3,97%***	***5.675,09***	***13,10%***	***32.405,27***	***74,83%***	***43.305,03***
	%Pólo/Bahia	***6,26%***	***-***	***0,83%***	***-***	***1,57%***	***-***	***3,06%***	***-***	***1,65%***	***-***	***3,17%***	***-***	***1,75%***	***-***	***1,01%***	***-***	***2,43%***

** Serviço Insdustrial de Utilidade Pública*

Fonte: FIPE

Os municípios integrantes do Pólo são, como fica claro na tabela apresentada, bastante heterogêneos no que tange ao seu porte econômico e estrutura produtiva. Tem-se Ilhéus com um porte elevado no contexto do Pólo, com PIB de cerca de meio bilhão de reais, e muitos outros municípios de pequeno porte, com PIB da ordem de algumas poucas dezenas de milhões de reais.

No que se refere às suas composições produtivas internas, verifica-se também forte variabilidade, conforme evidenciam os percentuais de participação setorial na tabela acima.

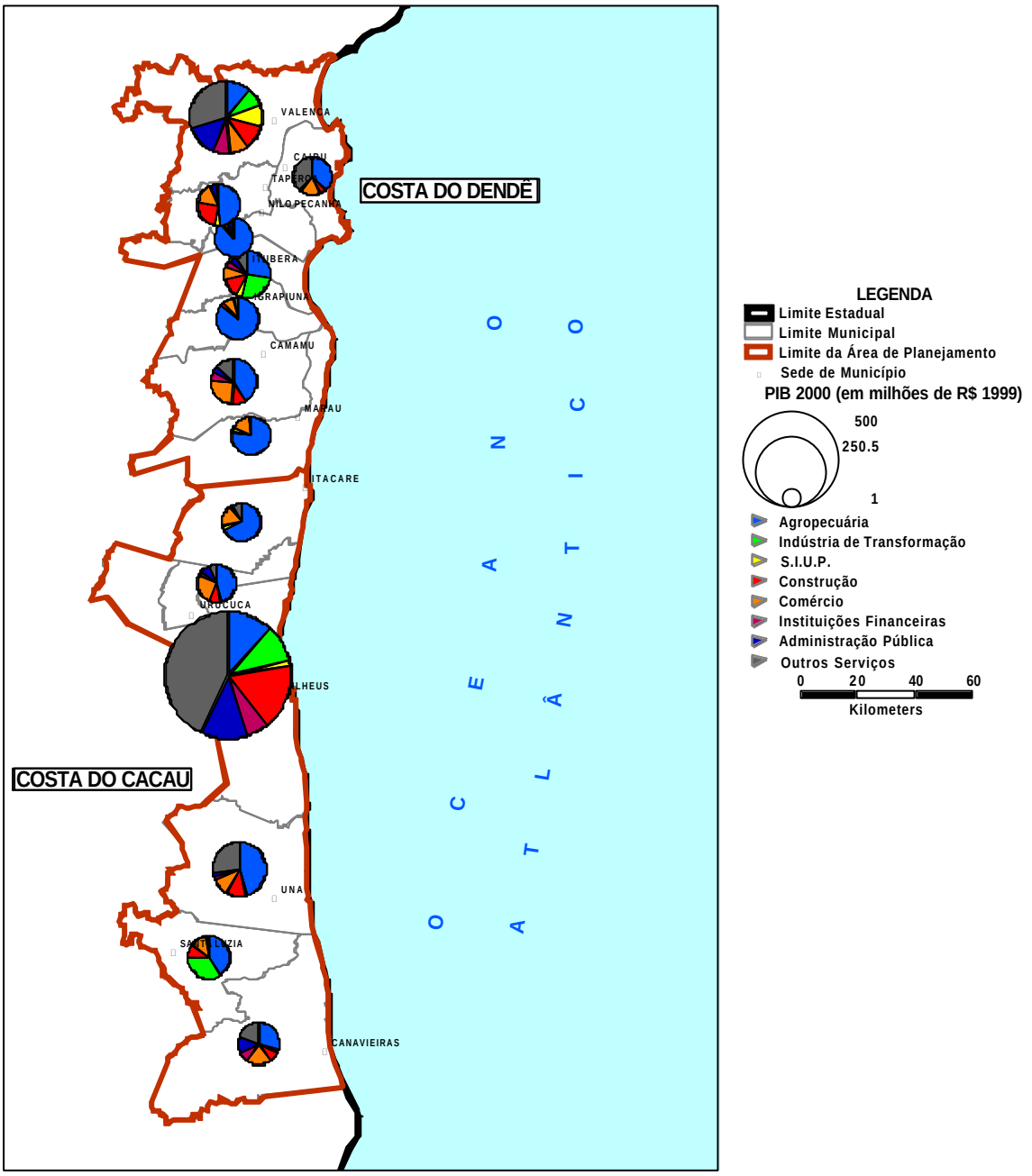
Verifica-se que o setor agropecuário, em alguns municípios, responde por grande parte da produção de valor, sendo os demais setores pouco desenvolvidos e/ou inexistentes, como no caso de Nilo Peçanha, Igrapiúna, Maraú e Itacaré, onde o setor agropecuário representa, respectivamente, 88,21%, 85,32%, 76,61% e, 69,06% do PIB municipal.

Com produção industrial relevante, tem-se o município de Ilhéus, Valença e, em menor grau, Ituberá. Em termos percentuais, a indústria de transformação ligada à mineração é relevante em Santa Luzia, mas a produção absoluta não é muito representativa no contexto do Pólo.

A atividade turística está mais diretamente relacionada ao setor terciário. Na tabela apresentada, o setor denominado “Outros Serviços” contém propriamente a maior parte das atividades relacionadas ao fluxo de turistas às regiões analisadas. Percebe-se grande importância desse item para as economias de Valença, Cairu, Ilhéus e Una. Quando se analisa a distribuição geográfica dos destinos turísticos mais consolidados do Pólo Litoral Sul, percebe-se que essa análise proporciona uma primeira visão da importância do turismo nas economias municipais em análise, mesmo que em “Outros Serviços” estejam englobadas outras atividades econômicas.

A seguir apresenta-se, em forma de mapa, os números da Tabela 3.2.1.5.

Gráfico 3.2.1.5 – PIB 2000 (em milhões de R$ 1999)



Fonte: FIPE – Estimativas Preliminares, 2002
BDG Tetraplan, 2002
Base Cartográfica: Malha Municipal Digital do Brasil 1997 IBGE/DGC/DECAR
Mapa do Brasil Político - IBGE, 1995
BDG Tetraplan, 2002
Nota: Malha Municipal digitalizada com nível de supressão de portos compatível com as escalas de 1:500.000 e 1:2.500.000, contemplando apenas a área de abrangência do limite municipal, sem o detalhamento de ilhas, lagos e rios

Análise Setorial

Principais Atividades

Os municípios do Pólo Litoral Sul se caracterizam por um base econômica assentada fortemente na produção agrícola, especialmente aqueles localizados na região da Costa do Dendê. A devastação das lavouras de cacau pela praga da "vassoura de bruxa" durante a década de 90 acentuou um processo de crise deste setor fundamental para essas economias municipais, que já se deparava com um declínio no preço do produto no mercado internacional e um alto endividamento dos produtores. A alternativa representada pelas espécies clonadas, bem mais resistentes à praga, ainda não proporcionou a recuperação da posição de destaque que o cacau tradicionalmente apresentou nos municípios do Pólo.

Frente a essa realidade, os municípios da Costa do Cacau e da Costa do Dendê procuram desenvolver alternativas de desenvolvimento econômico mais promissoras e adequadas à estrutura e características locais, de modo que se mantenham os fluxos de geração de renda e de emprego necessários. A produção do cacau mantém parte de sua importância econômica, mas hoje pode ser considerada uma atividade complementar, apesar de toda a sua influência nos costumes e na cultura da sociedade local, fruto do período em que trouxe grande fluxo de riqueza para a região.

Como a região ainda é eminentemente agrícola, inicialmente cabe entender a distribuição da terra e o uso que dela é feito. A tabela abaixo apresenta os dados do INCRA sobre a propriedade e uso das terras nos municípios do Pólo Litoral Sul:

Tabela 3.2.1.6 - Propriedade e Uso da Terra

	Estabelecimentos		Área Total		Valor Bruto da Produção	
Categorias	Número	%	Hectares	%	R$ mil	%
Familiar	21.492	72,2%	235.470	27,8%	36.237	27,5%
maiores rendas	*1.530*	*5,1%*	*42.257*	*5,0%*	*14.545*	*11,0%*
renda média	*4.409*	*14,8%*	*68.504*	*8,1%*	*11.992*	*9,1%*
renda baixa	*4.369*	*14,7%*	*43.500*	*5,1%*	*5.315*	*4,0%*
quase sem renda	*11.184*	*37,6%*	*81.194*	*9,6%*	*4.382*	*3,3%*
Patronal	8.076	27,1%	608.573	71,8%	94.953	72,1%
Instituições Religiosas	49	0,2%	548	0,1%	138	0,1%
Entidades Públicas	143	0,5%	2.922	0,3%	378	0,3%
Total	**29.760**	**100,0%**	**847.513**	**100,0%**	**131.706**	**100,0%**

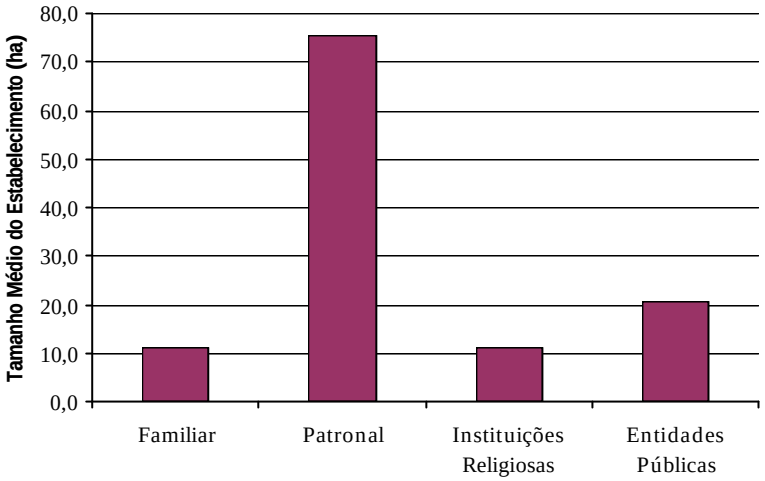
Fonte: Censo Agropecuário 1995/96; IBGE
Elaboração: INCRA

Como indica a tabela acima, o número de estabelecimentos familiares é predominante, mas a maior parte da área é de propriedade patronal. A produção, por conseqüência, também é majoritariamente patronal.

O número de estabelecimentos familiares quase sem renda é, individualmente, o maior. Também é o que apresenta a menor produção por área, indicando um problema econômico considerável. Esses numerosos estabelecimentos familiares encontram-se, na maior parte dos casos, pouco estruturados. Problemas relacionados ao fornecimento dos insumos, escoamento e comercialização da produção, crédito e produtividade dificultam a dinamização da produção local.

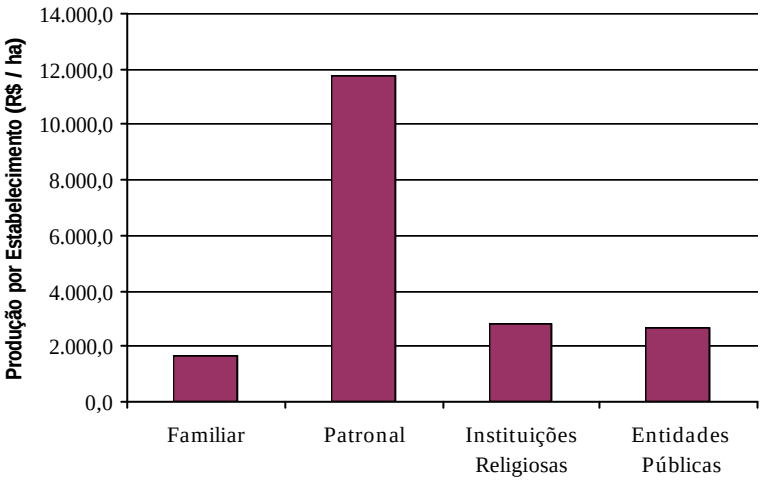
Os gráficos (abaixo) a seguir demonstram os índices relacionados ao tamanho do empreendimento e da produção por hectare, para cada categoria de proprietário:

Gráfico 3.2.1.6 - Tamanho do Estabelecimento Rural por Proprietário



Fonte: Censo Agropecuário 1995/96; IBGE
Elaboração: INCRA e FGV

Gráfico 3.2.1.7 - Produção por Área por Proprietário



Fonte: Censo Agropecuário 1995/96, IBGE;
Elaboração: INCRA e FGV

A produção é escoada principalmente através das rodovias BR-116, BR 101 e da BA-001, além do Porto do Malhado, em Ilhéus. Esse porto foi, inicialmente, construído para atender à exportação de cacau e ao abastecimento de derivados de petróleo. Com o declínio da atividade cacaueira e a inauguração de oleodutos até as refinarias do Recôncavo, a movimentação do porto apresentou uma queda acentuada. Gradualmente, a movimentação

vem demonstrando recuperação, com o embarque de soja e derivados de cacau e o desembarque de trigo e amêndoa de cacau.

A seguir, de modo sumário, são descritas as principais atividades econômicas do Pólo.

Tabela 3.2.1.7 - Principais e Empreendimentos da Costa do Dendê

Município	Principais Atividades, Projetos e Empreendimentos
Valença	**Turismo de lazer,** agricultura, comércio, pesca, indústria têxtil, maricultura e construção naval são as principais atividades exercidas no município. Valença é dotada de uma estrutura de comércio e serviços superior às encontradas nas cidades vizinhas, fazendo com que seja procurada como entreposto comercial. A região também apresenta uma das maiores empresas de camarão do país (Valença da Bahia Maricultura S/A).
Cairu	**Turismo,** extrativismo e pesca são as principais atividades econômicas de Cairu.
Tapeorá	Sua economia está baseada no agro-extrativismo e na lavoura dos seguintes produtos: dendê, guaraná, piaçava, cravo e seringueira.
Nilo Peçanha	Tem como principais atividades o agro-extrativismo e a lavoura de produtos como o dendê, guaraná, piaçava, cravo e seringueira. A pesca e o comércio varejista também aparecem como importantes atividades econômicas para o município.
Ituberá	Entre as suas principais atividades econômicas destacam-se a agricultura, o extrativismo, a pesca e as indústrias de guaraná e borracha.
Igrapiúna	Tem como principais atividades econômicas a pesca e a agricultura (cravo, piaçava, cacau, guaraná, pimenta, côco e dendê).
Camamu	Pesca e agricultura são as suas principais atividades econômicas. Destacam-se também como importantes atividades para a economia municipal a agro-indústria, o comércio, os **serviços turísticos** e as indústrias de construção naval e de cerâmica.
Maraú	O município tem como principais atividades econômicas o **turismo** e a pesca artesanal. A agricultura também contribui de maneira significativa para a economia municipal.

Fonte: Diagnósticos Institucionais / IBGE / Pesquisa Direta

Tabela 3.2.1.8 - Principais Atividades e Empreendimentos da Costa do Cacau

Município	Principais Atividades, Projetos e Empreendimentos
Itacaré	Entre as atividades econômicas do município, destacam-se a pesca e o **turismo**.
Uruçuca	A economia do município está baseada na pesca artesanal, em agro-indústrias, no artesanato, na agricultura e no **turismo.**
Ilhéus	Município antes praticamente todo voltado para a agricultura com a produção do cacau, hoje está mais diversificado. Apresenta um pólo de produção de computadores e promove o setor do turismo. **Turismo,** Agricultura (cacau e outros), Indústria de derivados de cacau, comércio e pesca são algumas das principais atividades. Ilhéus concentra um importante pólo regional de informática e um pequeno pólo de confeções. Também está sediada no município a Cargill Agrícola (fábrica de processamento de cacau).
Una	O município tem sua econômia baseada na agricultura, destacando-se a fruticultura (graviola, cacau, cupuaçu e guaraná). As agroindústrias têm importante papel na economia local, sendo responsável por muitos empregos rurais, ainda que prejudicadas pela crise do cacau. Agricultura (frutas - exportação de mangustão; graviola, cacau, açaí), produção de óleo - azeite de dendê, pesca, turismo. O **turismo** também é relevante para a economia local, sendo representado basicamente pelo Hotel Transamérica Ilha de Comandatuba, que gera ocupação direta e indireta de mão-de-obra para Una e Canavieiras.
Santa Luzia	A principal atividade econômica do município está baseada na agricultura e pecuária, tendo como principal a cultura do cacau, seguida pela fruticultura, produção de gado de corte, leiteiro e produção de fibra de piaçava.
Canavieiras	A lavoura do coco e a extração da piaçava são os principais responsáveis pela movimentação da economia local. O **turismo** aparece como importante complemento para a economia local, em especial o turismo náutico.

Fonte: Diagnósticos Institucionais / IBGE / Pesquisa Direta

Tabela 3.2.1.9 - Principais Atividades Agroextrativistas – Zona Turística da Costa do Cacau

Município	Principais atividades agroextrativistas (2001)
Itacaré	Cacau (em amêndoa) - R$ 4.715 mil / ano Côco-da-baía - R$ 903 mil / ano
Uruçuca	Cacau (em amêndoa) - R$ 3.530 mil / ano Borracha (latéx coagulado) - R$ 315 mil / ano
Ilhéus	Cacau (em amêndoas) - R$ 15.141 mil / ano Piaçava - R$ 20.194 mil / ano Borracha (látex coagulado) - R$ 1.449 mil / ano Mandioca - R$ 1.449 mil / ano Côco-da-baía - R$ 1.183 mil / ano
Una	Cacau (em amêndoas) - R$ 9.127 mil / ano Dendê (côco) - R$ 4.788 / ano Mandioca - R$ 4.032 mil / ano Côco da baía - R$ 2.380 mil / ano Borracha (latéx coagulado) - R$ 1.924 mil / ano
Santa Luzia	Cacau (em amêndoa) - R$ 2.601mil / ano Borracha (latéx coagulado) - R$ 249 mil / ano
Canavieiras	Mandioca - R$ 2.453 mil / ano Côco da baía - R$ 2.213 mil / ano Piaçava - R$ 2.054 mil / ano Cacau (em amêndoa) - R$ 1.779 / ano

Fonte: IBGE / PAM / Silvicultura / PPM / Extração Vegetal

Tabela 3.2.1.10 - Principais Atividades Agroextrativistas – Zona Turística da Costa do Dendê

Município	Principais atividades agroextrativistas (2001)
Valença	Côco-da-baía - R$ 6.822 mil / ano
	Mandioca - R$ 3.833 mil / ano
	Cacau (em amêndoa) - R$ 2.831 mil / ano
	Dendê (côco) - R$ 2.398 mil / ano
	Banana - R$ 1.780 mil / ano
	Abacaxi - R$ 1.015 mil / ano
	Café (em côco) - R$ 585 mil / ano
Cairu	Piaçava - R$ 39.618 mil / ano
	Côco-da-baía - R$ 8.545 mil / ano
	Dendê (côco) - R$ 1.129 mil / ano
Tapeorá	Banana - R$ 2.443 mil / ano
	Piaçava - R$ 2.154 mil / ano
	Dendê (côco) - R$ 1.708 mil / ano
	Cacau (em amêndoa) - R$ 1.148 mil / ano
	Guaraná (semente) - R$ 1.035 mil / ano
Nilo Peçanha	Piaçava - R$ 21.756 mil / ano
	Cacau (em amêndoa) - R$ 2.968 mil / ano
	Banana - R$ 1.100 mil / ano
	Dendê (côco) - R$ 653 mil / ano
	Guaraná (semente) - R$ 369 mil / ano
Ituberá	Banana - R$ 6.864 mil / ano
	Piaçava - R$ 5.400 mil / ano
	Borracha (latéx coagulado) - R$ 4.546 mil / ano
	Cacau (em amêndoa) - R$ 2.174 mil / ano
	Côco-da-baía - R$ 1.770 mil /ano
	Pimenta do Reino - R$ 1.021 mil / ano
	Guaraná (semente) - R$ 1.100 mil / ano
Igrapiúna	Borracha (latéx coagulado) - R$ 4.812 mil / ano
	Cacau (em amêndoa) - R$ 1.121 mil / ano
	Dendê (côco) - R$ 580 mil / ano
	Côco-da-baía - R$ 389 mil / ano
Camamu	Côco-da-baía - R$ 6.122 mil / ano
	Cacau (em amêndoa) - R$ 4.322 mil / ano
	Borracha (látex coagulado) - 1.456 mil / ano
	Mandioca - R$ 1.132 mil / ano
Maraú	Cacau (em amêndoa) - R$ 4.074 mil / ano
	Côco-da-baía - R$ 3.877 mil / ano
	Mandioca - R$ 1.165 mil / ano
	Borracha (látex coagulado) - R$ 840 mil / ano

Fonte: IBGE / PAM / Silvicultura / PPM / Extração Vegetal

Na seqüência, conforme já apontado acima, considerando-se as estatísticas disponíveis por município, apresenta-se um perfil produtivo quantitativo de cada setor produtivo, complementando assim a análise.

Perfil da Agricultura

Quanto ao perfil da agricultura praticada na área de estudos, conforme dados da PAM [23], predominam as ***culturas permanentes***. Dos 293.258 ha cultivados com as principais lavouras no Pólo Litoral Sul, 95,25% estão ocupados com lavouras permanentes.

A quantidade total da produção das principais lavouras permanentes é de 147.340 mil frutos e 197.920 toneladas, sendo os principais produtos: dendê, guaraná, cacau, pimenta-do-reino e côco-da-baía. Ainda existem no Pólo Litoral Sul as culturas de goiaba em Taperoá e Ituberá.

A Costa do Dendê responde pelo maior cultivo e produção das lavouras permanentes no Pólo Litoral Sul.

Dentre os principais cultivos, destaca-se a produção de dendê, guaraná e borracha. Quanto ao dendê, a produção baiana representa cerca de 24% da produção nacional (772.097 toneladas produzidas no Brasil e 189.117 toneladas produzidas na Bahia.) e, a área plantada com dendê no Pólo Litoral Sul corresponde a 80,04% das áreas ocupadas por esta lavoura no Estado e a 78,65% da produção estadual de dendê. O município de Valença é o maior produtor, respondendo por 39.972 toneladas (27% do Pólo Litoral Sul).

Outro produto relevante é a borracha. A produção nordestina participa com cerca de 14% da produção nacional e a Bahia responde por 90% desta produção. Os municípios de Igrapiúna e Ituberá são os maiores produtores no Pólo Litoral Sul, com respectivamente, 5.661 toneladas e 5.348 toneladas produzidas. Nestes municípios também estão as principais quantidades de hectares de áreas cultivadas com seringueiras.

O guaraná também é destaque, a produção nordestina representa cerca de 71% da nacional e ela ocorre totalmente na Bahia, que produz 2.816 toneladas. Os municípios de Taperoá e Ituberá respondem pela maior produção dessa lavoura no Pólo: 796 toneladas e 770 toneladas produzidas, respectivamente.

Conforme discutido, o cacau é o grande destaque histórico, sendo que o Pólo Litoral Sul responde por cerca de 22% da produção estadual. A Costa do Cacau representa a maior produção desta cultura, sendo os municípios de Ilhéus e Una os maiores produtores, com respectivamente, 7.386 toneladas e 4.388 toneladas produzidas.

Quanto aos ***cultivos temporários***, as culturas desenvolvidas são pouco significativas, sendo o produto de maior destaque o abacaxi, que representa apenas 6,59% da produção estadual (das 118.940 toneladas produzidas no Estado, 7.839 toneladas são produzidas no Pólo Litoral Sul). Os municípios de Valença e Camamu respondem pela maior produção dessa cultura: 2.900 mil frutos e 1.044 mil frutos, respectivamente.

[23] Pesquisa Agrícola Municipal, IBGE, 2001

Tabela 3.2.1.11 - Lavoura Permanente

	Municípios	Banana		Cacau (amêndoa)		Coco-da-baía		Dendê (côco)		Laranja		Mamão		Maracujá		Pimenta-do-reino		Café (em côco)		Guaraná (sementes)		Borracha (látex coagulado)	
		Ha	1000 cachos	Ha	T	Ha	1000 frutos	Ha	T	Ha	1000 frutos	Ha	1000 frutos	Ha	1000 frutos	Ha	T	Ha	T	Ha	T	Ha	T
Costa do Dendê	Valença	356	7.120	4.082	1.573	3.280	17.056	9.993	39.972	117	1.755	53	1.325	37	444	105	168	225	360	680	306	710	497
	Cairu	24	432	-	-	3.884	21.362	5.374	18.809	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Taperoá	590	10.620	1.772	638	115	598	5.475	28.470	34	510	23	690	10	120	95	152	25	30	1.592	796	320	192
	Nilo Peçanha	220	4.400	4.014	1.694	165	825	2.720	10.880	20	280	16	320	4	48	75	120	4	5	710	284	35	21
	Ituberá	1.320	26.400	3.346	1.208	843	4.215	2.930	12.306	27	405	10	200	12	144	235	282	6	9	1.540	770	6.685	5.348
	Igrapiúna	210	4.200	3.228	623	206	927	2.764	9.674	13	195	2	36	-	-	3	3	54	81	160	72	6.660	5.661
	Camamu	175	3.500	17.379	2.401	2.915	14.575	4.560	15.960	15	225	4	72	8	96	9	9	45	72	380	171	2.600	2.080
	Maraú	43	360	14.223	1.931	1.350	6.802	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	45	22	1.110	600
	Costa do Dendê	***2.938***	***57.032***	***48.044***	***10.068***	***12.758***	***66.360***	***33.816***	***136.071***	***226***	***3.370***	***108***	***2.643***	***71***	***852***	***522***	***734***	***359***	***557***	***5.107***	***2.421***	***18.120***	***14.399***
Costa do Cacau	Itacaré	25	150	13.695	2.245	630	1.481	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	65	15
	Uruçuca	38	200	20.533	1.642	48	220	15	70	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	2	320	225
	Ilhéus	104	591	58.798	7.386	300	1.820	-	-	-	-	50	1.000	6	42	-	-	120	29	-	-	1.600	1.050
	Una	223	1.800	24.337	4.388	1.100	4.104	3.200	12.600	100	870	33	660	25	138	63	67	130	36	130	57	6.300	1.300
	Santa Luzia	45	315	13.006	1.269	13	39	-	-	2	20	-	-	-	-	-	-	223	112	6	2	819	328
	Canavieiras	18	120	9.146	847	2.000	3.513	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Costa do Cacau	***453***	***3.176***	***139.515***	***17.777***	***4.091***	***11.177***	***3.215***	***12.670***	***102***	***890***	***83***	***1.660***	***31***	***180***	***63***	***67***	***473***	***177***	***141***	***61***	***9.104***	***2.918***
	Pólo Litoral Sul	**3.391**	**60.208**	**187.559**	**27.845**	**16.849**	**77.537**	**37.031**	**148.741**	**328**	**4.260**	**191**	**4.303**	**102**	**1.032**	**585**	**801**	**832**	**734**	**5.248**	**2.482**	**27.224**	**17.317**
	Bahia	**47.435**	**717.220**	**574.586**	**126.812**	**81.820**	**424.444**	**46.267**	**189.117**	**49.472**	**865.380**	**18.871**	**858.471**	**8.264**	**97.647**	**1.012**	**2.146**	**151.039**	**171.579**	**5.871**	**2.816**	**31.883**	**19.864**
	% em relação ao Estado	**7,1%**	**8,4%**	**32,6%**	**22,0%**	**20,6%**	**18,3%**	**80,0%**	**78,7%**	**0,7%**	**0,5%**	**1,0%**	**0,5%**	**1,2%**	**1,1%**	**57,8%**	**37,3%**	**0,6%**	**0,4%**	**89,4%**	**88,1%**	**85,4%**	**87,2%**

% de Ha de área plantada no Pólo em relação ao Estado da Bahia:	***27,4***
% de Toneladas produzidas no Pólo em relação ao Estado da Bahia:	***38,63***
% por 1000 frutos produzidos no Pólo em relação ao Estado da Bahia:	***4,97***

Fonte: Produção Agrícola dos Municípios - PAM -, IBGE, 2001

Tabela 3.2.1.12 - Lavoura Temporária

	Municípios	Abacaxi		Cana-de-açúcar		Feijão (em grão)		Mandioca		Melancia		Milho (em grão)	
		Ha	1000 frutos	Ha	T	Ha	T	Ha	T	Ha	1000 frutos	Ha	T
Costa do Dendê	Valença	145	2.900	69	4.140	500	350	5110	63.875	12	144	180	216
	Cairu	5	100	2	100	2	1	45	585	-	-	4	4
	Taperoá	31	620	8	480	175	105	500	6.500	8	120	86	86
	Nilo Peçanha	4	100	2	120	115	69	276	3.450	1	15	70	70
	Ituberá	27	540	19	950	140	70	673	8.076	3	45	45	54
	Igrapiúna	7	126	10	400	45	27	642	7.062	1	15	92	92
	Camamu	58	1.044	55	2.200	235	141	1294	16.175	2	30	112	112
	Maraú	-	-	10	300	10	5	320	4.160	-	-	-	-
	Costa do Dendê	***277***	***5.430***	***175***	***8.690***	***1.222***	***768***	***8.860***	***109.883***	***27***	***369***	***589***	***634***
Costa do Cacau	Itacaré	10	180	-	-	-	-	10	150	-	-	-	-
	Uruçuca	-	-	20	600	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ilhéus	24	624	-	-	-	-	450	5.175	-	-	-	-
	Una	30	540	-	-	-	-	1200	14.400	-	-	40	23
	Santa Luzia	21	315	12	264	22	13	138	949	-	-	19	17
	Canavieiras	30	750	-				730	8.760	-	-	10	6
	Costa do Cacau	***115***	***2.409***	***32***	***864***	***22***	***13***	***2.528***	***29.434***	***0***	***0***	***69***	***46***
	Pólo Litoral Sul	**392**	**7.839**	**207**	**9.554**	**1.244**	**781**	**11.388**	**139.317**	**27**	**369**	**658**	**680**
	Bahia	**4.934**	**118.940**	**79.699**	**4.357.735**	**685.809**	**246.434**	**326.900**	**3.568.393**	**10.589**	**212.640**	**689.388**	**992.852**
	% em relação ao Estado	**7,94%**	**6,59%**	**0,26%**	**0,22%**	**0,18%**	**0,32%**	**3,48%**	**3,90%**	**0,25%**	**0,17%**	**0,10%**	**0,07%**

% de Ha de área plantada no Pólo em relação ao Estado da Bahia	***0,77***
% de Toneladas produzidas no Pólo em relação ao Estado da Bahia:	***1,64***
% por 1000 frutos produzidos no Pólo em relação ao Estado da Bahia:	***2,48***

Fonte: Produção Agrícola Municipa, (PAM), IBGE, 2001

Perfil da Pecuária

Para a pecuária, segundo dados da Pesquisa Pecuária Municipal do IBGE para o ano 2001, cabe ressaltar a criação de aves e de gado bovino. As aves (galinhas, frangos e pintos) contam com um efetivo de 782.021 cabeças, principalmente na Costa do Dendê, onde existem 560.761 cabeças de aves. O município de Valença conta com um efetivo de 249.379 cabeças, já o município de Ilhéus, na Costa do Cacau, com 119.000 cabeças, é o segundo município em termos de efetivos de cabeças de aves.

Também para a pecuária, como para as atividades de silvicultura, extração vegetal e agriculturas temporária e permanente, as produções da Costa do Dendê são as mais importantes, contando com os maiores efetivos de rebanhos.

Quanto ao gado bovino, tem-se 122.590 cabeças, sendo que, o município de Ilhéus responde pelos maiores efetivos (42.300 cabeças), em seguida, em termos de efetivos de rebanhos, vem Valença, na Costa do Dendê, com 26.958 cabeças.

Todos os municípios contam com criações de gado bovino, suíno, eqüinos, asininos, muares e aves. Os demais rebanhos são pouco significativos, não aparecendo em todos os municípios do Pólo Litoral Sul. Os maiores efetivos de rebanhos (bovino, suíno, eqüino, asinino, muares, bubalino, ovinos, aves e caprinos) aparecem em: Valença (297.128 cabeças), Ilhéus (175.680 cabeças) e Camamu (105.752 cabeças).

Tabela 3.2.1.13 - Pecuária

	Municípios	Bovino	Suíno	Equino	Asinino	Muar	Bubalino	Ovinos	Aves	Caprinos	Total
Costa do Dendê	Valença	26.958	14.055	1.945	1.627	2.793	28	97	249.379	246	297.128
	Cairu	1.075	1.785	145	330	1.075	-	-	27.870	-	32.280
	Taperoá	4.450	4.000	420	364	1.382	36	-	47.140	-	57.792
	Nilo Peçanha	1.756	1.041	164	345	2.104	42	-	24.730	-	30.182
	Ituberá	6.125	1.385	510	458	1.410	-	-	48.610	-	58.498
	Igrapiúna	3.856	4.815	225	354	1.785	-	-	65.395	-	76.430
	Camamu	5.864	6.800	458	650	2.710	43	-	89.227	-	105.752
	Maraú	4.100	3.590	290	12	460	-	240	8.400	400	17.492
	Costa do Dendê	***54.184***	***37.471***	***4.157***	***4.140***	***13.719***	***149***	***337***	***560.751***	***646***	***675.554***
Costa do Cacau	Itacaré	2.900	730	620	15	810	-	300	23.720	-	29.095
	Uruçuca	2.100	1.250	245	2	1.850	-	650	33.180	-	39.277
	Ilhéus	42.300	7.900	1.600	150	2.500	-	950	119.000	1.280	175.680
	Una	4.650	1.030	460	140	3.650	-	460	17.250	700	28.340
	Santa Luzia	7.176	1.495	321	129	930	277	74	14.228	-	24.630
	Canavieiras	9.280	1.987	1.102	1.144	83	-	3.912	13.892	1.818	33.218
	Costa do Cacau	***68.406***	***14.392***	***4.348***	***1.580***	***9.823***	***277***	***6.346***	***221.270***	***3.798***	***330.240***
	Pólo Litoral Sul	**122.590**	**51.863**	**8.505**	**5.720**	**23.542**	**426**	**6.683**	**782.021**	**4.444**	**1.005.794**
	Bahia	**9.855.828**	**2.052.603**	**635.335**	**365.420**	**327.384**	**15.736**	**2.986.224**	**30.947.810**	**3.849.986**	**51.036.326**
	% em relação ao Estado	**1,24%**	**2,53%**	**1,34%**	**1,57%**	**7,19%**	**2,71%**	**0,22%**	**2,53%**	**0,12%**	**1,97%**

% do total de cabeças no Pólo em relação ao Estado da Bahia: 1,97

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal, IBGE, 2001

Pesca

A caracterização geográfica da região, abundante em estuários, mangues, baías, canais e rios, gerou uma grande atividade pesqueira. As zonas litorâneas e estuarinas, principalmente, apresentam inúmeras famílias que dependem dessa atividade.

Dentro da atividade da pesca, há uma grande diversidade de produtos e métodos. Peixes, crustáceos e moluscos são extraídos das águas ou criados em cativeiro. A região de Valença apresenta uma das maiores empresas de criação de camarões do país, exportando parte de sua produção para o exterior.

Além de empreendimentos organizados, como o citado acima, há uma variedade de associações e colônias de pescadores, algumas apoiadas por cooperativas. A diversidade de métodos (traineiras, redes de arrasto, linha, tarrafas, criação) é grande, assim como a demanda por produtos.

A conjunção desses fatores está gerando um aumento da pesca. Esse fato, aliado à ocorrência da pesca predatória, esboça uma séria ameaça de esgotamento dos estoques de peixes, principalmente na Baía de Camamu. Outros fatores ambientais, que não entram no escopo de nossa pesquisa, têm contribuído para a diminuição dos estoques pesqueiros disponíveis na região do Pólo Litoral Sul, segundo relatos colhidos ao longo da pesquisa de campo, ameaçando essa importante atividade econômica regional.

Como dito anteriormente, a pesca é uma importante atividade no Pólo Litoral Sul, principalmente nos municípios de Valença e Ilhéus, que contam com o apoio da Bahia Pesca, uma empresa da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do governo da Bahia, responsável por ações de fomento à pesca e aqüicultura no Estado.

Segundo informações do Bahia Pesca, a Bahia concentra a maior criação de camarão do Brasil, com uma produção de 5,4 mil toneladas e movimento estimado de US$ 22 milhões. Tal fato deve-se as condições ambientais (temperatura e salinidade da água) necessárias à criação de camarões em fazendas que a região apresenta, além da infra-estrutura em transportes e incentivos do governo. As duas maiores fazendas de Camarão do Estado encontram-se nos municípios de Jandaíra, no Pólo Salvador e Entorno, e Valença, no Pólo Litoral Sul, ambas responsáveis por 1,4 mil hectares de lagoas de criação.

Para a piscicultura (criação de peixes em cativeiro), o projeto "Propeixe" está sendo desenvolvido em diversas regiões do Estado, envolvendo municípios do Pólo Litoral Sul. O projeto está voltado para os produtores rurais baianos e tem como finalidade gerar renda e outras opções de emprego. Atua em regiões com potencialidade hídrica como o sul e o sudoeste do Estado. Em 2000, essas regiões foram responsáveis pela produção de 10 mil toneladas, envolvendo 314 produtores rurais e 500 famílias de 111 municípios, inclusive da microrregião de Ilhéus, além das outras.

O município de Valença, segundo dados do Cadastro Central de Empresas do IBGE para o ano 2000, conta com 7 unidades locais de pesca, empregando 575 pessoas, principalmente na carcinicultura. É em Valença que se encontra a empresa Valença da Bahia Maricultura S/A, amparada por uma das duas maiores fazendas de carcinicultura do Estado.

Ainda segundo dados do IBGE, Ilhéus conta com 6 unidades locais de pesca e ocupa 22 pessoas. Os outros municípios que contam com unidades de pesca são: Cairu e Ituberá, na Costa do Dendê, e Itacaré e Canavieiras, na Costa do Cacau.

Tabela 3.2.1.14 - Indústria de Pesca

	Municípios	N° de estabelecimentos	Pessoal ocupado
Costa do Dendê	Valença	7	575
	Cairu	2	2
	Taperoá	-	-
	Nilo Peçanha	-	-
	Ituberá	1	1
	Igrapiúna	-	-
	Camamu	-	-
	Maraú	-	-
	Costa do Dendê	***10***	***578***
Costa do Cacau	Itacaré	1	N/D
	Uruçuca	-	-
	Ilhéus	6	22
	Una	-	-
	Santa Luzia	-	-
	Canavieiras	2	3
	Costa do Cacau	***9***	***25***
	Pólo Litoral Sul	***19***	***603***
	Bahia	***100***	***1.506***
	% em relação ao Estado	***19,00%***	***40,04%***

Fonte: Cadastro Central de Empresas, IBGE, 2000

Perfil da Silvicultura e Extração Vegetal

Para a ***silvicultura*** no Pólo Litoral Sul, segundo dados da Pesquisa da Produção Extrativa Vegetal de 2001, do IBGE, tem-se apenas a produção de lenha e madeira em tora para outras finalidades, e ainda assim, pouco significativa. Apenas o município de Maraú, na Costa do Dendê, apresenta produção de lenha e de madeira em tora para outras finalidades.

Já a ***extração vegetal*** no Pólo Litoral Sul apresenta-se significativa frente à produção estadual, principalmente para a piaçava. Os produtos oriundos desta atividade no Pólo Litoral Sul são: castanha-de-caju; piaçava; carvão vegetal; lenha e; madeira em tora.

A piaçava é o produto de destaque, representando no Pólo Litoral Sul, 95,42% da produção estadual. Todos os municípios produzem piaçava, mas o destaque é Cairu, na Costa do Dendê, que produz 36.016 toneladas. Os municípios de Nilo Peçanha e Ilhéus também contam com alta produção: 19.779 toneladas e 17.560 toneladas, respectivamente.

A castanha-de-caju é outro produto de destaque na produção nacional. A região Nordeste representa quase toda a produção nacional desta cultura e a Bahia responde por uma produção de 39% da nordestina. O Pólo Litoral Sul por sua vez é responsável por 5,28% da produção estadual, sendo Valença o município de destaque na produção deste fruto, com 38 toneladas.

Tabela 3.2.1.15 - Silvicultura e Extração Vegetal

		Silvicultura		Extração Vegetal				
	Municípios	Lenha (m³)	Madeira em tora - outras finalidades (m³)	Castanha-de-caju (T)	Piaçava (T)	Carvão Vegetal (T)	Lenha (T)	Madeira em Tora (T)
Costa do Dendê	Valença	-	-	38	1.012	76	192.393	27.121
	Cairu	-	-	31	36.016	-	612	1.196
	Taperoá	-	-	1	1.958	9	21.156	8.894
	Nilo Peçanha	-	-	23	19.779	7	7.365	5.148
	Ituberá	-	-	13	4.153	36	29.126	27.248
	Igrapiúna	-	-	8	143	19	45.812	14.565
	Camamu	-	-	10	433	34	45.172	23.810
	Maraú	40.960	6.303	-	168	6	2.800	630
	Costa do Dendê	***40.960***	***6.303***	***124***	***63.662***	***187***	***344.436***	***108.612***
Costa do Cacau	Itacaré	-	-	-	38	1	350	80
	Uruçuca	-	-	-	21	1	30	13
	Ilhéus	-	-	5	17.560	77	15	20
	Una	-	-	3	78	16	30	20
	Santa Luzia	-	-	-	255	6	809	32
	Canavieiras	-	-	-	1.580	16	20	8
	Costa do Cacau	***-***	***-***	***8***	***19.532***	***117***	***1.254***	***173***
	Pólo Litoral Sul	**40.960**	**6.303**	**132**	**83.194**	**304**	**345.690**	**108.785**
	Bahia	**1.138.449**	**255.453**	**2.498**	**87.185**	**63.132**	**12.945.883**	**1.686.485**
	% em relação ao Estado	**3,60%**	**2,47%**	**5,28%**	**95,42%**	**0,48%**	**2,67%**	**6,45%**

Fonte: Produção Agrícola dos Municípios (PAM), IBGE, 2001

Perfil do Setor Industrial

As empresas industriais do Pólo Litoral Sul são pouco diversificadas e em pequena quantidade. Estão distribuídas principalmente em Ilhéus e Valença. Segundo dados do Guia Industrial da Bahia para o ano de 2000, Valença conta com 20 indústrias, ocupando um total de 1.684 pessoas e Ilhéus com 83 indústrias e 2.630 pessoas ocupadas. Em Ilhéus, o destaque vai para a indústria do ramo de informática. Ainda em Ilhéus, a Cargill Agrícola, no ramo de alimentos, produz derivados de cacau também para exportação.

Com a queda da produção e do processamento do cacau, Ilhéus implantou um pólo de informática para complementar e diversificar a economia local. A produção de computadores é percebida como uma grande alternativa, havendo uma considerável variedade de empresas atuando no município.

Segundo dados do Guia Industrial da Bahia de 2002 para o município de Ilhéus, são 39 indústrias ligadas à produção de computadores, periféricos e demais equipamentos eletrônicos ligados à indústria da informática. É o segundo segmento do ramo da indústria de transformação em número de pessoas ocupadas, com 988 empregados, ficando atrás apenas do ramo de alimentos e bebidas, com 2.362 empregados. O ramo da indústria de eletrônicos é significativo, representando cerca de 83% deste tipo de indústria no Estado da Bahia.

As dificuldades encontradas na aquisição de insumos e escoamento da produção foram identificadas como as maiores barreiras para o desenvolvimento da indústria no pólo. Apesar do declínio do cacau, citado anteriormente, ainda há algumas poucas indústrias de beneficiamento do produto, com maior ênfase em derivados semi-acabados, que têm no mercado externo seu destino mais importante. Um pequeno pólo industrial de confecções encerra o rol de atividades industriais importantes de Ilhéus.

Em Valença, há uma indústria têxtil instalada, sendo uma das maiores empregadoras do município. O município também conta com uma indústria naval tradicional, produzindo escunas artesanalmente. Esse tipo de produção também é comum em Camamu, no povoado de Cajaíba do Sul. Verifica-se o declínio dessa atividade na região de Valença e ascensão na região de Camamu, em razão, especialmente, da maior disponibilidade de madeira na última, que representa um insumo básico à produção do tipo de embarcação utilizado na região.

As vastas plantações de seringueiras servem às indústrias de borracha da região, como a Michellin de Ituberá. Também aproveitando os produtos regionais, há algumas pequenas indústrias de polpa de frutas para suco.

Tabela 3.2.1.16 – Indústria

	Municípios	Transformação																				Extrativa		Costrução	
		Alimentos e bebidas		Prod. químicos, de borracha e plásticos		Celulose/papel/ derivados, gráficas /impressos		Minerais não metálicos		Têxtil, vestuário, acessórios e calçados		Máquinas/equip. industriais e elétricos		Eletrônicos, informática e comunicações		Prod. de madeira, móveis e diversos		Instr. médico-hospitalares/ óticos		Metalurgia e prod. de metal		Minerais não metálicos			
		Nº Estab.	PO*	Nº Estab.	PO*	Nº Estab.	PO*	Nº Estab.	PO*	Nº Estab.	PO*	Nº Estab.	PO*	Nº Estab.	PO*	Nº Estab.	PO*	Nº Estab.	PO*	Nº Estab.	PO*	Nº Estab.	PO*	Nº Estab.	PO*
Costa do Dendê	Valença	3	1.059	1	51	1	7	1	15	3	421	1	13	-	-	5	44	-	-	3	36	1	35	1	3
	Cairu	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Taperoá	2	40	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Nilo Peçanha	1	31	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ituberá	2	44	1	59	1	7	-	-	1	12	-	-	-	-	1	8	-	-	-	-	-	-	-	-
	Igrapiúna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Camamu	4	119	2	130	-	-	1	58	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Maraú	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Costa do Dendê	***12***	***1.293***	***4***	***240***	***2***	***14***	***3***	***76***	***4***	***433***	***1***	***13***	***0***	***0***	***6***	***52***	***0***	***0***	***3***	***36***	***1***	***35***	***1***	***3***
Costa do Cacau	Itacaré	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Uruçuca	2	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ilhéus	14	966	-	-	5	35	5	76	11	423	-	-	39	988	3	79	1	20	2	23	1	4	2	16
	Una	2	75	1	17		-	-	-	1	9	-	-	-		1	4	-	-	-	-	-	-	-	-
	Santa Luzia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Canavieiras	2	21	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	10	-	-	-	-	-	-	1	69
	Costa do Cacau	***20***	***1.069***	***1***	***17***	***5***	***35***	***5***	***76***	***12***	***432***	***0***	***0***	***39***	***988***	***5***	***93***	***1***	***20***	***2***	***23***	***1***	***4***	***3***	***85***
	Pólo Litoral Sul	**32**	**2.362**	**5**	**257**	**7**	**49**	**8**	**152**	**16**	**865**	**1**	**13**	**39**	**988**	**11**	**145**	**1**	**20**	**5**	**59**	**2**	**39**	**4**	**88**
	Bahia	**612**	**-**	**308**	**-**	**223**	**-**	**258**	**-**	**631**	**-**	**94**	**-**	**47**	**-**	**313**	**-**	**13**	**-**	**249**	**-**	**72**	**-**	**522**	**-**
	% em relação ao Estado	**5,23%**	**-**	**1,62%**	**-**	**3,14%**	**-**	**3,10%**	**-**	**2,54%**	**-**	**1,06%**	**-**	**82,98%**	**-**	**3,51%**	**-**	**7,69%**	**-**	**2,01%**	**-**	**2,78%**	**-**	**0,77%**	**-**

(*) P O = Pessoas Ocupadas

Fonte: Guia Industrial da Bahia, FIEB/SEBRAE, 2002

Agro-Extrativismo

As lavouras da região são bastante diversificadas, sendo que várias delas são baseadas no sistema agroflorestal. Essa característica permitiu que as matas e florestas da região fossem mantidas. Apesar da troca de culturas, introduzindo produtos que não precisam da mata e pressionam as reservas florestais, elas estão em razoável estado de conservação.

Vários municípios da região contam com assentamentos de famílias através de projetos de reforma agrária conduzidos pelo INCRA. Em 2001, cerca de 610 famílias estavam assentadas na região[24]. Também é grande o número de empreendimentos familiares pequenos e desestruturados. Os pequenos produtores comercializam sua produção para atravessadores regionais, que ficam com as maiores margens. Há alguns projetos recém criados de cooperativas de agricultores, procurando aumentar a receita dos produtores.

Os principais produtos cultivados atualmente são coco, cacau, dendê, cravo, seringa (para extração de látex), guaraná, pimenta do reino, piaçava e mandioca. Em função da queda da produção cacaueira, e conseqüentemente do sistema agroflorestal, há também fortes pressões da extração madeireira. A existência de certa disponibilidade de recursos florestais e a falta de opções econômicas vem acarretando a retirada indiscriminada de madeira para os estaleiros tradicionais e para a produção de carvão vegetal.

Turismo

A atividade turística vem ocupando crescente espaço na economia dos municípios do Pólo Litoral Sul. No entanto, verificam-se situações heterogêneas com relação ao nível de desenvolvimento da atividade turística em cada um dos municípios analisados, tanto no que tange à renda absoluta da atividade turística como na importância relativa da atividade dentro do contexto municipal. De modo simplificado, os municípios poderiam ser divididos em quatro categorias:

- Municípios com porte econômico de médio a grande (dentro do contexto do Pólo) e atividade turística significativa para a economia municipal: **Ilhéus, Valença e Una**. Portanto, seja do ponto de vista de geração absoluta de renda turística ou de importância da atividade para os municípios, o turismo já se mostra relevante e gera necessidades de investimento para sua consolidação e prevenção de impactos.
- Municípios com porte econômico pequeno (dentro do contexto do Pólo) e atividade turística significativa para a economia municipal: **Cairu, Canavieiras e Camamu**. Nesses municípios, o turismo já é muito relevante para a economia municipal e, portanto, justificam-se investimentos direcionados à consolidação da atividade e prevenção de impactos. O crescimento desse grupo de municípios nos próximos anos deve estar essencialmente ligado ao turismo. Em grau mais intenso que para o primeiro grupo de municípios, as economias municipais de reduzido tamanho geram uma preocupação adicional com os efeitos multiplicadores dos gastos turísticos. A cadeia produtiva da atividade turística deve ser investigada, de modo que se desenhem estratégias de fortalecimentos dos elos e internalização dos gastos localmente.
- Municípios com porte econômico pequeno (dentro do contexto do Pólo) e atividade turística, até recentemente, de pequena importância, mas em rápida ascensão e consolidação: **Maraú, Itacaré e Uruçuca**. A respeito desses municípios cabe uma observação adicional. O desenvolvimento turístico tem acontecido de forma

[24] INCRA – Fevereiro/2001

acelerada em função, especialmente, da pavimentação da Rodovia Ilhéus-Itacaré. Esse eixo, em função de sua beleza cênica e dos investimentos privados e públicos que estão sendo realizados, deve solidificar-se como um dos destinos turísticos mais importantes da Bahia. A observação sobre a cadeia produtiva também cabe a esse grupo de municípios.

- Municípios com porte econômico pequeno (dentro do contexto do Pólo) e atividade turística de pequena importância e baixas perspectivas de desenvolvimento em curto prazo: **Ituberá, Igrapiúna, Taperoá, Santa Luzia e Nilo Peçanha**. Diversos fatores fazem com que a atividade turística, nesses municípios, apresente baixo dinamismo e poucas chances de consolidação nos próximos anos. No entanto, o desenvolvimento turístico de outros municípios do Pólo Litoral Sul deve gerar um fluxo adicional de pessoas na região, que, em médio e longo prazos, tornarão mais viáveis os projetos turísticos nos municípios citados. Em função disso, algumas intervenções poderão começar a partir de agora, de forma preventiva e pró-ativa. Incluem-se aqui as ações de desenvolvimento institucional das prefeituras e de infra-estrutura básica. São intervenções essenciais para a melhoria das condições sócio-econômicas regionais, prevenção de fluxos intensos de migração entre os municípios da região e prevenção dos impactos ambientais e sociais mais significativos no momento em que a atividade turística apresente concretas condições de desenvolvimento. Dos municípios analisados, cabe uma observação especial a respeito de Ituberá, que já apresenta um certo fluxo turístico e poderá mais rapidamente migrar para o segundo grupo de municípios.

Dentre os principais destinos turísticos do Pólo Litoral Sul, pode ser citado Morro de São Paulo, distrito de Cairu, que apresenta inúmeras pousadas, hotéis e restaurantes. Como seu portal de entrada, Valença estruturou diversas atividades de traslado e outros serviços (estacionamento, passeios etc.) de apoio. Ainda em Cairu, a Vila Velha de Boipeba também tem no turismo sua principal atividade.

À semelhança de Valença, Camamu aproveita sua localização geográfica estratégica para atuar como portal da Baía de Camamu. O município de Maraú apresenta uma atividade turística incipiente, mas que recentemente vem apresentando altas taxas de crescimento. Também se tenta viabilizar o desenvolvimento turístico das áreas ao redor da Baía de Camamu.

Mais ao sul, Itacaré vem registrando um crescimento de fluxo e receita turística significativo, em função, como mencionado, da pavimentação da Rodovia Ilhéus-Itacaré, melhorando consideravelmente as condições de acesso a esse destino turístico. Ilhéus apresenta uma ampla rede hoteleira, casas de aluguel e restaurantes. Una e Canavieiras contam com uma extensa orla marítima ocupada por empreendimentos turísticos e um resort na Ilha de Comandatuba (Transamérica Ilha de Comandatuba) – também apresentam importantes atividades turísticas.

A importância econômica da atividade turística será apresentada detalhadamente nos capítulos posteriores. Porém, para a análise feita neste capítulo, podemos antecipar as estimativas obtidas no capítulo 3.14 – Demanda Atual e Potencial. Segundo estas estimativas, a parcela da população que tem atividades profissionais relacionadas ao turismo representa entre 14,5% e 6,4% dessa população.[25] Estes valores significativos reforçam o turismo como importante atividade econômica e social para a região.

[25] A variação desta estimativa será analisada detalhadamente no capítulo 3.14 – Demanda Atual e Potencial.

Outro indicador que reflete a importância da atividade turística na região é o impacto do turismo no PIB do Pólo Litoral Sul. Essa análise é feita no capítulo 3.12 (Gastos turísticos) e demonstra que a atividade é responsável por cerca de 25,3% do PIB do Pólo e ainda possui grande perspectiva de crescimento.

Extração Mineral, Gás e Petróleo

A formação geológica da região permitiu a existência de importantes jazidas de minérios e gás combustível. Enquanto a primeira foi comercialmente explorada por vários anos (extração de barita, na Ilha Grande), as reservas de gás da Baía de Camamu vêm sendo estudadas com maior profundidade desde 2001.

Estão em andamento uma série de estudos sobre a viabilidade econômica dessas jazidas, após uma autorização ambiental do IBAMA para a realização de testes. Os testes, realizados pela empresa que recebeu a concessão para exploração comercial dessas reservas, abriram uma importante discussão sobre os potenciais econômicos da região. Ainda existem muitas divergências sobre a real potencialidade dessas jazidas, mas se for confirmada sua efetiva viabilidade, a dinâmica econômica da região deverá mudar consideravelmente.

Segundo o estudo realizado pelo Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente – COPPE/UFRJ, os municípios costeiros confrontados com as áreas de Exploração e Produção de Gás Natural e Petróleo são Valença, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Maraú e Itacaré, sendo considerados área de influência direta, ou seja, aqueles municípios diretamente afetados pela exploração.

Impacto do Turismo na Economia

A base econômica dos municípios do Pólo Litoral Sul é essencialmente primária (agricultura, pecuária e pesca), acompanhada por alguns empreendimentos industriais e de um tecido terciário (comércio, finanças etc.) com certa densidade em alguns municípios, como Ilhéus e Valença.

Essa estrutura produtiva ainda permite avanços consideráveis de qualidade e produtividade. Entretanto, as baixas rendas municipais, mesmo quando comparadas com o restante da Bahia, indicam a necessidade de modelos de desenvolvimento complementares.

A possibilidade da exploração de gás e petróleo na região da Baía de Camamu, uma das alternativas em avaliação, teria impactos paisagísticos e ambientais. A opção por um modelo industrial, por sua vez, poderia gerar alguns poucos empregos e, mesmo assim, apresenta dificuldades no que tange à captação de investidores (principalmente devido às necessidades de capacitação de mão de obra e aspectos relacionados à logística).

Nesse contexto, o turismo atende às demandas de desenvolvimento da região, exercendo um papel complementar à base econômica primária regional. As principais vantagens dessa opção para o Pólo Litoral Sul são o fácil acesso à grande maioria dos destinos, a beleza cênica da região, a vasta área natural ainda preservada e a singularidade de suas comunidades e culturas. O turismo conta com todos os atributos naturais e culturais para se tornar uma atividade alavancadora de outras atividades produtivas regionais, a exemplo do setor primário que já existe na região.

Por ser intensivo em mão de obra (o número de empregos gerados para cada unidade monetária investida é alto), o turismo também contribui para a economia local ao oferecer empregos para a população local. A capacidade de geração de empregos e o grande potencial de distribuição de renda desta atividade também podem colaborar para amenizar a situação atual, marcada por poucas possibilidades econômicas.

Contribuição do Turismo com Demais Setores

O turismo poderá se desenvolver aproveitando as características singulares da região, beneficiando as atividades já instaladas ao expandir o mercado consumidor dos produtos da região e melhorar as condições de acesso aos municípios.

A atividade poderá beneficiar os demais setores através do aumento do mercado, com o consumo dos turistas. Essa possibilidade pode ser viabilizada de dois modos distintos. Pode-se deixar que os setores se estruturem e aproveitem a oportunidade, surgindo uma integração espontaneamente. Pode-se, também, apoiar a relação entre os setores, induzindo a integração através de estruturação dos setores para o atendimento das necessidades dos empreendimentos turísticos e dos turistas em si.

A mercado consumidor mais amplo que surgirá poderá ser atendido pelos setores agrícolas, de pesca, do artesanato e até os tradicionais estaleiros artesanais, principalmente se o turismo náutico, de grande potencial, for adequadamente incentivado. Os serviços e o comércio também serão beneficiados, surgindo oportunidades para os moradores locais pelas novas demandas e pelo aumento das já existentes.

As demais atividades também serão beneficiadas pela melhoria do acesso à região, tornando mais fáceis as questões relacionadas com a logística das operações, como abastecimento e escoamento de produção. Essa melhoria no acesso resulta de investimentos que podem ser viabilizados para uso compartilhado entre turismo e os demais setores, principalmente pela necessidade específica que existe na atividade turística. No caso do porto de Ilhéus, principalmente, o uso turístico pode ajudar a diminuir a ociosidade das instalações portuárias através da captação de mais cruzeiros marítimos.

Em relação à exploração de gás na Baía de Camamu, poderá haver conflito com o desenvolvimento da atividade turística, inibindo o uso turístico da região e repelindo investimentos. A principal razão para o conflito é, principalmente, a questão estética e de imagem do destino relacionada com a extração e o escoamento da produção. Cabe a discussão sobre os efeitos e impactos da atividade turística e sua relação com as possíveis atividades de extração. Os rumos do desenvolvimento devem ser refletidos e decididos pela sociedade local, pelos poderes municipais e pelo poder público estadual.

3.2.2. Análise Social

Introdução

O PRODETUR II tem como um dos seus objetivos principais melhorar a qualidade de vida das populações residentes nos municípios dos Pólos Turísticos. Esta melhoria tem por focos investimentos na infra-estrutura básica, na capacitação da população, possibilitando a sua inserção no mercado de trabalho, aumento das oportunidades de emprego, tendo em vista o desenvolvimento sustentável da atividade turística no Pólo.

Este capítulo apresenta a situação social do Pólo Litoral Sul a partir de informações e indicadores mais atualizados possíveis, base inclusive para se monitorar os impactos dos investimentos no âmbito do PRODETUR nos municípios integrantes desse Pólo. Ressalte-se, porém que esses indicadores podem sofrer variações por outros fatores alheios às atividades turísticas.

Num primeiro momento, esse capítulo busca caracterizar a **população**, por meio das informações demográficas como gênero, distribuição por faixa etária, tendências da expectativa de vida, dentre outros.

Na seqüência são apresentados indicadores sobre a **condição de vida** da população local. Para essa análise foram usados dados sobre emprego, desenvolvimento social e cobertura de serviços básicos, como saneamento. Os indicadores relacionados à educação/capacitação também são analisados, a partir das informações sobre a capacidade instalada, número de alunos e condições de atendimento.

Em seguida é analisada a situação da **educação** nos municípios integrantes do Pólo. Para tanto, são apresentadas informações como taxa de alfabetização, número de alunos matriculados nos diferentes níveis escolares, estrutura disponível, dentre outras.

Por fim é feita uma análise da área da **saúde** nos municípios do Pólo, neste item são analisadas as condições de atendimento médico e ambulatorial nos municípios, unidades e leitos hospitalares, indicadores de mortalidade infantil, expectativa de vida e casos notificados de Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Ao final deste capítulo é elaborada uma conclusão sobre o conjunto de informações relativas à questão social no Pólo Litoral Sul.

População

As informações sobre a população são importantes para o planejamento de programas/projetos de desenvolvimento. Quando as questões populacionais são compreendidas é possível que o Poder Público responda com planos apropriados e estimule a vontade política para diversas ações (FUNUAP, 2001)[26]. Na seqüência, são apresentados dados de população distribuída por área, por densidade demográfica, por gênero e por faixa etária em cada um dos municípios do Pólo. Os dados utilizados referem-se a um período de 20 anos.

[26] Fundo de População das Nações Unidas – FNUAP, Cuestiones de Población. Juego de Documentos Informativos, 2001. Disponível na Internet via WW.URL:http://www.unfpa.org/modules/briefkit/espanol/index.htm

A população total dos municípios do Pólo Litoral Sul é de mais de meio milhão de pessoas. O município mais populoso é Ilhéus, seguido por Valença. Esses municípios são, respectivamente, os maiores da Costa do Cacau e da Costa do Dendê, sub-áreas que compõem o Pólo Litoral Sul.

A população do Pólo passou por um processo acentuado de urbanização ao longo da última década. Em 1980 era majoritariamente rural. Em 1991 já ocorria um certo equilíbrio urbano-rural, e em 2000 a população urbana é predominante; apesar de metade dos quatorze municípios do Pólo Litoral Sul ainda apresenta a maioria das pessoas morando na zona rural. Uma análise segmentada evidencia que na Costa do Dendê ainda há um equilíbrio entre a população urbana e a rural.

Na tabela abaixo são apresentados os dados referentes às populações urbana e rural para os municípios do Pólo Litoral Sul:

Tabela 3.2.2.1 - Evolução da População por Área – Pólo Litoral Sul

		1980			1991			2000		
		Urbana	**Rural**	**Total**	**Urbana**	**Rural**	**Total**	**Urbana**	**Rural**	**Total**
Costa do Dendê	Valença	31.799	34.478	66.277	43.699	23.232	66.931	55.884	21.625	77.509
	Cairu	5.649	5.399	11.048	5.597	9.620	15.217	6.981	4.429	11.410
	Taperoá	4.551	7.581	12.132	7.308	9.738	17.046	7.523	8.410	15.933
	Nilo Peçanha	1.199	6.428	7.627	1.980	10.310	12.290	2.495	8.718	11.213
	Ituberá	9.560	18.034	27.594	11.806	8.747	20.553	15.910	8.223	24.133
	Igrapiúna*	-	-	-	966	11.729	12.695	2.377	12.583	14.960
	Camamu	6.818	29.342	36.160	8.125	24.725	32.850	12.107	21.554	33.661
	Maraú	2.065	12.233	14.298	2.651	14.845	17.496	2.849	15.517	18.366
	Costa do Dendê	***61.641***	***113.495***	***175.136***	***82.132***	***112.946***	***195.078***	***106.126***	***101.059***	***207.185***
Costa do Cacau	Itacaré	3.005	10.202	13.207	4.275	14.156	18.431	7.951	10.169	18.120
	Uruçuca	9.571	12.365	21.936	9.040	21.723	30.763	14.158	6.165	20.323
	Ilhéus	80.831	50.625	131.456	144.232	79.518	223.750	162.125	60.002	222.127
	Una	7.233	30.368	37.601	5.347	18.410	23.757	15.274	15.987	31.261
	Santa Luzia**	-	-	-	7.410	8.909	16.319	8.329	7.174	15.503
	Canavieiras	14.668	27.454	42.122	20.658	12.361	33.019	26.343	8.979	35.322
	Costa do Cacau	***115.308***	***131.014***	***246.322***	***190.962***	***155.077***	***346.039***	***234.180***	***108.476***	***342.656***
	Total	**176.949**	**244.509**	**421.458**	**273.094**	**268.023**	**541.117**	**340.306**	**209.535**	**549.841**

(*) Município criado no ano de 1989
(**) Município criado no ano de 1985

Fonte: Censo Demográfico 2000 - IBGE

Ilhéus é o município mais urbanizado: são 162.125 habitantes na área urbana, contra 60.002 habitantes (27%) na área rural.

Os municípios com população rural maior que a urbana no ano 2000 são: Taperoá, Nilo Peçanha, Igrapiúna, Camamu e Maraú na Costa do Dendê e Itacaré na Costa do Cacau.

Os municípios com população urbana maior que a rural são: Valença, Cairu e Ituberá na Costa do Dendê e Uruçuca, Ilhéus, Santa Luzia e Canavieiras na Costa do Cacau.

No que concerne à evolução da distribuição populacional, o Pólo Litoral Sul apresenta uma tendência semelhante à do Estado da Bahia, com um aumento gradual da população urbana e uma queda da população rural no período 1980-2000. Ressalte-se, entretanto, que essa queda foi mais acentuada do que aquela apresentada pelo Estado.

No período de 1980-2000, os municípios de Una e Canavieiras apresentaram as maiores taxas de urbanização. Especificamente, em 2000, os municípios que apresentaram as maiores taxas

foram Canavieiras, Valença e Ilhéus, enquanto Igrapiúna e Maraú apresentaram as menores taxas. A urbanização do Pólo Litoral Sul seguiu a mesma tendência do Estado da Bahia, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

Tabela 3.2.2.2 - Taxa de Urbanização – Pólo Litoral Sul / BA

	Municípios	1980	1991	2000
Costa do Dendê	Valença	47,98%	65,29%	72,10%
	Cairu	51,13%	36,78%	61,18%
	Taperoá	37,51%	42,87%	47,22%
	Nilo Peçanha	15,72%	16,11%	22,25%
	Ituberá	34,65%	57,44%	65,93%
	Igrapiúna*	-	7,61%	15,89%
	Camamu	18,86%	24,73%	35,97%
	Maraú	14,44%	15,15%	15,51%
	Costa do Dendê	**35,20%**	**42,10%**	**51,22%**
Costa do Cacau	Itacaré	22,75%	23,19%	43,88%
	Uruçuca	43,63%	29,39%	69,66%
	Ilhéus	61,49%	64,46%	72,99%
	Uma	19,24%	22,51%	48,86%
	Santa Luzia**	-	45,41%	53,73%
	Canavieiras	34,82%	62,56%	74,58%
	Costa do Cacau	**46,81%**	**55,19%**	**68,34%**
	Total no Pólo Litoral Sul	**41,98%**	**50,47%**	**61,89%**
	Estado da Bahia	**49,29%**	**59,12%**	**67,12%**

(*) Município criado no ano de 1989
(**) Município criado no ano de 1985

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Em termos de área, os maiores municípios são Ilhéus, Canavieiras, Valença e Una, os menores são Uruçuca e Nilo Peçanha. A densidade demográfica do Pólo, ao longo dos anos analisados sempre foi superior a do Estado da Bahia. Os municípios com maior densidade são: Valença (Costa do Dendê) e Ilhéus (Costa do Cacau).

Na Tabela 3.2.2.3 são apresentadas as densidades demográficas para cada município, para os anos 1980, 1991 e 2000:

Tabela 3.2.2.3 - Densidade Demográfica (Hab/Km²) – Pólo Litoral Sul / BA

	Município	1980	1991	2000
Costa do Dendê	Valença	55,64	56,19	65,07
	Cairu	24,49	33,73	25,29
	Taperoá	29,69	41,72	38,99
	Nilo Peçanha	19,79	31,90	29,10
	Ituberá	65,30	48,63	57,11
	Igrapiúna*	-	25,00	29,45
	Camamu	40,85	37,11	38,03
	Maraú	18,46	22,59	23,72
	Costa do Dendê	***38,76***	***38,81***	***41,22***
Costa do Cacau	Itacaré	18,08	25,24	24,81
	Uruçuca	64,96	91,10	60,18
	Ilhéus	71,40	121,54	120,66
	Una	32,43	20,49	26,96
	Santa Luzia**	-	20,78	19,74
	Canavieiras	30,62	24,00	25,68
	Costa do Cacau	***22,94***	***55,55***	***55,01***
	Total no Pólo Litoral Sul	**27,63**	**48,08**	**48,85**
	Estado da Bahia	**16,76**	**21,03**	**23,16**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

A análise do crescimento populacional indica uma perda de população em alguns municípios durante a década de 1990, justificado, em grande parte, pela "vassoura de bruxa". Essa praga devastou a cultura do cacau - base da economia de grande parte dos municípios do Pólo expulsando a população do campo, que migrou para áreas urbanas e para outros municípios.

No entanto, no período de 1980-1991, a taxa de crescimento do Pólo Litoral Sul foi superior (2,3%) à taxa de crescimento do próprio Estado (2,1%). A Costa do Cacau contou com uma taxa de crescimento populacional superior (3,1%) à da Costa do Dendê (1,0%) e também do Estado da Bahia (2,1%). Por sua vez, a taxa de crescimento para o período de 1980-2000 do Pólo Litoral Sul esteve pouco abaixo (1,3%) da taxa de crescimento do Estado da Bahia, que foi de 1,6%.

Na Tabela 3.2.2.4 são apresentados os índices anuais de crescimento da população durante os períodos de 1980-1991; 1991-2000 e 1980-2000:

Tabela 3.2.2.4 - Crescimento Anual da População – Pólo Litoral Sul

		1980-1991	1991-2000	1980-2000
Costa do Dendê	Valença	0,1%	1,6%	0,8%
	Cairu	3,0%	-3,1%	0,2%
	Taperoá	3,1%	-0,7%	1,4%
	Nilo Peçanha	4,4%	-1,0%	1,9%
	Ituberá	-2,6%	1,8%	-0,7%
	Igrapiúna*	-	1,8%	0,0%
	Camamu	-0,9%	0,3%	-0,4%
	Maraú	1,9%	0,5%	1,3%
	Costa do Dendê	1,0%	0,7%	0,8%
Costa do Cacau	Itacaré	3,1%	-0,2%	1,6%
	Uruçuca	3,1%	-4,5%	-0,4%
	Ilhéus	5,0%	-0,1%	2,7%
	Una	-4,1%	3,1%	-0,9%
	Santa Luzia**	-	-0,6%	0,0%
	Canavieiras	-2,2%	0,8%	-0,9%
	Costa do Cacau	3,1%	-0,1%	1,7%
	Total	2,3%	0,2%	1,3%

(*) Município criado no ano de 1989

(**) Município criado no ano de 1985

Fonte: Censo Demográfico 2000 - IBGE

A população do Pólo Litoral Sul apresenta uma ligeira predominância de pessoas do sexo masculino. A diferença, entretanto, foi maior durante os anos de 1980 e 1991. A maioria masculina é válida para todos os municípios, a não ser para Valença e Ilhéus. Em Santa Luzia e Itacaré foram registradas as maiores diferenças, onde a população masculina representa mais de 53%.

A predominância da população masculina segue uma tendência inversa à do Estado, cuja população feminina tem se sobressaído. Na Tabela 3.2.2.5 é evidenciada a evolução da população por gênero, para cada município do Pólo Litoral Sul:

Tabela 3.2.2.5 - Evolução da População por Área – Pólo Litoral Sul / BA

	Municípios	1980					1991					2000				
		Feminimo		Masculino		Total	Feminimo		Masculino		Total	Feminimo		Masculino		Total
Costa do Dendê	Valença	33.691	50,8%	32.586	49,2%	66.277	33.796	50,5%	33.135	49,5%	66.931	39.036	50,4%	38.473	49,6%	77.509
	Cairu	5.332	48,3%	5.716	51,7%	11.048	7.141	46,9%	8.076	53,1%	15.217	5.537	48,5%	5.873	51,5%	11.410
	Taperoá	6.005	49,5%	6.127	50,5%	12.132	8.431	49,5%	8.615	50,5%	17.046	7.784	48,9%	8.149	51,1%	15.933
	Nilo Peçanha	3.681	48,3%	3.946	51,7%	7.627	5.945	48,4%	6.345	51,6%	12.290	5.340	47,6%	5.873	52,4%	11.213
	Ituberá	14.572	52,8%	13.022	47,2%	27.594	10.221	49,7%	10.332	50,3%	20.553	11.907	49,3%	12.226	50,7%	24.133
	Igrapiúna*	-	-	-	-	-	5.973	47,1%	6.722	52,9%	12.695	7.033	47,0%	7.927	53,0%	14.960
	Camamu	17.351	48,0%	18.809	52,0%	36.160	15.733	47,9%	17.117	52,1%	32.850	16.209	48,2%	17.452	51,8%	33.661
	Maraú	6.742	47,2%	7.556	52,8%	14.298	8.182	46,8%	9.314	53,2%	17.496	8.646	47,1%	9.720	52,9%	18.366
	Costa do Dendê	***87.374***	***49,9%***	***87.762***	***50,1%***	***175.136***	***95.422***	***48,9%***	***99.656***	***51,1%***	***195.078***	***101.492***	***49,0%***	***105.693***	***51,0%***	***207.185***
Costa do Cacau	Itacaré	6.214	47,1%	6.993	52,9%	13.207	8.616	46,7%	9.815	53,3%	18.431	8.506	46,9%	9.614	53,1%	18.120
	Uruçuca	10.221	46,6%	11.715	53,4%	21.936	14.521	47,2%	16.242	52,8%	30.763	9.972	49,1%	10.351	50,9%	20.323
	Ilhéus	64.973	49,4%	66.483	50,6%	131.456	110.859	49,5%	112.891	50,5%	223.750	111.682	50,3%	110.445	49,7%	222.127
	Una	17.359	46,2%	20.242	53,8%	37.601	11.379	47,9%	12.378	52,1%	23.757	14.664	46,9%	16.597	53,1%	31.261
	Santa Luzia**	-	-	-	-	-	7.689	47,1%	8.630	52,9%	16.319	7.256	46,8%	8.247	53,2%	15.503
	Canavieiras	19.965	47,4%	22.157	52,6%	42.122	16.159	48,9%	16.860	51,1%	33.019	17.375	49,2%	17.947	50,8%	35.322
	Costa do Cacau	***118.732***	***48,2%***	***127.590***	***51,8%***	***246.322***	***169.223***	***48,9%***	***176.816***	***51,1%***	***346.039***	***169.455***	***49,5%***	***173.201***	***50,5%***	***342.656***
	Total no Pólo Litoral Sul	**206.106**	**48,9%**	**215.352**	**51,1%**	**421.458**	**264.645**	**48,9%**	**276.472**	**51,1%**	**541.117**	**270.947**	**49,3%**	**278.894**	**50,7%**	**549.841**
	Estado da Bahia	**4.786.462**	**50,6%**	**4.668.930**	**49,4%**	**9.455.392**	**6.010.084**	**50,6%**	**5.857.907**	**49,4%**	**11.867.991**	**6.608.217**	**50,6%**	**6.462.033**	**49,4%**	**13.070.250**
	% do Pólo em relação ao Estado	**4,31%**	**-**	**4,61%**	**-**	**4,46%**	**4,40%**	**-**	**4,72%**	**-**	**4,56%**	**4,10%**	**-**	**4,32%**	**-**	**4,21%**

(*) Município criado no ano de 1989
(**) Município criado no ano de 1985

Fonte: IBGE – Censo Demográfico

Ressalte-se que a população dos municípios do Pólo Litoral Sul é majoritariamente jovem. Em torno de 40% da população tem até 19 anos. Na outra extremidade, a população com mais de 65 anos representa aproximadamente 5,7% do total. Há uma certa uniformidade entre os municípios, não havendo nenhum deles com valores muito discrepantes em relação à média do Pólo.

Nas tabelas e no gráfico a seguir é apresentada a distribuição da população por faixa etária para os municípios do Pólo Litoral Sul:

Tabela 3.2.2.6 - Distribuição etária – Costa do Cacau

	Itacaré		Uruçuca		Ilhéus		Una		Santa Luzia		Canavieiras		Costa do Cacau		Estado da Bahia	
5 a 9 anos	2.393	15,1%	2.236	12,2%	22.286	11,1%	3.702	13,3%	1.920	14,1%	3.793	11,9%	**36.330**	**11,8%**	**1.367.628**	**11,6%**
10 a 14 anos	2.377	15,0%	2.608	14,2%	26.048	13,0%	4.107	14,8%	2.011	14,8%	4.298	13,5%	**41.449**	**13,5%**	**1.494.442**	**12,7%**
15 a 19 anos	2.115	13,4%	2.621	14,3%	27.189	13,6%	3.907	14,1%	1.853	13,6%	4.248	13,4%	**41.933**	**13,6%**	**1.584.715**	**13,5%**
20 a 24 anos	1.618	10,2%	1.957	10,7%	22.536	11,3%	3.061	11,0%	1.398	10,3%	3.365	10,6%	**33.935**	**11,0%**	**1.314.360**	**11,2%**
25 a 29 anos	1.234	7,8%	1.265	6,9%	17.565	8,8%	2.147	7,7%	943	6,9%	2.596	8,2%	**25.750**	**8,4%**	**1.019.007**	**8,7%**
30 a 34 anos	1.131	7,2%	1.187	6,5%	16.059	8,0%	1.936	7,0%	946	7,0%	2.317	7,3%	**23.576**	**7,7%**	**924.211**	**7,9%**
35 a 39 anos	1.003	6,3%	1.148	6,3%	15.326	7,7%	1.894	6,8%	884	6,5%	2.051	6,5%	**22.306**	**7,3%**	**829.798**	**7,1%**
40 a 44 anos	871	5,5%	1.133	6,2%	12.990	6,5%	1.667	6,0%	750	5,5%	1.849	5,8%	**19260**	**6,3%**	**706.997**	**6,0%**
45 a 49 anos	717	4,5%	921	5,0%	10.003	5,0%	1.377	5,0%	591	4,3%	1.493	4,7%	**15102**	**4,9%**	**569.579**	**4,8%**
50 a 54 anos	625	4,0%	770	4,2%	7.763	3,9%	1.058	3,8%	516	3,8%	1.317	4,1%	**12049**	**3,9%**	**478.192**	**4,1%**
55 a 59 anos	480	3,0%	667	3,6%	6.036	3,0%	901	3,2%	425	3,1%	1.070	3,4%	**9579**	**3,1%**	**386.518**	**3,3%**
60 a 64 anos	425	2,7%	595	3,2%	5.244	2,6%	729	2,6%	400	2,9%	981	3,1%	**8374**	**2,7%**	**328.034**	**2,8%**
65 a 69 anos	305	1,9%	422	2,3%	4.121	2,1%	495	1,8%	370	2,7%	810	2,6%	**6523**	**2,1%**	**251.570**	**2,1%**
70 a 74 anos	221	1,4%	351	1,9%	2.987	1,5%	362	1,3%	266	2,0%	645	2,0%	**4832**	**1,6%**	**197.142**	**1,7%**
75 a 79 anos	119	0,8%	223	1,2%	1.837	0,9%	222	0,8%	174	1,3%	403	1,3%	**2978**	**1,0%**	**133.190**	**1,1%**
80 anos ou +	175	1,1%	239	1,3%	2.144	1,1%	218	0,8%	150	1,1%	505	1,6%	**3431**	**1,1%**	**167.965**	**1,4%**
Total da pop. acima de 5 anos	**15.809**	**87,2%**	**18.343**	**90,3%**	**200.134**	**90,1%**	**27.783**	**88,9%**	**13.597**	**87,7%**	**31.741**	**89,8%**	**307.407**	**89,7%**	**11.753.348**	**89,9%**
Total de habitantes	**18.120**		**20.323**		**222.127**		**31.261**		**15.503**		**35.332**		**342.666**		**13.070.250**	

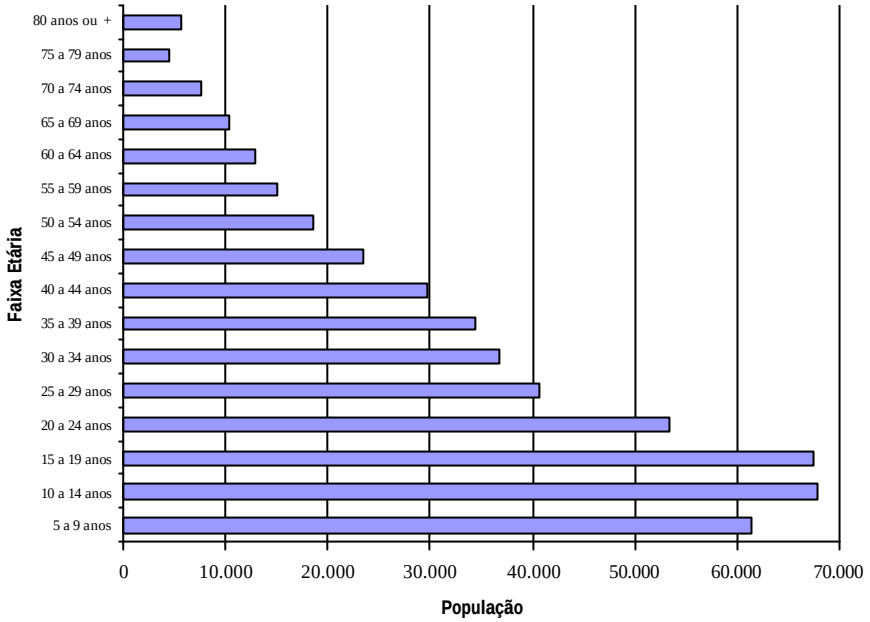
Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE

Tabela 3.2.2.7 - Distribuição Etária – Costa do Dendê

	Valença		Cairu		Taperoá		Nilo Peçanha		Ituberá		Igrapiúna		Camamu		Maraú		Costa do Dendê		Estado da Bahia	
5 a 9 anos	8.736	12,6%	1.304	13,0%	2.009	14,3%	1.387	14,0%	2.898	13,6%	2.131	16,5%	4.391	15,1%	2.217	13,7%	**25.073**	**13,7%**	**1.367.628**	**11,6%**
10 a 14 anos	9.141	13,1%	1.277	12,7%	2.179	15,6%	1.524	15,3%	3.176	14,9%	2.021	15,6%	4.619	15,9%	2.477	15,3%	**26.414**	**14,4%**	**1.494.442**	**12,7%**
15 a 19 anos	9.612	13,8%	1.335	13,3%	2.048	14,6%	1.389	14,0%	2.980	14,0%	1.797	13,9%	4.193	14,4%	2.199	13,6%	**25.553**	**14,0%**	**1.584.715**	**13,5%**
20 a 24 anos	7.653	11,0%	1.222	12,2%	1.538	11,0%	1.066	10,7%	2.276	10,7%	1.393	10,8%	2.796	9,6%	1.671	10,4%	**19.615**	**10,7%**	**1.314.360**	**11,2%**
25 a 29 anos	5.971	8,6%	1.030	10,3%	1.048	7,5%	751	7,6%	1.643	7,7%	1.042	8,1%	2.097	7,2%	1.292	8,0%	**14.874**	**8,1%**	**1.019.007**	**8,7%**
30 a 34 anos	5.430	7,8%	847	8,4%	910	6,5%	700	7,0%	1.564	7,3%	871	6,7%	1.858	6,4%	1.173	7,3%	**13.353**	**7,3%**	**924.211**	**7,9%**
35 a 39 anos	4.901	7,0%	709	7,1%	901	6,4%	606	6,1%	1.411	6,6%	788	6,1%	1.862	6,4%	1.072	6,6%	**12.250**	**6,7%**	**829.798**	**7,1%**
40 a 44 anos	4.171	6,0%	568	5,7%	755	5,4%	545	5,5%	1.191	5,6%	718	5,6%	1.649	5,7%	934	5,8%	**10531**	**5,8%**	**706.997**	**6,0%**
45 a 49 anos	3.229	4,6%	413	4,1%	567	4,0%	440	4,4%	988	4,6%	572	4,4%	1.380	4,7%	713	4,4%	**8302**	**4,5%**	**569.579**	**4,8%**
50 a 54 anos	2.593	3,7%	301	3,0%	465	3,3%	367	3,7%	815	3,8%	398	3,1%	1.087	3,7%	625	3,9%	**6651**	**3,6%**	**478.192**	**4,1%**
55 a 59 anos	2.069	3,0%	282	2,8%	414	3,0%	300	3,0%	635	3,0%	367	2,8%	864	3,0%	510	3,2%	**5441**	**3,0%**	**386.518**	**3,3%**
60 a 64 anos	1.780	2,6%	238	2,4%	385	2,7%	265	2,7%	575	2,7%	268	2,1%	710	2,4%	454	2,8%	**4675**	**2,6%**	**328.034**	**2,8%**
65 a 69 anos	1.546	2,2%	174	1,7%	277	2,0%	217	2,2%	410	1,9%	229	1,8%	591	2,0%	322	2,0%	**3766**	**2,1%**	**251.570**	**2,1%**
70 a 74 anos	1.076	1,5%	123	1,2%	203	1,4%	163	1,6%	317	1,5%	139	1,1%	437	1,5%	243	1,5%	**2701**	**1,5%**	**197.142**	**1,7%**
75 a 79 anos	687	1,0%	85	0,8%	107	0,8%	96	1,0%	182	0,9%	79	0,6%	255	0,9%	100	0,6%	**1591**	**0,9%**	**133.190**	**1,1%**
80 anos ou +	1.010	1,5%	129	1,3%	200	1,4%	124	1,2%	226	1,1%	103	0,8%	324	1,1%	140	0,9%	**2256**	**1,2%**	**167.965**	**1,4%**
Total da pop. acima de 5 anos	**69.605**	**89,8%**	**10.037**	**88,0%**	**14.006**	**87,9%**	**9.940**	**88,6%**	**21.287**	**88,2%**	**12.916**	**86,3%**	**29.113**	**86,5%**	**16.142**	**87,9%**	**183.046**	**88,3%**	**11.753.348**	**89,9%**
Total de habitantes	**77.509**		**11.410**		**15.933**		**11.213**		**24.133**		**14.960**		**33.661**		**18.366**		**207.185**		**13.070.250**	

Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE

Gráfico 3.2.2.1 - Distribuição da População por Faixa Etária – Pólo Litoral Sul



Fonte: Censo Demográfico 2000 – IBGE

População Flutuante

Além das características demográficas analisadas até o momento, faz-se necessário avaliar os impactos da população flutuante, decorrente da atividade turística, no cotidiano dos municípios do Pólo Litoral Sul. Esse tema é abordado em termos quantitativos no capítulo Quadros Prospectivos, quando são elaboradas projeções de população e avaliados o total de turistas esperados em momentos de pico da atividade turística.

Atualmente, quando se considera a população flutuante faz sentido concentrar as avaliações nos municípios em que a proporção é significativa ou, dadas as características de uso, gera impactos na infra-estrutura do município. Como listado no capítulo citado acima, os maiores fluxos se dão em Morro de São Paulo, Valença e Ilhéus.

Destes, o único que possui população flutuante alta é Morro de São Paulo, em Cairu, onde o fluxo registrado representa algo como 27% da população do município como um todo. As principais dificuldades relacionadas a esse excesso de pessoas se dão na coleta e disposição dos resíduos sólidos[27] e, até a inauguração do novo sistema, no abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos. Em Valença não foram registrados relatos de que os picos de fluxo tragam sobrecargas nos serviços públicos em geral. Em Ilhéus, por sua vez, há problemas de congestionamento do trânsito em direção às praias da orla sul durante o verão, sendo que a ponte sobre o rio Cachoeira é o maior gargalo.

Segunda Residência

Como regra geral, não existe uma grande quantidade de segundas residências, utilizadas de modo ocasional por moradores de outras cidades, no Pólo Litoral Sul. Algumas localidades específicas apresentam uma maior quantidade de domicílios nessa situação, como Ilhéus e

[27] Morro de São Paulo está localizado em uma ilha (Tinharé), sendo essa questão particularmente complexa. A estrutura viária da ilha é precária, não circulam veículos no local e a coleta e disposição de resíduos dependem de tratores e barcaças.

Maraú, mas, em relação ao total de residências particulares, não se trata de um fenômeno significativo. Essa característica está relacionada com a ausência de grandes centros urbanos na região, tradicionalmente a origem de proprietários desses imóveis. A tabela abaixo apresenta o porcentual de residências de uso ocasional sobre o total de residências particulares:

Tabela 3.2.2.8 – Residências de Uso Ocasional e Total de Domicílios

Município	Total Domicílios	Segunda Residência	% Sobre Total
Cairu	3.689	457	12,4%
Camamu	10.534	543	5,2%
Canavieiras	11.574	587	5,1%
Igrapiúna	4.416	176	4,0%
Ilhéus	68.384	4.063	5,9%
Itacaré	6.494	332	5,1%
Ituberá	7.038	347	4,9%
Maraú	6.070	546	9,0%
Nilo Peçanha	3.402	182	5,3%
Santa Luzia	5.696	184	3,2%
Taperoá	4.526	377	8,3%
Una	9.932	476	4,8%
Uruçuca	8.363	515	6,2%
Valença	24.147	1.311	5,4%
Total PLS	**174.265**	**10.096**	**5,8%**

Fonte: IBGE – Censo 2000

Os maiores valores absolutos são encontrados em Valença e Ilhéus, onde os proprietários são, principalmente, moradores da região Centro-Oeste e Itabuna (em Ilhéus). Em Maraú, próximo ao distrito de Barra Grande, também foi detectado uma variedade de domicílios de veraneio. Nos demais municípios com alta porcentagem, não foi percebida relação direta com a atividade turística.

Vetores de Expansão Urbana

A ausência de vetores de expansão urbana é um grave problema em alguns municípios do Pólo Litoral Sul. A combinação do crescimento da atividade turística com o êxodo rural propiciado pela crise da cultura cacaueira gerou um inchaço desordenado em inúmeras regiões urbanas. Os altos preços dos imóveis nas regiões turísticas, a dificuldade de obtenção de crédito para aquisição de casa própria, a falta de estrutura e a ausência de áreas adequadas para a ocupação urbana (morros, áreas de preservação, etc.) resultam em um processo de ocupação precária (favelas) ou na criação de distritos distantes das áreas onde estão os empregos e são providas de equipamentos de saúde, educação e saneamento.

Em Morro de São Paulo, onde as áreas de expansão urbanas são limitadas pela geografia do local (morros e falésias), pelo zoneamento da APA de Tinharé-Boipeba e pela falta de infra-estrutura, a população local ocupa áreas do interior, de forma precária (favelas), ou reside nos povoados vizinhos, como Gamboa. Em Valença o maior problema está relacionado com a ocupação de áreas de preservação permanente, como os mangues. Em Ituberá ocorre principalmente a ocupação de encostas de morros, ocupação essa que avança até o interior, gerando dificuldades de acesso (vias, transportes, saneamento etc.) e a existência de áreas de risco de deslizamento. Em Ilhéus há a ocupação desordenada de morros e de áreas de

preservação permanente, como matas ciliares e regiões de manguezais. Em Itacaré , onde o núcleo urbano está comprimido entre morros, reservas de Mata Atlântica e áreas de preservação diversas, há uma grande ocupação irregular na chegada ao município, consumindo uma extensa área que consta como zona de preservação da APA Itacaré-Serra Grande. Nos demais municípios não existem graves pressões e ausência de vetores de crescimento ao mesmo tempo.

É importante frisar que o déficit de habitações em áreas estruturadas se deve à conjuntura local e nacional, sendo que a atividade turística se presta a um fator adicional de pressão.

Condições de Vida

A seguir, são apresentados os dados relativos à qualidade de vida da população residente. Essas informações podem definir demandas/déficits para os administradores públicos, e necessidades atuais para o desenvolvimento da atividade turística.

Para tanto são analisados indicadores de emprego, renda, PIB per capita e indicadores de desenvolvimento social utilizados pelo Estado e por organismos internacionais, e índices de cobertura de serviços básicos de saneamento. Sempre que possível, é apresentada a evolução recente desses indicadores, permitindo avaliar os avanços conseguidos no período analisado.

Emprego, Renda e PIB per capita

Emprego

As pesquisas periódicas sobre evolução do nível de emprego realizadas no Brasil são limitadas a algumas regiões metropolitanas. Para a avaliação dos níveis de emprego em municípios localizados fora dessas regiões, a principal fonte de dados é o Ministério do Trabalho e Emprego. A informação está disponível na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Na tabela abaixo é apresentado o número total de empregos nos municípios do Pólo Litoral Sul:

Tabela 3.2.2.9 - Empregos Formais em 1999 e 2000 – Pólo Litoral Sul / BA

	Municípios	1999	2000
Costa do Dendê	Valença	4.808	5.510
	Cairu	462	552
	Taperoá	541	592
	Nilo Peçanha	226	234
	Ituberá	1.056	1.035
	Igrapiúna	1.207	1.127
	Camamu	1.148	1.510
	Maraú	679	657
	Costa do Dendê	***10.127***	***11.217***
Costa do Cacau	Itacaré	674	738
	Uruçuca	604	578
	Una	17.078	2.621
	Ilhéus	2.619	18.086
	Santa Luzia	419	362
	Canavieiras	1.096	1.108
	Costa do Cacau	***22.490***	***23.493***
	Pólo Litoral Sul	**32.617**	**34.710**
	Total no Estado da BA	**1.108.605**	**1.177.343**
	% em relação ao Estado	**2,94%**	**2,95%**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2000; Ministério do Trabalho e Emprego (TEM) - Relação Anual de Informações Sociais - RAIS, 2000.

Conforme pode ser observado na tabela acima, o número de empregos no Pólo aumentou de 1999 para 2000. Cabe ressaltar que as informações disponibilizadas pela RAIS são relativas ao emprego formal, ou seja, aquele registrado em carteira profissional. Como a atividade turística no Pólo Litoral Sul está sujeita a grande sazonalidade, o número de trabalhadores temporários é considerável[28]. Também, em função da rigidez das leis trabalhistas no Brasil, é razoável supor que os números de empregados com carteira assinada atuando nessa área e nesse setor deve ser substancialmente menor que o total de empregados sem carteira assinada[29].

A população em idade ativa no Pólo representa cerca de 74% da população total, percentual ligeiramente inferior ao do Estado da Bahia (79%). O município que possui maior percentual de população em idade ativa é Ilhéus (cerca de 80% da população total) e o que possui menor percentual de população em idade ativa é Canavieiras (cerca de 23% da população total).

[28] Durante as pesquisas de campo foi identificado, junto aos empregadores turísticos, que há uma grande quantidade de funcionários contratados apenas para o período de alta temporada. Nos meses de baixa, a equipe é reduzida para um número mínimo, necessário apenas para manutenção ou para atender um fluxo reduzido de turistas.

[29] A análise de dados do Instituto de Hospitalidade, em extensa pesquisa sobre a mão de obra empregada no setor turístico da Região Metropolitana de Salvador, indicou um número total de trabalhadores seis vezes maior que os indicados nos registros da RAIS.

Tabela 3.2.2.10 - População Ativa (2000) – Pólo Litoral Sul / BA

	Municípios	População Ativa	População
Costa do Dendê	Valença	60.869	77.509
	Cairu	8.768	11.410
	Taperoá	11.997	15.933
	Nilo Peçanha	8.553	11.213
	Ituberá	18.389	24.133
	Igrapiúna	10.785	14.960
	Camamu	20.993	33.661
	Maraú	13.925	18.366
	Costa do Dendê	**154.279**	**207.185**
Costa do Cacau	Itacaré	13.416	18.120
	Uruçuca	16.107	20.323
	Una	24.081	31.261
	Ilhéus	177.848	222.127
	Santa Luzia	12.096	15.503
	Canavieiras	8.200	35.322
	Costa do Cacau	**251.748**	**342.656**
	Pólo Litoral Sul	**406.027**	**549.841**
	Total no Estado da BA	**10.385.720**	**13.070.250**
	% em relação ao Estado	**3,91%**	**4,21%**

Fonte:IBGE, Censo Demográfico - 2000

Renda

O rendimento médio dos chefes de família em 2000 no Pólo esteve entre a faixa de zero a um salário mínimo, acompanhando o comportamento no Estado da Bahia. A segunda faixa de renda mais significativa é a de um a cinco salários mínimos, para o Pólo, bem como para o Estado. Na Tabela 3.2.2.11 são apresentadas essas faixas de renda.

Na Costa do Dendê, Valença é o município com maior número de chefes de família na faixa entre zero e um salário mínimo, na Costa do Cacau é o município de Una.

Tabela 3.2.2.11 - Pessoas responsáveis pelos domicílios particulares permanentes por classes de rendimento nominal mensal – Pólo Litoral Sul / BA

	Municípios	0 a 1 SM	Mais de 1 a 5 SM	Mais de 5 a 10 SM	Mais de 10 SM	Sem rendimento
Costa do Dendê	Valença	9.795	6.355	833	492	1.734
	Cairu	1.421	763	58	34	326
	Taperoá	2.477	747	83	47	196
	Nilo Peçanha	1.606	645	61	20	264
	Ituberá	3.206	1.603	154	78	548
	Igrapiúna	1.817	1.119	31	13	212
	Camamu	4.315	1.832	174	62	1.006
	Maraú	2.098	1.252	76	33	613
	Costa do Dendê	**26.735**	**14.316**	**1.470**	**779**	**4.899**
Costa do Cacau	Itacaré	2.359	1.012	97	53	656
	Uruçuca	2.897	1.313	159	43	689
	Una	21.881	19.640	4.011	2.676	5.823
	Ilhéus	4.314	1.975	176	82	877
	Santa Luzia	2.304	942	65	27	344
	Canavieiras	4.577	2.469	376	175	1.192
	Costa do Cacau	**38.332**	**27.351**	**4.884**	**3.056**	**9.581**
	Pólo Litoral Sul	**65.067**	**41.667**	**6.354**	**3.835**	**14.480**
	Total no Estado da BA	**1.366.223**	**1.025.525**	**198.893**	**139.731**	**440.031**
	% em relação ao Estado	**4,76%**	**4,06%**	**3,19%**	**2,74%**	**3,29%**

Fonte:IBGE, Censo Demográfico 2000

PIB per capita

O PIB per capita é a relação entre o Produto Interno Bruto (PIB) e a população no mesmo período, e mede a produção dos setores da economia por habitante. É importante lembrar que a análise do PIB per capita como indicador para a avaliação das condições de vida de uma dada população pode incorrer em erros, uma vez que um alto índice de PIB per capita não é necessariamente um bom indicador, podendo estar acompanhado de altas taxas de concentração de renda.

Para esta análise utilizaram-se dados da SEI[30] (PIB de 2000) e do IBGE (Censo Demográfico de 2000). A Tabela 3.2.2.12 apresenta o PIB per capita para o ano de 2000. O município que apresentou o maior PIB per capita foi Cairu (R$ 3.668,14), seguido por Una (R$ 2.247,45) e Ilhéus (R$ 2.082,77), no extremo oposto aparecem Santa Luzia, Uruçuca e Igrapiúna, com respectivamente R$ 870,22, R$ 971,49 e R$ 981,11. Todos os municípios, no entanto, situam-se abaixo da média brasileira (R$ 6.472,53) e da média baiana (R$ 3.396,37).

[30] Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

Tabela 3.2.2.12 – PIB per capita (2000) – Pólo Litoral Sul/BA/BR

		População	PIB Per capita
Costa do Dendê	Valença	77.509	1.920,31
	Cairu	11.410	3.668,14
	Taperoá	15.933	1.613,88
	Nilo Peçanha	11.213	1.669,71
	Ituberá	24.133	1.857,46
	Igrapiúna	14.960	981,11
	Camamu	33.661	1.190,12
	Maraú	18.366	1.456,98
	Costa do Dendê	***207.185***	***1.744,60***
Costa do Cacau	Itacaré	18.120	1.540,65
	Uruçuca	20.323	971,49
	Ilhéus	222.127	2.082,77
	Una	31.261	2.247,45
	Santa Luzia	15.503	870,22
	Canavieiras	35.322	1.228,88
	Costa do Cacau	***342.656***	***1.860,33***
	Média do Pólo	**549.841**	**1.816,72**
	Bahia	**13.070.250**	**3.396,37**
	Brasil	**-**	**6.472,53***

(*) Fonte: SEI

Fonte: SEI; IBGE
Elaboração: FGV 2003

Desenvolvimento Social

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e o do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano de países, a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita)[31].

Por sua vez, o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) envolve alguns indicadores diferentes: educação (taxa de alfabetização e taxa bruta de freqüência), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (renda média de cada residente no município). Nesse item são apresentados valores do IDH-M para os anos de 1980, 1991 e 2000. Cabe lembrar ainda que o PNUD[32] agrupa o IDH em faixa de 0 a 1, onde até 0,499, o desenvolvimento humano pode ser considerado baixo, de 0,500 a 0,799 pode ser considerado médio e acima de 0,800, pode ser considerado alto.

[31] UNDP. Novo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. [on line]. Disponível na Internet via WWW. URL: http://www.undp.org.br/IDHM-BRAtlasWebpage/index.asp. Acessado em janeiro de 2003.
[32] Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, ou UNDP – "*United Nations Development Programme*".

Índice de Desenvolvimento Social – IDS

Já o Índice de Desenvolvimento Social (IDS) aqui utilizado foi desenvolvido pela SEI[33] como instrumento de acompanhamento de políticas públicas, auxiliando no processo de intervenção governamental e permitindo acesso à informação pela população. É composto por indicadores de saúde, educação, consumo de água, consumo de energia elétrica e renda familiar.

Na tabela a seguir são apresentados os valores de IDH-M para os anos de 1980, 1991 e 2000, além do IDS de 1998 e 2000.

Tabela 3.2.2.13 - Indicadores Sociais – Pólo Litoral Sul/BA/NE/BR

		IDH-M Médio			IDS-1998		IDS-2000	
	Município	**1980**	**1991**	**2000**	**índice**	**Classif.**	**índice**	**Classif.**
Costa do Dendê	Valença	0,469	0,562	0,672	5.069,19	47°	5.072,00	45º
	Cairu	0,398	0,515	0,639	4.998,39	170°	5.015,56	125º
	Taperoá	0,427	0,464	0,606	4.980,77	231°	4.984,25	213º
	Nilo Peçanha	0,377	0,453	0,592	5.011,35	136°	5.046,03	68º
	Ituberá	0,276	0,497	0,620	5.016,10	122°	5.007,85	145º
	Igrapiúna*	-	0,473	0,601	4.938,32	372°	4.940,63	372º
	Camamu	0,540	0,513	0,624	4.974,50	258°	4.974,29	255º
	Maraú	0,375	0,492	0,594	4.959,79	316°	4.948,19	354º
	Média da Costa do Dendê	***0,409***	***0,496***	***0,619***	**-**	**-**		
Costa do Cacau	Itacaré	0,448	0,472	0,588	4.961,46	307°	4.965,34	291º
	Uruçuca	0,455	0,525	0,652	5.016,85	120°	5.022,45	104º
	Ilhéus	0,399	0,609	0,703	5.136,12	16°	5.157,09	9º
	Una	0,350	0,496	0,607	4.991,75	190°	4.985,95	206º
	Santa Luzia**	-	0,465	0,583	4.956,90	330°	4.961,50	305º
	Canavieiras	0,489	0,523	0,639	5.006,86	151°	4.996,48	172º
	Média da Costa do Cacau	***0,428***	***0,515***	***0,629***	**-**	**-**	**-**	**-**
	Média do Pólo Litoral Sul	**0,418**	**0,505**	**0,624**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Salvador	**0,742**	**0,751**	**0,805**	**5.368,19**	**1º**	**5.375,13**	**1º**
	Bahia	**0,533**	**0,601**	**0,693**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Nordeste	**0,483**	**0,500**	**0,608**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Brasil	**0,683**	**0,709**	**0,764**	**-**	**-**	**-**	**-**

(*) Município criado no ano de 1989
(**) Município criado no ano de 1985

Fonte: PNUD / IPEA / FJP – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2001; SEI, Índice de Desenvolvimento Econômico e Social dos Municípios Baianos, 2001.

No período analisado, todos os municípios do Pólo tiveram uma evolução para melhor, ao se comparar seus índices de desenvolvimento humano, que passaram de baixo para médio. Os municípios de Ilhéus e Valença em 2000 são os municípios que apresentaram os maiores índices do Pólo: 0,703 e 0,672, respectivamente.

No período 1980 a 1991, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal IDH-M para a Costa do Dendê foi considerado baixo, ao passo que em 2000, passou para médio. Na Costa do Cacau, em 1980, o índice de desenvolvimento humano foi baixo, mas já em 1991 passou a

[33] Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia.

médio, mantendo essa classificação em 2000. O IDH-M do Pólo acompanhou o do Estado da Bahia nos anos de 1991 e 2000 e foi classificado como médio.

O Índice de Desenvolvimento Social – IDS na maioria dos municípios do Pólo subiu, refletindo a melhoria das condições sociais. Somente em quatro municípios verificou-se uma queda nas suas classificações em 2000, se comparadas as de 1998: Ituberá, Una, Maraú e Canavieiras. O município de Igrapiúna manteve sua classificação nos anos de 1998 e 2000. Dentre os municípios que melhoraram suas classificações no Estado da Bahia, destacam-se: Nilo Peçanha, Cairu, Santa Luzia e Canavieiras.

O município de Ilhéus é o que apresenta melhor classificação no Pólo, sendo o nono colocado na classificação geral do Estado da Bahia, segundo a classificação do IDS.

Cobertura dos Serviços Básicos

O nível de oferta de serviços básicos de saneamento é um dos mais importantes indicadores de qualidade de vida. Os serviços considerados foram o abastecimento de água, a coleta de esgoto e a coleta de resíduos sólidos. Todos esses aspectos dos municípios do Pólo Litoral Sul são abordados no capítulo 3.3 – Infra-estrutura.

Educação

Neste item são identificadas as condições atuais da educação na área de estudo, por meio de: taxas de alfabetização, número de alunos matriculados nos diferentes níveis escolares e quantidade e tipo de estabelecimentos escolares nos municípios do Pólo Litoral Sul.

Na tabela a seguir, são apresentados os anos de estudos dos chefes de família para o ano de 2000. Tanto no Pólo como no Estado da Bahia, a maioria dos chefes de família não tem instrução.

Na Costa do Dendê, o município de Maráu tem mais da metade de seus chefes de família sem instrução (cerca de 52% do total de chefes de família desse município). O município com chefes de família com mais anos de estudo é Valença, inclusive, cerca de 10% do total dos chefes tem entre 11 a 14 anos de estudo em 2000.

Na Costa do Cacau, Santa Luzia tem cerca de 48% de seus chefes de família sem instrução, ao contrário de Ilhéus que possui somente 27% dos chefes de família sem instrução e 14% dos chefes de família com 11 a 14 anos de estudo.

Tabela 3.2.2.14 – Anos de Estudo do Chefe de Família – Pólo Litoral Sul/BA/NE/BR

	Municípios	Sem instrução e menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 7 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos ou mais
Costa do Dendê	Valença	6.355	4.927	4.196	1.560	1.927	214
	Cairu	955	746	605	130	141	21
	Taperoá	1.654	1.012	572	133	157	20
	Nilo Peçanha	1.045	916	448	89	86	7
	Ituberá	2.257	1.447	1.136	291	399	37
	Igrapiúna	1.544	1.043	406	125	63	8
	Camamu	3.360	2.098	1.202	300	383	27
	Maraú	2.128	1.220	468	79	153	22
	Costa do Dendê	***19.298***	***13.409***	***9.033***	***2.707***	***3.309***	***356***
Costa do Cacau	Itacaré	1.849	1.195	650	230	196	53
	Uruçuca	1.940	1.456	972	330	365	30
	Ilhéus	14.440	12.079	12.840	4.967	7.412	2.215
	Una	3.374	2.118	1.244	343	287	41
	Santa Luzia	1.761	1.101	535	122	143	11
	Canavieiras	3.143	2.364	1.878	565	709	122
	Costa do Cacau	***26.507***	***20.313***	***18.119***	***6.557***	***9.112***	***2.472***
	Pólo Litoral Sul	**45.805**	**33.722**	**27.152**	**9.264**	**12.421**	**2.828**
	Estado da Bahia	**951.483**	**756.219**	**704.423**	**260.675**	**395.988**	**95.677**
	% em relação ao Estado	**4,81%**	**4,46%**	**3,85%**	**3,55%**	**3,14%**	**2,96%**

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000 - IBGE

Em todo o Pólo, houve avanços no percentual de pessoas residentes com 5 anos ou mais alfabetizada. Em 2000 representava 63,8% do total na Costa do Dendê, contra 44,5% em 1991. Já na Costa do Cacau, esse percentual passou de 54,5% em 1991 para 72,0% em 2000.

Os municípios com melhores percentuais em 2000 foram Ilhéus, Valença e Cairu. As piores taxas são as dos municípios de Maraú, Camamu e Igrapiúna.

A evolução da taxa de alfabetização entre 1991 e 2000, para cada município, é apresentada na Tabela 3.2.2.15.

Tabela 3.2.2.15 - Taxa de Alfabetização – Pólo Litoral Sul/BA

Município	1991	2000
Valença	53,4%	70,6%
Cairu	42,0%	68,8%
Taperoá	35,6%	60,1%
Nilo Peçanha	35,9%	63,9%
Ituberá	46,5%	63,7%
Igrapiúna	32,2%	57,3%
Camamu	42,0%	57,7%
Maraú	37,4%	51,0%
Costa do Dendê	***44,5%***	***63,8%***
Itacaré	39,2%	61,4%
Uruçuca	45,6%	66,4%
Ilhéus	58,7%	76,0%
Una	45,3%	60,4%
Santa Luzia	44,0%	62,6%
Canavieiras	53,1%	69,2%
Costa do Cacau	***54,5%***	***72,0%***
Pólo Litoral Sul	**49,47%**	**67,89%**
Estado da Bahia	**58,6%**	**74,1%**

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

A Tabela 3.2.2.16 indica o número de alunos matriculados na rede de ensino em cada município.

A título de comparação, está indicado, ao lado de cada total de alunos matriculados, a população entre cinco e dezessete anos, faixa etária que idealmente deveria estar freqüentando esses níveis de ensino.

No Pólo, o percentual total de alunos matriculados no ensino fundamental é mais representativo, comportamento semelhante ao do Estado da Bahia. Comparando-se a Costa do Dendê com a Costa do Cacau, essa possui menos alunos matriculados no ensino médio. Esse fato pode estar associado à falta de motivação para a continuidade dos estudos e a menor quantidade de estabelecimentos de ensino médio.

Tabela 3.2.2.16 - Alunos em Estabelecimentos de Ensino – Pólo Litoral Sul/BA

		Alunos no Ensino				População 5 a 17
	Municípios	**Infantil**	**Fundamental**	**Médio**	**Total**	**anos[1]**
Costa do Dendê	Valença	7,6%	77,9%	14,5%	31.846	23.754
	Cairu	13,8%	80,9%	5,3%	4.592	3.379
	Taperoá	6,9%	91,5%	1,6%	7.117	5.474
	Nilo Peçanha	9,5%	87,4%	3,1%	7.284	3.797
	Ituberá	10,6%	80,6%	8,8%	9.743	7.865
	Igrapiuna*	6,8%	93,2%	0,0%	5.906	5.272
	Camamu	7,1%	86,6%	6,4%	13.418	11.659
	Maraú	10,0%	87,0%	3,0%	6.362	6.102
	Costa do Dendê	***9,0%***	***85,6%***	***5,3%***	***86.268***	***67.302***
Costa do Cacau	Itacaré	17,0%	74,9%	8,1%	6.708	6.093
	Uruçuca	12,9%	75,5%	11,7%	10.644	6.461
	Ilhéus	9,0%	73,8%	17,2%	62.749	64.600
	Una	11,9%	79,4%	8,8%	11.710	10.262
	Santa Luzia**	6,3%	85,1%	8,6%	4.964	5.082
	Canavieiras	8,0%	80,6%	11,3%	10.190	10.646
	Costa do Cacau	***10,9%***	***78,2%***	***10,9%***	***106.965***	***103.144***
	Pólo Litoral Sul	**9,9%**	**81,9%**	**8,1%**	**193.233**	**170.446**
	Bahia	**9,6%**	**76,7%**	**13,7%**	**4.833.218**	**3.818.170**

(1) Censo Demográfico 2000

Fonte: Anuário Estatístico de Educação (2001)

Nas próximas tabelas (Tabela 3.2.2.17 e Tabela 3.2.2.18) são apresentados os números de estabelecimentos de ensino na Costa do Dendê e na Costa do Cacau. Em ambas as Zonas Turísticas, os números de estabelecimentos de ensino infantil e fundamental nas áreas rurais são bem maiores, se comparados aos das áreas urbanas. São unidades menores, que atendem descentralizadamente as populações rurais. Em relação ao ensino médio, entretanto, o número de estabelecimentos é maior nas áreas urbanas do que nas áreas rurais.

A educação infantil e fundamental nas áreas rurais, é oferecida quase que exclusivamente pelo setor público. Nas áreas urbanas, os estabelecimentos privados ainda são em menor número, porém um pouco mais representativos.

Os municípios com melhores indicadores sociais e com economia mais diversificada são aqueles que apresentam maior número de estabelecimentos sob responsabilidade do setor privado.

Tabela 3.2.2.17 - Estabelecimentos de Ensino por Município – Costa do Dendê

Municípios	Nível de Ensino	Urbana		Rural		Total
		Pública	Particular	Pública	Particular	
Valença	Infantil	13	8	14	0	35
	Fundamental	31	10	105	0	146
	Médio	4	3	0	0	7
Cairu	Infantil	1	0	14	0	15
	Fundamental	4	0	21	0	25
	Médio	1	0	1	0	2
Taperoá	Infantil	5	0	30	0	35
	Fundamental	10	0	50	0	60
	Médio	0	1	0	0	1
Nilo Peçanha	Infantil	2	0	43	0	45
	Fundamental	4	0	55	0	59
	Médio	1	0	0	0	1
Ituberá	Infantil	7	4	11	1	23
	Fundamental	17	5	37	1	60
	Médio	1	2	0	0	3
Igrapiúna	Infantil	3	0	11	0	14
	Fundamental	6	0	59	0	65
	Médio	0	0	0	0	0
Camamu	Infantil	3	1	6	0	10
	Fundamental	12	2	84	0	98
	Médio	1	1	0	0	2
Maraú	Infantil	1	0	60	0	61
	Fundamental	4	0	73	0	77
	Médio	1	0	0	0	1
Costa do Dendê	***Infantil***	***35***	***13***	***189***	***1***	***238***
	Fundamental	***88***	***17***	***484***	***1***	***590***
	Médio	***9***	***7***	***1***	***0***	***17***

Fonte: Anuário Estatístico de Educação (2001)

Tabela 3.2.2.18 - Estabelecimentos de Ensino – Costa do Cacau

Municípios	Nível de Ensino	Urbana		Rural		Total
		Pública	Particular	Pública	Particular	
Itacaré	Infantil	5	2	42	1	50
	Fundamental	11	1	58	1	71
	Médio	1	0	0	0	1
Uruçuca	Infantil	6	2	24	0	32
	Fundamental	6	2	69	0	77
	Médio	2	0	0	0	2
Ilhéus	Infantil	12	33	18	0	63
	Fundamental	50	27	91	0	168
	Médio	7	9	0	0	16
Una	Infantil	5	2	65	0	72
	Fundamental	9	2	72	0	83
	Médio	3	0	0	0	3
Santa Luzia	Infantil	1	1	28	0	30
	Fundamental	5	1	34	0	40
	Médio	2	0	0	0	2
Canavieiras	Infantil	13	3	34	1	51
	Fundamental	17	3	44	1	65
	Médio	2	0	0	0	2
Costa do	***Infantil***	***42***	***43***	***211***	***2***	***298***
Cacau	***Fundamental***	***98***	***36***	***368***	***2***	***504***
	Médio	***17***	***9***	***0***	***0***	***26***

Fonte: Anuário Estatístico de Educação (2001)

No que se refere ao ensino profissionalizante no Pólo Litoral Sul, apenas os municípios maiores abrigam estes tipos de unidades educacionais (assim como o ensino superior).

Ilhéus, segundo dados da Secretaria de Educação do Estado da Bahia para 2002, tem uma unidade da CETEB[34], porém ainda sem previsão de funcionamento. Em Valença existe uma unidade de ensino descentralizada (UNED) do CEFET–BA[35], que além do ensino médio ainda ministra cursos técnicos (profissionalizantes) de informática e aqüicultura, podendo ainda dar os seguintes cursos em parceria com a Gerência de Integração Empresa Comunidade – Coordenação de Educação Continuada: informática, mecânica, eletrotécnica, línguas, instrumentação industrial básica, química, desenho, segurança do trabalho, hotelaria, relações humanas e meio ambiente.

Existe ainda em Ilhéus uma unidade do SENAI (Centro de Educação Profissional Joaquim Ignácio Tosta Filho) e do SESI (educação do trabalhador, exames profissionais, clube, esportes e atividades sócio-culturais). Não existem escolas agrotécnicas federais no Pólo Litoral Sul.

Quanto ao ensino superior, apenas Valença e Ilhéus abrigam universidades. Em Valença existe um campus da Universidade Estadual da Bahia, voltada para a área da educação. Já Ilhéus abriga a Universidade Estadual Santa Cruz -UESC, com 22 cursos, 488 docentes e 1.079 alunos.[36]

[34] Centro de Educação Tecnológica do Estado da Bahia
[35] Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
[36] Fonte: MEC / INEP, 2000.

Saúde

Neste item são apresentados elementos para avaliação das condições de saúde nos municípios do Pólo Litoral Sul. Na seqüência é apresentada a evolução da expectativa de vida das populações desde 1980, comparando-as com as médias regional e nacional.

Condições de Atendimento

Ilhéus e Valença, na condição de centros de serviços das zonas turísticas, são os municípios que apresentam as maiores estruturas de saúde. Itabuna, fora do Pólo e próximo à Costa do Cacau, também oferece excelentes condições de atendimento para os casos mais graves.

Alguns municípios apresentam problemas de acessibilidade que repercutem no atendimento em tempo de urgências médicas, pois o meio de transporte hidroviário sujeita turistas e população local a demoras significativas. Estão nessa condição as populações e turistas de Boipeba e Tinharé (Cairu), que se encontram nas ilhas e áreas mais afastadas da Baía de Camamu e na Península de Maraú. A estrutura de Maraú, especificamente, é a menos sofisticada. O transporte deve ser feito para Camamu, via barco ou lancha rápida, onde há melhores condições para tratamento adequado.

O atendimento ambulatorial e o comércio de medicamentos, na maioria dos municípios, concentram-se nos centros urbanos mais desenvolvidos, sem maiores problemas de acesso.

No próximo item são apresentadas as condições de atendimento médico e ambulatorial nos municípios do Pólo Litoral Sul, baseados em entrevistas telefônicas com técnicos das secretarias municipais de saúde, bem como por informações obtidas no site do Ministério da Saúde/DATASUS.

Costa do Dendê

Valença: Conta com um hospital de grande porte, o Hospital Santa Casa da Misericórdia de Valença, com 292 leitos. O hospital pertence a uma entidade filantrópica e atende aproximadamente vinte municípios da região, como Ituberá, Camamu, Nilo Peçanha, Taperoá, Cairu, Nazaré, entre outros.

O hospital da Santa Casa da Misericórdia de Valença teve projeto aprovado no REFORSUS - Reforço a Reorganização do Sistema Único de Saúde - projeto de investimento do governo federal na área de saúde, destinado à recuperação física, tecnológica, gerencial e operacional da rede de saúde do país e também a melhoria da gestão do sistema. Existe também um projeto para construção de um novo centro cirúrgico, que espera aprovação para o início das obras.

Segundo o DATASUS, o município conta com 20 postos de saúde públicos, 4 centros de saúde públicos, 1 policlínica privada e 1 ambulatório público. Valença conta ainda com duas unidades móveis terrestres (municipais).

Cairu: Não possui hospital. Sua rede assistencial conta com um centro de saúde atendendo 24 horas, localizado no centro da cidade e sete postos de saúde espalhados pelas ilhas que compõem o município de Cairu. Normalmente, os casos graves são encaminhados para o município de Valença.

Taperoá: Possui um hospital público que está em fase de ampliação, localizado na entrada do município e de fácil acesso. Segundo informações da Prefeitura, o município conta também com dois postos e um centro de saúde. Os postos de saúde estão localizados na área rural, enquanto o centro de saúde fica no centro da cidade, ao lado da Secretaria de Saúde

Municipal. Conforme os técnicos da Secretaria, os casos mais graves, inclusive turistas, são geralmente encaminhados para o município de Valença.

Nilo Peçanha: O município possui uma estrutura de saúde deficiente. Não possui hospital, nem postos de saúde. A rede hospitalar municipal é composta por cinco centros de saúde e cinco unidades ambulatoriais.

Ituberá: O município conta com um hospital de médio porte, nove postos de saúde, sendo que três estão localizados na zona urbana e o restante na zona rural. Há ainda um centro de saúde localizado também no perímetro urbano do município. Conforme informações obtidas junto à Secretaria de Saúde Municipal, estão em andamento projetos de reforma do hospital e ampliação do serviço de raio X.

Igrapiúna: O município não possui hospital. Há uma unidade hospitalar paralisada há quase dois anos, por não possuir as especificações necessárias para o seu funcionamento. Hoje, a única utilização para a estrutura existente é o funcionamento do centro de saúde do município. Além do centro, existem seis postos de saúde que funcionam nas zonas rural e litorânea do município. Os casos mais graves são enviados para Valença ou Ituberá.

Camamu: O município possui um hospital, que está em reforma para credenciar os atendimentos e procedimentos junto ao SUS. Conta também com oito postos de saúde localizados na zona rural e um centro de saúde na cidade. Esse último possui uma estrutura de saúde melhor do que os postos de saúde. Camamu oferece também uma clínica particular, além de seis equipes do PSF (Programa de Saúde da Família). Cada equipe possui médico, enfermeira, auxiliar de enfermagem e agentes comunitários de saúde. Os casos mais graves são encaminhados para Valença e Salvador. Três ambulâncias estão disponíveis para transporte de pacientes.

Maraú: O município tem uma estrutura hospitalar deficiente: não possui hospital e sua população depende de dez postos e centros de saúde existentes no município. Para atendimento mais específico, os pacientes são encaminhados para Ilhéus ou Valença.

Costa do Cacau

Itacaré: A estrutura hospitalar do município se resume a um hospital privado com vinte e oito leitos e dois centros de saúde públicos. Em casos mais graves, os pacientes são encaminhados para Ilhéus ou Valença.

Uruçuca: O município não possui hospital. Segundo técnicos da Secretaria de Saúde Municipal, existe projeto para construção de um hospital, entretanto, ainda sem cronograma definido. O município conta com um centro de saúde público e três postos de saúde (unidades de saúde da família). Os casos que não podem ser solucionados no próprio município são normalmente encaminhados para Ilhéus e Itabuna. O turismo em Uruçuca é incipiente e concentrado no distrito de Serra Grande e orla. Esses turistas geralmente utilizam os centros de saúde, de Itacaré ou de Ilhéus.

Ilhéus: Junto com Itabuna e Valença, são os municípios que possuem a melhor infra-estrutura hospitalar da região. O município de Ilhéus possui cinco hospitais, sendo que um é estadual, dois são filantrópicos e três são particulares. Há, ainda, uma vasta rede particular de clínicas e laboratórios, sendo: treze postos e vinte e dois centros de saúde públicos, uma policlínica pública e uma particular, um ambulatório público e quatro privados e um ambulatório particular. Essas informações foram obtidas no site do DATASUS.

Ilhéus conta ainda com uma rede de treze unidades de serviços auxiliares de diagnose e terapia, sendo doze privados e um público. O município tem ainda unidades móveis terrestres municipais e uma unidade municipal de vigilância sanitária.

Una: A estrutura de saúde do município conta com dois hospitais (um público). Um dos hospitais, localizado na parte central da sede, encontra-se fora de operação. Possui ainda, segundo o DATASUS, dois postos e dois centros de saúde públicos, além de uma unidade municipal de vigilância sanitária.

Santa Luzia: conta com um hospital com vinte leitos, localizado próximo ao centro da cidade e de fácil acesso. Conforme informações de técnicos da Secretaria de Saúde Municipal, as instalações são de razoável qualidade. A estrutura de saúde conta com seis médicos, um odontologista, um assistente social, um nutricionista, duas enfermeiras, dez auxiliares de enfermagem e vinte funcionários. O município também dispõe de quatro postos de saúde. Segundo informações da administração municipal, a rede de atendimento hospitalar do município é suficiente para atender à demanda existente de visitantes, não existindo plano de ampliação.

Canavieiras: O município conta com um hospital de médio porte de cinqüenta e cinco leitos, onde está sendo implantado um novo centro cirúrgico. Há ainda, algumas clínicas particulares que realizam exames laboratoriais.

A tabela a seguir apresenta o número de unidades de saúde por tipo e por município do Pólo. Ressalte-se que os dados apresentados nessa tabela podem estar desatualizados, pois referem-se ao ano de 2000. Portanto, podem apresentar algumas diferenças entre as informações obtidas em entrevistas nas administrações municipais e aquelas coletadas em publicações.

Tabela 3.2.2.19 - Unidades de Saúde – Pólo Litoral Sul/BA

		HOSPITAIS			POSTOS DE SAÚDE			CENTROS DE SAÚDE			POLICLÍNICAS			AMBULATÓRIOS			PRONTO-SOCORROS		
	Municípios	Púb.	Univ.	Priv.	Púb.	Univ.	Priv.	Púb.	Univ.	Priv.	Púb.	Univ.	Priv.	Púb.	Univ.	Priv.	Púb.	Univ.	Priv.
Costa do Dendê	Valença	1	0	0	20	0	0	4	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0
	Cairu		0	0	7	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Taperoá	1	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Nilo Peçanha		0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Ituberá	1	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Igrapiúna		0	0	5	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Camamu	1	0	0	3	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Maraú		0	0	5	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Costa do Dendê	***4***	***0***	***0***	***49***	***0***	***0***	***14***	***0***	***0***	***0***	***0***	***1***	***1***	***0***	***0***	***0***	***0***	***0***
Costa do Cacau	Itacaré	0	0	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Uruçuca	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
	Ilhéus	1	0	4	13	0	0	22	0	0	1	0	1	1	0	4	0	0	1
	Una	1	0	0	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Santa Luzia	0	0	0	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	Canavieiras	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
	Costa do Cacau	***3***	***0***	***5***	***71***	***0***	***0***	***48***	*0*	*0*	***1***	***0***	***2***	***2***	***0***	***4***	***0***	***0***	***1***
	Pólo Litoral Sul	**7**	0	**5**	**120**	0	0	**62**	0	0	**1**	0	**3**	**3**	0	**4**	0	0	**1**
	Bahia	**215**	**13**	**238**	**1344**	**1**	**22**	**801**	**1**	**11**	**23**	**1**	**85**	**190**	**3**	**164**	**8**	**1**	**41**
	% do Pólo em relação ao Estado	**3,26%**	**-**	**2,10%**	**8,93%**	**-**	**-**	**7,74%**	**-**	**-**	**4,35%**	**-**	**3,53%**	**1,58%**	**-**	**2,44%**	**-**	**-**	**2,44%**

Obs: *Os hospitais filantrópicos estão inseridos dentro da categoria dos hospitais de regime privado. Engloba hospitais estaduais e municipais.*

Hospital Universitário: *hospital de propriedade ou gestão de Universidade Pública ou Privada, ou a elas vinculado por regime de comodato ou cessão de uso, devidamente formalizados. (Fonte: Portaria MEC n° 375 de 04 de março de 1991)*

Posto de Saúde: *unidade de saúde destinada a realizar assistência à saúde, a uma população determinada, de forma programada ou não, por profissional de nível médio, com a presença intermitente ou não do profissional médico.*

Póliclínica: *unidade de saúde que presta atendimento ambulatorial em uma ou mais especialidades, incluindo ou não as especialidades básicas, podendo ainda ofertar outras especialidades não médicas.*

Ambulatórios: 1) *Geral: unidade ambulatorial de hospital destinada a prestar assistência à saúde nas quatro especialidades básicas, por especialistas e/ou outras especialidades. Pode dispor de desviço de Urgência/Emergência;* ***2)*** *Especializado: unidade ambulatorial de hospital destinada a prestar assistência à saúde em uma ou mais especialidades. Pode dispor de serviço de Urgência/Emergência.*

Pronto Socorro: 1) *Geral: unidade de saúde isolada destinada a prestar assistência a pacientes, com ou sem risco de vida, cujos agravos à saúde necessitam de atendimento médico imediato;* ***2)*** *Especializado: unidade de saúde destinada a prestar assistência em uma ou mais especialidades a pacientes, com ou sem risco de vida, cujos agravos à saúde necessitam de atendimento imediato. (Fonte: Portaria SAS nº 35 de 04/02/1999)*

Fonte: DATASUS, Sistemas de Informações Ambulatoriais (SAI/SUS), Outubro/Dezembro/2000; SESAB/DICS, 2001.

Tabela 3.2.2.20 - Leitos Hospitalares por 1000 habitantes – Pólo Litoral Sul/BA

	Leitos por 1000/hab.	
Municípios	**Existente**	**Contratado**
Valença	3,78	3,78
Cairu	-	-
Taperoá	1,26	1,26
Nilo Peçanha	-	-
Itaberá	1,24	1,24
Igrapiúna	-	-
Camamu	0,36	0,36
Maraú	-	-
Costa do Dendê	***1,71***	***1,71***
Itacaré	1,55	1,55
Uruçuca	-	-
Ilhéus	3,42	3,04
Una	2,94	2,94
Santa Luzia	-	-
Canavieiras	1,84	1,84
Costa do Cacau	***2,76***	***2,51***
Pólo Litoral Sul	**2,36**	**2,21**
Estado da Bahia	**2,22**	**2,08**

Fonte: SEI, Anuário Estatístico, 2001, Saúde.

O número de leitos por 1.000 habitantes do Pólo, em 2000, era semelhante ao do Estado da Bahia. Em termos de tipos de leitos (cirúrgico, clínicos e complementares), no Pólo, há predominância de leitos clínicos, que representam 4,80% do total de leitos do Estado da Bahia. Valença e Ilhéus apresentam taxas mais elevadas de leitos/1000 habitantes. Os municípios com as piores taxas são: Cairu, Nilo Peçanha, Igrapiúna e Maraú na Costa do Dendê e Uruçuca e Santa Luzia, na Costa do Cacau.

Analisando-se alguns tipos de doenças de notificação obrigatória e DST[37] no Pólo, em 1999, a leptospirose e a meningite representaram, respectivamente 13,83% e 4,46% do total de casos notificados no Estado da Bahia. Em termos de DST, os casos de herpes genital representaram 11,61% dos casos do total do Estado da Bahia, no mesmo ano, sendo de maior incidência no município do Una. Esses dados estão apresentados na Tabela 3.2.2.21.

[37] Doença Sexualmente Transmissível.

Tabela 3.2.2.21 - Doenças Sexualmente Transmissíveis e outras doenças de notificação obrigatória (1999) – Pólo Litoral Sul/BA

		Casos Confirmados	Casos confirmados ou não confirmados							
	Municípios	AIDS	Sífilis	Gonorréia	Herpes Genital	Dengue	Leptospirose	Esquistossomose	Hepatite	Meningite
Costa do Dendê	Valença	5	43	-	-	3	6	162	6	25
	Cairu	1	1	-	-	14	-	2	3	1
	Taperoá	-	2	2	-		-	9	5	8
	Nilo Peçanha	-	1	2	-	53	-	1	14	2
	Ituberá	-	1	1	-	17	-	328	3	-
	Igrapiúna	-	-	1	2	28	-	9	-	2
	Camamu	-	-	5	-	8	-	9	4	3
	Maraú	1	2	3	-	29	-	10	-	2
	Costa do Dendê	***7***	***50***	***14***	***2***	***152***	***6***	***530***	***35***	***43***
Costa do Cacau	Itacaré	1	2	3	-	4	-	1	-	-
	Uruçuca	-	3	6	-	3	1	1	1	2
	Ilhéus	17	69	78	16	105	5	29	24	37
	Una	2	-	1	-		1	2	1	6
	Santa Luzia	-	-	2	-	1	-	12	3	4
	Canavieiras	-	-	-	-	4	-	14	13	8
	Costa do Cacau	***20***	***74***	***90***	***16***	***117***	***7***	***59***	***42***	***57***
	Pólo Litoral Sul	**27**	**124**	**104**	**18**	**269**	**13**	**589**	**77**	**100**
	Bahia	**576**	**1.558**	**1.233**	**155**	**7.857**	**94**	**16.988**	**4.121**	**2.241**
	% em relação ao Estado	**4,69%**	**7,96%**	**8,43%**	**11,61%**	**3,42%**	**13,83%**	**3,47%**	**1,87%**	**4,46%**

Fonte: SEI, Estatísticas dos Municípios Baianos, 2002; SESAB/DICS.

A AIDS, no ano de 1999 só foi notificada nos municípios de Valença, Cairu, Maraú, Itacaré, Ilhéus e Una; representando 4,96% dos casos notificados e confirmados no Estado.

Mortalidade Infantil

Os dados de mortalidade contribuem para se conhecer e se avaliar a saúde da população, especialmente dados de mortalidade infantil, pois crianças formam um grupo mais suscetível, se comparado aos adultos.

De modo geral, a mortalidade infantil vem declinando no Brasil em todas as regiões, mas o Nordeste ainda apresenta valor médio mais elevado, se comparada aos coeficientes nacionais. Especificamente o Estado da Bahia apresentou no período analisado, coeficientes de mortalidade infantil inferiores ao da região Nordeste, conforme pode ser apresentado na Tabela 3.2.2.21.

Tabela 3.2.2.22 - Coeficiente de Mortalidade Infantil por Ano segundo Regiões e Unidades da Federação (1994 a 1998) – BR/NE/BA

Regiões e Estados	**1994**	**1995**	**1996**	**1997**	**1997 IDB-2000**	**1998**	**1998 IDB-2000**
Brasil	41,0	39,4	38,0	36,7	37,4	36,1	33,1
Região Nordeste	63,8	62,0	60,4	59,1	58,3	57,9	53,5
Bahia	54,1	52,8	51,8	51,0	51,0	50,4	46,3

Nota: Os dados, nas colunas do IDB-2000, foram calculados diretamente dos sistemas SIM e SINASC, para os estados que atingiram índice final (cobertura e regularidade do SIM) igual ou superior a 80% e cobertura do SINASC igual ou superior a 90%. Os demais dados das colunas do IDB-2000 foram estimados a partir de métodos demográficos indiretos

Fonte: Estimativa da Mortalidade Infantil por Microrregiões e Municípios e Indicadores e Dados Básicos – 2000

As taxas de mortalidade infantil são geralmente classificadas por faixa em alta (50 por mil ou mais), média (20-49) e baixa (menos de 20)[38]. Conforme pode ser observado a taxa de mortalidade infantil na Costa do Dendê pode ser considerada média e na Costa do Cacau, alta em 1998. Entretanto, como houve um incremento no sistema de saúde a partir do ano 2000, provavelmente o coeficiente de mortalidade infantil apresentado (1998) não deve refletir a situação atual.

Conforme a Tabela 3.2.2.22 a Costa do Dendê apresenta uma melhor taxa de mortalidade infantil, se comparada a da Costa do Cacau. Vários municípios na Costa do Cacau apresentam altas taxas de mortalidade infantil (Uruçuca, Una, e outros), com exceção de Ilhéus, que possui uma taxa de mortalidade infantil considerada média.

Tabela 3.2.2.23 - Coeficiente de Mortalidade Infantil por Ano – Pólo Litoral Sul/BA

	Município	1998
Costa do Dendê	Valença	44,36
	Cairu	44,36
	Taperoá	44,36
	Nilo Peçanha	44,36
	Ituberá	44,36
	Igrapiúna	44,36
	Camamu	44,36
	Maraú	44,36
	Costa do Dendê	***44,36***
Costa do Cacau	Itacaré	60,72
	Uruçuca	60,72
	Ilhéus	30,73
	Una	60,72
	Santa Luzia	60,72
	Canavieiras	60,72
	Costa do Cacau	***55,72***
	Pólo Litoral Sul	**50,04**
	Estado da Bahia	**50,36**

Fonte: SEI, Número de óbitos por grupos de causas, segundo município de residência, 1999 (SESAB/DICS); DATASUS, Estimativa da Mortalidade Infantil por Microregiões e Municípios, 1999.

Indicadores de Saúde

Assim como na educação, a situação da área de saúde vem apresentando consideráveis avanços ao longo dos últimos anos. Os indicadores de expectativa de vida ao nascer demonstram essas melhorias. São resultados de melhores condições de saneamento, alimentação e atendimento médico (preventivo e curativo). O atendimento oferecido nas condições descritas anteriormente vem apresentando resultados positivos, como se pode observar na tabela o no gráfico a seguir.

A Tabela 3.2.2.24 apresenta a evolução dos indicadores para o Estado da Bahia, para o Nordeste e para o Brasil. Entre 1991 e 2000, a expectativa de vida média do baiano cresceu três anos. Esse crescimento foi ainda maior que o apresentado pelo Nordeste e pelo País

38 Indicadores e dados Básicos Brasil 2001 / IDB 2001. Fonte original: PEREIRA, M.G.. Mortalidade. In: Epidemiologia: teoria e prática. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995, pg. 126

como um todo. Portanto, a Bahia vem diminuindo a diferença em relação ao restante do País. Outro ponto importante é a grande diferença na expectativa de vida entre homens e mulheres, em torno de seis anos no caso da Bahia.

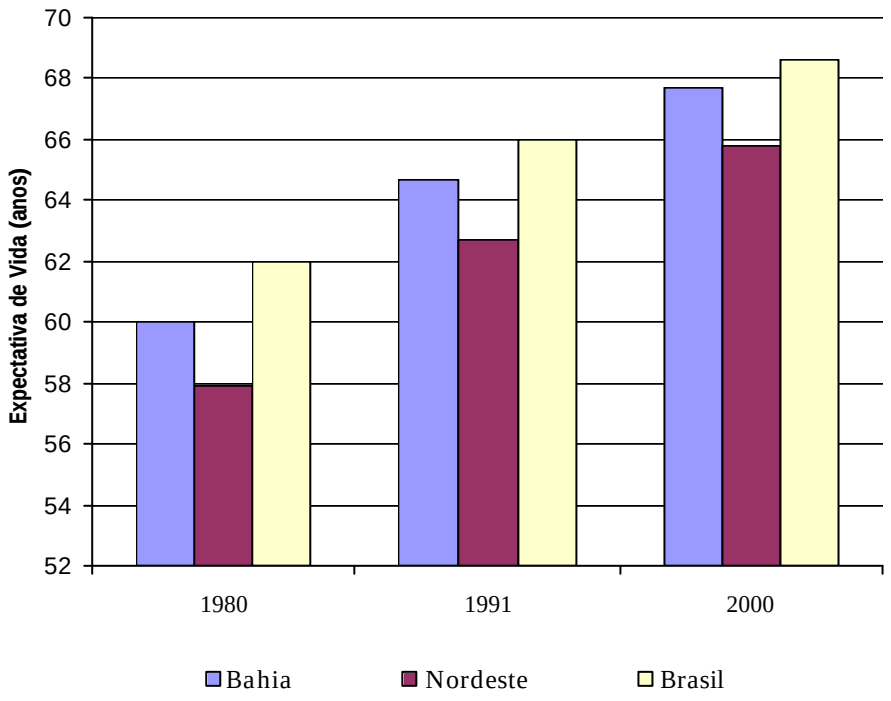
O Estado da Bahia é o Estado da Região Nordeste que tem a maior expectativa de vida ao nascer: 67 anos em 2000. Em 1998 a expectativa de vida no Estado era de 64 anos, porém, devido aos melhoramentos nos serviços de saúde e saneamento, entre outros fatores, essa média aumentou. A média baiana é maior que a média regional: 65 anos.

Tabela 3.2.2.24 - Evolução da Expectativa de Vida ao Nascer - BA/NE/Brasil

Região	1980			1991			2000		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Bahia	60	57,4	62,7	64,7	61,9	67,7	67,7	64,7	70,8
Nordeste	57,9	55,2	60,8	62,7	59,8	65,7	65,8	62,7	68,9
Brasil	62	59	65,4	66	62,6	69,8	68,6	64,8	72,5

Fonte: Projeto IBGE / Fundo de População das Nações Unidas

Gráfico 3.2.2.2 - Evolução da Expectativa de Vida ao Nascer - BA/NE/BR



Fonte: Projeto IBGE / Fundo de População das Nações Unidas

Conclusão

O Pólo Litoral Sul é constituído por catorze municípios, distribuídos pela Costa do Cacau e pela Costa do Dendê. Em geral, no Pólo, na década de 1980, a população vivia

predominantemente nas áreas rurais passando a se concentrar nas áreas urbanas a partir da década 1990, com taxa de urbanização de 62%. O município mais populoso do Pólo é Ilhéus, localizado na região central da Costa do Cacau, seguido por Valença, ao norte da Costa do Dendê.

O gênero masculino é predominante no Pólo, diferentemente do Estado da Bahia. A população pode ser considerada jovem, pois cerca de 40% tem até 19 anos. A renda média dos chefes de família está entre zero e um salário mínimo, acompanhando a média da Bahia. O emprego formal é muito baixo.

O impacto da praga da "vassoura de bruxa" nas lavouras de cacau gerou sérios impactos econômicos e sociais. Muitos de seus municípios vêm apresentando taxas de crescimento populacional negativas ou quase nulas ao longo da década 1980-1991.

O Pólo apresenta médio índice de desenvolvimento municipal (IDH-M), acompanhando o comportamento do Estado da Bahia.

Em relação à classificação do Índice de Desenvolvimento Social (IDS), os municípios do Pólo tiveram uma melhora entre os anos de 1998 e 2000.

Apesar das melhorias havidas, segundo os indicadores educacionais selecionados, o Pólo ainda possui predominância de chefes de família sem nenhuma instrução e reduzida taxa de alfabetização, principalmente se comparado ao da Bahia.

Em termos de saúde, houve alguns casos de doenças de notificação obrigatória significativos em relação ao total do Estado da Bahia, como por exemplo, a leptospirose que representou cerca 13% do total. Apesar dos índices de mortalidade infantil na Bahia terem diminuído ao longo da década de 1990, no Pólo, a Costa do Dendê (44,36 óbitos por 1000 nascidos vivos) apresenta melhores condições, se comparada à Costa do Cacau (55,72 óbitos por 1000 nascidos vivos).

3.3. Infra-estrutura

Introdução

Este capítulo realiza uma avaliação da situação de **saneamento básico,** formado pelos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e coleta e destinação de resíduos sólidos, de **transportes** (estruturas – terminais, rodovias e hidrovias – e características da operação dos modais), e de condições de **urbanização** do Pólo Litoral Sul. A disponibilidade de estruturas e serviços será avaliada inicialmente, bem como as condições de operação desses serviços nos municípios que compõem as duas zonas turísticas do Pólo: Costa do Cacau e Costa do Dendê. Também serão apresentadas análises dos componentes de infra-estrutura no Pólo Litoral Sul em face à demanda atual e futura, ressaltando a relação entre esses componentes e a atividade turística.

Os principais órgãos responsáveis por cada tipo de sistema foram responsáveis pelo fornecimento dos dados que subsidiaram as análises, a exemplo da Empresa Baiana de Águas e Saneamento – EMBASA, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, Departamento de Infra-estrutura de Transportes da Bahia – DERBA e Centro de Recursos Ambientais – CRA. Também foram utilizados levantamentos realizados pelo IBGE, na pesquisa nacional publicada no ano de 2000, relativa ao último Censo.

Nos destinos onde é pronunciada a sazonalidade da atividade turística, caso daqueles que dependem essencialmente de uma demanda voltada a atividades de lazer, torna-se mais complexo o dimensionamento correto dos componentes de infra-estrutura de uma localidade. Devem ser considerados no processo de planejamento os picos de demanda ocasionados pelo afluxo de uma população flutuante, composta por excursionistas e turistas. Assim, em localidades onde o turismo esteja consolidado ou onde haja potencial para desenvolvimento da atividade, os componentes de infra-estrutura devem ser dimensionados e adequados segundo um estudo do tamanho e distribuição temporal dos fluxos turísticos, além das próprias necessidades da comunidade local. A análise do impacto econômico proporcionado pela atividade turística deve considerar os investimentos adicionais em infra-estrutura requeridos para a recepção da população flutuante.

Os municípios que compõem o Pólo Litoral Sul apresentam situações relativamente homogêneas quanto à infra-estrutura disponível, com exceção clara de Ilhéus, onde a cobertura dos serviços básicos é bem mais abrangente que a média do Pólo. De um modo geral, os sistemas existentes são limitados e não atendem às necessidades atuais da população da região e dos visitantes. Isso pode vir a comprometer os projetos de desenvolvimento turístico nos municípios da área de planejamento. A questão do saneamento é ilustrativa da deficiência de estruturas, já que são altos os índices de residências que nem mesmo possuem instalações sanitárias e também se utilizam largamente as fossas rudimentares em diversos municípios, solução considerada ambientalmente inadequada. Essas fossas contaminam o solo e o lençol freático, podendo também gerar graves problemas de saúde, considerando que grande parte da população das áreas rurais ainda não tem acesso a sistemas de abastecimento de água tratada e utiliza-se de águas subterrâneas e cursos d´água contaminados por seus próprios efluentes domésticos.

Para que o Pólo Litoral Sul se consolide como um destino turístico sustentável, deverá ser empreendida a evolução contínua dos componentes de infra-estrutura analisados neste

capítulo. Essa evolução deverá ocorrer tanto com relação à abrangência geográfica dos serviços como com relação à qualidade dos serviços prestados pelas operadoras, garantindo, por exemplo, a continuidade do abastecimento de água e da coleta de resíduos sólidos ao longo do ano. As pressões crescentes da demanda nos componentes e a escassa disponibilidade de recursos para intervenções tornam ainda maior o desafio de garantir o atendimento à população e aos turistas. Outro desafio específico do saneamento básico é a necessidade de desenvolvimento de modelos tecnicamente e ambientalmente adequados, integrados e que considerem as necessidades específicas de cada município. As características do Pólo Litoral Sul, com extensas regiões de Mata Atlântica, restingas e manguezais, tornam a região muito vulnerável em caso de crescimento do fluxo turístico nos próximos anos.

Algumas intervenções se mostram importantes na estrutura de transporte, acompanhadas de melhorias nos serviços já existentes, para uma maior integração entre os municípios e áreas que se encontram atualmente isoladas. O aprimoramento das condições de circulação dentro do Pólo Litoral Sul criaria possibilidades de novos produtos e alternativas para os viajantes. Além disso, são necessários novos equipamentos que viabilizem uma maior circulação entre as localidades importantes para o desenvolvimento do turismo na região. Outro aspecto que deverá ser fomentado é a integração entre a Costa do Cacau e Costa do Dendê, criando maiores possibilidades de desenvolvimento de roteiros e aumentando a permanência média dos turistas na região. No entanto, as intervenções em transporte no Pólo Litoral Sul que facilitem o acesso a regiões ainda isoladas devem ser acompanhadas de planos de ocupação e monitoramento dos impactos causados pelo fluxo turístico. Além disso, o Pólo não possui atualmente um aeroporto internacional, o que inviabiliza certos tipos de empreendimentos e impede que a participação de turistas estrangeiros no fluxo seja maior.

Neste capítulo são mostrados inicialmente os principais investimentos e o desempenho dos sistemas de abastecimento de água (SAA) e do sistema de esgotamento sanitário (SES) implementados e em operação pela EMBASA nos últimos anos.

Em seguida são avaliados os serviços de abastecimento de água em diversos aspectos, sendo apresentadas as tarifas cobradas, o índice de atendimento a domicílios particulares em cada município e o total de ligações por tipo de estabelecimento. Também são analisados os serviços de coleta, investimentos programados, o andamento dos projetos em implementação e as características de cada solução adotada para a destinação dos efluentes. É dada ênfase especial às soluções alternativas atualmente utilizadas e aos impactos que causam, considerando a inexistência atual do tratamento de esgoto em grande parte das localidades onde se verificam atualmente fluxos turísticos significativos.

A parte seguinte trata dos sistemas de disposição final dos resíduos sólidos. São analisadas a cobertura dos serviços de coleta, a responsabilidade pela realização da coleta, a destinação dos resíduos, as regiões e municípios não atendidos por aterros e projetos em andamento. Também é apresentada uma estimativa dos volumes atuais de lixo produzido em cada município. Analisam-se, finalmente, as possíveis soluções técnicas para o problema da destinação dos resíduos sólidos.

Com relação aos transportes, são avaliadas as estruturas rodoviárias, aeroportuárias e hidroviárias existentes, considerando as características da região e a necessidade de estruturas para uso turístico. São ressaltados, através de um mapa, os principais aspectos da dinâmica de transportes no Pólo Litoral Sul, mostrando as condições que mais afetam o desenvolvimento da atividade turística e apontando oportunidades.

O item final deste capítulo, antes de sua conclusão, apresenta e analisa os principais problemas de ocupação e urbanização no Pólo, com ênfase aos aspectos de especulação

imobiliária, ocupação irregular, urbanização da orla e centros urbanos e problemas de drenagem.

Ao fim do capítulo, são expostas conclusivamente as principais deficiências detectadas e as necessidades de intervenção, considerando a estreita relação entre a presença de fluxos turísticos e a necessidade do provimento de componentes de infra-estrutura.

Saneamento Básico

A Funasa (Fundação Nacional de Saúde), em seu "Manual de Saneamento", considera como **saneamento ambiental** "o conjunto de ações socioeconômicas que têm por objetivo alcançar níveis de **salubridade ambiental,** por meio de abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos sólidos, líquidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária de uso do solo, drenagem urbana, controle de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas, com a finalidade de proteger e melhorar as condições de vida urbana e rural".

A Funasa considera por **salubridade ambiental** "o estado de higidez em que vive a população urbana e rural, tanto no que se refere a sua capacidade de inibir, prevenir ou impedir a ocorrência de endemias ou epidemias veiculadas pelo meio ambiente, como no tocante ao seu potencial de promover o aperfeiçoamento de condições mesológicas favoráveis ao pleno gozo de saúde e bem estar".

Essas condições de salubridade são em grande parte mantidas pelas ações de saneamento listadas acima. Estudos de 1993 do Banco Mundial estimaram que cerca de 30% da ocorrência de doenças nos países em desenvolvimento tem origem em condições de ambiente doméstico inadequadas. Segundo a Organização Panamericana de Saúde (OPAS), a ausência de saneamento, especialmente de tratamento de esgoto, é uma grande causa de mortalidade nos países da América Latina. Doenças como gastroenterites e as doenças diarréicas figuram entre as dez principais causas de mortalidade, sendo responsáveis por cerca de 200.000 mortes na região ao ano, sem incluir as causadas pela febre tifóide, hepatite e similares, comuns em lugares com condições de salubridade comprometida.

Ainda segundo a OPAS, os principais problemas de abastecimento de água são instalações em mau estado, com deficiências nos projetos ou mau estado de conservação; deficiência nos sistemas de desinfecção de água destinada ao consumo humano e a contaminação crescente das águas superficiais e subterrâneas por causa das deficiências de infra-estrutura de sistema de esgotamento sanitário, ausência de sistema de depuração de águas residuárias; e inadequado tratamento dos resíduos sólidos, com possível repercussão no abastecimento de água, em áreas para banhos e recreativas, na irrigação e outros usos da água. Além disso, é comum que sejam desenvolvidos projetos de captação e tratamento de água isolados, sem uma estratégia unificada para a bacia hidrográfica. Como resultado, algumas localidades fazem a captação de água em locais à jusante de grandes aglomerações urbanas que lançam seus efluentes domésticos nos cursos d´água.

Os problemas de saneamento causam impactos diretos nas comunidades locais, mas também afetam os projetos de desenvolvimento do turismo. Cursos hídricos contaminados por esgotos não tratados afetam o conjunto cênico de uma destinação e comprometem as condições de banho em praias procuradas pelos turistas. Esses problemas são menores postos em comparação aos riscos de saúde aos quais os turistas se expõem com a ingestão de água e alimentos contaminados e o contato com águas contaminadas.

Investimentos Recentes e Situação Operacional

A maior intervenção recente em saneamento básico no Estado da Bahia foi o Programa Bahia Azul, um conjunto de projetos destinados a intervenções no abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e coleta e destinação de resíduos sólidos nos municípios da região da Baía de Todos os Santos, tendo como agente financiador principal o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Uma parte substancial dos recursos foi destinada ao subprojeto de fortalecimento institucional dos órgãos estaduais envolvidos com a implantação ou operação de projetos de saneamento ambiental, como o CRA, a EMBASA e a Secretaria da Fazenda, dotando esses órgãos de estruturas adequadas e capacidade de gestão. Os resultados desse fortalecimento têm sido naturalmente estendidos aos demais sistemas operados pelos órgãos, agregando qualidade aos serviços também no Pólo Litoral Sul.

As maiores intervenções realizadas no Pólo Litoral Sul nos últimos anos foram em Cairu (Morro de São Paulo), Una e Ilhéus. Praticamente a totalidade dos recursos disponibilizados desde 1997 foi aplicada nesses municípios, especialmente em Ilhéus, que ficou com 98% dos recursos. Maraú também recebeu investimentos, mas os valores não são significativos se comparados aos demais.

A Tabela 3.3.1 indica os valores dos investimentos nos municípios do Pólo Litoral Sul:

Tabela 3.3.1 – Investimentos em Sistemas de Água e Esgotamento Sanitário no Pólo Litoral Sul 1997-2002 – (R$)

Município	1997	1998	1999	2000	2001	2002 (*)	Total
Cairu				1.923.000,00	359.000,00		**2.282.000,00**
Camamu							-
Igrapiúna							-
Ituberá							-
Maraú		82.300,00					**82.300,00**
Nilo Peçanha							-
Taperoá							-
Valença							-
Costa do Dendê	-	*82.300,00*	-	*1.923.000,00*	*359.000,00*	-	***2.364.300,00***
Canavieiras							-
Ilhéus	7.163.500,00	98.700,00	96.870.000,00			45.000,00	**104.177.200,00**
Itacaré							-
Santa Luzia							-
Una		328.000,00	50.075,00			1.794.000,00	**2.172.075,00**
Uruçuca							-
Costa do Cacau	*7.163.500,00*	*426.700,00*	*96.920.075,00*	-	-	*1.839.000,00*	***106.349.275,00***
Total	**7.163.500,00**	**509.000,00**	**96.920.075,00**	**1.923.000,00**	**359.000,00**	**1.839.000,00**	**108.713.575,00**

(*) Realizado mais Previsão

Fonte: EMBASA 2002

A Tabela 3.3.2 indica o número e o desempenho dos sistemas de água e esgoto em cada município. A maioria dos sistemas em análise é destinada ao abastecimento de água, sendo que apenas os municípios de Cairu, Ilhéus e Una contam atualmente com sistemas de esgotamento sanitário. Mesmo nesses municípios, a cobertura dos sistemas ainda é pouco abrangente, como será analisado posteriormente. O único sistema não satisfatório levantado pela EMBASA foi o sistema de abastecimento de água de Olivença, no município de Ilhéus.

Taperoá e Valença possuem somente sistemas cuja operação não é de responsabilidade da EMBASA, sendo administrados pelas prefeituras municipais. No entanto, os municípios de

Itacaré, Una e Uruçuca, mesmo apresentando sistemas vinculados à EMBASA, também possuem sistemas administrados pelas prefeituras.

Os sistemas de abastecimento de água cobrem uma área onde reside cerca de 50% da população do Pólo Litoral Sul (ou 94% da população urbana). Menos abrangentes, os sistemas de tratamento de esgoto cobrem uma área onde reside apenas cerca de 13% da população (ou 24% da população urbana).

Tabela 3.3.2 – Situação Operacional dos SAA e SES do Pólo Litoral Sul

	Situação Operacional			
Município	**não opera**	**não satisfatório**	**satisfatório**	**Total**
Cairu			3	**3**
Camamu			3	**3**
Igrapiúna			1	**1**
Ituberá			1	**1**
Maraú			1	**1**
Nilo Peçanha			1	**1**
Taperoá	1			**1**
Valença	1			**1**
Costa do Dendê	*2*	*-*	*10*	***12***
Canavieiras			1	**1**
Ilhéus		1	3	**4**
Itacaré	1		1	**2**
Santa Luzia			1	**1**
Una	1		2	**3**
Uruçuca	1		1	**2**
Costa do Cacau	*3*	*1*	*9*	***13***
Total	**5**	**1**	**19**	**25**

***Satisfatório**: Atende às demandas atuais em termos abrangentes de quantidade, qualidade e segurança*

***Não satisfatório**: Não atende a pelo menos um dos itens anteriores*

Fonte: EMBASA 2002

Abastecimento de Água

Segundo relatório da Funasa, o sistema de abastecimento de água caracteriza-se pela retirada da água da natureza, adequação de sua qualidade, transporte até os aglomerados humanos para consumo e fornecimento à população em quantidade compatível com suas necessidades. O sistema é composto por um conjunto de obras, instalações e serviços, destinados a prover uma comunidade de água tratada, para fins de consumo doméstico, serviços públicos, consumo industrial, entre outros. Em alguns casos, somente a instalação de um sistema de abastecimento de água pode reduzir a mortalidade infantil por diarréia em até 50%, além de aumentar a expectativa de vida e produtividade de uma população.

O órgão responsável pela execução, fiscalização, operação e manutenção dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado é a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A – EMBASA. Ela constitui-se como uma sociedade de economia mista vinculada à Secretaria de Infra-estrutura e ainda trabalha em parceria com empresas de consultoria contratadas para o gerenciamento técnico da implantação dos sistemas. A população atendida pela empresa é estimada em cerca de 7,2 milhões de habitantes em 344

municípios (dos 417 existentes no Estado da Bahia), e seu faturamento anual é de cerca de R$ 369 milhões.

A EMBASA demonstra boa capacidade técnica para gerenciamento e execução de obras. No entanto, constatam-se algumas deficiências no processo de implantação de novos sistemas no que tange ao gerenciamento dos impactos ambientais. Uma eficiente fiscalização da empresa poderia minimizar alguns danos ambientais causados pelas obras ao longo de sua execução. São constantes reclamações dos usuários quanto à relação com as construtoras (empreiteiras contratadas via licitação, responsáveis pela execução das obras). Como exemplo, são verificados problemas de ruptura de pavimentação de ruas, sem a posterior recomposição adequada. Outras falhas institucionais da empresa ficam evidentes após o término formal das obras de implantação dos projetos. A partir desse ponto, quando a empresa deveria garantir um melhor relacionamento com o usuário, nota-se um crônico problema de comunicação. Existe todo um conjunto de mecanismos legais que obrigam o usuário a efetuar as ligações intradomiciliares, mas o processo, na prática, demonstra ser mais complexo e exige iniciativas por parte da EMBASA para garantir que os domicílios sejam conectados à rede implantada (DEREC, Sl, 2001).

Tendo sido apresentados os investimentos realizados ao longo dos últimos anos e a condição de operação dos sistemas de abastecimento de água no Pólo Litoral Sul, este item focará os resultados das ações, identificando a situação atual da população de cada município quanto à cobertura dos serviços de abastecimento e os problemas que ainda são constatados.

O índice de cobertura do abastecimento de água é dado pela porcentagem de domicílios com abastecimento de água por rede geral. No país como um todo, houve um pequeno avanço nesse índice durante a década de 1990. Na Bahia, esse avanço foi maior. Em todo o Pólo Litoral Sul, mais da metade dos domicílios eram cobertos pelo serviço em 2000, segundo dados do IBGE. Mesmo assim, o percentual de atendimento (52,9%) ficou abaixo do percentual médio da Bahia (69,5%).

Na Tabela 3.3.3 são apresentados os dados para os municípios do Pólo Litoral Sul, para a Bahia, Nordeste e Brasil:

Tabela 3.3.3 - Evolução Índice de Cobertura do Abastecimento de Água (Domicílios)

	Município	1991	2000
Costa do Dendê	Valença	53,9%	67,8%
	Cairu	14,6%	71,3%
	Taperoá	30,2%	48,8%
	Nilo Peçanha	25,3%	49,5%
	Ituberá	41,5%	47,3%
	Igrapiúna	23,2%	26,8%
	Camamu	23,5%	42,3%
	Maraú	9,5%	20,9%
	Costa do Dendê	***27,7%***	***46,8%***
Costa do Cacau	Itacaré	10,2%	36,2%
	Uruçuca	32,6%	60,8%
	Ilhéus	45,4%	67,3%
	Una	25,2%	39,9%
	Santa Luzia	40,1%	50,0%
	Canavieiras	42,1%	63,3%
	Costa do Cacau	***32,6%***	***52,9%***
	Salvador	93,3%	96,6%
	Bahia	**52,2%**	**69,5%**
	Nordeste	52,7%	66,4%
	Brasil	**70,7%**	**77,8%**

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000 - IBGE

A Tabela 3.3.4 identifica a evolução do número de ligações e da população residente nas áreas atendidas. Praticamente todos os municípios apresentaram avanços no número de ligações por habitante. Considerando esse índice com parâmetro de análise, a situação é mais crítica em Igrapiúna, Maraú, Nilo Peçanha, na Costa do Dendê, e em Itacaré, na Costa do Cacau.

Tabela 3.3.4 – Evolução no Abastecimento de Água no Pólo Litoral Sul 1998-2001

	1998			2000			2001		
Município	População	Total de ligações	Pessoas /ligação	População	Total de ligações	Pessoas /ligação	População	Total de ligações	Pessoas /ligação
Cairu	7.483	1.343	5,6	11.410	1.480	7,7	11.410	1.892	6,0
Camamu	28.715	2.603	11,0	33.661	2.856	11,8	33.713	3.468	9,7
Igrapiúna	13.704	n/d	n/d	14.960	548	27,3	15.217	699	21,8
Ituberá	20.815	2.562	8,1	24.133	3.149	7,7	24.530	3.470	7,1
Maraú	18.004	529	34,0	18.366	553	33,2	18.450	634	29,1
Nilo Peçanha	11.213	553	20,3	11.213	566	19,8	11.213	707	15,9
Taperoá	15.933	n/d	n/d	15.933	1.734	9,2	16.501	1.734	9,5
Valença	77.509	n/d	n/d	77.509	13.017	6,0	78.745	n/d	n/d
Canavieiras	35.406	5.798	6,1	35.322	6.364	5,6	35.395	7.652	4,6
Ilhéus	254.970	27.739	9,2	222.127	29.288	7,6	221.654	33.862	6,5
Itacaré	15.161	1.282	11,8	18.120	1.460	12,4	18.120	1.478	12,3
Santa Luzia	16.129	1.764	9,1	15.503	1.949	8,0	15.503	2.362	6,6
Una	34.960	2.158	16,2	31.261	2.788	11,2	32.187	3.472	9,3
Uruçuca	21.991	2.904	7,6	20.323	3.095	6,6	19.015	3.545	5,4

n/d: dado não disponível

Fonte: EMBASA 2002

Destaca-se, na **Costa do Dendê**, o município de **Cairu**, que em 1991 apresentava um percentual de 14,6% de domicílios atendidos e, em 2000, apresentou uma taxa de 71,3%. Segundo dados da EMBASA de 2002, cerca de 94,0% da população urbana do município é atendida. **Camamu**, apesar da evolução recente e de atender a 96,0% de sua população urbana (27% do total), possui índices baixos quando considerada a população rural. Em 2000, o índice de atendimento era de apenas 42,3%. **Igrapiúna** é um caso semelhante. Apenas 13% da população vive na área urbana do município. Essa área possui 95% dos domicílios atendidos, mas o índice total de atendimento, em 2000, era de apenas 26,8%. Houve evolução pequena do índice de atendimento total em **Ituberá** (47,3% em 2000) de 1991 a 2000. Em situação semelhante aos demais municípios do Pólo Litoral Sul, 93,0% da população urbana tem acesso ao serviço de abastecimento. **Maraú** apresenta a condição mais preocupante da Costa do Dendê, com apenas 20,9% da população atendida. A maior parte da população não atendida concentra-se na zona rural, onde vivem cerca de 87% dos habitantes do município. **Nilo Peçanha** apresentou evolução considerável de 1991 a 2000, contemplando perto da metade da população no último ano da pesquisa do IBGE. Dados recentes (2002) da EMBASA apontam que cerca de 90,0% da população urbana é atendida, mas o município apresenta um caráter essencialmente rural. **Valença**, onde 72% da população é urbana, 67,8% possui acesso ao abastecimento de água. **Taperoá** apresentou evolução no atendimento de 30,2% para 48,8% de 1991 a 2000. Cerca de 47% dos habitantes vivem na zona urbana.

A situação quanto ao abastecimento de água na **Costa do Cacau** é ligeiramente mais favorável que na Costa do Dendê. **Canavieiras** apresenta um índice de atendimento (63,3%) relativamente alto dentro do contexto do Pólo, mesmo que cerca de 57% de sua população habite a zona rural. Os habitantes da zona urbana são atendidos quase que plenamente (98,0%). **Ilhéus**, o município mais populoso do Pólo, ainda deve receber atenção especial, mesmo que 67,3% da população seja atendida. Cerca de 96,0% da população urbana é atendida, mas 58,0% dos habitantes vivem na zona rural e grande parte ainda não possui acesso ao serviço. **Itacaré** apresenta certamente a situação mais preocupante, ainda mais quando se considera a evolução do turismo no município e os problemas que podem surgir em função da deficiência no abastecimento. O índice de atendimento de 2000 foi de 36,2%. A EMBASA indica que, em 2002, apenas 70,0% da população urbana é atendida. Esse é o menor índice de todo o Pólo Litoral Sul, em um dos principais destinos turísticos. O município de **Santa Luzia** apresentou evolução lenta ao longo da década de 90, chegando ao índice de 50,0% em 2000. Na área urbana, onde vivem 34,0% da população, cerca de 96,0% possuem atendimento de abastecimento de água. A situação em **Una**, mesmo tendo evoluído recentemente, ainda é uma das menos favoráveis do Pólo Litoral Sul (39,9% de atendimento). Situação semelhante é verificada em **Uruçuca** (36,2% de atendimento), onde cerca de 87,0% da população urbana é contemplada pelo serviço de abastecimento de água. Esse índice é baixo quando comparado aos outros municípios do Pólo, nos quais mais de 90,0% das populações urbanas são atendidas em praticamente todos os casos.

Em relação às tarifas cobradas pelo abastecimento, os valores apresentam diferenças graduais, favorecendo os consumidores com menor gasto e moradores de regiões com renda mais baixa. As tarifas cobradas pela EMBASA são descritas na Tabela 3.3.5:

Tabela 3.3.5 – Tarifário de Consumo de Água

	Residencial (A) – Bairros Populares	Social (S)	Residencial (B e E) – Bairros Nobres
Até 10 m ³	**R$ 1,10 / mês**	**R$ 1,10 / mês**	**R$ 5,00 / mês**
11 – 15 m ³	0,80 / m ³	0,80 / m ³	1,07 / m ³
16 – 20 m ³	0,85 / m ³	0,85 / m ³	1,14 / m ³
21 – 25 m ³	0,85 / m ³	0,88 / m ³	1,19 / m ³
26 – 30 m ³	0,91 / m ³	0,91 / m ³	1,21 / m ³
31 – 40 m ³	0,94 / m ³	0,94 / m ³	1,26 / m ³
41 – 50 m ³	0,97 / m ³	0,97 / m ³	1,31 / m ³
51 – 60 m ³	1,20 / m ³	1,12 / m ³	1,53 / m ³

Fonte: EMBASA 2002

A maior parte dos municípios do Pólo Litoral Sul é atendida pela EMBASA. Valença e Taperoá possuem somente sistemas operados pelas prefeituras municipais. As ligações de água dos municípios que são atendidos pela EMBASA, por tipo de estabelecimento, estão apresentadas na próxima tabela. O predomínio é de ligações residenciais. Há poucas ligações industriais. No total, há mais de 63 mil ligações de água da EMBASA no Pólo Litoral Sul.

Tabela 3.3.6 – Número de Ligações dos Sistemas de Abastecimento de Água do Pólo Litoral Sul

	LIGAÇÕES EXISTENTES			
Municípios	**Residenciais**	**Industriais**	**Comerciais**	**Total**
Cairu	1.630	0	262	1.892
Nilo Peçanha	650	1	56	707
Ituberá	3.166	1	303	3.470
Igrapiúna	677	0	22	699
Camamú	3.325	2	141	3.468
Maraú	602	0	32	634
Costa do Dendê	***10.050***	***4***	***816***	***10.870***
Itacaré	1.406	0	72	1.478
Uruçuca	3.361	0	184	3.545
Ilhéus	32.139	31	1.692	33.862
Una	3.345	0	127	3.472
Santa Luzia	2.231	1	130	2.362
Canavieiras	7.328	2	322	7.652
Costa do Cacau	***49.810***	***34***	***2527***	***52.371***
TOTAL	**59.860**	**38**	**3.343**	**63.241**

Fonte: EMBASA 2002

Segundo a EMBASA (2002), há projetos concluídos de SAA para Ilhéus (Olivença), Uruçuca (Serra Grande) e Valença (Maricoabo). Esses projetos, portanto, terão em breve suas obras iniciadas e beneficiarão em médio prazo as localidades citadas. Deve-se ressaltar, no entanto, que entre a conclusão dos sistemas e o efetivo atendimento da população residente na localidade contemplada, decorre um certo tempo para que sejam realizadas as ligações intradomiciliares. Além disso, há um projeto em fase de elaboração para Una (Comandatuba).

Esgotamento Sanitário

De acordo com a Funasa, "o esgoto doméstico é aquele que provêm principalmente de residências, estabelecimentos comerciais, instituições ou quaisquer edificações que dispõem de instalações de banheiros, lavanderias e cozinhas. Compõe-se essencialmente de água de banho, excretas, papel higiênico, restos de comida, sabão, detergentes e águas de lavagem".

Conforme já ressaltado, é de grande importância para a comunidade e para os visitantes de uma região que o esgoto tenha uma destinação adequada. Os dejetos humanos podem ser veículos de germes patogênicos de várias doenças, por isso torna-se indispensável que sejam afastados do contato com o homem. A solução mais recomendada é a construção de privadas com veiculação hídrica, ligadas a um sistema público de esgoto, com adequado destino final. Por razões econômicas, essa solução pode ser impraticável em meios rurais, e mesmo em localidades urbanas mais afastadas e de baixa densidade. Nesses casos, são indicadas soluções individuais para cada domicílio, desde que sejam projetadas de acordo com as normas técnicas que evitem a contaminação do solo e das águas subterrâneas.

Sistemas de esgotamento sanitário, a despeito de sua importância, têm sido, via de regra, o último serviço público a ser implantado nas cidades brasileiras, constatação que ajuda a esclarecer o porquê das estatísticas sempre apresentarem, para esse serviço, os mais baixos índices de cobertura existentes em qualquer das cidades brasileiras.

Em geral, a aplicação dos recursos disponibilizados para o saneamento no Brasil, ao longo dos anos, priorizou o abastecimento de água em detrimento das demais ações que compõem o saneamento básico, como a coleta e a disposição adequada de esgotos sanitários e resíduos sólidos domiciliares, a drenagem urbana e o controle de vetores, tão importantes quanto o abastecimento de água para a melhoria da qualidade de vida.

O único investimento público em sistemas de esgotamento sanitário com recursos do PRODETUR I na região do Pólo Litoral Sul foi o Sistema de Esgotamento Sanitário em Itacaré (Sede), que teve início em novembro de 2003 e deve ser concluído em dezembro de 2004, com um investimento total previsto de US$ 2,4 milhões.

Como se pode observar na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**, os índices de cobertura do esgotamento sanitário (porcentagem de domicílios particulares onde há coleta de esgoto) são razoavelmente menores que os índices de abastecimento de água.

Tabela 3.3.7 - Evolução do Índice de Cobertura de Coleta de Esgoto (Domicílios) – Pólo Litoral Sul/BA/NE/BR

	Município	1991	2000
Costa do Dendê	Valença	0,1%	50,4%
	Cairu	0,2%	1,0%
	Taperoá	4,3%	23,4%
	Nilo Peçanha	0,0%	17,7%
	Ituberá	1,0%	31,9%
	Igrapiúna	0,1%	11,4%
	Camamu	0,2%	21,4%
	Maraú	0,0%	7,3%
	Costa do Dendê	***0,5%***	***31,1%***
Costa do Cacau	Itacaré	0,0%	5,9%
	Uruçuca	0,0%	47,2%
	Ilhéus	0,3%	44,1%
	Una	0,0%	13,5%
	Santa Luzia	1,0%	31,7%
	Canavieiras	0,0%	0,9%
	Costa do Cacau	***0,2%***	***34,5%***
	Bahia	**6,9%**	**34,5%**
	Nordeste	8,9%	25,1%
	Brasil	**35,3%**	**47,2%**

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000 - IBGE

Também foi detectado um crescimento mais acentuado desse índice na Bahia do que no restante do país. Diferentemente do que ocorre em relação ao abastecimento de água, os municípios do Pólo Litoral Sul apresentam índices de coleta de esgoto semelhantes aos do Estado. Apenas Valença, Ilhéus e Uruçuca apresentam percentuais mais elevados. Os municípios de Una, Uruçuca, Itacaré, Maraú, Canavieiras e Nilo Peçanha, em 1991, não tinham domicílios atendidos por rede de esgoto. Em 2000, alguns desses municípios ainda tinham baixos índices de cobertura: Cairu, Canavieiras e Itacaré. Em Cairu (Morro de São Paulo), apesar do baixo índice de coleta apresentado na tabela, houve avanços com a inauguração de sistema de esgotamento sanitário no início de 2001, que não puderam ser ainda detectados pela pesquisado IBGE.

Apesar dos baixos índices de cobertura, houve um aumento da cobertura de coleta de esgotos domiciliares. Na zona turística da Costa do Dendê, por exemplo, em 1991, somente 184 dos 40.576 domicílios eram atendidos pela rede de esgotos. Já em 2000, 15.012 domicílios dos 48.199 existentes passaram a ser atendidos por este serviço. Na Costa do Cacau, a situação de atendimento é ainda mais precária. Em 1991, apenas 343 dos 116.446 domicílios eram atendidos. Em 2000, este número cresceu: dos 135.475 domicílios existentes, 44.038 domicílios passaram a ser atendidos.

Atualmente, o único município que apresenta um sistema abrangente de esgotamento sanitário (que inclui o tratamento dos efluentes) é **Ilhéus**, que recebeu grandes investimentos durante os últimos anos (mais informações no item "Investimentos Recentes e Situação Operacional", neste mesmo capítulo). Tais investimentos permitiram a instalação de sistemas que cobrem uma área onde residem aproximadamente 13% da população do Pólo Litoral Sul. Atualmente, cerca de 41,0% da população urbana do município é atendida por sistema de

esgotamento sanitário. O distrito de **Morro de São Paulo (Cairu)**, como mencionado anteriormente, teve seu sistema inaugurado em 2001. Assim, esse distrito – que recebe um dos maiores fluxos turísticos do Pólo – está atendendo à maior parte de sua área. **Una** também conta com um SES que contempla, no entanto, apenas 8,0% da população urbana atualmente.

Nos demais municípios, há uma parcela da população que tem seu esgoto coletado por rede geral ou pluvial. Conforme apresentado acima, só há tratamento de esgoto em três municípios. Assim, o esgoto coletado nos demais municípios não é tratado. A Tabela 3.3.8 apresenta os índices de esgoto coletado (número também apresentado na coluna do ano 2000 da **Erro! A origem da referência não foi encontrada.**) e o destino dado ao restante.

Tabela 3.3.8 – Domicílios por Tipo de Esgotamento Sanitário - Pólo Litoral Sul

	Município	Rede geral de esgoto ou pluvial	Fossa séptica	Fossa rudimentar	Residências sem banheiro	Lançamentos de dejetos em valas, rios e mar
Costa do Dendê	Valença	50,4%	1,8%	9,7%	29,3%	8,7%
	Cairu	1,0%	32,6%	22,0%	31,3%	13,1%
	Taperoá	23,4%	2,8%	10,7%	56,0%	7,0%
	Nilo Peçanha	17,7%	8,5%	3,9%	50,1%	19,8%
	Ituberá	31,9%	0,3%	12,3%	40,5%	15,0%
	Igrapiúna	11,4%	8,9%	12,5%	54,1%	13,1%
	Camamu	21,4%	3,1%	14,7%	50,9%	9,9%
	Maraú	7,3%	3,3%	27,4%	53,6%	8,3%
Costa do Cacau	Itacaré	5,9%	14,0%	15,5%	55,7%	9,0%
	Uruçuca	47,2%	14,2%	5,0%	22,3%	11,4%
	Ilhéus	44,1%	13,9%	13,9%	17,7%	10,4%
	Una	13,5%	10,0%	31,6%	39,4%	5,5%
	SantaLuzia	31,7%	1,2%	12,2%	42,4%	12,4%
	Canavieiras	0,9%	7,4%	59,1%	28,8%	3,9%

Fonte: Censo 2000 - IBGE

É alto o índice de domicílios que não possuem banheiros, superando em alguns casos os 50%. Também são altos os índices de lançamentos de dejetos em valas, rios e mar. Esses dados indicam uma situação crítica em várias áreas em que a atividade turística é importante, como Camamu, Maraú e Itacaré. Nesse último, conforme relatado, há um sistema em fase de implantação. A situação também é grave em vários outros municípios, pois ainda que eles não apresentem fluxo turístico significativo, a situação atual contribui para a poluição hídrica dos canais e estuários que são a base da pesca local.

Segundo a EMBASA (2002), há projetos de sistemas de esgotamento sanitário, ainda não implantados, para Camamu, Canavieiras, Ilhéus (Olivença), Itacaré (Taboquinhas) e Uruçuca (Serra Grande).

Resíduos Sólidos

A destinação final adequada dos resíduos sólidos é de fundamental importância para a salubridade ambiental e mostra-se como um dos itens de maior deficiência estrutural no Pólo Litoral Sul atualmente, gerando pressões ambientais que podem se tornar insustentáveis com o crescimento do fluxo turístico.

Na **Erro! A origem da referência não foi encontrada.** são apresentados os Índices de Coleta de Lixo – porcentagens de domicílios com coleta regular de resíduos sólidos – em 1991 e 2000.

Apesar de enormes avanços no Estado e na região, maiores que os apresentados para o país como um todo, a situação nos municípios do Pólo Litoral Sul ainda é pior que a média da Bahia. Taperoá, Igrapiúna, Maraú e Itacaré apresentaram os piores índices. Cairu estendeu consideravelmente esse serviço e Uruçuca, Ilhéus e Canavieiras apresentam os melhores índices.

No Pólo Litoral Sul, no período 1991-2000, houve um aumento de cerca de 20% no total dos domicílios atendidos (em 1991, 50.937 domicílios eram atendidos pela coleta de lixo; já em 2000, este número passou para 93.705 domicílios atendidos). Mesmo com essa evolução, esse serviço de saneamento apresentou o menor crescimento no período.

Tabela 3.3.9 - Evolução do Índice de Cobertura da Coleta de Lixo (Domicílios) – Pólo Litoral Sul/BA/NE/BR

	Município	1991	2000
Costa do Dendê	Valença	45,2%	59,6%
	Cairu	3,2%	71,1%
	Taperoá	16,3%	32,8%
	Nilo Peçanha	9,0%	35,0%
	Ituberá	40,7%	49,2%
	Igrapiúna	4,9%	20,3%
	Camamu	19,3%	35,9%
	Maraú	0,1%	11,0%
	Costa do Dendê	***26,2%***	***45,4%***
Costa do Cacau	Itacaré	12,6%	30,1%
	Uruçuca	36,3%	65,6%
	Ilhéus	46,2%	64,1%
	Una	20,3%	38,4%
	Santa Luzia	36,3%	41,6%
	Canavieiras	46,1%	67,0%
	Costa do Cacau	***41,1%***	***59,5%***
	Bahia	**41,0%**	**61,7%**
	Nordeste	41,5%	60,6%
	Brasil	**63,8%**	**79,0%**

Fonte: Censo Demográfico 1991 e 2000 – IBGE

As condições inadequadas de limpeza urbana dos municípios do Pólo Litoral Sul decorrem de uma série de fatores estruturais, como a inexistência, na maioria dos municípios, de um sistema de coleta eficiente, resultado geralmente das dificuldades financeiras e da falta de capacidade administrativa e gerencial das prefeituras. As prefeituras municipais são responsáveis pela coleta dos resíduos sólidos em todos os municípios do Pólo Litoral Sul, com exceção de Ituberá e Taperoá, onde empresas privadas foram contratadas para a realização do serviço. Detectam-se, como no caso de Cairu, problemas na gestão do sistema de coleta que incluem a falta de treinamento dos servidores, ausência de programas de educação ambiental específicos para os funcionários de coleta e ausência de uma política de recursos humanos, segundo relatos da CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia).

A Tabela 3.3.10 apresenta alguns dados com relação à situação da coleta e destinação final de resíduos sólidos nos municípios do Pólo Litoral Sul, assim como uma estimativa do volume diário médio de resíduos sólidos produzidos.

Tabela 3.3.10 – Coleta e Destinação Final de Resíduos Sólidos no Pólo Litoral Sul

Município	Volume de lixo (ton/dia)	Destinação final	Responsável pela limpeza urbana
Costa do Dendê			
Cairu	ND	Vazadouro a céu aberto	Prefeitura
Camamu	13,3	Vazadouro a céu aberto	Prefeitura
Igrapiúna	ND	ND	ND
Ituberá	10,0	Vazadouro a céu aberto	Empresa Limpando Sempre
Maraú	3,8	Vazadouro a céu aberto	Prefeitura
Nilo Peçanha	1,5	Vazadouro a céu aberto	Prefeitura
Taperoá	4,5	Vazadouro a céu aberto	Empresa Nilton Rocha LTDA
Valença	34,4	Aterro sanitário	Prefeitura
Costa do Cacau			
Canavieiras	15,9	Vazadouro a céu aberto	Prefeitura
Ilhéus / Uruçuca	134,7	Aterro sanitário compartilhado	Prefeitura
Itacaré	16,0 (alta est.) / 8,0 (baixa est.)	Vazadouro a céu aberto	Prefeitura
Santa Luzia	4,9	Vazadouro a céu aberto	Prefeitura
Una	ND	ND	ND

ND: Dado não disponível *Fonte: CONDER, 2003*

A situação é ainda mais preocupante quando são analisados os sistemas de destinação final do lixo dos municípios. A disposição final desses resíduos sólidos geralmente se dá nos chamados lixões, áreas onde se verifica a inexistência de qualquer cuidado em termos de conservação ambiental e controle da saúde pública, contribuindo para a degradação paisagística, ambiental e social desses lugares. São muitos os problemas causados por esse tipo de destinação dos resíduos, como a contaminação dos solos, poluição dos cursos d´água e a disseminação da prática da "catação", com pessoas buscando no lixo os meios de sobrevivência, de forma desumana. Todos esses problemas tendem a se agravar em função do desenvolvimento do turismo, já que a população flutuante gera uma quantidade adicional de resíduos. Outra causa para a situação detectada é a falta de informação e conscientização das populações da região sobre a importância da destinação adequada dos resíduos.

As estimativas de volume médio de lixo produzido nos municípios do Pólo Litoral Sul indicam que o maior volume é gerado em Ilhéus / Uruçuca. Apesar do dado estar agregado para os dois municípios, em função do aterro sanitário compartilhado, a maior parte cabe certamente ao primeiro município, em função da dimensão de sua população. Apenas para Itacaré obteve-se a informação segmentada entre alta temporada turística e baixa temporada. O volume médio diário de lixo produzido na alta corresponde ao dobro do gerado na baixa, o que é um indicador claro do potencial de impacto ambiental da atividade turística. Desse modo, especialmente naqueles municípios com mais de 10 toneladas / dia de resíduos e atividade turística crescente, como Canavieiras, a destinação inadequada dos resíduos sólidos pode ser responsável por um passivo ambiental de difícil gerenciamento em longo prazo, comprometendo a atratividade do destino.

O aterro sanitário de Ilhéus foi concluído em dezembro de 2002 e já se encontra em operação, atendendo também ao município de Uruçuca. O aterro de Valença, por sua vez, teve suas obras iniciadas em março de 2003, com previsão de conclusão em setembro. No entanto, os demais municípios ainda despejam os resíduos em depósitos a céu aberto.

Os projetos de aterros sanitários são de responsabilidade da CONDER (Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia), que é uma empresa pública, com personalidade jurídica de direito privado, patrimônio próprio, autonomia administrativo-financeira e vinculada estruturalmente à Secretaria do Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Ela tem por finalidade promover, coordenar e executar a política estadual de desenvolvimento urbano, metropolitano e habitacional. Uma de suas atribuições é gerenciar e acompanhar o funcionamento dos aterros sanitários.

A Tabela 3.3.11 identifica os detalhes dos aterros de Ilhéus e Valença.

Tabela 3.3.11 – Aterros no Pólo Litoral Sul

Aterro	Localização	Municípios atendidos	Capacidade		Quantidade anual de disposição	População atendida*
			Vida útil (anos)	Peso (ton/dia)		
PRODUR	Ilhéus	Ilhéus	20	104,10	37.476,00	172.627,00
PRODUR	Valença	Valença	15	34,37	12.373,20	50.083,00

(*) População Urbana- (Classificação dos Municípios Baianos - SEI - 1996)

Fonte: Aterros Sanitários - Situação Atual - 2001, CONDER

Além desses dois projetos, já implantados ou em implantação, Itacaré deverá contar com um aterro sanitário. Essa unidade já está em processo de escolha da área adequada para a instalação. A decisão sobre a localização tem sido difícil, em função das características da região – existem muitas nascentes de água – e pela pressão da sociedade civil para a implantação de uma solução mais ecológica, utilizando processos de compostagem e reciclagem.

Em Morro de São Paulo, segundo informações do CONDER, há um aterro provisório da prefeitura, que deverá suprir as necessidades do distrito até a viabilização do aterro de Valença. Discute-se, no entanto, se a destinação dos resíduos do distrito ao aterro de Valença é viável, em função da logística de transporte complexa. Uma solução alternativa seria dotar o aterro atual de estrutura adequada.

Em alguns municípios foram identificados sérios problemas relacionados com a presença de resíduos sólidos na costa, principalmente em áreas mais afastadas. Devido a vários fatores (estradas, distância, inexistência de moradores fixos etc), a coleta desses resíduos é realizada esporadicamente.

Em grande parte da costa, compreendendo desde a Ilha de Tinharé até o sul de Itacaré, as praias algumas vezes encontram-se cobertas por resíduos plásticos (garrafas, potes etc), deixando um péssimo aspecto em uma área de grande valor cênico. Segundo relatos de membros de ONGs, das prefeituras e da comunidade, esses resíduos são trazidos por correntes marítimas de Salvador ou pelos rios que desembocam no mar.

Em algumas regiões, a coleta é realizada pela própria comunidade, através de mutirões de limpeza. Em áreas de atividade turística mais intensa, os próprios donos de meios de hospedagem cuidam das áreas próximas ao seu empreendimento.

Problemas Ambientais e Soluções Técnicas

A utilização de lixões, depósitos a céu aberto de lixo, tem como principal dano ambiental a poluição do solo. Além desse, existe ainda o problema da poluição aquática pelo chorume, líquido liberado na decomposição do lixo. Verificam-se também questões como proliferação de animais, como urubus e ratos, o mau cheiro, e perigo de proliferação de doenças.

O aterro sanitário, por sua vez, corresponde a um dos métodos de disposição dos resíduos sólidos urbanos (RSU) mais utilizados. O aterro reduz os impactos ambientais sensivelmente. Apresenta-se como a solução mais econômica quando comparado a outros tipos de destino de RSU, como incineração, compostagem e pirólise, os quais exigem elevados investimentos de construção e manutenção. Outro benefício dos aterros consiste em sua auto-suficiência quanto à disposição do lixo, quando bem projetados e operados, ao contrário das alternativas mencionadas acima.

Entretanto, os aterros necessitam de cuidados especiais com tratamento do chorume. O manuseio inadequado desse líquido causa problemas ambientais, uma vez que pode contaminar mananciais, cursos d'água e lençol freático. Tal cuidado representa uma das questões mais onerosas, tanto pela dificuldade de seu manejo como pelo seu custo.

Esse problema ganha proporções maiores quando se analisa a realidade dos municípios baianos. Verifica-se uma incompatibilidade dos custos operacionais com os orçamentos municipais, fato que inviabiliza a disseminação de aterros pelo Estado. Isso se deve aos elevados valores de construção de aterros sanitários, somados ao alto custo de operação e manutenção.

Um tipo de solução viável para o problema de escassez de recursos é a implantação de Aterros Sanitários Simplificados (ASS). Os ASS são uma alternativa mais barata para municípios com populações inferiores a 40.000 habitantes ou com produção de até 20 toneladas diárias de resíduos. Sua estrutura, entretanto, oferece os mesmos cuidados ambientas, apesar de incorrer em custos inferiores. Deve-se considerar como fator de grande importância o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos, prevendo, sobretudo, a redução, a reutilização e a reciclagem através de programas de coleta seletiva. Em qualquer modelo a ser adotado, essas ações são de extrema importância para a redução dos impactos ambientais.

Com relação às emissões gasosas, os cuidados referem-se ao controle e monitoramento. Segundo Borges de Castilhos (1993, apud Nunesmaia, 1997), o aterro sanitário é uma técnica que, apesar dos recentes progressos e de ainda ser um tratamento importante no processo de eliminação de resíduos, "apresenta problemas para o meio ambiente, através da emissão de poluições gasosas e líquidas". Assim, no momento da construção de aterros, é importante que sejam previstas especificações quanto aos sistemas de drenagem superficial, de drenagem e remoção do percolado, de tratamento do percolado e de drenagem do gás.

Do ponto de vista da engenharia sanitária e ambiental, para Nunesmaia (1997), o desejável seria a utilização do aterro sanitário para eliminar exclusivamente o material ainda não valorizado economicamente, mesmo que ele seja reciclável ou reaproveitável, e para receber o refugo das usinas ou unidades de compostagem. Atualmente, mesmo materiais recicláveis de grande valor econômico, como metais, acabam freqüentemente sendo descartados, sendo que o consumo energético e de insumos para sua produção é muito menor quando ocorre a reciclagem. De fato, em termos mundiais, a atual discussão recai sobre a necessidade de uma política de revisão dos modelos de consumo baseados na geração de grande quantidade de resíduos.

Transportes

O DERBA (Departamento de Infra-estrutura de Transportes da Bahia), autarquia vinculada à Secretaria de Infra-Estrutura, é responsável pelo sistema de transportes no Estado da Bahia. O órgão é responsável pela construção, manutenção e supervisão de estradas, e terminais rodoviários e marítimos, além de alguns aeroportos regionais. Sua estrutura é composta por uma sede em Salvador e cinco diretorias regionais, além de vinte e cinco unidades operacionais distribuídas pelo estado. Visando assegurar os procedimentos necessários ao cumprimento da legislação protetora do meio ambiente, o DERBA possui uma Gerência de Garantia Ambiental, que acompanha o desenvolvimento dos empreendimentos sob sua responsabilidade.

Constata-se que o DERBA possui capacidade técnica e administrativa para executar, fiscalizar e manter os serviços sob sua responsabilidade, pois conta com estrutura adequada. O componente de fortalecimento institucional do Programa de Corredores Rodoviários do Estado da Bahia, objeto de acordo firmado entre o Estado e o BID, ajudou muito a consolidar a capacidade técnica do DERBA, que já possuía um reconhecido padrão de eficiência no campo da engenharia civil.

Essas ações de cunho institucional permitiram a melhoria da estrutura e dos serviços do DERBA, gerando repercussões em todo o estado. As principais ações foram:

- Renovação da frota de maquinários;
- Aquisição de computadores e periféricos;
- Implementarão de sistemas gerenciais informatizados;
- Reorganização da auditoria interna.

Além do aspecto institucional, o Programa de Corredores Rodoviários foi um amplo pacote de ações e projetos que objetivaram a melhoria na integração física entre as diversas regiões do Estado. O total de investimentos foi da ordem US$ 300 milhões, sendo 49% do BID e 51% de contrapartida estadual. Seus resultados impactaram fortemente a arrecadação fiscal, houve melhoria considerável nos indicadores econômicos nas áreas de atuação, diminuição nos custos de transporte e passagens, aumento no volume de tráfego e melhoria na segurança operacional. As metas estabelecidas e os resultados físicos foram os seguintes:

Tabela 3.3.12 – Metas e Resultados do Programa Corredores Rodoviários (km)

Ação	Meta	Resultado
Melhoramentos e Pavimentação	750	1.251
Reconstrução	600	624
Manutenção Periódica	2.200	1.813

Fonte: DERBA 2002

Com o sucesso das ações do Programa, conhecido como BID I, captaram-se mais US$ 292 milhões para a complementação dessas ações. Desse montante, 50% são referentes ao BID, 30% ao Eximbank e 20% ao Estado da Bahia. Esse novo programa, conhecido como BID II, objetiva a integração dos sistemas de transporte, conectando a malha já existente através de melhorias em trechos e modos. O programa também prevê ações que consolidam o fortalecimento institucional do DERBA.

Sistema Rodoviário

O sistema rodoviário baiano é composto por rodovias estaduais, federais e municipais. A rede total é de quase 20.000 quilômetros, como apresentado na tabela abaixo:

Tabela 3.3.13 – Rede Rodoviária no Estado da Bahia

Vinculação	Pavimentadas	Solo	Total
Estaduais	10.740	4.055	14.795
Federais	2.357	428	2.785
Municipais	203	1.488	1.691
Total do Estado	**13.300**	**5.972**	**19.271**

Fonte: DERBA 2002

Além da construção e manutenção de rodovias, o DERBA é um dos responsáveis pela implementação de terminais rodoviários. A parceria com as prefeituras para a implantação dos terminais é comum, mas geralmente existem conflitos quanto à localização destes. Usualmente, a prefeitura cede um terreno disponível para a construção, mas sua localização não apresenta as melhores características técnicas, como proximidade ao sistema rodoviário, facilidade de acesso pela população e infra-estrutura básica (esgoto, pavimentação etc).

A tabela abaixo apresenta os terminais rodoviários existentes no Pólo Litoral Sul. Vale ressaltar que apenas dez municípios do Pólo possuam terminais rodoviários:

Tabela 3.3.14 – Terminais Rodoviários do Pólo Litoral Sul

Localidade	Proprietário	Administradora	Data de Conclusão	Área Const. (m²)	Facilidades									
					DK	GC	LA	SN	EM	LJ	AD	RE	DP	QQ
Camamu	Estado da Bahia	Particular	nov/92	220	2	3	1	2	1	2	0	0	0	0
Canavieiras	Estado da Bahia	Particular	jul/93	525	6	6	1	2	1	3	1	0	0	0
Ilhéus	Estado da Bahia	Particular	antes/85	N/D	12	12	2	3	1	7	1	1	1	0
Itacaré	Estado da Bahia	Prefeitura	dez/94	375	4	4	1	2	1	4	1	0	0	0
Ituberá	Estado da Bahia	Prefeitura	abr/94	N/D	4	3	1	2	1	2	1	0	1	0
Nilo Peçanha	Estado da Bahia	Prefeitura	jan/94	225	2	4	1	2	1	0	0	0	0	0
Tapeorá	Estado da Bahia	Prefeitura	ago/92	55	1	3	1	2	1	0	0	0	0	0
Igrapiúna	Prefeitura	Prefeitura	N/d	N/d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Uruçuca	Prefeitura	Prefeitura	N/d	N/d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valença	Prefeitura	Prefeitura/SINART	N/d	N/d	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

AD: Administração LA: Lanchonete DP: Depósito LJ: Loja DK: Deck
EM: Área de Embarque GC: Guichê QQ: Quiosque RE: Restaurante SN: Sanitário

Fonte: DERBA 2002

A dificuldade de obtenção de recursos é uma das principais dificuldades citadas pela equipe de terminais rodoviários do DERBA. O foco das ações viabilizadas atualmente é o atendimento do usuário. Apesar de ser usual que a administração seja privatizada através de licitação, a manutenção dos terminais também é problemática.

A fiscalização e regulação dessas atividades estão sob responsabilidade da AGERBA (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia), que tem realizado intervenções na tentativa de melhorar os serviços prestados nos terminais desde sua instituição em 1998. As facilidades aos usuários, os guichês de vendas de passagens e o entorno são os pontos mais problemáticos. Não há nenhum outro programa de manutenção de terminais, sendo as intervenções, normalmente, fruto de reclamações.

Rodovias

As principais rodovias que servem aos municípios do Pólo Litoral Sul, assim como as condições de manutenção, estão identificadas na Tabela 3.3.15. O acesso rodoviário ao Pólo Litoral Sul se dá, primordialmente, através da BR-101. Dentro do Pólo, entretanto, a principal via de trânsito é a BA-001. A rodovia estadual corre paralela à costa em quase toda a sua extensão. O acesso a alguns distritos ou municípios se dá através de pequenas rodovias vicinais.

Como regra geral, o volume de tráfego na BA-001 e nas demais vicinais da região é baixo. Apesar das condições precárias da sinalização e da pista em alguns trechos específicos, a circulação entre os principais pontos do Pólo Litoral Sul é razoavelmente segura. Não há acesso rodoviário direto entre as zonas turísticas da Costa do Dendê e do Cacau. Para realizar esse trajeto, é necessário ir até a BR-101 e pegar a saída para Ilhéus, passando por Uruçuca. O acesso à sede de Maraú também é extremamente precário, seja para quem vem por Ubaitaba ou para quem vem do distrito de Barra Grande. A estrada não é pavimentada e é muito arenosa e cheia de buracos, apesar de ser uma estrada federal. O acesso mais rápido e confortável para a sede se dá através de hidrovias. Não há fluxo turístico significativo para essa região, apenas para a costa da península, que é atingida através da Baía de Camamu.

A próxima tabela identifica as principais rodovias de acesso aos municípios e distritos com fluxo turístico significativo:

Tabela 3.3.15 – Principais Rodovias de Acesso e Caracterização - Pólo Litoral Sul

	Municípios	Principais Rodovias de Acesso	Condições
Costa do Dendê	Valença	BA-001; BA-542	Asfalto, pista simples, sinalização insuficiente
	Cairu	BA-884	Asfalto, pista simples, algumas curvas sinuosas, sinalização insuficiente, buracos em demasia em alguns trechos
	Taperoá	BA-001	Asfalto, pista simples, sinalização insuficiente
	Nilo Peçanha	BA-001	Asfalto, pista simples, sinalização insuficiente
	Ituberá	BA-001	Asfalto, pista simples, sinalização insuficiente
		Vicinal do Pratigi	Asfalto, pista simples, sinalização adequada, buracos em trechos específicos
		BA-250 (solo)	Solo, pista simples, más condições de tráfego
	Igrapiúna	BA-001	Asfalto, pista simples, sinalização insuficiente, buracos localizados
	Camamu	BA-001; BA-650	Asfalto, pista simples, sinalização insuficiente, buracos localizados
	Maraú	BR-030 (solo)	Solo, pista simples, más condições de tráfego
Costa do Cacau	Itacaré	BA-001	Asfalto, pista simples, sinalização adequada
	Uruçuca	BA-260 (sede); BA-001 (Serra Grande)	Asfalto, pista simples, sinalização adequada
	Ilhéus	BA-260; BA-001; BA-415	Asfalto, pista simples, sinalização adequada
	Una	BA-001	Asfalto, pista simples, sinalização adequada
	Santa Luzia	BR-101; BA-270	Asfalto, pista simples, algumas curvas sinuosas, sinalização insuficiente, buracos em demasia em alguns trechos
	Canavieiras	BA-001	Asfalto, pista simples, sinalização adequada
		BA-274 (solo)	Solo, pista simples, más condições de tráfego

Fonte: Roteiros Ecoturísticos da Bahia e Pesquisa de Campo / 2002

É importante registrar, no entanto, que há uma grande variedade de áreas costeiras ou distritos onde não há acesso rodoviário. Nessas localidades, o principal meio de transporte é o hidroviário (marítimo ou fluvial).

O DERBA realiza contagem de veículos apenas para alguns trechos das rodovias da região. A tabela abaixo identifica o volume médio diário de veículos. Dos trechos analisados, o mais movimentado é a ligação de Itabuna a Ilhéus, os dois maiores municípios da região.

Tabela 3.3.16 – Contagem de Tráfego em Rodovias do Pólo Litoral Sul – Volume Diário (6h00-22h00)

Trecho	Automóveis e Utilitários	Ônibus	Caminhões e Reboques	Total
BR-415 (Ilhéus-Itabuna) [1]	3.931	413	775	**5.119**
BA-001 (Ilhéus-Olivença) [2]	1.478	197	405	**2.080**
BA-270 (Santa Luzia-BR-101) [3]	380	51	101	**532**

(1) *Segunda e Terça-Feira - abr/2001*

(2) *Segunda e Terça-Feira - mai/2001*

(3) *Quinta e Sexta-Feira - mai/2001*

Fonte: DERBA 2002

Sistema Aeroviário

O Pólo Litoral Sul conta com três aeroportos que comportam vôos nacionais, além de aeródromos em algumas localidades. Ao norte, tem-se o Aeroporto de Valença. Mais ao sul está o Aeroporto de Ilhéus. Em Una, na Ilha de Comandatuba, situa-se a terceira unidade com operação de vôos nacionais. A Tabela 3.3.17 apresenta os aeroportos e aeródromos existentes no Pólo Litoral Sul:

Tabela 3.3.17 – Aeroportos e Aeródromos no Pólo Litoral Sul

Localidade	Dimensão (m)	Piso	Alcance
Camamu	900 x 30	Solo	Regional
Cairu (Morro de São Paulo)	1000 x 30	Pavimento	Regional
Ituberá	780 x 20	Solo	Regional
Valença **	1800 x 30	Pavimento	Nacional
Maraú	600 x 30	Solo	Regional
Maraú (Campinho)	520 x 18	Solo	Regional
Itacaré	700 x 20	Solo	Regional
Ilhéus	1300 x 30	Pavimento	Nacional
Canavieiras	1320 x 30	Pavimento	Regional
Una	800 x 20	Solo	Regional
Una (Comandatuba)	1840 x 30	Pavimento	Nacional

*** Indica existência de equipamento de proteção ao vôo*

Fonte: DERBA 2002

O Aeroporto de Valença foi recém construído, mas ainda não apresenta uma operação significativa. Possui um pequeno terminal, com espaços para lojas, agências e guichês. Ele vem permitindo a operação de linhas regionais ou vôos fretados, quase exclusivamente com pequenas aeronaves. A operação é feita por uma empresa privada.

O Aeroporto Transamérica Comandatuba, situado na ilha, opera com vôos nacionais. Atende principalmente ao fluxo gerado pelo resort instalado na Ilha de Comandatuba, através de vôos fretados, pequenas aeronaves e rotas nacionais comerciais (como escala). Possui um pequeno terminal com diversos serviços aos passageiros.

O Aeroporto de Ilhéus é o maior da região e é o único cujo terminal é administrado pela INFRAERO, fazendo de Ilhéus o portão de entrada do Pólo Litoral Sul pelo sistema aeroviário. São operados somente vôos nacionais provenientes das principais capitais do país, através de companhias aéreas como VASP, TAM e Rio Sul. No entanto, o aeroporto não possui condições para a operação de vôos internacionais, em função da ausência de posto de controle da Polícia Federal e, especialmente, em função das dimensões atuais da pista de pouso. Também não há possibilidade de ampliação da pista, já que existem inibições geográficas no local onde o terminal se encontra atualmente. Cogita-se a transferência do aeroporto para a área norte do município. Essa área possibilitaria a construção de uma pista mais ampla, viabilizando a operação com aeronaves transcontinentais e dotando Ilhéus de um aeroporto internacional. Além disso, a localização seria mais adequada à estratégia de desenvolvimento do turismo na região, considerando os municípios onde se encontram os demais aeroportos internacionais da Bahia (Salvador ao norte e Porto Seguro ao sul) e a possibilidade de atendimento aos municípios da Costa do Dendê, juntamente com o projeto de interligação rodoviária de Ilhéus a Camamu. Tanto a Prefeitura Municipal quando o Estado da Bahia mostram-se favoráveis ao projeto de um novo aeroporto, que seria localizado em uma área já antropizada de Ilhéus, reduzindo os potenciais impactos

ambientais da obra. A construção do aeroporto internacional beneficiaria também o Pólo de Informática e outros setores econômicos do município.

O número de vôos no Aeroporto de Ilhéus sofreu uma grande queda até meados da década de 1990 e retomou o crescimento a partir de então. O mesmo aconteceu com o número de passageiros, apesar de um ligeiro recuo no ano de 2000.

A tabela abaixo identifica os números desde 1991:

Tabela 3.3.18 – Número de Vôos e Passageiros no Aeroporto de Ilhéus – 1991-2000

Ano	Vôos - pouso e decolagem	Passageiros		Total Passageiros
		Desembarque	Embarque	
1991	8.497	90.778	95.709	186.487
1992	9.056	70.842	73.976	144.818
1993	8.301	65.762	69.337	135.099
1994	4.018	53.684	58.781	112.465
1995	3.527	57.891	64.118	122.009
1996	3.554	63.390	68.011	131.401
1997	4.296	74.677	77.996	152.673
1998	4.284	94.109	98.622	192.731
1999	5.000	97.511	99.596	197.107
2000	6.514	91.772	93.871	185.643

Fonte: INFRAERO 2002

A pista de pouso de Morro de São Paulo é uma das mais movimentadas do pólo, operando principalmente com vôos regulares e fretamentos provenientes e com destino a Salvador, constituindo uma alternativa à travessia marítima, que ainda é desconfortável e demorada.

Sistema Hidroviário

O acesso a vários distritos e localidades se dá através de hidrovias. Como o turismo é pouco estruturado, entretanto, só há linhas regulares para Morro de São Paulo a partir de Salvador (Terminal Turístico Marinho). Para os demais destinos, ou a partir de outras origens, o acesso se dá através de embarcações particulares ou de pequenas empresas que arranjam as viagens conforme a existência de demanda. Os acessos hidroviários aos distritos e localidades de interesse turístico são os seguintes:

- **Morro de São Paulo (Cairu)** – Escunas e lanchas rápidas, através de Valença (sede ou atracadouro de Bom Jardim) e Salvador (Terminal Turístico Marinho);
- **Velha Boipeba (Cairu)** – Escunas e lanchas rápidas, através de Morro de São Paulo, Torrinhas (distrito de Cairu), Valença, Cairu, Graciosa;
- **Baía de Camamu e Estuário de Maraú** – As inúmeras ilhas, praias e vilarejos situados ao redor da Baía e no Estuário, e até do Canal do Serinhaém, são acessadas com maior facilidade através do cais de Camamu. Para tanto, pode-se contratar escunas, barcos e lanchas rápidas através de particulares ou empresas especializadas em transporte turístico.

Além desses traslados, há linhas de transporte hidroviário utilizadas pelas comunidades ribeirinhas dos canais do Serinhaém, de Taperoá e de Cairu. Essas linhas são diárias, mas não apresentam horários regulares e as embarcações não apresentam estrutura para turistas.

A importância do transporte hidroviário no Pólo Litoral Sul fica evidente pela grande quantidade de atracadouros e terminais, como apresentado na Tabela 3.3.19. Cairu e Igrapiúna, com diversos distritos localizados às margens de rios, canais ou mar, são os municípios que possuem a maior quantidade.

Apesar da vasta quantidade de atracadouros nos municípios, alguns operam em condições precárias. O atracadouro de Morro de São Paulo não atende satisfatoriamente ao fluxo que existe. O desembarque geralmente é tumultuado, principalmente quando há a aproximação de embarcações de maior capacidade.

Enquanto o problema de Morro de São Paulo é, principalmente, a falta de conforto e segurança e o espaço insuficiente para a quantidade de turistas, a maior dificuldade do atracadouro de Camamu é a falta de espaço e a organização para a atracação dos diversos barcos e lanchas.

Tabela 3.3.19 – Terminais Hidroviários do Pólo Litoral Sul

Município	Localidade	Proprietário	Administrador	Ponte	Cais	Apoio a passageiros	
						Tipo	Área - m²
Cairu	Barroquinha	P	P	Concreto	Concreto	-	-
	Boipeba	P	P	Concreto	Concreto	-	-
	Cairu	E	P	-	Flutuante	-	-
	Enseada	P	P	Madeira	n/d	-	-
	Galeão	P	P	Concreto	Concreto	-	-
	Gamboa	E	P	Concreto	Concreto	Terminal	-
	Garapuá	P	P	Concreto	n/d	-	-
	Ilha Grande	E	P	Concreto	Flutuante	-	-
	Morro de São Paulo	E	P	Concreto	-	Terminal	-
	São Francisco	P	P	Concreto	Concreto	-	-
	Torrinha	E	P	Concreto	Concreto	-	-
Camamu	Barcelos do Sul	P	P	-	Alvenaria	-	-
	Cajaíba do Sul	E	P	Concreto	Concreto	-	-
	Camamu	E	E	Concreto	Flutuante	Terminal	-
	Taipu	P	P	Madeira	Madeira	-	-
Canavieiras	Canavieiras	E	P	Concreto	Concreto	-	-
	Canavieiras	E	P	Concreto	Flutuante	-	-
Igrapiúna	Acurau	P	P	Concreto	Concreto	-	-
	Ambar	P	P	Concreto	Concreto	-	-
	Contrato	P	P	Concreto	Concreto	-	-
	Ilha da Barreta	P	P	Concreto	Concreto	-	-
	Ilha das Flores	P	P	Concreto	Concreto	-	-
	Pescaria	P	P	Concreto	Concreto	-	-
	Ponta	P	P	Concreto	Concreto	-	-
	Timbuca	P	P	Concreto	Concreto	-	-
Itacaré	Itacaré	P	P	Concreto	Alvenaria	-	-
Ituberá	Barra do Serinhaem	E	P	Concreto	Flutuante	-	-
	Ituberá	P	P	Concreto	Concreto	-	-
	Rio do Campo	P	P	Concreto	-	Terminal	10
Maraú	Campinho	P	P	Madeira	Madeira	-	-
	Maraú	E	P	Concreto	Flutuante	-	-
	Tanque	P	P	Madeira	Madeira	-	-
	Barra Grande	E	P	Concreto	Concreto	-	-
Nilo Peçanha	Barra dos Carvalhos	P	P	Concreto	Concreto	-	-
Tapeorá	Graciosa	P	P	Concreto	Concreto	-	-
	Tapeorá	P	P	Concreto	Concreto	-	-
Una	Pedras	P	P	Concreto	Concreto	-	-
Valença	Ponta do Curral	E	P	Concreto	Concreto	Terminal	30
	Valença	P	P	Concreto	Alvenaria	Terminal	282

Índice: P - Prefeitura; E - Estado (DERBA)

Fonte: DERBA 2002

A sede de Camamu é o grande portal da Baía, sendo um ponto de carga e descarga de mercadorias e pessoas (turistas e residentes). Há uma grande desorganização no cais e na ponte de atracação. A grande quantidade de pequenas embarcações que disputam espaço dificulta o trânsito. Em dias mais congestionados (o que é muito comum durante o verão), é necessário atravessar alguns barcos para se chegar ao que será utilizado. Como não há diferenciação entre o embarque de cargas e pessoas no terminal, o embarque torna-se desconfortável.

Outro importante equipamento do sistema hidroviário é o Porto do Malhado, em Ilhéus, onde é operado basicamente o transporte de grãos e soja, mas tem sido utilizado como

parada para algumas rotas de cruzeiros turísticos. A tabela abaixo identifica que a grande maioria dos navios que atracaram servem ao transporte de cargas. O número de navios turísticos que aportaram durante 2000 foi bem menor que nos anos anteriores, mas em 2001 houve uma recuperação. Como não há dados na Bahiatursa ou na CODEBA sobre o porte das embarcações que atracaram, ou estimativas sobre número de turistas desembarcados, não há como identificar a variação no fluxo de turistas. Segundo dados da CODEBA, a previsão para o ano de 2003 é que 39 navios de turismo aportem em Ilhéus, totalizando cerca de 47.000 passageiros (cerca de 1.200 por navio).

Tabela 3.3.20 – Tráfego de Navios no Porto de Ilhéus 1990-2001

Tipo do Navio	1990	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Carga Geral	97	21	29	15	7	13	12	8
Porta Conteiner	52	27	18	23	47	44	21	16
Graneleiro Sólido	4	11	14	28	44	31	33	35
Graneleiro Líquido	64	31	21	0	0	0	0	0
Turismo	0	16	10	15	17	14	7	13
Navegaçao Interna	23	30	28	11	45	25	24	20
Total	**240**	**136**	**120**	**92**	**160**	**127**	**97**	**92**

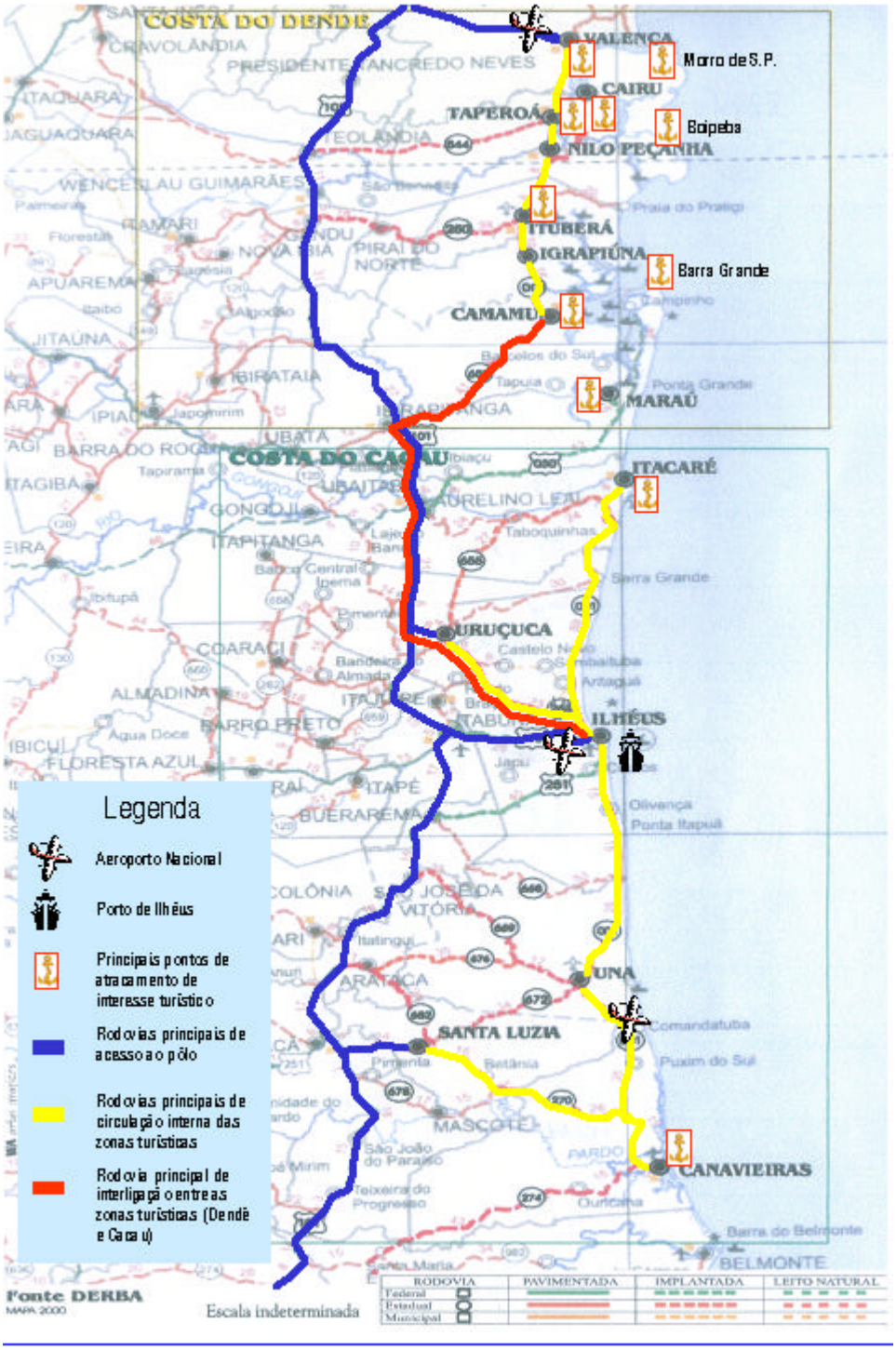
Fonte: CODEBA 2003

Mapa Esquemático do Sistema de Transportes do Pólo Litoral Sul

A Figura 3.3.1 é um resumo esquemático dos principais itens do sistema de transportes do Pólo Litoral Sul discutidos neste capítulo, com ênfase para a dinâmica de acesso rodoviário às zonas turísticas, à circulação interna nas zonas e à integração da Costa do Dendê com a Costa do Cacau. O mapa mostra que há um claro problema de integração entre as zonas, causado pela configuração do sistema rodoviário. Por isso, desde que considerados os problemas ambientais e sociais de tal intervenção, torna-se necessária a implementação da ligação de Camamu a Itacaré, viabilizando uma circulação ágil entre as zonas turísticas e facilitando o desenvolvimento de roteiros turísticos.

O mapa a seguir também permite a observação da integração do modal rodoviário com o aéreo e o hidroviário. Ilhéus é o principal portão de entrada aéreo de todo o Pólo Litoral Sul, e também como principal porto de recepção de cruzeiros marítimos. No entanto, as características geográficas da Costa do Dendê e os inúmeros pontos de atracamento são características que a dotam de um potencial maior que o da Costa do Cacau para o desenvolvimento do transporte hidroviário, especialmente para circulação interna, para acesso a determinados pontos de interesse turístico onde o acesso rodoviário é difícil ou impossível. Além disso, a produção de embarcações é uma atividade econômica tradicional em municípios como Valença e Camamu, e o uso de barcos como meio de transporte faz parte da cultura local. Tudo isso reforça a importância estratégica do aproveitamento turístico desse modal, gerando maior integração aos aspectos locais e proporcionando impactos econômicos mais significativos.

Figura 3.3.1 – Mapa Esquemático do Sistema de Transportes do Pólo Litoral Sul



Urbanização

Neste item pretende-se analisar os principais problemas de urbanização atualmente verificados no Pólo Litoral Sul, incluindo os problemas de especulação imobiliária desencadeados em alguns pontos da área de planejamento, especialmente naqueles destinos turísticos que tiveram suas condições de acessibilidade aprimoradas nos últimos anos. Também se pretende apresentar os pontos onde o processo de ocupação irregular do solo tem sido mais intenso, fenômeno que foi acelerado pela crise econômica do meio rural dos

municípios analisados, em função do declínio da produção de cacau. As condições de urbanização da orla também serão um ponto de destaque das análises, em função da importância das praias como atrativos turísticos nos municípios que compõem o Pólo.

Especulação Imobiliária

O fenômeno da especulação imobiliária é muito discutido pelos estudiosos dos processos de formação e crescimento de destinos turísticos, em função de ser muito comum, mesmo quando são tomadas precauções para evitá-lo. O processo tem início quando os primeiros fluxos de turistas começam a chegar a um determinado local, que, de uma maneira geral, permanecia relativamente isolado dos fluxos econômicos predominantes. Alguns turistas passam a freqüentar o local constantemente e adquirem propriedades, normalmente a preços reduzidos, da população local. À medida que o turismo cresce, surgem pressões para a melhoria das condições de acessibilidade e, quando de fato o acesso torna-se fácil, há uma grande valorização das propriedades. A população local, muitas vezes incapaz de dimensionar o real valor de sua propriedade nessas condições, e pressionada por necessidades imediatas, cede seus terrenos a recém-chegados, deslocando-se para áreas menos valorizadas, mais afastadas da orla e dos principais atrativos. Parte desses recém-chegados, ou mesmo não-moradores, adquirem sistematicamente propriedades com a intenção de obter ganhos de especulação, muitas vezes se aproveitando do acesso privilegiado a informações sobre futuras intervenções em infra-estrutura que induzem a valorização de certos pontos. Ressalta-se, nesse processo, a tendência de marginalização da população local, tanto territorialmente, como em relação aos ganhos econômicos proporcionados pelo desenvolvimento do turismo e em relação aos processos de planejamento e gestão do destino turístico em formação.

No Pólo Litoral Sul, destaca-se a região de influência da Rodovia Ilhéus-Itacaré, especialmente no trecho Ilhéus – Serra Grande (Uruçuca). A construção dessa rodovia desencadeou um processo de especulação imobiliária ao longo de toda a orla, à medida que aumentava a demanda por terrenos para a construção de casas de veraneio (segundas residências) e meios de hospedagem. A município de Itacaré como um todo, incluindo sua área urbana, também passa por processo semelhante. Em Cairu (Morro de São Paulo), a especulação imobiliária encontra-se em estágio avançado, com deslocamento quase completo da população local para áreas menos valorizadas, como Gamboa.

Como ressaltado, o fenômeno da valorização imobiliária é inevitável em destinos turísticos em formação. No entanto, há algumas providências que podem ser tomadas para que a população original não seja marginalizada do processo. A primeira providência refere-se à conscientização da população local em relação ao desenvolvimento do turismo. Entendendo sua dinâmica, é mais fácil que a população encontre uma maneira de se inserir positivamente no processo. As ações de desenvolvimento do empreendedorismo local e a concessão de créditos específicos também aumentam as possibilidades de participação da população. Devem ser reforçados os mecanismos institucionais de participação no processo decisório, como os conselhos de turismo e meio ambiente. O arcabouço legislativo do município, como as diretrizes de zoneamento e a lei de uso do solo, também inibe que ocorram abusos no processo de formação do destino.

Ocupação Irregular

A crise da agricultura no Pólo Litoral Sul, com a queda da importância econômica da cultura do cacau, tem gerado efeitos negativos não só nas áreas rurais, como também nas principais aglomerações urbanas, em função da migração campo-cidade induzida pela redução dos empregos na lavoura cacaueira.

A migração de pessoas para as áreas urbanas ocorre em passo superior à capacidade das administrações municipais de proverem infra-estrutura urbana básica, gerando um processo de ocupação irregular de áreas muitas vezes de alta fragilidade ambiental, como áreas de mananciais, encostas e manguezais.

No Pólo Litoral Sul, pela dimensão do problema, o caso de maior destaque é Ilhéus. Algumas áreas do município, como a Lagoa Encantada, padecem desse processo de ocupação irregular, gerando um alto passivo ambiental e comprometendo a atividade turística. Como em quase todas as cidades de médio a grande porte do Brasil, há uma tendência de favelização sendo observada em Ilhéus.

Outros casos de destaque no Pólo Litoral Sul são Valença, com ocupação de áreas de manguezais, e Cairu (Morro de São Paulo), onde o desenvolvimento da atividade turística e as características topográficas deslocaram a maior parte da população do núcleo turístico para Gamboa, local em que as condições de ocupação e urbanização são precárias.

Dessa forma, devem ser tomadas ações no sentido de, quando possível, reverter o processo de ocupação irregular de áreas de alta fragilidade ambiental. Nos locais onde o processo já é irreversível, devem ser tomadas medidas de urbanização, com o desenvolvimento de estruturas de saneamento, drenagem, iluminação, pavimentação etc. Ressalta-se que novas áreas ainda podem ter um processo de ocupação irregular iniciado e que, para que isso seja evitado, são indispensáveis instrumentos como o Plano Diretor Municipal e a lei de uso do solo, assim o aprimoramento das condições de fiscalização.

Urbanização das Orlas, Centro Urbanos e Drenagem

Além das áreas de ocupação irregular e precária, existem certas áreas, especialmente na orla e nos centros urbanos de maior interesse turístico, onde devem ser tomadas providências de urbanização para que a atividade turística possa desenvolver-se de maneira sustentável. Além disso, a melhoria dos equipamentos urbanos contribui para o fortalecimento da imagem dos destinos turísticos, atraindo um público com maior potencial de gastos e impacto na economia local. Dessa forma, os gastos com as intervenções são justificados pelo crescimento da economia municipal e aumento da arrecadação de impostos, desde que a prefeitura encontre-se devidamente apta ao processo de arrecadação.

No Pólo Litoral Sul, destacam-se os municípios de Ilhéus, Itacaré, Valença (Guaibim), Cairu (Morro de São Paulo), Canavieiras e Uruçuca (Serra Grande), onde o desenvolvimento da atividade turística não foi acompanhado por um processo suficiente de melhoria da infra-estrutura e dos equipamentos urbanos.

Em **Ilhéus**, as praias do município constituem-se como importantes atrativos, sendo a sua estruturação essencial para a satisfação dos turistas que atualmente visitam a região. Constatam-se atualmente problemas de circulação, drenagem, iluminação etc.

A área urbana do município de **Itacaré** concentra a maior parte dos turistas que visitam o município. Por esse motivo, há diversos estabelecimentos voltados ao turista, como bares e meios de hospedagem. No entanto, há problemas de calçamento, estacionamento, paisagismo e ausência de equipamentos de recreação, seja para turistas ou moradores. A orla, apesar de seu apelo turístico, encontra-se atualmente degradada.

Em **Cairu (Morro de São Paulo)**, atualmente o mais importante destino turístico da Costa do Dendê, houve um processo de ocupação desordenada, especialmente nos últimos dez anos, quando o destino tornou-se mais popular. Morro de São Paulo convive com vários problemas de tráfego de pessoas e tratores, associados a um espaço urbano essencialmente desordenado.

Canavieiras apresenta um problema de alagamento constante de alguns pontos do centro da cidade em determinadas épocas do ano. Esse problema é causado pelas características topográficas da cidade, que dificultam o escoamento da água, e pela precária infra-estrutura de drenagem, gerando transtornos aos turistas e moradores.

Outros pontos da orla do Pólo Litoral Sul, especialmente onde há um fluxo crescente de turistas e excursionistas, devem ser objeto de intervenções de urbanização e drenagem, como a Praia de Guaibim, em **Valença**, e Serra Grande, no município de **Uruçuca**.

Conclusões

A infra-estrutura disponível nos municípios do Pólo Litoral Sul ainda é inadequada às necessidades da população e aos projetos de desenvolvimento turístico da região. Há uma certa homogeneidade nas condições dos municípios, com condições mais favoráveis verificadas em Ilhéus e, em alguma medida, Valença. A Costa do Cacau apresenta-se relativamente mais dotada de infra-estrutura que a Costa do Dendê.

Em relação ao **abastecimento de água**, percebe-se que houve uma considerável evolução nos índices de atendimento e um grande volume de investimentos nos últimos anos, melhorando as condições de atendimento. As populações urbanas são contempladas em mais de 90,0% em quase todos os municípios, mas grande parte da população das áreas rurais não é atendida. Mais da metade da população do Pólo Litoral Sul ainda habita nessas áreas. Além dos investimentos já realizados, ainda há projetos previstos para alguns municípios.

Em relação ao **esgotamento sanitário**, a situação do Pólo Litoral Sul é bem menos favorável. A instalação de Sistemas de Esgotamento Sanitário deve permitir a expansão dos serviços de esgotamento na região, ainda deficiente e com grande impacto na qualidade da experiência turística e na conservação dos recursos hídricos, dois elementos indispensáveis para a dinâmica econômica da região. Caso não sejam realizadas intervenções nos próximos anos, os impactos causados ao meio ambiente podem comprometer a atratividade de alguns municípios do Pólo Litoral Sul.

A situação dos **resíduos sólidos** também gera preocupação. A coleta ainda não é suficiente, especialmente em áreas mais isoladas. O maior problema, no entanto, está na destinação dos resíduos. A dispersão geográfica de alguns municípios, aliada às dificuldades de acesso (estradas ruins ou distritos localizados em ilhas), faz com que a disposição final dos resíduos afete a qualidade de vida dos residentes e a atividade turística. Mesmo com a viabilização dos aterros em Valença e Ilhéus, a atual situação de coleta e destinação não atende às necessidades de uma atividade turística sustentável.

Com relação à infra-estrutura de transportes, o panorama do Pólo Litoral Sul apresenta-se de maneira mais favorável. Há uma ampla base de terminais e de meios de transporte, mas são verificados alguns problemas, como a falta de integração entre a Costa do Cacau e a Costa do Dendê, restringindo a criação de roteiros integrados.

O **sistema aeroviário** é amplo e adequado ao transporte regional e nacional. A disposição dos terminais ao longo do Pólo Litoral Sul permite ligação com os principais geradores de demanda. Em função das características econômicas dos municípios, acredita-se que a atual oferta de aeroportos e aeródromos seja adequada ao atendimento da demanda doméstica, mas, em função da inexistência de um aeroporto internacional, o crescimento do fluxo internacional poderá ser restringido nos próximos anos. O crescimento total do fluxo turístico, por sua vez, poderá viabilizar novas rotas aéreas, facilitando ainda mais o acesso aos municípios da região.

O **sistema rodoviário** é amplo e atende às diversas regiões de maneira ajustada. Nas diversas regiões onde não há acesso rodoviário, o acesso hidroviário pode ser desenvolvido. A falta de interligação rodoviária entre a Costa do Dendê e a Costa do Cacau (ligação Camamu-Itacaré) dificulta o tráfego interno no Pólo Litoral Sul e, respeitadas as questões ambientais, deverá ser implementada para que haja a possibilidade de integração das zonas turísticas.

Levando em consideração as características geográficas e culturais do Pólo Litoral Sul, o **sistema hidroviário** é um item estratégico a ser desenvolvido. A existência de canais, baías e rios permite uma navegação confortável e agradável para inúmeras regiões de interesse turístico, especialmente na Costa do Dendê, onde as condições geográficas inibem o desenvolvimento do transporte rodoviário. Em Ihéus, existem grandes possibilidades de desenvolvimento do turismo de cruzeiros marítimos, interligando o Pólo Litoral Sul definitivamente aos roteiros da costa brasileira. O próprio turismo náutico deverá ter um importante papel no desenvolvimento turístico do Pólo. Para tanto, existe a necessidade de intervenções em terminais, sinalização marítima, segurança das embarcações, incentivo à implantação de marinas e ampliação dos serviços de transporte.

Por fim, a análise dos principais problemas de **urbanização** do Pólo indica a necessidade urgente de medidas que resolvam o problema da ocupação irregular, que vem gerando impactos ambientais e sociais significativos em municípios como Ilhéus. Além disso, há necessidades específicas de urbanização da orla e de alguns centros urbanos, de modo a ordenar o desenvolvimento da atividade turística e reforçar a qualidade da experiência turística nos principais destinos. O problema da especulação imobiliária também deve ser considerado, com ações especialmente voltadas para a conscientização da população, sua inclusão como agentes no desenvolvimento do turismo e aprimoramento dos instrumentos legais de controle do processo de ocupação de áreas e uso do solo.

3.4. Patrimônio Histórico e Cultural

Introdução

O Patrimônio Histórico-Cultural é, para muitas regiões da Bahia, um dos principais diferenciais. O Pólo Litoral Sul conta com características naturais muito marcantes e vantajosas, que definem seus diferenciais competitivos. Entretanto, a riqueza cultural encontrada nas Costas do Dendê e do Cacau faz do patrimônio histórico-artístico-cultural um importante item na análise da potencialidade do Pólo.

Este capítulo consiste em uma análise do patrimônio histórico-artístico-cultural no Pólo Litoral Sul. Em primeiro lugar, são identificados os investimentos públicos em patrimônio no pólo. A análise procede com indagações acerca do patrimônio histórico tombado, incluindo uma listagem dos monumentos tombados na região. Em seguida, se analisam os monumentos com visitação turística e se estima o fluxo de turistas que visitam o Pólo Litoral Sul tendo como motivação o acervo cultural, histórico e artístico. Enfim, se traça um panorama a respeito das instituições responsáveis pela conservação e dos programas e os projetos que vêm sendo realizados em prol da revitalização deste patrimônio.

Investimentos em Patrimônio Histórico

Não houve investimentos do PRODETUR I em recuperação de patrimônio histórico-cultural no Pólo Litoral Sul. Entretanto, existem registros de investimentos públicos realizados desde 1991. No setor de patrimônio histórico, registrou-se investimentos nos municípios de Valença e Ilhéus. Em Valença, foi construído o Teatro Municipal, além da recuperação do Centro Histórico. Em Ilhéus, está em execução a reforma e urbanização do Quarteirão Jorge Amado, parte de um projeto de revitalização e utilização turística do centro histórico. A Tabela 3.4.1 resume os investimentos já realizados e os em execução no Pólo em prol do Patrimônio Histórico-Cultural.

Tabela 3.4.1 – Investimentos Públicos Concluídos e em Execução no Pólo Litoral Sul em Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural

Zona Turística	Município	Intervenção	Situação	Valor (US$ mil)
Costa do Cacau	Ilhéus	Quarteirão Jorge Amado	Em Execução	350
Costa do Dendê	Valença	Recuperação do Centro Histórico	Concluído	333
		Teatro Municipal	Concluído	136
Pólo Litoral Sul				**819**

Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

Existem ainda muitos outros investimentos, previstos para os próximos anos. Estes ainda encontram-se na fase de projeto, e provavelmente contarão com recursos do PRODETUR NE II para implementação[39].

[39] Vide Tabela 3.4.6 – Investimentos Futuros do Governo do Estado em PHC.

Recursos Histórico-Culturais

Patrimônio Histórico Tombado

"O tombamento significa um conjunto de ações realizadas pelo poder público com o objetivo de preservar, por meio de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser descaracterizados, demolidos, destruídos ou mutilados. O tombamento pode ser aplicado a bens móveis e imóveis, quais sejam: fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, bairros, etc, mas somente àqueles de interesse coletivo e para a preservação da memória".

"Embora seja um mecanismo legal bastante antigo, o tombamento nunca foi suficientemente divulgado, de modo que sobre ele pairam muitas dúvidas e incompreensões. Confunde-se, por exemplo, tombamento e desapropriação, supondo-se que um lugar tombado nunca poderá ser objeto de alteração, adaptação ou reforma. No entanto, a preservação - e o tombamento, que é um dos seus instrumentos, constitui uma forma de gerir a cidade, sendo parte essencial do seu planejamento físico-territorial". [40]

Tombamento Federal

No nível federal, o Decreto-Lei no. 25, de 30 de novembro de 1937, *"Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional*"[41]:

"Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o Art. 4º desta lei.
§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

Artigo 2º - A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno."[42]

Este decreto, portanto, reconhece a existência e a necessidade de tombamento e preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Além disso, a lei define o que é o patrimônio e dita os procedimentos para o tombamento de móveis e imóveis. O órgão responsável pelo patrimônio histórico-artístico-cultural no âmbito federal, a partir deste decreto, é o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), hoje denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Mais recentemente, o Decreto no. 3.551, de agosto de 2000, "*Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências*". Aqui se amplia o entendimento sobre o que é o patrimônio histórico, cultural e artístico. Passam também a ser considerados parte deste conjunto manifestações e costumes populares, que por sua característica são imateriais e

[40] Prefeitura Municipal de São Paulo. Disponível por WWW em http://www.prodam.sp.gov.br/dph. Acessado em 4/2003
[41] Decreto-Lei no. 25, de 30 de novembro de 1937
[42] Idem.

portanto não podem ser tombados. Para estes "bens culturais de natureza imaterial" instituiu-se o registro em livros conforme o tema a que se referem.

"Artigo 1º - Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

(...)

Artigo 6º - Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção. "[43]

No Pólo Litoral Sul, é notória a importância desta legislação para as comunidades tradicionais e quilombolas, à medida em que elas preservam antigas tradições e conhecimentos de seus ancestrais africanos. No Pólo, existem duas comunidades quilombolas reconhecidas: Jatimane e Boitaca. Com este reconhecimento oficial, é possível que tais comunidade ganhem maior visibilidade tanto para melhoria de suas condições de vida quanto para a sua abertura (de maneira estruturada e segura) para o turismo.

Tombamento Estadual

A maioria dos estados e municípios conta também com legislações específicas sobre o patrimônio histórico e artístico. O tombamento pode ser efetuado também nesses níveis de governo, com caráter oficial.

No Estado da Bahia, o poder legislativo institui a lei que versa sobre o tombamento em nível estadual em junho de 1978. Dentre os artigos da lei, três parecem particularmente interessantes para os fins deste estudo:

"Artigo 1º - O tombamento dos bens móveis e imóveis pertencentes às pessoas naturais, ou às pessoas jurídicas, no Estado da Bahia, se regerá pelas disposições da presente lei.

[43] Decreto no. 3.551, de 4 de agosto de 2000.

Artigo 2º - O Estado promoverá o tombamento dos documentos, das obras, dos monumentos e dos locais de valor histórico ou artístico, dos sítios e paisagens naturais notáveis, bem como das jazidas arqueológicas que não estejam tombadas pela União.

(...)

Artigo 4º - O tombamento estadual acarretará aos bens tombados os mesmos efeitos, inclusive quanto às sanções e à alienação onerosa previstos pela legislação Federal de tombamento por parte da União e será averbado, gratuitamente, no Cartório de Títulos e Documentos."[44]

Como se pode notar, o caráter e as disposições sobre os bens tombados remetem à legislação federal, estando os bens tombados pelo estado tão protegidos quanto os bens tombados em âmbito federal. O Estado conta com o Instituto do Patrimônio Artístico Cultural da Bahia (IPAC), órgão estadual responsável pelo patrimônio histórico-cultural.

Recentemente (1999) o IPAC produziu o CD-ROM "Inventário de Proteção do Acervo Cultural da Bahia", com todo o inventário de monumentos de importância histórico-artístico-cultural no Estado. Para cada monumento é apresentado um diagnóstico com uma série de informações, tais como: necessidades de restauro, grau de proteção, estado de conservação, histórico, descrição, etc.

Tombamento Municipal

O tombamento de bens que constituem importantes símbolos da cultura ou história do município também pode ser feito em âmbito municipal, sob a responsabilidade da prefeitura municipal ou do órgão municipal que tenha atribuições para tanto. Porém, cada município tem sua própria legislação acerca do tombamento destes bens, o que dificulta uma coleta precisa de dados.

De acordo com a Subgerência de Estudos de Áreas de Interesse Cultural e de Bens Imóveis, do IPAC, não existem no Pólo Litoral Sul monumentos tombados em âmbito municipal.

Monumentos Tombados

A documentação reunida no CD-ROM do IPAC (atualmente, também disponível na Internet) foi uma das principais fontes para informações sobre o patrimônio histórico no Estado. Para identificar os monumentos tombados em nível estadual, consultou-se o IPAC através de sua Gerência de Restauração e Conservação de Bens de Cultura. Outra fonte importante foram os documentos internos do IPHAN. Através de relatórios solicitados à 7ª Superintendência Regional, foi possível identificar os monumentos do patrimônio tombados em nível federal no Estado da Bahia.

Deve-se considerar que, segundo o levantamento do IPAC, nos municípios do Pólo Litoral Sul existem mais de 120 monumentos de importância histórico-cultural. No entanto, somente 5 deles são tombados no nível federal e 9 no nível estadual. A Tabela 3.4.2 lista os monumentos do Pólo tombados nos níveis federal e estadual:

[44] Lei 3.660, de 8 de junho de 1978. Diário Oficial, Salvador, 9 de junho de 1978, pg. 4.

Tabela 3.4.2 – Patrimônio Histórico Tombado no Pólo Litoral Sul

Monumento	Município	Distrito	Ano de Tombamento	Âmbito Federal / Estadual	Grau de Proteção
Fortaleza do Morro de S. Paulo	Cairu	Morro de São Paulo	1939	Federal	1
Forte da Ponta	Cairu	Gamboa	1939	Federal	1
Convento de Santo Antônio	Cairu	Sede	1941	Federal	1
Fonte Grande	Cairu	Gamboa	1943	Federal	1
Igreja de Nossa Senhora da Escada	Ilhéus	Olivença	1979	Estadual	1
Capela de Sant'Ana	Ilhéus	Coutos	1984	Federal	1
Igreja Matriz de são Jorge dos Ilhéus	Ilhéus	Sede	1985	Estadual	1
Estância Azul (Casa do Dr. Heitor Guedes de Melo)	Valença	Sede	1989	Estadual	1
Paço Municipal de Valença	Valença	Sede	1989	Estadual	1
Fórum Gonçalo Porto de Souza	Valença	Sede	1993	Estadual	2
Cais do Porto de Canavieiras	Canavieiras	Sede	1995	Estadual	N/D
Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus	Valença	Sede	2001	Estadual	1
Conjunto de Sobrados da Pça. da República	Valença	Sede	2001	Estadual	1

Fonte: IPHAN 2002 e IPAC 2003

Condições Atuais de Conservação

O CD-ROM do IPAC traz informações concernentes às condições de conservação e necessidades de restauro. Entretanto, essas informações não se encontram atualizadas. Dizem respeito a avaliações que datam do período de 1972 a 1981. A utilização destas informações, portanto, ficou restrita.

Durante a pesquisa de campo, entretanto, uma amostra representativa do patrimônio histórico foi visitada e houve observação das condições atuais de conservação. Na **Costa do Cacau**, de maneira geral, o que se observou foram inúmeros projetos de recuperação do patrimônio existente. Em Ilhéus e Canavieiras, os dois municípios com patrimônio mais representativo, projetos recentes vêm revitalizando vários imóveis, do casario às igrejas mais relevantes. Na **Costa do Dendê**, as igrejas mais antigas, particularmente, encontram-se em bom estado de conservação. O casario mais representativo (sede de Cairu, Valença e Camamu), entretanto, encontra-se degradado, sendo que alguns imóveis necessitam de reparos urgentes. O centro histórico de Valença é que se encontra mais descaracterizado, mas já há ações em execução para a reversão deste quadro. No mesmo estado de degradação estão as ruínas de importantes imóveis de Morro de São Paulo (Cairu), assim como a fortaleza ali existente. Merece destaque a restauração interna que está sendo realizada no Convento de Santo Antônio (sede de Cairu), principalmente nas pinturas, altares e paredes.

Os monumentos tombados e os que contam com movimentação turística geralmente se encontram em melhor estado de conservação. Mesmo que não se tenham feito intervenções de restauro nesses monumentos, existem ações de conservação e manutenção conduzidas pelo próprio IPHAN, pelo IPAC ou pelos proprietários e instituições mantenedoras dos monumentos.

Manifestações Folclóricas

As manifestações culturais e folclóricas do Estado da Bahia somam, de uma maneira geral, as origens européias da colonização, negras da escravatura e indígenas dos habitantes nativos. As festas e comemorações ainda presentes têm forte influência religiosa, seja do cristianismo trazido pelos portugueses, seja das religiões africanas (como o candomblé).

Assim, pode-se observar nestas manifestações características sagradas e profanas. O sagrado é simbolizado pela adoração a uma infinidade de santos da Igreja, como São Sebastião, Senhor do Bonfim, São José e diversas devoções de Nossa Senhora. O caráter "profano" é observado no decorrer dos festejos, que incluem brincadeiras, divertimento, banquetes etc. Também são considerados profanos os costumes oriundos de religiões não-cristãs, como as festas de candomblé, as lavagens, o samba e a capoeira.

Nas manifestações culturais baianas, as práticas sagradas e profanas se confundem, ao ponto de não se poder distinguir entre elas. O sincretismo religioso permitiu que africanos fizessem seus festejos (então proibidos) simplesmente trocando os nomes dos orixás por santos católicos (Oxossi se identifica a São Jorge, Omulu a São Sebastião e assim por diante).

Festejos e Apresentações

A maioria das manifestações folclóricas têm como tema os santos cristãos. Cada município tem um padroeiro, e em seu dia realiza uma grande festa, muitas vezes apoiada e mesmo financiada pelas prefeituras. Além do padroeiro, é muito comum se realizarem festas para santos de grande importância na cultura baiana, tais como Senhor do Bonfim e Nossa Senhora da Boa Morte. A tabela a seguir relaciona, para cada município do Pólo, os festejos folclóricos de maior destaque.

Tabela 3.4.3 – Principais Festejos do Pólo Litoral Sul

Zona Turística	Município	Evento	Data
Costa do Cacau	Canavieiras	Festa Nacinal do Caranguejo	Setembro
	Ilhéus	Festa de São Sebastião Olivença (Puxada do Mastro)	11/01 a 20/01
	Itacaré	Dia da Cidade	20/01 a 26/01
		Festa da Lagosta	21/06 a 20/07
	Santa Luzia	Festa dos Cavaleiros	05/10 e 06/10
		Festa de Santa Luzia	01/12 a 13/12
	Una	Festa de São João	23/06 e 24/06
		Semana da Emancipação	01/08 a 04/08
	Uruçuca	Festa de São João	22/06 a 24/06
		Aniversário do Município	11/12 e 12/12
Costa do Dendê	Cairu	Elevação (Festa da Cidade)	30/03
		Festa de São Pedro	23/06 a 29/06
		Festa de Nossa Senhora do Rosário	22/09 a 01/10
		Festa de São Benedito e dos Santos Reis	08/12 a 06/01
	Camamu	Dia da Cidade	26/06 a 27/06
		Festa de Nossa Senhora da Assunção	06/08 a 15/08
	Igrapiúna	Dia da Cidade	23/03 a 24/03
		Festa de Nossa Senhora das Dores	08/09 a 15/09
	Ituberá	Dia da Cidade	12/08 a 14/08
		Festa de São Brás	2º domingo de outubro
	Maraú	Festa de São Sebastião	11/01 a 20/01
		Sesmaria de Mandu	Antes do Carnaval
		Festejos do Mascarado	Período do Carnaval
	Nilo Peçanha	Procissão Marítima de Bom Jesus dos Navegantes	01/01
		Festa do Senhor do Bonfim	3º domingo de janeiro
		Festa de São Pedro	29/06 a 02/07
	Tapeorá	Festa de São Brás	25/01 a 03/02
		Festa de Santo Antônio	31/05 a 13/06
		Festa de Senhora Santana	17/07 a 26/07
		Festa de Nossa Senhora da Boa Morte	05/08 a 15/08
		Festa de Nossa Senhora da Conceição	30/11 a 08/12
	Valença	Lavagem do Porto	02/02
		Presente de Iemanjá	02/02
		Festa de São Pedro	20/06 a 29/06
		Festa de Nossa Senhora do Amparo	30/10 a 08/11
		Dia da Cidade	10/11

Fonte:Roteiros Ecoturísticos da Bahia – Costa do Cacau e Costa do Dendê

Merecem destaque no Pólo Litoral Sul as seguintes manifestações folclóricas, realizadas em diversos municípios:

- **Zambiapunga:** Trata-se de um grupo de mascarados, que tocam enxada, búzios e tambores, numa manifestação que pede proteção nas colheitas, resgatando costumes ancestrais africanos.
- **Alvarde:** resgate de antigas lutas entre índios e invasores pela posse de terras. Após a encenação há uma missa campal.
- **Bumba Meu Boi:** antiga tradição recorrente em diversas regiões do Brasil. Representação de um enredo folclórico onde um boi deve ser morto para matar o desejo de uma grávida de comer sua língua. Inclui diversos personagens, entre animais, pessoas e seres fantásticos.
- **Barquinha:** encenação de lutas marítimas ao som de toadas próprias.
- **Burrinha:** representação que tem como centro um burrico, que toca pandeiro e outros instrumentos. Esta manifestação também se vale de toadas típicas.

- **Chegança:** Representação de batalha entre Mouros e Cristãos, encenada pelos moradores das comunidades.
- **Congo:** antiga festança realizada para relembrar a distante Mãe-África e antepassados. Constitui-se de uma roda com música e dança.
- **Terno de Reis**: apresentação em grupo na qual os principais personagens são a porta-estandarte e a estrela.

Gastronomia Típica

Assim como as demais manifestações folclóricas e culturais, a culinária no Pólo Litoral Sul e na Bahia como um todo obedece às suas origens européias, africanas e indígenas. O cardápio típico da região se baseia em peixes e frutos do mar (como caranguejos, siris, ostras, lagostas, polvo etc.), além da carne do sol, menos ocorrente.

Como grandes símbolos da região, destacam-se os seguintes ingredientes:

- **Azeite de Dendê:** de origem africana, é utilizado para o preparo da maior parte dos pratos afro-baianos. Seu beneficiamento é muito ocorrente no Pólo Litoral Sul, especialmente em Valença. Trata-se de um processo artesanal, herdado de antepassados africanos.
- **Pimenta Malagueta:** geralmente servido à parte nos pratos típicos, em molho juntamente com limão, tomate e cebola. Tradicionalmente, este molho (em alguns locais denominado "molho lambão") é muito forte e pouco recomendado aos menos acostumados.
- **Leite de Coco:** muito utilizado em moquecas e principalmente no preparo de doces.

Monumentos com Visitação Turística

Estimar a movimentação turística em atrativos relacionados ao patrimônio histórico é uma tarefa difícil, já que a maioria dos estabelecimentos de cunho cultural no Pólo Litoral Sul não conta com controles rigorosos de fluxo de visitantes. Para se chegar a números e características próximos do real, seria necessário aplicar fichas de identificação de visitantes a todos os museus, igrejas e fortes, e este levantamento ainda não é feito em todos os locais. Como conseqüência, os dados conseguidos são dispersos e irregulares, como se pode ver na Tabela 3.4.4, que apresenta o fluxo de visitantes nos museus que têm o fluxo compilado pela Secretaria de Cultura e Turismo, através da Fundação Cultural e do Censo Cultural.

Tabela 3.4.4 – Fluxo de Visitantes em Museus do Pólo Litoral Sul nos anos para os quais existe informação

Município	Museu	Ano	Fluxo*
Ilhéus	Museu Casa de Jorge Amado	N/D	N/D
	Museu de Arte Sacra São Jorge	2000	400
	Museu do Cacau	1995	583
	Museu do Instituto Nsa. Sra. Da Piedade	1995	700
	Museu da Capitania	2000	80
Una	Museu Municipal de Una	2000	1.500

(*) Média de visitantes por mês

Fonte: Fundação Cultural do Estado da Bahia – Censo Cultural da Bahia 2001/2002

Dada a dificuldade em se estimar o fluxo turístico interessado em patrimônio histórico, artístico e cultural através da somatória dos fluxos dos diversos estabelecimentos (basicamente museus, fortes e igrejas), se optou por uma outra metodologia de estimativa.

As Pesquisas de Demanda Turística (PDTs), elaboradas pela Bahiatursa desde 1993, trazem o percentual de turistas cujo principal fator de atratividade foi o patrimônio histórico. Relacionando este percentual ao total de turistas no pólo, chega-se ao número estimado de turistas com maior interesse no patrimônio.

Como se pode ver na Tabela 3.4.5, o fluxo de turistas que têm como principal motivação o patrimônio histórico-artístico-cultural é restrito no Pólo Litoral Sul. Nos principais portões de entrada do Pólo (Morro de São Paulo, Ilhéus e Valença), em média, somente 0,9% dos turistas têm motivação relacionada ao patrimônio histórico. Dado que o fluxo turístico em 2001 se situou por volta de 372 mil, o número de turistas interessados primordialmente em conhecer o patrimônio do Pólo Litoral Sul pode ser estimado em 3.300.

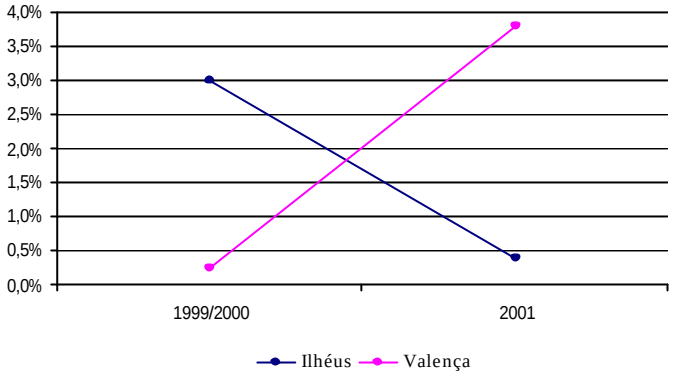
Tabela 3.4.5 – Percentual de Turistas do Pólo Litoral Sul com Motivação Histórico-Cultural

Destino	Fluxo em turistas (2001)	Patrimônio Histórico	Fluxo Histórico-Cultural
Morro de São Paulo	92.990	0,3%	279
Ilhéus	223.170	0,4%	893
Valença	55.790	3,8%	2.120
Total	**371.950**	**0,9%**	3.292

Fonte: Bahiatursa 2001
Elaboração: FGV 2003

Nota-se que os percentuais atingidos pelos turistas com motivação histórica e cultural – mesmo quando se trata de Valença, onde este percentual é maior – são muito pouco representativos em relação a outros fatores motivadores, como atrativos naturais (97% em Ilhéus e 100% em Camamu/Maraú) etc. Entretanto, é interessante notar que, na PDT de Valença de 1999, apenas 0,26% dos turistas manifestou tal motivação para sua viagem, passando a 3,8% em 2001. Em Ilhéus, ao contrário, verificou-se um decréscimo de 3,0% em 2000 para 0,4% em 2001, como se pode ver no gráfico.

Gráfico 3.4.1 – Evolução do Motivação Histórico Cultural em Ilhéus e Valença



Fonte:Pesquisas de Demanda Turística – Bahiatursa 1999/2000/2001
Elaboração: FGV 2003-04-14

O grande aumento no fluxo de turistas interessados em patrimônio em Valença provavelmente está vinculado aos investimentos já citados no município, concluídos em 2000. Em Ilhéus, o decréscimo pode ser atribuído ao crescente fluxo de lazer (mais de 97% em 2001, segundo a Pesquisa de Demanda Turística) que busca os atrativos naturais localizados principalmente na região sul do município, onde a atividade turística já é mais desenvolvida. Acredita-se, entretanto, que o fluxo motivado pelo patrimônio histórico-cultural pode ser recuperado com a finalização do Quarteirão Cultural Jorge Amado e com uma maior valorização do patrimônio, tanto por parte dos cidadãos como pelos turistas.

Programas e Projetos

A importância que o patrimônio histórico vem tomando no Estado da Bahia nos últimos anos pode ser verificada com os investimentos do setor público realizados e em projeto para o patrimônio da região. A tabela abaixo resume os investimentos previstos para os próximos anos no Pólo Litoral Sul em prol do patrimônio histórico:

Tabela 3.4.6 – Investimentos Futuros do Governo do Estado em PHC

Zona Turística	Município	Intervenção	Valor (US$ Mil)	Conclusão
Costa do Cacau	Ilhéus	Recuperação do "Bataclan"	470	2005
	Itacaré	Recuperação da Igreja São Miguel	580	2005
Costa do Dendê	Cairú	Recuperação do Convento de Cairú	1.800	2005
		Recuperação do Forte de Morro de São Paulo	2.000	2005
Pólo Litoral Sul			**4.850**	

Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

Somando-se o total já investido, segundo a Tabela 3.4.1, e o total em projeto, de acordo com a tabela acima, chegamos a um montante de aproximadamente US$ 5,7 milhões de investimentos em patrimônio no Pólo. Parte dos US$ 4,8 milhões ainda em projeto pode ser financiada com recursos do PRODETUR NE II. É possível, porém, que o Estado busque outras fontes de recursos para implementa-los, ou que os projetos não se mostrem viáveis social e economicamente.

No que concerne aos projetos em andamento, resgata-se os projetos já citados e listados na Tabela 3.4.1, descritos aqui com maior profundidade.

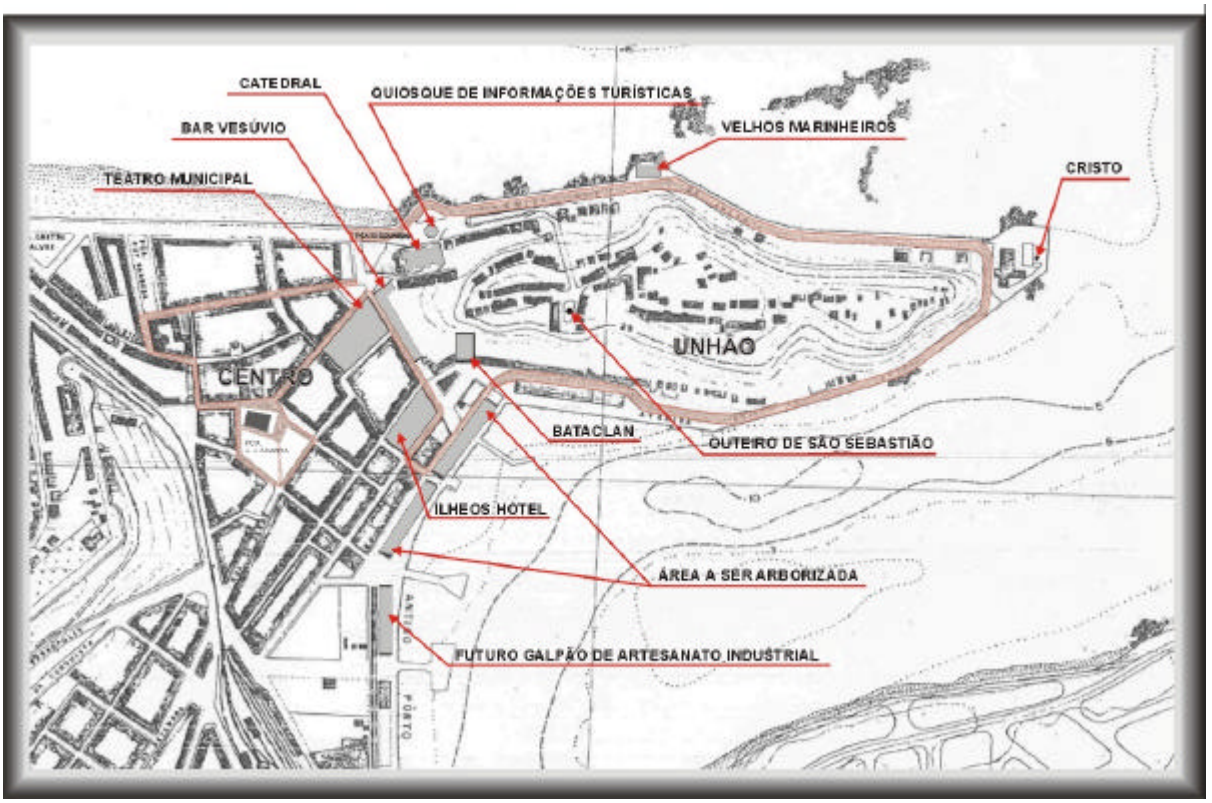
Quarteirão Jorge Amado

A seguir um breve descritivo do Projeto Quarteirão Jorge Amado, fornecido pela Superintendência de Cultura, da Secretaria de Cultura e Turismo.

> *"A Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia através do Centro de Referência Cultural da Bahia e a Prefeitura Municipal de Ilhéus desenvolveram o projeto Quarteirão Jorge que está localizado no centro histórico da cidade, abrangendo a grande maioria dos elementos representativos da época dos coronéis do cacau, do folclore e da literatura de Jorge Amado que tão bem expandiu além fronteiras as personagens e as tradições de Ilhéus.*
>
> *O Quarteirão propriamente dito será constituído de dois circuitos, que após a sua conclusão formarão um conjunto com a configuração em forma de um oito, podendo ser percorrido de forma continua e ininterrupta.*
>
> *O primeiro trecho, denominado circuito CRAVO terá como ponto de partida o Quiosque, situado ao lado da Catedral de São Sebastião. O quiosque, com suas linhas modernas é o posto de informações e orientações necessárias para que turistas e visitantes tenham melhor conhecimento dos trajetos a serem percorridos.*
>
> *O circuito CRAVO adentra pela rua Jorge Amado, Praça da Prefeitura, Rua Santos Dumont, rua Conselheiro Dantas, Igreja São Jorge dos Ilheós e rua Antônio Lavigne de Lemos, retornando do ponto de partida, o Quiosque.*
>
> *Ao longo deste trajeto se encontram elementos importantes e tradicionais, tais como: Catedral de São Sebastião, Bar Vesúvio, Teatro Municipal, Casa de Cultura Jorge Amado, Casa dos Artistas, Associação Comercial, Estátua de Sapho e de Inverno, Palácio Paranaguá, Igreja e Museu São Jorge, Casa do Coronel Misael Tavares e Casa de Tônico Bastos, com destaque para o piso da rua Antônio Lavigne Lemos em paralelepípedo de cor azulada, comprados de um navio inglês que aportou em Ilhéus, no ano de 1907.*
>
> *O circuito CRAVO está sendo executado e quase concluído. Quiosque já está funcionando, atendendo aos visitantes e turistas de passagem pela cidade.*
>
> *O segundo trecho denominado circuito CANELA que constituirá a 2ª etapa de construção, também terá sua partida do Quiosque. Passa pela Catedral de São Sebastião, pelo Vesúvio onde desce em direção ao antigo porto, Ilheós Hotel, Bataclan, segue pela Avenida 2 de Julho até chegar a Estátua de Cristo que possui uma vista panorâmica do Pontal, do Morro de Pernambuco e dos ilhéos situados em frente à Avenida da Praia. Continuando o percursso será possível subir uma ladeira para visitar o Oitero de São Sebastião que é o sitio onde foi fundado o primeiro núcleo urbano da Capitania de São Jorge dos Ilheós. Retornando à Avenida da Praia se chega ao Quiosque , concluindo assim todo o trajeto.*
>
> *Com a conclusão das obras a cidade de Ilhéus estará dotada de um equipamento urbano de valor relevante, podendo oferecer aos turistas um entretenimento de nível sofisticado e qualidade de nível internacional."*[45]

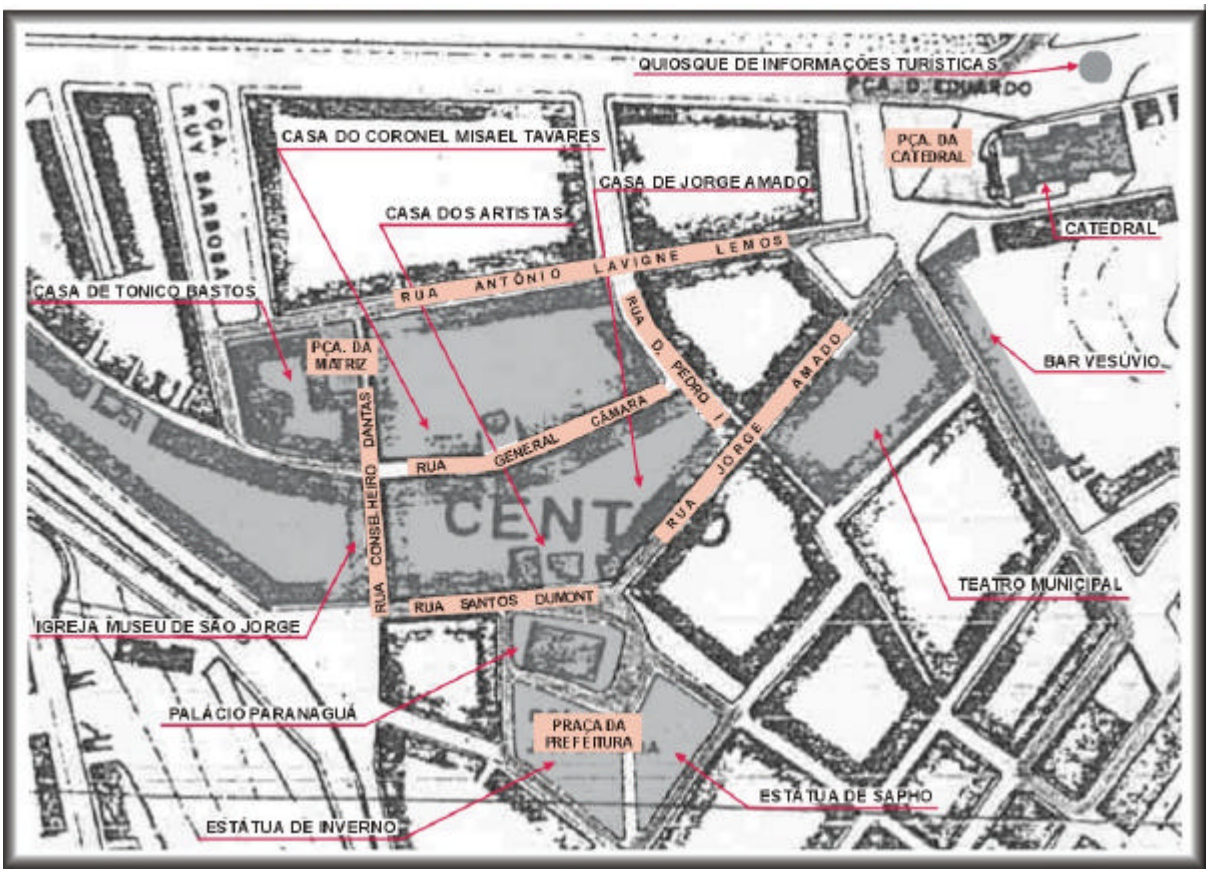
[45] Secretaria de Cultura e Turismo, 2003. Descritivo do Quarteirão Cultural Jorge Amado. Cidade de Ilhéus – Bahia.

Figura 3.4.1 – Quarteirão Cultural Jorge Amado – Circuito Canela



Fonte: Centro de Referência Cultural da Bahia, 2003

Figura 3.4.2 – Quarteirão Cultural Jorge Amado – Circuito Cravo



Fonte: Centro de Referência Cultural da Bahia, 2003

Os dois circuitos abrangem grande parte dos atrativos relacionados à história, à cultura e à arte no município de Ilhéus. Antes do projeto Quarteirão Cultural, era difícil percorrer os atrativos principalmente por falta de informações aos turistas.

As intervenções visam a utilização turística nos locais recuperados. Há uma ênfase aos locais e estabelecimentos conhecidos da obra de Jorge Amado. Reconhecida internacionalmente, esta produção impulsionou a criação do Quarteirão, que concentra a maioria dos locais de Ilhéus que o autor imortalizou (Bar Vesúvio, Bataclan, Casa de Jorge Amado entre outros). Este quarteirão tem forte potencial para o segmento histórico-cultural, que identifica na cidade os locais lidos e relidos nos livros.

Com este projeto, fica bem definido o circuito histórico-cultural de Ilhéus, estimulando um maior fluxo de turistas nesse segmento e oferecendo a estes turistas um receptivo especializado na valorização e utilização do patrimônio histórico cultural.

Recuperação do Convento Santo Antônio de Cairu

Cairu tem um dos mais significativos conjuntos históricos do Pólo Litoral Sul. Este valor já foi reconhecido pela comunidade e pelo poder público local. O projeto de recuperação do Convento Santo Antônio tem enfoque voltado ao beneficiamento das comunidades locais e à utilização sustentável dos monumentos.

Descrição

"Denominado Igreja/Convento de Santo Antônio de Cairu, desenvolvido pelo IDES (Instituto de Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio Juliana) e apoiado por entidades governamentais como IPHAN e Conder (através do suporte técnico), o projeto pretende restaurar/readequar a Igreja/Convento de Santo Antônio, resgatando sua importância religiosa, histórica e cultural para a comunidade da região e para todo o Brasil.

Importante edificação religiosa da microrregião Tabuleiros de Valença, localizada no Baixo Sul da Bahia, a restauração/readequação da Igreja/Convento de Santo Antônio de Cairu além de resgatar parte da memória nacional, contribuirá decisivamente para a atividade cultural da comunidade e dos que a visitam.

Após os trabalhos de restauração, que conservará intacta a função religiosa de todas as áreas litúrgicas da grandiosa obra franciscana, o Convento será reutilizado na função de hospedagem, a mais viável para a conservação, revitalização e sustentação econômica do imóvel futuramente. Em função da viabilidade hoteleira, serão construídas edificações anexas, dotadas de requisitos modernos e apropriados para tal.

Para a comunidade, em termos práticos de reutilização da área histórica, poderão ser criados/instalados: auditório (para reuniões, palestras, projeções de filmes e debates, apresentações de teatro e espetáculos folclóricos e musicais da região), centro de memória franciscana, pousada-escola para formação de mão de obra local e regional, lojas, agência dos Correios e Telégrafos etc."[46]

Justificativa

"Restaurar um importante conjunto histórico do Brasil e da presença franciscana na América, como a Igreja/Convento de Santo Antônio de Cairu, é reaviva-lo como agente propulsor de desenvolvimento sociocultural de toda uma região semi-esquecida, entrando em sintonia com a memória e o futuro da sociedade do qual ele faz parte.

A restauração e reutilização da Igreja/Convento de santo Antônio de Cairu justifica-se também pelo grande benefício cultural que a obra trará à toda a carente comunidade da região – seja pela preservação da memória, seja por novos espaços práticos para debates, idéias e prestação de serviços."[47]

Objetivos

"Geral:

Restaurar/readequar o monumento Igreja/Convento de santo Antônio de Cairu, no Baixo Sul da Bahia, numa ação conjunta entre entidades da iniciativa privada e órgãos governamentais, visando a recuperação de uma das mais importantes construções religiosas da história do Brasil. Na verdade, a terceira edificação franciscana construída no país.

Através da reutilização de espaços ociosos da construção, criar espaços culturais e de prestação de serviços públicos para a comunidade (auditório, pousada-escola para formação de mão de obra, lavanderia, centro telefônico e Correios etc); e construir edificações anexas para hospedagem.

Específicos:

Restaurar/readequar a Igreja/Convento de Santo Antônio de Cairu;

[46] Programa de Incentivo à Cultura – FAZCULTURA, 1998.
[47] Idem.

Dotar a comunidade de Cairu de espaços para a fomentação cultural e prestação de serviços públicos, e

Construir edificações anexas para hospedagem."[48]

Reurbanização em Canavieiras

Objetivo

"Recuperar os imóveis e seu entorno a partir de uma necessidade de preservação físico-ambiental;

Recuperar volumetricamente unidades parcialmente arruinadas, saneando e valorizando o tecido urbano, e

Restaurar integralmente aqueles imóveis cuja tipologia e elementos de destaque mereçam uma proteção rigorosa, assim como devem ser preservados aqueles como originalmente se apresentam."[49]

Metodologia de Intervenção

"A intervenção tem como premissa compreender o Centro Histórico de Canavieiras como parte especial da cidade, pois nele reside o testemunho do início de sua história, necessitando para sua preservação de um tratamento especial, para a consolidação de suas velhas estruturas inseridas no conjunto urbano.

A intervenção em imóveis que guardam suas características originais, deverá obedecer a critérios rígidos de restauro e as modificações decorrentes do resultado das obras de prospecção deverão ser previamente analisadas e aprovadas pela fiscalização do IPAC, que fornecerá a orientação a ser adotada.

Na obra ou serviço de reconstrução que, a partir de remanescentes existentes da construção original permite recompor sua volumetria, dotando o interior da "caixa" de novos espaços, utilizando-se tecnologia construtiva atual e materiais modernos, deve-se observar, no entanto, que os parâmetros externos devem ser objeto de tratamento especial, com a restauração dos seus elementos de destaque, de acordo com o projeto fornecido pelo IPAC."[50]

Atualmente, o cais do porto e seu entorno constituem um dos principais atrativos de Canavieiras, concentrando restaurantes e lojas turísticas da cidade, transformando-se em um agradável ponto de encontro de turistas e moradores.

Conclusão

São notórias muitas das ações recentes dos órgãos responsáveis pelo patrimônio histórico. Boa parte dos monumentos no Pólo Litoral Sul, entretanto, está em condições de conservação que põem em risco sua existência. Os programas de revitalização do patrimônio desenvolvidos em outras localidades do Estado não foram realizados com a mesma ênfase nessa região. Parcerias entre o poder público e o setor privado podem ser uma boa alternativa para a recuperação e manutenção das diversas localidades com potencial histórico cultural do Pólo.

[48] Ibidem.
[49] Bahiatursa, 1998.
[50] Idem.

Uma das principais soluções recomendadas é a inclusão das comunidades locais no processo de preservação e conservação do patrimônio. Os órgãos mantenedores seriam responsáveis pela coordenação, pelo gerenciamento de informações e projetos de recuperação, deixando a gestão do patrimônio nas mãos da prefeitura e da comunidade. Para tanto, a comunidade precisa adquirir consciência da importância e valor do patrimônio e da história locais.

Vale lembrar que a grande riqueza histórico-cultural do Pólo Litoral Sul está distribuída tanto nas apresentações e tradições folclóricas, nos costumes típicos da região, quanto em monumentos e construções. Nesse sentido, recomenda-se que o resgate e a valorização do patrimônio histórico cultural se dêem também com apoio a estas manifestações. Isso resultaria em aumento de auto-estima para os membros da comunidade e das tradições, criando uma tendência de valorização do patrimônio histórico. Como efeito, provavelmente seriam geradas ações de recuperação e resgate vindos de dentro da própria comunidade.

Recomenda-se que os estudos sobre monumentos e manifestações do patrimônio histórico-artístico-cultural como atrativos sejam intensificados, descobrindo novos usos e meios de revitalizá-lo. Para isso, a obtenção de maiores informações (quantitativas e qualitativas) sobre o fluxo nos monumentos, museus, fortes e igrejas é um importante passo.

É preciso fortalecer e criar as condições necessárias para que os órgãos responsáveis possam administrar de maneira eficiente o patrimônio histórico, para garantir a viabilidade e sustentabilidade da aplicação dos recursos. Em parceria com as comunidades, estes órgãos poderiam focar seus esforços no âmbito técnico e de recuperação do patrimônio, com critérios e parâmetros criados em conjunto.

A capacidade de atuação dos órgãos responsáveis pelo patrimônio (no estado da Bahia, o IPAC, e nos municípios, as Secretarias de Cultura) deve, portanto, ser alavancada. Apesar de o desenvolvimento institucional destes órgãos não ser uma intervenção pertencente ao âmbito de atuação do PRODETUR NE II, ações com este fim devem ser planejadas e implementadas pelo Governo do Estado e pelos municípios. Assim, mais monumentos podem ser tombados e mais informações levantadas, garantindo a conservação e utilização turística de uma parte maior do patrimônio.

A situação emergencial na qual se encontram alguns monumentos do Pólo Litoral Sul deverá determinar como prioritárias ações diretas de recuperação e revitalização, como forma de evitar sua perda total.

3.5. Aspectos Sócio-ambientais

Apresentação

Este relatório apresenta análise sócio-ambiental do primeiro período de implementação do PRODETUR e recomendações para o segundo período, no Pólo Litoral Sul. O estudo contribui para a caracterização dos investimentos diretos e indiretos que potencializaram a atividade turística nesta região e avalia os desdobramentos no campo ambiental e sócio-cultural. As transformações geradas pelo turismo são identificadas de modo a avaliar que medidas precisam ser adotadas nesta segunda fase para que esta atividade adquira qualidade crescente e ofereça um horizonte de sustentabilidade para a economia e ambientes destas regiões.

A *Costa do Cacau* é uma zona turística de alta relevância para o turismo litorâneo baiano, tem na cultura do cacau, na literatura de Jorge Amado abordando o município de Ilhéus, nas florestas costeiras e nos costões rochosos entre Serra Grande e Itacaré seus principais atrativos turísticos. A Costa do Dendê também é uma zona turística de alta relevância no turismo litorâneo baiano, e tem no Arquipélago de Tinharé-Boipeba e na Baía de Camamu, integrada à Península de Maraú, seus principais atrativos turísticos, ambos marcados por um amplo e complexo ecossistema estuarino e insular, que compõe toda esta sub-região litorânea.

Os estudos levaram em consideração um conjunto de publicações que caracterizam esta zona turística, visitas de campo e um conjunto de entrevistas feitas nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2003. Neste período, a atividade turística vivia mais um momento de alta estação, em virtude do verão. As impressões geradas neste período foram, portanto muito úteis para obter informações do turismo em sua plenitude, incluindo seus desdobramentos negativos. Após um ciclo de investimentos públicos e privados, entre 1995 e 2002, esta região já apresenta uma intensa atividade turística, e o verão de 2003 revelava este dinamismo sócio-econômico presente nas duas zonas turísticas, bem como suas lacunas e fatores limitantes.

Alguns textos são fundamentais para este documento, e os mesmos são identificados claramente no relatório como adaptações, a exemplo do texto sobre Corredor Central da Mata Atlântica, recentemente publicado por Fonseca et alii.

O conteúdo deste relatório foi dividido em quatro partes, com base no termo de referência que se refere à avaliação dos aspectos sócio-ambientais do PRODETUR I. A partir de uma releitura dos autores, os assuntos foram agrupados em:

1. Quadro Ambiental;
2. Instrumentos, Órgãos e Instituições;
3. Corredor Central da Mata Atlântica, e
4. Recomendações e Conclusões.

A primeira parte, mais ampla, trata do quadro ambiental nestas três zonas turísticas. O relatório reproduz informações básicas sobre:

- Ecossistemas - os principais ecossistemas, com ênfase nos mais relevantes para o turismo (praias, dunas, recifes de corais, remanescentes de mata, manguezais, rios, estuários, restingas, brejos, campos);

- Áreas Protegidas - as áreas protegidas, de preservação e unidades de conservação, bem como características da legislação aplicável, conflitos e propostas para gestão;
- Capacidade de suporte dos recursos naturais (bacias hidrográficas, terrenos, praias).

Na segunda parte são avaliadas as estruturas que atuam com a questão do meio ambiente, como:

- Órgãos e Instrumentos reguladores;
- Instituições de Meio Ambiente - Área de cobertura de monitoramento dos recursos ambientais pelos órgãos do meio ambiente (água, ar, solo, subsolo, vegetação e fauna);
- Iniciativas de proteção e conservação ambiental do terceiro setor.

A terceira parte do capítulo identifica a questão dos corredores ecológicos e o Corredor Central da Mata Atlântica.

Finalizando, há um resumo com as principais conclusões e recomendações.

As informações relativas aos impactos do PRODETUR NE I, que deveriam abrir este capítulo, são minuciosamente apresentadas e analisadas no Capítulo 2 – Avaliação do PRODETUR NE I. Naquele capítulo são analisados os impactos dos investimentos do PRODETUR I sobre o meio ambiente e populações tradicionais e vulneráveis, e em seguida os esforços de conservação e promoção ambiental, e sua manutenção. Em que pese um conjunto de investimentos realizados pelo PRODETUR em alguns locais nas zonas turísticas em questão, esta identificação e análise reconhece que não somente as iniciativas deste programa, mas da atividade turística e dos investimentos governamentais e privados associados a ela, carecem de ordenamentos e retificações.

Quadro Ambiental

Ecossistemas Costeiros

A região costeira da Bahia, em sua totalidade, fazia parte em 1500 do que os ambientalistas brasileiros chamam de Domínio Original da Mata Atlântica. Este Bioma reúne um conjunto de ecossistemas associados, tendo a Floresta Ombrófila Densa como ecossistema principal, junto aos manguezais, restingas e campos. No espaço marinho, praias, dunas e recifes de corais completam esta rede de ecossistemas presentes na Costa do Dendê, enquanto as praias e fragmentos de corais completam a rede na Costa do Cacau Os dados existentes concentram-se na região continental, havendo raras informações sobre os recifes de corais desta costa, mesmo sendo estes de grande relevância espacial e biológica, assim como para o turismo de natureza, em desenvolvimento na APA de Tinharé Boipeba e na APA de Maraú.

Os dados de vegetação presentes nos municípios do Pólo Litoral Sul, embora já desatualizados, foram identificados em 1998, através de imagens de satélite Landsat, pelo então Departamento de Desenvolvimento Florestal, hoje Superintendência de Unidades de Conservação e Florestas, da Secretaria de Meio Ambiente da Bahia (ver tabela abaixo).

Tabela 3.5.1 – Tipos de Vegetação da Costa do Dendê

Tipos de vegetação	Cairu	Camamu	Ituberá	Maraú	Nilo Peçanha	Taperoá	Valença	Igrapiúna
Floresta Estágio Primário	-	7.940	-	2.826	3.270	-	-	-
Floresta Estágio Médio/Avançado de Regeneração	3.820	12.513	4.827	9.979	8.428	6.554	7.102	8.307
Floresta Estágio Inicial de Regeneração	7.768	3.429	2.510	1.835	2.803	5.367	11.044	3.616
Manguezal	8.599	5.410	3.305	2.486	1.445	784	3.031	5.765
Restinga	8.547	1.304	4.678	9.336	2.265	0	1.717	792
Brejo	6.387	1.603	2.331	6.934	1.743	404	2.322	1.878
Mata Ciliar	-	-	-	-	-	-	-	-
Área Antropizada	3.672	21.976	17.752	5.582	6.598	23.642	90.095	13.626
Agropecuária Cacau	-	28.514	3.114	40.146	12.887	3.413	-	11.872
Rio Perene	7.025	7.560	2.833	4.678	376	762	3.460	6.703
Cidade/Localidade	7	31	82	35	22	56	401	11
Total	**45.890**	**90.285**	**41.444**	**84.044**	**39.862**	**40.982**	**119.198**	**52.575**

Fonte: DDF

Tabela 3.5.2 – Área por Ecossistema (Ha)

	Canavieiras	Ilhéus	Itacaré	Santa Luzia	Una	Uruçuca
Floresta Estágio Primário	-	3.823	4.378	-	5.769	1.250
Floresta Estágio Médio/ Avançado de Regeneração	22.142	14.033	13.059	15.428	29.806	2.068
Floresta Estágio Inicial de Regeneração	4.215	14.236	6.855	177	5.140	3.117
Manguezal	6.115	775	-	-	1.212	-
Restinga	16.606	2.197	1.076	-	1.484	-
Brejo	1.662	861	983	-	803	-
Mata Ciliar	16	164	310	488	847	120
Área Antropizada	56.335	37.620	9.172	21.080	27.041	3.746
Agropecuária Cacau	21.582	105.426	37.185	35.871	42.964	20.773
Rio Perene	4.119	1.897	917	-	931	-
Lago/Lagoa Perene	235	812	5	-	2	-
Cidade/Localidade	173	1.311	27	55	40	82
Total	**133.199**	**183.155**	**73.967**	**73.098**	**116.039**	**31.155**

Fonte: DDF

Os dados do então DDF, em que pese as limitações metodológicas com a interpretação de imagens de satélite naquele período, apontam em grandes números uma realidade ambiental nos municípios costeiros pouco surpreendente, mas de qualquer forma reveladora para decisões no campo ambiental. De fato, é sabido que a área de floresta primária está muito restrita nesta região, e concentra-se nos municípios de Nilo Peçanha, Camamu e Maraú. Em Camamu, especialmente, somando-se as áreas de floresta em estágio primário e médio a avançado, obtém-se um número expressivo de florestas: 20,4 mil hectares. Na Costa do Cacau, é sabido que a área de floresta primária está muito restrita na Mata Atlântica baiana e brasileira, e concentra-se nos municípios de Una, Ilhéus, Itacaré e Uruçuca. Somadas,

alcançam 15 mil hectares. Duas unidades de conservação de proteção integral absorvem parte significativa destas áreas: a Reserva Biológica de Una e o Parque Estadual da Serra do Conduru. Outros fragmentos de floresta primária podem ser identificados no Parque Municipal de Nova Esperança, em Ilhéus, e na APA de Itacaré Serra Grande.

Este patrimônio florestal é suficientemente grande para justificar uma área de proteção integral nesta região, dada a riqueza biológica das matas do Sul da Bahia, e o seu grau de ameaça. Este fato, em menor expressão, mas não menos importante, é identificado também em Maraú e Nilo Peçanha, assim como em Valença, Igrapiúna e Cairu. Este último se destaca não tanto por florestas, mas pela dimensão dos ecossistemas associados, de alta relevância ambiental regional, como os manguezais, brejos e restingas. Somados, estes tipos de vegetação chegavam a 23,5 mil hectares, quase metade do território municipal.

Em todos os municípios chama a atenção a pequena participação relativa das áreas antropizadas urbanas, mais destacada em Ituberá e Valença. Neste último município há um destaque para a área antropizada para usos rurais diversos: cerca de 90 mil hectares ocupando quase 80 % de todo o território municipal.

As restingas merecem uma atenção particular, pois esta vegetação é típica de regiões costeiras, e o conflito com a expansão urbana para o turismo na costa a atinge mais diretamente. Percebe-se que os municípios com maior espaço litorâneo, como Maraú, Cairu e Ituberá, nesta ordem, possuem juntos cerca de 21 mil hectares de restingas. As três APAs presentes nestas localidades, têm, portanto, um papel primordial de assegurar a conservação/preservação deste importante ecossistema, fortemente ameaçado no Brasil. Para saber mais sobre a relevância e características desses ecossistemas, temos a seguir uma descrição dos manguezais, praias e dunas, florestas, restingas e campos, estes últimos muito associados na região.

O domínio do cacau nesta região é muito claro. Municípios como Ilhéus, Uruçuca e Una possuem parcela expressiva de suas terras com a cultura do cacau, justificando o título de Costa do Cacau. Diferentemente de outras regiões da costa baiana, a pequena presença de manguezais e restingas se justifica pela planície litorânea pouco expressiva neste litoral, mais presente em Canavieiras e Una. Nestes últimos também se encontram os números mais expressivos de áreas antropizadas ou abertas, principalmente com pastagens.

Os espaços urbanos ainda são diminutos neste litoral, havendo uma exceção em Ilhéus. Esta cidade, que já ultrapassa os 200 mil habitantes, avança sobre as restingas e manguezais do seu entorno, inclusive com a expansão dos loteamentos para o litoral. Ações de ordenamento territorial são fundamentais neste município, inclusive estimulando a descentralização do núcleo urbano no sentido das vilas rurais, diminuindo assim a pressão sobre a cidade.

Floresta Ombrófila Densa

Os remanescentes de floresta existentes no Litoral Sul da Bahia são constituídos de indivíduos arbóreos sem resistência à seca e faz parte da Mata Higrófila Sul Baiana, segundo classificação de RIZINI (1967). Outra denominação, este tipo de vegetação é tecnicamente tratado como Floresta Ombrófila Densa (BRAZÃO e ARAÚJO, 1981), constituindo uma ocorrência típica e característica da Floresta Atlântica, também comum na Floresta Amazônica. Está presente sobre os latossolos vermelho amarelo de textura argilosa, de relevo forte ondulado a montanhoso do embasamento cristalino, bem como de latossolos amarelo de textura arenosa, de relevo ondulado a suave ondulado, originários da Formação Barreiras.

A título de introdução, merece citação uma explicação sobre os estágios sucessionais da Floresta Ombrófila Densa, segundo a Resolução Conama 10/1993[51]:

Floresta primária - Aquela de máxima expressão local, com grande diversidade biológica, sendo os efeitos das ações antrópicas mínimos, a ponto de não afetar significativamente as características originais da floresta com relação à sua composição florística e estrutura. Em áreas de floresta atlântica, a floresta primária apresenta dossel superior uniforme, existindo em sua composição um grande número de espécies raras.

Floresta secundária em estágio avançado de Regeneração - Vegetação florestal onde a fisionomia arbórea é dominante sobre as demais, formando um dossel fechado e relativamente uniforme quanto ao porte, podendo apresentar árvores dominantes. Sua diversidade biológica é muito grande devido à sua complexidade estrutural.

Floresta secundária em estágio médio de Regeneração - A fisionomia arbórea e/ou arbustiva predomina sobre o estrato herbáceo, podendo constituir estratos diferenciados, serrapilheira presente, variando a espessura de acordo com as estações do ano e a localidade. Este estágio sucessional caracteriza-se, também, por apresentar epífitas, trepadeiras predominantemente lenhosas e sub-bosque presente.

Floresta secundária em estágio inicial de regeneração. Apresenta fisionomia herbáceo/arbustiva de porte baixo e, também, trepadeiras (geralmente herbáceas), fina camada de serrapilheira, presença de muitas espécies pioneiras, ausência de sub-bosque.

As formações primárias remanescentes da Floresta Atlântica ocorrem em pequenos fragmentos que se caracterizam por elevado número de espécies lenhosas, com estrato arbóreo constituído de espécies das famílias Myrtaceae, Sapotaceae, Lecythidaceae, Bombacaceae, Moraceae e Leguminosae. Apresentam epífitas como Bromeliaceae, Cyclantaceae e Orquidaceae e sub-bosque rico em espécies de Poaceae, Piperaceae, Marantaceae, Heliconiaceae, Rubiaceae e Acanthaceae.

Como exemplo desta floresta pode ser citada uma parcela de 1 ha, do inventário florestal realizado pelo Projeto Mata Atlântica Nordeste, com pesquisadores da CEPLAC e Jardim Botânico de Nova York em Floresta Atlântica primária, no vizinho município de Itacaré, onde foram registrados 2.530 indivíduos com DAP (diâmetro na altura do peito) acima de 5 cm, pertencentes a 65 famílias e representadas por 458 espécies lenhosas, sendo que 7,3 % se constituíram de espécies novas (Thomas et alii, 1998).

No Sul da Bahia predomina a vegetação secundária em diversos estágios de regeneração, em função das formas de uso local, quais sejam, o sistema de "cabruca" de cacau, atividades agrosilvipastoris e pequenas áreas de agricultura itinerante. Em proporção maior de área, ocorre a vegetação secundária em estágio avançado de regeneração, que pode ser resultante da recuperação de estágios sucessionais intermediários ou da antropização da floresta primária, apresentando-se em forma de mosaico. Como exemplo da importância destas áreas para a regeneração florestal, pode ser citada uma parcela de 1 ha, do inventário florestal realizado pela mesma equipe do Projeto Mata Atlântica Nordeste, citado por ECOTEMA (2000), em fragmento da Mata Atlântica secundária situado no Município de Maraú, fora da APA, onde foram consideradas as árvores com DAP igual ou maior que 15 cm. Nesta parcela, foi registrada a ocorrência de espécies como maçaranduba (*Manilkara elata*), cedro (*Cedrela sp.*), coração-de-negro (*Swartzia grandiflora*), banha-de-galinha (*Guettarda sp.*), louro (*Nectandra sp*), louro-cravo (*Cryptocarya mandioccana*), pau-roxo (*Peltogyne discolor*), sucupira (*Bowdichia sp.*), canela (*Cinamomum zeylanicum*), bicuiba-vermelha (*Virola gardneri*), jaquira-brava (*Annona sp.*), oiticica (*Clarisia speciosa*), pau-ferro (*Caesalpinia leiostachya*), angelim amargoso (*Andira*

[51] Adaptado por Danilo Setti em Manual de Recuperação da Mata Atlântica. Editus, 2000.

sp.), arariba-branco (*Psychotria sp.*), bacumixá (*Sideroxylon vastum*), além de pau-brasil (*Caesalpinia echinata*) e pequi-preto (*Caryocar edule*).

Esta região litorânea registra ainda a ocorrência de áreas com agricultura, de ciclo longo e curto como mandioca, cacau, café e pequenos seringais, e com pastagem, além de floresta secundária em estágios inicial e médio de regeneração. Ao mesmo tempo, Constitui um contato entre a Floresta Atlântica e a Restinga arbórea, ocorrendo ora como encrave, ora na forma de ecotono.

Manguezais[52]

Os manguezais são ecossistemas que ficam nas regiões de estuários, faixas de transição entre o ambiente marinho e o terrestre, nos lugares onde os rios deságuam no mar. São habitados por espécies vegetais típicas de ambientes alagados, resistentes à alta salinidade da água e do solo. Uma árvore de manguezal, chamada de mangue, chega à fase adulta e se reproduz em apenas cinco anos, e pode atingir cerca de vinte metros de altura. Apesar de possuírem apenas sete espécies de árvores, os manguezais apresentam uma enorme biodiversidade. Além de bromélias e orquídeas, há uma grande abundância de algas microscópicas.

Um centímetro quadrado de manguezal pode abrigar aproximadamente 200 mil microalgas. Por estar na base da cadeia alimentar, essa abundância de algas garante a sobrevivência de uma grande quantidade de animais e a produtividade do ambiente para a população dos litorais, que vive da pesca artesanal de peixes, camarões, caranguejos e moluscos.

A ostra, o mexilhão, as larvas de camarão e o sururu são espécies filtradoras, que ao engolir a água do estuário, retêm as microalgas. Algumas espécies de peixe, como a tainha, a agulha e a carapeba, também se alimentam de algas microscópicas. A diversidade de animais trazidos pelas marés altas para esse ecossistema atrai muitas espécies de aves, como a andorinha azul e a garça vaqueira, que fazem seus ninhos nas árvores do manguezal e, nas marés baixas, se alimentam de peixes e invertebrados marinhos, como crustáceos, moluscos, insetos e vermes aquáticos.

Apesar de ainda terem extensão relativamente grande no país e serem protegidas desde 1993 pelo Decreto Federal nº 750, as áreas de mangues brasileiras tiveram uma redução de cerca de 46,4% num período de catorze anos. Um artigo publicado em 2001 na revista American Bioscience, por pesquisadores da Universidade de Boston, mostra um levantamento da destruição desse ecossistema, baseado no Atlas Mundial de Manguezais, feito em 1997 a partir de fotos de satélites. De acordo com o estudo, o Brasil tinha uma área de aproximadamente 25 mil quilômetros quadrados de manguezais em 1983 e, segundo fotos de satélites, passou a ter apenas 13,4 mil quilômetros quadrados em 1997. Os pesquisadores norte-americanos apontam entre as possíveis causas a proliferação de fazendas para exploração do camarão e o desmatamento para uso da lenha do mangue. Mas existem outros agentes de degradação, como esgotos industriais e domésticos e, nos últimos anos, agressões mais severas tem sido provocadas por acidentes envolvendo derramamento de óleo nas águas costeiras do oceano. Este tipo de ameaça, embora ainda não verificado na Costa do Dendê, passa a ser objeto de preocupação de órgãos ambientais e pelo Ministério Público, em razão dos estudos sísmicos e exploração de gás e petróleo na Plataforma Continental desta região. Estas atividades, em processo de licenciamento pelo IBAMA, têm gerado grande ansiedade entre ambientalistas, pescadores e empresários de turismo, haja visto o alto risco dessas atividades sobre ecossistemas costeiros, a exemplo do que já aconteceu diversas vezes

[52] Texto adaptado de artigo de Rodrigo Cunha, publicado em site www.comciencia.br, da Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, com o título *Manguezais ajudam a recuperar solo e água*.

na Baía de Todos os Santos e Baía de Guanabara, com derramamento e/ou vazamento de óleo.

O manguezal funciona como um "berçário" para espécies com valor comercial, como camarões, lagostins, moluscos e peixes, por reter nutrientes nos estuários, considerados áreas vitais no planeta para a reprodução dos estoques de pesca, a exemplo dos extensos estuários desta costa. Estas características indicam o quanto estas requerem o máximo de proteção contra distúrbios ambientais.

Praias e Dunas

As praias arenosas constituem um dos ambientes de maior extensão ao longo de todo o litoral brasileiro, sendo com freqüência delimitados na sua parte superior por um sistema de dunas frontais ou costeiras. Em ambos os ambientes existem informações limitadas sobre sua biodiversidade, principalmente na costa nordestina, em especial a Bahia. As praias vêm sofrendo crescente descaracterização em razão da ocupação desordenada e do aporte das diferentes formas de afluentes, tanto de origem industrial quanto doméstica, o que tem levado a um sério comprometimento de sua balneabilidade, principalmente próxima dos centros urbanos. O lixo e os esgotos domésticos têm sido os problemas que exigem medidas imediatas. Além do lixo de origem local, há aquele lançado ao mar pelos navios e o de origem exógena, transportado pelos rios e pelas marés. Merecem comentários a crescente especulação imobiliária, a mineração com retirada de areia das praias e o crescimento exponencial do turismo de veraneio (segunda residência).

As dunas costeiras constituem um dos ambientes litorâneos com maior descaracterização, resultado da ação humana. No litoral baiano, pode-se registrar com destaque a presença de dunas costeiras no litoral norte e sul de Ilhéus, na Península de Maraú e no Arquipélago de Tinharé Boipeba, embora outros pontos da costa brasileira tenham neste tipo de ecossistema uma presença muito maior, a exemplo da costa norte de Salvador.

Restingas

A restinga é a vegetação predominante na faixa litorânea do Pólo Litoral Sul, junto com os manguezais. Este ecossistema é caracterizado pelo aspecto vegetativo verdejante e pela presença de árvores de pequeno diâmetro e altura, geralmente esparsas e de fustes tortuosos (GOUVEA et al., 1976, citado por ECOTEMA, 2000). ANDRADE-LIMA, também citado no estudo sobre a Península de Maraú, considera esta floresta uma das sub-divisões do litoral, ao lado das praias e dos manguezais, afirmando que cada uma tem sua flora e caracterização próprias e definidas. As restingas apresentam em geral, uma faixa herbácea próxima das praias alcançando em média 150 m de largura, com espécies de Melastomataceae, Poaceae, Cyperaceae, Convolvulacea, Lythraceae e Leguminosae. A vegetação arbustiva e arbórea aparece logo após a herbácea e em alguns pontos encontram-se intercaladas por áreas alagadiças conhecidas como “brejos” e “lagoas”; neste ambiente, observa-se como espécies a tabôa (*Thypha domingensisisi)*, além de Cyperaceae como o junco *Eleocharis spp*, Poaceae e Nymphaeaceae. A restinga arbustiva-arbórea corresponde à faixa predominante na costa, com uma vegetação variada e rica em espécies endêmicas, de uso medicinal, alimentício, madeireiro e artesanal, apresentando-se sobre uma topografia praticamente plana e solo arenoso, embora a Restinga arbórea atinja as encostas em alguns pontos onde as arvores são de grande porte e rica em epífitas.

Na área correspondente à base da Península de Guaibim/Ponta do Curral e Maraú, assim como no Arquipélago de Cairu e na região de Pratigi, verifica-se uma vegetação peculiar, os Campos de Restinga, com pequenas ilhas de restinga arbórea. Os campos encontram-se cobertos por uma flora rica em Eriocaulaceae, Cyperaceae, Melastomataceae, Xyridaceae,

Veloziaceae, Bonnetiaceae entre outras famílias botânicas de comum ocorrência no Campo rupestre e Cerrado.

Nos municípios de Itacaré, Santa Luzia, Una e Canavieiras verifica-se uma vegetação peculiar, os Campos de Restinga, como ilhas no meio de restingas arbóreas e/ou florestas. Os campos encontram-se cobertos por uma flora rica em Eriocaulaceae, Cyperaceae, Melastomataceae, Xyridaceae, Veloziaceae, Bonnetiaceae entre outras famílias botânicas de comum ocorrência no Campo rupestre e Cerrado.

Os campos de restinga são formados por grandes áreas abertas com vegetação arbustiva e herbácea, geralmente com lençol freático muito próximo da superfície, deixando o ambiente úmido com solo arenoso. A vegetação apresenta muitas Xyridaceae, Melastomataceae, Cyperaceae, Eriocaulaceae e outras famílias representativas deste ecossistema. Uma Rubiaceae, *Perama hirsuta* é típica daí e ocorre abundantemente em Una e Santa Luzia. Outra planta bastante encontrada é *Vellozia dasypus*, que também é disjunta entre os campos de restinga e o campo rupestre da Chapada Diamantina.

As restingas arbóreo-arbustiva por sua vez, formam um complexo vegetacional muito interessante e que merece menção especial e um esforço para sua conservação. A Restinga arbórea-arbustiva apresenta ainda árvores de médio a grande porte representadas, principalmente, por massarandubas (*Manilkara spp*), muito exploradas na região, murtim (*Humiria balsamifera*), bapebas (*Pouteria spp*) e amescla (*Protium bahianum*) uma espécie nova descrita para a região.

Como exemplo desta floresta pode ser citada uma parcela de 1 ha, do inventário florestal realizado pelo Projeto Mata Atlântica Nordeste, com pesquisadores da CEPLAC e Jardim Botânico de Nova York em Floresta Atlântica primária, no vizinho município de Itacaré, onde foram registrados 2.530 indivíduos com DAP (diâmetro na altura do peito) acima de 5 cm, pertencentes a 65 famílias e representadas por 458 espécies lenhosas, sendo que 7,3 % se constituíram de espécies novas (Thomas et alii, 1998).

Áreas Protegidas

A reflexão sobre a necessidade de preservação e conservação de áreas costeiras de grande potencial turístico foi percebido pelo Governo da Bahia no início da década de noventa, quando a maioria das APAs estaduais foram constituídas. Estão fundamentadas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que conceitua a APA como "...em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações residentes e do entorno, tendo como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, promovendo, ainda, quando necessária, a recuperação dos ecossistemas degradados".

A Lei no. 2.892/92, que instituiu o SNUC, ao enquadrar as APAs no Grupo das Unidades de Uso Sustentável (Art. 8º), define Uso Sustentável em seu Art. 2º - XI: "Forma socialmente justa e economicamente viável de exploração do ambiente que garanta a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos".

A Costa do Dendê possui um conjunto ainda muito restrito de áreas protegidas concentradas em sete (07) Áreas de Proteção Ambiental, sendo três sob responsabilidade estadual, três (03) sob responsabilidade municipal, e uma com dupla legislação (estadual e municipal) e superposição territorial parcial: a APA de Guaibim. Concentradas no litoral, carecem de implementação e complementação com outras categorias de unidades de conservação,

principalmente de proteção integral. Algumas Reservas Particulares do Patrimônio Natural estão presentes na região continental, a exemplo da RPPN Água Boa, em Maraú, bem como uma Estação Ecológica Estadual em Wenscelaw Guimarães, com 1,8 mil hectares, a oeste da BR-101.

Já a Costa do Cacau possui um rico, mas insuficiente quadro de áreas protegidas. A existência de três Unidades de Conservação de proteção integral, ao norte, sul e oeste da cidade de Ilhéus, embora extremamente salutar para a sustentação ambiental e econômica desta região, carece de uma implementação consistente, de modo a evitar as ameaças sobre estes importantes remanescentes florestais. Ao mesmo tempo, as APAs representam um instrumento valioso para o planejamento da paisagem costeira, embora ainda existam grandes desafios para completá-las.

As tabelas seguintes resumem algumas informações sobre as principais Unidades de Conservação do Pólo Litoral Sul. Em seguida, as características e informações das principais UCs são detalhadas.

Tabela 3.5.3 – Principais UCs do Pólo Litoral Sul

Unidade de Conservação	Município(s)	Âmbito do(s) Decreto(s)	Ano de Criação	Área (ha)
APA do Lapão	Santa Luzia	Municipal	N/D	4.000
APA Itacaré-Serra Grande	Itacaré, Uruçuca	Estadual	1993	14.925
APA Lagoa Encantada	Ilhéus	Estadual 2.217 (14/07/1993)	1993	11.800
Ecoparque de Una	Una	RPPN	N/D	83
Parque Estadual da Serra do Conduru	Itacaré, Uruçuca e Ilhéus	Estadual	1997	9.000
Parque Municipal de Nova Esperança	Ilhéus	Municipal	2001	400
Reserva Biológica de Una	Una	Federal	1980	14.000
Salto do Apepique	Ilhéus	RPPN	N/D	118
Serra do Teimoso	Jussari	RPPN	N/D	200
Água Boa	Maraú	RPPN	N/D	45
APA da Baía de Camamu	Camamu, Maráu	Estadual	2001	118.000
APA de Maraú	Maraú	Estadual	N/D	423 km^2
APA de Cachoeira da Pancada Grande	Ituberá	Municipal	N/D	50
APA de Tinharé-Boipeba	Cairu	Estadual 1.240 (05/06/1992)	1992	43.300
APA de Candengo	Valença	Estadual	N/D	7.000
APA do Guaibim	Valença	Estadual 1.164 (11/05/92) e Municipal 5.533 (07/11/2002)	1992	13.562
APA do Pratigi	Nilo Peçanha, Ituberá e Igrapiúna	Estadual 7.272 (02/04/1998)	1998	32.000
Estação Ecológica Estadual Wenceslau Guimarães	Wenceslau Guimarães	RPPN	N/D	2.418

Fonte: CRA, IBAMA, DOE e SEI 2002

Tabela 3.5.4 – Principais UCs do Pólo Litoral Sul

Unidades de Conservação	Município(s)	Ano de Criação	Administração, em junho de 2003	Atividade de Fiscalização[1]	Conselho Gestor	Plano de Manejo	Investimentos Diretos do Governo da Bahia para Implementação da UC
APA de Guaibim	Valença	1986; ampliada em 2002	Ausente	Esporádica (menos de 6 vezes ao ano)	Não existe	Não existe	Não existe
APA de Tinharé Boipeba	Cairu	1993	Ausente	Esporádica (menos de 6 vezes ao ano)	Não existe	Desatualizado	Aluguel de Escritório (fechado em 2001)
APA de Pratigi	Nilo Peçanha, Ituberá	1993; ampliada em 2001	Equipe técnica do IDES (OSCIP)	Regular, com deficiências no território	Constituído e funcionando desde 2001	Desatualizado; sob revisão	Escritório, veículos, combustível, equipe técnica de OSCIP
APA da Península de Maraú	Maraú	1997	Secretário de Meio Ambiente de Maraú	Irregular, deficiências em logística e segurança	Conselho de Meio Ambiente constituído e funcionando desde 2002	Concluído em 1999	Plano de Manejo
APA da Baía de Camamu	Camamu, Maraú, Itacaré	2000	Ausente	Ausente	Não existe	Não existe	Não existe
APA de Itacaré Serra Grande	Itacaré, Uruçuca	1993; ampliada em 2003	1 técnico da SEMARH; IESB (informalmente)	Esporádica (menos de seis vezes ao ano)	Constituído e funcionando desde 2000	Desatualizado; sob revisão parcial	Aluguel de escritório, veículo, programa de educação ambiental e ecoturismo entre 1999 e 2000, Plano de Manejo em 1996
APA da Lagoa Encantada	Ilhéus	1993; ampliada em 2003	1 técnico da SEMARH; ABARÀ (informalmente)	Esporádica (menos de seis vezes ao ano)	Constituído e funcionando desde 2002	Em elaboração	Construção de escritório, Programa de Educação Ambiental 2001, Plano de Manejo em 1996
Estação Ecológica [2]de Wenceslau Guimarães	Wenceslau Guimarães	1972	Ausente	Esporádica (menos de seis vezes ao ano)	Não existe	Desatualizado	Construção de sede, veículo, equipe técnica (funcionando até 2001)
Parque Estadual da Serra do Conduru[3]	Ilhéus, Uruçuca, Itacaré	1997	2 técnicos da Semarh em tempo parcial (30%)	Esporádica (menos de seis vezes ao ano)	Grupo de Trabalho; reuniões irregulares	Em elaboração	Construção de sede, aquisição de veículos e motocicletas[4], Estudos temáticos, Plano de Manejo em elaboração.

[1] Equipes de fiscalização com 2-4 técnicos, acompanhados ou não por policiais militares e/ou civis, não qualificados. Eventualmente, operações de fiscalização com 6-10 técnicos, com apoio do IBAMA e Programa Piloto de Florestas Tropicais – PPG-7.

[2] Unidade de Conservação de Proteção Integral totalmente regularizada, com apoio da Petrobrás em 1996-1998.

[3] Unidade de Conservação de Proteção Integral com regularização fundiária em apenas 10 % do polígono. Bastante vulnerável a extração de madeiras e queimadas de pequeno porte.

[4] Não disponível no campo. Sob uso em escritórios da SEMARH em municípios da microrregião, eventualmente no área de domínio do parque.

Fonte: CRA, IBAMA, DOE e SEI 2004

O destaque será dado para seis UCs da Costa do Cacau: Reserva Biológica de Una; APA Itacaré–Serra Grande; Parque Estadual do Conduru; APA da Lagoa Encantada; Parque Municipal da Nova Esperança; e RPPNs. Na Costa do Dendê, das sete APAs existentes, identificou-se informações oficiais sobre quatro delas: Guaibim, Tinharé Boipeba, Pratigi e Maraú. As APAs do Candengo, de Pancada Grande e Camamu estão desprovidas de informações técnicas, até o momento.

APA do Guaibim[53]

A Área de Proteção Ambiental do guaibim foi criada pelo Decreto Estadual n°. 1.164, de 11/05/92, está localizada no Município de Valença. A APA apresentava originalmente 2.000 ha, havendo recentemente uma ampliação pelo Poder Público local, através do decreto 5533, de 07/11/2002, para 13.562,16 hectares, na direção oeste, até a nascente do Rio Patipe. Sua criação e posterior ampliação foi fundamentada pela necessidade de preservação de uma extensa planície litorânea, com ecossistemas de restinga e manguezais, faixas de praia, brejos e remanescentes de floresta ombrófila, além do aumento do processo de ocupação da área litorânea da região. A construção do aeroporto, o terminal marítimo do Bom Jardim e as fazendas de camarão já estabelecidas são elementos humanos na paisagem que requerem ação ordenadora da APA. A fauna, assim como a flora, possui grande diversidade de espécies silvestres. A foz do Rio Jequiriçá, o Canal de Taperoá e a região litorânea do município de Valença, fazem parte dessa APA.

[53] O texto utiliza principalmente informações do CRA, com adaptações, entrevistas, dados da Prefeitura de Valença e levantamentos de campo, feitos pelo autor.

As praias estão associadas a ecossistemas como restinga, manguezais e brejos. O solo apresenta baixa fertilidade natural, além de apresentar diversas áreas alagadiças, dificultando a agricultura. A região de manguezal apresenta muita influência antrópica, e algumas áreas estão visivelmente degradadas pela expansão urbana e/ou poluição, extrativismo de madeiras e exploração predatória de mariscos.

A Flora da APA guaibim, embora presente em uma ampla planície litorânea, está associada ao relevo, variando de vegetação de brejo, em áreas inundáveis, situada nas depressões, a uma vegetação de restinga encontrada nos topos da planície. Espécies como o mangue vermelho (*Rizophora mangle*) são encontradas nos mangues, presentes no estuário do Rio Una e Baía de Tinharé. Em uma pequena área da APA pode-se encontrar espécies encontradas na Mata Atlântica como a maçaranduba (*Manilkara sp.*). Ingás, piaçaveiras, coqueiros e dendezeiros compõem esse cenário.

Apesar das freqüentes agressões exercidas pelo homem, a fauna ainda encontra-se bastante representativa. Principalmente quando se fala de aves, como o Bem-te-vi (*Pitanguis sulphuratus*) e o Sofrê (*Leterus icterus*), além de muitos outros como socós, pica-paus, gaviões e patos selvagens. A região ainda abriga animais de maior porte como tatus, veados, pacas, além de répteis, como o teiú e muitas espécies de cobra.

A partir do cruzamento dos levantamentos dos fatores ambientais, físicos, bióticos e antrópicos, foram definidas 10 zonas ambientalmente homogêneas:

ZPVS - Zona de Proteção da Vida Silvestre;

ZPR - Zona de Proteção Rigorosa;

ZPV - Zona de Proteção Visual;

ZOM - Zona de Orla Marítima;

ZOR - Zona de Ocupação Rarefeita;

ZUR - Zona de Urbanização Recente;

ZOP - Zona de Ocupação Programada;

NUC - Núcleo Urbano Consolidado;

ZEP - Zona de expansão Prioritária;

ZES - Zonas de expansão Secundária.

Essas Zonas foram estabelecidas com coerência na necessidade de preservação da beleza e recursos naturais, assim como organizar o espaço para o crescimento sócio-econômico da população.

Essa região teve grande presença na história do país no período colonial. A porção sul da APA era local de desembarque de gado provindo de Portugal e, ali permaneciam de quarentena. Por isso essa localidade ficou conhecida como Ponta do Curral. Então, deu-se início à ocupação das terras através de fazendas de coco, e mais ao interior, culturas alimentares, para abastecimento do recôncavo. Hoje, a APA apresenta uma comunidade constituída de pescadores, alguns fazendeiros e pessoas que vivem do comércio de mariscos, além da maricultura, bastante acentuada na região. O interesse ambiental da população ainda é um grande desafio para a administração da APA.

As agressões ambientais mais comuns nesta APA são desmatamentos, uso e ocupação desordenada do solo, especificamente na faixa litorânea da Vila do Guaibim e nas margens dos rios, além da poluição, decorrente de ineficiente saneamento básico. A pesca predatória é freqüente no local, especificamente a pesca com rede de malha fina, que compromete

espécies em diferentes estágios de desenvolvimento, alterando assim o número normal de indivíduos de várias espécies.

APA de Tinharé Boipeba[2]

A Área de Proteção Ambiental Ilhas de Tinharé/Boipeba, criada pelo Decreto Estadual n°. 1.240, de 05/06/1992, localiza-se no Município de Cairu, com uma área total de 43.300ha. A razão de sua criação foi a presença de ecossistemas de grande interesse ambiental, com extensos manguezais e belas praias desertas, além de um litoral recortado com morros, barras e recifes, aliado ao crescente movimento turístico no local, o que justifica ações de ordenamento territorial e qualidade ambiental.

Locais como Morro de São Paulo, Boipeba, Gamboa e Garapuá, nesta ordem, são vilas com grande demanda turística no verão, por estarem em área de fácil acesso pela via fluvial ou marítima. Praias extensas e com água limpa são as grandes atrações da região.

O manguezal apresenta vasta distribuição geográfica no local, apresentando plantas de porte arbustivo e arbóreo - um exemplo de espécie que encontramos nesse tipo de ecossistema é o algodão-do-mangue (*Hibiscus pernambucensis*). A restinga apresenta espécies com grande capacidade de sobrevivência, pois apresenta solo muito pobre em nutriente. Vegetação de dunas, de áreas úmidas, de várzeas e mata ciliares também constituem o tipo florístico da região. A Floresta Ombrófila Densa têm grande participação nas áreas interiores do arquipélago.

Dentre os indivíduos da macrofauna encontradas nos *habitats* observados, a avifauna é a mais representativa, pelo número de espécies e o número de indivíduos, inclusive espécies em vias de extinção, como o Curió (*Oryzoborus angolensis*). Fazem-se presentes também muitas espécies de répteis, mamíferos e peixes que compõem a economia local, além de diversos tipos de crustáceos.

A APA de Tinharé/Boipeba compreende duas ilhas mais significativas (Tinharé e Boipeba). Os distritos que compõe as ilhas são: Galeão e Gamboa, na Ilha de Tinharé, e Velha Boipeba, na Ilha de Boipeba. Além das sedes distritais, destacam-se vilas como Morro de São Paulo, Garapuá, Cova da Onça, Moreré e Canavieiras. A renda da população local é fundamentada no turismo e na pesca de peixes e camarão, além da mariscagem, da cultura do coco, da piaçava e do dendê. Algumas famílias ainda vivem da agricultura de subsistência.

O zoneamento da APA é dividido em quatro categorias, a partir das características dos meios físicos, bióticos e antrópicos. A Categoria Preservação, que engloba a Zona de Proteção Rigorosa - ZPR e ZPVS: Zona de Proteção da Vida Silvestre, é um tipo de categoria onde são mínimas as interferências humanas.

A Categoria Conservação engloba a Zona de Manejo Especial: ZME, Zona de Orla Marítima: ZOM, Zona de Proteção Visual: ZPV, Zona de Proteção Visual Especial: ZPV (E), Zona de Ocupação Rarefeita: ZOR, Zona de Urbanização Restrita: ZUR, Zona Extrativa Vegetal: ZEV e Zona Extrativa Animal: ZEA, essas zonas de conservação apresentam alguma influência antrópica sendo que cada uma apresenta seus próprios usos e recomendações.

A Categoria Uso engloba a Zona Turística: ZT, a Zona Turística Especial: ZT(E), a Zona de Urbanização Controlada: ZUC, Zona de Expansão (I): ZEP(I), Zona de Expansão (II): ZEP (II) e a Zona Agrícola: ZAG, essas são zonas destinadas ao desenvolvimento econômico do local, mas cada uma com o tipo de uso permitido.

[54] Texto adaptado de Informações obtidas no site do Centro de Recursos Ambientais (www.cra.ba.gov.br).

A Categoria Recuperação, apresentando a Zona de Recuperação Ambiental: ZRA, destinada exclusivamente à recuperação de área degradada.

Conflitos Ambientais - Um problema sério enfrentado na APA é a ausência de saneamento básico nos povoados, somada a expansão urbana desordenada motivada pelo turismo e pela crise do cacau, esta estimulando um fluxo migratório de ex-trabalhadores rurais para Gamboa do Morro e Morro de São Paulo. As conseqüências são o comprometimento dos recursos hídricos e marinhos locais, assim como alterações em espécies de animais e plantas. Além disso, abertura de estradas internas na Ilha de Tinharé, principalmente para o trânsito de tratores com turistas, tem causado alto impacto ambiental sobre remanescentes de florestas e restingas entre Morro de São Paulo, Gamboa e Garapuá. Limitações na estrutura de fiscalização ambiental e urbana, notadamente em Morro de São Paulo, geram conflitos ampliados, já que os grupos de interesse locais misturam questões pessoais com públicas, gerando uma atmosfera de difícil gestão.

Esta é, provavelmente, a APA com o patrimônio ambiental mais rico e complexo da Costa do Dendê, juntamente com a APA da Baía de Camamu. Por conta de sua extensão e pela qualidade e integridade de porções de ecossistemas marinhos e costeiros associados à Mata Atlântica nesta APA, é recomendável que se façam estudos visando a criação de áreas protegidas de proteção integral no interior da mesma, notadamente nas áreas definidas no Zoneamento como de Preservação e Conservação.

APA de Pratigi[55]

A Área de Proteção Ambiental do Pratigi foi criada pelo Decreto Estadual nº 7.272, de 02/04/98. Abrange os municípios de Nilo Peçanha, Ituberá e Igrapiúna, limitando-se, ao norte com o Canal de Taperoá e o Rio dos Patos, a oeste com a BA-001, ao sul com o Canal de Pinaré, na Baía de Camamu, a leste, com o Oceano Atlântico. A APA tem 32.000ha, onde apresenta ecossistemas associados à Mata Atlântica, um dos principais motivos para a sua criação.

Pratigi surgiu de uma pequena vila de pescadores. As comunidades da área têm na mariscagem, na captura de peixe e camarão e, principalmente, no extrativismo de piaçava e coco as suas principais atividades econômicas. O turismo esboça-se na região como uma nova opção, embora dependa de intenso trabalho de ordenamento territorial e capacitação. Os conflitos ambientais se manifestam na pesca irregular, no desmatamento e poluição dos estuários, além da ocupação indevida dos mangues. No verão de 2003 a APA de Pratigi sofreu um incêndio de amplas proporções, bem documentado no jornal do IDES, que alcançou cerca de três mil hectares.

Com aproximadamente 40 km de praias ainda pouco ocupadas, apresenta uma extensa planície marinha, ilhas, rios e canais de estuários. A grande extensão de restinga, manguezais e floresta ombrófila densa, assim como a representatividade da fauna e da flora das regiões costeira forma um complexo de grande necessidade de preservação ambiental, já que apresenta um admirável valor cênico. Algumas cachoeiras são encontradas na região. Campos de bromélias e orquídeas nas restingas, densos manguezais que abrigam espécies essenciais para a sobrevivência da população local, compõem a flora do local. Os remanescentes de Mata Atlântica, em geral, estão bem preservados, onde é possível encontrar espécies como a Jataípeba (*Bwodriguesia santosii*). Lianas e cipós também compõem a flora local, onde crescem geralmente com o apoio de árvores de grande porte. Como região litorânea, a avifauna é bastante expressiva. É comum ver bandos de periquitos sobrevoando a

[55] Texto adaptado de Informações obtidas no site do Centro de Recursos Ambientais (www.ba.cra.gov.br) e no Jornal APA do Pratigi – O Futuro Começa Aqui.

restinga. Mamíferos, répteis, anfíbios completam a macrofauna da região. Os invertebrados estão presentes em grande número de espécies, sendo uma das principais o Aratu (*Aratus pisoni*), que serve de alimento e complementação de renda das famílias locais.

Embora esta APA possua um estado de conservação reconhecido, neste verão áreas extensas de restinga arbórea e florestas foram consumidas por incêndio de grandes proporções. Como relatado em jornal *APA Pratigi – O futuro começa aqui* de no. 05 /ano III, um incêndio ocorreu entre os dias 15 e 22 de janeiro de 2003, consumindo cerca de três mil hectares em Área de Preservação Permanente. Esta área consumida pelo fogo compreende uma das maiores e mais bem conservadas áreas de restinga do Brasil. Segundo os técnicos da APA, o incêndio adquiriu estas proporções por falta de empenho e logística dos órgãos ambientais IBAMA e CRA. Mesmo solicitados desde o primeiro dia do incêndio, não houve disponibilidade dos mesmos em se deslocar para o local. O incêndio foi controlado por conta do esforço compartilhado do IDES, Plantações Michelin da Bahia, Prefeitura Municipal de Ituberá, Expropalm Brasil, Agro Industrial e OCT – Organização para a Conservação de Terras, e moradores da região. O longo período de estiagem e ventos impulsionou o fogo, que se expandiu com facilidade até em áreas de floresta nativa, comprometendo a fauna e flora daquela região. Este grave sinistro indica a importância de estruturas descentralizadas de controle de queimadas ao longo da costa, capazes de, em qualquer período do ano, notadamente nas estações mais secas, atenderem a este tipo de ameaça sobre o patrimônio ambiental.

APA da Baía de Camamu

Esta Área Protegida foi criada através de decreto estadual de 5 de junho de 2001, envolvendo terras nos municípios de Camamu, Maraú e Itacaré. Uma das mais novas APAs da Bahia, vem sendo estudada pelo CRA em convênio com a OCT, visando a constituição de um Zoneamento Econômico e Ecológico. Não estão disponíveis informações documentadas sobre esta APA, até abril de 2003.

APA de Maraú

A APA da Península de Maraú está limitada por terras do Município de Maraú, englobando ao Sul as terras florestais da Mata Grande, do Quitungo e Tremembé,

a sede municipal e toda a Península ao Norte do rio Piracanga, incluindo águas marinhas e ilhas estuarinas do Município, com uma área de 423,0271 km^2.

A atividade turística, já em crescimento na região, está oficialmente reconhecida por Deliberação Normativa da EMBRATUR no. 385 de 28 de novembro de 1997, que identifica o Município de Maraú como de interesse turístico nacional, engajada aos anseios de desenvolvimento para a região. Está, também, a partir da criação da APA, comprometida com a necessidade de orientar suas ações com critérios de desenvolvimento sustentável.

Esta APA, como descrito em capítulo anterior, recebeu investimentos do PRODETUR para a realização de Diagnóstico Ambiental e Zoneamento. Estes estudos, executados pelo Instituto Ecotema entre 1999 e 2000, foram realizados com apuro técnico e contemplam informações completas sobre geologia, geomorfologia, vegetação e atividades sócio-econômicas, incluindo mapas descritivos e um mapa síntese com Zoneamento Ambiental da APA.

A Península de Maraú, segundo estes autores, possui extraordinário patrimônio natural, inclusive no campo florístico. O herbário da Ceplac possui uma vasta coleção de materiais tipos de Maraú e o epíteto *marauensis* é comum para muitas destas espécies. Muitas plantas são potencialmente endêmicas restritas de Maraú e, mesmo considerando-se a falta de amostras florísticas em outras regiões litorâneas no estado, o Rio de Contas por si só

constitui-se numa barreira ecológica forte para muitos animais e plantas. Além disto vale salientar que há uma certa descontinuidade geo-morfologica nesta região e isto favorece ainda mais a diversidade biológica local.

Reserva Biológica de Una

Esta UC foi criada por Decreto Federal de 1980 que destinou uma área de 14 mil hectares para a conservação. Tendo o Mico Leão da Cara Dourada (*Leontopitecus Chrisomelas*) como principal espécie, em virtude do risco de sua extinção, a Rebio também protege muitas espécies ameaçadas de aves, felinos e pequenos mamíferos. Praticamente toda regularizada em 2002, ainda carece de um trabalho de planejamento junto ao seu entorno, para assegurar a conservação de florestas e ecossistemas associados presentes num raio de 20 Km dos seus limites.

Parque Estadual da Serra do Conduru

Este parque exerce papel fundamental para a integridade do patrimônio florestal ao norte de Ilhéus. Criado em fevereiro de 1997 por decreto estadual, protege cerca de nove mil hectares nos municípios de Itacaré, Uruçuca e Ilhéus. Sua proteção representa a garantia de qualidade de água para a Lagoa Encantada, por conta dos distintos afluentes que fluem para este lago natural, e em seguida para o Rio Almada. Ao mesmo tempo, protege os rios que nascem na sua face leste/norte e se dirigem para a APA de Itacaré Serra Grande, como os rios Itijuípe Grande e Pequeno, Rio Jeribucassu e Capitão. A sua completa regularização e implementação é medida fundamental para assegurar a continuação da política de turismo na Costa do Cacau, iniciada no PRODETUR I.

APA da Costa de Itacaré Serra Grande

Esta Área de Proteção Ambiental, criada pelo Governo da Bahia em 1993, propicia a conservação de um dos trechos mais bonitos e preservados da Costa Brasileira. Costões rochosos com coqueiros e florestas, entremeados por rios de água limpa que desaguam no mar, dão a esta região um destaque para o Ecoturismo, potencializando a Cidade de Itacaré e a Vila de Serra Grande para o desenvolvimento sócio-econômico sustentável.

De acordo com estudos feitos na região, esse é um dos ecossistemas mais ricos do mundo em número de espécies arbóreas, sendo considerado uma área prioritária para conservação em nível mundial. Dentre as espécies arbóreas mais ameaçadas, destacam-se o cedro (*Cedrela odorata*), o vinhático (*Plathymenia foliolosa*) e o angelim (*Andira stipulacea*).

Com uma população estimada de 14 mil habitantes, esta APA possui mais de 70 % do seu território com florestas e sistemas agroflorestais associados ao cacau. O PRODETUR apoiou a implementação desta APA com recursos para o Plano de Manejo e Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo. Estes investimentos deram a esta APA uma posição de destaque no Brasil, sendo lembrada como uma das poucas APAs efetivas no território brasileiro.

APA da Lagoa Encantada[56]

A Área de Proteção Ambiental da Lagoa Encantada, criada pelo Decreto Estadual N.º 2.217, de 14/07/93, está localizada no Município de Ilhéus. São 11.800 hectares composto de Mata Atlântica associada ao cultivo de cacau, além de manguezais, restingas, pastagens vilarejos, condomínios de praia e cachoeiras.

[56] Texto adaptado de Informações obtidas no site do Centro de Recursos Ambientais (www.ba.cra.gov.br).

A proteção da área foi proposta pela Prefeitura de Ilhéus, para ampliar e assegurar a vocação turística da cidade, permitindo que o visitante possua mais uma alternativa de lazer. A rica fauna aquática representada principalmente por peixes, como robalos e carapebas, serve de sustento às comunidades ribeirinhas, aliada ao turismo que vem sendo uma nova opção de renda no local.

A vegetação local é típica do bioma da Mata Atlântica com seus ecossistemas associados, onde possuem fisionomia diversificada e características específicas. A Floresta Ombrófila densa caracteriza-se por apresentar predominância de árvores com grande porte, com alturas que variam de 20 a 40 metros e folhagem sempre verde.

A restinga apresenta plantas com características adaptadas às condições de elevada salinidade, insolação e aos ventos fortes comuns na faixa litorânea, tendo, portanto, folhas coriáceas e troncos retorcidos, com predominância de arbustos formando agrupamentos em alternância com o estrato herbáceo. Sua flora abriga espécies de rara beleza e importância paisagística, tais como bromélias, orquídeas e cactos.

Os manguezais localizam-se, principalmente, nos estuários dos rios, sofrendo influência das marés e das correntes fluviais, com solos periodicamente alagados e comunidade vegetal especialmente adaptada. Apresenta um aspecto homogêneo com um restrito número de espécies vegetais, com destaque para as espécies arbóreas, que possuem raízes escoras e aéreas especiais (pneumatóforos), dentre outras adaptações fisiológicas. Devido à riqueza de nichos ecológicos oferecidos pelos ecossistemas da Mata Atlântica, a fauna da região é muito diversificada, apresentando espécies raras e endêmicas, com destaque para os mamíferos ameaçados de extinção: preguiça-de-coleira (*Bradypus torquatus*), sagüi-de-tufo-branco (*Callithrix penicillata kuhlii*) e a lontra (*Luntra longicaudis*).

Comunidades

A população residente da APA é formada, basicamente, por trabalhadores rurais ligados à agricultura cacaueira e moradores ribeirinhos que possuem na pesca, na caça e na agricultura de subsistência suas atividades mais importantes. São geralmente descendentes de índios e negros, com hábitos inteiramente adaptados à vida ribeirinha. A presença da cultura indígena pode ser observada nos nomes dos lugares e coisas, como por exemplo: Sambaítuba, Urucutuca, Bacuparituba, Cuitatã, dentre outros nomes.Estão dentro da APA os seguintes povoados: Aritaguá, Sambaítuba, Urucutuca, Areias e Castelo Novo.

Conflitos Ambientais

Os principais conflitos observados na APA são: a falta de saneamento básico, sem instalações de esgotamento sanitário e as poucas fossas sépticas que existem são mal construídas e encontram-se saturadas pelo nível do lençol fréatico. Existem, ainda, casos graves de casas que despejam seus dejetos no rio e ainda utilizam essa mesma água para banho. Observa-se também uma ocupação desordenada do solo por conta dos pequenos aglomerados de casas simples dos pescadores e trabalhadores rurais. A pesca predatória praticada na lagoa é, sem dúvida, um dos principais conflitos observados, onde se utilizam redes-de-malha-fina, tarrafa, arpão e produtos químicos, além da captura de peixes e camarões com tamanho menor que o permitido. Devido a grande diversidade de animais e árvores na área, observa-se ainda a ação criminosa de caçadores e a retirada de madeira nativa.

Parque Municipal de Nova Esperança

Criado pelo Governo Municipal em 2001, esta Unidade de Conservação é fundamental para a proteção de remanescente florestal de 400 hectares ao lado da cidade de Ilhéus, com funções diversas, incluindo a proteção de manancial de água desta cidade. Com grande

potencial para visitação, o parque vem sendo estudado pela Fundação Pau Brasil e Ceplac, de modo a viabilizar um plano de manejo que oriente atividades de visitação turística, pesquisa, educação ambiental e conservação.

APA do Lapão, em Santa Luzia

Esta Área Protegida foi criada pelo Poder Público Local como conseqüência de campanha educativa e mobilização comunitária de lideranças ambientais de Santa Luzia. Possui imenso valor cênico e geomorfológico em razão da existência de mirante e gruta de rara beleza e formação interior. Com cerca de quatro mil hectares, tem em seu território porções de floresta ombrófila densa, cacau cabruca e pastagens. Uma comunidade rural de pequenos agricultores de cacau e mandioca receptivos a esta UC e o potencial turístico local indicam a relevância da mesma para a diversificação do turismo e ecoturismo na Costa do Cacau, associando-a ao turismo presente em Ilhéus, Una e Canavieiras.

Reservas Particulares do Patrimônio Natural

Esta região possui uma das mais altas concentrações de RPPNs do Brasil, chegando a 15 unidades de conservação privadas, já criadas ou em processo final de criação. A ocorrências das mesmas em áreas de alto interesse para o ecoturismo indicam uma forte relação entre a sua criação e o interesse em desenvolvimento de atividades de visitação.

Os destaques são as RPPNs do Ecoparque de Una, de propriedade do IESB, ao lado da Reserva Biológica de Una, a Salto do Apepique, na Lagoa Encantada, e a RPPN Serra do Teimoso, a duas horas de Ilhéus no sentido oeste, no município de Jussari.

Capacidade de suporte dos recursos naturais

Bacias hidrográficas

As Bacias Hidrográficas são um dos principais elementos físicos que compõem o patrimônio natural. São também fortes indicadoras do estado de qualidade ambiental, em decorrência das características da vegetação original, grau de desmatamentos e perda da biodiversidade. Atualmente é consenso a relação entre vegetação e qualidade das águas, incluindo o controle na emissão de efluentes orgânicos e químicos das atividades humanas nas bacias hidrográficas.

Na Costa do Dendê, as Bacias Hidrográficas ocorrem dentro de um território restrito, que se confunde, em grande medida, com o Baixo Sul da Bahia. Os principais rios que dão nome a suas bacias são o Jiquiriçá, Una, Jequié e Igrapiúna. Na Baía de Camamu, um conjunto de pequenos rios forma este amplo estuário, junto com o mar.

Tabela 3.5.5 - Principais Usos da Terra ao longo das Bacias Hidrográficas na Costa do Dendê

Bacias	Baixo	Médio	Alto
Jiquiriçá	Restingas, florestas, coqueirais e pastagens	Pastagens e florestas	Pastagens e florestas
Una	Manguezais, cidade de Valença	Pastagens, culturas perenes diversas	Pastagens, florestas, Culturas perenes diversas
Jequié	Manguezais, cidade de Nilo Peçanha	Cacau, pastagens, culturas perenes diversas	Cacau, pastagens, culturas perenes diversas
Igrapiúna	Cidade de Igrapiúna, Manguezais	Cacau, pastagens, culturas perenes diversas	Florestas, pastagens, cacau
Camamu/Maraú	Manguezais	Florestas, seringais, cacau	Florestas, pastagens, cacau

A Bacia do Jiquiriçá é a mais extensa das existentes nesta zona turística, e com maior pressão sobre as matas ciliares, resultado da expansão da pecuária nos municípios a oeste da foz. Apenas próximo à foz este rio apresenta condições ambientais mais saudáveis.

Ao sul, o Rio Una tem dois principais afluentes, o Braço e o Piau, ambos nascendo nas Serras do Abiá e do Sal, ainda em Valença. Estas serras, até recentemente florestadas, têm sido rapidamente desmatadas, requerendo ações urgentes de conservação. A região rural de Valença também vem vivenciando intensa atividade pastoril, o que compromete as matas ciliares desta bacia. O volume do Rio Una tem sofrido com uma vazão irregular, influenciada pelos períodos de estiagem ou chuva. A poluição resultante dos esgotos domésticos de Valença tem também comprometido esta bacia na sua foz, incluindo desmatamentos dos manguezais, na Baía de Tinharé.

A Bacia de Igrapiúna, de pequena expressão, é similar a de um conjunto de pequenos rios que atendem a demanda de água nos municípios de Taperoá, Ituberá, Nilo Peçanha e Camamu. A expansão do agropastoril nesta região, incluindo as margens dos rios, tem comprometido seriamente a qualidade dos rios, levando a um intenso assoreamento. Isso é percebido também na Bacia do Jequié /ou das Almas, esta em maior dimensão.

Em Camamu e Maraú, ao sul desta zona turística, chama a atenção o conjunto de rios que constituem a porção fluvial do estuário da Baía de Camamu. Por conta da qualidade dos estudos na APA de Maraú, as informações sobre a Bacia de Camamu/Maraú são diferenciadas, como se vê abaixo[57]:

- Rio Baiano- Talvez o mais significativo de todos, o rio Baiano apresenta cerca de 3,0 Km de seu baixo curso inserido na poligonal descrita pela APA de Maraú, desaguando através da Cachoeira Veneza e corredeira do Rio Baiano, nas águas calmas do Canal de Tremembé. Sua água apresenta aspecto límpido e coloração levemente amarelada, dada pela presença de matéria orgânica dissolvida. Embora fosse visitado durante período chuvoso, apresentou vazão superior a 10 m3/s, demonstrando grande potencial para o abastecimento do povoado de Tremembé.
- Rio da Serra - apresenta água de aspecto semelhante ao rio Baiano. Tem sua nascente localizada no município de Camamu e deságua no Canal do Quitungo. Durante a visita a campo, estimou-se vazão bem inferior, entre 3,0 e 5,0 m3/s, a qual atenderia com facilidade a demanda deste bem no povoado de Quitungo.
- Rio Ambuba - Este rio, embora apresente vazão pequena, de cerca de 5,0m3/s, é certamente aquele de maior percurso na poligonal da APA de Maraú, tendo sua

[57] Texto adaptado de Ecotema (2000), citado anteriormente.

nascente localizada ao Sul do povoado de Segredo. Drena áreas agrícolas onde ocorre plantio de seringueira, cravo, guaraná e pimenta do reino, além de pastagem. Seu aproveitamento deverá ocorrer mediante o adequado monitoramento de substâncias tóxicas poluentes provenientes de defensivos lançados para o combate de pragas. Seu percurso se divide em duas direções distintas, uma para Norte, desde a Nascente até as imediações da BR-030, quando inflete para Leste, indo desaguar sobre os sedimentos fluvio-lagunares da porção centro-Sul desta APA.

- Rio Piracanga - como os demais, apresenta água límpida, levemente amarelada devido à presença de matéria orgânica (ácido húmico) lixiviada de áreas de floresta. Apresenta extensão equivalente a 3,0 Km no compartimento cristalino, encaixado em fraturas, embora apresente traçado meandrante, até atingir a costa. Sua extensão total na área da APA aproxima-se a 9,0 Km. Sua nascente localiza-se sobre áreas de relevo suavemente ondulado, onde ocorrem latossolos vermelho amarelos de classe II, cultiváveis. No cruzamento com a estrada municipal de acesso a Itacaré, ponto extremo da APA, na coordenada UTM 498.413 E – 8.426.855 N, apresentou vazão estimada entre 4,0 e 6,0 m3/s.
- Rio Aibim - O rio Aibim do Meio apresenta-se totalmente adaptado à morfologia dos terraços marinhos, principalmente na porção média superior, descrevendo traçado semelhante ao da linha de costa atual. Nasce neste ambiente e flui no sentido Nordeste, infletindo para Sudeste. Apresenta extensão aproximada de 6,0 Km, drenando toda a água acumulada nos pequenos vales entre as cristas dos cordões litorâneos adjacentes.
- Rio Caubi - Este rio tem sua nascente no embasamento cristalino, imediatamente a Sul do povoado homônimo, de onde é coletada água para o abastecimento da comunidade ali residente. Percorre cerca de 1,0 Km desde sua nascente até atingir a área de influência de maré. No trecho em que cruza a BR-030 este curso d'água apresentou vazão de cerca de 1,6m3/s.

Na Costa do Cacau, com exceção das bacias do Una e Aliança, todas as bacias hidrográficas encontram-se fortemente degradadas, em que pese a grande disponibilidade de água dos seus mananciais. O grande desafio será a recuperação e despoluição nas suas margens, por muitas fontes, incluindo agrotóxicos.

Tabela 3.5.6 - Principais Usos da Terra ao longo das Bacias Hidrográficas na Costa do Cacau

Bacias	Baixo	Médio	Alto
do Contas	Manguezais e florestas, área urbana de Itacaré.	Sistema Cacau cabruca	Pastagens, Caatinga
Cachoeira	Complexo de manguezais e restingas, área urbana de Ilhéus.	Sistema Cacau Cabruca e pastagens	Florestas, roças de mandioca e pastagens
Una-Aliança	Mangues e restingas, Vilarejo de Pedras.	Florestas, Cacau Cabruca e pastagens	Florestas, Cacau em cabruca, pastos
Jequintinhonha	Mangues e restingas, área urbana de Canavieiras.	Pastagens	Pastos
Pardo	Mangues e restingas, Área urbana de Belmonte.	Florestas, Cacau Cabruca, Pastagens	Pastos

Fonte: Pesquisa sobre Bibliografia Diversa

- Rio de Contas – Este forma a maior bacia hidrográfica exclusivamente estadual presente na Costa do Cacau. Presente desde a Chapada Diamantina, deságua no município de Itacaré, com parte de suas margens protegida pelo Parque Estadual da Serra do Conduru e APA de Itacaré Serra Grande. Os esforços locais por sua conservação se concentram na região do baixo Contas, notadamente na foz. Esta fica vulnerável a expansão urbana de Itacaré, e a negócios imobiliários na faixa costeira. Com muitos atrativos naturais, o Rio de Contas representa um importante patrimônio natural para o ecoturismo em prática na cidade de Itacaré e distrito de Taboquinhas, principalmente para rafting e banhos de cachoeira. Passeios de canoa também são feitos nos manguezais da foz. Estudos preparatórios indicam a sua foz como recomendável para abrigar uma Reserva Extrativista. O conflito com atividades exploratórias de gás e petróleo planejadas pela Agência Nacional do Petróleo e licenciadas pelo IBAMA tem dificultado a criação desta RESEX. Anualmente, no período de fortes chuvas de dezembro/janeiro, este rio compromete a balneabilidade das praias de Itacaré e Maraú, por conta do grande volume de baronesas que descem da Barragem do Funil e margens das cidades de Ubaitaba e Aurelino Leal.
- Rio Cachoeira[58] – mais importante dos rios que compõem a Costa do Cacau, desaguando na cidade de Ilhéus, este compõe a Bacia do mesmo nome, formado principalmente pelos rios Colônia e Salgado. O Rio Colônia nasce num conjunto de Serras e vales denominado Cabeceira do Colônia. A altitude neste local é de aproximadamente 600-800 metros, com muitas nascentes. Nesta região os desmatamentos para pastagens compõem a paisagem com florestas e plantios de cacau. Em seguida as nascentes seguem na direção dos vales das cabeceiras do Colônia e o Vale de São José do Colônia, de onde se capta a água para a cidade de Itororó. Em seqüência o principal curso d'água se encontra com o Rio Salgado, no município de Itapé. A bacia do Colônia está presente principalmente no município de Itapetinga, e na divisa entre Itororó e Itajú de Colônia. O Rio Salgado nasce na Serra do mesmo nome, em Firmino Alves. Muitos desmatamentos para pecuária foram ocasionados em torno das duas nascentes, de onde brota o rio. Ao longo do seu curso de 64 Km, o Salgado banha os municípios de Firmino Alves, Santa Cruz da Vitória, Floresta Azul e Ibicaraí, onde se forma a Cachoeira de Pancada Formosa.
- As Bacias do Santana e do Almada, adjacentes a Bacia do Cachoeira ao sul e ao norte, respectivamente, merecem registro especial. As três bacias formam um conjunto fortemente associado à cultura do cacau, atingindo a cidade de Ilhéus na foz, dando a este centro urbano características próprias, envolta em manguezais ao sul, norte e oeste. Assim como no Rio de Contas, anualmente suas praias são atingidas por baronesas acumuladas nas margens urbanizadas no interior, a exemplo de Itabuna. Santana, menor das bacias, possui uma função vital para Ilhéus, pois abriga manancial de água para os bairros do sul da cidade, e hospeda em suas margens um belo estuário com igreja histórica, das mais antigas do Brasil Colônia. O Almada, fortemente degradado nas suas margens a oeste, foi vítima da intensa pecuarização nos anos noventa, conseqüência da crise na região cacaueira. Este possui como afluente um dos ambientes lacustres mais expressivos do litoral baiano, a Lagoa Encantada. Importante atrativo natural e turístico de Ilhéus têm suas águas oriundas de pequenos rios que nascem no Parque Estadual da Serra do Conduru. As três bacias têm sido motivo de estudos por pesquisadores da Ceplac e UESC, tentando diagnosticar o estado das bacias e procedimentos para a sua recuperação. Ongs como

[58] Informações obtidas na Revista Mar Aberto (www.mar aberto.com.br), com base em reportagem de Ed Ferreira.

Abará e Grama tem realizado campanhas e programas de educação ambiental para proteger os seus rios principais (ver mais abaixo, sobre o terceiro setor).

- Una Aliança - Os dois rios que compõem estas bacias nascem nas serras dos municípios de Santa Luzia, Arataca e Una. Viveram, nas três últimas décadas, intenso desmatamento nas suas margens, por conta da expansão da pecuária e cacau, embora sejam as bacias mais preservadas das existentes na Costa do Cacau. Atualmente estável, a paisagem desta bacia está diretamente ligada à conservação dos remanescentes de floresta e cabruca existentes na Reserva Biológica de Una e seu entorno, incluindo a Serra das Lontras e Javi. Apresenta um estuário de rara beleza, que inclui a Ilha de Comandatuba nas suas franjas. Um conjunto de corredeiras e cachoeiras representa um imenso potencial para o ecoturismo para o futuro de Una. O Rio Maruim, que nasce nas cercanias e interior da Reserva de Una, é o mais preservado dos rios afluentes da bacia, excepcionalmente rico em atrações naturais.
- Jequintinhonha – Este rio domina esta que é a maior bacia hidrográfica a alimentar a Costa do Cacau, desde o nordeste de Minas Gerais. Fortemente degradada, esta bacia foi vítima de intensos desmatamentos e degradação dos solos ao longo da colonização do Brasil. Atualmente a calha principal está fortemente assoreada, comprometendo a existência de formações coralíneas na costa, incluindo a região de Abrolhos. Deságua nos municípios de Canavieiras e Belmonte, assim como o Pardo, constituindo uma complexa teia de manguezais e brejos na sua foz. A recuperação das matas ciliares e das áreas degradadas no território desta bacia é uma meta fundamental para uma estratégia de valorização ambiental da região sob influência, incluindo a constituição do Comitê desta bacia.
- Pardo - Muito semelhante à bacia do Jequitinhonha, apresenta um estado de degradação no médio e alto Pardo que remonta a colonização da Bahia e Minas. Junto com o Jequintinhonha forma o imenso ambiente estuarino ao sul da Costa do Cacau, com características únicas que distinguem os municípios de Canavieiras pela riqueza dos manguezais e potencial para gastronomia de frutos do mar. A sua foz, com os extensos manguezais, tem sido estudada para abrigar uma nova Reserva Extrativista Marinha, similar à encontrada em Corumbau, Prado.

A oferta de água potável na Costa do Cacau está diretamente ligada ao uso destas bacias hidrográficas. A única cidade que contém um manancial de água independente destas bacias é Itacaré, utilizando duas microbacias, o Jeribucaçú e o Ribeira. Estes também sofrem de desmatamentos, o que compromete o futuro do abastecimento de água em Itacaré. A existência da APA de Itacaré Serra Grande e de programas como o Floresta Viva, que evitam desmatamentos nos imóveis rurais destas bacias, são vitais para o futuro deste destino turístico. Estes exemplos positivos devem ser ampliados na costa, com ênfase na constituição de áreas protegidas e em programas de conservação em terras privadas.

Recifes de corais

Os corais desta região desenvolvem-se adjacentes à praia, compondo estruturas isoladas, descontínuas ou alongadas que podem variar desde alguns poucos metros a centenas e até quilômetros de extensão. Localizam-se em águas muito rasas, dificilmente ultrapassando a profundidade de 10 metros na frente do recife. Normalmente mergulham sob a areia e não apresentam laguna em sua parte posterior.

Sua primeira citação técnica bibliográfica data de 1818, quando J. Spix e Von Martius desenvolveram sua primeira caracterização. Posteriormente, em 1964, Jacques Laborel, naturalista francês, atendendo a solicitação de empresa baiana de fabricação de cimento,

explorou as ocorrências carbonáticas da costa baiana, denominando-as à época como Recifes de Camamú, conforme assinalado em mapas produzidos àquela época.

Os pesquisadores da UFBA, citados em Relatório da APA de Maraú, subdividem as ocorrências de corais do Estado da Bahia, incluindo os da Península de Maraú na região que vai desde a ilha de Tinharé e Boipeba até a Baía de Camamú. Reúnem espécies endêmicas, sendo as principais a *Mussismilia Hartti*, *Mussismilia Braziliensis*, *Montastrea cavernosa* e a *Favia leptophylla.* Agregam-se a esta estrutura diversos outros organismos como algas, antozoários, esponjas, zoantídeos, vermes, moluscos, crustáceos e peixes.

Todas essas informações indicam que, para fins de novos investimentos governamentais com influência sobre o turismo, a exemplo dos praticados no âmbito do PRODETUR, é relevante a constituição e implementação de planejamento territorial em macro e micro escala, com o enfoque em um Zoneamento Econômico e Ecológico, combinando informações sobre os distintos vetores da economia e de usos da terra com uma gestão ambiental integrada dos ambientes naturais, levando em conta o conceito do Corredor Central da Mata Atlântica (ver tópico especial sobre corredores, ao final). A capacidade de carga de terrenos costeiros, praias, trilhas e cachoeiras, ainda pouco estudada nesta região, torna-se atividade fundamental para o futuro do turismo nesta região, vide o exemplo de Itacaré.

Terrenos e praias – o risco de urbanização sem planejamento

A expansão de loteamentos de veraneio em ambientes litorâneos está diretamente ligada a decadência dos mesmos como destinos turísticos. A ocupação da costa é vulnerável à urbanização descontrolada, notadamente em locais próximos de grandes aglomerados urbanos. Nos municípios da Costa do Cacau este fenômeno é mais evidente em Ilhéus, particularmente nas orlas norte e sul. A Rodovia BA-001, nos dois sentidos, tem sido portal desta urbanização desordenada.

Foto 3.5.7 - Os impactos ambientais causados pela ocupação humana desordenada começam a aparecer nos loteamentos do litoral sul baiano

Foto – Oscar Artaza, Agora Meio Ambiente

Em artigo no Jornal Agora Meio Ambiente (www.iesb.org.br/noticias on line), publicado em parceria com o IESB, este fato é noticiado, alertando a sociedade e os poderes públicos para a gravidade deste problema no município de Ilhéus:

> *"A altura das construções, o tamanho dos lotes e o desenho de condomínios, levando em conta os ecossistemas naturais, é fundamental para se minimizar os impactos de*

loteamentos em regiões costeiras. Casas muito altas tornam-se barreiras para a ventilação, além de diminuir a visão do horizonte. Quanto maior a área construída, menos conforto térmico se tem. As construções aumentam a reflexão do calor para o ar e fazem com que a temperatura local aumente. A maioria das casas de veraneio é utilizada por pouco tempo. Mesmo assim, demandam investimentos dos órgãos públicos com água, energia e esgotos. No entanto, não dão retorno à sociedade, pois geram poucos empregos, pagam tributos reduzidos e não fortalecem a economia do lugar onde são construídas. Do ponto de vista de quem constrói, também não é um bom negócio. Gasta-se na compra do lote e na construção da casa. Na oportunidade da venda, o valor obtido é em geral menor que o investido. Além disso, a família fica sempre presa àquele destino nas férias."

A limitação técnica das prefeituras na fiscalização e licenciamento dos loteamentos é também um grave problema, que resulta em uma especulação imobiliária em bases ilegais em quase todo o litoral baiano e brasileiro. Em Ilhéus soma-se a grandeza do eixo Ilhéus-Itabuna em termos de demanda habitacional para a segunda residência de veraneio. No entorno destas duas cidades encontram-se um conjunto de outras cidades da região, incluindo Vitória da Conquista, que no total somam mais de um milhão de habitantes.

Instrumentos, Órgãos e Instituições

Instrumentos reguladores[59]

A constituição e a descentralização administrativa

O PRODETUR NE II, em seu escopo de planejamento ambiental, tem a legislação do país como linha mestra para definição de critérios e condicionantes na sua operação. Para isso a Constituição federal de 1988 confere poderes de atuação aos Municípios em matéria de proteção do meio ambiente e do patrimônio cultural, bens cuja conservação é essencial em se tratando de valores turísticos locais.

Diz o artigo 23:

"Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

III - proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras-de-arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;...

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora;"

Portanto, é permitido, ou melhor dizendo, é necessário que os municípios criem estruturas administrativas próprias (Secretarias de Meio Ambiente, de Cultura e Conselhos Municipais de Meio Ambiente), por intermédio de legislação municipal, dotando-as de atribuições específicas para colocar em prática essas incumbências constitucionais.

Além do poder de atuar (competência material ou administrativa) para proteger o meio ambiente e o patrimônio cultural é permitido aos municípios legislar em matéria de interesse local e suplementarmente aos Estados e à União no que couber (art. 30 incisos I e II). Vale dizer que a atividade turística no município e sua interface com o resguardo do ambiente

[59] Nos sub-capítulos 2.4. e 2.5. se utiliza com adaptações texto produzido pela WWF sobre Turismo Responsável – Manual para Políticas Locais, coordenado por Sergio Salazar Salvati e composto por Andre Lima, consultor).

natural e cultural local se enquadram perfeitamente na hipótese de interesse local, já que se trata de atividade de predominante interesse e impacto local, sendo bastante pertinente a criação de legislação própria que estabeleça mecanismos específicos para uma efetiva gestão por parte do poder público local, seja no planejamento, no controle ou no monitoramento da atividade.

A Constituição confere ainda poderes para o Município legislar para:

I) promover o adequado ordenamento territorial, mediante o planejamento e controle do uso, parcelamento e ocupação do solo urbano (art. 30, VIII) e

II) estabelecer a política de desenvolvimento urbano por meio do Plano Diretor (art. 182);

O turismo como atividade sócio-econômica deve, sem dúvida alguma, ser realizado em respeito ao bem-estar dos cidadãos da região e à integridade ambiental dos ecossistemas naturais e do patrimônio cultural (arquitetônico, histórico, turístico). Assim orienta outro artigo da Constituição Federal, o artigo 170, que condiciona o desenvolvimento das atividades econômicas ao respeito ao meio ambiente.

Ainda em matéria constitucional, afirma o artigo 225:

> *"Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações".*

Entende-se por "todos", na hipótese da atividade turística, tanto os habitantes das regiões visitadas e os agentes do turismo (proprietários de atrativos, agências, guias) como também os próprios turistas que têm direitos a um ambiente saudável e equilibrado, mas também têm obrigações relacionadas à manutenção da integridade dos ambientes e comunidades visitados.

Ainda no âmbito do artigo 225 da Constituição Federal, incumbe ao Poder Público, e aqui se entenda também incluído o Município:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e integridade do patrimônio genético do País...;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dar publicidade;

...

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

§3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

§4º A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

Portanto, para o exercício dessas atribuições é absolutamente necessário não apenas a constituição de órgãos com estrutura e finalidades próprias, mas a elaboração e aprovação de uma base legal mínima que disponha sobre essas matérias.

Por ser o turismo uma atividade sócio-econômica com elevado potencial de impacto (positivos e negativos) ao meio ambiente, à segurança, à higiene, à ordem e aos costumes municipais e possuindo o poder público local competências constitucionais próprias para a matéria, além de poder de polícia para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade, pode o município legislar e impor regulamentos para atividade turística, respeitado, no que tange regulamentação da prestação de serviços e às relações de consumo, o Código de Defesa do Consumir, Lei Federal nº 8.078/90, além das resoluções da Embratur e do Conselho Nacional de Turismo.

Merece destaque o artigo 180 da Constituição que afirma que "a União, os Estados, o Distrito Federal e os **Municípios** promoverão o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico".

Vale ressaltar ainda que muitas regiões de interesse turístico transcendem aos limites de um único município, como são os casos da Chapada dos Veadeiros em Goiás, ou Chapada da Diamantina na Bahia e muitas outras em todo País. Além disso, atrativos importantes como rios e serras na maioria das vezes também cruzam vários municípios, o que faz com que seja imprescindível a articulação entre os gestores estaduais e dos municípios da região pois de nada adiantará um município possuir uma boa legislação e um bom sistema de gestão ambiental e de turismo se nos municípios vizinhos as atividades continuam impactando a região e sendo conduzidas sem nenhum critério.

Importância da Legislação Turística e Ambiental Municipal

Em 20 de abril de 1994 o governo federal criou um Grupo de Trabalho para propor uma Política e um Programa Nacional de Ecoturismo, por meio da Portaria Interministerial nº 001, composto por representantes dos Ministérios da Indústria, Comércio, e Turismo e Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, do Ibama, da Embratur e de organizações não-governamentais.

Uma das principais conclusões desse grupo foi a de que a concepção e a execução de uma política para o turismo responsável deve ser descentralizada ao nível dos estados e principalmente dos municípios, onde de fato o turismo acontece e deve ser estimulado.

Hoje, a política ambiental também se encontra em rota de descentralização e as atribuições vão aos poucos sendo delegadas aos órgãos municipais na medida em que estes vão se preparando para assumir essa incumbência. Trata-se de um processo inevitável e para o qual os municípios devem se preparar progressiva e rapidamente.

Entretanto, é fundamental que no processo de municipalização e descentralização administrativa da gestão ambiental e turística o poder público local se prepare para enfrentar, dentre outros, os seguintes desafios:

- a vulnerabilidade dos sistemas ambientais e de turismo às pressões políticas locais sempre mais presentes na medida em que pode estimular atividades conflitantes;

- a agressão ambiental pelo estímulo e concentração da atividade em poucos atrativos turísticos;
- a falta de recursos financeiros para o planejamento, monitoramento e fiscalização;
- a infraestrutura local inexistente ou deficitária;
- o risco de perda de identidade cultural local; e
- marginalização da população local, tanto na discussão das políticas públicas, como no próprio acesso aos atrativos turísticos locais.

Segundo o Grupo de Trabalho Interministerial que trabalhou na formulação da Política Nacional para o Ecoturismo, uma política para o desenvolvimento do ecoturismo deve ser orientada ao atendimento dos seguintes objetivos:

- compatibilizar as atividades de ecoturismo com a conservação de áreas naturais;
- fortalecer a cooperação interinstitucional;
- possibilitar a participação efetiva de todos os segmentos atuantes no setor;
- promover e estimular a capacitação de recursos humanos para o ecoturismo;
- promover, estimular e incentivar a criação e melhoria da infra-estrutura para a atividade do ecoturismo; e
- promover o aproveitamento do ecoturismo como veículo de educação ambiental.

Aos objetivos básicos propostos pela Política Nacional de Ecoturismo acima expostos acrescenta-se:

- a valorização e o respeito aos costumes e tradições das comunidades locais; e
- a efetiva e informada participação dessas comunidades nas instâncias decisórias tanto em matéria ambiental como de política de turismo no município, inclusive das comunidades mais afastadas dos centros urbanos.

Para a consecução desses objetivos integram a proposta da Política Nacional de Ecoturismo as seguintes ações:

1 - Regulamentação do ecoturismo

2 - Fortalecimento e interação interinstitucional

3 - Formação e capacitação de recursos humanos

4 - Controle de qualidade do produto ecoturístico

5 - Gerenciamento de informações

6 - Incentivo ao desenvolvimento do ecoturismo

7 - Implantação e adequação da infra-estrutura

8 - Conscientização e informação do turista

9 - Participação comunitária

Torna-se imperativo, portanto, que a legislação municipal que pretenda dar suporte à atuação eficiente e eficaz do poder público local no planejamento e no monitoramento das atividades turísticas incorpore ao menos alguns dos objetivos e das ações acima traçados. Esse é grande o desafio.

Neste sentido, vários são os instrumentos que podem ser criados e implementados em âmbito local para a concretização dos objetivos e ações acima propostos. Dentre eles, alguns são clássicos e fundamentais, tais como as leis de uso e ocupação do solo e os Planos Diretores, legislações que objetivam ordenar o território de forma a garantir o desenvolvimento sócio-econômico do município e a qualidade de vida de seus habitantes. Outros instrumentos mais específicos e contemporâneos que já vêm sendo adotados por muitos municípios são os Conselhos Municipais de Meio Ambiente e os Conselhos de Turismo onde a população local, juntamente com outros setores privados e o poder público debatem e decidem os rumos das políticas locais sobre o tema.

Outro mecanismo fundamental são os Fundos Municipais, onde o poder público, com a participação da população, busca orientar e estimular investimentos em atividades de conservação ambiental e de desenvolvimento sustentável. Para tanto, podem ser elaborados códigos ambientais e de turismo municipais que sustentem sistemas ambientais de meio ambiente e turismo e os mecanismos e objetivos acima referidos.

Além desses mecanismos clássicos os sistemas municipais podem prever outros instrumentos específicos que evidentemente devem ser adaptados à realidade de cada município e ao grau de institucionalidade que o poder público juntamente com a população local pretendem dar aos seus sistemas de turismo e de meio ambiente.

A importância e o papel das comunidades locais no desenvolvimento do Turismo

O turismo responsável caracteriza-se pela conservação dos ambientes visitados e pela busca de bem-estar das comunidades locais. As comunidades locais, portanto, devem ser reconhecidas como sujeito ativo no planejamento e na execução do turismo além de principais beneficiárias dessa atividade. Não obstante a relevância sociocultural das populações locais e o seu papel na conservação de áreas de interesse turístico, sabemos que quase sempre estão à margem do processo de institucionalização do turismo em seu próprio território. Isso pode e deve mudar e a regulamentação da atividade turística no nível local pode ser um primeiro passo.

A Sociedade Mundial de Ecoturismo em vários de seus documentos demonstra sua preocupação para com os impactos culturais da atividade turística. De acordo com alguns documentos da Sociedade Mundial de Ecoturismo proteger a integridade das culturas visitadas, minimizando os impactos dos visitantes e estimular a compreensão e a valorização das culturas diferenciadas deve constituir objetivo essencial para os operadores turísticos.

Por outro lado o turismo não pode ser visto como a única solução para todos os problemas de forma que o desenvolvimento da atividade deve integrar-se com outras alternativas econômicas sustentáveis. O consentimento prévio e informado das comunidades, o respeito às suas estruturas de organização comunitárias, o respeito e o fortalecimento de seus direitos relativos ao seu território e aos recursos naturais nele existentes e a valorização de seus conhecimentos, hábitos e modos de produção devem ser condicionantes para as atividades turísticas em regiões que possam afetar o ambiente e a cultura desses povos. Assim, é essencial que seja garantida a participação especial das comunidades locais no planejamento e na execução de políticas de turismo e as legislações municipais devem destinar especial atenção a esse fator.

Órgãos e Instrumentos para uma Política Municipal de Meio Ambiente e de Turismo

Órgãos

Secretarias de Meio Ambiente e de Turismo

É essencial a criação de um órgão ambiental local em todos os municípios, seja para os municípios com potencial turístico ou não, sejam aqueles que abrigam ecossistemas frágeis ou paisagens notáveis, atributos naturais excepcionais, ou mesmo que não possuam qualidades ambientais extraordinárias. Isso pela simples e incontestável necessidade de planejamento e controle do uso e ocupação do solo e do uso dos recursos naturais, mesmo por que o sucateamento dos órgãos federais e estaduais de meio ambiente tem sido uma constante na atualidade.

Assim sendo, é essencial a criação de secretarias municipais de meio ambiente que mantenham capacidade técnica para intervir e orientar as atividades de maior potencial ofensivo ao bem-estar e à saúde da população local.

Em se tratando de município com elevado potencial turístico, ou com potencial turístico preponderante, é aconselhável a criação de uma secretaria própria para o ordenamento, regulamentação e controle da atividade, como vêm fazendo a maioria dos municípios que apostam no turismo como alternativa econômica para o desenvolvimento sócio-econômico local.

Porém, mais importante do que a existência de secretaria de meio ambiente e secretaria de turismo é que ambas atuem conjuntamente na formulação dos planos de uso e conservação do patrimônio ambiental e nos planos de desenvolvimento local além de articularem-se com os órgãos ambientais e de turismo dos municípios vizinhos e órgãos estaduais e federais afetos.

Conselho Municipal de Turismo e Conselho Municipal de Meio Ambiente

A participação direta da sociedade na gestão pública por intermédio dos Conselhos é a forma contemporânea de democratizar e dar transparência à construção e à implementação das políticas públicas. Ao mesmo tempo em que confere maior legitimidade às decisões governamentais, a tomada de decisão via conselhos participativos reduz a margem de discricionariedade, assim como minimiza os conflitos muitas vezes propiciados por decisões autoritárias e unilaterais tomadas em gabinetes fechados e inacessíveis ao cidadão comum.

Em âmbito local tem sido comum a criação de Conselhos Tutelares de Criança e Adolescentes, Conselhos de Saúde, Conselhos de Desenvolvimento Rural Sustentável, Conselhos de Educação e Conselhos de Meio Ambiente. Inclusive o repasse de recursos federais e mesmo estaduais em algumas áreas de atuação pública já é condicionado à existência e funcionamento desses conselhos participativos.

A EMBRATUR, por meio do Programa Nacional de Municipalização do Turismo, vem estimulando a criação de conselhos e de fundos municipais de turismo, como forma de alavancar a atividade com maior eficiência e com o necessário envolvimento da população local, inclusive como condicionante para a celebração de convênios com os municípios.

Encontra-se em fase final de discussão no CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente uma regulamentação para o ecoturismo que ao que condicionará a competência dos municípios para autorizarem e regulamentarem a atividade em sua esfera de atuação à existência de Conselhos Municipais de Meio Ambiente e de Turismo com poder deliberativo e órgão ambiental em funcionamento.

A Constituição Federal brasileira no parágrafo único de seu primeiro artigo fortalece esse entendimento quando estabelece que todo poder emana do povo que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente. Os conselhos deliberativos ambientais e de turismo são formas de participação direta da sociedade na gestão pública em consonância com a Constituição Federal e também com os princípios da Agenda 21 que requer

transparência e participação da sociedade na tomada de decisões como condição essencial para o desenvolvimento sustentável.

O fundamental é que o funcionamento desses conselhos se dê de forma transparente, que suas reuniões ocorram em local e horário de fácil acesso, que sejam publicamente divulgadas e abertas à participação de qualquer interessado e que sua composição seja a mais equilibrada e aberta possível à participação de todos os setores da sociedade. É tarefa, ou melhor dizendo, obrigação do poder púbico local garantir a implementação desses princípios e fortalecer as instâncias populares de decisão.

Instrumentos

Plano Diretor Municipal

O Plano Diretor municipal, previsto na Constituição Federal no artigo 182, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana. O Plano Diretor deve ser parte integrante do processo de planejamento municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

O Plano Diretor, obrigatório para os municípios com mais de vinte mil habitantes, municípios integrantes de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, em áreas de especial interesse turístico ou inseridos em área de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental de âmbito regional ou nacional, deve englobar todo território municipal e ser revisto a cada dez anos.

No processo de elaboração do Plano Diretor e na fiscalização de seu cumprimento, os Poderes Legislativo e Executivo deverão garantir:

I - a realização de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;

II - publicidade sobre os documentos e informações ao Plano Diretor relacionados; e

III - acesso a qualquer interessado aos documentos e informações produzidos.

Por meio do Plano Diretor o Poder Público municipal, juntamente com a população local, identifica as potencialidades e vulnerabilidades sócio-econômicas e ambientais de seu território e estabelece normas e programas, assim como um zoneamento local, que vinculam a política urbana e que orientam e projetam o crescimento espacial do município de forma a buscar o pleno desenvolvimento das funções sociais das cidades e o bem-estar de seus habitantes. Lembrando que a função social prioritária das cidades é assegurar as condições básicas para a circulação, o trabalho, a habitação e o lazer de seus habitantes.

O Plano Diretor vincula toda a política de desenvolvimento do turismo local na medida em que estabelece princípios e normas para a implantação de infraestrutura viária e de sistemas de transportes, de saneamento básico e destinação de resíduos sólidos, de conservação e recuperação de ecossistemas e do patrimônio histórico e cultural e de desenvolvimento urbano e rural.

Plano Diretor de Turismo

O planejamento é essencial em se tratando de gestão pública e não poderia deixar de sê-lo no que se refere à otimização do potencial turístico de um município, ainda mais quando se sabe que são bastante escassos os recursos no orçamento municipal.

Nesse sentido, três instrumentos básicos que compõem um Plano Diretor de Turismo destacam-se para que a atividade turística seja ordenada e planejada. São eles: o

Diagnóstico/Inventário Turístico, o Zoneamento Turístico-Ambiental e o Plano de Metas e Ações (ou Plano de Desenvolvimento Turístico).

Diagnóstico ou Inventário Turístico

O diagnóstico é o inventário do potencial turístico e a análise desse inventário. De acordo com o dicionário Aurélio, inventário é a "relação de mercadorias, bens, etc...". Inventário Turístico, portanto, é a relação dos bens de valor paisagístico, ecológico, histórico, cultural e sócio-econômico que possam agregar interesse turístico ao município ou a uma dada região do município. Trata-se, portanto, do levantamento do potencial turístico do município por meio da identificação e avaliação dos atrativos que o município possui, da infra-estrutura, acessos e serviços relacionados direta ou indiretamente ao turismo.

Não basta apenas identificar as áreas e os bens de interesse turístico, mas também é necessário que o inventário qualifique a situação em que se encontra o bem em termos de conservação, utilidade, capacidade de uso, serviços a eles relacionados, infraestrutura oferecida, dentre outras informações complementares.

Esse levantamento é essencial para que o Poder Público possa planejar adequadamente sua intervenção para a implementação de uma política local que estimule o turismo como atividade econômica e ambientalmente sustentável. Deve ser feito por uma equipe multidisciplinar com a ajuda e participação direta da própria população local por meio de audiências públicas e consultas com apoio do Conselho de Turismo e de Meio Ambiente, ou mesmo de consultas permanentes mediante pequenas reuniões com cidadãos e lideranças locais durante o processo todo processo de sua elaboração.

Zoneamento Turístico-Ambiental

Com base nas informações colhidas pelo Diagnóstico de que tratamos no item anterior, o poder público, em conjunto com as comunidades envolvidas e os setores interessados, identifica as áreas de real e de potencial interesse para o turismo e as áreas de interesse para a conservação e preservação ambiental ou cultural de forma a poder, a qualquer momento, planejar a instalação de infraestrutura compatível com a intensidade desejável para a atividade turística, considerando-se as características de cada ambiente e suas peculiaridades sócio-culturais.

O Zoneamento deve considerar a dinâmica sócio-econômica municipal e as diversidades sócio-culturais existentes de forma a ser sólido e consistente o suficiente para servir de parâmetro para a formulação, reformulação e implementação de planos e programas de estímulo ao turismo e à conservação ambiental, mas flexível o necessário para ser adaptado permanentemente às alterações na dinâmica espacial e sócio-econômica ditada muitas vezes por conjunturas que fogem ao controle da gestão municipal.

O Zoneamento deve indicar a os níveis de intensidade de proteção e de uso que cada região demanda ou suporta, a necessidade de recuperação do ambiente ou ainda de implementação de infra-estrutura viária, hoteleira, de saneamento, dentre outras medidas necessárias ao aprimoramento da atividade com o devido respeito às limitações ambientais.

Além de se basear no Diagnóstico Turístico, o Zoneamento Turístico-Ambiental deve interagir, ou melhor, ser compatível com o Plano Diretor do Município e considerar também outros zoneamentos eventualmente realizados em escalas maiores, como por exemplo o Zoneamento Ecológico-econômico elaborado pelo poder público estadual ou outros zoneamentos ambientais como das APAs – Áreas de Proteção Ambiental ou Zonas Industriais que às vezes transcendem um único município e são elaborados pelas esferas estaduais ou mesmo federal. Deve ainda considerar aspectos das legislações estaduais e federal que tratem de áreas protegidas (Unidades de Conservação, Áreas de Preservação Permanente e Reservas

Legais Florestais, áreas de proteção de mananciais, áreas tombadas e as especificidades das bacias e sub-bacias hidrográficas). É fundamental que o Zoneamento turístico seja amplamente discutido com a população local e aprovado pelos Conselhos de Meio Ambiente e de Turismo.

O Zoneamento e as populações locais e tradicionais

Um importante papel do Zoneamento, ao lado do Plano Diretor e das leis municipais de uso e ocupação do solo, além de apontar as áreas com potencial turístico e áreas de interesse ambiental, é apontar os focos de potencial conflitos entre diferentes atores sociais, como por exemplo agentes do turismo e populações tradicionais, no intuito de viabilizar medidas preventivas que fortaleçam o papel dessas comunidades como interlocutores privilegiados nas discussões acerca dos destinos do turismo na região.

O avanço da especulação imobiliária, a construção de grandes hotéis e de projetos de infraestrutura sobre áreas tradicionalmente ocupadas por populações ribeirinhas, extrativistas, caiçaras, indígenas ou quilombolas, que na maioria das vezes são as únicas responsáveis pela conservação das áreas com algum interesse para o turismo, é muito comum. Esse processo é previsível e deve ser controlado pelas instâncias governamentais, posto que a valorização da cultura e das tradições do povo local merece lugar especial no planejamento e no ordenamento da atividade turística, principalmente no que respeita à ocupação do território.

O Zoneamento portanto é também o instrumento de indicação e prevenção desses conflitos que deve ser resolvido por intermédio da formulação de leis de uso e ocupação do solo que indiquem zonas de restrição à ocupação por grandes empreendimentos turísticos e de infraestrutura. O zoneamento nesse caso deve identificar áreas de uso e ocupação tradicionais e essas áreas poderão, por meio da legislação de uso e ocupação do solo, estar fora do alcance da especulação imobiliária ou da implementação de megaprojetos de infraestrutura.

Plano de Metas e Ações para o Turismo (Plano de Desenvolvimento Turístico)

O Plano de Metas e Ações é o instrumento elaborado com base no Plano Diretor do município, no Diagnóstico e no Zoneamento Turístico e Ambiental que deverá estabelecer as metas e objetivos gerais e específicos a serem alcançados em termos de utilização do potencial turístico municipal, num dado horizonte de tempo, assim como dos projetos e programas que deverão ser colocados em prática e estimulados para atingir as metas e objetivos propostos.

O Plano deve estabelecer expressamente as responsabilidades de cada órgão da administração local e de cada segmento, bem como sugerir um cronograma de ações a serem implementadas. O Plano não é um documento pronto, mas um documento em permanente discussão e revisão.

Caberá ao Plano de Metas e Ações, com base no Inventário Turístico, determinar as prioridades em termos de investimentos em infraestrutura e divulgação dos potenciais turísticos e identificar as fontes de recursos para a implementação das ações necessárias ao seu cumprimento. O Plano deverá propor programas e ações do Poder Público e dos particulares no sentido de recuperar e proteger o patrimônio natural e cultural local e de estimular a melhoria de qualidade nos serviços e produtos turísticos oferecidos no município e indicará as linhas gerais dos projetos que poderão ser apoiados pelo governo com recursos orçamentários ou dos Fundos Municipais de Turismo e de Meio Ambiente.

É mais que recomendável que o Plano, assim como o Diagnóstico e o Zoneamento Turístico e Ambiental sejam discutidos exaustiva e permanentemente com a população local e sejam aprovados pelos Conselhos de Meio Ambiente e de Turismo do município, devendo ser um documento permanentemente atualizado e aprimorado.

O Plano Turístico, como um dos vários planos que o poder público local pode elaborar, deve interagir com os demais planos de desenvolvimento previstos para a região, formulados não apenas pelo poder público local, mas também com os planos estaduais e federais eventualmente em vigor. Para tanto é necessária uma interação mínima entre todas as Secretarias de governo municipais e também com as instâncias estaduais e federais.

Unidades de Conservação (UCs) no Município

Para a manutenção do meio ambiente saudável incumbe ao poder público a criação de espaços territoriais especialmente protegidos onde as atividades potencialmente causadoras de impactos ambientais não podem afetar os atributos naturais (artigo 225, §1º, inciso III da CF/88).

Além de garantir a integridade ambiental, tais espaços, se devidamente manejados, apresentam alto potencial como atrativos turísticos e portanto, fontes de riquezas para o município.

A título de exemplo, a EMBRATUR identificou noventa e seis pólos ecoturísticos no Brasil, todos eles no entorno de unidades de conservação (principalmente Parques Nacionais e Estaduais), uma vez que a existência de tais espaços protegidos é um dos fatores determinantes para a identificação do potencial turístico de uma região.

Além das unidades de conservação clássicas, previstas no Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, aprovado pela Lei Federal 9.985/00, de que falaremos adiante, podem os municípios criar, caso especificidades locais justificadamente demandem, categoria de unidade de conservação distinta daquelas previstas, como as Estradas-Parque, por exemplo já implementadas em algumas regiões como no Pantanal Mato-Grossense.

O SNUC prevê dois gêneros de unidades de conservação (UC's) conforme a possibilidade de uso de seus recursos naturais:

a) UC's de proteção integral, onde somente são permitidas atividades humanas que utilizem indiretamente os recursos naturais, ou seja, que não extraiam ou consumam os recursos naturais; e

b) UC's de uso sustentável, em que a exploração direta dos recursos naturais é permitida de acordo com critérios de sustentabilidade.

Cabe ao município criar conselhos gestores para as unidades de conservação sob a sua administração ou então delegar as atribuições dos conselhos gestores ao Conselho Municipal de Meio Ambiente.

Além da criação de conselhos para gerir as UCs municipais, é fundamental também a participação de representantes do Poder Público municipal e das comunidades locais nos conselhos gestores de unidades de conservação estaduais e federais localizadas no município. Somente assim será possível integrar a gestão do espaço territorial municipal às políticas estaduais e federais e somar esforços juntamente com os demais órgãos públicos de outras esferas de governo na administração, conservação e ocupação ordenada do espaço local.

Além disso, pode o poder público local criar programas de incentivo à criação de unidades de conservação em propriedades privadas complementarmente às áreas protegidas por

unidades de conservação públicas, com destaque para as Reservas Particulares do Patrimônio Natural e os Monumentos Naturais. No item VI.3 adiante abordaremos com mais detalhes o Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

Conselhos Gestores de Unidades de Conservação

São órgãos colegiados criados pelo poder público no ato da criação de uma unidade de conservação com a finalidade de decidir ou opinar na tomada de decisão acerca do manejo e da administração da respectiva unidade de conservação.

Esses colegiados terão composição que variará em função da categoria de unidade de conservação, mas basicamente devem ser compostos por órgãos públicos das três esferas (federal, estadual e municipal) cuja área afeta (agricultura, indígena, patrimônio cultural, saúde, educação) deve depender das peculiaridades da região abrangida pela área protegida. Além de representantes de governo, podem compor o conselho representantes da sociedade local tais como: proprietários rurais, representantes de moradores de bairros, populações extrativistas, povos indígenas e entidades ambientalistas.

A competência e as atribuições de cada conselho variarão em função de ser consultivo, como via de regra é o caso das unidades de conservação de proteção integral ou deliberativo nas hipóteses de unidades de uso sustentável. A Lei 9.985/00, que cria o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, estabelece as hipóteses em que o conselho será deliberativo ou consultivo e as atribuições serão definidas no decreto que a regulamentará .

Instituições de Meio Ambiente

IBAMA

O IBAMA é o órgão executor das políticas ambientais do Brasil. Na Costa do Cacau o IBAMA possui ações administrativas envolvendo principalmente a gestão da Reserva Biológica de Una, incluindo o Prev Fogo. Este projeto tem como foco a proteção dos corredores de fauna existentes e zonas de amortecimento da ReBio, nos períodos de estiagem, através de ações preventivas e de combate a incêndios florestais.

A responsabilidade institucional do IBAMA nesta região é alta, considerando o conjunto de florestas e sistemas agroflorestais associados ao cacau. As responsabilidades do IBAMA estão ligadas à vegetação, fauna e ambientes marinhos.

O IBAMA mantém nesta região um Escritório Regional na Cidade de Ilhéus, BA, com telefone e fax (73) 634 2850. A Reserva Biológica de Una mantém uma sede administrativa no seu interior. Contatos podem ser feitos com Saturnino Souza, chefe da ReBio, pelo telefone (073) 236 2113.

Secretaria de Meio Ambiente da Bahia

O Governo da Bahia viveu no início de 2003 forte reestruturação administrativa na pasta de meio ambiente. Um dado positivo, pois o Estado da Bahia passa a ter uma Secretaria de Meio Ambiente – SEMA, com a migração da então Diretoria de Desenvolvimento Florestal-DDF, da Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária, para a Superintendência de Unidades de Conservação e Florestas, nesta nova secretaria. Com isso, todas as Áreas Protegidas estaduais passam a ser administradas por esta superintendência.

A SEMA constituiu também uma Superintendência de Políticas Ambientais, responsável pelo planejamento e integração de ações ambientais, estudos, programas e projetos, inclusive

relações institucionais. Atualmente sob administração de Jorge Koury, esta secretaria tem uma enorme missão de estruturar ações de conservação e gestão ambiental em toda a costa, considerando o conjunto de áreas protegidas estaduais.

O Centro de Recursos Ambientais, uma das autarquias da SEMA, foi criado pela Lei Delegada n° 31, de 03 de março de 1983, reorganizado pelas Leis n°s 6.424, de 26 de outubro de 1992, e 7.799, de 07 de fevereiro de 2001. O CRA é um órgão executor do Sistema Estadual de Administração e Recursos Ambientais - SEARA. Atua como uma polícia ambiental que tanto fiscaliza o meio ambiente como cria ou altera as normas ambientais, sempre submetidas à aprovação do CEPRAM - Conselho Estadual de Meio Ambiente.O CRA sofreu transferência da Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC para a SEMA, com a transferência da administração das APAs para a superintendência citada antes.

O CRA possui escritório regional na cidade de Ilhéus, e mantém escritório na cidade de Itacaré, para a administração da APA de Itacaré Serra Grande. O escritório do CRA em Itacaré, assim como as instalações e equipe do DDF em Itabuna e no Parque do Conduru, em futuro próximo serão transferidos para a Superintendência de Unidades de Conservação e Florestas, na nova Secretaria de Meio Ambiente da Bahia.

O antigo DDF (Diretoria de Desenvolvimento Florestal), com responsabilidade sobre o Parque da Serra do Conduru e com missão associada à execução da Política Florestal da Bahia, foi inserido na nova Secretaria de Meio Ambiente com o nome de Superintendência de Desenvolvimento Florestal e Unidades de Conservação. O escritório está situado em Itabuna, no Prédio da Ceplac local, acessível através do telefone (073) 211 8248.

Municípios e descentralização administrativa

Os governos federal e estadual têm estimulado a descentralização administrativa de ações de fiscalização e licenciamento ambiental, sugerindo aos municípios a constituição de conselhos de meio ambiente e secretarias de meio ambiente locais. Na Costa do Cacau já existem iniciativas neste sentido em Ilhéus e Una, bem como na APA de Itacaré Serra Grande, com o Conselho Gestor. Itacaré está também constituindo um conselho de meio ambiente, já possuindo uma secretaria com responsabilidades ambientais. As limitações para uma gestão ambiental local eficiente são muitas, principalmente com a ausência de orçamento para o meio ambiente, falta de quadro técnico capacitado e determinação administrativa para o cumprimento da legislação ambiental disponível.

Iniciativas de proteção e conservação ambiental do Terceiro Setor

Os dados apresentados neste tópico foram obtidos a partir de levantamento realizado pelo IESB[60] e por informações obtidas diretamente ou através de documentos das instituições do Terceiro Setor.

IESB - Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia

O IESB atua no Corredor Central da Mata Atlântica, com um foco especial no Sul da Bahia. Os municípios de Ilhéus, Una, Itacaré e Uruçuca hospedam distintos trabalhos de campo da equipe da instituição. Em outras localidades há pesquisas, eventos e parcerias com outras instituições.

O IESB desenvolveu trabalhos de pesquisa e extensão com objetivos centrados no problema de manutenção da viabilidade ecológica da Reserva Biológica de Una, até então considerada a principal área chave para conservação da biodiversidade regional. Estes diagnósticos

[60] Matos, E.N. 2003. Corredor Central da Mata Atlântica: Diagnóstico do Terceiro Setor. CD ROM. Ilhéus.

iniciais tiveram o apoio do WWF - Fundo Mundial para a Natureza, Conservation International e Jersey Wildlife Preservation Trust, tendo sido desenvolvidos em parceria com a UESC - Universidade Estadual de Santa Cruz.

Desde 1996 o IESB estabeleceu parceria com os produtores rurais, com ações voltadas para educação ambiental e difusão de sistemas agrícolas sustentáveis, incluindo a recuperação de áreas degradadas no entorno da Reserva Biológica de Una. Estas atividades contaram com apoio da Conservation International, USAID e Jersey Wildlife Preservation Trust (atual Durrel Wildlife Preservation Trust). Atualmente, estas parcerias continuam em andamento, resultando na criação de duas Cooperativas Agrícolas – Cooperuna e Cabruca, esta última reunindo apenas produtores orgânicos certificados pelo IBD - Instituto Biodinâmico.

O IESB esteve envolvido, diretamente ou não, com a criação do Parque Estadual da Serra do Conduru, com a criação e gestão do Ecoparque de Una, com o Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo na APA Itacaré-Serra Grande através de parceria com a Bahiatursa e com o CRA - Centro de Recursos Ambientais, com o desenvolvimento de pesquisas de fauna e flora em toda a região Sul da Bahia, com vistas à implantação do Corredor de Biodiversidade da Costa do Descobrimento, com o diagnóstico da região das Serras das Lontras e Javi (áreas também no entorno da Reserva Biológica de Una) e com o Projeto Floresta Viva, um inovador programa de assessoria técnica que inclui um componente de Renda Mínima para agricultores familiares vizinhos ao Parque Estadual da Serra do Conduru.

ECOTUBA – Instituto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sócio-Cultural do Sul da Bahia

O ECOTUBA atua na região de Una e Canavieiras desde setembro de 1996. Atua através de projetos de usos sustentáveis dos recursos naturais e educação ambiental. Desde 1999 formou uma parceria com o Hotel Transamérica – Ilha de Comandatuba, conseguindo um espaço no hotel para exposição e venda de artesanato ecológico; e engajando os colaboradores do Hotel em atividades comunitárias como aulas de capoeira, culinária, educação sexual, higiene, etc.(Projeto Trans-Ação). Também realizou um programa de plantio de mudas de árvores nas comunidades locais.

Em 2001 o Projeto Queloniatuba (tartarugas marinhas) oficializou uma parceria com o Projeto TAMAR – IBAMA, obtendo apoio técnico e passando a atuar na área de pesquisa básica. Em 2002 o Projeto Chama-Maré passa a atuar em todo o Município de Canavieiras através do desenvolvimento de um censo das comunidades de coletores de caranguejos e moluscos, que será utilizado na implantação de uma Reserva Extrativista Marinha neste Município, iniciada neste mesmo ano.

Abará - Associação Pró-Bacia do Rio Almada

O Abará atua em todo o Estado da Bahia, prioritariamente a Bacia do rio Almada. Funciona desde setembro de 1997. Desenvolve os seguintes trabalhos:

- Assessoria a Associação dos Pequenos Produtores da Nascente do rio Almada;
- Organização sócio produtiva de comunidades urbanas em Itajuípe: organização de comunidades de bairros com promoção de cursos e palestras incentivando a organização comunitária e iniciativas coletivas de produção;
- Co-gestão da APA da Lagoa Encantada: facilitação da organização do conselho gestor, trabalho conjunto de educação ambiental, organização sócio-produtiva e de comunicação;

- Educação ambiental: cursos e seminários realizados nas comunidades (cursos de alimentação alternativa, resgate de memória comunitária, ecoturismo, artesanato...);
- Turismo pesquisa: viagem de um dia de barco destinada à formação de multiplicadores de educação ambiental, onde são ministrados conhecimentos sobre biologia, história e ecologia;
- Comunicação: Programa de rádio (3 vezes/semana), publicação trimestral do Jornal "Em cantos da Lagoa" durante 3 anos, produção das cartilhas: "Cartilha Histórica e Ambiental de Sambaituba", "Cartilha Histórica e Ambiental de Areias", produção de dois folders de divulgação da Lagoa, produção de um vídeo;
- Projeto "Anjo Cidadão": construção de casas populares.

ORDEM – Organização Pró-Defesa e Estudo dos Manguezais da Bahia

Atua nas zonas estuarinas dos municípios costeiros da Bahia, desde novembro de 1999. Desenvolve os seguintes trabalhos:

- Programa "Manguezal Vivo": educação ambiental em escolas de 1º grau nos municípios de Mucuri, Prado, Canavieiras, Porto Seguro, Belmonte, Ilhéus, Una, Camamu, Itacaré, Igrapiúna, Taperoá e Valença
- Elaboração de Plano de Referência Ambiental para 22 municípios costeiros da Bahia (Convênio com MMA)
- Participação na elaboração do Cadastro de Fontes Poluidoras do município de Mucuri
- Realização do Diagnóstico Sócio-Ambiental dos Municípios de Belmonte e Camamu
- Campanhas de conscientização sobre os riscos da implantação de projetos de carcinocultura em áreas estuarinas e de manguezais
- Delimitação de área experimental para repovoamento do caranguejo Uça
- Participação no projeto de pesquisa "Exploração de *Tagelus Plebeius"* (unha de velho)
- Apoio ao projeto de pesquisa dos Efeitos da Lagoa de Estabilização da Embasa sobre o ambiente estuarino do rio Cachoeira
- Realização do Estudo "Caracterização do gradiente salino do estuário do rio Cachoeira"
- Realização de campanhas de conscientização sobre a captura e consumo racional do caranguejo Uça

UNA – Instituto Universidade Livre Ambiental de Una

O instituto atua no município de Una desde novembro de 2000. Tem como objetivo o desenvolvimento da educação ambiental para o fortalecimento das comunidades rurais, com recuperação e conservação dos seus recursos naturais, utilizando práticas agroecológicas de produção. Desenvolveu os seguintes trabalhos:

- Assessoria para as cinco comunidades de Vila Brasil para a criação do Núcleo das Associações Comunitárias Rurais do Distrito de Vila Brasil
- Compra da área de terra para criação e funcionamento do "Centro de Formação Sócio Ambiental"
- Capacitação para as comunidades rurais em Organização Comunitária

- Articulação junto ao Poder Público para melhoria da estrada
- Mobilização da comunidade para exigir do Poder Público Federal o pagamento das propriedades desapropriadas pelo IBAMA para formação da Rebio Una.
- Incentivo ao Assentamento Ipiranga (uma das 5 comunidades de Vila Brasil) para captação de recursos para o Programa de Recuperação da Lavoura Cacaueira
- Realização de Diagnóstico Rural Participativo com as cinco comunidades
- Articulação com a Cooperativa dos Produtores Rurais de Una para compra direta da produção de cacau, evitando a ação dos atravessadores.
- Organização e mobilização junto a Telemar para ampliação da rede telefônica no Distrito de Vila Brasil
- Fomento ao processo de organização de trabalhadores rurais para a conquista da terra junto aos Órgãos Governamentais

GRAMA - Grupo de Resistência às Agressões ao Meio Ambiente

Essa organização atua no sul da Bahia desde setembro de 1987, e tem como objetivo proteger o meio ambiente, o patrimônio artístico, turístico e paisagístico. Seus principais trabalhos desenvolvidos até o momento são:

- Projeto Rio Cachoeira: Diagnóstico ambiental do rio Cachoeira de Ilhéus a Itapé, para identificação das agressões sofridas.
- Projeto da Bacia do Almada: Estabelecimento de áreas piloto de recomposição das matas ciliares, implantação de duas fábricas, de polpa de frutas e de leite, construção de viveiro de mudas em Uruçuca, educação ambiental, exames de fezes dos moradores da nascente e construção de banheiros. O projeto foi premiado e o recurso foi utilizado para a construção para a mais velha moradora da nascente do rio e para compra de equipamentos escolares.
- Projeto Berçário Ecológico: plantio de essências frutíferas da MA com escolares na margem do rio Almada, com cuidado e manejo das árvores pelos estudantes.
- Projeto de Flor em Flor: parceria com a Associação da Nascente do Almada, para produção de mel, com divisão da colheita.
- Projeto Banco de Clorofila: Unidade demonstrativa de colheita de sementes para reprodução na rodovia Ilhéus-Itabuna para plantio nas cidades e nas margens de rios.
- Monitoramento Ambiental: Água e Florestas: monitoramento do rio Almada para detectar agressões como queimadas, tráfico de animais silvestres, derrubadas, controle da qualidade da água (em parceria com CRA, UESC, Superintendência dos Recursos Hídricos
- Diagnóstico da Estrada Ilhéus-Itacaré: identificação das agressões ambientais da construção (em convênio com o CRA)
- Educação ambiental nas escolas, praças e outras instituições
- Peças teatrais, gincanas ecológicas, comemorações ao dia Mundial do Meio Ambiente, exposições de fotografias, mostra de vídeo, limpeza simbólica do rio Cachoeira
- Plantio de bambu na Ilha do Jegue em Itabuna e plantio de árvores às margens do rio Cachoeira.

SALVA – Sociedade Ambientalista da Região Cacaueira

Essa organização atua nos municípios de Santa Luzia, Camacan, Mascote, Arataca e Canavieiras. Começou a atuar desde maio de 2000, com o objetivo de estimular o associativismo e a organização das comunidades que habitam as áreas de interesse de preservação da Mata Atlântica, buscando alternativas de desenvolvimento sustentável e desenvolver a educação ambiental. Desenvolveu os seguintes trabalhos:

- Educação ambiental
- Assessoria e apoio a associações de produtores
- Articulação para criação da APA do Lapão
- Estímulo ao Ecoturismo
- Reflorestamento da nascente do rio Panelão
- Tratamento do rio Pratinhas
- Arborização

PROJETO ONÇA – Núcleo de Comunidades Agrícolas

O Projeto Onça atua no município de Taperoá desde 1988 com o objetivo de produzir de forma ecológica e economicamente sustentável, dentro das condições da Mata Atlântica, promovendo melhoria da qualidade de vida das famílias produtoras. Os principais trabalhos desenvolvidos até o momento foram:

- Criação e manutenção de uma Escola de 1º grau para atendimento da comunidade "Rio Negro"
- Convênios com a Prefeitura para o atendimento à saúde
- Estabelecimento de Horta Comunitária
- Projeto de Produção, Comercialização e Certificação de produtos orgânicos: guaraná, cravo e outras culturas em menor escala como pimenta do reino, cacau, piaçava, pimenta de Jamaica e dendê.
- Registro junto ao IBAMA de Produtos Florestais
- Realização da Pesquisa Sócio-Econômica dos Agricultores do Projeto Onça
- Realização do Cadastro Fundiário e do Uso da Terra das Propriedades do Projeto Onça
- Proteção e recuperação das matas ciliares das propriedades do projeto Onça
- Proteção das reservas legais e da mata em geral das propriedades
- Cartografia regional baseada em imagens de satélite
- Inibição e controle da caça
- Extermínio das queimadas, manejo das culturas ambientalmente amigável
- Controle de qualidade dos produtos no manejo da produção, na colheita e pós-colheita

SASOP – Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais

O SASOP atua no município de Camamu desde 1997. Tem como missão "Contribuir para o desenvolvimento rural sustentável a partir do fortalecimento da agricultura familiar, com base na agroecologia e favorecer o protagonismo e conquista da cidadania por agricultores, agricultoras e suas organizações."

Em Camamu já se desenvolveram os seguintes programas:

- PDI - Programa de Desenvolvimento Institucional, a partir dos 3 escritórios. Engloba as ações referentes à gestão administrativo-financeira, PMA (planejamento, monitoramento e avaliação) e comunicação e divulgação.
- PDL SA – Programa de Desenvolvimento Local do Semi-árido, a partir do escritório de Remanso.
- PDL MA – Programa de Desenvolvimento Local da Mata Atlântica, a partir do escritório de Camamu. Neste, são trabalhadas 5 linhas de ação: Manejo Agroecológico do Sistema Produtivo, Manejo Florestal, Beneficiamento e Comercialização dos Produtos da Agricultura Familiar, Segurança Alimentar e Fortalecimento Organizativo.

MAR - Movimento Ambientalista Regional

O MAR atua no Estado da Bahia desde 1998, com foco até recentemente na região de Valença. Tem como objetivo "compatibilizar o uso racional dos recursos naturais com a produção de bens essenciais para a humanidade, assegurando para esta a sobrevivência e o desenvolvimento objetivando proporcionar uma vida em harmonia com a natureza e de deixar uma herança de igual teor para as futuras gerações"

Já foi responsável pelas seguintes atividades:

- Participação na elaboração do Plano Diretor Urbano de Valença
- Realização de campanhas de proteção e limpeza do rio Una
- Realização de campanhas "Plante uma árvore, plante uma vida" com distribuição de sementes de árvores
- Realização do seminário "Preservação Ambiental e Desenvolvimento Sustentável" (com EBDA)
- Realização do seminário "Agricultura Orgânica e Agrotóxicos"
- Publicação da revista ANDADA (18 números, cada edição com 2000 exemplares)
- Criação da Comissão Pró-Cidadania
- Presidência do CODEMA (Convênio de cooperação administrativa com o Conselho)
- Distribuição de cartilhas, camisas e campanhas ambientais nas escolas
- Elaboração do Pró-Una: Programa de Valorização Ambiental da Bacia do rio Una
- Educação ambiental: acervo bibliográfico (livros, vídeos e fotografias) a disposição da população
- Comunicações de violações ambientais para o Ministério Público: 54 no ano de 2001 e70 em 2002. Casos resolvidos sem comunicação: mais de 50.

IDES

O IDES tem atuação na região do Baixo Sul da Bahia, onde atua desde 1997. É uma das instituições de maior atuação na costa da Bahia. Tem sua missão voltada para a promoção do desenvolvimento sustentável do Baixo Sul da Bahia, através das cadeias produtivas do dendê, da mandioca e recentemente de pescado, através de investigação e promoção de tecnologias para a criação de tilápias em ambiente estuarino. Um dos trabalhos citados neste documento, a gestão compartilhada da APA de Pratigi, pôs o IDES em evidência nacional em razão dos trabalhos para a implementação desta APA. Um outro programa de destaque visa o desenvolvimento humano e da cidadania de adolescentes desta região, através de uma Aliança com a Fundação Odebrecht, o Instituto Ayrton Sena e muitas outras instituições regionais. Apresenta um amplo portfólio de atividades e parcerias, incluindo a Associação de Municípios do Baixo Sul da Bahia, a Cooperativa de Crédito CREDISUL, entre outras.

Colônia de Pescadores Z-53

Essa colônia de pesca atua em Taperoá, Nilo Peçanha e Cairu desde 1992. Tem como missão "Defender os interesses daqueles que fazem da pesca seu meio de sobrevivência". Desenvolveu os seguintes trabalhos:

- Campanha para coibir a pesca com explosivos e a pesca de arrastão;
- Através do CODEMA: ações de fiscalização e apreensão, denúncias de desmatamento de matas ciliares e manguezais;
- Realização de um curso de gestão ambiental para os pescadores e marisqueiras;
- Realização de seminários sobre Atividades Pesqueiras Locais;
- Realização do Fórum de Desenvolvimento e Sustentabilidade da Pesca Artesanal no Baixo Sul;
- Projeto de Maricultura artesanal: peixes, camarão, ostras e algas. Viveiro de camarões (fase de produção) e criação de ostras (fase de pesquisa);
- Participação na discussão, na articulação e na luta para criação do Defeso do Caranguejo.

Comissão CORAL

Atuando no arquipélago de Tinharé desde dezembro de 2001, tem como principal missão "Restabelecer o equilíbrio entre o homem e o meio ambiente, criando alianças estratégicas entre diferentes grupos de capacidade e ação, unindo esforços por uma abordagem coordenada e sistemática das implicações na realização de projetos de conservação dos ecossistemas e de desenvolvimento sustentável a partir do Arquipélago de Tinharé, dentro dos princípios participativos, e apoiados pela comunidade científica."

Já conclui os seguintes trabalhos:

- Operação Patachoca (iniciativa do Baiacu de Espinhos): sensibilização da comunidade sobre captura de caranguejos azuis (Guaiamus) na época da desova;
- Monitoramento e ação judicial para controle da poluição sonora no Morro de S. Paulo (parceria com a Promotoria Pública);
- Seminário de Turismo Sustentável com comunidades do arquipélago (330 pessoas);
- Projeto Líder Cidadão (parceria com SEBRAE): cidadania;

- Oficina de capacitação em TV comunitária e produção do vídeo: "Morro de Saudades", resgate do patrimônio cultural;
- Desocupação de invasores de uma área de proteção permanente junto com IBAMA, Promotoria pública, Polícias Civil e Militar e discussão de um projeto para recuperação da área degradada.

Possui, ainda, os seguintes projetos e ações em andamento:

- Acompanhamento de todas as ações jurídicas e judiciais de cunho ambiental com as Promotorias Públicas;
- Estudo de quantificação e qualificação dos resíduos sólidos nas diferentes estações de tratamento no Morro de São Paulo (parceria com UNEB);
- Inspeção da Estrada Morro-Zimbo e monitoramento das ações mitigadoras;
- Inventário Turístico e Plano de ação do Turismo de Morro de S. Paulo;
- Projeto pré-selecionado (TAC com empresas petrolíferas): "Turismo e Patrimônio Ambiental", que envolve uma ação de enredamento das comunidades do Baixo-Sul com TV Comunitária, e estudos temáticos e ações continuadas para formação de um conselho consultivo e implementação efetiva da APA Tinharé-Boipeba.

IDEIA - Instituto de Defesa, Estudo e Integração Ambiental

O IDEIA é uma instituição de âmbito nacional, com prioridade para a região do Baixo Sul da Bahia. Atua desde julho de 2002 e tem como objetivo a "Busca permanente da sustentabilidade ambiental, com fundamentos na conservação da biodiversidade, nas ações de interação entre o meio ambiente e o ser humano em suas manifestações sócio-econômicas e culturais, no uso racional dos recursos naturais, promovendo o desenvolvimento sustentável das comunidades locais, respeitando e fazendo respeitar todos os princípios do direito do ambientalmente previstos".

Seus principais trabalhos são:

- Projeto submetido para Empresas Petrolíferas para compensação sócio ambiental dos impactos gerados pela pesquisa na Baia de Camamu. O projeto "Cidadania Ambiental" prevê educação ambiental com diversos atores sociais para capacita-los no monitoramento e defesa de impactos ambientais e formação de vários núcleos nos diversos municípios do Baixo Sul com composição de um núcleo regional.
- Projeto em discussão interna: Georeferência e caracterização dos fragmentos florestais do domínio da Mata Atlântica no Baixo Sul. Inventário das reservas legais das propriedades rurais do Baixo Sul para proposição de Implementação, Averbação e Conexão das Reservas Legais no Baixo Sul.

AMABO - Associação de Moradores e Amigos de Boipeba

A AMABO atua na Ilha de Boipeba desde 1995. Sua missão é melhorar a vida da população da Ilha de Boipeba e proteger o meio ambiente. Já concluiu os seguintes trabalhos:

- Distribuição de material informativo para os visitantes da Ilha;
- Organização do seminário "Liderança, Organização e Planejamento" (parceria com o IDES);
- Elaboração da proposta DESIBO - Desenvolvimento Sustentável da Ilha de Boipeba

- Elaboração de uma proposta de Educação Ambiental e Gestão Participativa para as ilhas de Tinharé e Boipeba (parceria com o CRA);
- Realização de vídeo sobre Desenvolvimento Sustentável e Ecoturismo (apoio da TV Bahia);
- Criação da homepage para mostrar a atuação da população local na preservação ambiental e ordenamento das atividades turísticas;
- Construção de um atracadouro no povoado Velha Boipeba (parceria com a CAR);
- Elaboração do Plano de Desenvolvimento Local (parceria com o SEBRAE);
- Recuperação do Telhado da Igreja Local.

Instituto Promar de Desenvolvimento Sustentável da Península de Maraú

O Promar atua especificamente na Península de Maraú desde 1997. Desenvolveu os seguintes trabalhos:

- Participação ativa na criação da APA Península de Maraú – Uma das primeiras apas municipais do Brasil.
- Participação na articulação da viabilização dos estudos que serviram de base no diagnóstico sócio-ecológico do Zoneamento Ambiental da Península de Maraú.
- Suporte logístico a um trabalho de mestrado de uma aluna da UESC. Tal pesquisa era referente à capacidade apícola do mangue. O projeto deve uma duração de 1 ano.
- Contribuição de forma ativa (logística e acompanhamento) na elaboração do Roteiro Ecoturístico da Costa do Dendê. (Bahiatursa).
- Projeto de eletrificação: substituição de combustíveis fosseis. Esta eletrificação foi uma parceria da CAR, Prefeitura de Maraú e o Promar.

O Corredor Central da Mata Atlântica[61]

As chances de sobrevivência da biodiversidade em longo prazo aumentam significativamente com o estabelecimento de um planejamento para conservação em escala regional ou que contemple grandes unidades de paisagem. Dentre as várias abordagens possíveis, aquela dos "Corredores de Biodiversidade" representa uma das mais promissoras para um planejamento regional eficaz. A Mata Atlântica, um dos 25 *hotspots* mundiais (Myres *et al.*, 2000), ou regiões biologicamente mais ricas e ameaçadas do planeta, necessita com urgência desta escala mais ambiciosa de planejamento para sua conservação.

O planejamento de corredores de biodiversidade tem como objetivo reverter a situação crítica de contínua fragmentação e isolamento de florestas nessa que é uma região marcada pela riqueza de espécies raras ou endêmicas.

Um "corredor de biodiversidade" ou "corredor ecológico" compreende uma rede de parques, reservas e outras áreas de uso menos intensivo, que são gerenciadas de maneira integrada para garantir a sobrevivência do maior número possível de espécies de uma região. Esses termos passaram a ser conhecidos no Brasil associados às propostas para conservação em larga escala de áreas-chave na Amazônia e Mata Atlântica, no Projeto Parques e Reservas do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras –PPG/7 (Ayres *et al.* 1997).

[61] Uma descrição sobre o programa e o conceito de corredores ecológicos, adaptado do texto Corredores de Biodiversidade: O Corredor Central da Mata Atlântica de Fonseca et alii (2003).

Enquanto alguns estudos científicos utilizam o termo "corredor" em relação a faixas de vegetação ligando blocos maiores de habitat nativo, aqui o termo é usado como uma unidade de planejamento regional que compreende um mosaico de uso das terras.

Sob uma perspectiva biológica, o objetivo principal do planejamento de um corredor de biodiversidade é manter ou restaurar a conectividade da paisagem e facilitar o fluxo genético entre populações, aumentando a chance de sobrevivência em longo prazo das comunidades biológicas e de suas espécies componentes. Para atingir esse objetivo são necessárias a criação de áreas protegidas adicionais, a introdução de estratégias mais adequadas de uso da terra e a restauração de trechos degradados em áreas-chave. Mosaicos com múltiplos usos da terra em uma paisagem manejada podem permitir o movimento de populações por meio de "ligações" entre florestas próximas. Sob uma perspectiva institucional, a estratégia do corredor procura melhorar o manejo de áreas protegidas, criar a capacidade de manejo na região e promover pesquisas biológicas e sócio-econômicas que ajudem a reduzir a ameaça de extinção de espécies. As aspirações das comunidades e lideranças locais devem ser levadas em consideração como elementos-chave na equação da conservação, para garantir a sustentabilidade em longo prazo de parques e reservas.

A abordagem dos Corredores de Biodiversidade é utilizada para endereçar as diferentes escalas de proteção ambiental, desde a local até a regional, utilizando-se de métodos que assegurem a seleção criteriosa de porções suficientemente grandes de ambientes naturais, buscando-se representar diferentes ecossistemas e também manter ou incrementar os níveis de conectividade entre as diferentes áreas. Mas requer-se também que a interferência humana nas unidades de conservação (entendidas como de proteção integral) ou nos núcleos protegidos de outras categorias de manejo, deva ser mantida em níveis mínimos, já que estes representam as vértebras de sustentação do sistema.

Bases Conceituais dos Corredores de Biodiversidade

Em biologia da conservação, ramo que se dedica à pesquisa sobre o declínio e eventual colapso de populações e espécies, além da busca de soluções que minimizem esse processo, os corredores de biodiversidade têm a função primordial de proporcionar vias de intercâmbio e incrementar as possibilidades de movimento de indivíduos pertencentes a populações que se encontram, em maior ou menor grau, isoladas em áreas de hábitat mais propício à sua sobrevivência. É preciso ressaltar, entretanto, que mesmo paisagens fragmentadas oferecem oportunidades de movimentação de organismos.

É válido também notar que, em diversas circunstâncias, a estratégia "corredor" não pressupõe qualquer ação de incremento no grau de conectividade entre porções de paisagem. Os grandes carnívoros, como por exemplo a onça-pintada (*Panthera onca*) e a onça-parda (*Puma concolor*), são extremamente adaptáveis quanto aos seus padrões alimentares e de uso de hábitat, se distribuindo amplamente desde a América do Norte até o sul do nosso continente. São assim capazes de se deslocar ao longo de ambientes já perturbados pela atividade humana, sendo o problema mais grave a caça predatória a que estão sujeitas as suas populações. A efetiva proteção dessas espécies ao longo de áreas estratégicas, localizadas entre unidades de conservação ou grandes blocos de hábitat propícios à sua sobrevivência, se constituiria em um mecanismo mais eficiente e menos oneroso do que se buscar conectar fisicamente esses elementos da paisagem. Em vários outros casos, essas estratégias do tipo "salvo-conduto" podem ser bastante eficazes para se permitir o intercâmbio gênico e o resgate demográfico de populações declinantes.

Os corredores não necessariamente possuem condições de abrigar populações viáveis em longo prazo, mas podem elevar as probabilidades de sobrevivência do conjunto das populações isoladas de uma determinada espécie (conhecido como "meta-população"). De

acordo com a teoria ecológica contemporânea, a probabilidade de sobrevivência de uma meta-população encontra-se geralmente inversamente relacionada ao grau de isolamento dos seus elementos constituintes (as diversas populações). O estabelecimento de corredores de ligação entre populações isoladas seria, pois uma estratégia de minimização dos riscos de extinção da espécie como um todo. Como mencionado anteriormente, vale ressaltar que a ausência de zonas de contato físico entre fragmentos não significa que determinado arquipélago de remanescentes seja impermeável ao intercâmbio. Um conjunto de pequenos fragmentos isolados, porém próximos, pode efetivamente proporcionar vias de acesso, funcionando como *stepping stones*.

Assim sendo, o desenho dos Corredores de Biodiversidade do PPG-7 e do projeto aqui descrito, têm como um dos seus objetivos específicos, dentre vários outros, a manutenção ou o incremento do grau de conectividade através de ações que permitam a maximização (ou a minimização do grau de resistência) do fluxo de indivíduos das diferentes espécies que compõem as comunidades florísticas e faunísticas. Essas ações incluem o combate à caça ilegal, a criação de novas unidades de conservação públicas e privadas, o estímulo à conservação de áreas florestais estrategicamente situadas, e o incentivo à regeneração natural ou induzida de florestas.

Mas, somente o estabelecimento de corredores não assegura que as reservas isoladas irão cumprir o seu papel de preservar as espécies nelas contidas. Dados empíricos gerados em diferentes ecossistemas tropicais indicam que, mais do que o isolamento, a superfície total do fragmento é a variável mais importante no número final de espécies presentes em uma determinada área. Se o grau de exposição da reserva ao ambiente circundante é muito alto, o seu tamanho efetivo será progressivamente reduzido pela deterioração do hábitat a partir de suas margens externas. De modo a enfrentar esse problema, têm-se advogado o estabelecimento de "zonas-tampão" circundando o fragmento ou área protegida. As zonas-tampão, por sua vez, podem funcionar também como corredores. Essa estratégia constituiu-se na essência do programa das Reservas da Biosfera da UNESCO, proposto no início dos anos 80.

Portanto, os níveis de biodiversidade (mensurados em número de espécies) de um determinado fragmento não dependem somente do grau de isolamento, mas de outras variáveis também relevantes, como por exemplo, o tamanho ou área efetiva do remanescente. Ainda de acordo com Forman (1995), enquanto os grandes fragmentos são bastante importantes para a manutenção da biodiversidade e de processos ecológicos em larga escala, os pequenos remanescentes cumprem diversas funções extremamente relevantes ao longo da paisagem. Dentre estas se pode mencionar o seu papel de elemento de ligação (*stepping stones*) entre grandes áreas, de auxiliar no aumento no nível de heterogeneidade da matriz de hábitat, e de refúgio para espécies que requerem ambientes particulares que só ocorram nessas áreas.

Ao longo do seu desenvolvimento, os projetos de Corredores de Biodiversidade terão que buscar o desenvolvimento de estratégias que lidem com essas diversas variáveis. Dada a complexidade do desafio, os Corredores de Biodiversidade possuem qualidades que transcendem as funções de estabelecer-se vias de trânsito e intercâmbio entre populações, e de minimizarem-se os impactos externos sobre as áreas protegidas. De acordo com Wienz (1996), esse tipo de abordagem "...reconhece que nem todas as áreas de hábitat apropriado serão ocupadas naquele momento por uma determinada espécie, e que áreas desocupadas podem ter um valor significativo para a conservação." Além disso, "...requer uma avaliação empírica sobre como os padrões da paisagem e os movimentos individuais das espécies interagem resultando em um nível de conectividade que promove a dinâmica das meta-populações." Na realidade, se bem sucedido, as regiões-alvo dos projetos dos Corredores de

Biodiversidade no Brasil, em sua maioria, irão se constituir em mosaicos de áreas naturais compostos por áreas biologicamente prioritárias, protegidas do impacto negativo das atividades antrópicas, juntamente com a totalidade da paisagem circundante sob diferentes padrões de uso da terra, determinados pelas práticas de manejo mais apropriadas à realidade sócio-econômica local, além de sua importância para a biodiversidade.

O desenho proposto para o Corredor Central da Mata Atlântica flexibiliza as categorias rígidas, estanques e permanentes de regulação do uso da paisagem, adequando-as à dinâmica ecológica, permitindo o aprimoramento do sistema na medida em que informações mais precisas são geradas. O exemplo recente da conversão da Estação Ecológica de Mamirauá em Reserva de Desenvolvimento Sustentado, após vários anos de estudos ecológicos, econômicos e sociais, ilustra bem esse novo enfoque. O Corredor Central da Mata Atlântica deve, portanto, deixar de lado os enfoques que privilegiam áreas isoladas para uma nova estratégia de "manejo dinâmico e integrado da paisagem", favorecendo abordagens que levem em consideração a dinâmica da paisagem e as inter-relações entre áreas protegidas. A aplicação de modelos biogeográficos revela claramente que a conservação de extensões mais amplas de ecossistemas naturais será essencial para tornar o sistema ecologicamente viável.

O Corredor Central da Mata Atlântica

O planejamento de corredores é feito em escala regional, podendo se estender por centenas de quilômetros para incluir áreas protegidas, habitats naturais remanescentes e suas comunidades ecológicas. O Corredor Central compreende cerca de 80% da biorregião "Bahia", uma das sub-regiões biogeográficas da Mata Atlântica propostas por Silva. & Casteleti (2001). As regiões biogeográficas da Mata Atlântica foram delimitadas a partir da sobreposição dos mapas com a distribuição das espécies de aves passeriformes endêmicas da região com os centros de endemismo identificados para primatas e borboletas florestais. As áreas de endemismo são sub-regiões caracterizadas pela presença de um conjunto único de espécies endêmicas que apresentam grande sobreposição em suas distribuições. Isso permitiu a identificação dos núcleos das regiões consideradas como áreas de endemismo. O mapa de vegetação do IBGE, baseado nos dados do projeto RADAMBRASIL, foi utilizado para delimitar as bordas entre as regiões biogeográficas, principalmente entre aquelas regiões consideradas como áreas de endemismo e aquelas consideradas como áreas de transição, pois nem sempre a borda entre esses dois tipos de regiões pode ser claramente definido com base na distribuição das espécies. A biorregião "Bahia" possui 120,954 km^2 e estende-se desde Sergipe até o Espírito Santo. O Corredor Central da Mata Atlântica compõe a porção centro-sul dessa região biogeográfica, limitando-se ao norte pelo rio Jiquiriçá, onde se inicia o agrossistema do baixo-sul da Bahia, estendendo-se pela região cacaueira tradicional, extremo sul da Bahia e centro norte do Estado do Espírito Santo (Figura 1). Alguns trechos penetram em áreas do Estado de Minas Gerais. Os limites do Corredor Central vêem sendo aperfeiçoados e, de qualquer forma, os limites não se pretendem definitivos, podendo ser objeto de adequações e refinamentos, em resposta ao incremento do conhecimento e à realidade regional.

Este corredor representa um dos principais centros de endemismo da Mata Atlântica como descrito, por exemplo, para plantas, borboletas e vertebrados de um modo geral (Müller, 1973; Prance, 1982; Brown Jr., 1975; Kinzey, 1982). A região possui várias áreas indicadas como prioritárias para conservação da biodiversidade do bioma (Conservation International do Brasil *et al.*, 2000) e detém ainda dois dos maiores recordes de diversidade botânica em todo o mundo, em floresta próxima ao Parque Estadual da Serra do Conduru (Thomas *et al.*, 1998), e na região serrana do Espírito Santo (Thomas & Monteiro, 1997). O Corredor abriga

também grande diversidade de espécies de vertebrados, incluindo mais de 50% das espécies de aves endêmicas da Mata Atlântica, como o gênero endêmico monotípico recentemente descrito - o graveteiro acrobata (*Acrobatornis fonsecai*), e 60% das espécies endêmicas de primatas da Mata Atlântica, como é o caso do mico-leão-de-cara-dourada (*Leontopithecus chrysomelas*) e o macaco-prego-do-peito-amarelo (*Cebus xanthosternos*).

A partir do início desta década de 90, a região sul da Bahia vem recebendo mais atenção no contexto da conservação, pela aceleração dos desmatamentos provocados pela crise na lavoura cacaueira. A região é a maior produtora de cacau no Brasil, através de um sistema agroflorestal designado localmente por *cabruca*. A área total ocupada com o cultivo de cacau abrange cerca de 650,000 hectares, sendo 70% sob o sistema de *cabruca*. Apesar de apresentar uma perturbação significativa, a floresta de *cabruca* possui uma grande variedade de plantas e animais nativos e contribui para conexão de áreas protegidas e remanescentes florestais da região (Moura, 1999). Além de uma queda brusca no preço do cacau no mercado internacional, a expansão do fungo *Crinipellis perniciosa*, causador da doença conhecida vassoura-de-bruxa vem destruindo muitas plantações antes produtivas. Para compensar os prejuízos da lavoura, muitos fazendeiros optaram pela exploração da madeira de suas reserva de matas e das *cabrucas*, inclusive com substituição das *cabrucas* por café e pastagens para criação de gado (Rocha, 2002). O desemprego de trabalhadores rurais, também gerado pela crise, eleva a população de lavradores sem terra, o que por sua vez aumenta a pressão sobre as áreas de floresta (Alger & Caldas, 1996).

Todo o território de Espírito Santo está situado na Mata Atlântica e, proporcionalmente, este é o estado que apresenta a maior devastação. Pastagem, café e eucalipto substituíram a maior parte das florestas do estado. Restam apenas 8.4% da mata original, que se apresenta fragmentada na sua maioria. Dos cerca de 380.000 hectares da mata nativa no Espírito Santo, apenas 19% ou, aproximadamente, 70.000 hectares (2% do território do estado) se encontram sob unidades de conservação de proteção integral (parques, reservas e estações ecológicas), ou seja, a maioria dos remanescentes florestal no estado constitui propriedade privada.

Uma análise da rede de unidades de conservação dos estados de Bahia e Espírito Santo, considerando a área do Corredor Central da Mata Atlântica, indica claramente que o atual sistema não é geográfica e ecologicamente bem distribuído. O Corredor Central possui 41 unidades de conservação de proteção integral, representando menos de 2% de proteção oficial do seu território. Além disso, é preocupante o tamanho médio de 3.200 hectares por unidade de conservação na região, indicando a necessidade de criar novas unidades e expandir as já existentes. No extremo sul da Bahia encontra-se um dos blocos mais importantes de mata do Corredor Central, compreendendo quatro parques nacionais: Descobrimento, Monte Pascoal, Pau-Brasil, e Abrolhos, protegendo um total de cerca de 50,000 hectares de mata e 90,000 hectares de áreas marinhas. As pequenas bacias hidrográficas protegidas por estes parques nacionais são extremamente importantes não só para a biodiversidade da Mata Atlântica, como também para os recifes de coral e outros ecossistemas marinhos no Banco de Abrolhos e no Parque Nacional Marinho de Abrolhos, a zona mais rica em recifes de coral no Atlântico Sul. Na porção do Corredor no Espírito Santo, encontra-se também uma das principais seções de floresta ombrófila densa na tipologia da Mata de Tabuleiros, criada pela ligação da Reserva Biológica de Sooretama à Reserva Florestal de Linhares, totalizando cerca de 44.000 hectares.

Ferramentas para o Planejamento do Corredor

Várias abordagens estão sendo utilizadas para o planejamento do Corredor Central da Mata Atlântica, que inclui informações variadas: biológicas, sociais, econômicas e legais. As avaliações biológicas e sociais fornecem uma base sólida de conhecimentos sobre a

diversidade e a distribuição de espécies dentro dos corredores, fato essencial para o planejamento da conservação da biodiversidade, e para compreensão da relação entre as comunidades locais e a floresta. Estudos sobre grupos taxonômicos considerados indicativos da qualidade do habitat têm como objetivo investigar a diversidade de espécies, riqueza e composição desses grupos em remanescentes florestais no Corredor de Biodiversidade, verificando o grau de substituição de espécies nos fragmentos florestais ao longo do latitudinal e longitudinal. O Programa de Avaliação Rápida (RAP) também pode ser utilizado como uma ferramenta importante na abordagem integrada para a coleta de dados básicos de natureza biológica para o estabelecimento de áreas protegidas nos corredores de biodiversidade (Fonseca, 2001).

A avaliação econômica é usada para determinar o valor financeiro de habitats críticos e entender os incentivos que resultam em ameaças à biodiversidade. São analisados estes incentivos para antecipar e atenuar as ameaças, melhorar as estratégias de conservação e elaborar programas efetivos para manejo de recursos e aplicação de leis. A avaliação econômica também tenta exercer influência na criação de políticas de infraestrutura e desenvolvimento, apresentando objetivos conservacionistas numa linguagem econômica clara e de fácil entendimento para os tomadores de decisão e agências de desenvolvimento.

O mapeamento de paisagens e análises das mudanças no uso da terra ajudam a medir o grau de desflorestamento em ambientes tropicais. Estas mudanças são detectadas em três escalas espaciais (local, microrregião e corredor) para enfatizar áreas onde a conversão de florestas primárias está ocorrendo mais rapidamente. O poder dos dados de sensoriamento remoto. que incluem imagens de satélite e fotografias aéreas, se deve a sua habilidade de fornecer informações rápidas sobre a dinâmica da paisagem.

Por fim, outra abordagem envolve a avaliação de políticas públicas para auxiliar no planejamento de corredores em suas questões legais, uma vez que direitos de propriedade e de ocupação da terra mal definidos, falhas na legislação relativa a recursos naturais e a áreas protegidas e conflitos entre autoridades de várias jurisprudências representam grandes ameaças para a implementação de um corredor de biodiversidade. Para corredores em áreas relativamente intactas, a ênfase é dada na avaliação dos recursos naturais nacionais e na legislação de áreas protegidas. Em áreas com grande densidade populacional, como é o caso do Corredor Central da Mata Atlântica, a ênfase legal é mais focalizada nos direitos de propriedade e ocupação da terra e nas autoridades que tomam as decisões locais.

O Futuro do Corredor Central da Mata Atlântica

A proposta para a formação do Corredor Central da Mata Atlântica tem como um de seus objetivos a geração de cenários alternativos para a manutenção ou o incremento do grau de conectividade através de ações que permitam a maximização do fluxo de indivíduos (ou minimização do grau de resistência) das diferentes espécies que compõem as comunidades florísticas e faunísticas. Informações produzidas por esse projeto devem ser integradas e analisadas em várias escalas para o planejamento do Corredor. O projeto é considerado ambicioso, mas a dinâmica da ameaça na região também se reveste de uma magnitude sem precedente. Resta enfrentar o problema ou deixar-se reduzir a ações pontuais de resistência. As iniciativas estão sendo implementadas por etapas, especialmente a partir de seus núcleos de manejo, como o coração da região cacaueira e a rede de parques nacionais no extremo sul da Bahia.

Estão sendo examinados a viabilidade de uma série de instrumentos e políticas que possibilitem a formação do Corredor, que além de cumprir os requerimentos mínimos de viabilidade ecológica descritos anteriormente, possam também ser passíveis de controle e fiscalização, e que idealmente sejam aqueles de menor custo financeiro, aproveitando o

custo-oportunidade associado ao valor da terra na região. Esses instrumentos incluem, dentre outros, a aquisição direta de terras de alto valor biológico, a compra de *conservation easements* (instrumento similar aos incentivos associados as RPPNs, em utilização em vários países, em particular na Costa Rica), o subsídio periódico para a não-utilização da terra (um exemplo sendo o mecanismo do ICMS Ecológico, em operação em outros estados da federação), impostos sobre produtos gerados através de práticas ambientalmente danosas, introdução de "direitos negociáveis de desenvolvimento" como vem sendo discutido na revisão do código florestal, a venda de serviços ecossistêmicos associados ao seqüestro de carbono, além dos mecanismos de comando e controle usuais, como multas e outras penalidades associadas ao não cumprimento de dispositivos que proíbem o desmate da reserva legal da propriedade e das florestas em áreas com declive acentuado.

A utilização de corredores de biodiversidade como unidades de planejamento nos permite algo difícil de obter com o planejamento na escala de unidades de conservação e zonas-tampão isoladas: o direcionamento de recursos que produzam o máximo de resultados positivos à conservação, com o custo mínimo para a sociedade. Essa abordagem é fundamentalmente diferente daquela minimalista, das "áreas mínimas", defendida no passado, que não tratava suficientemente dos problemas relativos ao isolamento e fragmentação, e nem considerava o quanto os instrumentos de política econômica podem ser mais eficientes, se empregados na manutenção de paisagens mais adequadas à conservação da biodiversidade.

Recomendações e Conclusões

A Costa do Cacau está vivendo um momento muito interessante que precede ações de planejamento e investimentos públicos e privados sob ordenamento do PRODETUR NE II. Em 2003, as chances de uma integração positiva ao turismo são maiores do que em 1995, quando o PRODETUR I teve início em outras regiões turísticas do Nordeste.

Ao mesmo tempo, esta Zona Turística, em virtude das estradas já pavimentadas nos anos noventa e do poder de atração da Costa entre Ilhéus e Itacaré, aliado a relativa pequena distância dos centros urbanos do Centro do Brasil, a exemplo de Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, Salvador e cidades médias e pequenas próximas, já tem no turismo importante fonte de receita e de motivação urbana. As conseqüências disso são principalmente ligadas a uma expansão urbana no sentido litorâneo, principalmente em Ilhéus, Canavieiras, Itacaré e Serra Grande, com todos os efeitos negativos deste fenômeno.

O valor futuro desta costa está ligado, portanto, a uma rigorosa ação ordenadora dos espaços urbanos e litorâneos, com severas restrições a novos loteamentos de alta densidade (com lotes inferiores a 400 m2), ações de saneamento básico, coleta seletiva de lixo, aterros sanitários e integridade paisagística dos centros urbanos de valor histórico, a exemplo de Canavieiras e Itacaré. Considerando a fragilidade e o potencial da legislação federal para a descentralização das ações ambientais no nível municipal, o PRODETUR NE II deve considerar o poder de realização e missão do terceiro setor, com capacidade de agir de forma interdependente do poder público municipal, desde que integrado às políticas estadual de turismo e ambiental no nível federal.

Ao mesmo tempo em que as condições ambientais se tornam elemento crítico para a sustentabilidade do turismo nesta região, também o quadro sócio-econômico merece especial atenção. Os indicadores de educação, saúde, moradia, saneamento básico, emprego e níveis de renda apresentam-se problemáticos, por conta do inchamento das cidades costeiras em decorrência da crise da cultura do cacau. Um exemplo claro é o Município de Ilhéus: como um pólo de atração regional, a cidade é muito vulnerável a ocupação de manguezais e

encostas por trabalhadores desempregados e/ou excluídos. Este quadro se repete em outras zonas de periferia das cidades litorâneas, como Itacaré. Sinais de prostituição infantil, resultado da miséria social e ausência de fiscalização coibitiva, são evidentes, a partir de depoimento de lideres e comerciantes locais.

Em que pesem as dificuldades sócio-econômicas presentes no litoral, muitas delas remediadas pelo turismo de qualidade, é visível o potencial do Corredor Central da Mata Atlântica de estabelecer uma agenda de longo prazo nestas zonas turísticas capaz de assegurar padrões elevados de qualidade ambiental, associados à atividade ecoturística. E esta integração de políticas necessitará de um novo arranjo administrativo e técnico, transversal aos poderes constituídos, permeando governos federal, estadual, municipal, setor privado e de forma destacada a sociedade civil instituída no terceiro setor social e ambiental.

A Costa do Dendê apresenta um amplo potencial para o desenvolvimento de um turismo sustentável, tanto nas áreas costeiras como nas cidades estuarinas e região rural serrana. O imenso patrimônio ambiental, a rica história regional associada à colonização do Brasil e uma cultura popular dinâmica e diversificada, com raízes no Brasil Colônia, fazem da Costa do Dendê um importante destino turístico nordestino. Infelizmente, até o momento o turismo tem se desenvolvido de modo espontâneo, sem uma perspectiva de planejamento, seja público ou privado. A velocidade do crescimento turístico se deu em níveis exponenciais, notadamente em Morro de São Paulo, carecendo de um intenso trabalho ordenador emergencial, a fim de assegurar a sustentação da qualidade ambiental e da imagem desta Zona Turística.

A falta de experiência e domínio técnico do poder público local no ordenamento territorial representa um risco sério para as Áreas de Proteção Ambiental já criadas. Ao mesmo tempo, a cultura política regional do interesse privado prevalecer sobre o interesse público, cristalizado nas práticas e leitura coletiva da administração pública, têm sido uma constante nos comentários da sociedade civil regional, destacando como esta cultura tem ameaçado o patrimônio ambiental e cultural desta costa. O papel articulador e conservacionista do terceiro setor será determinante para este planejamento local, cabendo ao Estado e aos Municípios uma gestão de modo a potencializar positivamente a capacidade existente na sociedade civil organizada, inclusive na execução de programas de qualificação do turismo e valorização ambiental regional.

No âmbito das Áreas Protegidas, a criação ao longo da década de noventa de um conjunto de APAs ainda carece de uma implementação consistente. Ao mesmo tempo, estudos serão necessários para avaliar oportunidades para a criação de outras unidades de conservação, incluindo as de proteção integral, associando conservação da paisagem, biodiversidade, sustentabilidade dos atrativos naturais e conservação de recursos naturais estratégicos como a água. O destaque aos ecossistemas costeiros requer, num segundo momento, a priorização de ecossistemas de floresta ombrófila presentes nas serras, já identificada em Camamu, Nilo Peçanha, Valença, Maraú e Ituberá.

Os conflitos entre atividade turística e meio ambiente estão se concentrando até o momento no comprometimento de ambientes naturais submetidos à expansão urbana desordenada, poluição de rios e nascentes pelo esgotamento sanitário não planejado e na ausência de uma operação turística profissional que regule o fluxo turístico ao longo do ano. Este último problema, comum em outros destinos turísticos brasileiros, resulta em uma forte sazonalidade associada a picos de ocupação turística em poucos dias do ano, comprometendo a qualidade e sustentação dos serviços turísticos. Chama a atenção, neste item, a falta de serviços com o conceito de ecoturismo nesta região. A ênfase nos atrativos naturais, como se verifica em Boipeba e Morro de São Paulo ou Maraú, não é acompanhada

por roteiros e conteúdo para as visitas que potencializem o valor da biodiversidade regional, a conservação dos atrativos e uma perspectiva educativa em meio ambiente, como se recomenda em destinos turísticos com este perfil.

As medidas para recuperação da qualidade ambiental, associadas ao turismo, podem ser identificadas no saneamento básico das cidades e vilas turísticas, de modo a garantir o bom estado de balneabilidade das praias e qualidade dos estuários. O ordenamento territorial, a ser estimulado quando da implementação das APAs, requer arranjos administrativos envolvendo conselhos gestores e/ou Conselhos de Meio Ambiente, que dão maior transparência e legitimidade para decisões duras do poder público local. O caso de Valença, com o Condema, representa uma forte referência para outros municípios desta costa.

A incompatibilidade entre turismo e exploração de petróleo tem sido outro ponto de sério conflito nesta costa. Ambientalistas e pousadeiros, pescadores e o Ministério Público de vários municípios têm vivenciado um conjunto de audiências públicas. Recentemente, estudos sísmicos e explorações de petróleo em caráter experimental têm sido apontados como principais suspeitas de uma ampla mortandade de peixes entre Barra do Carvalho, em Ituberá, e Ponta do Ramo, em Ilhéus. Medidas de compensação ambiental, ações preventivas e medidas de adequação desta atividade de modo a minimizar riscos sobre a paisagem e qualidade ambiental dos estuários são vistas como prioridade neste momento de licenciamento ambiental de empresas como Petrobrás e El Paso.

Em conclusão, a Costa do Dendê apresenta uma oportunidade rara com o PRODETUR NE II de qualificar-se para o aperfeiçoamento do turismo, sendo decisivo no futuro a capacidades das instituições públicas e privadas de construírem consensos em uma estratégia regional para o turismo. A profissionalização, a transparência e o planejamento regional serão elementos chaves para esta estratégia.

3.6 Capacidade Institucional dos Municípios

Introdução

Esse capítulo visa avaliar a capacidade institucional atual dos municípios do Pólo Turístico Litoral Sul, para atender as condições básicas do PRODETUR/NE II, e seus objetivos. Entende-se, para este estudo, que a capacidade institucional de um município - enquanto esfera do poder público mais próxima do cidadão se expressa no âmbito da direção, gerência, administração e controle nas diferentes áreas de intervenção abrangidas por um programa de desenvolvimento no formato do PRODETUR/NE II.

Esta avaliação deverá ainda, dar base para a montagem de critérios/indicadores para aferição da capacitação institucional dos municípios pertencentes à área objeto de estudo. Para tanto, o capítulo foi dividido em três partes: (i) da capacidade de planejamento e implementação de políticas dos municípios; (ii) da capacidade de administração/gestão dos municípios; e (iii) da capacidade de gestão de exploração das atividades turísticas.

As fontes dos dados que propiciaram a análise foram os Diagnósticos Institucionais (DI's) dos municípios, a Pesquisa de Informações Básicas Municipais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, e a Prestação de Contas do Tribunal de Contas dos Municípios Baianos (TCM-BA) – prestação de contas 1999, além de entrevistas com representantes municipais.

Por último é feita uma conclusão acerca da atual capacidade institucional dos municípios pertencentes ao Pólo Litoral Sul.

Capacidade de Planejamento e Implementação de Políticas

Para a avaliação da capacidade de planejamento e implementação de políticas dos municípios no Pólo Litoral Sul identificou-se:

(i) A base normativa e legal adotada neste caso, conforme sugerido pelo Termo de Referência, será a lei de uso do solo e de meio ambiente. Nesse sentido, o artigo 3º, inciso VIII, da Constituição fixa como competência do Município a promoção do ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, parcelamento e da ocupação do solo urbano. Já no campo da proteção ambiental, o planejamento municipal deve atender ao disposto no artigo 255 da Constituição, que prevê o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, como bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao Poder Público, inclusive o municipal, e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

(ii) Os sistemas de planejamento, enfocando o Plano Diretor Municipal; instrumento estratégico e global da política de desenvolvimento urbano, prevista no Estatuto das Cidades.

(iii) A planta venial de valores imobiliários;

(iv) Os instrumentos de gestão, controle e fiscalização, baseados nos Códigos de Posturas e de Obras.

Instrumentos de Gestão

A tabela a seguir relaciona os instrumentos de gestão de cada município:

Tabela 3.6.1 - Instrumentos de Gestão Implementados nos Municípios do Pólo Litoral Sul

		Base Normataiva Legal	*Sistema de Planejamento*	*Sistema Tributário*		*Instrumentos de Gestão, controle e fiscalização*			
		Lei de Uso do Solo e Meio Ambiente	**Plano Diretor Municipal**	**Planta de Valores Imobiliários e Ano**		**Conselhos Municipais**		**Código de Obras**	**Código de Posturas**
						Turismo	**Meio Ambiente**		
Costa do Dendê	Valença	X		X	1993		X		X
	Cairu			X	1977	X	X		
	Taperoá			X	1997	X	X		X
	Nilo Peçanha			X	1998	X	X		
	Ituberá	X		X	1994	X	X		X
	Igrapiúna					X	X		X
	Camamu	X		X	1997			X	X
	Maraú	X		X	1998	X	X	X	X
Costa do Cacau	Itacaré	X		X	1989	X			X
	Uruçuca	X		X	1997		X	X	X
	Ilhéus	X		X	1988	X	X	X	X
	Una			X	1995	X	X	X	X
	Santa Luzia	X		X	1997	X	X	X	X
	Canavieiras	X		X	1990	X	X	X	X

Fonte: IBGE 1999 – Pesquisa de Informações Básicas Municipais; DIs 2001; SUINVEST 2003

Base Normativa Legal

As bases normativas e legais são instrumentos que auxiliam os municípios, e também a sociedade, no sentido de proteger o território de ocupação desordenada, em cenário de crescimento constante de ocupação. Esta análise contou com a lei de uso do solo, incluindo o seu zoneamento, a fiscalização das construções e todo o sistema de licenciamento das edificações.

Em 64% dos municípios do Pólo foram constatados instrumentos de base legal – lei de uso do solo e meio ambiente. A Costa do Cacau apresenta situação mais avançada nesse sentido: 85% dos municípios dessa costa contam com esses instrumentos. Já a Costa do Dendê apresentou esses instrumentos em apenas 50% dos casos. Os municípios que contam com esses instrumentos legais e normativos tornam-se mais aptos para planejar, controlar, ordenar e proteger seu território, em cenário de crescimento constante.

Sistema de Planejamento

Na análise de sistema de planejamento implementado nos municípios e, segundo exigência contratual do BID para o PRODETUR NE II, foi considerado que a existência de Plano Diretor Municipal é instrumento estratégico e global da política de desenvolvimento urbano e obrigatório para os municípios integrantes do Programa. A Tabela 3.6.2 apresenta de forma

detalhada a situação em que se encontram os municípios do Pólo Litoral Sul em relação ao Plano Diretor Municipal.

Tabela 3.6.2 - Situação dos municípios do Pólo Litoral Sul em relação ao PDM

	Município	Situação	Recursos Previstos		
			CAR	Prodetur II	Outros
Costa do Dendê	Valença	Possui PDU - Precisa complementação para PDM		X	
	Cairu	PDM em elaboração	X		
	Taperoá	PDM em elaboração	X		
	Nilo Peçanha	PDM em elaboração	X		
	Ituberá	Possui PDU - Precisa complementação para PDM		X	
	Igrapiúna	PDM em elaboração	X		
	Camamu	Possui PDU - Precisa complementação para PDM		X	
	Maraú	Sem PDM		X	
Costa do Cacau	Itacaré	PDM em elaboração			Conder
	Uruçuca	Sem PDM		X	
	Ilhéus	Possui PDU - Precisa complementação para PDM			Prefeitura
	Una	Sem PDM			
	Santa Luzia	Sem PDM		X	
	Canavieiras	Possui PDU - Precisa complementação para PDM		X	

CAR - Companhia de Ação Regional - Programa PRODUR (BIRD)
Prodetur II - Elaboração Prevista nos PDITS
PDU -Plano Diretor Urbano
PDM - Plano Diretor Municipal

Fonte: SUINVEST 2003

Nesse quesito, como observado na Tabela 3.6.1, ressalta-se a inexistência do Plano Diretor Municipal em todos os municípios do Pólo Litoral Sul. No entanto, a tabela acima demonstra uma preocupação por parte de alguns municípios na sua implementação.

Nota-se que, dos quatorze municípios do Pólo, apenas cinco contam com Plano Diretor Urbano (não abrangendo a área rural do município), sendo necessária a complementação para o Plano Diretor Municipal.

O Plano Diretor Urbano de Ilhéus, que entrou em vigor em 1979/80, sofreu algumas atualizações e modificações, que possibilitaram seu uso durante duas décadas. Ressalte-se que Ilhéus já conta com um novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU), que entrou em vigor no ano de 2001.

A equipe de Planejamento da Prefeitura Municipal de Ilhéus também já atualizou a lei de uso e ocupação do solo e o código de edificações, em consonância com as novas premissas da Legislação Ambiental e com a Lei de Parcelamento de Solos, que também foram atualizadas no novo Plano Diretor. Dessa forma, esse município apresenta uma base legal para o desenvolvimento/controle urbano, ambiental e turístico melhor que o restante do Pólo.

Salienta-se que em um cenário de ausência de Plano Diretor Municipal, o possível aumento do fluxo turístico não poderá ser fiscalizado e controlado de maneira eficaz, gerando pressões indesejáveis sobre os aspectos sociais e ambientais da localidade. É importante observar

também que a existência de Plano Diretor Municipal é condicionante para a participação no PRODETUR NE II.[62]

Sistema Tributário

Dos quatorze municípios do Pólo Litoral Sul, somente um município não conta com cadastro de planta de valores imobiliários: Igrapiúna, na Costa do Dendê. Instrumento de arrecadação tributária, sua ausência faz com que o município tenha baixíssima capacidade de arrecadação dos impostos municipais (ISS, IPTU etc.), aumentando sua dependência em relação aos repasses estaduais e federais.

Instrumentos de Gestão, Controle e Fiscalização

Com relação ao Código de Posturas, em 85,7% dos municípios do Pólo esse instrumento já foi implementado. Todos os municípios da Costa do Cacau e 75% dos municípios da Costa do Dendê o possuem. Nessa última zona turística, apenas os municípios de Cairu e Nilo Peçanha ainda não implementaram seus Códigos de Posturas.

O Código de Obras, que estabelece normas, controle e fiscalização nas edificações, já foi implementado em apenas 50% dos municípios do Pólo Litoral Sul. Nesse quesito, a Costa do Dendê é a mais carente, apenas dois dos oito municípios contam com esse instrumento (Camamu e Maraú). Na Costa do Cacau, a situação é bem mais favorável: apenas o município de Itacaré ainda não conta com esse instrumento. A existência de Código de Obras nos municípios é condicionante para a participação no PRODETUR NE II.

Em geral, os Conselhos Municipais de Turismo estão presentes no processo de planejamento, deliberação e viabilização de ações que concorram para o desenvolvimento do turismo local. O Pólo Litoral Sul já apresenta conselhos formados em 78,5% dos seus municípios. Na Costa do Dendê, apenas os municípios de Valença e Camamu não implementaram esse instrumento. Na Costa do Cacau, apenas o município de Uruçuca não apresenta conselho de turismo formado.

No sentido de assessorar, estudar e propor diretrizes políticas para o meio ambiente, os Conselhos Municipais de Meio Ambiente são instrumentos estratégicos. Esse instrumento de gestão contempla atualmente 85,7% dos municípios do Pólo Litoral Sul. Na Costa do Dendê, apenas o município de Camamu não implementou esse instrumento. Na Costa do Cacau, somente o município de Itacaré ainda não foi contemplado. Ressalta-se que este conselho também se constitui em exigência contratual do PRODETUR NE II.

A Tabela 3.6.3 apresenta os municípios conforme o número de instrumentos de gestão implementados:

Tabela 3.6.3 - Municípios por Faixas de Número de Instrumentos de Gestão Implementados

	Número de Incidências					
	1	2	3	4	5	6
Municípios			Cairú Nilo Peçanha Igrapiúna	Taperoá Itacaré Valença Camamu	Una Ituberá Uruçuca	Maraú Canavieiras Santa Luzia Ilhéus

Fonte: IBGE 1999 e Diagnósticos Institucionais 2001

[62] O Plano Diretor Urbano não atende as exigências do PRODETUR II.

Os municípios de Cairu, Nilo Peçanha e Igrapiúna, pertencentes à Costa do Dendê, apresentaram somente três instrumentos implementados, e coincidentemente nenhum deles apresentou Lei de Uso do Solo, Plano Diretor Municipal e Código de Obras.

Os instrumentos de gestão mais presentes nos municípios são a Planta de Valores Imobiliários, relacionada à tributação municipal, seguida dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Turismo, característica positiva e divergente da situação geral dos municípios baianos.

Programas Federais de Modernização da Administração Municipal

Embora os municípios do Pólo Litoral Sul apresentem instrumentos que sinalizam certa capacidade de planejamento e implementação de políticas de desenvolvimento, existem outras questões que devem ser consideradas. Dentre elas as que visam a modernização da administração tributária, como o Programa de Modernização da Administração Tributária – PMAT, e aquele voltado para a gestão administrativa e fiscal, Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros – PNAF-M. Tais programas são descritos a seguir:

PMAT

Programa de Modernização da Administração Tributária – criado pelo BNDES em 1997 – objetiva a modernização da administração tributária e a melhoria da qualidade do gasto público, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local sustentado, visando proporcionar aos municípios brasileiros possibilidades de obtenção de mais recursos estáveis e não inflacionários. O programa também contempla a melhoria da qualidade e redução do custo praticado na prestação de serviços nas áreas de administração geral, assistência à criança e ao jovem, saúde, educação e geração de oportunidades de trabalho e renda. O programa é financiado pelo BNDES.

Os itens financiáveis pelo programa seguem abaixo:

- Aquisição de equipamentos e sistemas;
- Capacitação dos servidores;
- Contratação de serviços técnicos especializados para que a prefeitura possa reorganizar os seus cadastros;
- Reaparelhamento da área de fiscalização (bens móveis e veículos);
- Melhoria das condições físicas. [63]

PNAF-M

O Programa Nacional de Apoio à Gestão Administrativa e Fiscal dos Municípios Brasileiros objetiva a criação de condições para que as administrações municipais possam alcançar maior autonomia no financiamento do gasto público, através de receitas próprias. Também visa melhorar o desempenho das funções sociais, especialmente no atendimento ao cidadão e ao contribuinte. O programa também objetiva a redução das disparidades técnicas e operacionais atualmente existentes entre as várias administrações fiscais municipais e o estabelecimento das bases para a integração dos diferentes sistemas fiscais.

Os programas podem assumir dois formatos, dependendo do tamanho e das condições administrativas dos municípios:

[63] Fonte: BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Acessado em Setembro de 2002. Disponível por WWW em http://www.bndes.gov.br

- **Projeto Simplificad**o: destinado aos municípios com população até 50.000 habitantes. Compreende a execução de *Ações Essenciais* (capacitação institucional obrigatória e opcional) e *Ações Complementares* (capacitação complementar, equipamentos de apoio e infra-estrutura) e a aquisição da *Solução* (composta dos seguintes bens e serviços: diagnóstico das necessidades do município, estruturação de cadastros para os sistemas aplicativos, migração de dados, equipamentos de informática, software básico e de automação de escritório, sistemas aplicativos inclusive manutenção, capacitação de usuários e instalação física dos equipamentos).
- **Projeto Ampliad**o: destinado aos municípios com população acima de 50.000 habitantes, podendo os municípios com população entre 50.001 a 150.000 habitantes optar, mediante aprovação da UCP (Unidade de Coordenação de Programas, unidade da Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda), pelo desenvolvimento de Projeto Simplificado. Destina-se ao desenvolvimento de propostas específicas de modernização administrativa e fiscal de acordo com as definições estabelecidas no Regulamento Operativo do Programa.

O financiamento dos projetos é feito com recursos do BID e dos municípios, em igual proporção.

Os recursos do programa são destinados prioritariamente às seguintes áreas de investimento:

- **Consultoria** – contratação de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras, para apoiar ou desenvolver as atividades programadas, inclusive desenvolvimento de sistemas informatizados;
- **Capacitação** – contratação de cursos, seminários ou outras formas de treinamento e realização de visitas técnicas, nacionais e internacionais;
- **Equipamento de informática** – aquisição e instalação de *hardwar*e, redes de computação, *software* básico e sistemas aplicativos;
- **Equipamento de apoio e comunicação** – aquisição de veículos, instrumentos de comunicação e outros bens móveis;
- **Infra-estrutura** – construção, reforma e adequação de ambientes físicos; e ajuste do quadro – implantação de Programas de Ajuste do Quadro (PAQ). [64]

[64] Fonte: Ministério da Fazenda. Acessado em Setembro de 2002. Disponível por WWW em http://fazenda.gov.br.

Tabela 3.6.4 - Municípios do Pólo Litoral Sul cadastrados no PNAF-M

Munícípio	População (IBGE 1999)	Tipo de Projeto
Valença	83.889	Simplificado
Cairu	7.483	Simplificado
Nilo Peçanha	18.865	Simplificado
Ituberá	20.815	Simplificado
Igrapiúna	13.704	Simplificado
Camamu	28.715	Simplificado
Maraú	18.004	Simplificado
Itacaré	15.161	Simplificado
Uruçuca	21.991	Simplificado
Ilhéus	254.970	Ampliado
Una	34.960	Simplificado
Santa Luzia	16.129	Simplificado
Canavieiras	35.406	Simplificado

Fonte: Ministério da Fazenda 2002

Apenas o município de Taperoá, pertencente à sub Zona Turística Costa do Dendê, não está cadastrado em nenhum dos dois programas federais citados anteriormente. Dos treze municípios cadastrados, doze estão no projeto simplificado, voltado para população menor que 50.000 habitantes e o município de Ilhéus está cadastrado no projeto ampliado, por possuir uma população maior que 50.000 habitantes.

É importante observar que a adesão das prefeituras a programas federais de modernização da administração é também condicionante para a participação dos municípios no PRODETUR NE II.

Treinamento de Servidores e Gestores Públicos

Para avaliar a capacidade administrativa dos municípios do Pólo Litoral Sul no quesito Recursos Humanos, buscou-se detectar quais são as bases legais administrativas com que eles contam.

As bases de informações foram os Diagnósticos Institucionais, no entanto, alguns municípios pertencentes ao Pólo não responderam a esta fonte de informação, para tais municípios tentou-se fazer entrevistas com representantes municipais. Os municípios que não possuem DIs são os seguintes: de Itacaré e Uruçuca, pertencentes à Costa do Cacau; e Nilo Peçanha e Taperoá, pertencentes à Costa do Dendê.

Tabela 3.6.5 - Leis, Regulamentações e Planos na Administração de Recursos Humanos do Pólo Litoral Sul

	Município	Lei de Aprovação do Quadro de Pessoal do Município	Plano de Cargos e Salários	Estatuto do Servidor Municipal	Lei de Contratação Direta de Pessoal	Lei de Requisição e Cessão de Pessoal	Criação e Gestão de Fundo Previdenciário Municipal	Cadastro Único de Funcionários
Costa do Dendê	Valença	X	X	X				X
	Cairu	X		X		X		X
	Ituberá	X		X	X	X		X
	Igrapiúna	X	X	X	X	X		X
	Camamu	X	X		X	X		X
	Maraú		X	X	X	X		X
Costa do Cacau	Ilhéus		X	X		X		X
	Una	X	X	X	X			X
	Santa Luzia	X	X	X	X			X
	Canavieiras	X	X	X	X			N/D

Fonte: Diagnósticos Institucionais 2001

Dentre as principais conquistas por parte dos gestores e servidores destacam-se o Plano de Cargos e Salários e o Estatuto do Servidor, presentes na maioria da amostra dos municípios do Pólo Litoral Sul. Em geral, o plano de cargos e salários permite aos gestores a administração de seus recursos humanos na contratação, movimentações horizontais (méritos) e verticais (promoções) de seus colaboradores.

Na administração de seus funcionários, todos municípios do Pólo Turístico Litoral Sul contam com um importante instrumento: o cadastro único de funcionários, que permite uma rápida e eficiente consulta e diagnóstico da atual situação de seus funcionários para diversos fins. O município de Canavieiras não informou sobre esse quesito.

Assim como em outros pólos, os servidores das prefeituras municipais dessa amostra não apresentaram Gestão de Fundo Previdenciário Municipal. Esse mecanismo, quando elaborado com a participação direta dos servidores, assegura o necessário zelo e transparência no trato dos recursos do servidor.

A tabela apresentada a seguir fornece um cenário de como a atual administração de Recursos Humanos das prefeituras municipais vem atuando no desenvolvimento do seu pessoal.

Tabela 3.6.6 - Treinamento dos Servidores e Gestores Municipais nos Municípios da Pólo Litoral Sul

		Política de RH	Calendário Permanente de Treinamento	Levantamento das Necessidades de Treinamento	Treinamento para Servidores 2000	Treinamento para Gestores 2000	Programa para Envolvimento e Comprometimento dos Servidores
Costa do Dendê	Valença	X	X	N/D	X	N/D	N/D
	Cairu	X				X	
	Taperoá		X	X	X	X	X
	Nilo Peçanha	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
	Ituberá						
	Igrapiúna				X		
	Camamu						
	Maraú					X	
Costa do Cacau	Itacaré			X		X	
	Uruçuca		X				
	Ilhéus	X					
	Una	X				X	X
	Santa Luzia				X	X	
	Canavieiras					X	

Fonte: Diagnósticos Institucionais 2001

A política de RH e o treinamento para servidores e gestores em 2000 são os instrumentos de capacitação mais presente nos municípios do Pólo Litoral Sul, dentre os seis pesquisados.

A política de RH é um importante instrumento de valorização dos Recursos Humanos, buscando incentivar e qualificar os trabalhadores. Assim, é um instrumento básico e importante para desenvolver e qualificar a mão de obra.

Embora a política de RH seja um dos instrumentos mais presentes, apenas quatro municípios do Pólo Turístico Litoral Sul contam com ele: Valença, Cairu, Ilhéus e Una. Nesse contexto, os outros dez municípios deixam de contar com um importante instrumento e suas premissas básicas: valorização, incentivo e qualificação dos Recursos Humanos.

Essa discreta presença de instrumentos na política de Recursos Humanos, também ocorre no quesito Treinamento para Servidores, apenas quatro municípios aplicam essa prática: Valença, Taperoá, Igrapiúna e Santa Luzia. Já no quesito Treinamento para Gestores houve um discreto acréscimo, onde sete municípios (50% do Pólo) contam com esse instrumento: Cairú, Taperoá, Maraú, Itacaré, Una, Santa Luzia e Canavieiras.

Os municípios de Camamu e Ituberá não apresentaram nenhum dos instrumentos eleitos para essa análise, enquanto o município de Igrapiúna apresentou somente um instrumento – treinamento para servidores no ano de 2000.

Nessa análise o município de Taperoá destacou-se por ter todos os instrumentos implementados.

Esse quadro escasso de instrumentos pode representar um poder público ainda pouco estruturado e com poucas perspectivas de desenvolver e qualificar a mão de obra de seus servidores e gestores. É necessário estabelecer uma política efetiva voltada para capacitação profissional.

Capacidade de Administração e Gestão dos Municípios

Algumas **características econômico-financeiras** dos municípios são analisadas nesta parte do diagnóstico, considerando que ter as finanças públicas equilibradas e uma razoável capacidade de arrecadação local de recursos é uma condição básica à implementação das políticas públicas municipais, seja no campo social, ambiental ou do desenvolvimento do turismo.

A seguir, apresentam-se as tabelas de receitas municipais, com suas fontes, valores e percentuais de participação da receita própria e da receita de transferências na receita total.

São também analisadas as despesas do município, de acordo com os padrões do Tribunal de Contas dos Municípios Baianos. Foi dada ênfase às despesas com pessoal, verificando os percentuais de participação desta em relação à Receita Corrente Total, conforme a metodologia exigida na Lei Complementar nº 82/95.

E, o gráfico seguinte, apresenta as taxas de **crescimento das receitas e das despesas** no período de 1996 à 1999.

A fonte de todas as informações financeiras dos municípios é o **Tribunal de Contas dos Municípios Baianos (TCM-BA) – Prestação de Contas 1999**. As metodologias e denominações também obedeceram aos padrões do tribunal.[65]

[65] Para maiores informações sobre aspectos metodológicos das finanças municipais, vide site do TCM BA (www.tcm.ba.gov.br).

Tabela 3.6.7 - Receitas Municipais – Municípios da Costa do Dendê

		Valença	Cairu	Tapeorá	Nilo Peçanha	Ituberá	Igapiúna	Camamu	Maraú
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**Receitas Correntes**								
	Próprias								
	Tributária	597.556,03	196.929,98	40.835,52	46.252,40	93.729,14	36.256,41	156.864,00	172.287,77
	Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Patrimonial	16.217,13	4.737,67	10.135,54	11.176,70	20.379,67	1.243,89	9.223,78	1.739,10
	Industrial	0,00	0,00	0,00	269.148,68	0,00	0,00	0,00	0,00
	Serviços	0,00	0,00	520.113,87	0,00	810.873,72	0,00	0,00	0,00
	Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	% Total	*0,04*	*0,06*	*0,10*	*0,07*	*0,16*	*0,01*	*0,01*	*0,03*
	Receitas de Transferência	11.637.703,21	3.258.323,61	4.300.755,04	4.342.511,28	4.715.096,96	3.606.464,33	7.033.042,99	5.088.736,05
	% Total	*0,80*	*0,91*	*0,74*	*0,92*	*0,79*	*0,92*	*0,61*	*0,86*
	União								
	FPM	4.829.581,30	1.989.406,85	2.476.021,85	2.476.021,85	2.785.169,56	1.989.406,85	3.580.932,28	2.437.887,72
	ITR	20.410,10	3.351,91	9.920,91	3.446,96	7.617,20	8.227,75	9.279,43	10.237,25
	IRRF	97.488,88	0,00	25.641,44	23.438,18	19.633,73	0,00	0,00	0,00
	Fund. Especial	0,00	7.950,10	9.540,12	9.540,12	11.130,16	7.950,10	14.310,19	0,00
	Royalties	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	ICMS-L	0,00	15.524,42	23.237,46	0,00	0,00	0,00	47.268,41	0,00
	IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DNPM	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	DNAEE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Convênios	0,00	0,00	520.113,88	385.281,12	171.102,71	96.944,12	239.751,25	229.686,59
	Outras	968.199,05	317.571,30	93.158,38	10.330,38	22.958,89	495.518,90	952.956,62	281.265,00
	Total União	**5.915.679,33**	**2.333.804,58**	**3.157.634,04**	**2.908.058,61**	**3.017.612,25**	**2.598.047,72**	**4.844.498,18**	**2.959.076,56**
	Estado								
	ICMS	1.696.747,26	314.512,71	450.288,87	429.604,23	955.736,81	544.392,68	957.100,64	504.594,66
	IPVA	149.037,65	1.358,61	13.396,68	4.765,27	28.012,48	6.389,03	12.423,46	669,97
	IPI	0,00	0,00	11.116,69	0,00	0,00	0,00	0,00	23.301,03
	Convênios	2.007.161,54	296.669,48	0,00	0,00	0,00	0,00	106.283,77	14.723,68
	Outras	1.869.077,43	311.978,23	668.318,76	1.000.083,17	713.735,42	457.634,90	1.112.736,94	1.586.370,15
	Total Estado	**5.722.023,88**	**924.519,03**	**1.143.121,00**	**1.434.452,67**	**1.697.484,71**	**1.008.416,61**	**2.188.544,81**	**2.129.659,49**
	Outras Receitas	259.493,43	27.859,06	93.132,27	5.426,85	26.759,11	9.846,04	30.820,60	100.434,08
	TOTAL RECEITAS CORRENTES	**12.510.969,80**	**3.487.850,32**	**4.964.972,24**	**4.674.515,91**	**5.666.838,60**	**3.653.810,67**	**7.229.951,37**	**5.363.197,00**
	Receitas de Capital								
	Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Alienações	337.530,00	0,00	0,00	10.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Amortização e Empréstimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Transferência de Capital	740.757,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	371.227,42
	Outras Receitas de Capital	97.096,02	16.000,00	0,00	0,00	204.000,00	0,00	0,00	40.368,89
	TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	**1.175.383,85**	**16.000,00**	**0,00**	**10.500,00**	**204.000,00**	**0,00**	**0,00**	**411.596,31**
	TOTAL REC. ORÇAMENTÁRIAS	13.686.353,65	3.503.850,32	4.964.972,24	4.685.015,91	5.870.838,60	3.653.810,67	7.229.951,37	5.774.793,31
	REC. EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	946.197,86	76.884,14	884.533,39	41.063,13	65.760,15	268.389,65	4.364.290,34	141.507,14
	TOTAL GERAL DAS RECEITAS	**14.632.551,51**	**3.580.734,46**	**5.849.505,63**	**4.726.079,04**	**5.936.598,75**	**3.922.200,32**	**11.594.241,71**	**5.916.300,45**

Fonte: TCM BA 1999

Tabela 3.6.8 - Receitas Municipais – Municípios da Costa do Cacau

		Itacaré	Uruçuca	Ilhéus	Una	Santa Luzia	Canavieiras
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	**Receitas Correntes**						
	Próprias						
	Tributária	79.661,34	85.818,81	5.054.149,98	158.914,80	60.313,44	280.075,28
	Contribuições	0,00	0,00	0	0	0	0
	Patrimonial	1.430,00	2.497,20	205.784,18	0	1.044,26	85.229,81
	Industrial	0,00	0,00	0	0	0	0
	Serviços	0,00	0,00	0	0	0	0
	Agropecuária	0,00	0,00	0	0	0	0
	% Total	*0,02*	*0,01*	*0,09*	*0,02*	*0,02*	*0,05*
	Receita de transferência	4.106.466,64	6.548.583,25	41.468.161,60	7.295.839,30	3.712.739,27	6.925.739,89
	% Total	*0,95*	*0,92*	*0,69*	*0,84*	*0,98*	*0,85*
	União						
	FPM	2.387.288,16	3.183.050,92	13.329.897,26	2.815.114,25	2.307.712,28	3.166.212,70
	ITR	51.695,82	6.377,47	31.936,81	0	5.467,08	13.727,18
	IRRF	26.499,13	23.479,34	752.900,49	0	0	53,1
	Fund. Especial	0,00	8.799,69	51.779,95	12.720,18	0	0
	Royalties	0,00	0,00	0	0	0	0
	ICMS-L	25.649,67	45.342,91	799.986,43	0	22.427,18	0
	IOF-Ouro	0,00	0,00	0	0	0	0
	DNPM	0,00	0,00	0	0	0	0
	DNAEE	0,00	0,00	0	0	0	0
	Convênios	337.497,67	0,00	6.739.880,98	404.914,99	348.685,02	691.001,44
	Outras	266.118,19	1.635.922,51	4.029.325,57	2.624.067,98	515.190,41	1.905.663,39
	Total União	**3.094.748,64**	**4.902.972,84**	**25.735.707,49**	**5.856.817,40**	**3.199.481,97**	**5.776.657,81**
	Estado						
	ICMS	521.662,29	661.833,00	14.937.346,57	1.196.451,58	498.249,95	1.034.535,27
	IPVA	655,10	6.776,56	428.937,24	0	3.901,31	20.596,52
	IPI	0,00	17.185,05	366.170,30	0	11.106,04	0
	Convênios	36.213,60	201.879,37	0	242.543,58	0	93.950,29
	Outras	453.187,01	757.936,43	0	26,74	0	0
	Total Estado	**1.011.718,00**	**1.645.610,41**	**15.732.454,11**	**1.439.021,90**	**513.257,30**	**1.149.082,08**
	Outras Receitas	11.464,68	23.272,34	1.794.309,90	279.137,18	7.003,27	172.253,85
	TOTAL RECEITAS CORRENTES	**4.199.022,66**	**6.660.171,60**	**48.522.405,66**	**7.733.891,28**	**3.781.100,24**	**7.463.298,83**
	Receitas de Capital						
	Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0	7.680,00
	Amortização e Empréstimo	0,00	0,00	0,00	0,00	0	0
	Transferência de Capital	0,00	0,00	0,00	487.342,98	0	0
	Outras Receitas de Capital	9.540,12	182.720,00	1.309.395,06	279.917,18	9.540,12	503.914,36
	TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	**9.540,12**	**182.720,00**	**1.309.395,06**	**767.260,16**	**9.540,12**	**511.594,36**
	TOTAL REC. ORÇAMENTÁRIAS	4.208.562,78	6.842.891,60	49.831.800,72	8.501.151,44	3.790.640,36	7.974.893,19
	REC. EXTRA ORÇAMENTÁRIAS	101.211,14	299.967,10	10.311.188,45	222.733,64	0	134.196,07
	TOTAL GERAL DAS RECEITAS	**4.309.773,92**	**7.142.858,70**	**60.142.989,17**	**8.723.885,08**	**3.790.640,36**	**8.109.089,26**

Fonte: TCM 1999

Tabela 3.6.9 - Despesas Municipais – Municípios da Costa do Dendê

	COSTA DO DENDÊ							
	Valença	**Cairu**	**Tapeorá**	**Nilo Peçanha**	**Ituberá**	**Igapiúna**	**Camamu**	**Maraú**
Despesas Orçamentárias (Despesas por Função)								
Legislativa	635.047,17	295.018,15	360.251,02	221.193,61	270.045,25	206.243,20	349.037,80	267.418,75
Judiciária	0	0	10,33	0	0	0	0	78.984,48
Administração e Planejamento	1.568.184,49	869.029,57	859.553,05	235.614,47	815.989,81	873.934,63	1.833.172,67	2.104.987,25
Educação e Cultura	5.396.781,97	1.435.061,75	2.274.739,42	2.280.102,32	1.811.861,87	1.734.581,02	2.895.241,96	2.478.727,25
Habitação e Urbanismo	2.385.208,48	363.025,13	1.042.095,81	1.197.988,01	1.130.048,36	356.537,21	759.780,46	0
Indústria e Comércio	370.666,09	0	0	1.800,00	3.210,20	0	0	79.429,49
Saúde e Saneamento	1.613.291,99	368.045,24	425.103,56	630.976,74	1.174.047,92	478.972,94	1.216.393,69	547.261,72
Assistência e Previdência	1.298.395,37	71.293,50	839.298,24	67.965,27	58.800,60	84.987,23	248.606,07	136.080,20
Agricultura	54.761,10	22.926,04	27.340,23	0	0	23.750,00	150	0
Transporte	265.255,23	0	2.200,00	36.000,00	512.799,78	67.002,48	84.576,40	0
Comunicação	12.539,42	0	0	39.220,00	2.891,00	0	0	0
Defesa Nacional e Segurança Pública	0	0	0	3.967,18	0	0	0	0
Desenvolvimento Regional	0	0	0	0	0	13.577,80	0	0
Energia e Recursos Minerais	0	0	0	0	0	0	0	2.322,95
Relações Exteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
Trabalho	0	4.064,50	0	0	0	0	0	0
Reserva de Contingência	0	0	0	0	0	0	0	0
Total das Despesas Orçamentárias	**13.600.131,31**	**3.428.463,88**	**5.830.591,66**	**4.714.827,60**	**5.779.694,79**	**3.839.586,51**	**7.386.959,05**	**5.695.212,09**
Despesas Extraorçamentárias	**1.798.736,64**	**525.291,95**	**207.322,01**	**353.979,02**	**540.251,54**	**538.586,10**	**1.415.505,54**	**680.123,16**
TOTAL DE DESPESAS	**15.398.867,95**	**3.953.755,83**	**6.037.913,67**	**5.068.806,62**	**6.319.946,33**	**4.378.172,61**	**8.802.464,59**	**6.375.335,25**
Despesas com Pessoal	6.395.398,25	1.252.044,83	1.907.623,12	1.087.726,12	1.220.699,39	1.235.389,56	2.342.637,25	2.573.878,92
% sobre Receitas Correntes	51,12%	35,90%	38,42%	23,27%	21,54%	33,81%	32,40%	47,99%

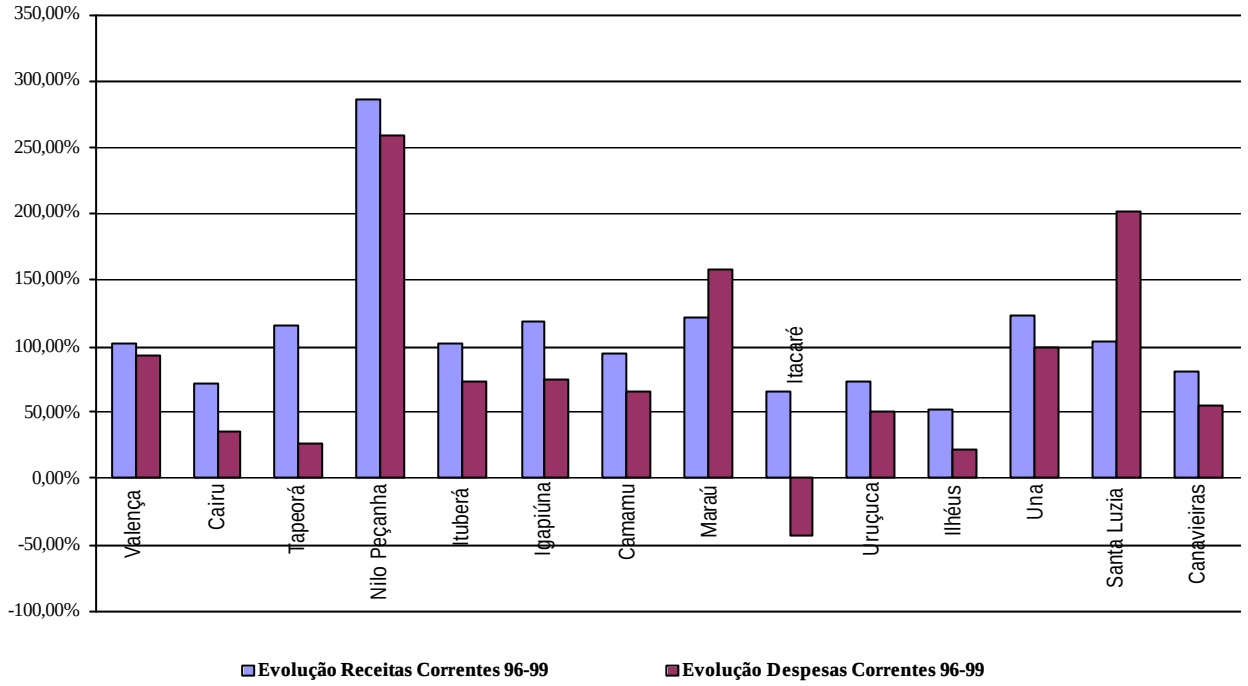
Fonte: TCM BA 1999

Tabela 3.6.10 - Despesas Municipais – Municípios da Costa do Cacau

	COSTA DO CACAU					
	Itacaré	**Uruçuca**	**Ilhéus**	**Una**	**Santa Luzia**	**Canavieiras**
Despesas Orçamentárias (Despesas por Função)						
Legislativa	232.294,29	351.462,25	2.877.270,72	382.336,92	258.680,53	336.532,39
Judiciária	0,00	0,00	228.787,01	27.569,62	0,00	26.155,45
Administração e Planejamento	481.299,73	2.475.859,32	12.337.904,20	3.034.258,77	982.439,76	3.111.393,57
Educação e Cultura	1.888.796,76	3.035.726,89	12.297.044,79	3.809.253,38	1.186.108,29	2.673.922,54
Habitação e Urbanismo	706.944,94	506.259,56	5.942.669,78	0,00	309.858,06	0,00
Indústria e Comércio	342.758,46	10.468,39	749.581,84	0,00	16.995,97	0,00
Saúde e Saneamento	402.666,41	497.938,01	7.300.236,94	514.389,71	494.270,39	1.357.369,16
Assistência e Previdência	264.277,87	324.022,97	5.423.351,26	238.647,42	312.517,75	201.623,57
Agricultura	4.400,00	11.713,14	99.375,33	30.997,57	21.958,74	31.694,46
Transporte	130.356,50	15.217,45	1.078.153,52	0,00	147.534,14	0,00
Comunicação	0,00	0,00	0,00	0,00	1.546,30	0,00
Defesa Nacional e Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Regional	0,00	0,00	504.103,75	0,00	0,00	0,00
Energia e Recursos Minerais	0,00	0,00	0,00	197.477,02	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	440.222,83
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de Despesas Orçamentárias	**4.453.794,96**	**7.228.667,98**	**48.838.479,14**	**8.234.930,41**	**3.731.909,93**	**8.178.913,97**
Despesas Extraorçamentárias	**239.202,49**	**736.038,12**	**11.211.329,08**	**598.428,10**	**231.532,55**	**0,00**
TOTAL DE DESPESAS	**4.692.997,45**	**7.964.706,10**	**60.049.808,22**	**8.833.358,51**	**3.963.442,48**	**8.178.913,97**
Despesas com Pessoal	1.324.727,17	2.635.923,65	25.772.471,18	3.228.731,94	1.585.075,28	1.891.241,33
% sobre Receitas Correntes	31,55%	39,58%	53,11%	41,75%	41,92%	25,34%

Fonte: TCM BA 1999

Gráfico 3.6.1 - Evolução das Receitas e Despesas Correntes nos Municípios do Pólo Litoral Sul 96-99



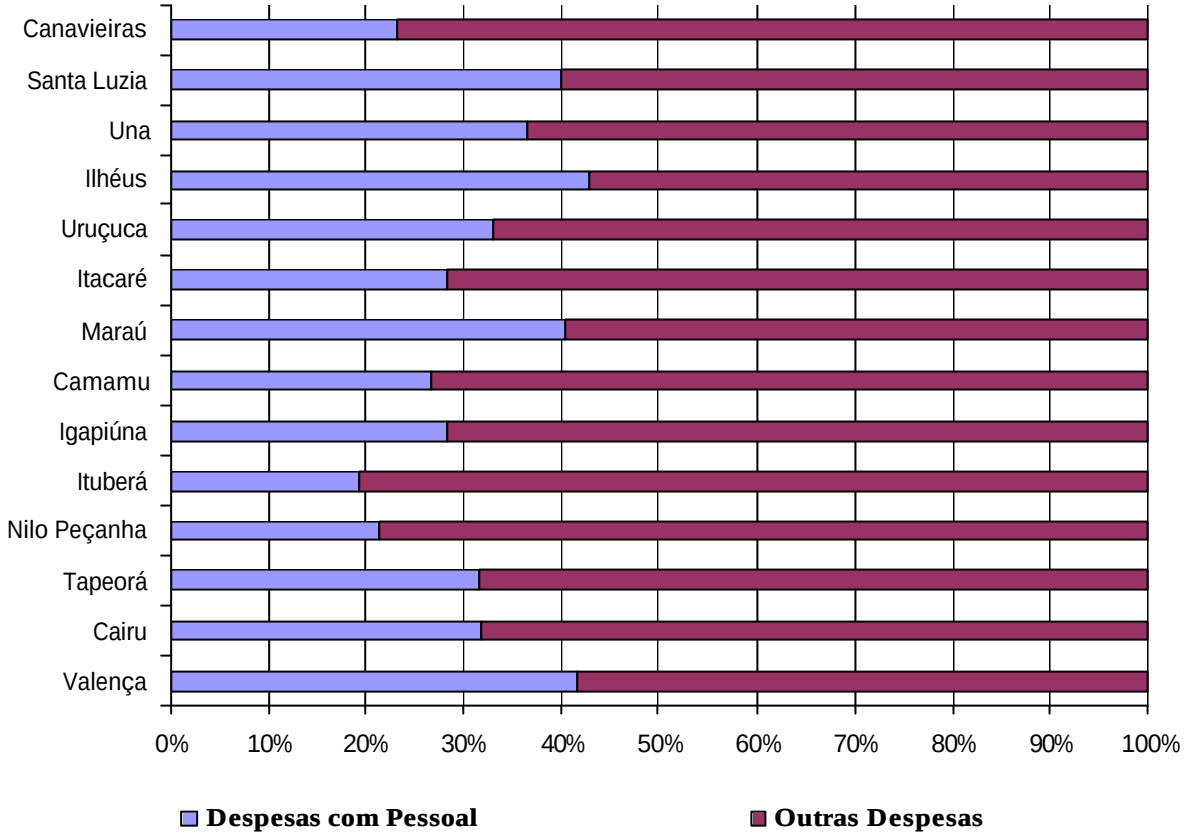
Fonte: TCM BA 1999

De um modo geral, os municípios do Pólo Litoral Sul tiveram aumentos de receita expressivos nos últimos anos. À exceção de Maraú e Santa Luzia, todos os municípios tiveram uma evolução das receitas maior do que a evolução das despesas ou um movimento consistente de ambos, o que, em princípio, mostra uma melhoria na qualidade da administração dos fluxos de recursos por parte das prefeituras. No caso do município de Itacaré, houve um acréscimo de quase 70% em suas receitas e um decréscimo de 45% nas despesas, viabilizando uma condição de maior capacidade de gasto autônomo, ou seja, de efetuar novos investimentos.

Em relação ao equilíbrio entre receitas e despesas, a presença de déficits de pequena monta no fechamento do balanço anual pode ser considerada normal, na medida em que se está lidando com fluxos, o que significa que logo nos meses iniciais do ano, uma condição de maior equilíbrio orçamentário pode retornar. No entanto, os municípios devem estar atentos para déficits persistentes, sob o risco de gerarem níveis de endividamento que inviabilizem a consecução de suas funções públicas essenciais.

Como o patamar da receita total está diretamente associado ao porte econômico do município e ao tamanho de sua população, o município de Ilhéus apresenta o maior nível de receitas, próximo a R$ 50 milhões, seguido por Valença, com R$ 12,5 milhões.

Gráfico 3.6.2 - Participação das Despesas com Pessoal na Despesa Total (%) nos Municípios do Pólo Litoral Sul



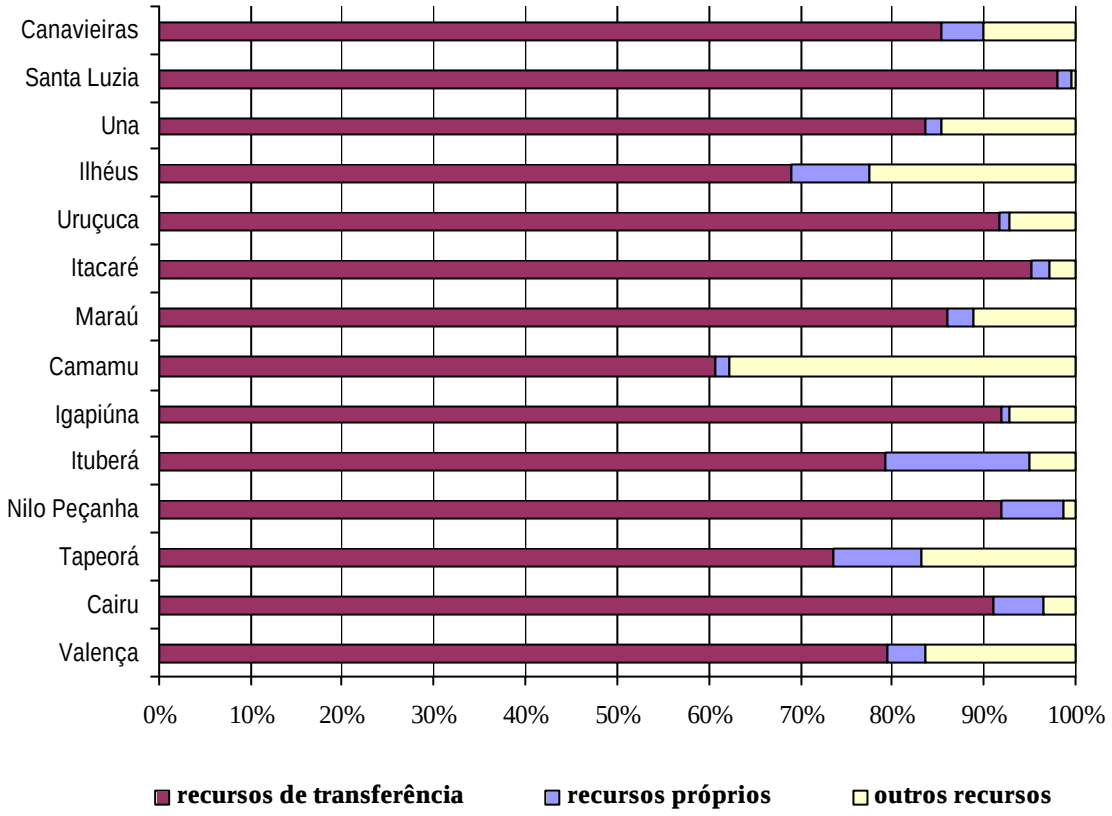
Fonte: TCM BA 1999

O Gráfico 3.6.2 apresenta o quanto da despesa de cada município é destinado às despesas com pessoal, ou seja, compara-se a despesa de pessoal em relação ao conjunto das despesas. Outra variação deste mesmo indicador seria a comparação com a receita total.

Observa-se uma grande variabilidade de situações entre os municípios. No entanto, em situação mais crítica encontram-se apenas Valença, Maraú, Ilhéus e Santa Luzia, com percentuais em torno ou acima de 40% das despesas comprometidas com pessoal. Isso pode ser uma indicação de excesso de gastos com o funcionalismo, o que pode comprometer ou limitar a atuação da prefeitura.

De acordo com o Gráfico 3.6.2, todos os municípios encontram-se de acordo com as metas estabelecidas pelo BID e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A média de gastos com pessoal dos municípios é 36,8/%.

Gráfico 3.6.3 - Participação das Fontes de Receita na Receita Total (%) nos Municípios do Pólo Litoral Sul



Fonte: TCM BA 1999

A avaliação da **composição das receitas** dos municípios do Pólo Litoral Sul aponta para uma situação de forte dependência de recursos advindos de transferências constitucionais (basicamente o Fundo de Participação dos Municípios – FPM e a quota parte municipal do ICMS). Assim, as receitas provindas de transferências correntes do governo estadual e da União se aproximaram ou ultrapassaram o percentual de 80% para vários municípios do Pólo Litoral Sul.

O município de Camamu se destaca por ter o menor percentual de recursos de transferência em suas receitas, atingindo um índice de transferência de praticamente 60%, mas contribuiu para isso a fonte "outros recursos" e não as fontes próprias de recursos.

Outra maneira de evidenciar o mesmo fenômeno é por meio da verificação da participação das receitas próprias na formação da receita orçamentária total do município. Apenas os municípios de Ituberá (16%), Taperoá (10%) e Ilhéus (9%) apresentaram uma participação dos recursos próprios mais significativa.

Neste ponto, deve-se ressaltar que a determinação do patamar de arrecadação local advém da base econômica do município e do tamanho de sua população, mas tem grande importância também a sua capacidade de cobrança, o que se associa ao seu desenvolvimento institucional e administrativo. Mesmo as receitas de transferência podem ser aumentadas com a melhoria dos instrumentos de controle e fiscalização do município, já que os critérios de repasse do ICMS, por exemplo, baseiam-se em dados que devem ser monitorados pela prefeitura, como evolução do valor adicionado e outras informações relativas à dimensão da produção econômica do município. Indiretamente, as estratégias adotadas pelas prefeituras

para incremento da economia local também aumentam, em longo prazo, o nível de repasses constitucionais.

Após a formulação e execução dos projetos de modernização administrativa e fiscal nos municípios, é esperado que o nível de arrecadação própria municipal aumente em:

- **10%** da receita total para os municípios criados a partir de 1998 com até 50.000 habitantes, 12 meses após o início do projeto – Municípios de Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Maraú, Itacaré, Uruçuca, Una, Santa Luzia e Canavieiras;
- **15%** para os demais municípios com até 50.000 habitantes, 12 meses após início do projeto – Municípios de Cairu, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu, Maraú, Itacaré, Uruçuca, Una, Santa Luzia, Taperoá e Canavieiras;
- **20%** para os municípios de mais de 50.000 e menos de 200.000 habitantes, 24 meses após o início do projeto – Valença;
- **35%** para os municípios com mais de 200.000 habitantes, 36 meses após o início do projeto –Ilhéus.

Capacidade de Gestão das Atividades Turísticas

Para analisar as estruturas administrativas diretamente relacionadas ao Turismo e ao Meio Ambiente, foram levados em consideração alguns aspectos da administração municipal que fornecem indícios da capacidade de gestão setorial, tais como Secretarias Municipais, Plano de Ação Setorial, e Administração de Fundos Específicos. Em seguida, avalia-se o nível de participação da comunidade no processo decisório.

Em um segundo momento, analisa-se a estrutura de fiscalização dos municípios, tornando claro de que maneira a legislação é efetivamente cumprida e utilizada. Por último, os programas e projetos em prol do desenvolvimento do turismo, quando existentes, são listados, avaliando o nível de envolvimento da atual administração com a atividade turística.

As fontes utilizadas foram os Diagnósticos Institucionais (DI's) dos municípios, preenchidos pelas próprias prefeituras e o contato direto com representantes municipais. As informações sobre o município de Nilo Peçanha não são analisadas, pois não houve retorno por parte dos órgãos municipais.

Estruturas Administrativas Específicas do Setor Turístico

A tabela a seguir apresenta o atual cenário da existência ou não dessas estruturas administrativas nos municípios do Pólo Litoral Sul.

Tabela 3.6.11 - Estruturas Administrativas Específicas do Setor Turístico nos Municípios do Pólo Litoral Sul

		Secretaria de Turismo		Secretaria de Meio Ambiente		Administração de Fundos Específicos *	Plano de Ação Setorial*
		Autônoma	Agregada	Autônoma	Agregada		
Costa do Dendê	Valença		X		X		
	Cairu	X			X	X	X
	Taperoá		X				
	Nilo Peçanha	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
	Ituberá		X		X	X	X
	Igrapiúna						
	Camamu	X				X	
	Maraú		X	X			
Costa do Cacau	Itacaré		X		X		
	Uruçuca						X
	Ilhéus	X**				X	X
	Una		X		X	X	X
	Santa Luzia		X		X		
	Canavieiras		X		X		X

(*) Específicos para o setor de turismo

(**) Ilhéus possui uma empresa municipal de turismo (Ilheustur)

Fonte: Diagnósticos Institucionais 2001.

A análise da situação resumida na tabela mostra que, embora exista um número razoável de secretarias de turismo e meio ambiente no Pólo Litoral Sul, pode-se observar que: (i) onze municípios contam com secretarias de turismo. Dessas, apenas três funcionam de forma autônoma. (ii) Oito municípios contam com secretarias de meio ambiente. Dessas, apenas uma funciona de forma autônoma.

O fato das secretarias serem agregadas com outras funções da administração municipal pode indicar um baixo nível de priorização da atividade dentro do município, havendo pouca autonomia para o planejamento e gestão da atividade na prefeitura, fator considerado de grande importância para o desenvolvimento sustentável da atividade. Um indício que reforça essa constatação é a baixa incidência da administração de fundos específicos para atividade turística no Pólo Litoral Sul. Deve-se ressaltar que, em alguns casos, a vinculação da administração do turismo com as atividades de cultura, meio ambiente, ou mesmo desenvolvimento econômico pode criar sinergias desejáveis, desde que haja uma política clara em relação ao turismo no âmbito das secretarias. A configuração ideal para cada município depende de uma análise da realidade local e das forças políticas em jogo. É indispensável, no entanto, que todos os municípios contemplados pelo PRODETUR NE II possuam equipes competentes com funções claramente delimitadas de planejamento e gestão da atividade turística do município.

A estrutura das secretarias, tanto em termos de pessoal como de recursos e equipamentos disponíveis, mostra-se como um fator limitante da atuação desses órgãos no planejamento e gestão do turismo nos municípios do pólo. As secretarias dispõem de uma média de três a cinco funcionários, muitas vezes pouco capacitados para o exercício eficiente de suas funções. Quando várias atividades são agregadas na mesma secretaria, esses poucos funcionários são obrigados a dividir suas atenções, muitas vezes em detrimento de atividades essenciais ao planejamento e gestão do turismo, como o acompanhamento de informações importantes da

evolução da atividade no município. Nem todas as prefeituras disponibilizaram informações abrangentes sobre a condição de seus municípios, mas a situação do Pólo Litoral Sul pode ser ilustrada com três exemplos:

- **Valença**: A Secretaria de Indústria, Cultura, Comércio e Turismo possui três funcionários, sendo um com nível de escolaridade superior. Esses funcionários dispõem de um microcomputador e um telefone.
- **Camamu**: A Secretaria de Turismo possui três funcionários , sendo um com nível superior. Há um microcomputador e um telefone. Atualmente, a secretaria trabalha na implantação do posto de informações turísticas, em um projeto de sinalização turística e na revitalização da orla turística, dentre outros projetos.
- **Canavieiras**: A Secretaria de Turismo e Esporte possui cinco funcionários, sendo um com nível superior. Há um microcomputador e um telefone disponíveis como ferramentas de trabalho para os funcionários da secretaria.

Embora a incidência de Planos de Ação Setorial para o Turismo ainda seja discreta, presente em seis municípios do pólo, a maioria deles na Costa do Cacau, é importante ressaltar que a necessidade desses planos vem sendo amadurecida nos municípios que já contam com a participação de representantes das comunidades em reuniões com foco no turismo.

Dentre os exemplos de participação comunitária em Planos de Ação Setorial para o Turismo, destaca-se o município de Ilhéus, que conta com uma associação – Associação de Turismo de Ilhéus (ATIL) – voltada exclusivamente para discussões e proposições para o desenvolvimento da atividade turística. No restante dos municípios, quando há participação nos planos, essa se dá geralmente por meio dos conselhos municipais de turismo (quando existentes) e associações.

Participação da Comunidade no Processo Decisório

Tabela 3.6.12 - Participação da Comunidade nos Municípios do Pólo Litoral Sul

		Legislação que obriga a participação da comunidade na definição dos investimentos		Processos de Planejamento Participativo		Prioridades de investimento são divulgadas à comunidade	Resultados alcançados divulgados à comunidade	Participação direta e efetiva da comunidade	Participação específica no planejamento setorial de Meio Ambiente	Participação específica no planejamento setorial de Turismo
		Sim/Não	Ano	Sim/Não	Ano Início					
Costa do Dendê	Valença	N/D	N/D			X	X	X	X	
	Cairu					X	X		X	X
	Taperoá					X	X			
	Nilo Peçanha	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
	Ituberá					X	X		X	X
	Igrapiúna	X	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
	Camamu	N/D	N/D	X	N/D	X	X	X	N/D	X
	Maraú	X	1997							
Costa do Cacau	Itacaré	X	2000	X	2000	X	X	X	X	X
	Uruçuca	X	N/D	X	N/D	X	X			
	Ilhéus			X	1997	X	X	X	X	X
	Una			X	2000	X	X	N/D	X	X
	Santa Luzia					X	X			
	Canavieiras					X	X		X	X

Fonte: Diagnósticos Institucionais 2001

A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal em 2000 tem como uma de suas exigências a Transparência na Gestão Pública. Provavelmente foi a causa da implementação de legislação que obriga um processo participativo para a tomada de decisões em quatro municípios do Pólo Litoral Sul.

Processos participativos instaurados para a gestão e organização administrativas podem ser encontrados em apenas cinco municípios desse pólo. Já no planejamento específico dos setores de turismo e meio ambiente, 50% dos municípios oferecem à comunidade oportunidades de participação.

Exemplos das formas de participação são os mesmos encontrados nas atuações quando da elaboração de Planos de Ação Setorial para o Turismo, citados no item "Estruturas Administrativas Específicas do Setor Turístico". Mais uma vez destaca-se o município de Ilhéus, que conta com o apoio do CONDEMA – Conselho de Desenvolvimento de Meio Ambiente, na organização desses processos participativos.

Embora o município de Santa Luzia tenha declarado não possuir esses processos instaurados, a comunidade desse município vem desde 1994 lutando para que os 460 hectares do Lapão sejam reconhecidos como uma área de preservação ambiental, o que motivou a elaboração do Projeto de Lei Popular que objetiva criar a Área de Preservação Ambiental (APA) do Lapão, região de grande interesse turístico e ambiental.[66]

A divulgação das prioridades de investimento e dos resultados alcançados foram os instrumentos mais presentes nas administrações dos municípios do Pólo Turístico Litoral Sul. Os meios de divulgação mais utilizados citados por informantes nos municípios foram: Audiência Pública; Imprensa Oficial; Internet; Rádio; Jornais; Carro de Som; discursos em palanque e fixação de cartazes no mural do Paço e Câmara Municipal.

Fiscalização

Tabela 3.6.13 - Estrutura de Fiscalização nos Municípios do Pólo Litoral Sul

		Programas de fiscalização	Critérios e procedimentos padronizados para fiscalização	Acompanhamento sistemático das ações de fiscalização	Fiscalização específica para o setor de Meio Ambiente
Costa do Dendê	Valença	X		X	X
	Cairu	X	X	X	X
	Taperoá	X			
	Nilo Peçanha	N/D	N/D	N/D	N/D
	Ituberá			X	X
	Igrapiúna				N/D
	Camamu	X	X	X	X
	Maraú	X	X	X	X
Costa do Cacau	Itacaré	X	X	X	X
	Uruçuca	X	X	X	X
	Ilhéus	X	X	X	X
	Una	X	X	X	X
	Santa Luzia				
	Canavieiras			X	X

N/D – Informações não disponíveis

Fonte: Diagnósticos Institucionais 2001

A maioria dos municípios do Pólo Turístico Litoral Sul informou ter fiscalização com processos de acompanhamentos e critérios padronizados. Tal informação não foi confirmada quando da visita de campo. O órgão responsável pela fiscalização ambiental – CRA (Centro de Recursos Ambientais) –, segundo depoimentos de seus próprios funcionários, não conta com estrutura suficiente para as demandas de fiscalização e alterações nas incumbências

66 Acessado em fevereiro de 2003. Disponível por WWW em http://www.eptv.globo.com/terradagente.

internas contribuíram para reduzir ainda mais essa capacidade. De acordo com esse órgão, as fiscalizações ambientais deveriam ser realizadas em acordo com as prefeituras, disponibilizando, entre outros quesitos, fiscais para o trabalho conjunto. O acordo, no entanto, não funciona, pois são raras as prefeituras que cedem funcionários para a função de fiscalização.

Embora estruturados legalmente para a defesa sócio-ambiental, esses municípios não contam com fiscalização alguma. O resultado é, entre outros, um ambiente constantemente degradado por construções e atividades ilegais.

Segundo o IESB[67], os escritórios do IBAMA em Ilhéus e Camamu não dispõem de pessoal nem veículos suficientes para fiscalizar a região e também foi constatado que a atividade madeireira funciona ativamente, sem plano de manejo e sem controle na região, especialmente nos municípios de Santa Luzia, Itacaré e Camamu.[68]

Um instrumento de grande auxílio para controle de áreas naturais é o levantamento aerofotogramétrico e/ou geoprocessamento, pois este permite atualizar e monitorar o território. Nesse quesito, dentre os dez municípios que responderam os DI´s, nenhum conta com esse instrumento implementado em suas administrações municipais.

Programas e Projetos para o Desenvolvimento do Turismo

Tabela 3.6.14 - Programas e Projetos para o Desenvolvimento do Turismo nos Municípios do Pólo Litoral Sul

		Programa de educação para atendimento ao turista	Programa de orientação de preservação ambiental ao turista	Programa de Educação Ambiental	Posto de Informações Turísticas
Costa do Dendê	Valença			X	X
	Cairu		X	X	
	Taperoá	X	X		
	Nilo Peçanha	N/D	N/D	N/D	N/D
	Ituberá		X	X	
	Igrapiúna				
	Camamu	X	X	X	X
	Maraú	X	X	X	X
Costa do Cacau	Itacaré			X	
	Uruçuca			X	
	Ilhéus	X	X	X	X
	Una	X	X	X	
	Santa Luzia			X	
	Canavieiras	X	X	X	X

N/D – Informações não disponíveis

Fonte: Diagnósticos Institucionais 2001

No que diz respeito aos programas e projetos para o desenvolvimento do turismo na região, o programa mais presente nos municípios é em prol da educação ambiental. Em segundo lugar está o programa de orientação ambiental ao turista. Percebe-se, então, a grande ênfase dada ao meio ambiente nos programas e projetos de desenvolvimento turístico.

[67] Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia.
[68] Fonte: Jornal da APA 16/08/2002 – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia.

De acordo com o capítulo 3.10.1 – Educação da Comunidade para o Turismo, o maior problema levantado pelos turistas é o de limpeza pública. De alguma maneira, este problema está incluído nos programas de educação ambiental. No entanto, este tipo de problema social está mais relacionado à falta de conscientização das comunidades para: (a) a importância do turismo na economia local; (b) a importância de cada cidadão no processo de desenvolvimento turístico; e (c) a necessidade de manutenção do patrimônio histórico-cultural, natural e social do local.

O município de Canavieiras apresenta ações integradas para conservação, recuperação e preservação ambiental do seu manguezal, como também, para o desenvolvimento da pesca amadora no município, principalmente no estuário do rio Pardo.

O IESB desenvolveu um Projeto - Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo da APA Itacaré/Serra Grande, coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento do Turismo (SUINVEST/ PRODETUR) e executado pelo IESB. Teve por foco atingir a população, principalmente aquela residente em um território de 142 km² que envolve espaço litorâneo dos municípios de Itacaré e Uruçuca, que constitui a Área de Proteção Ambiental de Itacaré - Serra Grande, situada no sul da Bahia e 30 km ao norte da cidade de Ilhéus. Apresenta populações urbanas e rurais convivendo com um espaço natural: os ecossistemas de Mata Atlântica, o Manguezal e a Restinga.

Esse projeto contou com o apoio da Fundação Ford e Conservation International, e apresentou dois programas que foram desenvolvidos durante o período de fevereiro de 1999 a setembro de 2000: 1) Programa de Educação Ambiental, desenvolvido através da produção e divulgação participativa de informações, com o fim de consolidar a consciência desta Unidade de Conservação; 2) Programa de Ecoturismo Participativo, com a capacitação no conhecimento e desenvolvimento de Produtos Ecoturísticos na APA e no seu entorno.

Os produtos deste projeto foram a ampliação do saber ambiental e o desenvolvimento de atividades ecoturísticas demonstrativas. Para atingir estes resultados, foi produzido um conjunto de publicações dirigidas para os diferentes segmentos sociais atuantes na APA, feitos com participação local, e realização de eventos, assessoria e extensão comunitária.

O IESB também desenvolveu, no ano de 2001, um curso de educação ambiental na Vila de Serra Grande/Uruçuca, tendo como principal objetivo fornecer mais subsídios para aplicação em sala de aula da Cartilha "Conhecendo a nossa APA". Dois módulos foram aplicados: Relações Humanas e Conhecendo a Mata Atlântica.

As conclusões dessas iniciativas foram de que a atividade turística, se acompanhada de medidas conservacionistas concretas, capazes de reverter tendências de degradação comuns nesta costa, diferencia-se e permite uma maior sustentabilidade para a região.

Salvo o caso de Ilhéus, a capacidade de gestão das atividades turísticas é muito reduzida na maioria dos municípios. Não se pode contar com uma gestão da atividade turística se não existem meios efetivos de fiscalização sócio-ambiental. De maneira alguma a atividade turística pode ser sustentável se não há instrumentos de planejamento que ditem, por exemplo, os limites da capacidade de carga do local.

Conclusão

A capacidade de gestão dos municípios e as estruturas administrativas apresentam problemas na maioria dos municípios do Pólo Turístico do Litoral Sul. Em primeiro lugar, deve-se ressaltar a discreta incidência de instrumentos de gestão e planejamento nos municípios, como o Plano Diretor Municipal, os planos setoriais de turismo e de meio ambiente, instrumentos essenciais para uma gestão eficiente do município.

Os instrumentos de gestão ausentes podem impedir a plena realização dos objetivos do PRODETUR NE II. Para os parâmetros de desenvolvimento que o programa almeja, os municípios se encontram em desvantagem, principalmente por ainda não apresentarem todos os instrumentos condicionantes desse programa – Plano Diretor Municipal e Código de Obras.

Merece destaque a carência de programas de treinamento do pessoal nas administrações municipais. Essa carência perpetua a situação atual de pouco preparo e pouca capacitação para o pessoal envolvido no processo decisório local e para as demais atividades administrativas e operacionais da prefeitura.

Em função da baixa capacidade de arrecadação local verificada na análise das finanças públicas municipais, decorre a necessidade premente do aprimoramento tanto da capacidade técnica do pessoal envolvido nestas atividades, como também, de prover as prefeituras de todos os aspectos legislativos (plantas de imóveis atualizadas, cadastro de contribuintes do ISS etc.) e de instrumentos componentes do processo de arrecadação, incluindo também, meios físicos, como a informatização dos processos.

Para o desenvolvimento da atividade turística, deve-se manter o princípio da minimização dos impactos das obras de infra-estrutura necessárias, buscando o ordenamento da expansão urbana nas vilas e cidades turísticas por meio de legislações de zoneamento e de uso do solo e meio ambiente, elaboração e implantação de planos diretores, intensificação da educação básica ambiental, intensificação das ações de fiscalização, fortalecimento das áreas protegidas já criadas, bem como a criação de novas unidades de conservação.

Todas essas ações sugeridas fortalecerão a gestão municipal no desenvolvimento da atividade turística nos municípios, e essas devem vir acompanhadas da adoção de novos processos decisórios, exigindo assim uma maior capacitação do pessoal envolvido e uma modernização dos processos tradicionais. A participação efetiva da população e dos segmentos interessados irá proporcionar subsídios para que sejam alcançados os resultados esperados.

Em relação às condições das finanças públicas, o quadro verificado, principalmente nos municípios de pequeno porte econômico do Pólo, não foge ao padrão prevalecente no Brasil. Verifica-se baixa capacidade de arrecadação local que, em conjunto com um certo comprometimento dos recursos com o funcionalismo (não intenso), provoca uma condição em que os municípios têm pouca capacidade de implementar políticas públicas voltadas ao social e ao ambiental (educação, saúde, saneamento, tratamento de lixo etc.). Se os recursos são escassos para o atendimento das demandas essenciais, o problema agrava-se quando são considerados os gastos necessários ao desenvolvimento e manutenção da atividade turística no município, como a estruturação e cuidados gerais com os atrativos naturais e culturais, além de gastos com promoção etc. Nesse sentido, urge que os municípios montem melhores estruturas ("máquinas") de arrecadação, seja por livre determinação e meios ou vinculando-se aos programas de melhoria de gestão e capacitação administrativa existentes (BNDES, CEF, Governo Baiano).

De maneira a sintetizar as análises deste capítulo e fornecer um panorama, mesmo que simplificado, da ordenação dos municípios do Pólo Litoral Sul com relação a sua capacidade de desenvolver a atividade turística de maneira sustentável (ou seja, considerando as esferas econômica, ambiental e social), partiu-se para um exercício de análise conjunta dos aspectos abordados ao longo do capítulo. Como critérios principais de análise, considerou-se a existência de Secretaria de Turismo e Conselho Municipal de Turismo, Plano Diretor Municipal (considerando em melhores condições aqueles municípios que já possuem Plano Diretor Urbano ou que estejam com o PDM em elaboração), Lei de Uso do Solo e Meio Ambiente e Planta de Valores Imobiliários atualizada. Os demais critérios também foram

considerados, mas com peso menor. Com os resultados da análise, os municípios foram divididos em três grupos relativamente homogêneos:

Municípios em melhores condições: Ilhéus, Canavieiras, Maraú e Ituberá.

Municípios em condições medianas: Camamu, Santa Luzia, Itacaré, Valença e Una.

Municípios em piores condições: Taperoá, Cairu, Uruçuca, Nilo Peçanha e Igrapiúna.

Ressalta-se que os critérios utilizados para esse ordenamento são subjetivos, no entanto, contemplam os aspectos mais importantes para que haja uma administração municipal preparada para o planejamento e gestão da atividade turística. Assim, os municípios dos dois últimos grupos devem receber atenção especial no desenvolvimento de instrumentos de gestão e da capacidade institucional das prefeituras, com ênfase para **Camamu, Itacaré, Valença e Cairu**, municípios onde a atividade turística já é presente de maneira mais intensa.

3.7. Capacitação do Setor Privado

Introdução

Nesse capítulo, serão analisadas as características dos agentes privados relacionados com o turismo, no Pólo Litoral Sul. Em primeiro lugar, o PRODETUR I será avaliado quanto aos seus impactos nas empresas e nos investimentos nesse Pólo. Depois, serão expostos os investimentos realizados pelo PRODETUR I e aqueles em fase de projeto.

Com base no estudo do Monitor Group para a criação do Cluster de Entretenimento do Estado da Bahia, o associativismo empresarial do setor privado será analisado. Esse estudo traz um resumo da situação atual das relações entre o setor privado e o setor público.

Para analisar a gestão empresarial, é necessário conhecer alguns fatores como a dependência do abastecimento, o sistema de qualidade e problemática empresarial (resultados financeiros, problemas de comercialização, de capacitação, etc.).

Por último, será analisado o processo de formação Conselho de Turismo do Pólo, com avaliação da eleição dos seus membros, seus objetivos, etc. Além disso, tem-se um estudo sobre o envolvimento dos empresários no PRODETUR II. Para esse estudo, foram usadas informações estatísticas e o resultado das reuniões preliminares para a formulação do PDITS do Pólo Litoral Sul.

Análise do PRODETUR I

A implementação do PRODETUR NE I se deu a partir de 1995, com conclusão prevista para 2003. Entretanto, o Estado da Bahia iniciou seu programa estadual de desenvolvimento do turismo em 1991, gerando resultados diretos nos investimentos do setor privado. Na Tabela 3.7.1 é mostrada a evolução dos investimentos privados realizados no período de 1991-2001, no setor turístico.

Tabela 3.7.1 - Investimentos Privados Concluídos no Pólo Litoral Sul – 1991-2001

Zona Turística	1991-1994		1995-1998		1999-2001		Total do Período	
	US$	UHs	US$	UHs	US$	UHs	US$	UHs
Costa do Dendê	21.904.000	1.315	41.907.000	844	5.787.405	359	69.598.405	2.518
Costa do Cacau	12.148.300	774	5.553.000	356	3.057.100	150	20.758.400	1.280
Total Pólo Litoral Sul	**34.052.300**	**2.089**	**47.460.000**	**1.200**	**8.844.505**	**509**	**90.356.805**	**3.798**

Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

O maior montante de recursos foi aplicado no período de 1995-1998, quando se investiu mais da metade de todo o montante do período 1991-2001. Esse período se destaca pela construção do trecho Ilhéus-Itacaré da BA-001, induzindo a acreditar que os investimentos realizados nesse período foram alavancados pela construção da estrada.

Destacam-se os investimentos realizados na Costa do Dendê que, tanto no que se refere ao valor investido como ao número de UHs construídas, é bastante maior do que os montantes da Costa do Cacau.

Os investimentos privados em execução ou em projeto para o Pólo Litoral Sul, a partir de 2002, podem ser visualizados na Tabela 3.7.2

Tabela 3.7.2 - Investimentos Privados Previstos no Pólo Litoral Sul a partir de 2002

Zona Turística	Em Execução		Em Projeto		Total	
	US$ Mil	UHs	US$ Mil	UHs	US$ Mil	UHs
Costa do Cacau	2.880.000	92	341.000.000	5.440	343.880.000	5.532
Costa do Dendê	1.670.000	40	35.000.000	700	36.670.000	740
Total Pólo Litoral Sul	**4.550.000**	**132**	**376.000.000**	**6.140**	**380.550.000**	**6.272**

Fonte: SUINVEST Ago/2002
Elaboração: FGV 2003

Fica evidente uma maior propensão para investimentos na Costa do Cacau. Essa diferença reflete, em grande medida, o efeito da construção do trecho da rodovia BA-001 e as medidas de conservação ambiental que colaboram para manter as características naturais.

Associativismo Empresarial

O sistema que sustenta a atividade turística é uma soma de diversos setores, empreendimentos e serviços que formam, para o turista, um ciclo de serviços. Durante sua estada, o turista não só avaliará cada empreendimento ou serviço isoladamente, mas também sairá do destino com uma imagem homogênea, refletindo sua satisfação com este ciclo de serviços como um todo.

A questão do associativismo para o turismo deve ser encarada, portanto, sob dois aspectos: o aspecto setorial, levando em conta as associações setoriais, tais como associação de hoteleiros, associação de guia de turismo, de operadoras de viagem etc, e o aspecto intersetorial, abordando as relações e sinergias entre os diversos setores envolvidos na atividade.

A seguir, se faz uma análise do associativismo no Pólo Litoral Sul sob estes dois aspectos. No que concerne ao aspecto setorial, se tomou como base o estudo realizado pela Monitor Group para o desenvolvimento do Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia. As relações entre os setores foram avaliadas de acordo com as percepções dos consultores durante as pesquisas de campo, baseadas em entrevistas com agentes locais.

Aspecto Setorial

O estudo desenvolvido pela Monitor mostrou que apesar do fluxo turístico no Estado ter aumentado, no período de 1991 a 2000, esse aumento não foi correspondente à receita gerada por esses turistas, ou seja, mesmo vindo mais turistas para o Estado, eles estão gastando menos. A causa dessa diferença, segunda a Monitor Group, se deu pela:

> *"competição baseada em preços entre os empresários do Estado. Durante a maior parte da década de 90, observou-se uma prática predatória de preços pelos hotéis. (...) O tipo de competição predominante no meio empresarial baiano vem obrigando as empresas envolvidas a diminuírem seus custos para sobreviver. Ao longo desse tempo, houve deterioração dos equipamentos hoteleiros, e os baixos salários comprometeram a qualidade*

[70] MONITOR, 2001; pp. 8-13

dos serviços, fato que gerou um ciclo vicioso, ocasionando dificuldades para alguns empresários..."[70]

Portanto, o fato de os agentes estarem operando sem preocupação com o associativismo faz com que eles tenham menor rentabilidade, isso é, acaba sendo um fator restritivo ao crescimento do entretenimento no Estado. Para que essas atividades tenham sucesso, a Monitor Group considera essencial uma mudança de mentalidade nos agentes do setor, isto é, nos empresários do entretenimento (inclusive do turismo):

"A mentalidade deve ser mudada para criação de ***vantagens competitivas*** *que sejam sustentáveis no longo prazo e difíceis de copiar. Para evitar a competição ao nível mais básico, deve-se explorar oportunidades que tornem a experiência do visitante única e por isso muito mais interessante e valorizada. Isso significa também migrar para segmentos que requerem conhecimento, tecnologias ou habilidades especializadas, maior conhecimento das necessidades do consumidor e dos canais de distribuição e decisões estratégicas complexas envolvendo coordenação ativa das atividades na cadeia de serviços."*[71]

Somente ao agirem de forma cooperada e conjunta, as vantagens competitivas poderão ser atingidas pelos agentes do turismo no pólo. Os empresários do setor de entretenimento construíram uma relação baseada na competição por preço, sem qualquer forma de associativismo que garantiria a eles melhores níveis de competitividade e desempenho. Essa mentalidade compromete e degrada a Bahia como destino turístico.

Os empresários devem mudar a crença de que sozinhos podem gerar mais valor do que cooperados. Cooperação é sinônimo de sinergia, o que gera um valor maior do que a simples soma dos empreendimentos. A concorrência, que hoje estimula a baixa de preços, deve ser substituída pela parceria entre os agentes para o desenvolvimento da região como um todo. Só assim o setor de entretenimento poderá ser dinamizado, como todos os agentes comprometidos com o desenvolvimento regional e maior possibilidade de acesso a informações.

"A cooperação entre empresas de um cluster leva a um rápido acesso a informações e novas idéias entre seus membros, gerando um ambiente propício à inovação no setor. A existência dessa relação de cooperação entre empresas de um cluster é um dos determinantes mais importantes de sua competitividade.

Quanto ao cluster de entretenimento da Bahia, percebe-se pouca integração entre seus dois setores - turismo e cultura. Hotéis não divulgam a programação cultural local, agentes receptivos não estimulam a visita a museus ou teatros, e estes parecem não perceber o potencial de ações conjuntas com o setor de turismo. Na recente mostra Rodin, por exemplo, não havia nenhuma informação sobre a exposição nos hotéis, e agentes de receptivo entrevistados se dividiam entre a ignorância e o desinteresse sobre a mostra. Taxistas passando em frente à exposição ignoravam até mesmo que o prédio que a abrigava era um museu."[72]

Apesar de a relação predominante entre os agentes de um mesmo setor ser a de competição baseada em preços, nota-se a existência de diversas associações setoriais, conforme ilustra Tabela 2.7.3. Entretanto, estas associações trabalham, em sua maioria, no âmbito estadual ou nacional, o que significa que seus membros são grandes empresas de escala estadual e nacional. Tais empresas em geral adotam políticas de mercado que certamente levam em conta as vantagens do associativismo, por terem uma administração mais profissional.

[71] *Idem*; pg. 28
[72] *Idem;* pg. 29

Tabela 2.7.3 - Principais Associações do Setor Turístico do Pólo Litoral Sul

Associações
Associação Baiana de Receptivo - ABRE
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis da Bahia - ABIH BA
Associação Brasileira das Empresas de Entretenimento e Lazer - ABRASEL
Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAV
Associação Brasileira de Empresas de Eventos - ABEOC
Associação Brasileira de Meios de Hospedagem - ABMH
Associação das Empresas de Transportes Coletivos e Rodoviários do Estado da Bahia - ABEMTRO
Associação de Turismo de Ilhéus - ATIL
Associação dos Artesãos de Ilhéus
Associação dos Cabaneiros de Ilhéus
Câmara Setorial de Turismo da Bahia
Conselho Ilheense de Turismo - CITUR
Sindicato das Empresas de Turismo da Bahia - SINDETUR
Sindicato dos Trabalhadores de Hotéis e Restaurantes
Associação dos Comerciantes e Empresários do Ramo Turístico de Itacaré

Fonte: SUINVEST, FGV e SEBRAE Ilhéus

A mudança de mentalidade sugerida pelo estudo da Monitor está endereçada aos pequenos empresários, aos empreendimentos de administração familiar, que constituem boa parte da oferta de serviços turísticos do pólo. É entre estes empresários que prevalece a relação de competição, já que eles em geral não foram preparados e não conhecem com clareza as vantagens e desvantagens de uma atuação conjunta.

Mesmo entre estes pequenos empresários, nas cidades onde o turismo já tem grande relevância (como Ilhéus e Itacaré), já se pode identificar algumas associações setoriais e de classe, como a Associação dos Cabaneiros de Ilhéus, Associação de Turismo de Ilhéus e Associação dos Comerciantes e Empresários do Ramo Turístico de Itacaré. A existência de associações como estas já é resultado de uma crescente conscientização e mudança de mentalidade por parte dos pequenos empresários, mesmo que esta tomada de consciência tenha sua origem na experiência, e não em algum programa específico de conscientização ou sensibilização.

Ainda assim, deve-se observar que as associações formadas e atuantes, de maneira geral, apresentam deficiências no que diz respeito à capacitação de seus membros. Dificilmente um processo de capacitação é conduzido ou iniciado por uma associação, ficando via de regra a cargo do poder público ou de grandes instituições como as do Sistema S. Além disso, o pouco conhecimento das associações sobre o mercado turístico e a atividade turística no Brasil dificulta suas ações, já que as associações não formam redes de contatos eficientes e não conhecem as melhores práticas a serem adotadas em cada caso.

Portanto, no aspecto setorial, existe uma tendência de conscientização do empresariado do pólo. Em um movimento iniciado pelas grandes empresas do ramo e pelos pequenos empresários de locais onde o turismo já é uma importante atividade econômica, o trade turístico do pólo como um todo já tem as pré-condições e modelos para uma mudança gradual da mentalidade (hoje ainda predominante) da concorrência predatória.

Aspecto Intersetorial

Observa-se, no Pólo Litoral Sul e na Bahia como um todo, pouca cooperação e integração entre os vários elos da cadeia produtiva do turismo. Como vimos, alguns elementos da cadeia produtiva encontram-se coesos e homogêneos, tendo seus interesses representados

por associações fortes e atuantes. Outros ainda não contam com tal representação e precisam ainda se desenvolver no que diz respeito ao associativismo.

Estando os elos da cadeia produtiva íntegros ou não, o aspecto do associativismo intersetorial indica a necessidade de os setores trabalharem conjuntamente para o desenvolvimento do turismo no pólo. Atualmente, não há comunicação ou cooperação efetiva entre as instituições representantes de cada elo da cadeia produtiva. Com isso, a imagem da Bahia como destino turístico está comprometida, já que a avaliação do turista se dá de forma integrada e abrangente.

Esta problemática intersetorial envolve também o setor público. Os agentes envolvidos na atividade turística são marcados, no setor privado, por uma cultura empresarial pouco desenvolvida e, no setor público, por uma cultura assistencialista e pouco habituada ao desenvolvimento de processos de colaboração.

Desta forma, ainda se identificam grandes lacunas no associativismo intersetorial e entre os setores público e privado do turismo. De acordo com o estudo da Monitor, o próximo passo no desenvolvimento do cluster de entretenimento, no que diz respeito ao associativismo, é a conscientização de que o turista avalia um ciclo de serviços único, e não os diversos componentes (setores) deste ciclo. Entretanto, as propostas da iniciativa do Cluster de Entretenimento, Cultura e Turismo da Bahia de aumentar o grau de comunicação e colaboração entre os setores esbarram na relativa escassez de experiências anteriores semelhantes.

Enfim, recomenda-se o desenvolvimento de ações que fortaleçam institucionalmente as associações, conferindo-lhes mais representatividade, mandatos e recursos para a realização de projetos, aproveitando a tendência de tomada de consciência e mudança de mentalidade por parte do empresariado local. Além disso, deve-se estudar soluções para o aumento da comunicação e sinergia entre os diversos setores da atividade turística e o poder público, objetivando a construção de uma imagem coesa para o ciclo de serviços turísticos oferecidos no pólo.

Gestão Empresarial

Abastecimento

A oferta razoável de centros abastecedores na região faz com que os empresários ligados ao turismo não tenham grandes dificuldades de abastecimento para as suas atividades. A maioria das localidades turística já possui uma boa infra-estrutura de comércio, que abastece o empresariado do turismo local.

O Pólo Litoral Sul tem como principais centros abastecedores: Valença, que concentra grande infra-estrutura de serviços; e Itabuna / Ilhéus, que contam com forte comércio atacadista. Estes municípios suprem as principais necessidades dos municípios do Pólo.

Fora do Pólo Litoral Sul, encontram-se alguns centros abastecedores de maior porte e complexidade, que suprem necessidades específicas. Entre os principais centros pode-se listar: Salvador; Feira de Santana e; Santo Antônio de Jesus. Estes municípios são os principais produtores de insumos e matéria-prima para a atividade turística da região. Geralmente, a produção é escoada para Salvador e, de lá, segue para os principais pontos turísticos do Pólo Litoral Sul.

Existem ainda muitos produtos que não podem ser encontrados no Estado da Bahia e mesmo no Brasil. Alguns deles não podem ser produzidos no país por questões geográficas e de clima. Outros, no entanto, poderiam ser produzidos no âmbito do Pólo Litoral Sul, mas não

são. Desta maneira, existe uma necessidade de se desenvolver os centros abastecedores, para que estes possam atender mais adequadamente à demanda por insumos. Nessa situação, a maioria da renda gerada pelo ciclo de serviços ficaria retida no próprio estado, aumentando os benefícios que o turismo pode trazer à região.

Resgatando as informações obtidas no capítulo 3.2 - Análise Socioeconômica relativo à denominada "Rede Urbana"[73], trabalho de economia regional que resulta numa hierarquia de cidades de acordo com suas funções e graus de polarização, mostrando o perfil da rede urbana do Brasil, tem-se, dentro do Pólo Litoral Sul três importantes centros de influência, que são os já citados municípios de Ilhéus, Itabuna e Valença.

Comercialização e Distribuição

Durante as pesquisas de campo, foram realizadas entrevistas com donos e gerentes de hotéis, restaurantes e agências e operadoras de receptivo. O total destas entrevistas somou uma amostra representativa de 30 fichas preenchidas, que foram utilizadas para analisar como os empresários locais se organizam para atingir seus mercados emissores alvo.

Sobre as formas de comercialização e distribuição as principais conclusões obtidas através da pesquisa de campo foram as seguintes:

- A maioria (mais de 90% dos entrevistados) alegou não depender de empresas de fora da cidade para a comercialização de seu produto. A grande maioria afirmou que a divulgação de seu produto se dá pela internet e/ou por indicação.
- O restante dos entrevistados que afirmaram depender, de alguma forma de empresas de fora da cidade para divulgar/comercializar seus produtos, disseram que trabalham com agências e operadoras de outras localidades para comercializar seus produtos. No entanto, mesmo esses entrevistados afirmaram que esta dependência é pequena. Nota-se que estes entrevistados são aqueles que representam os maiores empreendimentos turísticos da região.

Esta breve análise pode demonstrar um grave problema na região: atualmente a comercialização dos produtos vendidos no Pólo Litoral Sul de dá de forma pulverizada, contando com poucas parcerias, o que dificulta a venda e comercialização destes produtos. Ressalta-se que através desta análise foi possível observar que a grande maioria dos empreendimentos é de pequeno porte e conta com administração familiar, que encontram na internet a maior e principal fonte de divulgação de seus produtos.

Sistema de Qualidade e Controle

Como demonstrado no item anterior o Pólo Litoral Sul apresenta, na grande maioria dos casos uma administração ainda pouco profissional e que não encontra condições de implementar sistemas de qualidade. O que se encontra são procedimentos pouco modernos de manutenção da qualidade, como caixas de sugestões, opinários e a presença do proprietário do empreendimento em cada etapa da operação.

Da mesma maneira como se dá com o associativismo, é necessária uma mudança de mentalidade do pequeno empreendedor. A diminuição de custos, que pode resultar em uma diminuição da qualidade, deve ser substituída por programas e sistemas de qualidade que garantam alto valor agregado ao serviço. Assim, a guerra de preços acabaria e uma possível mudança no perfil do turista poderia permitir uma maior capacidade de gasto.

[73] Caracterização e Tendências da Rede Urbana do Brasil, organizado por IPEA/Unicamp. IE.Nesur/IBGE – Campinas – SP; 1999 (Coleção Pesquisas, 3)

O certificado de Qualidade Bahiatursa é considerado como um diferencial de qualidade do hotel. O certificado foi criado em 1999 com a finalidade de aferir serviços da hotelaria em relação ao critério de qualidade da região baiana. Desta forma, é concedido somente após levantamento técnico para avaliação da segurança, saúde e higiene, atendimento ao cliente, ao consumidor e à legislação turística.

A pesquisa de Controle de Qualidade realizado pela Bahiatursa no ano de 2001 pesquisou 20 hotéis situados na Costa do Cacau, a fim de analisar a situação em que se encontravam. Este estudo classificou os hotéis em três categorias: excelente; bom e insatisfatório. 50% dos meios de hospedagem da Costa do Cacau foram classificados como BOM e os outros 50%foram classificados como INSATISFATÓRIOS. Nota-se que nenhum dos hotéis vistoriados na Costa do Cacau obteve a classificação EXCELENTE.

Esta pesquisa também avaliou o comportamento da oferta hoteleira diante do controle de qualidade e obteve os seguintes resultados:

- **Aspectos Negativos**
    - A conservação e manutenção das áreas, principalmente aquelas que o hóspede não tem acesso;
    - Limpeza e Higiene;
    - Não atendimento a legislação turística;
    - Não atendimento ao código do consumidor;
    - Gestão de Qualidade verificado em poucos meios de hospedagem.
- **Aspectos Positivos**
    - Reaproximação dos empresários com o Órgão Oficial de Turismo;
    - Agente fiscal passa a ser visto como consultor;
    - O Certificado de Qualidade da Bahiatursa é considerado como um diferencial de qualidade;
    - Interesse na melhoria da qualidade dos serviços do estabelecimento;
    - Aumento da base de dados para efeito de estatística;
    - Maior facilidade na fiscalização e acompanhamento da atividade hoteleira.

Ressalta-se que estes resultados se referem a todos os municípios onde a pesquisa foi realizada, que foram:

- Salvador: 65 hotéis
- Costa dos Coqueiros: 49 hotéis
- Porto Seguro/Santa Cruz de Cabrália: 48 hotéis
- Costa do Cacau: 20 hotéis
- Chapada Diamantina: 14 hotéis

Problemática Empresarial

As entrevistas realizadas na pesquisa de campo, já citadas no item sobre a “Comercialização e Distribuição”, mostraram que os principais problemas enfrentados pelos empresários locais são os listados a seguir:

1. Mão-de-obra pouco qualificada;
2. Baixo fluxo turístico e alta sazonalidade, relacionada à falta de um programa de marketing das destinações;
3. Infra-estrutura básica deficiente em muitas localidades, principalmente no que diz respeito à acessibilidade e saneamento básico;
4. Falta de preparo do poder público para a gestão do turismo e;
5. Setor privado pouco qualificado e com pouca visão empresarial

Apesar das entrevistas terem sido realizadas com uma amostra representativa de 30 entrevistados, pode-se dizer que as conclusões acima listadas em conjunto com todas as informações colhidas em campo, como também durante as reuniões (Workshop, Diagnóstico, Estratégias), que são analisadas em detalhe no capítulo 7 – Reuniões de Elaboração dos PDITS, formam uma sólida base de informações que colaboraram para toda a formulação do Plano.

Conselho de Turismo do Pólo

Com o objetivo de apoiar o desenvolvimento dos Pólos de Turismo, adotou-se como estratégia um modelo de planejamento que vai além dos moldes tradicionais, por apresentar forte compromisso com o engajamento da sociedade na definição das ações, reconhecendo-a como instrumento legítimo de participação no processo decisório.

Neste sentido, os **Conselhos de Turismo** reúnem, no mesmo arco de alianças, os atores que militam na atividade turística em nível regional. Os Conselhos são espaços sistematizados para o planejamento, a deliberação e viabilização de ações que concorram para o desenvolvimento do turismo, através da identificação dos entraves existentes e apresentação de soluções sistêmicas e mitigadoras desses óbices, bem como atuam de forma a fortalecer os elos da Cadeia Produtiva do Turismo.

Os Conselhos de Turismo terão preferencialmente 36 conselheiros. Metade deles será representado pelos poderes públicos (Federal, Estadual e Municipal) e o restante será ocupado pela sociedade civil, dividida entre o terceiro setor e setor privado. Cada membro do conselho, ou conselheiro terá direito a um voto nas deliberações do plenário.

Os representantes de cada grupo ou setor serão escolhidos basicamente através de reuniões focais e votação direta para escolha do conselheiro. A duração do mandato será de dois anos para cada membro do Conselho.

As reuniões ordinárias serão bimestrais, com possibilidade de convocação extraordinária pelo coordenador do conselho ou por mais de um terço dos membros.

Objetivos

"O Conselho de Turismo tem por objetivo potencializar o desenvolvimento do Polo, sob a ótica do empresariamento, pela integração das ações do Banco do Nordeste com a Política do Governo Federal, alinhando-as com as Políticas Públicas do Governo do Estado da Bahia, com outras instituições e a Sociedade em geral, de modo a gerar os seguintes resultados:

- *Fortalecimento e integração dos elos da Cadeia Produtiva do Turismo;*
- *Consolidação do Pólo pela identificação dos principais produtos turísticos diferenciados existentes no destino;*

- *Promoção e inserção competitiva do Pólo no destino turístico Nordeste;*
- *Geração de ocupação produtiva e renda;*
- *Aumento de arrecadações tributárias estaduais e municipais;*
- *Preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural do Estado;*
- *Melhoria da qualidade de vida da população fixa."*[74]

Diretrizes Básicas

- *"Atuar como foro de discussão e consenso sobre as estratégias e prioridades de desenvolvimento turístico do Pólo;*
- *Assegurar um processo de escolha dos conselheiros e de tomada de decisão transparentes;*
- *Apoiar e acompanhar a execução das ações do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil – PRODETUR NE II;*
- *Divulgar as ações do Conselho de Turismo do Pólo junto aos Conselhos Municipais de Turismo e Meio Ambiente. Identificação dos principais fatores restritivos à consolidação do destino turístico e articulação com todos os agentes envolvidos com o planejamento e gestão da atividade turística, buscando a implementação de soluções;*
- *Integração das diversas iniciativas em nível estadual, buscando formatar o produto turístico do pólo;*
- *Execução de Plano de Marketing conjunto, voltado para a divulgação do produto turístico;*
- *Aprovação dos Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável dos Pólos Prioritários;*
- *Acompanhamento das ações do PRODETUR/NE II."*[75]

O Conselho de Turismo do Pólo Litoral Sul foi oficialmente formado em abril de 2003 em uma reunião realizada no município de Ilhéus. A reunião contou com a presença de inúmeros prefeitos dos municípios do Pólo, além de representantes do setor privado e da sociedade civil organizada.

Nível de Compromisso do Setor em Relação ao PDITS

As reuniões realizadas para a elaboração participativa deste PDITS são um ótimo indicador do nível de compromisso e interesse da sociedade civil com o plano. Foram realizados cinco modelos de reuniões para a produção deste plano. Na primeira rodada, denominada **Workshop**, os presentes levantaram os pontos fortes e fracos do turismo em cada um de seus municípios. Essa reunião foi realizada para o Pólo Litoral Sul em 4 diferentes localidades, reunindo municípios por semelhança como destino turístico e facilidade de acesso.

A segunda rodada, de **Diagnóstico**, contou com uma apresentação do diagnóstico levantado na pesquisa de campo e em pesquisas de dados sobre a região. Num segundo momento, as reuniões proporcionaram a interação dos presentes, que indicaram soluções possíveis para os problemas levantados no Workshop e avaliaram os principais atrativos de seus municípios. Essas reuniões se deram também em 4 etapas.

[74] *BID, 2001; pg. 3*
[75] *BID, 2001; pp. 2-3*

Na rodada denominada **Estratégia** foi apresentada a estratégia para o desenvolvimento turístico para o Pólo Litoral Sul e as estratégias sub-regionais de cada Zona Turística. Foram realizadas em dois momentos, uma para cada uma das Zonas Turísticas.

A reunião de **Instalação do Conselho e Apresentação do PDITS para os Conselheiros** foi organizada pelo Banco do Nordeste e teve como principais objetivos a eleição dos conselheiros e a apresentação dos principais pontos do PDTIS.

A última reunião, também organizada pelo Banco do Nordeste, foi a reunião de **convalidação** que tinha a finalidade de avaliar o plano e as sugestões e alterações propostas. Ao final da reunião o plano foi submetido e aprovado por unanimidade pelo Conselho.

A Tabela 3.7.4 faz um resumo das reuniões realizadas:

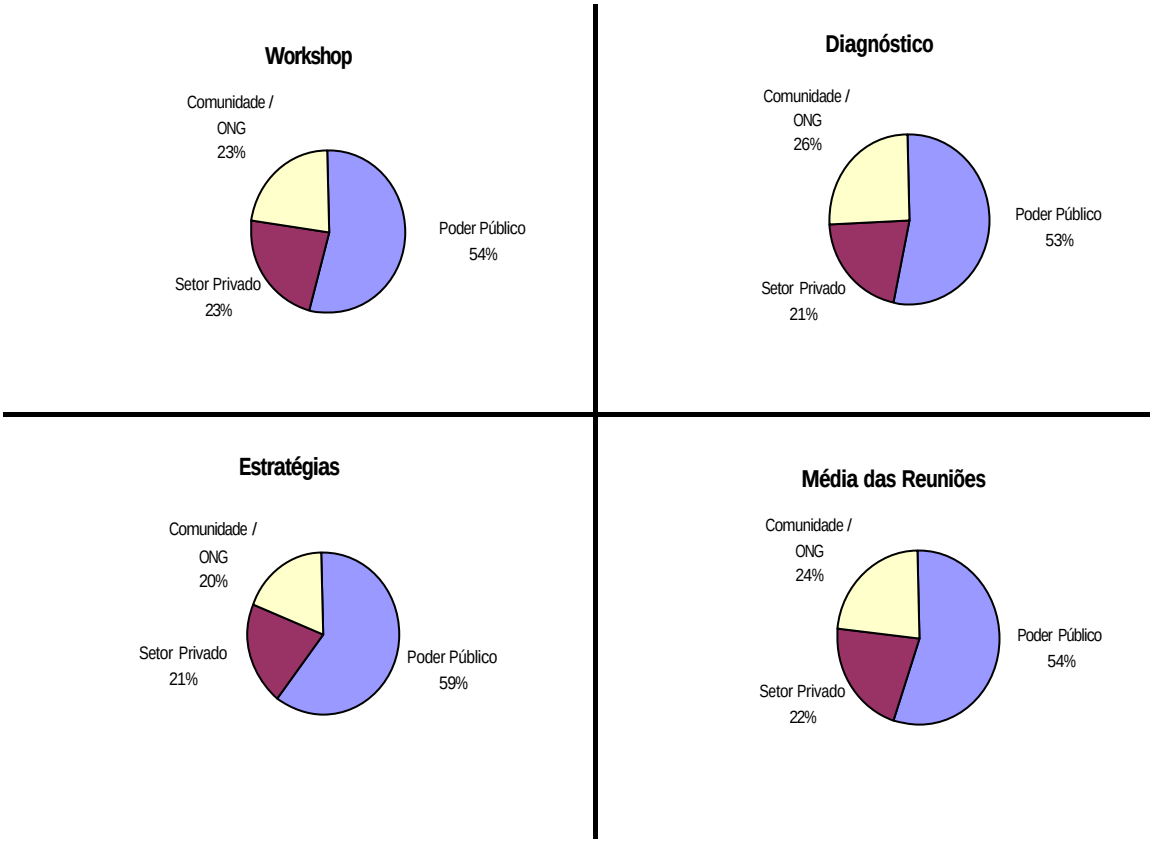
Tabela 3.7.4 - Reuniões Realizadas para elaboração do PDITS do Pólo Litoral Sul

Reuniões	Local	Data	Municípios Presentes	Total
Workshop	Valença	3/12/2001	Valença, Cairu e Tapeorá	23
	Camamu	4/12/2001	Camamu, Ituberá, Nilo Peçanha, Igrapiúna e Maraú	32
	Ilhéus	5/12/2001	Ilhéus, Canavieiras, Una, Santa Luzia	29
	Itacaré	6/12/2001	Itacaré e Uruçuca	22
	Total Workshop			**106**
Diagnóstico	Valença	15/10/2002	Valença, Taperoá e Cairu	44
	Camamu	16/10/2002	Camamu, Maraú, Igrapiúna, Nilo Peçanha e Ituberá	47
	Ilhéus	17/10/2002	Canavieiras, Una, Ilhéus e Santa Luzia	48
	Itacaré	18/10/2002	Itacaré e Uruçuca	53
	Total Diagnóstico			**192**
Estratégias	Ituberá	3/2/2003	Valença, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú	48
	Ilhéus	4/2/2003	Canavieiras	42
	Total Estratégias			**90**

Elaboração: FGV 2003

Estiveram presentes nessas reuniões representantes do poder privado local, do poder público local e estadual e, principalmente membros (moradores) das comunidades. O Gráfico 3.7.1 mostra como foi, em média, a distribuição dos participantes em cada reunião realizada:

Gráfico 3.7.1 - Participantes por Grupo - Pólo Litoral Sul



Elaboração: FGV 2003

Durante as reuniões, os empresários do Pólo Litoral Sul demonstram as seguintes posturas em relação ao PDITS:

- **Positivas:**
  - Esperança: muitos percebem no PDITS a chance do município receber recursos e melhorar a situação atual.
  - Interesse: os empresários que estiveram presentes nas reuniões mostraram-se interessados e muito dispostos a colaborar.
- **Negativas:**
  - Desconfiança: muitos duvidam da conclusão e efetivação do PDITS, comparando a outras iniciativas que não levaram benefícios diretos aos seus negócios.
  - Ausência: os empresários de muitos municípios não estiveram representados nas reuniões, deixando de expor suas dificuldades e idéias. Muitas vezes transmitem a idéia de que o planejamento é uma função do Estado, exclusivamente.

As reuniões de elaboração dos PDITS demonstraram, de um modo geral, um grande interesse por parte dos participantes e disposição para colaborar para o desenvolvimento sustentável da região. As reuniões contaram com a colaboração de diversos setores da sociedade local, e teve como resultado uma riqueza e qualidade das informações colhidas.

O capítulo 7 – Reuniões de Elaboração do PDTIS apresentará uma análise mais detalhada acerca das reuniões realizadas, como também sobre sua metodologia.

Conclusão

Os investimentos feitos pelo setor privado no Pólo Litoral Sul demonstram que o empresariado está atuante. Investimentos turísticos foram e estão sendo feitos. Um fator importante para isso foi a colocação do turismo entre as estratégias de desenvolvimento econômico do Estado da Bahia (1991). Nesse sentido, a implementação do PRODETUR NE I a partir de 1995 também alavancou os investimentos privados na região.

O empresariado demonstra, portanto, grande capacidade empreendedora. Todavia, a situação atual – principalmente no que concerne ao associativismo e à gestão e problemática empresariais – evidencia algumas dificuldades e fragilidades que impedem o desenvolvimento contínuo e sustentável do turismo na região.

As primeiras conclusões a que se chega corroboram os resultados alcançados pela pesquisa da Monitor Group. A mentalidade do empresariado local é uma força restritiva ao desenvolvimento, já que se baseia nos princípios da competição de mercado.

A condição *sine qua non* para a implantação de clusters de entretenimento regionais é uma mentalidade de integração e cooperação na grande maioria dos empresários. Com isso, todos trabalharão para o aumento do valor agregado do produto turístico e, com efeito, todos se beneficiarão deste valor. Esta nova mentalidade permitirá também que se forme uma cadeia produtiva local fortificada, com a qual a atividade turística poderá interagir em larga escala.

Esta mudança de mentalidade deve ser fomentada de diversas maneiras, através do Projeto de Capacitação Empresarial previsto no PRODETUR NE II, estímulo à criação de associações empresariais, fóruns, etc.

A criação do Conselho de Turismo é uma dessas maneiras que podem possibilitar a mudança de mentalidade. O Conselho aumenta a participação do setor privado e da comunidade no planejamento e controle do desenvolvimento turístico local. Ademais, cria um fórum de debates entre os diversos setores da sociedade, que dessa forma podem atuar conjuntamente para o desenvolvimento do turismo na área de planejamento.

3.8. Produtos e Atrativos Turísticos

Introdução

O presente capítulo identifica e classifica os atrativos turísticos do Pólo Litoral Sul segundo uma metodologia formulada especialmente para esse fim. A base conceitual utilizada foi a da EMBRATUR, em sua "Metodologia do Inventário da Oferta Turística".

A parte inicial do capítulo apresenta o marco teórico da EMBRATUR para inventário e análise dos atrativos potencias e efetivos de uma região, tendo como objetivo definir as potencialidades de uma destinação para o desenvolvimento do turismo. Parte-se da visão de que os atrativos compõem a base principal do turismo de uma determinada região.

A análise dos produtos e atrativos turísticos do Pólo Litoral Sul se inicia com um panorama da **situação atual** dos atrativos turísticos. São apresentados os **atrativos efetivos**, responsáveis pelos fluxos turísticos que já existem nos municípios que compõem a Costa do Cacau e a Costa do Dendê, as duas zonas turísticas que formam o Pólo Litoral Sul. Os atrativos também são classificados e analisados segundo a categoria à qual pertencem, identificando as categorias principais no Pólo de acordo com a magnitude dos atrativos. Também são levantados e analisados os produtos turísticos atualmente formatados que incluem dentro do roteiro proposto os municípios da área de planejamento, tema que é aprofundado no Cap. 3.9 – Qualidade da Oferta Turística.

Em seguida, é feita uma análise da possível **situação futura** dos produtos e atrativos turísticos no Pólo Litoral Sul, caso a potencialidade identificada na região seja desenvolvida. Para tanto, segue-se a mesma estrutura utilizada para a situação atual, tendo como base os **atrativos potenciais**.

A análise da situação atual em conjunto com a situação futura proporciona uma visão mais clara das vocações turísticas da região, permitindo que sejam centrados esforços nas vertentes em que a Costa do Cacau e a Costa do Dendê apresentam maior potencialidade e diferencias competitivos em relação a outras regiões.

Metodologia

Marco Teórico – EMBRATUR

A Oferta Turística engloba tudo o que o local de destino tem a oferecer aos turistas atuais e potenciais.

Portanto, a Oferta Turística é representada pela gama de atrativos turísticos, assim como bens e serviços que provavelmente induzirão as pessoas a visitarem especificamente um país, região ou cidade.

Por Atrativos Turísticos entende-se todo o lugar, objeto ou acontecimento de interesse turístico que motiva o deslocamento de grupos humanos para conhecê-los.

Os atrativos turísticos apresentam-se em 5 categorias:

***Naturais**: Consistem em montanhas (picos / cumes, serras, montes / morros / colinas etc); planaltos e planícies (chapadas / tabuleiros, patamares, pedras tabulares, vales, rochedos etc); costas ou litoral (praias, restingas, mangues, baías / enseadas, sacos, cabos e pontas,*

falésias / barreiras, dunas etc); terras insulares (ilhas, arquipélagos, recifes / atol); hidrografia (rios, lagos / lagoas, praias fluviais / lacustres); pântanos; quedas d'água; fontes hidrominerais e / ou termais; parques e reservas de fauna e flora (nacional, estadual, municipal); grutas / cavernas / furnas; áreas de caça e pesca.

***Histórico-Culturais**: Esta categoria engloba monumentos (arquitetura civil, religiosa / funerária, industrial / agrícola, militar; ruínas; esculturas; pinturas; outros legados); sítios (históricos e científicos); instituições culturais de estudo, pesquisa e lazer (museus, bibliotecas, arquivos, institutos históricos e geográficos).*

***Manifestações e Usos Tradicionais e Populares**: Consistem em festas, comemorações e atividades (religiosas, populares e folclóricas, cívicas); gastronomia típica (salgados, doces, frutas / sucos / bebidas); artesanato; feiras e mercados.*

***Realizações Técnicas e Científicas Contemporâneas**: Exploração de minério; exploração agrícola e pastoril; exploração industrial; obras de arte e técnica; centros científicos e técnicos.*

***Acontecimentos Programados**: Congressos e convenções; feiras e exposições; realizações diversas (desportivas, artísticas / culturais, sociais / assistenciais, gastronômicas / de produtos etc).*

A esses Atrativos Turísticos devemos agregar o uso que o turista faz nos mesmos, ou seja, as Atividades Turísticas. Efetivamente, para que aconteça o turismo é preciso que o consumidor – turista – realize determinadas atividades que são o objetivo de sua viagem e a razão pela qual torna-se necessário que lhe sejam prestados serviços turísticos. Esses só existem para que possam ocorrer as atividades turísticas.

Os equipamentos e instalações turísticas têm sua construção justificada somente naqueles locais privilegiados cujas características especiais, convenientemente exploradas, podem gerar atividades turísticas. Isto equivale a dizer que o atrativo turístico é a matéria-prima da atividade turística.

Equipamentos e Serviços Turísticos representam o conjunto de edificações, de instalações e de serviços indispensáveis ao desenvolvimento da atividade turística. Compreendem os meios de hospedagem, serviços de alimentação, de entretenimento, de agenciamento, de informação e outros serviços.

Infra-estrutura de Apoio Turístico é o conjunto de obras e instalações de estrutura física da base, que criam condições para o desenvolvimento de uma unidade turística, tais como: sistema de transportes, de comunicações, serviços urbanos (água, luz, esgoto, limpeza pública) etc. [76]

Sistema de Classificação

A classificação dos atrativos tomou como base o sistema de classificação proposto pela EMBRATUR, com algumas modificações dos critérios e materiais utilizados, elaborados especificamente para este trabalho de maneira mais simplificada que o sistema da EMBRATUR.

Foram coletados dados de fontes secundárias sobre todos os atrativos, que deram indicações iniciais sobre as características de cada um, com relação a sua atratividade e infra-estrutura. Posteriormente, todos os atrativos turísticos analisados foram objeto de uma visita técnica, durante a qual foi preenchida uma ficha de avaliação. A ficha serviu como base para a análise, pontuação e classificação dos atrativos.

[76] *EMBRATUR, 1983; pp. 7-13*

A primeira separação realizada criou o grupo dos atrativos potencias e efetivos. Logo no início da pesquisa de campo, foi observado que muitos atrativos não tinham estrutura adequada para a recepção do turista. Também não foi constatada com visitação sistemática em muitos deles. Definiu-se, portanto que os atrativos efetivos e potenciais fossem divididos da seguinte maneira:

- **Atrativos Turísticos Efetivos**: são os *produtos turísticos*, ou seja, atrativos formatados comercialmente, com distribuição estruturada, meios de divulgação, infra-estrutura mínima de recepção dos turistas e algum de grau de visitação sistemática.
- **Atrativos Turísticos Potenciais**: não possuem infra-estrutura para receber o turista, e também não possuem meios de divulgação estruturados, que permitam sua inserção no mercado, embora possuam determinado grau de atratividade.

Feita a primeira classificação, os atrativos foram analisados segundo oito itens, considerados como essenciais na determinação da atratividade relativa de cada um. As notas dadas aos atrativos para cada item variam de zero a cinco.

- **Acessibilidade**: Este item leva analisa o conforto do deslocamento (meios de transporte e condições das vias de acesso); o tempo de deslocamento; a facilidade de acesso (sinalização eficiente, utilização de vias familiares, esforço desprendido para atingir o local) e a sensação do trajeto (entorno, apelo paisagístico etc).
- **Infra-estrutura**: Considera os equipamentos do receptivo turístico, aspectos do lixo (lixeiras, coleta e varrição); telecomunicações (telefones públicos, cobertura de celular); saneamento básico (distribuição de água e coleta de esgoto) e segurança do turista no local.
- **Escala**: Identifica a localização geográfica da demanda que o atrativo atrai, sendo: 2 = local, 3 = regional, 4 = nacional e 5 = internacional.
- **Beleza**: Neste quesito é avaliada subjetivamente a beleza do atrativo e do local onde este se encontra. Mesmo sendo um item de delicada avaliação, algumas conclusões podem ser tiradas quando os atrativos são analisados em conjunto.
- **Características Culturais / Históricas / Sociais / Ambientais**: Identifica a importância histórico-cultural do atrativo; sua originalidade e a hospitalidade manifestada pela comunidade local.
- **Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade**: Avalia a importância do atrativo pelos pontos de vista do poder público e da comunidade local e as ações desenvolvidas em prol deste atrativo. A valorização local do atrativo garante que essas ações para sua conservação serão desenvolvidas.
- **Sazonalidade**: Este item avalia as características do atrativo com relação à sua visitação ao longo do ano, indicando as variações do fluxo de visitantes: 1 = fluxo pontual em alta temporada; 2 = fluxo pontual em baixa temporada; 3 = um período de férias[77]; 4 = dois períodos de férias; e 5 = ano todo.
- **Condições de Preservação** (do patrimônio histórico e ambiente natural): Avalia a situação na qual o patrimônio histórico e o ambiental se encontram.

As notas dadas aos atrativos indicam os seguintes parâmetros de avaliação:

[77] Tipicamente, os períodos de férias no Brasil são Junho / Julho e Dezembro / Janeiro.

Tabela 3.8.1 – Parâmetro de Avaliação

Nota Numérica	Qualificação
0	Inexistente/Vazio
1	Ruim
2	Fraco
3	Regular
4	Bom
5	Excelente

Elaboração: FGV 2002

Para cada quesito acima foi estimado um **peso relativo**, ou seja, a sua importância perante os demais. O peso relativo dado a cada item variou de **1 a 3**, de acordo com a avaliação dos pesquisadores quanto à importância de cada item na determinação da qualidade de um atrativo turístico. Dessa forma, alguns critérios foram considerados mais importantes para efeitos de classificação.

A nota de um atrativo referente a cada critério foi multiplicada pelo seu respectivo peso relativo, chegando-se a um resultado parcial. A soma de todos os produtos auferidos por esse método deu origem ao resultado final, isto é, a pontuação total daquele atrativo turístico.

Considerando as diferenças entre atrativos efetivos e potencias, a análise levou em conta diferentes critérios para cada um desses tipos, procurando-se com isso evitar distorções na avaliação. Enquanto os atrativos efetivos foram avaliados com relação a todos os quesitos, os potenciais foram avaliados somente com relação aos quesitos de acessibilidade, beleza e características culturais / históricas / sociais / ambientais. Esses quesitos não dependem ou não são influenciados diretamente pelo fato de o atrativo ser formatado comercialmente e possuir fluxo turístico sistemático.

Os pesos relativos aplicados aos quesitos para os atrativos efetivos e potenciais estão listados na Tabela 3.8.2:

Tabela 3.8.2 – Peso dos Quesitos de Avaliação

	Atrativos	
	Efetivos	Potenciais
Acessibilidade	2	0
Infra-estrutura	2	0
Escala	1	0
Beleza	3	3
Características Culturais, Históricas, Sociais ou Ambientais	3	3
Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade	1	0
Condições de Preservação	2	0
Sazonalidade	2	0

Elaboração: FGV 2002

Situação Atual dos Atrativos

Os atrativos e produtos turísticos existentes e estruturados, responsáveis pela atividade turística atualmente desenvolvida no Pólo Litoral Sul, são avaliados nesta parte. Parte-se da premissa que o turismo ainda está em fase de desenvolvimento em grande parte do Pólo e

que o estágio atual da atividade está baseado nos atrativos já estruturados. Assim, com base na análise dos atrativos efetivos face aos atrativos potencias, pode-se ter indicações para a previsão da demanda futura na Zona Turística, quando os atrativos potenciais estiverem consolidados.

Atrativos Efetivos

A Tabela 3.8.3 apresenta os atrativos efetivos dos municípios, separados por categoria e zona turística. Primeiramente são apresentados os municípios da Costa do Cacau. Na seqüência são apresentados os municípios da Costa do Dendê. Dentro de cada zona turística, por sua vez, os municípios são apresentados em ordem crescente de pontuação total. Em cada município, os atrativos são listados por categoria, sendo a apresentação das categorias também ordenada pela soma da pontuação. Os atrativos, enfim, são listados, também por ordem crescente de pontuação.

Tabela 3.8.3 – Atrativos Turísticos Efetivos por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul

Costa do Cacau

Ilhéus	**3098**
Natural	**1810**
Lagoa Encantada	60
Praia do Sul de Ilhéus	59
Praia do Norte de Ilhéus	59
Olivença (Estância Hidromineral)	59
Praia da Concha de Ilhéus	59
Praia dos Milionários	59
Praia do Cristo	59
Praia Cururupe	59
Praia da Avenida	59
Praia de Canabrava	59
Praia de Batuba	59
Praia Barramares	57
Praia de Águas de Olivença	57
Praia de São Miguel	57
Praia do Back Door	57
Praia de Acuípe	57
Praia Boca da Barra	57
Praia do Jóia	57
Praia Mar e Sol	57
Praia Jairi	57
Praia Cai n'Água	57
Cachoeiras das Caldeiras	55
Praia Havaizinho	55
Praia Mamoã	55
Praia dos Coqueiros	55
Praia Ponta da Tulha	55
Praia Ponta do Ramo	55
Praia do Desejo	55
Rio Almada	55
Praia do Malhado	55
Praia Siriba	53
Mirantes Urbanos	42
Histórico-Cultural	**691**
Casa de Cultura Jorge Amado	63
Quarteirão Jorge Amado	62
Bataclan	60
Teatro Municipal de Ilhéus	59
Centro Histórico de Ilhéus	58
Igreja Matriz de São Jorge	57
Catedral de São Sebastião	57
Bar Vesúvio	57
Igreja de Santana do Rio de Engenho	56
Palácio Paranaguá	55
Convento de Piedade	55
Circo Folia de Gabriela	52
Técnico-Científico	**225**
CEPLAC - Cacau	59
Centro de Recuperação do Bicho Preguiça	59
Fazenda Primavera	55
Fábrica de Chocolate	52

Fonte: FGV 2002

Tabela 3.8.3 – Atrativos Turísticos Efetivos por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação)

Manifestações Culturais e Folclóricas	**189**
Terreiro de Candomblé de Ilhéus	50
Gastronomia Típica de Ilhéus	50
Puxada do Mastro e Festa de São Sebastião	49
Festa de São João em Ilhéus	40
Acontecimentos Programados	**183**
Travessia do Pontal	53
Carnaval Cultural	49
Feira de Moda e Turismo	44
Festival do Camarão de Ilhéus	37
Itacaré	**2014**
Natural	**1150**
Praia de Itacarezinho	66
Praia São José	64
Trilha Interpretativa Alto da Esperança / Vila Camboinha	62
Prainha	62
Praia de Camboinha	62
Trilha das Gameleiras	60
Praia Jeribucaçu	60
Praia Hawaizinho / Burundanga	60
Praia Engenhoca	60
Praia do Patizeiro	60
Praia da Costa de Itacaré	59
Praia do Rezende	59
Praia da Tiririca	58
Praia da Ribeira	58
Rio de Contas	53
Cachoeira da Usina / Taboquinhas	52
Cachoeira do Cleandro	52
Praia da Coroa	50
Praia da Concha de Itacaré	48
Manguezais de Itacaré	45
Acontecimentos Programados	**416**
Surf nas praias de Itacaré	59
Festa de São João em Itacaré	46
Festa de São Miguel	46
Desfile da Independência Baiana	46
Festa de São Francisco de Assis	46
Festa de 2 de Julho	46
Circuito Ecosurf	45
Reveillon	42
Carnaval	40
Manifestações Culturais e Folclóricas	**283**
Grupos Estruturados de Capoeira	50
Gastronomia Típica de Itacaré	50
Candomblés	50
Artesanato típico de Itacaré	45
Terno de Reis de Itacaré	44
Bumba Meu Boi	44
Histórico-Cultural	**103**
Matriz de São Miguel	52
Farol da Concha	51
Técnico-Científico	**62**
Fazenda São José	62

Fonte: FGV 2002

Tabela 3.8.3 – Atrativos Turísticos Efetivos por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação)

Canavieiras	**1547**
Natural	**783**
Canais de Canavieiras (pesca)	64
Barra de Atalaia	59
Praia do Sul de Canavieiras	58
Praia do Norte de Canavieiras	58
Praia da Costa de Canavieiras	58
Rio Patipe (pesca)	58
Praia da Barra Velha	58
Praia de Atalaia	58
Praia do Patipe	58
Rio Pardo (pesca e passeio)	58
Barra de Canavieiras	57
Ilha das Garças	57
Banho de Lama Negra	55
Manguezais dos rios Pardo, Cipó, Patipe e Jacaré	27
Acontecimentos Programados	**342**
Pesca do marlin e pesca oceânica	58
Campeonato de Pesca Oceânica	49
Festa Nacional do Caranguejo	49
Festa de Sâo Sebastião	48
Festa de São Boaventura	48
Festa do Padroeiro da cidade	45
Festa dos Navegantes	45
Histórico-Cultural	**216**
Centro Histórico de Canavieiras - Sítio Histórico Dr. Paulo Souto	59
Igreja de São Boaventura	56
Sede da Prefeitura	53
Igreja de Santo Antônio (ilha de Atalaia)	48
Manifestações Culturais e Folclóricas	**150**
Gastronomia de Canavieiras	57
Procissão de Bom Jesus	48
Carnaval Cultural	45
Técnico-Científico	**56**
Fazenda Vida	56
Una	**767**
Natural	**378**
Praia de Comandatuba	58
Ilha de Comandatuba	58
Praia de Lençóis	55
Manguezal de Comandatuba	55
Ilha do Desejo	52
Rio Acuípe	50
Praia de Una Mirim	50
Técnico-Científico	**124**
Ecoparque de Una	69
Cidade Cenográfica da Novela Porto dos Milagres	55
Histórico-Cultural	**105**
Povoado de Comandatuba	55
Farol de Comandatuba	50
Manifestações Culturais e Folclóricas	**102**
Gastronomia Típica de Una	52
Artesanato Típico de Una	50
Acontecimentos Programados	**58**
Pesca esportiva e artesanal	58

Fonte: FGV 2002

Tabela 3.8.3 – Atrativos Turísticos Efetivos por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação)

Uruçuca	**585**
Manifestações Culturais e Folclóricas	**246**
Chegada de Jangadas	54
Gastronomia Típica de Uruçuca	50
Artesanato Típico de Uruçuca	50
Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição	46
Festa de São Pedro em Uruçuca	46
Natural	**231**
Fazenda Florian / Cachoeira do Tijuípe / do Carioca	59
Praia do Pé-de-Serra	58
Barra do Sargi	58
Mirante de Serra Grande	56
Histórico-Cultural	**55**
Povoado e Represa de Serra Grande	55
Técnico-Científico	**53**
Fazendas de Cacau	53
Santa Luzia	**513**
Natural	**364**
Lagoa Dourada	57
Gruta do Lapão	55
Trilhas dos Diamantes	54
Rio Pardo	54
Corredeiras da Betânia	52
Fazenda Boa Esperança	46
Fazenda do Lapão	46
Histórico-Cultural	**52**
Poço dos Diamantes / Mineração	52
Manifestações Culturais e Folclóricas	**49**
Gastronomia Típica de Santa Luzia	49
Acontecimentos Programados	**48**
Romaria Montada do Jacarandá	48

Fonte: FGV 2002

Tabela 3.8.3 – Atrativos Turísticos Efetivos por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação)

Cairu	**1904**
Natural	**1040**
Ilha de Tinharé	63
Terceira Praia - Ilha de Tinharé	61
Ilha de Boipeba	61
Piscinas Naturais de Boipeba	61
Segunda Praia - Ilha de Tinharé	61
Quarta Praia - Ilha de Tinharé	61
Primeira Praia - Ilha de Tinharé	61
Trilha de Velha Boipeba-Moreré	60
Trilha da Fonte do Céu	60
Praia Velha de Boipeba - Ilha de Boipeba	59
Primeira Praia - Ilha de Boipeba	59
Tassimirim - Ilha de Boipeba	58
Praia e Vila Moreré - Ilha de Boipeba	56
Praia Cueira - Ilha de Boipeba	54
Trilha Morro-Guarapuá-Boipeba	53
Praia de Gamboa do Morro - Ilha de Tinharé	52
Piscinas Naturais de Garapuá	50
Praia e Lagoa de Garapuá - Ilha de Tinharé	50
Histórico-Cultural	**415**
Igreja e Convento de Santo Antônio - Sede	66
Centro Histórico de Cairú	64
Vila Velha de Boipeba	64
Farol e Mirante do Forte de Morro de São Paulo	61
Ruínas - Morro de São Paulo (Casa do Capitão, Capela Nsa. Sra. Da Luz, Casa do Faroleiro, forte de Zimbeiro)	57
Fortaleza de Morro de São Paulo	53
Fonte Grande - Morro de São Paulo	50
Manifestações Culturais e Folclóricas	**292**
Vida Noturna - Broadway - Morro de São Paulo	62
Artesanato de Cairú	50
Caretas de Cairu	47
Festa de São Benedito	45
Festa de Nossa Senhora da Luz	45
Folclore - Congo e Chegança	43
Acontecimentos Programados	**157**
Mergulho - Corais de Cairu	57
Ressaca do Carnaval em Morro de São Paulo	50
Reveillon de Morro de São Paulo	50
Maraú	**1239**
Natural	**1104**
Praia das Mangueiras	62
Praia de Barra Grande	60
Ilha de Sapinho	60
Ilha do Goió	60
Rio Carapitangui	60
Praia Três Coqueiros	60
Morro do Celular (Morro da Bela Vista)	60
Praia e Lagoa do Cassange	60
Campinho	60
Praia de Ponta do Mutá	60

Fonte: FGV 2002

Tabela 3.8.3 – Atrativos Turísticos Efetivos por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação)

Trilhas Ecoturísticas	59
Lagoa Azul	58
Morro de Taipu (Farol e Mirante)	57
Praia de Algodões	56
Praia da Saquaíra	56
Praia de Taipus de Fora	55
Praia do Pontal de Maraú	54
Praia Piracanga de Maraú	54
Cachoeira do Tremembé	53
Acontecimentos Programados	**135**
Festival da Tainha	45
Campeonato de pesca de arremesso	45
Campeonato de pesca submarina	45
Ituberá	**789**
Natural	**340**
Praia do Pratigi	66
Parque da Comporta (Dique da Ponte)	62
Cachoeira da Pancada Grande	59
Mirante de Santo André	57
Cachoeira de Castro Alves	51
Balneários de Ituberá	45
Manifestações Culturais e Folclóricas	**299**
Gastronomia Típica de Ituberá - Frutos do Mar	54
Boca de Lata	53
Candomblé Elétrico (Centro Cultural)	50
Artesanato típico de Ituberá - conchas e fibras naturais	50
Romaria da Boa Viagem	46
Festa de Santo André	46
Histórico-Cultural	**54**
Casa do Colecionador	54
Técnico-Científico	**50**
Fazenda Piauí (Flores Tropicais)	50
Acontecimentos Programados	**46**
Micareta	46
Camamu	**761**
Natural	**295**
Baía de Camamu (ilhas, praias, etc)	65
Ilha da Pedra Furada	64
Cachoeira e Povoado de Acaraí	58
Mirantes Urbanos de Camamu	54
Ilha Grande	54
Manifestações Culturais e Folclóricas	**249**
Gastronomia Típica de Camamu	51
Festa de Oferenda a Iemanjá	51
Artesanato de Camamu	50
Romaria Marítima ao Senhor do Bonfim	49
Festa de São João na Ilha Grande	48
Histórico-Cultural	**114**
Centro Histórico de Camamu	59
Povoado de Cajaíba do Sul	55
Acontecimentos Programados	**103**
Festa do Beco na Semana Santa	54
Feira Livre de Camamu	49

Fonte: FGV 2002

Tabela 3.8.3 – Atrativos Turísticos Efetivos por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação)

Valença	**648**
Manifestações Culturais e Folclóricas	**193**
Gastronomia Típica de Valença	55
Festa de São Pedro em Valença	46
Festa da Matriz / Feira da Paróquia	46
Festa do Amparo - Lavagem do Amparo	46
Histórico-Cultural	**164**
Centro Histórico de Valença	57
Igreja Matriz do Sagrado Coração de Jesus	55
Estância Azul	52
Natural	**149**
Ponta do Curral	56
Praia de Guaibim	55
Ilhas do Conde e da Esperança (balneário)	38
Acontecimentos Programados	**142**
Carnaval Folclórico	49
Festival do Camarão de Valença	47
Festa de São João em Valença	46
Igrapiúna	**369**
Acontecimentos Programados	**175**
Festival do Caranguejo	46
Torneio de Canoagem	45
Carnaval do Contrato	45
Torneio de Futebol de Areia	39
Manifestações Culturais e Folclóricas	**92**
Semana Santa	46
Festa de Nossa Senhora das Dores	46
Natural	**56**
Coroa Vermelha	56
Histórico-Cultural	**46**
Bumba-Meu-Boi de Igrapiúna	46
Nilo Peçanha	**278**
Manifestações Culturais e Folclóricas	**158**
Zambiapunga	66
Romaria Marítima de Bom Jesus dos Navegantes	46
Festa do Senhor do Bonfim	46
Histórico-Cultural	**61**
Povoado de Jatimane	61
Natural	**59**
Barra dos Carvalhos	59
Taperoá	**106**
Histórico-Cultural	**60**
Igreja de São Brás	60
Manifestações Culturais e Folclóricas	**46**
Festa de São Brás	46

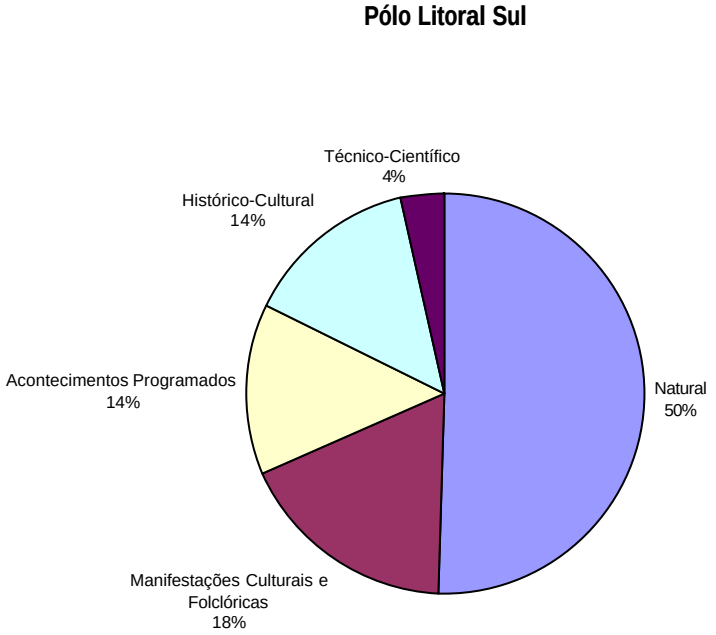
Fonte: FGV 2002

Percentual de Atrativos por Categoria

A classificação dos atrativos por categoria mostra situações diversas para as duas zonas turísticas em análise. Como mostra o Gráfico 3.8.1, o caráter turístico do Pólo Litoral Sul é predominantemente baseado nos atrativos naturais. As características naturais da região, portanto, mostram-se como o grande diferencial para a atração de fluxos turísticos. As manifestações culturais e folclóricas, atrativos histórico-culturais e demais atrativos que

compõem a oferta do Pólo Litoral Sul atuam em complementação aos atrativos naturais, sendo de grande importância para a retenção dos turistas por mais dias na região e conseqüente aumento da permanência média.

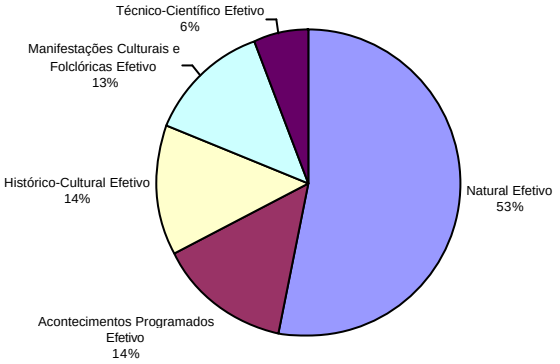
Gráfico 3.8.1 – Atrativos Efetivos por Categoria (Total) – Pólo Litoral Sul



Fonte: FGV 2002

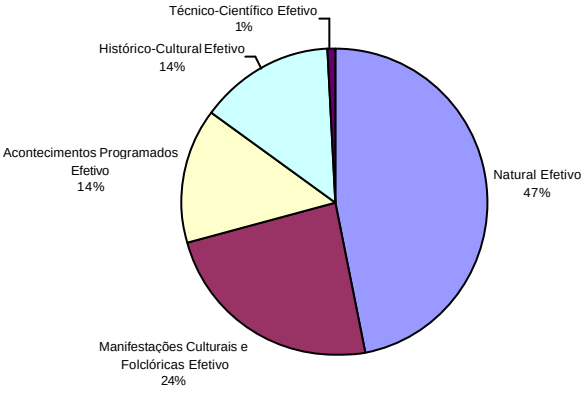
Como se pode perceber no Gráfico 3.8.2 e Gráfico 3.8.3, a classificação de atrativos por categorias indica que há pequenas diferenças entre a essência turística das duas zonas turísticas. Em ambas, os atrativos naturais são predominantes. Entretanto, quando se menciona os atrativos efetivos, na Costa do Dendê percebe-se maior relevância da combinação entre atrativos histórico-culturais, manifestações culturais e folclóricos, acontecimentos programados e atrativos técnico-científicos.

Gráfico 3.8.2 – Atrativos Efetivos por Categoria (Total) – Costa do Cacau



Fonte: FGV 2002

Gráfico 3.8.3 - Atrativos Efetivos por Categoria (Total) – Costa do Dendê



Fonte: FGV 2002

A análise do número de atrativos efetivos por categoria é apenas uma das possíveis abordagens para a identificação do caráter turístico atual dos municípios e deve ser feita com algumas ressalvas. No caso da Costa do Dendê, verifica-se um grande número de atrativos baseados nos aspectos culturais da região, o que não invalida o fato de que os atrativos naturais compõem o grande diferencial da região, assim como na Costa do Cacau.

Ranking de Atrativos por Categoria (por nota)

Esta parte pretende indicar os atrativos mais significativos dentro de cada categoria, responsáveis por grande parte da atratividade dos municípios em análise. Como base para a análise são utilizadas as notas auferidas por cada atrativo. As categorias dos atrativos da zona turística são avaliadas, e, dentro de cada categoria, os principais atrativos.

Tabela 3.8.4 – Principais Atrativos Efetivos – Categoria Histórico-Cultural (Nota)

Costa do Cacau		
Casa de Cultura Jorge Amado		**63**
	Ilhéus	
Quarteirão Jorge Amado		**62**
	Ilhéus	
Bataclan		**60**
	Ilhéus	
Teatro Municipal de Ilhéus		**59**
	Ilhéus	
Centro Histórico de Canavieiras - Sítio Histórico Dr. Paulo Souto		**59**
	Canavieiras	
Costa do Dendê		
Igreja e Convento de Santo Antônio - Sede		**66**
	Cairu	
Centro Histórico de Cairu		**64**
	Cairu	
Vila Velha de Boipeba		**64**
	Cairu	
Povoado de Jatimane		**61**
	Nilo Peçanha	
Farol e Mirante do Forte de Morro de São Paulo		**61**
	Cairu	

Fonte: FGV 2002

A Tabela 3.8.4 identifica os principais atrativos, de cada zona turística, para a categoria Histórico-Cultural. Percebe-se que os atrativos efetivos de maior destaque estão predominantemente em Ilhéus e Cairu. Dos dez atrativos com maior pontuação, oito estão situados nesses municípios. A sede de Cairu, particularmente, apresenta os dois atrativos histórico-culturais efetivos de maior pontuação: seu casario histórico e a Igreja e Convento de Santo Antônio.

Tabela 3.8.5 – Principais Atrativos Efetivos – Categoria Manifestações Culturais (Nota)

Costa do Cacau		
Gastronomia de Canavieiras		**57**
	Canavieiras	
Chegada de Jangadas		**54**
	Uruçuca	
Gastronomia Típica de Una		**52**
	Una	
Gastronomia Típica de Uruçuca		**50**
	Uruçuca	
Gastronomia Típica de Ilhéus		**50**
	Ilhéus	
Gastronomia Típica de Itacaré		**50**
	Itacaré	
Candomblés		**50**
	Itacaré	
Grupos Estruturados de Capoeira		**50**
	Itacaré	
Terreiro de Candomblé de Ilhéus		**50**
	Ilhéus	
Artesanato Típico de Uruçuca		**50**
	Uruçuca	
Artesanato Típico de Una		**50**
	Una	
Costa do Dendê		
Zambiapunga		**66**
	Nilo Peçanha	
Vida Noturna - Broadway - Morro de São Paulo		**62**
	Cairu	
Gastronomia Típica de Valença		**55**
	Valença	
Gastronomia Típica de Ituberá - Frutos do Mar		**54**
	Ituberá	
Boca de Lata		**53**
	Ituberá	

Fonte: FGV 2002

A categoria Manifestações Culturais e Folclóricas é a segunda maior categoria do Pólo, representando 18% dos atrativos. É particularmente forte na Costa do Dendê. A tabela acima identifica os atrativos de maior destaque nessa categoria. É evidente o maior equilíbrio na distribuição dos destaques entre os municípios, sendo a gastronomia e o artesanato atrativos constantemente bem avaliados. O Zambiapunga, de Nilo Peçanha, é o atrativo da categoria Manifestações Culturais e Folclóricas que obteve a maior pontuação. Trata-se de um grupo folclórico que luta para manter suas raízes, contando com sede própria, fazendo apresentações regulares e contando com a participação dos jovens da comunidade.

Tabela 3.8.6 – Principais Atrativos Efetivos – Categoria Natural (Nota)

Costa do Cacau		
Praia de Itacarezinho		**66**
	Itacaré	
Canais de Canavieiras (pesca)		**64**
	Canavieiras	
Praia São José		**64**
	Itacaré	
Praia de Camboinha		**62**
	Itacaré	
Prainha		**62**
	Itacaré	
Trilha Interpretativa Alto da Esperança / Vila Camboinha		**62**
	Itacaré	
Costa do Dendê		
Praia do Pratigi		**66**
	Ituberá	
Baía de Camamu (ilhas, praias, etc)		**65**
	Camamu	
Ilha da Pedra Furada		**64**
	Camamu	
Ilha de Tinharé		**63**
	Cairu	
Parque da Comporta (Dique da Ponte)		**62**
	Ituberá	
Praia das Mangueiras		**62**
	Maraú	

Fonte: FGV 2002

Os atrativos efetivos naturais representam 50% do total do Pólo Litoral Sul. É a categoria de maior destaque e a que mais contribui para a geração de fluxo turístico para o Pólo. Os atrativos naturais de ambas as zonas turísticas são exuberantes, sendo que o ranking apresentado na Tabela 3.8.6 reflete a parte desses atrativos que atualmente contam com maior estrutura de visitação ou facilidades de uso. Praticamente todos os municípios do Pólo apresentam áreas naturais de grande beleza cênica, passíveis de visitação e uso turístico.

Tabela 3.8.7 – Principais Atrativos Efetivos – Categoria Acontecimentos Programados (Nota)

Costa do Cacau		
Surf nas praias de Itacaré		**59**
	Itacaré	
Pesca esportiva e artesanal		**58**
	Una	
Pesca do marlin e pesca oceânica		**58**
	Canavieiras	
Travessia do Pontal		**53**
	Ilhéus	
Festa Nacional do Caranguejo		**49**
	Canavieiras	
Campeonato de Pesca Oceânica		**49**
	Canavieiras	
Carnaval Cultural		**49**
	Ilhéus	
Costa do Dendê		
Mergulho - Corais de Cairu		**57**
	Cairu	
Festa do Beco na Semana Santa		**54**
	Camamu	
Reveillon de Morro de São Paulo		**50**
	Cairu	
Ressaca do Carnaval em Morro de São Paulo		**50**
	Cairu	
Feira Livre de Camamu		**49**
	Camamu	
Carnaval Folclórico		**49**
	Valença	

Fonte: FGV 2002

A categoria Acontecimento Programados também possui uma série de relevantes atrativos turísticos efetivos. Alguns desses atrativos são capazes de gerar fluxo isoladamente, constituindo a principal motivação da viagem. Nessa categoria, as festividades – religiosas ou profanas – e as atividades esportivas são os atrativos de maior destaque nessa categoria. Merecem destaque as atividades realizadas no mar e nos rios, como a pesca, o surf e o mergulho, identificando o uso dos atrativos naturais como forma de atividade turística e de lazer.

Tabela 3.8.8 – Principais Atrativos Efetivos – Categoria Técnico-Científico (Nota)

Costa do Cacau		
Ecoparque de Una		**69**
	Una	
Fazenda São José		**62**
	Itacaré	
CEPLAC - Cacau		**59**
	Ilhéus	
Centro de Recuperação do Bicho Preguiça		**59**
	Ilhéus	
Fazenda Vida		**56**
	Canavieiras	
Costa do Dendê		
Fazenda Piauí (Flores Tropicais)		**50**
	Ituberá	

Fonte: FGV 2002

A categoria de menor destaque no Pólo ainda é a Técnico-Científica. Nessa categoria, poucos atrativos são efetivamente utilizados para fins turísticos. As características agrícolas da região, as fazendas experimentais e as estruturas de visitação aos remanescentes de Mata Atlântica são os mais importantes insumos para essa oferta. O grande destaque é o Ecoparque de Una, uma reserva de Mata Atlântica com estrutura de visitação coordenada por ONGs.

Ranking Municípios por Categoria (por nota)

Outra análise importante a ser feita diz respeito à classificação dos municípios, segundo o total de pontos obtidos em cada categoria de turismo. Essa análise revela o perfil da oferta de cada município, mesmo que a leitura dos dados deva ser cautelosa, em função dos recursos (atrativos potencias) não inclusos nos dados apresentados. As tabelas abaixo apresentam o ranking de municípios em cada categoria:

Tabela 3.8.9 – Ranking Efetivo de Municípios – Categoria Histórico-Cultural (Nota)

Rank	Município	Pontuação
1	Ilhéus	691
2	Cairu	415
3	Canavieiras	216
4	Valença	164
5	Camamu	114
6	Una	105
7	Itacaré	103
8	Nilo Peçanha	61
9	Taperoá	60
10	Uruçuca	55
11	Ituberá	54
12	Santa Luzia	52
13	Igrapiúna	46

Fonte: FGV 2002

No Pólo Litoral Sul, o grande destaque na categoria Histórico-Cultural, considerando apenas os atrativos efetivos, é Ilhéus. A história do da cultura do cacau, que legou ao município inúmeras lendas e também edifícios de valor arquitetônico expressivo, assim como o vínculo de Jorge Amado com a cidade, são responsáveis por essa expressividade. Cairu também apresenta uma pontuação expressiva na categoria, principalmente pelos importantes e preservados edifícios históricos da sede, como o casario, as igrejas e o convento de Santo Antônio.

Tabela 3.8.10 - Ranking Efetivo de Municípios – Categoria Manifestações Culturais (Nota)

Rank	Município	Pontuação
1	Ituberá	299
2	Cairu	292
3	Itacaré	283
4	Camamu	249
5	Uruçuca	248
6	Valença	193
7	Ilhéus	189
8	Nilo Peçanha	158
9	Canavieiras	150
10	Una	102
11	Igrapiúna	92
12	Santa Luzia	49
13	Taperoá	46

Fonte: FGV 2002

Na categoria Manifestações Culturais, há uma série de municípios com boa pontuação na soma dos atrativos efetivos. Ituberá, Cairu, Itacaré, Camamu e Uruçuca são os municípios situados em uma faixa de pontuação expressiva, contando atualmente com uma série de atrativos que são efetivamente utilizados para finalidade turística. Nesses, assim como nos outros municípios, é grande o número de festas e manifestações culturais de cunho religioso ou pagão, seja de origem européia ou afro-brasileira.

Tabela 3.8.11 - Ranking Efetivo de Municípios – Categoria Natural (Nota)

Rank	Município	Pontuação
1	Ilhéus	1810
2	Itacaré	1150
3	Maraú	1104
4	Cairu	1040
5	Canavieiras	783
6	Una	378
7	Santa Luzia	364
8	Ituberá	340
9	Camamu	295
10	Uruçuca	231
11	Valença	149
12	Nilo Peçanha	59
13	Igrapiúna	56

Fonte: FGV 2002

Ilhéus se destaca na categoria atrativos naturais efetivos, já que conta com uma grande quantidade de atrativos e em função de sua dinâmica dentro da região, apresentando maior infra-estrutura e facilidades de uso. Itacaré, Maraú e Cairu também apresentaram pontuação expressiva, relacionada com a beleza de suas praias, rios e cachoeiras.

Mais uma vez cabe a ressalva de que os dados devem ser interpretados com critério, pois não são os únicos dados que devem ser levados em conta como reveladores dos diferenciais competitivos de cada localidade.

Tabela 3.8.12 - Ranking Efetivo de Municípios – Categoria Acontecimentos Programados (Nota)

Rank	Município	Pontuação
1	Itacaré	416
2	Canavieiras	342
3	Ilhéus	183
4	Igrapiúna	175
5	Cairu	157
6	Valença	142
7	Maraú	135
8	Camamu	103
9	Una	58
10	Santa Luzia	48
11	Ituberá	46

Fonte: FGV 2002

Há um maior equilíbrio na categoria Acontecimento Programados. Itacaré e Canavieiras apresentam uma série de atrativos enquadrados nessa categoria que já possuem finalidade turística, somando maior pontuação. Entretanto, outros seis municípios oferecem uma certa variedade de eventos e atividades que são agregadas aos atrativos naturais.

Tabela 3.8.13 - Ranking Efetivo de Municípios – Categoria Técnico-Científico (Nota)

Rank	Município	Pontuação
1	Ilhéus	225
2	Una	124
3	Itacaré	62
4	Canavieiras	56
5	Uruçuca	53
6	Ituberá	50

Fonte: FGV 2002

Na categoria Técnico-Científico, o grande destaque é Ilhéus, ainda que com uma pequena pontuação. É lá que estão localizados alguns dos mais relevantes atrativos, como as fazendas de cacau, o centro de recuperação do bicho preguiça. Una, por conta do Ecoparque e de suas fazendas de cacau, também apresentou uma boa pontuação.

Análise dos Produtos Turísticos

A Tabela 3.8.14 lista os produtos turísticos vendidos atualmente no Pólo Litoral Sul. A maior parte desses produtos é composta por pacotes turísticos, que englobam hospedagem, transporte e outros serviços. Esses pacotes são organizados por operadoras e agências de viagem, que captam turistas nacionais de outros estados e turistas internacionais. O fato dos municípios que compõem o Pólo Litoral Sul apresentarem grandes diferenciais provenientes de suas características naturais, além de uma oferta de meios de hospedagem relativamente bem consolidada, inclusive com a presença de *resorts* afiliados a cadeias nacionais, contribui para um maior esforço de vendas e estruturação de produtos turísticos na região.

Na Costa do Cacau, os grandes destaques são os municípios de Itacaré, lhéus e Una (Comandatuba). O município de Itacaré vem destacando-se como um dos principais destinos de ecoturismo no Brasil nos últimos anos. Na Costa do Dendê, o grande destaque é Cairu (Morro de São Paulo).

Tabela 3.8.14 – Produtos Turísticos do Pólo Litoral Sul Atualmente Comercializados

Localizção	Pacote	Descrição	Preço (R$)*
Ilhéus	8 dias no resort Cana Brava	Transporte aéreo de ida e volta, traslado de chegada e saída, 7 noites de hotel com meia pensão e city tour.	Apto Single R$ 2.008,00 e Duplo R$ 1.468,00
Morro de São Paulo	8 dias na pousada da natureza	Transporte aéreo ida e volta, translado de chegada e saída, 7 noites com café da manhã e 1 passeio de saveiro.	R$ 1.362,00
Ilha de Comandatuba	7 noites no Resort Transamérica Ilha de Comandatuba	Inclui 7 noites de hospedagem com café da manhã e jantar com bebidas não alcoólicas incluídas e bolsa de viagem	R$ 2.390,00
Morro de São Paulo e Boipeba	6 noites entre Morro de São Paulo	4 noites na Ilha na pousada Tassimirim, com meia pensão, 2 noites em Morro, na pousada Vista Bela, com regime meia pensão, o programa também inclui caminhadas e passeio de barco.	R$ 1.650,00
Itacaré	8 dias em Itacaré	Inclui trasnporte aéreo ida e colta , translado de chegada e saída, 7 noites de hospedagem com café da manhã e 4 passeios com lanche.	Apto Duplo: a partir de R$ 1.056,00
Itacaré e Maraú	8 dias em Itacaré e Maraú	Inclui passagem aérea pelo Grupo Varig São Paulo/Ilhéus/São Paulo, transportes terrestres Aeroporto/hotel/Maraú/Itacaré/Ilheus, hospedagem com café da manhã na Pousada Lagoa do Cassange em Maraú e na Pousada Vila de Ocaporan em Itacaré, todos os passeios citados, guias e seguro de viagem.	Apto Duplo: R$ 1.605,00 Apto Single: R$ 1.810,00
Península do Maraú	5 dias na Península do Maraú	Passagem Aéreo pelo Grupo Varig São Paulo / Ilhéus / São Paulo, hospedagem com café da manhã na Pousada Lagoa do Cassange em Maraú, transfers e passeios em veículo off road, acompanhamento de guia, seguro viagem.	Apto Duplo: R$ 1.540,00 Apto Single: R$ 1.685,00
Itacaré	Surf em Itacaré - 8 dias	Vôos São Paulo / Ilhéus / São Paulo, 7 noites de hospedagem com café da manhã, passeios citados no roteiro (como "inclusos"), 4 lanches de trilha, traslados Ilhéus / Itacaré / Ilhéus, guias, seguro-viagem.	Apto Duplo: R$ 1.210,00

(*) preços não incluem taxa de embarque

Todos os vôos apresentados têm como cidade de origem São Paulo

Fonte: Revista Viagem e Turismo Abr/2002

A Tabela 3.8.15 descreve os pacotes e lista os preços de produtos turísticos concorrentes, classificados como tal em função da similaridade da experiência turística oferecida e do perfil do público alvo.

Tabela 3.8.15 – Descrição de Produtos Turísticos Concorrentes (origem São Paulo) – Pólo Litoral Sul

Localização	Pacote	Descrição	Preço (R$)
Aracajú	8 dias em Aracajú	Passagem aérea de ida e volta, traslado aeroporto/hotel/aeroporto, 7 noites de hospedagem no hotel escolhido e city tour.	Apto Single R$ 998,00 e Apto Duplo R$ 818,00
Arraial d´Ajuda	7 noites no Paradise Resort hotel	Inclui café da manhã, jantar, translado, taxa do hotel, gorjeta,Traslados a Praia de Mucugê e Pitinga. Passeio às praias do sul e Trancoso, city tour e tour by night em Porto Seguro e traslados ao centrinho de Arraial D'Ajuda a noite.	Apto Single R$ 2.171,00
Cabo do Santo Agostinho	8 dias no Blue Tree Park Cabo do Santo Agostinho	Transporte aéreo de ida e volta, 7 noites de hotel com meia pensão.	Apto Single R$ 1.998,00 e Duplo R$ 1.798,00
Cidades Históricas de Minas	6 dias no circuito das cidades históricas	Transporte de ida e volta em ônibus leito com serviço de bordo e guia acompanhante, 5 noites de hospedagem, 6 refeições e passeios em Belo Horizonte, Ouro Preto, Sabará, Mariana, Congonhas do Campo, Tiradentes, São João del Rey, Vianópolis - roteiro da cachaça, Gruta do Maquiné e Gruta Rei do Mato (não incluí ingressos para igrejas, museus e grutas).	Apto Single R$ 698,00 e Duplo R$ 488,00
Curitiba e Ilha Mel	4 dias em Curitiba e Ilha do Mel	Transporte de ida e volta em ônibus convencional para turismo com serviço de bordo e guia acompanhante, 3 noites de hospedagem ho , 4 refeições e passeios em Curitiba, Paranaguá, Ilha do Mel em barco e passeio de trem pela Serra do Mar.	Apto Single R$ 338,00 e Duplo R$ 448,00
Fortaleza	8 dias no Beach Park Suítes Resort	Transporte aéreo de ida e volta, traslado de chegada e saída, 7 noites no hotel com meia pensão e 1 ingresso do Aquapark (No período de 15/4 a 24/5 o complexo Beach Park estará fechado para manutenção.	Apto Single R$ 2.518,00 e Duplo R$ 1.598,00
Maceió	8 dias em Maceió	Passagem aérea de ida e volta, traslado aeroporto/hotel/aeroporto, 7 noites de hospedagem no hotel escolhido, city tour e passeio ao litoral sul.	Apto Single R$ 1.600,00 e Duplo R$ 1.100,00
Natal	7 noites no Pirâmide Palace hotel	Inclui 7 noites de hospedagem em apto. duplo por pessoa, com café da manhã, passagem aérea com TAM, saindo de São Paulo, translados in e out, city tour e passeio a Jenipabu com buggy	R$ 1.468,00
Pernambuco	8 dias no Nannai Muro Alto Resort	Transporte aéreo de ida e volta, traslado de chegada e saída e 7 noites no hotel com meia pensão.	Apto luxo R$ 1.628,00 e Bangalô luxo R$ 2.178,00 (apto duplo)
Porto de Galinhas	7 noites no Summerville Beach Resort	Inclui parte aérea, hotel, translado aeroporto/ hotel/ aeroporto, 7 noites de hospedagem com café da manhã e jantar em apartamento standard, bolsa de viagem e taxa de serviços.	a partir de R$ 1.654,00

Todos os vôos apresentados têm como cidade de origem São Paulo

Fonte: Revista Viagem e Turismo Abr/2002

Situação Futura dos Atrativos

Após a análise dos atrativos efetivos já desenvolvida, esta parte avalia os atrativos e produtos turísticos potenciais. Parte da premissa que o turismo ainda está em fase de desenvolvimento na maior parte do Pólo Litoral Sul e que a evolução futura da demanda dependerá da consolidação desses atrativos, que no momento não são visitados principalmente por ausência de estrutura adequada para a recepção dos turistas.

Apresentação dos Atrativos

Atrativos Potenciais

A Tabela 3.8.16 apresenta os atrativos potenciais dos municípios. São apresentados os municípios da Costa do Cacau e, depois, da Cotsa do Dendê. Os municípios da cada zona

turística são apresentados ordenados por pontuação total. Dentro de cada município, as categorias são apresentadas ordenadas pelo mesmo critério. Em cada categoria, por sua vez, os atrativos são listados em ordem decrescente de pontuação. Estabeleceu-se, assim, um ranking por município, por categoria e por atrativo potencial.

Tabela 3.8.16 – Atrativos Turísticos Potenciais por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul

Costa do Cacau	**1917**
Ilhéus	**426**
Acontecimentos Programados	**123**
Semana Jorge Amado	29
Ilhéus Summer	29
Festa do Cacau	23
Pesca Oceânica	22
Festival do Peixe	20
Técnico-Científico	**120**
Fazenda Renascer	28
CEPED	24
Fazenda Olandy	24
Bio Fábrica	24
Jardim Botânico Mata da Esperança	20
Histórico-Cultural	**104**
Engenho Santana	28
Museu Regional do Cacau	27
Distrito de Rio do Braço	25
Castelo Novo	24
Natural	**50**
Rio Cachoeira	26
Morro de Pernambuco	24
Manifestações Culturais e Folclóricas	**29**
Festa de Iemanjá em Ilhéus	29
Una	**366**
Natural	**223**
Manguezal de Pedras	27
Manguezal de Lençóis	27
Corredeiras do Rio Aliança	27
Praia de Itapororoca	25
Praia de Independência	25
Corredeiras do Rio Una	24
Lagoa dos Mabaços	24
Cachoeira de Cariua	22
Cachoeira da Pancada Alta	22
Histórico-Cultural	**118**
Vila de Pedras	25
Museu da Casa da Família Almeida	25
Casario da Beira Rio	23
Igreja Matriz de São José	23
Armazéns Antigos da Empresa Policultora	22
Manifestações Culturais e Folclóricas	**25**
Turismo Rural (Una)	25
Itacaré	**356**
Natural	**223**
Trilha do Costão	32
Rio Tijuípe	30
Praia Siríaco	30
Rio Jeribucaçu	30
Observação de tartarugas	28
Praia Piracanga de Itacaré	25
Praia do Pontal de Itacaré	25
Estrada-Parque Itacaré-Ilhéus	23
Histórico-Cultural	**54**
Distrito Taboquinhas	28
Casario Histórico de Itacaré	26

Fonte: FGV 2002

Tabela 3.8.16 – Atrativos Turísticos Potenciais por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação)

Técnico-Científico	**27**
Florassuba - Produção de plantas tropicais, medicinais e	27
Manifestações Culturais e Folclóricas	**26**
Marujada	26
Acontecimentos Programados	**26**
Regata Txai de canoas nativas	26
Canavieiras	**323**
Natural	**174**
Barra do Poxim	28
Barra de Albino	28
Barra Velha	28
Burundanga	24
Vila de Pescadores da Ilha de Atalaia	22
Lagoa do Rocha (pesca)	22
Hidrovia Canavieiras-Belmonte	22
Manifestações Culturais e Folclóricas	**74**
Lavagem da Escadaria da Igreja Matriz	26
Boi Duro / Terno de Reis/Maculelê	24
Puxada de Mastro	24
Histórico-Cultural	**51**
Biblioteca pública	26
Fazenda Cubículo - 1o Cacaueiro	25
Acontecimentos Programados	**24**
Pesca nos Rios Pardo, Salsa e Patipe	24
Uruçuca	**308**
Natural	**138**
Parque do Conduru - Uruçuca	30
Praia do Pompilho	30
Prainha de Uruçuca	27
Corredeiras e Rafting (potencial)	27
Cachoeira do Zé Maria e Poço do Robalo	24
Manifestações Culturais e Folclóricas	**51**
Capoeira	26
Turismo Rural (Uruçuca)	25
Técnico-Científico	**49**
Associação de Pequenos Produtores e Projeto Floresta Viva	27
Fazenda Pancadinha (Pupunha)	22
Histórico-Cultural	**47**
Festejos de São João e São Pedro	24
Igreja da Nossa Senhora da Conceição	23
Acontecimentos Programados	**23**
Festa da emancipação da cidade	23
Santa Luzia	**138**
Natural	**47**
Sítio Arqueológico do Jacarandá	25
Fazenda São Pedro	22
Histórico-Cultural	**44**
Fazenda Salgado	22
Fazenda Jacarandá	22
Técnico-Científico	**25**
Turismo Científico (Curso de Espeleologia / Programas de Intercâmbio Universitário)	25
Manifestações Culturais e Folclóricas	**22**
Artesanato típico de Santa Luzia	22

Fonte: FGV 2002

Tabela 3.8.16 – Atrativos Turísticos Potenciais por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação)

Costa do Dendê	**3047**
Cairu	**669**
Natural	**430**
Manguezais de Cairu	30
Ilhas do Canal de Taperoá	30
Canais de Cairú	30
Bainema - Ilha de Boipeba	29
Praia da Ponta dos Castelhanos	29
Pedras da Benedita, Tatiba e Tatimirim	29
Trilha Moreré-São Sebastião	29
Boca da Barra	26
Praia e Vila de São Sebastião ou Cova da Onça	26
Praia do Pontal ou da Barra - Ilha de Tinharé	25
Praia do Quadro - Ilha de Tinharé	25
Mirante do Morro do Capitão	25
Trilha Gamboa-Galeão	25
Praia do Pratigi - Ilha de Tinharé	25
Lagoas de Morro de São Paulo	25
Banho de Argila	22
Manifestações Culturais e Folclóricas	**92**
Festa de São Francisco	24
Festa de Nossa Senhora do Rosário	24
Festa da Dondoca	24
Festa de São Sebastião	20
Histórico-Cultural	**74**
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	27
Igreja de São Francisco	25
Igreja do Galeão (São Francisco)	22
Acontecimentos Programados	**73**
Pesca do marlin e pesca oceânica	26
Regata Morro de São Paulo / Gamboa	24
Pesca Esportiva em Cairu	23
Valença	**571**
Natural	**226**
Corredeiras de Sarapuí	29
Cachoeira da Água Branca	27
Barra do Rio Jiquiriçá	26
Serra do Abiá	25
Cachoeira do Candengo	25
Corredeiras de Paulo	25
Cachoeira do Bambu (Rio do Engenho)	25
Pancada de Baixo / Pancada de Cima	22
Cachoeira do Rio do Ouro	22
Manifestações Culturais e Folclóricas	**192**
Zampiapunga - Valença	25
Candomblé de Valença	25
Festa de Iemanjá	24
Samba de Roda	24
Festa de São Jorge	24
Grupo Arguidá	24
Puxada de Rede	24
Boi Bumbá	22

Fonte: FGV 2002

Tabela 3.8.16 – Atrativos Turísticos Potenciais por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (Continuação)

Histórico-Cultural	**84**
Igreja do Amparo	32
Ruínas da antiga Fábrica Têxtil de Valença (Fábrica Todos os Santos)	28
Vila Velha de Jiquiriçá	24
Técnico-Científico	**69**
Produção de Dendê (Roldões)/ Mandioca e Artesanato	25
Conjunto de Construção Naval	22
Piscicultura de Valença	22
Camamu	**456**
Natural	**267**
Manguezais de Camamu	29
Cachoeira Santa Isabel (Cepel)	27
Trilha do Rio Acaraí	26
Circuito Fluvial de Camamu	26
Ecoturismo - Aldeia dos Índios / Pimentera	25
Cachoeira da Pancada do Inferno	24
Corredeira de Pinaré	22
Praia de Barcelos do Sul	22
Praia de Gravatá	22
Corredeiras de Orojó	22
Praia da Aldeia Velha	22
Manifestações Culturais e Folclóricas	**120**
Folclore de Camamu	24
Encontro de Arte Popular	24
Esmola de São Benedito	24
Festa de Nossa Senhora Assunção (Padroeira)	24
Festa de São Francisco em Cajaíba	24
Técnico-Científico	**69**
Estaleiro de grandes escunas	27
Rodões de Dendê	22
Casas de Farinha	20
Igrapiúna	**386**
Natural	**242**
Praia dos Tubarões	28
Ponta do Santo	28
Ponta do Contrato	28
Ilha de Âmbar	28
Ilha do Papagaio	28
Manguezais de Igrapiúna	27
Trilhas de Ecoturismo	25
Cachoeira Parafuso	25
Cachoeira de Praia Grande	25
Manifestações Culturais e Folclóricas	**119**
Artesanato de Igrapiúna (crochê, renda, côco, piaçava, papel machê)	25
Terno de Reis de Igrapiúna	24
Romaria	24
Festa do Cravo	24
Gastronomia Típica de Igrapiúna	22
Técnico-Científico	**25**
Fazendas Reunidas Vale do Juliana	25

Fonte: FGV 2002

Tabela 3.8.16 – Atrativos Turísticos Potenciais por Categoria (Notas) – Pólo Litoral Sul (continuação)

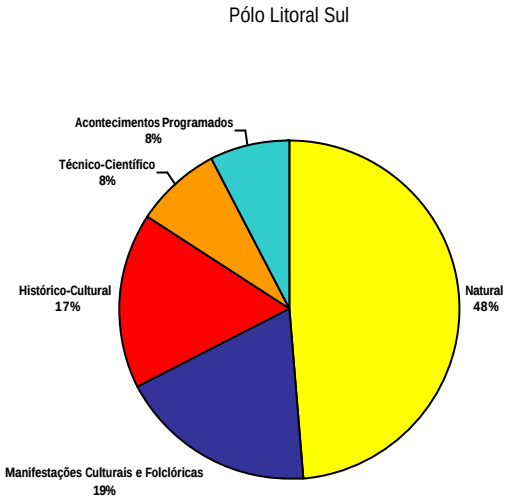
Ituberá	**328**
Natural	**193**
Estuário de Ituberá	31
Barra do Serinhaém	31
Praia da Boca da Lagoa	28
Turismo Náutico - Ituberá	27
Mirante da Ponte do Saici	27
Lagoa Santa	27
Pesca Esportiva em ituberá	22
Histórico-Cultural	**84**
Vila de Santo André (Igreja, Mirante, Povoado)	32
Igreja Nossa Senhora (Matriz)	26
Vila de Itajaí	26
Acontecimentos Programados	**26**
Projeto Verão	26
Manifestações Culturais e Folclóricas	**25**
Turismo Rural (Ituberá)	25
Nilo Peçanha	**279**
Histórico-Cultural	**107**
Sobrado da Antiga Usina de Motupiranga	32
Povoado de Boitaraca	25
Povoado de Itiúca	25
Povoado de São Francisco	25
Natural	**103**
Trilhas Ecoturísticas	28
Manguezais de Nilo Peçanha	28
Cachoeira do Oco	25
Rio Jequié	22
Manifestações Culturais e Folclóricas	**44**
Gastronomia Típica de Nilo Peçanha (Tainha Defumada)	22
Artesanato Típico de Nilo Peçanha	22
Acontecimentos Programados	**25**
Pesca Esportiva em Nilo Peçanha	25
Taperoá	**196**
Natural	**115**
Canal de Taperoá	32
Cachoeira de Paripe	25
Cachoeira Mariana	23
Araruna (balneário)	18
Ilha da Fantasia / Encontro das Águas	17
Manifestações Culturais e Folclóricas	**52**
Turismo Rural (Taperoá)	28
Artesanato de Taperoá	24
Histórico-Cultural	**29**
Conjunto Arquitetônico da Sede	29
Maraú	**162**
Natural	**50**
Praia Arandi	25
Praia Aibim	25
Acontecimentos Programados	**45**
Mergulho Autônomo em Maraú	23
Pesca Esportiva - Maraú	22
Histórico-Cultural	**45**
Ruínas da Fábrica	23
Centro histórico da Sede	22
Manifestações Culturais e Folclóricas	**22**
Cuncubi	22

Fonte: FGV 2002

Percentual de Atrativos por Categoria

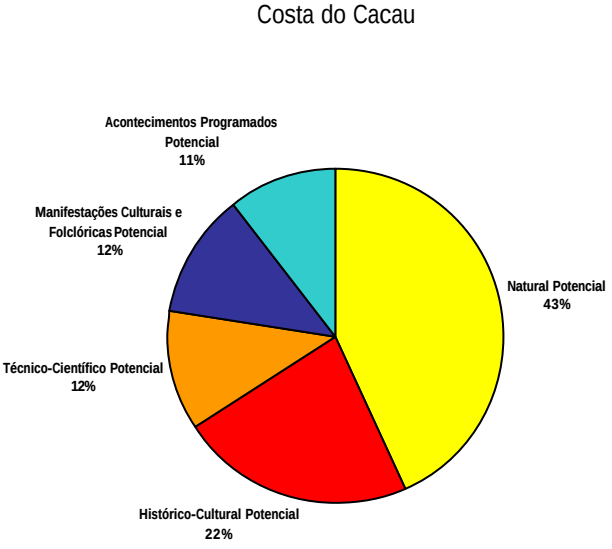
O gráfico a seguir indica a natureza dos atrativos potencias inventariados no Pólo Litoral Sul, fornecendo indícios sobre as possibilidades de constituição de novos produtos e adicionando informações acerca da essência turística da área de planejamento:

Gráfico 3.8.4 – Atrativos Potenciais por Categoria (Total) – Pólo Litoral Sul



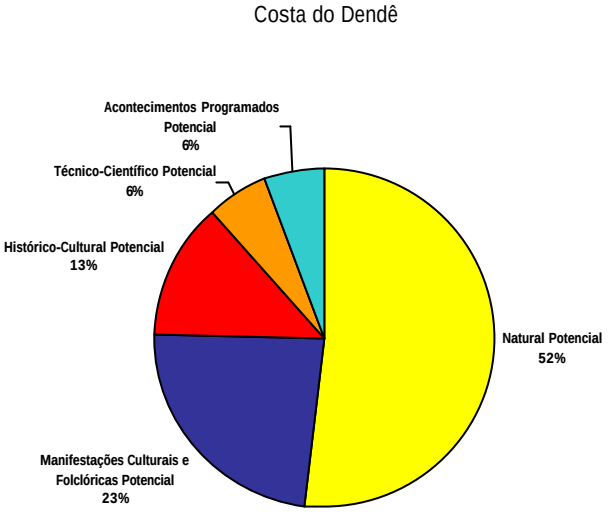
Fonte: FGV 2002

Gráfico 3.8.5 – Atrativos Potenciais por Categoria (Total) – Costa do Cacau



Fonte: FGV 2002:

Gráfico 3.8.6 - Atrativos Potenciais por Categoria (Total) – Costa do Dendê



Fonte: FGV 2002

No que diz respeito aos atrativos potenciais, percebe-se pelo Gráfico 3.8.4 que ainda há um amplo potencial natural, histórico-cultural e de manifestações culturais a ser desenvolvido no Pólo Litoral Sul. Tanto para a Costa do Cacau como para a Costa do Dendê, ainda há inúmeros atrativos nas três principais categorias que podem fortalecer a atividade turística. Há, principalmente, uma grande quantidade de atrativos naturais ainda não desenvolvidas para o turismo.

Analisando cada zona separadamente, percebe-se uma pequena diferença. A Costa do Dendê oferece uma maior reserva total (3.047 pontos em 121 atrativos) que a Costa do Cacau (1.971 pontos em 77 atrativos). Em ambas os atrativos naturais são a maioria. Entretanto, a Costa do Dendê ainda parece possuir uma maior reserva técnica dessa categoria, tanto em porcentagem como em pontuação total. Essa reserva é composta por uma grande variedade de atrativos naturais ainda não adequadamente utilizados para fins turísticos. Enquanto a Costa do Cacau ainda pode incorporar uma série de atrativos histórico-culturais (sua segunda maior categoria potencial), na Costa do Dendê a outra grande reserva técnica é composta por atrativos da categoria manifestações culturais.

Ranking de Atrativos por Categoria (por nota)

As tabelas abaixo (Tabela 3.8.17, Tabela 3.8.18, Tabela 3.8.19, Tabela 3.8.20 e Tabela 3.8.21) apresentam os atrativos com mais alta pontuação na avaliação realizada, por categoria e zona turística:

Tabela 3.8.17 – Principais Atrativos Potenciais – Categoria Histórico-Cultural (Nota)

Costa do Cacau		
Engenho Santana		**28**
	Ilhéus	
Distrito Taboquinhas		**28**
	Itacaré	
Museu Regional do Cacau		**27**
	Ilhéus	
Biblioteca pública		**26**
	Canavieiras	
Casario Histórico de Itacaré		**26**
	Itacaré	
Costa do Dendê		
Sobrado da Antiga Usina de Motupiranga		**32**
	Nilo Peçanha	
Igreja do Amparo		**32**
	Valença	
Vila de Santo André (Igreja, Mirante, Povoado)		**32**
	Ituberá	
Conjunto Arquitetônico da Sede		**29**
	Taperoá	
Ruínas da antiga Fábrica Têxtil de Valença (Fábrica Todos os Santos)		**28**
	Valença	

Fonte: FGV 2002

Os principais atrativos Histórico-Culturais potenciais do Pólo são apresentados na tabela acima. A maiores pontuações foram obtidas pelo o Sobrado da Usina, a Igreja do Amparo e a Vila de Santo André. O Engenho Santana, em Ilhéus, também é um importante atrativo em potencial. O grande desafio, no entanto, parece ser a revitalização desses espaços, definindo usos econômicos e turísticos mais adequados a cada caso.

Tabela 3.8.18 – Principais Atrativos Potenciais – Categoria Manifestações-Culturais(Nota)

Costa do Cacau		
Festa de Iemanjá em Ilhéus		**29**
	Ilhéus	
Capoeira		**26**
	Uruçuca	
Marujada		**26**
	Itacaré	
Lavagem da Escadaria da Igreja Matriz		**26**
	Canavieiras	
Turismo Rural (Una)		**25**
	Una	
Turismo Rural (Uruçuca)		**25**
	Uruçuca	
Costa do Dendê		
Turismo Rural (Taperoá)		**28**
	Taperoá	
Zampiapunga - Valença		**25**
	Valença	
Candomblé de Valença		**25**
	Valença	
Turismo Rural (Ituberá)		**25**
	Ituberá	
Artesanato de Igrapiúna (crochê, renda, côco, piaçava, papel machê)		**25**
	Igrapiúna	

Fonte: FGV 2002

As manifestações culturais e folclóricas são atrativos em potencial que devem agregar muito valor para os turistas do Pólo. São expressões diferenciadas, que refletem uma sociedade e uma cultura muito peculiar da região. Uma das facetas inexploradas dessa categoria é o turismo rural, que apresenta características singulares e, se bem trabalhadas, pode gerar um representativo fluxo turístico adicional. Para transformar esses atrativos em efetivos, deve haver um esforço coordenado para estruturar a visitação/apreciação, além de fortalecer a comercialização dos produtos nas agências e para os turistas.

Tabela 3.8.19 – Principais Atrativos Potenciais – Categoria Natural (Nota)

Costa do Cacau		
Trilha do Costão		**32**
	Itacaré	
Parque do Conduru - Uruçuca		**30**
	Uruçuca	
Praia Siríaco		**30**
	Itacaré	
Rio Jeribucaçu		**30**
	Itacaré	
Rio Tijuípe		**30**
	Itacaré	
Praia do Pompilho		**30**
	Uruçuca	
Costa do Dendê		
Canal de Taperoá		**32**
	Taperoá	
Estuário de Ituberá		**31**
	Ituberá	
Barra do Serinhaém		**31**
	Ituberá	
Manguezais de Cairu		**30**
	Cairu	
Canais de Cairú		**30**
	Cairu	
Ilhas do Canal de Taperoá		**30**
	Cairu	

Fonte: FGV 2002

A Tabela 3.8.19 identifica alguns dos atrativos naturais potenciais mais relevantes. Apesar da oferta de atrativos estar baseada na categoria natural, ainda há uma grande variedade de atrativos naturais não utilizadas turisticamente. Em todos os municípios são encontrados uma diversidade de atrativos como os rios, mangues, canais e estuários. São atrativos com apelo distinto dos de praia, mas atendem a segmentos específicos de grande potencial de crescimento e receita. A dificuldade para transformá-los em atrativos turísticos efetivos está relacionada com a falta de infra-estrutura (principalmente acesso, saneamento e serviços) e com a formatação e comercialização inadequada dos produtos.

Tabela 3.8.20 – Principais Atrativos Potenciais – Categoria Acontecimentos Programados (Nota)

Costa do Cacau		
Semana Jorge Amado		**29**
	Ilhéus	
Ilhéus Summer		**29**
	Ilhéus	
Regata Txai de canoas nativas		**26**
	Itacaré	
Pesca nos Rios Pardo, Salsa e Patipe		**24**
	Canavieiras	
Festa da emancipação da cidade		**23**
	Uruçuca	
Festa do Cacau		**23**
	Ilhéus	
Costa do Dendê		
Pesca do marlin e pesca oceânica		**26**
	Cairu	
Projeto Verão		**26**
	Ituberá	
Pesca Esportiva em Nilo Peçanha		**25**
	Nilo Peçanha	
Regata Morro de São Paulo / Gamboa		**24**
	Cairu	
Pesca Esportiva em Cairu		**23**
	Cairu	
Mergulho Autônomo em Maraú		**23**
	Maraú	

Fonte: FGV 2002

Uma variedade de eventos, festividades e atividades esportivas compõem a oferta de atrativos turísticos potenciais da categoria Acontecimentos Programados, como descrito na Tabela 3.8.25. Esses atrativos reforçam de alguma maneira, os aspectos culturais e naturais dos destinos. A Semana Jorge Amado e o festival de música Ilhéus Summer são os atrativos que obtiveram maior pontuação.

Tabela 3.8.21 – Principais Atrativos Potenciais – Categoria Técnico-Científico (Nota)

Costa do Cacau		
Fazenda Renascer		**28**
	Ilhéus	
Associação de Pequenos Produtores e Projeto Floresta Viva		**27**
	Uruçuca	
Florassuba - Produção de plantas tropicais, medicinais e ornamentais		**27**
	Itacaré	
Turismo Científico (Curso de Espeleologia / Programas de Intercâmbio Universitário)		**25**
	Santa Luzia	
Fazenda Olandy		**24**
	Ilhéus	
CEPED		**24**
	Ilhéus	
Bio Fábrica		**24**
	Ilhéus	
Costa do Dendê		
Estaleiro de grandes escunas		**27**
	Camamu	
Produção de Dendê (Roldões)/ Mandioca e Artesanato		**25**
	Valença	
Fazendas Reunidas Vale do Juliana		**25**
	Igrapiúna	
Conjunto de Construção Naval		**22**
	Valença	
Rodões de Dendê		**22**
	Camamu	
Piscicultura de Valença		**22**
	Valença	

Fonte: FGV 2002

As atividades relacionadas com o interior das zonas turísticas são o principal tema para as realizações técnico-científicas passíveis de visitação turística ainda não exploradas. Algumas atividades humanas relacionadas ao mar, como a psicultura e a construção naval, também apresentam oportunidades de aprimoramento da oferta nessa categoria. O maior desafio para viabilizá-los, no entanto, é a melhoria da formatação e comercialização dos produtos turísticos relacionados.

Ranking Municípios por Categoria (por nota)

Com base nos atrativos classificados segundo suas respectivas categorias, as tabelas abaixo classificam os municípios segundo a pontuação total de seus atrativos potenciais.

Una, Nilo Peçanha e Ilhéus são os municípios com maior potencial turístico inexplorado na categoria Histórico-Cultural. A pontuação por município está apresentada na Tabela 3.8.22.

Tabela 3.8.22 - Ranking Potencial de Municípios – Categoria Histórico-Cultural (Nota)

Rank	Município	Pontuação
1	Una	118
2	Nilo Peçanha	107
3	Ilhéus	104
4	Valença	84
5	Ituberá	84
6	Cairu	74
7	Itacaré	54
8	Canavieiras	51
9	Uruçuca	47
10	Maraú	45
11	Santa Luzia	44
12	Taperoá	29

Fonte: FGV 2002

Na categoria Manifestações Culturais, Valença apresenta a maior pontuação total de atrativos potenciais. Camamu, Igrapiúna e Cairu também apresentaram boa pontuação e disponibilidade de atrativos dessa categoria (Tabela 3.8.23).

Tabela 3.8.23 - Ranking Potencial de Municípios – Categoria Manifestações Culturais (Nota)

Rank	Município	Pontuação
1	Valença	192
2	Camamu	120
3	Igrapiúna	119
4	Cairu	92
5	Canavieiras	74
6	Taperoá	52
7	Uruçuca	51
8	Nilo Peçanha	44
9	Ilhéus	29
10	Itacaré	26
11	Ituberá	25
12	Una	25
13	Santa Luzia	22
14	Maraú	22

Fonte: FGV 2002

A Tabela 3.8.24 identifica o ranking de pontuação dos atrativos potenciais naturais por município. Cairu é o grande destaque, com inúmeros atrativos de boa pontuação ainda não utilizados. Em um patamar abaixo, outros seis municípios são classificados com bom potencial de atrativos naturais: Camamu, Igrapiúna, Valença, Una, Itacaré e Ituberá.

Tabela 3.8.24 - Ranking Potencial de Municípios – Categoria Natural (Nota)

Rank	Município	Pontuação
1	Cairu	430
2	Camamu	267
3	Igrapiúna	242
4	Valença	226
5	Una	223
6	Itacaré	223
7	Ituberá	193
8	Canavieiras	174
9	Uruçuca	138
10	Taperoá	115
11	Nilo Peçanha	103
12	Maraú	50
13	Ilhéus	50
14	Santa Luzia	47

Fonte: FGV 2002

Nas categorias Acontecimento Programados (Tabela 3.8.25) e Técnico-Científico (Tabela 3.8.26) o município de Ilhéus é o que apresenta alguma reserva mais relevante de atrativos ainda não utilizados.

Tabela 3.8.25 - Ranking Potencial de Municípios – Categoria Acontecimentos Programados (Nota)

Rank	Município	Pontuação
1	Ilhéus	123
2	Cairu	73
3	Maraú	45
4	Itacaré	26
5	Ituberá	26
6	Nilo Peçanha	25
7	Canavieiras	24
8	Uruçuca	23

Fonte: FGV 2002

Tabela 3.8.26 - Ranking Potencial de Municípios – Categoria Técnico-Científico (Nota)

Rank	Município	Pontuação
1	Ilhéus	120
2	Valença	69
3	Camamu	69
4	Uruçuca	49
5	Itacaré	27
6	Igrapiúna	25
7	Santa Luzia	25

Fonte: FGV 2002

Análise dos Produtos Potenciais

A análise do conjunto de atrativos potenciais encontrados no Pólo Litoral Sul, em conjunto com os atrativos efetivos, permite que sejam vislumbrados alguns tipos de produtos turísticos que seriam viabilizados com a consolidação da estrutura dos atrativos e dos meios de acesso a eles.

A grande diversidade de paisagens naturais das zonas turísticas forma um corredor verde com muitas alternativas contemplativas, ecoturísticas e de aventura. Para aproveitar essa possibilidade, a conservação do patrimônio natural deve ser intensificada e a opção pelo turismo de natureza mais divulgada para o *trade* turístico.

As dificuldades de transformação dos atrativos potenciais em efetivos estão relacionadas com falta de infra-estrutura e falhas na formatação e comercialização dos produtos. O uso sustentável do patrimônio histórico também surge como um obstáculo para a viabilização de projetos de recuperação, devendo haver um esforço conjunto (setor público, comunidade e setor privado) para identificar as melhores alternativas para cada caso.

Para que novos produtos sejam formatados por operadoras e agências, deve haver uma grande integração entre os municípios que compõem a zona turística. A integração deve-se dar tanto no que diz respeito à determinação de estratégias de desenvolvimento de roteiros, em função da análise criteriosa da oferta de atrativos efetivos e potenciais, quanto nos sistemas de transportes.

Os municípios devem direcionar os esforços para a consolidação de uma identidade comum à zona turística, baseada em seus aspectos naturais, utilizando os aspectos históricos e culturais como complemento do produto turístico. A própria promoção dos destinos, mesmo respeitando as particularidades de cada município, deve remeter ao conjunto do Pólo Litoral Sul.

Conclusões

Municípios de Destaque por Segmento

Percebe-se que a consolidação do turismo no Pólo Litoral Sul, apoiado primordialmente nos atrativos naturais e completado pelas manifestações culturais e atrativos histórico-culturais, em menor número, depende de um trabalho de desenvolvimento do grande número de atrativos potenciais existentes em todas essas categorias. Percebe-se que o pólo manterá suas características já consolidadas, mas estará em condições de oferecer mais possibilidades aos turistas, tornando-se assim mais competitivo na captação de novos visitantes e fazendo com

que o fluxo já existente permaneça por mais tempo na região, gerando assim mais impactos na economia regional.

As tabelas abaixo apresentam uma análise global dos atrativos, por categoria, considerando a pontuação de cada município nos atrativos efetivos, potenciais e total:

Tabela 3.8.27 - Ranking Geral de Municípios – Categoria Histórico-Cultural (Nota)

Rank	Município	Efetivo	Potencial	Total Global
1	Ilhéus	691	104	**795**
2	Cairu	415	74	**489**
3	Canavieiras	216	51	**267**
4	Valença	164	84	**248**
5	Una	105	118	**223**
6	Nilo Peçanha	61	107	**168**
7	Itacaré	103	54	**157**
8	Ituberá	54	84	**138**
9	Camamu	114	-	**114**
10	Uruçuca	55	47	**102**
11	Santa Luzia	52	44	**96**
12	Taperoá	60	29	**89**
13	Igrapiúna	46	-	**46**
14	Maraú	-	45	**45**

Fonte: FGV 2002

Na categoria histórico-cultural, Ilhéus se destaca, com pontuação bem maior que os demais municípios. Cairu, classificada em segundo lugar, também apresenta boa pontuação. Em um patamar abaixo estão uma série de outros municípios, que podem apresentar melhores resultados se forem melhoradas as condições de conservação das edificações e as facilidades de uso turístico e demais atrativos.

Tabela 3.8.28 - Ranking Geral de Municípios – Categoria Manifestações Culturais (Nota)

Rank	Município	Efetivo	Potencial	Total Global
1	Valença	193	192	**385**
2	Cairu	292	92	**384**
3	Camamu	249	120	**369**
4	Ituberá	299	25	**324**
5	Itacaré	283	26	**309**
6	Uruçuca	248	51	**299**
7	Canavieiras	150	74	**224**
8	Ilhéus	189	29	**218**
9	Igrapiúna	92	119	**211**
10	Nilo Peçanha	158	44	**202**
11	Una	102	25	**127**
12	Taperoá	46	52	**98**
13	Santa Luzia	49	22	**71**
14	Maraú	-	22	**22**

Fonte: FGV 2002

A categoria manifestações culturais possui uma classificação mais equilibrada. Os seis primeiros colocados possuem pontuação situada em patamar próximo. Outros quatro municípios também possuem boa pontuação. É uma categoria muito forte no pólo como um todo.

Tabela 3.8.29 - Ranking Geral de Municípios – Categoria Natural (Nota)

Rank	Município	Efetivo	Potencial	Total Global
1	Ilhéus	1810	50	**1860**
2	Cairu	1040	430	**1470**
3	Itacaré	1150	223	**1373**
4	Maraú	1104	50	**1154**
5	Canavieiras	783	174	**957**
6	Una	378	223	**601**
7	Camamu	295	267	**562**
8	Ituberá	340	193	**533**
9	Santa Luzia	364	47	**411**
10	Valença	149	226	**375**
11	Uruçuca	231	138	**369**
12	Igrapiúna	56	242	**298**
13	Nilo Peçanha	59	103	**162**
14	Taperoá	-	115	**115**

Fonte: FGV 2002

A categoria natural, a mais forte do pólo, possui os cinco primeiros municípios com excelente pontuação. Cairu e Itacaré, além de estarem em boa classificação, ainda possuem muitos atrativos potenciais, podendo aumentar ainda mais a pontuação nos próximos anos. Além

disso, a análise da pontuação dos demais municípios identifica que todos apresentam inúmeros e bons atrativos naturais, potenciais ou efetivos.

Tabela 3.8.30 - Ranking Geral de Municípios – Categoria Acontecimentos Programados (Nota)

Rank	Município	Efetivo	Potencial	Total Global
1	Itacaré	416	26	**442**
2	Canavieiras	342	24	**366**
3	Ilhéus	183	123	**306**
4	Cairu	157	73	**230**
5	Maraú	135	45	**180**
6	Igrapiúna	175	-	**175**
7	Valença	142	-	**142**
8	Camamu	103	-	**103**
9	Ituberá	46	26	**72**
10	Una	58	-	**58**
11	Santa Luzia	48	-	**48**
12	Nilo Peçanha	-	25	**25**
13	Uruçuca	-	23	**23**

Fonte: FGV 2002

Os acontecimentos programados surgem como uma categoria forte, principalmente porque podem ser criados novos eventos e atividades, de acordo com a evolução do destino. Nesse contexto, eles têm um papel mais flexível, colaborando com os demais atrativos de acordo com as necessidades. Atualmente, Itacaré, Canavieiras e Ilhéus são os municípios com maior soma de pontuação dos atrativos.

Tabela 3.8.31 - Ranking Geral de Municípios – Categoria Técnico-Científico (Nota)

Rank	Município	Efetivo	Potencial	Total Global
1	Ilhéus	225	120	**345**
2	Una	124		**124**
3	Uruçuca	53	49	**102**
4	Itacaré	62	27	**89**
5	Valença		69	**69**
6	Camamu		69	**69**
7	Canavieiras	56		**56**
8	Ituberá	50		**50**
9	Santa Luzia		25	**25**
10	Igrapiúna		25	**25**

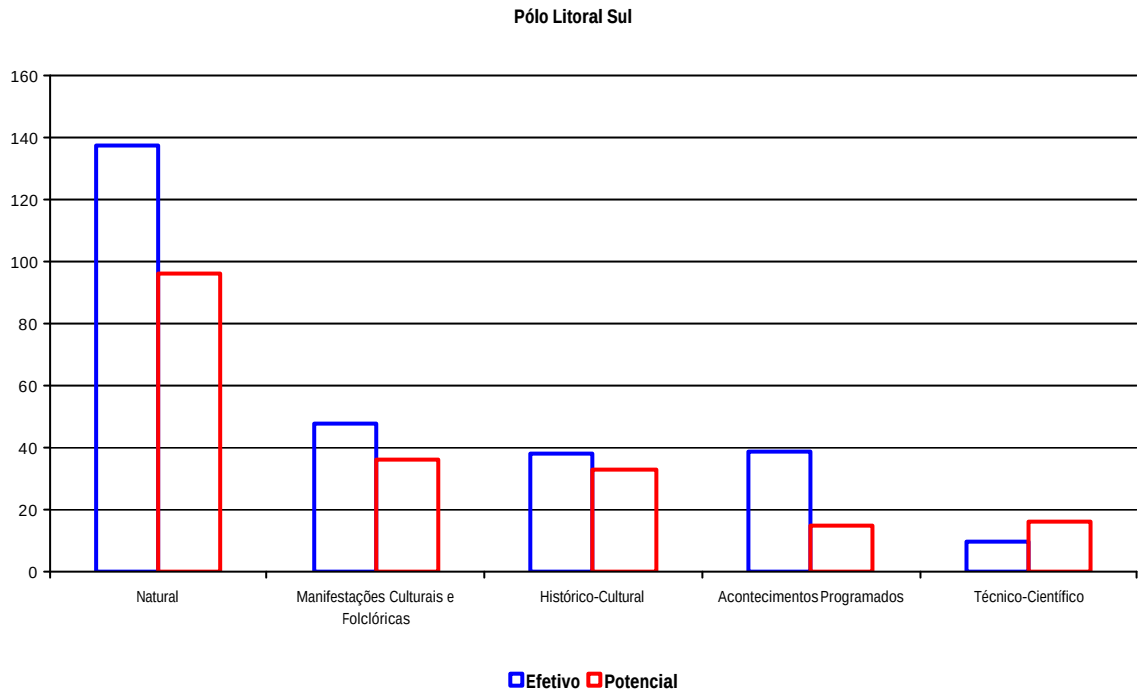
Fonte: FGV 2002

Assim como na categoria anterior, há uma maior flexibilidade na categoria técnico-científica quanto a identificação ou criação de novos atrativos, adequando-se ao tipo de turismo existente no pólo. Sob essa perspectiva, essa categoria pode assumir um papel mais relevante ao longo dos próximos anos. Atualmente, Ilhéus é o município com maior pontuação em atrativos dessa categoria.

Análise do Potencial das Zonas Turísticas

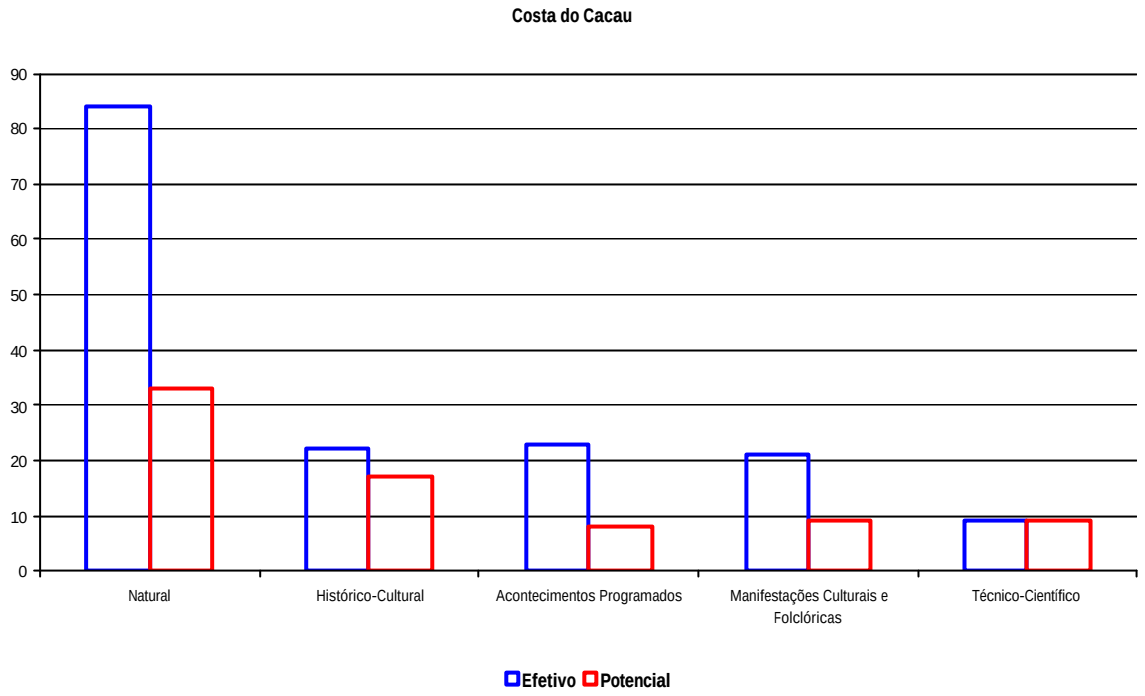
O Pólo Litoral Sul como um todo ainda apresenta um grande potencial de desenvolvimento turístico, no que se refere aos seus atrativos. O Gráfico 3.8.7 demonstra que há muitos atrativos que podem ser melhor aproveitados pela atividade turística. O caráter natural, principalmente, está subtilizado.

Gráfico 3.8.7- Atrativos Potenciais e Efetivos por Categoria – Pólo Litoral Sul



Fonte: FGV 2002

Gráfico 3.8.8- Atrativos Potenciais e Efetivos por Categoria – Costa do Cacau

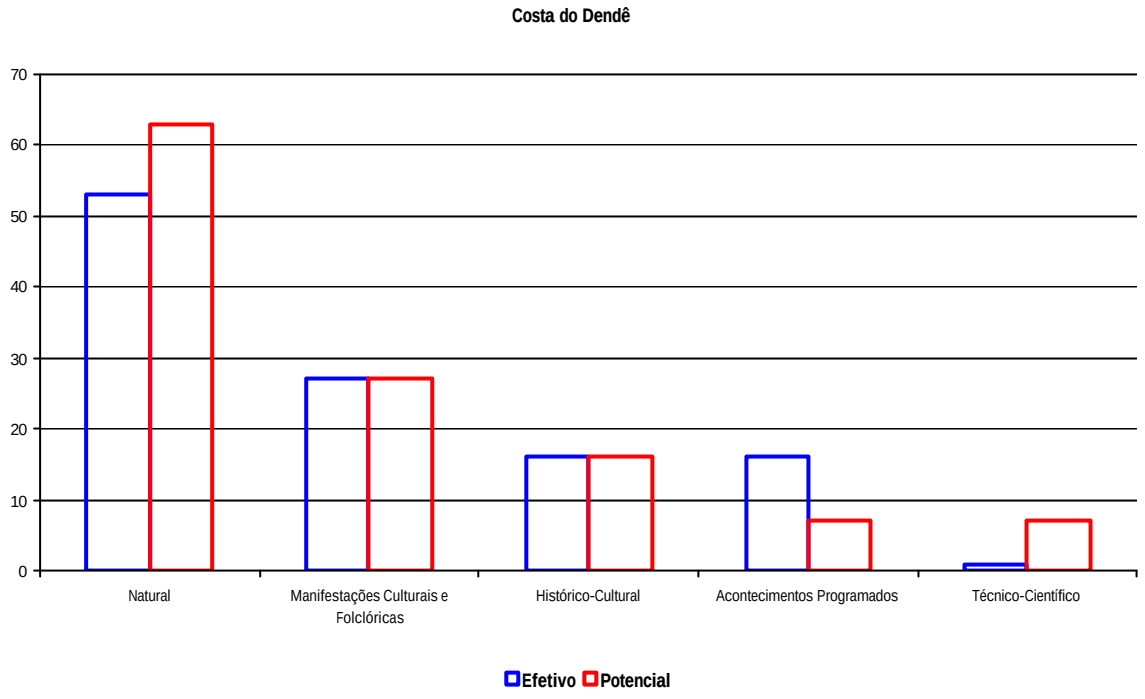


Fonte: FGV 2002

O Gráfico 3.8.8 ilustra que a Costa do Cacau ainda possui uma certa reserva técnica em todos os atrativos, mas em menor grau que o pólo como um todo. Proporcionalmente, a categoria histórico-cultural, a segunda maior dessa zona turística, ainda possui um grande fração de atrativos não utilizados. A categoria técnico-científico, a que possui menor número de atrativos, também possui uma grande proporção de atrativos a ser utilizada. Todas as demais categorias, no entanto, já utilizam a grande maioria de seus atrativos. Esse fato indica que a atividade turística nessa zona já é consideravelmente intensa.

O Gráfico 3.8.9, por sua vez, ilustra a situação dos atrativos efetivos e potenciais de cada categoria na zona turística da Costa do Dendê. Nele, percebe-se que há um potencial ainda maior a ser explorado. Desconsiderando a categoria acontecimentos programados, constituída quase exclusivamente por pesca, todas as demais possuem ao menos metade de seus atrativos ainda não efetivamente utilizados para finalidades turísticas. Percebe-se, em contraponto ao verificado na Costa do Cacau, uma atividade turística mais incipiente, mas também com forte vocação natural.

Gráfico 3.8.9- Atrativos Potenciais e Efetivos por Categoria – Costa do Dendê



Fonte: FGV 2002

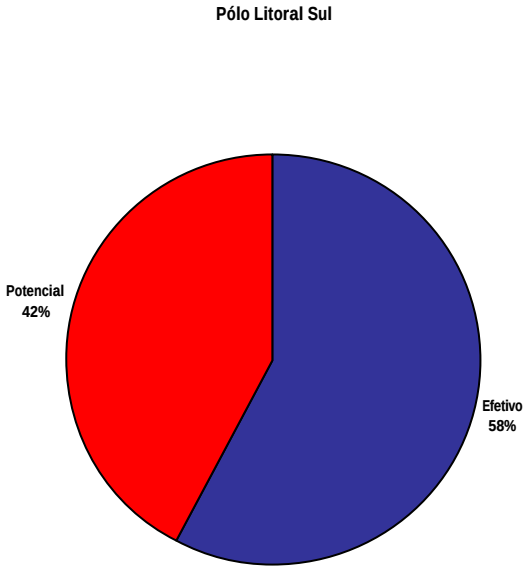
Considerações Finais

A atividade turística no Pólo Litoral Sul surgiu de maneira espontânea, apoiada nos belíssimos atrativos naturais existentes. Apesar da riqueza e da diversidade de atrativos naturais, o crescimento do turismo no pólo baseou-se, principalmente, nas suas praias e área costeira. Observando as listas de atrativos efetivos, percebe-se que as essas praias preenchem e lideram a maior parte. Os atrativos naturais ainda não utilizados para fins turísticos são, em sua maioria, cachoeiras, rios, mangues, canais, corredeiras e trilhas. Já as praias que constam da lista de potenciais ficam em áreas de acesso extremamente precário, dificultando seu uso.

Uma conclusão que surge desse fato é que ainda há um enorme potencial natural a ser desenvolvido no Pólo Litoral Sul. Esse potencial, entretanto, deverá seguir em uma direção distinta da existente na atualidade. A análise dos atrativos naturais potenciais indicam que as atividades turísticas futuras poderão contar com uma reserva técnica composta por atrativos diferenciados, voltados a um segmento de mercado mais orientado para o ecoturismo, o turismo de aventura e atividades de menor passividade. Ao contrário do que ocorre com o atual e predominante turismo de lazer e de sol e praia, essa reserva, para se transformar em atrativos efetivos, deverá estar muito mais associada a serviços e atividades, devendo ser formatada e comercializada de maneira mais adequada.

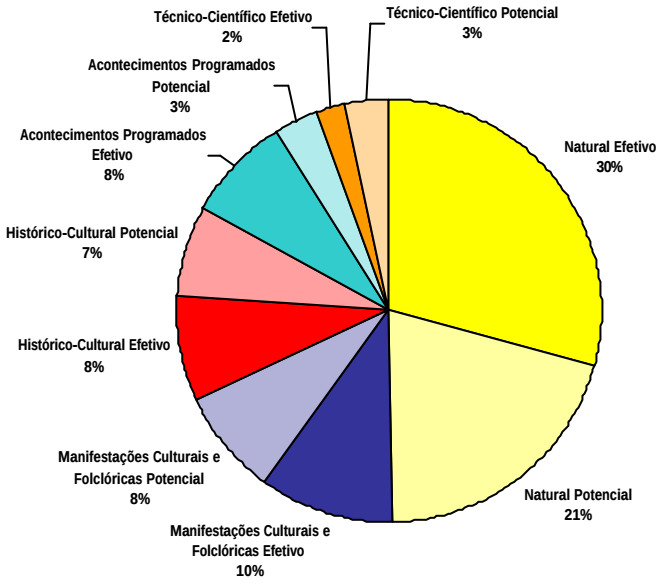
É interessante perceber que ainda há uma enorme quantidade de atrativos não explorados, como demonstra o Gráfico 3.8.10. Além dessa reserva técnica, os atuais atrativos podem ser melhor trabalhados e gerar mais receita e fluxo. O gráfico seguinte (Gráfico 3.8.11), por sua vez, demonstra que esse potencial existe para todas as categorias de atrativos.

Gráfico 3.8.10- Atrativos Potenciais e Efetivos (Total) – Pólo Litoral Sul



Fonte: FGV 2002

Gráfico 3.8.11- Atrativos Potenciais e Efetivos por Categoria (Total) – Pólo Litoral Sul



Fonte: FGV 2002

Sob essa perspectiva, percebe-se que a reserva técnica de atrativos (atrativos potenciais) deverá ser utilizada de maneira a aprimorar e complementar a atividade turística já existente. Esse movimento poderá ser feito em duas direções:

- Melhorando a oferta de produtos e serviços turísticos para o **público existente**, aprimorando o uso dos atrativos efetivos e/ou incluindo os atrativos potenciais das

categorias histórico-cultural, acontecimentos programados e manifestações culturais e folclóricas;

- Desenvolvendo **novos segmentos** turísticos, combinando os atrativos naturais potenciais diferenciados, descritos acima, com essa reserva de atrativos potenciais das demais categorias, principalmente histórico-culturais e manifestações folclóricas.

É importante ressaltar esse aspecto da complementação entre os atrativos e atividades. Se aproveitados de maneira sinérgica, os atrativos das diversas categorias agregam valor à experiência dos turistas que decidiram visitar a região motivados pelos atrativos naturais existentes. Essa possibilidade de sinergia entre as diferentes categorias de atrativos permite a captação de turistas com perfis de maior propensão a gastos. Também permite uma diversidade de alternativas de visitação, podendo gerar maior permanência média. Todos esses fatores contribuem para que os impactos positivos da atividade sejam maximizados e a comunidade local obtenha mais benefícios a partir do desenvolvimento do turismo.

3.9. Qualidade da Oferta Turística

Introdução

A oferta turística pode ser dividida em duas categorias:

- Diferencial – os atrativos naturais e sócio-culturais, responsáveis pela escolha do turista por determinada destinação;
- Técnica – equipamentos e serviços existentes em uma determinada localidade, como a infra-estrutura básica e a infra-estrutura turística.

No capítulo 3.8 (Produtos e Atrativos Turísticos) foi avaliada a oferta diferencial do Pólo Litoral Sul. No capítulo 3.3 (Infra-estrutura), a infra-estrutura básica foi objeto de análise. Neste capítulo pretende-se analisar a infra-estrutura turística do Pólo Litoral Sul, composta pelos meios de hospedagem, distribuição do produto turístico (agências de viagem, operadoras), transportadoras, restaurantes e outros locais de alimentação e entretenimento, sendo que o serviço prestado é o elemento fundamental para a sua caracterização. Os empreendimentos turísticos do Pólo Litoral Sul serão avaliados quanto à sua quantidade, variedade e qualidade, além de sua distribuição pelos municípios.

A análise da oferta atual de serviços tem como objetivo determinar a qualidade da recepção dos turistas, em grande parte dependente do serviço que é oferecido pelas empresas turísticas. Além disso, a quantidade e qualidade de empresas envolvidas com a atividade são indicadores do atual estágio de desenvolvimento dos municípios como destinações turísticas. Além da análise das empresas que compõem parte essencial do sistema turístico regional, analisam-se inicialmente a quantidade e a qualidade dos postos de informação turística existentes no Pólo Litoral Sul. Entende-se que esses postos sejam uma ponte essencial entre os turistas, que em grande parte visitam os destinos do pólo sem a intermediação de agências de viagem, e os atrativos e prestadores de serviços turísticos.

Postos de Informações Turísticas

Os principais postos de informações turísticas do Estado da Bahia são operados pela Bahiatursa, em parceria com as Prefeituras. Os postos oferecem pessoal treinado para informar os turistas sobre os principais atrativos do município e seu entorno, além de disponibilizar materiais como folders, mapas e referências a prestadores de serviços turísticos. No Pólo Litoral Sul, apenas dois municípios possuem postos de informações turísticas em funcionamento:

- **Valença:** o principal posto, localizado no centro da cidade, funciona de segunda a sexta-feira, no período da manhã e da tarde. Possui dois funcionários. Há um posto secundário na Rodovia Nazaré-Valença, que opera com apenas um funcionário. Em ambos os casos, não há atendimento bilíngüe. Ainda não são disponibilizados mapas da região aos turistas, apenas um folder com as informações principais sobre o município.
- **Ilhéus:** localizado no centro da cidade, funciona somente de segunda a sexta-feira, no período da manhã e da tarde. Possui dois funcionários, sendo um em cada turno, sendo que nenhum deles fala inglês ou outro idioma estrangeiro. Através do posto, os

turistas podem organizar passeios com agências de receptivo para atrativos como a Lagoa Encantada.

A deficiência da estrutura de atendimento ao turista no Pólo Litoral Sul é um problema que restringe a potencialidade dos destinos turísticos. Além de grande parte dos turistas não utilizar os serviços de operadoras ou agências de turismo para a organização de sua viagem, e portanto, terem que formatar suas atividades por conta própria, os atrativos da maioria dos destinos são dispersos geograficamente. Isso cria a necessidade por transporte turístico e informações específicas de acessibilidade aos atrativos. Além disso, grande parte da atratividade dos destinos do pólo é vinculada não somente a locais de forte apelo turístico, mas ao desenvolvimento de atividades, o que torna essencial uma rede extensa e especializada de receptivo local, e a distribuição estratégica de postos de informações turísticas para que os turistas tenham o acesso facilitado a esses serviços. Portanto, recomenda-se a criação de mais postos, em locais de grande circulação de turistas.

Além disso, o fechamento dos postos nos fins de semana cria um transtorno aos turistas, já que há a necessidade por informação em todos os dias da semana. A ausência de funcionários bilíngües é também um fator restritivo ao desenvolvimento do turismo internacional.

Meios de Hospedagem

Evolução e Características dos Meios de Hospedagem

A oferta de hospedagem no Pólo Litoral Sul abrange desde resorts vinculados a cadeias nacionais a pequenas pensões, com opções de hospedagem para um grande espectro de segmentos de demanda. O total de meios de hospedagem (MHs) identificados pela Bahiatursa em 2001 foi de 521. Já o número de unidades habitacionais (UHs) era de 7.564, totalizando uma oferta global de 21.023 leitos.

O número de meios de hospedagem no Pólo Litoral Sul cresceu acentuadamente desde 1993, como se percebe pela Tabela 3.9.1. A taxa anual de crescimento foi de 13,9%, enquanto o crescimento no número de UHs foi de 14,5%. O crescimento mais acentuado foi detectado na Zona Turística Costa do Dendê (15%).

A relação UH/MH indica que os empreendimentos da Costa do Cacau são em média de maior porte que os existentes na Costa do Dendê. Isso se explica pelos grandes empreendimentos instalados na região de Ilhéus, além do Hotel Transamérica de Comandatuba, em Una. Há, também, um pequeno aumento nessa relação para a Costa do Dendê, o que leva a crer que há uma tendência de aumento no porte dos MHs dessa zona turística.

Tabela 3.9.1 – Evolução no número de Meios de Hospedagem do Pólo Litoral Sul

Costa do Dendê

	1993	1997	1999	2001	Crescimento anual (%)
MHs	87	187	229	266	15,0%
UHs	931	2.053	2.707	3.324	17,2%
Leitos	2400	5.550	7.452	9.268	18,4%
UH/MH	10,7	11,0	11,8	12,5	

Costa do Cacau

	1993	1997	1999	2001	Crescimento anual (%)
MHs	97	191	216	255	12,8%
UHs	1630	2.690	3.465	4.240	12,7%
Leitos	4041	6.959	9.921	11.755	14,3%
UH/MH	16,8	14,1	16,0	16,6	

Total PLS

	1993	1997	1999	2001	Crescimento anual (%)
MHs	184	378	445	521	13,9%
UHs	2561	4.743	6.172	7.564	14,5%
Leitos	6441	12.509	17.373	21.023	15,9%
UH/MH	13,9	12,5	13,9	14,5	

Fonte: Bahiatursa;
Elaboração: FGV

O maior número de UHs concentra-se na região de Ilhéus, que conta com 2.611 unidades. Em seguida estão Cairu (1.654), Valença (1.015) e Itacaré (732). Maraú, Una e Canavieiras também apresentam significativas quantidades de meios de hospedagem. Percebe-se, pelo número de empreendimentos hoteleiros e UHs (Tabela 3.9.2), que o turismo é atualmente uma atividade representativa para cerca de metade dos municípios que formam o Pólo Litoral Sul.

A análise da relação Leitos/UH permite observar que não há variação significativa entre a oferta dos municípios em relação à média do Pólo Litoral Sul como um todo (2,8 leitos/UH).

Tabela 3.9.2 – Perfil dos Meios de Hospedagem – Municípios do Pólo Litoral Sul (2001)

Município	MH	UH	UH/MH	Leitos	Leitos/UH
Valença	65	1.015	*15,6*	2.704	*2,7*
Cairu	142	1.654	*11,6*	4.716	*2,9*
Taperoá	2	20	*10,0*	43	*2,2*
Nilo Peçanha	3	25	*8,3*	66	*2,6*
Ituberá	8	112	*14,0*	301	*2,7*
Camamu	5	89	*17,8*	220	*2,5*
Maraú	41	409	*10,0*	1.218	*3,0*
Costa do Dendê	*266*	*3.324*	*12,5*	*9.268*	*2,8*
Itacaré	77	732	*9,5*	2.044	*2,8*
Ilhéus	124	2.611	*21,1*	7.691	*2,9*
Una	13	460	*35,4*	1.042	*2,3*
Uruçuca	13	85	*6,5*	N/D	*N/D*
Canavieiras	28	352	*12,6*	978	*2,8*
Costa do Cacau	*255*	*4.240*	*16,6*	*11.755*	*2,8*
Pólo Litoral Sul	**521**	**7.564**	***14,5***	**21.023**	***2,8***

N/D Informação não disponível

Fonte: Bahiatursa;
Elaboração: FGV

Em Valença (Guaibim), Ilhéus e Maraú é marcante o número de casas de veraneio (residências secundárias), principalmente de propriedade de mineiros, brasilienses e goianos. Essas residências são utilizadas quase que exclusivamente por grupos (famílias e amigos) durante os meses de férias escolares. Verifica-se uma grande concorrência de casas disponibilizadas para aluguel por temporada, especialmente em Ilhéus, modalidade de hospedagem que desvia parte da demanda por meios de hospedagem dos estabelecimentos comerciais. Há controvérsias quanto à legitimidade desse tipo de oferta, já que os proprietários dos imóveis não pagam os impostos que são obrigatórios à atividade de aluguel de UHs por tempo limitado, competindo, de certa forma, deslealmente com os proprietários de meios de hospedagem legalmente estabelecidos.

Sazonalidade

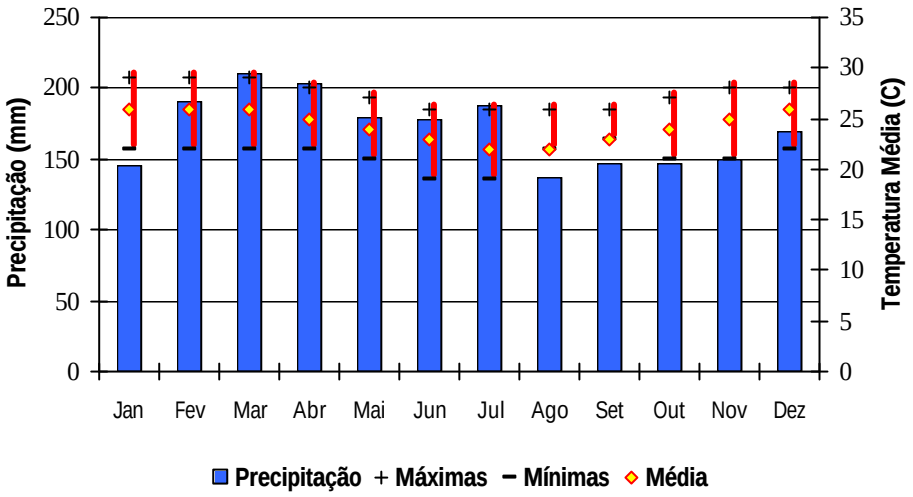
O fluxo turístico e a demanda por hospedagem estão intimamente relacionados com questões relativas às características dos mercados emissores e do perfil da demanda, bem como o clima da região. Os tipos de atrativos e atividades que são oferecidas pela destinação turística também exercem grande influência sobre a sazonalidade da ocupação dos meios de hospedagem.

O período de férias escolares (ou de verão, no caso dos países europeus) é, em geral, o momento em que uma parcela significativa dos turistas (aqueles que viajam em família ou os europeus) tem maior propensão a viajar. A existência de feriados prolongados tradicionais (Réveillon e Carnaval, principalmente) também gera grande demanda e fluxo turístico. Além desses feriados, os principais emissores para os destinos da região estão em períodos de férias nos meses de janeiro, fevereiro, junho, julho e agosto.

Por outro lado, as características climáticas dos destinos (temperatura e chuvas, predominantemente) também alteram a possibilidade que os turistas têm para desfrutar o

destino turístico. O Gráfico 3.9.1 identifica o comportamento das chuvas e da temperatura na região de Ilhéus, para o ano de 2001:

Gráfico 3.9.1 – Precipitação Mensal e Temperaturas Registradas (Ilhéus)



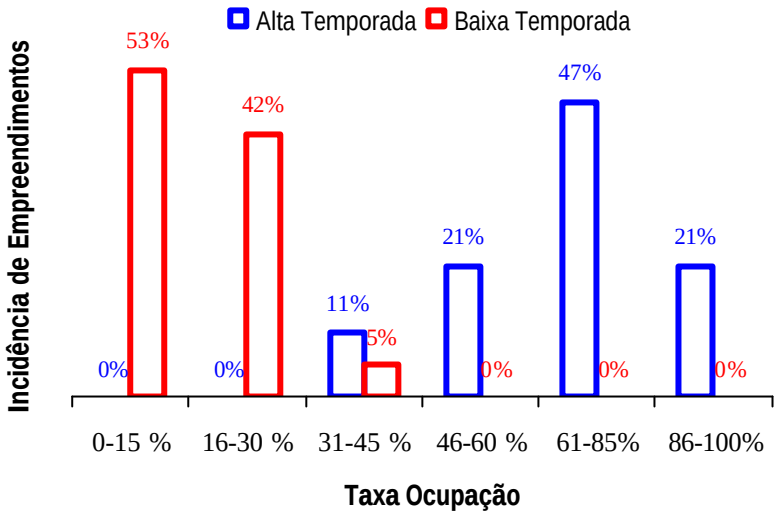
Fonte: The Weather Channel

Pode-se perceber que as chuvas são constantes ao longo do ano, como conseqüência da localização geográfica e pela presença de grandes remanescentes de Mata Atlântica. Não há um período chuvoso típico. A temperatura, por sua vez, também não demonstra grande oscilação, mantendo um valor médio ameno ao longo de todo o ano. Assim, os meses com maior demanda por hospedagem e maior fluxo turístico não apresentam fatores restritivos de origem climática.

A demanda por hospedagem, além de apresentar sazonalidade anual, apresenta também sazonalidade semanal, limitando a capacidade mensal de venda dos hotéis. O segmento de negócios, por exemplo, geralmente gera demanda de segunda-feira a quinta-feira, decaindo nos fins-de-semana. Nos municípios do Pólo Litoral Sul, entretanto, o segmento de negócios não é suficientemente representativo (ver capítulo 3.11 – Perfil do Turista), com exceção da região de Ilhéus. Em função de seu porte e atividades econômicas atrai turistas com motivação de negócios e convenções, mesmo que em menor escala que o segmento de lazer. Esse segmento, quando os principais emissores são regionais, concentra-se nos finais de semana. Algumas praias do Pólo Litoral Sul (Guaibim – Valença; Pratigi – Ituberá) também são utilizadas por turistas regionais, principalmente como opção de lazer de moradores dos municípios vizinhos. Esse fluxo não gera demanda por hospedagem significativa, pois, em geral, os visitantes são excursionistas (retornam ao seu município no mesmo dia).

Outro instrumento que pode oferecer um indicador sobre a sazonalidade é a pesquisa direta com os meios de hospedagem, realizada durante a pesquisa de campo. Nessas entrevistas, os meios de hospedagem forneceram dados sobre ocupação na baixa e alta temporada. O Gráfico 3.9.2 sintetiza os dados apurados na pesquisa de campo.

Gráfico 3.9.2 – Taxas de Ocupação dos Meios de Hospedagem (2001)



Fonte: FGV 2002

Foram entrevistados gerentes e proprietários de 19 MHs registrados pela Bahiatursa. As informações aqui apresentadas não são medições precisas sobre a realidade da ocupação dos meios de hospedagem, mas a amostra é representativa a ponto de constituir um adequado referencial das taxas de ocupação do mercado da área de planejamento.

Verifica-se que cerca de 68% dos empreendimentos atingem taxas de ocupação médias acima de 60% ao longo da alta temporada. No entanto, a ocupação durante os meses de baixa temporada cai para índices muito baixos, inferiores a 30% para quase todos os empreendimentos. Isso indica que a sazonalidade é um fator que afeta gravemente os meios de hospedagem instalados nos municípios da área de planejamento, o que ocorre provavelmente em função da forte dependência em relação a alguns nichos do segmento de lazer. Ações de marketing para a atração de outros nichos e segmentos de mercado poderiam reduzir o efeito de sazonalidade atualmente constatado. Além disso, para os municípios que possuem pacotes formatados e oferecidos por operadoras e agências de turismo nos principais mercados emissores, como Itacaré, as taxas de ocupação apresentam-se mais altas e as variações sazonais são menos pronunciadas.

Permanência Média

Os dados da tabela abaixo são provenientes das Pesquisas de Demanda Turística da Bahiatursa. A análise dos dados da tabela permite a comparação da permanência média do turista para cada tipo de meio de hospedagem.

Tabela 3.9.3 – Permanência Média por tipo de MH

	Hotel	Flat	Pousada	Residência alugada	Residência secundária	Parentes	Pensão	Camping
Morro de São Paulo								
Janeiro e Julho de 2001	9,1	-	8,2	9,0	14,0	12,1	7,6	8,0
Ilhéus								
Fevereiro e Julho de 2001	9,9	10,5	8,2	16,5	22,5	13,0	12,0	-
Valença								
Janeiro e Agosto de 2001	5,9	-	5,1	12,3	8,3	9,9	7,4	-
Baía de Camamu / Pen. de Maraú								
Janeiro e Julho de 2001	17,3	-	9,1	24,9	23,8	15,8	6,0	12,3

Fonte: PDT – Bahiatursa 2001

Verifica-se que os turistas que permanecem por mais tempo no Pólo Litoral Sul são aqueles que se utilizam de meios de hospedagem não comercialmente estabelecidos, como residências próprias, alugadas e de parentes. Nos hotéis, flats, pousadas e pensões, a permanência média fica em torno de 8 a 10 dias no Pólo Litoral Sul como um todo, ocorrendo, no entanto, algumas variações entre os destinos. Nos campings, que representam um tipo de meio de hospedagem com características específicas e tarifas mais baixas, os índices de permanência são de cerca de dez dias.

Principais Segmentos de Hospedagem

Os municípios do Pólo Litoral Sul atendem principalmente aos turistas do segmento de lazer. Dentro desse segmento há uma grande variedade de subdivisões. No Pólo Litoral Sul há, atualmente, de pousadas rústicas (com poucos serviços e tarifas baixas) a resorts sofisticados (repletos de equipamentos e serviços exclusivos). Há também uma grande variedade de pousadas e hotéis intermediários, oferecendo serviços básicos e instalações medianas aos turistas que preferem usufruir a estrutura de lazer do destino turístico. Os meios de hospedagem de maior destaque são apresentados na Tabela 3.9.4:

Tabela 3.9.4 – Principais Meios de Hospedagem

Município	Hotel	Uhs	Ano de Inauguração	Cadeia Hoteleira
Cairu (M.S.Paulo)	Porto do Zimbo Small Resort	16 apto	1998	-
Cairu (M.S.Paulo)	Villegaignon Resort	82 apto	1985	-
Canavieiras	Ilha de Atalaia Resort	30 apto	1995	-
Ilhéus	Cana Brava Resort	106 apto + 51 chalés	1990	-
Itacaré	Itacaré Eco Resort	25 apto	2000	-
Itacaré	Txai	8 apto + 16 bangalôs	2001	-
Una	Transamérica Ilha de Comandatuba	259 apto + 111 chalés	1989	Transamérica

Fonte: FGV

Sistemas de Reserva e Atendimento ao Cliente

Os hotéis e pousadas de maior porte do Pólo Litoral Sul utilizam sistemas de reservas informatizados, mas a maioria ainda é caracterizada por formas de controle pouco automatizadas. Alguns poucos hotéis também possuem forças de vendas estruturadas

(Transamérica Ilha de Comandatuba, alguns hotéis de Ilhéus e pousadas de Morro de São Paulo, principalmente), contando com escritórios comerciais em Salvador e São Paulo.

Uma alternativa que foi identificada em algumas localidades diz respeito a grupos de empresas que divulgam o destino e seus serviços através da Internet. Há, ainda, inúmeras iniciativas de pousadas que, isoladamente, divulgam seus serviços pela Internet, utilizando links com o destino ou agências. Essas iniciativas ocorrem principalmente nos destinos de maior fluxo turístico.

Nível de Preços

A seguir é feita uma análise do nível de preços praticados pelos empreendimentos hoteleiros no Pólo Litoral Sul. De maneira a facilitar o entendimento, dividiu-se o Pólo em cinco grupos, dois com critério de tipo de meio de hospedagem e os três restantes com critério geográfico ou de destino turístico, a saber: resorts de padrão internacional, resorts superluxo, Morro de São Paulo, Ilhéus e Itacaré. A divisão seguiu dois critérios diferentes, mas que essencialmente consideraram os fatores que determinam a concorrência de grupos de meios de hospedagem. Normalmente, os destinos turísticos são a motivação principal da viagem, sendo o meio de hospedagem apenas uma estrutura de apoio. No caso dos hotéis do tipo resort, no entanto, o meio de hospedagem e as atividades que são oferecidas dentro de suas instalações compõem a motivação principal da viagem, sendo a localização da estrutura uma característica menos relevante para o turista. Dessa maneira, justifica-se o fato de se considerar os resorts de padrão internacional e os resorts superluxo em categorias independentes, enquanto os outros grupos de empreendimentos foram agrupados em função de sua localização. Cada grupo foi analisado em relação aos preços praticados atualmente pelos empreendimentos hoteleiros, segundo a segmentação abaixo:

TOP (*luxury*) – são os melhores hotéis da localidade e que praticam as tarifas mais altas. Oferecem todos os serviços e instalações típicas de um hotel superior, com sofisticação e luxo.

MID (*midmarket*) – hotéis de boa qualidade que privilegiam o conforto, porém sem sofisticação. Prezam pela praticidade e funcionalidade de suas instalações, equipamentos e serviços. Ocupam a faixa intermediária dos preços praticados no mercado.

BUD (*budget*) – hotéis que compõem a base do mercado local. São extremamente enxutos (geralmente são do tipo cama e café e as áreas comuns resumem-se à circulação) e se ocupam em prestar serviços voltados às necessidades estritamente básicas do hóspede. Muitos deles apresentam configurações e serviços de baixa qualidade.

Com o intuito de analisar os preços praticados pelos meios de hospedagem do Pólo Litoral Sul, faz-se necessário compará-los com os praticados em outros pólos concorrentes. Para cada destino, selecionou-se um conjunto de concorrentes com base em três características principais: localização em relação a pólos emissores; perfil sócio-econômico dos turistas da região e as atividades efetivas e potenciais desenvolvidas no destino. Os concorrentes estão descritos a seguir:

Resorts Super-luxo

Este tipo de empreendimento turístico está começando a aparecer no litoral brasileiro. São resorts pequenos, altamente sofisticados, confortáveis e exclusivos. Um dos principais diferenciais destes empreendimentos é a privacidade que os hóspedes encontram graças ao pequeno número de quartos ofertados (que não passam de 50), distribuídos por uma vasta área. A combinação resulta no que os empresários do setor chamam de “baixa densidade de hóspedes”, item valorizado por muitos clientes.

Esse tipo de empreendimento atende a um público com alto poder aquisitivo. Os empreendimentos que foram considerados concorrentes são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 3.9.5 – Comparativo de Preços – Resorts Super-Luxo (R$)

	Pólo Litoral Sul				
	Txai	Itacaré Eco Resort	Toca do Marlim	Nannai	Ponta dos Ganchos
Local	Itacaré	Itacaré	St.Cruz de Cabrália	P. Galinhas	Florianópolis***
Preço*	R$ 2.250,00	R$ 2.188,00	R$2.045,00**	R$ 2.038,00	R$ 2.371,00

(*) inclui meia pensão, aéreo ida e volta (partindo de São Paulo), translado e hospedagem para 8 dias / 7 noites.
(**) pacote para 4 dias / pensão completa / inclui aéreo
(***) a localização exata do resort é no município de Governador Celso Ramos, 53km ao norte de Florianópolis

Fonte: FGV 2002

Itacaré concentra dois dos cinco resorts de alto luxo existentes no Brasil. Os preços apresentados referem-se a pacotes com duração de 8 dias, com exceção ao preço cobrado pela Toca do Marlim, que é referente a um pacote com duração de apenas 4 dias. Nota-se que os preços dos resorts de alto padrão do Pólo Litoral Sul estão próximos à maioria dos concorrentes atuais.

Resorts de Padrão Internacional

Empreendimentos que possuem padrão internacional, uma ampla infra-estrutura de lazer e capacidade para atender a um grande número de hóspedes, geralmente mais de duas centenas. Os resorts foram, em sua maioria, instalados nos últimos anos e se consagraram por oferecer diversos serviços e atividades para o turista que viaja a lazer e quer encontrar facilidades em um ambiente controlado.

Tabela 3.9.6 – Comparativo de Preços – Resorts de Padrão Internacional (R$)

	Pólo Litoral Sul				
	Transamérica	Cana Brava	Club Med	Costão do Santinho	Summerville
Local	Comandatuba	Ilhéus	Itaparica	Florianópolis	P. Galinhas
Preço*	R$ 2.398,00	R$ 1.368,00	R$ 1.499,00	R$ 1.518,00	R$ 2.138,00

** inclui pensão completa, aéreo ida e volta (partindo de São Paulo), translado e hospedagem para 8 dias/7*

Fonte: FGV 2002

O Pólo Litoral Sul oferece duas opções de resort de padrão internacional: uma pratica as maiores tarifas do grupo; a outra está no extremo oposto, tendo as tarifas mais econômicas. Os preços apresentados são referentes a pacotes de oito dias em períodos de baixa temporada.

Morro de São Paulo

O critério utilizado para definir este grupo foi o de destinos de praia, com apelo à natureza e uma certa sofisticação. Este grupo tem como principais visitantes pessoas que desejam ter um contato próximo com a natureza, porém sem perder o conforto e um pouco de "badalação".

Tabela 3.9.7 – Comparativo de Preços (R$) – Morro de São Paulo

	Morro de São Paulo	Angra dos Reis	Praia da Pipa	Porto de Galinhas	Ilha Bela	Búzios	Arraial D'Ajuda
Local	**BA**	**RJ**	**RN**	**PE**	**SP**	**RJ**	**BA**
Top	140-280	150-720	200-250	350-480	200-320	350-500	170-285
Mid	90-139	100-149	100-199	120-349	120-199	200-349	100-169
Bud	30-89	55-99	40-99	50-119	70-119	70-199	50-99

Fonte: FGV 2002

Percebe-se no destino de Morro de São Paulo as menores taxas cobradas. Alguns dos destinos analisados, como Angra dos Reis, Búzios e Ilha Bela encontram-se próximos a mercados emissores de grande poder aquisitivo, como Rio de Janeiro e São Paulo, o que em parte justifica a maior sofisticação dos empreendimentos e tarifas mais elevadas.

Ilhéus

O critério utilizado para a classificação deste grupo foi o de destinos com boa infra-estrutura turística, centros econômicos regionais importantes, patrimônio histórico-cultural relevante ou semelhança em relação aos mercados emissores.

Tabela 3.9.8 – Comparativo de Preços (R$) – Ilhéus

	Ilhéus	Olinda	Paraty	Florianópolis	Aracaju	Maceió	Guarapari
Local	**BA**	**PE**	**RJ**	**SC**	**SE**	**AL**	**ES**
Top	260-300	-	150-230	150-390	160-200	165-250	140-180
Mid	125-259	90-120	80-149	90-149	90-159	100-164	90-139
Bud	45-124	40-89	30-79	50-89	35-89	40-99	30-89

Fonte: FGV 2002

Ilhéus é o portão de entrada para a Costa do Cacau e também a região com maior infra-estrutura turística do Pólo Litoral Sul. Nota-se que Ilhéus possui tarifas relativamente superiores aos demais destinos. As faixas de preço superiores são encontradas, principalmente, em empreendimentos hoteleiros mais sofisticados e com ampla estrutura de lazer, principalmente os situados nas praias do sul.

Itacaré

Itacaré está situada em uma região que possui um forte apelo ecológico, sendo um dos principais destinos oferecidos pelas agências de ecoturismo. Outros destinos muito divulgados nos canais de distribuição semelhantes são os apresentados na tabela a seguir:

Tabela 3.9.9 – Comparativo de Preços (R$) – Itacaré

	Itacaré	Ilha Grande	Lençóis Maranhenses	Bonito
Local	**BA**	**RJ**	**MA**	**MS**
Top	200-285	200-350	-	120-200
Mid	70-199	90-199	70-98	80-120
Bud	35-69	70-89	30-69	30-79

Fonte: FGV 2002

A análise da oferta competitiva de Itacaré demonstra que o destino baiano possui o maior intervalo praticado de preços, o que, provavelmente, justifica-se por uma maior gama de opções em comparação aos demais destinos analisados. Isso se torna ainda mais evidente quando são considerados os empreendimentos Txai e Itacaré Eco Resort, que, em função de suas características especiais, são analisados em uma categoria específica.

Restaurantes Turísticos

Os restaurantes turísticos também fazem parte da oferta técnica de uma determinada localidade, pois estão entre os empreendimentos destinados ao atendimento das necessidades dos turistas ao longo do período de permanência na destinação. O que diferencia os restaurantes turísticos daqueles voltados para a população local é que a maior parte de sua receita é originada do atendimento ao turista. Portanto, são planejados para atender a uma demanda diferente dos restaurantes que atendem aos moradores, pois esses grupos apresentam necessidades bastante distintas.

Grande parte dos municípios que compõem o Pólo Litoral Sul não possui restaurantes turísticos. O turista, portanto, tem que utilizar a oferta gastronômica existente no município, inicialmente dimensionada e formatada para atender aos moradores da própria localidade.

Valença, Cairu, Ituberá, Maraú, Itacaré, Ilhéus e Canavieiras, que já apresentam fluxo turístico representativo, oferecem boas opções de restaurantes concebidos para atender especificamente aos turistas. Nas demais localidades do Pólo Litoral Sul, o baixo fluxo turístico atual e o tipo de turista (muitas vezes de baixa renda, que se hospeda em casa de amigos e parentes ou passa apenas algumas horas no destino) ainda não justificam a existência de restaurantes turísticos.

Como regra geral, os restaurantes rústicos dos municípios de menor porte oferecem atendimento simples e boa comida. Já nos restaurantes turísticos, a avaliação do atendimento é negativa, com um serviço geralmente demorado e desatento. Esse perfil de estabelecimento é encontrado mesmo nos destinos em que o turismo está mais consolidado. Os donos de restaurantes alegaram durante a pesquisa de campo que encontrar mão de obra qualificada para esse serviço é muito difícil na região.

As barracas de praia são utilizadas como alternativas aos restaurantes nas localidades litorâneas. Esses estabelecimentos não possuem infra-estrutura adequada para o fornecimento de refeições, apresentando problemas especialmente no que tange ao manejo e preparo higiênicos de alimentos.

Existem ainda muitos restaurantes situados em empreendimentos hoteleiros, que atendem aos próprios hóspedes e turistas em geral. A qualidade das instalações e o serviço prestado nesses restaurantes estão diretamente ligados à categoria dos hotéis.

A Tabela 3.9.10 apresenta os restaurantes turísticos identificados nos municípios do Pólo Litoral Sul, acompanhados de sua especialidade.

Tabela 3.9.10 – Restaurantes Turísticos do Pólo Litoral Sul

Município	Localidade	N° de restaurantes	Culinária
Valença	Valença	4	Pescados
		1	Regional
		2	Churrascaria
		3	Italiana
		1	Japonesa
		8	Variada
Cairu	Sede	1	Variada
	Gamboa	3	Típica
	Morro de São Paulo	3	Frutos do mar
		3	Italiana
		3	Variada
		1	Portuguesa
		1	Espanhola
		1	Típica
Ituberá	Ituberá	1	Churrascaria
Camamu	Camamu	1	Pescados
Itacaré	Itacaré	5	Italiana
		5	Típica
		5	Pescados
		2	Comidas típicas e internacionais
		2	massa/sushi
		1	Churrascaria
		1	Variada
		1	Quilo
Ilhéus	Ilhéus	9	Italiana
		5	Quilo
		4	Churrascaria
		4	Variada
		3	Típica
		2	Internacional
		2	Frutos do mar
		1	Árabe
		1	Portuguesa
		1	Chinesa/Japonesa
Canavieiras	Canavieiras	3	Frutos do mar
		3	Variada
		1	Churrascaria

Fonte: FGV 2002

Agências de Turismo

São analisadas nesta parte as agências de viagem, de receptivo e operadoras de tours existentes atualmente no Pólo Litoral Sul. Para tanto, faz-se necessário o esclarecimento do método de classificação adotado para a elaboração deste tópico. Como agências de viagens e turismo foram classificadas todas as agências cadastradas na EMBRATUR. Aquelas que operam na região, porém não estão cadastradas na Embratur, foram classificadas como agências de receptivo local. Essa classificação é, na realidade, uma simplificação em função das análises que pretendem ser feitas neste capítulo. Segundo o Decreto nº 84.934/80 da Embratur, os empreendimentos são classificados em agências de viagem e agências de viagem e turismo. As últimas possuem autorização para a operação de roteiros turísticos internacionais, enquanto as agências de viagem são autorizadas somente a organizar roteiros

dentro das fronteiras do país. Todas as agências cadastradas foram englobadas dentro da categoria agências de viagens e turismo.

Há atualmente 25 agências atuando dentro do Pólo Litoral Sul, segundo levantamento da Bahiatursa. Dentre essas agências, algumas atuam apenas no receptivo. Outras atuam também como agências de viagem emissivas, mas essas constituem a minoria. A Tabela 3.9.11 apresenta o total por tipo de agência e por município:

Tabela 3.9.11 – Agências de Turismo no Pólo Litoral Sul

Município	Agências de viagens e turismo	Agência de receptivo local
Valença	4	6
Cairu	0	10
Maraú	1	0
Itacaré	1	10
Ilhéus	16	1
Canavieiras	3	2

Fonte: FGV 2002

As agências do Pólo Litoral Sul oferecem uma grande variedade de passeios, normalmente de curta duração e com possibilidade de integrar um pernoite. Segue abaixo uma lista com os principais passeios oferecidos pelas agências de receptivo e operadores de roteiros:

Valença

- City tour ecológico – Guaibim / Valença / Ilha do Conde;
- Passeio à Ilha de Boipeba e à Praia de Guarapuá;
- Passeios ecológicos;
- Passeios pelo Arquipélago, até Morro de São Paulo e Boipeba;
- Passeios pelas praias e povoados do local.

Cairu

- Trilhas ecológicas.

Maraú

- Trilhas ecológicas;
- Passeios por cachoeiras e povoados do município;
- Passeios até as piscinas naturais de Taipus de Fora;
- Jeep Tour pela Península;
- Passeios pelas ilhas e vilarejos da Baía de Camamu;
- Visita à Vila de Cajaíba – construção de escunas;
- Mergulho livre com acompanhamento de guias;
- Passeio até o manguezal.

Itacaré

- Trilhas ecológicas;
- Visita a cachoeiras;
- Rafting;
- Surf;
- Rapel;
- Off Road Tremembé;
- Cavalgada;
- Fazenda São José – Villas São José;
- Fazenda Haiti;
- Trilha interpretativa Alto da Esperança / Vila Camboinha;
- Passeio de barco às praias do sul, saindo do cais do porto de Itacaré.

Ilhéus

- Passeio pela Lagoa Encantada;
- Navegação pelo Rio do Engenho em chalana;
- Fazenda da Esperança;
- Fazenda Renascer – cenário da Novela Renascer;
- Fábrica de chocolate caseiro;
- Estância Hidromineral de Olivença;
- Ecoparque de Una;
- Passeio às praias e ao centro de Canavieiras;
- Itacaré;
- Barra Grande;
- Morro de São Paulo;
- City tour histórico Ilhéus.

Una

- Rafting;
- Corredeiras do Rio Una;
- Estação Lemos;
- Visita aos povoados locais;
- Ecoparque de Una.

Canavieiras

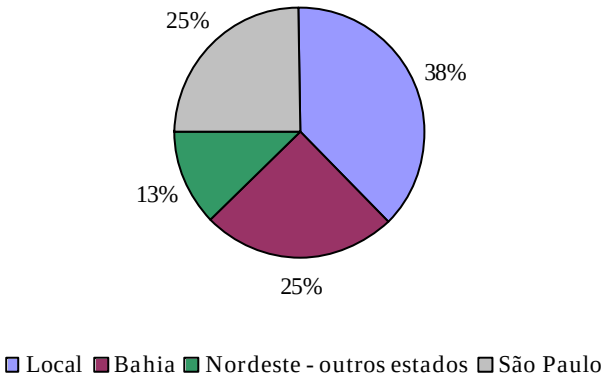
- Pesca esportiva;
- Sítio Histórico;

- Passeio de catamarã ou barco até Ilha das Garças e Lama Negra;
- Passeio de barco no Rio Praso;
- Passeio de barco até Belmonte;
- Vila Atalaia e Pedras Urbanas;
- Fazenda Cubículo;
- Barra do Poxim;
- Fazenda Vida.

Realizou-se uma pesquisa com oito agências do Pólo Litoral Sul, cadastradas ou não pela Bahiatursa, com o intuito de traçar um perfil exploratório desses empreendimentos. Das empresas analisadas, quatro são de Ilhéus, três de Itacaré e uma de Valença. A amostra é reduzida, devendo a interpretação dos dados levar em conta o caráter exploratório da pesquisa.

O gráfico abaixo mostra a procedência dos proprietários das agências analisadas:

Gráfico 3.9.3 – Agências do Pólo Litoral Sul, Procedência dos Proprietários



Fonte: FGV 2003

Menos da metade das agências analisadas na pesquisa pertence a pessoas naturais da localidade onde o empreendimento está inserido. Somadas às duas agências de propriedade de baianos provenientes de outros municípios, verifica-se que 63% dos proprietários são do Estado da Bahia. Somente duas agências são de propriedade de pessoas vindas de São Paulo. Em comparação a outras regiões turísticas do Estado da Bahia, é até relativamente alto a participação de baianos como proprietários dos empreendimentos.

A tabela abaixo analisa os empreendimentos quanto ao número de funcionários na alta temporada:

Tabela 3.9.12 – Agências no Pólo Litoral Sul, Número de Funcionários

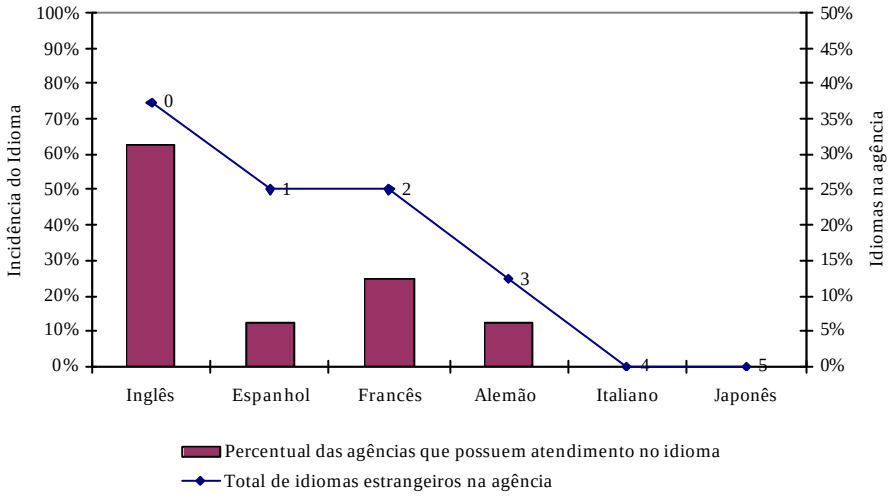
1 a 5	38%	3
6 a 15	50%	4
Acima de 15	13%	1

Fonte: FGV 2003

Verificam-se agências de diversos portes no Pólo Litoral Sul. Algumas delas (38%) são de pequeno porte, com menos de cinco funcionários na alta temporada e estrutura reduzida. Na faixa de médio porte, de 6 a 15 funcionários na alta temporada, estão metade das agências analisadas. Apenas uma agência declarou possuir mais de quinze (35) funcionários. Normalmente existe pouca variação sazonal no número de funcionários nas agências de pequeno porte. Essa variação é mais pronunciada nas agências maiores, que normalmente contratam funcionários temporários na alta temporada.

Verifica-se que, em três agências (38%), o atendimento aos turistas acontece somente em português, o que causa problemas aos estrangeiros que freqüentam a região. Em todas as outras, pelo menos um atendente possui conhecimentos, normalmente rudimentares, de alguma língua estrangeira, inglês na maioria dos casos. O atendimento nesse idioma foi identificado em 63% dos empreendimentos. O francês, o espanhol e o alemão também foram identificados como idiomas usados no atendimento de algumas agências. A tabela abaixo resume os dados diagnosticados:

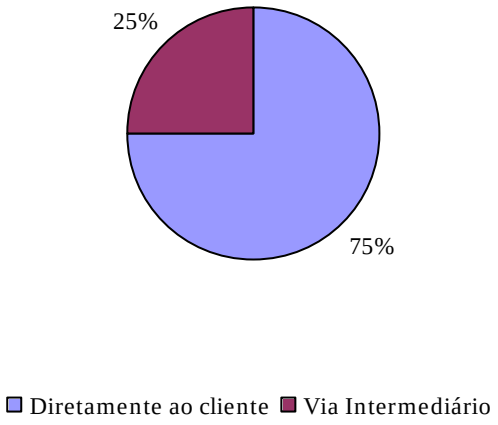
Gráfico 3.9.4 – Agências no Pólo Litoral Sul, Idiomas Estrangeiros no Atendimento



Fonte: FGV 2003

Com relação à forma primordial de distribuição das agências do Pólo Litoral Sul, percebe-se que a maioria das agências (75%) vende seus serviços diretamente aos clientes, mas algumas utilizam intermediários, especialmente hotéis e pousadas do próprio município e região, assim como agências e operadoras dos principais mercados emissores.

Gráfico 3.9.5 – Agências do Pólo Litoral Sul, Forma de Distribuição



Fonte: FGV 2003

Foram analisadas também as exigências que as empresas fazem aos guias que são contratados para liderarem os passeios. Nota-se que mais da metade (63%) dos empreendimentos contrata apenas guias que tenham participado de curso específico e registrados pela Embratur, o que é uma garantia de que os passeios sejam conduzidos por pessoas qualificadas para a tarefa. No entanto, algumas agências ainda contratam guias sem qualificação adequada, o que compromete a qualidade da experiência e até a segurança dos turistas.

Sondou-se também o número médio de turistas atendidos pelas agências durante a alta e a baixa estação. Foi apurado um número médio de cerca de 1.100 turistas/mês nos meses de alta temporada e 450 turistas/mês nos meses de baixa temporada. A variância das respostas mostrou-se não muito alta quando considerado o porte das agências. Mesmo que a pesquisa não tenha pretensões estatísticas em função de sua metodologia, acredita-se que os números levantados sejam uma boa aproximação da realidade do Pólo Litoral Sul.

Quase todas (88%) as agências declararam oferecer seus passeios primordialmente para grupos com menos de dez pessoas ou indivíduos. As agências também foram questionadas quanto às ferramentas de divulgação de seus serviços mais comumente usadas. As mais citadas foram folheto, Internet, jornal, rádio, televisão e “outdoor”, nesta ordem.

A tabela abaixo relaciona os principais destinos dos passeios que são oferecidos pelas agências do Pólo Litoral Sul, segundo declaração espontânea dos entrevistados. Os dados devem ser analisados em conjunto com o levantamento realizado durante pesquisa de campo, apresentados anteriormente.

Tabela 3.9.13 – Agências no Pólo Litoral Sul, Principais Destinos dos Passeios

Itacaré	71%
Canavieiras	57%
Ecoparque Una	43%
Maraú	43%
Taboquinhas	43%
Lagoa Encantada	29%
Barra Grande	29%
Morro de SP	29%
Rio do Engenho	14%
Serra Grande	14%
Lagoa Azul	14%
Baía de Camamu	14%
Tinharé	14%
Praia do Guaibim	14%

Fonte: FGV 2003

Segundo as agências pesquisadas, os passeios mais vendidos são para o Ecoparque de Una, Itacaré, Maraú, Rafting em Taboquinhas (Itacaré) e Ilha de Tinharé (Cairu). Os preços oscilam entre R$ 30,00 e R$ 65,00 para uma pessoa, sem refeição.

Locadoras de Veículos

Atualmente, o Pólo Litoral Sul conta com o serviço prestado por 13 locadoras de veículos. Dessas, 12 estão localizadas em Ilhéus, o que indica forte concentração dos prestadores desse tipo serviço. Essa concentração pode ser justificada pelo porte da economia do município, que atrai viajantes motivados por negócios e convenções, assim como pelo fato de viajantes com motivação de lazer utilizarem o Aeroporto de Ilhéus como portão de entrada da região da Costa do Cacau. No município de Itacaré também existe uma locadora de veículos do tipo "buggy", identificada durante a pesquisa de campo.

As locadoras de automóveis existentes em Ilhéus são normalmente de origem local, possuindo uma frota reduzida e opções restritas de serviços. No entanto, há grandes empresas nacionais presentes nesse mercado, como a Localiza e a Unidas, que oferecem uma frota numerosa e serviços diferenciados como central de reservas 24 horas, reservas via Internet, substituição automática em caso de problemas mecânicos, cadeiras de bebê e serviço de motorista.

Tabela 3.9.14 – Locadoras de Veículos

Município	**Número**
Ilhéus	12
Itacaré	1

Fonte: FGV 2002

Transportadoras

As empresas de transporte rodoviário interestadual são descritas na Tabela 3.9.15. Alguns municípios citados são do próprio Estado da Bahia, mostrando que a empresa opera tanto linhas interestaduais como intermunicipais. A Tabela 3.9.16, logo em seguida, oferece mais detalhes sobre as empresas que operam linhas rodoviárias intermunicipais.

Tabela 3.9.15 – Empresas de Transporte Rodoviário Interestadual

Empresa	Principais Linhas
Águia Branca	Ilhéus, Porto Seguro, Rio de Janeiro e Vitória
Bomfim	Maceió, Aracaju, Tobias Barreto, João Pessoa, Arapiraca, Lagarto, Penedo e Estância
Gontijo	São José do rio Preto, Londrina,Maringá, Campo Mourão, Cascavel, Foz do Iguaçu
Itapemirim	Rio de Janeiro, Fortaleza, São Luís, Belém e Recife
Nossa Senhora de Fátima	Simão Dias e Itabaiana
Penha	Fortaleza e Recife
Progresso	capitais do Nordeste
Real Expresso	Brasília, Goiânia, Barreiras, Ibotirama, Lençois, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Florianópolis e Porto Alegre
São Luiz	Petrolina
São Geraldo	São Paulo, Belo Horizonte, Natal, Caruaru, Teresina, Campina Grande, Campinas, Ribeirão Preto e Santos

Elaboração: FGV 2002

Tabela 3.9.16– Linhas de Transporte Rodoviário Intermunicipal

Destino	Origem	Via	Empresa
Valença	Jequié	Br-101	Viação Jequié Cidade Do Sol Ltda
	Jequié	Jaguaquara	Auto Viação Tiradentes Ltda
	Bom Despacho	Ba.001	Viação Águia Branca Sa
	Bom Despacho	Camaçandi	Viação Jequié Cidade Do Sol Ltda
	Salvador	Santo Amaro	Empresa De Trans Santana E São Paulo Ltda
	Salvador	Br-101	Viação Águia Branca Sa
	Ilhéus	Aurelino Leal	Viação Águia Branca Sa
	Ilhéus	Br.101	Viação Águia Branca Sa
	Ilhéus	Aurelino Leal	Viação Águia Branca Sa
	Ilhéus	Br.101	Viação Águia Branca Sa
	Itabuna	Camamu	Viação Águia Branca Sa
	Salvador	Ferry Boat / Ba-001	Viação Águia Branca Sa
Cairu	Salvador	Valença	Empresa De Trans Santana E São Paulo Ltda
	Salvador	Br.101/Valença	Viação Águia Branca Sa
	Salvador	Valença	Empresa De Trans Santana E São Paulo Ltda
	Bom Despacho	Ba.001	Viação Águia Branca Sa
	Bom Despacho	Sto Antônio De Jesus	Viação Águia Branca Sa
Ituberá	Bom Despacho	Valença	Viação Águia Branca Sa
	Gandu		Viação Águia Branca Sa
	Salvador	Valença	Viação Águia Branca Sa
	Bom Despacho	Valença	Viação Águia Branca Sa
	Salvador	Valença	Viação Águia Branca Sa
Camamu	Salvador	Santo Amaro	Empresa De Trans Santana E São Paulo Ltda
	Ubatá	Travessão	Viação Águia Branca Sa
	Feira De Santana		Empresa De Trans Santana E São Paulo Ltda
	Bom Despacho	Ba.001	Viação Águia Branca Sa
	Bom Despacho	Br.101 / Valença	Viação Águia Branca Sa
	Valença		Viação Águia Branca Sa
	Salvador	Ituberá	Viação Águia Branca Sa
	Bom Despacho	Br 101 / Valença	Viação Águia Branca Sa
Marau	Itabuna	Itabuna	Rota Transportes Rodoviários Ltda

Elaboração: FGV 2002

Tabela 3.9.14 – Linhas de Transporte Rodoviário Intermunicipal (continuação)

Destino	Origem	Via	Empresa
Itacaré	Salvador	Serra Grande	Viação Águia Branca Sa
	Ilhéus	S. Grande	Rota Transporte Rodoviario Ltda
	Itabuna	Ilhéus	Rota Transporte Rodoviario Ltda
	Ubatã		Rota Transporte Rodoviario Ltda
	Ilhéus	Uruçuca	Rota Transporte Rodoviario Ltda
Uruçuca	Itabuna	Itajuípe	Rota Transporte Rodoviario Ltda
	Ilhéus		Rota Transporte Rodoviario Ltda
Ilhéus	Salvador	Br-101	Companhia Viação Sul Bahiano Sa
	Salvador	Uruçuca	Companhia Viação Sul Bahiano Sa
	Salvador	Itabuna	Viação Águia Branca Sa
	Feira De Santana	Itabuna	Viação Águia Branca Sa
	Jequié	Uruçuca	Viação Jequié Cidade Do Sol Ltda
	Itabuna		Rota Transporte Rodoviario Ltda
Una	Camacã		Rota Transporte Rodoviario Ltda
	Itabuna	São José	Rota Transporte Rodoviario Ltda
	Camacã	Arataca	Viação Camaça
Santa Luzia	Camacã	Vargito	Viação Camaça
Canavieras	Salvador	Uruçuca	Viação Águia Branca Sa
	Guanambi	Ilhéus	Viação Novo Horizonte Ltda
	Itabuna	Ilhéus	Viação Jequié Cidade Do Sol Ltda
	Itabuna	Santa Luzia	Rota Transporte Rodoviario Ltda
	Eunápolis	Vargito/ Sta. Luzia	Viação Águia Branca Sa

Elaboração: FGV 2002

Existem também empresas que operam como transportadoras locais, prestando serviços de transporte turístico em veículos utilitários, microônibus e ônibus. Essas empresas concentram-se em Ilhéus e oferecem traslados para os principais destinos turísticos da Costa do Cacau, como Itacaré. Em menor número, há agências de turismo que atuam como transportadoras no município de Valença.

O transporte coletivo intramunicipal é precário na maioria dos municípios do Pólo Litoral Sul. Os únicos lugares onde existem linhas que eventualmente podem ser utilizadas pelos turistas são Valença e Ilhéus. No caso de Valença, existem linhas circulares dentro do município, mas que não atendem às necessidades dos turistas, em função de não levarem aos principais atrativos. Há linhas de ônibus com grande freqüência, especialmente na alta temporada, para a Praia de Guaibim, que têm sido usadas por alguns grupos de turistas como meio de acesso ao local. Em Ilhéus, há maior variedade de linhas, que atendem especialmente aos locais dentro do perímetro urbano. No entanto, o acesso de ônibus a alguns atrativos, como a Lagoa Encantada, não é satisfatório. Os turistas que não estejam com carro próprio ou alugado dependem basicamente das transportadoras locais (vans), o que inibe a pretensão de realizar determinados passeios, em função do preço de deslocamento.

Ferry-Boat

O ferry-boat pode ser usado para chegar ao Pólo Litoral Sul através de Bom Despacho e depois seguindo a rodovia BA-001 que passa por Valença, Taperoá, Nilo Peçanha, até Camamu.

O transporte de catamarã possui somente uma linha regular no trecho entre Salvador (Terminal Marítimo São Joaquim) e Morro de São Paulo. O acesso marítimo para qualquer outro destino se dá através de embarcações particulares ou pequenas empresas que trabalham conforme a demanda (maiores detalhes no Capítulo 3.3 – Infra-estrutura).

Outro serviço dentro do Pólo é o de uma pequena balsa, com serviço extremamente irregular, operando a travessia do Rio de Contas, em Itacaré, para sua orla norte e Maraú, interligando as suas Zonas Turísticas.

Centro Náutico da Bahia (Salvador)

Oferece uma linha regular de lanchas para a travessia Salvador – Morro de São Paulo, ancoragem em píer para lanchas e veleiros, com infra-estrutura de pontos de água e energia, além de píer com serviços de atracação e embarques para outros tipos de embarcação, como escunas, saveiros e pequenos navios. O centro ainda conta com serviços de abastecimento de gelo e refrigerante, lanchonete, lojas de souvenir e serviço de aluguel de embarcações. Há uma marina, onde também ficam atracados veleiros internacionais avulsos, ou participantes de eventos captados para o Estado da Bahia.

Porto do Malhado

Localizado na Ponta do Malhado, em Ilhéus, serve de embarque e desembarque, principalmente de grãos. Tem sido utilizada nos últimos anos também como parada para algumas rotas de cruzeiros marítimos. A sua administração é realizada pela Companhia de Docas do Estado da Bahia (CODEBA).

Aeroporto de Ilhéus

Situado na zona sul da cidade possui pista com 1.574 metros de comprimento e 45 metros de largura. O tráfego é principalmente de aeronaves de pequeno e médio porte. A área coberta possui 5.174m² destinados ao terminal de passageiros e 187m² para terminal de cargas. O aeroporto é servido por um estacionamento privativo com capacidade para 63 veículos.

Atualmente operam no Aeroporto de Ilhéus as seguintes companhias aéreas: VASP, Nordeste/Rio Sul, TAM e TABA. Essas empresas operam com vôos para Brasília, Rio de Janeiro, Salvador, Recife, São Paulo e Belo Horizonte. Diariamente são oito vôos regulares.[78]. Os dados sobre o fluxo no Aeroporto de Ilhéus podem ser encontrados no Capítulo 3.3 – Infra-estrutura. O aeroporto internacional mais próximo do Pólo é o Aeroporto de Salvador.

Aeroporto de Valença

Situado ao norte da cidade, é um aeroporto recém inaugurado que não vem apresentando operação regular através de grandes companhias aéreas. Opera, principalmente, com pequenas empresas regionais de aviação e de táxi aéreo, assim como esporadicamente recebe vôos charters com turistas que se hospedam em hotéis da Ilha de Itaparica e região. Possui em seu terminal, espaços ainda não utilizados para estabelecimentos comerciais. A única loja que estava funcionando no momento da pesquisa de campo era uma agência de viagens e turismo. No início de 2003, durante nova visita, essa agência já havia encerrado suas atividades.

[78] Dados da Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Ilhéus. Acessado em novembro de 2002. Disponível por WWW em http://www.sedecom.com.br

Empresas de Transporte Aéreo

Complementando os serviços das grandes companhias aéreas, no Pólo Litoral Sul há opções de empresas regionais de táxi aéreo. A seguir são apresentados os serviços oferecidos pelas empresas:

Tabela 3.9.17 – Empresas de Transporte Aéreo

Companhia Aérea	Serviços	Destinos
Abaeté Aerotaxi	Translados/fretamento	Salvador, Bom Jesus da Lapa, Caravelas, Teixeira de Freitas e Guanambi
Adei Taxa Aéreo	Fretamento aviões	Qualquer destino
Aero Star	Translados / vôos panorâmicos e regulares	Morro de São Paulo, Lençóis, Maraú, Praia do Forte, Itaparica, Ilhéus e Porto Seguro / Salvador
Bata - Bahia Táxi Aéreo	Fretamento de Aviões / helicópteros	Qualquer destino
Líder Táxi Aéreo	Fretamento de Aviões / helicópteros	Qualquer destino

Elaboração: FGV 2002

Artesanato e Compras

O turismo e o artesanato possuem uma relação próxima, em função da possibilidade de complementação da experiência turística no momento em que o viajante toma contato com as formas de expressão artística de uma comunidade, assim como pela possibilidade de estruturação da produção artesanal voltada ao turista como um meio de geração de renda. No Estado da Bahia, o artesanato é uma das formas artísticas mais diversificadas, estreitamente vinculada à cultura popular e de grande variedade em termos de técnicas e materiais utilizados. Fazendo parte da cultura de um povo, a atividade artesanal possui um caráter dinâmico, podendo mudar com o tempo. Assim, técnicas e materiais tradicionais podem, e devem, conviver com mudanças introduzidas por artesãos inovadores. Qualquer que seja o caso, a consolidação da cadeia produtiva da atividade, desde a produção até a venda, é um importante passo para que o artesanato consolide-se como uma atividade geradora de benefícios econômicos para a comunidade.

Já existem projetos voltados à estruturação e fortalecimento da cadeia produtiva do artesanato no Pólo Litoral Sul, especialmente na Costa do Cacau. O Projeto de Revitalização do Artesanato da Costa do Cacau é um exemplo. Diversas instituições participam da iniciativa, como o Governo do Estado da Bahia, o Instituto Mauá, a Federação das Indústrias do Estado da Bahia / Instituto Euvaldo Lodi, o Banco do Nordeste, o Sebrae/BA e as diversas prefeituras dos municípios componentes da Costa do Cacau. Através das "Oficinas de Criatividade e Design para o Artesanato", busca-se a consolidação da qualidade de produção e inovação das técnicas produtivas, com o objetivo de agregar valor à produção e permitir que os artistas e artesãos locais obtenham maior retorno com a atividade. Com relação à comercialização, algumas iniciativas de associativismo entre os artesãos também foram identificadas. Esse tipo de iniciativa possibilita ganhos de escala e permite que os artigos de pequenos produtores sejam disponibilizados aos turistas. Se as associações não existissem, apenas os maiores produtores teriam acesso ao mercado, fazendo com que o artesanato tradicional não obtivesse canais de distribuição e comercialização que viabilizassem o sustento do produtor.

Características do Artesanato

Algumas vertentes do artesanato do Pólo Litoral Sul e projetos são analisados abaixo:

Cerâmica – A Bahia dispõe de uma grande variedade de cerâmica, dispersa nos diversos municípios do estado. No final do século XVII e início do século XVIII, a influência portuguesa transformou a cerâmica rudimentar praticada pelos índios com a introdução de recursos tecnológicos como o torno ou roda e o forno coberto, criando grandes centros oleiros no litoral brasileiro, também no litoral sul baiano. Apesar de não ser tão presente no Pólo Litoral Sul quanto em outras partes da Bahia, o artesanato em cerâmica pode ser observado especialmente em Ilhéus, onde são produzidas peças utilitárias como panelas e travessas.

Fibras Vegetais – Trançados, Cestaria e Reaproveitamento do **Coco** – A produção artesanal de trançados de origem indígena e bijuterias é uma atividade encontrada em várias partes do estado da Bahia, utilizando materiais como sapê, caroá, ouricuri, algodão, sisal, junco, pindoba, catolé e vime. A região de Ilhéus destaca-se nesse tipo de produção e os turistas a podem adquirir em diversos locais como aeroportos, terminais rodoviários, cabanas de praia e pontos de visitação turística. Em Cairu e Valença, nota-se com maior intensidade o uso de piaçava na atividade de cestaria. As fibras do coco também são utilizadas como matéria prima para uma série de artigos artesanais como porta-canetas, jarros, cestos e bandejas, tendo maior expressão em Maraú e Canavieiras.

Madeira – No artesanato em madeira da Bahia, destacam-se as esculturas, os entalhes e objetos de uso comum. A influência afro-brasileira se faz notar na região do litoral sul. Também os ex-votos, mais raramente, aparecem em madeira. A região de Valença é famosa por esse tipo de artesanato. Em Maraú, existe atualmente a produção de móveis rústicos com a utilização de madeira local. Já em Canavieiras tem destaque a utilização de pau paraíba na produção artesanal, com a confecção de objetos utilitários e decorativos.

Metal – O artesanato em metal tem origem mais recente e a utilização desse tipo de matéria prima na produção artesanal é evidência do caráter dinâmico da produção baiana, mostrando que suas formas e processos permanecem em constante atualização. No Centro Comunitário de Canavieiras produzem-se baldes, panelas, jarros e outros objetos utilitários a partir de alumínio e sucatas.

Tecidos – Aos portugueses e outros povos europeus que vieram ao Brasil pode-se creditar a origem do artesanato em tecidos que hoje se observa no Pólo Litoral Sul e em diversos outros pontos da Bahia. Os objetos produzidos em tecido, como rendas e bordados, enfeitam altares e o vestuário desde os primeiros tempos da colonização. Em Ilhéus são feitos bordados à mão, ponto de cruz, richelieu, produzindo toalhas e objetos decorativos. A tecelagem e bordados para a produção de tapetes e a pintura em tecidos são destaque em Una.

Principais Locais de Comercialização

Abaixo estão listados os principais pontos de venda de artesanato no Pólo Litoral Sul:

- **Banco da Vitória (Ilhéus):** produção e comercialização de cestos e utensílios em cipós, cordas, e folhas de palmeira;
- **Canavieiras:** o centro da cidade, além ter grande apelo histórico em função do casario do auge da cultura do cacau, possui um grande número de lojas voltadas à comercialização do artesanato local. Algumas dessas lojas estão concentradas em edifícios de importância histórica restaurados;

- **Central de Abastecimento do Malhado (Ilhéus):** esta central de abastecimento, localizada no bairro do Malhado, é dividida em vários setores, como carne, farinha, hortifrutigranjeiros, peixes e mariscos, cereais e artesanato. Os produtos artesanais oferecidos são essencialmente utilitários, como panela de barro, cestos, gamelas e outros. Nota-se uma preocupação recente com a infra-estrutura oferecida aos turistas que visitam a Central de Abastecimento, tendo sido realizadas parcerias para a implementação de melhorias entre os feirantes, Prefeitura e Banco do Brasil;
- **Feira de Artesanato de Morro de São Paulo (Cairu):** esta feira é dedicada à comercialização dos trabalhos dos artesãos de Morro de São Paulo e é organizada pela AMOSP (Associação dos Artistas e Artesãos Moradores de Morro de São Paulo). Todas as noites, os artesãos se reúnem na praça Aurélio Lima, a mais importante da vila, e oferecem aos turistas mais uma opção de compras e lazer;
- **Lojas no Aeroporto Jorge Amado (Ilhéus)**: localizadas no aeroporto e em suas proximidades, existem lojas dedicadas aos produtos de artesãos e artistas da Costa do Cacau;
- **Mercado de Artesanato, SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão) (Ilhéus):** o mercado foi criado pela Prefeitura Municipal com o intuito de reunir em um só espaço os produtores de artesanato da região, que administram o local através da Associação de Artesãos, em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. A estrutura do mercado é composta por 78 "boxes", sendo 74 lojas de artesanatos, 3 lanchonetes e 1 administrativo;
- **Olivença (Ilhéus):** produção e comercialização de cestos e utensílios em cipó, cordas e folhas de palmeira;
- **Sambaituba (Ilhéus):** pequeno centro popular de comercialização de artesanato, conta com o apoio da Secretaria de Ação Social.
- **Lojas de artesanato (Itacaré):** a localidade conta com algumas lojas que vendem artesanato local e nordestino, a exemplo das lojas Empório Brasil e Bye Bye Bahia.

Além dos pontos de comercialização citados, há lojas de artesanato concentradas em outros lugares que possuam um certo grau de desenvolvimento turístico, como Itacaré e Una. Os artigos comercializados vão desde pequenas lembranças de baixa qualidade e sem vínculo com a tradição artesanal local, a artigos produzidos por artistas e artesãos, com a utilização de materiais e técnicas tradicionais. Mesmo que as inovações façam parte da evolução da atividade artesanal, deve-se sempre incentivar a venda de produtos que remetam à cultura local e criem um vínculo entre o turista e a comunidade.

Projeto de Revitalização do Artesanato

O Projeto de Revitalização do Artesanato no Estado da Bahia é produto de uma parceria entre a Secretaria de Cultura e Turismo (através da SUINVEST), da Secretaria de Trabalho e Ação Social (através do Instituto de Artesanato Visconde de Mauá), do Banco do Nordeste e do Sebrae. O primeiro convênio foi assinado em 2001, dando início aos trabalhos de capacitação continuada para a criatividade, a diversificação e o apoio à comercialização do artesanato em todo o Estado. Não obstante, as oficinas são desenvolvidas em nível regional, identificando problemas e soluções pertinentes ao contexto específico das comunidades beneficiadas.

Entre suas justificativas estão não apenas a capacidade de geração de emprego e renda, mas também o resgate de elementos culturais tradicionais e o aumento da atratividade dos destinos turísticos onde estão inseridos os beneficiados. Pelas análises da equipe executora, as

seguintes linhas de atuação poderiam melhorar a qualidade e o retorno financeiro da produção artesanal:

- Melhoria do acabamento dos produtos (envolvendo a seleção de matéria-prima, as ferramentas de trabalho e os processos produtivos);
- Maior contextualização dos temas com a cultura, os hábitos e os costumes locais;
- Diversificação da linha de produtos (tendo como referência utilidades para o consumidor); e
- Fomento ao cooperativismo como forma de manutenção dos benefícios, principalmente pela possibilidade de capacitação contínua e inserção mais apropriada na economia de mercado.

O processo de intervenção nas comunidades vêm se dando através de Oficinas de Criatividade e Design para o Artesanato, evoluindo para a criação de oficinas permanentes, espaços físicos com infra-estrutura instalada.

Cooperativas de Produção Artesanal

As cooperativas de produção artesanal são os principais beneficiários do Projeto de Revitalização do Artesanato. Na tabela a seguir são apresentadas as cooperativas que atuam no Pólo Litoral Sul, cadastradas junto ao Instituto Visconde de Mauá. Ao lado da localidade, é identificado o ramo de atuação, a matéria–prima utilizada e os produtos fabricados. As cooperativas se distribuem da seguinte forma:

Tabela 3.9.18 – Cooperativas Beneficiadas pelo Projeto de Revitalização do Artesanato no Pólo Litoral Sul

Local	Ramo	Matéria-Prima	Produtos	Artesãos Cadastrados
Cairu	Cestaria trançados	Palha de Piaçava	Jogos Americanos	5
Canavieiras	Madeira	Pau Paraíba	Porta-guardanapo, misturador de drinks, garfos, palitos, facas, porta-petisco, porta-patê, tábua de carne, abridor de garrafa, artesanato lúdico.	85
	Metal	Alumínio, Sucatas	Balde, panela, tacho, talheres, rechaud, churrasqueira, fruteira, jarro, descansador de prato, enfeite de geladeira.	
	Reaproveitamento do Coco	Ingaço e Bucha de Coco	Jogos americanos, porta-canetas, cinzeiro, jarros, cestos, flores, bandeja, cachipô.	
Ilhéus	Bordado à Mão Bordado à Máquina	Tecido, Linha	Pano de pão, centro de mesa, passadeira, toalha de mesa, toalha de mão, colchas.	326
	Cestaria trançados	Fibras, Tala de Dendê	Boné, viseiras, cestos, móveis, carrinho de chá.	
	Cerâmica	Argila	Panelas, travessas.	
	Richelieu	Tecido, Linha	Toalha de mesa, toalha de mão, pano de bandeja, pano de pão, toalha de lavabo, estolas.	
Maraú	Reaproveitamento do Coco Móveis rústicos	Sub-produto do Coqueiro	Talheres, taças, misturador de drinks, açucareiro, saboneteira, jogo americano, cortina, farinheira, cuia.	130
Una	Bordado à Mão	Cordão Rústico	Tapetes	31
	Pintura em Tecido	Tecido, Linha, Tinta	Blusas, toalhas, caminho de mesa, pano de bandeja.	
	Tecelagem	Cordão Rústico	Tapetes	
Valença	Cestaria trançados	Piaçava, Bambu, Cipó	Cestos, jogo americano, cachipô, porta-lápis, luminária.	12
			Total	**589**

Fonte: Instituto de Artesanato Visconde de Mauá

Projeto Ecotuba – Ilha de Comandatuba

O objetivo desse projeto, localizado na Ilha de Comandatuba, é capacitar os moradores locais e turistas para a confecção e produtos artesanais a partir de detritos agrícolas e sobras de materiais orgânicos. Atualmente o "ECOTUBA" conta com uma equipe de doze artesãos, que vêm trabalhando em uma oficina comunitária montada pelo instituto. Os produtos são vendidos em hotéis da região e sob encomenda.

Animação e Entretenimento

Não há nenhum equipamento de animação e entretenimento de grande destaque nos municípios do Pólo Litoral Sul. Ilhéus, sendo o maior município do Pólo, é o que apresenta opções mais diversificadas. Abaixo são detalhados alguns aspectos das opções de entretenimento nos municípios com maior número de opções:

Ilhéus: Além do Teatro Municipal, situado próximo ao famoso Bar Vesúvio, há poucas opções de entretenimento e animação. Durante a alta temporada, em janeiro, a prefeitura organiza o Ilhéus Fest, um festival de música com convidados nacionais e estrangeiros. A duração do

evento é de alguns dias e atrai um público diversificado, de moradores de outros municípios a turistas dos principais emissores nacionais. O Circo Folia Gabriela é outra opção. É uma estrutura montada na orla de Ilhéus que oferece inúmeras apresentações de artistas regionais, nas áreas de dança, música e teatro. Em determinadas datas do ano, há apresentações artísticas no œntro de convenções da cidade. As opções constantes resumem-se aos bares da orla e a algumas casas noturnas não muito adequadas a segmentos exigentes da demanda.

- **Valença:** ao longo da orla do Rio Una existem 17 quiosques, compondo a principal opção de entretenimento noturno da cidade. O Centro de Cultura oferece um cinema e eventuais apresentações teatrais. A Praia de Guaibim também possui alguns quiosques e algumas poucas opções de entretenimento noturno. Além das festas do calendário religioso, a Prefeitura organiza a Festa do Camarão em novembro.
- **Cairu (Morro de São Paulo):** Apesar de não existirem muitas opções estruturadas de entretenimento, é constante a organização de festas em Morro de São Paulo, especialmente nos meses de alta temporada. Os bares e restaurantes complementam a oferta de opções aos turistas.
- **Itacaré:** de modo semelhante a Morro de São Paulo, o crescimento do fluxo turístico tem motivado a organização de festas, em que pese a relativa falta de opções constantes de entretenimento na cidade.

Nos demais destinos, o calendário de eventos e festas populares é que complementa as atividades baseadas essencialmente nos atrativos naturais.

Conclusão

A oferta turística do Pólo Litoral Sul encontra-se atualmente bem dimensionada à demanda existente. Há estruturas desenvolvidas em praticamente todos os aspectos da oferta e também uma ampla variedade de serviços, capaz de atender a diversos segmentos motivacionais. Os maiores problemas da oferta turística do Pólo Litoral Sul, ao menos nos principais destinos turísticos, não se referem a seu dimensionamento e variedade, mas à qualidade dos serviços prestados.

Os centros de informações turísticas estão presentes nos principais portões de entrada de cada uma das zonas turísticas: Valença (Dendê) e Ilhéus (Cacau). Acredita-se que seriam oportunos o desenvolvimento e a manutenção de postos em outros pontos de grande circulação de turistas. Com relação aos postos atuais, constatam-se problemas principalmente relacionados à capacitação dos funcionários em idiomas estrangeiros e ao horário de funcionamento (fechamentos nos fins de semana).

A oferta de hospedagem ainda não conta com empreendimentos administrados por operadoras internacionais, sendo que há apenas um empreendimento operado por uma cadeia nacional. Entretanto, há uma grande variedade de opções sofisticadas, de resorts a pousadas charmosas.

Nos destinos mais consolidados, há inúmeras opções de restaurantes turísticos. As boas opções, entretanto, são limitadas. Além do serviço geralmente desatento e lento, a variabilidade de experiências em um mesmo local é marcante, indicando que não há padronização nos procedimentos operacionais.

Há uma adequada oferta de agências de viagens e operadores de receptivo, principalmente nos maiores centros (Valença, Morro de São Paulo, Itacaré e Ilhéus). A oferta de passeios, no entanto, ainda pode ser inserida de maneira mais adequada na definição do produto

turístico, sendo de maneira mais efetiva promovida como parte da estratégia de marketing dos destinos turísticos. Atualmente, verifica-se que apenas uma pequena parcela dos turistas participa de atividades que caracterizam efetivamente os diferenciais do Pólo Litoral Sul. Grande parte dos turistas freqüenta somente as praias durante sua estadia, não tendo contato, por exemplo, com o legado da cultura cacaueira ou conhecendo as trilhas na Mata Atlântica e as opções náuticas e culturais existentes em vários pontos do Pólo Litoral Sul. Deve ser desenvolvida uma estratégia de promoção dos destinos que inicie um processo de comunicação com o turista desde o mercado emissor até o momento em que ele efetivamente se encontra no destino, quando ainda podem ser promovidas diversas atividades das quais o turista pode participar.

As principais opções de transporte também estão próximas aos destinos turísticos consolidados. Ilhéus oferece as maiores possibilidades em relação a vôos, traslados rodoviários e aluguel de veículos. Há inúmeras opções também em Valença e Morro de São Paulo, principalmente partindo de Salvador por via marítima. Na Costa do Dendê, a consolidação do transporte marítimo é estratégica em função das características geográficas e tipos de turismo que podem ser desenvolvidos na região. A utilização de embarcações com características regionais também deve ser fomentada, como forma de consolidar a cadeia produtiva e aproveitar a produção existente na região, aumentando também os benefícios econômicos à comunidade dos municípios que compõem a zona turística. Em alguns pontos, considera-se oportuno o desenvolvimento das opções de circulação interna dos municípios, de modo que os turistas sem transporte próprio não dependam exclusivamente das transportadoras turísticas para terem acesso a alguns atrativos. Isso vale não somente para o transporte terrestre, como também para o transporte hidroviário.

As opções de compra e apreciação do artesanato local são restritas aos destinos mais consolidados. Em Itacaré, Una e Morro de São Paulo existem pequenas lojas de artesanato regional. Em Canavieiras e Ilhéus há centros de artesanato com uma grande variedade de opções. Em geral, se percebe que ainda há espaço para a valorização das características locais e aprimoramento das técnicas, materiais e canais de distribuição. Apesar dos projetos voltados para o fortalecimento e associativismo dos artesãos, ainda existe uma carência muito grande para a consolidação da qualidade, inovação e aprimoramento dos técnicos e distribuição do artesanato em todo o Pólo Litoral Sul.

Há poucas opções de entretenimento, basicamente limitadas a alguns eventos pontuais, especialmente relacionados ao calendário religioso, e estruturas itinerantes. Os visitantes também optam por bares com música e shows. Valença, Cairu (Morro de São Paulo), Ilhéus e Itacaré são os destinos turísticos com maior número de opções aos turistas. Em outros pontos do Pólo Litoral Sul, os turistas não encontram opções permanentes de entretenimento cultural ou noturno.

3.10.1. Educação da Comunidade para o Turismo

Introdução

Nesse capítulo será analisado o preparo da sociedade anfitriã para receber o turista, inclusive no que tange à conscientização dessa comunidade da importância do turismo. Com base no capítulo 3.2.2 – Análise Social, será considerado o nível educacional a população. Em seguida serão utilizadas a Pesquisa de Demanda Turística da Bahiatursa[79] e as informações colhidas da comunidade no Workshop (WS) para a avaliação dos seguintes itens:

- Disposição da comunidade para receber e acolher o turista;
- Consciência do papel de cada cidadão no processo de desenvolvimento do turismo;
- Consciência sobre diversos aspectos relacionados à "boa educação": respeito às filas, jogar lixo na lixeira, higiene e apresentação pessoal etc;
- Consciência de valores éticos que permitam o relacionamento justo e correto com os visitantes.

Em seguida são analisados os programas e projetos voltados à conscientização e sensibilização da sociedade anfitriã, também de acordo com o que a comunidade manifestou no WS. Analisa-se até que ponto as ações que vêm sendo desenvolvidas representam somente projetos isolados que não provocam uma mudança perene de atitudes ou constituem realmente parte de um processo de conscientização da comunidade e revisão de modelos mentais.

Índices Educacionais

No capítulo 3.2.2 – Análise Social são apresentados os índices educacionais do Pólo Litoral Sul. Também constitui parte desse capítulo uma análise do Pólo com relação ao acesso que sua população tem ao aprendizado formal, mostrando a divisão das pessoas por anos de estudo e também evoluções recentes nos índices educacionais.

A Tabela 3.10.1.1 apresenta a taxa de alfabetização da população dos municípios do Pólo Litoral Sul. Percebe-se que a taxas médias de alfabetização nas zonas turísticas apresenta índices bem semelhantes à média baiana. No caso da Costa do Dendê, os índices são ligeiramente inferiores.

As taxas de alfabetização são muito semelhantes entre os municípios do Pólo Litoral Sul, não havendo grandes disparidades internas. Destaque ao município de Ilhéus, que conta com mais de 80% de alfabetizados na população. O município de Igrapiúna é o que apresenta a menor taxa, com 72% de alfabetizados entre a população adulta. Ressalta-se que mesmo em Ilhéus o índice é baixo se comparado à média nacional.

A taxa média para o Brasil é de 87,2% de alfabetizados, contra 75,4% para o Nordeste. A Bahia demonstra indicadores melhores que os do Nordeste, mas perde para a média

[79] Pesquisa de Demanda Turística Bahiatursa (2000/2001). Para o PLS, foram analisadas as pesquisas dos principais destinos turísticos do pólo: Ilhéus (2001), Camamu/Maraú (2001), Valença (2001) e Morro de São Paulo (2001).

nacional. A taxa de alfabetização é calculada tomando como referência a população de dez anos de idade ou superior.

Tabela 3.10.1.1 – Taxa de Alfabetização – Municípios do Pólo Litoral Sul

		2000		
	Município	**População Total**	**População Alfabetizada**	**Taxa de Alfabetização**
Costa do Dendê	Valença	77.509	60.869	78,5%
	Cairu	11.410	8.733	76,5%
	Taperoá	15.933	11.997	75,3%
	Nilo Peçanha	11.213	8.553	76,3%
	Ituberá	24.133	18.389	76,2%
	Igrapiúna	14.960	10.785	72,1%
	Camamu	33.661	24.722	73,4%
	Maraú	18.366	13.925	75,8%
	Costa do Dendê	***207.185***	***157.973***	***76,2%***
Costa do Cacau	Itacaré	18.120	13.416	74,0%
	Uruçuca	20.323	16.107	79,3%
	Ilhéus	222.127	177.848	80,1%
	Una	31.261	24.081	77,0%
	Santa Luzia	15.503	11.677	75,3%
	Canavieiras	35.322	27.948	79,1%
	Costa do Cacau	***342.656***	***271.077***	***79,1%***
	Bahia	**10.385.720**	**8.138.193**	**78,4%**

Fonte: IBGE - SENSO 2000
Elaboração: FGV 2002

Características da Sociedade Anfitriã

A disposição de uma comunidade em receber turistas é um item de avaliação subjetiva e, portanto, de análise complexa. Existem, no entanto, certos indicadores dessa disposição que podem fornecer indícios sobre a relação comunidade-turista, como o item "Hospitalidade do povo" das pesquisas da Bahiatursa. Nessa parte da pesquisa, os turistas são indagados quanto a sua percepção em relação aos itens mais diretamente relacionados à sua estadia no destino turístico. A percepção quanto à hospitalidade do povo fornece a base inicial para a análise da predisposição dessa comunidade a receber os viajantes. Da mesma forma, pode-se ter indicações sobre as atitudes da população com relação à "boa educação" no item "Limpeza pública", já que grande parte da conservação da limpeza de um local depende das atitudes da comunidade anfitriã em relação ao lugar onde vive, mesmo que os turistas sejam também responsáveis pela sujeira em muitos casos.

Tabela 3.10.1.2 – Pesquisa de Demanda Bahiatursa – Principais Destinos Turísticos do Pólo Litoral Sul

		Morro de São Paulo - Jan. e Jul. de 2001		**Ilhéus - Fevereiro e Julho de 2001**		**Valença - Jan. e Agosto de 2001**		**Baía de Camamu / Península de Maraú - Jan. e Julho de 2001**	
		Ótimo / Bom	Ruim / Péssimo	Ótimo / Bom	Ruim / Péssimo	Ótimo / Bom	Ruim / Péssimo	Ótimo / Bom	Ruim / Péssimo
Equipamento / Serviço	Bares / Restaurantes	81,1	2,5	62,2	6,4	58,9	7	64,2	12,8
	Comércio / Compras	60,4	6,2	39,2	6,5	38,8	3,9	22,9	21,6
	Meios de Hospedagem	84,2	0,8	62,7	0,9	55,8	1,6	75,7	6,1
	Guias de Turismo	29,1	18,1	10,2	1,9	23,3	9,3	29,7	13,5
	Serviços de Taxis	1,6	0	29,2	1,5	10,9	3,2	21	6,1
	Diversões Noturnas	59,6	7,1	21,4	19,4	22,5	6,2	29	18,9
	Equipamentos de Lazer	26,5	4	17,4	6,7	17,8	8,6	43,3	6,1
	Passeios Oferecidos	37	6,5	25,2	2,9	41,9	2,4	72,3	5,4
	Empresas / serviços de receptivo	12,7	1,4	19	2,2	19,4	0,8	23,6	8,1
	Sinalização Turística	16,9	35,9	37,1	9,5	32,6	27,9	16,9	16,9
	Informação Turística	37,3	24,9	28,5	9,5	36,5	14,8	46	12,8
	Hospitalidade / Povo	90,6	2,3	92,6	1	92,3	0,8	89,9	1,4
Infra-estrutura	Terminal Marítimo	46,6	13	4,2	0,5	9,3	2,4	56,7	6,7
	Terminal Rodoviário	1,7	0	22,1	2,7	23,3	2,3	3,4	27,7
	Ônibus Urbano	4,3	2,8	28,8	3,6	5,4	10,9	10,1	5,4
	Aeroporto	3,1	0,3	29,3	1,2	2,4	0	1,4	1,4
	Serviços Médicos	4,5	11,3	9,9	3,1	12,4	8,6	8,8	28,4
	Comunicações	55,4	15,3	71,2	9	62	4,6	12,2	54
	Sinalização Urbana	7,3	6,5	63,4	7,8	34,1	27,1	11,5	24,4
	Limpeza Pública	29,6	49,2	29,5	28,3	37,2	28,7	14,2	41,2
	Segurança Pública	49,8	17,3	64,9	9,5	59,7	7	15,5	23
Atrativos	Manifestações Populares	17,5	5,6	33,3	3,3	9,3	4,7	14,2	4,1
	Atrativos Naturais	96	0,3	93,6	0,5	82,2	0,8	96	0
	Patrimônio Histórico / Cultural	47,2	14,1	60,6	1,7	31,8	12,4	28,4	1,8

Fonte: Bahiatursa 2001

A hospitalidade é o item com maiores índices de "ótimo" e "bom". Para todos os destinos, a média foi entre 89% e 93%, indicando que os turistas percebem a comunidade do Pólo Litoral Sul como receptiva e acolhedora, fato que se repete em muitos destinos turísticos do Estado da Bahia e constitui um diferencial em relação a destinos concorrentes. O segundo item mais bem avaliado foi o dos atrativos naturais, seguido dos bares e restaurantes.

A limpeza pública é o item que menos agrada os turistas, sustentando índices de desagrado entre 27% e 42%, apesar de os índices de bom / ótimo estarem acima dos 50%.

Na mesma pesquisa, apresentam-se os itens que os turistas mais gostaram nos destinos que visitaram. A hospitalidade figura sempre entre os três primeiros da lista, dividindo espaço com as praias e outros atrativos naturais.

Tabela 3.10.1.3 – O Que Mais Agradou aos Turistas dos Principais Destinos do Pólo Litoral Sul

	Morro de São Paulo (2001)	**Ilhéus (2000)**	**Ilhéus (2001)**	**Valença (2001)**	**Baía de Camamu / Península de Maraú (2001)**
Praias	44,3	38,8	54,1	28,8	32,2
Atrativos Naturais	37,2	23,1	16,3	25,2	31,4
Hospitalidade	6,2	21,9	13,3	21,6	19,5
Tudo	3,4	0,8	-	2,7	4,2
Culinária	2,5	-	3,1	3,6	1,7
Manifestações Populares	0,9	1,4	1	-	0,8
Diversão Noturna	1,8	0,4	-	-	-
Igrejas	-	0,6	1,5	0,9	2,5
Patrimônio Histórico / Cultural	-	1,4	2	-	0,8
Arquitetura Urbana	-	0,4	0,3	0,9	-
Comércio / Compras	-	-	1,8	2,7	-
Segurança Pública	-	0,4	0,8	-	-
Sinalização Urbana	-	0,4	0,3	-	-
Ilhas	-	-	-	-	3,4
Limpeza Pública	-	-	-	2,7	-
Nada	-	-	-	1,8	-
Diversões	-	-	-	1,8	-
Orla	-	-	1,3	-	-
Vida Noturna	0,3	-	-	-	-
Outros	3,4	4,3	4,2	7,3	3,5

Fonte: Bahiatursa 2001

A ótima impressão que os turistas têm da hospitalidade do povo do Pólo Litoral Sul não constitui somente um diferencial, mas um fator chave de sucesso, já que sua importância se equipara aos principais motivadores de viagens, como as praias e outros atrativos naturais. Essa imagem hospitaleira do povo baiano difunde-se em outros lugares do Brasil e do mundo em função dos relatos de viajantes a parentes e conhecidos e, por isso, poder ser tido como um fator componente da atratividade dos municípios da área de planejamento.

Tabela 3.10.1.4 – O que Menos Agradou aos Turistas dos Principais Destinos do Pólo Litoral Sul

Ano 2001	Morro de São Paulo	Ilhéus	Valença	Baía de Camamu / Península de Maraú	Canavieiras
Limpeza Pública	44,5%	32,6%	32,4%	26,9%	-
Custo de Vida	6,9%	0,3%	5,9%	1,0%	-
Preços	5,2%	5,7%	2,0%	7,7%	11,2%
Infra estrutura	3,1%	0,9%	5,9%	17,3%	-
Poluição das Praias	3,1%	6,6%	-	1,9%	-
Nada	2,4%	4,1%	14,7%	4,8%	-
Atendimento	3,4%	2,5%	4,9%	-	9,9%
Clima	4,5%	-	1,0%	-	-
Diversões Noturnas	-	11,1%	2,9%	3,8%	-
Informações turísticas	1,4%	0,9%	3,9%	1,0%	-
Segurança Pública	-	4,4%	2,0%	11,5%	-
Sinalização Urbana	-	3,5%	4,9%	1,0%	6,2%
Pobreza	-	-	3,9%	1,0%	-
Transporte Coletivo	1,0%	2,2%	3,9%	2,9%	10,7%
Violência	-	2,2%	-	-	5,0%
Hospedagem	2,1%	0,6%	-	1,0%	-
Estradas	-	1,3%	1,0%	2,9%	-
Lazer / Diversão	1,0%	0,3%	1,0%	-	-
Culinária	1,0%	0,3%	1,0%	-	-
Comércio / Compras	-	1,6%	1,0%	-	-
Falta Lazer	-	-	-	-	14,5%
Serviços	-	-	1,0%	1,0%	-
Saneamento Básico	-	-	-	-	-
Acesso às Praias	-	-	-	-	-
Barracas	-	-	-	-	6,6%
Falta Banco 24 horas	-	-	-	-	2,9%
Meninos de Rua	-	1,9%	-	-	-
Praias	-	1,6%	-	-	-
Trânsito	-	1,3%	-	-	-
Abandono da Cidade	-	0,6%	-	1,0%	-
Serviço Telefônico	-	-	-	-	-
Ferry	-	-	-	1,0%	-
Outros	20,4%	13,5%	6,7%	12,5%	33,1%

Fonte: Bahiatursa 2001

Entre os itens que menos agradaram aos turistas, destaca-se a limpeza pública, com índices muito superiores aos dos demais. Outro destaque negativo é a deficiência de infra-estrutura revelada pela pesquisa em Baía de Camamu / Península de Maraú. O assédio aos turistas, comum aos municípios do Pólo Salvador e Entorno, provavelmente não ocorre com tanta freqüência no Pólo Litoral Sul, já que não é item de reprovação dos turistas.

A Tabela 3.10.1.5 contempla a interação da comunidade realizada durante a primeira reunião (WS) do PRODETUR NE II nos municípios. Não existem informações sobre os municípios que não compareceram a essa reunião.

As respostas da comunidade foram interpretadas como negativas (☹), positivas (☺) ou neutras (😐). Foram consideradas não disponíveis (N/D) as informações dos municípios ausentes e das questões não respondidas.

Tabela 3.10.1.5 – Problemática da Conscientização para o Turismo nos Municípios do Pólo Litoral Sul (segundo a Comunidade)

		Lixo	Cortesia	Higiene	Apresentação Pessoal	Assédio
Costa do Dendê	Valença	☹	😐	☹	☹	☹
	Cairu	☹	😐	☹	☺	☹
	Taperoá	😐	☹	☹	☹	N/D
	Nilo Peçanha	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
	Ituberá	☹	☺	☹	☹	☺
	Igrapiúna	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
	Camamu	☹	☺	😐	😐	☹
	Maraú	☺	☺	☹	☹	☹
Costa do Cacau	Itacaré	☺	☺	☹	☹	☹
	Uruçuca	☹	☺	☹	😐	😐
	Ilhéus	☹	😐	😐	😐	☹
	Una	😐	☹	😐	☹	😐
	Santa Luzia	☹	☹	😐	☹	😐
	Canavieiras	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D

Fonte: Interação das comunidades nos WS – 2001
N/D - Municípios que não estavam presentes na reunião de WS

De acordo com a percepção da comunidade, as maiores carências em relação à conscientização para o turismo são as questões relacionadas ao lixo (limpeza pública), higiene e apresentação pessoal. Em segundo lugar está o assédio aos turistas, que, no entanto, não é um item mencionado com freqüência pelos turistas. Como ponto positivo, destaca-se a cortesia da comunidade, também muito bem avaliada pelos turistas.

Os resultados mostram que há certa sintonia entre as constatações da comunidade e a percepção dos turistas em relação aos itens analisados. Isso evidencia que, mesmo que os problemas existam, grande parte das lideranças dentro da comunidade estão cientes de sua existência, constituindo o primeiro passo para que essas questões sejam resolvidas.

Deve ter-se em mente, no entanto, as limitações das sondagens que foram tomadas como base para as análises apresentadas até o momento. Alguns problemas evidenciam-se nas pesquisas, mas essas não são capazes de constatar todos os detalhes sobre a conscientização da comunidade para o turismo.

Programas e Projetos

Nesta parte são apresentadas informações sobre programas e projetos para a sensibilização e conscientização da comunidade.

Programas Municipais

Dentre os programas de capacitação no Pólo Litoral Sul, existe maior incidência de programas para Fiscais, Barraqueiros, Agentes de Trânsito e Ambulantes. No entanto, como foi percebido nas visitas de campo e durante as discussões no próprio WS, os programas são ineficientes, não sendo referência para uma análise da conscientização da comunidade.

Segundo manifestações informais da comunidade no WS, pode-se notar que não existem de fato programas que apliquem meios eficientes para a conscientização da população para o turismo.

Tabela 3.10.1.6 – Programas e Projetos de Sensibilização/Conscientização para o Turismo nos Municípios do Pólo Litoral Sul (segundo a Comunidade)

		Servidores Públicos	Policiais	Fiscais	Garis	Agentes de Informação	Agentes de trânsito	Guias	Ambulantes	Barraqueiros
Costa do Dendê	**Valença**	não	não	não	não	não	não	não	não	não
	Cairu	não	sim	sim	não	sim	não	sim	sim	sim
	Taperoá	N/D	N/D	N/D	N/D	sim	N/D	N/D	N/D	N/D
	Nilo Peçanha	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
	Ituberá	sim	sim	sim	sim	não	não	não	não	sim
	Igrapiúna	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
	Camamu	sim	não	sim	não	não	sim	não	não	não
	Maraú	não	não	sim	não	não	não	não	não	não
Costa do Cacau	**Itacaré**	não	não	não	não	não	não	não	não	não
	Uruçuca	não	não	sim	não	não	não	sim	não	não
	Ilhéus	sim	sim	sim	não	sim	sim	sim	não	sim
	Una	não	não	sim	sim	não	não	sim	sim	sim
	Santa Luzia	não	não	não	não	não	não	não	não	sim
	Canavieiras	N/D	N/D	N/D	N/D	sim	N/D	N/D	N/D	N/D

Fonte: Interação das comunidades nos WS - 2001

PNMT (Programa Nacional de Municipalização do Turismo) e Agenda 21

Além dos programas de conscientização oferecidos aos setores específicos do município, pode-se citar o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), que visa despertar a consciência das potencialidades turísticas de cada localidade. O PNMT já está sendo implementado em todos os municípios do Pólo Litoral Sul, na maioria deles em estágios bem avançados.

A Agenda 21 é outro programa que vem contribuindo para despertar nas comunidades a consciência sobre a importância da cidadania e já foi implantado em alguns municípios, como mostra a Tabela 3.10.1.7. O programa não tem como objetivo direto a conscientização da comunidade. No entanto, o processo de desenvolvimento local sustentável depende de mudanças de atitude, tornando-se necessários os programas de educação da comunidade para a efetiva implantação dos preceitos da Agenda 21.

A tabela a seguir lista os municípios do Pólo Litoral Sul que já estão implementando o PNMT e a Agenda 21. É importante lembrar que, em ambos os programas, existem diversas fases de preparação e implementação. A Tabela 3.10.1.7 apenas nos mostra os municípios que já iniciaram o processo de implementação, independente do estágio em que se encontram.

Tabela 3.10.1.7 – Municípios que já Iniciaram a Construção da Agenda 21 e do PNMT

	Município	PNMT	Agenda 21
Costa do Dendê	Valença	X	
	Cairu	X	
	Taperoá	X	
	Nilo Peçanha	X	
	Ituberá	X	
	Igrapiúna	X	
	Camamu	X	X
	Maraú	X	
Costa do Cacau	Itacaré	X	
	Uruçuca	X	
	Ilhéus	X	X
	Una	X	X
	Santa Luzia	X	X
	Canavieiras	X	X

Fonte: EMBRATUR e CRA 2002

Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo – APAs Itacaré-Serra Grande e Lagoa Encantada

O IESB (Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul Bahia) é uma ONG com forte atuação no desenvolvimento de programas de conscientização da comunidade da região da APA Itacaré-Serra Grande, que abrange os municípios de Itacaré e Uruçuca, na Costa do Cacau. Em meados de 1998, teve início o **Programa de Educação Ambiental e Ecoturismo**, projeto coordenado pela Superintendência de Desenvolvimento do Turismo (SUINVEST/PRODETUR) e executado pelo IESB, com o apoio da Fundação Ford, Conservation International e diversas contribuições de outras instituições públicas e privadas com atuação local e regional. Constatou-se, naquele momento, um sério problema com relação à desinformação da população local quanto à finalidade da criação de uma APA. Muitos não tinham sequer conhecimento de que habitavam uma área cujos recursos naturais tinham salvaguarda oficial e não eram habituados aos temas de conservação do meio ambiente e importância do mesmo para o desenvolvimento sustentável da atividade turística.

Os objetivos específicos desse programa estão relacionados abaixo:

- Divulgar maciçamente a APA entre a maioria da população local e extra-local associada de alguma forma ela;
- Capacitar os principais agentes dos setores público e privado quanto aos conceitos de gestão dos recursos ambientais;
- Ampliar o conhecimento da população local sobre os conceitos de meio ambiente, cultura, geografia, história e planejamento do ecoturismo regional.

As estratégias que foram delineadas para o alcance dos objetivos propostos incluíam a educação formal e informal nas escolas localizadas na área da APA, a inserção das populações rurais no processo de planejamento e o desenvolvimento de projetos de comunicação com os diferentes segmentos da comunidade, através de seminários, reuniões, palestras, cursos, filmes e material impresso. Lançado em julho de 1999, o Jornal da APA foi um dos principais

produtos do projeto, pois, além de abordar os temas específicos estabelecidos nos objetivos do programa, era o único periódico local em circulação, passando imediatamente a cumprir um importante papel social, extrapolando seus objetivos iniciais.

Em outubro de 2000, as atividades do programa terminaram oficialmente, mas seus resultados deram oportunidade para o desenvolvimento de novas atividades de conscientização da população na área da APA. É muito importante que haja continuidade, pois a consolidação de um processo de mudança de atitudes leva tempo e requer esforços de manutenção dos resultados alcançados. O programa também serve como referência para projetos em outras áreas do Pólo Litoral Sul.

Também na Costa do Cacau, a APA Lagoa Encantada possui atividades de conscientização da população conduzidas pela Associação Pró-Bacia do Rio Almada (ABARÁ). As atividades vão desde noções sobre ecoturismo para a população local à capacitação de jovens para atuarem na condução de passeios ecológicos.

Programa Rádio Nordeste

Iniciativa do Banco do Nordeste, que constitui-se de programas de rádio com temáticas que visem a sensibilização das comunidades para os temas relacionados às ações do banco. Os programas de rádio abordam, portanto, uma série de temas pertinentes, entre eles o turismo sustentável.

Além da radiodifusão, este programa é divulgado com cartilhas de linguagem bastante acessível, usualmente histórias em quadrinhos. O banco oferece, ainda, um canal de comunicação com os leitores/aprendizes, que permite a resolução de dúvidas e questões. O objetivo da inserção do turismo neste veículo de comunicação do banco é o de colaborar para a prática do turismo sustentável.

Os temas relacionados ao turismo abordados nas cartilhas da Rádio Nordeste, até o momento, foram:

- Turismo e Desenvolvimento Sustentável;
- Turismo, um bom negócio;
- O Empreendedor e as Oportunidades do Turismo Sustentável;
- Os Roteiros do Turismo sustentável, e
- Turismo: muito além das fotografias.

De uma maneira geral, o programa busca o entendimento do turismo como alternativa econômica vantajosa, oferecendo dicas de como se inserir na atividade e mostrando as boas práticas do turismo sustentável. Assuntos bastante recorrentes na leitura das cartilhas são a relação comunidade-turista e os aspectos de preservação ambiental imprescindíveis ao turismo.

Conclusão

O preparo de uma comunidade para o turismo é um tema complexo, envolvendo diversos aspectos da cultura e dos hábitos locais. Algumas considerações podem ser feitas a partir de alguns indicadores, como os índices educacionais, mas existem diversos aspectos de natureza mais subjetiva que devem ser considerados na análise.

Algumas conclusões principais com relação ao preparo da comunidade para o turismo são reveladas pelos dados apresentados no capítulo. Primeiramente, a hospitalidade constitui um

diferencial em relação a destinos concorrentes, não só no Pólo Litoral Sul, mas na Bahia como um todo. Essa característica não é suficientemente abordada nas campanhas de divulgação, mas a imagem do Estado já está relacionada a ela em função dos relatos dos turistas a parentes e amigos. Sendo assim, devem ser planejadas ações para a divulgação da hospitalidade baiana, assim como se divulgam os atrativos naturais, praias e mesmo eventos, como o Carnaval. Considerando que a hospitalidade do povo baiano foi uma das características positivas mais lembradas pelos turistas nas pesquisas, não seria mera propaganda a vinculação direta da imagem dos destinos a essa característica.

Em relação à problemática do lixo e à limpeza pública, a ação mais direta é a implantação de programas de sensibilização e conscientização da comunidade, esclarecendo o valor que é agregado ao local quando esse se encontra em boas condições de limpeza, assim como o ganho de qualidade de vida que a própria população tem quando presta atenção à destinação correta do lixo. Paralelamente, devem ser implementados programas de coleta e disposição final do lixo, observando os conceitos de sustentabilidade (coleta seletiva etc) e os Planos Diretores dos municípios.

O planejamento de ações que visem à conscientização da comunidade com relação à cidadania e ao turismo deve considerar que o processo de transformação de mentalidade é constante e incremental, não ocorrendo com a simples programação de "cursos de conscientização". Podem ser organizadas atividades pontuais para a resolução de necessidades específicas, como no caso da problemática do lixo, mas a mudança efetiva de hábitos arraigados de uma comunidade depende de uma abordagem pela qual o processo de conscientização permeia todas as instâncias da vida de uma pessoa, começando pela família, mas também na escola, no ambiente de trabalho e em outros espaços de convívio social. Assim como o incremento dos níveis educacionais, a conscientização de uma comunidade para o turismo é um processo lento, cujos frutos são realmente colhidos em médio e longo prazo, nem por isso deixando de constituir uma necessidade urgente na definição de intervenções.

3.10.2. Capacitação Profissional para o Turismo

Introdução

Este capítulo, em primeiro lugar, traça as condições atuais do emprego do setor turístico do Pólo Litoral Sul. A análise foi feita com base nas informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e na pesquisa do Instituto de Hospitalidade (IH), "Perfil dos Profissionais no Mercado de Trabalho do Setor de Turismo no Brasil". Com base nas estimativas do fluxo de turistas e da permanência média dos turistas nos municípios do Pólo, estima-se o número atual de trabalhadores do setor turístico em cada segmento.

As instituições que atual na capacitação da mão de obra para o turismo são analisadas em seguida. Para que se entenda a importância da atuação dessas instituições, é necessário inicialmente analisar quais são as reais necessidades e carências das empresas empregadoras no setor turístico. Instituições como SENAC e SEBRAE foram consultadas sobre as características dos cursos de capacitação oferecidos, número de turmas e participantes, e perfil dos instrutores. Os dados de duas pesquisas do IH ("Oferta de Capacitação Profissional no Setor de Turismo" e "Demanda por Capacitação Profissional no Setor de Turismo") serviram como referência para complementação das análises.

Por fim, analisa-se o processo de certificação de mão de obra no Pólo Litoral Sul conduzido pelo Instituto de Hospitalidade e identifica-se a postura do empresariado diante das certificações. O processo de certificação da mão de obra é uma iniciativa que agrega valor tanto aos trabalhadores quanto às empresas onde eles trabalham, criando também uma imediata identificação no mercado dos trabalhadores capacitados e garantindo que os serviços turísticos sejam prestados por pessoas treinadas.

Para as análises que serão conduzidas neste capítulo, o setor turístico foi dividido nos seguintes segmentos: Hotelaria e Alojamento; Restaurantes e Similares; Lazer e Entretenimento; Agências e Operadoras de Viagem e Turismo; Transportes e Outros Serviços. Cada um desses segmentos é analisado abaixo em maiores detalhes. Tais áreas (segmentos) têm como base a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) e são utilizadas da seguinte forma:

Hotelaria e Alojamento: contempla o segmento de número 511 na CNAE: Hotéis, Pousadas, Motéis, Hospedarias, Albergues, Pensionatos, Estalagens, Dormitórios de Estrada e Pensões.

Restaurantes e Similares: contempla o segmento de número 512: Adegas, Bares, Biroscas, Bombonières, Botequins, Cafés, Cantinas, Casas de Chá, Choperias, Churrascarias, Confeitarias, Lanchonetes, Pizzarias, Tabernas, Restaurantes etc.

Também estão contemplados os serviços de festas (locação de material, mão de obra e espaço).

Lazer e Entretenimento: código 551 da CNAE: Cinemas, Teatros, Boates, Casas de Show, Discotecas, Salões de Jogos, Parques de Diversão, Circos, Sinucas etc.

Também estão contemplados serviços de locação de veículos para diversão, bandas, músicos, blocos folclóricos e carnavalescos, luz e som para festas, produção de filmes e espetáculos etc.

Agências e Operadoras de Viagem e Turismo: Código 586; Agências de viagem, Empresas de Turismo, agências de carga, despachantes, exploração de aeroportos e venda de passagens.

Transportes: Reúne os códigos 472, 474, 475, 476, 477 e 587. Transportes rodoviários, ferroviários, metroviários, marítimos, aéreos e outros. Todos os serviços relacionados a esses tipos de transportes como: táxis, transporte escolar e turístico, companhias de navegação e companhias aéreas, bonde, planos inclinados, empresas de ônibus, concessão de transporte marítimo, locação de veículos etc.

Situação Atual do Emprego

A pesquisa do IH sobre o perfil dos profissionais disponibiliza informações para o Estado da Bahia e para a Região Metropolitana de Salvador (RMS), tendo como base a Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (PNAD), feita pelo IBGE em 1999. As informações da RAIS são disponibilizadas em nível municipal, anualmente.

As informações contidas na RAIS são referentes somente aos empregos formais, enquanto a pesquisa do IH procura dar um panorama mais abrangente à situação do emprego no Brasil. A RAIS mostra um total de 40.192 empregados em atividades turísticas na Bahia. Para o IH, esse número é de 303.393 empregados, valor mais de sete vezes maior que o primeiro, tomando, nos dois casos, o ano de 1999 como base. Percebe-se, portanto, que a RAIS não diz muito sobre a realidade do setor turístico da Bahia, em função do elevado nível de informalidade.

As informações sobre emprego nos setores vinculados à atividade turística no Pólo Litoral Sul foram obtidas na pesquisa do IH, que possui informações mais específicas sobre o setor. Os dados disponíveis dizem respeito à Bahia como um todo ou à Região Metropolitana de Salvador (RMS). As informações sobre a RMS foram utilizadas para a elaboração do PDITS Salvador e Entorno. Para os outros pólos, foram utilizadas as informações da Bahia como um todo.

O número de empregados no setor turístico de cada pólo pode ser estimado, no entanto, de acordo com o fluxo turístico e a permanência média dos turistas em cada Zona Turística, considerando que o número total de empregados no setor é função da quantidade de turistas que visitam a região e do número de dias de sua permanência. Certamente há outros fatores a serem considerados, como gastos médios, produtividade das empresas, tipo de turismo etc. No entanto, o índice de Turistas x Dias compõe uma aproximação adequada para o presente estudo. Segundo essa abordagem, o Pólo Litoral Sul representa 9% do turismo baiano, conforme ilustra a Tabela 3.10.2.1:

Tabela 3.10.2.1 – Representatividade do Fluxo Turístico das ZTs

Zona Turística	Portal	Turistas Dias (x1000)	% sobre total
Baía de Todos os Santos	Salvador	17.353,68	46%
C. Descobrimento	Porto Seguro	7.884,62	21%
C. Cacau	Ilhéus	2.664,19	7%
C. Baleias	Caravelas	3.595,80	9%
C. Dendê	Morro de SP/Valença	879,75	2%
C. Diamantina	Lençóis	564,40	1%
Outras	-	4.992,00	13%
		37.934	**100%**

Fonte: Bahiatursa 2000

Desta maneira, calculou-se o número de empregos gerados no Pólo Litoral Sul de acordo com sua fatia do fluxo turístico, isto é, 9%:

Tabela 3.10.2.2 – Empregos Relacionados a Atividades Turísticas na Bahia e no Pólo Litoral Sul

Ramos de Atividade	Bahia	C. Dendê (2%)	C. Cacau (7%)	Total do Pólo
Hospedagem	26.818	536	1.877	2.414
Alimentação	157.882	3.158	11.052	14.209
Lazer e Entretenimento	21.055	421	1.474	1.895
Agências/Operadoras	7.673	153	537	691
Tranportes	89.965	1.799	6.298	8.097
Total Turismo	**303.393**	**6.068**	**21.238**	**27.305**

Fonte: IH, Bahiatursa e FGV 2002

A atividade turística tem destacada importância como geradora de empregos na Bahia. De acordo com a pesquisa do IH, em 1999, o turismo gerava 5,2% de todos os empregos do Estado. Com o crescimento da atividade, essa parcela de contribuição ao emprego tende a aumentar.

A relação entre o número de empregados no turismo e o número de UHs disponíveis, no Pólo Litoral Sul, é de 3,6 empregos diretos no turismo para cada UH implementada. Essa relação permite observarmos um dos benefícios sociais que podem ser obtidos com o desenvolvimento do turismo.

Hotéis e Outras Empresas de Hospedagem

O setor de hospedagem representa 8,8% dos empregos gerados no turismo do Estado da Bahia, mostrando menor representatividade que as atividades de alimentação e transporte, que apresentam índices de 52,0% e 29,7%, respectivamente. Ressalta-se que todo o pessoal dos departamentos de Alimentos & Bebidas dos hotéis são entendidos como funcionários de hotéis, não de restaurantes. A realidade brasileira mostra que, em média, os empregos gerados em empresas de alojamento representam 6% dos empregos em atividades turísticas.

Com relação ao número de pessoas ocupadas, os destaques da área de hospedagem são os cargos de recepcionista, arrumadeira e camareira. É também bem representativa a fatia de empregos ocupada pelos donos dos empreendimentos[80]. Somando as duas categorias estabelecidas pelo IH para donos de empreendimentos, tem-se uma representatividade de 13%, comparável aos 16,5% das ocupações mais representativas.

Tabela 3.10.2.3 – Hospedagem - Principais Ocupações (1999)

Ocupações	% (média nacional)	Total Empregos *
Arrumadeiras/Camareiros	16,6%	401
Recepcionistas	16,4%	395
Cozinheiros/Ajudantes de Cozinha	9,9%	238
Donos/Sócios (Empregadores)	8,4%	202
Diretores/Gerentes/Administradores	7,4%	179
Garçons/Ajudantes de Garçon	4,9%	117
Donos/Sócios (Conta Própria)	4,6%	111
Serventes/Faxineiros	4,2%	100
Vigias	2,7%	64
Porteiros/Empregados de Portaria	2,4%	57
Mensageiros/Office-Boys	2,4%	57
Copeiros/Balconistas/Atendentes	2,1%	50
Lavadeiras/Passadeiras	2,0%	48
Supervisores/Chefes/Encarregados	2,0%	48
Ajudantes/Auxiliares Diversos	1,7%	40
Jardineiros	1,5%	35
Motoristas/Manobristas	1,3%	31
Telefonistas	0,6%	14
Outras	9,3%	224
Total	**100%**	**2.414**

*** estimativa**

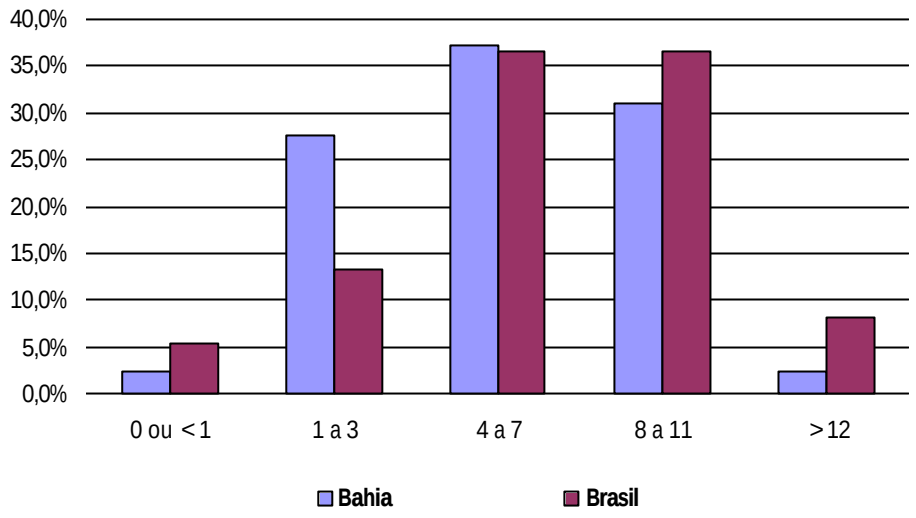
Fonte: IH 1999 e FGV 2002

Seguindo os dados da pesquisa do IH, foram utilizados os índices nacionais de representatividade de cada ocupação dentro do setor de hospedagem para estimativa do número de empregados do Pólo Litoral Sul em cada uma delas, além do total de empregados do setor anteriormente estimado.

Os dados sobre **anos de estudo** compõem um bom indicador do nível de capacitação da mão de obra. Segundo pesquisa do IH, a maioria dos empregados da Bahia possui de 4 e 7 anos de estudo formal. As porcentagens de empregados que têm mais de 12 anos de estudo ou menos de um ano de estudo são as mais baixas.

[80] Segundo o IH, há duas categorias de Donos e Sócios: os empregadores (que não trabalham no estabelecimento, mas sim empregam pessoal) e os donos sócios por conta própria, que tomam conta e trabalham em seus estabelecimentos.

Gráfico 3.10.2.1 – Hospedagem – Percentual dos Empregados por Anos de Estudo

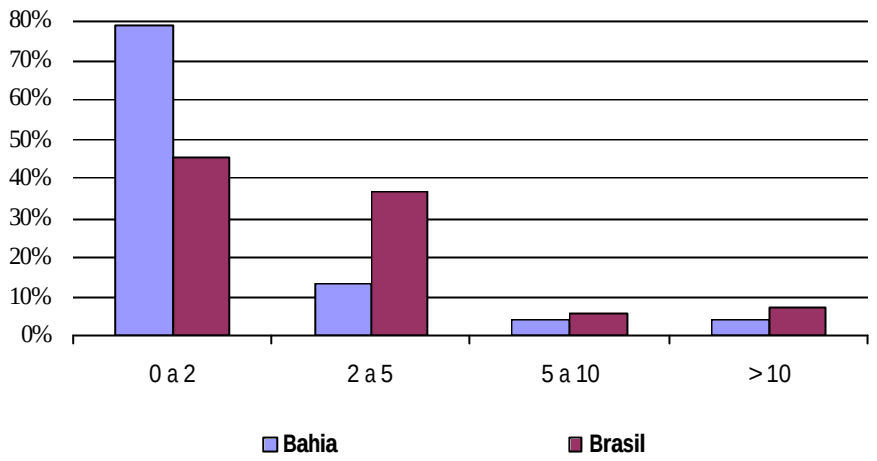


Fonte: IH 1999

Os dados do gráfico acima demonstram que a capacitação da mão de obra baiana, tomando como base os anos de estudo, encontra-se aquém da média nacional. Enquanto a soma dos níveis de 4 a 7 e de 8 a 11 anos de estudo para o Brasil é 75%, para o Estado da Bahia é de 65%. Evidencia-se que a situação baiana, mesmo sendo inferior, não é tão discrepante da média nacional.

A **remuneração** dos empregados em atividades de hospedagem também é inferior na Bahia em relação à média nacional. Perto de 80% da mão de obra da hotelaria recebe mensalmente de 0 a 2 salários mínimos, desempenhando funções de baixa qualificação. Os baixos níveis de remuneração, no entanto, não estão presentes somente nas atividades ligadas ao turismo. O problema do desemprego na Bahia cria uma superoferta de mão de obra e conseqüente redução dos níveis salariais.

Gráfico 3.10.2.2 – Hospedagem – Percentual dos Empregados por Nível de Remuneração (em Salários Mínimos)



Fonte: IH 1999

Como exposto anteriormente, apenas 1/7 da mão de obra é contratada em obediência às formalidades legais. Estima-se, portanto, que apenas uma inexpressiva parcela dos trabalhadores com níveis de rendimento entre 0 e 2 salários mínimos mensais estejam contemplados pelos benefícios sociais proporcionados pela CLT.

A observação da curva de remuneração para o Brasil no setor de hotelaria indica que há menos disparidade entre os empregados, estando grande parte em uma faixa de 2 a 5 salários mínimos. No entanto, evidencia-se que tanto para a Bahia como para o Brasil, a remuneração dos empregados no setor é baixa.

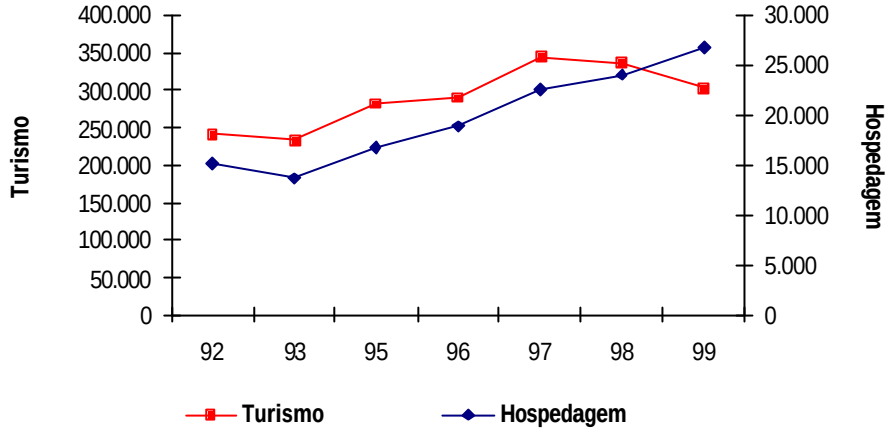
A comparação dos dados da Bahia com as médias nacionais nos mostra que os empregados do Estado são quase tão bem capacitados quanto à média nacional, contando, no entanto, com níveis de remuneração sensivelmente inferiores. Isso mostra que a Bahia se constitui num mercado de empregos muito concorrido e competitivo no setor de hospedagem, onde o trabalhador encontra cada vez maior dificultado em posicionar-se no mercado. Por outro lado, a concorrência gera uma disponibilidade de mão de obra treinada que concorre aos cargos disponíveis, aumentando a qualidade dos serviços prestados pela hotelaria.

Os níveis baixos de remuneração praticados indicam uma visão limitada do empresariado local. O desenvolvimento da atividade hoteleira na Bahia nos últimos anos, com o crescimento da demanda, permitiria aos empregadores praticar níveis mais elevados de remuneração. Além disso, salários baixos são normalmente causa para grande rotatividade da mão de obra, o que inviabiliza programas de treinamento com visão de médio e longo prazo dentro dos empreendimentos.

A situação atual do setor de hospedagem com relação à mão de obra, representada por baixos níveis de remuneração, exige intervenções no sentido conscientizar os empregadores sobre a importância dos empregados na prestação de serviços hoteleiros de qualidade. E empregados motivados só podem existir em um ambiente de crescimento profissional, com programas de capacitação e treinamento, e níveis razoáveis de remuneração.

As atividades relacionadas à hospedagem apresentam um crescimento estável no número de empregos desde 1993, apesar de a atividade turística como um todo não acompanhar essa evolução em todos os anos, apresentando maior instabilidade.

Gráfico 3.10.2.3 – Evolução do Número de Empregados no Turismo e nas Atividades de Hospedagem na Bahia – 92-99



Fonte: IH 1992-1999

Houve um sensível aumento na quantidade de empregos gerados no setor de turismo como um todo entre 93 e 97. Após esse ano, enquanto o turismo apresenta pequena queda, as atividades relacionadas à hospedagem mantêm o crescimento que vêm apresentando desde 1993.

Comparando-se somente os anos-limite da pesquisa (92 e 99), o setor de turismo teve um crescimento global em número de empregos gerados de 31%, enquanto a atividade de hospedagem teve 43% de incremento.

Bares e Restaurantes

O setor de alimentação é o que mais gera empregos no contexto da atividade turística da Bahia. Os empregos do setor representam 52% de todos os gerados no setor. A tabela abaixo relaciona as principais ocupações dentro do setor de alimentação:

Tabela 3.10.2.4 – Bares e Restaurantes – Principais Ocupações (1999)

Ocupações	% (média nacional)	Total Empregos*
Donos/Sócios (Conta Própria)	34,6%	4.916
Copeiros/Balconistas/Atendentes	25,3%	3.595
Cozinheiros/Ajudantes de Cozinha	14,3%	2.032
Garçons/Ajudantes de Garçon	10,2%	1.449
Donos/Sócios (Empregadores)	7,6%	1.080
Diretores/Gerentes/Administradores	1,7%	242
Caixas	1,5%	213
Serventes/Faxineiros	0,5%	71
Ajudantes/Auxiliares Diversos	0,3%	43
Recepcionistas	0,3%	43
Motoristas/Manobristas/Entregadores	0,3%	43
Trabalhador braçal/Carregador/Descarregador	0,2%	28
Doceiros/Confeiteiros	0,2%	28
Outras	2,9%	412
Total	**100%**	**14.209**

*** estimativa**

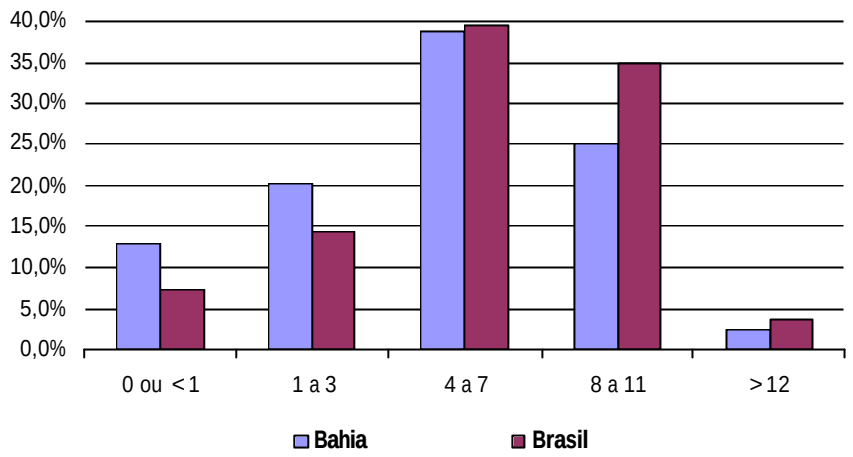
Fonte: IH 1999 e FGV 2002

Grande parte das pessoas ocupadas no setor de alimentação é proprietária do negócio (34,6%). Isso indica que existe uma grande quantidade de pequenos empreendimentos que contam muitas vezes somente com o trabalho do próprio proprietário, com ou sem sócio. Em segundo lugar, aparecem os copeiros, balconistas e atendentes, ocupações muito comuns no setor de alimentação, especialmente nos bares.

Devem ser também destacadas as atividades de Cozinheiros/Ajudantes de Cozinha, os Garçons/Ajudantes de Garçom e os Donos Sócios (Empregadores). Outros tipos de ocupação não possuem tanta representatividade dentro do contexto geral.

O gráfico abaixo fornece informações relevantes sobre o nível de instrução da mão de obra do setor de alimentação, na Bahia e no Brasil. Nota-se que o nível de instrução dos trabalhadores baianos está abaixo da média nacional:

Gráfico 3.10.2.4 – Bares e Restaurantes – Percentual dos Empregados por Anos de Estudo

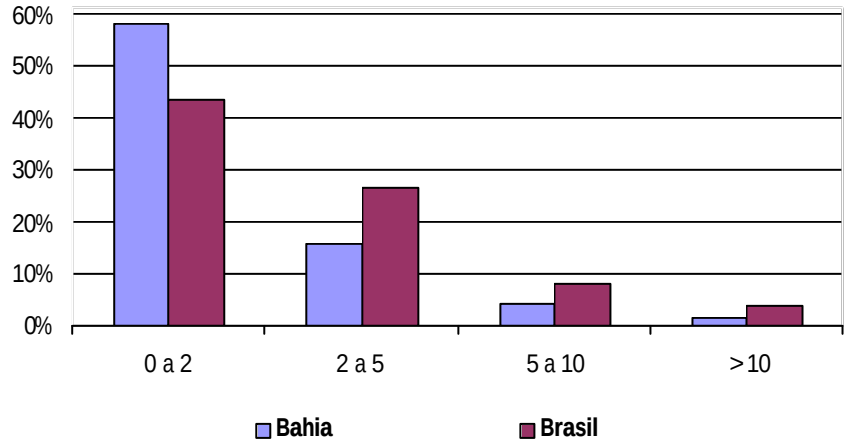


Fonte: IH 1999

Aproximadamente 39% das pessoas que trabalham no setor de bares e restaurantes possuem de 4 a 7 **anos de estudo**, estando pouco abaixo do índice brasileiro, que é de 39,6%.

Somente 2,3% dos trabalhadores estão na faixa de mais de 12 anos de estudo. Está é a menor porcentagem dentre as outras quatro áreas do setor turístico – Hotéis e outras empresas de Hospedagem, Lazer e Entretenimento, Agências / Operadoras de Viagens e Turismo e Transporte. O setor de alimentação é bastante conhecido pelos altos índices de rotatividade da mão de obra. Parte desse fenômeno pode ser explicado pelas baixas exigências de qualificação e remuneração baixa, como será discutido a seguir e pode ser visualizado no gráfico abaixo:

Gráfico 3.10.2.5 – Bares e Restaurantes – Percentual dos Empregados por Nível de Remuneração (em salários mínimos)

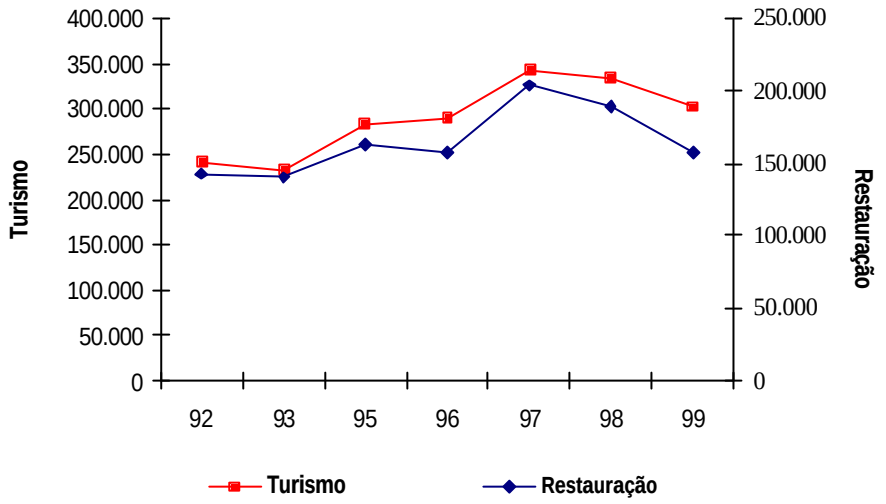


Fonte: IH 1999

No Estado da Bahia, a maioria (58%) dos trabalhadores do setor de alimentação recebe entre 0 e 2 salários mínimos mensais. Como existe um grande problema de desemprego na Bahia e uma parte considerável das ocupações do setor é desempenhada por pessoas de baixa qualificação, a oferta de mão de obra é abundante, reduzindo os níveis de remuneração.

O gráfico abaixo apresenta a evolução recente do número de empregos no setor de alimentação, na Bahia e no Brasil:

Gráfico 3.10.2.6 – Evolução do Número de Empregados no Turismo e nas Atividades de Bares e Restaurantes na Bahia – 92-99



Fonte: IH 1999

No Gráfico 3.10.2.6 podemos observar a correlação entre a evolução do número de empregos no setor de turismo como um todo e a evolução do número de empregos no setor de alimentação. Pode-se observar que a queda recente pôde ser mais claramente percebida no setor.

Lazer e Entretenimento

O setor de Lazer e Entretenimento representa um total de 6,9% da geração de empregos do setor turístico da Bahia, podendo ser comparado ao setor de Hospedagem, com 8,8% dos empregos totais.

Tabela 3.10.2.5 – Lazer e Entretenimento – Principais Ocupações (1999)

Ocupações	% (média nacional)	Total Empregos*
Músicos/Artistas/Atores/Cantores	31,9%	604
Balconistas/Atendentes	13,1%	248
Donos/Sócios (Conta Própria)	9,5%	180
Donos/Sócios (Empregadores)	5,2%	99
Empresários/Produtores/Diretores Artísticos	3,8%	72
Recepcionistas	3,0%	57
Cameramen/Cinegrafistas	2,7%	51
Operadores de Equipamentos/Discotecários	2,4%	45
Caixas	1,8%	34
Garçons/Ajudantes de Garçon	1,7%	32
Diretores/Gerentes/Administradores	1,5%	28
Bilheteiros	1,4%	27
Vigias	1,3%	25
Motoristas/Manobristas	1,3%	25
Operador de Caixa	1,2%	23
Artistas de Circo	1,2%	23
Supervisores/Chefes/Encarregados	1,1%	21
Eletrotécnico/Reparador(TV e Som)	0,9%	17
Trabalhador braçal/Carregador/Descarregador	0,9%	17
Operador Cinematográfico	0,7%	13
Instalador/Eletricista	0,7%	13
Secretárias	0,6%	11
Serventes/Faxineiros	0,6%	11
Ajudantes/Auxiliares diversos	0,6%	11
Porteiros/Empregados de Portaria	0,6%	11
Tesoureiro/Agente recebedor e pagador	0,5%	9
Decoradores/Cenográficos	1%	9
Cozinheiros/Ajudantes de cozinha	0,4%	8
Ocupações diversas de lazer e entretenimento	7,5%	142
Outras	1,5%	28
Total	100%	**1.895**

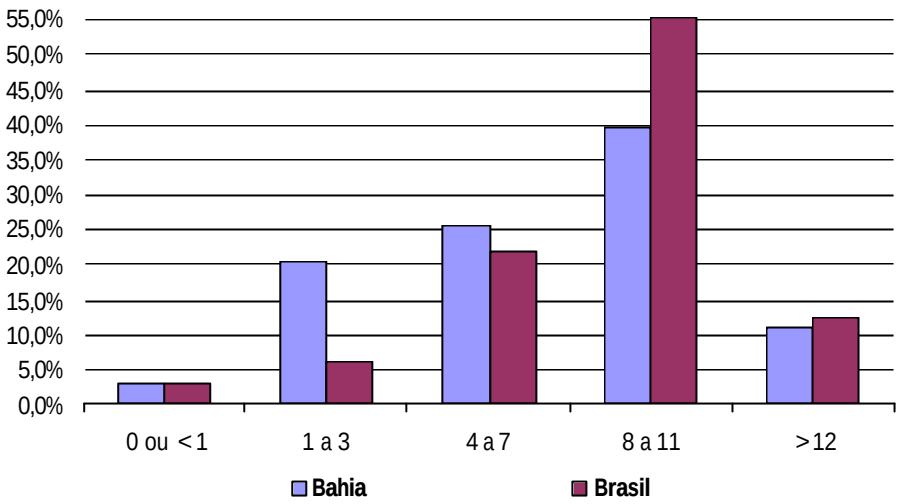
*** estimativa**

Fonte: IH e FGV

Os **cargos e funções** do setor de Lazer e Entretenimento estão distribuídos em muitas categorias, sendo que as únicas categorias que representam mais de 10% são as ocupações de Músicos/Artistas/Atores/Cantores e Balconistas/Atendentes que obtêm, respectivamente, 31,9% e 13,1 % do total de empregos destinados ao ramo de Lazer na Bahia.

Entre as ocupações típicas do setor, pode-se ainda acrescentar os Donos/Sócios que atingem 14,7% da população ocupada, considerando as duas categorias (conta própria e empregadores).

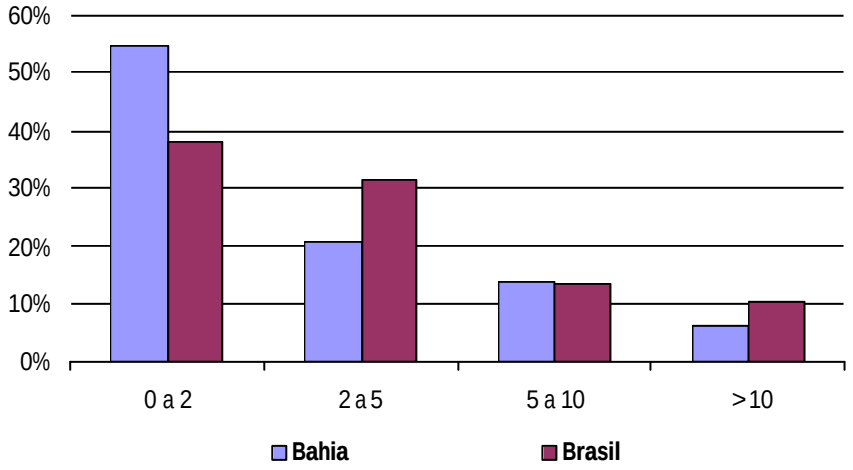
Gráfico 3.10.2.7 – Lazer e Entretenimento – Percentual dos Empregados por Anos de Estudo



Fonte: IH 1999

O Gráfico 3.10.2.7 mostra o comportamento dos **anos de estudo** para os empregos no setor de Lazer na Bahia. Os trabalhadores das atividades de Lazer e Entretenimento possuem uma média 7,6 anos de estudo, o que representa praticamente o 1°grau completo. Dentre as cinco categorias estudadas na pesquisa, esta apresenta a segunda melhor média, ficando abaixo apenas das agências de viagens e empresas de turismo, na qual a média atinge 10 anos de estudo.

Gráfico 3.10.2.8 – Lazer e Entretenimento – Percentual dos Empregados por Nível de Remuneração (em salários mínimos)



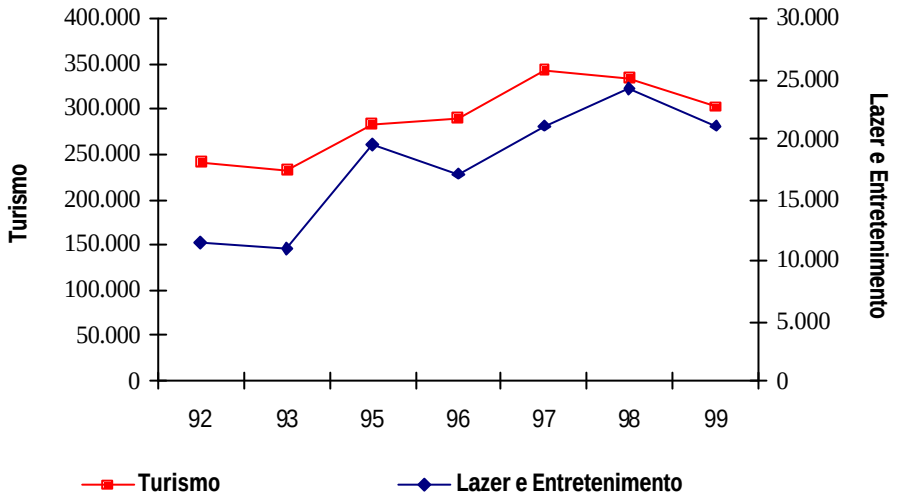
Fonte: IH 1999

Com relação à **remuneração,** existe uma grande concentração de trabalhadores ganhando menos de 2 salários mínimos. Eles representam 65,3% do total da mão de obra do setor.

Nota-se que a remuneração dos trabalhadores no setor de Lazer no Brasil é mais bem distribuída do que na Bahia.

As atividades de lazer e entretenimento obedecem à tendência de remuneração que vem se mostrando na atividade turística na Bahia: de maneira generalizada, os salários são muito baixos.

Gráfico 3.10.2.9 – Evolução do Número de Empregados no Turismo e nas Atividades de Lazer e Entretenimento na Bahia – 92-99



Fonte: IH 1999

A geração de empregos no setor de Lazer e Entretenimento apresenta maiores oscilações do que o turismo em geral. Entre o ano de 93 e 95 ocorreu um acréscimo de 78% na oferta de empregos, enquanto no turismo como um todo o acréscimo foi bem menor, 37%.

Em seguida ao grande aumento de empregos, em 95 houve uma queda de 12% até 1996, quando novamente a oferta de empregos voltou a subir, alcançando patamares maiores do que os existentes em 95.

Em 99, a situação da oferta de empregos nas atividades de Lazer e Entretenimento revela tendência a um declínio, obedecendo à tendência da atividade turística como um todo. Nota-se, então, que as atividades de Lazer têm variações de empregos de maneira independente ao setor como um todo. O resultado disso pode ser uma fragilidade em relação a variações do mercado externas ao setor. Sob uma outra interpretação, pode-se dizer que o ramo de Lazer ainda não tem maturidade, estando em desenvolvimento, e por isso apresenta tamanhas variações.

Agências e Operadoras de Viagens e Turismo

As Agências e Operadoras de Viagens e Turismo representam apenas 21,5% do total de empregos do setor turístico da Bahia. Dentre as atividades que foram levadas em conta para o estudo, esta é a que tem a menor representatividade.

Tabela 3.10.2.6 – Agências e Operadoras de Viagens e Turismo – Principais Ocupações (1999)

Ocupações	% (média nacional)	Total Empregos*
Agentes de venda de passagens/Agentes de turismo	13,4%	93
Ajudantes/Auxiliares Diversos	7,6%	52
Agentes de passagens aéreas/Emissores de passagens aéreas	7,5%	52
Donos/Sócios (Empregadores)	7,4%	51
Motoristas	6,0%	41
Agentes/Controladores/Inspetores de transporte	4,7%	32
Diretores/Gerentes/Administradores	4,4%	30
Supervisores/Chefes/Encarregados	4,0%	28
Donos/Sócios (Conta própria)	3,6%	25
Trabalhador braçal/Carregador/Descarregador	2,8%	19
Operadores/Digitadores no processamento de dados	2,4%	17
Mensageiros/Office-boys	2,2%	15
Técnico de turismo	2,0%	14
Balconistas/Atendentes	1,9%	13
Secretárias	1,2%	8
Ocupações em agências de viagem e empresas de turismo	16,6%	115
Outras	12,4%	86
Total	100%	**691**

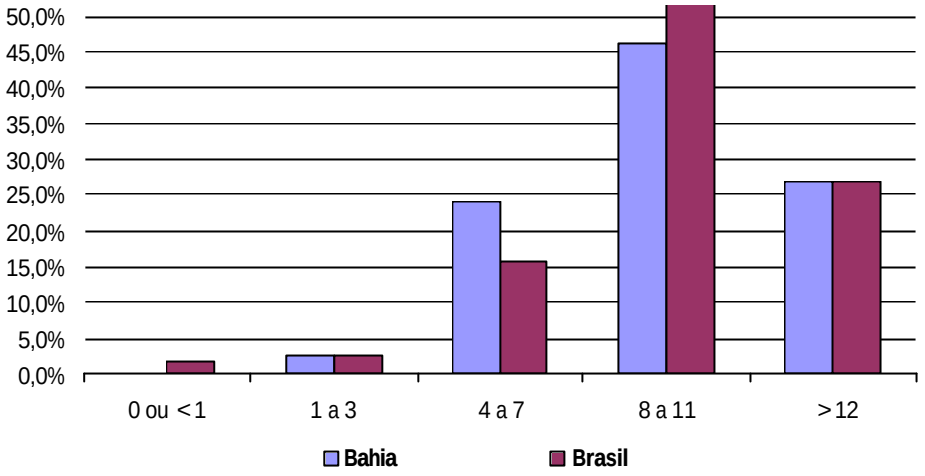
*** estimativa**

Fonte: IH 1999

As **ocupações** mais significativas neste ramo são, em primeiro lugar, os Agentes de venda de passagens / Agente de Turismo que possuem 13,4% dos empregos distribuídos no setor. Em seguida aparecem os Ajudantes/Auxiliares Diversos, Agentes de Passagens Aéreas / Emissores de Passagens Aéreas, Donos e Sócios (empregadores) que representam em torno de 7,5% dos empregados, representatividade muito menor.

Somando as duas categorias de Donos / Sócios (empregadores e conta própria) como uma, obtém-se um total de 11% de representatividade, o que seria a segunda categoria com maior participação.

Gráfico 3.10.2.10 – Agências e Operadoras de Viagens e Turismo – Percentual dos Empregados por Anos de Estudo



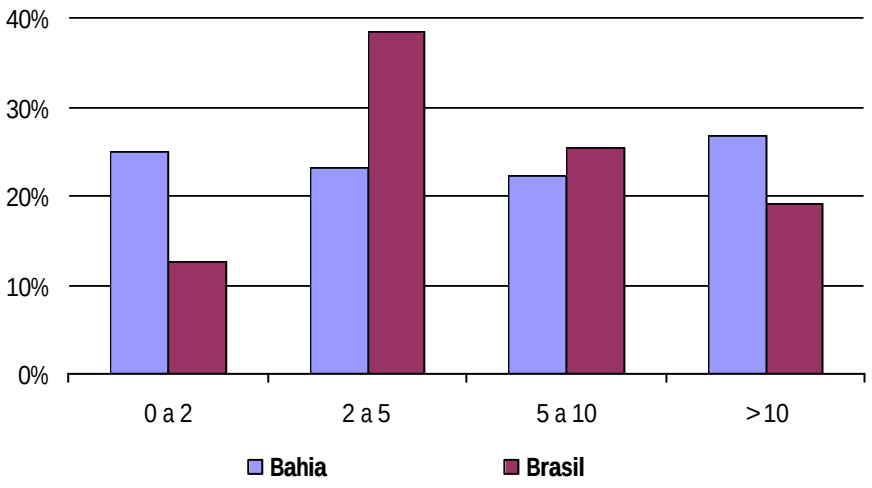
Fonte: IH 1999

Conforme os dados da pesquisa, os trabalhadores que atuam no setor de Agências e Operadoras de Viagens e Turismo no Estado da Bahia apresentam a média de **anos de estudo** mais elevada de todas as atividades.

Não existem trabalhadores baianos neste setor com menos de 1 ano de estudo. Os que possuem entre 1 e 7 anos de estudo somam 26,9%, enquanto a mesma classe no Brasil representa 17,9%dos empregados nas atividades de agências e operadoras de viagem.

Quase a metade (46,5%) dos trabalhadores possui entre 8 e 11 anos e o restante (26,8%), possui mais de 12 anos de estudo.

Gráfico 3.10.2.11 – Agências e Operadoras de Viagens e Turismo – Percentual dos Empregados por Nível de Remuneração (em salários mínimos)

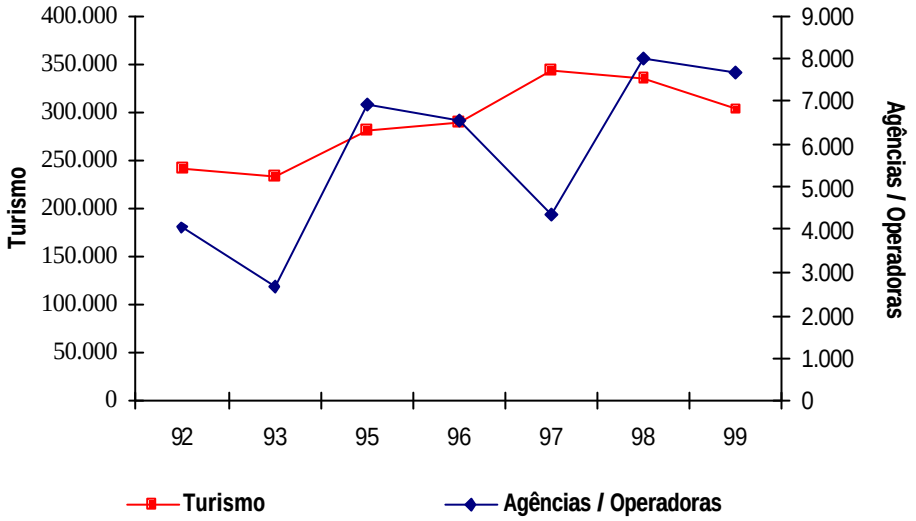


Fonte: IH 1999

As **remunerações** dos empregados que atuam no setor de Agências e Operadoras de Turismo são as mais altas e melhor distribuídas do setor turístico, tanto na Bahia como no Brasil.

As atividades de agências de viagem são as que praticam os melhores índices de remuneração, fugindo ao padrão instaurado nas outras atividades. Possivelmente tais remunerações estão relacionadas ao alto nível de educação exigido dos empregados deste ramo de atividade. Profissionais com muitos anos de estudo são escassos, e por isso bem remunerados.

Gráfico 3.10.2.12 – Evolução do Número de Empregados no Turismo e nas Atividades de Agências e Operadoras de Viagens e Turismo na Bahia – 92-99



Fonte: IH 1999

O setor de Agências obteve, durante o período 92-99, um crescimento de empregos de 88% na Bahia. Esse é o maior crescimento no número de empregos das atividades turísticas, seguido do setor de Lazer e Entretenimento, com crescimento de 84%.

O segmento apresenta crescimentos na oferta de emprego até o ano de 1997, quando se inicia um processo de queda no número de empregos que só termina no ano de 1997. No entanto, retoma seu crescimento até o ano de 1998 e termina o período apresentando uma tendência a pequena queda em 1999.

Apesar de apresentar grande acréscimo no número de empregos durante o período como um todo, o setor de agências e operadoras de viagem apresentou um resultado ano-a-ano muito variável. De maneira semelhante ao que ocorre com o setor de Lazer, o setor de Agências e Operadoras apresentam certa fragilidade frente às variações do mercado.

Transportes

As atividades relacionadas a transportes representam hoje cerca de 30% dos profissionais que atuam na área de turismo na Bahia. Essa é a segunda maior participação na divisão de empregos do setor, ficando atrás apenas da atividade de bares e restaurantes.

Tabela 3.10.2.7 – Transportes – Principais Ocupações (1999)

Ocupações	% (média nacional)	Total Empregos
Motoristas/Taxistas	55,2%	4.469
Cobradores/Trocadores	12,5%	1.012
Ajudantes/Auxiliares Diversos	2,9%	235
Ajudantes de motoristas/Carregadores/Lavadores de veículos,etc	2,7%	219
Despachantes/Fiscais/Inspetores/Agentes	2,6%	211
Mecânicos/Auxiliares	2,0%	162
Donos/Sócios(Empregadores)	1,9%	154
Guardadores de veículos	1,3%	105
Chefes/Encarregados/Supervisores/Assistentes	1,2%	97
Recpicionistas/Atendentes/Agentes/Emissores de passagens	0,9%	73
Diretores/Gerentes/Adminsitradores	0,9%	73
Guardas/Vigias/Vigilantes	0,8%	65
Serventes/Faxineiros	0,8%	65
Marinheiros/Tripulantes marítimos	0,6%	49
Piloto/Capitão/Motorista/Patrão de embarcação	0,5%	40
Telefonistas	0,5%	40
Balconistas/Atendentes	0,4%	32
Aeromoça/Comissário de bordo	0,4%	32
Donos/Sócios(Conta Própria)	0,4%	32
Piloto/Comandante/Mecânico de vôo	0,4%	32
Agentes de venda de passagens/Agentes de turismo	0,4%	32
Eletricistas	0,4%	32
Pintores	0,4%	32
Caixas	0,4%	32
Máquinas de trem/Condutores de Metrô	0,3%	24
Agentes/Bilheteiros/Inspetores e fiscais de estação de trem e metrô	0,3%	24
Secretárias	0,3%	24
Lanterneiros	0,3%	24
Ocupações diversas de transportes	2,2%	178
Outras	5,9%	478
Total	100%	**8.097**

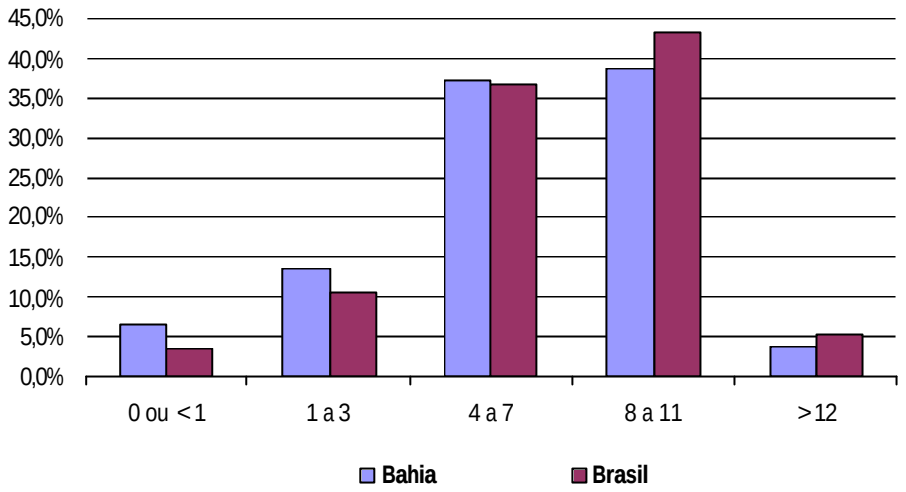
*** estimativa**

Fonte: IH 1999

As funções que possuem maior representatividade são as de motorista e taxista. Estes empregados representam mais da metade das ocupações, 55,2%. Com uma porcentagem muito menor aparecem os cobradores/trocadores, com 12,5%.

As demais **ocupações** são bastante variadas e possuem uma pequena participação. Entre elas estão: ajudantes, auxiliares diversos, despachantes, mecânicos, donos / sócios empregadores, piloto, servente, telefonista, entre outras.

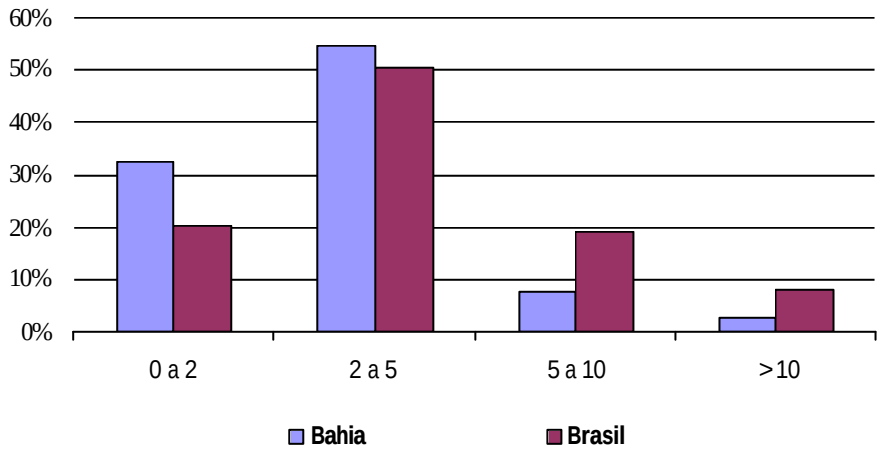
Gráfico 3.10.2.13 – Transportes – Percentual dos Empregados por Anos de Estudo



Fonte: IH 1999

A escolaridade dos trabalhadores que atuam no segmento de transporte no Estado da Bahia é muito semelhante à do Brasil, tendo, porém, uma média de anos de estudo ligeiramente maior em relação à média nacional.

Gráfico 3.10.2.14 – Transportes – Percentual dos Empregados por Nível de Remuneração (em salários mínimos)

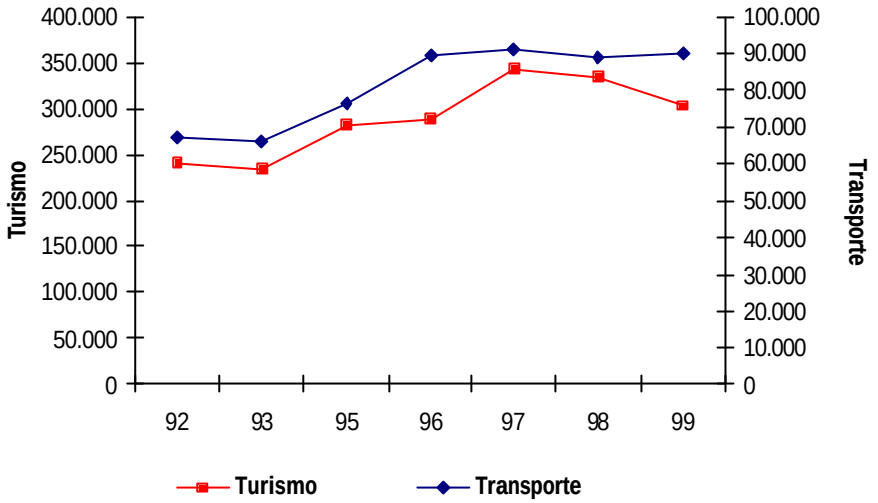


Fonte: IH 1999

A média salarial do segmento de transporte na Bahia é inferior a do Brasil, apesar da escolaridade ser maior.

A parcela de trabalhadores que recebem entre 2 e 5 salários mínimos é de 54,7%. Apenas 2,9% recebem mais de 10 salários mínimos na Bahia, quando no Brasil 8% dos trabalhadores do setor de Transporte recebem mais que 10 salários mínimos.

Gráfico 3.10.2.15 – Evolução do Número de Empregados no Turismo e nas Atividades de Transportes na Bahia – 92-99



Fonte: IH 1999

O movimento da geração de empregos no segmento de transportes oscila de maneira semelhante ao movimento da geração de empregos do turismo. Entre 92 e 93, houve uma queda considerável, recuperando e crescendo até 96. Uma pequena queda marcou o período 96-98. O ano de 99 apresenta uma tendência a pequeno acréscimo no número de empregos para os próximos anos.

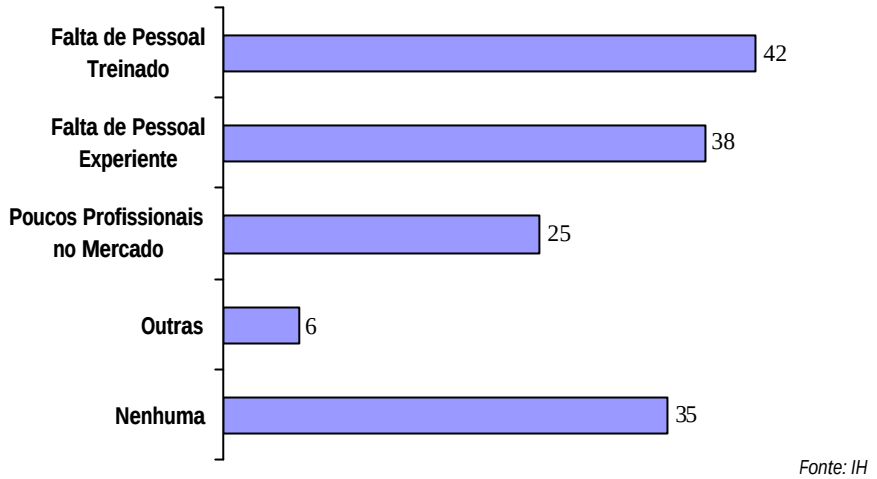
Instituições de Capacitação e Treinamento

Para a análise das instituições de capacitação e treinamento de mão de obra para o turismo foram utilizadas duas pesquisas do IH, "Oferta de Capacitação Profissional no Setor de Turismo" e "Demanda por Capacitação Profissional no Setor de Turismo". Essas pesquisas, no entanto, não apresentam dados específicos para o Pólo Litoral Sul ou para a Bahia. A maioria dos dados considera o âmbito nacional. Os dados nacionais, em diversos itens de caracterização da demanda e da oferta por capacitação profissional, foram utilizados como referência inicial para o entendimento das necessidades das empresas e das carências em termos de capacitação que caracterizam o turismo. Tendo um panorama geral fornecido por essas pesquisas em âmbito nacional, analisa-se a oferta atual de cursos e programas de treinamento no Pólo Litoral Sul.

Demanda por Capacitação Profissional no Setor de Turismo

Nesta parte serão apresentadas as necessidades das empresas empregadoras, de acordo com a pesquisa de demanda por qualificação profissional do turismo. Segundo a pesquisa do IH, dois terços das empresas encontram dificuldades para a contratação de pessoal. Dentre as dificuldades, as empresas apontam com destaque a falta de treinamento e a falta de experiência.

Gráfico 3.10.2.16 – Dificuldades de Contratação de Profissionais (%)

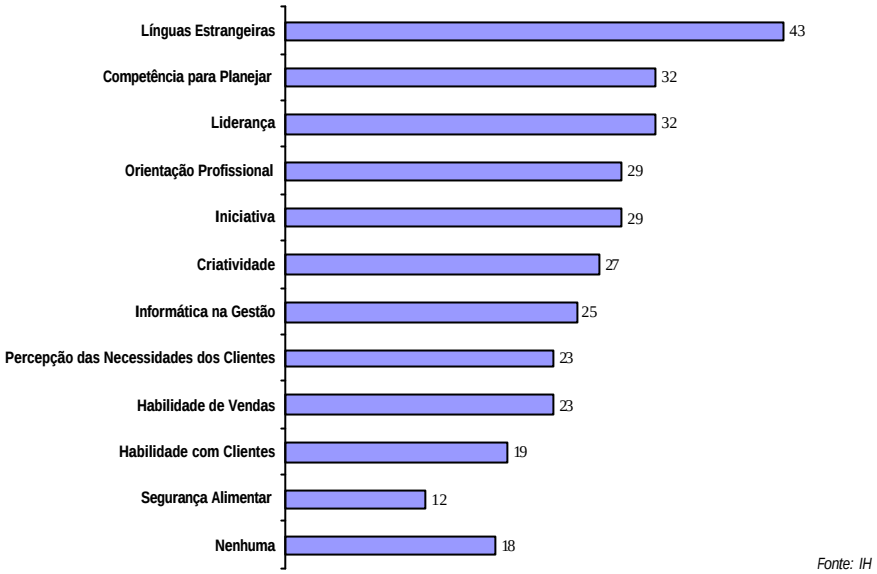


Fonte: IH

Os dados apresentados evidenciam a grande demanda por treinamento e capacitação profissional (para 42% das empresas). O relato das empresas de que há poucos profissionais no mercado também é evidência da falta de profissionalização do setor turístico.

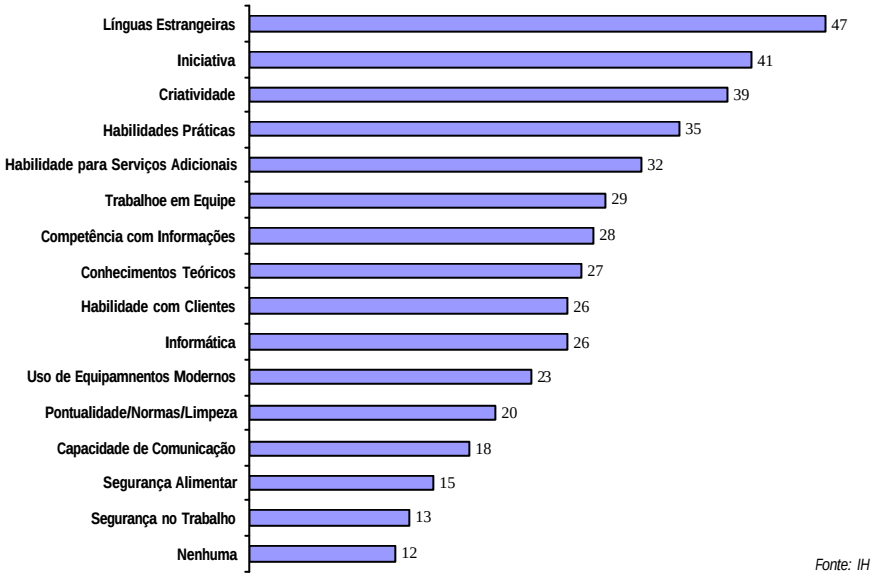
A metodologia de pesquisa do IH para a caracterização da demanda de capacitação profissional analisa separadamente os profissionais de gerenciamento e supervisão e os ocupados em funções operacionais. Para ambos os níveis funcionais, destaca-se a falta de conhecimento de línguas estrangeiras. Para o nível gerencial destacou-se também a falta de competência para planejar e a falta de liderança. No caso dos funcionários em nível operacional, foram constatadas carências de criatividade e iniciativa. Somente em uma pequena porcentagem das empresas foi apontado que os profissionais não possuem qualquer carência de competências.

Gráfico 3.10.2.17 – Principais Carências dos Profissionais de Gerência e Supervisão (%)



Fonte: IH

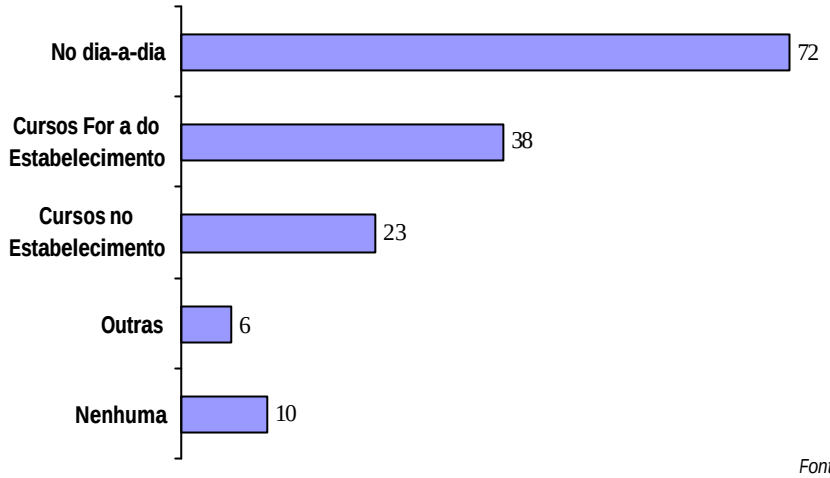
Gráfico 3.10.2.18 – Principais Carências dos Profissionais de Funções Operacionais (%)



Fonte: IH

Na intenção de amenizar as carências relatadas, as empresas oferecem aos seus funcionários algum tipo de treinamento. A maioria oferece o treinamento na execução diária das tarefas (72%). Em 38% das empresas, ocorre treinamento fora do estabelecimento, especialmente no caso das agências de viagem.

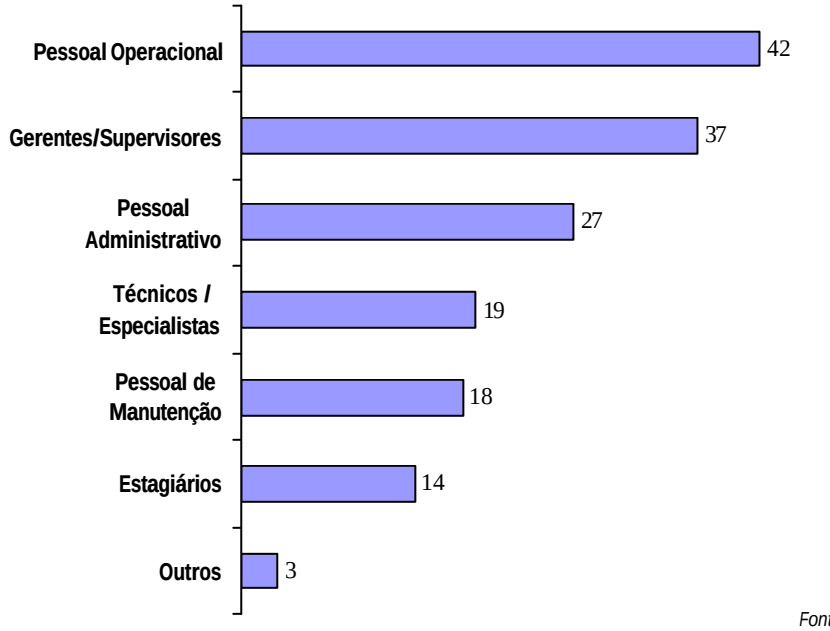
Gráfico 3.10.2.19 – Formas de Treinamento dos Profissionais (%)



Fonte: IH

Nas empresas pesquisadas, são oferecidas 21 horas anuais de treinamento por funcionário, a 41% de todos os funcionários das empresas. De acordo com as informações obtidas durante a pesquisa, as empresas em geral têm disposição de aumentar a carga de treinamento principalmente para os níveis gerencial e operacional, e também para os funcionários de administração, técnicos e estagiários.

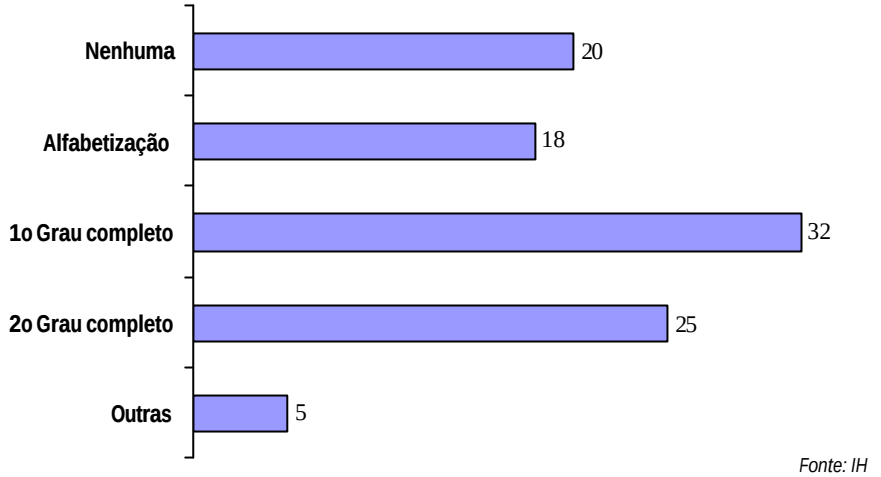
Gráfico 3.10.2.20 – Intenção de Aumento na Carga de Treinamento (%)



Fonte: IH

Além dos cursos específicos para o setor turístico, a maioria das empresas (mais de 35%) requer uma escolaridade mínima até o primeiro grau. Cerca de 25% das empresas exigem no mínimo o segundo grau completo. Sendo assim, o problema da falta de mão de obra qualificada que enfrenta o setor turístico não é causado somente por uma deficiência de cursos específicos. Os baixos índices educacionais enfrentados pelo Pólo Litoral Sul são agravantes do problema.

Gráfico 3.10.2.21 – Escolaridade Mínima Exigida para Contratação (%)



Fonte: IH

As carências dos profissionais segundo os empregadores (Gráfico 3.10.2.17 e Gráfico 3.10.2.18) em poucos itens se aproximam das competências que os cursos disponíveis visam desenvolver. Os cursos são mais voltados aos níveis gerenciais e de controle. O nível operacional, onde a necessidade de aumento de capacitação é maior (segundo o Gráfico 3.10.2.20), é contemplado normalmente por iniciativas esporádicas, que, mesmo sendo necessárias, não são suficientes. Portanto, não são atendidas as necessidades e expectativas indicadas pelas empresas empregadoras. A oferta de cursos e programas de capacitação do Pólo Litoral Sul é discutida abaixo em maiores detalhes.

Oferta de Capacitação Profissional no Setor de Turismo

Nesta parte são analisados os cursos disponíveis atualmente no Pólo Litoral Sul para a área de turismo. No início, analisam-se brevemente o Sistema S e o Fórum de Estudos Avançados do Turismo (FEAT), que vêm exercendo importante papel na capacitação para o turismo na Bahia. Por fim, são listadas as instituições de treinamento e capacitação para o turismo.

"Sistema S"

O chamado "sistema S" é composto por instituições com atuação nacional reconhecida, como SENAI, SENAC e SEBRAE. No âmbito da capacitação de mão de obra para o turismo na Bahia e no Pólo Litoral Sul, a instituição mais atuante é o SENAC, cujos cursos e oficinas vêm preparando há vários anos os trabalhadores para a atuação competente em empresas de diversos segmentos do setor turístico. Nos Centros de Formação Profissional ministram-se cursos técnicos de garçom, cozinheiro, camareira, recepcionista, além de oficinas diversas.

O SENAC Móvel e a Ação Móvel são programas de capacitação com tempo determinado em algumas regiões. As ações Móveis são feitas em parcerias com empresas e órgão públicos para objetivos específicos. Em abril de 2003, o SENAC Móvel estava sendo desenvolvido em Itacaré, em parceria com a ABIH Bahia, com intuito de oferecer programas de treinamento para funcionários dos meios de hospedagem do município.

A Tabela 3.10.2.8 mostra as ações de capacitação que foram desenvolvidas pelo SENAC nos municípios do Pólo Litoral Sul desde 1998, tendo sido formadas 40 turmas na região desde então. Segundo a instituição, as turmas são compostas por uma média de 15 participantes, totalizando cerca de 600 pessoas capacitadas.

Tabela 3.10.2.8 – Cursos de Capacitação Oferecidos pelo Senac no Pólo Litoral Sul

Local	Ano	Curso	Turmas
Canavieiras	1998	Garçom	1
	1999	Garçom	1
	1999	Promoção de Eventos	1
	2002	Garçom	2
	2002	Camareira	1
	2002	Cozinheiro	2
	2002	Elaboração de Cardápio	1
	2002	Preparação de Café da Manhã	1
	2002	Culinária de Frutos do Mar	1
	2002	Drinks e Coquetéis	1
Ilhéus	1998	Recepcionista de Hotel	1
	1998	Garçom	1
	1999	Recepcionista de Hotel	1
	1999	Garçom	3
	1999	Camareira	1
	2001	Culinária Típica Baiana	1
	2002	Culinária Típica Baiana	1
	2002	Garçom	1
Itacaré	1998	Garçom	1
	1998	Camareira	1
	2002	Recepcionista de Hotel	1
	2002	Garçom	1
	2002	Camareira	1
Valença	1998	Garçom	1
	2001	Garçom	2
	2001	Cozinheiro	2
	2001	Elaboração de Cardápio	1
	2001	Drinks e Coquetéis	1
	2002	Garçom	1
	2002	Cozinheiro	2
	2002	Camareira	1
	2002	Recepcionista de Hotel	2

Fonte: Senac, 2003

Os cursos do SENAC são ministrados por instrutores constantemente treinados pela própria instituição, e há um programa para aproveitamento e treinamento de egressos para que se transformem em multiplicadores dos cursos.

O Sebrae, através de seu Programa de Turismo, atua nos municípios do Pólo Litoral Sul através da formação de grupos de empresas por segmento (hotéis, bares, restaurantes), sendo realizados diagnósticos empresariais dos empreendimentos participantes. A partir do levantamento das necessidades, são elaborados planos de intervenção, voltados essencialmente à capacitação dos empreendedores. São desenvolvidos treinamentos gerenciais que abordam temas como formação de preço e venda, marketing, gestão básica, administração financeira, atendimento ao cliente, associativismo, empreendedorismo e liderança.

Os cursos também abordam os procedimentos que as empresas devem seguir para terem acesso ao crédito junto a agentes financeiros parceiros, como o Banco do Brasil, a Caixa

Econômica Federal e o Banco do Nordeste. O Sebrae também atua como mediador das negociações e presta assessoria na elaboração dos projetos, facilitando o acesso a financiamentos.

FEAT

O "Fórum de Estudos Avançados para o Turismo" (FEAT) foi criado em setembro de 1999 com o propósito de "fomentar e articular ações de educação para o turismo, visando ao incremento continuado da qualidade os serviços turísticos na Bahia". [81]Com base nessas metas, a instituição vem realizando reuniões sistemáticas para a discussão de temas relacionados ao turismo no Estado e levantamento de possíveis soluções. O FEAT busca a produção de conhecimento e metodologias em turismo que possam ser aplicadas de forma integrada entre os vários setores que participam das discussões, como órgãos públicos, ONGs e setor privado.

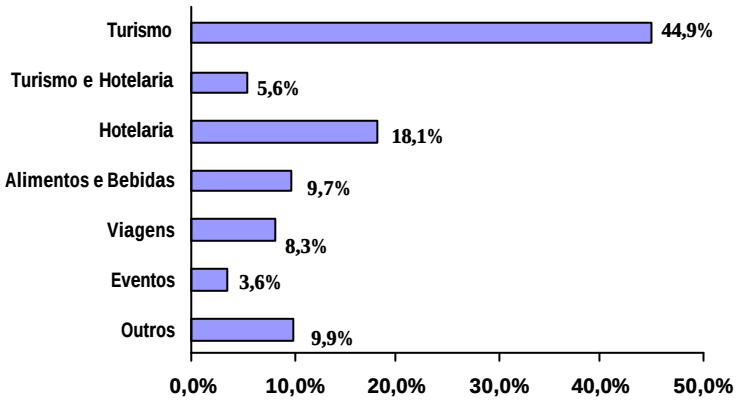
A atuação do FEAT no processo de capacitação tem como objetivos "aproximar os currículos das Instituições de Ensino às necessidades do *trade* turístico" e "Desenvolver programas para o Turismo relativos à mobilização / conscientização, educação fundamental e profissional e desenvolvimento de comunidades". [82]Foi criado um espaço de discussão virtual com a possibilidade de acesso a bancos de dados sobre o turismo no Estado da Bahia, promovendo também a disseminação de informações relevantes ao desenvolvimento turístico.

Instituições de Treinamento e Capacitação

Além dos cursos e oficinas, normalmente de curta duração, existem também instituições no Pólo Litoral Sul que oferecem cursos de maior duração, especialmente em nível técnico e superior.

O Gráfico 3.10.2.22 ilustra a situação do Brasil quanto à oferta de cursos relacionados ao setor turístico.

Gráfico 3.10.2.22 – Cursos Segundo Área de Concentração – Brasil (%)

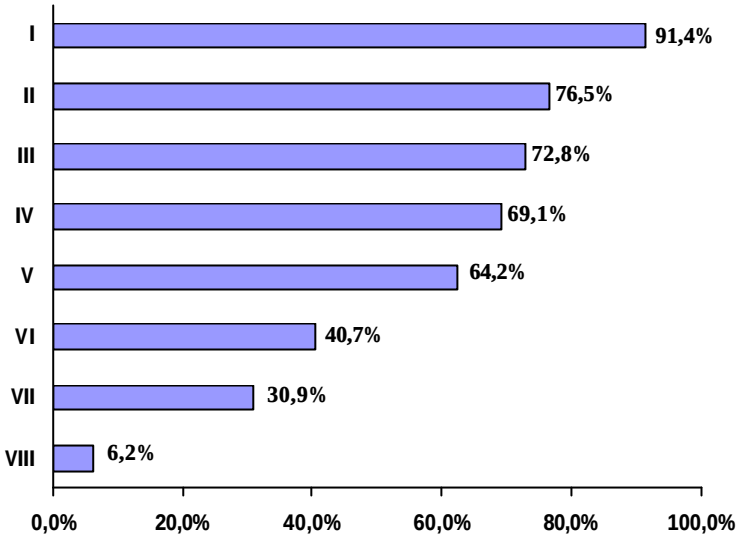


Fonte: IH

As competências que os cursos de capacitação disponíveis vêm desenvolvendo em seus treinamentos estão classificadas no Gráfico 3.10.2.23.

[81] FEAT, 2001
[82] FEAT, 2001

Gráfico 3.10.2.23 – Habilidades que os Cursos Visam Desenvolver – Brasil (%)



I Competência para planejar e controlar resultados (administração)
II Liderança para gerenciar pessoas (coodenação de equipes)
III Capacidade para resolver problemas (criatividade)
IV Iniciativa (procurar informações, decidir, executar)
V Preparo para o trabalho em equipe (relacionamento com os colegas
VI Responsabilidade com a segurança no trabalho
VII Capacidade de treinar equipe de trabalho
VIII Não respondeu

Fonte: IH

A Tabela 3.10.2.9 resume as instituições que oferecem cursos na área de turismo e hotelaria do Pólo Litoral Sul.

Tabela 3.10.2.9 – Instituições de Treinamento e Capacitação no Pólo Litoral Sul

Instituição	Localização	Tipo de Curso
Escola Média de Agropecuária Regional da CEPLAC-EMARC	Uruçuca	Técnico
Faculdade Zacarias de Góes	Valença	Superior
SEBRAE	Ilhéus	Básico
Unidade de Ensino Descentralizada	Valença	Técnico
Universidade Estadual de Santa Cruz	Ilhéus	Superior

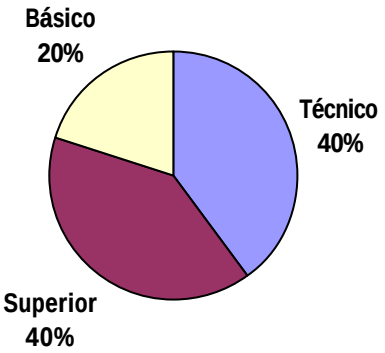
Fonte: FGV 2002

A Faculdade Zacarias Góes (FAZAG), localizada em Valença, é a única instituição que oferece atualmente um curso de graduação em turismo no Pólo Litoral Sul. São admitidos 200 estudantes para o curso com duração de quatro anos. A instituição também oferece um programa intitulado "MBA – Turismo e Hotelaria", no qual são abordados temas como gerenciamento de empreendimentos turísticos, economia do turismo, planejamento e projetos, gerência de marketing, gestão de hotéis e restaurantes, dentre outros.

A Universidade Estadual de Santa Cruz, situada em Ilhéus, não oferece curso de graduação em turismo, mas possui programas de pós-graduação em administração hoteleira (*latu senso*), em convênio com o SENAC, e Cultura e Turismo (*strictu senso*).

As instituições se distribuem conforme o tipo de curso oferecido da seguinte maneira:

Gráfico 3.10.2.24 – Faixas dos Níveis de Cursos Oferecidos pelas Instituições de Treinamento e Capacitação do Pólo Litoral Sul (%)



Fonte: FGV 2002

Verifica-se que os maiores centros regionais do Pólo Litoral Sul (Ilhéus e Valença) possuem cursos voltados à capacitação de mão de obra em nível técnico e superior, mas a disponibilidade total de cursos no Pólo é reduzida, especialmente quando se consideram os cursos oferecidos em nível básico e técnico. A baixa quantidade de cursos de nível técnico é um dos grandes motivos para a carência em capacitação atualmente constatada. Muitos dos cargos que requerem mão de obra treinada poderiam ser preenchidos por pessoas capacitadas nesses tipos de cursos, complementados pelas ações de instituições como o SENAC.

Continuidade dos Processos de Capacitação

Conforme pôde ser observado nos itens anteriores, grandes investimentos em capacitação profissional já foram realizados no Pólo Litoral Sul, incluindo iniciativas pontuais (como as do Sistema S e FEAT) e regulares, constantes (outras instituições, como faculdades etc).

É importante salientar que a eficiência dos programas de capacitação depende, em grande parte, da continuidade e atualização dos conteúdos do programa. Se determinado nível de continuidade for atingido, os investimentos realizados em capacitação apresentarão resultados mais eficazes, e a tendência é que a necessidade de novos investimentos nesta área diminua consideravelmente.

Quando bem implementada, a continuidade dos programas de capacitação transforma as pessoas que constituem o público-alvo do programa em multiplicadores de conteúdo, aumentando exponencialmente a abrangência das intervenções.

Em oposição, nas situações em que os programas de capacitação não são continuados, os benefícios gerados pelo programa se limitam aos indivíduos que receberam o treinamento, não tendo grande relevância para o desenvolvimento da comunidade anfitriã. Assim, cada vez que se aplica um programa, os aprendizes serão diferentes, e não se estabelecerá uma

rede de aprendizado que possa tornar a atividade de capacitação autônoma e independente de órgãos executores públicos e privados.

Dessa maneira, entende-se como imprescindível o planejamento de um programa de capacitação continuada, que tenha seus objetivos focados na formação sócio-profissional, não somente no conteúdo técnico.

Para garantir a continuidade dos programas de capacitação, dois mecanismos devem ser utilizados: o primeiro diz respeito ao indivíduo beneficiado pelo programa, que deve sair deste motivado e disposto a multiplicar seus conhecimentos (mecanismo motivador do participante). Para tanto, basta incluir no programa conteúdos que o façam refletir como indivíduo pertencente a uma comunidade, que deve ser preservada e mantida unida. Conceitos como "aprender a aprender", tutoria, auto-avaliação (entre outros) podem ser utilizados.

O segundo mecanismo é o da institucionalização das comunidades. A recomendação é que grupos informais como associação de moradores, de artesãos, de pescadores etc sejam formados e oficialmente institucionalizados em associações ou cooperativas, garantindo uma representação efetiva e forte. Assim, estas instituições podem encarregar-se de gerir os programas de capacitação, ganhando autonomia em relação a instituições e órgãos de maior escala.

Com isso, boa parte dos recursos aplicados em capacitação, que acabam por ser desperdiçados em conteúdos repetitivos ou de pouca eficiência, podem ser investidos em outras intervenções. Ademais, quando geridos por instituições locais, os programas de capacitação ganham muito em eficiência, já que estas mesmas instituições têm mais condições de avaliar os conteúdos e metodologias mais precisas de acordo com as necessidades e características locais.

Enfim, a continuidade dos programas de capacitação passa por uma descentralização das intervenções educativas, isto é, pela compreensão de que os programas de capacitação extrapolam os limites da sala de aula e se estendem por toda a vida de um aprendiz. Com esta mentalidade, a todo o momento se está aprendendo, e assim, a necessidade de novos investimentos em capacitação é cada vez menor, já que todos os indivíduos que passaram pelo programa podem naturalmente transmitir seus conhecimentos para os outros, e assim por diante, exponencialmente.

Certificadoras de Mão de Obra

De acordo com informações fornecidas pelo IH, a única instituição que atualmente atua na certificação de mão de obra para o setor turístico em todo Brasil é o próprio IH. O instituto dispõe de uma metodologia para a certificação de profissionais em parceria com diversas empresas representativas do setor. O objetivo do programa é "instituir o Sistema Brasileiro de Certificação da Qualidade Profissional para o Setor de Turismo, de forma representativa, voluntária e legitimada pelos atores-chave dos diversos segmentos interessados". (IH, 2002)

A metodologia parece excessivamente rigorosa, já que, dos 9.855 profissionais avaliados, somente 891 conseguiram a certificação[83]. O processo de avaliação demora cerca de 45 dias. As empresas que estão ajudando a desenvolver o sistema são as mais comprometidas com a exigência da certificação. Exemplos dessas empresas são: ABRASEL, SuperClubs Breezes, Contratuh, e Buffet Charlô.

[83] Fonte: IH 2002

Estando em fase de desenvolvimento, o Programa ainda não pode ser tecnicamente avaliado, o que é potencializado pelo do rigor e pelo tempo de certificação exagerados. Em função desses fatores, ainda não há uma amostra representativa de profissionais que foram certificados atuando no mercado de trabalho.

A existência de um Sistema Brasileiro de Certificação da Qualidade Profissional, no entanto, é um indicativo de uma tendência de melhora e maior rigor nos programas de qualificação profissional e nos próprios profissionais.

> *"No que se refere ao turismo, o Brasil tem ainda uma performance aquém do potencial da oferta local e da demanda internacional. Além disso, este é o setor para o qual se prevê um dos maiores crescimentos de investimentos e demanda para os próximos anos.*
>
> *A qualidade dos serviços é fator crítico para o desenvolvimento do setor turístico no Brasil, sendo necessária a elevação dos padrões de serviços para a hospitalidade a níveis de excelência internacional para assegurar a atratividade do país como destino turístico e local de investimentos."* (IH, 2002)

A situação atual do setor turístico no Pólo Litoral Sul, caracterizada pela carência de profissionais capacitados e, por outro lado, uma demanda cada vez maior por serviços de qualidade, evidencia a relevância de programas de certificação de mão de obra.

Conclusão

A satisfação do turista quando viaja a um destino é composta por vários fatores, muitos deles de natureza subjetiva. Dentre esses fatores, a percepção em relação à qualidade dos serviços prestados pelas empresas turísticas é um dos principais. Para que essa qualidade seja percebida, existem diversos fatores que são avaliados pelo turista, mesmo que inconscientemente. Esses fatores podem ser conformidade com experiência anterior, competência, velocidade do atendimento, cordialidade, flexibilidade, segurança, disponibilidade, custo *versus* benefício e itens tangíveis (equipamentos, instalações, infra-estrutura etc). Desses, a maioria está relacionada à pessoa que presta o serviço, ao seu nível de capacitação para a função que exerce. Portanto, existe uma relação direta entre a capacitação da mão de obra para o turismo e a satisfação dos turistas.

Mostra-se evidente que um dos principais fatores de diferenciação da Bahia e do Pólo Litoral Sul é a hospitalidade característica da comunidade. Nos principais destinos do Pólo Litoral Sul, os índices de satisfação com a hospitalidade do povo sempre superam 80%, chegando, em alguns casos, como Ilhéus (92,6%), Valença (92,3%), Morro de São Paulo (90,6%) e Itacaré (90,2%), a ultrapassar os 90%. Esse potencial poderia ser fortemente alavancado em um treinamento adequado que, acima de tudo, preservasse e valorizasse a cultura do povo baiano.

Já existe um grande número de pessoas diretamente empregadas no setor turístico do Pólo Litoral Sul (cerca de 27.300 empregados, em 1999). No entanto, mesmo que a hospitalidade natural do povo seja um grande diferencial, a qualidade do atendimento também depende do nível de capacitação técnica das pessoas que prestam serviços. Essa capacitação técnica pode ser alcançada através de cursos continuados de curta duração, como os realizados nos municípios da região pelo SENAC, ou através de cursos de maior duração, em nível básico, técnico e superior. Mesmo que os cursos superiores sejam importantes para formação de mão de obra gerencial, a necessidade de cursos em nível básico e técnico é quantitativamente maior. Assim, parece inadequado que existam somente dois cursos técnicos em todo o Pólo Litoral Sul atualmente. Recomenda-se a ampliação dos programas de formação de mão de obra operacional, com mais disponibilidade de vagas e ampliação da cobertura geográfica

das ações. Considerando o fluxo turístico internacional que já é representativo em lugares como Morro de São Paulo e Itacaré, há necessidade de ampliação da oferta de cursos de idiomas (que não constam no levantamento do IH). Destaca-se também a importância da ampliação de programas de certificação de mão de obra.

Além da hospitalidade e da capacitação técnica, é importante que as pessoas envolvidas na prestação de serviços no setor turístico tenham uma formação cultural genérica, que valorize a experiência cultural do turista do Pólo Litoral Sul. Os trabalhadores do setor turístico estão na linha de frente do contato com o turista e precisam ser agentes promotores dos locais onde vivem. Para tanto, é necessário que conheçam a história regional e outros aspectos dos municípios que habitam.

Todos esses aspectos podem ser desenvolvidos através de programas de educação sócio-profissional, nos quais a convivência e as relações pessoais contam tanto quanto o conteúdo técnico e específico. Novos espaços de aprendizagem podem ser descobertos, utilizando a empresa e a própria cidade como espaços educativos, fazendo com que o aprendizado para o turismo não esteja concentrado em cursos de tempo e conteúdo determinados. Este modelo de programa de capacitação visa, além de oferecer aos aprendizes uma formação multidisciplinar e sócio-profissional, a diminuição dos investimentos futuros em capacitação.

3.11. Perfil do Turista

Introdução

Neste capítulo, as caracterizações geográficas, psicográficas e de comportamento dos turistas atuais da área de planejamento são apresentadas. Completada esta análise, seguem as avaliações dos turistas em relação à infra-estrutura, equipamentos e serviços, preços e atrativos. Por fim, os turistas são analisados em relação a sua fidelidade ao destino e freqüência de visita.

Para segmentar o fluxo turístico de uma região, primeiramente deve-se conhecer o perfil do turista. Esse processo tem duas finalidades primárias. A primeira delas diz respeito ao acompanhamento do destino de acordo com o perfil turístico atendido, além de uma possível avaliação das ações e programas implantados. A segunda finalidade é conhecer detalhadamente as características de cada segmento, para definir ações, programas e planos mais adequados a cada nicho de mercado, focalizando segmentos preferenciais e posicionando o destino conforme sua capacidade competitiva e oportunidades do mercado.

Para conhecer o fluxo turístico do Pólo Litoral Sul, foram usadas as Pesquisas de Demanda Turística, realizadas pela Bahiatursa. Essas PDTs são realizadas com periodicidade anual ou bienal nos principais destinos turísticos do Estado da Bahia e atendem a todas as zonas da geografia turística baiana. Nos anos em que as pesquisas são realizadas, os dados são usualmente coletados em dois períodos distintos (baixa e alta temporada), com o intuito de serem captadas eventuais variações de perfil dos turistas determinadas pela sazonalidade.

As pesquisas são realizadas para uma amostra representativa da região composta por Morro de São Paulo, Ilhéus, Valença, Baía de Camamu / Península de Maraú, Canavieiras e Itacaré.

As indicações do ano a que se refere cada uma das pesquisas estão em cada tabela. A maior parte refere-se ao ano de 2001, englobando os meses de Janeiro e Julho, oferecendo uma perspectiva muito recente sobre o perfil dos turistas. A pesquisa de Canavieiras refere-se somente à alta temporada de 2001 (Janeiro). No caso de Itacaré, a pesquisa utilizada refere-se a Fevereiro de 2002.

Os números apresentados aqui são baseados em estimativas oficiais do Estado para o turismo. No caso de Canavieiras, foi utilizada a pesquisa realizada pela Universidade Estadual de Santa Cruz, localizada em Ilhéus. Assim, a comparação entre os dados dessa pesquisa com as demais deve ser feita com muita cautela, já que as metodologias utilizadas são semelhantes, mas não iguais.

Dada a diferença de dimensão entre o fluxo da área amostral e o restante dos destinos, considerou-se que ela é adequadamente representativa para a compreensão do fluxo no Pólo Litoral Sul.

Características dos Turistas e da Visitação

Este item inicia a etapa de segmentação da demanda para cada um dos principais destinos regularmente monitorados pela Bahiatursa. É analisada a procedência dos turistas em cada um dos seis destinos principais, os meios de hospedagem e transporte utilizados, a

freqüência e a forma como viajam, o marco motivacional, a ocupação e renda dos indivíduos, além da permanência média de cada segmento.

Essa análise permite conhecer a composição dos segmentos e seu comportamento durante a viagem. Permite também planejar o desenvolvimento do turismo no Pólo Litoral Sul, concentrando os esforços e as ações prioritárias no posicionamento mercadológico de cada um dos destinos, tornando-os mais competitivos na captação dos segmentos de turistas selecionados com base em sua adequação aos objetivos de desenvolvimento.

Procedência dos Turistas

Cada destino possui características peculiares que o torna mais atrativo para segmentos específicos de mercado. Os dados a seguir mostram a preponderância dos pólos emissores nacionais sobre os internacionais. Alterações nesta composição (um destino com maior participação de estrangeiros, por exemplo) implicam em uma série de cuidados no planejamento da atividade turística: maior necessidade de atendimento em outras línguas; casas de câmbio; acesso a informações de outros países (internet, jornais etc.), entre outros cuidados. Os dados abaixo mostram que Morro de São Paulo é o destino com maior incidência de estrangeiros, com quase 30%, seguido de Itacaré (14,7%), enquanto a média do Pólo Litoral Sul é de cerca de 10%. No extremo oposto, Valença tem a menor participação de estrangeiros na composição geral do fluxo turístico, 1,6%. Ilhéus vem logo em seguida, com apenas 2,9% de estrangeiros na composição do fluxo.

Tabela 3.11.1 - Principais Mercados Emissores por Destino

Destino	Procedência	Destaques	%	Total
Morro de São Paulo (2001)	Nacional	Bahia	22,90%	70,30%
		São Paulo	11,00%	
		Rio de Janeiro	8,20%	
		Minas Gerais	7,60%	
		Distrito Federal	5,40%	
		Espírito Santo	2,80%	
	Internacional	Argentina	9,90%	29,70%
		França	2,50%	
		Estados Unidos	2,30%	
		Itália	2,30%	
		Portugal	1,70%	
Ilhéus (2001)	Nacional	Bahia	28,70%	97,10%
		São Paulo	17,30%	
		Distrito Federal	16,20%	
		Minas Gerais	15,00%	
		Rio de Janeiro	6,20%	
		Espírito Santo	3,80%	
		Goiás	3,80%	
	Internacional	Argentina	0,70%	2,90%
		Suíça	0,50%	
		Itália	0,50%	
Valença (2001)	Nacional	Bahia	48,00%	98,40%
		Distrito Federal	16,50%	
		São Paulo	10,20%	
		Rio de Janeiro	9,40%	
		Minas Gerais	6,30%	
	Internacional	Itália	0,80%	1,60%
		Holanda	0,80%	

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

Tabela 3.11.1 - Principais Mercados Emissores por Destino (Continuação)

Canavieiras (2001)	Nacional	Bahia	48,30%	95,60%
		Rio de Janeiro	13,40%	
		Distrito Federal	10,70%	
		Minas Gerais	8,10%	
		São Paulo	6,70%	
		Espírito Santo	5,40%	
	Internacional	Argentina	2,60%	4,40%
		Portugual	0,60%	
		Uruguai	0,60%	
		Estados Unidos	0,60%	
Camamu e Maraú (2001)	Nacional	Bahia	63,50%	95,30%
		São Paulo	9,50%	
		Minas Gerais	8,10%	
		Distrito Federal	4,10%	
		Rio de Janeiro	4,10%	
		Rio Grande do Sul	2,00%	
	Internacional	Estados Unidos	2,00%	4,70%
		Itália	1,40%	
		Inglaterra	0,70%	
		França	0,70%	
Itacaré (2002)	Nacional	Bahia	30,40%	85,30%
		Minas Gerais	7,80%	
		São Paulo	21,60%	
		Distrito Federal	5,90%	
		Rio de Janeiro	12,70%	
		Rio Grande do Sul	2,00%	
	Internacional	Argentina	3,90%	14,70%
		França	2,00%	
		Suíça	2,00%	
		Alemanha	2,90%	

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

Todos os destinos do Pólo Litoral Sul têm a Bahia com o principal mercado emissor de turistas. Destacam-se a Baía de Camamu / Península de Maraú, onde 63,5% do fluxo turístico é intra-estadual, ou seja, composto pelos próprios baianos. Os paulistas vêm em seguida na composição do fluxo de visitantes, seguidos pelos turistas do Distrito Federal.

É interessante notar a equivalência na composição dos mercados emissores nos diversos destinos. À exceção de Morro de São Paulo, que tem uma grande fatia de seu fluxo composto por estrangeiros, os destinos possuem composições de mercado emissor muito semelhantes. Isso demonstra uma coesão e equivalência entre os destinos, resultando em um pólo turístico com maior potencial de consolidação integrada. Como destaques do fluxo internacional, o Pólo Litoral Sul apresenta os norte-americanos, os argentinos e os franceses.

Ressalta-se que as pesquisas utilizadas como referência para as análises acima foram realizadas em sua maioria antes dos eventos terroristas de setembro de 2001 e do auge da crise econômica argentina. Esses eventos comprometeram a captação de turistas norte-americanos e argentinos nos meses que se seguiram, não tendo sido percebida até o momento uma completa recuperação dos patamares anteriores de visitação. Em todo o Brasil, o turismo doméstico ganhou destaque relativo em função das turbulências internacionais, mas acredita-se que os fatores condicionantes dessa conjuntura sejam passageiros em médio prazo, quando os fatores favoráveis de câmbio e a estruturação dos destinos darão nova margem para o crescimento da participação dos estrangeiros no fluxo turístico.

Meios de Transporte Utilizados

A análise dos meios de transporte utilizados reflete como os turistas chegam aos destinos. Sabendo como o turista chega, pode-se saber onde se dá o primeiro contato dele com o destino, situando serviços de recepção e divulgação, por exemplo. No capítulo 3.3 – Infra-estrutura, há mais informações sobre os terminais e meios de transporte no Pólo Litoral Sul, avaliando a disponibilidade de equipamentos e estimativas de fluxo.

A Tabela 3.11.2 apresenta os dados dos principais destinos do Pólo Litoral Sul:

Tabela 3.11.2 – Meios de Transporte Utilizados - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul

		Meio de Transporte Utilizado				
Destino	**Ano**	**Ônibus**	**Automóvel**	**Avião**	**Navio**	**Outros**
Morro de São Paulo	2001	0,0%	0,0%	6,8%	57,1%	36,1%
Ilhéus	2001	28,8%	43,2%	26,8%	0,2%	1,0%
Valença	2001	32,6%	60,4%	0,8%	0,0%	6,2%
Camamu e Maraú	2001	47,3%	42,5%	0,7%	9,5%	0,0%
Canavieiras*	2001	52,3%	38,7%	7,1%	0,0%	1,9%
Itacaré**	2002	36,3%	62,7%	0,0%	1,0%	0,0%

(*) avião até Ilhéus e ônibus até Canavieiras
(**) avião até Ilhéus e automóvel até Itacaré

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

Morro de São Paulo, sendo uma ilha, tem seu acesso feito basicamente por via marítima. O aeródromo do local é responsável pelo acesso de quase 7% do fluxo para este destino, representando vôos regionais, em geral provenientes de Salvador. Ilhéus, por sua vez, conta com um aeroporto nacional, que serve como portão de entrada para cerca de 27% de seu fluxo turístico.

Constata-se, de uma maneira geral, que o acesso aos destinos do Pólo Litoral Sul se dá por via terrestre, seja através de carros próprios ou alugados, ou de ônibus de linha ou fretados. Este fato está relacionado aos mercados emissores atuais, localizados em grande parte dentro do próprio Estado da Bahia. Os casos específicos de Ilhéus e Morro de São Paulo merecem consideração específica no planejamento, com intuito de serem estruturados os modais aéreo e marítimo. Caso aumente a participação de turistas de longa distância no fluxo turístico, esses meios de transporte serão gradualmente mais demandados como forma de acesso ao Pólo Litoral Sul. No entanto, nota-se que os meios de transporte rodoviários possuem importância preponderante, não só como meio de acesso ao Pólo, mas por possibilitarem a interligação dos destinos dentro do mesmo.

Meios de Hospedagem Utilizados

Conhecer os meios de hospedagem utilizados pelos turistas permite identificar se a oferta disponível é adequada à demanda atual e futura, obtendo subsídios para a melhoria dos serviços, identificação de padrões de gastos dos turistas e desenvolvimento de estratégias para o aumento da receita turística e do impacto proporcionado pela atividade na economia local e regional.

Os turistas do Pólo Litoral Sul utilizam-se normalmente dos meios de hospedagem comerciais disponíveis nos municípios, especialmente as pousadas, verificando-se menor importância das residências secundárias e mesmo da acomodação em casas de parentes e amigos, a forma de hospedagem mais comum no Brasil (Fipe, 2002). Apesar de os destinos analisados receberem muitos turistas baianos, relativamente poucos utilizam meios de hospedagem não-comercias, o que permite um maior desenvolvimento da atividade turística como um todo. As pousadas, sendo meios de hospedagem (MHs) muito utilizados, caracterizam o tipo de turismo praticado no Pólo Litoral Sul, baseado em estruturas de pequeno porte. Os hotéis são menos demandados pelos turistas, mas possuem participação expressiva em Valença e Ilhéus.

Ilhéus é um caso específico, em função de ser um município populoso e com grande importância na economia regional. No município, 38% dos turistas permanecem em casas de parentes e amigos, o que é natural em municípios com economia dinâmica, não baseada exclusivamente no turismo. Morro de São Paulo pode ser considerado um caso oposto. Esse distrito de Cairu é um destino turístico consolidado e a economia local é fortemente baseada na atividade. É natural, portanto, que a utilização de meios de hospedagem comerciais seja mais difundida. Nesse destino, 75% dos turistas ficam em pousadas e apenas 3,7% em casas de parentes e amigos. No Pólo Litoral Sul, destaca-se a utilização de residências secundárias, próprias ou alugadas, em Canavieiras e Camamu / Maraú.

A Tabela 3.11.3 apresenta os dados detalhados para cada um dos destinos:

Tabela 3.11.3 - Meios de Hospedagem Utilizados - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul

		Tipo de Hospedagem									
Destino	**Ano**	**Hotel**	**Apto.**	**Pousada**	**Aluguel**	**Própria**	**Hospedaria**	**Parentes**	**Camping**	**Albergue**	**Outros**
Morro de São Paulo	2001	8,8%	0,0%	75,1%	1,1%	0,8%	5,6%	3,7%	2,3%	0,0%	2,6%
Ilhéus	2001	16,4%	0,5%	33,0%	4,8%	5,5%	0,2%	38,0%	0,0%	0,0%	1,6%
Valença	2001	20,9%	0,0%	28,7%	6,2%	6,2%	7,0%	22,5%	0,0%	0,0%	8,5%
Camamu e Maraú	2001	5,4%	0,0%	48,0%	6,1%	12,1%	0,7%	23,0%	4,1%	0,0%	0,6%
Canavieiras	2001	1,3%	*	25,5%	11,2%	15,8%	*	*	*	*	46,2%
Itacaré	2002	7,8%	1,0%	53,9%	6,9%	9,8%	0,0%	19,6%	0,0%	1,0%	0,0%

( )Tipo de hospedagem incluído em "outros"*

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

Freqüência (Índice de Experimentação) e Forma de Visita

A Tabela 3.11.4 apresenta a forma como viajam os turistas dos principais destinos do Pólo Litoral Sul, assim como o índice de experimentação de cada destino, ou seja, a composição entre turistas que já conheciam o local e retornaram e aqueles que o visitaram pela primeira vez.

A satisfação em relação aos serviços influencia a propensão ao retorno dos turistas ao destino. Mesmo que ele perceba que há mais atrações ou novidades a serem visitadas, se não tiver ficado satisfeito durante a primeira estadia, haverá pequena probabilidade de retornar.

Os dados da tabela devem, no entanto, ser analisados com extrema cautela, já que não são indicações suficientes para constatação da qualidade dos serviços prestados e da satisfação dos turistas. Deve também ser analisado o ciclo de vida da destinação como produto. Na fase de ascensão, por exemplo, o índice de primeiras visitas tende a ser maior. Por outro lado, o visitante pode ter alguma vinculação ao destino, seja por laços familiares, seja por possuir imóvel na região, aumentando sua propensão de retorno, mesmo que não esteja necessariamente satisfeito com sua experiência turística.

Tabela 3.11.4 – Freqüência (Índice de Experimentação) e Forma de Viagem - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul

		Frequência		Forma de Viagem			
Destino	**Período**	**Já conhecia**	**Primeira vez**	**Com Família**	**Amigo**	**Só**	**Excursão**
Morro de São Paulo	2001	29,4%	70,6%	52,8%	28,7%	8,4%	10,1%
Ilhéus	2001	67,2%	32,8%	74,7%	13,4%	10,6%	1,3%
Valença	2001	62,8%	37,2%	73,8%	15,9%	10,3%	0,0%
Camamu e Maraú	2001	54,7%	45,3%	64,4%	15,1%	7,9%	12,6%
Canavieiras	2002	33,5%	66,5%	61,4%	22,9%	15,7%	0,0%
Itacaré	2002	28,4%	71,6%	57,8%	28,4%	13,8%	0,0%

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

Morro de São Paulo já é um destino consolidado há pelo menos cinco anos. Apesar disso, o índice de turistas que retornam ao destino é relativamente baixo (29,4%). A comparação com outros destinos como Valença e Ilhéus, entretanto, não é apropriada, em função das diferentes características dos fluxos turísticos que se dirigem a cada lugar, como destacado anteriormente. Canavieiras também apresenta um índice baixo de retorno (33,5%) se considerada a utilização de residências secundárias (15,8%). Itacaré apresenta atualmente o índice mais baixo, mas ainda não é um destino plenamente consolidado como Morro de São Paulo e é natural que o percentual de primeiras visitas seja alto.

Ilhéus e Valença se destacam por serem destinos muito freqüentados por famílias. Esta informação está relacionada ao fato de os turistas se hospedarem em casas de parentes e amigos.

Salienta-se que o mercado de excursões (pacotes) tem um grande potencial a ser desenvolvido pelo Pólo Litoral Sul, já que somente Morro de São Paulo e Camamu / Maraú se utilizam desta forma de distribuição (com índices baixos, variando entre 10 a 12% do total de turistas). Ilhéus e Valença têm fluxos de excursão irrisórios.

Ocupação Principal dos Turistas

A ocupação profissional dos visitantes ajuda a identificar a condição socioeconômica dos turistas. Como as outras variáveis, oferece subsídios para o desenvolvimento de atividades e promoção de ações. A Tabela 3.11.5 apresenta os grupos de ocupação mais numerosos para cada destino:

Tabela 3.11.5 – Ocupação Principal – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul

Destino	Ocupação	Porcentagem
Morro de São Paulo (2001)	Industrial	30,5%
	Industrário	20,9%
	Funcionário Público	20,6%
	Comerciante	12,1%
	Comerciário	9,6%
	Banqueiro	3,7%
	Bancário	2,5%
Ilhéus (2001)	Outra	27,6%
	Funcionário Público	17,6%
	Comerciante	15,4%
	Profissional Liberal	6,7%
	Estudante	6,4%
	Comerciário	5,7%
	Industrial	4,8%
	Industriário	4,5%
	Bancário	4,3%
	Aposentado / Pensionista	4,0%
Valença (2001)	Industriário	28,7%
	Funcionário Público	19,4%
	Comerciante	18,6%
	Industrial	12,4%
	Comerciário	10,9%
	Banqueiro	8,5%
	Bancário	1,6%
Baía de Camamu / Península de Maraú (2001)	Industriário	29,1%
	Funcionário Público	17,6%
	Industrial	16,2%
	Comerciante	14,2%
	Comerciário	12,8%
	Banqueiro	7,4%
	Bancário	2,7%
Canavieiras (2001)	Estudante	14,8%
	Professor	14,2%
	Comerciante	7,7%
	Advogado	5,2%
	Do lar	5,2%
	Autônomo	4,5%
	Vendedor	3,9%
	Bancário	3,2%
	Funcionário Público	3,2%
Itacaré (2002)	Estudante	21,6%
	Outra	20,6%
	Comerciário	11,8%
	Funcionário Público	10,8%
	Comerciante	9,8%
	Industriário	6,9%
	Profissional Liberal	6,9%
	Bancário	5,9%
	Aposentado / Pensionista	2,9%

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

Renda dos Turistas e Motivo de Viagem

A tabela abaixo apresenta a distribuição dos visitantes por faixas de renda:

Tabela 3.11.6 – Faixas de Renda dos Turistas – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (US$)

Destino	Período	Faixas de Renda em US$ 1,00							Renda Média
		Até 150	150-300	300-600	600-1000	1000-1500	1500-2000	> 2000	
Morro de São Paulo	2001	0,6	4,3	12,0	14,9	16,3	9,2	16,3	1.889,00
Ilhéus	2001	1,7	13,2	18,2	22,1	10,9	4,2	13,9	1.074,00
Valença	2001	1,6	10,2	18,1	17,3	16,5	6,3	11,0	1.045,00
Camamu / Maraú	2001	7,9	7,9	14,3	20,7	14,3	4,3	7,1	1.016,00
Itacaré	2002	2,9	5,9	11,8	13,7	12,7	4,9	18,6	1.485,00

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

Camamu/Maraú, Valença e Ilhéus apresentam as menores rendas médias dos destinos analisados, mas também maior homogeneidade de público no item renda. Nesses locais, há concentração na faixa de renda entre US$ 300 e US$ 1.000, consideradas medianas.

Já Morro de São Paulo e Itacaré apresentam, dentre os destinos analisados, as maiores rendas médias, mas também grande heterogeneidade de público, já que há presença significativa de várias faixas de renda, ao mesmo tempo em que há predominância de um público com alta renda.

Também se faz necessária a observação de que a renda dos turistas não gera necessariamente, impactos econômicos proporcionais. A adequação da oferta a um público com renda muito alta aumenta a propensão à importação de insumos, reduzindo os impactos regionais da atividade. Os casos de Itacaré e Morro de São Paulo merecem uma análise mais criteriosa da cadeia de fornecimento de insumos, bem como dos padrões e gastos dos turistas, para que os impactos econômicos sejam corretamente estimados e sejam determinadas ações para sua maximização.

A tabela abaixo apresenta a distribuição de turistas segundo o motivo de viagem.

Em todos os municípios do Pólo Litoral Sul predomina o motivo Passeio (Lazer), destacando-se Morro de São Paulo, Itacaré e Camamu/Maraú, onde a quase todos os turistas alegaram esse motivo de viagem.

Tabela 3.11.7 – Motivo de Viagem - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%)

Destino	Período	Motivo da Viagem (%)							
		Passeio	Negócios	Parente / Amigo	Congresso / Convenção	Saúde	Religião	Outro	Trabalho
Morro de São Paulo	2001	90,7	1,6	5,4	0,0	0,3	0,0	2,0	0,0
Ilhéus	2001	57,7	10,9	21,6	0,5	0,5	0,0	2,4	6,4
Valença	2001	61,2	3,9	20,9	0,0	0,0	0,0	8,6	5,4
Canavieiras	2001	62,6	6,5	29,0	0,0	0,0	0,6	1,3	0,0
Camamu / Maraú	2001	79,7	1,4	17,6	0,0	0,0	0,0	0,6	0,7
Itacaré	2002	89,2	0,0	7,8	0,0	0,0	0,0	2,0	1,0

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

Em Canavieiras, Ilhéus, Valença e Camamu/Maraú, o motivo visita a parentes e amigos foi significativa, apesar de, em todos os casos, não compor a maioria dos entrevistados.

Dos municípios analisados, o único que apresentou o motivo negócios compondo parte significativa do todo (10,9%) foi Ilhéus. Isso se deve ao fato do maior dinamismo da economia desse município, em comparação aos demais presentes na análise. Ilhéus, por ser um importante centro regional, atrai visitantes em busca da realização de negócios.

Ampliando as discussões sobre a origem a e a motivação dos turistas do Pólo, a tabela baixo ajuda a compreender as inter-relações existentes entre origem, renda e motivo. Em todos os destinos percebe-se que os turistas com motivo de passeio são os que possuem maior renda média. Por outro lado, os turistas que visitam parentes e amigos são aqueles que apresentam as menores rendas. Esse fato é positivo, pois os turistas com motivo de passeio são aqueles onde há maior possibilidades de captação de fluxo adicional, dado que são mais sensíveis à agregação de serviços e à promoção dos destinos.

Tabela 3.11.8 – Renda Média dos Turistas por Mercado Emissor e Motivo de Viagem (2001)

		Renda Média (US$)					
Local	**Origem**	**Passeio**	**Visita**	**Negócios**	**Trabalho**	**Média**	**% Sobre Total de Turistas**
Morro de São Paulo	Norte	625	-	-	-	625	0,6%
	Nordeste	957	417	1.250	-	952	26,7%
	Centro-Oeste	2.053	1.615	-	-	2.009	8,2%
	Sudeste	1.382	1.317	813	979	1.353	29,7%
	Sul	1.366	-	-	-	1.366	5,1%
	Outros Países	3.687	1.354	2.500	1.500	3.572	29,7%
	Média	**1.949**	**1.091**	**1.344**	**1.153**	**1.889**	**-**
Valença	Norte	500	-	-	-	500	0,8%
	Nordeste	875	608	792	521	764	48,7%
	Centro-Oeste	1.627	484	-	-	1.410	20,2%
	Sudeste	1.357	639	-	625	1.205	27,1%
	Sul	833	-	-	-	833	1,6%
	Outros Países	2.813	-	-	-	2.813	1,6%
	Média	**1.257**	**587**	**792**	**538**	**1.045**	**-**
Camamu - Maraú	Nordeste	809	547	875	208	742	65,6%
	Centro-Oeste	1.000	-	-	-	1.000	4,7%
	Sudeste	1.620	618	-	-	1.518	21,6%
	Sul	875	-	-	-	875	3,4%
	Outros Países	2.802	-	-	-	2.802	4,7%
	Média	**1.120**	**558**	**875**	**208**	**1.016**	**-**
Ilhéus	Nordeste	947	451	1.005	1.464	920	30,4%
	Centro-Oeste	1.280	516	736	1.042	1.087	20,4%
	Sudeste	1.117	645	1.650	1.085	1.030	42,3%
	Sul	1.938	-	2.292	875	1.716	4,0%
	Outros Países	1.851	2.292	4.000	-	2.154	2,9%
	Média	**1.182**	**626**	**1.369**	**1.171**	**1.074**	**-**

Fonte: Bahiatursa (PDT)

A análise horizontal, por sua vez, identifica que os turistas do Nordeste, o maior emissor, são aqueles que apresentam menores rendas médias. Já os turistas do Sudeste e do Centro-Oeste, outros importantes emissores, apresentam renda acima da média do destino. Os turistas estrangeiros, apesar de não representarem um fluxo significativo na maioria dos destinos, são os que possuem maiores rendas médias.

As perspectivas de incremento do fluxo motivado com passeio, ao lado das perspectivas de crescimento de mercados do Sudeste, Centro-Oeste e internacional, criam possibilidades de crescimento da renda média dos turistas do Pólo como um todo. Para tanto, serão necessárias

melhorias nos serviços turísticos e incremento de atividades relacionadas aos temas principais, responsáveis pela atração de turistas não regionais.

Motivação da Viagem

A avaliação da motivação da viagem mostra que os atrativos naturais são o grande chamariz dos destinos do Pólo Litoral Sul. Apenas em Canavieiras há uma divisão mais equilibrada entre os interesses de viagem. As manifestações populares e o acervo histórico atraem mais turistas que nas outras localidades analisadas. No entanto, é importante notar que se trata da única pesquisa presente na análise feita pela Universidade Estadual de Santa Cruz, com possível distorção dos resultados por este motivo. O mesmo pode ser dito em relação à pesquisa de Itacaré, já que a motivação atrativos naturais predomina na alta temporada, único período que foi analisado por essa pesquisa em especial.

Surpreende na pesquisa o fato de Ilhéus apresentar quase insignificante motivação no seu patrimônio histórico. Valença mostra que há interesse do turista, mesmo que pequeno, pelo acervo arquitetônico do município.

Deve-se ressaltar que a lista de motivação de viagens pode fazer com que o entrevistado incorra em erros ou forneça respostas contraditórias. As categorias estabelecidas na pesquisa não contemplam, por exemplo, o fato de que alguns turistas têm como principal motivação da viagem a oferta hoteleira de grande qualidade instalada em determinados destinos. O caso dos resorts é um exemplo típico. Muitas vezes, os hóspedes utilizam somente a estrutura de lazer oferecida dentro do meio de hospedagem, tendo contato mínimo com os atrativos e características locais.

A Tabela 3.11.9 apresenta uma síntese dos números de cada destino:

Tabela 3.11.9 – Motivação da Viagem - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul

Destino	Período	Atrativos Naturais	Manifestações Populares	Patrimônio Histórico	Compras	Outros
Morro de São Paulo	2001	99,3%	0,0%	0,4%	0,0%	0,3%
Ilhéus	2001	97,6%	0,8%	0,7%	0,0%	0,9%
Valença	2001	94,7%	0,0%	4,0%	0,0%	1,3%
Canavieiras	2001	87,5%	5,2%	4,2%	0,0%	3,1%
Camamu e Maraú	2001	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Itacaré	2002	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

Permanência Média nos Destinos

A Tabela 3.11.10 oferece os dados sobre a permanência média dos turistas nos principais destinos do Pólo Litoral Sul. Canavieiras, Camamu/Maraú e Ilhéus apresentam permanências médias maiores. Os demais destinos apresentam permanências médias em torno de seis dias. A análise da evolução dos números faz mais sentido em séries mais longas, servindo estes dados apenas como referência inicial sobre a permanência média dos turistas em cada destino.

Tabela 3.11.10 – Permanência Média – Pólo Litoral Sul (dias)

Destino	Morro de S. Paulo	Ilhéus	Valença	Camamu e Marau	Canavieiras	Itacaré
Ano	2001	2001	2001	2001	2001	2002
Permanência Média	5,7	9,7	5,9	10,3	11,0	7,4

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

Satisfação dos Visitantes

Após compreender a evolução do fluxo turístico ao longo dos anos e meses, fez-se uma análise sobre quem é o turista que freqüenta os principais destinos do Pólo Litoral Sul e as razões de viagem. Nesta etapa que se inicia agora, será analisado o grau de satisfação desses turistas durante sua estadia. Aqui também serão utilizadas as PDTs da Bahiatursa. Essas PDTs medem a avaliação dos turistas sobre a infra-estrutura urbana, os equipamentos e serviços turísticos, os atrativos e os preços.

Intenção de Retornar

A análise das avaliações dos turistas sobre uma série de componentes do ciclo de serviços começa com a apresentação da intenção de retornar dos visitantes. Esta questão é hipotética, sugerindo a propensão do turista, tendo outra oportunidade, em retornar ao destino. Em geral, os turistas estrangeiros demonstram menor propensão de retorno, seja em função da distância em relação aos pólos emissores, o que torna o retorno menos provável, já que a viagem é onerosa; ou em função da falta de preparo da mão de obra para o atendimento a esse público. A tabela abaixo demonstra a alta taxa de visitantes com intenção de retornar aos destinos do Pólo Litoral Sul. A localidade que obteve as maiores taxas de intenção de retorno foram Camamu/Maraú e Canavieiras, onde, aproximadamente, 95% dos turistas demonstraram vontade de retornar ao destino. Já as maiores taxas de retorno, ou seja, pessoas que efetivamente visitaram o destino mais de uma vez, aparecem em Ilhéus e Valença, onde, respectivamente 67,2% e 62,8% das pessoas entrevistadas já haviam visitado o destino mais de uma vez.

Tabela 3.11.11 – Intenção de Retornar / Turistas que já Visitaram o Destino - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%)

	Intenção de retornar					
Procedência	**Morro de São Paulo (2001)**	**Ilhéus (2001)**	**Valença (2001)**	**Camamu e Marau (2001)**	**Canavieiras (2001)**	**Itacaré (2001)**
Nacional	90,40%	92,70%	92,90%	96,80%	-	-
Internacional	78,10%	83,3%	100,0%	66,7%	-	-
Total	86,70%	92,4%	93,0%	94,9%	94,8%	84,3%
Visitaram destino + de uma vez	**29,40%**	**67,2%**	**62,8%**	**48,5%**	**33,5%**	**28,4%**

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

Equipamentos e Serviços Turísticos

A avaliação dos equipamentos e serviços turísticos procura identificar como os turistas avaliam cada um dos componentes. Vários turistas não utilizam todos os serviços, razão pela qual a soma das avaliações não totaliza 100%. As tabelas apresentam os destaques positivos com números em azul e os negativos grafados em vermelho.

A hospitalidade do povo é um grande diferencial do Pólo Litoral Sul, assim como de outros pólos turísticos do Estado da Bahia. Em todos os destinos este foi o componente que mais se destacou, chegando a receber 92,6% de avaliação ótima/boa em Ilhéus. Outros grandes destaques do Pólo Litoral Sul foram os meios de hospedagem e os bares e restaurantes.

Em Morro de São Paulo, as avaliações foram, em geral, boas, especialmente nos itens já mencionados. No entanto, altos índices de descontentamento foram verificados em itens como sinalização turística, informação turística e guias de turismo.

Em Ilhéus, os principais itens de descontentamento estão nos itens comércio/compras, diversões noturnas e sinalização turística. Certo destaque positivo para bares e restaurantes, e meios de hospedagem. A avaliação geral dos equipamentos e serviços de Ilhéus pode ser considerada mediana.

O item informações turísticas foi alvo das principais críticas em Valença. Nos demais itens avaliados, com exceção da hospitalidade do povo, a avaliação foi de mediana a ruim.

O destino Baía de Camamu / Península de Maraú destacou-se positivamente no item passeios oferecidos, mas apresentou avaliações preocupantes em itens como comércio / compras, diversões noturnas, equipamentos de lazer e informação ao turista. A avaliação geral dos equipamentos e serviços tende para o lado negativo.

Os turistas abordados pela pesquisa de Canavieiras fizeram comentários positivos sobre os bares e restaurantes do destino, mas reclamaram da sinalização turística, das diversões noturnas e do comércio / compras.

Em Itacaré, os turistas também fizeram comentários positivos sobre os bares e restaurantes locais, mas se queixaram da sinalização turística e das diversões noturnas.

Tabela 3.11.12 – Avaliação de Equipamentos e Serviços Turísticos – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%)

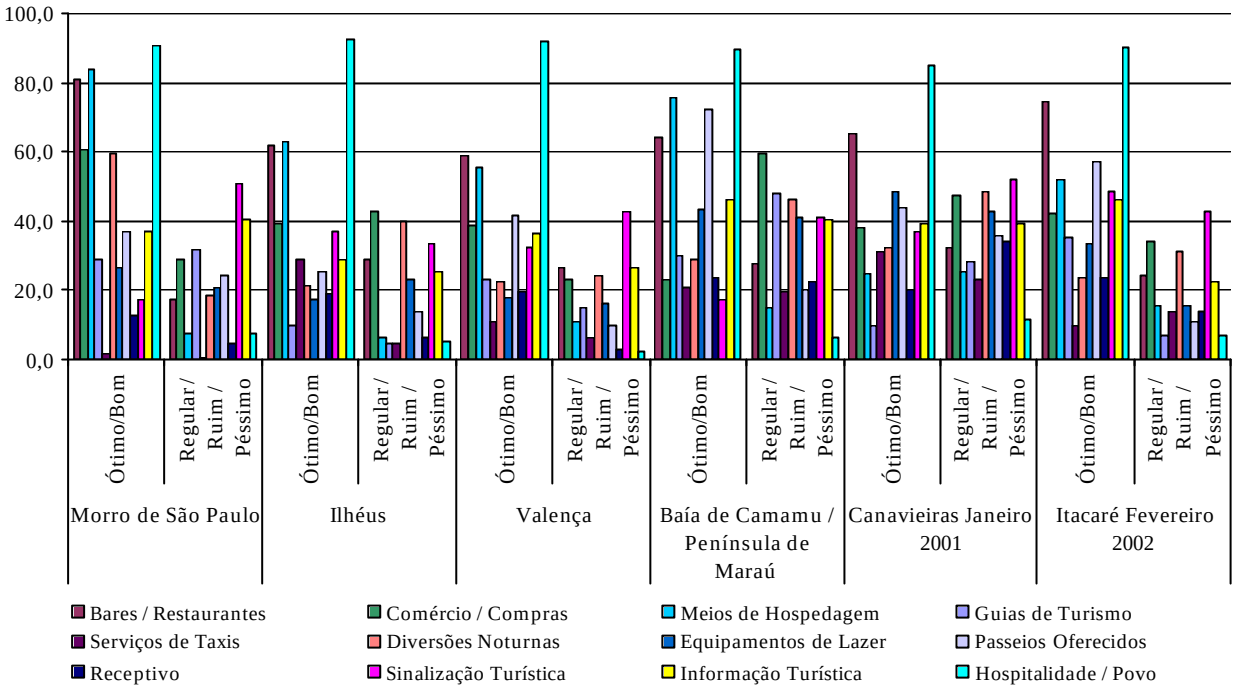
Equipamento / Serviço	Morro de São Paulo		Ilhéus		Valença	
	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo
Bares / Restaurantes	81,1	17,5	62,2	29	58,9	26,4
Comércio / Compras	60,4	28,9	39,2	43	38,8	23,2
Meios de Hospedagem	84,2	7,9	62,7	6,7	55,8	10,9
Guias de Turismo	29,1	31,9	10,2	4,8	23,3	14,7
Serviços de Taxis	1,6	0,4	29,2	4,8	10,9	6,2
Diversões Noturnas	59,6	18,6	21,4	39,9	22,5	24
Equipamentos de Lazer	26,5	20,4	17,4	23,2	17,8	16,3
Passeios Oferecidos	37	24,3	25,2	13,5	41,9	10
Receptivo	12,7	4,8	19	6,4	19,4	3,1
Sinalização Turística	16,9	50,6	37,1	33,4	32,6	42,6
Informação Turística	37,3	40,7	28,5	25,2	36,5	26,3
Hospitalidade / Povo	90,6	7,7	92,6	5,3	92,3	2,3

Equipamento / Serviço	Baía de Camamu / Península de Maraú		Canavieiras Janeiro 2001		Itacaré Fevereiro 2002	
	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo
Bares / Restaurantes	64,2	27,7	65,16	32,26	74,5	24,5
Comércio / Compras	22,9	59,5	38,06	47,75	42,2	34,3
Meios de Hospedagem	75,7	14,8	24,7	25,3	52	15,6
Guias de Turismo	29,7	48	9,7	28,4	35,2	7
Serviços de Taxis	21	19,5	30,97	23,22	9,8	13,7
Diversões Noturnas	29	46,7	32,26	48,39	23,5	31,4
Equipamentos de Lazer	43,3	41,2	48,4	43,2	33,4	15,6
Passeios Oferecidos	72,3	20,3	43,9	35,5	56,8	10,8
Receptivo	23,6	22,3	20	34,2	23,5	13,8
Sinalização Turística	16,9	41,2	36,8	52,2	49	43,2
Informação Turística	46	40,5	39,3	39,4	46,1	22,5
Hospitalidade / Povo	89,9	6,7	85,2	11,6	90,2	6,9

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

O Gráfico 3.11.1 ilustra as avaliações positivas e negativas de cada um dos componentes:

Gráfico 3.11.1 - Avaliação de Equipamentos e Serviços Turísticos – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%)



Infra-estrutura Básica

A Bahiatursa também investiga a satisfação dos turistas em relação aos componentes da infra-estrutura básica. É alto o número de pessoas que não souberam avaliar os serviços. A comparação deve ser feita, portanto, pela relação entre ótimo / bom e regular / ruim / péssimo.

Os itens de infra-estrutura básica que receberam as maiores críticas foram sinalização e limpeza pública. Em geral, o item comunicações foi bem avaliado, com exceção de Baía de Camamu / Península de Maraú.

Em Morro de São Paulo, os itens terminal marítimo, comunicações e segurança pública foram bem avaliados, mas ainda necessitam de melhorias. A limpeza pública é o fator mais preocupante.

Em Ilhéus, os itens comunicações, sinalização urbana e segurança pública foram bem avaliados O item que mais desperta insatisfação nos turistas é a limpeza pública.

Comunicações e segurança pública são os pontos fortes de Valença, segundo os turistas. As melhorias mais prementes são na sinalização urbana e na limpeza pública.

Em Baía de Camamu / Península de Maraú, o terminal marítimo recebeu considerações positivas. No entanto, como pode ser observado pelo Gráfico 3.11.2, os itens serviços médicos, comunicações, segurança pública e, em especial, limpeza pública, foram negativamente avaliados. Aproximadamente, 71,6% dos turistas consideraram esse item regular, ruim ou péssimo, um índice muito alto.

Em Canavieiras, os itens comunicações, limpeza pública e segurança pública foram bem avaliados. Deve ser dada, segundo os turistas, especial consideração na melhoria da sinalização urbana da localidade.

Segurança pública foi o destaque positivo de Itacaré na pesquisa de fevereiro de 2002. Os itens negativamente avaliados foram comunicações, limpeza e sinalização urbanas.

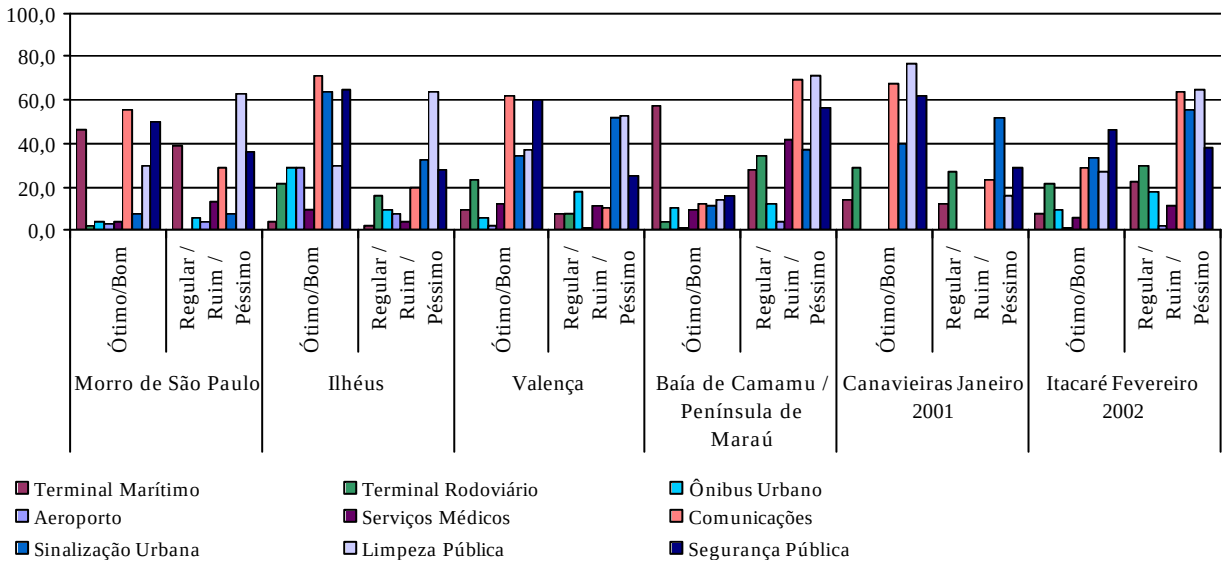
Tabela 3.11.13 – Avaliação da Infra-Estrutura Urbana – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%)

Infra-estrutura	Morro de São Paulo (2001)		Ilhéus (2001)		Valença (2001)	
	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo
Terminal Marítimo	46,6	39,6	4,2	2,7	9,3	7
Terminal Rodoviário	1,7	0,8	22,1	16,6	23,3	7,7
Ônibus Urbano	4,3	5,3	28,8	9,2	5,4	17,9
Aeroporto	3,1	3,7	29,3	7,3	2,4	1,5
Serviços Médicos	4,5	13,6	9,9	4,4	12,4	10,9
Comunicações	55,4	28,8	71,2	20	62	10,1
Sinalização Urbana	7,3	7,4	63,4	32,1	34,1	51,9
Limpeza Pública	29,6	62,2	29,5	63,4	37,2	52,7
Segurança Pública	49,8	35,5	64,9	27,7	59,7	24,8

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

Verifica-se maior incidência de avaliações negativas da infra-estrutura básica em Baía de Camamu / Península e Maraú. O Gráfico 3.11.2 ilustra as avaliações para cada um dos destinos:

Gráfico 3.11.2 - Avaliação da Infra-Estrutura Básica – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%)



Atrativos

Os atrativos naturais são o principal motivo de visitação nos principais destinos. Aparecem muito bem avaliados nas PDTs da Bahiatursa, sendo que em todos os destinos eles obtiveram excelentes taxas de avaliação positiva. O patrimônio histórico também agradou à maior parte dos visitantes, apesar de uma quantidade menor de pessoas que o avaliou.

A quantidade de pessoas que avaliaram as manifestações populares foi muito baixa em quase todos os casos, mostrando que elas não estão sendo ainda bem exploradas para o turismo. A tabela a seguir apresenta as avaliações sobre os atrativos, seguida do gráfico ilustrativo:

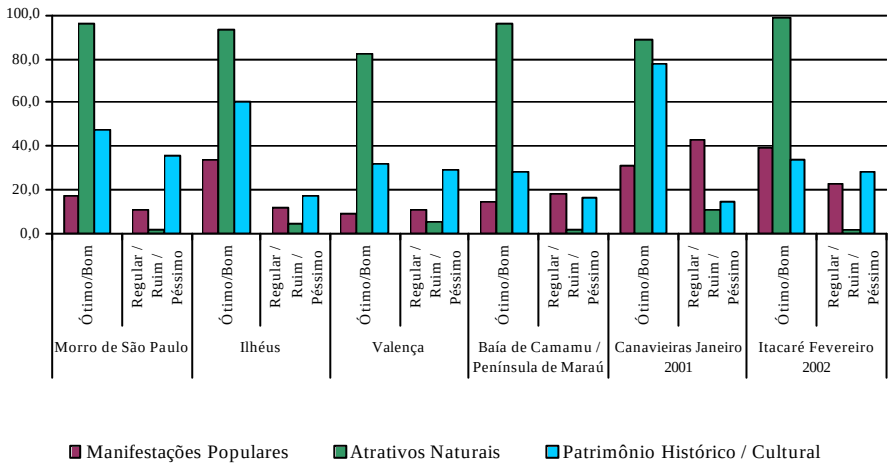
Tabela 3.11.14 – Avaliação dos Atrativos – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%)

Infra-estrutura	Morro de São Paulo		Ilhéus		Valença	
	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo
Manifestações Populares	17,5	10,7	33,3	12,3	9,3	10,9
Atrativos Naturais	96	2,3	93,6	4,5	82,2	5,4
Patrimônio Histórico / Cultural	47,2	35,9	60,6	17,5	31,8	28,7

Infra-estrutura	Baía de Camamu / Península de Maraú		Canavieiras Janeiro 2001		Itacaré Fevereiro 2002	
	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo	Ótimo/Bom	Regular / Ruim / Péssimo
Manifestações Populares	14,2	18,2	31,3	42,9	39,3	22,5
Atrativos Naturais	96	2,6	89	11	98	2
Patrimônio Histórico / Cultural	28,4	16,9	77,4	14,9	34,3	28,4

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

Gráfico 3.11.3 – Avaliação dos Atrativos – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%)



Percepção Sobre Preços

A percepção dos turistas sobre os preços praticados pelos serviços turísticos pode ser comparada com a posição em que o quesito preços aparece nos itens que menos agradaram na destinação. Essa comparação proporciona um indicador do valor percebido pelos turistas em relação ao preço pago.

Com exceção de Valença, o item preço aparece entre os itens que menos agradaram ao turista do Pólo Litoral Sul. Em Ilhéus, Valença e Baía de Camamu / Península de Maraú, a maioria dos turistas considera os preços normais.

Já em Morro de São Paulo, Itacaré e Canavieiras, há indicadores de que os preços praticados estão altos. No entanto, em Canavieiras, esse problema mostra-se mais evidente, provavelmente porque os turistas de Morro de São Paulo e Itacaré, mesmo percebendo que os preços praticados são altos, reconhecem maior valor agregado ao produto turístico.

A tabela com as avaliações está apresentada abaixo:

Tabela 3.11.15 – Percepção sobre Preços - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul

	Preços – item que menos agradou		Percepção sobre preços		
Destino	**Posição**	**%**	**Baixo**	**Normal**	**Elevado**
Morro de São Paulo (2001)	4°	5,2	3,4%	45,8%	50,8%
Ilhéus (2001)	5°	5,7	6,2%	59,4%	34,4%
Valença (2001)	13°	2,0	1,6%	72,1%	26,4%
Camamu e Maraú (2001)	5°	7,7	4,7%	60,1%	35,1%
Canavieiras (2001)	2º	11,16	N/d	N/d	N/d
Itacaré (2002)	3°	10,3	3,9%	40,2%	55,9%

Fonte: Bahiatursa (PDT) / UESC

Conclusão

As análises apresentadas neste capítulo sobre o perfil do turista do Pólo Litoral Sul fornece importantes informações para planejadores e gestores da atividade turística nas localidades que compõem o pólo.

Nota-se a importância do próprio baiano no fluxo turístico das localidades analisadas, assim como a preponderância do acesso rodoviário. Isso está de acordo com a tendência geral do fenômeno turístico, que é ocorrer prioritariamente no âmbito regional.

Os turistas que vão ao Pólo Litoral Sul, na maior parte dos casos, têm como motivo principal da viagem o lazer. O diferencial do Pólo Litoral Sul, que faz com que esses turistas escolham como destino os municípios que o compõem são seus atrativos naturais, especialmente as praias.

Morro de São Paulo e Itacaré são os destinos que mais recebem estrangeiros, dentre os analisados. Parcialmente em função disso, também são os destinos onde a renda média dos turistas é maior.

Em Ilhéus, que é a maior cidade do pólo, muitos turistas são motivados pela visita a parentes e amigos e ficam hospedados nas casas dos mesmos. Em função do mesmo fenômeno, a taxa de retorno ao município é grande, a renda média dos turistas é baixa e os turistas viajam acompanhados de seus familiares. Ilhéus também é o único município onde o motivo negócios aparece com certo nível de importância.

A Baía de Camamu / Península de Maraú mostrou os índices mais baixos de satisfação geral dos turistas, com muitas críticas dirigidas tanto aos itens de equipamentos e serviços turísticos quanto aos de infra-estrutura urbana. Canavieiras e Itacaré vêm em seguida, também necessitando de intervenções, segundo os turistas.

Os prestadores de serviços turísticos de Canavieiras praticam preços altos para o valor da experiência oferecida, segundo avaliação dos turistas, ao menos na alta temporada que foi analisada na pesquisa.

A intenção de retornar ao destino é alta em todo o Pólo Litoral Sul, sendo um possível indicador de satisfação dos turistas. No Pólo Litoral Sul como um todo, os turistas mostram-se descontentes com a sinalização turística e com a limpeza urbana. A hospitalidade baiana mostra-se, da mesma forma que em outros pólos do Estado da Bahia, como o principal diferencial competitivo. O item comunicações também é citado positivamente pelos turistas.

3.12. Gastos Turísticos

Introdução

Nesse capítulo o padrão e o volume dos gastos dos turistas do Pólo serão avaliados. Outro objetivo é estimar as conseqüências desses gastos na geração de renda, com seu impacto no PIB da Bahia e do Pólo Litoral Sul.

Compreender os valores envolvidos na atividade turística é uma das questões mais polêmicas dos estudos relativos ao turismo. Há a necessidade de estimar os gastos, o impacto econômico e o alcance dos investimentos realizados para seu desenvolvimento. É uma necessidade, sobretudo, para monitorar a eficácia das políticas e ações públicas. Entretanto, é um trabalho que se baseia na coleta e processamento de dados e informações através de escolhas de modelagens matemáticas que podem sempre gerar polêmicas.

Na tentativa de não incorrer em erros, utilizou-se fontes recomendadas pelo BID e pelo Estado, baseadas em conceitos de econometria.

A primeira parte deste capítulo trata da estrutura dos gastos dos turistas nos diferentes destinos. Em seguida são apresentados dados sobre a evolução da receita e do fluxo, indicando a receita para os principais mercados emissores. Essa análise é complementada com a informação sobre a permanência média (PM) e o gasto médio diário individual (GMDI) dos principais destinos do Pólo Litoral Sul, além de comparações com outros mercados (no Brasil e no exterior).

A análise dos gastos turísticos se encerra com estimativas de impacto no PIB, geração de renda e emprego para os últimos anos em Salvador e na Bahia.

Para levantamentos que serão apresentados aqui, a Bahiatursa utiliza o conceito denominado de fluxo ampliado, uma estimativa que inclui uma parcela maior de turistas, considerando que alguns hotéis e pousadas não registram a totalidade de seus hóspedes. Essa metodologia segue conceitos recomendados pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

Estrutura dos Gastos Turísticos

A partir de 2001, a Bahiatursa vem realizando pesquisas com a estrutura de gastos dos turistas nos principais destinos do Pólo Litoral Sul. As categorias de gastos pesquisadas são: alimentação, hospedagem, transporte, diversão, compras e outros.

As Pesquisas de Demanda utilizadas são as seguintes: Morro de São Paulo, Ilhéus, Valença, Camamu/Maraú (Jan. e Jul. 2001) e Itacaré (Fev. 2002).

A Tabela 3.12.1 apresenta as diferenças entre a estrutura de gastos dos turistas nacionais e estrangeiros. Não há um padrão para o comportamento desses segmentos nos cinco destinos apenas a constatação que os gastos com hospedagem são, em geral, os mais representativos, seguidos dos gastos com alimentação.

Tabela 3.12.1 – Estrutura de Gastos – Destinos Selecionados do Pólo Litoral Sul (%)

	Morro São Paulo			Ilhéus			Valença			Camamu / Maraú			Itacaré			FIPE *
Categoria	Doméstico	Estrangeiro	Média	Doméstico	Estrangeiro	Média	Doméstico	Estrangeiro	Média	Doméstico	Estrangeiro	Média	Doméstico	Estrangeiro	Média	
Alimentação	30,7	32,8	**31,3**	25,9	24,1	**25,9**	31,1	31,4	**31,2**	28,1	31,4	**28,3**	41,4	39,5	**41,2**	**28,9**
Hospedagem	44,4	41,9	**43,7**	25,1	39,9	**25,5**	36,9	41,6	**36,9**	26,3	40,1	**26,9**	34,9	46,9	**36,6**	**12,4**
Transporte	1,1	1,3	**1,2**	4,1	10,5	**4,3**	2,8	4,9	**2,9**	9,6	7,1	**9,5**	3,4	3,6	**3,5**	**43,9**
Diversão	11,3	9,3	**10,7**	19,2	12,7	**19,0**	17,1	22,1	**17,2**	25,5	13,6	**24,9**	9,6	5,1	**9,0**	-
Compras	10,3	12,4	**10,9**	18,0	12,4	**17,8**	7,3	-	**7,2**	6,9	7,1	**6,9**	10,4	4,9	**9,6**	**8,2**
Outros	2,2	2,3	**2,2**	7,7	0,4	**7,5**	4,8	-	**4,7**	3,6	0,7	**3,5**	0,3	0,0	**0,2**	**6,6**

(*) Inclui gastos com transporte até o destino turístico

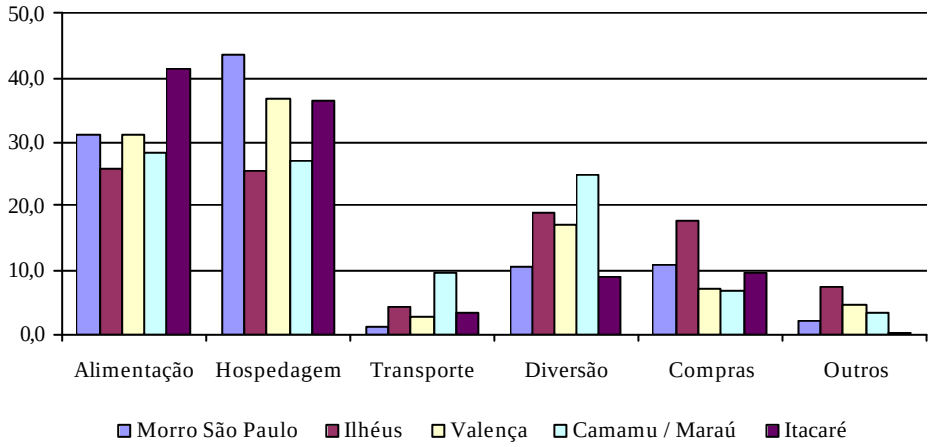
Fonte: PDTs

A última coluna apresenta os dados da EMBRATUR/FIPE sobre o mercado doméstico de turismo no ano de 2001. Nessa pesquisa, realizada após entrevistas com 15.000 pessoas, chegou-se a uma estrutura de gasto onde o transporte representa a maior fatia (inclui o gasto até o destino, o que não é considerado nas PDTs), seguido por alimentação e hospedagem. Apesar das diferenças nos percentuais, o ranking de gastos (excluído o transporte) é condizente com o observado nos destinos do Pólo Litoral Sul.

Itacaré é o destino no qual os gastos com alimentação são os mais representativos, alcançando quase 42% do total de gastos. Tal representatividade deve-se provavelmente ao fato de se encontrar ali boas e variadas opções de restaurantes turísticos, como mostrado no capítulo 3.9 – Qualidade da Oferta Competitiva.

No que se refere ao quesito compras, Ilhéus apresenta os maiores gastos se comparado com os demais destinos, devido a maior infra-estrutura turística proporcionada pelo destino.

Gráfico 3.12.1 – Média da Estrutura de Gastos – Destinos Selecionados do Pólo Litoral Sul (%)



Fonte: PDTs

Fluxo e Receita Turística

Apesar do crescimento constante no fluxo de turistas desde 1993, apresentado na Tabela 3.12.2, a receita gerada em dólares vem mostrando quedas desde 1998. Nos destinos de Valença e Morro de São Paulo esta queda é constante desde então, com exceção do ano de

2000, quando se verifica um pequeno aumento. Ilhéus se comporta de maneira semelhante a Valença e Morro de São Paulo.

A conversão dos valores em dólares para reais e sua atualização monetária pelo IGPM-FGV, entretanto, traçam um panorama distinto. De fato, como apresentado nas tabelas abaixo, a receita turística demonstra um crescimento contínuo desde 1994, excetuando-se o ano de 2000, cujos resultados foram comprimidos pela menor entrada de receita de mercados internacionais. Ao longo do período, no entanto, a média das taxas anuais de crescimento foi de aproximadamente 12%.

Ao mesmo tempo, dado o crescimento constante do fluxo de turistas, identifica-se uma receita por turista oscilando em torno de R$ 450,00, sem tendência expressiva de crescimento ou queda. Essa situação demonstra que o aumento da receita turística, tal como vem sendo observado, está exclusivamente relacionado com o aumento do fluxo. Isso demonstra que as estratégias devem efetivamente enfatizar um processo de crescimento prioritário de receita por turista. Para tanto, a diferenciação dos produtos e a agregação de valor na oferta aos turistas são elementos fundamentais.

Tabela 3.12.2 – Evolução do Fluxo Turístico – Principais Destinos/Pólo Litoral Sul (turistas)

Ano	Valença*	Morro de São Paulo*	Ilhéus	Fluxo Total
1993	93.060		145.540	**238.600**
1994	102.040		159.580	**261.620**
1995	101.780		159.170	**260.950**
1996	123.430		193.020	**316.450**
1997	129.870		197.370	**327.240**
1998	150.120		225.180	**375.300**
1999	161.480		242.220	**403.700**
2000	165.990		248.990	**414.980**
2001	59.560	99.260	238.230	**397.050**

(*) Até 2000 os dados sobre fluxo turístico em Valença e Morro de São Paulo eram agregados

Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991/2000 e 1991/2001 – Bahiatursa
**Até o ano de 2000, os valores de Valença e Morro de São Paulo eram agregados*

Tabela 3.12.3 – Evolução da Receita Turística dos Principais Destinos – Pólo Litoral Sul

	US$				R$ mil de 2001			
Ano	Valença*	Morro de São Paulo*	Ilhéus	Receita Total	Valença*	Morro de São Paulo*	Ilhéus	Receita Total
1994	17.060		32.800	**49.860**	29.858		57.406	**87.264**
1995	24.570		47.250	**71.820**	39.458		75.881	**115.339**
1996	28.270		54.370	**82.640**	45.190		86.910	**132.100**
1997	29.540		63.300	**92.840**	47.335		101.432	**148.766**
1998	31.130		68.100	**99.230**	52.639		115.152	**167.791**
1999	27.210		59.510	**86.720**	59.775		130.731	**190.506**
2000	27.410		59.970	**87.380**	55.367		121.137	**176.504**
2001	9.540	15.900	55.640	**81.080**	22.419	37.365	130.754	**190.538**

Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991/2000 e 1991/2001 – Bahiatursa
Elaboração: FGV

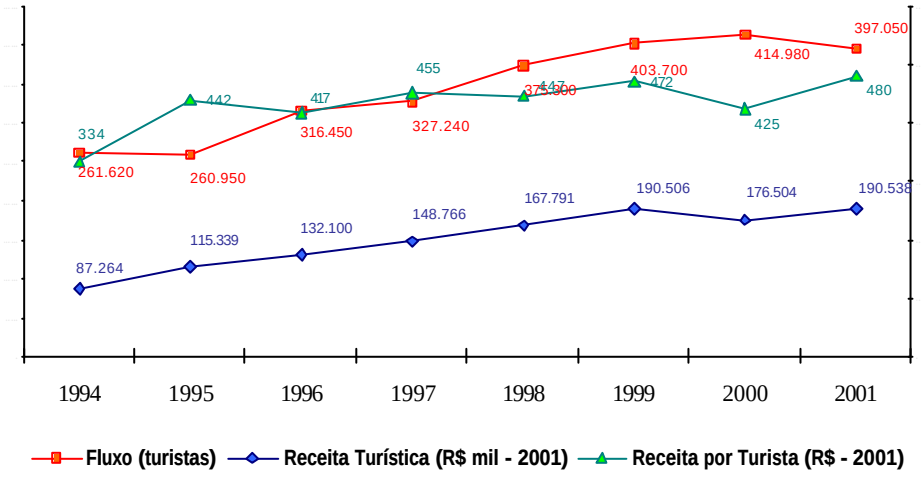
Correção pelo IGPM-FGV
**Até o ano de 2000, os valores de Valença e Morro de São Paulo eram agregados*

Tabela 3.12.4 – Evolução da Receita por Turista – Principais Destinos

	US$				R$ de 2001			
Ano	Valença*	Morro de São Paulo*	Ilhéus	Média PLS	Valença*	Morro de São Paulo*	Ilhéus	Média PLS
1994	167,19		205,54	**190,58**	292,61		359,73	**333,55**
1995	241,40		296,85	**275,23**	387,68		476,73	**442,00**
1996	229,04		281,68	**261,15**	366,12		450,27	**417,44**
1997	227,46		320,72	**283,71**	364,48		513,92	**454,61**
1998	207,37		302,42	**264,40**	350,64		511,38	**447,09**
1999	168,50		245,69	**214,81**	370,17		539,72	**471,90**
2000	165,13		240,85	**210,56**	333,56		486,51	**425,33**
2001	160,00	160,00	233,56	**204,21**	376,41	376,44	548,86	**479,88**

Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991/2000 e 1991/2001 – Bahiatursa
Elaboração: FGV
Correção pelo IGPM-FGV
**Até o ano de 2000, os valores de Valença e Morro de São Paulo eram agregados*

Gráfico 3.12.2 – Evolução do Fluxo, Receita por Turista e Total – Pólo Litoral Sul



Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991/2000 e 1991/2001 - Bahiatursa

Análise Global do Fluxo e Receita Turística

Os turistas da Região Sul do Brasil são os que geram maior receita média, seguidos dos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – Região Sudeste – e Goiás e Distrito Federal – Região Centro-Oeste. Apesar de grandes emissores, os Estados do Nordeste (exceto o Rio Grande do Norte, com um dos maiores valores entre os principais emissores) apresentam uma receita por turista baixa.

No segmento internacional, por sua vez, percebe-se uma grande variação nos valores, o que dificulta a análise. Ao longo dos anos, residentes de todos os países descritos geraram receitas médias interessantes, indicando bom potencial de gasto. Em 2000, americanos, chilenos, italianos e franceses apresentaram os maiores valores médios.

As tabelas abaixo apresentam a receita por destino, tanto nos principais Estados brasileiros quanto nos maiores destinos internacionais. A Tabela 3.12.6 apresenta os dados sobre os destinos nacionais, elaborados segundo a pesquisa FIPE/EMBRATUR de 2001. A seguinte (Tabela 3.12.7), disponibiliza dados da OMT para os principais destinos internacionais em 1998. Nota-se a diferença entre os dados da Bahiatursa e os dados da FIPE/EMBRATUR no que diz respeito à receita total na Bahia. Para valores de 2000 (US$ = R$1,83) a receita do turismo baiano, segundo a Bahiatursa foi de aproximadamente R$ 1.568 milhões. Pela pesquisa FIPE/EMBRATUR a receita foi de R$ 4.477 milhões (2001).

Entretanto, a comparação interna permite avaliar a posição da Bahia em relação aos demais destinos do Brasil. Percebe-se que a receita por turista na Bahia só fica atrás da receita por turista no Ceará. Em comparação com os outros países, a receita por turista na Bahia é maior que as apresentadas no México, França e Canadá.

Tabela 3.12.6 - Receita Média por Turista – Estados com Maior Receita Turística (2001)

Estado	Receita turística (R$ milhões)	Turistas (mil)	Receita / turista (R$)	Receita / turista (US$) *
São Paulo	7.811	10.501	743,84	316,53
Rio de Janeiro	3.581	4.364	820,70	349,23
Bahia	**4.477**	**3.888**	**1.151,57**	**490,03**
Minas Gerais	1.868	3.875	482,09	205,14
Paraná	1.523	2.954	515,36	219,30
Ceará	3.861	2.679	1.441,21	613,28
Rio Grande Sul	1.731	2.675	647,11	275,37
Santa Catarina	2.009	2.407	834,70	355,19
Rio Grande Norte	1.426	1.634	872,66	371,35
Pernambuco	1.800	1.599	1.126,10	479,19
Paraíba	643	850	757,20	322,21
Maranhão	396	594	667,00	283,83
Sergipe	505	540	936,66	398,58
Alagoas	398	519	767,21	326,47

Fonte: FIPE/EMBRATUR; Elaboração: FGV

(*) Dólar médio - R$ 2,35 (2001)

Tabela 3.12.7 – Receita Média por Turista – Países com Maior Receita Turística (1998)

País	Receita turística (US$ milhões)	Chegadas internacionais (mil)	Receita / turista (US$)
Estados Unidos	74.240	47.127	1.575,32
Itália	30.247	34.829	868,44
França	29.700	70.000	424,29
Espanha	29.585	47.743	619,67
Reino Unido	21.295	25.475	835,92
Alemanha	16.840	16.504	1.020,36
China	12.500	24.000	520,83
Áustria	12.164	17.282	703,85
Canadá	9.133	18.659	489,47
Polônia	8.400	18.820	446,33
Turquia	8.300	9.200	902,17
Suiça	8.208	11.025	744,49
México	7.850	19.300	406,74

Fonte: OMT; Elaboração: FGV

Permanência Média (PM) e Gasto Médio Diário Individual (GMDI)

As PDTs apresentam informações sobre os gastos e a permanência dos turistas nos principais destinos. O produto da permanência média pelo gasto médio diário individual resulta em uma outra estimativa de receita por turista. A Tabela 3.12.8 apresenta os dados. As informações foram disponibilizadas por segmento emissor, já que o comportamento de emissores nacionais e estrangeiros são distintos e internamente homogêneos.

Tabela 3.12.8 – PM e GMDI – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul

Indicador	Segmento	Morro de São Paulo	Ilhéus	Valença	Camamu / Maraú	Itacaré
GMDI * (US$)	Nacional	29,20	18,90	17,20	17,00	23,10
	Internacional	29,00	31,50	25,50	35,80	16,30
	Total	**28,50**	**19,30**	**17,30**	**17,70**	**22,40**
PM ** (dias)	Nacional	5,00	9,70	5,90	10,20	7,40
	Internacional	7,20	9,70	2,00	12,90	7,50
	Total	**5,70**	**9,70**	**5,90**	**10,30**	**7,40**
Receita / turista (US$)	Nacional	146,00	183,33	101,48	173,40	55,50
	Internacional	208,80	305,55	51,00	461,82	122,30
	Média	**162,45**	**187,21**	**102,07**	**182,31**	**165,76**

(*) Gasto Médio Diário Individual; (**) Permanência Média

Fonte: PDTs

O segmento internacional aponta com os maiores gastos médios individuais em todos os destinos pesquisados exceto em Itacaré e Morro de São Paulo. Neste último os GMDIs são praticamente os mesmos em ambos os segmentos de turista. O GMDI dos visitantes de Morro de São Paulo é o mais alto do grupo de destinos, seguido de Itacaré e Ilhéus. Camamu e Ilhéus apresentam os mais altos valores no segmento internacional.

Camamu/Maraú e Ilhéus possuem as permanências médias mais elevadas, são também os destinos com maior receita por turista. Entretanto, Morro de São Paulo consegue

praticamente a mesma receita por turista por conta do maior GMDI. Este fato pode ser resultado do baixo índice (em comparação aos demais destinos) de turistas que se hospedam em residências de familiares, amigos e próprias (capítulo 3.11 - Perfil do Turista).

Em relação à receita por turista, vê-se que Ilhéus apresenta a maior média e Camamu/Maraú conseguem uma receita por turista internacional que representa 9 vezes a de Valença, sinalizando que o aproveitamento do potencial turístico deste último município ainda não foi explorado.

Pelas Pesquisas de Demanda Turística elaboradas pela Bahiatursa, há um cruzamento que permite identificar o GMDI por origem dos turistas e motivação da viagem. Os resultados são apresentados na Tabela 3.12.9. A análise horizontal permite identificar as motivações que geram maior gasto individual diário. Como regra geral, os turistas com motivação relacionada à trabalho e negócios são os que apresentam maiores valores, quase sempre bem acima da média. Generalizando, ainda, pode-se identificar que os visitantes a passeio possuem valores ligeiramente acima da média, mas ainda inferiores aos resultados dos viajantes de negócio e trabalho. Aqueles que viajam para visitar parentes e amigos, por sua vez, geram baixos gastos diários individuais.

A análise vertical indica os mercados emissores com maiores gastos. Os turistas estrangeiros, apesar da pequena representatividade, geralmente são os que apresentam maiores valores de gasto diário individual. Os viajantes regionais (Nordeste) são os mais representativos em termos absolutos, mas são os que possuem menor gasto diário individual, sempre abaixo da média. Os turistas do Sudeste e os do Centro-Oeste representam um grupo de porte razoável e gasto individual diário mediano. Os turistas do sul, enfim, são um grupo de pequena representatividade e gasto individual geralmente acima da média.

As perspectivas de incremento da oferta turística estruturada permitem resultar em maior receita por turista, dada a maior participação de turistas com motivação de passeio e a maior oferta de atividades que gerem gastos. O aumento da participação de turistas não-regionais, por sua vez, acrescenta turistas com maiores gastos médios individuais, reforçando as expectativas de aumento de receita por turista.

Tabela 3.12.9 – GMDI (US$) por Mercado Emissor e Motivação da Viagem (2001)

Local	Origem	Gasto Médio Diário Individual (US$)					% Sobre Total de Turistas
		Passeio	Visita	Negócios	Trabalho	Média	
Morro de São Paulo	Norte	40,6	-	-	-	40,6	0,6%
	Nordeste	27,7	33,5	25,7	6,3	26,9	26,7%
	Centro-Oeste	26,3	19,1	-	-	25,6	8,2%
	Sudeste	31,0	35,9	60,9	101,5	30,7	29,7%
	Sul	33,1	-	-	-	33,1	5,1%
	Outros Países	30,2	19,1	54,6	20,0	29,0	29,7%
	Média	**29,2**	**24,2**	**43,4**	**47,1**	**28,5**	**-**
Valença	Norte	51,0	-	-	-	51,0	0,8%
	Nordeste	17,0	11,1	6,9	68,5	14,4	48,7%
	Centro-Oeste	20,2	13,3	-	-	18,6	20,2%
	Sudeste	26,0	13,0	-	12,5	16,8	27,1%
	Sul	20,7	-	-	-	20,7	1,6%
	Outros Países	25,5	-	-	-	25,5	1,6%
	Média	**21,1**	**13,3**	**6,9**	**57,8**	**17,3**	**-**
Camamu - Maraú	Nordeste	16,3	14,7	47,6	50,8	16,9	65,6%
	Centro-Oeste	11,5	-	-	-	11,5	4,7%
	Sudeste	24,0	10,6	-	-	21,4	21,6%
	Sul	10,4	21,0	-	-	10,6	3,4%
	Outros Países	35,8	-	-	-	35,8	4,7%
	Média	**17,7**	**13,8**	**47,6**	**50,8**	**17,7**	**-**
Ilhéus	Nordeste	16,5	9,4	18,5	29,2	16,5	30,4%
	Centro-Oeste	21,3	5,9	38,1	50,8	18,9	20,4%
	Sudeste	21,0	10,3	40,5	13,1	18,2	42,3%
	Sul	33,4	-	217,5	20,3	43,5	4,0%
	Outros Países	34,4	19,1	25,0	-	31,5	2,9%
	Média	**21,1**	**9,6**	**32,5**	**16,7**	**19,3**	**-**

Fonte: Bahiatursa (PDT)

Na Tabela 3.12.10 são apresentados os dados da permanência média por origem e motivação. Da mesma forma que na análise anterior, uma avaliação horizontal demonstra que há diferenças entre a permanência média dos turistas dos diferentes grupos. Curiosamente, no Pólo Litoral Sul os turistas de negócios e a trabalho possuem altos valores de permanência média. Dado que tendem a gerar um alto valor de gasto diário, são um dos principais geradores de receita para o Pólo. Os turistas com motivação de visita, por sua vez, apresentam permanência média alta, geralmente maior que a média. Os turistas com motivação de passeio possuem valores próximos à média.

Em relação à origem, os turistas estrangeiros possuem permanência média igual ou maior que os demais. Já os turista regionais, entretanto, possuem comportamento oposto, ficando sempre menos dias que a média. Esse fato indica a possibilidade de pequenas viagens de curta estadia. Como também apresentam menores valores de gasto diário individual, é um mercado que gera pouca receita proporcionalmente ao fluxo existente. Outros mercados importantes, em termos absolutos, são os do Sudeste e Centro-Oeste. Possuem uma participação representativa e geram valores de permanência próximos à média.

Como citado anteriormente, as expectativas de estruturação de uma atividade turística focada na motivação de passeio permitirá agregar novas atividades e gerar maior

atratividade para mercados não-regionais. Esses dois fatos, em conjunto, deverão gerar maiores valores de permanência média para o destino. Em que pese a menor participação relativa dos turistas que visitam parentes e amigos (com maior permanência média) e a perspectiva de busca por passeios mais curtos, no entanto, espera-se que haja crescimento mediano dessa variável.

Tabela 3.12.10 – PM (dias) por Mercado Emissor e Motivação da Viagem (2001)

		Permanência Média (dias)					
Local	**Origem**	**Passeio**	**Visita**	**Negócios**	**Trabalho**	**Média**	**% Sobre Total de Turistas**
Morro de São Paulo	Norte	3,5	-	-	-	3,5	0,6%
	Nordeste	3,8	4,8	7,0	4,0	4,0	26,7%
	Centro-Oeste	6,8	10,0	-	-	6,9	8,2%
	Sudeste	4,8	5,5	4,5	32,0	5,5	29,7%
	Sul	4,6	-	-	-	4,4	5,1%
	Outros Países	6,8	14,8	8,0	2,0	7,2	29,7%
	Média	**5,3**	**8,7**	**6,2**	**17,5**	**5,7**	**-**
Valença	Norte	1,0	-	-	-	1,0	0,8%
	Nordeste	4,1	4,8	10,8	1,8	4,7	48,7%
	Centro-Oeste	8,3	11,8	-	-	8,6	20,2%
	Sudeste	3,9	19,7	-	1,0	6,5	27,1%
	Sul	3,0	-	-	-	3,0	1,6%
	Outros Países	2,0	-	-	-	2,0	1,6%
	Média	**5,0**	**9,1**	**10,8**	**1,7**	**5,9**	**-**
Camamu - Maraú	Nordeste	10,3	8,6	4,0	4,0	9,8	65,6%
	Centro-Oeste	12,7	-	-	-	12,7	4,7%
	Sudeste	8,4	18,7	-	-	9,2	21,6%
	Sul	18,5	29,0	-	-	20,6	3,4%
	Outros Países	12,9	-	-	-	12,9	4,7%
	Média	**10,4**	**10,6**	**4,0**	**4,0**	**10,3**	**-**
Ilhéus	Nordeste	7,1	6,7	7,5	3,0	6,6	30,4%
	Centro-Oeste	9,5	11,6	3,0	4,0	9,6	20,4%
	Sudeste	10,3	14,5	12,8	18,6	12,1	42,3%
	Sul	8,9	-	7,0	5,8	7,9	4,0%
	Outros Países	9,3	15,0	2,0	0,0	9,7	2,9%
	Média	**9,1**	**11,8**	**9,2**	**10,4**	**9,7**	**-**

Fonte: Bahiatursa (PDT)

Conclusão

Impacto no PIB

O impacto no PIB é a participação que o efeito total dos gastos turísticos (efeito direto mais efeitos secundários) tem no PIB regional. Para melhor estimar o impacto é necessário que o gasto de cada segmento conhecido seja multiplicado pelo seu respectivo multiplicador. O efeito total, pelos cálculos da Bahiatursa, é o produto dos gastos turísticos pelo multiplicador de gastos. O método de cálculo do impacto é apresentado a seguir.

Multiplicador de gastos (MT_G)

Gastos diretos geram gastos indiretos (gastos relacionados com a cadeia produtiva do bem/serviço oferecido) e gastos induzidos (gastos na economia local gerados pelo aumento da renda dos beneficiados).

$$\mathbf{MT_G = GT / GD}$$

GT = **GD** + **Gidr** + **Gidz**, onde
GT = Gastos Totais
GD = Gastos Diretos
Gidr = Gastos Indiretos
Gidz = Gastos Induzidos

A Bahiatursa utiliza em seus cálculos as seguintes estimativas de multiplicadores:

Multiplicador	**Valor**	**Responsável pelo Estudo**
MT_G Internacional	2,85	FIPE
MT_G Nacional	1,75	OMT / EMBRATUR

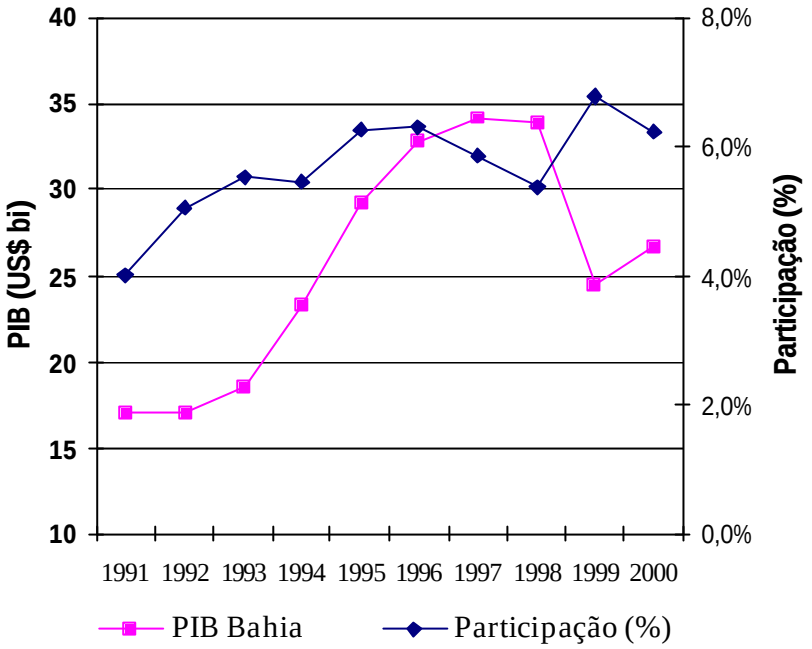
Assim, analisando o segmento nacional e o internacional chega-se aos seguintes números:

Tabela 3.12.11 – Participação da Renda Turística no PIB da Bahia (US$ bi)

Ano	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**	**1995**	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**	**2000**
PIB Bahia	16,99	16,99	18,63	23,28	29,22	32,84	34,19	33,93	24,49	26,7
Renda Turística	0,680	0,860	1,030	1,270	1,830	2,070	2,000	1,830	1,660	1,660
Participação (%)	4,0%	5,1%	5,5%	5,5%	6,3%	6,3%	5,8%	5,4%	6,8%	6,2%

Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991-2001 – Bahiatursa

Gráfico 3.12.3 – Evolução da Participação do Turismo no PIB Baiano



Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991-2002 – Bahiatursa

Impacto nos PIBs Municipais

As estimativas para o PIB do Pólo Litoral Sul foram baseadas em números oficiais da SEI. Pelos cálculos, a soma do PIB de todos os municípios foi de R$ 982 milhões em 1998. Para o mesmo ano, o PIB baiano foi de R$ 38,7 bilhões. A proporção entre os dois foi de 2,54%. Mantendo essa proporção para o PIB de 2001, temos um PIB estimado em R$ 1,32 bilhões para o Pólo em 2001.

Pela Tabela 3.12.3 – Evolução da Receita Turística dos Principais Destinos – Pólo Litoral Sul, a receita gerada nos principais destinos do Pólo com gastos turísticos nacionais e internacionais foi de US$ 75,9 milhões (2001), incrementando o PIB (também pelo método dos multiplicadores) em US$ 142,1 milhões (ver Tabela 3.12.12).

Assim, considerando o PIB de 2001 (R$1,32 bilhões), e a contribuição do turismo dos principais destinos do Pólo Litoral Sul, representando aproximadamente R$ 333,9 milhões (US$ 1 = R$ 2,35[84]), temos um impacto do turismo nos principais destinos no PIB de 25,3%. Se fossem disponíveis mais dados sobre fluxo e receita turística no restante do Pólo, seriam detectadas outras fontes de renda turística, gerando um valor ainda maior. Mesmo assim, trata-se de um valor extremamente representativo para a economia local.

Renda

A renda gerada pelas vendas inclui os salários e demais benefícios repassados aos trabalhadores do setor turístico. Segundo dados da Bahiatursa, o impacto do turismo na Bahia para o ano de 2001 foi de US$ 1.410 milhões, sendo que a parte distribuída para salários

[84] Dólar comercial médio para 2001 (FGV)

foi estimada em US$ 509 milhões (36,1% do total). Mantendo-se a proporção para a receita agregada nos principais destinos do Pólo Litoral Sul, chega-se aos seguintes números:

Tabela 3.12.12 - Estimativa de Impacto das Receitas Turísticas no PIB – US$ mil (2001)

Turistas	Receita	Multiplicador	Impacto PIB	% Total	Renda
Nacionais	72.375,91	1,75	126.657,85	83,6%	45.723,48
Internacionais	8.704,09	2,85	24.806,65	16,4%	8.955,20
Total	**81.080,00**	**-**	**151.464,50**	**-**	**54.678,68**

Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991-2000 e 1991-2001;
Elaboração: FGV

Os gastos turísticos são responsáveis por uma parcela considerável do PIB baiano e do Pólo Litoral Sul. Comparados com outros países e Estados, os valores da Bahia estão bem posicionados, mas demonstram que há espaço para crescimento tanto no gasto médio diário individual (GMDI) como na permanência média. O aumento pode ser atingido pela diversificação e diferenciação de produtos; pelo fomento de novos complexos turísticos e empreendimentos a exemplo dos em desenvolvimento em Itacaré; ou pela revitalização de destinos como Morro de São Paulo e Valença. Com mais opções de atividades, os turistas ficariam mais dias no Pólo Litoral Sul (aumento da permanência média). Com a melhoria na formatação de produtos turísticos haveria maior aproveitamento do fluxo (aumento do GMDI).

.

3.13. Investimentos Futuros do Setor Privado

Introdução

Na atividade do planejamento turístico, a resposta de empreendedores aos estímulos de desenvolvimento oferecidos pelas políticas públicas pode ser entendido como um termômetro do potencial turístico da região. Por isso é tão importante acompanhar os investimentos realizados pelo setor privado.

Um primeiro indicador é quanto ao retorno dos investimentos e das ações públicas, ou seja, quanto os investidores privados estão trazendo para a região. Essa informação está relacionada ao impacto dos investimentos na economia local, através de empregos e compras.

Uma outra informação necessária é em relação ao direcionamento que o mercado está dando ao destino turístico e como ele lê essas ações e investimentos públicos, ou seja, qual é a resposta qualitativa do mercado às ações do governo. Permite, assim, o acompanhamento das ações indutoras de desenvolvimento.

Essas informações, portanto, são de extrema relevância para o planejamento e gestão do turismo. Além de ser necessária uma estimativa sobre os benefícios que as ações públicas trazem para a comunidade, conhecer o retorno dos investimentos é uma forma de acompanhar a performance da gestão e controlar os seus resultados.

A SUINVEST criou, como forma de gerir o crescimento do turismo no Estado, uma ferramenta para acompanhar os investimentos turísticos privados. De acordo com esse sistema, os investimentos podem se encontrar em três situações: em projeto; em execução e concluídos. Com base nesse material e através de contato direto com os empreendedores durante a pesquisa de campo no Pólo Litoral Sul, chegou-se às informações presentes nesse capítulo.

Investimentos Privados no Pólo Litoral Sul

A decisão de investir em um determinado projeto depende de vários fatores. A primeira avaliação deve considerar os aspectos econômicos do projeto, ou seja, qual é a sua rentabilidade e o seu retorno. Dentre as diversas alternativas, o investidor vai escolher aquela que oferece a melhor relação retorno-risco.

Além desses fatores quantificáveis, é preciso também ter em mente fatores de ordem subjetiva, não-quantificáveis, como as metas do investidor, as restrições relativas a financiamento e investimento, as políticas operacionais e administrativas adotadas para o negócio etc.

Um primeiro fator importante para a escolha do investimento é o cenário macro-econômico, isto é, quais são as previsões do investidor em relação ao futuro da economia do país ou do Estado. Acreditar em um cenário estável e favorável, permite ao investidor planejar por um prazo mais longo.

Em adendo, o empresariado precisa acreditar que o Poder Público continue com os seus incentivos às atividades turísticas. Esse setor da economia é muito sensível a variações no

cenário político e social da região. Os empreendedores, portanto, precisam acreditar que as ações públicas para o desenvolvimento do Turismo irão continuar acontecendo.

Um último elemento favorável aos investimentos é relacionado com as facilidades de infra-estrutura, a disponibilidade de financiamento e os atrativos do destino. Esses fatores são condicionados à presença dos dois citados anteriormente.

Investimentos Hoteleiros Realizados no Pólo 1991 - 2000

A tabela abaixo fornece dados sobre investimentos privados em hotelaria realizados no Pólo Litoral Sul entre 1991 e 2003.

Tabela 3.13.1 – Investimentos Privados Concluídos no Pólo Litoral Sul – 1991-2003[85]

Período	1991/1995	1996/2000	2001/2003	1991/2003	% sobre total
Costa do Dendê					
Valor	13.033.300	7.725.100	620.000	**21.378.400**	22%
UHs	848	432	8	1.288	31%
Empreendimentos	58	42	1	101	36%
Costa do Cacau					
Valor	27.208.000	45.402.005	2.267.400	**74.877.405**	78%
UHs	1.614	1.053	141	2.808	69%
Empreendimentos	109	64	9	182	64%
PÓLO LITORAL SUL					
Valor	**40.241.300**	**53.127.105**	**2.887.400**	**96.255.805**	100%
UHs	2.462	1.485	149	**4.096**	100%
Empreendimentos	167	106	10	**283**	100%

Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

A tabela ilustra um volume de investimentos na Costa do Cacau bastante maior do que o volume observado na Costa do Dendê. Alguns empreendimentos de grande valor agregado garantem a preponderância desta Zona. É o caso dos empreendimentos Cana Brava Resort e Opaba Praia Hotel, em Ilhéus, dos resorts em Itacaré (Txai Resort e Itacaré Eco Resort) e da ampliação do Hotel Transamérica, na Ilha de Comandatuba (Una).

Tais investimentos refletem um maior desenvolvimento da Zona no que diz respeito a infra-estrutura e acessos. A presença do Aeroporto de Ilhéus, somada às valiosas caracterizações versadas nos livros de Jorge Amado (internacionalmente conhecidos) sustentam uma imagem positiva da região no mercado turístico nacional e internacional. Além disso, os investimentos realizados pelo Estado nessa região (destaque para a APA Itacaré-Serra Grande e Estrada-Parque Ihéus-Itacaré, com recursos do PRODETUR NE I) tiveram grande repercussão nos investimentos privados. Nota-se, por exemplo, a grande quantidade de investimentos em Itacaré após 1995 (ano de implantação da estrada).

A Costa do Dendê passa a ganhar maior envergadura e maior consideração do mercado somente nos últimos 5 anos, como conseqüência da nova política de desenvolvimento do Estado da Bahia, proposta em 1991, que buscava a descentralização dos investimentos para

[85] A Tabela 3.13.1 considera somente os empreendimentos que têm UHs, estando excluídos os projetos turísticos que não são meios de hospedagem.

um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões. Como reflexo desta política, se construiu, num acordo entre o Governo da Bahia, o Ministério da Aeronáutica e o setor privado, o aeroporto de Valença. O PRODETUR NE I já investiu recursos para o acesso do aeroporto ao Terminal Marítimo de Bom Jardim, procurando promover o transporte multimodal no Pólo, mas ainda sem resultados na atração de vôos comerciais. O aeroporto passa hoje por uma situação de grande ociosidade.

Investimentos Hoteleiros Previstos e em Execução

Além dos investimentos realizados, a SUINVEST faz o acompanhamento dos investimentos em implementação e dos programados para o futuro. Os investimentos em projeto (programados) consistem em projetos em que a localização e o conceito já estão definidos, aguardando financiamento, licenciamento ambiental ou desenlace de algum outro entrave. Os empreendimentos em fase de execução já iniciaram sua implementação e devem entrar em operação em breve

A Tabela 3.13.2 lista os principais projetos em execução:

Tabela 3.13.2 – Investimentos em Execução e em Projeto - Pólo Litoral Sul

Município	Montante de Investimentos (US$)	UHs
Canavieiras	6.000.000	120
Itacaré	335.000.000	5.320
Valença	35.000.000	700
Total Pólo Litoral Sul	**376.000.000**	**6.140**

Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

O montante de **investimentos em execução** tem pequenas proporções se comparado aos montantes de investimentos em projeto. Destaca-se o município de Itacaré, que está com mais de 80% dos investimentos em execução no Pólo Litoral Sul. Nos investimentos em projeto, volta a se destacar o município de Itacaré, também com mais de 80% dos recursos programados. Este montante, entretanto, provém de um único investimento, que possui um prazo de implantação extremamente longo.

Em relação a este empreendimento, vale ressaltar que a possibilidade de sua implantação ainda guarda algumas dúvidas, dadas as dimensões do mesmo. Até hoje, o maior investimento hoteleiro concentrado em uma região na Bahia foi o Complexo Sauípe, que soma pouco mais de 1.560 UHs. O empreendimento em questão tem um total de 5.000 UHs, devendo serem avaliadas suas condições de implantação e impacto ambiental de acordo com a capacidade de carga do município de Itacaré. Se a cidade suportar tal projeto, ele provavelmente será realizado em etapas, o que pode resultar na postergação da data prevista de conclusão (2009).

Provavelmente este *boom* de investimentos no município seja resultado da construção do trecho da BA-001 que liga Ilhéus a Itacaré (1995). O entorno da estrada ainda apresentam algumas oportunidades interessantes para investimentos em ecoturismo.

Do total dos **investimentos em projeto** para os próximos anos no Pólo, 90% estão destinados à Costa do Cacau, ficando a Costa do Dendê com apenas 10%. As intervenções do PRODETUR NE I no Pólo se concentraram na implementação das APAs de Itacaré - Serra

Grande e Lagoa Encantada (Costa do Cacau) e Pratigi (Costa do Dendê), além da estrada Ihéus-Itacaré e do Parque Estadual do Conduru. A garantia de preservação e a atenção ao ambiente provavelmente são fatores que influem na decisão de investir na área. No caso de Itacaré, a presença da APA somada à implantação da rodovia gera grandes oportunidades para o desenvolvimento do ecoturismo, baseado nos atrativos naturais e culturais da região.

Na Costa do Dendê, os investimentos futuros refletem precisamente a situação do turismo na Zona Turística. Existem investimentos programados para Maraú e Valença. Maraú é um destino ecoturístico, em fase de pleno desenvolvimento, cuja acessibilidade só pode ser feita via marítima ou em estrada não-asfaltada de péssimas condições. Valença tende a ser o grande portal de entrada da Costa do Dendê. Diversos outros destinos na Zona apresentam boas oportunidades de investimento, que vêm aos poucos sendo descobertas por turistas e empreendedores. Exemplos destes destinos são a Ilha de Boipeba, Ituberá (onde foi implantada a APA do Pratigi) e Cairu.

É notório que as intervenções do PRODETUR NE I, além de outros investimentos realizados pelo Governo do Estado tiveram grande influência no quadro atual de investimentos privados no Pólo. Os resultados destes investimentos e intervenções ainda estão brotando em grandes empreendimentos, como o de Itacaré, que deve ter mais de 5 mil UHs.

A partir da constatação que as intervenções do PRODETUR e do Governo geraram reflexos e alavancaram os investimentos privados no Pólo, deve-se eleger novas áreas de intervenção sob duas óticas. De um lado, deve-se eleger as áreas para que (i) os investimentos já realizados pelo PRODETUR NE I sejam completados e tenham seus reflexos no desenvolvimento do turismo maximizados e (ii) estejam preparadas para receber grandes investimentos do setor privado e provável aumento no fluxo de turistas. Por outro lado, deve-se planejar o desenvolvimento de áreas de grande potencial, mesmo as que não foram incluídas no âmbito do PRODETUR NE I, para que os investidores tenham mais opções de investimentos no Pólo e para que os destinos turísticos se desenvolvam de maneira equilibrada, evitando grandes impactos ambientais e sociais com a chegada da atividade turística em localidades despreparadas para tanto.

Investimentos Não-Hoteleiros

Dentro do banco de dados de controle dos investimentos privados elaborado pela SUINVEST, a grande maioria dos investimentos referem-se a empreendimentos hoteleiros. Estes empreendimentos foram contemplados na análise acima.

No Pólo Litoral Sul, o único investimento que não previu UHs em sua implantação foi o Ecoparque de Una, realizado em 1997 no valor de US$ 200 mil. O Ecoparque é uma RPPN (Reserva Particular do Patrimônio Natural), implantada sob a iniciativa do Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB) em parceria com a *Conservation International*. Trata-se de uma Unidade de Conservação (UC) que oferece possibilidade de visitação e lazer em seus atrativos. Entre estes, merece destaque a trilha suspensa na copa das árvores, permitindo a prática do arvorismo entre Micos-Leões-da-Cara-Dourada a 20m do chão.

Alguns empreendimentos cadastrados no banco de dados não são exclusivamente hoteleiros, mas por apresentarem UHs em seu projeto, foram considerados na análise dos empreendimentos hoteleiros. Estes empreendimentos, no Pólo, dividem-se em:

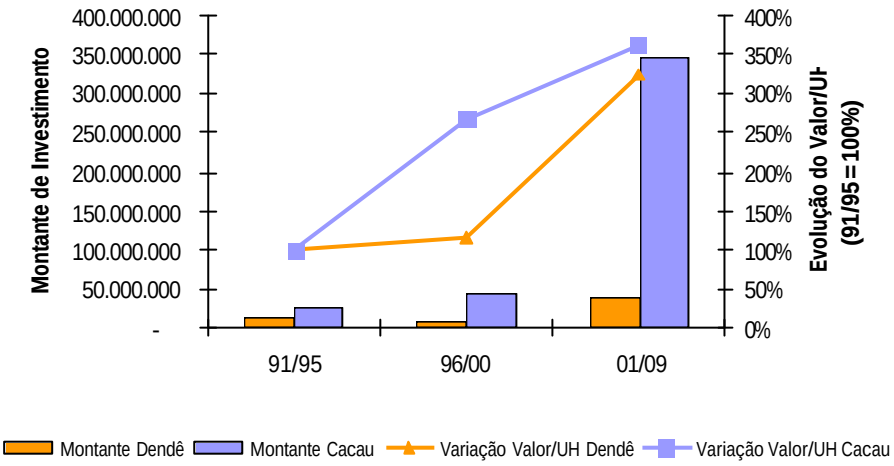
- Marinas;
- Clubes de Surfe, e
- Empreendimentos mistos – residenciais e hoteleiros

Efetivamente, foram poucos os empreendimentos turísticos não hoteleiros desenvolvidos ou projetados no Pólo. Assim, recomenda-se que o Estado estimule a implantação pelo setor privado de outras classes de empreendimentos, como restaurantes, parques temáticos, equipamentos de lazer, centros culturais, lojas de *souvenirs* etc.

Qualidade dos Investimentos

O valor investido por UH está diretamente relacionado à sofisticação e qualidade dos meios de hospedagem. O gráfico abaixo ilustra os montantes de investimentos nas duas Zonas Turísticas para os períodos 1991-1995, 1996-2000, 2001-2009. As linhas representam a evolução do valor investido por UH, ,também para cada Zona.

Gráfico 3.13.1 – Montantes de Investimento e valores investidos por UH - Pólo Litoral Sul



Fonte: SUINVEST Abril/2003
Elaboração: FGV 2003

Apesar de último período ser maior do que os demais, mais de 90% do montante investido na Costa do Cacau neste período representa apenas um empreendimento, o que garante a comparabilidade com os demais períodos. Percebe-se uma disposição cada vez maior em investir no Pólo Litoral Sul, principalmente pelo aumento no volume de recursos investidos (ou a serem investidos) na região ao longo dos três períodos analisados.

Além da maior disposição de investir no Pólo, nota-se um grau crescente de sofisticação dos empreendimentos, já que o valor investido por UH chega a crescer 250% em relação ao primeiro período. Para a análise da evolução na sofisticação dos empreendimentos hoteleiros através do valor investido por UH, algumas ressalvas merecem ser observadas:

- Os valores são cadastrados nos bancos de dados da SUINVEST em dólares americanos. O controle de investimentos privados no pólo passou a ser feito, no atual modelo, a partir de 1998. Portanto, grande parte dos empreendimentos cadastrados têm seus valores em dólares de 1998. Entretanto, após esta data, os novos investimentos têm seus valores lançados em dólares vigentes na data em que foram cadastrados, e não mais em dólares de 1998. Não havendo a informação do ano em que cada investimento foi cadastrado, não é possível atualizar os valores em dólares.

Portanto, para os fins desta análise, considera-se que os valores em dólar se mantiveram estáveis desde 1998.

- Sabe-se que a moeda americana, desde 1998, apresentou pequenos índices de inflação. O crescimento do valor investido por UH foi, contudo, maior do que a inflação observada, o que permite a formulação da hipótese de que os valores realmente investidos aumentaram desde aquele ano.
- A questão da desvalorização do Real a partir de janeiro de 1999 também distancia um pouco a análise da situação real. Se os valores investidos em dólar apresentassem queda ao longo dos períodos, essa queda, em Reais (R$) seria muito maior, dada a desvalorização da moeda nacional. Entretanto, se constatou um grande aumento nos valores investidos em dólar. Somando-se a este aumento à desvalorização do real, percebemos que os valores investidos em real cresceram ainda muito mais do que os valores em dólar. Esta conclusão corrobora a evolução na sofisticação dos empreendimentos.

Mesmo ponderando a análise dos investimentos (que não considera a inflação da moeda americana nem a desvalorização do Real), é possível observar um grande aumento no valor investido por UH no Pólo Litoral Sul, reflexo de uma tendência de sofisticação crescente dos investimentos no Pólo.

Os dados induzem a acreditar que os investimentos do Governo do Estado iniciados em 1991 e do PRODETUR NE I – amplamente implementados no período de 95-98, além de ações que perduram até hoje – foram determinantes para o início do desenvolvimento turístico da região. Atualmente, os investimentos na área vêm atraindo empreendimentos de alta sofisticação para o Pólo Litoral Sul.

O grande potencial turístico da Costa do Cacau é um importante aliado para reverter a situação de estagnação econômica na qual a maioria dos municípios da área se encontra após a crise do cacau durante as décadas de 80 e 90.

Atração de Investimentos para o Pólo Litoral Sul

Política Estadual de Atração de Investimentos

A estratégia de atração de investimentos privados para a atividade turística no Estado é implementar infra-estruturas imprescindíveis ao desenvolvimento do setor. Mais recentemente, a perspectiva estratégica do Governo do Estado visa a descentralização dos investimentos, para um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões.

De posse de tais infra-estruturas, o Governo do Estado faz esforços de promoção tanto das potencialidades locais quanto da infra-estrutura disponível, isto é, promove os recursos existentes nos locais de investimento. Dentro as Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia (SCT), o órgão responsável pela atração de investimentos privados no turismo é a SUINVEST, Superintendência de Investimentos em Pólos Turísticos.

As principais ações observadas no sentido de atrair investimentos para o Pólo são relacionadas à **divulgação** de oportunidades de investimento e **assessoria aos investidores** (Programa de Atendimento Empresarial), além, é claro, do planejamento das intervenções que impactam a atividade turística. Estas duas vertentes fazem parte do "Programa de Captação de Investimentos Privados".

As ações de divulgação e promoção do Pólo como um local atrativo para investimentos turísticos são vistas em material impresso e no site da SCT, além da participação em

congressos e reuniões relacionadas ao setor. Especificamente no Pólo Litoral Sul, merecem destaque as seguintes ações:

- Realização do Seminário para Investimentos no Turismo, em Ilhéus, com a participação de 200 empresários para discussão do Prodetur e de linhas de crédito existentes, com participação do Desenbanco, Banco do Brasil e BNB;
- Ampliação, atualização e envio para investidores do Cadastro de Áreas para Turismo e Hotéis à venda no Estado da Bahia;
- Elaboração e impressão do folheto Fontes de Financiamento para Investimentos Privados em Turismo;
- Lançamento do Boletim Trimestral *Bahia Tourism Invest* – atualmente na 27ª edição, enviado por mala direta para empresas e investidores internacionais;
- Lançamento de Folheto Programa de Desenvolvimento do Turismo na Bahia - "Oportunidades de Investimentos", elaborado em 3 idiomas;
- Participação no Seminário do Banco INTESA-BSCI e Ministério do Esporte e Turismo em Roma/Itália e com o Banco Paribas em Paris;
- Participação em diversos Seminários “Hotels & Resorts” em São Paulo, para promoção de investimentos na Bahia;
- Reedição da brochura sobre Investimentos na Bahia em 2 idiomas para promoção junto a potenciais investidores;
- Realização em Seminários em Lisboa, promovidos pelo Banco Espírito Santo e Deutsche Bank;
- Publicações de livros técnicos de turismo (com *cases* da Bahia) e dos Roteiros Ecoturísticos da Bahia.

Estas ações foram implementadas em grande parte com recursos do PRODETUR NE I, o que mostra a influência deste programa na consolidação da política de atração de investimentos para o Estado e para o Pólo.

Quanto à assessoria aos investidores, dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado, há uma equipe, vinculada à SUINVEST, responsável pelo atendimento aos empresários interessados em investir em empreendimentos turístico-hoteleiros nos pólos de desenvolvimento (Programa de Atendimento Empresarial). Essa equipe tem por responsabilidade apoiar a viabilização dos projetos, colaborando durante as etapas de seleção das áreas, conceituação do negócio, tramitação junto aos organismos estaduais e municipais (licenças ambientais, comerciais, alvarás etc) e captação de fundos.

Para conseguir viabilizar um empreendimento turístico no Estado, o investidor se vê obrigado a tratar com diversos órgãos gestores do Governo, em busca de autorizações e licenças. A mediação feita pela SUINVEST entre investidores e órgãos gestores é uma iniciativa que busca amenizar os trâmites burocráticos necessários a quem quer investir, essencial para a dinamização dos investimentos turísticos no Estado. Entre 1995 e 2002, a SUINVEST realizou mais de 1.500 atendimentos a investidores interessados no Estado.

Programas de Apoio Financeiro para o Turismo

Em relação às opções de financiamento, as linhas de crédito nacionais atualmente disponíveis para investidores em turismo no Nordeste e recomendadas pela SUINVEST são as seguintes:

Tabela 3.13.3 – Linhas de Crédito Nacionais

Produtos	Fonte/Agente	Público-Alvo	Finalidade
PRÓ-TURISMO Programa de Apoio ao Turismo na Bahia	FUNDESE / Desenbahia	Empresa de qualquer porte	Investimentos fixos
PROATUR Programa de Apoio ao Turismo Regional	FNE / Banco do Nordeste	Empresa de qualquer porte	Investimentos fixos de micro e pequenos empreendimento turísticos. Capital de giro associado de até 15%.
BNDES Automático	BNDES / Todos	Médias e grandes empresas	Investimentos fixos. Capital de giro associado de até 35%.
PEMPE Programa de Apoio à Pequena e Média Empresa	BNDES / Todos	Micro e pequenas empresas	Investimentos fixos. Capital de giro associado de até 100%.
FINEM Financiamento à empresa	BNDES / Todos	Médias e grandes empresas	Investimentos fixos. Capital de giro associado de até 35%.
PROFAT Programa de Amparo ao Trabalhador	FAT / Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Desenbahia	Micro e pequenas empresas	Investimentos fixos. Capital de giro associado de até 50%.
PRO-TRABALHO	FAT / Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Desenbahia	Empresa de qualquer porte	Investimentos fixos. Capital de giro associado de até 50% (micro/pequenas) e até 35% (médias/grandes).
FUNGETUR Fundo Geral de Turismo	FUNGETUR / Desenbahia e Banco do Nordeste	Empresa de qualquer porte	Investimentos fixos
FINOR Fundo de Investimento do Nordeste	FINOR / Banco do Nordeste	Sociedades Anônimas	Investimentos fixos

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo

As condições de garantia, o local onde será aplicado o recurso, os limites de valor e os prazos do financiamento são, além dos identificados na tabela, os principais fatores de diferenciação entre as linhas de crédito.

Ao lado dessas linhas nacionais, são disponibilizadas as seguintes linhas internacionais:

Tabela 3.13.4 – Linhas de Crédito Internacionais

Produtos	Fonte/Agente	Público-Alvo	Finalidade
IFC International Financial Corporation	FUNDO IFC / Banco Mundial	Empresas com faturamento entre US$ 40-400 milhões anuais	Investimentos fixos, capital de giro, carência e custos operacionais.
IIC Inter-American Investment Corporation	FUNDO IIC	Empresas de grande porte	Empréstimos ou investimentos de capital acionário

Fonte: Secretaria de Cultura e Turismo

Quanto aos programas de incentivos fiscais estaduais, atualmente dois estão vigentes para empreendimentos turísticos:

- **PROBAHIA** (Programa de Promoção do Desenvolvimento da Bahia) – Financia até 75% do ICMS recolhido com a aquisição de máquinas, equipamentos, móveis e utensílios de empreendimentos novos ou em ampliação, com juros baixos e até 3 anos de carência;
- **ENERGIA** – Redução de alíquota de ICMS sobre o consumo de energia elétrica para o setor hoteleiro de 25% para 12%.

Como em todo o país, as garantias mínimas são altas, as taxas pouco competitivas e os prazos de carência e pagamento são curtos. Na prática, o resultado dos empreendimentos raramente é suficiente para honrar o financiamento, ficando os financiamentos limitados a quem já possui recursos. A comunidade local dificilmente consegue uma linha de crédito viável. Os moradores das regiões turísticas, sem capacidade de investimento próprio e com baixa qualificação, não conseguem inserir-se na atividade turística como empreendedores.

Um mecanismo que permitiria maior inserção das comunidades locais na atividade seria o apoio ao associativismo e ao cooperativismo. Através destas associações, a aproximação junto às fontes e aos agentes seria facilitada. Poderia ser exigida, ao mesmo tempo, a participação dos empreendedores em programas de qualificação, aumentando a possibilidade de sucesso dos novos empresários. Uma parceria entre os agentes financiadores, os formuladores dos programas de qualificação e os órgãos executores seria indispensável para a melhoria das condições de crédito às comunidades receptoras.

Licenciamento Ambiental

> *"Licenciamento Ambiental é o procedimento administrativo pelo qual a administração pública, por intermédio do órgão ambiental competente, analisa a proposta apresentada para o empreendimento e o legitima, considerando as disposições legais e regulamentares aplicáveis e sua interdependência com o meio ambiente, emitindo a respectiva LICENÇA.*
>
> *Licenciar uma atividade significa avaliar os processos tecnológicos em conjunto com os parâmetros ambientais e sócio-econômicos, fixando medidas de controle, levando-se em conta os objetivos, critérios e normas para conservação, defesa e melhoria do ambiente e, especialmente, as diretrizes de planejamento e ordenamento territorial do Estado."*[86]

No Estado da Bahia, o licenciamento ambiental é de responsabilidade do CRA (Centro de Recursos Ambientais, vinculado à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e ao Conselho Estadual de Meio Ambiente – CEPRAM, que é tripartite e paritário, com 05 membros da estrutura do governo, 05 membros de ONGs e 05 membros da sociedade civil organizada.

O licenciamento é requerido para todos os empreendimentos ou atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, que utilizam os recursos ambientais, bem como os empreendimentos que possam causar degradação ambiental.

Dentre estes empreendimentos, incluem-se os seguintes grupos de atividades:

- Agricultura, Florestas, Caça e Pesca;
- Mineração;
- Indústrias de Transformação;
- Transporte;
- Serviços;

[86] Fonte: "Manual – Novo Licenciamento Ambiental Passo a Passo – Normas e Procedimentos". CRA, 2001, pg. 3.

- Obras Civis; e
- Empreendimentos Urbanísticos, Turísticos e de Lazer.

A licença ambiental é necessária tanto para os empreendimentos do setor privado quanto para intervenções e equipamentos a serem implantados pelo poder público (rodovias, estações de tratamento de esgoto, aterros sanitários etc.).

Todos os empreendimentos que usufruam de isenções fiscais ou financiamentos, concedidos direta ou indiretamente pelo Estado, precisam da licença ambiental independente de seu porte, sob pena de os benefícios serem sustados pelo CEPRAM ou pelo agente financiador. Assim, qualquer empreendimento que precise de financiamento terá que pleitear a licença ambiental.

A aquisição da Licença Ambiental depende de um procedimento determinado pelo CRA, composto das seguintes etapas:

1. Requerimento da Licença;
2. Análise Técnica (CRA);
3. Apreciação pelo CEPRAM;
4. Publicação da Resolução CEPRAM;
5. Emissão do Certificado de Licença.

O processo todo dura entre 30 dias e 12 meses, de acordo com o tipo de licença pleiteada e dimensão do empreendimento.

Situação dos Empreendimentos Projetados para o Pólo Litoral Sul em Relação às Licenças Ambientais

O licenciamento ambiental é um procedimento necessário a empreendimentos e atividades de diversos setores. Dentre esses, os empreendimentos turísticos são apenas um pequeno grupo, representado no Pólo Litoral Sul por 4 empreendimentos (ver Tabela 3.13.2 – Investimentos em Execução e em Projeto - Pólo Litoral Sul).

A análise técnica do CRA é realizada para cada empreendimento isoladamente, não estando disponíveis informações agregadas por atividade sobre o andamento dos processos. Além disso, informações sobre o andamento do processo antes do deferimento poderão ser obtidas através do site do CRA (www.cra.ba.gov.br). As informações atualizam o empreendedor apenas sobre as vias de análise do processo e não sobre a análise técnica propriamente dita.

Deste modo, não se sabe qual é o estágio de licenciamento ambiental atingido pelos empreendimentos em projeto no Pólo. No entanto, os empreendimentos hoteleiros, por gerarem significativos impactos ambientais (como exemplo, pode-se citar o aumento na geração de resíduos sólidos e efluentes), são legalmente obrigados a apresentarem licenciamento ambiental.

A estrutura desenvolvida pelo CRA para orientar e facilitar os investidores no momento da solicitação das licenças faz o processo ser mais rápido e eficiente. Todas as informações necessárias ao investidor estão disponibilizadas no site do órgão (**www.cra.ba.gov.br**). A disponibilidade de informações e procedimentos aliada ao serviço de assessoria aos investidores prestado pela SUINVEST (além da infinidade de recursos disponíveis na Bahia) fazem do Estado um local bastante atraente para investimentos privados.

Conclusão

As tabelas demonstram que há uma disposição crescente para investir em projetos turístico-hoteleiros no Pólo Litoral Sul. Os empreendimentos de maior porte ainda estão em fase de projeto, aguardando financiamento ou melhores perspectivas macroeconômicas. Tal disposição é efeito direto do grande potencial que as duas zonas apresentam principalmente para o turismo.

O Pólo Litoral Sul vem passando por um processo de sofisticação e valorização de seus meios de hospedagem. A evolução nos valores investidos (ou a serem investidos) por unidade habitacional foi de mais de 250% no período 2001-2009, quando comparado ao período de 1991-1995 no Pólo Litoral Sul.

Após as intervenções do Governo do Estado com recursos próprios e do PRODETUR I, o volume de recursos e o valor dos investimentos realizados pelo setor privado vêm crescendo substancialmente. A implementação das APAs foi determinante para a segurança dos investidores no que concerne à sustentabilidade e longevidade da atividade turística. A construção da rodovia Ilhéus-Itacaré viabilizou o acesso a uma grande quantidade de praias quase intocadas e deu largada a uma onda de investimentos naquela região.

Além das ações físicas implementadas (resumidamente a implementação de Unidades de Conservação e a Estrada Ilhéus-Itacaré), vale ressaltar o esforço operacional realizado pela Unidade Executora Estadual para a atração e dinamização de investimentos privado no Pólo, simbolizado pelo “Programa de Atendimento Empresarial”.

Faz-se necessário, no entanto, um maior acesso dos pequenos e médios investidores ao crédito, já que fica evidente a escassez de financiamentos de pequeno porte. Com mais crédito disponível, a população local (geralmente sem recursos próprios disponíveis para investimento) teria oportunidade de empreender e haveria um volume ainda maior de investimentos no setor turístico no Pólo Litoral Sul. Esta iniciativa poderia, também, estimular a implantação de empreendimentos menores, como restaurantes e pequenos equipamentos de lazer, para que a oferta turística no Pólo não seja excessivamente formada por hotéis e similares.

3.14. Demanda Atual e Potencial

Introdução

Nos capítulos anteriores identificou-se o turista que freqüenta o Pólo Litoral Sul, suas características socioeconômicas, seu comportamento e percepção do destino. Também se avaliou o impacto dos gastos na economia local, gerando emprego e renda.

Neste capítulo é analisado o comportamento total dos turistas na atualidade e no passado recente. Para tanto, em um primeiro momento, recupera-se dados apresentados anteriormente de forma sucinta, tentando apresentar um panorama da demanda atual.

Em uma segunda etapa são apresentadas as projeções de crescimento de fluxo, receita e impacto no PIB. As projeções apresentadas são estimativas elaboradas pela Bahiatursa. As projeções sobre a evolução do fluxo e da receita nos oferecem subsídios para estimativas de geração de empregos e renda e avaliação do potencial econômico do turismo na região.

As projeções aqui apresentadas são elaboradas anualmente pela Bahiatursa, compiladas junto com o resultado da atividade turística no relatório "Desempenho do Turismo Baiano". A metodologia vem sendo utilizada desde 1991, o que permite a comparação entre diferentes períodos e possibilita a avaliação da evolução de cada variável. A utilização dessa fonte também tem o intuito de garantir que as informações agregadas possam ser monitoradas ao longo dos anos.

Demanda Atual

Meios de Hospedagem

Diferentemente do que ocorre com Salvador, em nenhum município do Pólo Litoral Sul há estudos ou acompanhamento do desempenho do setor hoteleiro. Assim como não há dados sobre a evolução do desempenho dos meios de hospedagem, as estimativas ou informações recentes sobre as taxas de ocupação só puderam ser obtidas através da pesquisa de campo, com amostragem reduzida e sem valor estatístico.

Pela análise dos dados obtidos nessa pesquisa de campo, entretanto, pode-se perceber a alta sazonalidade do fluxo. A alta temporada (janeiro, fevereiro e março) gera, em grande parte dos meios de hospedagem, excelentes taxas de ocupação (acima de 61%). Ao mesmo tempo, a maior parte desses meios de hospedagem apresenta taxas abaixo de 30% durante a baixa temporada (os nove meses restantes). Essa realidade resulta em dificuldades financeiras e operacionais para esses meios de hospedagem e, por conseqüência, para os demais envolvidos com a atividade turística.

Em linhas gerais, os comentários dos empresários de turismo sobre a sazonalidade do fluxo turístico para o Pólo tratavam da importância do turismo de veraneio (em Valença, Ilhéus, Maraú e Canavieiras, principalmente), onde os turistas utilizavam seus próprios veículos e tinham como procedência predominante a regional (principalmente baianos), do Centro-Oeste ou de Minas Gerais. Esse segmento de mercado possui maior propensão a viajar em família, sendo importante a questão das férias escolares. Costumam permanecer no destino por um longo período, mas essa viagem costuma se realizar uma vez ao ano, sempre nas férias de verão. No restante do ano, a ociosidade prevalece. Em Morro de São Paulo não se

percebeu uma ênfase tão grande nesse tipo de segmento, principalmente por haver um fluxo muito considerável de turistas estrangeiros e da região Sudeste e pelo fato de a atividade turística estar mais estruturada e profissionalizada (maior importância dos serviços complementares ao atrativo principal).

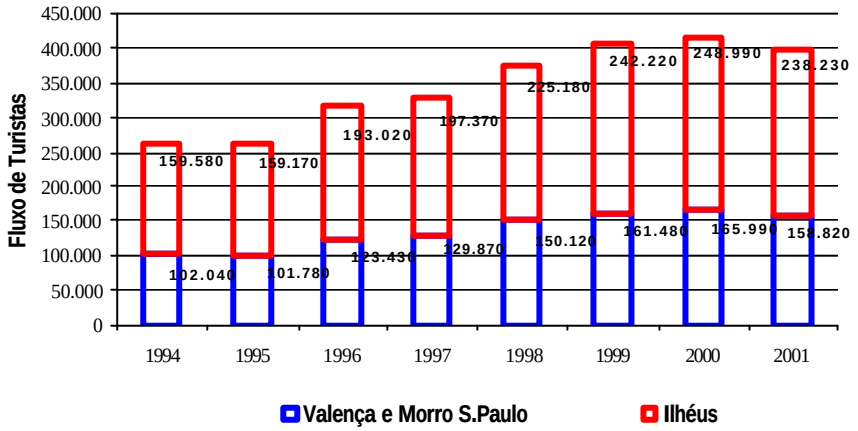
Há maiores detalhes sobre esse tema no capítulo 3.9 (Qualidade da Oferta Turística).

Evolução da Receita e do Fluxo Turístico

O fluxo turístico também apresentou crescimento consistente desde 1994. Até o ano de 2001, o crescimento total foi de 66%, resultando em um valor anual da ordem de 6,6%. Apenas nesse último ano houve uma leve queda no número total, que até então apresentava aumentos sucessivos. A situação macroeconômica de importantes emissores (especialmente da Argentina), os atentados terroristas de 11 de setembro nos EUA e a crise na aviação aérea nacional e internacional geraram temores e expectativas negativas nos potenciais visitantes. Esses fatos, aliados a outros de menor relevância, podem ter sido os responsáveis pela redução observada.

A evolução do fluxo turístico, já apresentada anteriormente no capítulo 3.11 (Perfil do Turista), é ilustrada no Gráfico 3.14.1:

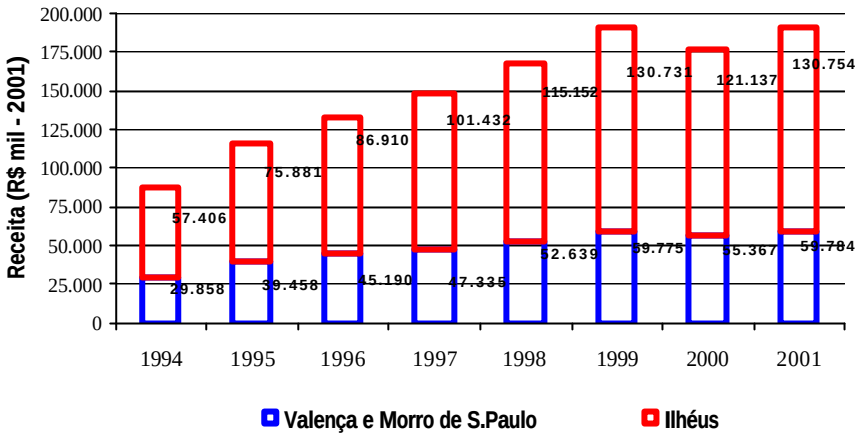
Gráfico 3.14.1 – Evolução do Fluxo Turístico – Ilhéus, Morro S.Paulo e Valença



Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991-2001. Bahiatursa 2002

Assim como o fluxo turístico, a receita apresentou crescimento expressivo desde 1994. Até o ano de 2001, o crescimento observado foi da ordem de 52%, significando uma taxa anual de 6,2%. Os aumentos na receita turística foram maiores que os observados no fluxo. Paralelamente, a receita em reais atualizados (IGPM-FGV) registrou um crescimento de 118%, algo como 11,8% ao ano. Apesar da queda detectada entre 2000 e 1999, o crescimento em 2001 foi de quase 8%. O Gráfico 3.14.2 ilustra a evolução da receita turística nos municípios onde essa informação é mensurada:

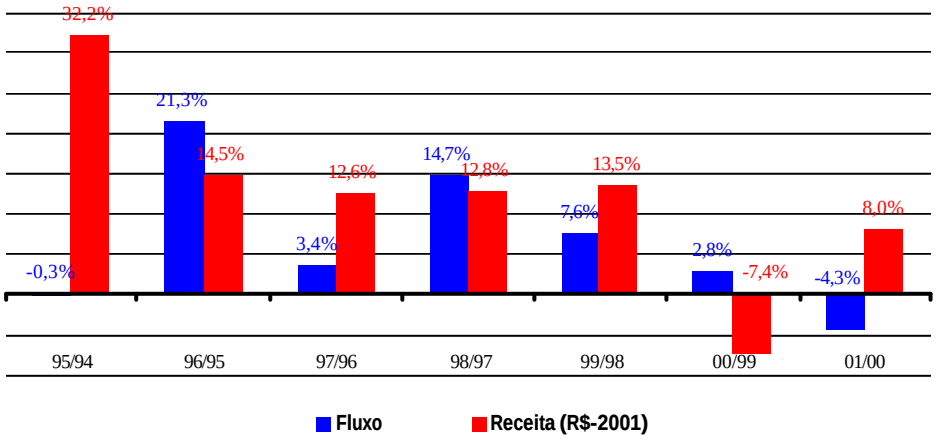
Gráfico 3.14.2 – Evolução da Receita Turística – Ilhéus, Morro S.Paulo e Valença



Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991/2001 - Bahiatursa 2002
Elaboração: FGV

Como se percebe no gráfico a seguir, altas taxas positivas de crescimento, tanto no fluxo como na receita em reais atualizados, são comuns desde 1994. Em anos recentes, 2000 e 2001, ou o fluxo ou a receita apresentaram quedas. Essa situação reflete turbulências macroeconômicas nacionais e internacionais, diminuindo a propensão a viagens dos mercados emissores. Como comentado em capítulos anteriores, no entanto, os valores de receita por turista não sofreram grandes alterações, devendo ser uma das prioridades da formulação estratégica.

Gráfico 3.14.3 – Taxas de Crescimento Recentes – Ilhéus, Morro S.Paulo e Valença



Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991/2001 - Bahiatursa 2002
Elaboração: FGV

Perfil Demográfico do Turista

Uma análise importante para projetar a oferta turística, em sua capacidade e formato, é o conhecimento do perfil demográfico do turista da área de planejamento. Com base nas Pesquisas de Demanda Turística realizadas nos principais destinos do Pólo Litoral Sul, pode-se melhor avaliar as preferências dos turistas.

Esta análise se diferencia da realizada no capítulo 3.11 – Perfil do Turista por apresentar uma caracterização demográfica do visitante. As principais características apresentadas a seguir são classificadas por gênero, por faixa etária, por forma de viagem, por número de pessoas no grupo e por escolaridade. Estas informações complementam a anterior nesse intuito de oferecer subsídios para formatação dos produtos e serviços turísticos.

Tabela 3.14.1 – Gênero dos Turistas – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%)

Destino	Ano	Homens	Mulheres
Morro de São Paulo	2001	61,0	39,0
Ilhéus	2001	61,5	38,5
Valença	2001	66,7	33,3
Península do Maraú	2002	71,7	28,3
Canavieiras*	2001	54,5	45,2
Itacaré	2002	50	50

(*) Pesquisa de Turismo Receptivo UESC / NTT

Fonte: Pesquisa de Demanda Turística/Bahiatursa

Há uma ligeira predominância dos homens entre os turistas do Pólo Litoral Sul. Essa característica é mais evidente na Península do Maraú e em Valença. Em relação à faixa etária dos visitantes, vemos uma idade média com pequenas diferenças entre os destinos. Morro de São Paulo e Itacaré são os destinos que apresentam turistas com a menor idade média. A grande concentração de turistas se dá nas faixas entre 26 a 50 anos.

Nota-se também que a maior porcentagem de turistas acima de 50 anos está concentrada nos destinos de Ilhéus e Península do Maraú.

Tabela 3.14.2 – Distribuição do Fluxo por Faixa Etária – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul (%)

		Faixa Etária						
Destino		14 a 17	18 a 25	26 a 35	36 a 50	51 a 65	Acima 65	Média
Morro de São Paulo	2001	1,4	26,6	40,7	28,5	2,8	0,0	32,0
Ilhéus	2001	4,5	15,9	26,4	38,0	13,5	1,7	37,0
Valença	2001	1,6	14,7	33,3	43,4	6,2	0,8	36,0
Península do Maraú	2002	1,0	21,2	21,2	40,4	14,1	2,0	38,0
Canavieiras	2001	0,0	25,8	29,7	34,2	9,0	1,3	N/D
Itacaré	2002	0,0	35,3	25,5	31,4	6,9	1,0	33,0

(N/D) Informação não disponível

Fonte: Pesquisa de demanda Turística/Bahiatursa

Em relação à forma de viagem, percebe-se que em todos os destinos pesquisados a grande maioria das pessoas viaja com família (os casais sem filhos pertencem a este grupo, colocando a média do grupo para baixo), os índices alcançados variam de 52% em Morro de São Paulo a 75% em Ilhéus.

Tabela 3.14.3 - Forma de Viajar e Pessoas por Grupo – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul

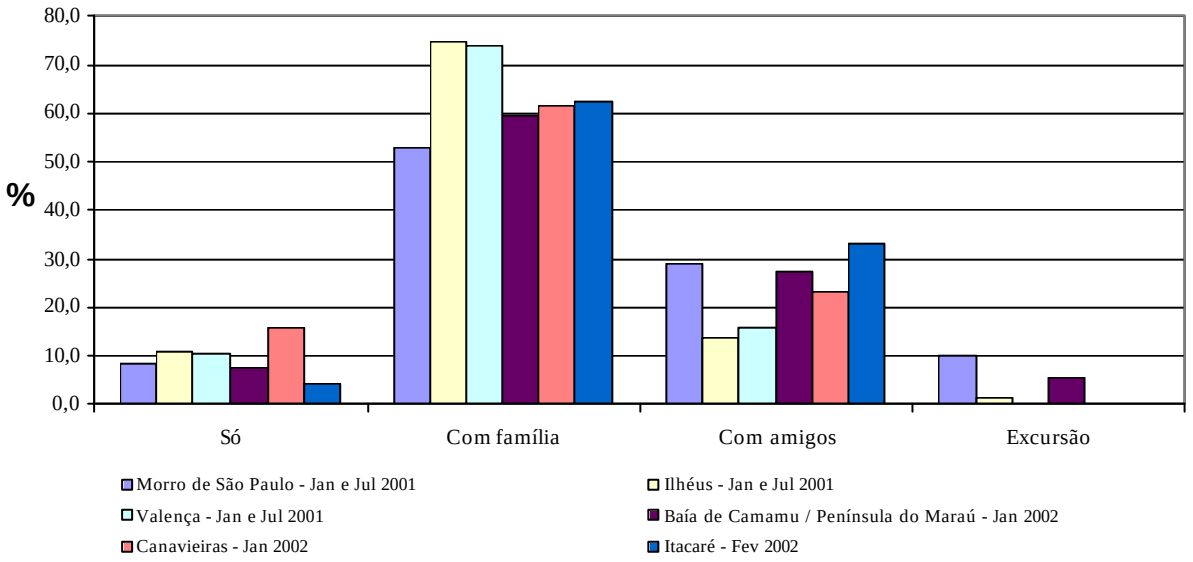
Forma de Viajar	Morro de São Paulo - Jan e Jul 2001		Ilhéus - Jan e Jul 2001		Valença - Jan e Jul 2001		Baía de Camamu / Península do Maraú - Jan 2002		Canavieiras - Jan 2002		Itacaré - Fev 2002	
	%	pessoas por grupo	%	pessoas por grupo	%	pessoas por grupo	%	pessoas por grupo	%	pessoas por grupo	%	pessoas por gurpo
Só	8,4	1,0	10,7	1,0	10,4	1,0	7,4	1,0	15,7	1,0	4,2	1,0
Com família	52,8	3,1	74,7	3,6	73,8	3,3	59,8	3,4	61,4	N/D	62,5	3,5
Com amigos	28,7	2,7	13,4	3,3	15,9	2,5	27,4	3,5	22,9	N/D	33,3	3,8
Excursão	10,1	24,5	1,3	15,0	0,0	0,0	5,4	8,0	0,0	N/D	0,0	0,0

(N/D) informações não disponíveis

Fonte: Pesquisa de Demanda Turística/Bahiatursa

Itacaré e Maraú, respectivamente, são os destinos que apresentam a maior quantidade de pessoas viajando com amigos, vale ressaltar que estes são também os destinos a apresentarem o maior fluxo de turistas entre as faixas de 18 a 35 anos.

Gráfico 3.14.4 – Forma de Viajar e Pessoas por Grupo – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul



Fonte: Pesquisa de Demanda Turística/Bahiatursa

A pesquisa sobre o nível de escolaridade dos turistas nos destinos foi iniciada apenas em 2001. Percebe-se em todos os destinos uma predominância das faixas de escolaridade maiores, pode-se notar uma concentração nos níveis de 2° grau e ensino superior. Valença é o destino que apresenta mais turistas no 1° grau.

Tabela 3.14.4 - Nível de Escolaridade – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul(%)

Destino	Sem educação formal	1° grau	2° grau	Pos ensino médio	Superior	Pós graduação
Morro de São Paulo	0,0	1,1	37,0	2,3	56,2	3,4
Ilhéus	0,2	9,7	37,1	2,9	44,4	5,7
Valença	0,8	14,0	39,5	3,9	41,9	0,0
Península do Maraú	0,0	0,0	21,2	8,1	56,6	13,1
Canavieiras	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D	N/D
Itacaré	0,0	1,0	53,9	2,0	34,3	8,8

(N/D) Informações não diponíveis na pesquisa

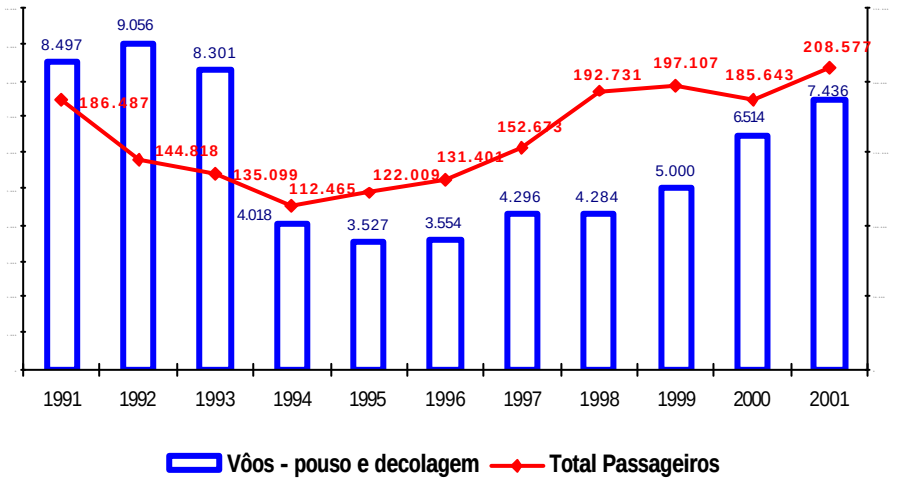
Fonte: Pesquisa de Demanda Turística/Bahiatursa

No capítulo sobre estratégias de desenvolvimento turístico são identificadas as ênfases de desenvolvimento turístico sugeridas com base nos atrativos e no fluxo atual e pretendido para o Pólo Litoral Sul. Em linhas gerais, as ofertas deverão melhorar o usufruto dos atrativos mais fortes e complementá-los com atividades adicionais estruturadas a partir dos atrativos de menor interesse turístico. Essas diretrizes são definidas para o Pólo como um todo, além de serem definidos os papéis de cada um dos municípios.

Movimento Aeroportuário

O Pólo Litoral Sul conta com três aeroportos que oferecem funcionamento regular, como apresentado no capítulo 3.3 (Infra-estrutura). Ilhéus, Valença e Comandatuba (Una) possuem pistas e terminais que operam com freqüência constante. Desses, Ilhéus é o que apresenta tráfego significativo. Para esse aeroporto a INFRAERO registra regularmente o número de passageiros embarcados e desembarcados, além do número de pousos e decolagens de aeronaves. Os dados são apresentados no gráfico abaixo:

Gráfico 3.14.5 - Evolução do Movimento - Aeroporto de Ilhéus (Vôos e Passageiros)



Fonte: INFRAERO 2002

No período entre 1991 e 1993, o aeroporto de Porto Seguro (Costa do Descobrimento) passou por obras de sua primeira ampliação. Essas obras foram responsáveis pela paralisação das

operações em Porto Seguro, sendo que os vôos foram transferidos para o aeroporto de Ilhéus. Os dados desse período, portanto, foram considerados atípicos. Em Ilhéus, desde 1994, tanto o número de passageiros como o de vôos aumentaram a uma taxa anual média de mais de 9%, contabilizando um total de 85%. Esse crescimento foi consistente ao longo do período, com apenas uma leve queda no número de passageiros durante o ano de 2000.

Na área onde o aeroporto de Ilhéus está atualmente localizado, não há espaço suficiente para aeronaves de grande porte e vôos internacionais, não justificando a instalação de um posto da Polícia Federal e de controle de imigração. Há um esforço para viabilizar a construção de um novo aeroporto em outra área, com condições adequadas para torná-lo o terceiro aeroporto internacional da Bahia.

Demanda Potencial

Projeções de Fluxo, Receita e Impacto no PIB

Os dados apresentados anteriormente servem como parâmetros para elaboração de cenários e projeções futuras sobre o fluxo, a receita e receita por turista. A partir dessas projeções, também pode-se estimar valores para a permanência média e o gasto médio diário individual.

Para essa tarefa utilizou-se os cenários elaborados pela Bahiatursa até o ano de 2020. Foram elaborados três cenários distintos, presumindo a possibilidade de ocorrência de fatos externos e internos distintos e com diferentes impactos na atividade turística. Variam desde uma perspectiva conservadora até uma mais otimista.

Dentro desses cenários, ainda, foram estipuladas diferentes taxas de crescimento, tanto para a receita como para o fluxo. Essa proposição vislumbra que a receita deverá crescer em um ritmo mais acentuado que o fluxo, gerando um aumento na receita por turista.

Encerrando a configuração necessária à elaboração das projeções, foram identificadas diferentes taxas ao longo do horizonte de planejamento. Em um primeiro momento (2003-2005), as taxas são de menor valor, refletindo o período de implementação das obras e projetos previstos nesse PDITS. O segundo período (2006-2010), que coincide com o momento em que algumas ações já foram implementadas e já apresentam resultados concretos, deverá apresentar um adicional no ritmo de crescimento. No terceiro período de projeção (2011-2015), todas as ações previstas já foram implementadas e reforçam a estrutura de operação e gestão da atividade turística, gerando um ritmo de crescimento ainda mais substancial. Por fim, no último período, 2016-2020, outras ações fora do âmbito do PRODETUR NE II também foram realizadas, incrementando ainda mais o crescimento da receita. Essa configuração de cenários, períodos e taxas está resumido na tabela abaixo:

Tabela 3.14.5 – Cenários e Taxas de Crescimento Previstas

Cenário	Indicador	2003-2005	2006-2010	2011-2015	2016-2020
Otimista	Fluxo	6,0%	6,0%	6,0%	6,0%
	Receita	6,0%	7,5%	9,0%	10,5%
Moderado	Fluxo	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%
	Receita	4,0%	4,8%	5,5%	6,3%
Conservador	Fluxo	2,0%	2,0%	2,0%	2,0%
	Receita	2,0%	2,3%	2,6%	3,0%

Fonte: Bahiatursa

É importante ressaltar, como demonstram o Gráfico 3.14.3 e as taxas de crescimento do movimento aeroportuário, que as taxas sugeridas pela Bahiatursa apresentam grande respaldo na evolução recente dos principais indicadores de receita e fluxo. Como exemplo, uma reta média traçada sobre a evolução do fluxo resulta em um crescimento médio de algo como 7,5%. Para a receita (em moeda constante) esse crescimento foi de 15%. Evidentemente, como é praxe em projeções de crescimento, oscilações no curto prazo são possíveis e esperadas, mas as expectativas de longo prazo devem se manter dentro dos parâmetros indicados.

Evidentemente, os diferentes cenários são traduções de uma série de processos possíveis para o Pólo e para a economia como um todo. Em linhas gerais, os diferentes cenários resultam dos seguintes fatos:

- Crescimento econômico;
- Associativismo dos agentes de turismo locais;
- Coesão da oferta e foco de mercado;
- Qualidade e variedade da oferta técnica;
- Qualidade do ambiente urbano e do espaço dos atrativos;
- Comunicação com o mercado.

Tabela 3.14.6 – Condições e Processos Esperados nos Cenários

		Cenário		
Variáveis	**Expectativas**	**Otimista**	**Moderado**	**Conservador**
Externas	Crescimento Econômico Nacional(PIB)	Alta (Tx > 4% aa)	Média (4% > Tx > 2% aa)	Baixa (Tx < 2% aa)
	Crescimento Econômico Maiores Emissores (PIB)	Alta (Tx > 4% aa)	Média (4% > Tx > 2% aa)	Baixa (Tx < 2% aa)
	Velocidade de Liberação dos Recursos do Prodetur NE II	Alta (< que 4 anos)	Média (aprox. 4-5 anos)	Baixa (> que 5 anos)
	Competitividade dos concorrentes	Baixa (poucos concorrentes fortes)	Média (alguns concorrentes fortes)	Grande (muitos concorrentes fortes)
Internas	Implantação das Ações Globais	Rápida (< que 2 anos)	Média (aprox. 3-4 anos)	Lenta (> que 4 anos)
	Estruturação de Produtos Turísticos	Sinérgica e Criativa	Estruturada e Complementar	Difusa e Elementar
	Associativismo do Trade Turístico	Abrangente e Atuante	Representativo mas Limitado	Desarticulado e Inoperante
	Nível de Investimentos Privados (UHs)	Mais que 35% do previsto	Entre 20% e 35% do previsto	Menos que 20% do previsto

Fonte: Bahiatursa

As expectativas foram divididas em dois grupos, o de variáveis internas e o de variáveis externas ao Pólo de Turismo. No primeiro grupo, procura-se identificar quais elementos **externos** afetam a evolução dos indicadores turísticos e como impactam no resultado. A primeira e a segunda expectativa tratam do impacto do crescimento econômico na atividade turística, nacional e dos mercados internacionais importantes. Segundo a OMT, há uma correlação entre o crescimento da economia e o fluxo de turistas. Taxas de crescimento do PIB maiores que 4% geram um aumento mais que proporcional no fluxo. Entre 2 e 4%, por sua vez, o crescimento é proporcional. Quando o PIB cresce menos que 2%, o crescimento do fluxo é menor que a taxa registrada. Um terceiro fator externo que pode alterar os resultados

é a velocidade de liberação dos recursos das ações previstas no PRODETUR NE II. Quanto antes elas forem liberadas, mais cedo a competitividade e a sustentabilidade dos destinos irá aumentar. Um quarto fator externo à atividade turística, que todavia gera impactos, é o crescimento da competição no mercado turístico. Quanto mais destinos fortes surgirem, menor será a penetração dos destinos do Pólo no mercado.

Ao mesmo tempo, uma série de ações **internas** ao Pólo também possuem a capacidade de alterar o ritmo de crescimento do fluxo e da receita. As ações globais, propostas neste PDITS, são ações-chave para a preparação dos destinos para a competição e a sustentabilidade. Quanto antes a Unidade Executora Estadual conseguir implantá-las, mais cedo serão sentidos os resultados. A estruturação de produtos turísticos em torno das principais categorias sugeridas também é um fator que poderá trazer mais fluxo e receita para o Pólo. A agregação de produtos e serviços complementares e sinérgicos permitirá uma proposta de destino mais adequada aos segmentos de mercado esperados. Ao mesmo tempo, se a agregação for difusa e pouco inovadora, o produto será pouco competitivo. O associativismo também parece ser um fator fundamental para a geração de resultados positivos para o Pólo. Se, de fato, houver uma união abrangente e atuante, mais benefícios serão colhidos. Se, por outro lado, o associativismo for desarticulado, pouco representativo e pouco atuante, não serão muitos os impactos positivos. Finalmente, dentre os investimentos privados previstos (6.175 UHs), se ao menos 35% deles forem implantados no prazo de cinco anos (resultado de um crescimento médio de 5% ao ano na oferta), então poderá haver um esforço adicional na geração de fluxo e receita e na capacidade de recepção. Entre 20 e 35% implantados, por sua vez, há perspectivas medianas de geração e acomodação. No último patamar, enfim, é previsto que menos de 20% sejam viabilizados.

Dentro dessa configuração, primeiramente são apresentadas as estimativas de crescimento do fluxo e da receita até o ano de 2020, tanto para o segmento doméstico como para o estrangeiro. A tabela abaixo mostra o fluxo e a receita projetada para cada um dos cenários descritos anteriormente:

Tabela 3.14.7 – Projeções de Crescimento do Fluxo e Receita Turística – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul

		Indicador	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cenário Otimista	Nac.	Tur.(x mil)	362,11	369,35	390,65	414,09	436,53	460,16	485,06	511,29	538,93	568,03	602,12	634,62	668,85	704,91	742,88	787,45	832,27	879,64	929,69	982,58
		Rec.(US$ mi)	72,73	74,34	78,60	83,32	87,75	93,80	100,27	107,19	114,57	122,47	133,81	145,29	157,61	170,97	185,45	205,31	226,61	250,13	276,10	304,76
	Int.	Tur.(x mil)	34,94	35,64	38,64	40,95	45,82	51,13	56,91	63,19	70,03	77,46	82,11	90,66	99,94	110,01	120,93	128,19	138,31	149,18	160,86	173,40
		Rec.(US$ mi)	8,35	8,35	9,05	9,59	10,73	12,07	13,54	15,16	16,95	18,92	20,30	22,70	25,50	28,62	32,09	35,08	39,01	43,38	48,24	53,63
	Total	**Tur.(x mil)**	**397,05**	**404,99**	**429,29**	**455,05**	**482,35**	**511,29**	**541,97**	**574,49**	**608,96**	**645,49**	**684,22**	**725,28**	**768,79**	**814,92**	**863,81**	**915,64**	**970,58**	**1.028,82**	**1.090,55**	**1.155,98**
		Rec.(US$ mi)	**81,08**	**82,69**	**87,65**	**92,91**	**98,49**	**105,87**	**113,81**	**122,35**	**131,52**	**141,39**	**154,11**	**167,98**	**183,10**	**199,58**	**217,54**	**240,39**	**265,63**	**293,52**	**324,34**	**358,39**
Cenário Moderado	Nac.	Tur.(x mil)	362,11	362,11	375,77	390,80	404,20	418,04	432,35	447,13	462,40	478,18	497,31	514,26	531,78	549,87	568,56	591,30	613,17	635,84	659,34	683,70
		Rec.(US$ mi)	72,73	72,73	75,44	78,46	81,07	84,47	88,01	91,70	95,56	99,57	105,22	110,47	116,00	121,81	127,92	136,63	145,49	154,92	164,98	175,70
	Int.	Tur.(x mil)	34,94	34,94	37,16	38,65	42,43	46,45	50,72	55,26	60,09	65,21	67,82	73,47	79,46	85,82	92,56	96,26	101,90	107,83	114,08	120,65
		Rec.(US$ mi)	8,35	8,35	8,88	9,23	10,14	11,12	12,16	13,27	14,46	15,72	16,42	17,85	19,39	21,03	22,77	23,85	25,43	27,10	28,88	30,76
	Total	**Tur.(x mil)**	**397,05**	**397,05**	**412,93**	**429,45**	**446,63**	**464,49**	**483,07**	**502,39**	**522,49**	**543,39**	**565,13**	**587,73**	**611,24**	**635,69**	**661,12**	**687,56**	**715,06**	**743,67**	**773,41**	**804,35**
		Rec.(US$ mi)	**81,08**	**81,08**	**84,32**	**87,70**	**91,20**	**95,58**	**100,17**	**104,98**	**110,02**	**115,30**	**121,64**	**128,33**	**135,39**	**142,83**	**150,69**	**160,48**	**170,92**	**182,03**	**193,86**	**206,46**
Cenário Conservador	Nac.	Tur.(x mil)	362,11	354,87	361,17	368,40	373,70	379,07	384,50	390,00	395,56	401,20	409,22	415,03	420,91	426,87	432,89	441,54	449,06	456,71	464,48	472,38
		Rec.(US$ mi)	72,73	71,27	72,50	73,95	74,94	76,18	77,44	78,73	80,03	81,35	83,52	85,18	86,87	88,60	90,76	93,60	96,21	98,89	101,65	104,49
	Int.	Tur.(x mil)	34,94	34,24	35,72	36,43	39,23	42,12	45,11	48,20	51,40	54,71	55,80	59,29	62,90	66,62	70,47	71,88	74,63	77,45	80,37	83,36
		Rec.(US$ mi)	8,35	8,18	8,53	8,71	9,37	10,07	10,79	11,54	12,32	13,12	13,40	14,26	15,16	16,08	17,06	17,46	18,18	18,93	19,70	20,50
	Total	**Tur.(x mil)**	**397,05**	**389,11**	**396,89**	**404,83**	**412,93**	**421,19**	**429,61**	**438,20**	**446,97**	**455,90**	**465,02**	**474,32**	**483,81**	**493,49**	**503,36**	**513,42**	**523,69**	**534,16**	**544,85**	**555,74**
		Rec.(US$ mi)	**81,08**	**79,45**	**81,04**	**82,66**	**84,31**	**86,25**	**88,24**	**90,27**	**92,34**	**94,47**	**96,92**	**99,44**	**102,03**	**104,68**	**107,82**	**111,05**	**114,39**	**117,82**	**121,35**	**124,99**

Fonte: Desempenho do Turismo baiano 1991/2001- Bahiatursa; Elaboração: FGV

Essas projeções de fluxo e receita implicam em variações na receita por turista. Em 2001, a receita por turista resultante foi de US$ 201 por turista nacional e US$ 239 por turista estrangeiro. A receita total por turista resultante é da ordem de US$ 204. Pelas projeções apresentadas na tabela acima, chegamos aos valores de receita por turista, para os três cenários, por segmento emissor como consta na Tabela 3.14.8:

Tabela 3.14.8 – Projeções de Crescimento da Receita por Turista - Principais Destinos do Pólo Litoral Sul

	Indicador	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cenário Otimista	Receita / Turista (nacional)	200,86	201,28	201,21	201,21	201,02	203,85	206,72	209,64	212,60	215,60	222,23	228,94	235,64	242,54	249,64	260,72	272,28	284,36	296,98	310,16
	Receita / Turista (internacional)	238,92	234,24	234,24	234,24	234,24	236,04	237,94	239,93	242,03	244,23	247,29	250,34	255,11	260,11	265,37	273,63	282,06	290,80	299,88	309,29
	Geral	204,21	204,18	204,18	204,18	204,18	207,07	210,00	212,97	215,98	219,04	225,24	231,61	238,17	244,91	251,84	262,53	273,68	285,29	297,41	310,03
Cenário Moderado	Receita / Turista (nacional)	200,86	200,86	200,77	200,77	200,56	202,05	203,56	205,09	206,65	208,23	211,58	214,82	218,13	221,52	224,98	231,07	237,27	243,65	250,22	256,99
	Receita / Turista (internacional)	238,92	238,92	238,92	238,92	238,92	239,33	239,76	240,20	240,67	241,15	242,10	243,03	244,01	245,01	246,04	247,82	249,57	251,34	253,13	254,92
	Geral	204,21	204,21	204,21	204,21	204,21	205,78	207,36	208,95	210,56	212,18	215,24	218,35	221,50	224,69	227,93	233,41	239,02	244,77	250,65	256,68
Cenário Conservador	Receita / Turista (nacional)	200,86	200,83	200,75	200,75	200,54	200,97	201,42	201,86	202,31	202,76	204,09	205,23	206,39	207,56	209,66	211,98	214,24	216,53	218,85	221,21
	Receita / Turista (internacional)	238,92	238,92	238,92	238,92	238,92	239,08	239,24	239,41	239,59	239,78	240,17	240,56	240,97	241,39	242,11	242,86	243,61	244,36	245,13	245,91
	Geral	204,21	204,18	204,18	204,18	204,18	204,78	205,39	205,99	206,60	207,20	208,42	209,65	210,88	212,12	214,20	216,30	218,42	220,56	222,73	224,91

Fonte: Desempenho do Turismo baiano 1991/2001- Bahiatursa; Elaboração: FGV

O crescimento previsto para o fluxo e a receita implica em um crescimento (no cenário médio) da receita por turista de 1,2% ao ano (25,7% durante o período).

Se for considerado que o produto do gasto médio diário individual (GMDI) pela permanência média (PM) podem crescer a taxas semelhantes, chegamos aos valores apresentados na Tabela 3.14.9. As projeções de impacto dos gastos turístico no PIB estadual, também elaborados pela Bahiatursa, são apresentados na seqüência, na Tabela 3.14.10.

Tabela 3.14.9 – Projeções da Evolução da Permanência Média(PM) e Gasto Médio Diário Individual (GMDI) – Principais Destinos do Pólo Litoral Sul

	Indicador		2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Cenário Otimista	Nac.	PM	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,3	8,3	8,4	8,4	8,5	8,6	8,7	8,9	9,0	9,1	9,3	9,5	9,7	10,0	10,2
		GMDI	20,60	20,62	20,62	20,62	20,61	20,75	20,90	21,05	21,19	21,34	21,67	21,99	22,31	22,64	22,97	23,47	23,98	24,51	25,05	25,60
	Int.	PM	7,2	7,1	7,1	7,1	7,1	7,2	7,2	7,2	7,3	7,3	7,3	7,4	7,5	7,5	7,6	7,7	7,8	8,0	8,1	8,2
		GMDI	29,10	28,81	28,81	28,81	28,81	28,92	29,04	29,16	29,29	29,42	29,61	29,79	30,07	30,36	30,67	31,14	31,62	32,10	32,60	33,11
	Total	PM	8,1	8,1	8,1	8,1	8,1	8,2	8,2	8,3	8,4	8,4	8,5	8,7	8,8	8,9	9,0	9,2	9,4	9,6	9,8	10,0
		GMDI	21,30	21,30	21,30	21,30	21,30	21,45	21,60	21,75	21,91	22,06	22,37	22,68	23,00	23,33	23,65	24,15	24,66	25,18	25,71	26,25
Cenário Moderado	Nac.	PM	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,3	8,3	8,3	8,4	8,5	8,5	8,6	8,7	8,8	8,9	9,0	9,1	9,3
		GMDI	20,60	20,60	20,60	20,60	20,58	20,66	20,74	20,82	20,89	20,97	21,14	21,30	21,47	21,63	21,80	22,09	22,39	22,69	22,99	23,30
	Int.	PM	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,4	7,4	7,4	7,4	7,5
		GMDI	29,10	29,10	29,10	29,10	29,10	29,12	29,15	29,18	29,21	29,24	29,29	29,35	29,41	29,47	29,53	29,64	29,74	29,85	29,95	30,06
	Total	PM	8,1	8,1	8,1	8,1	8,1	8,2	8,2	8,2	8,3	8,3	8,3	8,4	8,5	8,5	8,6	8,7	8,8	8,9	9,0	9,1
		GMDI	21,30	21,30	21,30	21,30	21,30	21,38	21,46	21,55	21,63	21,71	21,87	22,03	22,18	22,34	22,50	22,77	23,04	23,32	23,60	23,88
Cenário Conservador	Nac.	PM	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,3	8,3	8,3	8,3	8,4	8,4	8,5	8,5	8,5	8,6
		GMDI	20,60	20,60	20,59	20,59	20,58	20,61	20,63	20,65	20,67	20,70	20,77	20,82	20,88	20,94	21,05	21,16	21,28	21,39	21,50	21,62
	Int.	PM	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,2	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3	7,3
		GMDI	29,10	29,10	29,10	29,10	29,10	29,11	29,12	29,13	29,14	29,15	29,18	29,20	29,22	29,25	29,29	29,34	29,38	29,43	29,48	29,52
	Total	PM	8,1	8,1	8,1	8,1	8,1	8,1	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,2	8,3	8,3	8,3	8,4	8,4	8,4	8,5	8,5
		GMDI	21,30	21,30	21,30	21,30	21,30	21,33	21,36	21,39	21,42	21,46	21,52	21,58	21,65	21,71	21,82	21,92	22,03	22,14	22,24	22,35

Fonte: Desempenho do Turismo baiano 1991/2001- Bahiatursa; Elaboração: FGV

Tabela 3.14.10 – Impacto da receita turística no PIB estadual (US$ bilhões)

Cenário	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Otimista	0,14	0,14	0,15	0,16	0,17	0,18	0,20	0,21	0,23	0,24	0,26	0,28	0,31	0,34	0,37	0,40	0,44	0,48	0,52	0,57
Moderado	0,14	0,14	0,15	0,15	0,16	0,17	0,18	0,18	0,19	0,20	0,21	0,22	0,24	0,25	0,26	0,28	0,29	0,31	0,32	0,34
Conservador	0,14	0,14	0,14	0,15	0,15	0,15	0,16	0,16	0,17	0,17	0,17	0,18	0,18	0,19	0,19	0,20	0,20	0,21	0,21	0,22

Fonte: Desempenho do Turismo baiano 1991/2001- Bahiatursa; Elaboração: FGV

Estimativas de Empregos

Para atender à necessidade de estimar o número de empregos relacionados ao turismo no Pólo Litoral Sul, foram utilizadas duas metodologias. A primeira, apresentada sucintamente no item abaixo, relaciona o número de empregos com a quantidade de UHs existente no pólo, através de indicadores elaborados pela Bahiatursa. A segunda metodologia relaciona o número total de empregados no Estado da Bahia com o fluxo turístico do Pólo Litoral Sul. Os resultados de ambos os métodos permite indicar um valor aproximado para o montante de pessoas trabalhando em áreas relacionadas ao turismo.

Multiplicador de empregos em hotelaria(MT_E)

Da mesma forma que os gastos diretos geram gastos indiretos e induzidos, mobilizando toda a economia, existem estimativas de multiplicadores de empregos (MT_E) identificando a quantidade de empregos totais em hotelaria gerados a cada emprego direto:

$$\mathbf{MT_{EH} = ET / ED}$$

ET = **ED** + **Eidr** + **Eidz**, onde
ET = Empregos totais
ED = Empregos diretos
Eind = Empregos indiretos
Eidz = Empregos induzidos

As estimativas de empregos diretos gerados são elaboradas a partir do número de unidades habitacionais hoteleiras disponíveis e/ou acrescidas. O multiplicador de empregos diretos por unidade habitacional é 1,5.

A Secretaria de Cultura e Turismo utiliza em seus cálculos, ainda, a estimativa de 5,5 empregos totais para *cada* emprego direto gerado, multiplicador elaborado pela FIPE[87]. A diferença entre os dois é o número de empregos indiretos e induzidos gerados pela atividade turística. Portanto o multiplicador para o total de empregos gerados por emprego direto é:

Multiplicador	Valor	Responsável pelo Estudo
MT_{EH}	5,5	FIPE

Com esses indicadores, estimativas anteriores de empregos em turismo na Bahia e o multiplicador de empregos da FIPE citado anteriormente, chegou-se às seguintes projeções de empregos diretos e secundários para o ano 2001:

- UHs em meios de hospedagem do Pólo: 7.564
- Empregos diretos em turismo no Pólo: 11.346
- Empregos totais em turismo no Pólo (diretos + secundários): 62.403

É importante ressaltar que os dados relativos ao fluxo turístico utilizados até o momento são relativos a uma amostra representativa para o Pólo como um todo, limitada à Valença, Morro de São Paulo e Ilhéus. Considerando apenas as UHs desses destinos e analisando a oferta existente no ano de 1999, chegou-se a 37.218 empregos de acordo com essa mesma metodologia.

Proporção do Fluxo Turístico

Além da metodologia dos multiplicadores de emprego sobre UHs, há o levantamento realizado pelo Instituto de Hospitalidade (IH), dessa vez para 1999, citado no capítulo 3.10.2 – Capacitação Profissional para o Turismo:

[87] PRODETUR BA I. Relatório Final, dezembro de 1992, pág. 189. Bahiatursa.

Tabela 3.14.11 – Total de Empregos no Setor de Turismo – Pólo Litoral Sul e Bahia

Ramos de Atividade	Bahia	C. Dendê (2%)	C. Cacau (7%)	Total do Pólo
Hospedagem	26.818	536	1.877	2.414
Alimentação	157.882	3.158	11.052	14.209
Lazer e Entretenimento	21.055	421	1.474	1.895
Agências/Operadoras	7.673	153	537	691
Tranportes	89.965	1.799	6.298	8.097
Total Turismo	**303.393**	**6.068**	**21.238**	**27.305**

Fontes: IH 1999, Bahiatursa e FGV 2002

Os dados do Censo 2000 informam que a população em idade ativa (PIA)[88] do Pólo Litoral Sul é de 429 mil pessoas. Os dados sobre empregos gerados apresentados acima, apesar de se referirem a anos diferentes (1999 e 2001), nos permitem crer que a parcela da população que tem atividades profissionais relacionadas ao turismo representa entre 14,5% e 6,4% dessa população. Como são valores significativos, eles reforçam a importância econômica e social do turismo para a região.

[88] Não há dados oficiais sobre a População Economicamente Ativa (PEA) do Pólo Litoral Sul. Esse dado seria mais recomendável, pois indica o número de pessoas que efetivamente estão trabalhando ou a procura de uma ocupação. Como a PEA é uma fração da PIA, as estimativas de porcentagem da PEA relacionadas com turismo seriam ainda maiores que as apresentadas.

4.1. Matriz SWOT

Introdução

Este capítulo tem como objetivo analisar o ambiente interno e o ambiente externo do sistema turístico do Pólo Litoral Sul. Para tanto, são resgatadas as conclusões do diagnóstico, apresentadas no capítulo anterior. O diagnóstico apresenta referências da pesquisa de campo; de consultas à comunidade; de relatórios elaborados pelas prefeituras municipais; e informações gerais sobre o Pólo Litoral Sul. A partir de tal diagnóstico elaborou-se uma Matriz SWOT. Em inglês, SWOT são as iniciais de:

- **S***: "**Strenghts"* - **Pontos fortes** - são os elementos internos ao ambiente do sistema turístico, que propiciam vantagens a esse sistema e que são passíveis de intervenção direta pelos envolvidos;
- **W: *"Weakness"* - Pontos fracos** - são os elementos internos ao ambiente do sistema turístico, que acarretam desvantagens a esse sistema e que são passíveis de intervenção direta pelos envolvidos;
- **O: *"Opportunitties"* - Oportunidades** - são os elementos externos ao ambiente do sistema turístico, que podem ser utilizados para gerar vantagens a esse sistema desde que haja capacidade ou vontade de usufruir deles;
- **T: *"Threats"* - Ameaças** - são os elementos externos ao ambiente do sistema turístico, que podem diminuir ou eliminar vantagens existentes.

A utilização da Matriz SWOT permite identificar os principais obstáculos ao desenvolvimento do setor. O conhecimento desses obstáculos permite que sejam elaboradas estratégias e ações que eliminem ou minimizem esses obstáculos. Assim, as intervenções dessa natureza remetem às ações defensivas, aquelas que resguardam o sistema turístico.

O outro emprego da Matriz identifica os pontos fortes e as oportunidades, permitindo a elaboração de estratégias e ações ofensivas. Essas intervenções permitem a geração de vantagens competitivas, ou seja, o fortalecimento de capacidades que gerem valor para o turismo.

Sendo assim, o emprego da matriz SWOT, permite que sejam cruzadas as forças e fraquezas do ambiente interno do setor turístico com as oportunidades e ameaças apresentadas pelo ambiente externo, maximizando, assim, as suas oportunidades e potencialidades e minimizando as ameaças e fraquezas.

Considerou-se coerente seguir a estrutura proposta no Capítulo 3 e, desta forma, a análise foi feita para cada um dos sub-capítulos do Diagnóstico. Dentro de cada sub-capítulo, foram investigados uma variedade de **temas** de acordo com as exigências do Termo de Referência e das variáveis relevantes ao planejamento turístico sustentável.

Matriz SWOT

A Matriz SWOT está configurada distribuindo os temas na estrutura proposta da seguinte forma:

- **Dinâmica Econômica** – Cadeia produtiva local do turismo; Principais atividades econômicas; Problemas relativos a economia local;
- **Dinâmica Social** – Associativismo social; Crédito para a comunidade; Inserção da comunidade; Indicadores Sociais; Indicadores Demográficos;
- **Infra-estrutura** – Saneamento básico; Resíduos sólidos; Segurança; Políticas de transporte aéreo; Meios de transporte; Vias de acesso;
- **Patrimônio Histórico** – Gestão do patrimônio histórico; Condições de Conservação; Situação do patrimônio;
- **Aspectos Sócio-ambientais** – Condições de conservação; Condições de gestão do patrimônio natural; Potencial natural;
- **Capacidade Institucional dos Municípios** – Situação dos Conselhos Municipais; Instrumentos de gestão; Situação tributária e fiscal; Capacitação do pessoal do setor público;
- **Capacitação do Setor Privado do Turismo** – Associativismo empresarial; Cluster do entretenimento; Diálogo entre setor público e privado; Centros Abastecedores; Compromisso do setor privado em relação ao PDITS.
- **Atrativos e Produtos Turísticos** – Atrativos; Preços; Promoção; Roteiros e circuitos turísticos;
- **Oferta Turística** – Acompanhamento e gestão do turismo e do PRODETUR NE II; Situação do receptivo turístico;
- **Educação da Comunidade para o Turismo** – Conscientização sobre importância do turismo; Conscientização sobre importância do meio ambiente; Conscientização sobre importância do patrimônio histórico cultural; Demandas das empresas turísticas; Oferta de cursos e treinamentos; Perfil de capacitação dos profissionais;
- **Perfil do Turista** – Situação da permanência média; Situação do gasto turístico; Segmentos de Mercado;
- **Gastos Turísticos** – Situação dos gastos;
- **Investimentos Previstos do Setor Privado** – Capacidade de investimentos pelo empresariado;
- **Demanda Atual e Potencial** – Demanda atual; Mercados Emergentes.

A seguir são apresentados os itens da Matriz SWOT para cada sub-capítulo.

Matriz SWOT – Dinâmica Econômica

DINÂMICA ECONÔMICA			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
Cidades dentro do Pólo ou em seu entorno que atuam como centros abastecedores de apoio bem estruturados.[89] Presença atual do Banco do Nordeste como agente fomentador do desenvolvimento econômico regional. Turismo já é uma ferramenta de dinamização econômica para a região.[90] Importância da atividade turística na geração de empregos (turismo representa entre 6,4 e 14,5% dos empregos do Pólo). Aproveitamento econômico atual das características culturais locais pela própria população. Esse é o caso, por exemplo, das atividades artesanais.	Baixa integração entre os setores da economia (baixa visão de conjunto). Cadeia produtiva do turismo pouco estruturada. Os elos entre os agentes são fracos. Baixo nível de profissionalismo dos agentes da cadeia produtiva. Baixa atividade econômica em quase todos os municípios do Pólo Litoral Sul. Economia pouco diversificada. Base econômica fortemente assentada na produção agrícola. Declínio da atividade cacaueira, processo que gerou reflexos negativos em todos os setores da economia regional.	Região com características favoráveis à produção de insumos e matérias primas para o turismo.[91] Benefícios a outras atividades econômicas regionais proporcionados pelos investimentos na atividade turística, especialmente em infra-estrutura e capacitação. Novas formas de incremento da renda agrícola através da diversificação da demanda por produtos induzida pelo consumo turístico. Atividade turística potencialmente geradora de emprego e renda para a comunidade local. Potencial integração da comunidade local nas atividades de receptivo turístico. Dinamização econômica, através do incremento do mercado consumidor em função da atividade turística.	Produtos externos à região oferecidos a preço e qualidade competitivos. Desequilíbrio econômico entre os municípios do Pólo Litoral Sul (pontos isolados de desenvolvimento). Exploração de gás na Baía de Camamu pode conflitar com o desenvolvimento da atividade turística.[92] Pesca predatória e outros fatores ameaçam os estoques pesqueiros da região, comprometendo uma importante atividade econômica regional. Efeitos econômicos negativos da degradação do ambiente natural, devido ao desenvolvimento do turismo de modo desordenado.

[89] Principalmente Itabuna, Ilhéus e Valença.
[90] O turismo aparece como atividade econômica relevante em Valença, Cairu, Camamu, Itacaré, Ilhéus, Una e Canavieiras.
[91] Principalmente agricultura, pecuária e pesca.
[92] A principal razão para tal conflito é, principalmente, a questão estética e de imagem do destino e o risco de danos ambientais.

Matriz SWOT – Dinâmica Social

DINÂMICA SOCIAL			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
Manifestações culturais ainda preservadas, contribuindo para a coesão social. Indicadores sociais demonstram melhoria na qualidade de vida da população. Melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano. Expansão recente significativa do terceiro setor (economia social).	Indicadores sociais atingindo baixíssimos níveis em alguns municípios do Pólo.[93] Desigualdade social, pobreza e miséria nas proximidades de áreas e rotas turísticas. Essa situação foi agravada pela crise da lavoura cacaueira, que provocou um intenso êxodo rural e a aceleração do processo de favelização, especialmente em Ilhéus. Dificuldade de viabilização de vetores de expansão urbana, gerando ocupação precária e problemas de moradia. Renda média das famílias abaixo da média do Estado da Bahia. Baixa taxa de alfabetização em todos os municípios do Pólo Litoral Sul.[94] Rede de atendimento médico concentrada em alguns municípios.[95]	Ações do Banco do Nordeste e Desenbahia (financiamentos ao setor privado). Turismo pode contribuir para a dinâmica social, oferecendo emprego e renda para a população local. Turismo tem grande capacidade de induzir a distribuição de renda.	Situação macroeconômica instável, com reflexos na liberação de crédito e taxas de juros. Êxodo para áreas de maior desenvolvimento econômico. Pobreza e violência urbana. Atração de contingentes populacionais de municípios mais pobres, gerando pressão social no Pólo.

[93] Em especial nos municípios de Maraú, Santa Luzia e Igrapiúna.
[94] O único município do Pólo que apresenta taxa de alfabetização maior do que a média do Estado da Bahia é Ilhéus.
[95] No pólo, Ilhéus e Valença são os municípios que abrigam a melhor estrutura de serviços médicos. O município de Itabuna, fora do pólo, apresenta uma boa infra-estrutura hospitalar que também serve de apoio para a região.

Matriz SWOT – Infra-estrutura

INFRA-ESTRUTURA			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
Índices de cobertura de serviços básicos, apesar de baixos, vêm apresentando melhoras significativas na maioria dos municípios do Pólo. A parcela da população nas áreas urbanas do Pólo normalmente encontra-se contemplada pelos serviços de abastecimento de água. Grande quantidade de investimentos previstos ou já realizados, aguardando operação, na infra-estrutura de abastecimento de água. Priorização, pelo governo estadual, de programas de implementação de aterros sanitários. As principais rodovias encontram-se em bom estado de conservação. Sistema aeroviário adequado ao transporte regional e nacional.	Infra-estrutura disponível em quase todo o pólo é insuficiente para atender às necessidades atuais da população local e dos visitantes. Baixos índices de cobertura de serviços básicos (especialmente abastecimento de água na zona rural e coleta e tratamento de esgoto em todas as áreas) em todos os municípios do Pólo Litoral Sul.[96] Maioria das localidades sem cobertura adequada de coleta de esgoto e tratamento praticamente inexistente, gerando grandes impactos ambientais. Localidades sem cobertura adequada de coleta e disposição final de resíduos sólidos. Além disso, algumas prefeituras não operam o sistema de resíduos sólidos adequadamente. Transporte público (rodoviário e hidroviário) deficiente na maioria dos	Possibilidade de melhoria da realidade de saneamento básico do Pólo através do financiamento e apoio técnico proporcionado pelos programas de saneamento básico do Governo do Estado, com recursos estaduais ou de organismos de financiamento internacionais (BID e Banco Mundial, por exemplo) Utilização do transporte marítimo como meio de transporte turístico diferenciado. A configuração geográfica do Pólo, especialmente da Costa do Dendê, favorece a utilização do meio de transporte hidroviário. Aprimoramento das condições de circulação dentro do Pólo cria possibilidades de novos produtos e alternativas para os visitantes. Integração entre a Costa do Cacau e Costa do Dendê, criando maiores possibilidades de desenvolvimento	A dificuldade de acesso a alguns destinos pode limitar o desenvolvimento turístico. Crise no setor aéreo - empresas buscam maior rentabilidade e encerram rotas menos lucrativas. Ocupação irregular de novas áreas para moradia localizadas fora da região de cobertura planejada dos serviços públicos. Degradação do destino turístico em função da inadequada infra-estrutura de saneamento básico.

[96] O PLS apresenta médias mais baixas do que as da Bahia para os Índices de Serviços Básicos (Índice de cobertura de Água, de Cobertura de Esgotamento Sanitário e de Cobertura de Coleta de Lixo).

	hidroviário) deficiente na maioria das localidades por insuficiência de linhas e precariedade dos veículos. Terminais rodoviários e hidroviários precários, em sua maioria. Sinalização turística inexistente em quase toda a Zona turística. Baixa integração rodoviária entre a Costa do Dendê e a Costa do Cacau. Acesso somente através da BR-101. Falta de aeroporto internacional restringe potencial para este segmento. Dificuldades na obtenção de recursos para intervenções. Processo de especulação imobiliária em curso em alguns destinos turísticos, especialmente ao longo da estrada Ilhéus-Itacaré.	de roteiros e aumentando a permanência média dos turistas na região. Implantação de aeroporto internacional em Ilhéus amplia possibilidades de fluxo externo para todo o Pólo.	

Matriz SWOT – Patrimônio Histórico

PATRIMÔNIO HISTÓRICO			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
Acervo de patrimônio histórico-cultural diversificado, incluindo imóveis, manifestações folclóricas e comunidades (como as quilombolas). Cultura viva e autêntica. História da Cultura do Cacau. Vínculo da obra literária de Jorge Amado com a cidade de Ilhéus e a região cacaueira. Conscientização de algumas prefeituras acerca da importância da conservação e restauração de seu patrimônio histórico/cultural.[97], Intervenções de recuperação do patrimônio histórico-cultural concluídas com sucesso e resultados esperados.	Prefeituras destinam poucos recursos técnicos e financeiros à gestão do patrimônio. Condições precárias de preservação na maior parte do patrimônio. Pequena quantidade de monumentos tombados em relação à quantidade de monumentos de importância histórico-cultural no Pólo. Escassez de fontes de recursos direcionados para a restauração / conservação do Patrimônio Histórico Cultural. Manifestações folclóricas pouco valorizadas pelo poder municipal e muitas vezes pela própria comunidade.	Prefeitura, setor privado e comunidade trabalhando em conjunto para gestão do patrimônio. Utilização do turismo para garantia de conservação e revitalização do patrimônio. Vários itens do patrimônio histórico com grande potencial de utilização turística, inclusive as manifestações folclóricas. Tombamento do acervo com importância histórico-cultural. Aumentar a auto-estima da comunidade através de iniciativas que visem o conhecimento do patrimônio histórico/cultural do município. Desenvolvimento de atividades de uso sustentável do Patrimônio Histórico-Cultural.	Pouca preocupação de algumas prefeituras em relação à gestão do patrimônio. Perda do patrimônio por falta de cuidado e conservação. Perda da identidade cultural, própria de cada localidade com o desenvolvimento do turismo (folclore, artesanato, história, culinária, etc). Diminuição do valor percebido pelo turista do patrimônio pela falta de conservação

[97] Como exemplos pode-se citar a recuperação do Centro Histórico de Ilhéus; a recuperação do Convento de Santo Antônio de Cairu; e a recuperação da Fortaleza do Morro de São Paulo, intervenções com forte colaboração das prefeituras municipais.

	Controle de fluxo e necessidades dos turistas inexistente ou pouco eficiente nos monumentos com visitação turística. Estrutura institucional pouco desenvolvida nos órgãos responsáveis pelo patrimônio (em níveis federal, estadual e municipal). Comunidade pouco conscientizada para a importância e valor do patrimônio histórico.	Dinamismo econômico como resultado do desenvolvimento e revitalização de centros históricos. Melhor conhecimento dos eventos, festejos, manifestações e comunidades para inserção na atividade turística. Legislação acerca do patrimônio histórico-cultural forte e em consolidação.	

Matriz SWOT – Análise Sócio-Ambiental

ASPECTOS SÓCIO-AMBIENTAIS			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
Maior interação entre os atores locais e o setor público na definição das políticas e ações do PRODETUR NE II **Conselhos de gestão de algumas unidades de conservação articulados e com várias iniciativas e parcerias de sucesso** **Imenso e diversificado patrimônio ambiental** **Atuação de alguns conselhos municipais de meio ambiente e do Ministério Público.** **Quantidade, postura de cooperação e atuação das diversas organizações não governamentais sócio-ambientais da região.** **Existência de várias Unidades de Conservação ao longo do Pólo.**	**Pesca predatória[98].** **Inchamento desordenado da periferia das cidades pela crise do cacau.** **Deficiência na ordenação entre as diferentes esferas de gestão do patrimônio ambiental e público.** **Falta de experiência e domínio técnico do poder público municipal para gestão ambiental.** **Poluição de nascentes e rios por esgotamento sanitário e despejo de resíduos sólidos** **Alta sazonalidade em momentos específicos, sobrecarregando os ecossistemas e os serviços públicos.** **Falta de oferta de produtos e serviços adequados ao alto valor da biodiversidade ambiental regional** **Ações insuficientes para a integridade ambiental de várias unidades de conservação.[99]** **Poucas informações disponíveis e sistematizadas sobre as unidades de conservação da região.**	**Parceria na implementação de ações sócio-ambientais com o Terceiro Setor.** **Utilização do Corredor Central da Mata Atlântica como instrumento orientador do planejamento ambiental.** **Integração política entre setor público, setor privado e sociedade civil para o uso sustentável do meio ambiente.** **Criação de outras unidades de conservação (incluindo unidades de proteção integral).** **Estímulo do ordenamento territorial pela implementação das APAs.** **Turismo pode gerar alternativas sustentáveis em relação a outras atividades previstas ou instaladas na região (extração de madeira, agricultura extensiva, petróleo, gás natural, dentre outras).**	**Expansão urbana desordenada, principalmente no sentido litorâneo[100].** **Aumento na demanda por loteamentos de alta densidade.** **Excesso de preocupação com a costa, ignorando as florestas ombrófilas das serras.** **Degradação ambiental e comprometimento das atividades de pesca artesanal no Arquipélago Tinharé-Boipeba** **Possível comprometimento ambiental dos manguezais, e outros ambientes naturais, em função do crescimento do fluxo turístico e das obras de intervenção, tanto por parte do setor público como do setor privado, sem os devidos cuidados de fiscalização e monitoramento dos impactos ambientais resultantes. Isso pode ocorrer se as prefeituras e órgãos de fiscalização estaduais não tiverem acesso a recursos, mandatos e capacitação suficiente ao cumprimento das novas tarefas e desafios impostos pelo crescimento da atividade turística e, conseqüentemente, das potenciais pressões resultantes.**

[98] Em especial na Baía de Camamu.
[99] Especialmente o Parque Estadual do Conduru
[100] Especialmente em Ilhéus, Canavieiras, Itacaré e Serra Grande

Matriz SWOT – Capacidade Institucional dos Municípios

CAPACIDADE INSTITUCIONAL DOS MUNICÍPIOS			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
Comunidade, poder público e setor privado conscientizados sobre a importância dos Conselhos Municipais de Turismo e Meio Ambiente. Municípios inscritos nos programas como o PMAT e PNAF-M.[101] Melhoria na qualidade da administração dos fluxos de recursos financeiros por parte das prefeituras.	Capacidade de arrecadação das prefeituras, ainda aquém das possibilidades. O pessoal empregado no poder público, em geral, não conta com políticas de treinamento ou conhecimento técnico necessário, perpetuando a situação atual de pouco preparo e pouca capacitação do pessoal envolvido no processo decisório local. A representatividade efetiva dos Conselhos é pequena. Funcionamento e deliberações limitados na maioria dos municípios. Em geral, o poder público local atribui pouca importância às ferramentas de gestão. Estrutura fiscal deficiente. Falta de Planos Diretores Municipais	PRODETUR II servindo como alavancador para a criação de ferramentas de gestão municipais. Governo Federal, Governo Estadual e BID financiam a elaboração dessas ferramentas. Conselhos podem se transformar em fóruns de discussão e aprendizado sobre as práticas e os fenômenos do turismo e do meio ambiente. Modernização da administração municipal, por ser fator condicionante ao PRODETUR NE II, induz a inserção dos municípios em programas nacionais de modernização (PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária).	Estagnação econômica de municípios, por falta de planejamento adequado. Devido à falta de instrumentos de gestão que ordenem o crescimento urbano[102], a atividade turística pode causar um crescimento não sustentável. Os conselhos podem existir como uma prova de participação social, mas sem efetiva representatividade. Adoção de ferramentas de gestão de baixa qualidade, somente para atendimento de condicionantes do PRODETUR II. Dificuldade na negociação para o início do pagamento de tributos municipais.

[101] Conforme informações do Ministério da Fazenda, estão cadastrados no PNAF-M os municípios: Valença, Cairu, Nilo Peçanha, Igrapiúna, Camamu, Maraú, Itacaré, Uruçuca, Una, Santa Luzia e Canavieiras.

[102] Legislações de Zoneamento de Uso do Solo e Meio Ambiente, elaboração e implantação de Planos Diretores Municipais, intensificação das ações de fiscalização, fortalecimento das APAs já criadas, assim como criação de novas Unidades de Conservação.

	dificulta ação do PRODETUR II.		

	Falta de destinação de recursos para os Conselhos. Alguns dos municípios que utilizam as ferramentas de gestão não contam com ferramentas elaboradas com rigor e considerações técnicas necessárias. Dependência excessiva de repasses constitucionais (estaduais e federais). Secretarias de turismo mal equipadas e com funcionários pouco preparados para o exercício de suas funções em muitos municípios.	Programas federais de modernização administrativa prevêem política de treinamento para funcionários do setor público. Aumento significativo das receitas municipais após a modernização. Nova legislação (Estatuto das Cidades e Lei de Responsabilidade Fiscal) como indutoras de melhoria da gestão pública municipal.	Dificuldade em recolher tributos municipais e estaduais junto à comunidade e empresários locais, após a tomada de empréstimo. Inexistência de uma legislação que obriga a participação da comunidade na definição dos investimentos (orçamento participativo). Ausência dos instrumentos de gestão pode impedir a plena realização dos objetivos do PRODETUR NE II. Economia municipal dependente de repasse de impostos do governo Federal e Estadual.

Matriz SWOT – Capacitação do Setor Privado

CAPACITAÇÃO DO SETOR PRIVADO			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
Os empresários locais mostram-se atuantes na percepção de oportunidades de desenvolvimento de novos negócios, dinamizando a atividade turística na região e complementando as intervenções do setor público. Rede de abastecimento de bens e serviços para a cadeia do turismo suficiente para o atendimento da atividade turística. Conselho do Pólo instituído e em consolidação, envolvendo o setor privado e as comunidades no processo de planejamento turístico.	Relação entre empresários se dá predominantemente através da competição. Setor privado em geral pouco mobilizado inter e intra-setorialmente. Concorrência predatória dentro dos segmentos empresariais. Baixa capacidade administrativa e empresarial do setor privado na maioria dos municípios. Dificuldade na obtenção de crédito/financiamentos, principalmente por parte dos moradores e pequenos empresários. Presença de poucas empresas turísticas de grande porte articuladas com parceiros dos mercados emissores.	O PRODETUR NE II, através das reuniões do PDITS e do Conselho do Pólo, pode ser um fomentador da criação, operação e efetividade das associações. O PRODETUR NE II pode ser alavancador e formador de clusters regionais. Tendência de formação de uma mentalidade de integração e cooperação, permitindo a formação de uma cadeia produtiva local fortificada. Parcerias entre setor público e setor privado para programas de capacitação eficientes. Avanço da internet como forma de divulgação e comercialização dos produtos turísticos. Governo mostra-se disposto a apoiar atividades do setor privado, contando com diversos canais de comunicação.	A concorrência predatória pode causar baixa de preços, seguida da perda de qualidade dos produtos. Manutenção de posturas clientelistas em relação ao Estado. Interesses particulares se sobrepondo aos objetivos comuns. Conflitos e atritos constantes entre os setores. Associativismo e problemática empresarial podem impedir o desenvolvimento do turismo sustentável na região. Incapacidade de investimento limitando a integração das comunidades locais no desenvolvimento da atividade turística e podendo gerar gentrificação.

Matriz SWOT – Produtos e Atrativos Turísticos

PRODUTOS E ATRATIVOS TURÍSTICOS			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
Preço competitivo em relação a destinos semelhantes no Brasil Características culturais únicas resultam produção gastronômica e de artesanato muito autênticas e de boa qualidade em alguns locais. Monumentos naturais de grande importância, característica e beleza. Grande acervo de Patrimônio Histórico-Cultural (história da cultura do Cacau, Jorge amado, manifestações folclóricas, arquitetura etc). Itacaré e Morro de São Paulo são destinos ecoturístico reconhecidos internacionalmente. Ambiente característico, peculiar e autêntico do Brasil. Utilização de meios de transportes alternativos, como hidrovias, levando a atividade turística a localidades não acessíveis por terra.	Artesanato com acabamento e materiais utilizados de qualidade irregular. Condições sanitárias insatisfatórias dos estabelecimentos de alimentação. Comunidades artesãs pouco conscientizadas sobre o valor dos produtos. Grande parte dos atrativos naturais não se encontra formatada, não sendo utilizada turisticamente. As ações nacionais de divulgação no exterior ainda são insuficientes. Competição predatória entre os empresários de alguns segmentos, resultando em queda constante na qualidade dos serviços. Falta de cooperação entre os municípios para integração dos produtos e atrativos.	O aumento do fluxo turístico esperado pode ser um alavancador de vendas de artesanato e gastronomia local. Amplo potencial natural, histórico-cultural e de manifestações culturais a serem desenvolvidos no Pólo (existência de atrativos potenciais com muitos diferenciais), podendo oferecer mais atividades e diversificação da linha de produtos. O turismo pode ser o fator de conservação do patrimônio natural e cultural. Integração entre os municípios que compõem a Zona Turística para que novos produtos sejam formatados. Fortalecimento de uma identidade comum ao Pólo Turístico, sem, no entanto, perder as identidades individuais de cada município.	Degradação e desvalorização dos atrativos por falta de ordenação e adequação do receptivo. Banalização das características culturais demonstradas no artesanato e na gastronomia. Destinos concorrentes investindo em promoção no mercado doméstico e internacional, aumentando a competição. Parte do patrimônio histórico apresenta condições precárias de conservação (perda de monumentos por falta de conservação e diminuição do valor percebido pelo turista). Falta de direcionamento estratégico resultando em posicionamento mercadológico indefinido e captação de segmentos de mercado incompatíveis com as essências dos destinos

Oferta de produtos atende a diversos segmentos de mercado, de alcance regional, nacional e internacional. Ações da Bahiatursa de divulgação no Brasil e no exterior. Muitos investimentos em turismo vêm sendo feitos com apelo ambiental.	Roteiros e circuitos sub utilizados (poucos produtos formatados e vendidos a grandes mercados). Alguns atrativos pouco valorizados pela população e turistas. Ocupação irregular (habitação, comércio, empreendimentos agropecuários) de áreas naturais. Dificuldades de acesso aéreo ao Pólo.	Investimentos em Marketing pelo PRODETUR NE II, podendo aumentar o fluxo turístico no Pólo. Sinergia entre turismo e cultura - papel educativo do turismo e possibilidade de expansão do mercado consumidor de produtos culturais	

Matriz SWOT – Oferta Turística

QUALIDADE DA OFERTA TURÍSTICA			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
Oferta turística, na maioria dos destinos, bem dimensionada à demanda atual e que contempla um amplo espectro de segmentos motivacionais e de renda. Presença de postos de informações turísticas da Bahiatursa nos principais portões de entrada do Pólo: Valença e Ilhéus. Bons restaurantes turísticos nos destinos mais tradicionais (Morro de São Paulo e Ilhéus, principalmente). Alguns destinos consolidados contam com receptivo. Atividade artesanal diversificada.	Qualidade da prestação dos serviços é inadequada. O atendimento é freqüentemente pouco profissional e é raro o atendimento bilíngüe. Insuficiência de postos de informações turísticas. Mesmo nos postos atuais da Bahiatursa (Ilhéus e Valença), os horários de funcionamento são restritos e os atendentes não são bilíngües. Poucas opções de restaurantes turísticos nos destinos menos consolidados. Atendimento precário. Promoção inadequada das opções de passeios ao turista que já se encontra no Pólo. Concentração de transportadoras e locadoras de veículos em Ilhéus. Poucas estruturas consolidadas de lazer e entretenimento.	Falta de receptivo em algumas áreas de interesse turístico indicam oportunidades de investimento para o setor privado. Segmentação da oferta turística visando atender melhor os mercados específicos. Instalação de novos serviços com alto valor agregado.,	Diminuição do valor percebido pelo turista por falta de receptivo adequado. Não monitoramento dos impactos e ações após o investimento e conseqüente falta de correção do rumo da atividade.

Matriz SWOT – Educação e Capacitação da Comunidade para o Turismo

EDUCAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA COMUNIDADE PARA O TURISMO			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
Oficinas do PNMT, presença de ONGs e processo de implantação da Agenda 21 em vários municípios, contribuindo para a sensibilização e para a capacidade de planejamento e de decisão da comunidade. Demanda por capacitação sofisticada reflete busca crescente de qualidade nas empresas turísticas. Hospitalidade baiana é um grande diferencial dos profissionais. O desenvolvimento da atividade turística no Pólo Litoral Sul vem criando cada vez mais postos de trabalho. Ações do governo em prol da educação e da capacitação vêm trazendo evolução nos índices educacionais. Atuação do sistema "S": curso do Senac e ações do Sebrae. Alguns empresários percebem necessidade de treinamento e têm a intenção de aumentar a carga de treinamento formal. Ações de capacitação e sensibilização geridos pelo terceiro setor, desonerando o Estado.	Baixas taxas de alfabetização em grande parte dos municípios. Falta conscientização sobre limpeza pública e lixo em geral. Comunidade pouco conscientizada sobre a importância e o valor do turismo e do patrimônio histórico e cultural (físico e artístico), muitas vezes degradando ou utilizando sem preocupação com a conservação. Demanda pouco atendida pelos cursos disponíveis (Conteúdo ministrado não reflete as necessidades de mercado). Profissionais em geral pouco capacitados (dificuldade em contratar funcionários treinados e experientes). Empresas não valorizam os certificados. Pouca pró-atividade das empresas para o treinamento interno de seus funcionários. Remunerações generalizadamente baixas, não estimulando a busca de capacitação. Profissionais carecem do conhecimento de línguas estrangeiras, iniciativa e liderança.	Envolvimento da comunidade no processo de preservação ambiental e do patrimônio histórico-cultural. Desenvolvimento de atividades de uso sustentável dos recursos naturais (ONGs, Universidades, Agências de Cooperação Internacional etc). Hospitalidade e cultura baiana são fortes aliados para o aumento da auto-estima da população e para a valorização da cultura e do patrimônio. Reversão de benefícios oriundos do turismo em prol das comunidades locais. Processo de certificação profissional em desenvolvimento. Profissionalização oferece oportunidades de carreira (pedagógica e operacional). Oferta de cursos e treinamento para a utilização da característica hospitaleira e para o desenvolvimento de habilidade sócio-profissionais.	Pressões sócio-econômicas se sobrepondo à consciência ambiental, gerando degradação. Comportamento inadequado dos turistas, gerando tensão entre residentes e turistas. Importação de funcionários por falta de mão de obra local especializada, diminuindo possibilidades de inserção das comunidades. Diminuição da oferta de cursos por insatisfação dos alunos e empregadores ou por estagnação do mercado. Faltam oportunidades para a comunidade se integrar ao desenvolvimento turístico. Programas de Capacitação descontinuados, gerando desperdícios nos investimentos direcionados a este objetivo.

Matriz SWOT – Perfil do Turista

PERFIL DO TURISTA			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
Crescimento constante no fluxo turístico. Turistas emitem boas avaliações dos principais destinos turísticos do Pólo Litoral Sul. Altos índices de retorno confirmam satisfação dos turistas no Pólo Litoral Sul. Intenção de retorno dos turistas apresenta altos índices no Pólo Litoral Sul. Alguns destinos já consolidados, como Morro de São Paulo e Itacaré, recebem turistas com alta propensão de gasto. Representatividade do motivo Passeio (Lazer) é alta, refletindo a importância dos atrativos como geradores de demanda.	Turistas com baixa propensão de gasto em alguns destinos. Sazonalidade acentuada, especialmente fora da temporada de verão. Baixo GMDI em diversas regiões. Segmentação pouco explorada em algumas regiões. Motivação da viagem altamente concentrada nos atrativos naturtais (índices acima de 87% em todos os destinos, chagando a 99% em alguns deles). Altos índices de avaliações negativas da infra-estrutura urbana (destaque para a Limpeza Pública e Sinalização Turística).	Diversificação gera maiores opções para turistas e aumento na Permanência Média no Pólo Litoral Sul. Incremento de nichos de mercado ainda pouco explorados (mergulho, ecoturismo, náutico, pesca, entre outros). Reposicionamento ou melhoria dos destinos que recebem turistas com menores propensões a gasto. Tendência mundial por aumento mais acentuado das viagens de longa distância. Utilização turística de recursos ainda não explorados (principalmente o Patrimônio Histórico-Cultural).	Fortalecimento de destinos concorrentes, aumentando o nível de competição (Nordeste, Brasil e exterior). Cenário econômico nacional e global indefinido, sem indicar superação do quadro recessivo. Pesquisas de Demanda Turística limitadas aos destinos mais consolidados, não permitindo avaliar a situação real dos demais destinos. A predominância mundial por viagens mais curtas pode reduzir a competitividade dos destinos baianos no mercado interncaional (Europa e EUA). Crise no setor aéreo, dificultando a melhoria na oferta de vôos. Desordenamento da atividade turística em algumas destinações pode comprometer a sustentabilidade da atividade no Pólo.

Matriz SWOT – Gastos Turísticos

GASTOS TURÍSTICOS			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
Receita turística por visitante alta em alguns destinos. Crescimento mais acentuado de mercados emissores com maior propensão a gastos. Importância crescente do turismo neste Pólo para a economia regional. Turismo tem grande impacto nos PIBs municipais.	Baixo estímulo ao aumento de gastos em função das fragilidades da oferta de produtos e serviços turísticos. Alguns destinos apresentam crescimento da receita turística menor do que o crescimento do fluxo turístico.	Regiões com inúmeros diferenciais e recursos ainda inexplorados. Desvalorização do Real torna o país mais barato para estrangeiros e inibe a saída de brasileiros para destinos internacionais, fazendo-os optar por uma viagem doméstica. Espaço para crescimento tanto do Gasto Médio Diário Individual como da Permanência Média através da formatação de novos roteiros e atrativos (quantidade – PM) e da melhoria na formatação de produtos turísticos (qualidade - GMDI). Aumento dos Gastos Turísticos através da diferenciação e diversificação dos produtos. Aumento de arrecadação de tributos, permitindo mais investimentos municipais para a melhoria das condições sociais	Cenário econômico nacional e global indefinido, sem indicar superação do quadro recessivo. Pouco foco empresarial em agregação de valor, gerando ênfase na captação de maior número de turistas. Manutenção dos fluxos turísticos regionais, de alto volume e baixo gasto diário individual, sem controle e ordenação, trazendo pouca receita e grandes custos operacionais

		Maior integração dos residentes na cadeia do turismo, aumentando a apropriação dos benefícios do turismo pela comunidade local e, conseqüentemente, gerando maior efeito multiplicador final. Criação de estruturas turísticas como centros de entretenimento, parques temáticos e restaurantes, ainda pouco difundidos na maioria dos destinos do Pólo.	

Matriz SWOT – Investimentos Previstos do Setor Privado

INVESTIMENTOS FUTUROS DO SETOR PRIVADO			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
Empreendimentos de alto padrão em execução e projeto, como reflexo de investimentos estratégicos realizados pelo Governo Empenho governamental e assistência aos investidores na captação de investimentos privados em novos empreendimentos turísticos. Grande atratividade de Itacaré para investidores estrangeiros. Disposição crescente para investir em projetos turístico-hoteleiros no Pólo Litoral Sul. Clara tendência de sofisticação dos empreendimentos hoteleiros, observada pelo aumento do valor investido por UH. Ações estratégicas no setor ambiental contribuem para a longevidade dos destinos.	Poucas opções de crédito, poucas opções de financiamento, taxas de juros pouco competitivas e garantias exigidas. A viabilização de empreendimentos é burocrática, onerosa e demorada (licenças ambientais etc). Imagem positiva de destinos do Pólo como boas opções de investimento concentrada em algumas localidades. Dificuldade dos investimentos de pequeno porte e da comunidade local serem viáveis e prosperarem. Novos investimentos em oferta turística concentrados em empreendimentos hoteleiros, não se projetando as demais estruturas necessárias ao receptivo (como restaurantes, marinas, centros de entretenimento etc).	Região com diversas áreas propícias ao investimento em turismo. Desvalorização do real facilita os investimentos estrangeiros. Grandes grupos do setor privado com disponibilidade de recursos para investimentos. Disponibilização de crédito para a população local pode incrementar novos investimentos turísticos privados de base local. Bom desempenho econômico do turismo baiano aumenta a atratividade para investidores privados. Clareza por parte dos envolvidos no planejamento em relação à conceituação e diferenciais dos destinos do Pólo.	Cenário macroeconômico instável, desestimulando investimentos futuros. Demais estados e regiões disputando os investimentos privados. Falta de crédito impede que investidores de menor porte desenvolvam empreendimentos, fato que pode ter como conseqüência à exclusão da comunidade local do processo turístico. Deterioração dos atrativos e do ambiente urbano diminuindo a rentabilidade do setor e a atratividade para investidores. Concentração dos investimentos em determinados destinos acelerar o ciclo de vida dos mesmos e atrapalhar o desenvolvimento dos demais.

Matriz SWOT – Demanda Atual e Potencial

DEMANDA ATUAL E POTENCIAL			
PONTOS FORTES	**PONTOS FRACOS**	**OPORTUNIDADES**	**AMEAÇAS**
Satisfação dos clientes em relação à experiência turística. Crescente procura por mercados alternativos (cultural, náutico, rural, de aventura, de natureza...). Crescimento de importantes segmentos de mercado como congressos, negócios, ecoturísticos, entre outros. Fluxos e receitas turísticas nos principais destinos do pólo vêm apresentando crescimentos consistentes.	Grande parte do fluxo intraestadual (o maior) com baixa propensão a gasto. Maior parte do fluxo doméstico (o mais significativo) utilizando residência de amigos e parentes. Distância do Brasil e do Pólo Litoral Sul em relação aos grandes emissores internacionais. Sazonalidade contribui para o desequilíbrio do fluxo atual. Ausência de estimativas de fluxo e receita para os destinos menos consolidados do Pólo.	Incremento dos segmentos de observação de pássaros, mergulho e ecoturismo, com conseqüente aumento na utilização dos meios de hospedagem. Grandes emissores turísticos (nacionais e internacionais) pouco explorados, sinalizando para potencial não utilizado. Estímulo ao turismo de eventos, propiciado pelo Centro de Convenções em Ilhéus. Maior incremento da receita em relação ao fluxo de turistas, através da qualificação e diversificação dos produtos. Forma de viajar predominante é com a família, podendo-se aumentar a receita turística com a formatação de produtos e serviços específicos para este segmento.	Fortalecimento de destinos concorrentes, com aumento da competição(Nordeste, Brasil e exterior). Situação macroeconômica desfavorável em importantes emissores, como a Argentina. Dificuldade de acesso aéreo restringe aumento de alguns segmentos da demanda. Fatos recentes, como os atentados terroristas, podem gerar mudanças na cultura de viagens, afetando os cenários projetados.

Conclusão

A partir da análise SWOT pôde-se identificar os obstáculos que devem ser enfrentados para o desenvolvimento sustentável do turismo no Pólo Litoral Sul; os pontos fortes deste sistema turístico que devem ser maximizados e utilizados como vantagem competitiva; as ameaças apresentadas pelo ambiente externo, que devem ser eliminadas ou minimizadas e; as oportunidades que permitem a elaboração de estratégias para o fortalecimento de capacidades que gerem valor para o turismo.

A utilização desta ferramenta permite identificar uma série de áreas que necessitam de intervenções, sejam elas ações de fomento, de apoio, de coordenação ou até mesmo obras físicas. A execução dessas ações e projetos, contudo, não pode ser efetuada pontualmente, sem a definição de sua correlação ou sem a coordenação de esforços entre os envolvidos e interessados.

Assim, alguns componentes e áreas da atividade, por serem ainda muito pouco estruturados, se tornam obstáculos ao desenvolvimento sustentável do turismo no Pólo Litoral Sul e no Estado da Bahia. Por outro lado, a análise também evidencia as áreas do turismo mais desenvolvidas, como vantagens a serem aproveitadas para o desenvolvimento da atividade.

O estudo da correlação entre os problemas e soluções definiu as denominadas **macro-estratégias,** apresentadas no próximo capítulo (4.2 - Estratégias de Desenvolvimento Turístico) estas áreas são os campos de atuação que influenciam diretamente a atividade turística, onde foram detectadas necessidades de ações coordenadas. Algumas macro-estratégias são mais suscetíveis a intervenções, por representarem obstáculos ao pleno desenvolvimento turístico, dadas suas situações atuais. Outras, por sua vez, devem ser fomentadas por serem indispensáveis ao desenvolvimento sustentável do turismo.

4.2. Estratégias de Desenvolvimento Turístico

Introdução

As indicações contidas nas conclusões do diagnóstico e um abrangente processo de planejamento participativo, articulado a um extenso trabalho complementar de pesquisa de campo, deram origem às estratégias de desenvolvimento turístico apresentadas neste capítulo. Estudos elaborados pelo poder público e outras instituições (ONGs e sociedade civil organizada) também serviram como subsídios para a elaboração das estratégias apresentadas.

São indicadas iniciativas que procuram viabilizar o crescimento da atividade turística na Bahia segundo a perspectiva do **desenvolvimento sustentável**. Partindo do diagnóstico preparado e da análise SWOT (Potencialidades, Fragilidades, Oportunidades e Ameaças) para cada um dos temas e aspectos recomendados pelo BID, são definidos projetos em diversas áreas.

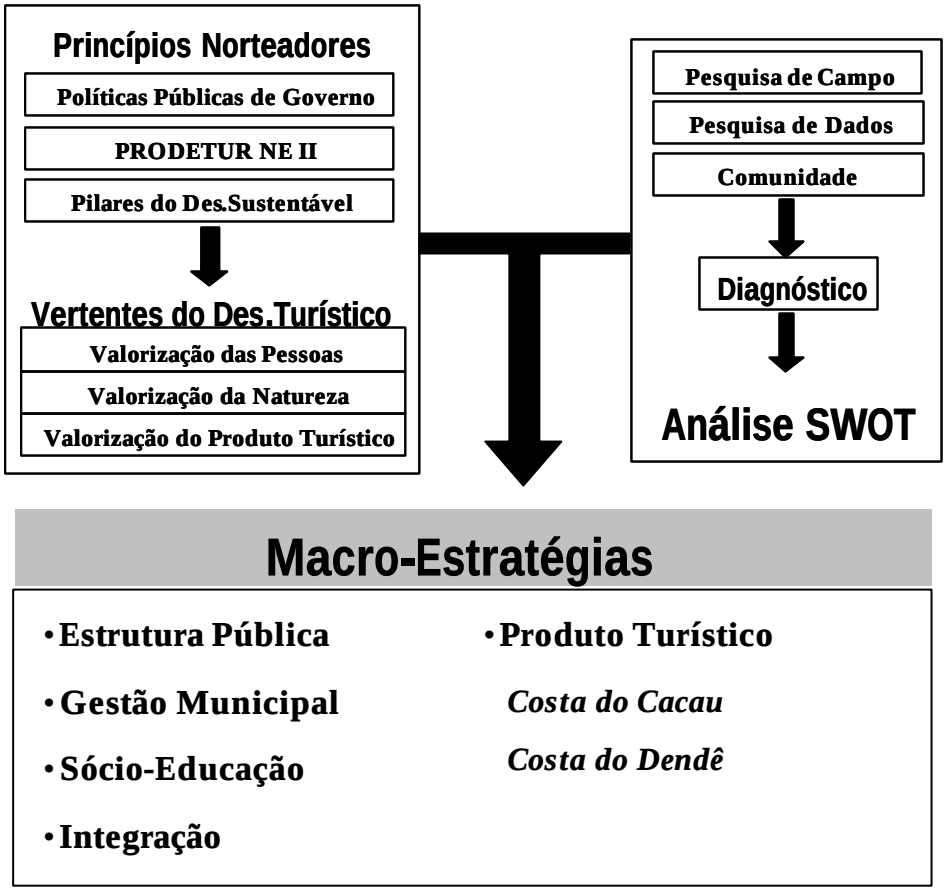
Identificou-se uma série de valores que definiram as vertentes, visão e missão do turismo na Bahia como um todo, através do processo de planejamento participativo, com contribuições das políticas de governo (estadual e federal) e dos objetivos do PRODETUR NE II. A análise SWOT, por sua vez, proporcionou a identificação das peculiaridades regionais da cada zona turística, contribuindo para a formulação do posicionamento estratégico único de cada região da Bahia.

A partir das caracterizações regionais, foram identificadas Macro-estratégicas válidas para todo o Estado, que deveriam ser atendidas por iniciativas coordenadas. As **vertentes,** a **visão,** a **missão,** e as **Macro-estratégicas Estaduais** foram definidas, portanto, dentro da **esfera estadual**, remetendo a um encadeamento mais amplo e integrado com as demais políticas públicas em diversas áreas (infra-estrutura, educação, saúde, segurança pública etc).

Após a definição das estratégias estaduais, partiu-se para a definição das estratégias particulares da região, levando em consideração os aspectos únicos e a inserção mercadológica do Pólo Litoral Sul. Dentro da **Macro-estratégia** relacionada especificamente com o produto turístico, foram estabelecidas as **Estratégias Sub-regionais**, uma definição sobre como o Pólo Litoral Sul pode desenvolver a atividade turística considerando as diretrizes estaduais e potencializando seus diferenciais, contribuindo para o desenvolvimento do turismo no Estado.

A Figura 4.2.1 mostra esquematicamente o processo para definição da estratégia de desenvolvimento para o Estado da Bahia e para as duas zonas turísticas que compõem o Pólo Litoral Sul, a Costa do Cacau e a Costa do Dendê, seus princípios e sua configuração.

Figura 4.2.1 – Princípios da Estratégia de Desenvolvimento do Turismo no Estado da Bahia



Os conceitos acima mencionados serão apresentados nos itens seguintes. O desenvolvimento da análise inicia-se com as vertentes, a visão e a missão do turismo na Bahia. Em seguida, são analisadas as Macro-estratégias Estaduais, também sendo apresentadas as Estratégias Sub-regionais, enfatizando os diferenciais da área de planejamento. Finaliza o capítulo uma apresentação das ações identificadas durante o processo de planejamento, organizadas por estratégia. Essas ações serão objeto de análise aprofundada nos capítulo 6 – Plano de Ação.

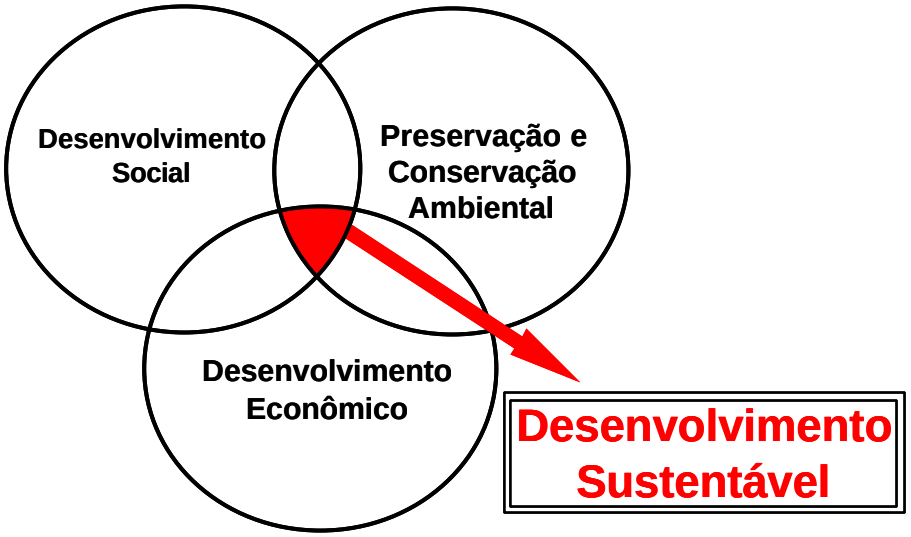
O detalhamento do processo de planejamento participativo realizado durante a elaboração deste documento pode ser encontrado no capítulo 7 – Reuniões de Elaboração do PDITS.

Vertentes do Desenvolvimento Turístico na Bahia

Foram identificadas três vertentes de desenvolvimento turístico, levando em consideração os objetivos do PRODETUR NE II, as políticas públicas de turismo adotadas pelo Estado da Bahia e os pilares da sustentabilidade. As vertentes são a origem de cada Macro-estratégia Estadual, com seus respectivos projetos. A definição das vertentes também funciona como um termômetro da adequação das estratégias, que devem estar em consonância com os objetivos do PRODETUR e do Governo do Estado.

A definição das vertentes teve como base a conceituação do desenvolvimento sustentável, que pressupõe uma integração entre as esferas do desenvolvimento econômico, desenvolvimento social e conservação ambiental, conforme a Figura 4.2.2:

Figura 4.2.2 – Pilares do Desenvolvimento Sustentável



As vertentes de desenvolvimento para o turismo na Bahia, ou seja, as principais referências para a determinação das ações e projetos a serem desenvolvidos, são as seguintes:

- **Valorização das Pessoas** (desenvolvimento sócio-cultural);
- **Valorização da Natureza** (preservação e conservação ambiental);
- **Valorização do Produto Turístico** (desenvolvimento econômico).

Através da **valorização das pessoas** se define, de maneira inequívoca, que o ponto de partida para o planejamento turístico são as pessoas que habitam a área de planejamento. Sob essa óptica, o turismo é uma ferramenta de promoção socioeconômica. Para tanto, o respeito às opiniões das comunidades inseridas nessas áreas, além da busca de sua inserção na atividade, é um componente essencial.

A **valorização da natureza**, por sua vez, sinaliza que essa promoção socioeconômica será estruturada através da compreensão do valor intrínseco do meio ambiente, colaborando para sua conservação e preservação. O turismo se presta, sob essa perspectiva, a ser uma ferramenta de sensibilização sobre a questão ambiental e de uso sustentável dos recursos naturais.

A competitividade do setor turístico da Bahia é a garantia de que o processo de promoção socioeconômica e de uso sustentável dos recursos naturais será mantido, mesmo inserido num ambiente econômico dinâmico. Sob esse aspecto, a **valorização do produto turístico** identifica a necessidade de estruturar soluções adequadas ao mercado e inovadoras em sua essência.

Visão e Missão

A **Visão** do turismo para a Bahia é entendida como o grande delineamento do planejamento estratégico a ser desenvolvido e implantado[103] pelo Estado, definindo a essência da atividade em termos de propósito e de escopo[104].

[103] Oliveira, Djalma P. Rebouças. *Planejamento Estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. São Paulo: Atlas, 1999.
[104] Hax, Arnoldo C., Majluf, Nicolas S. *Strategic Management: an integrative prospective*. Englewood Cliffs: Prenctice Hall, 1984.

A **Missão**, por sua vez, é a definição clara da razão de ser do turismo, traduzindo os valores dos baianos em termos de crenças e maneiras de atuação. Exerce uma função orientadora e delimitadora da atividade no Estado (OLIVEIRA, 1999).

As declarações de visão e missão para o turismo na Bahia foram elaboradas através da compreensão do papel desse setor para o Estado e para o cidadão baiano, e decorrem diretamente do processo de planejamento participativo. São elas:

Visão

"O turismo como um vetor de grande importância na implementação e promoção do desenvolvimento sustentável no Estado. A Bahia será um modelo de desenvolvimento turístico, já que todos os envolvidos se beneficiarão efetivamente desta atividade."

Missão

"O turismo deve ser um agente de integração entre as esferas econômica, sócio-cultural e ambiental. Apresenta e fortalece a identidade baiana, fundamentando-se nos valores e diferenciais de seu povo e de sua terra."

Formulação Estratégica

A matriz SWOT, elaborada através da análise de cada um dos capítulos do diagnóstico, permitiu uma visão estruturada de quais são ao dificuldades e as possibilidades para o desenvolvimento da atividade turística no Pólo Litoral Sul. Além dessas condições atuais e dessas perspectivas, há de se considerar os valores, a missão e a visão do turismo, conforme exposto acima. Com base em uma análise integrada desses termos, por compreender que uma abordagem que não considerasse todo o contexto não seria efetiva, formulou-se as estratégias de desenvolvimento e o plano de ação que as implantariam.

A elaboração de estratégias eficazes partiu, assim, de uma análise cuidadosa dos **recursos** (físicos, humanos e organizacionais) e **capacidades** (condição que um conjunto integrado desses recursos possui para executar tarefas ou gerar valor). Algumas dessas capacidades se configuram em possíveis **diferenciais,** por serem únicas e de difícil imitação, podem configurar uma vantagem competitiva sustentável.

A etapa seguinte do processo de planejamento estratégico consistiu na formulação de ações estratégicas que, partindo dessa análise, deve gerar resultados estratégicos coerentes com as vertentes, as definições de visão e missão e as dificuldades e possibilidades indicadas na matriz SWOT.

Para tanto foram identificadas cinco **Macro-estratégias Estaduais** a serem trabalhadas em todo o Estado e foram elaboradas **Estratégias Sub-regionais**. O intuito dessa formulação estratégica é o de transformar os recursos e capacidades em diferenciais efetivos. A seguir são apresentadas as Macro-estratégias Estaduais e as Estratégias Sub-Regionais.

Macro-estratégias Estaduais

As Macro-estratégias Estaduais são os grandes campos que necessitam de intervenções para garantir que as vertentes, a visão e a missão sejam implementadas no atual ambiente. A indicação dessas Macro-estratégias Estaduais, portanto, orientam os esforços de todos os envolvidos com a atividade turística em prol de um desenvolvimento integrado e sustentável. Traduzem uma avaliação da realidade turística do Estado da Bahia, evidenciadas através da matriz SWOT, identificando basicamente dois tipos de intervenções:

- **Ações recuperadoras / corretivas** – aquelas que são originadas das fraquezas detectadas durante o processo de planejamento participativo. Foram sugeridas pela própria comunidade, por órgãos públicos que atuam nas regiões e pela equipe técnica;
- **Ações pró-ativas** – são as ações que potencializam os pontos fortes ou permitem o fortalecimento ante as ameaças e oportunidades apontadas. Também foram sugeridas pela comunidade, órgãos públicos e equipe técnica.

As Macro-estratégias Estaduais para o desenvolvimento do turismo sustentável na Bahia são:

- Estrutura Pública;
- Gestão Municipal;
- Socioeducação;
- Integração;
- Produto Turístico.

Como elemento integrante da Macro-estratégia *Produto Turístico*, estão as estratégias sub-regionais das Zonas Turísticas Costa do Dendê e Costa do Cacau. Nesse ponto serão apresentadas, com maior profundidade, as diretrizes e ênfases necessárias para o aumento da competitividade turística dessa sub-região.

A seguir são apresentadas as características das Macro-estratégias e as diversas estratégias que convergem para seu objetivo central.

Estrutura Pública

"Criar as condições necessárias para o desenvolvimento sustentável do turismo através de planejamento, infra-estrutura básica e acompanhamento"

O ponto de partida para esse processo de planejamento é o entendimento, por parte do Estado, da necessidade de coordenação do crescimento do turismo, objetivando um crescimento sustentável da atividade na Bahia.

Assim sendo, o primeiro ponto a ser abordado diz respeito à **Estrutura Pública**, que são as atribuições e responsabilidades do Estado no planejamento e coordenação da atividade turística e no fornecimento de infra-estrutura básica.

O grande papel do Estado no desenvolvimento do turismo é o de planejador, indutor e coordenador dos pólos de turismo na Bahia. Como forma de garantir a implementação dos rumos e estratégias definidas, o Estado provê a implantação de infra-estrutura de transportes; implantação dos serviços básicos (distribuição de água, estrutura de esgotamento sanitário e estruturas de disposição final de resíduos sólidos); socioeducação para o turismo; segurança; regulamentação da atividade; entre outras atividades.

As estratégias abaixo identificam como será direcionado o fortalecimento da Estrutura Pública. Além de contribuir para a atividade turística, a melhoria dessa estrutura causa impactos positivos, diretos e indiretos, para a comunidade local.

Estratégias de Estrutura Pública

1. Ampliar e melhorar os sistemas viários utilizados para a integração e acesso às áreas turísticas;
2. Articular a melhoria do sistema de saúde nas áreas de interesse turístico;
3. Coordenar o planejamento e gestão estratégica dos pólos turísticos;

4. Desenvolver e implantar um sistema integrado de informação e de indicadores estatísticos do turismo;
5. Fomentar a melhoria dos meios de transporte de acesso ao pólo e de circulação regional e local;
6. Implantar e melhorar os sistemas de coleta e disposição final dos resíduos sólidos nas áreas de interesse turístico;
7. Implantar e operar sistemas de saneamento básico nas áreas de interesse turístico;
8. Implantar sistemas de segurança pública de padrão adequado a áreas turísticas;
9. Otimização das redes de Energia e Telefonia;
10. Realizar a recuperação e o restauro do patrimônio histórico apoiando sua revitalização.

Gestão Municipal

"Promover a modernização técnico-administrativa para uma gestão municipal referenciada nos princípios do desenvolvimento sustentável do turismo"

A partir da identificação pelo Estado da importância do oferecimento de uma base para o desenvolvimento sustentável, a etapa seguinte é o ajuste das capacidades municipais para o gerenciamento do turismo. Em última instância, é no município que desenvolve a atividade.

Essa Macro-estratégia Estadual reúne, deste modo, as intervenções necessárias para que o poder público municipal execute suas atribuições adequadamente. As estratégias aqui apresentadas procuram encaminhar as prefeituras para uma administração eficiente da atividade turística, em consonância com as vertentes, visão e missão da atividade turística no Estado da Bahia.

O escopo das responsabilidades das prefeituras é estrategicamente importante. O município se responsabiliza pela elaboração e implementação das ferramentas de gestão[105]; implementação e operação dos Conselhos Municipais de Turismo e Meio Ambiente; gestão e manutenção do Patrimônio Histórico; operação dos sistemas de coleta e disposição final dos resíduos sólidos (a implantação é atribuição do poder público estadual); e execução de intervenções de urbanização e paisagismo que melhorem a relação dos cidadãos e turistas com a cidade.

O fortalecimento da gestão municipal para a atividade turística também provoca melhorias institucionais e outros resultados que impulsionam significativamente a qualidade de vida do cidadão local. Essa Macro-estratégia Estadual, assim como a anterior, resulta em impactos positivos diretos e indiretos para a comunidade.

Estratégias de Gestão Municipal

1. Apoiar de maneira pró-ativa os conselhos municipais de turismo e meio ambiente;
2. Apoiar intervenções urbanísticas e paisagísticas necessárias para melhorar a relação do município com os turistas e cidadãos;
3. Desenvolver habilidades e competências nas equipes municipais para a gestão do turismo;
4. Fortalecer os mecanismos que contribuam para o fortalecimento da identidade municipal;

[105] Vide capítulo 3.6 – Capacidade Institucional dos Municípios, "Ferramentas de Gestão"

5. Gerir o patrimônio histórico, cultural e ambiental buscando sua revitalização e em conjunto com a comunidade;
6. Incentivar, elaborar e garantir a implantação de ferramentas de gestão (PDM, Código de Obras etc);
7. Modernizar a estrutura administrativa e fiscal dos municípios;
8. Oferecer assistência para a operação regular dos sistemas de coleta e disposição final dos resíduos sólidos.

Socioeducação

"Mobilizar as pessoas para a reconstrução permanente do processo socioeducativo da comunidade, visando aumento da qualidade da experiência turística"

O envolvimento da comunidade é o terceiro passo para o desenvolvimento sustentável do turismo na Bahia. Para tanto, a Macro-estratégia Estadual denominada Socioeducação remete às estratégias, ações e projetos que permitam o aumento da qualidade de vida da população e sua articulação com a atividade turística. Permite a melhoria da experiência turística em uma determinada região através do aprimoramento do papel do morador local no processo.

Essa melhoria se traduz na percepção da importância do turismo para a comunidade, no respeito e valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental pelos moradores, além da sensibilização comunitária para a percepção de liberdades individuais inseridas no contexto social. Essa alteração de perspectiva se traduz na qualidade dos serviços prestados, na cortesia e presteza da população local.

O desafio de desenvolver esse potencial nas comunidades como um todo, passa pela compreensão das limitações sócio-educacionais e pelas dificuldades econômicas das regiões. Outrossim, como a atividade turística usufrui o espaço público e interage intensamente com a comunidade local, o comportamento dos habitantes das regiões e a percepção dos turistas sobre esse comportamento influi sensivelmente na experiência turística.

Por ser muito intrusivo, o turismo causa impactos na comunidade, gerando novos valores e expectativas. Preparar a comunidade para esse processo é garantir a integração e o respeito dos habitantes à atividade, além da satisfação dos turistas.

Para vencer esse desafio, são propostas as seguintes estratégias:

Estratégias de Socioeducação

1. Criar oportunidades para que a comunidade construa uma consciência coletiva sobre a importância da conservação e preservação do patrimônio cultural, histórico e ambiental;
2. Envolver os empreendimentos turísticos num processo de educação organizacional;
3. Fomentar atividades que fortaleçam o reconhecimento do turismo como atividade geradora de benefícios sócio-econômicos, como trabalho e renda;
4. Mobilizar as lideranças municipais, formais e não formais, para fortalecer o papel educativo das cidades;
5. Promover eventos educacionais voltados para aprendizagens relativas ao papel de cidadão e de profissional que já trabalhem ou que pretendam trabalhar no turismo.

Integração

"Promover a integração entre os atores da atividade turística, visando a inserção de todos num projeto comum de desenvolvimento sustentável"

A quarta etapa necessária para a formação da base de desenvolvimento sustentável é a integração entre todos os elementos em um projeto de desenvolvimento comum. Essa Macro-estratégia Estadual identifica a necessidade de criação de mecanismos que permitam a inserção plena dos envolvidos no processo de desenvolvimento turístico, cada qual com sua contribuição, sem o que não haverá equilíbrio e distribuição justa dos benefícios.

Procura diminuir a distância entre os diversos atores da atividade turística, garantindo uma comunicação efetiva entre eles. Para tanto, são necessárias estratégias, em diversas instâncias, que possam contribuir para atingir esse objetivo.

Numa primeira análise, percebe-se dificuldades de comunicação da comunidade com a atividade turística e do setor privado com o setor público. Observa-se, também, que tanto o empresariado quanto as comunidades locais não são mobilizados e, portanto, não têm força de representação. Ainda, pode-se perceber pouca coordenação de ações entre os municípios para a criação ou consolidação de roteiros e destinos turísticos integrados.

As ações em prol da integração são benéficas para todos os atores envolvidos: unidos, organizados e trabalhando por um objetivo comum. A integração pode, então, oferecer oportunidades de desenvolvimento aos municípios que não contam com atividade turística estruturada, integrando-o em um roteiro ou destino turístico onde haja municípios com maior projeção sobre o mercado. Da mesma maneira, as comunidades – hoje em grande parte alienadas do desenvolvimento e do processo turístico – podem integrar-se ao turismo e aos benefícios que a atividade pode trazer.

Estratégias de Integração

1. Apoiar e fortalecer clusters regionais, aproveitando as características e diferenciais da zona turística;
2. Buscar a inserção da comunidade local no processo turístico através da valorização e respeito de sua cultura, seu espaço e suas decisões;Estimular a formação da cadeia produtiva local do turismo, aumentando a contribuição desta atividade para o PIB regional e baiano;
4. Estimular e priorizar investimentos da comunidade local em receptivo turístico;
5. Fomentar o associativismo comunitário como forma de representação perante os governos locais e conselhos municipais e regionais;
6. Fomentar o associativismo empresarial como forma de representação do setor e dinamização de seu desenvolvimento;
7. Garantir que o desenvolvimento turístico seja integrado entre os municípios com a consolidação dos roteiros e zonas turísticas;
8. Intensificar a comunicação e a cooperação entre o setor público e o privado.

Produto Turístico

"Estimular a formatação de produtos turísticos que sejam competitivos em segmentos específicos de demanda, buscando a excelência nos serviços"

A etapa seguinte de intervenções necessárias objetiva o aprimoramento do produto turístico oferecido ao mercado, condição indispensável para adequação mercadológica dos atrativos turísticos.

A Macro-estratégia Estadual de **Produto Turístico** relaciona as estratégias que visam melhorar constantemente a oferta de produtos turísticos do Estado. Tal resultado trará ao

turista maior satisfação pelo serviço prestado e, ao Estado da Bahia, a opção pela seleção de um perfil de turista cada vez mais exigente e com maior poder de gasto nos destinos. Atende diretamente à necessidade de mais opções de emprego e renda.

O Estado da Bahia também entende que a simples existência de recursos naturais, humanos, organizacionais, culturais e históricos não é condição suficiente para a comercialização de produtos turísticos de maneira competitiva. Os recursos disponíveis devem ser integrados, gerando capacidades que possam ser valiosas e únicas. Esses recursos tornam-se capacidades e, então, vantagens competitivas.

Ao lado do papel de apoio que Estado e prefeituras oferecem, são necessários outros três passos para transformar recursos em vantagens competitivas: a adequada formatação de produtos; sua consistente operacionalização; e uma eficaz inserção mercadológica. Esses passos deverão ser dados em conjunto com o setor privado, cada qual oferecendo sua contribuição.

Com o intuito de orientar os esforços coletivos em prol dos passos acima descritos e melhor aproveitar as características da sub-região, foram definidas ênfases para o desenvolvimento de seus diferenciais. Essas ênfases estão descritas abaixo, indicando as melhores oportunidades de criação de produtos turísticos competitivos e diferenciados a partir dos recursos existentes.

Esses produtos turísticos competitivos e diferenciados são essenciais para a competitividade do destino na perspectiva econômica, permitindo o financiamento das ações que promovam a qualidade de vida e a conservação dos recursos naturais.

As estratégias apresentadas a seguir para essa área definem como será atingido esse objetivo:

Estratégias de Produto Turístico

1. Criação de postos integrados de informação turística;
2. Diversificar a oferta de produtos turísticos para atender segmentos de demanda adequados à zona turística;
3. Estabelecer alternativas para diminuição da sazonalidade;
4. Estimular a busca pela excelência dos serviços e produtos turísticos;
5. Realizar o processo promocional e o marketing dos pólos turísticos, visando reconhecimento e apreciação nacional e internacional da marca Bahia;
6. Valorizar e apoiar produtos inovadores e criativos;
9. Estimular a atividade turística a partir do fortalecimento de municípios com maior estrutura e atratividade turística, classificando-os em:

    - Âncoras

    Municípios que, em função de sua maior estrutura turística ou maior atratividade, compõem pontos de investimento prioritário, já que recebem a maior parte do fluxo turístico para a região ou fornecem serviços de apoio essenciais à atividade. Parte-se do princípio que o investimento direcionado a essas âncoras tem maior possibilidade de fomentar o desenvolvimento da atividade na região como um todo, impactanto assim os outros municípios com potencial turístico ou que forneçam produtos e serviços para a cadeia produtiva do turismo. Na Costa do Cacau, os municípios âncoras são Itacaré (ecoturismo / aventura), Ilhéus (histórico-cultural, lazer e negócios) e Canavieiras (pesca). Os municípios âncora da Costa do Dendê são Cairu

(ecoturismo / aventura), Camamu (náutico / histórico-cultural) e Maraú (ecoturismo / aventura).

- Mini-Âncoras

Municípios relativamente com menor estrutura turística ou atratividade, mas que possuem atrativos capazes de induzir um fluxo turístico, mesmo que o turista utilize grande parte dos serviços de apoio dos municípios âncora. Esses municípios podem eventualmente beneficiar-se dos fluxos turísticos de outros municípios com o fornecimento de produtos e serviços aos turistas e à cadeia produtiva do turismo.

As mini-âncoras serão, para os turistas, opções de passeio complementar. Ao invés de ficarem todo o período de férias fixados em um só local, poderão circular pelas diversas opções. Assim serão atingidos os seguintes objetivos: (a) possível aumento da permanência média do turista; (b) desconcentração do fluxo dos destinos consolidados, aumentando a capacidade de carga da zona turística como um todo e (c) fluxo mais constante e mais efetivo nos destinos ainda desconhecidos por turistas.

A partir do aumento no fluxo das mini-âncoras, vão surgindo investimentos por parte do setor privado em receptivo e serviços turísticos, gerando um ciclo virtuoso da atividade. Os municípios denominados atualmente como mini-âncoras poderão, com o decorrer do tempo e a evolução e consolidação das zonas turísticas, aprimorar sua estrutura de receptivo e atingir o status de âncoras.

10. Aumentar a competitividade da Zona Turística Costa do Cacau**,** composta pelos municípios de Itacaré, Uruçuca, Ilhéus, Una, Santa Luzia e Canavieiras. Para tanto serão valorizados seus principais **diferenciais**:

- **Pesca Oceânica:** A região do município de Canavieiras apresenta uma série rios e formações de ilhas fluviais e marinhas que proporcionam um ambiente perfeito para a fauna marinha e criam excelentes condições para o desenvolvimento da atividade de pesca oceânica, uma das formas de turismo em maior ascensão e cujos aficionados possuem um elevado padrão de renda e gastos turísticos. A pesca do Marlim é o grande destaque na região, onde também já há infra-estrutura de receptivo para o desenvolvimento da modalidade**;**

- **História, Cultura e Reflexos da Cultura do Cacau:** As primeiras sementes de cacau chegaram à região de Canavieiras em meados do século XVIII, mas foi no século XIX que sua cultura, feita à sombra de grandes árvores da Mata Atlântica, atingiu seu apogeu. Cidades como Ilhéus conheceram seu ápice na época da elite cacaueira, que construía seus palacetes neoclássicos ao largo da costa para ostentar as riquezas nunca antes vistas na região. Essa época marcou profundamente a cultura regional e foi imortalizada por Jorge Amado, que retratou em seus livros a saga das guerras familiares e do coronelismo reinante no período. As obras do escritor são internacionalmente conhecidas, o que oferece uma grande gama de possibilidades de exploração dos temas cacau e Jorge Amado na configuração do produto turístico**;**

- **Meio Ambiente Conservado e de Características Cênicas Diferenciais em Algumas Regiões:** Mesmo com a grande expansão da cultura cacaueira no século XIX, grande parte da Mata Atlântica da região pôde ser conservada em função do sistema de plantio adotado, que poupava as árvores de maior porte para a criação de sombra. Além disso, a região da Costa do Cacau apresenta extensas formações de restinga, manguezais, ilhas fluviais e marítimas, rios e praias de faixa de areia larga e clara. Todos esses aspectos criam oportunidades para o desenvolvimento das vertentes de turismo de lazer e ecoturismo, principalmente**;**

- **Unidades de Conservação**: todos os municípios possuem parcelas de seus territórios em UCs, criando um importante componente institucional para a conservação das características mencionadas acima;
- **Realidades Distintas:**

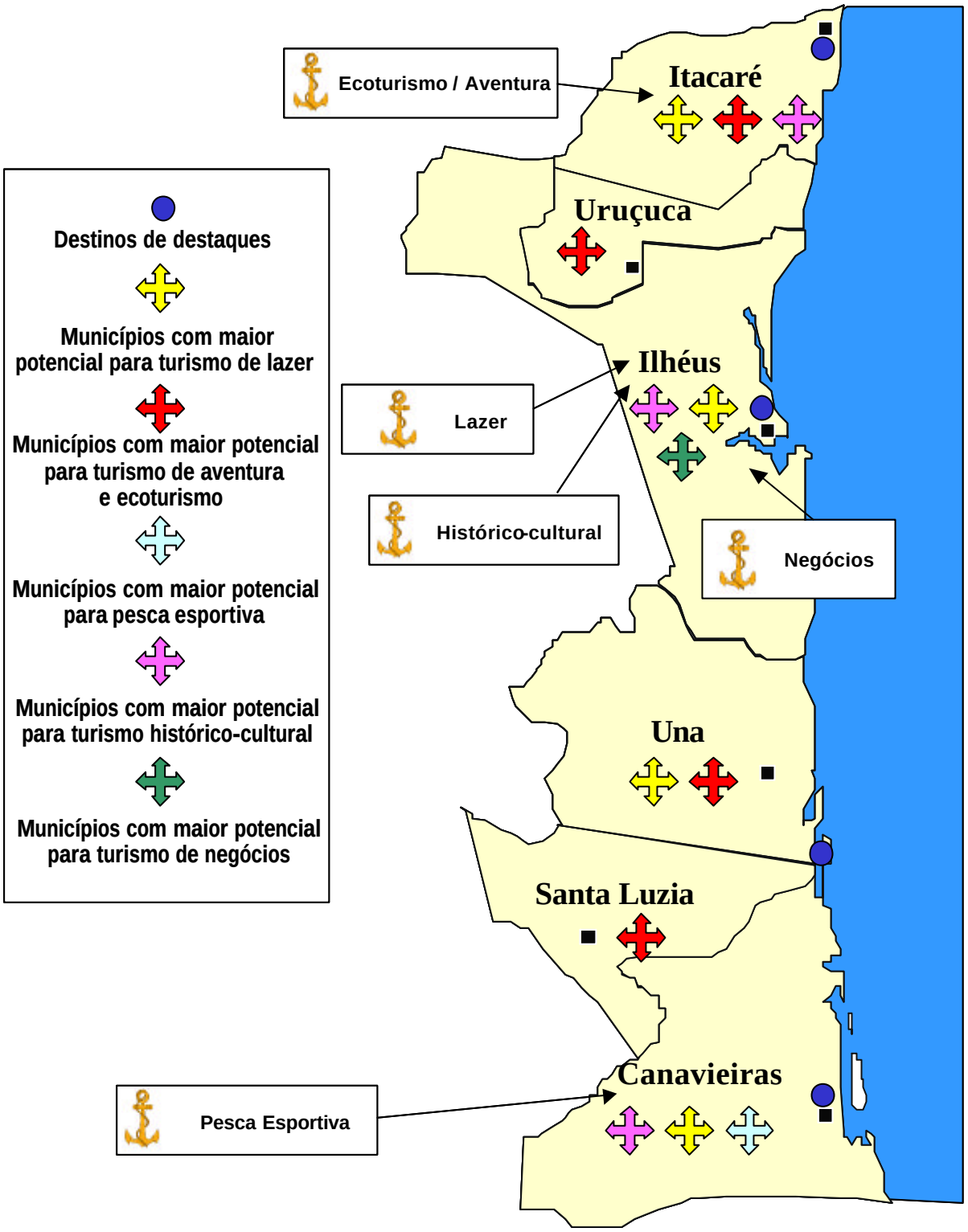
  Itacaré: riqueza ecológica, fluxo turístico sofisticado, mesmo que o início de um processo de degradação seja percebido;

  Ilhéus: Riqueza cultural (cultura do cacau e literatura de Jorge Amado) e forte motivação de negócios no eixo Ilhéus-Itabuna;

  Canavieiras (até Ilhéus): motivação de lazer e tendência ao desenvolvimento de resorts e outros meios de hospedagem diferenciados. Forte presença da pesca oceânica.

  Santa Luzia: Região do Lapão, grande potencial para o ecoturismo e o turismo de aventura;

Figura 4.2.3 – Categorias Principais de Turismo na Costa do Cacau



O conjunto de atrativos e diferenciais dos municípios da Costa do Cacau sugere o desenvolvimento de cinco principais categorias de turismo: o ecoturismo, vinculado ou não a atividades de aventura, o turismo de lazer, baseado em *resorts* de médio e grande porte, o turismo de pesca, o turismo histórico-cultural, e o de negócios e congressos/eventos, especificamente para Ilhéus, em função do eixo econômico Ilhéus-Itabuna e da existência do

Centro de Convenções Luís Eduardo Magalhães. As etapas preliminares do processo de planejamento fornecem subsídios para que sejam vislumbradas algumas diretrizes para o desenvolvimento dessas principais vertentes de turismo na Costa do Cacau.

Ênfase no Ecoturismo / Aventura

As vertentes do ecoturismo e do turismo de aventura encontram duas regiões distintas com grande potencialidade na Costa do Cacau, sendo uma delas a região de Itacaré-Uruçuca, ao norte de Ilhéus, e outra a de Una-Santa Luzia, ao sul de Ilhéus.

- Âncora: Itacaré.

Ênfase no Turismo de Lazer

A faixa litorânea que se estende da cidade de Canavieiras a Ilhéus, em função de suas características naturais excepcionais, apresenta grande potencial para o desenvolvimento de meios de hospedagem do tipo *resort*. Recomenda-se que os empreendimentos tenham forte integração com as características únicas da região, como a cultura do cacau e as possibilidades de ecoturismo e pesca, de modo a explorar diferenciais e criar vantagem competitiva em relação aos demais empreendimentos que vêm sendo desenvolvidos ao longo da costa da Bahia e mesmo de todo o Nordeste. A estrutura de Ilhéus fornece um ótimo apoio como portão de entrada para os turistas, mas existem outras possibilidades, como o Aeroporto de Una.

- Âncora: Ilhéus.

Ênfase no Turismo de Pesca

Como já ressaltado, a região do município de Canavieiras já é conhecida pelas oportunidades de desenvolvimento da atividade de pesca em alto mar e também nos inúmeros rios que formam a configuração hidrográfica da região. Verifica-se uma estrutura de receptivo já existente, mas não totalmente consolidada. Sua consolidação e integração com os principais canais de distribuição nos principais emissores nacionais e internacionais induzirá um fluxo maior de turistas com alto nível de renda.

- Âncora: Canavieiras.

Ênfase no Turismo Histórico-cultural

Os principais componentes a serem explorado na vertente cultural são os remanescentes físicos e históricos do apogeu da cultura do cacau, no século XIX. Os municípios de Ilhéus e Canavieiras, com ênfase no primeiro, concentram o patrimônio arquitetônico da época, especialmente representado por construções com fim habitacional em estilo neoclássico.

- Âncora: Ilhéus.

Ênfase no Turismo de Negócios e Convenções

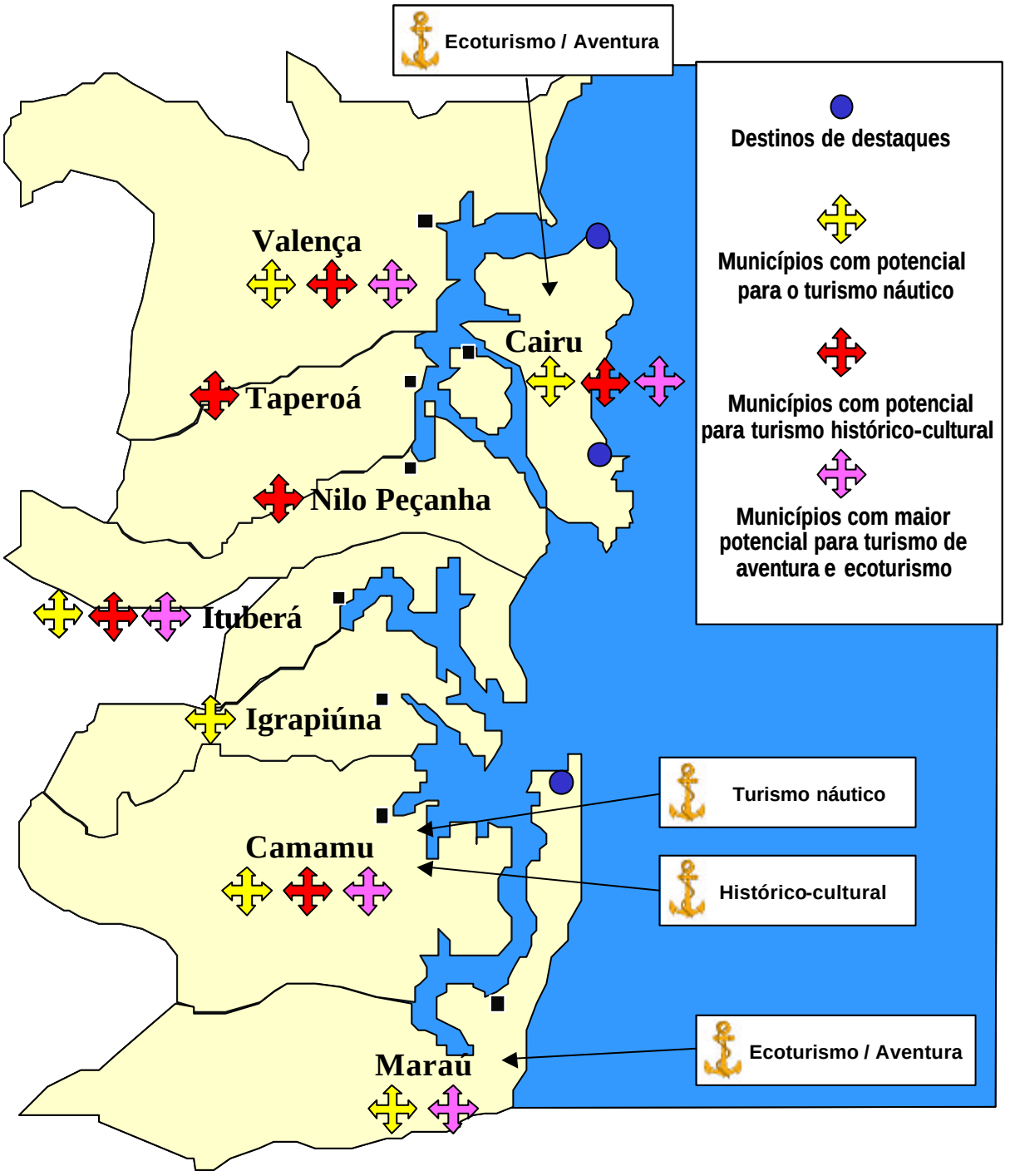
O eixo econômico formado pelos municípios de Ilhéus e Itabuna constitui um pólo de grande importância regional e um grande gerador de demanda turística nos segmentos de negócios e também convenções. A inelasticidade da demanda e o alto gasto médio diário são características marcantes de ambos os segmentos, confirmando a importância dessa ênfase.

- Âncora: Ilhéus.

11. Aumentar a competitividade da Zona Turística Costa do Dendê**,** composta pelos municípios de Valença, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú. Para tanto serão valorizados seus principais **diferenciais**:

- **Meio Ambiente Conservado e de Características Cênicas Diferenciais em Algumas Regiões**: diversidade de cenários naturais, como manguezais, restingas, coqueirais e costões de Mata Atlântica;
- **Formação Geográfica da Região**: Baía de Camamu (terceira maior baía do Brasil), litoral recortado, estuários, rios e canais navegáveis;
- **Dificuldade de Acesso:** o acesso rodoviário é precário e de difícil desenvolvimento na região, o que indica o transporte hidroviário como principal meio de locomoção na zona turística. Essa configuração da região cria um grande potencial para o desenvolvimento do turismo náutico. A dificuldade de acesso, que pode eventualmente ser um fator restritivo ao desenvolvimento, é muito adequada para algumas formas de turismo que requerem baixa densidade de turistas, como o ecoturismo e o turismo de aventura;
- **Comunidades Tradicionais:** verificam-se pequenas e antigas concentrações antrópicas em diversos lugares. Existência de povoados quilombolas, como Boitacara e Jatimane;
- **Presença de Unidades de Conservação –** APA Pratigi, APA Tinharé-Boipeba, APA de Guaibim, APA do Candengo, APA Península de Maraú, APA Cachoeira da Pancada Grande, Reserva Ecológica do Juliana e outras que formam um aparato institucional e gerencial de grande importância para a conservação dos atributos naturais da região. Assegura-se, ao menos em parte, que o desenvolvimento do turismo nas áreas de Unidade de Conservação será monitorado e controlado para que se dê de maneira sustentável;
- **Produtos Regionais Autênticos:** processamento do azeite de dendê (que denomina a zona turística), o cravo da índia, a produção de artesanato com piaçava, entre outros;
- **Estaleiros:** Valença é referência nacional em estaleiros. O município de Camamu também é reconhecido pela construção de escunas e pequenos pesqueiros;
- **Gastronomia:** apresenta qualidade destacada e utiliza freqüentemente produtos e materiais característicos da região.

Figura 4.2.4 – Categorias Principais de Turismo da Costa do Dendê



O conjunto de atrativos e diferenciais dos municípios da Costa do Dendê sugere o desenvolvimento de três categorias de turismo: o ecoturismo, complementado por atividades de aventura, o turismo náutico, aproveitando as características geográficas da região e a tradição da produção de embarcações, e o turismo histórico-cultural. As etapas preliminares do processo de planejamento fornecem subsídios para que sejam vislumbradas algumas diretrizes para o desenvolvimento dessas principais vertentes de turismo na Costa do Dendê.

Ênfase no Ecoturismo / Aventura

As características geográficas e naturais da Costa do Dendê permitem que sejam desenvolvidas diversas formas de ecoturismo, como circuitos de aventura, *rallies*, trilhas ecológicas, safáris fotográficos e *rapel*, que podem até mesmo ser conjugadas com as atividades de turismo náutico. Planeja-se a inserção intensa da comunidade no processo receptivo, através da operação de passeios e meios de hospedagem de pequeno porte e baixa densidade, mantendo as características de baixa concentração do fluxo turístico necessárias ao desenvolvimento da vertente proposta.

- Âncoras: Cairu e Maraú.

Ênfase no Turismo Náutico

Devido à dificuldade de acesso e à própria formação geográfica (litoral recortado), o transporte hidroviário é o principal meio de transporte recomendado para a região. Sugere-se a utilização do potencial náutico como indutor de fluxo turístico, sendo inicialmente necessárias algumas intervenções. Primeiramente, a consolidação do modal hidroviário, tanto no que tange aos terminais quanto ao fortalecimento da cadeia produtiva de produção de embarcações. De grande importância também é o fomento à pesca esportiva e o incentivo ao desenvolvimento de atividades náuticas em geral.

- Âncora: Camamu.

Ênfase no Turismo Histórico-cultural

O isolamento imposto às localidades e povoados da Costa do Dendê em função dos inibidores geográficos limitou o desenvolvimento econômico da região, mas também fez com que manifestações folclóricas fossem preservadas. Assim, a região é rica em festividades, gastronomia diferenciada e métodos de produção artesanal que utilizam materiais locais. Essas características permitem que sejam criados produtos turísticos baseados nos aspectos culturais da região, como a visitação aos estaleiros que utilizam técnicas tradicionais na produção de embarcações.

- Âncora: Camamu.

Relação com a Matriz SWOT

A tabela a seguir apresenta a relação entre cada Macro-estratégia Estadual e os tópicos da Matriz SWOT. Essa relação identifica que, através de alguma das estratégias referentes às Macro-estratégias Estaduais, pretende-se resguardar o Pólo Litoral Sul frente às fragilidades ou ameaças e fortalecer os pontos fortes e diferenciais, permitindo aumento da competitividade.

A relação Macro-estratégias / Matriz SWOT pode ser acentuada e direta, gerando resultados imediatos, sendo o item da matriz SWOT a principal razão da definição da estratégia. Nesses casos, foi indicado que há uma **influência forte / impacto direto**. Pode haver, ainda, uma estratégia com resultados indiretos, parciais, atingindo apenas parte das questões levantadas na Matriz SWOT, não sendo essas questões o objetivo primário da estratégia. Há, portanto, uma **influência parcial / impacto indireto**.

Pode-se perceber, assim, que os tópicos da Matriz são contemplados, de maneira direta ou indireta, por várias Macro-estratégias Estaduais.

Tabela 4.2.1 – Influência das Áreas Estratégicas nos Tópicos da Matriz SWOT

	Área Estratégica				
Tópico da Matriz SWOT	**Estrutura Pública**	**Gestão Municipal**	**Sócio-educação**	**Produto Turístico**	**Integração**
Dinâmica Econômica	●		⊙	●	●
Dinâmica Social	●	●	●	⊙	●
Infra-estrutura	●	⊙			
Patrimônio Histórico	●		⊙	⊙	⊙
Aspectos Sócio-ambientais	⊙	●	⊙		⊙
Capacidade Institucional dos Municípios		●			⊙
Capacitação do Setor Privado			●	●	
Atrativos e Produtos Turísticos	⊙	⊙	⊙	●	
Oferta Turística	⊙	⊙	●	●	⊙
Capacitação da Comunidade			●		●
Perfil do Turista	⊙			●	⊙
Gastos Turísticos	⊙			●	
Investimentos do Setor Privado	●	⊙	⊙	●	●
Demanda Atual e Potencial	●			●	

● Influência Forte / Impacto Direto

⊙ Influência Parcial / Impacto Indireto

Ações e Projetos por Estratégia

As ações e projetos que implementam as estratégias acima propostas foram coletados ao longo de todo o processo de planejamento participativo. A estrutura desse processo, como detalhado nos anexos, priorizou a discussão das conseqüências que um desenvolvimento turístico espontâneo trariam. A profundidade das discussões foi aumentando a cada reunião, a medida em que os conceitos e que as informações eram colocadas. O intuito desse processo foi avançar a discussão dentro de uma perspectiva técnica e, ao mesmo tempo, construir o plano com a participação de todos os interessados.

Em um primeiro momento, quando da apresentação dos resultados do diagnóstico, foram discutidas as limitações e as oportunidades existentes para um processo de desenvolvimento sustentável e competitivo. A rodada de reuniões seguinte, quando abordou-se as estratégias de desenvolvimento, permitiu a revisão das ações propostas (incluindo aquelas previstas pela equipe técnica), a inclusão de novas ações e a priorização de todas, já considerando as ênfases estratégicas apresentadas. Um terceiro movimento, de coleta de sugestões junto às prefeituras e aos órgãos executores envolvidos, ampliou a gama de ações propostas.

Ao final desse processo, a equipe técnica responsável pela elaboração do PDITS revisou as ações recolhidas, eliminando redundâncias, agrupando ações afins e ressaltando suas prioridades segundo o papel de cada município no Pólo. Neste momento, as ações descritas foram organizadas por macro-estratégia e, dentro de cada uma delas, por estratégia. Onde havia lacunas, sugeriu-se ações adicionais.

Algumas ações propostas são abrangentes e contemplam mais de uma macro-estratégia, estratégia ou município. Essas ações (Gestão Administrativa e Fiscal, Gestão e Módulos do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural, Estudo para Macrozoneamento Ambiental, Plano de Marketing e Ações Promocionais, Implantação e Complementação dos Planos Diretores Municipais, Projeto de Sinalização Turística, Projetos de Capacitação Profissional e Empresarial e Projeto de Artesanato), denominadas globais, não foram alocadas a uma estratégia específica. O detalhamento dessas ações encontra-se no capítulo 6 – Plano de Ação. Algumas estratégias não apresentam ações e projetos alocados a elas e são contempladas pelas ações globais.

Estrutura Pública

Ampliar e melhorar os sistemas viários utilizados para a integração e acesso às áreas turísticas

Cairu

- Acesso viário de Morro de São Paulo, Gamboa, Garapuá
- Construção de atracadouro em Moreré
- Construção de Terminal Marítimo na Ilha Boipeba
- Construção do sistema viário interligando os povoados da Velha Boipeba e São Sebastião
- Construção e Implantação de Aeródromo
- Construir um atracadouro na Fazenda Pontal, em Tinharé
- Melhoria do acesso ao povoado de Torrinhas (estrada e atracadouro)
- Melhoria e ampliação do terminal de atracação de Morro de São Paulo

Camamu

- Anel Rodoviário em Camamu
- Construção de uma marina
- Dragagem do Rio Acaraí para construir pier na área do mercado municipal
- Implantar Terminal Rodoviário Municipal
- Melhoria do Terminal Marítimo de Camamu, com implantação de flutuantes

Canavieiras

- Ampliação do Aeroporto para aeronaves de grande porte
- Construção de ponte de acesso à Era Nova
- Construção de ponte de acesso da Vila de Ouricana ao estreito
- Construir marinas para apoio aos pescadores amadores e esportistas
- Dragagem da Hidrovia Canavieiras/Belmonte
- Dragagem do Canal Barra Atalaia com sinalização para os barcos
- Hidrovia ecoturística Belmonte-Canavieiras via manguezais
- Implantação do terminal marítimo turístico
- Pavimentação asfáltica da rodovia Transouricana via Santa Maria Eterna
- Recuperação da ponte Barra-Velha

Igrapiúna

- Ampliação do Terminal Rodoviário em Igrapiuna – Sede
- Melhoria dos atracadouros na Praia do Contrato, dos Tubarões e na Ponta do Santo
- Pavimentação da estrada que facilitará o acesso à cidade
- Implantação do Terminal Hidroviário de Pau D´óleo

Ilhéus

- Conseguir recursos para construção de uma marina na área do antigo porto
- Construção de nova ponte de acesso a Pontal
- Construção de Terminal de Passageiros do Porto de Ilhéus
- Construção do Aeroporto Internacional da Costa do Cacau
- Implantar contorno rodoviário de Ilhéus
- Melhoria da estrada de acesso à Lagoa Encantada

Itacaré

- Construção de ecovia na estrada BA 001
- Melhoria da pista de pouso com implantação de infraestrurura de apoio
- Reforma e ampliação do Terminal Rodoviário Municipal e urbanização do entorno
- Rodovia Itacaré / Camamu - BA-001
- Terminal Hidroviário de Itacaré

Ituberá

- Construção de acesso do Pratigi à Barra do Serinhaém
- Utilização do canal do Serinhaém como Via Náutica

Maraú

- Aeroporto da Península de Maraú
- Ampliação de atracadouro em Barra Grande
- Construção e Implantação de atracadouros nos portos de Jobel, Taipus, Sapinho, Campinho e Tremembé
- Implantação de Estrada Parque com portal na Península de Maraú
- Pavimentação do acesso da sede de Maraú à BA – 001

Nilo Peçanha

- Construção do acesso entre a BA - 001 à Barra dos Carvalhos
- Implantação de atracadouro em Itiuca

Santa Luzia

- Construção de ponte de acesso ao Parque Ecoturístico do Lapão
- Melhoraria do acesso à Lapão, Lagoa Dourada e Jacarandá

Taperoá

- Melhoria da infra-estrutura do Terminal Hidroviário da Graciosa com estacionamento

Una

- Construção de acesso da sede de Una ao Distrito de Comandatuba.

Uruçuca

- Melhoria do acesso ao Parque Estadual do Conduru - Estrada Uruçuca / Serra Grande.

Valença

- Alargar ruas para melhorar o sistema viário deficiente
- Captar recursos para terminar o capeamento da cidade
- Construção de quebra-mar em Guaibim com pier para embarque e desembarque
- Construção de Terminal Rodomarítimo de Valença
- Construção de Terminal Rodoviário de Guaibim, com estacionamento para ônibus de turismo
- Dotar o aeroporto de equipamentos adequados para operação segura
- Encascalhar as estradas rurais para incrementar o Turismo Rural
- Ordenar o atracadouro Bom Jardim

Articular a melhoria do sistema de saúde nas áreas de interesse turístico

Cairu

- Aparelhamento dos postos e dos atendimentos de emergência
- Controle do número de animais para controlar as zoonoses
- Implantar Plano Gerencial e garantir transporte de pacientes da Saúde Pública

Camamu

- Equipar e ampliar o hospital existente

Canavieiras

- Ampliar a rede hospitalar (n° de leitos)
- Construção do Matadouro Municipal
- Reforma e ampliação do Hospital Municipal

Igrapiúna

- Melhorar o serviço de saúde preventiva

Itacaré

- Implantar um sistema de saúde efetivo, com reforma e aquisição de equipamentos
- Melhorar a fiscalização da vigilância sanitária
- Reativar o conselho municipal de saúde
- Reativar o Hospital Municipal

Nilo Peçanha

- Promover ação conjunta com outros município para melhorar o serviço de saúde

Santa Luzia

- Municipalizar e credenciar ao SUS o único hospital do município

Uruçuca

- Ampliação do posto médico para atendimento da comunidade local e turismo
- Treinamento do pessoal do posto médico

Valença

- Ampliar o programa de saúde da família

Fomentar a melhoria dos meios de transporte de acesso ao pólo e de circulação regional e local

Cairu

- Organizar a freqüência, saída e chegada do transporte marítimo, com emissão de recibo

Camamu

- Implantar escritório da Capitania para fiscalizar transporte marítimo
- Implantar posto marítimo, para abastecimento de água e combustível
- Reativar os faróis

Ilhéus

- Criar transporte urbano alternativo para diminuir fluxo de veículos

Itacaré

- Controle de trânsito na orla
- Disciplinar o número de veículos na cidade
- Proibir a circulação de ônibus na cidade

Ituberá

- Apoiar lanchas rápidas para Barra do Serinhaém e Barra Grande

Nilo Peçanha

- Estruturar o sistema de transporte marítimo

Taperoá

- Regulamentar embarcações envolvidas com transporte turístico marinho e hidroviário

Implantar e operar sistemas de saneamento básico nas áreas de interesse turístico

Cairu

- Ampliação do sistema de abastecimento de água em Boipeba
- Ampliação do sistema de captação de água de Morro de São Paulo

Camamu

- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - Sede
- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário - Sede

Canavieiras

- Sistema de Esgotamento Sanitário de Canavieiras - Sede

Igrapiúna

- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário na Ilha do Contrato (Igrapiúna)
- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário - Sede

Ilhéus

- Implantação de Sistema de Abastecimento de Água de Olivença
- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário de Olivença
- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário de Pontal - Orla Sul

Itacaré

- Construir sanitários públicos
- Implantação de Sistema de Abastecimento de Água de Taboquinhas
- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário de Taboquinhas
- Sistema de Esgotamento Sanitário - Tiririca

Ituberá

- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário - Sede
- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário em Barra do Serinhaém

Maraú

- Ampliação de Sistema de Abastecimento de Água de Maraú - Sede
- Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Barra Grande
- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário de Maraú - Sede
- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário em Barra Grande

Nilo Peçanha

- Implantação de Sistema de Abastecimento de Água - Sede
- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário - Sede

Santa Luzia

- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário- Sede

Taperoá

- Ampliação de Sistema de Esgotamento Sanitário em Taperoá - Sede

Una

- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário - Sede

Uruçuca

- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - Sede
- Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Barra do Sargi
- Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Serra Grande, incluindo Pé de Serra
- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário de Barra de Sargi

- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário em Serra Grande

Valença

- Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário - Sede

Implantar sistemas de segurança pública de padrão adequado a áreas turísticas

Cairu

- Aquisição de equipamentos de fiscalização de controle de acesso às ilhas - SPU/CRA/PM Cairu
- Controle de entrada e saída de pedestres nos atracadouros
- Criação de patrulha municipal para segurança pública e uso do poder estadual e da União
- Fortalecer a polícia
- Orientação de turistas e educação para combate às drogas

Canavieiras

- Aumentar a segurança de toda cidade com a PM
- Criação da Cia. de Polícia Militar aumentando o contingente
- Criar uma Delegacia de Atendimento ao Turista
- Implantação de um portal de entrada com posto policial

Ilhéus

- Aumentar o policiamento

Itacaré

- Melhorar a segurança pública, combatendo o tráfico de drogas (realizado com sucesso no verão de 2000)

Maraú

- Implantar Posto da Polícia Civil em Barra Grande

Uruçuca

- Aumentar o controle de uso de drogas nas escolas e criar campanhas educativas
- Campanhas educativas sobre prostituição infantil nas escolas, comunidades e ao turista
- Fiscalizar e denunciar a prostituição infantil
- Reforçar a Segurança Pública, com destacamento policial, treinada para o turismo e com viatura

Valença

- Estruturar corpo de bombeiros para servir toda a região
- Implantar centro de recuperação de afogados no Guaibim
- Implantar uma unidade de corpo de bombeiros no aeroporto

Otimização das redes de energia e telefonia

Camamu

- Instalação de antena para provedor de internet

Canavieiras

- Aumentar a iluminação pública nos bairros e 1500 metros linear na entrada da cidade
- Iluminação da entrada da cidade

Maraú

- Ampliar a rede elétrica e a capacidade da sub-estação da Caubi
- Ampliar rede de telefonia residencial em Saquaira, Cassange e Taipus de Fora
- Implantar sistema de telefonia móvel
- Recuperar e manter os pontos de telefonia pública

Nilo Peçanha

- Implementar energia elétrica na zona rural

Santa Luzia

- Promover um programa de eletrificação rural (Luz no Campo, CAR-Fumac) priorizando áreas turísticas

Valença

- Dotar o aeroporto de telefone
- Melhorar a iluminação do Guaibim e do atracadouro

Realizar a recuperação e o restauro do patrimônio histórico, apoiando sua revitalização

Cairu

- Recuperação do Convento de Cairu
- Recuperação do Forte de Morro de São Paulo

Camamu

- Recuperar a Usina do Acaraí
- Restaurar o espaço existente no Centro Histórico
- Revitalizar o Centro Histórico do Porto - Cidade Baixa

Canavieiras

- Recuperação do Centro Histórico Governador Paulo Souto - 2ª Etapa
- Reforma do Arquivo Central

Ilhéus

- Apoio a Implantação do Museu de Ilhéus no Palácio Paranaguá
- Recuperação do Quarteirão Jorge Amado - 2ª Etapa

Itacaré

- Recuperação da Igreja de São Miguel

Santa Luzia

- Recuperação da Igreja N. Sra. do Rosário - Jacarandá

Valença

- Elaboração de projeto de revitalização da área das ruínas da fábrica e Vila Velha Jequiriçá
- Recuperação do Centro Histórico de Valença
- Recuperação dos prédios da Praça da República

Gestão Municipal

Apoiar de maneira pró-ativa os conselhos municipais de turismo e meio ambiente

Itacaré

- Apoio a Implantação dos Conselhos (COMTUR e CONDEMA)

Santa Luzia

- Apoio a Implantação dos Conselhos (COMTUR e CONDEMA)

Una

- Fortalecer o Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Una

Apoiar intervenções urbanísticas e paisagísticas necessárias para melhorar a relação do município com os turistas e cidadãos

Cairu

- Contenção e paisagismo da orla no Galeão
- Implantação de equipamentos adequados para sanitários públicos
- Urbanização em Boipeba
- Urbanização em Gamboa
- Urbanização em Morro de São Paulo

Camamu

- Elaboração e Implantação de Projeto Paisagístico na Sede
- Sinalização náutica e urbana, respeitando aspectos ambientais e históricos

Canavieiras

- Parque Esportivo e Quadras de Futebol de Salão e Society
- Pavimentação e drenagem dos bairros: Cidade Nova, João Fonfon, Tancredão, Socrates Resende e Augusto Reis
- Recuperação da drenagem do centro da cidade
- Urbanização da orla e acesso a Ilha de Atalaia Norte
- Urbanização do parque Luiz Eduardo, banhado pelo Rio Pardo, com quadras de esportes
- Urbanização na Lagoa Robalo

Igrapiúna

- Criar clube recreativo e quadra de esportes

Ilhéus

- Criar uma terceira pista (próxima à praia) da Av. Soares Lopes a ser explorada pela iniciativa privada
- Elaborar projeto para hierarquização do sistema viário
- Implantar Projeto Orla
- Sinalizar os estacionamentos já existentes
- Urbanização da Av. Soares Lopes

Itacaré

- Implantação do Projeto Orla
- Implantar o Portal da cidade com controle e estacionamento municipal
- Implantar Programa Habitacional e melhorar as condições de vida rural
- Melhorar a infra-estrutura da área de esportes (campo de futebol) do estádio
- Melhorar, realocar e padronizar a feira livre e seu entorno

Ituberá

- Projeto de padronização de barracas de praia na Praia do Pratigi

Taperoá

- Implantar programas de Habitação Popular para tirar as favelas dos manguezais

Uruçuca

- Melhoria de acessos e implantação de estacionamento em Serra Grande
- Projeto de padronização das barracas de praia
- Urbanização da Barra de Sargi
- Urbanização de Serra Grande

Valença

- Construir Ginásio de Esportes e Centro de Treinamento
- Equipamentos para prática de esportes de praia na Orla do Guaibim (quadras poliesportivas)
- Projeto de padronização de barracas de praia
- Realocar os barracos de palafitas dos rios e mangues para área adequada
- Reformar as praças existentes, com projeto de arborização
- Urbanização da Orla de Guaibim

Desenvolver habilidades e competências nas equipes municipais para a gestão do turismo

Cairu

- Estudo de capacidade de suporte das Ilhas de Tinharé e Boipeba

Ilhéus

- Estruturar carnaval oficial

Itacaré

- Estudo sobre a capacidade de suporte nas praias do Município

Fortalecer os mecanismos que contribuam para o fortalecimento da identidade municipal

Camamu

- Incentivar manifestações folclóricas, teatros, cinemas, eventos noturnos

Canavieiras

- Implantação de Museu e Centro Cultural para revitalização das manifestações culturais

Itacaré

- Incentivar programação de atividades culturais para as crianças
- Projeto de valorização e resgate da cultura local

Ituberá

- Desapropriar imóvel do antigo Clube dos 25 para criar centro de Cultura

Uruçuca

- Melhorar o acervo bibliográfico local (bibliotecas)

Valença

- Apoio a implantação do Museu Municipal

Gerir o patrimônio histórico, cultural e ambiental buscando sua revitalização em conjunto com a comunidade

Camamu

- Implantar órgãos oficiais para fiscalização ambiental com estrutura do Ibama e CRA
- Recuperar as áreas degradadas pela extração mineral

Canavieiras

- Implantação do Centro de Referência Ambiental

Ilhéus

- Dragagem e controle ambiental da hidrovia até o Rio do Engenho
- Dragagem e controle ambiental para evitar assoreamento no acesso a Lagoa por rio
- Implantação da APA Lagoa Encantada - 2ª Etapa
- Implantar projeto de recomposição da mata ciliar do Rio Almada
- Melhorar a fiscalização ambiental de manguezais e APAs
- Recuperação ambiental do Rio Cururupe
- Urbanização de Areias - Lagoa Encantada

Itacaré

- Aplicar a legislação ambiental das APAs
- Fiscalizar e adquirir equipamentos para fiscalização da pesca predatória
- Implantar o Programa das Bacias Estaduais para evitar o assoreamento do Rio de Contas
- Levantamento do patrimônio histórico para tombamento

Ituberá

- Implantação do Centro de Cultura
- Manutenção da Praia do Pratigi
- Recuperação Ambiental do Rio dos Cágados

Maraú

- Estudo para identificação de futuras unidades de conservação
- Estudo para identificação e tombamento do patrimônio histórico municipal
- Implantação da APA Municipal da Península de Maraú

Nilo Peçanha

- Estudo de capacidade de carga dos balneários municipais

Santa Luzia

- Elaboração e Implantação de Plano de Manejo da APA do Lapão
- Estudo para identificação do sítio arqueológico do Jacarandá e Salobro

Taperoá

- Estudo sobre capacidade de carga nos balneários municipais com definições e uso turístico
- Revisar e implantar ações indicadas para conservação do patrimôncio histórico pelos órgãos competentes

Una

- Monitorar e fiscalizar os recursos hídricos locais

Uruçuca

- Aumentar as fiscalizações estadual e federal (DDF/ Ibama/CRA) para o desmatamento
- Elaborar estudos de capacidade de carga
- Estabelecer estímulo econômico para conservação do meio ambiente local
- Impedir a ocupação de áreas de preservação permanente, com controle do Poder Publico e instituições como DDF, Ibama e CRA

Valença

- Estudo das correntes marítimas e seus impactos em Guaibim
- Implantação da APA do Guaibim
- Projeto de Levantamento e Tombamento do Patrimônio Histórico Municipal

Incentivar, elaborar e garantir a implantação de ferramentas de gestão

Itacaré

- Atualização e levantamento cartográfico da cidade

Uruçuca

- Criar normas municipais para utilização de espaços públicos, com novos projetos e formas de controle

Modernizar a estrutura administrativa e fiscal dos municípios

Cairu

- Fazer cadastro imobiliário (em andamento)
- Reformulação do código tributário para aumentar a arrecadação com sistema de transporte

Ilhéus

- Políticas habitacionais para tirar as invasões dos manguezais e APAs

Oferecer assistência para a operação regular dos sistemas de coleta e disposição final dos resíduos sólidos

Cairu

- Elaboração e implantação de PDLU e solução para destino final dos resíduos sólidos - Sede, Ilhas de Cairú e Boipeba

Camamu

- Elaboração e Implantação de PDLU e Aterro Sanitário

Canavieiras

- Elaboração e Implantação de PDLU, aterro sanitário e usina a ser compartilhado com Santa Luzia

Igrapiúna

- Elaboração e Implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha

Ilhéus

- Implantação de PDLU e aterro sanitário de Ilhéus e Olivença

Itacaré

- Implantação do PDLU, aterro sanitário e programa de reciclagem de lixo

Ituberá

- Elaboração e Implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha
- Implantação de aterro sanitário em Ituberá a ser compartilhado com Igrapiuna, Taperoá e Nilo Peçanha

Maraú

- Elaboração e Implantação de PDLU, aterro sanitário e coleta seletiva na Península de Maraú

Nilo Peçanha

- Elaboração e Implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha

Santa Luzia

- Elaboração e implantação de PDLU

Taperoá

- Elaboração e Implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha

Una

- Elaboração e Implantação de PDLU, aterro sanitário e coleta seletiva

Uruçuca

- Elaboração e Implantação de PDLU, aterro sanitário e coleta seletiva em Serra Grande

Valença

- Elaboração e Implantação de PDLU, aterro sanitário e usina de reciclagem de lixo

Socioeducação

Criar oportunidades para que a comunidade construa uma consciência coletiva sobre a importância da conservação e preservação do patrimônio cultural, histórico e ambiental

Ilhéus

- Criar um Forum Interinstitucional de Educação Ambiental
- Incluir Educação Ambiental de forma transversal no curriculo escolar

Itacaré

- Implantar programas de educação ambiental no currículo escolar
- Reforçar a fiscalização ambiental, conscientizando a população

Promover eventos educacionais voltados para aprendizagens relativas ao papel de cidadão e de profissional que já trabalhem ou que pretendam trabalhar no turismo

Canavieiras

- Complexo universitário visando o meio ambiente e o desenvolvimento turístico sustentável
- Criação e instalação da Faculdade de Engenharia Ambiental
- Criar uma Escola Técnica de Hotelaria e Turismo, com hotel escola
- Escola de Formação de Marinheiros e Guias de Pesca

Ilhéus

- Desenvolver ações conjuntas para treinamento e qualificação dos condutores de coletivos

Itacaré

- Instensificar programas de educação de adultos na área rural

Santa Luzia

- Ampliar o Colégio Estadual Paulo Souto
- Construir escolas na Zona Rural e programas de capacitação

Uruçuca

- Investimentos locais para a educação para diminuir o analfabetismo e a baixa escolaridade

Fomentar atividades que fortaleçam o reconhecimento do turismo como atividade geradora de benefícios socioeconômicos

Uruçuca

- Incentivar e organizar a entrada dos temas turismo e meio-ambiente no currículo escolar

Integração

Estimular a formação da cadeia produtiva local do turismo, aumentando a contribuição desta atividade para o PIB regional e baiano

Camamu

- Criar alternativas à pesca, com mariculturas
- Financiar artesãos para criar mercado turístico para venda de artesanato

Canavieiras

- Criar Mercado Municipal e Feira Livre

Itacaré

- Incentivar desenvolvimento rural, com programas elaborados pela Secretaria da Agricultura

Maraú

- Fomentar a maricultura artesanal

Nilo Peçanha

- Reativação da feira local de produtos da região

Santa Luzia

- Estimular a agricultura sustentável e o comércio local
- Promover programa de capacitação e distribuição de crédito para pequenos negócios
- Promover um trabalho efetivo de educação e fortalecimento da economia familiar

Una

- Estimular a agricultura sustentável e o comércio local

Uruçuca

- Integrar os produtores rurais e prestadores de serviços na geração de produtos requeridos pelo turismo

Estimular e priorizar investimentos da comunidade local em receptivo turístico

Canavieiras

- Criar um linha de crédito para incentivo do turismo náutico

Uruçuca

- Criar incentivo ao empresariado local, através de incentivos fiscais e infraestrutura

Fomentar o associativismo comunitário como forma de representação perante os governos locais e conselhos municipais e regionais

Itacaré

- Promover a participação da população tradicional no Conselho Gestor e no COMTUR

Fomentar o associativismo empresarial como forma de representação do setor e dinamização de seu desenvolvimento

Uruçuca

- Criar Associação de Pequeno Produtores Rurais em Serra Grande

Produto Turístico

Criação de postos integrados de informação turística

Cairu

- Apoio à instalação de posto de informação e treinamento do receptivo

Igrapiúna

- Apoio à implantação de posto de informações turísticas

Itacaré

- Apoio a reativação do posto de informações turísticas

Ituberá

- Implantação de Centro Turístico-Ambiental na Cachoeira da Pancada Grande

Santa Luzia

- Implantação do Centro de Informação Turístico-Ambiental - Sede

Una

- Apoio a implantação de Centro de Atendimento ao Turista

Uruçuca

- Criar um portal na Barra do Sargi com receptivo turístico
- Implantação de Informações em Serra Grande

Valença

- Apoio a implantação de posto de informações turísticas municipal

Diversificar a oferta de produtos turísticos para atender a segmentos de demanda adequados à zona turística

Canavierias

- Criar uma Concha Acústica no sítio histórico

Ilhéus

- Apoio a captação de investimentos privados em animação e lazer
- Estudo da Implantação do Parque Temático na área de Vila do Braço
- Financiamento para navegação na Lagoa Encantada
- Incentivar o empresariado a investir em casas de gastronomia

Santa Luzia

- Apoio a captação de investimentos privados

Taperoá

- Estudo de demanda turística, visando a implantação de meios de hospedagem

Valença

- Estimular eventos no Guaibim

Estabelecer alternativas para a diminuição da sazonalidade

Cairu

- Construção de auditório de uso público para empreendimentos públicos e privados

Canavierias

- Criação de Centro de Convenções de tamanho médio

Ilhéus

- Construir um pavilhão de feiras no Centro de Convenções

Valença

- Construção de Centro de Convenções, entre Valença e Guaibim

Estimular a busca pela excelência dos serviços e produtos turísticos

Itacaré

- Apoio a melhoria nas condições de segurança das trilhas

Valença

- Criar Centro Gastronômico do Guaibim

Conclusão

As estratégias traçadas para o Pólo Litoral Sul levam em conta um modelo de desenvolvimento sustentável do turismo, no qual a atividade consolide-se como um indutor do desenvolvimento regional, ao mesmo tempo em que são inseridos no processo os aspectos sociais e ambientais da localidade, com vistas à manutenção de longo prazo dos recursos locais e da viabilidade da atividade.

As estratégias também ressaltam as especificidades do Pólo Litoral Sul, valorizando seus recursos únicos como forma de consolidação de vantagens competitivas de longo prazo. O turista também percebe ganho de valor em sua experiência, tornada singular, já que os aspectos originais da região são incorporados ao produto turístico. Assim, as estratégias procuram vincular a imagem de marca do Pólo Litoral Sul a seus aspectos singulares.

Tanto quanto possível, os destinos devem focar seus esforços em nichos de mercado que procuram experiências turísticas ativas e que buscam a interação com a população local, a cultura, a gastronomia e outros aspectos diferentes de sua rotina. Além de valorizarem mais os aspectos regionais, esses turistas tendem a ter um perfil de gastos mais elevado, o que também aumenta os impactos econômicos da atividade. O turista passivo e meramente contemplativo deve ser enfocado secundariamente no desenvolvimento das ações de marketing, mas deve-se pensar em suas necessidades, especialmente porque esse tipo de turista compõe a grande parte do fluxo turístico atual.

Para que formas de turismo mais ativas e que valorizem a interação turista-comunidade sejam desenvolvidas, a inserção da comunidade no processo de decisório é fundamental. No entanto, deve ter-se sempre em mente as fragilidades desse processo decorrentes do nível de sócio-econômico das comunidades autóctones. Assim, deverão ser realizadas ações de inserção gradual da comunidade no processo de decisão, com ênfase inicial para a educação dos moradores sobre as especificidades da atividade turística e os benefícios e riscos inerentes a seu desenvolvimento. Como os turistas geralmente possuem condições materiais mais privilegiadas que os moradores locais, existe um forte potencial de desagregação social local decorrente do contato morador-turista. Portanto, a comunidade local precisa estar ciente do valor de sua cultura, através de trabalhos que visem a valorização da auto-estima coletiva.

Por fim, os fundamentos das estratégias são o compartilhamento de responsabilidades para se alcançar o desenvolvimento sustentável do turismo na Bahia e a participação popular no processo deliberativo. Ressalta-se o papel do Governo do Estado como indutor do processo, aliado aos demais segmentos públicos, à sociedade civil e à comunidade empresarial do turismo.

5. Quadros Prospectivos

Introdução

Impactos econômicos, sócio-culturais e ambientais nas áreas de planejamento são esperados por conta do desenvolvimento da atividade turística nos próximos anos. Parte destes impactos têm resultados benéficos às destinações turísticas. Outra parte, no entanto, trazem resultados negativos, relacionados ao uso não responsável dos recursos ambientais, ao desgaste de infra-estrutura e à descaracterização sócio-cultural das comunidades receptoras.

O dimensionamento e projeção das atividades futuras são parte essencial do processo de planejamento turístico, já que permitem uma maximização dos resultados positivos e a diminuição dos efeitos negativos desta atividade. Para realizar este dimensionamento e as projeções, serão indicadas perspectivas futuras sobre o fluxo turístico a visitar o Pólo Litoral Sul.

Em um primeiro momento são apresentadas as projeções e estimativas **quantitativas**. Assim, são oferecidos quadros-resumo, tabelas com as estimativas de fluxo, receita e impacto econômico para três cenários possíveis – um otimista, um moderado e um conservador. Nesses quadros-resumo são apresentadas as seguintes informações:

- Crescimento do fluxo turístico interno e externo;
- Crescimento da receita turística derivada;
- Comportamento em relação á permanência média (PM) e gasto médio diário individual (GMDI);
- Renda derivada da receita e dos investimentos turísticos;
- Impacto fiscal da atividade;
- Cobertura de crédito pelo sistema fiscal;
- Incremento de empregos pelo turismo;
- Incremento no número de unidades habitacionais (UHs) e investimentos derivados.

A análise quantitativa também inclui informações sobre as **características dos visitantes**. Nas Pesquisas de Demanda Turística da Bahiatursa, existem dados sobre estas características, a saber:

- Faixa etária;
- Renda familiar;
- Motivo da viagem;
- Motivação do passeio;
- Forma de viajar;
- Forma de organização da viagem;

Partindo da caracterização atual, são identificadas metas (para 2010, 2015 e 2020) para os segmentos de turistas prioritários. Tais segmentos, definidos de acordo com as estratégias (capítulo 4.2), deverão apresentar crescimento superior aos demais. Ao final, se tem, além da

caracterização atual (dados da Bahiatursa), uma possível caracterização futura do fluxo turístico na área de planejamento, que se realizará se as estratégias forem eficientemente implementadas.

Dentro dessa caracterização da demanda, ainda, são avaliadas as possibilidades de diminuição da sazonalidade, estipulando metas para melhorar a distribuição do fluxo ao longo dos meses. As informações pertinentes para isto são:

- Distribuição do fluxo através dos meses.
- Necessidade de hospedagem: As projeções de fluxo dentro das diferentes características da demanda permitem uma estimativa da necessidade de quartos e a possível oferta futura de unidades habitacionais (UHs), decorrente dessa estimativa.

Além das informações do quadro-resumo e das características dos visitantes, se faz necessária uma projeção do crescimento populacional, para que sejam identificadas possíveis pressões demográficas decorrentes do desenvolvimento turístico.

A segunda etapa identifica as conseqüências **qualitativas** desse fluxo turístico previsto, com os impactos do desenvolvimento turístico na área de planejamento caso não sejam implementadas as ações e estratégias previstas para mitigá-los. Essa análise resulta em uma avaliação da coerência entre as estratégias de desenvolvimento previstas no capítulo anterior e as conseqüências sócio-ambientais nessas mesmas áreas.

Impacto Quantitativo

Como base para as projeções e estimativas na avaliação do impacto quantitativo utilizou-se o fluxo e a receita turística total no Pólo Litoral Sul. As taxas de crescimento adotadas para a receita turística foram maiores do que as utilizadas para o fluxo. Essa diferença é resultado de uma estratégia de desenvolvimento que prioriza o crescimento da receita em relação ao crescimento do fluxo. O Capítulo 4.2 – Estratégias de Desenvolvimento Turístico identifica as ações coordenadas que visam à realização desta estratégia.

Como essas taxas de crescimento decorrem das ações coordenadas sugeridas pelas Macro-Estratégias e pelas Estratégias Sub-Regionais, é previsto que elas se modifiquem durante o período analisado, na medida em que as ações forem sendo implementadas e surtam efeito.

Existem informações disponíveis sobre fluxo de turistas e receita turística no estudo "Desempenho do Turismo Baiano", da Bahiatursa. O estudo conta com dados realizados efetivos para o período de 1991-2001. As taxas de crescimento que consideram as ações do PRODETUR NE II, por sua vez, são válidas a partir do período 2003-2005, no qual as primeiras ações do programa serão implementadas.

Os estudos econômicos da Bahiatursa previram para 2002 uma ligeira queda ou manutenção dos valores encontrados em 2001, com base nos seguintes fatores:

- Redução geral no fluxo mundial de viagens em função dos episódios terroristas de setembro de 2001;
- Crise econômica na Argentina, principal emissor internacional;
- Crise na aviação aérea nacional e internacional, com redução da malha aérea;
- Surtos de dengue na alta temporada, diminuindo a propensão de viagem dos mercados nacional e internacional.

A Organização Mundial do Turismo (OMT), todavia, entende os impactos de eventos como o de 11 de setembro de 2001 como grandes, porém pouco duradouros:

> *"As estimativas preliminares do turismo serão uma surpresa para muitos. Pela primeira vez na história, o número de chegadas turísticas internacionais ultrapassou a fronteira dos 700 milhões de turistas e, apesar das expectativas desalentadoras e dos debates sobre as crises, o ano terminou com um aumento de 3,1%. Mais uma vez o turismo mostrou sua resistência.*
>
> *No total, segundo dados preliminares enviados à OMT por fontes oficiais, 715 milhões de chegadas turísticas se registraram no ano passado, cifra que representa 22 milhões de turistas a mais do que em 2001, ou, se compararmos com o 'ano do milênio' – para muitos é a referência que deve ser tomada, quase 19 milhões de turistas a mais que em 2000.*
>
> *(...) as chegadas turísticas internacionais são somente uma parte do turismo mundial, na qual não se considera o mercado interno. E este se beneficiou consideravelmente do auge da crise do turismo, especialmente nos Estados Unidos."*[106]

Segundo a organização, "*os atentados terroristas tiveram influência efetiva no turismo em 2001, no entanto, muito mais em âmbito local e por pouco tempo*."[107].

Levando em conta estes os dois pareceres técnicos, considerou-se entre **2001 e 2003** um crescimento de fluxo e receita moderado para o Pólo Litoral Sul. Dessa forma, foram utilizadas as taxas anuais de crescimento de fluxo e receita referentes ao primeiro período do PRODETUR NE II (2003-2005), conforme a Tabela 5.1. É uma estimativa bastante razoável o fluxo de 2002 (já realizado) e 2003, de acordo com as expectativas e impressões, pois para estes anos não existem ainda dados oficiais disponíveis. Entre **2003** e **2005**, enquanto as ações do PRODETUR/NE-II estiverem em andamento, no início da implantação, tanto o fluxo quanto a receita crescem a uma taxa semelhante. Quando os efeitos das primeiras implementações surgirem **(2006-2010),** há uma variação, e a receita começa a crescer em um ritmo maior. O terceiro período de análise **(2011-2015)**, é o de consolidação das ações, quando a receita cresce a taxas ainda maiores. O último período **(2016-2020)**, por sua vez, é aquele em que outras ações fora do âmbito do PRODETUR NE II foram realizadas pelas diferentes esferas do poder público, aumentando o ritmo de crescimento da receita.

Para estimar o **crescimento futuro**, utilizou-se uma projeção baseada em dois parâmetros distintos, crescimento da demanda e participação do Pólo no mercado. Essa combinação de fatores indica que as perspectivas de crescimento econômico podem gerar um crescimento de fluxo e receita. Se todos os destinos concorrentes obtiverem um crescimento semelhante, então o crescimento previsto para o Pólo é igual ao crescimento da total da demanda (situação que representa o cenário moderado). Se, ao implantar as ações previstas, a capacidade de competir do Pólo aumentar consideravelmente acima da média do mercado, então teremos uma maior participação em relação ao total (cenário otimista). Por outro lado, se houver uma menor competitividade relativa, a participação deverá ser menor e, conseqüentemente, será observado um crescimento menor que o verificado pelo mercado (cenário conservador).

A variação máxima esperada (para cima ou para baixo) em relação ao crescimento da demanda total será, dessa forma, resultado exclusivo da maior penetração do destino no mercado (ou seja, de aumentar sua participação de mercado em relação aos demais concorrentes), e é estimada em aproximadamente 30%.

Isso significa que, caso o fluxo total cresça 4%, o fluxo no Pólo deve crescer entre 2,8% e 5,2%. Esse dado é empírico e seu valor absoluto provém de observações no mercado hoteleiro,

---

[106] Organização Mundial do Turismo – OMT. "**World Tourism in 2002: Better than expected**". Acessado em 03/2003. Disponível por WWW em http://www.world-tourism.org/newsroom/Releases/2003/jan/numbers2002.htm.
[107] Idem.

quando da introdução de um novo empreendimento em um mercado instalado. Acredita-se que valores fora desse limite são possíveis de serem obtidos, mas não em um horizonte de longo prazo.

A tabela a seguir apresenta as taxas previstas para os diferentes cenários e períodos:

Tabela 5.1 – Taxas de Crescimento Anual para Fluxo e Receita – 2003/2020

Cenário	Indicador	2003-2005	2006-2010	2011-2015	2016-2020
Otimista	Fluxo	5,2%	5,2%	5,2%	5,2%
	Receita	5,2%	6,2%	7,2%	8,5%
Moderado	Fluxo	4,0%	4,0%	4,0%	4,0%
	Receita	4,0%	4,8%	5,5%	6,5%
Conservador	Fluxo	2,8%	2,8%	2,8%	2,8%
	Receita	2,8%	3,4%	3,9%	4,6%

Fonte: Bahiatursa 2000

Como foi citado no capítulo 3.14 (Demanda Atual e Potencial), essas taxas representam expectativas de desdobramentos de variáveis externas (crescimento econômico) e internas (competitividade) que impactam na atividade turística. Sobre o crescimento econômico, é previsto um crescimento médio de 3% ao ano, gerando um fluxo turístico ligeiramente superior (4% ao ano). Em relação à competitividade, como descrito acima, ela pode influenciar a capacidade de captação desse crescimento. Os principais atributos de competitividade que busca-se aprimorar através deste PDITS são:

- Associativismo dos agentes de turismo locais;
- Coesão da oferta e foco de mercado;
- Qualidade e variedade da oferta técnica;
- Qualidade do ambiente urbano e do espaço dos atrativos;
- Comunicação com o mercado.

De maneira sintética, esses atributos são fundamentais para a competitividade do Pólo, devendo ser aprimorados pelo conjunto de ações a serem implantadas. Se houver um acréscimo de desempenho muito superior (em todos os atributos) em relação aos concorrentes, será possível observar taxas de crescimento dentro do cenário otimista. Caso as ações garantam manutenção da competitividade, então espera-se um crescimento médio semelhante ao do cenário moderado. Em um último caso, se a competitividade dos concorrentes aumentar mais que a do Pólo, então é esperado um crescimento de mercado dentro do cenário conservador.

Quadros-Resumo

Os quadros-resumo sintetizam as projeções de fluxo, receita e impactos econômicos para os anos de 2010, 2015 e 2020. São apresentadas as estimativas para os três cenários trabalhados pela Bahiatursa, para os quais são aplicadas as taxas anuais de crescimento apresentadas na Tabela 5.1, acima. O incremento diferenciado no número de visitantes e na receita total, gera diferentes impactos fiscais, investimentos em empreendimentos turísticos e empregos.

O impacto fiscal e no PIB são proporcionais ao aumento da receita. O incremento de UHs, por sua vez, varia conforme as previsões de fluxo por período, calculado a partir de

estimativas de distribuição do fluxo pelos meses e pelo total de turistas em um mesmo período.

No cenário otimista o crescimento anual do fluxo e da receita, durante o período completo (2001-2020) resultou em um taxa anual da ordem de 5,0% para o número de turistas e 6,7% para a receita total. Da mesma forma, no cenário moderado o crescimento do fluxo e da receita, ao longo de todo o período, resultou em um taxa anual da ordem de 3,8% para o número de turistas e 5,0% para a receita total. Já no cenário conservador o crescimento do fluxo e da receita é menos intenso. A taxa anual para o período 2001-2020 é da ordem de 2,5% para o número de turistas e 3,5% para a receita total.

Os investimentos do PRODETUR NE II que constam da tabela foram distribuídos ao longo do período de planejamento da seguinte maneira: ações alocadas como prioridade A, representando aproximadamente US$ 101,4 milhões, devem ser realizadas até 2010; 50% do valor restante (US$ 110,9 milhões) será utilizado até 2015 e; 50% até 2020.

O **impacto no PIB** foi calculado com base nas projeções de fluxo e receita turística, segundo indicado no capítulo 3.14 – Demanda Atual e Potencial. O **impacto fiscal** previsto é uma fração desse impacto no PIB. Segundo estimativas do Governo da Bahia é da ordem de 6,6% desse montante. A **cobertura sobre empréstimo** indica a fração que o montante de empréstimo contratado representa sobre o impacto fiscal. A partir das expectativas de receita e impacto fiscal, percebe-se que o volume de impostos que devem ser arrecadados exclusivamente através da receita turística representa uma parcela aceitável da previsão de arrecadação anual em 2010. O número de **empregos gerados** é calculado com base no montante de unidades habitacionais (UHs) incrementadas pelo aumento no fluxo turístico. A relação entre o número de UHs e os empregos gerados foi descrita no capítulo 3.14 – Demanda Atual e Potencial. O **incremento de UHs**, está descrito neste capítulo, no item Necessidade de Hospedagem.

A próxima tabela apresenta os quadros-resumo para os três cenários para o Pólo Litoral Sul, indicando projeções de fluxo, receita e impactos econômicos nos anos de 2010, 2015 e 2020.

Tabela 5.2 – Quadros-Resumo – Pólo Litoral Sul

	CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO MODERADO			CENÁRIO CONSERVADOR		
Indicadores	**2010**	**2015**	**2020**	**2010**	**2015**	**2020**	**2010**	**2015**	**2020**
Demanda (mil turistas)									
Nacional	534,6	673,2	857,3	478,2	568,6	683,7	427,1	479,2	543,7
Internacional	72,9	109,6	151,3	65,2	92,6	120,7	58,2	78,0	95,9
Total	**607,5**	**782,8**	**1.008,6**	**543,4**	**661,1**	**804,4**	**485,3**	**557,2**	**639,7**
Receita (US$ mi)									
Nacional	112,71	156,09	232,75	99,57	127,92	175,70	87,81	104,75	130,59
Internacional	17,59	27,95	43,34	15,72	22,77	30,76	14,01	19,07	24,08
Total	**130,30**	**184,04**	**276,09**	**115,30**	**150,69**	**206,46**	**101,82**	**123,82**	**154,67**
Receita por turista (US$)									
Nacional	210,82	231,86	271,48	208,23	224,98	256,99	205,62	218,60	240,19
Internacional	241,22	255,03	286,47	241,15	246,04	254,92	240,51	244,50	250,93
Total	**214,47**	**235,10**	**273,73**	**212,18**	**227,93**	**256,68**	**209,81**	**222,23**	**241,80**
GMDI (US$)									
Nacional	21,10	22,13	23,95	20,97	21,80	23,30	20,84	21,49	22,53
Internacional	29,24	30,07	31,86	29,24	29,53	30,06	29,20	29,44	29,82
Total	**21,83**	**22,85**	**24,66**	**21,71**	**22,50**	**23,88**	**21,59**	**22,22**	**23,18**
PM (dias)									
Nacional	8,4	8,8	9,5	8,3	8,7	9,3	8,3	8,5	9,0
Internacional	7,3	7,5	7,9	7,3	7,3	7,5	7,2	7,3	7,4
Total	**8,3**	**8,7**	**9,4**	**8,3**	**8,6**	**9,1**	**8,2**	**8,5**	**8,8**
Investimentos PRODETUR II (US$ mi)	101,4	55,5	55,5	101,4	55,5	55,5	101,4	55,5	55,5
Impacto no PIB (US$ bi)	2,57	3,78	5,55	2,17	2,90	3,88	1,82	2,21	2,69
Impacto fiscal (US$ mi)	169,6	249,5	366,6	143,2	191,4	256,1	120,1	145,9	177,5
Cobertura empréstimo	59,8%	22,2%	15,1%	70,8%	29,0%	21,6%	84,4%	38,0%	31,2%
Empregos (Incremento total)	1.705	5.748	9.108	394	4.091	5.988	-788	2.813	3.738
UHs (Incremento total)	885	2.983	4.727	205	2.123	3.108	-409	1.460	1.940

Fonte: Bahiatursa – Desempenho do Turismo Baiano 1991/2001
Elaboração: FGV 2003

Caracterização da demanda

Características Futuras dos Turistas

Aqui são apresentadas as metas e expectativas para o turismo do Pólo Litoral Sul no que se refere às características do fluxo. É necessário definir metas para o crescimento de segmentos de mercado priorizados, indicando o desdobramento previsto para as estratégias e ações sub-regionais. Considera-se, portanto, que dentro de cada segmento a ser analisado haverá elementos com maior evolução que os demais.

A Tabela 5.3 apresenta as projeções do fluxo turístico do Pólo Litoral Sul por segmentos de mercado. Os segmentos relacionados com os diferenciais e ênfases estratégicas das zonas turísticas deverão apresentar resultados mais expressivos ao longo dos próximos anos, indicando a efetividade das ações desenvolvidas. Esses segmentos, nos quais devem ser concentrados os esforços, apresentam a participação (em relação ao total) marcada em azul. Essas projeções são elaboradas com base no cenário moderado.

Tabela 5.3 – Projeção de Fluxo Turístico por Características – Cenário Moderado (Pólo Litoral Sul)

Segmentos	2000 Turistas	2000 (%)	2010 Turistas	2010 (%)	2015 Turistas	2015 (%)	2020 Turistas	2020 (%)	Crescimento anual
Origem									
Nacional	359.708	*91%*	478.184	*88%*	568.561	*86%*	683.698	*85%*	3,3%
Internacional	37.342	*9%*	65.207	*12%*	92.556	*14%*	120.653	*15%*	6,0%
Renda Familiar (US$)									
Até 150	9.796	*2%*	10.868	*2%*	13.222	*2%*	16.087	*2%*	2,5%
150-300	53.057	*13%*	59.773	*11%*	72.723	*11%*	80.435	*10%*	2,1%
300-600	79.163	*20%*	86.942	*16%*	92.556	*14%*	80.435	*10%*	0,1%
600-1000	92.558	*23%*	114.112	*21%*	119.001	*18%*	136.740	*17%*	2,0%
1000-1500	62.899	*16%*	86.942	*16%*	105.779	*16%*	128.696	*16%*	3,6%
1500-2000	29.805	*8%*	54.339	*10%*	79.334	*12%*	120.653	*15%*	7,2%
Acima 2000	69.771	*18%*	130.414	*24%*	178.502	*27%*	241.305	*30%*	6,4%
Motivo da Viagem									
Passeio	263.938	*66%*	391.241	*72%*	476.005	*72%*	579.132	*72%*	4,0%
Visita parentes/amigos	69.266	*17%*	70.641	*13%*	72.723	*11%*	80.435	*10%*	0,8%
Congresso/eventos/convenção	1.191	*0%*	5.434	*1%*	19.834	*3%*	32.174	*4%*	17,9%
Negócios	49.234	*12%*	70.641	*13%*	85.945	*13%*	104.566	*13%*	3,8%
Religião	0	*0%*	0	*0%*	0	*0%*	0	*0%*	0,0%
Outros	13.420	*3%*	5.434	*1%*	6.611	*1%*	8.044	*1%*	-2,5%
Motivação do Passeio									
Atrativos Naturais	385.496	*97%*	402.109	*74%*	363.615	*55%*	329.784	*41%*	-0,8%
Ecoturismo	1.727	*0%*	81.509	*15%*	191.724	*29%*	305.653	*38%*	29,5%
Manifestações populares	1.906	*0%*	38.037	*7%*	72.723	*11%*	120.653	*15%*	23,0%
Patrimônio histórico-cultural	3.752	*1%*	16.302	*3%*	26.445	*4%*	40.218	*5%*	12,6%
Compras	0	*0%*	0	*0%*	0	*0%*	0	*0%*	0,0%
Outros	4.169	*1%*	5.434	*1%*	6.611	*1%*	8.044	*1%*	3,3%
Forma de Viajar									
Sozinho	109.685	*28%*	135.848	*25%*	158.668	*24%*	160.870	*20%*	1,9%
Com família	219.867	*55%*	260.827	*48%*	304.114	*46%*	281.523	*35%*	1,2%
Com amigos	65.930	*17%*	108.678	*20%*	125.612	*19%*	241.305	*30%*	6,7%
Excursão	1.568	*0%*	38.037	*7%*	72.723	*11%*	120.653	*15%*	24,3%
Forma de Organização da Viagem									
Organizada por agência	26.007	*7%*	65.207	*12%*	152.057	*23%*	241.305	*30%*	11,8%
Não organizada por agência	371.043	*93%*	461.882	*85%*	509.060	*77%*	563.045	*70%*	2,1%

Fonte: Pesquisa de Demanda Turística, Desempenho do Turismo Baiano 1991-2000 (Bahiatursa)
Elaboração: FGV 2003

As grandes áreas de Mata Atlântica ainda preservadas no Pólo Litoral Sul criam um forte potencial de desenvolvimento de turismo que tenha como **motivação** o meio ambiente. O desenvolvimento de estruturas turísticas a exemplo do Eco-parque de Una e da Rodovia Ecológica Ilhéus - Itacaré maximiza a utilização do meio ambiente como atrativo sem comprometer sua sustentabilidade. A criação de novas atividades ecoturísticas em pontos diversos do Pólo poderia formar um roteiro ecoturístico baseado nas características locais.

Este potencial, somado à grande atividade de ONGs na região, mostra uma tendência ao desenvolvimento do ecoturismo no Pólo Litoral Sul, o que foi confirmado durante as reuniões com a comunidade. O segmento que tem como motivação o ecoturismo deve, portanto, ser bastante desenvolvida nos próximos anos. A sua fatia de mercado deve crescer

de 0%[108] para 38% em vinte anos. Principalmente, este mercado deve migrar do segmento de turistas que têm como motivação os atrativos naturais.

Outra motivação a ser alavancada, segundo as estratégias do Capítulo 4.2 – Estratégias de Desenvolvimento Turístico, é a de manifestações populares. A presença de resquícios culturais advindos principalmente da era do cacau e da literatura de Jorge Amado, além da produção do dendê e cacau, faz do Pólo Litoral Sul um rico campo de exploração desta motivação. Para a valorização da cultura local estão previstas intervenções de recuperação de patrimônio histórico, atividades de socioeducação com ênfase na importância do patrimônio histórico-artístico-cultural, além de apoio na formatação de destinações aproveitando as características culturais locais. Tais intervenções devem aumentar a participação da motivação de manifestações populares de 0% para 15%, além de contribuir para o desenvolvimento de outro segmento, que tem como motivação o patrimônio histórico.

A busca por mercados emissores com maiores **faixas de renda** (e maior propensão a gasto), inicialmente apresentada no capítulo 3.12 (Gastos Turísticos), indica preferência na participação de importantes mercados emissores da Região Sul, Sudeste e Centro-Oeste, no fortalecimento da presença de emissores europeus e do Canadá e no fomento ao turismo náutico. Essa perspectiva trará duas conseqüências principais: um aumento na participação de turistas posicionados nas faixas de renda superiores (US$ 1.500,00 ou mais); além de uma maior participação de **estrangeiros** no fluxo total, passando de 10% para 15% em média (embora se possa também reforçar o aumento do fluxo de estrangeiros em localidades acima desta média, tais como Itacaré e Morro de São Paulo).

Sobre o aumento do fluxo internacional, vale ressaltar que ele se dá a taxas plausíveis (6,7% ao ano, no cenário moderado), respeitando as características de viagens de longa distância detectadas pela OMT[109], onde se percebe que em torno de 80% do fluxo turístico internacional é realizado através de percursos de curta distância. Dado que o potencial emissor dos países próximos ao Brasil é restrito e que o fluxo doméstico é extremamente representativo[110], o Pólo deve atrair mais turistas estrangeiros que a média nacional, ainda que respeitando as limitações mercadológicas.

O eixo Itabuna-Ilhéus apresenta grande potencial para o turismo de **negócios**, já que liga duas das principais cidades da região. O desenvolvimento desta vocação com incentivo à implantação de novas empresas e novos empreendimentos hoteleiros podem representar um grande impacto no turismo regional. Este segmento de turistas costuma ter pouca sensibilidade a preço (as contas geralmente são pagas pelas empresas) e exige muita qualidade. Estas características requerem o desenvolvimento de um turismo sofisticado e com preços compatíveis com esta demanda.

Juntamente com o **motivo da viagem** de negócios, o segmento de passeio deve aumentar em detrimento das visitas a parentes e amigos (que geram pouca receita turística, já que grande parte das necessidades de hospedagem e alimentação é suprida dentro das casas de parentes/amigos, e não na estrutura de receptivo da cidade). Este segmento de passeio deve ser ampliado com o aumento de atividades náuticas, que constituem um grande potencial principalmente na Costa do Dendê. Outro segmento a crescer nos próximos anos é o de convenções, alavancado pelo aumento no turismo de negócios e pela revitalização e melhor administração do Centro de Convenções de Ilhéus.

---

[108] De fato esta representatividade hoje já deve ser maior do que 0%. Muitos ecoturistas, na PDT, podem ter sido classificados como turistas que têm como motivação os atrativos naturais.

[109] OMT (2001), Tourism 2020 Vision

[110] Segundo dados da EMBRATUR para 2001, o fluxo doméstico no Brasil representa algo como 90% do fluxo total, estimado em torno de 49 milhões.

A maior organização e profissionalização do turismo também deve ser explorada, implicando em aumento na participação de viagens organizadas por agências de viagens e maior participação de famílias e excursões. As viagens **organizadas por agências** (hoje representando algo como 7% do total) deverão ser responsáveis por 30% das viagens totais. As viagens com amigos e excursões, por sua vez, deverão atingir participações de 30% e 15%, respectivamente.

Distribuição do Fluxo por Períodos e Necessidade de Hospedagem

Além da variação na participação dos diferentes elementos de cada segmento, há uma evidente preocupação com a suavização da sazonalidade do fluxo turístico atual. A Tabela 5.2 apresenta as metas de fluxo ao longo dos meses para os anos de 2010, 2015 e 2020. Assim como no item anterior, optou-se pelo estabelecimento de metas para os diferentes meses do ano, desta vez com a intenção de diminuir a sazonalidade característica do fluxo do Pólo.

Os meses com menor visitação (marcados em vermelho) continuam com um menor fluxo, mas fica evidente o objetivo de diminuir a diferença entre esses e os meses com maior visitação (marcados em azul). Essas metas devem ser atingidas através de iniciativas, ao longo dos próximos anos, no sentido de diversificar o produto e melhorar a promoção.

Tabela 5.4 – Projeção de Fluxo Turístico por Meses – Cenário Moderado (Pólo Litoral Sul)

	2001		2010	2015	2020	
Mês	**Turistas**	***(%)***	**Turistas**	**Turistas**	**Turistas**	***(%)***
Janeiro	47.646	*12,0%*	51.622	62.806	76.413	*9,5%*
Fevereiro	39.705	*10,0%*	46.188	56.195	68.370	*8,5%*
Março	44.192	*11,1%*	51.622	62.806	76.413	*9,5%*
Abril	42.087	*10,6%*	51.622	62.806	76.413	*9,5%*
Maio	20.885	*5,3%*	38.037	46.278	56.305	*7,0%*
Junho	19.853	*5,0%*	38.037	46.278	56.305	*7,0%*
Julho	27.794	*7,0%*	43.471	52.889	64.348	*8,0%*
Agosto	30.970	*7,8%*	46.188	56.195	68.370	*8,5%*
Setembro	31.685	*8,0%*	46.188	56.195	68.370	*8,5%*
Outubro	34.265	*8,6%*	46.188	56.195	68.370	*8,5%*
Novembro	26.523	*6,7%*	40.754	49.584	60.326	*7,5%*
Dezembro	31.486	*7,9%*	43.471	52.889	64.348	*8,0%*

Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991-2000 (Bahiatursa)
Elaboração: FGV 2003

A seguir, é avaliado o número máximo de turistas em um mesmo período. Para esse cálculo, utilizou-se o fluxo do mês com maior número de visitantes. Distribui-se esse fluxo ao longo do mês, levando em consideração as estimativas de permanência média. O índice de rotatividade representa quantas vezes essa permanência média cabe em um mês. Por exemplo, se temos uma permanência média de 3 dias, o índice de rotatividade seria 10, já que o mês tipicamente tem 30 dias.

A tabela abaixo apresenta as projeções para as variáveis descritas. Vale ressaltar, que o cálculo não considera o período de carnaval e *reveillon*, quando há uma aglomeração de visitantes acima da média. Durante esses períodos uma estrutura especial de recepção é preparada.

Tabela 5.5 – Projeção de Turistas por Período e Necessidade de Unidades Habitacionais (Pólo Litoral Sul – cenários moderado, conservador e otimista)

Moderado				
Variável	**2001**	**2010**	**2015**	**2020**
Nº de turistas no mês com maior fluxo	47.646	51.622	62.806	76.413
Permanência média (dias)	8,1	8,3	8,6	9,1
Índice de rotatividade (30 dias/PM)	3,69	3,62	3,49	3,29
Máximo turistas em um mesmo período	12.912	14.260	17.982	23.216
Turistas em hotéis e pousadas	42%	50%	55%	60%
Leitos por UH	2	2	2	2
Total UHs necessárias	2.686	3.565	4.945	6.965

Conservador				
Variável	**2001**	**2010**	**2015**	**2020**
Nº de turistas no mês com maior fluxo	47.646	46.104	52.931	60.768
Permanência média (dias)	8,1	8,2	8,5	8,8
Índice de rotatividade (30 dias/PM)	3,69	3,64	3,54	3,39
Máximo turistas em um mesmo período	12.912	12.664	14.964	17.920
Total UHs necessárias	2.686	3.166	4.115	5.376

Otimista				
Variável	**2001**	**2010**	**2015**	**2020**
Nº de turistas no mês com maior fluxo	47.646	57.716	74.366	95.819
Permanência média (dias)	8,1	8,3	8,7	9,4
Índice de rotatividade (30 dias/PM)	3,69	3,60	3,44	3,19
Máximo turistas em um mesmo período	12.912	16.029	21.624	30.064
Total UHs necessárias	2.686	4.007	5.947	9.019

Fonte: Desempenho do Turismo Baiano 1991-2000 (Bahiatursa)
Elaboração: FGV 2003

Para essa estimativa, utilizou-se uma análise simplificada que considera que a proporção de turistas que utilizam hotéis, pousadas e apart-hotéis permanecerá constante, causando uma determinada necessidade de unidades habitacionais (UHs). Essa estimativa está resumida na Tabela 5.5, acima.

Dada essa avaliação, estimou-se a demanda futura de UHs a partir do fluxo projetado (Tabela 5.2 – Quadros-Resumo – Pólo Litoral Sul). Para o cálculo da necessidade de UHs utilizou-se uma taxa média de ocupação de 65% ao ano. Esta taxa, de acordo com estudos da OMT, é satisfatória para a sustentabilidade de um empreendimento hoteleiro. Vale lembrar, entretanto, que atualmente os meios de hospedagem do Pólo Litoral Sul trabalham a taxas de ocupação inferiores (45-60%), o que poderia gerar crescimentos muito pequenos ou negativos no incremento de UHs (como pode ser visto na Tabela 5.2, cenário conservador), representando a saída de empreendimentos menos competitivos do mercado. A tabela abaixo apresenta os resultados obtidos:

Tabela 5.6 – Projeção de Demanda e Oferta de Unidades Habitacionais (Pólo Litoral Sul)

Cenário	Indicador (1)	2010	2015	2020
Otimista	Demanda por UHs	4.007	5.947	9.019
	Oferta Total	6.165	9.149	13.876
Moderado	Demanda por UHs	3.565	4.945	6.965
	Oferta Total	5.485	7.608	10.715
Conservador	Demanda por UHs	3.166	4.115	5.376
	Oferta Total	4.871	6.331	8.271

(1) Considerando a demanda por UHs preenchendo 65% da ocupação total

(2) Oferta e demanda dos destinos representativos - Ilhéus, Cairu e Valença

Fonte: FGV 2003

Vale ressaltar que a oferta de UHs apresentada representa somente a somatória dos destinos representativos – Ilhéus, Cairu e Valença. Considerando-se todos os municípios do pólo, a oferta atual (2001) seria de 7.479. A soma dos municípios representativos atinge em 2001 somente 5.280 UHs. A partir deste último número foi calculado o incremento de UHs (que pode ser visto na Tabela 5.2 – Quadros-Resumo – Pólo Litoral Sul) e a oferta futura, na Tabela 5.6.

Optou-se por considerar a amostra representativa (Ilhéus, Cairu e Valença) e não todos os municípios para o cálculo de necessidade de UHs pois a informação sobre fluxo turístico (imprescindível para este cálculo) somente está disponível para esses três municípios.

O número máximo de turistas previstos para um mesmo período, como se pode notar, sofrerá um aumento da ordem de 80% (2001-2020). Apesar dos esforços para a diminuição da sazonalidade, a influência de fatores como aumento do fluxo e aumento da permanência média é forte.Está prevista uma melhor distribuição de visitantes pelos atrativos, além da diversificação da oferta. Cuidados com o gerenciamento do fluxo, de qualquer forma, serão necessários.

Projeção Populacional

Neste item são consideradas as projeções das taxas brutas de natalidade e mortalidade, resultando em taxas anuais de crescimento populacional. As estimativas apresentadas são elaboradas pelo Dr. Paulo Campanário, sob encomenda da EMBASA, a partir de dados do IBGE. A Tabela 5.8 indica a variação populacional de cada município até o ano de 2020.

Muitos dos municípios do Pólo Litoral Sul apresentam taxas negativas de projeção populacional. Os fortes abalos da crise do cacau podem ter influência sobre este crescimento negativo, tendo em vista que outras regiões podem ter se tornado mais atrativas economicamente. Entretanto, nos próximos vinte anos, o desenvolvimento da atividade turísticas, às taxas que se pôde analisar anteriormente, deve gerar um fluxo migratório para os municípios do Pólo Litoral Sul, aumentando os índices de projeção populacional.

Tabela 5.8 – Projeção Populacional (2000 – 2020) – Municípios do Pólo Litoral Sul

Município	2000	2005	2010	2015	2020	Cresc. Anual (2000-2020)
Cairu	11.778	11.820	11.875	11.942	12.024	0,10%
Camamu	34.748	33.706	32.827	32.082	31.463	-0,50%
Canavieiras	36.463	36.603	36.785	37.001	37.266	0,11%
Igrapiúna	15.443	16.563	17.590	18.540	19.438	1,16%
Ilhéus	229.299	241.711	253.171	263.862	274.061	0,90%
Itacaré	18.705	19.091	19.465	19.830	20.198	0,38%
Ituberá	24.912	24.087	23.386	22.788	22.286	-0,56%
Maraú	18.959	18.866	18.812	18.790	18.805	-0,04%
Nilo Peçanha	11.575	12.116	12.617	13.087	13.539	0,79%
Santa Luzia	16.004	15.060	14.239	13.520	12.891	-1,08%
Taperoá	16.447	16.769	17.082	17.389	17.700	0,37%
Una	32.270	31.793	31.416	31.120	30.908	-0,22%
Uruçuca	20.979	20.988	21.028	21.094	21.193	0,05%
Valença	80.012	80.844	81.711	82.609	83.576	0,22%

Fonte: EMBASA 2002

Com base nessas projeções populacionais e nas de fluxo turístico nos principais destinos do Pólo, estimou-se a participação da população flutuante, nos períodos de maior concentração de turistas, em relação à população total. Essa metodologia é a mesma utilizada para o cálculo de demanda por unidades habitacionais no futuro, tendo como parâmetro a sazonalidade mensal e a permanência média dos turistas. Os dados estão apresentados na tabela abaixo:

Tabela 5.9 – Fluxo de Turistas em Períodos de Pico e População Fixa

	2001			2020		
	Valença	Cairu	Ilhéus	Valença	Cairu	Ilhéus
Turistas - Mês maior fluxo	7.147	11.912	28.588	11.462	19.103	45.848
Turistas - Ao mesmo tempo	1.937	3.228	7.747	3.482	5.804	13.930
População*	80.012	11.778	229.299	83.576	12.024	274.061
Sobre população	2,4%	27,4%	3,4%	4,2%	48,3%	5,1%

Fonte: FGV
** População de 2000 e 2020*

Atualmente é evidente que há uma participação alta da população flutuante sobre a fixa em Cairu (27,4%), especificamente em Morro de São Paulo. Em se observando as perspectivas de crescimento populacional e de fluxo para o município como um todo, os momentos de pico de fluxo turístico poderão significar quase um turista para cada dois habitantes. Mesmo longe de representar o impacto existente, por exemplo, em destinos de praia do litoral paulista e carioca, em que a população flutuante chega a ser quatro vezes maior que a população fixa, esse valor pode gerar transtornos de diversas ordens. Poderá trazer uma excessiva pressão sobre os serviços públicos (especialmente saneamento básico e transportes), perda de qualidade da experiência turística, conflitos com residentes etc. Um exercício de estimativa de crescimento da oferta de unidades habitacionais para Itacaré, outro destino com fluxo

turístico significativo, de 4% ao ano permitiu supor que a população flutuante deverá passar de atuais 12% para 23% em 2020[111].

Entretanto, a dispersão do fluxo ao longo do espaço, agregando novas áreas de interesse turístico fora de Morro de São Paulo e do centro de Itacaré (restante da Ilha de Boipeba – Garapuá, Quinta Praia etc. – sede de Cairu, Boipeba e litoral sul de Itacaré, principalmente), e a instalação de equipamentos hoteleiros do tipo resorts (onde há maior"confinamento" e menor dependência dos serviços públicos) é que vêm sendo os principais elementos responsáveis pelo aumento do fluxo. Ou seja, não geram, necessariamente, sobrecarga no ambiente urbano e natural.

De qualquer modo, é recomendável que a postura da comunidade em relação ao aumento do fluxo seja monitorada, permitindo que desconfortos e transtornos gerados pelo excesso de turistas sejam identificados e o fluxo seja manejado.

Impactos Qualitativos

Nesse item são apresentados os possíveis impactos qualitativos decorrentes de um desenvolvimento turístico. A análise foi elaborada através de pesquisa em literatura especializada[112] e avaliação de campo em destinos em estágio de ciclo de vida turístico mais adiantado. São desdobramentos já evidenciados em outras localidades ao longo do processo de desenvolvimento turístico, adaptados ao tipo de turismo pretendido para a área do Pólo Litoral Sul e às suas características sócio-ambientais.

Inicialmente, apresentam-se as possíveis características qualitativas do fluxo no Pólo Litoral Sul, considerando os desdobramentos e efeitos da implementação eficiente das estratégias de desenvolvimento turístico.

Tendo como base estas avaliações qualitativas do turismo, num segundo instante são apontadas possíveis **conseqüências negativas** das atividades e ações previstas, caso não sejam tomadas ações mitigadoras. Também são avaliados os possíveis **impactos qualitativos positivos** que estão previstos. Com esta conjuntura, espera-se demonstrar a necessidade das ações mencionadas no Capítulo 6 – Plano de Ação para o desenvolvimento e a sustentabilidade da atividade turística no Pólo Litoral Sul.

A Costa do Dendê e a Costa do Cacau têm características próprias que as distinguem entre si, apesar da homogeneidade encontrada no Pólo Litoral Sul como um todo. Estas diferentes características causam impactos ligeiramente distintos. Por exemplo, localidades que no atual momento estão em estágios iniciais do ciclo de vida são mais propensas a determinados gêneros de impactos, como salientado abaixo. Um fluxo continuamente crescente, entretanto, é esperado na Costa do Dendê e na Costa do Cacau.

O Turismo na Costa do Dendê

Os turistas deverão chegar aos municípios da Costa do Dendê principalmente através da malha rodoviária existente ou através de vias náuticas. Os principais portais rodoviários são:

---

[111] Supondo que a taxa de ocupação das UHs seja de 100% em momentos de pico e que 65% dos turistas utilizem meios comerciais, conforme pesquisas de demanda atuais.

[112] Archer, B. and Cooper, C. The Positive and Negative Impacts of Tourism (1994), *Global Tourism: The Next Decade* (ed. W.Theobald), Butterwoth-Heinemann, Oxford

Pearce, P.L. Tourist-resident Impacts: Examples, Explanations and Emerging Solutions (1994), *Global Tourism: The Next Decade* (ed. W.Theobald), Butterwoth-Heinemann, Oxford

Ashley, C., Roe, D. and Goodwin, H. *Pro-Poor Tourism Strategies: Making Tourism Work for the Poor* (2001), Overseas Development Institute, Nottingham

ao Norte, Valença, ligada à Ilha de Itaparica pela Ponte do Funil; e ao Sul, Camamu, município ligado à BR-101.

Existe uma dificuldade de acesso para os turistas que vêm de Camamu para os demais destinos da costa, dada a situação das estradas. Esta dificuldade salienta a necessidade de alternativas de acesso por via náutica, aproveitando as condições extremamente propícias oferecidas pelas baías, mangues, canais e braços de mar. Este acesso náutico já é utilizado, por exemplo, na ligação Morro de São Paulo-Salvador, que é feita por catamarãs de passageiros.

O capítulo 4.2 (Estratégias de Desenvolvimento Turístico) salientou, para a Costa do Dendê, o desenvolvimento prioritário de três segmentos de turismo: náutico, histórico-cultural e ecoturismo.

Haverá um incremento nas atividades que visem o desenvolvimento do **turismo náutico**. A baía de Camamu e o canal de Taperoá, além das ilhas rios, são grandes facilitadores para estas atividades náuticas. Este fluxo hidroviário é caracterizado pela flexibilidade de atracação, pela dispersão e pela dificuldade de controle.

A Costa do Dendê deve receber um fluxo crescente de visitantes, e a interação desses com a vida marinha e com as áreas costeiras pode causar poluição e outros danos à biodiversidade. Existem também algumas comunidades dispersas em diversos pontos da costa, até mesmo em locais onde só se pode chegar de barco. O impacto de um turismo pouco controlado e pouco fiscalizado nestas comunidades pode também ser desastroso do ponto de vista sócio-cultural.

Espera-se que o **turismo histórico-cultural**, motivado pelo acervo arquitetônico e pela diversidade e autenticidade das manifestações culturais, gere um considerável fluxo de visitantes estrangeiros e de outros Estados. O resgate das atividades econômicas tradicionais da região, como a produção de azeite de dendê, cravo etc podem ser ótimos motes para o desenvolvimento deste segmento na costa. Ainda, a presença de uma gastronomia forte e autêntica completa a riqueza cultural e pode se estabelecer como elo de ligação entre o segmentos de turismo náutico e o cultural. Desta maneira, os monumentos encontrados em Cairu e Camamu podem ser largamente visitados por turistas náuticos, pois estas cidades contam com características atraentes também para estes turistas (facilidade de atracação, receptivo náutico etc).

Os **ecoturistas** apresentam interesse mais acentuado pela interação com as comunidades tradicionais das diversas localidades das ilhas, canais e da Baía de Camamu, atualmente desabituadas ao contato intenso e constante com pessoas de fora da comunidade. A realidade de partes dessas localidades, como demonstrado no diagnóstico, é de depressão sócio-econômica e conseqüente baixa auto-estima. Em um certo ponto, a grande ociosidade da mão de obra local pode se refletir em uma busca de oportunidades através do turismo. Já a pouca estruturação da cadeia produtiva local, por sua vez, pode limitar o repasse das receitas e dos benefícios à comunidade, resultando em "vazamentos[113]" para fora da região.

As características naturais da Costa do Dendê são muito propícias para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas. Estas atividades podem gerar fluxo para a alternativa de transporte por via náutica, o que significa uma integração entre os dois segmentos de turistas.

[113] Vazamento é um termo normalmente utilizado em planejamento econômico, quando se identifica que grande parte dos gastos indiretos não fica na região onde houve o gasto direto. Essa característica diminui o efeito multiplicador dos gastos e, conseqüentemente, os benefícios gerados para a comunidade.

O Turismo na Costa do Cacau

Em relação à Costa do Cacau, a estratégia prevê principalmente o incremento do turismo relacionado ao meio ambiente, baseado na diversidade natural ainda razoavelmente preservada e nas características propícias para o desenvolvimento do ecoturismo e do turismo de aventura (como as encontradas em Itacaré e Santa Luzia). Além deste segmento, devem ser desenvolvidos o turismo histórico-cultural, baseado no legado da literatura de Jorge Amado e nas histórias do cacau na Bahia e, estrategicamente, o turismo de negócios, que tem um grande potencial para a sofisticação dos empreendimentos da região. Na parte sul, a presença da pesca une os segmentos náutico e de lazer, resultando em empreendimentos de alto nível e diversas opções de atividades náuticas.

O **ecoturismo** aparece como uma atividade de impacto econômico significativo, oferecendo oportunidades de rendimento e emprego até então inexistentes. Portanto, introduz um componente de dinamismo econômico, assim como já ocorre em algumas localidades da Costa do Cacau, que transforma as relações sociais atuais. Como resultado, observa-se pressão imobiliária em áreas de interesse turístico, com conseqüências urbanísticas, sociais e ambientais. Essa pressão é acompanhada, por outro lado, pela sensibilização sobre a importância da conservação dos recursos naturais, o que permite a existência de tentativas de controle dessas conseqüências. A cadeia produtiva local desestruturada também limita a distribuição da receita e outros benefícios para a comunidade.

Os ecoturistas têm como característica o espírito de conservação – tanto do meio ambiente quanto das comunidades tradicionais. Assim, a própria característica deste tipo de turista pode ser um fator de minimização dos negativos da atividade.

A história do cacau em Ilhéus e a magnífica imagem de mistério e romance criada por Jorge Amado para a região garantem grande interesse pela **história e cultura** locais. A valorização destes aspectos pode aumentar significativamente o fluxo deste segmento de turistas para a Costa do Cacau.

O aeroporto de Ilhéus e o constante desenvolvimento econômico do eixo Itabuna-Ilhéus, aliados à reestruturação das bases produtivas do Cacau oferecem um bom panorama para o **turismo de negócios**. Este segmento tende a oferecer uma maior propensão a gastos do que o segmento de lazer, exigindo, também, empreendimentos de padrão internacional. O desenvolvimento destes empreendimentos torna a destinação mais atrativa aos turistas estrangeiros e aos mais ricos, que encontram ali estruturas capazes de satisfazer seu alto padrão de exigência.

Também este segmento encontra-se muito bem amparado por diversos atrativos e atividades ligados ao meio ambiente, o que pode trazer boa integração e maior permanência média aos turistas de negócios. A estrada Ilhéus-Itacaré, por exemplo, já é uma estrutura com forte potencial de integração dos segmentos natureza e negócios.

Na parte sul da Costa do Cacau já se observa uma forte tendência ao **turismo de lazer**. A região de Canavieiras já se mostra como um grande destino de **pesca oceânica**, aliada ao desenvolvimento de resorts sofisticados, tipicamente concebidos para turistas de lazer e náuticos. Este fluxo é interessante por ser constituído, em grande partem por estrangeiros, que pagam preços mais elevados por uma qualidade superior.

Possíveis Impactos

A sociedade anfitriã estará sujeita a uma série de possíveis conseqüências negativas oriundas da atividade turística. Se não houver um adequado planejamento e uma eficiente gestão,

coordenando iniciativas de mitigação e/ou fomento, o turismo desenvolvido com as características apresentadas acima pode resultar nos seguintes **impactos negativos**:

- **Impactos sócio-econômicos** – Aumento da prostituição; aumento do consumo e do tráfico de drogas; gentrificação; exclusão do processo de desenvolvimento por dificuldade de adaptação; segregação social em relação aos indivíduos não inseridos no processo; aculturação; agressividade ou estranhamento perante os visitantes; diminuição do orgulho, da dignidade e auto-estima local; proibição do acesso de moradores locais às áreas turísticas por empreendedores; assédio excessivo aos turistas; importação de padrões de consumo não alcançáveis pela maior parte da sociedade local; pasteurização e criação de arremedos de manifestações culturais e artísticas; preconceito ou formação de estereótipos contra grupos (nacionalidades, estados de origem, etc,); encarecimento dos preços em geral; "vazamentos" da receita turística; importação de mão de obra (construção, gerencial e operacional); aumento da criminalidade; exclusão dos grupos locais do controle dos empreendimentos turísticos.
- **Impactos ambientais** – ocupação irregular ou desordenada em áreas sensíveis (construção de equipamentos turísticos e moradias); uso irregular ou desordenado de áreas sensíveis (atividades turísticas); degradação paisagística; desmatamentos; captura e comercialização de animais silvestres; poluição de solo e rios por resíduos sólidos dispostos inadequadamente; poluição de rios, mangues, lagoas e praias por esgoto sanitário despejado irregularmente, assoreamento de rios por destruição de matas ciliares para fins turísticos.

Entre os **impactos positivos** prováveis advindos da atividade turística, que se confundem com alguns dos objetivos desse plano de desenvolvimento sustentável, os mais visíveis e almejados são o aumento de emprego e renda para moradores das regiões beneficiadas e a conseqüente melhoria das condições de vida da população local.

Entretanto, a viabilização de oportunidades de trabalho, fruto da oferta de empregos ou da implementação de empreendimentos pela população local, é apenas um dos benefícios mais diretos. A atividade turística cumpre um importante papel educativo, valorizando aspectos culturais e ambientais para a região abordada. Esse impacto positivo advém da percepção gerada nas sociedades anfitriãs a respeito da riqueza e peculiaridade inerentes às suas tradições, valores, manifestações e meio ambiente. Advém, ainda, da constatação da necessidade de conservação desse patrimônio (cultural e natural) para manutenção da atividade turística. Sob esse enfoque, o turismo oferece uma excelente ferramenta de resgate de tradições e preservação ambiental, dado o uso econômico eminentemente não degradante que pode fazer desses recursos.

A integração entre a atividade turística e a produção cultural, por sua vez, permite a ampliação do leque de atividades oferecidas aos turistas. Essa característica diferencia e agrega valor ao produto turístico. Ao mesmo tempo, permite a ampliação do mercado consumidor desses produtos culturais (somando ao público local uma parcela significativa de turistas), oferecendo maiores oportunidades para profissionais que atuem na área cultural.

Também é relevante apontar para os benefícios representados pela ampliação da infra-estrutura pública nos locais de visitação turística. A cobertura de serviços de água tratada, esgotamento sanitário, coleta e disposição de resíduos sólidos, drenagem e urbanização e sistemas de transporte causam melhoria imediata na qualidade de vida da comunidade receptora, principalmente em relação à saúde pública. Esse benefício, cujo resultado implica principalmente em maior expectativa de vida, impacto positivo extremamente desejado.

Finalmente, vale ressaltar que o efeito multiplicador proveniente dos gastos turísticos permite o aparecimento de um elemento de dinamismo econômico em regiões atualmente deprimidas e sem perspectivas viáveis de superação dessa situação no curto e médio prazos. Sob essa perspectiva, o turismo surge como um indutor de promoção socioeconômica, mesmo que ele, em si, não supra os déficits de oportunidades existentes. O desenvolvimento da atividade turística é passível de gerenciamento e controle por órgãos governamentais. É papel do Estado regular esse desenvolvimento de maneira a evitar as conseqüências negativas e a estimular a extensão dos benefícios à comunidade. As Macro-estratégias apresentadas no capítulo anterior (Estratégias de Desenvolvimento Turístico), oferecem ações e projetos nesse sentido. Cobrem as principais deficiências percebidas através do diagnóstico na área de planejamento, deficiências essas relativas ao setor privado e ao setor público, tanto a nível local como estadual. Através dessas ações coordenadas, espera-se implantar um modelo de desenvolvimento sustentável do turismo.

Conclusão

A atividade turística deverá crescer substancialmente ao longo dos próximos anos, fruto da maior propensão mundial e nacional às viagens e dos esforços dos envolvidos com o turismo na Bahia. O crescimento mais substancial será na receita turística, através da priorização de segmentos de mercado com maior propensão a gasto, da diferenciação e da maior diversidade na oferta de produtos turísticos.

As estratégias de desenvolvimento abordam claramente a necessidade de diversificação da ocupação dos espaços turísticos. Essa iniciativa irá colaborar para a distribuição do fluxo, receita, renda e empregos em outras áreas do Estado da Bahia, trazendo benefícios e melhoria da qualidade de vida para uma maior parcela da população.

O aumento e a maior distribuição do fluxo turístico, entretanto, gera desafios na gestão da atividade, exigindo ações coordenadas específicas para aumentar a integração da comunidade no processo, para melhorar a distribuição dos benefícios e para minimizar os impactos negativos nos âmbitos sociais, econômicos e ambientais. Assim, o planejamento do turismo é uma etapa necessária e essencial, mas, ao propor ações de médio e longo prazo, deve ser acompanhado de um esforço contínuo e participativo de gestão e realinhamento.

6. Plano de Ação

Introdução

Este capítulo apresenta as ações que foram recomendadas pelos diversos setores da sociedade durante o processo de planejamento participativo. As ações foram recomendadas de acordo com as estratégias indicadas no capítulo 4.2 (Estratégias de Desenvolvimento Turístico), apontando atividades e intervenções necessárias para o desenvolvimento do turismo dentro da concepção sustentável.

As ações recomendadas se aplicam às necessidades de desenvolvimento do turismo dentro de um escopo mais amplo que os identificados pelo PRODETUR NE II. Esse escopo mais amplo foi intencional, pois permite que parte das necessidades seja financiável pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), legando as demais (ações não financiáveis, segundo essa perspectiva) para outras fontes de recursos.

Feita essa ressalva, o capítulo foi estruturado da seguinte forma:

O primeiro item retoma as metas e projeções da atividade turística no Pólo Litoral Sul, identificando os benefícios esperados.

O segundo item conceitua ações e o processo de definição das estratégias e das necessidades de intervenção.

No terceiro item, os objetivos e componentes do PRODETUR NE II são retomados. Nesse item ficam esclarecidas a estrutura do programa, no que diz respeito às áreas de concentração, e a questão das ações financiáveis pelo programa e as demais ações recomendadas. Também são divulgados os critérios de priorização das ações financiáveis, classificação de suma importância para o sucesso na implementação das estratégias.

O item seguinte descreve as ações financiáveis, justificando a importância de cada uma para atender aos objetivos das estratégias e objetivos do programa. As ações são apresentadas por prioridade e componente. A seguir são listadas as ações por prioridade e município, identificando os custos previstos para cada uma delas. É apresentado, ainda, um resumo com os investimentos por município e por zona turística.

No último item são apresentadas as ações não financiáveis de cada município, completando a lista de ações recomendadas pela sociedade.

Metas

A próxima tabela (Tabela 6.1) apresenta um resumo dos principais objetivos e resultados esperados ao longo dos próximos anos. Representa os resultados da implementação das ações recomendadas nesse plano, mantendo a qualidade dos recursos naturais e trazendo benefícios para a comunidade residente. Essas projeções foram baseadas em um cenário moderado.

Tabela 6.1 – Metas do Turismo para o Pólo Litoral Sul

Indicadores	2010	2015	2020
Demanda (mil turistas)			
Nacional	478,2	568,6	683,7
Internacional	65,2	92,6	120,7
Total	**543,4**	**661,1**	**804,4**
Receita (US$ mi)			
Nacional	99,57	127,92	175,70
Internacional	15,72	22,77	30,76
Total	**115,30**	**150,69**	**206,46**
Receita por turista (US$)			
Nacional	208,23	224,98	256,99
Internacional	241,15	246,04	254,92
Total	**212,18**	**227,93**	**256,68**
GMDI (US$)			
Nacional	20,97	21,80	23,30
Internacional	29,24	29,53	30,06
Total	**21,71**	**22,50**	**23,88**
PM (dias)			
Nacional	8,3	8,7	9,3
Internacional	7,3	7,3	7,5
Total	**8,3**	**8,6**	**9,1**
Investimentos PRODETUR II (US$ mi)	99,5	55,3	55,3
Impacto no PIB (US$ bi)	2,17	2,90	3,88
Impacto fiscal (US$ mi)	143,2	191,4	256,1
Cobertura empréstimo	69,5%	28,9%	21,6%
Empregos (Incremento total)	394	4.091	5.988
UHs (Incremento total)	205	2.123	3.108

Fonte: FGV

Ações e Projetos - Conceituação

Ações são, no âmbito deste plano, entendidas como intervenções / investimentos que se pretende efetivar na área de planejamento. As sugestões de ações foram coletadas de três formas:

- durante as reuniões com as comunidades para a apresentação dos diagnósticos;
- através de projetos existentes em órgãos executores estaduais e municipais;
- complementação pela equipe técnica da FGV e da SUINVEST.

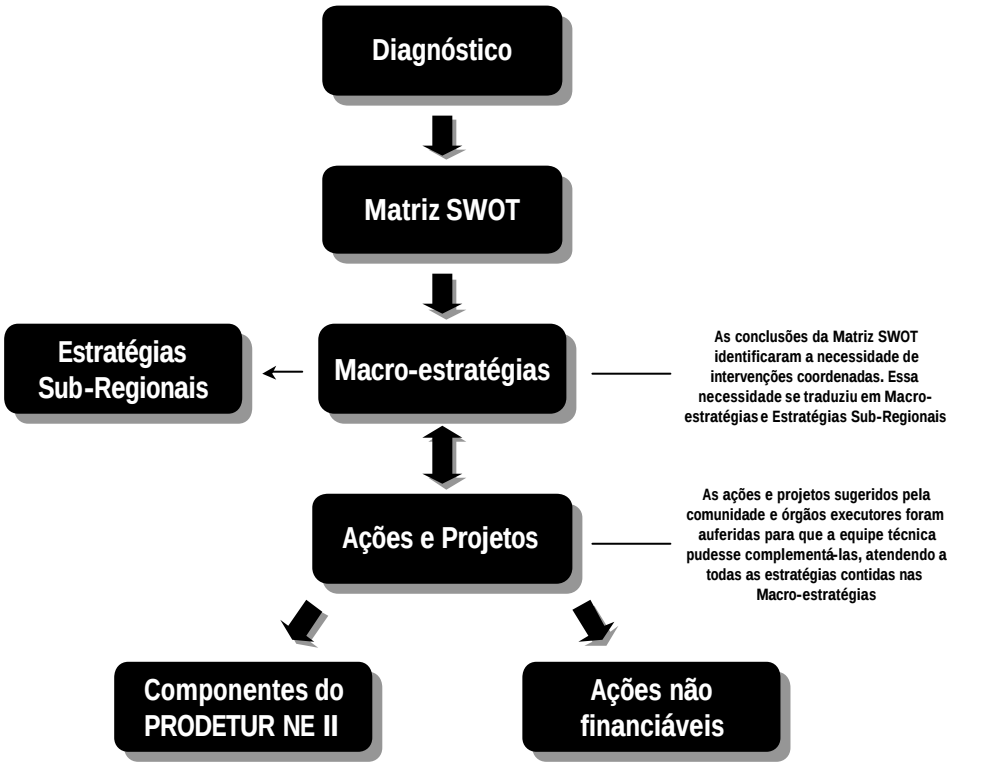
Durante a realização das reuniões foi estimulada a colaboração, abrindo-se um canal de comunicação para sugestões e complementações que os participantes consideraram pertinentes. De fato, algumas sugestões foram enviadas mesmo após a realização das reuniões e incorporadas ao plano.

Todas as ações propostas foram agrupadas dentro das Macro-estratégias de desenvolvimento sustentável do Estado da Bahia, além de relacionadas com cada uma das estratégias definidas anteriormente. O exercício de complementação do plano de ação teve como finalidade garantir que todas as estratégias pudessem ser amplamente contempladas e efetivadas, identificando aquelas que não foram consideradas pela comunidade ou pelos órgãos executores.

Uma consideração importante concerne ao fato de alguns projetos e ações englobarem todos os municípios da Zona Turística, não atuando especificamente em uma determinada área. Há também ações com abrangência geográfica pontual, tendo como alvo um determinado município ou localidade (por exemplo, a restauração de determinado elemento do patrimônio histórico). A amplitude geográfica foi considerada para a elaboração das estimativas de custo dos projetos.

Para melhor ilustrar como se chegou ao plano de ação final, necessário para a implementação das Macro-estratégias, a Figura 6.1 ilustra as relações entre os elementos da formulação estratégica, o PRODETUR NE II e as intervenções propostas:

Figura 6.1 – Sistemática de Elaboração do Plano de Ação



Em resumo, portanto, as ações coletadas possuem como características mais relevantes:

- foram sugeridas durante o processo de planejamento participativo do PDITS pela comunidade, setor público e equipe técnica;
- implementam a formulação estratégica do Estado da Bahia;
- são mais amplas que o escopo do PRODETUR NE II;
- podem ser globais (se atuam em todos os municípios da Zona Turística) ou específicas (se têm como objeto uma intervenção geograficamente delimitada a um município).

Marco Lógico – Regulamento Operacional do PRODETUR

O PRODETUR NE II financia uma parte das ações necessárias ao desenvolvimento sustentável da atividade turística. Como afirmado anteriormente, as intervenções sugeridas nas Macro-estratégias são mais amplas que o escopo do Programa do BID. Para que as ações propostas sejam consideradas financiáveis, precisam encaixar-se dentro de algum dos três **componentes** estabelecidos pelo BID, definidos em sintonia com os objetivos do Programa.

Os projetos e ações foram, portanto, classificados de acordo com o **componente** ao qual pertencem, com base nos parâmetros do BID para o PRODETUR NE II. A seguir são esclarecidos os critérios de classificação que foram utilizados.

Objetivos do Programa

O Programa inclui ações nos âmbitos municipal e estadual para assegurar o desenvolvimento turístico sustentável e responsável das áreas em que sejam financiados projetos com recursos do empréstimo, com os seguintes objetivos:

- Objetivo geral: a melhoria da qualidade de vida da população residente nos pólos turísticos situados nos estados participantes do Programa;
- Objetivos específicos:
    a) Aumento das receitas provenientes da atividade turística;
    b) Melhoria da capacidade de gestão dessas receitas por parte dos estados e municípios.

Para que os objetivos sejam atingidos, o PRODETUR NE II financia os projetos e ações que sejam relacionados a um dos seguintes componentes:

Componente 1 – Fortalecimento da Gestão Municipal para a Gestão do Turismo

O componente 1 do PRODETUR NE II compreende ações com objetivos relacionados às atribuições e responsabilidades municipais. As atividades nesse componente são orientadas para garantir que o governo local e a população disponham de instrumentos adequados e desenvolvam a capacidade para manter e incrementar as atrações turísticas e os serviços locais necessários para o crescimento por longo prazo do turismo.

Componente 2 – Planejamento Estratégico, Treinamento e Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo.

O componente 2 do PRODETUR NE II compreende as ações com objetivos relacionados às atribuições e responsabilidades estaduais. Este componente está desenhado para assegurar que os estados tenham a capacidade de planejamento e funcionamento para realização das atividades turísticas a seu cargo, assim como possam dispor da infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do setor.

Componente 3 – Promoção de Investimentos do Setor Privado

O componente 3 do PRODETUR NE II compreende as ações com objetivos relacionados ao apoio às atribuições e responsabilidades do setor privado. Este componente tem como objetivo promover e ampliar a integração do setor privado como agente complementar do processo de investimento para o desenvolvimento dos pólos de turismo.

Ações Não Financiáveis

As ações não financiáveis são aquelas que, por suas características e objetivos, não fazem parte do escopo de financiamento do PRODETUR NE II.

Como os recursos destinados ao Programa são limitados, os componentes considerados como prioritários foram estabelecidos, conforme já elucidado. No entanto, outras ações foram identificadas ao longo do processo de planejamento participativo, não relacionadas aos três componentes, mas de semelhante importância para que sejam atingidos os objetivos de desenvolvimento sustentável do turismo.

Sendo assim, as ações não financiáveis foram priorizadas de acordo com a mesma metodologia das demais e são apresentadas, podendo ser implementadas com outras fontes de recursos.

Metodologia de Priorização

Cada ação foi avaliada a partir de três diferentes perspectivas: a perspectiva da comunidade, a perspectiva técnica – elaborada pela FGV e pela SUINVEST e a análise da sua integração com o planejamento estratégico global do Estado, também elaborada pela FGV e SUINVEST.

A **perspectiva da comunidade** foi desenvolvida durante as reuniões participativas deste planejamento. Partindo dos pontos fracos levantados na primeira reunião, a comunidade sugeriu ações que solucionassem tais problemas. Na terceira reunião, os participantes puderam priorizar as ações propostas em A e B, de acordo com a urgência e importância da ação.[114]

O **parecer técnico** priorizou cada ação avaliando quanto os resultados por ela almejados e previstos colaborariam para o desenvolvimento sustentável da atividade turística e para a solução das deficiências apontadas. Para essa priorização tomou-se como base os resultados do diagnóstico (Capítulo 3), e a pesquisa realizada em campo.

Por fim, a **análise da integração com o planejamento estratégico** global do Estado considerou a importância de determinadas ações para outros setores e atividades e outras fontes de recursos, colaborando para alavancar o desenvolvimento amplo da região.

Projetos e Ações Financiáveis

As ações recomendadas financiáveis pelo PRODETUR NE II são descritas nesse item. São as ações levantadas junto à sociedade para implementar as estratégias de desenvolvimento turístico, que também foram elaboradas com seu apoio e aval. Espera-se que essas ações possam colaborar para o turismo sustentável no Pólo Litoral Sul.

A primeira parte desse item descreve as ações, justificando a necessidade delas para o Pólo e para cada município. As ações são apresentadas por prioridade, município e componente. A seguir são listadas as ações por prioridade, município, componente e sub-componente, identificando os custos relativos a cada uma delas. Também apresentam-se as ações por prioridade e componente, analisando a representatividade de cada componente em relação ao total das ações propostas. Por fim, são apresentadas as ações com prioridade A, ordenadas em função de notas atribuídas por metodologia que considerou (a) os impactos na qualidade de vida da população local; (b) a contribuição para manter a sustentabilidade econômica, ambiental e territorial; e (c) a influência no fortalecimento da atividade turística.

[114] Para maiores informações sobre as reuniões participativas, metodologia aplicada e resultados alcançados, vide Capítulo 7 – Reuniões de Elaboração do PDITS.

Prioridade A

Pólo Litoral Sul – Ações Globais – Componente 1

Projeto de modernização municipal: Esse projeto visa incluir os municípios do Pólo em um processo de modernização da estrutura administrativa e fiscal. É de extrema importância, dado que serve como base para a garantia da capacidade de execução das incumbências que serão repassadas aos municípios e que são essenciais para o desenvolvimento sustentável do turismo no nível Está dividido em dois módulos distintos e complementares:

- **Gestão Administrativa e Fiscal das Prefeituras – Assistência Técnica:** tem por objetivo melhorar a eficiência e a transparência da gestão dos municípios, através da adoção de módulo de gestão por resultados e estímulo à participação da sociedade. Deverá atender as áreas de Organização e Gestão, Atendimento ao Cidadão, Capacitação dos Servidores, Gestores Municipais e Líderes da Comunidade e Administração Tributária e Financeira;
- **Gestão do Turismo e Patrimônio Natural e Cultural – Assistência Técnica e Implementação:** deverá contribuir para o início do processo de ampliação da integração e cooperação entre os agentes públicos e privados, para aprimorar os instrumentos de planejamento dos municípios e para a gestão estratégica dos destinos.

Planos Diretores Municipais: As ferramentas Plano Diretor Municipal e Lei de Ordenamento e Uso do Solo são condicionantes para a participação dos municípios no PRODETUR NE II. O Plano Diretor é um instrumento orientador de desenvolvimento, definindo objetivos estratégicos e estabelecendo diretrizes de ação no território municipal. Em alguns municípios do Pólo Litoral Sul, esses instrumentos já foram elaborados e estão sendo utilizados, mas se identificou a necessidade de ajustes e complementação.

Estudo de Macrozoneamento Ambiental: A definição das unidades de conservação e do zoneamento previsto nos planos diretores municipais deve considerar a existência dos corredores ambientais, ecossistemas de características semelhantes que ocupam regiões mais abrangentes que as definidas pelos limites dessas unidades ou dos municípios. O macrozoneamento é a etapa necessariamente anterior à delimitação e zoneamento dessas áreas, pois ressalta a importância da diversidade de latitude e longitude desses ecossistemas para a sua própria biodiversidade. O macrozoneamento ambiental deverá acomodar as necessidades de conservação e uso sustentável, sob a perspectiva dos corredores ambientais, considerando as características do turismo, dos espaços urbanos e das áreas protegidas do Pólo Litoral Sul.

Pólo Litoral Sul – Ações Globais – Componente 2

Elaboração do PDITS – Pólo Litoral Sul: O presente documento, além de consistir em uma ferramenta norteadora das diretrizes e ações para o os diversos agentes de turismo do Pólo, foi elaborado conforme recomendações do Termo de Referência do PRODETUR NE II. Houve grande ênfase na participação da comunidade, que se fez presente nas inúmeras reuniões abertas, desde a discussão dos principais problemas até a definição das ações recomendadas.

Projeto de Capacitação Profissional: O componente de capacitação profissional prevê o desenvolvimento de um processo de aprimoramento continuado dos trabalhadores envolvidos com a atividade turística, com base no compartilhamento de uma cultura de hospitalidade, criada e fomentada por empreendimentos turísticos convertidos em organizações de aprendizagem. Os instrumentos para que seja prestado um serviço turístico

de qualidade destacada na Bahia incluem um sistema de educação continuada, baseado na elaboração de planos individuais de desenvolvimento sócio-profissional e tutorias, além da certificação da qualidade profissional, que estimula as pessoas a procurarem seu contínuo aprimoramento.

Projeto de Sinalização Turística: A presença de sinalização é um pré-requisito para a consolidação de regiões turísticas, por isso, é necessária a adequação da comunicação visual indicativa dos atrativos turísticos do Pólo Litoral Sul. A sinalização urbana e rodoviária do Estado Bahia, voltada ao turista, deve ser clara e padronizada, para que aumente a segurança no momento de deslocamento e ajude a consolidar a marca dos pólos turísticos e destinos em geral.

Pólo Litoral Sul – Ações Globais – Componente 3

Projeto de Artesanato – Apoio à Geração de Emprego e Renda: O artesanato é uma das manifestações culturais de um povo e sua revitalização tem efeitos que vão muito além da criação de oportunidades econômicas aos membros da comunidade envolvidos com a produção e comercialização de peças artesanais. O desenvolvimento do artesanato local tem efeitos na auto-estima de uma sociedade e pode ser usado como complementação do produto turístico das destinações, já que há uma tendência dos turistas valorizarem peças originais e produzidas com técnicas locais. O projeto de artesanato do Pólo Litoral Sul tem como objetivos a condução de pesquisas sobre as potencialidades do artesanato local, o desenvolvimento das técnicas de produção e a organização de canais de comercialização dos produtos aos turistas, na forma de centros de artesanato em diversas localidades do pólo, consolidando a cadeia produtiva da atividade e potencializando seu papel como gerador de renda e emprego para a população. Os diversos organismos e entidades já envolvidos em projetos de artesanato em localidades do pólo e as iniciativas já existentes serão consideradas dentro do contexto do Projeto de Artesanato para o Pólo, aprimorando-as e integrando-as aos objetivos gerais.

Projeto de Capacitação Empresarial e Apoio ao Associativismo: O projeto tem como objetivo a dinamização da gestão dos empreendimentos turísticos, com base na análise sistêmica das empresas, seus conhecimentos e tecnologias. A implementação de inovações e melhorias depende de uma gestão capacitada, que utilize as ferramentas e recursos disponíveis para a diversificação e aprimoramento de seus produtos e serviços, maximizando a qualidade da experiência turística. Propõe-se ainda agregar estratégias de organizações de aprendizagem e envolver empresários no programa de capacitação profissional.

Plano de Marketing e Ações Promocionais: O desenvolvimento da atividade turística depende de ações ordenadas de inserção mercadológica das destinações, com a consolidação do produto, incremento dos canais de distribuição e elaboração de plano de promoção nacional e internacional. A promoção deve consolidar a imagem do destino de acordo com as determinações estratégicas e os nichos de mercado que se pretenda ampliar. A gestão da marca do destino está entre as atividades mais importantes para a manutenção e ampliação da demanda turística e o plano de marketing é a principal ferramenta para uma gestão eficaz. Dentro do plano de promoção, que será executado pela Bahiatursa, estão previstos a elaboração de material promocional (folheteria, vídeos, CDs etc), a participação em eventos nacionais e internacionais, e campanhas promocionais para os destinos da Bahia. Nos eventos, o Governo promove os destinos e a iniciativa privada também promove seus empreendimentos e serviços.

Cairu – Componente 1

Apoio à Instalação de Posto de Informação e Treinamento do Receptivo: O município possui inúmeros atrativos, espalhados por uma extensa área. No entanto, a divulgação desses atrativos não se dá de maneira eficiente. A instalação de um posto de informação turística ajudaria a divulgação, servindo também como centro de treinamento do receptivo, podendo contribuir com o aumento da permanência média e a satisfação dos turistas da região.

Elaboração e Implantação de PDLU e Solução para Destino Final dos Resíduos Sólidos – Sede, Ilhas de Cairu e Boipeba: O Arquipélago de Tinharé, composto por 36 ilhas localizadas num complexo estuarino, possui vasto número de atrativos turísticos e de valor histórico-cultural – com diversas motivações – e abriga empreendimentos hoteleiros de porte variado. Porém, não dispõe de infra-estrutura adequada para lidar com o volume de lixo gerado, especialmente no período de alta estação. Além disso, a questão da destinação final dos resíduos sólidos no município de Cairu é complexa, em função das ilhas e dos distritos localizados em áreas de difícil acesso. Os distritos localizados no arquipélago dependem quase exclusivamente do transporte náutico. O turismo nessas localidades é um forte gerador de lixo e sua destinação final não encontra áreas adequadas nas ilhas. Assim, os resíduos produzidos acabam sendo depositados de forma desordenada, não existindo um sistema regular de coleta, armazenagem e tratamento. Tal situação coloca em risco a integridade de ecossistemas frágeis, como os manguezais, comprometendo também as condições de balneabilidade das praias e a saúde da população e visitantes. Portanto, é essencial que seja traçado um plano integrado de gestão dos resíduos que preveja uma destinação final ambientalmente adequada, considerando que o volume de lixo deve ser incrementado com o desenvolvimento do turismo no município.

Recuperação do Convento de Cairu: (Convento de Santo Antônio): O convento de Cairu data de 1654 e é uma das mais importantes construções religiosas da história do Brasil, sendo a terceira edificação franciscana construída no país. Constitui-se em um importante atrativo histórico-cultural, fazendo parte de um conjunto na sede do município de grande relevância. Tombado pelo Sphan em 1941, o edifício apresenta alguns riscos potenciais, como instalações elétricas pouco confiáveis, falta de equipamento de proteção contra incêndio e furto. A sua restauração contribuirá para o resgate de parte da memória nacional, para a atividade cultural da cidade e dos que a visitam.

Recuperação do Forte de Morro de São Paulo: Localizado no destino turístico mais importante da Costa do Dendê, mais especificamente, na extremidade norte da Ilha de Tinharé, é considerado um importante item do acervo histórico cultural do destino. Foi tombado em 1939 e, segundo informações do IPAC-BA, constitui-se como o mais extenso sistema defensivo do Estado. O Forte apresenta algumas ameaças potenciais, como a destruição progressiva da muralha pelo mar, a degradação das ruínas por raízes, dentre outros. Esses fatores devem ser contornados através da recuperação do Forte, oferecendo as condições adequadas para que possa manter-se como um atrativo de grande importância, ajudando a diversificar a atual oferta de atrativos do destino.

Urbanização em Morro de São Paulo: Morro de São Paulo é considerado o mais importante destino da Costa do Dendê. O local foi descoberto por jovens aventureiros e, a partir desse momento, iniciou-se uma rápida e desorganizada ocupação, sem qualquer planejamento, principalmente a partir do início da década de 90. Atualmente, Morro de São Paulo enfrenta vários problemas de tráfego de pessoas e tratores. É necessário um projeto de urbanização do destino, minimizando os impactos negativos causados pela falta de ordenamento do espaço público, melhorando a relação da população residente e dos turistas com o distrito.

Cairu – Componente 2

Estudo de Capacidade de Suporte das Ilhas de Tinharé e Boipeba: Ambas as ilhas apresentam uma atividade turística muito desenvolvida, com grande quantidade de turistas. Com o intuito de promover um desenvolvimento sustentado, deve-se elaborar um estudo de capacidade de suporte das Ilhas de Tinharé e Boipeba, objetivando conservar a biodiversidade e a qualidade natural dessas áreas que são muito sensíveis à intervenção humana. A isto, alia-se o fato de Morro de São Paulo e a Vila de Boipeba serem dois dos mais importantes destinos turísticos do Pólo Litoral Sul, possuindo ainda um grande potencial de desenvolvimento da atividade turística, que necessariamente depende da qualidade natural da região, já que o turismo nesses locais tem forte apelo natural.

Ampliação do sistema de abastecimento de água de Boipeba: O sistema de abastecimento de água de Boipeba não é suficiente para atender a população local e aos turistas que visitam a região. A situação piora em épocas de grande fluxo turístico. Dessa forma, medidas que ampliem o sistema de abastecimento de água da localidade são necessárias, devendo trazer uma diminuição nos casos de doenças provocados pelo uso de água contaminada, além de estender a rede de serviços aos moradores e aos empreendimentos turísticos locais, que atualmente somam 21 pousadas de pequeno porte e cerca de 10 estabelecimentos de alimentação (quiosques e restaurantes).

Ampliação do sistema de captação de água de Morro de São Paulo: O sistema de abastecimento de água de Morro de São Paulo não é suficiente para atender a população local e aos turistas que visitam a região. A situação piora em épocas de grande fluxo turístico. Dessa forma, medidas que ampliem o sistema de abastecimento de água da localidade são necessárias, devendo trazer uma diminuição nos casos de doenças provocados pelo uso de água contaminada, além de estender a rede de serviços aos moradores e aos empreendimentos turísticos locais.

Acesso viário de Morro de São Paulo, Gamboa, Garapuá: A Ilha de Tinharé, integrante da APA Tinharé-Boipeba, representa um destino com características culturais tradicionais, patrimônio histórico significativo, praias paradisíacas de alta balneabilidade, além de ricas concentrações de restinga, manguezais e espécies de Mata Atlântica, que vêm atraindo um número crescente de turistas e empreendedores.

A construção de um acesso viário interligando essas localidades é de fundamental importância para a população local (diversos trabalhadores de Morro de São Paulo residem em Gamboa), para a melhoria e disciplinamento das condições de trafegabilidade dentro da Ilha, contribuindo para a redução dos impactos ambientais decorrentes do atual fluxo desordenado de veículos de tração 4x4 e tratores pelas restingas e praias. Sob o ponto de vista turístico, esse acesso promoverá a integração entre diversos atrativos, trilhas e vilas, gerando condições para o aumento da permanência média e dos gastos dos visitantes, que terão à disposição uma maior diversidade de opções de lazer. Contribuirá, também, para facilitar a coleta e transporte do lixo produzido, bem como o escoamento da produção local e a circulação de mercadorias.

Observa-se, ainda, que esta ação consta da Estratégia Turística do Estado, tendo sido alvo de inclusão no rol de intervenções do Programa PRODETUR/NE I.

Melhorar Acesso ao Povoado de Torrinhas (Atracadouro): Torrinhas é um dos principais pontos de partida para Boipeba. De lá partem pequenas embarcações de moradores locais, com operação de embarque improvisada. Essa operação é desconfortável e apresenta certo risco para os passageiros. A criação de um atracadouro melhorará o serviço, que representa importante fonte de renda para muitos moradores da vila. O povoado também se

consolidaria como ponto de partida para outros atrativos da região, permitindo a criação de serviços turísticos da própria comunidade.

Melhoria e ampliação do terminal de atracação de Morro de São Paulo: Como destino âncora, com fluxo aproximado de 150.000 pessoas/ano, Morro de São Paulo possui um sistema de atracação altamente inadequado, tanto no aspecto de segurança de pessoas quanto das embarcações. A melhoria e ampliação do terminal de atracação em Morro de São Paulo devem contribuir para garantir uma maior segurança aos turistas e à população local, como também incentivar a integração entre Morro de São Paulo – destino âncora da Costa do Dendê - com as demais localidades do entorno, além de ajudar a consolidar o turismo e o transporte náutico na região.

Camamu – Componente 1

Construção de Aterro Sanitário e Elaboração e Implantação de PDLU: O município de Camamu é o portão de entrada e o centro de abastecimento da Baía de Camamu e da região de Maraú-Barra Grande. Camamu também possui vários atrativos histórico-culturais (Cajaíba do Sul: construção artesanal de embarcações – escunas – casario antigo) e grande fluxo de turistas e mercadorias para os destinos da região, gerando grande quantidade de resíduos sólidos. A destinação atual dos resíduos se dá de maneira ambientalmente inapropriada, o que poderá comprometer a atividade turística em médio e longo prazo.

Camamu – Componente 2

Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água – Sede: O distrito apresenta importantes atrativos e crescente fluxo de pessoas e turistas, no entanto, muitas áreas do distrito estão descobertas pelo sistema de abastecimento de água tratada. A alternativa da população é a utilização de águas subterrâneas e cursos d'água que muitas vezes estão contaminados por seus próprios efluentes, que por terem uma destinação errada contaminam o solo e o lençol freático.

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário – Sede: O fato do município não contar com um sistema de esgotamento sanitário constitui-se em um grave problema. A região apresenta aumento do fluxo de visitantes, fato que contribui para o aumento dos efluentes despejados em local inadequado. Esta carência pode causar, além dos problemas de saúde pública, danos aos atrativos naturais, poluir os rios e a baía, prejudicando a população que vive da pesca. Deve-se implantar o sistema de esgotamento sanitário na sede do município, apoiando assim o desenvolvimento sustentável do turismo na região.

Anel Rodoviário em Camamu: A estrada (BA 001) que interliga a região norte da Costa do Dendê com a região sul e a Costa do Cacau, pela BR 101, atravessa a área urbana de Camamu. Isso gera grandes transtornos aos moradores e turistas que circulam pelo município, em função do fluxo de veículos de carga, ônibus e automóveis. Os motoristas desses veículos também sofrem com o aumento do tempo de viagem e correm maiores riscos nesse trecho urbano da rodovia. Sugere-se que a rodovia contorne a área urbana do município.

Canavieiras – Componente 1

Construção de Aterro Sanitário e Usina a ser Compartilhado com Santa Luzia, e Elaboração e Implantação de PDLU: Canavieiras e Santa Luzia não possuem aterros sanitários atualmente, destinando seus resíduos sólidos a "lixões" a céu aberto. Esse tipo de destinação mostra-se ambientalmente inadequada e pode contaminar o solo e o lençol freático. Uma grande quantidade de resíduos é atualmente produzida em função das diversas atividades turísticas,

presentes principalmente em Canavieiras. Em ambos os municípios, o turismo é baseado fortemente nos elementos naturais (rios, praias, mangues etc.). Portanto, o comprometimento desses elementos afeta diretamente a qualidade da experiência turística.

Implantação do Centro de Turístico-Ambiental: Canavieiras é um município com intenso fluxo turístico, que tem nos recursos naturais uma importante base para o desenvolvimento do turismo na região. A implantação de um Centro de Referência Ambiental vem ao encontro da necessidade de se conciliar de maneira adequada o turismo com o meio ambiente, auxiliando na educação e conscientização dos turistas e da população local.

Recuperação do Centro Histórico Governador Paulo Souto – 2ª Etapa: O Centro Histórico se situa às margens do Rio Pardo, próximo ao atracadouro, sendo esta uma das áreas mais atrativas do município. Seu entorno concentra os restaurantes e as lojas turísticas da cidade, transformando-se em um agradável ponto de encontro de turistas e moradores. A recuperação tem como objetivo resguardar o testemunho do início da história do município, restaurando e valorizando importantes imóveis do centro. A SUINVEST considera essa ação de muito alta importância.

Recuperação da Drenagem do Centro da Cidade: Canavieiras apresenta características topográficas bastante planas. Além disso, há alguns pontos no centro da cidade onde não há bom escoamento das águas pluviais, resultando em pontos de alagamento nas épocas mais chuvosas (abril a junho), o que causa desconforto para a população e para os turistas que visitam a região. Compromete-se a estética e, sobretudo, a saúde da população fixa e flutuante.

Canavieiras – Componente 2

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário de Canavieiras – Sede: O município constitui-se em um importante destino turístico, conhecido internacionalmente como um dos lugares mais propícios para a pesca do marlim. Possui um considerável fluxo de visitantes e vários empreendimentos situados à beira mar. No entanto, a inexistência de esgotamento sanitário adequado causa graves danos ambientais, poluindo os rios, o mar e causando problemas de saúde para a população e para os turistas, comprometendo, assim, a qualidade da experiência turística.

Implantação do Terminal Marítimo Turístico: Canavieiras possui um turismo ligado fortemente aos atrativos relacionados com rios, canais e o mar. (pesca do marlim, caça do caranguejo). No entanto, não existe um terminal adequado para uso turístico, dificultando o desenvolvimento dos mais promissores segmentos de turismo (pesca, náutico, ecoturismo). A implantação do terminal marítimo turístico permitirá melhores condições de atendimento.

Igrapiúna – Componente 1

Elaboração e Implantação de PDLU e Coleta Seletiva para Uso de Aterro Sanitário Compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha: Os municípios que serão contemplados pelo projeto apresentam extensas áreas, sendo grande parte com potencial para uso turístico. Em uma etapa anterior à implantação do aterro, é necessário que seja elaborado o plano diretor de limpeza urbana para cada município, visando ordenar o sistema de limpeza pública, através da gestão planejada dos resíduos e do desenvolvimento de programas de coleta seletiva.

Igrapiúna – Componente 2

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário – Sede: O município de Igrapiúna apresenta uma das situações menos favoráveis do Pólo Litoral Sul com relação ao saneamento básico.

Não existe atualmente sistema de esgotamento sanitário e mesmo a coleta de esgoto nos domicílios é pouco abrangente. Mais da metade das residências nem sequer apresentam instalações sanitárias. Os impactos ambientais gerados por essa deficiência estrutural são o comprometimento da qualidade das águas nos canais e braços de mar através de resíduos lançados sem tratamento, prejudicando a atividade pesqueira e gerando graves problemas de saúde pública.

Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário na Ilha do Contrato: O sistema de esgotamento sanitário da Ilha do Contrato, em Igrapiúna deverá contribuir com a preservação e descontaminação dos mananciais da região. A falta de um sistema de coleta e tratamento de efluentes representa um risco de saúde pública além de impactar o meio ambiente da região.

Implantação do Terminal Hidroviário de Atracação Turística do Pau D'óleo: O Município de Igrapiúna possui um grande potencial de atrativos naturais. Entretanto sua demanda turística permanece precária, devido ao difícil acesso que os visitantes encontram para desfrutar dos atrativos. A implantação do terminal de atracação turística do Pau D'óleo deve facilitar o acesso, aumentando a atratividade da região, como também integrando a localidade com os demais atrativos e localidades do entorno.

Ilhéus – Componente 1

Construção de Aterro Sanitário e Implantação de PDLU de Ilhéus e Olivença: Entre os municípios turísticos da Bahia, Ilhéus é o segundo maior em população, contando também com aproximadamente 8.000 leitos em sua rede hoteleira. Juntas, população fixa e flutuante geram grande volume de resíduos, que sem a adequada coleta, destinação e sistema de tratamento, produzem efeitos nocivos ao meio-ambiente, comprometendo as condições de saúde pública.

A partir da implementação do Plano Diretor de Limpeza Urbana, com o rearranjo do sistema de coleta e o disciplinamento da deposição final, em conjunto com ações de educação ambiental e de conscientização, obtém-se o aumento da expectativa e da qualidade de vida, atendendo também as demandas e expectativas dos visitantes.

A SUINVEST considera, ainda, esta intervenção como ação complementar ao PRODETUR/NE – I, em função das intervenções anteriores, do impacto e resultados no turismo da implantação da Estrada Parque Ilhéus / Itacaré, além de considerar como ação de muito alta importância dentro dos objetivos do PRODETUR/NE – II.

Implantação da APA Lagoa Encantada – 2ª Etapa: a APA da Lagoa Encantada foi criada em 1993 com o intuito de ampliar e assegurar as vocações turísticas da cidade, permitindo que o visitante possua mais uma alternativa de lazer e que os atributos naturais do local sejam conservados. Pode ser considerado um dos mais belos e diferenciados atrativos turísticos da Costa do Cacau, sendo composta por uma extensa área verde que circunda a lagoa, inúmeras cachoeiras e muitas vilas e comunidades ribeirinhas tradicionais, que tem na pesca uma importante atividade econômica. Considerando esses fatores e o grande interesse turístico, ressalta-se a importância da conclusão da segunda etapa da implantação da APA, que se refere à complementação e regulamentação de seu uso, impedindo eventuais danos ambientais pela atividade turística, melhorando a conservação e o uso sustentável por turistas e moradores.

Apoio à Implantação do Museu de Ilhéus no Palácio Paranaguá: O Palácio Paranaguá é um edifício histórico de grande beleza arquitetônica e sua transformação em museu poderá garantir sua revitalização e conservação, contribuindo para o resgate e manutenção da cultura regional. Sua localização é o centro histórico, de modo que o projeto contribuirá com

a complementação do circuito histórico-cultural de Ilhéus agregando-se ao conjunto do centro.

Recuperação do Quarteirão Jorge Amado – 2ª Etapa: O Quarteirão Jorge Amado concentra grande parte dos atrativos relacionados à cultura, à história e à arte do município. A sua etapa final de recuperação visa a utilização turística dos locais recuperados, aumentando o fluxo de turistas do segmento histórico-cultural e oferecendo a eles um receptivo especializado na valorização e interpretação do patrimônio histórico-cultural. A SUINVEST considera essa ação de muito alta importância.

Implantação do Projeto Orla: O Projeto Orla tem como objetivos ordenar a faixa litorânea do município, através de ações de urbanização e padronização das estruturas. Sendo o conjunto das praias de Ilhéus um de seus mais importantes atrativos, a sua estruturação é essencial para a satisfação dos turistas que atualmente visitam a região.

Ilhéus – Componente 2

Implantação de Sistema de Abastecimento de Água de Olivença: O distrito de Olivença, ao sul da sede de Ilhéus, configura-se como um importante destino turístico, conhecido por ser estância hidromineral, apresentar boas praias e uma grande variedade de serviços e equipamentos turísticos. Mesmo sendo o mais importante distrito da região sul do município de Ilhéus, ainda não conta com abastecimento de água satisfatório.

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário de Olivença: Configurando-se como um importante destino turístico, o distrito de Olivença tem a qualidade da experiência dos turistas comprometida em função da destinação inadequada dos efluentes domésticos. A falta de tratamento do esgoto prejudica a balneabilidade das praias, além de representar um risco de saúde pública e impactar o meio ambiente da região.

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário de Pontal – Orla Sul: A orla sul do município possui uma seqüência longa de praias, onde se localizam condomínios de residências secundárias e empreendimentos hoteleiros. A ocupação atual é de baixa densidade, mas contínua em toda faixa litorânea. Somente a sede de Ilhéus é atendida atualmente por sistema de esgotamento sanitário. As demais áreas do município destinam inadequadamente o esgoto produzido doméstica e comercialmente. Vários problemas ambientais e de saúde pública decorrem dessa deficiência estrutural.

Implantar Contorno Rodoviário de Ilhéus: Além dos grandes fluxos de veículos gerados pela malha rodoviária existente e pelo porto internacional, Ilhéus recebe vôos nacionais através de aeronaves de grande porte, atuando como um dos principais portões de entrada para o Pólo Litoral Sul. Fundada no período colonial, Ilhéus possui, em sua área central, ruas estreitas de difícil tráfego e que se constituem em canal de passagem para outros destinos.

A construção desse anel rodoviário objetiva descongestionar o centro histórico da cidade e a Ponte do Pontal, disciplinando o tráfego e redirecionando o movimento de veículos que se destinam para outras localidades, bem como facilitando o deslocamento dos turistas que circulam pela região. Adicionalmente, contribuirá para facilitar o acesso da população local e visitantes às Praias da Orla Sul deste município, que representam um atrativo turístico consolidado. Assim, o contorno rodoviário permitirá a racionalização do trânsito dentro da cidade, além de tornar as viagens rodoviárias na região mais ágeis e confortáveis.

Ilhéus – Componente 3

Apoio à Captação de Investimentos Privados em Animação e Lazer: A configuração de atrativos de Ilhéus é apoiada na categoria natural e histórico-cultural. Um dos pontos que

mais desagradam os turistas atuais, segundo pesquisa de demanda turística, é a falta de opções de lazer e entretenimento no município. Essa ação procura identificar o potencial de lazer e entretenimento de Ilhéus e captar investidores para alavancar e dinamizar esse setor.

Itacaré – Componente 1

Apoio à Implantação dos Conselhos (COMTUR e CONDEMA): A atividade turística é uma das principais fontes de emprego e renda do município e está fortemente apoiada nos atrativos naturais, que se encontram sob forte pressão antrópica. O apoio à criação, fortalecimento e funcionamento do COMTUR e do CONDEMA contribuirá para uma ampla participação da sociedade civil, podendo resultar na elaboração de políticas setoriais voltadas para o atendimento da população. A atuação efetiva dos conselhos de turismo e meio ambiente permite maior participação dos moradores na defesa dos seus interesses, como também uma melhor gestão.

Construção de Aterro Sanitário, Programa de Reciclagem de Lixo e Implantação do PDLU: Em Itacaré, destino turístico já consolidado, devido à sua grande diversidade de cenários e belezas naturais como as praias, tem-se verificado um crescente fluxo de visitantes de perfis variados – desde o tradicional sol e praia até o turismo de aventura – acompanhado pelo aumento do número de empreendimentos hoteleiros e da rede de serviços. Sem uma adequada infraestrutura, pode-se desencadear danos aos ecossistemas – devido à incorreta deposição de resíduos sólidos – e potencializar ainda mais a desordenada ocupação dos espaços públicos hoje existentes e a degradação dos cenários urbanos.

As deficiências estruturais, somadas à fragilidade do meio ambiente local (mata atlântica, manguezais) e ao crescimento do turismo, fazem com que as intervenções no município sejam prioritárias. Os resíduos sólidos são atualmente destinados a uma área de "lixão", gerando problemas crescentes de meio ambiente e saúde pública. O problema se torna ainda mais complexo quando se considera a dificuldade de identificação de áreas adequadas para destinação final dos resíduos, já que uma porção do município compõe a APA Itacaré – Serra Grande.

Nesse contexto, a implantação do PDLU, aterro sanitário e requalificação urbana de sua orla, tornam-se prioritários, de modo a evitar-se maior risco de degradação do meio-ambiente, melhorar as condições de saneamento das praias com reflexos na saúde da população local, reordenando o fluxo para as praias e aumentando a satisfação dos turistas. Contribui-se, assim, para a qualificação dos atrativos turísticos, a melhoria urbanística do destino, o disciplinamento do tráfego, proteção dos mananciais, fomento ao empreendedorismo e a abertura de novas oportunidades de empregos.

A SUINVEST considera, ainda, essas intervenções como ações complementares ao PRODETUR/NE – I, em função das intervenções anteriores, do impacto e resultados no turismo das obras de Esgotamento Sanitário e, sobretudo, da Estrada Ilhéus-Itacaré, além de considerar como ações de muito alta importância dentro dos objetivos do PRODETUR/NE – II.

Apoio à Melhoria nas Condições de Segurança das Trilhas: Dentre os atrativos mais procurados pelos turistas e mais ofertados pelas agências estão as trilhas pelos remanescentes de Mata Atlântica e pela costa. As condições atuais são precárias, podendo colocar em risco os turistas. O projeto prevê a melhoria das condições dessas trilhas, com intuito de aprimorar uma vertente importante do turismo em Itacaré, desconcentrar o turismo nos aspectos de sol e praia e incrementar a qualidade da experiência turística.

Levantamento do Patrimônio Histórico para Tombamento: A sede do município conta com um casario antigo que compõe um conjunto cênico agradável, complementado os atrativos

naturais do município. No entanto, algumas edificações encontram-se degradadas e necessitam de recuperação. Não existem estudos sobre monumentos importantes com necessidade de restauração e/ou tombamento. Uma vez realizado esse estudo, o patrimônio histórico-cultural do município terá melhores oportunidades de ser utilizado para a atividade turística, contribuindo para a diversificação dos atrativos do destino.

Projeto de Valorização e Resgate da Cultura Local: Itacaré possui inúmeras manifestações culturais e folclóricas. No entanto pode-se perceber uma perda de suas raízes culturais com o desenvolvimento que a atividade turística gerou na região. É importante ressaltar que para haver um desenvolvimento turístico sustentável é necessário preservar e respeitar a cultura local, o ambiente e os desejos da comunidade local. Nesse sentido, vê-se a necessidade de um trabalho de resgate da cultura local, aumentando a auto-estima dos moradores e contribuindo para a formação de um destino com características próprias e diferenciadas, melhorando assim a qualidade do produto turístico.

Recuperação da Igreja de São Miguel: A Matriz de São Miguel é uma igreja de grande interesse histórico, com mais de 300 anos, além de possuir aspectos arquitetônicos de grande relevância. Situado na sede de Itacaré, o edifício, devidamente recuperado, complementará a oferta de atrativos histórico-culturais do município.

Implantar o Portal da Cidade com Controle e Estacionamento Municipal: A estrada parque Ilhéus –Itacaré termina na entrada da sede de Itacaré, onde não há sinalização turística, indicação de áreas de estacionamento ou controle de visitantes. Da mesma forma, o centro da cidade possui ruas estreitas e trânsito de baixa fluidez. São freqüentes os congestionamentos e dificuldades de locomoção, sendo essencial o ordenamento do fluxo e uma adequada sinalização para que os turistas possam visitar de maneira rápida e sem transtornos os atrativos do município.

Implantação do Projeto Orla: A sede de Itacaré é onde há a maior concentração de turistas, grande quantidade de bares, barracas de praia e meios de hospedagem. No entanto, não há condições estruturadas de paisagismo ou ordenamento urbano. Há áreas sem calçamento e estacionamento, locais visualmente degradados e falta de espaços para uso recreativo para turistas e moradores. O projeto orla tem como objetivo a urbanização da área costeira do município, dotando-a de estrutura para a recepção dos turistas. Ver também texto descritivo da ação anterior.

Itacaré – Componente 2

Estudo sobre a Capacidade de Suporte nas Praias do Município: Itacaré apresenta um grande fluxo turístico e possui como maior patrimônio turístico efetivo suas praias. No entanto, não foram ainda elaborados estudos sobre a capacidade de carga dessas praias. Esse estudo constitui-se como a primeira etapa para a utilização turística sustentável de uma localidade, ajudando a eliminar os efeitos negativos que a atividade turística pode causar no ambiente de uma determinada região. Evidencia-se, portanto, a necessidade de se promover um competente levantamento da capacidade de carga nas praias do município.

Implantação de Sistema de Abastecimento de Água de Taboquinhas: Esse distrito de Itacaré está situado às margens do Rio de Contas, onde são realizadas atividades turísticas diversas, como o rafting em suas corredeiras. Não existe atualmente sistema de abastecimento de água nesse distrito, o que afeta as condições de saúde da população e impede que o desenvolvimento de novos projetos turísticos.

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário de Taboquinhas: O Rio de Contas, em cujas margens situa-se o distrito de Taboquinhas, é utilizado com várias finalidades recreativas, dentre elas o rafting em suas corredeiras. A destinação inadequada dos efluentes domésticos

e comerciais vem causando a poluição desse importante curso d'água, gerando problemas para a atividade turística e para os moradores à jusante dos pontos de contaminação.

Sistema de Esgotamento Sanitário - Tiririca: Essa praia é uma das mais visitadas da sede de Itacaré e não está incluída no projeto do sistema de esgotamento sanitário. Sendo um importante atrativo do município, é essencial que a qualidade da água que banha a praia seja mantida, conservando seus atributos ambientais e garantindo a saúde daqueles que a usam para sua recreação, sejam moradores ou turistas.

Construção de Ecovia na estrada BA 001: A construção de uma ecovia na estrada BA 001, ou seja, caminho paralelo à estrada, que permita o deslocamento seguro de pedestres, ciclistas e cavaleiros, moradores ou turistas, que integre no seu trajeto pontos de ônibus e sirva também para a divulgação de informações turísticas, belezas. A Ba-001, trecho Ilhéus / Itacaré é uma rodovia que foi implantada no PRODETUR I, com características de estrada-parque e representa um avanço na implantação de estradas ambientalmente sustentáveis no Estado. Parte da rodovia está inserida na APA Itacaré /Serra Grande, também implantada no PRODETUR I.

Rodovia Itacaré / Camamu – BA-001: O Pólo Litoral Sul é formado por duas zonas turísticas (Costa do Cacau e Costa do Dendê), atualmente não interligadas diretamente por rodovias pavimentadas. As opções atuais são a BR-101, em percurso muito longo e que impede uma real integração turística das zonas, e uma estrada de terra bastante utilizada atualmente, mesmo que as condições de conforto sejam precárias e o tempo de viagem longo. A construção da rodovia será essencial para a efetiva integração dos destinos do Pólo, possibilitando novos roteiros e contribuindo para o aumento da permanência dos turistas.

A obra rodoviária que ligará Camamu a Itacaré (BA-001), numa extensão de 48 Km, consiste na melhoria do trecho já existente e sem pavimentação, além da correção do traçado com relação a curvas e rampas, incluindo obras d'arte e sinalização, destacando-se as pontes sobre os rios de Contas e Baiano.

O trecho Camamu-Itacaré é um segmento da BA-001 que, quando concluído, completará uma extensão de 430 Km que permitirá transitar da Ilha de Itaparica até Canavieiras, integrando dois Pólos Turísticos, além de promover oportunidades com vistas a melhores condições de vida para as populações locais.

Outra conseqüência dessa via turística será seu uso preferencialmente por veículos que transitam entre o norte e o sul do País e do Estado da Bahia, evitando-se a BR-101, em função do seu elevado tráfego de caminhões pesados. Devido ao seu apelo turístico, por seus notáveis atrativos naturais, a BA-001 seguramente cumprirá o seu papel de eixo turístico litorâneo e de via de ligação regional. Propiciará também a integração dos principais portões de entrada aérea do Pólo Litoral Sul – Aeroporto de Ilhéus e Aeroporto de Valença – gerando novas estratégias de comercialização do produto.

Esse projeto consolida um modelo de planejamento do Governo do Estado da Bahia para elaboração de projetos de rodovias com estudos prévios das alternativas locacionais, com a elaboração do EIA/RIMA.

Tal procedimento permitiu subsidiar os projetistas na macro-definição de alternativas de traçado da rodovia, contemplando as restrições ambientais, minimizando os impactos, bem como, tirando-se partido de seus atributos, utilizando-se cartas e imagens de satélite da região.

A melhor alternativa de traçado foi desenvolvida como Projeto Final de Engenharia, obedecendo as seguintes premissas básicas:

- A rodovia está inserida em três Áreas de Proteção Ambiental (APA Municipal da Península de Maraú, APA Estadual Baía de Camamu e APA Estadual Itacaré/Serra Grande), que se constituem em elemento fundamental de apoio à fiscalização, em função do aparato oferecido pela estrutura de gestão das unidades de conservação.
- Adoção do conceito de estrada-parque, incorporando a experiência do DERBA quanto às questões ambientais no projeto e construção de rodovias em ecossistemas similares, a exemplo da Linha Verde e de outros trechos da BA-001 (Nazaré-Valença-Camamu, Ilhéus-Itacaré, Porto Seguro-Trancoso e Mucuri-Nova Viçosa).
- Definição de um traçado com mínimos impactos ambientais, haja vista que se desenvolverá em áreas antropizadas, utilizando o trecho já existente até a interseção com a BR-030 e adequando-a quanto às condições de segurança e conforto, de modo a garantir o traçado mais seguro e ambientalmente sustentável.
- Constituição do GIA – Grupo Interinstitucional de Acompanhamento da obra formada por membros representantes das Prefeituras Municipais, ONGs, empresários, SUINVEST, BNB, DERBA, CRA, SEMARH, dentre outros. Este grupo terá o papel de acompanhamento da execução da obra e de garantia dos condicionantes estabelecidos pelo seu licenciamento ambiental, tendo a duração desde o início da sua implantação até a avaliação pós-execução.
- Simultaneamente aos serviços de construção da rodovia serão executados o Plano de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD e o Plano Ambiental, visando a redução dos impactos ambientais, prevendo-se o plantio de gramíneas por hidrossemeadura, e de árvores frutíferas, ornamentais e nativas da Mata Atlântica com o apoio dos pequenos agricultores locais, como ocorrido no trecho Ilhéus-Itacaré.
- Serão elaborados estudos para disciplinar o uso e ocupação das áreas contíguas à faixa de domínio da rodovia, compatíveis com os zoneamentos ecológico-econômicos das APAs da Península de Maraú, Baía de Camamu e Itacaré/Serra Grande, garantindo a conservação ambiental e a qualidade paisagística. Encontram-se em fase de conclusão os Planos Diretores Municipais de Camamu, Maraú e Itacaré, que estabelecem estratégias de ordenamento e crescimento dos respectivos municípios.
- Interligação das comunidades locais, como Tapuia, Tremembé e Quitungo, bem como a própria sede do município de Maraú, que durante o período de chuvas chegam a ficar isoladas por via terrestre durante 3 a 4 meses.
- Proteção aos ecossistemas da restinga pelo afastamento do traçado do litoral, reduzindo a pressão antrópica sobre as praias, favorecendo uma política de controle de ocupação dos frágeis ambientes fluvio-marinhos.
- Implantação do Programa de Educação Ambiental e de Ecoturismo nas APAs da Península de Maraú e Baia de Camamu, e continuidade do Programa de Educação Ambiental na APA Itacaré/Serra Grande.
- Valorização dos atributos cênicos e naturais da região, tirando-se partido dos amplos mirantes visuais existentes do alto da falha geológica que percorre a região no sentido Norte-Sul. Trata-se de paisagens belíssimas da Baía de Camamu e de Tapuias, além da descida em direção ao Rio de Contas.
- Valorização do conforto, redução drástica do tempo de viagem e aumento da segurança dos usuários com adoção de adequado projeto de sinalização rodoviária e de uma terceira pista em aclives acentuados.

- Além da sinalização rodoviária, será implantada uma sinalização ecoturística, como já realizada no trecho Ilhéus-Itacaré.
- Melhoria da qualidade de vida das populações locais, possibilitando acesso aos grandes centros urbanos do Pólo (Ilhéus e Valença), onde se concentra a infra-estrutura de serviços da região.
- Melhoria da renda da população com o aumento do valor agregado da produção local de cacau, dendê, piaçava, especiarias (cravo da índia, canela), coco, café, guaraná e seringueira, decorrente da redução do custo de transporte.
- Objetivando preservar as características ambientais e de turismo insular na Península de Maraú, será construída uma ligação entre a Rodovia Camamu-Itacaré e a margem esquerda do estuário de Maraú, em frente à sede municipal. Desse ponto, os veículos poderão alcançar a península cruzando o estuário utilizando-se de uma balsa. Com isso pretende-se preservar a Península de Maraú do tráfego intenso de veículos.

Ituberá – Componente 1

Implantação de Aterro Sanitário a ser Compartilhado entre Ituberá, Igrapiúna, Taperoá, Nilo Peçanha: Os municípios que serão contemplados por esse aterro sanitário simplificado produzem isoladamente quantidades não muito grandes de resíduos sólidos, mas a destinação compartilhada justifica o projeto. Em função do grande número de municípios que utilizarão o aterro, há uma dificuldade no projeto quanto à definição da localização adequada. A atividade turística é incipiente nesses municípios, mas existem diversas áreas com grande potencial. O incremento da infra-estrutura das áreas com potencial turístico beneficia imediatamente a população local, reduzindo impactos ambientais e incrementando as condições de saúde pública, ao mesmo tempo em que são evitados potenciais impactos ambientais no momento em que ocorrer o aumento do fluxo turístico.

Elaboração e Implantação de PDLU e Coleta Seletiva para Uso de Aterro Sanitário Compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha: Os municípios que serão contemplados pelo projeto apresentam extensas áreas, sendo grande parte com potencial para uso turístico. Em uma etapa anterior à implantação do aterro, é necessário que seja elaborado o plano diretor de limpeza urbana para cada município, visando ordenar o sistema de limpeza pública, através da gestão planejada dos resíduos e do desenvolvimento de programas de coleta seletiva.

Implantação de Centro Turístico-Ambiental na Cachoeira da Pancada Grande: A cachoeira da Pancada Grande situa-se dentro de uma APA e é um atrativo de grande interesse turístico, que recebe um fluxo bastante intenso nos finais de semana. Apresenta uma queda volumosa de aproximadamente 40 metros de altura, cercada por Mata Atlântica. No entanto, o fácil acesso e a beleza da localidade atraem inúmeros turistas que não contam com uma infra-estrutura turística adequada, como banheiros, lixeiras e aparatos de segurança, resultando em um ambiente constantemente ameaçado. Deve-se, portanto, implantar um Centro Turístico-Ambiental que possa amparar o fluxo turístico de modo sustentável, provendo informações e educando os turistas e visitantes em geral.

Ituberá – Componente 2

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário – Sede: O município de Ituberá não possui atualmente sistema de esgotamento sanitário. O esgoto produzido é lançado em grande parte diretamente nos rios, canais e braços de mar. Em todo o município, é grande a área de remanescentes de manguezais, que possuem um ecossistema especialmente frágil e de importância enorme na manutenção dos estoques pesqueiros. A pesca, uma das atividades

mais importantes da região, é prejudicada por essa deficiência estrutural. O turismo é afetado pela degradação dos atrativos naturais e das condições de navegação. Ainda mais graves são os problemas de saúde pública que afetam a população que habita as margens de águas contaminadas.

Construção de Acesso do Pratigi a Barra do Serinhaém: Pratigi é o mais importante atrativo turístico de Ituberá, e é ponto de passagem para turistas e moradores da Barra do Serinhaém. Atualmente, muitos deles utilizam a praia para chegar a Barra, por automóveis próprios. O acesso rodoviário paralelo à praia permitirá a melhoraria do acesso ao povoado, agregando mais um atrativo de grande potencial aos roteiros que poderão ser oferecidos aos turistas de Ituberá, além de evitar acidentes na praia e degradação ambiental por fluxo constante de veículos na areia.

Maraú – Componente 1

Construção de Aterro Sanitário, Coleta Seletiva, e Elaboração e Implantação de PDLU: Apresentando inúmeros atrativos e um grande número de estabelecimentos hoteleiros, a Península de Maraú atravessa um momento de franca ascensão da atividade turística. A conformação geográfica do Estuário de Maraú, entrecortado por um grande número de ilhas, lagos e rios, abriga significativa diversidade de ecossistemas, como manguezais, recifes, restingas, dunas e espécies características da Mata Atlântica.

A região não dispõe, entretanto, de adequada infra-estrutura de serviços públicos, o que pode gerar impactos diferenciados com repercussões na saúde da população e na integridade do meio-ambiente local. Há poucas áreas ao longo da península adequadas à destinação final de resíduos sólidos sem comprometimento dos aspectos ambientais, já que ela é estreita e possui lençol freático próximo à superfície. Com o crescimento da atividade turística, torna-se essencial que sejam encontradas soluções para a gestão dos resíduos adequadas às particularidades ambientais da região.

Estudo para a Identificação de Futuras Unidades de Conservação: A Costa do Dendê tem como grande vocação o ecoturismo e o turismo de aventura. A criação de parques florestais e/ou marinhos com possibilidade de visitação agrega valor à região, independentemente da localização do município.

Implantação da APA Municipal da Península de Maraú: Localidade dotada de grande beleza cênica e riqueza natural, a Península de Maraú vem passando por um crescente processo de exploração turística, recebendo empreendimentos de porte e estilo variados, que geram novas formas de utilização e aproveitamento dos espaços naturais. Nesse sentido, a implementação de uma APA terá papel decisivo para a preservação de áreas ambientalmente frágeis e legalmente protegidas, contribuindo para a sustentabilidade dos recursos naturais e ambientais, principal atrativo turístico da região.

A APA da Península de Maraú foi criada em setembro de 1997 e o diagnóstico ambiental e sócio-econômico da área foi elaborado pelo Instituto Ecotema, com recursos do PRODETUR, entre fevereiro de 1999 e fevereiro de 2000, determinando o zoneamento da península e prevendo restrições quanto aos possíveis usos do espaço. A atividade de mineração, por exemplo, foi determinada incompatível com os atributos ambientais da região. No ano de 2002 foi constituído o Conselho de Meio Ambiente do município, que deverá se estruturar para que a APA seja realmente implementada e as determinações previstas para a área sejam cumpridas.

Assim, a partir de ações voltadas para o disciplinamento do uso do solo, educação ambiental, adequação da legislação vigente e criação do conselho gestor da APA, será possível envolver os diversos atores em processo participativo voltado para a melhoria da qualidade de vida da

população e a preservação e a conservação. O incentivo ao ecoturismo, a valorização de atividades tradicionais e a criação de alternativas de renda para os moradores serão as conseqüências diretas da implantação dessa APA.

Maraú – Componente 2

Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Barra Grande: A atividade turística vem apresentado grande crescimento, no entanto, a região não dispõem de um sistema de abastecimento de água tratada. Tal fato compromete o desenvolvimento adequado do turismo, uma vez que pode causar graves problemas de saúde para os habitantes e turistas, que podem ter uma experiência desagradável no destino.

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário em Barra Grande: Apresentando inúmeros atrativos e um grande número de estabelecimentos hoteleiros, a Península de Maraú atravessa um momento de franca ascensão da atividade turística. A conformação geográfica do Estuário de Maraú, entrecortado por um grande número de ilhas, lagos e rios, abriga significativa diversidade de ecossistemas, como manguezais, recifes, restingas, dunas e espécies características da Mata Atlântica.

A região não dispõe, entretanto, de adequada infra-estrutura de serviços públicos, o que pode gerar impactos diferenciados com repercussões na saúde da população e na integridade do meio-ambiente local. A inexistência de um sistema de esgotamento sanitário adequado, que colete e dê a destinação correta para os efluentes, pode comprometer o desenvolvimento do turismo na região. Atrelado a essa situação, nota-se um aumento constante do número de empreendimentos hoteleiros, restaurantes e turistas que, conseqüentemente, aumentam a quantidade de efluentes, piorando ainda mais a situação. Ressalta-se que, em razão do lençol freático estar muito próximo da superfície, há um grave comprometimento da qualidade da água.

Ressalta-se, ainda, que esta ação demanda uma especial atenção quando da elaboração dos projetos, em função da atipicidade e fragilidade do conjunto, requerendo a utilização de soluções alternativas às usualmente empregadas.

Ampliação de Atracadouro em Barra Grande: Maraú foi diagnosticado como um dos municípios âncoras para o desenvolvimento do turismo no Pólo Litoral Sul e é um dos destinos mais importantes desse Pólo. O município vem apresentado um rápido crescimento no número de visitantes. Existe a necessidade clara de se facilitar o fluxo de pessoas para esta região, que serve como portal de entrada para a Península. Para isso, é necessária a ampliação do atracadouro em Barra Grande, que atualmente não suporta o fluxo de pessoas que utilizam o cais.

Pavimentação do acesso da sede de Maraú a BA-001: A sede do município ficará distante pouco mais de 15 Km da BA-001 Camamú-Itacaré. A realização desta obra deve ter um impacto social bastante importante, integrando finalmente a sede administrativa ao restante do estado.

Nilo Peçanha – Componente 1

Elaboração e Implantação de PDLU e Coleta Seletiva para Uso de Aterro Sanitário Compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha: Os municípios que serão contemplados pelo projeto apresentam extensas áreas, sendo grande parte com potencial para uso turístico. Em uma etapa anterior à implantação do aterro, é necessário que seja elaborado o plano diretor de limpeza urbana para cada município, visando ordenar o sistema de limpeza pública, através da gestão planejada dos resíduos e do desenvolvimento de programas de coleta seletiva.

Nilo Peçanha – Componente 2

Implantação de Sistema de Abastecimento de Água – Sede: O município não apresenta, atualmente, um fluxo de turista significativo. No entanto, pode se tornar um destino complementar com maior teor cultural, principalmente por suas tradições folclóricas. A inexistência de um sistema de abastecimento de água pode comprometer o possível desenvolvimento da atividade turística na região.

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário – Sede: A sede do município de Nilo Peçanha está localizada às margens do Rio das Almas, que flui para o Canal de Taperoá. A ausência de um sistema de esgotamento sanitário no município compromete a atividade pesqueira e a atividade turística, através da contaminação da água e dos manguezais. Mais da metade da população nem mesmo possui instalações sanitárias em suas residências, além de grande parte da população rural não ser atendida por sistema de abastecimento de água. Essa população é obrigada a recorrer a fontes de água alternativas, muitas vezes contaminadas pelos efluentes do próprio município. Diversos problemas de saúde pública decorrem dessa conjunção de deficiências estruturais.

Santa Luzia – Componente 1

Apoio a Implantação dos Conselhos (COMTUR e CONDEMA): O município de Santa Luzia apresenta inúmeros atrativos naturais, como as grutas, lagoas e rios, que apesar de não apresentarem fluxo muito significativo, configuram-se em potenciais atrativos. Considerando-se o potencial turístico da região e a sua beleza natural, deve-se apoiar a implantação dos conselhos, já que esses são uma forma de contribuir para a inclusão da comunidade, dando oportunidade para a comunidade defender seus interesses. A atuação competente dos conselhos tende a melhorar a gestão da qualidade ambiental e da atividade turística na região.

Elaboração e Implantação de PDLU: O município de Santa Luzia possui distritos muito distantes da sede, fazendo com que a geração de resíduos aconteça de maneira dispersa, dificultando sua gestão. Torna-se necessária a elaboração de um plano diretor de limpeza urbana para que a destinação dos resíduos ocorra de maneira coordenada e sejam minimizados os impactos ambientais e de saúde pública.

Elaboração e Implantação de Plano de Manejo da APA do Lapão: A Área de Proteção Ambiental do Lapão está localizada no município de Santa Luzia e ocupa uma extensão de 4.300 ha, nas imediações da sede do município. A elaboração do Plano de Manejo da APA do Lapão tem como objetivo elaborar uma análise dos recursos naturais e dos fatores antrópicos existentes na área e estabelecer o zoneamento da unidade e as atividade que serão necessárias ao seu manejo e gerenciamento.

Implantação do Centro de Informação Turístico-Ambiental – Sede: O município possui grande potencial para desenvolver atividades relacionadas ao ecoturismo e ao turismo de aventura. A implantação de um centro de informações turístico-ambiental na sede do município atuaria no intuito de divulgar os seus atrativos, além de informar e conscientizar seus moradores e turistas sobre as questões ambientais. Esta iniciativa ajudaria a dinamizar o turismo na região, de maneira responsável, além de colaborar para a proteção do ambiente natural.

Santa Luzia – Componente 2

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário – Sede: O município de Santa Luzia ainda possui uma atividade turística incipiente, porém com grande potencial de desenvolvimento. Esse potencial decorre especialmente de seus atributos naturais, como grutas, matas, rios e

corredeiras. A implantação de um sistema de esgotamento sanitário garantirá a manutenção desses atributos, além de promover a qualidade de vida dos moradores locais.

Taperoá – Componente 1

Elaboração e Implantação de PDLU e Coleta Seletiva para Uso de Aterro Sanitário Compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha: Os municípios que serão contemplados pelo projeto apresentam extensas áreas, sendo grande parte com potencial para uso turístico. Em uma etapa anterior à implantação do aterro, é necessário que seja elaborado o plano diretor de limpeza urbana para cada município, visando ordenar o sistema de limpeza pública, através da gestão planejada dos resíduos e do desenvolvimento de programas de coleta seletiva.

Taperoá – Componente 2

Ampliação de Sistema de Esgotamento Sanitário em Taperoá – Sede: A sede do município de Taperoá está localizada às margens de um canal com o mesmo nome, que dá acesso a uma vasta de rede composta por outros canais e braços de mar. A atividade pesqueira é de grande importância econômica e há grande potencial para atividades turísticas náuticas, como vela e passeios de barco. Grande parte do esgoto atualmente produzido tem destinação inadequada, o que prejudica todas essas atividades. Os moradores locais e turistas também podem ser contaminados por doenças de veiculação hídrica, agravando as condições de saúde pública.

Melhoria da Infra-estrutura do Terminal Hidroviário da Graciosa com Estacionamento: O distrito de Graciosa está situado ao longo da rodovia BA-001 e é ponto de partida de linhas regulares de embarcações que atravessam os canais e braços de mar da região, servindo a turistas e moradores do arquipélago e áreas mais afastadas. Atualmente não há estrutura perto do atracadouro, o que causa alguns desconfortos aos usuários. A melhoria da infra-estrutura tornaria o terminal mais adequado à atividade turística.

Una – Componente 1

Apoio à Implantação de Centro de Atendimento ao Turista: A região de Una é composta por mangues, canais, remanescentes de Mata Atlântica e praias de grande apelo turístico. No entanto, esses atrativos são dispersos e mal divulgados. A implantação do centro de atendimento ao turista permitirá a concentração em um local da divulgação dos atrativos e serviços turísticos, aumentando as possibilidades dos turistas tomarem conhecimento das possíveis atividades que poderá realizar ao longo de sua estadia.

Fortalecer o Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Una: O município possui diversos atrativos naturais importantes para o desenvolvimento do turismo, devendo, por esse e outros motivos, ser tratados como de conservação estratégica. A parceria entre a sociedade e o governo municipal através do conselho é importante para garantir a qualidade ambiental e mobilizar a comunidade para sua conservação.

Una – Componente 2

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário – Sede: Apesar de existir um sistema de esgotamento sanitário em Una, situado em Comandatuba, a sede do município não é atendida. Essa sede situa-se às margens do Rio de Una, local de prática de rafting e passeios turísticos. A destinação de parte do esgoto a esse curso d'água compromete a realização dessas atividades. Sendo as condições de abastecimento de água em Una também limitadas, são elevados os riscos de saúde aos moradores, principalmente os que habitam a zona rural.

Melhoria do acesso da sede de Una ao distrito de Comandatuba: Esse distrito é um dos mais visitados pelos turistas que vão ao Litoral Sul. Inúmeros residentes que trabalham no resort lá instalado, assim como os turistas que vão para conhecer os atrativos dessa região encontram dificuldades para a chegada no distrito. A realização desta obra deve ter um impacto social importante, integrando a sede administrativa do município ao seu distrito com maior apelo turístico.

Uruçuca – Componente 1

Construção de Aterro Sanitário, Coleta Seletiva, e Elaboração e Implantação de PDLU: O distrito de Serra Grande, situado na estrada parque Ilhéus-Itacaré, possui uma grande variedade de atrativos naturais e passa atualmente por um processo acelerado de desenvolvimento da atividade turística. O fluxo de turistas vem aumentando, assim como o número de meios de hospedagem. A produção de resíduos sólidos aumenta a cada dia em função desse incremento da atividade e não estrutura para a destinação final adequada.

Implantação do Centro Turístico-Ambiental em Serra Grande: Serra Grande é a porta de entrada da APA Itacaré / Serra Grande, sendo um local estratégico para disponibilizar informações sobre os atrativos naturais e sobre a APA. A implementação desta ação deve contribuir para a conscientização e educação da população local e dos turistas a respeito de questões como o lixo, meio ambiente, dentre outras.

Urbanização de Serra Grande (PRUA): Cenário paradisíaco localizado entre Ilhéus e Itacaré, com características peculiares, esse destino vem atraindo um grande número de visitantes e empreendimentos hoteleiros. A requalificação urbanística e paisagística é de vital importância à competitividade dos atrativos, incentivando o comércio e criando novos postos de trabalho, resgatando as atividades tradicionais locais. , evitando o processo de degradação ambiental.

A SUINVEST considera, ainda, esta intervenção como ação complementar ao PRODETUR/NE – I, em função das intervenções anteriores, do impacto e resultados no turismo da implantação da Estrada Parque Ilhéus / Itacaré, além de considerar como ação de muito alta importância dentro dos objetivos do PRODETUR/NE – II.

Uruçuca – Componente 2

Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Barra do Sargi: A praia localizada na Barra do Rio Sargi apresenta belas paisagens e situa-se ao sul de Serra Grande. Vários empreendimentos estão instalados nessa área do município de Uruçuca, sendo a maior parte meios de hospedagem. O desenvolvimento da atividade turística na região é recente e foi causado em grande parte pela localização de Uruçuca entre Ilhéus e Itacaré, dois destinos consolidados da Costa do Cacau.

Implantação de Sistema de Abastecimento de Água em Serra Grande, incluindo Pé de Serra: A região do distrito de Serra Grande apresenta grande potencial turístico, mas a atividade encontra-se ainda em estágio incipiente de desenvolvimento. A maior parte da demanda atual é regional e concentrada nos finais de semana, principalmente em função do balneário. O crescimento da demanda nos próximos anos só poderá ocorrer de maneira ordenada e voltada a um público com gastos médios mais elevados caso sejam efetivadas melhorias na infra-estrutura, incluindo a implantação de um sistema de abastecimento de água no distrito.

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário em Serra Grande: A região do distrito de Serra Grande apresenta grande potencial turístico, mas a atividade encontra-se ainda em estágio incipiente de desenvolvimento. A maior parte da demanda atual é regional e concentrada nos finais de semana, principalmente em função do balneário. Sendo os

atrativos da região fortemente vinculados à água, seja nas praias ou nas cachoeiras e cursos d'água, a inexistência de um sistema de esgotamento sanitário compromete o desenvolvimento sustentável da atividade turística. Como crescimento da demanda, os impactos ambientais também podem se agravar, em uma região ecologicamente frágil e que faz parte da APA Itacaré – Serra Grande.

Valença – Componente 1

Apoio à Implantação do Posto de Informações Turísticas Municipal: O município conta atualmente com um posto de informações turísticas que se situa no centro da cidade, próximo ao porto. No entanto, esse posto pode ser ampliado ou transferido para um local mais adequado, divulgando de maneira mais efetiva seus atrativos e serviços turísticos. Desta forma, o posto consolidará a divulgação das características próprias de Valença, atraindo um maior número de turistas que queiram visitar suas cachoeiras, praias, serras e edificações históricas.

Elaboração e Implantação de PDLU, Aterro Sanitário e Usina de Reciclagem de Lixo: Valença é o município mais populoso da Costa do Dendê e ainda não possui um sistema integrado e planejado de gestão e destinação final dos resíduos sólidos, amparado por um plano diretor de limpeza urbana. A consolidação desse sistema, baseado também no aterro sanitário e em programas de reciclagem do lixo, deverá reduzir os impactos ambientais que são atualmente verificados.

Implantação da APA do Guaibim: A região que compreende a APA possui um grande fluxo de visitantes, sendo a maior geradora de fluxo turístico para Valença. Assim, vê-se a necessidade da adoção de medidas que visem preservar suas características naturais.

Projeto de Levantamento e Tombamento do Patrimônio Histórico Municipal: A região é rica em atrativos históricos, porém não existe um trabalho sistemático para sua identificação. O projeto de levantamento e tombamento do Patrimônio Histórico do município permitirá analisar as suas características e as necessidades de recuperação para um possível tombamento. Esta iniciativa pode gerar um grande diferencial complementar, agregando novos segmentos e/ou melhorando o produto turístico atual.

Recuperação dos Prédios da Praça da República: A Praça da República é uma área que apresenta interessantes edificações antigas e é um ponto de encontro dos moradores locais. A recuperação desses prédios melhorará o aspecto urbano de Valença, tornando a cidade mais atrativa para moradores e turistas.

Urbanização da Orla de Guaibim: Bastante ocupada, a orla do principal atrativo de Valença não possui nenhum projeto de urbanização. Através de sua estruturação, poderá ser uma área com melhor aproveitamento para recreação e lazer dos turistas e moradores, aumentando a satisfação dos visitantes e ordenando o uso do espaço público. A principal queixa dos empreendedores e dos visitantes do Guaibim é a falta de atividades no distrito, problema que poderá ser amenizado com um adequado projeto de urbanização do local.

Valença – Componente 2

Projeto de padronização de Barracas de Praia: As barracas da praia do Guaibim são precárias, de estrutura simples e são marcadas pela falta de higiene e gestão incorreta dos alimentos que são servidos aos moradores e turistas, gerando sérios problemas aos usuários. Sendo a Praia do Guaibim um dos atrativos mais importantes do município, é necessário que seja traçado e implantado um plano de padronização e estruturação das barracas de praia.

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário – Sede: A cidade de Valença é um dos portões de entrada para Morro de São Paulo, um importante destino turístico da Costa do Dendê. O próprio município conta com belos atrativos, como cachoeiras, a Serra do Abiá, o casario antigo e igrejas. Segundo o SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Valença), cerca de 77% da área urbana do município tem seu esgoto coletado pela rede pluvial, sendo posteriormente lançado em diversos pontos do Rio Una. Como Valença possui a maior população da Costa do Dendê, os impactos ambientais e às ameaças à saúde pública são diversos. A instalação de um sistema de esgotamento sanitário minimizaria esses problemas.

Construção de Centro de Convenções, entre Valença e Guaibim: Para motivar o turismo de convenções e eventos, gerador de fluxo durante período de baixa temporada na região, o equipamento é importante e contribuirá para a melhoria da rentabilidade do setor turístico da região. A presença do Aeroporto de Valença facilita a integração da região com importantes mercados emissores desse segmento.

Prioridade B

Cairu – Componente 1

Contenção e Paisagismo da Orla no Galeão: Um dos importantes distritos turísticos da Ilha de Tinharé, ao lado de Morro de São Paulo e Gamboa, a vila de Galeão experimenta uma pequena atividade turística. Seu desenvolvimento não foi planejado, o que gerou um crescimento desordenado da localidade. O projeto prevê a recuperação dos espaços públicos, melhorando aspecto visual e a experiência do turista.

Urbanização em Boipeba: Após Morro de São Paulo, Boipeba é o distrito de Cairu com maior atividade turística. O acesso atual é difícil e limita o desenvolvimento da atividade turística. As condições da vila também são precárias no que diz respeito ao calçamento, às vias de circulação interna e aos espaços públicos. Mesmo com as dificuldades de acesso, o local recebe uma considerável quantidade de turistas, mesmo sem ter passado por um processo de adequação estrutural para que isso ocorresse de maneira ordenada. Pode-se citar como exemplo da falta de qualificação e ordenação urbana os tratores que circulam para locomoção de estudantes e coleta de lixo, gerando perigo para os passantes.

Urbanização em Gamboa: Nesse distrito reside grande parte dos moradores que trabalham em Morro de São Paulo. A vila é agradável e situa-se às margens do canal, onde existe atividade pesqueira. O fluxo turístico existente é atualmente baixo, mas já justifica o desenvolvimento de um projeto de qualificação urbana e dos espaços públicos da localidade, que conta também com poucos bares e meios de hospedagem. O projeto de urbanização melhorará os aspectos visuais e funcionais do local, beneficiando também a comunidade residente.

Cairu – Componente 2

Construção de atracadouro em Moreré (Cairu): A construção de um atracadouro na localidade de Moreré deve dar apoio aos passeios turísticos e à comunidade local, garantindo uma maior segurança e melhor experiência turística.

Construção de Terminal Marítimo na Ilha Boipeba: Boipeba conta com muitos e diversos atrativos, especialmente naturais. Sendo uma ilha, não há acesso terrestre viável para os turistas. O principal meio de chegada é via barco por Torrinhas ou por trator de Morro de São Paulo (mesmo assim, é necessário atravessar o rio de barco, atracando no lado de Boipeba). O atracadouro atual é inadequado e pouco seguro, submetendo os turistas a

situações de desconforto. A construção do terminal marítimo permitirá que o acesso ao local torne-se mais confortável, beneficiando moradores e turistas.

Construção do Sistema Viário Interligando os Povoados da Velha Boipeba e São Sebastião: A Vila de Boipeba é o principal aglomerado urbano da Ilha, sendo ponto de partida para os demais vilarejos e atrativos dispersos por Boipeba. Também é o único centro de serviços estruturado, contando com médico do PSF e escola. Os moradores de outras vilas se utilizam desses serviços, mas para tanto são obrigados a fazer a travessia andando ou com trator, podendo essa travessia levar até duas horas. O projeto tem como objetivo a estruturação de uma via que interligará os dois extremos da ilha, onde estão os maiores aglomerados populacionais. A acessibilidade aos atrativos se tornará maior, dinamizando o turismo e melhorando as condições de vida dos moradores.

Construção e Implantação de Aeródromo: O acesso até a Ilha é muito precário, se dando através de barco pelo Rio do Inferno ou de trator, atravessando a Ilha de Tinharé. Ambos os trajetos são longos, dificultando o acesso ao destino. O aeródromo permitirá melhores condições de acesso, permitindo o acesso de turistas com maior padrão de gastos.

Camamu – Componente 1

Recuperação da Usina do Acaraí: Acaraí é um agradável distrito situado à beira do Rio, contanto com bons restaurantes, remanescentes de mata preservada e uma cachoeira próxima a uma antiga usina hidrelétrica. O conjunto possui grande potencial turístico, devendo ser recuperado e revitalizado para que a visitação torne-se possível. A estruturação desse atrativo incrementará a atratividade do distrito e contribuirá para maior permanência dos turistas que visitam a região.

Restauração do Espaço Existente no Centro Histórico: O casario antigo e a imponente igreja do centro de Camamu constituem um importante acervo histórico. Esse acervo está concentrado em algumas ruas na parte alta da cidade e tem grande apelo turístico, além de resgatar parte importante da história do município e da Bahia. Sua recuperação é de grande importância para a cultura do Estado da Bahia e para o desenvolvimento da atividade turística na região, através da diversificação das opções de atividades oferecidas aos turistas.

Revitalização do Centro Histórico do Porto – Cidade Baixa: Camamu é uma cidade com características peculiares da colonização portuguesa. Como Salvador, possui uma parte baixa e uma parte alta. A parte baixa, onde está situado o porto e o mercado, é a área da cidade onde os turistas embarcam para as diversas praias e ilhas da Baía de Camamu e da Península de Maraú. A revitalização dessa área contribuirá para a melhoria das condições de visitação e da qualidade da experiência turística, além de indiretamente contribuir com o desenvolvimento do turismo nas áreas incluídas nos passeios citados.

Elaboração e Implantação de Projeto Paisagístico na Sede: Camamu é o portão de entrada para a Baía de Camamu e Barra Grande, contanto também com inúmeros atrativos, como praias, ilhas, rios e cachoeiras. O centro histórico possui um importante acervo de casas e uma imponente igreja que se avista do canal. O aspecto urbano, no entanto, encontra-se degradado e necessita de intervenção para que se configure como um conjunto próprio para visitação turística, ao mesmo tempo funcional e seguro para turistas e moradores.

Camamu – Componente 2

Implantar Terminal Rodoviário Municipal: Camamu é o grande portal para a Baía de Camamu, Barra Grande e a Península de Maraú. É o ponto de partida de embarcações que levam turistas e mercadorias para os principais destinos turísticos dessas áreas. O município

não possui terminal rodoviário para interligação do município com os mercados emissores e existe uma grande demanda reprimida pela ausência desse tipo de estrutura.

Melhoria do Terminal Marítimo de Camamu, com Implantação de Flutuantes: A atual situação do atracadouro de Camamu é problemática. O intenso fluxo de pessoas (moradores e turistas) pelo atracadouro, principalmente nos meses de alta temporada, torna as operações de embarque e desembarque desorganizadas, desconfortáveis e por vezes perigosas. Além disso, o ciclo da maré complica ainda mais o acesso às embarcações, já que os píeres são fixos. A instalação de estruturas flutuantes deverá melhorar esse serviço essencial ao turismo da região.

Canavieiras – Componente 1

Implantação de Museu e Centro Cultural para Revitalização das Manifestações Culturais: A exemplo do restante do Pólo Litoral Sul, o município de Canavieiras é rico em tradições culturais e manifestações folclóricas. Esses atrativos são diferenciados e complementam adequadamente a atual oferta turística, podendo trazer maior satisfação para os atuais turistas e gerar demanda em novos segmentos. Com a implantação de um museu, um centro cultural e um trabalho de revitalização das manifestações culturais locais, os turistas que vistam a região terão mais opções e sua permanência média poderá ser incrementada.

Implantação de um Portal de Entrada com Posto Policial: O principal acesso rodoviário a Canavieiras, que interliga o município a Ilhéus, Una e Santa Luzia pela BA-001, deverá contar com um portal e um posto policial, permitindo divulgar de maneira mais eficiente a região e controlar o fluxo de turistas e residentes, aumentando as condições de segurança do município.

Urbanização da Orla e Acesso à Ilha de Atalaia Norte: A Ilha de Atalaia é um dos mais belos atrativos de Canavieiras, possuindo a maior parte dos equipamentos hoteleiros, restaurantes e barracas de praia. Sua orla não é urbanizada, o que torna o uso do espaço desordenado e gera problemas aos moradores e turistas. A urbanização da orla e a melhoria das condições de acesso ao local deverão incrementar a satisfação daqueles que visitam o lugar.

Urbanização do Parque Luiz Eduardo, Banhado pelo Rio Pardo, com Quadras de Esportes: Essa área localiza-se próxima a outros atrativos turísticos de grande relevância dentro do contexto do município (praias, Ilha de Atalaia e Centro Histórico), podendo se converter em mais uma opção de lazer e entretenimento para turistas e moradores, além de melhorar o aspecto urbano.

Urbanização na Lagoa Robalo: As ações de urbanização têm como objetivo ordenar o uso do espaço urbano, garantindo os aspectos cênicos e funcionais e proporcionando aos turistas e moradores uma relação mais harmoniosa com a área.

Canavieiras – Componente 2

Ampliação do Aeroporto para Aeronaves de Grande Porte: O aeródromo de Canavieiras possui um pequeno terminal e sua pista (1.320m) não está capacitada para receber aeronaves de grande porte, que realizam vôos nacionais. Há necessidade de ampliação do terminal e da pista, permitindo aumentar a oferta e a diversidade de vôos e conectando a cidade com os principais mercados emissores nacionais.

Construção de Ponte de Acesso a Era Nova: Atualmente não há acesso rodoviário viável para Era Nova. A construção da ponte deverá facilitar o acesso aos atrativos, incrementando a oferta turística diferenciada de Canavieiras.

Construção de Ponte de Acesso da Vila de Ouricana ao Estreito: Ouricana é um dos distritos de Canavieiras, situado no interior, onde os principais atrativos são os rios e uma lagoa, áreas propícias para a pesca esportiva. O acesso atual é difícil e a construção de uma ponte de acesso encurtará o trajeto e o tempo de viagem, viabilizando o local como atrativo complementar de Canavieiras.

Criação de Centro de Convenções de Tamanho Médio: O desenvolvimento de novos segmentos de mercado que diminuam a sazonalidade do fluxo turístico no município é essencial para melhorar a taxa de ocupação dos empreendimentos hoteleiros e melhorar o rendimento anual do setor de turismo local. A criação de um centro de convenções poderá fomentar o segmento de negócios e convenções, trazendo mais turistas em períodos de baixa estação através de eventos corporativos de pequeno e médio porte.

Pavimentação Asfáltica da Rodovia Transouricana via Santa Maria Eterna: A rodovia até Ouricana e Santa Maria Eterna (distrito de Belmonte) não é pavimentada, dificultando a viagem e causando altos custos de manutenção. A sua pavimentação melhorará as condições de tráfego no trajeto e diminuirá o tempo de viagem, facilitando o acesso via BR-101 para Canavieiras.

Recuperação da Ponte Barra Velha: A praia em Barra Velha praticamente não recebe fluxo atualmente e possui baixa ocupação, apesar das boas condições para banho e pesca. O acesso se dá pela BA-001, 6km de estrada de terra, balsa para cruzar o rio e outros 4km de terra. A recuperação da ponte facilitará o acesso rodoviário, diminuindo o tempo de viagem e dinamizando a atividade turística no local, agregando mais atrativos naturais à oferta de Canavieiras.

Igrapiúna – Componente 1

Apoio à Implantação de Posto de Informações Turísticas: O município de Igrapiúna ainda apresenta atividade turística incipiente, mas possui uma série de atrativos em potencial, que não são visitados com freqüência em grande parte pela indisponibilidade de informações aos turistas, especialmente aqueles que trafegam pela BA-001 (entre Valença e Camamu) e não tomam conhecimento da possibilidade de visitação das praias e canais da região. A implantação de um Posto de Informações Turísticas dinamizará o turismo no município e facilitará sua integração aos roteiros da Costa do Dendê.

Igrapiúna – Componente 2

Ampliação do Terminal Rodoviário em Igrapiúna – Sede: O município de Igrapiúna possui diversos atrativos, mas atividade turística ainda incipiente. Há grandes possibilidades para o desenvolvimento da atividade, pois o município pode captar parte do fluxo turístico da Costa do Dendê em função de sua localização entre destinos consolidados ou em franco desenvolvimento, como Morro de São Paulo, Valença, Camamu e Maraú. A ampliação do terminal rodoviário deverá fomentar a atividade turística local, através da melhoria do atendimento aos passageiros.

Melhoria dos Atracadouros na Praia do Contrato, dos Tubarões e na Ponta do Santo: Essas localidades, situadas na Ilha de Âmbar, estão próximas à Barra Grande e Ilha Grande, na Baía de Camamu. O turismo náutico está crescendo muito nessa região, e é o melhor acesso disponível atualmente para essas áreas de grande beleza cênica. Os atracadouros aprimorados poderão oferecer melhor serviço aos turistas que já freqüentam a região, dinamizando o turismo na região.

Pavimentação da Estrada que Facilitará o Acesso à Cidade: Os principais atrativos de Igrapiúna (suas praias e ilhas) estão afastados da sede municipal. Essa distância dificulta o

deslocamento, tanto para a operação do setor público como para turistas e moradores. Com o desenvolvimento do turismo na região, haverá maior necessidade de locomoção, sendo que atualmente a navegação (longa e dispendiosa) é a alternativa mais utilizada.

Ilhéus – Componente 1

Estudo da Implantação do Parque Temático na Área de Vila do Braço: Antes um importante entreposto comercial, símbolo da riqueza e prosperidade da zona cacaueira, o distrito de Rio do Braço possui uma série de construções antigas e foi cenário para uma série de filmagens de uma novela de grande sucesso. A instalação de um parque temático baseado no universo de Jorge Amado poderá gerar um considerável fluxo turístico e agregar um interessante atrativo ao município e à Costa do Cacau.

Implantar Projeto de Recomposição da Mata Ciliar do Rio Almada: o Rio Almada possui um trecho que vai da Lagoa Encantada até a sede de Ilhéus, fluindo por um longo trecho paralelo às praias do norte do município. Essa área vem sendo degradada, através da ocupação irregular e desmatamento. Esses impactos ambientais têm causado o assoreamento do rio e trazido resíduos sólidos até a barra do rio, dificultando a sua navegação. A recomposição da mata ciliar permitirá a gradual recomposição e conservação do ambiente, tornando viável o uso turístico do rio, com a melhoria das condições de navegação e dos aspectos cênicos.

Recuperação Ambiental do Rio Cururupe: o Rio Cururupe deságua em uma das mais belas praias do litoral sul de Ilhéus, formando uma barra de grande beleza cênica. Esse rio, entretanto, recebe o "chorume" do lixão de Ilhéus, estando ambientalmente comprometido. O projeto visa recuperar ambientalmente a área, tomando também medidas para sua conservação futura.

Urbanização da Av. Soares Lopes: A Avenida Soares Lopes é a principal avenida da sede de Ilhéus. Nela localizam-se belas residências, lojas, restaurantes e bares. Em suas proximidades localizam-se a Catedral de São Sebastião, o Bar Vesúvio e o Quarteirão Jorge Amado. Os moradores da cidade e alguns turistas freqüentam a praia urbana do local, sendo sua requalificação urbana necessária para a melhoria dos aspectos paisagísticos e funcionais.

Urbanização de Areias (PRUA): Situado às margens da Lagoa Encantada, o distrito de Areias experimenta uma fase de crescimento da atividade turística, sendo visitado também por moradores da região. O local é uma agradável vila onde a pesca é uma das principais atividades econômicas, constituindo-se como o ponto de maior estrutura de serviços para os visitantes regionais. O PRUA permitirá o ordenamento do uso e ocupação do solo no distrito, oferecendo diretrizes de crescimento e contribuindo para a conservação de áreas naturais sensíveis.

Ilhéus – Componente 2

Construção de Nova Ponte de Acesso a Pontal: A atual ponte é o único acesso viário ao sul de Ilhéus, onde estão situados inúmeros atrativos e o aeroporto. É uma ponte de duas vias, uma para cada sentido, que usualmente está congestionada. Uma nova ponte deverá facilitar o fluxo entre as duas partes da cidade.

Construção de Terminal de Passageiros do Porto de Ilhéus: Ilhéus possui um porto que recebe cruzeiros marítimos, mas não possui um terminal turístico de passageiros. Esse terminal melhorará o atendimento desse importante e promissor segmento de turistas, que poderá desfrutar dos atrativos histórico-culturais e naturais do município.

Construção do Aeroporto Internacional da Costa do Cacau: O atual aeroporto possui uma pista de pouso curta, sem condições físicas de ampliação. Por isso, o terminal sofre restrições de operação com aeronaves de maior porte, inviabilizando a operação de vôos internacionais. Esse segmento é muito importante para o desenvolvimento turístico do município, principalmente para o aumento da receita auferida através da atividade e para a manutenção da ocupação dos empreendimentos de melhor padrão. Há uma área ao norte de Ilhéus que seria adequada para a transferência do aeroporto e viabilização de vôos internacionais diretos para Ilhéus, beneficiando toda a região e outros setores econômicos.

Construção do Pavilhão de Feiras no Centro de Convenções: O moderno Centro de Convenções Luís Eduardo Magalhães possui uma grande diversidade de salas de reunião e auditórios. Entretanto, para dinamizar o segmento de negócios, feiras e congressos, um pavilhão de feiras seria essencial e ajudaria a diminuir a sazonalidade do fluxo turístico.

Melhoria da Estrada de Acesso à Lagoa Encantada: O melhor acesso à Lagoa Encantada é por via fluvial, mas o rio apresenta restrições de navegação em função do ciclo das cheias e um processo inicial de assoreamento. A viabilização de uma opção de acesso terrestre aumentará o fluxo de pessoas para o atrativo, podendo, ainda, trazer melhores condições de deslocamento para os moradores dos distritos e vilarejos da região.

Itacaré – Componente 1

Apoio à Reativação do Posto de Informações Turísticas: Itacaré é um município que conta com muitos atrativos, atividade turística crescente e grande potencial para o desenvolvimento de novos atrativos. A reativação do Posto de Informações Turísticas permitirá que os turistas se informem sobre as diversas possibilidades de atividades e permaneçam por mais tempo na região.

Itacaré – Componente 2

Melhoria da Pista de Pouso com Implantação de Infra-estrutura de Apoio: O município de Itacaré está hoje repleto de empreendimentos hoteleiros de alto padrão, havendo ainda alguns em projeto. Para esse segmento específico de turistas se justifica a melhoria da pista de pouso, já que parte da demanda não estaria disposta a viajar por uma hora do Aeroporto de Ilhéus até os empreendimentos onde se hospedam.

Reforma e Ampliação do Terminal Rodoviário Municipal e Urbanização do Entorno: Situado próximo à entrada da cidade, o terminal rodoviário e seu entorno apresentam péssimo aspecto e funcionalidade. A revitalização estética e funcional da entrada da cidade é necessária para a melhoria da qualidade da experiência turística, assim como aos usuários do terminal.

Terminal Hidroviário de Itacaré: Há uma série de atrativos turísticos potenciais que poderão ser acessados a partir do terminal hidroviário. Alguns desses são as praias ao norte, após o Rio de Contas e as cachoeiras à montante. Todos esses atrativos poderão ser acessados mais facilmente através do terminal, melhorando o atendimento aos turistas e moradores. Além disso, o terminal hidroviário se constituirá como fator de incentivo ao desenvolvimento do turismo náutico.

Ituberá – Componente 1

Recuperação Ambiental do Rio dos Cágados: o Rio dos Cágados atravessa a sede de Ituberá e forma, em sua área urbana, a cachoeira Castro Alves. Sua recuperação ambiental permitirá a melhoria do aspecto cênico da sede, aumentando sua atratividade e seu potencial uso

turístico. Além disso, o projeto beneficiará os moradores, através da melhoria das condições de vida do local.

Implantação de um Centro de Cultura: A criação de um centro de cultura deve contribuir para diminuir a sazonalidade da localidade, incentivando, por exemplo, o turismo de eventos, como também pode aumentar o potencial de captação de investimentos privados do município.

Ituberá – Componente 2

Projeto de Padronização de Barracas na Praia do Pratigi: A APA de Pratigi se estende até a praia, onde há um rio que deságua, formando uma bela barra. Nas proximidades do centro de visitação, há uma série de barracas de praia desestruturadas e avançando sobre a areia. O projeto tem como objetivo melhorar a estrutura e as condições de atendimento, além de aprimorar o aspecto visual de uma das mais importantes áreas turísticas de Ituberá.

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário em Barra do Serinhaém: Essa ação está vinculada à estruturação do acesso ao povoado, já que é essencial que o distrito possua estrutura de saneamento básico para a recepção dos turistas que descobrirão esse destino em função do acesso facilitado. Além disso, prover a população local com serviço de coleta e tratamento de esgoto é um item essencial para a melhoria das condições de vida. A destinação inadequada dos efluentes domésticos é responsável por uma grande variedade de problemas ambientais e de saúde pública.

Maraú – Componente 1

Estudo para Identificação e Tombamento do Patrimônio Histórico Municipal: A sede do município de Maraú possui um vasto acervo de edificações antigas. Algumas possuem, efetivamente, grande importância histórica ou arquitetônica e poderão ser agregadas à oferta atual de atrativos do município, através da identificação de sua história e das possibilidades de interpretação do patrimônio histórico, possibilitando experiências de visita enriquecedoras aos turistas. O processo de tombamento é um dos instrumentos para a garantia da conservação das características do patrimônio. Todas essas ações visam, em última instância, diversificar a experiência turística e contribuir para a uma permanência mais longa dos turistas.

Maraú – Componente 2

Ampliação de Sistema de Abastecimento de Água de Maraú – Sede: Diversos distritos ainda carecem de abastecimento de água tratada, sendo que o turismo está em franco desenvolvimento no município, aumentando a demanda por abastecimento, principalmente nos meios de hospedagem e restaurantes.

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário de Maraú – Sede: A sede do município de Maraú ainda não possui fluxo turístico relevante. A construção da estrada, todavia, poderá gerar uma dinamização da atividade e conseqüente aumento da geração de dejetos. Situada às margens de um canal da Baía, a disposição inadequada dos dejetos poderá contaminar os cursos d'água da região, dificultando a pesca e a coleta de caranguejos.

Aeroporto da Península de Maraú: A sua configuração geográfica torna a Península de Maraú uma área de difícil acesso e difícil circulação. Isso faz com que seus atrativos e sua oferta turística estejam a um longo tempo de viagem dos municípios vizinhos por onde há acesso. A construção de um aeroporto diminuirá sensivelmente o tempo de viagem, aumentando a satisfação dos turistas que visitam a região e permitindo novas configurações de roteiros.

Construção e Implantação de Atracadouros nos Portos de Jobel, Taipus, Sapinho, Campinho e Tremembé: Essas localidades apresentam vários atrativos de grande beleza cênica e são acessados principalmente por via náutica. Entretanto, as condições de atracação de embarcações são extremamente precárias, sendo comum o uso de pontes e cais improvisados ou já degradados.

Implantação de Estrada Parque com Portal na Península de Maraú: As vias terrestres da Península de Maraú são muito precárias, sendo que o trajeto entre a sede de Maraú e Barra Grande, por exemplo, leva cerca de duas horas, apesar da distância a ser percorrida ser de apenas 30 quilômetros. Há também uma grande dificuldade para o deslocamento de pessoas e para as operações do setor público (polícia, serviço médico, administração municipal), o que torna necessária a melhoria das condições de circulação. Por outro lado, há um desejo e necessidade de conservação da configuração das vilas da península, muitas vezes rústicas, tanto em função do turismo como para conservação da cultura local. A construção de uma estrada-parque, com limitação de tráfego, mirantes, áreas de descanso e portal para controle poderá contemplar as duas necessidades.

Nilo Peçanha – Componente 2

Estudo de Capacidade de Carga dos Balneários Municipais: Os balneários municipais compõem uma parte importante da oferta de atrativos do município. Os rios e cachoeiras de Nilo Peçanha são aproveitados atualmente para recreação e lazer de moradores da região e turistas. Sendo áreas ambientalmente sensíveis, um minucioso estudo de sua capacidade de receber visitantes sem que seus atributos sejam comprometidos além da capacidade natural de recuperação é essencial.

Construção do acesso entre a BA – 001 á Barra dos Carvalhos: O potencial turístico do município é muito grande e diversificado, no entanto o atual acesso ao Povoado de Barra dos Carvalhos, onde existem 12 km de praias virgens e balneários com cachoeiras e piscinas naturais é precário. Com a construção do acesso a atratividade destas localidades deve aumentar consideravelmente, ajudando a integrá-las com os demais atrativos e localidades do entorno.

Implantação de Atracadouro em Itiúca: Com acesso fácil pela estrada de Nilo Peçanha a Cairu, e situado às margens do Rio dos Patos, com fácil acesso à Ilha de Boipeba, o vilarejo de Itiúca carece de um atracadouro para melhoria das condições de acesso aos diversos atrativos da região e prestação de serviços turísticos diferenciados.

Santa Luzia – Componente 1

Estudo para Identificação do Sítio Arqueológico do Jacarandá e Salobro: Santa Luzia possui grande potencial turístico e uma série de atrativos diferenciados, que complementam a oferta de atrativos dos demais municípios da região. Entre as perspectivas de desenvolvimento da atividade turística, uma das mais promissoras está relacionada com as ruínas da ocupação humana no Jacarandá e Salobro. No entanto, para definir melhor o potencial e identificar as áreas de possível visitação, é necessário um estudo mais aprofundado, que forneça subsídios também para o zoneamento e determinação das áreas onde a visitação poderá ser conduzida sem grandes impactos ao sítio arqueológico.

Recuperação da Igreja N. Sra. do Rosário – Jacarandá: Situada no alto de um colina, a igreja é um marco na ocupação dessa região no inicio do século passado. A área apresenta ruínas de casarões da outrora importante vila e pode se tornar um centro de visitação turística.

Santa Luzia – Componente 2

Construção de Ponte de Acesso ao Parque Ecoturístico do Lapão: Possui grande beleza cênica e potencial para uso turístico a área do Parque Ecoturístico do Lapão, repleta de trilhas na Mata Atlântica e grutas ainda pouco exploradas. O caminho, no entanto, passa por diversos rios ainda sem pontes, impossibilitando o tráfego de veículos e inibindo o desenvolvimento turístico.

Melhoraria do Acesso a Lapão, Lagoa Dourada e Jacarandá: As vias de acesso a esses locais ainda não são pavimentadas, o que dificulta o tráfego e o acesso. Muitas dessas áreas possuem grande potencial turístico, podendo complementar o conjunto de atrativos da Costa do Cacau e do Pólo Litoral Sul. A melhoria dos acessos é essencial para que a atividade turística seja impulsionada no município.

Santa Luzia – Componente 3

Apoio à Captação de Investimentos Privados: Ainda há pouca oferta turística em Santa Luzia. São necessários restaurantes, meios de hospedagem, agências e operadoras de passeios e receptivo. O componente privado é essencial para o desenvolvimento da atividade turística, e existem diversas oportunidades relacionadas com o turismo no município. Um trabalho de captação de investimentos, identificando as melhores oportunidades e as facilidades e incentivos poderá colaborar com o aumento do montante de investimentos privados na atividade e consolidação da oferta de serviços.

Taperoá – Componente 2

Estudo de Demanda Turística, Visando a Implantação de Meios de Hospedagem: Um diagnóstico aprofundado sobre o potencial turístico do município, com determinação de possíveis segmentos e dimensionamento da demanda é importante para a captação de investimentos privados na área. O estudo ajuda a detectar oportunidades e motivar investidores, além de dar subsídios às gestão do desenvolvimento do turismo.

Estudo sobre Capacidade de Carga nos Balneários Municipais com Definições e Uso Turístico: Taperoá apresenta uma série de rios e corredeiras, sendo que algumas dessas áreas são utilizadas como balneários de uso público para lazer de turistas e moradores da região. O estudo de sua capacidade de carga permitirá melhorar as condições ambientais desses atrativos e garantir a sua conservação.

Una – Componente 1

Construção de Aterro Sanitário, Coleta Seletiva, e Elaboração e Implantação de PDLU: Una é um município que conta com uma grande oferta de atrativos naturais, como rios e corredeiras. Não há aterro sanitário atualmente e isso gera problemas ambientais e de saúde pública. Mesmo que a atividade turística ainda seja incipiente no município, com exceção da Ilha de Comandatuba, a destinação inadequada dos resíduos sólidos já vem causando problemas ambientais significativos.

Uruçuca – Componente 1

Criação de um Portal na Barra do Sargi com Receptivo Turístico: A costa de Uruçuca se confunde com a de Ilhéus e Itacaré, já que apenas um pequeno trecho da faixa costeira pertence ao município. A criação do portal permitirá que os turistas identifiquem a cidade e tomem conhecimento dos diversos atrativos que existem na região, como as cachoeiras, a Vila de Serra Grande, as trilhas pela Mata Atlântica etc.

Melhoria de Acessos e Implantação de Estacionamento em Pé de Serra: Pé de Serra é uma importante localidade turística, principalmente nos finais de semana, quando é destino de muitos moradores da região. Há um grande fluxo de pessoas e veículos, feito de maneira desordenada, causando inconvenientes para os freqüentadores, comerciantes e moradores. O principal ponto de problemas é o estacionamento, já que os veículos comprometem a vegetação local. O projeto é necessário para que o fluxo de pessoas e veículos seja ordenado.

Urbanização da Barra de Sargi: Em torno da Barra do Rio Sargi desenvolveu-se uma pequena aglomeração populacional, que depende essencialmente do turismo e da pesca. Há uma série de empreendimentos turísticos que geram demanda e fluxo para a região, que não possui, no entanto, nenhum trabalho de urbanização ou ordenamento do uso do espaço público, o que provoca problemas de ordenação e compromete a qualidade da visitação.

Uruçuca – Componente 2

Elaboração de Estudos de Capacidade de Carga: As praias, trilhas e cachoeiras do município são de grande beleza cênica, mas são ambientalmente muito suscetíveis a impactos. Os estudos permitirão a identificação da capacidade máxima e das condições que deverão ser mana e a implantação de controles para manter o uso sustentável desses atrativos

Projeto de Padronização das Barracas de Praia: Da Barra do Sargi até o Pé de Serra existe uma série de barracas de praia na orla do município de Uruçuca. Atualmente, não há nenhum controle sobre a estrutura dessas barracas ou de suas condições de higiene, comprometendo a saúde dos usuários, em sua maioria turistas. A falta de padronização também compromete o ambiente e os aspectos cênicos das praias, já que algumas barracas avançam sobre a faixa de areia e são construídas com diferentes padrões arquitetônicos.

Implantação de Sistema de Esgotamento Sanitário de Barra de Sargi: Barra do Sargi possui uma série de empreendimentos turísticos e está em fase de expansão da atividade turística, aumentando a geração de dejetos, principalmente durante a alta temporada. Dada a área onde está situada, há uma série de riscos ambientais e de saúde que disso decorrem, como a contaminação do rio e a poluição da praia, comprometendo duas das principais atividades econômicas do município, a pesca e o turismo.

Melhoria do Acesso ao Parque Estadual do Conduru – Estrada Uruçuca / Serra Grande: Com grande enfoque ecoturístico, a região de Serra Grande e Uruçuca poderá agregar outro atrativo à sua oferta diferenciada, o Parque do Conduru, com importantes remanescentes de Mata Atlântica. O acesso rodoviário, no entanto, ainda é precário e limita o fluxo dos turistas que já visitam a região ao atrativo.

Valença – Componente 1

Apoio à Implantação do Museu Municipal: Valença é há muito tempo um dos principais municípios do sul da Bahia, constituindo-se como centro de uma região econômica e culturalmente importante. Em função dessa importância regional, Valença foi palco de uma grande quantidade de fatos históricos e acontecimentos importantes. Além disso, grande parte dos seus atrativos são de categoria histórico-cultural. A instalação do museu municipal permitirá a criação de mais uma opção de visitação com essa motivação, agregando-se ao conjunto de atrativos já existentes. Além disso, o museu permitirá o uso sustentável do imóvel onde será instalado.

Elaboração de Projeto de Revitalização da Área das Ruínas da Fábrica e Vila Velha de Jiquiriçá: A ocupação do município de Valença se deu também em locais que atualmente estão abandonados, deixando vestígios e ruínas dos momentos de prosperidade. A antiga fábrica e a Vila Velha de Jiquiriçá são duas das mais importantes áreas do período em que Valença era

um importante porto e entreposto comercial, e poderão ser estruturadas para a visitação turística, aprimorando a oferta atualmente existente.

Recuperação do Centro Histórico de Valença: O Centro Histórico de Valença possui inúmeras edificações de relevante interesse arquitetônico e histórico. Muitas delas estão abandonadas ou degradadas. A recuperação e revitalização desse patrimônio deverá contribuir para a melhoria do aspecto da cidade e valorização da cidade pelos próprios habitantes, constituindo, ainda, para a conservação de um conjunto de atrativos de grande importância. As ações de recuperação do patrimônio também poderão aumentar a permanência dos turistas na região e a percepção positiva sobre a cidade.

Valença – Componente 2

Construção de Quebra-mar em Guaibim com Píer para Embarque e Desembarque: O píer do Guaibim fortalecerá o turismo náutico nessa praia, a partir da qual poderão ser visitados os vários atrativos situados nas proximidades, como ilhas, praias, canais etc. A construção do quebra-mar é necessária em função da praia ser voltada ao mar aberto, não apresentando condições naturais favoráveis à atracação.

Construção Terminal Rodo-marítimo de Valença: Valença é o portão de entrada para Morro de São Paulo, um dos principais destinos turísticos da região. Diversos ônibus e automóveis chegam ao município com turistas que seguem para Tinharé e mesmo Boipeba. O terminal marítimo existente hoje é precário e não oferece comodidade e serviços adequados para os turistas, sendo evitado por algumas operadoras de turismo.

Construção Terminal Rodoviário de Guaibim, com Estacionamento para Ônibus de Turismo: Afastada por alguns quilômetros da sede do município, a praia de Guaibim é atualmente um dos mais importantes atrativos turísticos de Valença, gerando grande fluxo regional e de outros estados brasileiros. Também é representativo o número de excursionistas. O acesso ao local, no entanto, é precário. Não há áreas de manobra e estacionamento para veículos e ônibus, em grande número, principalmente durante os finais de semana.

Ações por Prioridade, Município e Componente

Nesse item são apresentadas as ações recomendadas financiáveis. A primeira tabela (Tabela 6.2) indica o total de recursos previstos, separados por componente e prioridade:

Tabela 6.2 – Montante de Recursos por Componente e Prioridade

	Prioridade		
Componente	**A**	**B**	**Total Global**
1	29.851.283	25.928.000	55.779.283
2	68.910.233	83.981.000	152.891.233
3	2.380.000	30.000	2.410.000
Total Global	**101.141.516**	**109.939.000**	**211.080.516**

Fonte: FGV e SUINVEST

A seguir, serão apresentadas todas as ações financiáveis com custos, organizadas por prioridade, município,componente e sub-componente.

Tabela 6.3 – Prioridade A

Município	Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$
Ação Global	1. Fortalecimento Municipal	1.1 Gestão Fiscal	Gestão Administrativa e Fiscal - Assistência Técnica	SCT	90.000	270.000
		1.2 Gestão Turística	Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural - Assistência Técnica e Implementação	SCT	794.283	2.382.850
		1.2 Gestão Turística	Módulos de Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural	SCT	864.000	2.592.000
		1.2 Gestão Turística	Planos Diretores Municipais	CAR	225.000	675.000
		1.4 Proteção a Recursos Naturais	Estudo para Macrozoneamento Ambiental	SCT	100.000	300.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.1 Planejamento Estratégico	Elaboração do PDITS - Pólo Litoral Sul *	SCT	103.233	299.375
		2.3 Capacitação Profissional	Projeto de Capacitação Profissional	SCT	1.000.000	3.000.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Projeto de Sinalização Turística	SCT	900.000	2.700.000
	3. Promoção de Investimento Privado	3.1 Avaliação e Acompanhamento	Projeto de Artesanato - Apoio a Geração de Emprego e Renda	SCT	150.000	450.000
		3.1 Avaliação e Acompanhamento	Projeto de Capacitação Empresarial e Apoio ao Associativismo	SCT	200.000	600.000
		3.2 Planos e Campanhas de Marketing	Ações Promocionais	BAHIATURSA	1.900.000	5.700.000
		3.2 Planos e Campanhas de Marketing	Plano de Marketing	BAHIATURSA	100.000	300.000

Tabela 6.3 – Prioridade A (continuação)

Município	Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$
Cairu	1. Fortalecimento Municipal	1.2 Gestão Turística	Apoio à instalação de Posto de Informação	BAHIATURSA	10.000	30.000
		1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Elaboração e implantação de PDLU e solução para destino final dos resíduos sólidos - Sede, Ilhas de Cairú e Boipeba	CONDER	80.000	240.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Recuperação do Convento de Cairu	IPAC	1.800.000	5.400.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Recuperação do Forte de Morro de São Paulo	IPAC	1.000.000	3.000.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Urbanização em Morro de São Paulo	CONDER	1.800.000	5.400.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.1 Planejamento Estratégico	Estudo sobre a capacidade de suporte das Ilhas de Tinharé e Boipeba	SCT	50.000	150.000
		2.4 Água e Saneamento	Ampliação do sistema de abastecimento de água em Boipeba	EMBASA	800.000	2.400.000
		2.4 Água e Saneamento	Ampliação do sistema de captação de água de Morro de São Paulo	EMBASA	1.000.000	3.000.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Acesso viário de Morro de São Paulo, Gamboa, Garapuá	DERBA	3.000.000	9.000.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Melhoria do acesso ao povoado de Torrinhas (estrada e atracadouro)	DERBA	500.000	1.500.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Melhoria e ampliação do terminal de atracação de Morro de São Paulo	DERBA	800.000	2.400.000
Camamu	1. Fortalecimento Municipal	1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Construção de aterro sanitário, e elaboração e implantação de PDLU	CONDER	400.000	1.200.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.4 Água e Saneamento	Ampliação do sistema de abastecimento de água - Sede	EMBASA	375.000	1.125.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Camamu	EMBASA	1.385.000	4.155.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Anel rodoviário em Camamu	DERBA	1.400.000	4.200.000

Tabela 6.3 – Prioridade A (continuação)

Município	Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$
Canavieiras	1. Fortalecimento Municipal	1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Construção de aterro sanitário e usina a ser compartilhado com Santa Luzia, e elaboração e implantação de PDLU de Canavieiras	CONDER	400.000	1.200.000
		1.4 Proteção a Recursos Naturais	Implantação do Centro Turístico-Ambiental	SCT	200.000	600.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Recuperação do Centro Histórico Governador Paulo Souto - 2ª Etapa	IPAC	2.656.000	7.968.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Recuperação da drenagem do centro da cidade	CONDER	180.000	540.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Canavieiras - Sede	EMBASA	2.989.000	8.967.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Implantação do terminal marítimo turístico	DERBA	250.000	750.000
Igrapiúna	1. Fortalecimento Municipal	1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Elaboração e implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha	CONDER	70.000	210.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Igrapiúna	EMBASA	2.031.000	6.093.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação do sistema de esgotamento sanitário na Ilha do Contrato (Igrapiúna)	EMBASA	500.000	1.500.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Implantação do terminal hidroviário de atracação turística do Pau D´óleo	DERBA	300.000	900.000

Tabela 6.3 – Prioridade A (continuação)

Município	Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$
Ilhéus	1. Fortalecimento Municipal	1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Construção de aterro sanitário e implantação de PDLU de Ilhéus e Olivença	CONDER	4.290.000	12.870.000
		1.4 Proteção a Recursos Naturais	Implantação da APA Lagoa Encantada - 2ª Etapa	SEMARH	200.000	600.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Apoio a implantação do Museu de Ilhéus no Palácio Paranaguá	SCT	100.000	300.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Recuperação do Quarteirão Jorge Amado - 2ª Etapa	IPAC	3.187.000	9.561.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Implantação do Projeto Orla	CONDER	5.000.000	15.000.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de abastecimento de água de Olivença	EMBASA	1.300.000	3.900.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Olivença	EMBASA	1.150.000	3.450.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Pontal - Orla Sul	EMBASA	7.470.000	22.410.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Implantação do contorno rodoviário de Ilhéus	DERBA	9.500.000	28.500.000
	3. Promoção de Investimento Privado	3.1 Avaliação e Acompanhamento	Apoio a captação de investimentos privados em animação e lazer	SCT	30.000	90.000

Tabela 6.3 – Prioridade A (continuação)

Município	Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$
Itacaré	1. Fortalecimento Municipal	1.2 Gestão Turística	Apoio a Implantação dos Conselhos (COMTUR e CONDEMA)	SCT	20.000	60.000
		1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Construção de aterro sanitário e programa de reciclagem de lixo e implantação do PDLU	CONDER	150.000	450.000
		1.4 Proteção a Recursos Naturais	Apoio a melhoria nas condições de segurança das trilhas	SCT	30.000	90.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Levantamento do patrimônio histórico para tombamento	IPAC	5.000	15.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Projeto de valorização e resgate da cultura local	SCT	20.000	60.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Recuperação da Igreja de São Miguel	IPAC	580.000	1.740.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Implantação do Portal da cidade com controle e estacionamento municipal	CONDER	30.000	90.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Implantação do Projeto Orla	CONDER	1.000.000	3.000.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.1 Planejamento Estratégico	Estudo sobre a capacidade de suporte nas praias do Município	SCT	50.000	150.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de abastecimento de água de Taboquinhas	EMBASA	700.000	2.100.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Taboquinhas	EMBASA	380.000	1.140.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação do sistema de esgotamento sanitário - Tiririca	EMBASA	500.000	1.500.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção de ecovia na estrada BA 001	DERBA	140.000	420.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Rodovia Itacaré / Camamu - BA-001	DERBA	12.500.000	37.500.000
Ituberá	1. Fortalecimento Municipal	1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Construção de aterro sanitário em Ituberá a ser compartilhado com Igrapiuna, Taperoá e Nilo Peçanha	CONDER	350.000	1.050.000
		1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Elaboração e implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha	CONDER	140.000	420.000
		1.4 Proteção a Recursos Naturais	Implantação do Centro Turístico-Ambiental na Cachoeira da Pancada Grande	SCT	200.000	600.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Ituberá	EMBASA	2.578.000	7.734.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção de acesso do Pratigi à Barra do Serinhaém	DERBA	850.000	2.550.000

Tabela 6.3 – Prioridade A (continuação)

Município	Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$
Maraú	1. Fortalecimento Municipal	1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Construção de aterro sanitário e coleta seletiva, e elaboração e implantação de PDLU na Península de Maraú	CONDER	420.000	1.260.000
		1.4 Proteção a Recursos Naturais	Estudo para identificação de futuras unidades de conservação	SCT	50.000	150.000
		1.4 Proteção a Recursos Naturais	Implantação da APA Municipal da Península de Maraú	SEMARH	100.000	300.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de abastecimento de água em Barra Grande	EMBASA	100.000	300.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário em Barra Grande	EMBASA	150.000	450.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Ampliação de atracadouro em Barra Grande	DERBA	80.000	240.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Pavimentação do acesso da sede de Maraú à BA - 001	DERBA	2.500.000	7.500.000
Nilo Peçanha	1. Fortalecimento Municipal	1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Elaboração e implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha	CONDER	70.000	210.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de abastecimento de água - Sede	EMBASA	500.000	1.500.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Nilo Peçanha	EMBASA	1.048.000	3.144.000

Tabela 6.3 – Prioridade A (continuação)

Município	Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$
Santa Luzia	1. Fortalecimento Municipal	1.2 Gestão Turística	Apoio a implantação dos Conselhos (COMTUR e CONDEMA)	SCT	20.000	60.000
		1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Elaboração e implantação de PDLU	CONDER	50.000	150.000
		1.4 Proteção a Recursos Naturais	Elaboração e implantação de Plano de Manejo da APA do Lapão	SEMARH	150.000	450.000
		1.4 Proteção a Recursos Naturais	Implantação do Centro Turístico-Ambiental - Sede	SCT	200.000	600.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário- Sede	EMBASA	775.000	2.325.000
Taperoá	1. Fortalecimento Municipal	1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Elaboração e implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha	CONDER	70.000	210.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.4 Água e Saneamento	Ampliação de sistema de esgotamento sanitário em Taperoá - Sede	EMBASA	1.094.000	3.282.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Melhoria da infra-estrutura do terminal hidroviário da Graciosa com estacionamento	DERBA	380.000	1.140.000
Una	1. Fortalecimento Municipal	1.2 Gestão Turística	Apoio a implantação de Centro de Atendimento ao Turista	BAHIATURSA	20.000	60.000
		1.2 Gestão Turística	Fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Una	SCT	20.000	60.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Una	EMBASA	2.000.000	6.000.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Melhoria do acesso da sede de Una ao Distrito de Comandatuba	DERBA	1.500.000	4.500.000

Tabela 6.3 – Prioridade A (continuação)

Município	Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$
Uruçuca	1. Fortalecimento Municipal	1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Construção de aterro sanitário e coleta seletiva, e elaboração e implantação de PDLU, em Serra Grande	CONDER	1.030.000	3.090.000
		1.4 Proteção a Recursos Naturais	Implantação do Centro Turístico-Ambiental em Serra Grande	SCT	200.000	600.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Urbanização de Serra Grande	CONDER	640.000	1.920.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de abastecimento de água em Barra do Sargi	EMBASA	96.000	288.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de abastecimento de água em Serra Grande, incluindo Pé de Serra e Sargi	EMBASA	700.000	2.100.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário em Serra Grande	EMBASA	890.000	2.670.000
Valença	1. Fortalecimento Municipal	1.2 Gestão Turística	Apoio a implantação de Posto de Informações Turísticas Municipal	BAHIATURSA	10.000	30.000
		1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Elaboração e implantação de PDLU, aterro sanitário e usina de reciclagem de lixo	CONDER	70.000	210.000
		1.4 Proteção a Recursos Naturais	Implantação da APA do Guaibim	SEMARH	100.000	300.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Projeto de levantamento e tombamento do patrimônio histórico Municipal	IPAC	10.000	30.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Recuperação dos prédios da Praça da República	IPAC	400.000	1.200.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Urbanização da Orla de Guaibim	CONDER	250.000	750.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.1 Planejamento Estratégico	Projeto de padronização de barracas de praia	CONDER	80.000	240.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Valença	EMBASA	1.016.000	3.048.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção de Centro de Convenções, entre Valença e Guaibim	BAHIATURSA	1.500.000	4.500.000

Tabela 6.4 – Prioridade B

Município	Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$
Cairu	1. Fortalecimento Municipal	1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Contenção e paisagismo da orla no Galeão	CONDER	100.000	300.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Urbanização em Boipeba	CONDER	150.000	450.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Urbanização em Gamboa	CONDER	150.000	450.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção de atracadouro em Moreré (Cairu)	DERBA	115.000	345.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção de Terminal Marítimo na Ilha Boipeba	DERBA	90.000	270.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção do sistema viário interligando os povoados da Velha Boipeba e São Sebastião	DERBA	2.500.000	7.500.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção e Implantação de Aeródromo	DERBA	3.000.000	9.000.000
Camamu	1. Fortalecimento Municipal	1.5 Patrimônio Cultural	Recuperação da Usina do Acaraí	IPAC	1.720.000	5.160.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Restauração do espaço existente no Centro Histórico	IPAC	2.453.000	7.359.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Revitalização do Centro Histórico do Porto - Cidade Baixa	IPAC	1.600.000	4.800.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Elaboração e Implantação de Projeto Paisagístico na Sede	CONDER	200.000	600.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.5 Obras de Infra-estrutura	Implantação de Terminal Rodoviário Municipal	DERBA	100.000	300.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Melhoria do Terminal Marítimo de Camamu, com implantação de flutuantes	DERBA	50.000	150.000

Tabela 6.4 – Prioridade B (continuação)

Município	Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$
Canavieiras	1. Fortalecimento Municipal	1.5 Patrimônio Cultural	Implantação de museu e centro cultural para revitalização das manifestações culturais	SCT	50.000	150.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Implantação de um portal de entrada com posto policial	CONDER	25.000	75.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Urbanização da orla e acesso a Ilha de Atalaia Norte	CONDER	350.000	1.050.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Urbanização do Parque Luiz Eduardo, banhado pelo Rio Pardo, com quadras de esportes	CONDER	400.000	1.200.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Urbanização na Lagoa Robalo	CONDER	300.000	900.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.5 Obras de Infra-estrutura	Ampliação do aeroporto para aeronaves de grande porte	DERBA	3.000.000	9.000.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção de ponte de acesso à Era Nova	DERBA	85.000	255.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção de ponte de acesso da Vila de Ouricana ao estreito	DERBA	130.000	390.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Criação de centro de convenções de tamanho médio	BAHIATURSA	1.500.000	4.500.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Pavimentação asfáltica da rodovia Transouricana via Santa Maria Eterna	DERBA	15.000.000	45.000.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Recuperação da ponte Barra-Velha	DERBA	850.000	2.550.000
Igrapiúna	1. Fortalecimento Municipal	1.2 Gestão Turística	Apoio à implantação de posto de informações turísticas	BAHIATURSA	10.000	30.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.5 Obras de Infra-estrutura	Ampliação do Terminal Rodoviário em Igrapiuna - Sede	DERBA	100.000	300.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Melhoria dos atracadouros na Praia do Contrato, dos Tubarões e na Ponta do Santo	DERBA	180.000	540.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Pavimentação da estrada que facilitará o acesso à cidade	DERBA	500.000	1.500.000

Tabela 6.4 – Prioridade B (continuação)

Município	Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$
Ilhéus	1. Fortalecimento Municipal	1.4 Proteção a Recursos Naturais	Estudo da implantação do Parque Temático na área de Vila do Braço	SCT	50.000	150.000
		1.4 Proteção a Recursos Naturais	Implantação do projeto de recomposição da mata ciliar do Rio Almada	SCT	100.000	300.000
		1.4 Proteção a Recursos Naturais	Recuperação ambiental do Rio Cururupe	SCT	100.000	300.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Urbanização da Av. Soares Lopes	CONDER	2.000.000	6.000.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Urbanização de Areias - Lagoa Encantada	CONDER	200.000	600.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção de nova ponte de acesso a Pontal	DERBA	8.500.000	25.500.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção de Terminal de Passageiros do Porto de Ilhéus	DERBA	300.000	900.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção do Aeroporto Internacional da Costa do Cacau	DERBA	23.000.000	69.000.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção do pavilhão de feiras no Centro de Convenções	BAHIATURSA	3.000.000	9.000.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Melhoria da estrada de acesso à Lagoa Encantada	DERBA	400.000	1.200.000
Itacaré	1. Fortalecimento Municipal	1.2 Gestão Turística	Apoio a reativação do posto de informações turísticas	BAHIATURSA	10.000	30.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.5 Obras de Infra-estrutura	Melhoria da pista de pouso com implantação de infraestrurura de apoio	DERBA	3.000.000	9.000.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Reforma e ampliação do Terminal Rodoviário Municipal e urbanização do entorno	DERBA	150.000	450.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Terminal Hidroviário de Itacaré	DERBA	250.000	750.000

Tabela 6.4 – Prioridade B (continuação)

Município	Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$
Ituberá	1. Fortalecimento Municipal	1.4 Proteção a Recursos Naturais	Recuperação ambiental do Rio dos Cágados	SEMARH	100.000	300.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Implantação do Centro de Cultura	SCT	100.000	300.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.1 Planejamento Estratégico	Projeto de padronização de barracas de praia na Praia do Pratigi	CONDER	50.000	150.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário em Barra do Serinhaém	EMBASA	150.000	450.000
Maraú	1. Fortalecimento Municipal	1.5 Patrimônio Cultural	Estudo para identificação e tombamento do patrimônio histórico municipal	IPAC	8.000	24.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.4 Água e Saneamento	Ampliação de sistema de abastecimento de água de Maraú - Sede	EMBASA	344.000	1.032.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Maraú - Sede	EMBASA	1.125.000	3.375.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Aeroporto da Península de Maraú	DERBA	3.000.000	9.000.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção e Implantação de atracadouros nos portos de Jobel, Taipus, Sapinho, Campinho e Tremembé	DERBA	360.000	1.080.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Implantação de Estrada Parque com portal na Península de Maraú	DERBA	8.000.000	24.000.000
Nilo Peçanha	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.1 Planejamento Estratégico	Estudo de capacidade de carga dos balneários municipais	SCT	30.000	90.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção do acesso entre a BA - 001 à Barra dos Carvalhos	DERBA	1.600.000	4.800.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Implantação de atracadouro em Itiuca	DERBA	100.000	300.000

Tabela 6.4 – Prioridade B (continuação)

Município	Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$
Santa Luzia	1. Fortalecimento Municipal	1.5 Patrimônio Cultural	Estudo para identificação do sítio arqueológico do Jacarandá e Salobro	SCT	50.000	150.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Recuperação da Igreja N. Sra. do Rosário - Jacarandá	IPAC	70.000	210.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção de ponte de acesso ao Parque Ecoturístico do Lapão	DERBA	65.000	195.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Melhoria do acesso à Lapão, Lagoa Dourada e Jacarandá	DERBA	700.000	2.100.000
	3. Promoção de Investimento Privado	3.1 Avaliação e Acompanhamento	Apoio a captação de investimentos privados	SCT	30.000	90.000
Taperoá	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.1 Planejamento Estratégico	Estudo de demanda turística, visando a implantação de meios de hospedagem	SCT	15.000	45.000
		2.1 Planejamento Estratégico	Estudo sobre capacidade de carga nos balneários municipais com definições e uso turístico	SCT	30.000	90.000
Una	1. Fortalecimento Municipal	1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Construção de aterro sanitário e coleta seletiva, e elaboração e implantação de PDLU	CONDER	420.000	1.260.000

Tabela 6.4 – Prioridade B (continuação)

Município	Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Órgão Executor	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$
Uruçuca	1. Fortalecimento Municipal	1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Criação de um portal na Barra do Sargi com receptivo turístico	CONDER	150.000	450.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Melhoria de acessos e implantação de estacionamento em Pé de Serra	CONDER	60.000	180.000
		1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Urbanização da Barra de Sargi	CONDER	152.000	456.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.1 Planejamento Estratégico	Elaboração de estudos de capacidade de carga	SCT	30.000	90.000
		2.1 Planejamento Estratégico	Projeto de padronização das barracas de praia	CONDER	50.000	150.000
		2.4 Água e Saneamento	Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Barra de Sargi	EMBASA	132.000	396.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Melhoria do acesso ao Parque Estadual do Conduru - Estrada Uruçuca / Serra Grande	DERBA	150.000	450.000
Valença	1. Fortalecimento Municipal	1.5 Patrimônio Cultural	Apoio a implantação do Museu Municipal	SCT	50.000	150.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Elaboração de projeto de revitalização da área das ruínas da fábrica e Vila Velha Jequiriçá	IPAC	12.500.000	37.500.000
		1.5 Patrimônio Cultural	Recuperação do Centro Histórico de Valença	IPAC	2.300.000	6.900.000
	2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção de quebra-mar em Guaibim com pier para embarque e desembarque	DERBA	2.000.000	6.000.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção Terminal Rodomarítimo de Valença	DERBA	150.000	450.000
		2.5 Obras de Infra-estrutura	Construção Terminal Rodoviário de Guaibim, com estacionamento para ônibus de turismo	DERBA	100.000	300.000

Componente, Sub-componente, Situação, Valor e Percentual sobre Total

As tabelas apresentadas neste item listam todas as ações financiáveis pelo Programa, agrupadas por componente e sub-componente. É informado, ainda, o município em que será implantada, o valor (em US$) e o quanto representa sobre o total do plano de ação. As tabelas estão separadas por componente e prioridade.

Tabela 6.5 – Componente 1 (Prioridade A)

Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Município	Situação	Valor PDITS US$	% PDITS (A+B=100%)
1. Fortalecimento Municipal	1.1 Gestão Fiscal	Gestão Administrativa e Fiscal - Assistência Técnica	Ação Global	Complementa	90.000	0,04%
A1 Total	1.2 Gestão Turística	Apoio a implantação de Centro de Atendimento ao Turista	Una	Complementa	20.000	0,01%
14,14%	*A1.2 Total*	Apoio a implantação de Posto de Informações Turísticas Municipal	Valença	Complementa	10.000	0,00%
	0,94%	Apoio a implantação dos Conselhos (COMTUR e CONDEMA)	Santa Luzia	Complementa	20.000	0,01%
		Apoio a Implantação dos Conselhos (COMTUR e CONDEMA)	Itacaré	Complementa	20.000	0,01%
		Apoio à instalação de Posto de Informação	Cairu	Complementa	10.000	0,00%
		Fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Una	Una	Complementa	20.000	0,01%
		Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural - Assistência Técnica e Implementação	Ação Global	Complementa	794.283	0,38%
		Módulos de Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural	Ação Global	Complementa	864.000	0,41%
		Planos Diretores Municipais	Ação Global	Complementa	225.000	0,11%
	1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Construção de aterro sanitário e coleta seletiva, e elaboração e implantação de PDLU na Península de Maraú	Maraú	Complementa	420.000	0,20%
	A1.3 Total	Construção de aterro sanitário e coleta seletiva, e elaboração e implantação de PDLU, em Serra Grande	Uruçuca	A Completar	1.030.000	0,49%
	3,60%	Construção de aterro sanitário e implantação de PDLU de Ilhéus e Olivença	Ilhéus	A Completar	4.290.000	2,03%
		Construção de aterro sanitário e programa de reciclagem de lixo e implantação do PDLU	Itacaré	A Completar	150.000	0,07%
		Construção de aterro sanitário e usina a ser compartilhado com Santa Luzia, e elaboração e implantação de PDLU de Canavieiras	Canavieiras	Complementa	400.000	0,19%
		Construção de aterro sanitário em Ituberá a ser compartilhado com Igrapiuna, Taperoá e Nilo Peçanha	Ituberá	Complementa	350.000	0,17%
		Construção de aterro sanitário, e elaboração e implantação de PDLU	Camamu	Complementa	400.000	0,19%
		Elaboração e implantação de PDLU	Santa Luzia	Complementa	50.000	0,02%
		Elaboração e implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha	Igrapiúna	Complementa	70.000	0,03%
		Elaboração e implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha	Ituberá	Complementa	140.000	0,07%

	Elaboração e implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha	Nilo Peçanha	Complementa	70.000	0,03%
	Elaboração e implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha	Taperoá	Complementa	70.000	0,03%
	Elaboração e implantação de PDLU e solução para destino final dos resíduos sólidos - Sede, Ilhas de Cairú e Boipeba	Cairu	A Completar	80.000	0,04%
	Elaboração e implantação de PDLU, aterro sanitário e usina de reciclagem de lixo	Valença	A Completar	70.000	0,03%
1.4 Proteção a Recursos Naturais	Apoio a melhoria nas condições de segurança das trilhas	Itacaré	Complementa	30.000	0,01%
A1.4 Total	Elaboração e implantação de Plano de Manejo da APA do Lapão	Santa Luzia	Complementa	150.000	0,07%
0,72%	Estudo para identificação de futuras unidades de conservação	Maraú	Complementa	50.000	0,02%
	Estudo para Macrozoneamento Ambiental	Ação Global	Complementa	100.000	0,05%
	Implantação da APA do Guaibim	Valença	Complementa	100.000	0,05%
	Implantação da APA Lagoa Encantada - 2ª Etapa	Ilhéus	Complementa	200.000	0,09%
	Implantação da APA Municipal da Península de Maraú	Maraú	Complementa	100.000	0,05%
	Implantação do Centro Turístico-Ambiental	Canavieiras	Complementa	200.000	0,09%
	Implantação do Centro Turístico-Ambiental - Sede	Santa Luzia	Complementa	200.000	0,09%
	Implantação do Centro Turístico-Ambiental em Serra Grande	Uruçuca	Complementa	200.000	0,09%
	Implantação do Centro Turístico-Ambiental na Cachoeira da Pancada Grande	Ituberá	Complementa	200.000	0,09%
1.5 Patrimônio Cultural	Apoio a implantação do Museu de Ilhéus no Palácio Paranaguá	Ilhéus	Complementa	100.000	0,05%
A1.5 Total	Levantamento do patrimônio histórico para tombamento	Itacaré	Complementa	5.000	0,00%
4,62%	Projeto de levantamento e tombamento do patrimônio histórico Municipal	Valença	Complementa	10.000	0,00%
	Projeto de valorização e resgate da cultura local	Itacaré	Complementa	20.000	0,01%
	Recuperação da Igreja de São Miguel	Itacaré	Complementa	580.000	0,27%
	Recuperação do Centro Histórico Governador Paulo Souto - 2ª Etapa	Canavieiras	Complementa	2.656.000	1,26%
	Recuperação do Convento de Cairu	Cairu	Complementa	1.800.000	0,85%
	Recuperação do Forte de Morro de São Paulo	Cairu	Complementa	1.000.000	0,47%
	Recuperação do Quarteirão Jorge Amado - 2ª Etapa	Ilhéus	Complementa	3.187.000	1,51%
	Recuperação dos prédios da Praça da República	Valença	Complementa	400.000	0,19%
1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Implantação do Portal da cidade com controle e estacionamento municipal	Itacaré	Complementa	30.000	0,01%
A1.6 Total	Implantação do Projeto Orla	Ilhéus	Complementa	5.000.000	2,37%
4,22%	Implantação do Projeto Orla	Itacaré	Complementa	1.000.000	0,47%
	Recuperação da drenagem do centro da cidade	Canavieiras	Complementa	180.000	0,09%
	Urbanização da Orla de Guaibim	Valença	Complementa	250.000	0,12%
	Urbanização de Serra Grande	Uruçuca	Complementa	640.000	0,30%
	Urbanização em Morro de São Paulo	Cairu	A Completar	1.800.000	0,85%

Tabela 6.6 – Componente 2 (Prioridade A)

Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Município	Situação	Valor PDITS US$	% PDITS (A+B=100%)
2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.1 Planejamento Estratégico	Elaboração do PDITS - Pólo Litoral Sul *	Ação Global	Complementa	103.233	0,05%
A2 Total	*A2.1 Total*	Estudo sobre a capacidade de suporte das Ilhas de Tinharé e Boipeba	Cairu	Complementa	50.000	0,02%
32,65%	0,13%	Estudo sobre a capacidade de suporte nas praias do Município	Itacaré	Complementa	50.000	0,02%
		Projeto de padronização de barracas de praia	Valença	Complementa	80.000	0,04%
	2.3 Capacitação Profissional	Projeto de Capacitação Profissional	Ação Global	Complementa	1.000.000	0,47%
	2.4 Água e Saneamento	Ampliação de sistema de esgotamento sanitário em Taperoá - Sede	Taperoá	Complementa	1.094.000	0,52%
	A2.4 Total	Ampliação do sistema de abastecimento de água - Sede	Camamu	Complementa	375.000	0,18%
	14,94%	Ampliação do sistema de abastecimento de água em Boipeba	Cairu	Complementa	800.000	0,38%
		Ampliação do sistema de captação de água de Morro de São Paulo	Cairu	Complementa	1.000.000	0,47%
		Implantação de sistema de abastecimento de água - Sede	Nilo Peçanha	Complementa	500.000	0,24%
		Implantação de sistema de abastecimento de água de Olivença	Ilhéus	A Completar	1.300.000	0,62%
		Implantação de sistema de abastecimento de água de Taboquinhas	Itacaré	A Completar	700.000	0,33%
		Implantação de sistema de abastecimento de água em Barra do Sargi	Uruçuca	Complementa	96.000	0,05%
		Implantação de sistema de abastecimento de água em Barra Grande	Maraú	Complementa	100.000	0,05%
		Implantação de sistema de abastecimento de água em Serra Grande, incluindo Pé de Serra e Sargi	Uruçuca	A Completar	700.000	0,33%
		Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Camamu	Camamu	Complementa	1.385.000	0,66%
		Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Igrapiúna	Igrapiúna	Complementa	2.031.000	0,96%
		Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Ituberá	Ituberá	Complementa	2.578.000	1,22%
		Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Nilo Peçanha	Nilo Peçanha	Complementa	1.048.000	0,50%
		Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Una	Una	Complementa	2.000.000	0,95%
		Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Valença	Valença	Complementa	1.016.000	0,48%
		Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Canavieiras - Sede	Canavieiras	Complementa	2.989.000	1,42%
		Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Olivença	Ilhéus	A Completar	1.150.000	0,54%
		Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Pontal - Orla Sul	Ilhéus	A Completar	7.470.000	3,54%
		Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Taboquinhas	Itacaré	A Completar	380.000	0,18%
		Implantação de sistema de esgotamento sanitário em Barra Grande	Maraú	Complementa	150.000	0,07%

		Implantação de sistema de esgotamento sanitário em Serra Grande	Uruçuca	A Completar	890.000	0,42%
		Implantação de sistema de esgotamento sanitário- Sede	Santa Luzia	Complementa	775.000	0,37%
		Implantação do sistema de esgotamento sanitário - Tiririca	Itacaré	A Completar	500.000	0,24%
		Implantação do sistema de esgotamento sanitário na Ilha do Contrato (Igrapiúna)	Igrapiúna	Complementa	500.000	0,24%
	2.5 Obras de Infra-estrutura	Acesso viário de Morro de São Paulo, Gamboa, Garapuá	Cairu	A Completar	3.000.000	1,42%
	A2.5 Total	Ampliação de atracadouro em Barra Grande	Maraú	Complementa	80.000	0,04%
	17,10%	Anel rodoviário em Camamu	Camamu	Complementa	1.400.000	0,66%
		Construção de acesso do Pratigi à Barra do Serinhaém	Ituberá	Complementa	850.000	0,40%
		Construção de Centro de Convenções, entre Valença e Guaibim	Valença	Complementa	1.500.000	0,71%
		Construção de ecovia na estrada BA 001	Itacaré	Complementa	140.000	0,07%
		Implantação do contorno rodoviário de Ilhéus	Ilhéus	Complementa	9.500.000	4,50%
		Implantação do terminal hidroviário de atracação turística do Pau D´óleo	Igrapiúna	Complementa	300.000	0,14%
		Implantação do terminal marítimo turístico	Canavieiras	Complementa	250.000	0,12%
		Melhoria da infra-estrutura do terminal hidroviário da Graciosa com estacionamento	Taperoá	Complementa	380.000	0,18%
		Melhoria do acesso ao povoado de Torrinhas (estrada e atracadouro)	Cairu	Complementa	500.000	0,24%
		Melhoria do acesso da sede de Una ao Distrito de Comandatuba	Una	Complementa	1.500.000	0,71%
		Melhoria e ampliação do terminal de atracação de Morro de São Paulo	Cairu	Complementa	800.000	0,38%
		Pavimentação do acesso da sede de Maraú à BA - 001	Maraú	Complementa	2.500.000	1,18%
		Projeto de Sinalização Turística	Ação Global	Complementa	900.000	0,43%
		Rodovia Itacaré / Camamu - BA-001	Itacaré	A Completar	12.500.000	5,92%

Tabela 6.7 – Componente 3 (Prioridade A)

Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Município	Situação	Valor PDITS US$	% PDITS (A+B=100%)
3. Promoção de Investimento Privado	3.1 Avaliação e Acompanhamento	Apoio a captação de investimentos privados em animação e lazer	Ilhéus	Complementa	30.000	0,01%
A3 Total	*A3.1 Total*	Projeto de Artesanato - Apoio a Geração de Emprego e Renda	Ação Global	Complementa	150.000	0,07%
0,18%	*0,18%*	Projeto de Capacitação Empresarial e Apoio ao Associativismo	Ação Global	Complementa	200.000	0,09%
	3.2 Planos e Campanhas de Marketing	Ações Promocionais	Ação Global	Complementa	1.900.000	0,90%
	A 3.2 Total: 0,95%	Plano de Marketing	Ação Global	Complementa	100.000	0,05%

Tabela 6.8 – Componente 1 (Prioridade B)

Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Município	Situação	Valor PDITS US$	% PDITS (A+B=100%)
1. Fortalecimento Municipal	1.2 Gestão Turística	Apoio à implantação de posto de informações turísticas	Igrapiúna	Complementa	10.000	0,00%
	B1.1 Total: 0,01%	Apoio a reativação do posto de informações turísticas	Itacaré	Complementa	10.000	0,00%
B1 Total	1.3 Gestão de Resíduos Sólidos	Construção de aterro sanitário e coleta seletiva, e elaboração e implantação de PDLU	Una	Complementa	420.000	0,20%
12,28%	1.4 Proteção a Recursos Naturais	Estudo da implantação do Parque Temático na área de Vila do Braço	Ilhéus	Complementa	50.000	0,02%
	B1.4 Total	Implantação do projeto de recomposição da mata ciliar do Rio Almada	Ilhéus	Complementa	100.000	0,05%
	0,17%	Recuperação ambiental do Rio Cururupe	Ilhéus	Complementa	100.000	0,05%
		Recuperação ambiental do Rio dos Cágados	Ituberá	Complementa	100.000	0,05%
	1.5 Patrimônio Cultural	Apoio a implantação do Museu Municipal	Valença	Complementa	50.000	0,02%
	B1.5 Total	Elaboração de projeto de revitalização da área das ruínas da fábrica e Vila Velha Jequiriçá	Valença	Complementa	12.500.000	5,92%
	9,90%	Estudo para identificação do sítio arqueológico do Jacarandá e Salobro	Santa Luzia	Complementa	50.000	0,02%
		Estudo para identificação e tombamento do patrimônio histórico municipal	Maraú	Complementa	8.000	0,00%
		Implantação de museu e centro cultural para revitalização das manifestações culturais	Canavieiras	Complementa	50.000	0,02%
		Implantação do Centro de Cultura	Ituberá	Complementa	100.000	0,05%
		Recuperação da Igreja N. Sra. do Rosário - Jacarandá	Santa Luzia	Complementa	70.000	0,03%
		Recuperação da Usina do Acaraí	Camamu	Complementa	1.720.000	0,81%
		Recuperação do Centro Histórico de Valença	Valença	Complementa	2.300.000	1,09%
		Restauração do espaço existente no Centro Histórico	Camamu	Complementa	2.453.000	1,16%
		Revitalização do Centro Histórico do Porto - Cidade Baixa	Camamu	Complementa	1.600.000	0,76%
	1.6 Urbanização de Áreas Turísticas	Contenção e paisagismo da orla no Galeão	Cairu	Complementa	100.000	0,05%
	B1.6 Total	Criação de um portal na Barra do Sargi com receptivo turístico	Uruçuca	Complementa	150.000	0,07%
	2,01%	Elaboração e Implantação de Projeto Paisagístico na Sede	Camamu	Complementa	200.000	0,09%
		Implantação de um portal de entrada com posto policial	Canavieiras	Complementa	25.000	0,01%
		Melhoria de acessos e implantação de estacionamento em Pé de Serra	Uruçuca	Complementa	60.000	0,03%
		Urbanização da Av. Soares Lopes	Ilhéus	Complementa	2.000.000	0,95%
		Urbanização da Barra de Sargi	Uruçuca	Complementa	152.000	0,07%
		Urbanização da orla e acesso a Ilha de Atalaia Norte	Canavieiras	Complementa	350.000	0,17%
		Urbanização de Areias - Lagoa Encantada	Ilhéus	Complementa	200.000	0,09%
		Urbanização do Parque Luiz Eduardo, banhado pelo Rio Pardo, com quadras de esportes	Canavieiras	Complementa	400.000	0,19%
		Urbanização em Boipeba	Cairu	Complementa	150.000	0,07%
		Urbanização em Gamboa	Cairu	Complementa	150.000	0,07%
		Urbanização na Lagoa Robalo	Canavieiras	Complementa	300.000	0,14%

Tabela 6.9 – Componente 2 (Prioridade B)

Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Município	Situação	Valor PDITS US$	% PDITS (A+B=100%)
2. Planejamento, Capacitação, Infra-estrutura	2.1 Planejamento Estratégico	Elaboração de estudos de capacidade de carga	Uruçuca	Complementa	30.000	0,01%
B2 Total	*B2.1 Total*	Estudo de capacidade de carga dos balneários municipais	Nilo Peçanha	Complementa	30.000	0,01%
39,79%	*0,10%*	Estudo de demanda turística, visando a implantação de meios de hospedagem	Taperoá	Complementa	15.000	0,01%
		Estudo sobre capacidade de carga nos balneários municipais com definições e uso turístico	Taperoá	Complementa	30.000	0,01%
		Projeto de padronização das barracas de praia	Uruçuca	Complementa	50.000	0,02%
		Projeto de padronização de barracas de praia na Praia do Pratigi	Ituberá	Complementa	50.000	0,02%
	2.4 Água e Saneamento	Ampliação de sistema de abastecimento de água de Maraú - Sede	Maraú	Complementa	344.000	0,16%
	B2.4 Total	Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Barra de Sargi	Uruçuca	Complementa	132.000	0,06%
	0,83%	Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Maraú - Sede	Maraú	Complementa	1.125.000	0,53%
		Implantação de sistema de esgotamento sanitário em Barra do Serinhaém	Ituberá	Complementa	150.000	0,07%
	2.5 Obras de Infra-estrutura	Aeroporto da Península de Maraú	Maraú	Complementa	3.000.000	1,42%
	B2.5 Total	Ampliação do aeroporto para aeronaves de grande porte	Canavieiras	Complementa	3.000.000	1,42%
	38,86%	Ampliação do Terminal Rodoviário em Igrapiuna - Sede	Igrapiúna	Complementa	100.000	0,05%
		Construção de atracadouro em Moreré (Cairu)	Cairu	Complementa	115.000	0,05%
		Construção de nova ponte de acesso a Pontal	Ilhéus	Complementa	8.500.000	4,03%
		Construção de ponte de acesso à Era Nova	Canavieiras	Complementa	85.000	0,04%
		Construção de ponte de acesso ao Parque Ecoturístico do Lapão	Santa Luzia	Complementa	65.000	0,03%
		Construção de ponte de acesso da Vila de Ouricana ao estreito	Canavieiras	Complementa	130.000	0,06%
		Construção de quebra-mar em Guaibim com pier para embarque e desembarque	Valença	Complementa	2.000.000	0,95%
		Construção de Terminal de Passageiros do Porto de Ilhéus	Ilhéus	Complementa	300.000	0,14%
		Construção de Terminal Marítimo na Ilha Boipeba	Cairu	Complementa	90.000	0,04%
		Construção do acesso entre a BA - 001 à Barra dos Carvalhos	Nilo Peçanha	Complementa	1.600.000	0,76%
		Construção do Aeroporto Internacional da Costa do Cacau	Ilhéus	Complementa	23.000.000	10,90%
		Construção do pavilhão de feiras no Centro de Convenções	Ilhéus	Complementa	3.000.000	1,42%
		Construção do sistema viário interligando os povoados da Velha Boipeba e São Sebastião	Cairu	Complementa	2.500.000	1,18%
		Construção e Implantação de Aeródromo	Cairu	Complementa	3.000.000	1,42%
		Construção e Implantação de atracadouros nos portos de Jobel, Taipus, Sapinho, Campinho e Tremembé	Maraú	Complementa	360.000	0,17%
		Construção Terminal Rodomarítimo de Valença	Valença	Complementa	150.000	0,07%
		Construção Terminal Rodoviário de Guaibim, com estacionamento para ônibus de turismo	Valença	Complementa	100.000	0,05%
		Criação de centro de convenções de tamanho médio	Canavieiras	Complementa	1.500.000	0,71%
		Implantação de atracadouro em Itiuca	Nilo Peçanha	Complementa	100.000	0,05%

Implantação de Estrada Parque com portal na Península de Maraú	Maraú	Complementa	8.000.000	3,79%
Implantação de Terminal Rodoviário Municipal	Camamu	Complementa	100.000	0,05%
Melhoria da estrada de acesso à Lagoa Encantada	Ilhéus	Complementa	400.000	0,19%
Melhoria da pista de pouso com implantação de infraestrurura de apoio	Itacaré	Complementa	3.000.000	1,42%
Melhoria do acesso à Lapão, Lagoa Dourada e Jacarandá	Santa Luzia	Complementa	700.000	0,33%
Melhoria do acesso ao Parque Estadual do Conduru - Estrada Uruçuca / Serra Grande	Uruçuca	Complementa	150.000	0,07%
Melhoria do Terminal Marítimo de Camamu, com implantação de flutuantes	Camamu	Complementa	50.000	0,02%
Melhoria dos atracadouros na Praia do Contrato, dos Tubarões e na Ponta do Santo	Igrapiúna	Complementa	180.000	0,09%
Pavimentação asfáltica da rodovia Transouricana via Santa Maria Eterna	Canavieiras	Complementa	15.000.000	7,11%
Pavimentação da estrada que facilitará o acesso à cidade	Igrapiúna	Complementa	500.000	0,24%
Recuperação da ponte Barra-Velha	Canavieiras	Complementa	850.000	0,40%
Reforma e ampliação do Terminal Rodoviário Municipal e urbanização do entorno	Itacaré	Complementa	150.000	0,07%
Terminal Hidroviário de Itacaré	Itacaré	Complementa	250.000	0,12%

Tabela 6.10 – Componente 3 (Prioridade B)

Componente	Sub-componente	Projetos e Ações	Município	Situação	Valor PDITS US$	% PDITS (A+B=100%)
3. Promoção de Investimento Privado	3.1 Avaliação e Acompanhamento	Apoio a captação de investimentos privados	Santa Luzia	Complementa	30.000	0,01%

Ações Prioridade A por Componente e Prioridade SCT

Em parceria com técnicos do Ministério do Turismo, do Banco do Nordeste e da SCT, foram elaborados critérios de priorização das ações. Esse procedimento, motivado pela escassez de recursos diante da demanda por ações, procurou hierarquizar os projetos recomendados como prioridade A através de parâmetros técnicos.

Os critérios de priorização foram utilizados apenas para essas ações, por entender que se constituem em intervenções necessárias em curto e médio prazo, que buscam completar e complementar as ações realizadas através dos recursos do PRODETUR NE I. Os projetos definidos como prioridade B, por sua vez, também foram considerados importantes para a dinâmica turística regional, mas, comparativamente, podem ser implantados em horizontes de tempo mais longos. Em alguns desses casos, por outro lado, o principal argumento se refere ao grande volume de recursos necessários, incompatível com o orçamento previsto para o Programa.

A nota de cada projeto representa a soma das notas em diversos critérios relacionados com: (a) impacto na qualidade de vida da população local; (b) contribuição para manter a sustentabilidade econômica, ambiental e territorial; e (c) influência no fortalecimento da atividade turística. As ações e projetos são listados nas tabelas a seguir, ordenadas pela nota total obtida.

Tabela 6.11 – Componente 1 (29,5% do Total de Prioridade A)

Projetos e Ações	Município	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$	Nota SCT
Planos Diretores Municipais	Ação Global	225.000	675.000	7,68
Estudo para Macrozoneamento Ambiental	Ação Global	100.000	300.000	7,10
Recuperação do Forte de Morro de São Paulo	Cairu	1.000.000	3.000.000	6,85
Recuperação da Igreja de São Miguel	Itacaré	580.000	1.740.000	6,83
Recuperação do Convento de Cairu	Cairu	1.800.000	5.400.000	6,83
Urbanização em Morro de São Paulo	Cairu	1.800.000	5.400.000	6,83
Implantação do Projeto Orla	Itacaré	1.000.000	3.000.000	6,82
Implantação da APA Municipal da Península de Maraú	Maraú	100.000	300.000	6,80
Construção de aterro sanitário e programa de reciclagem de lixo e implantação do PDLU	Itacaré	150.000	450.000	6,73
Implantação do Centro Turístico-Ambiental em Serra Grande	Uruçuca	200.000	600.000	6,73
Apoio à instalação de Posto de Informação	Cairu	10.000	30.000	6,73
Apoio a implantação de Posto de Informações Turísticas Municipal	Valença	10.000	30.000	6,73
Construção de aterro sanitário e coleta seletiva, e elaboração e implantação de PDLU na Península de Maraú	Maraú	420.000	1.260.000	6,73
Implantação da APA Lagoa Encantada - 2ª Etapa	Ilhéus	200.000	600.000	6,67
Implantação do Projeto Orla	Ilhéus	5.000.000	15.000.000	6,60
Apoio a implantação do Museu de Ilhéus no Palácio Paranaguá	Ilhéus	100.000	300.000	6,40
Projeto de valorização e resgate da cultura local	Itacaré	20.000	60.000	6,13
Gestão Administrativa e Fiscal - Assistência Técnica	Ação Global	90.000	270.000	6,13
Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural - Assistência Técnica e Implementação	Ação Global	794.283	2.382.850	6,13
Módulos de Gestão do Turismo e do Patrimônio Natural e Cultural	Ação Global	864.000	2.592.000	6,13
Construção de aterro sanitário e implantação de PDLU de Ilhéus e Olivença	Ilhéus	4.290.000	12.870.000	6,07
Recuperação do Centro Histórico Governador Paulo Souto - 2ª Etapa	Canavieiras	2.656.000	7.968.000	6,05
Recuperação do Quarteirão Jorge Amado - 2ª Etapa	Ilhéus	3.187.000	9.561.000	6,05
Urbanização da Orla de Guaibim	Valença	250.000	750.000	6,05
Apoio a melhoria nas condições de segurança das trilhas	Itacaré	30.000	90.000	6,03
Urbanização de Serra Grande	Uruçuca	640.000	1.920.000	5,98
Elaboração e implantação de PDLU e solução para destino final dos resíduos sólidos - Sede, Ilhas de Cairú e Boipeba	Cairu	80.000	240.000	5,93
Apoio a Implantação dos Conselhos (COMTUR e CONDEMA)	Itacaré	20.000	60.000	5,47

Construção de aterro sanitário e usina a ser compartilhado com Santa Luzia, e elaboração e implantação de PDLU de Canavieiras	Canavieiras	400.000	1.200.000	5,28
Implantação da APA do Guaibim	Valença	100.000	300.000	5,23
Estudo para identificação de futuras unidades de conservação	Maraú	50.000	150.000	5,22
Elaboração e implantação de PDLU, aterro sanitário e usina de reciclagem de lixo	Valença	70.000	210.000	5,03
Elaboração e implantação de Plano de Manejo da APA do Lapão	Santa Luzia	150.000	450.000	4,93
Elaboração e implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha	Igrapiúna	70.000	210.000	4,88
Elaboração e implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha	Ituberá	140.000	420.000	4,88
Construção de aterro sanitário em Ituberá a ser compartilhado com Igrapiuna, Taperoá e Nilo Peçanha	Ituberá	350.000	1.050.000	4,88
Elaboração e implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha	Nilo Peçanha	70.000	210.000	4,88
Elaboração e implantação de PDLU e coleta seletiva para uso de aterro sanitário compartilhado com Ituberá, Igrapiúna, Taperoá e Nilo Peçanha	Taperoá	70.000	210.000	4,88
Projeto de levantamento e tombamento do patrimônio histórico Municipal	Valença	10.000	30.000	4,65
Construção de aterro sanitário, e elaboração e implantação de PDLU	Camamu	400.000	1.200.000	4,62
Levantamento do patrimônio histórico para tombamento	Itacaré	5.000	15.000	4,55
Fortalecimento do Conselho de Desenvolvimento e Meio Ambiente de Una	Una	20.000	60.000	4,45
Construção de aterro sanitário e coleta seletiva, e elaboração e implantação de PDLU, em Serra Grande	Uruçuca	1.030.000	3.090.000	4,27
Apoio a implantação dos Conselhos (COMTUR e CONDEMA)	Santa Luzia	20.000	60.000	4,20
Apoio a implantação de Centro de Atendimento ao Turista	Una	20.000	60.000	4,13
Recuperação dos prédios da Praça da República	Valença	400.000	1.200.000	4,10
Elaboração e implantação de PDLU	Santa Luzia	50.000	150.000	4,08
Implantação do Centro Turístico-Ambiental - Sede	Santa Luzia	200.000	600.000	3,98
Implantação do Centro Turístico-Ambiental na Cachoeira da Pancada Grande	Ituberá	200.000	600.000	3,98
Implantação do Centro Turístico-Ambiental	Canavieiras	200.000	600.000	3,27
Implantação do Portal da cidade com controle e estacionamento municipal	Itacaré	30.000	90.000	3,13
Recuperação da drenagem do centro da cidade	Canavieiras	180.000	540.000	3,02

Tabela 6.12 – Componente 2 (68,1% do Total de Prioridade A)

Projetos e Ações	Município	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$	Nota SCT
Elaboração do PDITS - Pólo Litoral Sul	Ação Global	103.233	299.375	10,00
Projeto de Capacitação Profissional	Ação Global	1.000.000	3.000.000	7,92
Estudo sobre a capacidade de suporte das Ilhas de Tinharé e Boipeba	Cairu	50.000	150.000	7,73
Estudo sobre a capacidade de suporte nas praias do Município	Itacaré	50.000	150.000	7,30
Projeto de padronização de barracas de praia	Valença	80.000	240.000	7,12
Rodovia Itacaré / Camamu - BA-001	Itacaré	12.500.000	37.500.000	6,97
Projeto de Sinalização Turística	Ação Global	900.000	2.700.000	6,80
Implantação de sistema de esgotamento sanitário em Barra Grande	Maraú	150.000	450.000	6,78
Acesso viário de Morro de São Paulo, Gamboa, Garapuá	Cairu	3.000.000	9.000.000	6,27
Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Pontal - Orla Sul	Ilhéus	7.470.000	22.410.000	5,50
Ampliação de atracadouro em Barra Grande	Maraú	80.000	240.000	5,42
Ampliação do sistema de captação de água de Morro de São Paulo	Cairu	1.000.000	3.000.000	5,20
Ampliação do sistema de abastecimento de água em Boipeba	Cairu	800.000	2.400.000	5,18
Melhoria e ampliação do terminal de atracação de Morro de São Paulo	Cairu	800.000	2.400.000	5,02
Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Canavieiras - Sede	Canavieiras	2.989.000	8.967.000	5,00
Melhoria do acesso da sede de Una ao Distrito de Comandatuba	Una	1.500.000	4.500.000	5,00
Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Olivença	Ilhéus	1.150.000	3.450.000	4,98
Implantação de sistema de abastecimento de água em Barra Grande	Maraú	100.000	300.000	4,93
Construção de acesso do Pratigi à Barra do Serinhaém	Ituberá	850.000	2.550.000	4,88
Implantação de sistema de esgotamento sanitário- Sede	Santa Luzia	775.000	2.325.000	4,87
Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Camamu	Camamu	1.385.000	4.155.000	4,87
Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Valença	Valença	1.016.000	3.048.000	4,87
Implantação do contorno rodoviário de Ilhéus	Ilhéus	9.500.000	28.500.000	4,83
Construção de Centro de Convenções, entre Valença e Guaibim	Valença	1.500.000	4.500.000	4,78
Implantação do sistema de esgotamento sanitário na Ilha do Contrato (Igrapiúna)	Igrapiúna	500.000	1.500.000	4,73
Implantação de sistema de abastecimento de água de Olivença	Ilhéus	1.300.000	3.900.000	4,72
Implantação de sistema de abastecimento de água de Taboquinhas	Itacaré	700.000	2.100.000	4,67
Implantação de sistema de abastecimento de água em Serra Grande, incluindo Pé de Serra e Sargi	Uruçuca	700.000	2.100.000	4,67
Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Una	Una	2.000.000	6.000.000	4,60
Implantação de sistema de esgotamento sanitário de Taboquinhas	Itacaré	380.000	1.140.000	4,58
Ampliação do sistema de abastecimento de água - Sede	Camamu	375.000	1.125.000	4,57
Implantação de sistema de abastecimento de água - Sede	Nilo Peçanha	500.000	1.500.000	4,57
Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Igrapiúna	Igrapiúna	2.031.000	6.093.000	4,55
Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Ituberá	Ituberá	2.578.000	7.734.000	4,55
Implantação de sistema de esgotamento sanitário - Sede Nilo Peçanha	Nilo Peçanha	1.048.000	3.144.000	4,55
Ampliação de sistema de esgotamento sanitário em Taperoá - Sede	Taperoá	1.094.000	3.282.000	4,55
Implantação do terminal marítimo turístico	Canavieiras	250.000	750.000	4,48
Anel rodoviário em Camamu	Camamu	1.400.000	4.200.000	4,43
Implantação do terminal hidroviário de atracação turística do Pau D´óleo	Igrapiúna	300.000	900.000	4,28
Melhoria da infra-estrutura do terminal hidroviário da Graciosa com estacionamento	Taperoá	380.000	1.140.000	4,28
Implantação de sistema de esgotamento sanitário em Serra Grande	Uruçuca	890.000	2.670.000	4,12
Implantação do sistema de esgotamento sanitário - Tiririca	Itacaré	500.000	1.500.000	4,08
Implantação de sistema de abastecimento de água em Barra do Sargi	Uruçuca	96.000	288.000	3,95
Melhoria do acesso ao povoado de Torrinhas (estrada e atracadouro)	Cairu	500.000	1.500.000	3,22
Pavimentação do acesso da sede de Maraú à BA - 001	Maraú	2.500.000	7.500.000	2,12
Construção de ecovia na estrada BA 001	Itacaré	140.000	420.000	1,83

Tabela 6.13 – Componente 3 (2,4% do Total de Prioridade A)

Projetos e Ações	Município	Valor PDITS US$	Valor PDITS R$	Nota SCT
Projeto de Capacitação Empresarial e Apoio ao Associativismo	Ação Global	200.000	600.000	7,38
Projeto de Artesanato - Apoio a Geração de Emprego e Renda	Ação Global	150.000	450.000	6,07
Ações Promocionais	Ação Global	1.900.000	5.700.000	6,07
Plano de Marketing	Ação Global	100.000	300.000	6,07
Apoio a captação de investimentos privados em animação e lazer	Ilhéus	30.000	90.000	4,63

Projetos e Ações Não Financiáveis

Foram apresentadas nos itens anteriores, as ações financiáveis pelo PRODETUR NE II, segunda normas do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Além dessas ações, como já foi afirmado, há uma série de outras ações que coletadas durante o planejamento, e que deverão ser viabilizadas por meio de outras fontes de recursos. A seguir são listadas essas ações, por zona turística e por município:

Costa do Cacau

Canavieiras

- Ampliar a rede hospitalar (n° de leitos)
- Aumentar a iluminação pública nos bairros e 1500 metros linear na entrada da cidade
- Aumentar a segurança de toda cidade com a PM
- Complexo universitário visando o meio ambiente e o desenvolvimento turístico sustentável
- Construção do Matadouro Municipal
- Construir marinas para apoio aos pescadores amadores e esportistas
- Criação da Cia. de Polícia Militar aumentando o contingente
- Criação e instalação da Faculdade de Engenharia Ambiental
- Criar Mercado Municipal e Feira Livre
- Criar uma linha de crédito para incentivo do turismo náutico
- Criar uma Concha Acústica no sítio histórico
- Criar uma Delegacia de Atendimento ao Turista
- Criar uma Escola Técnica de Hotelaria e Turismo, com hotel escola
- Dragagem da Hidrovia Canavieiras/Belmonte
- Dragagem do Canal Barra Atalaia com sinalização para os barcos
- Escola de Formação de Marinheiros e Guias de Pesca
- Hidrovia ecoturística Belmonte - Canavieiras via manguezais
- Iluminação da entrada da cidade
- Parque Esportivo e Quadras de Futebol de Salão e Society

- Pavimentação e drenagem dos bairros: Cidade Nova, João Fonfom, Tancredão, Sócrates Resende e Augusto Reis
- Reforma do Arquivo Central
- Reforma e ampliação do Hospital Municipal

Ilhéus

- Aumentar o policiamento
- Conseguir recursos para construção de uma marina na área do antigo porto
- Criar transporte urbano alternativo para diminuir fluxo de veículos
- Criar um Fórum Interinstitucional de Educação Ambiental
- Criar uma terceira pista (próxima à praia) da Av. Soares Lopes a ser explorada pela iniciativa privada
- Desenvolver ações conjuntas para treinamento e qualificação dos condutores de coletivos
- Dragagem e controle ambiental da hidrovia até o Rio do Engenho
- Dragagem e controle ambiental para evitar assoreamento no acesso a Lagoa por rio
- Elaborar projeto para hierarquização do sistema viário
- Estruturar carnaval oficial
- Financiamento para navegação na Lagoa Encantada
- Incentivar o empresariado a investir em casas de gastronomia
- Incluir Educação Ambiental de forma transversal no currículo escolar
- Melhorar a fiscalização ambiental de manguezais e APAs
- Políticas habitacionais para tirar as invasões dos manguezais e APAs
- Sinalizar os estacionamentos já existentes

Itacaré

- Aplicar a legislação ambiental das APAs
- Atualização e levantamento cartográfico da cidade
- Construir sanitários públicos
- Controle de trânsito na orla
- Disciplinar o número de veículos na cidade
- Fiscalizar e adquirir equipamentos para fiscalização da pesca predatória
- Implantar o Programa das Bacias Estaduais para evitar o assoreamento do Rio de Contas
- Implantar Programa Habitacional e melhorar as condições de vida rural
- Implantar programas de educação ambiental no currículo escolar
- Implantar um sistema de saúde efetivo, com reforma e aquisição de equipamentos

- Incentivar desenvolvimento rural, com programas elaborados pela Secretaria da Agricultura
- Incentivar programação de atividades culturais para as crianças
- Intensificar programas de educação de adultos na área rural
- Melhorar a fiscalização da vigilância sanitária
- Melhorar a infra-estrutura da área de esportes (campo de futebol) do estádio
- Melhorar a segurança pública, combatendo o tráfico de drogas (realizado com sucesso no verão de 2000)
- Melhorar os ensinos de 1° e 2° graus, com ampliação do colégio e capacitação dos professores locais
- Melhorar, realocar e padronizar a feira livre e seu entorno
- Proibir a circulação de ônibus na cidade
- Promover a participação da população tradicional no Conselho Gestor e no COMTUR
- Reativar o conselho municipal de saúde
- Reativar o Hospital Municipal
- Reforçar a fiscalização ambiental, conscientizando a população

Santa Luzia

- Ampliar o Colégio Estadual Paulo Souto
- Construir escolas na Zona Rural e programas de capacitação
- Estimular a agricultura sustentável e o comércio local
- Municipalizar e credenciar ao SUS o único hospital do município
- Promover programa de capacitação e distribuição de crédito para pequenos negócios
- Promover um programa de eletrificação rural (Luz no Campo, CAR-Fumac) priorizando áreas turísticas
- Promover um trabalho efetivo de educação e fortalecimento da economia familiar

Una

- Estimular a agricultura sustentável e o comércio local
- Monitorar e fiscalizar os recursos hídricos locais

Uruçuca

- Ampliação do posto médico para atendimento da comunidade local e turismo
- Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água - Sede
- Aumentar as fiscalizações estadual e federal (DDF/ Ibama/CRA) para o desmatamento
- Aumentar o controle de uso de drogas nas escolas e criar campanhas educativas
- Campanhas educativas sobre prostituição infantil nas escolas, comunidades e ao turista
- Criar Associação de Pequeno Produtores Rurais em Serra Grande

- Criar incentivo ao empresariado local, através de incentivos fiscais e infraestrutura
- Criar normas municipais para utilização de espaços públicos, com novos projetos e formas de controle
- Estabelecer estímulo econômico para conservação do meio ambiente local
- Fiscalizar e denunciar a prostituição infantil
- Impedir a ocupação de áreas de preservação permanente, com controle do Poder Publico e instituições como DDF, Ibama e CRA
- Incentivar e organizar a entrada dos temas turismo e meio-ambiente no currículo escolar
- Integrar os produtores rurais e prestadores de serviços na geração de produtos requeridos pelo turismo
- Investimentos locais para a educação para diminuir o analfabetismo e a baixa escolaridade
- Melhorar o acervo bibliográfico local (bibliotecas)
- Reforçar a Segurança Pública, com destacamento policial, treinada para o turismo e com viatura
- Treinamento do pessoal do posto médico

Costa do Dendê

Cairu

- Aparelhamento dos postos e dos atendimentos de emergência
- Aquisição de equipamentos de fiscalização de controle de acesso às ilhas - SPU/CRA/PM Cairu
- Construção de auditório de uso público para empreendimentos públicos e privados
- Construir um atracadouro na Fazenda Pontal, em Tinharé
- Controle de entrada e saída de pedestres nos atracadouros
- Controle do número de animais para controlar as zoonoses
- Criação de patrulha municipal para segurança pública e uso do poder estadual e da União
- Fazer cadastro imobiliário (em andamento)
- Fortalecer a polícia
- Implantação de equipamentos adequados para sanitários públicos
- Implantar Plano Gerencial e garantir transporte de pacientes da Saúde Pública
- Organizar a freqüência, saída e chegada do transporte marítimo, com emissão de recibo
- Orientação de turistas e educação para combate às drogas
- Reformulação do código tributário para aumentar a arrecadação com sistema de transporte

Camamu

- Construção de uma marina
- Criar alternativas à pesca, com mariculturas
- Dragagem do Rio Acaraí para construir píer na área do mercado municipal
- Equipar e ampliar o hospital existente
- Financiar artesãos para criar mercado turístico para venda de artesanato
- Implantar escritório da Capitania para fiscalizar transporte marítimo
- Implantar órgãos oficiais para fiscalização ambiental com estrutura do Ibama e CRA
- Implantar posto marítimo, para abastecimento de água e combustível
- Incentivar manifestações folclóricas, teatros, cinemas, eventos noturnos
- Instalação de antena para provedor de internet
- Instalar um horto florestal
- Reativar os faróis
- Recuperar as áreas degradadas pela extração mineral
- Sinalização náutica e urbana, respeitando aspectos ambientais e históricos

Igrapiúna

- Criar clube recreativo e quadra de esportes
- Melhorar o serviço de saúde preventiva

Ituberá

- Apoiar lanchas rápidas para Barra do Serinhaém e Barra Grande
- Desapropriar imóvel do antigo Clube dos 25 para criar centro de Cultura
- Manutenção da Praia do Pratigi
- Utilização do canal do Serinhaém como Via Náutica

Maraú

- Ampliar a rede elétrica e a capacidade da sub-estação da Caubi
- Ampliar rede de telefonia residencial em Saquaira, Cassange e Taipus de Fora
- Fomentar a maricultura artesanal
- Implantar Posto da Polícia Civil em Barra Grande
- Implantar sistema de telefonia móvel
- Recuperar e manter os pontos de telefonia pública

Nilo Peçanha

- Estruturar o sistema de transporte marítimo
- Implementar energia elétrica na zona rural
- Promover ação conjunta com outros municípios para melhorar o serviço de saúde

- Reativação da feira local de produtos da região

Taperoá

- Implantar programas de Habitação Popular para tirar as favelas dos manguezais
- Regulamentar embarcações envolvidas com transporte turístico marinho e hidroviário
- Revisar e implantar ações indicadas para conservação do patrimôncio histórico pelos órgãos competentes

Valença

- Alargar ruas para melhorar o sistema viário deficiente
- Ampliar o programa de saúde da família
- Captar recursos para terminar o capeamento da cidade
- Construir ginásio de esportes e centro de treinamento
- Criar Centro Gastronômico do Guaibim
- Dotar o aeroporto de equipamentos adequados para operação segura
- Dotar o aeroporto de telefone
- Encascalhar as estradas rurais para incrementar o Turismo Rural
- Equipamentos para prática de esportes de praia na Orla do Guaibim (quadras poliesportivas)
- Estimular eventos no Guaibim
- Estruturar corpo de bombeiros para servir toda a região
- Estudo das correntes marítimas e seus impactos em Guaibim
- Implantar centro de recuperação de afogados no Guaibim
- Implantar Fazendas Modelos para Ecoturismo
- Implantar uma unidade de corpo de bombeiros no aeroporto
- Melhorar a iluminação do Guaibim e do atracadouro
- Ordenar o atracadouro Bom Jardim
- Realocar os barracos de palafitas dos rios e mangues para área adequada
- Reformar as praças existentes, com projeto de arborização

Impactos Esperados do Plano de Ação

O objetivo do PRODETUR/NE-II é contribuir para a melhoria da qualidade vida da população permanente dos pólos turísticos, medido a partir do aumento do nível de emprego e dos investimentos públicos municipais em serviços urbanos e qualidade ambiental. Este objetivo será alcançado através do incremento da renda turística, propósito do programa.

Em consonância com este objetivo, o Plano de Ação para o Pólo Litoral Sul propõe intervenções que têm como propósito: a sustentabilidade ambiental, sócio-cultural e

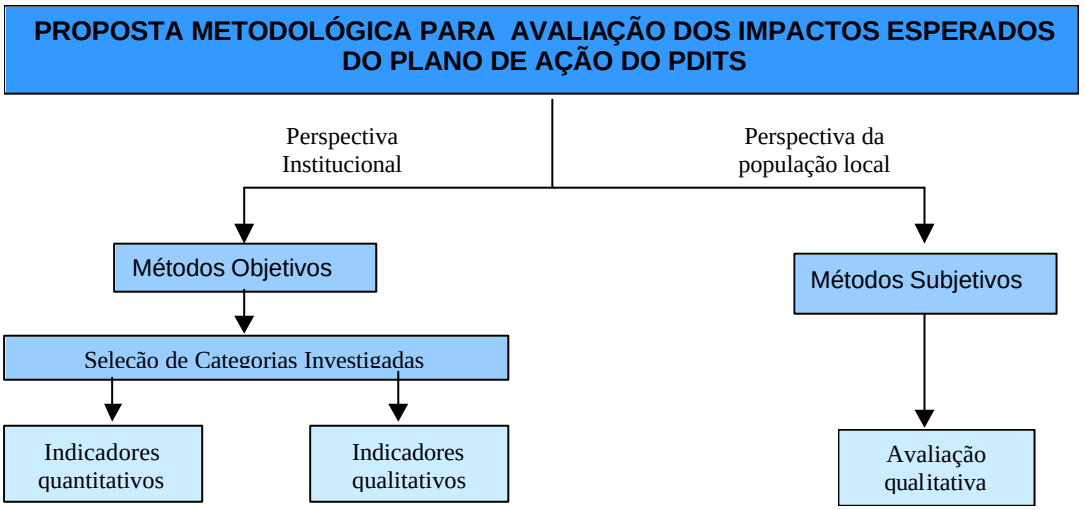
econômica da atividade turística: e como objetivo final: melhorar a qualidade de vida da população daquele pólo, em sua dimensão social, ambiental e econômica. Consideram-se ainda os seguintes impactos: i) aumento da cobertura dos serviços públicos, tendo em vista a relação direta com qualidade de vida; ii) uma maior integração da gestão municipal; iii) uma melhor gestão ambiental integrada ao turismo; e iv) uma maior expectativa do aumento do nível de emprego para a população local permanente.

O objetivo desse acompanhamento é possibilitar o monitoramento das ações, avaliar as variações resultantes das ações públicas, adquirir novos conhecimentos e/ou transmitir os conhecimentos existentes, não só aos investigadores, mas também aos responsáveis pela tomada de decisões e ao público em geral, verificando a sua ocorrência em acordo à expectativa.

Para acompanhamento e avaliação dos impactos resultantes do Plano, é necessário selecionar uma gama de variáveis e indicadores, obtidas em instituições governamentais, não governamentais, associações privadas, pesquisas de campo, reuniões de conselhos e oficinas de trabalho com membros das comunidades locais.

A Figura 6.1 a seguir ilustra a metodologia pretendida para avaliação dos impactos esperados, de forma a mensurar e avaliar o maior número possível de impactos em todas as áreas contempladas pelo Plano de ação do PDITS.

Figura 6.2 – Proposta Metodológica para Avaliação dos Impactos Esperados do Plano de Ação do PDITS



O Quadro 6.2. a seguir ilustra os impactos esperados com as intervenções propostas no Plano de Ação e respectivos indicadores de verificação.

Tabela 6.14 – Impactos Esperados das Intervenções do Plano de Ação e Indicadores de Verificação

IMPACTOS ESPERADOS		INDICADORES DE VERIFICAÇÃO	FONTE/RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE
FINALIDADE	1.1.Melhoria da qualidade de vida	1.1.1.Relação empregos formais na atividade turística/ empregos formais totais nos municípios; 1.1.2.Número de empregos turísticos totais; 1.1.3.Índice de Desenvolvimento Econômico – IDE; 1.1.4.Desenvolvimento Social – IDS; 1.1.5.Remuneração média da mão-de-obra empregada nas atividades diretas do turismo; 1.1.6.Escolaridade média da mão-de-obra empregada nas atividades diretas do turismo; 1.1.7.PIB per capta dos municípios do Pólo; 1.1.8.Porcentagem da população dos Pólos que acredita que o turismo contribui para o desenvolvimento local; 1.1.9.Relação beneficiários de baixa renda/ beneficiários totais dos projetos.	RAIS FIPE SEI SEI PROJETO	ANUAL ANUAL ANUAL ANUAL POR EVENTO
PROPÓSITOS	1.2.Melhoria da Gestão Municipal	1.2.1. Investimentos municipais em Infra-estrutura física e social; 1.2.2. Grau de satisfação da população local com respeito a gestão municipal; 1.2.3 Grau de satisfação dos turistas em relação a infra-estrutura física e social do município; 1.2.4.Número de funcionários participantes do programa de capacitação realizado no município.	Orçamentos Municipais PESQUISA DE CAMPO PESQUISA DE CAMPO	ANUAL BIANUAL BIANUAL
	1.3.Melhoria da Qualidade Turismo	1.3.1.Gasto turístico diário; 1.3.2. Receita gerada pelo turismo; 1.3.3. Permanência (dias); 1.3.4. Grau de satisfação dos turistas sobre a qualidade dos equipamentos turísticos privados; 1.3.5. Grau de satisfação dos turistas sobre o atendimento nos equipamentos e serviços turísticos utilizados.	BAHIATURSA	ANUAL

Tabela 6.15 – Impactos Esperados das Intervenções do Plano de Ação e Indicadores de Verificação

COMPONENTE 1 –FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA GESTAO MUNICIPAL	2.1 Melhoria da Gestão Fiscal	2.1.1.Arrecadação Tributária Municipal do ISS e do IPTU cresce a uma taxa maior que a taxa 1995-2000; 2.1.2 Arrecadação do ICMS; 2.1.3. Porcentagem de municípios da área de planejamento participantes nos programas PNAF-M e PMAT ou outro programa de ajuste fiscal até dezembro de 2003.	STN	ANUAL
	2.2 Melhoria da Gestão Turística	2.2.1.Grau de satisfação dos turistas com respeito a: limpeza pública, sinalização turística, segurança e qualidade ambiental, 2.2.2. Grau de satisfação da Associação e/ou Empresas Turísticas com segurança pública, limpeza de praias e espaços públicos, manutenção dos espaços públicos e do patrimônio natural e histórico.	BAHIATURSA	ANUAL
	2.3 Melhoria da Gestão de Resíduos sólidos	2.3.1.Volume per capta anual de lixo recolhido e tratado. Freqüência dos Serviços de coleta de lixo e varrição de logradouros; 2.3.2.Nível de eficiência do manejo e tratamento dos resíduos sólidos e chorume; 2.3.3. porcentual de residências atendidas pela coleta de lixo.	A DEFINIR	ANUAL
	2.4.Melhoria da Proteção e Conservação de Recursos Naturais	2.4.1. Grau de cumprimento de normas de urbanização e códigos de obras, no que diz respeito às construções de orlas; 2.4.2. Nível de satisfação com a gestão das Unidades de Conservação; 2.4.3. índice de balneabilidade das águas (praias e rios); 2.4.4. Principais benefícios ambientais que a população dos municípios dos Pólos identifica como resultante da atividade turística; 2.4.5. Principais problemas ambientais que a população dos municípios dos Pólos identifica como resultante da atividade turística.	PESQUISA DE CAMPO WORKSHOPS COMUNITÁRIOS DE AVALIAÇAO CRA / SRH	BIANUAL
	2.5.Melhoria da Proteção e Conservação do Patrimônio Cultural	Indicador (2.4.1) 2.5.1. Número de eventos culturais e turísticos realizados.	A DEFINIR	BIANUAL
	2.6.Melhoria da Gestão Territorial	Indicador (2.4.1)	A DEFINIR	BIANUAL

Tabela 6.16 – Impactos Esperados das Intervenções do Plano de Ação e Indicadores de Verificação

COMPONENTE 2-PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, CAPACITAÇAO E INFRA-ESTRUTURA	3.1.Melhoria no Planejamento Turístico através da Elaboração de Estudos Regionais, Planos e Projetos	3.1.1. Números de Unidades Habitacionais; 3.1.2. Taxa de crescimento dos investimentos turísticos privados, valor investido, número e tipo de empreendimentos e empregos diretos projetado; 3.l.3. Investimentos Públicos (federal,estadual e municipal) em Infra-estrutura.	AGENCIAS OFICIAIS DE FOMENTO ORÇAMENTOS GOVERNAMENTAIS	ANUAL
	3.2.Aumento de Conscientização Turística e Ambiental através Campanhas Educativas	3.2.1 Grau da participação comunitária em audiências públicas, conselhos, e associações; 3.2.2. Porcentagem da população nos municípios que tomaram conhecimento de alguma campanha de conscientização turística; 3.2.3. Porcentagem da população que participa de campanhas de conscientização ambiental como: limpeza de praias, plantio de mudas e outras.	PESQUISA DE CAMPO WORKSHOPS COMUNITÁRIOS DE AVALIAÇAO	BIANUAL
	3.3. Aumento da Qualidade da Mão-de-obra a partir da Capacitação Profissional	Indicador (1.3.4) 3.3.1.Número de egressos do programa absorvidos pelo mercado de trabalho; 3.3.2 Número de egressos do programa mantidos no.mercado de trabalho; 3.3.3. Número de participantes nos eventos educacionais relativos às ocupações em serviços turísticos; 3.3.4. Índice de freqüência da população-alvo nos eventos educacionais.		BIANUAL

	3.4 Melhoria e Expansão da Infra-estrutura de Transporte, Saneamento Básico e Urbanização	3.4.1 Extensão de vias de Acesso Efetivamente Implantadas; 3.4.2 Extensão de vias urbanas Efetivamente Implantadas; 3.4.3. Volume médio diário de tráfego nas vias implantadas/recuperadas; 3.4.4. Número de ligações de água efetivamente implantadas; 3.4.5. Cobertura de água potável – rede; 3.4.6. Cobertura de esgotamento sanitário – rede; 3.4.7. Eficiência das estações de tratamento de esgoto, via análise de DBO e DQO; 3.4.8. Número de ligações ao sistema de esgotamento sanitário efetivadas/número de ligações previstas no projeto do PRODETUR/NE II; 3.4.9. Nível de satisfação dos usuários sobre o sistema viário (urbano e rodovias); 3.4.10. Nível de satisfação dos usuários sobre a qualidade dos serviços prestados pela Companhia de Saneamento.	LAUDO DE ENTREGA DERBA EMBASA EMBASA EMBASA PESQUISA DE CAMPO PESQUISA DE CAMPO	POR EVENTO BIANUAL ANUAL ANUAL ANUAL BIANUAL BIANUAL

Tabela 6.17 – Impactos Esperados das Intervenções do Plano de Ação e Indicadores de Verificação

COMPONENTE 3- ESTÍMULO A INVESTIMENTOS PRIVADOS	3.1.Aumento da Qualidade da Gestão Turística a partir da Capacitação Empresarial	Indicador (1.3.4) 3.1.1. Porcentagem de empresários e gestores do turismo que recebem treinamento; 3.1.2. Número de empresas com "Selo de Qualidade"; 3.1.3. Número de meios de hospedagem classificados e não classificados; 3.1.4. Número de restaurantes classificados em guias especializados.	A DEFINIR	
	3.2.Incremento do Fluxo Turístico através de Campanhas de Marketing Turísitico	3.2.1Taxa de ocupação hoteleira na alta e baixa estação; 3.2.2.Fluxo turístico anual; 3.2.3. Movimento de aeroportos (número de passageiros embarcados e desembarcados e número de vôos regulares e charters); 3.2.4. Pernoites gerados por canais de venda(operadoras); 3.2.5. Pacotes promocionais vendidos.	BAHIATURSA BAHIATURSA SECRETARIA DA FAZENDA	

Em relação ao nível de emprego na área enfocada selecionou-se como fonte de acompanhamento e aferição os dados da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, do Ministério do Trabalho, que registra o número de empregos formais. Adicionalmente, se acompanhará a evolução do nível de emprego vinculado direta e indiretamente ao turismo. Para tanto, se utilizará o multiplicador para cálculo do número de empregos no turismo, a partir do número de UHs, habitualmente aceito nesta atividade. Isto integrado com o multiplicador FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, que permitirá o dimensionamento do número total de empregos gerados a partir da atividade turismo.

Os indicadores para acompanhamento do desempenho da atividade turística no Pólo Litoral Sul serão obtidos através de Pesquisas de Demanda Turística, realizadas regularmente no pólo duas vezes ao ano, pela Bahiatursa. Para acompanhamento do fluxo, serão utilizados os dados resultantes da implantação do Sistema Estatístico de Indicadores de Turismo, proposto neste PDITS, para o Pólo Litoral Sul.

Os dados relativos à água e esgotamento sanitário serão buscados na EMBASA. Para avaliação da limpeza urbana, coleta de lixo, pavimentação e drenagem de vias públicas serão coletados dados e informações junto às Prefeituras Municipais.

Para avaliação do impacto no meio-ambiente serão consultadas as Prefeituras Municipais; o CRA para fornecimento de dados relativos ao controle de qualidade e a gestão e a fiscalização das Unidades de Conservação. Será realizada, também, a avaliação das Ações de Melhoria Ambiental com a aplicação de pesquisas e levantamentos relativos aos projetos elaborados e executados.

Para avaliação do impacto das ações do PDITS sobre participação comunitária nas entidades representativas será realizada a coleta de dados junto às mais representativas entidades do Pólo Litoral Sul. Para avaliação da participação comunitária na gestão pública e da organização popular será realizada pesquisa junto ás principais instâncias de poder local, além de pesquisa com a população.

A avaliação dos impactos das ações a serem implantadas pelos PDITS nas Finanças Públicas se dará com a utilização de dados recolhidos nas esferas de municipal e estadual:

- Municipal – acompanhamento da evolução dos dados das receitas tributárias decorrentes do Imposto sobre Serviço –ISS, Imposto Predial e Territorial – IPTU
- Estadual – acompanhamento dos dados das receitas tributárias decorrentes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS

Desta forma, pretende se alcançar uma gestão fortalecida do turismo, embasada em um sistema de monitoramento e avaliação do desenvolvimento desta atividade do Pólo Litoral Sul sempre tendo em vista a recuperação e conservação de seus ativos turísticos.

Conclusão

O Pólo Litoral Sul será objeto de ações que deverão implementar as estratégias de desenvolvimento sustentável. Essas ações foram agrupadas em ações financiáveis pelo PRODETUR NE II e ações não financiáveis pelo programa, para as quais se buscarão outras fontes de recurso.

As ações financiáveis pelo BID exigirão um montante de **US$ 211.080.516,00** para a sua efetivação. As intervenções de maior prioridade **(prioridade A)**, por sua vez, totalizaram **US$ 101.141.516,00**. As demais, também importantes, mas que não foram consideradas como urgentes **(prioridade B)**, somaram **US$ 109.939.000,00.**

Segundo a denominação do PRODETUR NE II, as ações referentes ao **componente 1** (Fortalecimento da Gestão Municipal para a Gestão do Turismo) deverão exigir **US$ 55.779.283,** dos quais **US$ 29.851.283,00** definidos como prioridade A.

As ações relacionadas ao **componente 2** (Planejamento Estratégico, Treinamento e Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo) totalizaram **US$ 152.891.233,00**, sendo **US$ 68.910.233,00** como prioridade A.

As intervenções alocadas no **componente 3** (Promoção de Investimentos do Setor Privado), em sua grande maioria classificadas como ações globais, deverão consumir o total **US$ 2.410.000,00**, sendo **US$ 2.380.000,00** definidos como prioridade A.

Para o conjunto dos municípios foram identificadas intervenções que propiciassem um ambiente de desenvolvimento ordenado, com objetivos claros e de interesse geral e utilizando os recursos de forma sustentável. Em conjunto com a sociedade, procurou-se identificar obras, mecanismos e instituições que fossem capazes de preparar todos os envolvidos para lidar com os impactos e desafios dessas estratégias.

Uma última observação pertinente diz respeito às ações financiáveis. Algumas das ações recomendadas foram levantadas junto aos órgãos executores estaduais, tendo, efetivamente, projetos elaborados com indicativos de orçamento, cronograma de implementação e estudos técnicos definitivos. A maioria, no entanto, surgiu através das necessidades levantadas, passando apenas pela análise preliminar desses órgãos. Para essas ações, os custos indicados são estimativas elaboradas com base na área de intervenção e nas diretrizes sugeridas. Deverão, até o momento da contratação, passar por todas as etapas de acordo com a lei das licitações.

7. Reuniões de Elaboração do PDITS

Introdução

A participação das comunidades na elaboração do PDITS oferece oportunidades aos moradores locais para que eles possam refletir e deliberar sobre o futuro de suas localidades. Também garante o comprometimento dos envolvidos com sua implementação e colabora para o fortalecimento da cidadania. Assim sendo, essa participação comunitária é uma das principais características desse plano. Este capítulo tem como objetivo descrever como se deu esse processo de interação.

Em um primeiro momento é feita uma síntese sobre os diferentes momentos em que a comunidade foi consultada. Neste item é apresentada uma breve descrição da sistemática das reuniões realizadas, esclarecendo as linhas gerais do processo participativo em cada uma das etapas.

Em um segundo instante é analisada a representatividade atingida em cada reunião, a partir da quantidade de pessoas presentes e do setor a que pertencem os participantes.

Por fim há uma explicação sobre como foi a utilização dos dados fornecidos pela comunidade e, encerrando o capítulo, é feita uma conclusão avaliando os resultados e metas atingidas neste processo participativo.

Reuniões de Interação

Este PDITS foi preparado pela equipe da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em um grande esforço de cooperação com a SUINVEST e demais órgãos do Governo do Estado da Bahia.

Apresenta três grandes fases: o diagnóstico da situação atual; a identificação de estratégias de desenvolvimento sustentável; e a definição de um plano de ação.

As interações com a comunidade foram elaboradas para que o ponto de vista e as sugestões das comunidades envolvidas com o desenvolvimento turístico fossem consideradas e atendidas.

Dada a complexidade inerente a um processo de planejamento turístico sustentável, procurou-se utilizar a colaboração da comunidade ao longo da elaboração desse PDITS. Assim, julgou-se conveniente que as interações fossem pontuais, realizadas através de **reuniões focais** e distribuídas durante cinco momentos distintos:

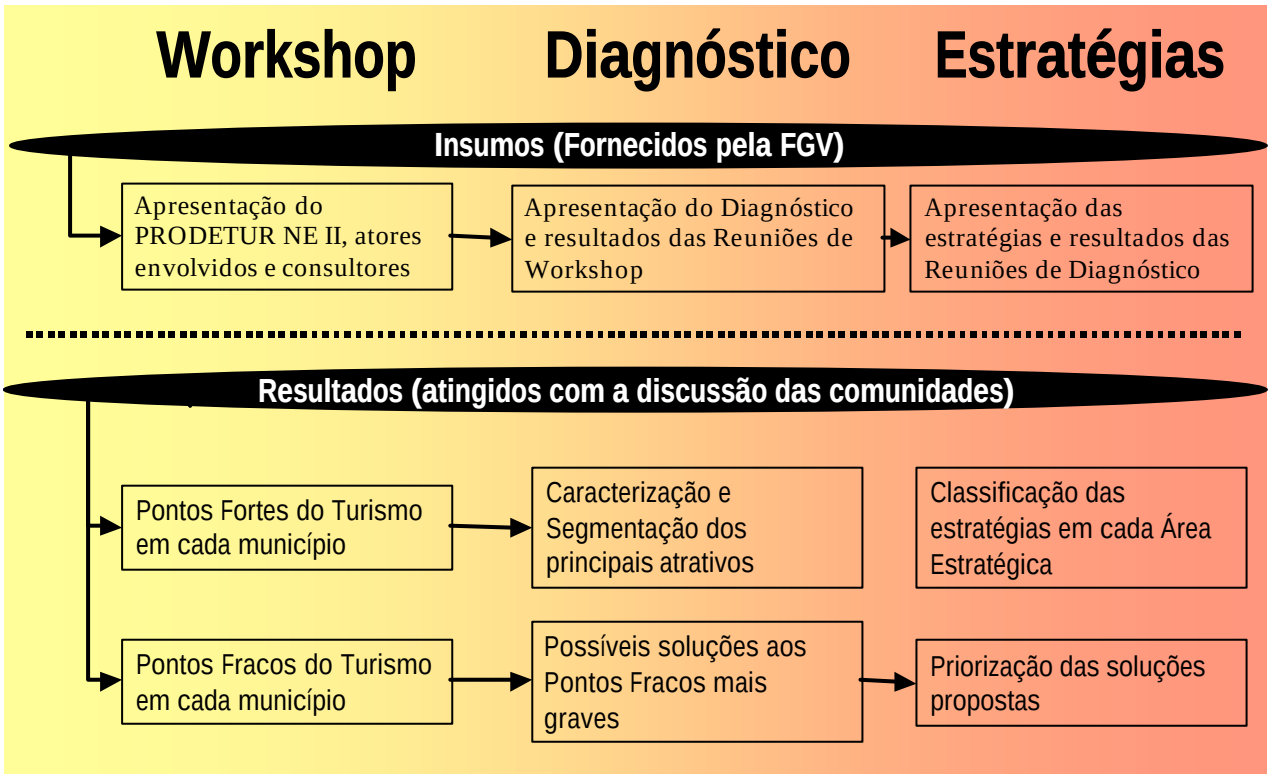
- **Workshop** – apresentação do PRODETUR/NE-II, da equipe e das etapas do trabalho. Aproveitou-se esse momento para identificação dos pontos fortes e fracos do turismo em cada município. Também foi solicitado apoio para a realização da pesquisa de campo que seria realizada a seguir.
- **Diagnóstico** – realizada após a elaboração do diagnóstico, serviu para confirmar as informações pesquisadas, aprofundar a análise dos pontos fortes e sugerir ações para mitigar os pontos fracos.
- **Estratégias** – após a consolidação do diagnóstico, a equipe responsável pelo PDITS identificou uma série de estratégias e ações para o desenvolvimento turístico,

retornando à comunidade para consultá-la sobre sua relevância (priorização das ações).

- **Instalação do Conselho e Apresentação do PDITS para os Conselheiros** – Após a finalização do PDITS, com todas as estratégias e ações priorizadas, procurou-se avaliar o plano como um todo. Nessa reunião os conselheiros foram eleitos e cópias do plano foram entregues para os conselheiros para avaliação.
- **Convalidação –** após uma análise mais profunda do PDITS, os conselheiros puderam enviar sugestões, alterações e comentários. O objetivo dessa última reunião era o de avaliar as sugestões propostas e convalidar o PDTIS.

A figura abaixo ilustra os insumos e resultados das reuniões focais:

Figura 7.1– Sistemática do Processo Participativo (Reuniões Organizadas pela FGV)



Elaboração: FGV 2002

As reuniões focais foram planejadas para atender às demandas das comunidades da área de planejamento. Para que a participação dos representantes dos municípios fosse possível e adequada utilizou-se duas estratégias:

- **Utilização de metodologias de planejamento participativo** - para que o grande número de pessoas presentes durante as reuniões pudesse expressar suas opiniões adequadamente;
- **Repetição de cada reunião focal em mais de um município do Pólo Litoral Sul** – para garantir que as dificuldades de locomoção não inibissem a presença de representantes, também permitindo que a divisão de grupos permitisse reuniões mais produtivas.

Essas reuniões foram distribuídas espacialmente de modo que facilitassem a presença de grupos de municípios. Para cada reunião, eram convocados representantes de municípios próximos ao local da realização. Para as duas primeiras modalidades de reunião focal, foram realizados quatro diferentes encontros de cada modalidade para que todos os municípios fossem contemplados.

As reuniões focais eram abertas à comunidade em geral. Identificou-se, entretanto, um especial interesse pela participação de pessoas com vínculo mais direto com a atividade turística, como funcionários públicos (municipais e estaduais), sociedade civil organizada (ONGs e lideranças comunitárias) e empresários turísticos. Através de solicitação da SUINVEST, a convocação desses indivíduos e instituições ficou a cargo das prefeituras de cada município.

A Tabela 7.1 apresenta as diferentes reuniões realizadas, assim como os municípios convocados para cada uma delas, o número de presentes e as respectivas datas.

Tabela 7.1 - Reuniões com a Comunidade – PDITS do Pólo Litoral Sul

Reunião	Âmbito	Local	Data	Municípios Presentes	Municípios Ausentes	Total	Média / Município
Workshop	Costa do Dendê	Valença	3/12/2001	Valença, Cairu e Tapeorá	-	23	7,7
		Camamu	4/12/2001	Camamu, Ituberá, Nilo Peçanha, Igrapiúna e Maraú	Nilo Peçanha e Igrapiúna	32	6,4
	Costa do Cacau	Ilhéus	5/12/2001	Ilhéus, Canavieiras, Una, Santa Luzia	Canavieiras	29	7,3
		Itacaré	6/12/2001	Itacaré e Uruçuca	-	22	11,0
Diagnóstico	Costa do Dendê	Valença	15/10/2002	Valença, Taperoá e Cairu	Taperoá	44	14,7
		Camamu	16/10/2002	Camamu, Maraú, Igrapiúna, Nilo Peçanha e Ituberá	-	47	9,4
	Costa do Cacau	Ilhéus	17/10/2002	Canavieiras, Una, Ilhéus, Uruçuca e Santa Luzia	Una	49	9,8
		Itacaré	18/10/2002	Itacaré e Uruçuca	-	52	26,0
Estratégias	Costa do Dendê	Ituberá	3/2/2003	Valença, Cairu, Taperoá, Nilo Peçanha, Ituberá, Igrapiúna, Camamu e Maraú	-	48	6,0
	Costa do Cacau	Ilhéus	4/2/2003	Ilhéus, Itacaré, Uruçuca, Santa Luzia, Una e Canavieiras	Una	42	7,0
Validação	PLS						
					Total	**388**	**10,5**

Elaboração: FGV 2003

A Reunião de **Instalação do Conselho e Apresentação do PDTIS para os Conselheiros** do Pólo Litoral Sul ocorreu em abril de 2003 no município de Ilhéus. A reunião contou com a presença de inúmeros prefeitos dos municípios do Pólo, além de representantes do setor privado e da sociedade civil organizada. Nessa reunião foram apresentadas as estratégias de desenvolvimento e uma síntese do plano de ação do PDITS. Em seguida, ocorreu a eleição dos conselheiros do Pólo. Ao final da reunião foram entregues cópias do plano para os Conselheiros, para que estes pudessem avaliar o conteúdo e enviar sugestões e comentários.

A Reunião de **Convalidação** do PDITS do Pólo Litoral Sul, por sua vez, ocorreu em junho de 2003, no município de Valença. Durante o intervalo entre essas reuniões, os envolvidos tiveram a oportunidade de avaliar o plano com maior profundidade. Puderam, ainda, enviar sugestões, alterações e comentários. Após as discussões dos temas de destaques o PDTIS foi aprovado por unanimidade pelo Conselho.

Representatividade

A Tabela 7.2 identifica o número de pessoas presentes durante cada modalidade de reunião focal. Ao total, 388 participações foram registradas no Pólo Litoral Sul, sendo que a quantidade de pessoas que estiveram presentes em uma etapa de interação e retornaram às demais foi considerável, permitindo uma adequada continuidade das discussões. Ao longo dos diferentes etapas, houve uma média de 38,8 participantes por reunião.

Tabela 7.2 - Número de Participantes por Modalidade de reunião Focal

Reunião	Local	Total de Participantes
Workshop	Valença	23
	Camamu	32
	Ilhéus	29
	Itacaré	22
Total Workshop		**106**
Diagnóstico	Valença	44
	Camamu	47
	Ilhéus	49
	Itacaré	52
Total Diagnóstico		**192**
Estratégias	Ituberá	48
	Ilhéus	42
Total Estratégias		**90**
Média de Participantes por reunião		***38,8***

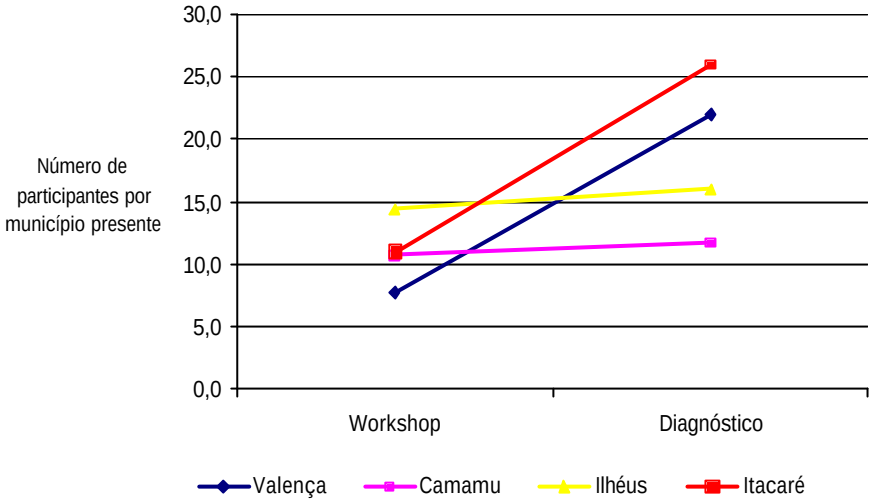
Elaboração: FGV 2003

A média de participantes por modalidade de reunião focal foi de aproximadamente 129 pessoas, o que indica uma boa representatividade em relação a outras reuniões participativas (reuniões dos Conselhos Municipais, Agenda 21, PNMT, etc).

Durante o processo de participação comunitária, o número de participantes em cada reunião aumentava, indicando uma adesão ao planejamento. As diferentes reuniões agrupavam números distintos de municípios. Um bom indicador de presença, portanto, é o número de participantes por município presente à reunião.

O Gráfico 7.1 ilustra a evolução desse indicador em cada uma das reuniões de Workshop e Diagnóstico. Como essas diferentes modalidades de reunião foram realizadas nos mesmos municípios, pode-se comparar a presença em dois momentos distintos. Em todas as reuniões houve um aumento do número de participantes por município presente.

Gráfico 7.1- Média de Participantes por Município Presente por Reunião



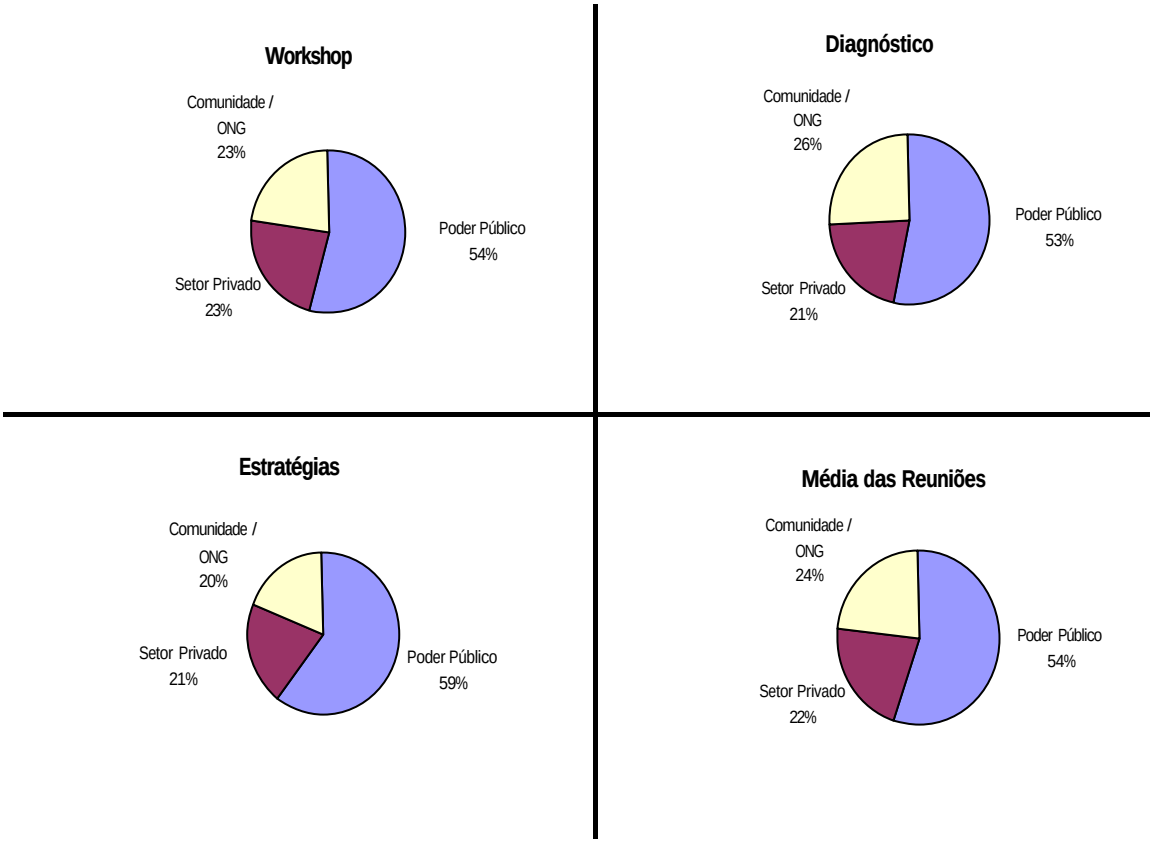
Elaboração: FGV 2003

As reuniões de Estratégia, por sua vez, foram realizadas em apenas dois municípios. Um município localizado na Costa do Dendê (Ituberá) e outro localizado na Costa do Cacau (Ilhéus). Agruparam, portanto, um maior número de municípios por reunião, dificultando o deslocamento dos representantes de municípios mais afastados do local da realização. Tal fato explica a queda do total de participantes observada na Tabela 7.2.

Além da análise quantitativa a respeito da representatividade dos participantes, foi elaborada uma análise qualitativa. Essa análise identifica o tipo de relação que os participantes possuem com os municípios que representaram.

Estiveram presentes nessas reuniões membros das comunidades e de organizações não-governamentais (ONGs), representantes do setor privado local e principalmente pessoas atuando no poder público (municipal e estadual). O Gráfico 7.2 mostra como foi, em média, a distribuição dos participantes em cada modalidade de reunião realizada.

Gráfico 7.2 – Participantes por Grupo - Pólo Litoral Sul



Elaboração: FGV 2003

Percebe-se a grande representatividade do setor público, representando em todas as reuniões focais mais da metade dos participantes, tais números podem estar relacionados ao fato de que a convocação dos participantes ficou a cargo das prefeituras dos municípios. Assim, foram elas as responsáveis pela publicação e presença de pessoas significativas do município durante as reuniões.

As comunidades e o setor privado obtiveram participações muito semelhantes, sendo que a comunidade ficou representada por 24% do total de participantes, demonstrando disposição a participar e colaborar para o desenvolvimento do turismo.

Como foi afirmado anteriormente, em geral os representantes dos municípios eram os mesmos em todas as reuniões, o que trouxe continuidade e dinâmica no trabalho.

Utilização das Informações da Comunidade

As reuniões foram formatadas para um processo de planejamento participativo. Assim, os resultados de uma reunião eram utilizados como subsídios para a próxima e assim por diante.

Os municípios que estiveram ausentes na primeira reunião encontraram alguma dificuldade para alcançar o mesmo ponto de discussão e participação que os outros municípios.

A sistemática de utilização das informações cedidas pelas comunidades seguiu basicamente duas vias: a dos pontos fortes do turismo em cada município e a dos pontos fracos, ambos levantados nas reuniões de Workshop.

Os pontos fortes foram a base para a programação da visita de campo, já que com eles se sabia, por exemplo, os atrativos mais importantes do município.

Selecionaram-se, após a visita de campo, os pontos fortes (basicamente atrativos) mais votados pela comunidade e os mais relevantes segundo considerações dos consultores. Sobre estes atrativos selecionados, foi solicitado na segunda rodada de reuniões (de Diagnóstico) a caracterização e segmentação destes atrativos. Tendo como base esta caracterização e segmentação, os atrativos foram avaliados com notas e classificados[115].

Os pontos fracos foram mais extensamente trabalhados nas reuniões, resultaram em um plano de ação concebido e priorizado pela comunidade. Depois de levantados nos Workshops, os pontos fracos foram cadastrados em um banco de dados e classificados conforme suas respectivas votações. Na reunião de Diagnóstico, a comunidade pôde sugerir possíveis soluções àqueles problemas, dando ênfase aos mais votados.

As soluções propostas pela comunidade foram cadastradas nesse mesmo banco de dados e extensamente analisadas. Percebeu-se nesta análise que algumas ações resolviam mais de um ponto fraco e que muitas delas se repetiram em vários municípios.

Finalmente, na reunião de Estratégias, as comunidades priorizaram as ações por elas propostas utilizando "A" para as mais urgentes/importantes e "B" para as secundárias. Além de priorizar as ações propostas na reunião de Diagnóstico, a comunidade classificou as estratégias dentro de cada Área Estratégica conforme sua importância (vide capítulo 4).

Conclusão

Um dos resultados das reuniões foi um plano de ação preparado pela comunidade e priorizado por ela. A este plano de ação foram acrescentados ações e programas sugeridos pelo Governo do Estado.

Num segundo momento, este plano de ação foi classificado conforme os componentes do PRODETUR NE II, podendo ser visto no capítulo 6 – Planos de Ação.

Considerando a riqueza e qualidade das informações colhidas, pode-se concluir que o processo participativo adotado para a elaboração deste PDITS foi eficiente. Os resultados esperados no projeto participativo foram atingidos e foram levantadas as informações que garantem às comunidades poder legítimo de decisão.

A julgar pela participação dos diversos setores da sociedade local, a conclusão que se chega não é muito diferente. A continuidade de muitos dos participantes em todas as reuniões foi interessante por proporcionar dinâmica ao trabalho e, também, para a percepção de que existem muitos representantes (principalmente da sociedade civil) interessados no futuro de sua localidade e na participação nos processos decisórios.

Também é importante ressaltar que a metodologia de participação já era de conhecimento da comunidade, pois é semelhante às utilizadas nos processos de elaboração da Agenda 21 e do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Alguns temas já haviam sido trabalhados pela comunidade anteriormente, sendo as reuniões sobre o PRODETUR/NE-II também um complemento às discussões comunitárias.

Apesar de contar com um bom número de participantes, as reuniões para elaboração do PDITS ainda podem ser melhor aproveitadas. A cada modalidade de interação com a comunidade, e apesar de grande parte dos presentes estarem nas reuniões anteriores, havia uma certa carga de novidade no material apresentado. As discussões abertas em cada

[115] Para maiores informações sobre os atrativos, vide Capítulo 3.8 – Produtos e Atrativos Turísticos.

modalidade poderiam ser mais produtivas caso houvesse mobilização para organização de uma agenda comum ao município, identificando previamente as principais necessidades e soluções. Essa mobilização prévia à realização das reuniões poderia gerar um consenso interno, fortalecendo a posição dos municípios para o PDITS.

Anexo A – Rede Urbana 1999

Rede Urbana 1999

Baseia-se na incorporação de um amplo conjunto de critérios de análise e de indicadores selecionados, abrangendo os seguintes aspectos:

- Impactos espaciais das transformações das economias regionais;
- Evolução do perfil da rede urbana do Brasil;
- Hierarquia do sistema urbano do Brasil;
- Tipologia de cidades;
- Caracterização das funções urbanas dos principais centros e aglomerações urbanas, nos respectivos subsistemas regionais e para o conjunto do sistema de cidades do país.

Os critérios utilizados na classificação da rede urbana forma:

Centralidade: Denota a intensidade e a dimensão com que determinado centro urbano estrutura, no contexto da rede de cidades, uma área de influência, através da abrangência regional do fluxo de bens e serviços que tem origem nesse centro urbano;

Centros decisórios/Relações internacionais: Reflete a presença, em maior ou menor escala, de centros decisórios do processo de acumulação de capital (centros financeiros, sedes de grandes corporações, redes complexas de serviços modernos) e a intensidade do intercâmbio de informações entre esses centros urbanos e o conjunto da rede urbana brasileira, bem como suas relações com uma rede mundial de cidades;

Escala da urbanização: Salienta a dimensão do processo de urbanização tanto em relação ao conjunto da rede urbana brasileira, quanto no que se refere aos diversos níveis regionais, sendo identificada pelo tamanho populacional dos centros urbanos;

Complexidade e diversificação da economia urbana: Identifica a presença, nos centros urbanos de setores econômicos diferenciados e com elevado nível de articulação inter e intra-setorial;

Diversificação do terciário/Funcionalidade: Retrata o grau de diversificação das atividades de serviços dos centros urbanos e a presença de atividades terciárias complexas e sofisticadas, bem como salienta funções urbanas específicas (centro administrativo, educacional, hospitalar, comercial, etc.) através do perfil ocupacional da população empregada no setor terciário.

Metrópole Global, Nacional e Regional:

Estes três estratos superiores da rede são integrados por treze centros urbanos, que, à exceção de Manaus, estão localizados em aglomerações urbanas, sendo que, a maioria deles se desenvolveu a partir de um núcleo, uma capital de estado (exceto Campinas). Para esses estratos da rede urbana identificou-se, ainda, a ocorrência de complementaridade funcional entre os centros e as periferias, sendo que tais centros exercem fortes funções polarizadoras, além do que, espacialmente, as aglomerações se articulam, sempre com algum grau de contigüidade, muitas vezes ao longo de eixos viários;

Centro Regional:

Este estrato intermediário da rede urbana abrange dezesseis centros urbanos, sendo que, destes, treze são centros de aglomerações urbanas não metropolitanas e três consistem aglomerações urbanas. Algumas aglomerações urbanas são constituídas por centros que, em alguns casos, dividem as funções polarizadoras com subcentros da própria aglomeração. A maioria das aglomerações urbanas nucleadas por centros regionais possui contigüidade espacial, formando um conjunto de cidades articuladas;

Centro Sub-Regional 1 e 2:

Estes dois estratos da rede somam 82 centros urbanos, sendo que os CSR-1 representam 31 centros e os CSR-2 representam 51 centros. Estes centros sub-regionais polarizam apenas municípios de seu entorno, desempenhando o papel de centros locais.

Anexo B – Portaria nº 35 de 04 de 02 de 1999

Normas para Operacionalização do Sistema de Informações Ambulatoriais do Sus-Sia/Sus

Posto de Saúde

Unidade de saúde destinada a realizar assistência à saúde, a uma população determinada, de forma programada ou não, por profissional de nível médio, com a presença intermitente ou não do profissional médico.

Policlínica

Unidade de saúde que presta atendimento ambulatorial em uma ou mais especialidades, incluindo ou não as especialidades básicas, podendo ainda ofertar outras especialidades não médicas.

Ambulatórios

- Geral: Unidade ambulatorial de hospital destinada a prestar assistência à saúde nas quatro especialidades básicas, por especialistas e/ou outras especialidades. Pode dispor de serviço de Urgência/Emergência.
- Especializado: Unidade ambulatorial de hospital destinada a prestar assistência à saúde em uma ou mais especialidades. Pode dispor de serviço de Urgência/Emergência.

Pronto Socorro

- Geral: Unidade de Saúde isolada destinada a prestar assistência a pacientes, com ou sem risco de vida, cujos agravos à saúde necessitam de atendimento imediato.
- Especializado: Unidade de Saúde destinada a prestar assistência em uma ou mais especialidades a pacientes, com ou sem risco de vida, cujos agravos à saúde necessitam de atendimento imediato.

Unidade Móvel

- Terrestre: Veículo construído ou adaptado como unidade de saúde.
- Emergências e traumas: Ambulância devidamente equipada com aspirador, ambú, máscaras, cânulas colar cervical, coletes, talas, tábuas bala de oxigênio, material para pequenas cirurgias alem de outros equipamentos necessários para prestar os primeiros socorros a acidentados. Os atendimentos devem ser realizados por pessoal especializado (médico ou socorrista habilitado).

Unidade de serviços auxiliares de diagnose e terapia

Unidades onde são realizadas atividades que auxiliam a determinação do diagnóstico e/ou complementa o tratamento e a reabilitação do paciente

Serviço de vigilância sanitária

Unidade operacional estruturada em espaço físico próprio ou não desenvolvendo atividades específicas relacionadas à vigilância sanitária.

Unidade Básica de Saúde

Unidade de Saúde que realiza atenção básica e integral à saúde a uma população determinada, de forma programada ou não, nas quatro especialidades básicas (clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia), podendo oferecer assistência odontológica e de outros profissionais de nível superior. A assistência médica deve ser permanente e prestada por médico generalista ou especialista nessas áreas.

Hospital Universitário

Segundo o artigo segundo da Portaria nº 375 de 04 de março de 1991, Hospital Universitário é: hospital de propriedade ou gestão de Universidade Pública ou Privada, ou a elas vinculado por regime de comodato ou cessão de uso, devidamente formalizado.

Anexo C – Atrativos e Avaliações

Atrativos e Avaliações

Cairu

Anexo C 1 – Atrativos e Avaliações - Cairu

Município	Categoria	Atrativos	Acessibilidade (2)	Infra-estrutura (2)	Escala (1)	Beleza (3)	Características culturais, históricas, sociais ou ambientais (3)	Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade (1)	Cond.Preserv. (2)	Sazonalidade (2)	Acumulado
Cairú			**139**	**94**	**147**	**246**	**198**	**112**	**109**	**149**	**2573**
	Acontecimentos Programados										
		Regata Morro de São Paulo / Gamboa	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Ressaca do Carnaval em Morro de São Paulo	3	3	5	4	3	4	2	2	50
		Reveillon de Morro de São Paulo	3	3	5	4	3	4	2	2	50
	Histórico-Cultural										
		Artesanato de Cairú	2	3	3	3	3	3	3	5	50
		Centro Histórico de Cairú	4	4	4	4	4	4	3	5	64
		Farol e Mirante do Forte de Morro de São Paulo	3	3	5	5	3	4	3	5	61
		Fonte Grande - Morro de São Paulo	4	3	3	2	3	2	3	5	50
		Fortaleza de Morro de São Paulo	3	3	5	3	4	3	1	5	53
		Igreja de Nossa Senhora do Rosário	3	0	0	4	3	0	0	0	27
		Igreja de São Francisco	2	0	0	3	4	0	0	0	25
		Igreja do Galeão (São Francisco)	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Igreja e Convento de Santo Antônio	4	4	4	4	4	4	4	5	66
		Ruínas - Morro de São Paulo (Casa do Capitão, Capela Nsa. Sra. Da Luz, Casa do Faroleiro, forte de Zimbeiro)	3	4	4	3	4	4	2	5	57
		Vila Velha de Boipeba	4	3	5	5	3	3	4	5	64
	Manifestações Culturais e Folclóricas										
		Festa de São Benedito	3	3	2	3	3	3	3	2	45
		Festa de São Sebastião	1	0	0	3	3	0	0	0	20
		Festa da Dondoca	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Festa de Nossa Senhora da Luz	3	3	2	3	3	3	3	2	45
		Festa de Nossa Senhora do Rosário	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Festa de São Francisco	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Folclore - Congo e Chegança	3	3	2	3	3	3	3	1	43
		Vida Noturna - Broadway - Morro de São Paulo	3	4	5	5	3	3	3	5	62
		Zampiapunga (Caretas)	1	3	4	4	4	3	3	1	47

Fonte :FGV 2002

Anexo C 1 – Atrativos e Avaliações – Cairu (Continuação)

Natural									
Bainema - Ilha de Boipeba	1	0	0	5	4	0	0	0	29
Banho de Argila	2	0	0	3	3	0	0	0	22
Boca da Barra	1	0	0	5	3	0	0	0	26
Canais de Cairú	3	0	0	4	4	0	0	0	30
Ilha de Boipeba	2	2	5	5	4	3	4	5	61
Ilha de Tinharé	3	4	5	5	3	4	3	5	63
Ilhas do Canal de Taperoá	3	0	0	4	4	0	0	0	30
Lagoas de Morro de São Paulo	2	0	0	4	3	0	0	0	25
Manguezais de Cairú	3	0	0	4	4	0	0	0	30
Mergulho - Corais de Cairú	3	4	3	4	3	3	4	4	57
Mirante do Morro do Capitão	2	0	0	4	3	0	0	0	25
Pedras da Benedita, Tatiba e Tatimirim	1	0	0	5	4	0	0	0	29
Pesca do Marlin / Oceânica	1	0	0	5	3	0	0	0	26
Pesca Esportiva em Cairú	1	0	0	4	3	0	0	0	23
Piscinas Naturais de Boipeba	2	2	5	5	4	3	4	5	61
Piscinas Naturais de Garapuá	1	1	4	4	3	3	4	5	50
Praia Cueira - Ilha de Boipeba	2	2	4	4	3	3	4	5	54
Praia da Ponta dos Castelhanos	1	0	0	5	4	0	0	0	29
Praia de Gamboa do Morro - Ilha de Tinharé	2	3	4	3	3	4	3	5	52
Praia do Pontal ou da Barra - Ilha de Tinharé	2	0	0	4	3	0	0	0	25
Praia do Pratigi - Ilha de Tinharé	2	0	0	4	3	0	0	0	25
Praia do Quadro - Ilha de Tinharé	2	0	0	4	3	0	0	0	25
Praia e Lagoa de Garapuá - Ilha de Tinharé	1	1	4	4	3	3	4	5	50
Praia e Vila de São Sebastião ou Cova da Onça	1	0	0	4	4	0	0	0	26
Praia e Vila Moreré - Ilha de Boipeba	1	1	5	5	3	3	5	5	56
Praia Velha de Boipeba - Ilha de Boipeba	2	2	5	5	3	4	4	5	59
Primeira Praia - Ilha de Boipeba	2	2	5	5	3	4	4	5	59
Primeira Praia - Ilha de Tinharé	3	4	5	5	3	4	2	5	61
Quarta Praia - Ilha de Tinharé	2	3	5	5	3	4	4	5	61
Segunda Praia - Ilha de Tinharé	3	4	5	5	3	4	2	5	61
Tassimirim - Ilha de Boipeba	2	2	5	5	3	3	4	5	58
Terceira Praia - Ilha de Tinharé	3	4	5	5	3	4	2	5	61
Trilha da Fonte do Céu	3	1	5	5	4	2	4	5	60
Trilha de Velha Boipeba-Moreré	2	2	5	5	4	2	4	5	60
Trilha Gamboa-Galeão	2	0	0	4	3	0	0	0	25
Trilha Moreré-São Sebastião	1	0	0	5	4	0	0	0	29
Trilha Morro-Guarapuá-Boipeba	3	1	5	5	3	2	2	5	53

Fonte: FGV 2002

Camamu

Anexo C 2 – Atrativos e Avaliações – Camamu

Município	Categoria	Atrativos	Acessibilidade (2)	Infra-estrutura (2)	Escala (1)	Beleza (3)	Características culturais, históricas, sociais ou ambientais (3)	Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade (1)	Cond.Preserv. (2)	Sazonalidade (2)	Acumulado
Camamu			**101**	**43**	**53**	**114**	**117**	**48**	**45**	**62**	**1296**
	Acontecimentos Programados										
		Feira Livre de Camamu	4	3	3	2	3	3	3	4	49
		Festa do Beco na Semana Santa	4	4	3	3	4	4	3	2	54
	Histórico-Cultural										
		Centro Histórico de Camamu	4	3	4	4	4	3	2	5	59
		Fontes	3	0	0	2	3	0	0	0	21
		Povoado de Cajaíba do Sul	3	3	3	3	4	3	3	5	55
	Manifestações Culturais e Folclóricas										
		Artesanato de Camamu	2	3	3	3	3	3	3	5	50
		Encontro de Arte Popular	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Esmola de São Benedito	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Festa de Nossa Senhora Assunção (Padroeira)	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Festa de Oferenda a Iemanjá	4	3	3	3	4	3	3	2	51
		Festa de São Francisco em Cajaíba	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Festa de São João na Ilha Grande	3	2	3	3	4	4	3	2	48
		Folclore de Camamu	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Gastronomia Típica de Camamu	2	3	4	3	3	3	3	5	51
		Romaria Marítima ao Senhor do Bonfim	3	3	3	3	4	3	3	2	49
	Natural										
		Baía de Camamu (ilhas, praias, etc)	4	2	5	5	4	3	4	5	65
		Cachoeira da Pancada do Inferno	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Cachoeira e Povoado de Acaraí	4	3	3	4	3	4	3	5	58
		Cachoeira Santa Isabel (Cepel)	3	0	0	4	3	0	0	0	27
		Circuito Fluvial de Camamu	1	0	0	4	4	0	0	0	26
		Corredeira de Pinaré	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Corredeiras de Orojó	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Ecoturismo - Aldeia dos Índios / Pimentera	2	0	0	3	4	0	0	0	25
		Ilha da Pedra Furada	3	3	4	5	4	3	4	5	64
		Ilha Grande	3	3	4	4	3	3	2	5	54
		Manguezais de Camamu	4	0	0	3	4	0	0	0	29
		Mirantes Urbanos de Camamu	4	2	4	4	3	3	2	5	54
		Praia da Aldeia Velha	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Praia de Barcelos do Sul	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Praia de Gravatá	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Trilha do Rio Acaraí	4	0	0	3	3	0	0	0	26
		Turismo Náutico - Camamu	3	3	4	4	3	3	4	5	58
	Técnico-Científico										
		Casas de Farinha	1	0	0	3	3	0	0	0	20
		Estaleiro de grandes escunas	3	0	0	3	4	0	0	0	27
		Rodões de Dendê	2	0	0	3	3	0	0	0	22

Fonte: FGV 2002

Canavieiras

Anexo C 3 – Atrativos e Avaliações – Canavieiras

Município	Categoria	Atrativos	Acessibilidade (2)	Infra-estrutura (2)	Escala (1)	Beleza (3)	Características culturais, históricas, sociais ou ambientais (3)	Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade (1)	Cond.Preserv. (2)	Sazonalidade (2)	Acumulado
Canavieiras			**105**	**76**	**76**	**116**	**113**	**70**	**82**	**103**	**1565**
	Acontecimentos Programados										
		Festa do Padroeiro da cidade	4	3	3	2	3	3	3	2	45
		Festa dos Navegantes	4	3	3	2	3	3	3	2	45
		Festa Nacional do Caranguejo	4	3	3	2	4	4	3	2	49
		Festa de São Boaventura									
		Campeonato de Pesca Oceânica									
		Festa de São Sebastião									
	Histórico-Cultural										
		Biblioteca pública	4	0	0	3	3	0	0	0	26
		Museu									
		Centro Histórico de Canavieiras - Sítio Histórico Dr. Paulo Souto	4	4	3	3	3	4	4	5	59
		Ponte do Loyd									
		Igreja de Santo Antônio (ilha de Atalaia)									
		Fazenda Cubículo - 1o Cacaueiro	2	0	0	3	4	0	0	0	25
		Igreja de São Boaventura	4	3	2	3	4	3	3	5	56
		Sede da Prefeitura	4	3	2	3	3	3	3	5	53
	Manifestações Culturais e Folclóricas										
		Boi Duro / Terno de Reis/Maculelê	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Fazenda Vida	4	3	3	3	4	2	3	5	56
		Lavagem da Escadaria da Igreja Matriz	4	0	0	3	3	0	0	0	26
		Puxada de Mastro	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Gastronomia									
		Procissão de Bom Jesus									
		Carnaval Cultural									
	Natural										
		Pesca do Marlin / Oceânica	4	4	5	3	3	3	4	4	58
		Banho de Lama Negra	3	3	3	4	3	3	4	4	55
		Barra de Albino	2	0	0	4	4	0	0	0	28
		Barra de Atalaia	4	4	3	4	3	3	3	5	59
		Barra de Canavieiras	3	3	3	4	3	3	4	5	57
		Barra do Poxim	2	3	3	4	4	3	4	5	58
		Barra Velha	2	3	3	4	4	3	4	5	58
		Burundanga	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Canais de Canavieiras (pesca)	4	4	5	4	4	3	4	4	64
		Hidrovia Canavieiras-Belmonte	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Ilha das Garças	3	3	3	4	3	3	4	5	57
		Lagoa do Rocha (pesca)	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Manguezais dos rios Pardo, Cipó, Patipe e Jacaré	3	0	0	4	3	0	0	0	27
		Pesca nos Rios Pardo, Salsa e Patipe	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Praia da Barra Velha	2	3	3	4	4	3	4	5	58
		Praia da Costa de Canavieiras	3	4	4	4	3	3	3	5	58
		Praia de Atalaia	3	4	4	4	3	3	3	5	58
		Praia do Norte de Canavieiras	2	3	3	4	4	3	4	5	58
		Praia do Patipe	3	4	4	4	3	3	3	5	58
		Praia do Sul de Canavieiras	2	3	3	4	4	3	4	5	58
		Rio Pardo (pesca e passeio)	3	3	4	4	3	3	4	5	58
		(em branco)									
		Lagoa Santo Antônio									
		Ilha de Atalaia (vila de pescadores)									
		Rio Patipe (pesca)	3	3	4	4	3	3	4	5	58

Fonte: FGV 2002

Igrapiúna

Anexo C 4 – Atrativos e Avaliações – Igrapiúna

Município	Categoria	Atrativos	Acessibilidade (2)	Infra-estrutura (2)	Escala (1)	Beleza (3)	Características culturais, históricas, sociais ou ambientais (3)	Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade (1)	Cond.Preserv. (2)	Sazonalidade (2)	Acumulado
Igrapiúna			**55**	**23**	**23**	**84**	**70**	**26**	**25**	**19**	**755**
	Acontecimentos Programados										
		Carnaval do Contrato	2	3	3	3	3	4	3	2	45
		Festival do Caranguejo	3	3	3	3	3	3	3	2	46
		Torneio de Canoagem	2	3	3	3	3	4	3	2	45
		Torneio de Futebol de Areia	3	3	2	3	1	3	3	2	39
	Histórico-Cultural										
		Bumba-Meu-Boi de Igrapiúna	3	3	3	3	3	3	3	2	46
	Manifestações Culturais e Folclóricas										
		Artesanato de Igrapiúna (crochê, renda, côco, piaçava, papel machê)	2	0	0	3	4	0	0	0	25
		Festa de Nossa Senhora das Dores	3	3	3	3	3	3	3	2	46
		Festa do Cravo	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Gastronomia Típica de Igrapiúna	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Romaria	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Semana Santa	3	3	3	3	3	3	3	2	46
		Terno de Reis de Igrapiúna	3	0	0	3	3	0	0	0	24
	Natural										
		Cachoeira de Praia Grande	2	0	0	4	3	0	0	0	25
		Cachoeira Parafuso	2	0	0	4	3	0	0	0	25
		Coroa Vermelha	2	2	3	4	4	3	4	5	56
		Ilha de Âmbar	2	0	0	5	3	0	0	0	28
		Ilha do Papagaio	2	0	0	5	3	0	0	0	28
		Manguezais de Igrapiúna	3	0	0	4	3	0	0	0	27
		Ponta do Contrato	2	0	0	5	3	0	0	0	28
		Ponta do Santo	2	0	0	5	3	0	0	0	28
		Praia dos Tubarões	2	0	0	5	3	0	0	0	28
		Trilhas de Ecoturismo	2	0	0	4	3	0	0	0	25
	Técnico-Científico										
		Fazendas Reunidas Vale do Juliana	2	0	0	3	4	0	0	0	25

Fonte :FGV 2002

Ilhéus

Anexo C 5 – Atrativos e Avaliações - Ilhéus

Município	Categoria	Atrativos	Acessibilidade (2)	Infra-estrutura (2)	Escala (1)	Beleza (3)	Características culturais, históricas, sociais ou ambientais (3)	Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade (1)	Cond.Preserv. (2)	Sazonalidade (2)	Acumulado
Ilhéus			**250**	**179**	**157**	**234**	**229**	**171**	**167**	**234**	**3377**
	Acontecimentos Programados										
		Carnaval Cultural	4	4	3	3	3	4	3	1	49
		Feira de Moda e Turismo	4	4	2	2	2	4	3	2	44
		Festa do Cacau	4	0	0	2	3	0	0	0	23
		Festival do Camarão de Ilhéus	4	3	2	2	2	3	2	1	37
		Festival do Peixe	4	0	0	2	2	0	0	0	20
		Ilhéus Summer	4	0	0	3	4	0	0	0	29
		Semana Jorge Amado	4	0	0	3	4	0	0	0	29
		Travessia do Pontal	4	3	3	3	3	4	3	4	53
	Histórico-Cultural										
		Bar Vesúvio	4	4	3	2	4	4	4	4	57
		Bataclan	4	4	3	2	4	5	5	4	60
		Casa de Cultura Jorge Amado	4	4	4	3	4	4	4	5	63
		Castelo Novo	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Centro Histórico de Ilhéus	4	4	3	3	4	4	2	5	58
		Circo Folia de Gabriela	4	4	2	3	3	4	3	3	52
		Convento de Piedade	4	3	3	3	4	3	3	4	55
		Distrito de Rio do Braço	2	0	0	3	4	0	0	0	25
		Engenho Santana	2	0	0	4	4	0	0	0	28
		Museu Regional do Cacau	3	0	0	3	4	0	0	0	27
		Palácio Paranaguá	4	3	3	3	4	3	3	4	55
		Quarteirão Jorge Amado	4	4	3	3	4	4	4	5	62
		Teatro Municipal de Ilhéus	4	3	3	3	4	3	4	5	59
	Manifestações Culturais e Folclóricas										
		Festa de Iemanjá em Ilhéus	4	0	0	3	4	0	0	0	29
		Festa de São João em Ilhéus	4	3	2	2	3	3	2	1	40
		Gastronomia Típica de Ilhéus	3	3	2	3	3	2	3	5	50
		Puxada do Mastro e Festa de São Sebastião	4	3	3	3	4	3	3	1	49
		Terreiro de Candomblé de Ilhéus	3	3	3	3	3	3	3	4	50

Fonte: FGV 2002

Anexo C 5 – Atrativos e Avaliações – Ilhéus (continuação)

Natural									
Praia dos Coqueiros	3	3	3	4	3	3	3	5	55
APA Lagoa Encantada	3	3	4	4	4	4	4	4	60
Cachoeiras das Caldeiras	4	3	4	3	3	3	4	4	55
Estrada-Parque Ilhéus-Itacaré	4	0	0	2	3	0	0	0	23
Fazenda Olandy	3	0	0	3	3	0	0	0	24
Fazenda Primavera	3	4	3	3	3	2	4	5	55
Fazenda Renascer	2	0	0	4	4	0	0	0	28
Jardim Botânico Mata da Esperança	1	0	0	3	3	0	0	0	20
Mirantes Urbanos	2	1	2	3	2	3	3	5	42
Morro de Pernambuco	3	0	0	3	3	0	0	0	24
Olivença (Estância Hidromineral)	4	4	3	3	3	4	4	5	59
Pesca Oceânica	2	0	0	3	3	0	0	0	22
Praia Barramares	4	3	3	4	3	3	3	5	57
Praia Boca da Barra	4	3	3	4	3	3	3	5	57
Praia Cai n'Água	4	3	3	4	3	3	3	5	57
Praia Cururupe	4	4	3	4	3	3	3	5	59
Praia da Avenida	4	4	3	4	3	3	3	5	59
Praia da Concha de Ilhéus	4	4	3	4	3	3	3	5	59
Praia de Acuípe	3	4	3	4	3	3	3	5	57
Praia de Águas de Olivença	4	3	3	4	3	3	3	5	57
Praia de Batuba	4	4	3	4	3	3	3	5	59
Praia de Canabrava	4	4	3	4	3	3	3	5	59
Praia de São Miguel	4	3	3	4	3	3	3	5	57
Praia do Back Door	4	3	3	4	3	3	3	5	57
Praia do Cristo	4	4	3	4	3	3	3	5	59
Praia do Desejo	3	3	3	4	3	3	3	5	55
Praia do Jóia	4	3	3	4	3	3	3	5	57
Praia do Malhado	4	3	3	4	3	3	2	5	55
Praia do Norte de Ilhéus	4	4	3	4	3	3	3	5	59
Praia do Sul de Ilhéus	4	4	3	4	3	3	3	5	59
Praia dos Milionários	4	4	3	4	3	3	3	5	59
Praia Havaizinho	4	3	3	4	3	3	2	5	55
Praia Jairi	4	3	3	4	3	3	3	5	57
Praia Mamoã	3	3	3	4	3	3	3	5	55
Praia Mar e Sol	4	3	3	4	3	3	3	5	57
Praia Ponta da Tulha	3	3	3	4	3	3	3	5	55
Praia Ponta do Ramo	3	3	3	4	3	3	3	5	55
Praia Siriba	2	3	3	4	3	3	3	5	53
Rio Almada	3	2	3	4	3	3	4	5	55
Rio Cachoeira	4	0	0	3	3	0	0	0	26
Técnico-Científico									
Bio Fábrica	3	0	0	2	4	0	0	0	24
Centro de Recuperação do Bicho Preguiça	3	4	4	3	4	4	4	4	59
CEPED	3	0	0	3	3	0	0	0	24
CEPLAC - Cacau	3	4	4	3	4	4	4	4	59
Fábrica de Chocolate	4	4	2	2	3	3	3	5	52

Fonte: FGV 2002

Itacaré

Anexo C 6 – Atrativos e Avaliações - Itacaré

Município	Categoria	Atrativos	Acessibilidade (2)	Infra-estrutura (2)	Escala (1)	Beleza (3)	Características culturais, históricas, sociais ou ambientais (3)	Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade (1)	Cond.Preserv. (2)	Sazonalidade (2)	Acumulado
Itacaré			**168**	**102**	**134**	**194**	**163**	**91**	**132**	**149**	**2398**
	Acontecimentos Programados										
		Carnaval	4	3	2	2	2	2	3	2	40
		Reveillon	3	3	4	2	3	3	3	1	42
		Circuito Ecosurf	3	3	3	3	3	2	3	2	45
		Desfile da Independência Baiana	4	2	3	3	3	3	3	2	46
		Festa de 2 de Julho	4	2	3	3	3	3	3	2	46
		Festa de São Francisco de Assis	4	2	3	3	3	3	3	2	46
		Festa de São João em Itacaré	4	2	3	3	3	3	3	2	46
		Festa de São Miguel	4	2	3	3	3	3	3	2	46
		Regata Txai de canoas nativas	4	0	0	3	3	0	0	0	26
	Histórico-Cultural										
		Casario Histórico de Itacaré	4	0	0	3	3	0	0	0	26
		Distrito Taboquinhas	2	0	0	4	4	0	0	0	28
		Farol da Concha	3	2	2	4	2	3	4	5	51
		Matriz de São Miguel	4	2	3	3	3	3	3	5	52
	Manifestações Culturais e Folclóricas										
		Marujada	4	0	0	3	3	0	0	0	26
		Artesanato típico de Itacaré	2	3	2	3	3	1	3	4	45
		Bumba Meu Boi	3	3	2	3	3	2	3	2	44
		Candomblés	2	2	3	3	4	2	4	4	50
		Gastronomia Típica de Itacaré	3	3	2	3	3	2	3	5	50
		Grupos Estruturados de Capoeira	3	2	3	3	4	2	3	4	50
		Terno de Reis de Itacaré	4	2	3	3	3	3	3	1	44
	Natural										
		Cachoeira da Usina / Taboquinhas	3	2	3	4	3	2	4	4	52
		Cachoeira do Cleandro	3	2	3	4	3	2	4	4	52
		Estrada-Parque Itacaré-Ilhéus	4	0	0	2	3	0	0	0	23
		Fazenda São José	4	5	3	4	3	2	4	5	62
		Manguezais de Itacaré	2	2	2	3	3	3	3	4	45
		Observação de tartarugas	2	0	0	4	4	0	0	0	28
		Parque do Conduru - Ilhéus	2	0	0	4	4	0	0	0	28
		Praia da Concha de Itacaré	3	2	4	3	3	2	2	5	48
		Praia da Coroa	3	2	3	4	3	2	2	5	50
		Praia da Costa de Itacaré	4	3	4	4	3	2	4	5	59
		Praia da Ribeira	4	3	4	4	3	1	4	5	58
		Praia da Tiririca	4	3	4	4	3	1	4	5	58
		Praia de Camboinha	2	4	5	5	3	3	4	5	62
		Praia de Itacarezinho	4	4	5	5	3	3	4	5	66
		Praia do Patizeiro	3	2	5	5	3	3	4	5	60
		Praia do Pontal de Itacaré	2	0	0	4	3	0	0	0	25
		Praia do Rezende	4	3	4	4	3	2	4	5	59
		Praia Engenhoca	3	2	5	5	3	3	4	5	60
		Praia Hawaizinho / Burundanga	3	2	5	5	3	3	4	5	60
		Praia Jeribucaçu	3	2	5	5	3	3	4	5	60
		Praia Piracanga de Itacaré	2	0	0	4	3	0	0	0	25
		Praia São José	3	4	5	5	3	3	4	5	64
		Praia Siríaco	3	0	0	5	3	0	0	0	30
		Prainha	2	4	5	5	3	3	4	5	62
		Rio de Contas	3	2	4	4	3	2	3	5	53
		Rio Jeribucaçu	3	0	0	5	3	0	0	0	30
		Rio Tijuípe	3	0	0	5	3	0	0	0	30
		Surf	4	4	4	4	3	2	4	4	59
		Trilha das Gameleiras	4	3	4	4	4	2	4	4	60
		Trilha do Costão	4	0	0	4	4	0	0	0	32
		Trilha Interpretativa Alto da Esperança / Vila Camboinha	4	4	4	4	4	2	4	4	62

Fonte: FGV 2002

Ituberá

Anexo C 7 – Atrativos e Avaliações – Ituberá

Município	Categoria	Atrativos	Acessibilidade (2)	Infra-estrutura (2)	Escala (1)	Beleza (3)	Características culturais, históricas, sociais ou ambientais (3)	Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade (1)	Cond.Preserv. (2)	Sazonalidade (2)	Acumulado
Ituberá			**88**	**49**	**50**	**99**	**87**	**53**	**54**	**67**	**1177**
	Acontecimentos Programados										
		Micareta	4	3	3	3	2	4	3	2	46
		Projeto Verão	4	0	0	3	3	0	0	0	26
	Histórico-Cultural										
		Casa do Colecionador	4	4	3	3	3	3	3	4	54
		Igreja Nossa Senhora (Matriz)	4	0	0	3	3	0	0	0	26
		Vila de Itajaí	4	0	0	3	3	0	0	0	26
		Vila de Santo André (Igreja, Mirante, Povoado)	4	0	0	4	4	0	0	0	32
	Manifestações Culturais e Folclóricas										
		Artesanato típico de Ituberá - conchas e fibras naturais	2	3	3	3	3	3	3	5	50
		Boca de Lata	2	3	3	3	4	3	3	5	53
		Candomblé Elétrico (Centro Cultural)	3	3	3	3	3	3	3	4	50
		Festa de Santo André	3	3	3	3	3	3	3	2	46
		Gastronomia Típica de Ituberá - Frutos do Mar	4	3	3	3	3	3	3	5	54
		Romaria da Boa Viagem	3	3	3	3	3	3	3	2	46
	Natural										
		Balneários de Ituberá	4	3	2	2	2	3	3	4	45
		Barra do Serinhaém	2	0	0	5	4	0	0	0	31
		Cachoeira da Pancada Grande	3	3	4	4	3	4	4	5	59
		Cachoeira de Castro Alves	4	2	2	3	3	3	3	5	51
		Centro de Informação Turístico-Ambiental do Pratigi	4	3	3	3	4	4	4	5	60
		Estuário de Ituberá	2	0	0	5	4	0	0	0	31
		Lagoa Santa	3	0	0	4	3	0	0	0	27
		Mirante da Ponte do Saici	3	0	0	4	3	0	0	0	27
		Mirante de Santo André	3	3	4	4	3	4	3	5	57
		Parque da Comporta (Dique da Ponte)	4	4	3	4	3	4	4	5	62
		Pesca Esportiva em ituberá	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Praia da Boca da Lagoa	2	0	0	5	3	0	0	0	28
		Praia do Pratigi	4	3	4	5	3	4	5	5	66
		Turismo Náutico - Ituberá	3	0	0	4	3	0	0	0	27
		Turismo Rural (Ituberá)	2	0	0	4	3	0	0	0	25
	Técnico-Científico										
		Fazenda Piauí (Flores Tropicais)	2	3	4	3	3	2	4	4	50

Fonte: FGV 2002

Maraú

Anexo C 8 – Atrativos e Avaliações – Maraú

Município	Categoria	Atrativos	Acessibilidade (2)	Infra-estrutura (2)	Escala (1)	Beleza (3)	Características culturais, históricas, sociais ou ambientais (3)	Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade (1)	Cond.Preserv. (2)	Sazonalidade (2)	Acumulado
Maraú			**59**	**61**	**102**	**121**	**89**	**73**	**90**	**106**	**1437**
	Acontecimentos Programados										
		Campeonato de pesca de arremesso	2	3	3	3	3	4	3	2	45
		Campeonato de pesca submarina	2	3	3	3	3	4	3	2	45
		Festival da Tainha	2	3	3	3	3	4	3	2	45
	Histórico-Cultural										
		Ruínas da Fábrica	1	0	0	3	4	0	0	0	23
	Manifestações Culturais e Folclóricas										
		Cuncubi	2	0	0	3	3	0	0	0	22
	Natural										
		Cachoeira e Povoado do Tremembé	2	2	3	3	4	3	4	5	53
		Campinho	2	3	5	5	3	3	4	5	60
		Ilha de Sapinho	2	3	5	5	3	3	4	5	60
		Ilha do Goió	2	3	5	5	3	3	4	5	60
		Lagoa Azul	2	2	5	5	3	3	4	5	58
		Mergulho Autônomo (potencial)	1	0	0	4	3	0	0	0	23
		Morro de Taipu (Farol e Mirante)	2	2	5	5	3	4	3	5	57
		Morro do Celular (Morro da Bela Vista)	2	3	5	5	3	3	4	5	60
		Pesca Esportiva (potencial) - Maraú	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Praia Aibim	2	0	0	4	3	0	0	0	25
		Praia Arandi	2	0	0	4	3	0	0	0	25
		Praia da Saquaíra	2	3	4	4	3	3	4	5	56
		Praia das Mangueiras	3	3	5	5	3	3	4	5	62
		Praia de Algodões	2	3	4	4	3	3	4	5	56
		Praia de Ponta do Mutá	2	3	5	5	3	3	4	5	60
		Praia de Taipus de Fora	2	2	5	4	3	3	4	5	55
		Praia do Pontal de Maraú	2	2	4	4	3	3	4	5	54
		Praia e Lagoa do Cassange	2	3	5	5	3	3	4	5	60
		Praia e Vila de Barra Grande	3	3	5	4	3	4	4	5	60
		Praia Piracanga de Maraú	2	2	4	4	3	3	4	5	54
		Praia Três Coqueiros	2	3	5	5	3	3	4	5	60
		Rio Carapitangui	2	2	5	5	3	3	5	5	60
		Trilhas Ecoturísticas	2	2	5	5	3	2	5	5	59
		Turismo Náutico - Maraú	3	3	4	4	3	3	4	5	58

Fonte: FGV 2002

Nilo Peçanha

Anexo C 9 – Atrativos e Avaliações – Nilo Peçanha

Município / Categoria / Atrativos	Acessibilidade (2)	Infra-estrutura (2)	Escala (1)	Beleza (3)	Características culturais, históricas, sociais ou ambientais (3)	Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade (1)	Cond.Preserv. (2)	Sazonalidade (2)	Acumulado
Nilo Peçanha	**39**	**14**	**17**	**57**	**57**	**16**	**19**	**19**	**557**
Histórico-Cultural									
Povoado de Boitaraca	2	0	0	3	4	0	0	0	25
Povoado de Itiúca	2	0	0	3	4	0	0	0	25
Povoado de Jatimane	3	3	4	4	4	3	4	5	61
Povoado de São Francisco	2	0	0	3	4	0	0	0	25
Sobrado da Antiga Usina de Motupiranga	4	0	0	4	4	0	0	0	32
Manifestações Culturais e Folclóricas									
Artesanato Típico de Nilo Peçanha	2	0	0	3	3	0	0	0	22
Festa do Senhor do Bonfim	3	3	3	3	3	3	3	2	46
Gastronomia Típica de Nilo Peçanha (Tainha Defumada)	2	0	0	3	3	0	0	0	22
Romaria Marítima de Bom Jesus dos Navegantes	3	3	3	3	3	3	3	2	46
Zampiapunga - Nilo	4	3	4	4	4	4	5	5	66
Natural									
Barra dos Carvalhos	2	2	3	5	4	3	4	5	59
Cachoeira do Oco	2	0	0	4	3	0	0	0	25
Manguezais de Nilo Peçanha	2	0	0	4	4	0	0	0	28
Pesca Esportiva (potencial) - Nilo	2	0	0	4	3	0	0	0	25
Rio Jequié (Rafting)	2	0	0	3	3	0	0	0	22
Trilhas Ecoturísticas (Potencial)	2	0	0	4	4	0	0	0	28

Fonte: FGV 2002

Santa Luzia

Anexo C 10 – Atrativos e Avaliações – Santa Luzia

Município / Categoria / Atrativos	Acessibilidade (2)	Infra-estrutura (2)	Escala (1)	Beleza (3)	Características culturais, históricas, sociais ou ambientais (3)	Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade (1)	Cond.Preserv. (2)	Sazonalidade (2)	Acumulado
Santa Luzia	**41**	**22**	**30**	**58**	**58**	**24**	**32**	**45**	**682**
Acontecimentos Programados									
Romaria Montada do Jacarandá	3	2	3	3	4	4	3	2	48
Histórico-Cultural									
Poço dos Diamantes / Mineração	3	3	3	3	4	2	2	5	52
Manifestações Culturais e Folclóricas									
Artesanato típico de Santa Luzia	2	0	0	3	3	0	0	0	22
Gastronomia Típica de Santa Luzia	2	3	3	3	3	2	3	5	49
Natural									
APA do Lapão	2	0	0	5	4	0	0	0	31
Corredeiras da Betânia	3	2	3	4	3	2	4	4	52
Fazenda Boa Esperança	2	2	2	3	3	2	3	5	46
Fazenda do Lapão	2	2	2	3	3	2	3	5	46
Fazenda Jacarandá	2	0	0	3	3	0	0	0	22
Fazenda Salgado	2	0	0	3	3	0	0	0	22
Fazenda São Pedro	2	0	0	3	3	0	0	0	22
Gruta do Lapão	3	2	4	4	3	2	4	5	55
Lagoa Dourada	4	2	3	4	4	2	3	5	57
Rio Pardo	3	2	4	4	3	3	4	4	54
Sítio Arqueológico do Jacarandá	2	0	0	3	4	0	0	0	25
Trilhas dos Diamantes	2	2	3	4	4	3	3	5	54
Técnico-Científico									
Turismo Científico (Curso de Espeleologia / Programas de Intercâmbio Universitário)	2	0	0	3	4	0	0	0	25

Fonte: FGV 2002

Taperoá

Anexo C 11 – Atrativos e Avaliações – Taperoá

Município	Categoria	Atrativos	Acessibilidade (2)	Infra-estrutura (2)	Escala (1)	Beleza (3)	Características culturais, históricas, sociais ou ambientais (3)	Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade (1)	Cond.Preserv. (2)	Sazonalidade (2)	Acumulado
Taperoá			**30**	**6**	**6**	**32**	**31**	**7**	**7**	**7**	**302**
	Histórico-Cultural										
		Conjunto Arquitetônico da Sede	4	0	0	3	4	0	0	0	29
		Igreja de São Brás	4	3	3	3	4	4	4	5	60
	Manifestações Culturais e Folclóricas										
		Artesanato de Taperoá	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Festa de São Brás	3	3	3	3	3	3	3	2	46
	Natural										
		Araruna (balneário)	3	0	0	2	2	0	0	0	18
		Cachoeira de Paripe	2	0	0	4	3	0	0	0	25
		Cachoeira Mariana	1	0	0	4	3	0	0	0	23
		Canal de Taperoá	4	0	0	4	4	0	0	0	32
		Ilha da Fantasia / Encontro das Águas	4	0	0	2	1	0	0	0	17
		Turismo Rural (Taperoá)	2	0	0	4	4	0	0	0	28

Fonte:FGV 2002

Una

Anexo C 12 – Atrativos e Avaliações – Una

Município	Categoria	Atrativos	Acessibilidade (2)	Infra-estrutura (2)	Escala (1)	Beleza (3)	Características culturais, históricas, sociais ou ambientais (3)	Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade (1)	Cond.Preserv. (2)	Sazonalidade (2)	Acumulado
Una			**85**	**42**	**51**	**104**	**93**	**45**	**50**	**75**	**1191**
	Histórico-Cultural										
		Armazéns Antigos da Empresa Policultora	2	0	0	2	4	0	0	0	22
		Casario da Beira Rio	4	0	0	2	3	0	0	0	23
		Cidade Cenográfica da Novela Porto dos Milagres	4	2	3	3	4	3	3	5	55
		Farol de Comandatuba	3	2	3	3	3	3	3	5	50
		Igreja Matriz de São José	4	0	0	2	3	0	0	0	23
		Museu da Casa da Família Almeida	2	0	0	3	4	0	0	0	25
		Povoado de Comandatuba	4	3	3	3	3	4	3	5	55
		Vila de Pedras	2	0	0	4	3	0	0	0	25
	Manifestações Culturais e Folclóricas										
		Artesanato Típico de Una (casca de uma e imbé)	2	3	3	3	3	3	3	5	50
		Gastronomia Típica de Una	3	3	3	3	3	3	3	5	52
	Natural										
		Cachoeira da Pancada Alta	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Cachoeira de Cariua	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Corredeiras do Rio Aliança	3	0	0	4	3	0	0	0	27
		Corredeiras do Rio Una	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Ecoparque de Una	3	5	5	5	3	4	5	5	69
		Ilha da Fantasia	3	4	4	4	3	3	3	5	58
		Ilha de Comandatuba	3	3	4	4	3	3	4	5	58
		Ilha do Desejo	4	3	3	3	3	3	2	5	52
		Lagoa dos Mabaços	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Manguezal de Comandatuba	3	2	3	4	3	3	4	5	55
		Manguezal de Lençóis	3	0	0	4	3	0	0	0	27
		Manguezal de Pedras	3	0	0	4	3	0	0	0	27
		Pesca Esportiva e Artesanal	4	3	4	4	3	3	3	5	58
		Praia de Comandatuba	3	3	4	4	3	3	4	5	58
		Praia de Independência	2	0	0	4	3	0	0	0	25
		Praia de Itapororoca	2	0	0	4	3	0	0	0	25
		Praia de Lençóis	3	2	3	4	3	3	4	5	55
		Praia de Una Mirim	2	2	3	4	3	2	3	5	50
		Rio Acuípe	2	2	3	4	3	2	3	5	50
		Turismo Rural (Una)	2	0	0	4	3	0	0	0	25

Fonte:FGV 2002

Uruçuca

Anexo C 13 – Atrativos e Avaliações – Uruçuca

Município	Categoria	Atrativos	Acessibilidade (2)	Infra-estrutura (2)	Escala (1)	Beleza (3)	Características culturais, históricas, sociais ou ambientais (3)	Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade (1)	Cond.Preserv. (2)	Sazonalidade (2)	Acumulado
Uruçuca			**73**	**31**	**36**	**76**	**73**	**34**	**36**	**49**	**895**
	Acontecimentos Programados										
		Festa da emancipação da cidade	4	0	0	2	3	0	0	0	23
	Histórico-Cultural										
		Festejos de São João e São Pedro	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Igreja da Nossa Senhora da Conceição	4	0	0	2	3	0	0	0	23
		Povoado e Represa de Serra Grande	4	3	3	3	3	4	3	5	55
	Manifestações Culturais e Folclóricas										
		Capoeira	4	0	0	3	3	0	0	0	26
		Artesanato Típico de Uruçuca	2	3	3	3	3	3	3	5	50
		Chegada de Jangadas	3	2	3	3	4	2	4	5	54
		Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição	3	3	3	3	3	3	3	2	46
		Festa de São Pedro em Uruçuca	3	3	3	3	3	3	3	2	46
		Gastronomia Típicade Uruçuca	3	3	3	3	3	3	3	5	52
		Turismo Rural (Uruçuca)	2	0	0	4	3	0	0	0	25
	Natural										
		Barra do Sargi	4	3	4	4	3	3	3	5	58
		Cachoeira do Zé Maria e Poço do Robalo	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Corredeiras e Rafting (potencial)	3	0	0	4	3	0	0	0	27
		Fazenda Florian / Cachoeira do Tijuípe / do Carioca	4	4	3	3	3	4	4	5	59
		Mirante de Serra Grande	4	2	4	4	3	3	3	5	56
		Parque do Conduru - Uruçuca	3	0	0	4	4	0	0	0	30
		Praia do Pé-de-Serra	4	3	4	4	3	3	3	5	58
		Praia do Pompilho	3	0	0	5	3	0	0	0	30
		Prainha de Uruçuca	3	0	0	4	3	0	0	0	27
	Técnico-Científico										
		Associação de Pequenos Produtores e Projeto Floresta Viva	3	0	0	3	4	0	0	0	27
		Fazenda Pancadinha (Pupunha)	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Fazendas de Cacau	2	2	3	3	4	3	4	5	53

Fonte:FGV 2002

Valença

Anexo C 14 – Atrativos e Avaliações – Valença

Município	Categoria	Atrativos	Acessibilidade (2)	Infra-estrutura (2)	Escala (1)	Beleza (3)	Características culturais, históricas, sociais ou ambientais (3)	Apoio do Poder Público e Importância para a Comunidade (1)	Cond.Preserv. (2)	Sazonalidade (2)	Acumulado
Valença			**94**	**35**	**40**	**120**	**118**	**37**	**38**	**47**	**1219**
	Acontecimentos Programados										
		Carnaval Folclórico	4	3	3	3	3	4	3	2	49
		Festa de São João em Valença	3	3	3	3	3	3	3	2	46
		Festival do Camarão de Valença	3	3	3	3	3	4	3	2	47
	Histórico-Cultural										
		Centro Histórico de Valença	4	3	3	4	4	2	2	5	57
		Estância Azul	3	1	3	3	4	2	4	5	52
		Igreja da Matriz do Sagrado Coração de Jesus	3	3	3	3	4	3	3	5	55
		Igreja do Amparo	4	0	0	4	4	0	0	0	32
		Ruínas da antiga Fábrica Têxtil de Valença (Fábrica Todos os Santos)	2	0	0	4	4	0	0	0	28
		Vila Velha de Jequiriçá	3	0	0	2	4	0	0	0	24
	Manifestações Culturais e Folclóricas										
		Festa de Iemanjá	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Boi Bumbá	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Candomblé de Valença	2	0	0	3	4	0	0	0	25
		Festa da Matriz / Feira da Paróquia	3	3	3	3	3	3	3	2	46
		Festa de São Jorge	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Festa de São Pedro em Valença	3	3	3	3	3	3	3	2	46
		Festa do Amparo - Lavagem do Amparo	3	3	3	3	3	3	3	2	46
		Gastronomia Típica de Valença	4	3	4	3	3	3	3	5	55
		Grupo Arguidá	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Puxada de Rede	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Samba de Roda	3	0	0	3	3	0	0	0	24
		Zampiapunga - Valença	2	0	0	3	4	0	0	0	25
	Natural										
		Barra do Rio Jequiriçá	1	0	0	5	3	0	0	0	26
		Cachoeira da Água Branca	3	0	0	4	3	0	0	0	27
		Cachoeira do Bambu (Rio do Engenho)	2	0	0	4	3	0	0	0	25
		Cachoeira do Candengo	2	0	0	4	3	0	0	0	25
		Cachoeira do Rio do Ouro (rafting)	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Corredeiras de Paulo (Bóia-Cross)	2	0	0	4	3	0	0	0	25
		Corredeiras de Sarapuí	1	0	0	5	4	0	0	0	29
		Ilhas do Conde e da Esperança (balneário)	2	2	2	2	2	2	2	5	38
		Pancada de Baixo / Pancada de Cima	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Ponta do Curral	2	2	3	5	3	3	4	5	56
		Praia e Vila de Guaibim	4	3	4	4	3	2	2	5	55
		Serra do Abiá - Vôo Livre	2	0	0	4	3	0	0	0	25
	Técnico-Científico										
		Conjunto de Construção Naval	2	0	0	2	4	0	0	0	22
		Piscicultura de Valença	2	0	0	3	3	0	0	0	22
		Produção de Dendê (Roldões)/ Mandioca e Artesanato	2	0	0	3	4	0	0	0	25

Fonte: FGV 2002

Anexo D – Reuniões Participativas

Metodologia de Cada Modalidade de Reunião

Workshop

Os objetivos do das reuniões de Workshop (WS) estiveram relacionados à primeira aproximação com a comunidade para a realização do trabalho. Assim, foi apresentado o PRODETUR à comunidade, por um representante da SUINVEST, Unidade Executora do Programa no Estado da Bahia (UEE). Na apresentação, se transmitiu a filosofia, a finalidade e os objetivos do programa, o montante de financiamento e a maneira pela qual seria elaborado o PDITS.

Num segundo momento, os participantes se apresentaram e identificaram características de cada município, através de um levantamento dos pontos fortes e fracos do turismo em cada um deles.

Além disso, foram levantadas junto à comunidade fontes de informação que poderiam ajudar na realização da pesquisa de campo.

Para o Pólo Litoral Sul, esta etapa foi realizada em 2 reuniões. A metodologia utilizada para a dinâmica da reunião foi a METAPLAN, brevemente descrita abaixo:

Metodologia

A metodologia utilizada para as interações com a comunidade foi a METAPLAN. Para a aplicação desta metodologia, se faz necessário um mediador, responsável por controlar o tempo e conduzir a reunião.

Formam-se grupos por município (tentar não formar grupos com mais de 10 pessoas, subdividindo um município em vários grupos, se necessário).

Etapas:

1. Identificação dos Pontos Fortes do Turismo

Os pontos fortes são escritos em fichas azuis. Cada grupo elege um redator, que será responsável por preencher as fichas. Os pontos fortes são identificados para três quesitos da atividade turística:

- Produtos e Atrativos Turísticos;
- Equipamentos e serviços Turísticos; e
- Infra-Estrutura Turística;

É importante que somente um ponto forte seja escrito em cada ficha.

Uma pessoa do grupo cola as fichas azuis na parede, separando-as pelos quesitos mencionados.

Depois que todos os municípios tenham escrito os pontos fortes e colocado na parede, todos os municípios repassam (ouvem, opinam, sugerem) os pontos fortes de cada um, sendo o mediador responsável por ler e revisar todos eles.

Após revisar os pontos fortes, cada membro de cada grupo municipal recebe 5 etiquetas adesivas e cola uma etiqueta por atrativo que considera mais importante. Assim, cada membro tem direito de votar em cinco pontos fortes que considere mais importante. Cada participante deve votar apenas uma vez em cada ponto forte escolhido, evitando distorções na priorização dos pontos fortes. Os pontos fortes que contarem com mais votos no final da atividade são considerados os mais importantes.

2. Identificação dos Pontos Fracos do Turismo

Os pontos fracos serão escritos em fichas amarelas. O redator será responsável pelo preenchimento das fichas.

Os pontos fracos para o desenvolvimento do turismo devem ser levantados sem preocupação com os quesitos, devendo ser considerados quaisquer sejam os pontos fracos.

Uma pessoa do grupo cola as fichas com os pontos negativos na parede. Assim como foi feito com os pontos fortes, todos os grupos repassam os pontos fracos de cada município, com o mediador lendo e revisando todos eles.

Após revisar os pontos fracos, cada membro de cada grupo recebe as 5 etiquetas adesivas e vota nos pontos fracos que considere mais graves ou urgentes. Assim é feita a priorização dos pontos fracos.

Programação das Reuniões de Workshop

09:30 – Apresentação do PRODETUR NE II pela SUINVEST

09:45 – Apresentação dos Participantes

09:55 – Explicação da Metodologia METAPLAN pela FGV

10:00 – Levantamento dos pontos fortes do turismo em cada município

10:30 – Fixação das fichas azuis nas paredes

10:45 – Leitura Coletiva das fichas azuis

11:15 – Priorização dos Pontos Fortes

11:30 – Avaliação dos Pontos Fracos do turismo em cada município

12:00 – Fixação das fichas amarelas nas paredes

12:15 – Leitura coletiva das fichas amarelas

12:45 – Identificação dos Pontos Fracos mais graves e/ou urgentes

13:00 – Intervalo

13:15 – Aplicação das perguntas orientadoras / identificação de fontes locais de informação pela FGV

14:00 – Agradecimentos e Encerramento

Diagnóstico

A segunda rodada de reuniões com a comunidade contou com uma apresentação do diagnóstico levantado na pesquisa de campo e em pesquisas de dados sobre a região. Num segundo momento, as reuniões tiveram a interação dos presentes, que indicaram soluções possíveis para os problemas levantados no Workshop e avaliaram os principais atrativos de seus municípios. Esta etapa se deu também em 5 reuniões, com a mesma divisão de municípios das reuniões de Workshop.

Metodologia

A metodologia utilizada para as interações destas reuniões foi bastante simples, e tiveram como base os resultados das reuniões de Workshop.

Primeiramente, foram regatados os pontos fracos das reuniões de Workshop. Separados por município, os presentes reviram cada um de seus pontos fracos e sugeriram possíveis soluções ou ações mitigadoras destes problemas. Uma ficha previamente preparada para cada município continha os pontos fracos mais votados e espaços para o preenchimento de possíveis soluções. Ainda nesta ficha, havia espaços disponíveis para os presentes listarem pontos fracos e soluções que não tenham aparecido nas reuniões de Workshop.

No segundo momento de interação nas reuniões de Diagnóstico, foram resgatados os principais atrativos votados como pontos fortes do turismo em cada município. Em outra ficha previamente preparada, os presentes puderam caracterizar os atrativos de seus municípios de acordo com o segmento de turistas a que atendem; atividades realizadas no atrativo, experiência turística, etc.

Programação das Reuniões de Diagnóstico

09:00 – Apresentação da reunião pela SUINVEST

09:15 – Primeiro contato das comunidades com o Conselho Gestor do Pólo, apresentado pelo Banco do Nordeste

09:45 – Apresentação do Diagnóstico pelos consultores da FGV

11:30 – Primeira interação: levantamento de possíveis soluções para os Pontos Fortes das reuniões de WS.

12:30 – Segunda interação: caracterização dos atrativos

13:30 – Agradecimentos e Encerramento

Estratégias

Nas reuniões de estratégia apresentou-se a estratégia do desenvolvimento turístico para o Estado da Bahia e as estratégias sub-regionais de cada Zona Turística.

Na interação foram solicitadas dos participantes novas ações em prol do turismo na região. As primeiras ações, geradas na reunião de diagnóstico, se caracterizam por serem corretivas, já que tiveram como origem os pontos fracos da região. As ações solicitadas nesta região tiveram um enfoque mais pró-ativas, relacionadas às estratégias apresentadas e com o objetivo de aumentar a competitividade do Pólo Litoral Sul.

Depois de completadas as ações, os participantes priorizaram-nas. Esta priorização foi a base para a definição do plano de ação, identificando as ações mais importantes e urgentes.

Esta etapa de interação se deu em para o Pólo Litoral Sul em duas reuniões, uma em Nova Viçosa (juntamente com o município de Mucuri) e uma em Prado, juntando os municípios de Alcobaça e Caravelas.

Metodologia

Para a interação com a comunidade, foi preparada uma ficha com as ações já propostas e espaços em branco, para incremento de novas ações. A ficha tinha também um campo de prioridade, para cada uma das ações. Assim, após corrigirem as ações previamente propostas e inserirem novas ações, os participantes discutiram em grupos por município a prioridade adequada a cada ação.

Programação das Reuniões de Estratégias

09:00 – Apresentação da reunião pela SUINVEST

09:15 – Apresentação das estratégias para o Estado da Bahia e das estratégias Sub-Regionais (por ZT) pelos consultores da FGV

10:30 – Primeira interação: classificação das estratégias por área estratégica

11:30 – Segunda interação: priorização das soluções propostas nas reuniões de Diagnóstico

12:30 – Agradecimentos e Encerramento

Material Utilizado Para Interação

Workshop

Formulário de Perguntas Orientadoras

Desenvolvido para levantamento de algumas informações e para uma primeira orientação da visita dos consultores em campo.

PRODETUR NE - II

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO TURISMO SUSTENTADO (**PDITS**)

Reunião de Levantamento de Pontos Fortes e Pontos Fracos do Turismo

SEU MUNICíPIO: _____

1. Quais as principais **atividades econômicas** do município?
2. Quais os principais **novos investimentos** do setor privado em turismo no local?
3. Quais os **destinos concorrentes** e quem está atraindo mais turistas? **Porque**?
4. Quais as principais **entidades de treinamento e capacitação** para turismo?
5. Como é a relação entre o **setor privado** e a **área pública** de turismo?
6. Como é a relação do cidadão com os turistas e com o turismo no que diz respeito à:
   - Lixo
   - Cortesia
   - Higiene
   - Apresentação pessoal
   - Assédio
7. Existem programas de **conscientização e sensibilização envolvendo:**
   - Servidores Públicos
   - Policiais
   - Fiscais (do ambiente e de construção)
   - Garis
   - Agentes de Informação
   - Agentes de trânsito
   - Guias
   - Ambulantes
   - Barraqueiros
8. Contatos Indicados:

Diagnóstico

Ficha de Caracterização e Segmentação de Atrativos

Desenvolvido para levantamento de informações complementares sobre os atrativos levantados no Workshop e na Pesquisa de Campo. O exemplo abaixo se refere à Aldeia Hippie, em Camaçari:

PRODETUR NE-II

Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS)

Reunião de Diagnóstico

Ficha de Avaliação de ATRATIVO

Município: **Arembepe**

Atrativo: Aldeia Hippie

Atividades Realizadas

- ☐ Artesanato
- ☐ Banho
- ☐ Bicicleta
- ☐ Caminhada
- ☐ Camping
- ☐ Canoagem
- ☐ Cavalgada
- ☐ City-Tours
- ☐ Esqui
- ☐ Fotografia
- ☐ Gastronomia
- ☐ Jet-Ski
- ☐ Mergulho
- ☐ Merg Autônomo
- ☐ Mirante
- ☐ Observação de Fauna
- ☐ Paraquedismo
- ☐ Pass. de Barco / Escuna
- ☐ Pesca
- ☐ Rafting
- ☐ Rapel
- ☐ Surfe
- ☐ Wind / Kite-Surf
- ☐ Trekking
- ☒ Outros: _____

Segmentos Atendidos

- ☐ Ecoturismo
- ☐ Turismo de Aventura
- ☐ Turismo de Eventos
- ☐ Turismo Histórico-Cultural
- ☐ Turismo Lazer / Entretenimento
- ☐ Turismo Náutico / de Pesca
- ☐ Turismo de Negócios
- ☐ Turismo Religioso
- ☐ Turismo Rural
- ☐ Turismo Terapêutico
- ☒ Outros: _____

Experiência Turística: ☐

USE:

- A+++ Ótima
- A Boa
- B Razoável
- C Fraca

Observações sobre o Atrativo:

Ficha de Ações Recomendadas por Ponto Fraco

Para sugestões de ações mitigadoras para os pontos fracos levantados no Workshop.

PRODETUR NE-II

Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS)

Reunião de Diagnóstico

Ações Recomendadas

Conde

Pontos Fracos	Votos
Não há saneamento básico	26

Ações Recomendadas

Orla degradada e equipamentos inadequados/obsoletos - barracas de praia	20

Ações Recomendadas

Precária qualidade de mão de obra de serviços	17

Ações Recomendadas

Estratégias

Ficha de Priorização das Ações Recomendadas

Para que os participantes decidissem, por município, qual seria a prioridade dada a cada ação sugerida na reunião de Diagnóstico:

PRODETUR NE - II

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INTEGRADO
DO TURISMO SUSTENTADO (PDITS)
Reunião de Estratégia

Alcobaça

Ações recomendadas nas reuniões preliminares	Prioridade A	Prioridade B
Adequar o aeroporto para receber passageiros de toda região e estrangeiros		
Capacitar funcionário municipais ligados ao turismo		
Capacitar os empresários na formação do poder		
Concluir a Linha Verde para acesso a Porto Seguro		
Criar congressos monitorados por especialistas nas áreas de Turismo e Relações Humanas para as cidade da Costa		
Criar parcerias com empresas parar criar um ginásio de esporte		
Criar parcerias com entidades de ecoturismo para obter recursos financeiros para o desenvolvimento de atividades		
Elaborar plano de capacitação da mão de obra em parceria com BN, SEBRAE e SENAI (já obteve)		
Estimular as empresas turísticas locais a investirem em eventos para a permanência do turista na cidade		
Estimular eventos fora da estação de veraneio		
Formar agentes multiplicadores para fiscalização ambiental		
Implantar a Agenda 21 para conscientizar a comunidade sobre o turismo (em andamento)		
Informar as autoridades sobre os conselhos tutelares através de pesquisa cientificamente comprovada		
Intercâmbio entre entidades estaduais e municipais ligadas ao turismo para divulgação da Costa das Baleias		
Procurar parcerias para a conclusão da urbanização da orla		
Reestruturar as ONGs já existentes e criar novas associações, proporcionando suporte		
Reunir empresários e pescadores para que a produção pesqueira se centralize no município		
Reunir prefeituras de Caravelas, Mucuri, N. Viçosa, Prado e Alcobaça para melhoria do aeroporto		
Viabilizar estradas rurais e canais da Bacia Hidrográfica		

Anexo E – Legislação Acerca do Patrimônio Histórico

Decreto-lei n° 25, de 30 de novembro de 1937

Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Artigo 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

§ 1º - Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o Art. 4º desta lei.

§ 2º - Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela Natureza ou agenciados pela indústria humana.

Artigo 2º - A presente lei se aplica às coisas pertencentes às pessoas naturais, bem como às pessoas jurídicas de direito privado e de direito público interno.

Artigo 3º - Excluem-se do patrimônio histórico e artístico nacional as obras de origem estrangeira:

1º) que pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no País;

2º) que adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras, que façam carreira no País;

3º) que se incluam entre os bens referidos no art. 10 da Introdução ao Código Civil, e que continuam sujeitas à lei pessoal do proprietário;

4º) que pertençam a casas de comércio de objetos históricos ou artísticos;

5º) que sejam trazidas para exposições comemorativas, educativas ou comerciais;

6º) que sejam importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno dos respectivos estabelecimentos.

Parágrafo único: As obras mencionadas nas alíneas 4 e 5 terão guia de licença para livre trânsito, fornecida pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CAPÍTULO II

Do Tombamento

Artigo 4º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá quatro Livros do Tombo, nos quais serão inscritas as obras a que se refere o art. 1º desta lei, a saber:

1º) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º;

2º) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;

3º) no Livro do Tombo das Belas-Artes, as coisas de arte erudita nacional ou estrangeira;

4º) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 1º - Cada um dos Livros do Tombo poderá ter vários volumes.

§ 2º - Os bens, que se incluem nas categorias enumeradas nas alíneas 1, 2, 3 e 4 do presente artigo, serão definidos e especificados no regulamento que for expedido para execução da presente lei.

Artigo 5º - O tombamento dos bens pertencentes à União, aos Estados e aos Municípios se fará de ofício por ordem do Diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, mas deverá ser notificado à entidade a quem pertencer, ou sob cuja guarda estiver a coisa tombada, a fim de produzir os necessários efeitos.

Artigo 6º - O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou à pessoa jurídica de direito privado se fará voluntária ou compulsoriamente.

Artigo 7º - Proceder-se-á ao tombamento voluntário sempre que o proprietário o pedir e a coisa se revestir dos requisitos necessários para constituir parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou sempre que o mesmo proprietário anuir, por escrito, à notificação, que se lhe fizer, para inscrição da coisa em qualquer dos Livros do Tombo.

Artigo 8º - Proceder-se-á ao tombamento compulsório quando o proprietário se recusar a anuir à inscrição da coisa.

Artigo 9º - O tombamento compulsório se fará de acordo com o seguinte processo:

1º) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, por seu órgão competente, notificará o proprietário para anuir ao tombamento, dentro do prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, ou para, se o quiser impugnar, oferecer dentro do mesmo prazo as razões de sua impugnação;

2º) no caso de não haver impugnação dentro do prazo assinado, que é fatal, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará por simples despacho que proceda à inscrição da coisa no competente Livro do Tombo;

3º) se a impugnação for oferecida dentro do prazo assinado, far-se-á vista da mesma, dentro de outros quinze dias fatais, ao órgão de que houver emanado a iniciativa do tombamento, a fim de sustentá-la. Em seguida, independentemente de custas, será o processo remetido ao Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico Nacional, que proferirá decisão a respeito, dentro do prazo de sessenta dias, a contar do seu recebimento. Dessa decisão não caberá recurso.

Artigo 10º - O tombamento dos bens, a que se refere o art. 6º desta lei, será considerado provisório ou definitivo, conforme esteja o respectivo processo iniciado pela notificação ou concluído pela inscrição dos referidos bens no competente Livro do Tombo.

Parágrafo único - Para todos os efeitos, salvo a disposição do art. 13 desta lei, o tombamento provisório se equipará ao definitivo.

CAPÍTULO III

Dos efeitos do tombamento

Artigo 11º - As coisas tombadas, que pertençam à União, aos Estados ou aos Municípios, inalienáveis por natureza, só poderão ser transferidas de uma à outra das referidas entidades.

Parágrafo único. Feita a transferência, dela deve o adquirente dar imediato conhecimento ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 12º - A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, sofrerá as restrições constantes da presente lei.

Artigo 13º - O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

§ 1º - No caso de transferência de propriedade dos bens de que trata este artigo, deverá o adquirente, dentro do prazo de trinta dias, sob pena de multa de dez por centro sobre o respectivo valor, fazê-la constar do registro, ainda que se trate de transmissão judicial ou causa mortis.

§ 2º - Na hipótese de deslocação de tais bens, deverá o proprietário, dentro do mesmo prazo e sob pena da mesma multa, inscrevê-los no registro do lugar para que tiveram sido deslocados.

§ 3º - A transferência deve ser comunicada pelo adquirente, e a deslocação pelo proprietário, ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, dentro do mesmo prazo e sob a mesma pena.

Artigo 14º - A coisa tombada não poderá sair do País, senão por curto prazo, sem transferência de domínio e para fim de intercâmbio cultural, a juízo do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 15º - Tentada, a não ser no caso previsto no artigo anterior, a exportação para fora do País, da coisa tombada, será esta seqüestrada pela União ou pelo Estado em que se encontrar.

§ 1º - Apurada a responsabilidade do proprietário, ser-lhe-á imposta a multa de cinqüenta por cento do valor da coisa, que permanecerá seqüestrada em garantia do pagamento, e até que este se faça.

§ 2º - No caso de reincidência, a multa será elevada ao dobro.

§ 3º - A pessoa que tentar a exportação de coisa tombada, além de incidir na multa a que se referem os parágrafos anteriores, incorrerá nas penas cominadas no Código Penal para o crime de contrabando.

Artigo 16º - No caso de extravio ou furto de qualquer objeto tombado, o respectivo proprietário deverá dar conhecimento do fato ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico

Nacional, dentro do prazo de cinco dias, sob pena de multa de dez por cento sobre o valor da coisa.

Artigo 17º - As coisas tombadas não poderão, em caso nenhum, ser destruídas, demolidas ou mutiladas, nem, sem prévia autorização especial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ser reparadas, pintadas ou restauradas, sob pena de multa de cinqüenta por cento do dano causado.

> Parágrafo único: Tratando-se de bens pertencentes à União, aos Estados ou aos Municípios, a autoridade responsável pela infração do presente artigo incorrerá pessoalmente na multa.

Artigo 18º - Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso multa de cinqüenta por cento do valor do mesmo objeto.

Artigo 19º - O proprietário de coisa tombada, que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que a mesma requerer, levará ao conhecimento do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e necessidade das mencionadas obras, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância eme que for avaliado o dano sofrido pela mesma coisa.

> § 1º - Recebida a comunicação, e consideradas necessárias as obras, o diretor do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional mandará executá-las, a expensas da União, devendo as mesmas ser iniciadas dentro do prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa.
>
> § 2º - À falta de qualquer das providências previstas no parágrafo anterior, poderá o proprietário requerer que seja cancelado o tombamento da coisa.
>
> § 3º - Uma vez que verifique haver urgência na realização de obras e conservação ou reparação em qualquer coisa tombada, poderá o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tomar a iniciativa de projetá-las e executá-las, a expensas da União, independentemente da comunicação a que alude este artigo, por parte do proprietário.

Artigo 20º - As coisas tombadas ficam sujeitas à vigilância permanente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, que poderá inspecioná-las sempre que for julgado conveniente, não podendo os respectivos proprietários ou responsáveis criar obstáculos à inspeção, sob pena de multa de cem mil réis, elevada ao dobro em caso de reincidência.

Artigo 21º - Os atentados cometidos contra os bens de que trata o art. 1º desta lei são equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

CAPÍTULO IV

Do direito de preferência

Artigo 22º - Em face da alienação, onerosa de bens tombados, pertencentes a pessoas naturais ou a pessoas jurídicas de direito privado, a União, os Estados e os Municípios terão, nesta ordem, o direito de preferência.

> § 1º - Tal alienação não será permitida sem que previamente sejam os bens oferecidos, pelo mesmo preço, à União, bem como ao Estado e ao Município em que se

encontrarem. O proprietário deverá notificar os titulares do direito de preferência a usá-lo, dentro de trinta dias, sob pena de perdê-lo.

§ 2º - É nula a alienação realizada com violação do disposto no parágrafo anterior, ficando qualquer dos titulares do direito de preferência habilitado a seqüestrar a coisa e a impor a multa de vinte por cento do seu valor ao transmitente e ao adquirente, que serão por ela solidariamente responsáveis. A nulidade será pronunciada, na forma da lei, pelo juiz que conceder o sequestro, o qual só será levantado depois de paga a multa e se qualquer dos titulares do direito de preferência não tiver adquirido a coisa no prazo de trinta dias.

§ 3º - O direito de preferência não inibe o proprietário de gravar livremente a coisa tombada, de penhor, anticrese ou hipoteca.

§ 4º - Nenhuma venda judicial de bens tombados se poderá realizar sem que, previamente, os titulares do direito de preferência sejam disso notificados judicialmente, não podendo os editais de praça ser expedidos, sob pena de nulidade, antes de feita a notificação.

§ 5º - Aos titulares do direito de preferência assistirá o direito de remissão, se dela não lançarem mão, até a assinatura do auto de arrematação ou até a sentença de adjudicação, as pessoas que, na forma da lei, tiverem a faculdade de remir.

§ 6º - O direito de remissão por parte da União, bem como do Estado e do Município em que os bens se encontrarem, poderá ser exercido, dentro de cinco dias a partir da assinatura do auto de arrematação ou da sentença de adjudicação, não se podendo extrair a carta enquanto não se esgotar este prazo, salvo se o arrematante ou o adjudicante for qualquer dos titulares do direito de preferência.

CAPÍTULO V

Disposições gerais

Artigo 23º - O Poder Executivo providenciará a realização de acordos entre a União e os Estados, para melhor coordenação e desenvolvimento das atividades relativas à proteção do patrimônio histórico e artístico nacional e para a uniformização da legislação estadual complementar sobre o mesmo assunto.

Artigo 24º - A União manterá, para conservação e exposição de obras históricas e artísticas de sua propriedade, além do Museu Histórico Nacional e do Museu Nacional de Belas Artes, tantos outros museus nacionais quantos se tornarem necessários, devendo outrossim providenciar no sentido a favorecer a instituição de museus estaduais e municipais, com finalidades similares.

Artigo 25º - O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional procurará entendimentos com as autoridades eclesiásticas, instituições científicas, históricas ou artísticas e pessoas naturais e jurídicas, com o objetivo de obter a cooperação das mesmas em benefício do patrimônio histórico e artístico nacional.

Artigo 26º - Os negociantes de antigüidade, de obras de arte de qualquer natureza, de manuscritos e livros antigos ou raros são obrigados a um registro especial no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, cumprindo-lhes outrossim apresentar semestralmente ao mesmo relações completas das coisas históricas e artísticas que possuírem.

Artigo 27º - Sempre que os agentes de leilões tiverem de vender objetos de natureza idêntica à dos mencionados no artigo anterior, deverão apresentar a respectiva relação ao órgão

competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sob pena de incidirem na multa de cinqüenta por cento sobre o valor dos objetos vendidos.

Artigo 28º - Nenhum objeto de natureza idêntica à dos referidos no art. 26 desta lei poderá ser posto à venda pelos comerciantes ou agentes de leilões, sem que tenha sido previamente autenticado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou por perito em que o mesmo se louvar, sob pena de multa de cinqüenta por cento sobre o valor atribuído ao objeto.

> Parágrafo único: A autenticação do mencionado objeto será feita mediante o pagamento de uma taxa de peritagem de cinco por cento sobre o valor da coisa, se este for inferior ou equivalente a um conto de réis, e de mais cinco mil-réis por conto de réis ou fração que exceder.

Artigo 29º - O titular do direito de preferência goza de privilégio especial sobre o valor produzido em praça por bens tombados, quanto ao pagamento de multas impostas em virtude de infrações da presente lei.

> Parágrafo único - Só terão prioridade sobre o privilégio a que se refere este artigo os créditos inscritos no registro competente antes do tombamento da coisa pelo Serviço Nacional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Artigo 30º - Revogam-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1937; 116º da Independência e 49º da República.

Getúlio Vargas

Gustavo Capanema

Decreto n° 3.551, de 4 de agosto de 2000

Institui o registro de bens culturais de natureza imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o programa nacional do patrimônio imaterial e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o Artigo 84, inciso IV, e tendo em vista o disposto no Artigo 14 da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, decreta:

Artigo 1º - Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

> § 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:
>
> I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;
>
> II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;
>
> III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;
>
> IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.
>
> § 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo.

Artigo 2º - São partes legítimas para provocar a instauração do processo de registro:

I - o Ministro de Estado da Cultura;

II - instituições vinculadas ao Ministério da Cultura;

III - Secretarias de Estado, de Município e do Distrito Federal;

IV - sociedades ou associações civis.

Artigo 3º - As propostas para registro, acompanhadas de sua documentação técnica, serão dirigidas ao Presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, que as submeterá aoConselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 1º A instrução dos processos de registro será supervisionada pelo IPHAN.

§ 2º A instrução constará de descrição pormenorizada do bem a ser registrado, acompanhada da documentação correspondente, e deverá mencionar todos os elementos que lhe sejam culturalmente relevantes.

§ 3º A instrução dos processos poderá ser feita por outros órgãos do Ministério da Cultura, pelas unidades do IPHAN ou por entidade, pública ou privada, que detenha conhecimentos específicos sobre a matéria, nos termos do regulamento a ser expedido pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

§ 4º Ultimada a instrução, o IPHAN emitirá parecer acerca da proposta de registro e enviará o processo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, para deliberação.

§ 5º O parecer de que trata o parágrafo anterior será publicado no Diário Oficial da União, para eventuais manifestações sobre o registro, que deverão ser apresentadas ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural no prazo de até trinta dias, contados da data de publicação do parecer.

Artigo 4º - O processo de registro, já instruído com as eventuais manifestações apresentadas, será levado à decisão do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural.

Artigo 5º - Em caso de decisão favorável do Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, o bem será inscrito no livro correspondente e receberá o título de "Patrimônio Cultural do Brasil".

Parágrafo único - Caberá ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural determinar a abertura, quando for o caso, de novo Livro de Registro, em atendimento ao disposto nos termos do § 3º do Artigo 1º deste Decreto.

Artigo 6º - Ao Ministério da Cultura cabe assegurar ao bem registrado:

I - documentação por todos os meios técnicos admitidos, cabendo ao IPHAN manter banco de dados com o material produzido durante a instrução do processo.

II - ampla divulgação e promoção.

Artigo 7º - O IPHAN fará a reavaliação dos bens culturais registrados, pelo menos a cada dez anos, e a encaminhará ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural para decidir sobre a revalidação do título de "Patrimônio Cultural do Brasil". Parágrafo único. Negada a revalidação, será mantido apenas o registro, como referência cultural de seu tempo.

Artigo 8º - Fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o "Programa Nacional do Patrimônio Imaterial", visando à implementação de política específica de inventário referenciamento e valorização desse patrimônio.

Parágrafo único. O Ministério da Cultura estabelecerá, no prazo de noventa dias, as bases para o desenvolvimento do Programa de que trata este artigo.

Artigo 9º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 4 de agosto de 2000; 179º da Independência e 112º da República.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO